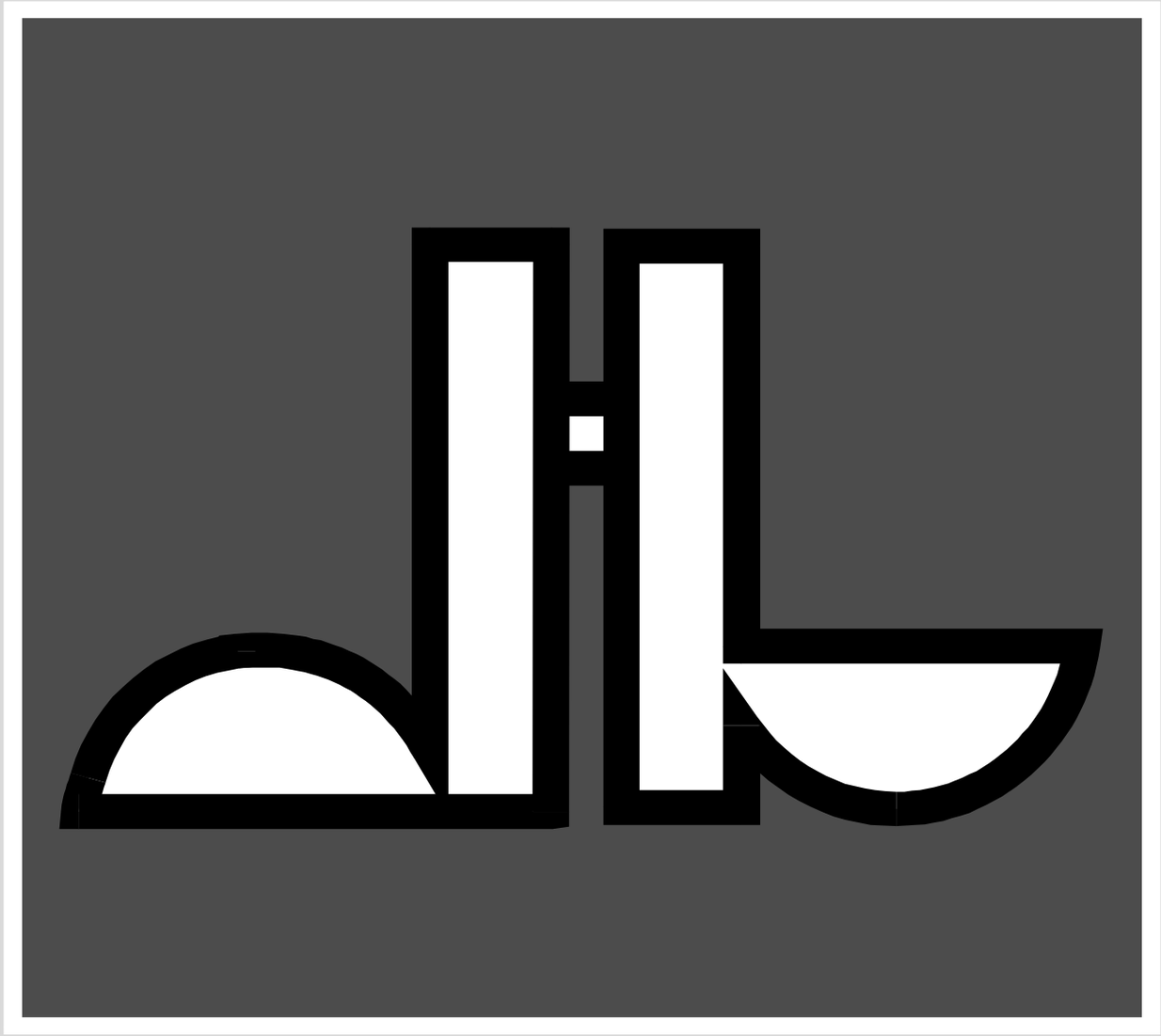
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

ANO LVII - SUP. AO Nº 003 - SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2002 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RAMEZ TEBET** - PMDB-MS(1)

1º Vice-Presidente

Deputado **EFRAIM MORAIS** - PFL-PB

2º Vice-Presidente

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** – PSB-SE

1º Secretário

Deputado **SEVERINO CAVALCANTI** - PPB-PE

2º Secretário

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB-MT

3º Secretário

Deputado **PAULO ROCHA** – PT-PA

4º Secretário

Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** – PFL-RR

(1) Eleito em 20/09/2001

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

20ª Reunião Ordinária, em 02 e 03/10/2001 00004
21ª Reunião Ordinária, em 09, 10 e 11/10/2001 00020
22ª Reunião Ordinária, em 16 e 18/10/2001 00036
23ª Reunião Ordinária, em 23 e 25/10/2001 00084
24ª Reunião Ordinária, em 30 e 31/10/2001 00086
25ª Reunião Ordinária, em 06 e 08/11/2001 00089
26ª Reunião Ordinária, em 13 e 14/11/2001 00090
27ª Reunião Ordinária, em 20, 21 e 22/11/2001 00091
28ª Reunião Ordinária, em 27, 28 e 29/11 e em 03/12/2001 00103
29ª Reunião Ordinária, em 18/12/2001 00143
Reunião Conjunta de Audiência Pública, em 20/09/2001 00147
9ª Reunião de Audiência Pública, em 03/10/2001 00176
10ª Reunião de Audiência Pública, em 11/12/2001 00195

2 – ATAS DA SUBCOMISSÃO DESTINADA A PROCEDER A ESTUDOS TÉCNICOS, VISANDO À POSSIBILIDADE DE DETECÇÃO DE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NO QUE TANGE AO EXERCÍCIO DE 2002

Reunião de Instalação, realizada em 25/09/2001 00226
1ª Reunião Extraordinária, em 03, 04, 05, 06 e 07/12/2001 00227
2ª Reunião Extraordinária, em 11, 12 e 13/12/2001 00482
3ª Reunião Extraordinária, em 19/12/2001 .. 00511
4ª Reunião Extraordinária, em 20, 21 e 22/12/2001 00536
6ª Reunião Extraordinária, em 27/12/2001 .. 00664
7ª Reunião Extraordinária, em 27/12/2001 .. 00666

Terceira Sessão Legislativa Ordinária

Qüinquagésima Primeira Legislatura

Ata da Vigésima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 2 e 3 de outubro de 2001.

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às dezesseis horas e um minuto, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu titular, Senador CARLOS BEZERRA, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 18. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares**: Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Priante, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Santos Filho, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Leomar Quintanilha, Nabor Junior, Ronaldo Cunha Lima, Tião Viana, e Wellington Roberto; - **Deputados Suplentes:** Armando Abílio, Carlito Merss, Carlos Batata, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Danilo de Castro, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Gonçalves, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Ildefonço Cordeiro, João Tota, Laura Carneiro, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro, Socorro Gomes, Waldemir Moka e Wilson Santos; - **Senadores suplentes**: Alberto Silva, Carlos Patrocínio, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho e Romeu Tuma. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados B. Sá e Djalma Paes. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Basílio Villani, Cornélio Ribeiro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Helenildo Ribeiro, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Pedro Eugênio, Roberto Rocha, Romeu Queiroz, Sampaio Dória, Sérgio Miranda e Zé Gomes da Rocha; - **Senadores titulares**: Antero Paes de Barros, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá e Sebastião Rocha. **ABERTURA**: Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício deu início à reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da inexistência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia três do mesmo mês, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, deu prosseguimento à reunião. Apreciação das Atas da 18ª e 19ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 18 e 19 e em 25 e 26 de setembro de 2001, respectivamente. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou as Atas **aprovadas. EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: - Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, deferido pelo Presidente: Ofício 147, de 1º de outubro, justificando ausência do Senador Gilberto Mestrinho no período de 12 a 26 de setembro. – Expediente indicando Coordenador de Bancada Estadual: Ofício 03, de 02 de outubro, do gabinete do Deputado Waldemir Moka, encaminhando ata da reunião da Bancada do Mato Grosso do Sul que o elegeu Coordenador. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Expediente de 25 de setembro, da Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de São Paulo, divulgando denúncia contra desmandos no Sistema Financeiro de Habitação. **2)** Ofício 654, de 20 de agosto, do Décimo Primeiro Dis-

trito Rodoviário Federal, encaminhando cópia de expediente sobre a Ação Judicial Trabalhista nº 3877/98. **3)** Ofício 273, de 27 de setembro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando relação do Programa de Trabalho que está sob fiscalização do Tribunal de Contas da União. **4)** Ofício 192, de 1º de outubro, da Seção Judiciária de Mato Grosso, referindo-se à divulgação de que constaria na lista de órgãos com obras irregulares. O Presidente informou que o referido expediente seria encaminhado ao Relator Setorial da Área Temática I. **5)** Ofício 147, de 1º de outubro, do prefeito de Salvador, Sr. Antônio Imbassahy, encaminhando informações sobre o Projeto de Implantação do metrô de Salvador. – Expedientes encaminhados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, parágrafo 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 que ultrapassam a 2 milhões de reais: **1)** Ofício 9.936, de 17 de setembro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **2)** Ofício 219, de 19 de setembro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **3)** Ofício 336, de 28 de setembro, do Ministério das Minas e Energia. – Expedientes encaminhados através do correio eletrônico encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento à Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): **1)** Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **2)** Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **3)** Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001 e de maio a agosto de 2001. **4)** Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Período: de maio a agosto de 2001. **5)** Expediente de 26 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. P)eríodo: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **6)** Expediente de 26 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **7)** Expediente de 26 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **8)** Ofício 220, de 26 de setembro, remetido pelo Supremo Tribunal Federal. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **9)** Expediente de 27 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Período: de maio a agosto de 2001. **10)** Expediente de 27 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **11)** Expediente de 27 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **12)** Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **13)** Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Período de setembro de 2000 a agosto de 2001. **14)** Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **15)** Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Período: de maio a agosto de 2001. **16)** Expediente de 1º de outubro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **17)** Expediente de 1º de outubro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. **18)** Expediente de 1º de outubro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Período: de maio a agosto de 2001. – Expediente encaminhando relação dos débitos constantes de Precatórios Judiciários a ser incluído na Proposta Orçamentária para 2002, em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002: Ofício 10.177, de 25 de setembro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **ORDEM DO DIA.** O Deputado Sérgio Miranda questionou acerca do comparecimento do Presidente da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, mencionado na reunião anterior. O Presidente respondeu que o convite de comparecimento era objeto do Requerimento nº 14/2001, do Deputado Sérgio Miranda, e que o mesmo constava da pauta a ser apreciada na reunião. O Representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional, na Comissão, comunicou a disposição do Presidente da ANATEL em comparecer perante o Plenário. PAUTA nº 18. O Presidente informou que iniciaria a ordem do dia pela apreciação do Item 05, em virtude da última reunião Ter sido encerrada durante a sua votação. Item 05: Relatório às emendas apresentadas ao Projeto de Decreto Legislativo, que trata dos contratos relativos ao **Subtítulo 26.782.0229.5703.0006 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR-135/MG – Itacarambi – Manga – Montalvânia,** da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, listado no Quadro V anexo à Lei Orçamentária para 2001. Relator: Deputado Antônio do Valle. Voto: pela rejeição das emendas apresentadas. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas

representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quinze horas e três minutos, a presidência foi transferida ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Deputado Ricardo Barros apresentou Requerimento para inversão de pauta, solicitando a prioridade na apreciação do Item 07. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 07: Apreciação da **Redação Final do Projeto de Lei nº 31/2001-CN, que "altera o Plano Plurianual para o período de 2000-2003"**. Relator: Deputado Santos Filho. Voto: favorável, nos termos propostos no Substitutivo. O Presidente em exercício comunicou que foi distribuída nota de esclarecimento sobre as modificações efetuadas pelo Plenário do Congresso Nacional e que a íntegra da Redação Final encontrava-se disponível para consulta na mesa de trabalhos. O relator fez a sua apresentação. Às quinze horas e onze minutos, o Presidente titular, Senador Carlos Bezera, assumiu a direção dos trabalhos. Iniciados os debates, o Deputado Sérgio Miranda posicionou-se contrário e o Deputado Jorge Bittar, favorável. Foram apresentas três emendas à Redação Final. Emenda 01, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Parecer do relator: contrário. Em votação, a emenda foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. Emendas 02 e 03, dos Deputados Walter Pinheiro e Jorge Bittar. As emendas foram retiradas pelo Deputado Jorge Bittar, em função de proposta oferecida pelo Deputado Sérgio Miranda. A seguir, o Presidente anunciou a votação da Redação Final apresentada ao Projeto de Lei nº 31/2001-CN, que foi **aprovada** contra o voto do Deputado Sérgio Miranda na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Deputado Virgílio Guimarães, representante da Liderança do PT na Comissão, requereu a retirada do Requerimento nº 10/2001, do Deputado Gilmar Machado, em que solicita a realização de audiência pública sobre o tema "Os vetos ao Plano Nacional de Educação e as políticas de financiamento da educação do Governo Federal", com a presença dos Ministros da Fazenda, Dr. Pedro Malan; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares; da Coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Sra. Camilla Croso Silva; do Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, Sr. Carlos Augusto Abicalil; e do Representante da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação. Prosseguindo, o Presidente informou que havia encaminhado expediente ao Presidente do Senado Federal, solicitando alteração no cronograma de tramitação da Proposta Orçamentária para 2002 e leu os novos prazos: . Leitura em Sessão do Senado Federal, em 31/08/01; . Publicação e distribuição de avulsos, até 05/09/01; . Realização de audiências públicas, até 19/09/01; . Apresentação do Parecer Preliminar perante a Comissão, até 03/10/01; . Apresentação de Emendas ao Parecer Preliminar, de 04 a 08/10/01; . Votação do Parecer Preliminar com Emendas pela Comissãode 09 a 11/10/01; . Apresentação de Emendas ao Projeto de Leide 15 a 25/10/01; . Publicação e distribuição de avulsos das Emendas , até 28/10/01; . Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Pareceres Setoriais pela Subcomissão, até 13/11/01; . Apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do Parecer Final, até 28/11/01; . Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional, até 07/12/01; . Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo, até 14/12/01. O Presidente informou também que estaria em pauta na Sessão do Congresso Nacional do dia seguinte o projeto de resolução que substitui a Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional. Às dezesseis horas e um minuto, os trabalhos foram suspensos. **ENCERRAMENTO:** Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de outubro do mesmo ano, a reunião foi reiniciada e encerrada logo após, em virtude da inexistência de quorum no recinto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA.** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta 18/2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que a pauta com os respectivos itens está disponível na mesa de trabalho.

Solicito aos Srs. Membros que façam registro no livro de presença, localizado na entrada deste plenário. *(Pausa.)*

Não há **quorum** no Senado. Em razão disso, deixo de colocar sob apreciação as atas, para colocar na próxima sessão, que está convocada para quinta-feira, às 10h.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 18/2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que a pauta com os respectivos itens está disponível na mesa dos trabalhos.

Solicito aos Srs. Membros que façam o registro no livro de presenças.

Apreciação das atas da 18ª e 19ª reuniões ordinárias, realizadas em 18 e 19 de setembro de 2001 e 25 e 26 de setembro de 2001, respectivamente.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Expediente.

Correspondência interna recebida:

1) Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, deferido pelo Sr. Presidente. Ofício nº 147, de 1º de outubro, justificando a ausência do Senador Gilberto Mestrinho no período de 12 a 26 de setembro.

2) Expediente indicando Coordenador de bancada estadual. Ofício nº 03, de 2 de outubro, do gabinete do Deputado Waldemir Moka, encaminhando ata da reunião da bancada do Mato Grosso do Sul, que o elegeu Coordenador.

Correspondência externa recebida:

1) Expediente de 25 de setembro, da Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de São Paulo, divulgando denúncias contra desmandos no Sistema Financeiro de Habitação.

2) Ofício nº 654, de 20 de agosto, do 11º Distrito Rodoviário Federal, encaminhando cópia de expediente sobre a Ação Judicial Trabalhista nº 3.877/98.

3) Ofício nº 273, de 27 de setembro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando relação do programa de trabalho que está sob fiscalização no Tribunal de Contas da União.

4) Ofício nº 192, de 1º de outubro, da Seção Judiciária de Mato Grosso, referindo-se à divulgação de que constaria da lista de órgãos com obras irregulares.

Informo que esse expediente será encaminhado ao Relator-Setorial da Área Temática nº 1.

5) Ofício 147, de 1º de outubro, do Prefeito de Salvador, Sr. Antônio Imbassahy, encaminhando informações sobre o projeto de implantação do metrô de Salvador.

Expedientes encaminhados à Comissão, em cumprimento ao art. 8º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam na Proposta Orçamentária para 2002, que ultrapassam 2 milhões de reais:

1) Ofício nº 9.936, de 17 de setembro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

2) Ofício nº 219, de 19 de setembro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

3) Ofício nº 366, de 28 de setembro, do Ministério das Minas e Energia.

Expedientes enviados por meio do correio eletrônico, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento à Lei nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal:

1) Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

2) Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

3) Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Períodos: de setembro de 2000 a agosto de 2001 e de maio a agosto de 2001.

4) Expediente de 25 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Período: de maio a agosto de 2001.

5) Expediente de 26 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

6) Expediente de 26 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

7) Expediente de 26 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

8) Ofício nº 220, de 26 de setembro, remetido pelo Supremo Tribunal Federal. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

9) Expediente de 27 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Período: de maio a agosto de 2001.

10) Expediente de 27 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

11) Expediente de 27 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

12) Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

13) Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

14) Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

15) Expediente de 28 de setembro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Período: de maio a agosto de 2001.

16) Expediente de 1º de outubro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

17) Expediente de 1º de outubro, remetido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

18) Expediente de 1º de outubro, remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Período: de maio a agosto de 2001.

19) Expediente encaminhando relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária para 2002, em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002.

20) Ofício nº 10.177, de 25 de setembro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Ordem do Dia.

Pauta nº 18.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, há cerca de vinte dias, foi aprovada nesta Comissão, por sugestão dos Líderes do PFL e do PMDB e com o apoio dos Líderes da Oposição, em função de debate, a realização de audiência pública com o Dr. Renato Guerreiro, Presidente da ANATEL.

Quero saber da Presidência por que S.Sa. não vem prestar esclarecimentos à Comissão. Sei que ele pode se apoiar no fato de que é um convite, uma vez que a Constituição diz que podemos convocar somente Ministros. Os todo-poderosos presidentes das agências reguladoras não podem ser convocados, somente convidados, e podem não comparecer. No entanto, fico curioso em saber por que o Presidente da ANATEL, Dr. Renato Guerreiro, não quer vir à nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, esta Presidência está consultando a Secretária.

O requerimento não foi aprovado, mas ficou combinado que entraria na pauta desta reunião e seria antecipado o convite.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, houve um requerimento informal votado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Houve requerimento informal, mas se pediu sua retirada de pauta e se determinou que seria feito o convite ao Presidente da ANATEL, Dr. Renato Guerreiro.

Como o assunto extrapola minha decisão, pois estou no exercício da Presidência dos trabalhos, submeto o requerimento à votação. Naquele momento, houve a aceitação tácita das próprias Lideranças — invoco o testemunho do Líder do Governo, nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Deputado Sérgio Miranda, há o compromisso de trazer a esta Comissão o Presidente da ANATEL, Dr. Renato Guerreiro, para um debate sobre a implantação do FUST. S.Sa. está em viagem, mas o compromisso será cumprido e vamos discutir aqui a implantação do Programa Telecomunidade.

A Presidência deve ter tentado marcar a audiência, mas o Dr. Renato Guerreiro teve problemas familiares e teve de se afastar. No entanto, tenho certeza de que faremos o debate o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, informo ainda a V.Exa. e ao Plenário que havia sido decidido que o debate se relacionaria especificamente ao problema das licitações.

Tomei essa posição no exercício da Presidência, mas a levarei ao Presidente titular da Comissão, nobre Senador Carlos Bezerra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, não sei se esta informação é definitiva, mas parece que o Presidente da ANATEL se encontra licenciado, por problemas de enfermidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência agradece ao Líder do PSDB, Deputado João Almeida, a informação.

De qualquer maneira, Deputado Sérgio Miranda, assim que o Presidente desta Comissão chegar, conversaremos sobre o assunto. Pelo menos de minha parte, havia o entendimento de que a presença

do Presidente da ANATEL estaria afeta ao problema das licitações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – À questão do edital de licitação, do **software** livre e da preferência por empresas operadoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente.

Com relação ao **software** livre, foi feito entendimento com o PT e com V.Exa. Isso realmente havia sido conversado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para mais um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, trata-se apenas de um aviso.

Em função dos entendimentos havidos ontem, dirigidos pelo Deputado Miro Teixeira, assumimos o compromisso de não pedir verificação nesta reunião, mas vamos pedi-la quando da votação em plenário. É apenas um alerta para os Srs. Deputados.

Faço uma rememoração do que foi acordado quando da votação, pelo Plenário, do objetivo do Programa 0257 – Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Por meio de emenda de V.Exa., incluiu-se a expressão "utilizando preferencialmente **softwares** livres". O texto que foi ao plenário tinha essa expressão.

Ora, ela não está mais no texto. Não houve emenda para sua retirada, mas um acordo, de que todos participamos, para substituição da expressão "preferencialmente **softwares** livres", por "deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de **softwares** no sistema operacional". A idéia básica era a de que as máquinas deveriam conter os dois **softwares** — Linux e Windows.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, esclareço a V.Exa. o entendimento que mantive, na época, com os Deputados Walter Pinheiro e Virgílio Guimarães, autor original da Emenda nº 184 — também discutida com V.Exa.

Foi aprovado, no dia 25 de setembro, um adendo do Relator ao Parecer nº 33, apresentado ao PLN nº 31/2001. A Emenda º 184 passa a ter exatamente a redação que V.Exa. leu:

No caso do Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de ***softwares*** *nos sistemas operacionais.*

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2001. Assinado: Joaquim dos Santos Filho. Parecer favorável, com alteração do texto.

Essa redação foi submetida à votação, em entendimento com os nobres Deputado Walter Pinheiro e Virgílio Guimarães, autor da emenda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu também participei do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, antes do início da reunião, com a concordância de V.Exa., peço que retornemos à redação original — "preferencialmente **softwares** livres" —, porque a retirada dessa expressão não foi votada.

Não há destaque nesse sentido. O que existiu — e sobre isso houve entendimento — foi a substituição da expressão, tanto que não foi votada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, esclareço a V.Exa. que foi votada. Li, da tribuna, essa alteração e todos os destaques aprovados no plenário.

Depois é que surgiu a questão de ordem, inicialmente levantada por V.Exa., com relação ao retorno da matéria à Comissão, e pelo Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, concordo com V.Exa. Todos os casos foram votados no plenário.

Não estou contestando, mas apenas esclarecendo que não foi votado, no plenário, nenhum destaque supressivo da expressão "preferencialmente **softwares** livres". Por quê? Porque se subentendia que ela estava sendo substituída nos objetivos. Por isso, ela não foi votada.

Nesse sentido, acato a sugestão de V.Exa. A lógica que prevaleceu no plenário foi a de que, ao invés de incluirmos a expressão como parágrafo do texto, mantivéssemos a inclusão como "No caso do Programa de Universalização...". Isso pode ser caracterizado como emenda de redação, para se adequar ao efetivamente votado no plenário; senão, ficará uma contradição no texto, que poderá ocasionar outras implicações — todos sabem da tensão que existe em torno do projeto.

Vamos incluir isso no texto, mas não há nenhum destaque suprimindo a expressão "preferencialmente **softwares** livres". Não há esse destaque supressivo. Consultemos as notas taquigráficas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, eu nunca disse que havia.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pelo contrário, estou dizendo que o entendimento que mantivemos com V.Exa., o Deputado Walter Pinheiro e o Deputado Virgílio Guimarães foi o de que passaria a prevalecer a Emenda nº 184, com essa redação. Automaticamente, estaria prejudicada a redação anterior, que trazia a palavra "preferencialmente".

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Qual é a sugestão de V.Exa. agora? Estou perguntando como Relator.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não.

A redação "No caso do Programa de Universalização do Serviço de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de **softwares** nos sistemas operacionais" deve substituir a expressão "preferencialmente **softwares** livres".

É isso que foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – E, na realidade, praticamente confirmando a revogação do anterior.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Claro, porque substitui. A expressão "preferencialmente **softwares** livres" é retirada pela nova redação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Relator concorda com V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Isso é incluído nos objetivos do programa de universalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É uma proposta do nobre Deputado Walter Pinheiro, que inclusive está sobre a mesa.

O Relator, e não o Presidente, agradece a V.Exa. os esclarecimentos.

Solicito ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira que assuma a Presidência, para que, na condição de Relator, eu dê seqüência aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que me inscreva para discutir a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – V.Exa. está inscrito.

Informo aos Srs. Parlamentares que vamos iniciar a Ordem do Dia pelo item 5 da Pauta nº 18, pois encerramos a última reunião antes da sua votação. Em seguida, retornaremos à ordem normal da pauta.

Item 5.

Relatório às emendas apresentadas ao Projeto de Decreto Legislativo que trata dos contratos relativos ao Subtítulo 26.782.0229.5703.0006 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR-135/MG – Itacarambi – Manga – Montalvânia, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER, listado no Quadro V anexo à Lei Orçamentária para 2001.

O Relator é o Deputado Antônio do Valle, com voto pela rejeição das emendas apresentadas.

Em votação o relatório.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, diante do fato de que estamos com o plenário esvaziado, sugiro que a votação tanto do item 5 quanto do item 6 seja adiada por uma reunião, para que tratemos da redação final do item 7 do PPA, objeto principal desta reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento.

O Deputado Jorge Bittar já havia conversado com o Líder Walter Pinheiro, que me consultou se a única matéria desta reunião seria a redação do PPA. Eu disse que sim, mas que teríamos de concluir uma votação que ficara suspensa. Devido ao **quorum** notoriamente baixo, foi pedida verificação e suspensa a reunião.

Portanto, é preciso concluir a matéria, para iniciar a seguinte. Logo após votada, iremos requerer inversão de pauta para discussão do PPA, mas não temos como fazê-lo sem concluir esta votação.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Perfeito, se esta é condição **sine qua non** para que possamos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – Agradeço ao Deputado Ricardo Barros a oportuna explicação.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, requeiro inversão de pauta, para que apreciemos imediatamente a redação final do PLN nº 31, com o Parecer nº 38, da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) – Se ninguém se opõe, vamos colocar em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Ricardo Barros.

Os Srs. Deputados que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 7.

Apreciação da redação final do Projeto de Lei nº 31/2001-CN, que "altera o Plano Plurianual para o período de 2000/2003".

O Relator é o Deputado Santos Filho, que é favorável, nos termos do substitutivo.

Informo aos Srs. Membros que foi distribuída nota de esclarecimento sobre as modificações realizadas pelo Plenário do Congresso Nacional. A íntegra da redação final encontra-se, para consulta, na mesa de trabalhos.

Com a palavra o Relator do Projeto de Lei nº 31/2001-CN, Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cumprindo determinação da Presidência do Congresso Nacional de remeter a matéria ao Plenário da Comissão, em razão de esclarecimento de questões de ordem levantadas pelos nobres Deputados Sérgio Miranda e Rubens Bueno, este Relator presta, então, nota de esclarecimento à Mesa do Congresso Nacional.

Assunto: implementação das alterações promovidas pelo Plenário do Congresso Nacional ao substitutivo apresentado pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Considerando que o Plenário do Congresso Nacional aprovou alterações ao substitutivo apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; considerando que tais ajustes deverão ser incorporados ao texto final da lei nos exatos termos do que foi acordado e decidido nas sessões do Congresso Nacional, inclusive em relação aos lançamentos das notas taquigráficas; e, finalmente, a fim de que tais alterações reflitam adequada e coerentemente as decisões tomadas pelo Congresso Nacional, determino que os aperfeiçoamentos sejam implementados da seguinte forma:

1. Requerimentos de destaque referentes a emendas de valor, aprovados parcialmente no plenário do Congresso Nacional.

Número do requerimento: 150. Número da emenda: 111. Autor da emenda: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Programa: Corredor MERCOSUL. Ação: adequação de trecho rodoviário no Corredor MERCOSUL – BR-280/SC, duplicação do trecho compreendido entre os Municípios de São Francisco do Sul a Porto União.

O valor acolhido pelo Relator é de R$ 1.000.000,00.

Número do requerimento: 151. Número da emenda: 104. Autor da emenda: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Programa: Gestão Urbana. Ação: Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano/Ações de infra-estrutura urbana na região da Grande Florianópolis – Santa Catarina/SC. Valor acolhido: R$ 1.000.000,00.

Número do requerimento: 152. Número da emenda: 400. Autor da emenda: Deputado Fernando Ferro. Programa: Energia das Pequenas Comunidades. Ação: planejamento e construção de pequenas centrais hidrelétricas. Valor acolhido: R$ 1.000.000,00.

Número do requerimento: 154. Número da emenda: 313. Autor da emenda: Senador Antônio Carlos Júnior. Programa: Nossos Rios – São Francisco. Ação: desassoreamento do leito do rio São Francisco. Valor aprovado: R$ 1.000.000,00.

2. No texto da lei, os arts. 3º, 4º, 5º e 6º terão a seguinte redação:

Art. 3º Ficam alteradas as denominações e objetivos dos programas constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo II a esta lei, a partir do exercício de 2002.

Foi o acréscimo feito, para que não se criassem dificuldades para as obras em andamento no exercício de 2001.

Art. 4º Ficam alteradas as ações constantes do Anexo II da Lei 9.989, de 2000, na forma do Anexo III e IV desta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 5º Ficam excluídos, do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas constantes do Anexo V a esta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 6º Ficam excluídas dos respectivos programas as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2002, na forma do Anexo VI desta lei, a partir do exercício de 2002.

Na realidade, o próprio Poder Executivo nos alertou sobre os erros que havia cometido. Nós os corrigimos, incluindo apenas a expressão "a partir do exercício de 2002".

3. Foi modificada e aprovada a emenda nº 184, do nobre Deputado Virgílio Guimarães, que inclui o seguinte parágrafo no art. 2º do texto da lei:

No caso do Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de ***softwares*** *nos sistemas operacionais.*

Há pouco, em entendimento com o nobre Deputado Sérgio Miranda, ficou acertado que isso constaria dos objetivos do programa.

4. Com a nova redação da emenda nº 184, aprovada pelo Plenário do Congresso Nacional, fica prejudicada a emenda de Relator nº 3, anteriormente aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e que modificava o objetivo do Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Brasília/DF, em 25 de setembro de 2001.

Deputado Santos Filho, Relator.

O substitutivo está encaminhado.

Agora faremos a leitura, por intermédio da Secretaria, de três emendas apresentadas hoje ao Projeto de Lei nº 32, de 2001.

Uma delas, segundo entendimento feito com o nobre Líder do PT, o Deputado Jorge Bittar, de antemão estaria prejudicada. Trata-se da Emenda nº 2, apresentada pelos nobres Deputados Walter Pinheiro e Jorge Bittar. *(Pausa.)*

O nobre Deputado Jorge Bittar, devido ao entendimento, retira essa emenda.

Como S.Exa., o Sr. Presidente no momento está atarefado, informo que existe a Emenda nº 1, de autoria do nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, e a Emenda nº 3, de autoria do nobre Deputado Walter Pinheiro, que na realidade também fica praticamente prejudicada com a sugestão apresentada pelo nobre Deputado Sérgio Miranda, já acolhida por este Relator. Então, teríamos de apreciar apenas a emenda apresentada pelo nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.)*

Nobre Deputado Jorge Bittar, já acolhemos a sugestão proposta pela Emenda nº 3, apresentada pelo Deputado Walter Pinheiro e V.Exa., através de sugestão apresentada pelo nobre Deputado Sérgio Miranda. Portanto, comunico a V.Exa. que fica prejudicada essa última. Inclusive já pedimos alteração da redação, com a sugestão apresentada pelo nobre Deputado Sérgio Miranda. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão a redação final.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, esta reunião da Comissão Mista de Orçamento, para analisar a redação final, é conseqüência de acordo que envolveu o próprio Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet. Vamos respeitar o acordo, não pedindo verificação, e o acordo será aprovado. Vamos retomar o debate em sessão do Plenário do Congresso Nacional, mas eu queria aproveitar este momento para justificar perante os colegas e a sociedade a razão da nossa obstinação em obstruir o projeto de lei que faz a revisão do PPA.

Já disse, em outras circunstâncias, que não há nada pessoal contra o Relator. Pelo contrário, admiramos o trabalho feito pelo Deputado Santos Filho na relatoria do projeto, inclusive a sua capacidade de buscar o entendimento e consideramos que muitas das modificações feitas são pertinentes e atuais. Nós nos rebelamos, Sr. Presidente, apenas quanto a um dos programas, porque temos a consciência de que existe um edital de licitação já divulgado. Esse edital, ao afastar a Lei nº 8.666 do processo, permite que se dê interpretação à lei do FUST que vai contra a Constituição e as normas do Direito Administrativo brasileiro.

Consideramos que essa licitação é orientada para preservar os interesses dos grandes monopólios do setor privado de telecomunicações da rede fixa. Não são todas as empresas, partindo de uma interpretação totalmente distorcida, que tomam por base que quem contribui para o fundo é que poderá usufruir dos recursos dele. Isso é uma aberração jurídica,

mas está contido numa nota do Ministério das Comunicações que informa a alteração da Lei do FUST. Isso é uma aberração, repito. Então, vou pedir o meu de volta, pois contribuo para o fundo contra a pobreza, já que 0,8% de 0,38% é descontado em qualquer movimentação financeira que faço. Isso é uma aberração! Assim, todos os fundos serão inviáveis, porque só quem pode usufruir do dinheiro do fundo é quem contribui com ele. Ora! Então, a partir dessa interpretação se faz um reforço dos monopólios. As grandes concessionárias da rede fixa farão a ligação, fornecerão os equipamentos, farão a manutenção de 290 mil computadores que servirão a todas as escolas do ensino médio e profissionalizante.

Sr. Presidente, às vezes me pergunto se estou certo, se as afirmações que tenho feito e os documentos que tenho lançado estão certos. Será que não estou incorrendo em erro? Quanto mais o tempo passa essa certeza me é mais forte. Recentemente pedi a um grupo de profissionais da área de informática, com o qual nem eu, nem meu partido, nem a Esquerda mantemos relação política — nenhuma relação política, repito —, que analisasse o edital desta licitação. Essas pessoas experientes leram o edital e a expressão que usaram foi de que no mínimo isso era uma leviandade. A afirmação de que um dos módulos poderá ser o Linux ou o Windows não é verdade. Os módulos A e B formarão os laboratórios. O terceiro módulo será para a população e as bibliotecas. No terceiro módulo pode ser até um computador 386, porque não se define especificações. O que a Microsoft quer é monopolizar, para os milhões de estudantes do ensino médio e profissionalizante, é apenas o viés do acesso à Internet, à informática. A expressão usada por esses técnicos foi "no mínimo a leviandade". Porém, como sabemos que não são levianos, todos desconfiam que isso não será aplicado.

Então, Sr. Presidente, essas afirmações me dão maiores certezas. Sei que há grande pressão do próprio Ministério das Telecomunicações, principalmente da ANATEL, que é a patrona dessa licitação, é quem, distorcendo seus objetivos legais, em vez de tornar-se defensora dos interesses públicos, se torna defensora dos monopólios de comunicação da rede fixa. Nem as outras podem participar. A Intelig não participará dessa licitação, nem a Vésper, nem as espelhos, nem as espelhinhos. Nenhuma delas participará. A licitação é orientada, é dirigida.

E encerro fazendo um comentário: tentaram nos enganar. Cada vez que me aprofundo nesse projeto mais irritado fico. No programa — será motivada mais uma ação minha na Justiça — eles falam em implantação de acessos. Mas, quando discutimos implantação de acessos, e não há referência a equipamentos, a explicação da ANATEL é de que esses acessos já tornam implícito que haverá os equipamentos. Por que os acessos obrigatórios no Plano de Metas de Universalização não tornam obrigatórios os equipamentos? Qual é a diferença desses para outros acessos do inciso III do art. 5º? Lá também se fala em implantar acessos para as escolas públicas. Aqueles acessos têm computador? Não. Esses têm? Têm. Por que esses têm e aqueles não? Porque tentaram ludibriar a Casa. Falam de implantação de acessos, mas nunca de equipamentos. Os equipamentos aparecem de forma indireta, quando se trata de despesa de capital. Dos 2 bilhões e seiscentos, 2 bilhões e trezentos são de despesas de capital. Dos 480 milhões que estão no Orçamento de 2002, quase 400 milhões são de GND-4, para financiar investimento. Este é o montante da compra de equipamentos que será feita.

Então, Sr. Presidente, não vou votar contra, não vamos obstruir aqui, porque é fruto do acordo. No plenário, sim, vamos obstruir, vamos manter a mesma discussão. Criamos uma bateria de umas dez pessoas para discutir. Será a nossa última oportunidade para convencer a sociedade dos malefícios deste edital. Não do programa, que defendemos, mas deste edital. Consideramos que poderemos viver algo semelhante ao que a Casa viveu quando aprovou os recursos do TRT de São Paulo. Depois que o Tribunal de Contas e o Ministério Público condenaram a obra, todos disseram que não tinham nada a ver com isso. O Ministério Público não acatará este edital, Srs. Deputados. Irei a todos os Ministros do Tribunal de Contas dar explicações. Os poucos com quem conversei ficam perplexos: "Como? Quem vai vender computador é a Telemar? Ela não produz computador, não comercializa computador!" Isso fere o art. 23 da Lei nº 8.666, que obriga os fornecedores do Setor Público terem o mínimo de especialização. Como ela vai vender **softwares**?

Vai-se fazer um estudo técnico sobre os laboratórios, e nós vamos também desmascará-los. Não existe servidor para computador de laboratórios. É como se fosse um computador individualizado, que fará sua ligação com a Internet. Vamos debater todas essas questões, em função da defesa do interesse público, e tirar as conseqüências disso. Caso a Justiça nos dê razão, o TCU nos dê razão, entraremos com um processo por improbidade administrativa contra a diretoria da ANATEL. Pela lei que organiza a ANATEL, a improbidade administrativa é motivo para destituição. Se a Justiça nos der razão, se o Tribunal

de Contas nos der razão, fica revelada a má-fé dos autores deste edital. E aí vamos exigir que sejam demitidos do cargo que ocupam e não souberam honrar nem merecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o segundo orador inscrito, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero mais uma vez elogiar o papel de nosso Relator, Deputado Santos Filho, que por sua competência, seu espírito de diálogo tem permitido que possamos superar as dificuldades que envolvem a tramitação do projeto de lei relativo ao PPA.

De fato, eu gostaria de, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, expressar também as nossas preocupações acerca da matéria.

Estou convicto de que ela tem um vício de origem, sobretudo no que diz respeito ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações: ela é eminentemente multidisciplinar.

O papel da ANATEL é importante, como gestora do FUST, mas a matéria envolve aspectos educacionais e pedagógicos, aspectos científicos e tecnológicos, aspectos relativos à política industrial. Quais sejam: vamos comprar algumas centenas de milhares de computadores no País. É uma excelente oportunidade para induzirmos à política industrial. No mundo inteiro os governos usam seu poder de compra para induzir à fabricação local, ao desenvolvimento tecnológico, à agregação de valor local.

Infelizmente, embora nossos computadores sejam montados no Brasil, quase que a integralidade das peças, das partes, dos componentes que os constituem são importados. O resultado disso é um déficit na balança comercial brasileira. O mesmo acontece em relação ao setor de telecomunicações. A área de eletroeletrônica como um todo tem um desequilíbrio de 8,5 bilhões de dólares. É o ponto mais vulnerável da balança comercial brasileira.

Penso que nós perdemos a possibilidade de trabalhar política industrial que fortalecesse as indústrias brasileiras, que estimulasse a produção local — não de todos, é evidente, porque é difícil, mas de certos componentes —, com um programa efetivo de indução à substituição de importações, tão importante para o nosso País.

Do ponto de vista dos aspectos pedagógicos, educacionais, está claro que há insuficiência no trato dessa questão. Tenho discutido o assunto, seja com educadores, seja com profissionais do setor de informática, que identificam, na modelagem definida pela ANATEL, apesar de que, acho que foi feita com boa vontade, por técnicos sérios. Não estou questionando a seriedade com que foi tratada a questão, mas penso que o desenho, o projeto de um sistema de 1 bilhão e 500 milhões de reais mereceria estudo mais amplo e aprofundado. Isso não foi possível.

Há distorções como essa, de que apenas as concessionárias participam, quando há um projeto de lei que altera a própria lei do FUST. Poderíamos ter acelerado a tramitação da lei do FUST para que se ampliasse o número de participantes da licitação. Poderíamos ter ajustado a lei do FUST para que a compra e o custeio do acesso de telecomunicações fossem dissociados da compra de equipamentos terminais, que são os computadores, as impressoras, os **scanners** e tantos dispositivos da área de informática. E há essa polêmica sobre o **software**.

Mais uma vez, nós discutimos, e penso que estamos adotando a solução correta da convivência entre dois sistemas operacionais, que têm suas virtudes, dependendo das aplicações a que sejam dirigidos. Eu me refiro ao sistema Windows, da Microsoft, e ao sistema Linux, de **software** livre. Ambos têm aplicações muito grandes.

Nós, neste debate, ouvimos muitas afirmações apropriadas, mas muitas afirmações incorretas também. Dentre outras, a de que o Windows é **software** de Primeiro Mundo e o sistema Linux é **software** de pobre. Isso não é verdade. Grandes empresas internacionais, como a Boeing e a IBM, usam **software** livre, porque ele tem aplicações em que se mostra mais eficiente, além de mais barato. E, por se ter acesso ao chamado código fonte, à maneira como é trabalhado o **software** livre, ele permite maior criatividade, maior possibilidade de inovação, maior aperfeiçoamento. É um **software** com mais estabilidade entre os profissionais do setor.

Então, acho que estamos equacionando bem a questão do **software**, mas ainda precisamos aperfeiçoar o desenho do setor. E eu acredito que isso seja possível.

Antes do início desta sessão, diante da retomada do nosso diálogo, após superadas certas dificuldades, eu conversava com o Deputado Julio Semeghini, também especialista no setor, e com o Deputado Santos Filho, no sentido de que na próxima semana nós venhamos a nos sentar com a ANATEL, com o próprio Ministério da Educação, para firmar um protocolo que possa aperfeiçoar esse processo, a fim de que não compremos elefantes brancos que fiquem jo-

gados nas nossas escolas e não sirvam para a atividade final, que é educar os nossos jovens com pedagogia mais avançada e plena utilização de todas as capacidades dos sistemas de rede, de Internet etc. Há possibilidade de se aperfeiçoar esse sistema. Espero que, superado esse problema, na próxima semana venhamos a avançar nessa direção.

Com essas palavras, então, concluo, novamente elogiando a postura do nosso Relator, Deputado Santos Filho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicialmente quero agradecer ao nobre Deputado Sérgio Miranda. S.Exa. sempre faz referências elogiosas à nossa maneira de atuar — como Relator, ou na Presidência, eventualmente, nos impedimentos do Sr. Presidente —, na condução dos trabalhos desta Comissão.

O Deputado Jorge Bittar sabe que comungamos das mesmas idéias em muitas coisas, na nossa Comissão Permanente e na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

O nobre Deputado Sérgio Miranda retorna àquilo que se tornou para ele — de maneira elogiosa, nobre Deputado — quase que uma obsessão, uma luta pertinaz em relação àquilo que S.Exa. considera correto.

Fiquei satisfeito também porque S.Exa. disse francamente que o programa é bom. Essa foi a nossa luta na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Nós acreditamos que os recursos do FUST têm a finalidade de serem aplicados no sentido de desenvolver a ciência, a tecnologia, e de levar a universalização das telecomunicações às camadas mais carentes da população brasileira.

Eu já havia dito, no momento da discussão, nobre Deputado Sérgio Miranda, que V.Exa. e o nobre Deputado Walter Pinheiro, Líder do PT, não cometeram nenhuma irregularidade. Pelo contrário, V.Exa. agiram de acordo com suas convicções, com suas idéias. Tinham plena consciência de que era necessário recorrer à Justiça, e assim o fizeram.

Sempre tenho insistido em que a nossa posição, como Relator, era de apreciação do programa do FUST dentro do PPA. Nós nos ativemos a isso. Buscamos sempre o entendimento. Pudemos corrigir muitas coisas, não apenas em relação ao FUST, mas a outros programas e ações de extrema importância, como as de autoria do nobre Deputado Sérgio Miranda, de diversos Deputados do PT — Jorge Bittar, Gilmar Machado — e de outros companheiros do trabalho de apoio. Houve também o caso dos hospitais-escolas e outros, que pudemos acolher.

Se os senhores observarem, verão que os acolhimentos daquilo que era de maior importância — não de recursos, mas de proposições —, na sua maior escala, foram quase todos propostos pela própria Oposição, na nossa Comissão.

Mais uma vez agradeço aos Deputados Sérgio Miranda e Jorge Bittar.

Nós procuramos sempre dialogar. Conversando ainda há pouco com os Deputados Jorge Bittar e Julio Semeghini, eu me propus inclusive a tentar esse encontro com o Presidente da ANATEL, Dr. Renato Guerreiro, a fim de que essa questão, aprovada no plenário da Casa, não seja levada a debate público, o que só irá desgastar novamente a Administração Pública Federal.

Eu não discuto aqui o mérito da questão: se a licitação está eivada de vícios ou não. Apenas respeito, e muito, a posição dos nobres Deputados Sérgio Miranda e Walter Pinheiro, que buscaram na Justiça a defesa do que consideram correto.

Nobre Deputado Sérgio Miranda, informo que, acatando as sugestões de V.Exa., mudamos a redação; já colocamos nos programas finalísticos. O Programa nº 0257 relativo a serviços de telecomunicações passa a ser assim: "Objetivo: garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público e instituições de saúde pública para as populações e localidades com menos de cem habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, devendo ser utilizados por figurações instaladas que permitam diferentes alternativas de **softwares** nos sistemas operacionais".

Esse é o objetivo, dentro do último relatório que fizemos em plenário, quando terminávamos a nova redação da Emenda nº 184, aprovada pelo plenário do Congresso Nacional.

A Emenda nº 3, do Relator, aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, passa a ter a seguinte redação no objetivo do FUST, Anexos II e III: "garantir o acesso ao serviço de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações de localidade com menos de cem habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, devendo ser utilizadas configurações instaladas que permitam

diferentes alternativas de **softwares** nos sistemas operacionais".

Essas foram as alterações que introduzimos, acatando sugestões de V.Exa., que também reproduziu a emenda apresentada pelos nobres Deputados Walter Pinheiro e Jorge Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão.

Com a palavra o Relator, para emitir parecer sobre a Emenda nº 1, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, a única que restou.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Gostaria que o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis fizesse suas justificativas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quando foi discutido o Projeto de Lei nº 31/2001, do Congresso Nacional, tive a oportunidade de apresentar a Emenda nº 117, com a seguinte redação: "Programa: Qualidade Ambiental. Ação: denominação, recuperação e preservação do meio ambiente, praias e Mata Atlântica, no litoral do Estado de Santa Catarina".

Essa emenda não foi acolhida pelo Sr. Relator. Quando foram discutidas as proposições acessórias ao Projeto de Lei nº 31, do Congresso Nacional, encaminhei a V.Exa., Sr. Presidente, seis requerimentos de destaque.

No momento da votação, um equívoco da minha assessoria fez com que o requerimento de destaque, relativo a uma das emenda, fosse acompanhando outra.

A nossa Secretária chamou a atenção e, diante daquele impasse e do clima que estávamos vivendo na Comissão, retirei cinco requerimentos de destaque e mantive o destaque para a Emenda nº 117.

A aprovação desta emenda é da maior importância para Santa Catarina. O litoral catarinense está sendo degradado. A mesma coisa ocorre com a Mata Atlântica que cobre a faixa de terra vizinha a esse litoral.

Por uma questão de ordem meteorológica ou natural, os rios de Santa Catarina, da vertente Atlântica, têm a vocação de caminhar para o norte. Não é por outra razão que temos um Município no litoral norte de Santa Catarina com a denominação de Barra Velha, era a barra primitiva do Rio Itapocu. Assim estão assoreados os Rios Mampituba, Araranguá, Biguaçu, Tijucas, Itajubá, Camboriú, Itapocu e a Baía da Babitonga — está completamente poluída.

Foi para atender a esse grave problema do meu Estado que apresentei a emenda. O Relator acolheu o meu requerimento de destaque. A emenda dizia: "recuperação e preservação do meio ambiente, praias e Mata Atlântica no litoral do Estado de Santa Catarina".

Quando tomei conhecimento da redação dessa emenda, o assessor da Consultoria Legislativa me informou que a redação havia ficado da seguinte forma: "recuperação e preservação do meio ambiente". É evidente que essa redação não diz nada a respeito do litoral nem da Mata Atlântica.

A emenda foi aprovada em plenário. O Sr. Relator, a quem sou imensamente grato pelas atenções a mim dispensadas, não fez nenhuma ressalva a essa emenda. Ela foi aprovada nos termos da proposição original que apresentei.

O assessor me comunicou que no PPA não é possível se estabelecer localidades ou Estados. Estudei a questão e agora submeto à Comissão, e muito especialmente à generosidade do Sr. Relator, a seguinte emenda de redação: onde se lê "qualidade ambiental como programa", mantém-se; onde se lê "projeto de atividade", que, no texto da lei, figura" recuperação e preservação do meio ambiente", proponho, fiel ao texto da emenda, "recuperação e preservação do meio ambiente em praias e na Mata Atlântica". Dessa forma, não se faz nenhuma referência a Estado ou Município. E justifiquei a emenda, Sr. Presidente.

A emenda em questão objetiva estabelecer que a redação da ação presente no projeto guarde fidelidade às expressões constantes na Emenda nº 117, de minha autoria, que foi aprovada pelo plenário desta Comissão e também pelo plenário do Congresso, sem faltar aos critérios aprovados na Comissão.

No PPA existe uma série de referência a regiões. No PPA, o Programa Nossos Rios não visa apenas a nossos rios, inclui o Rio São Francisco, Rio Paraíba do Sul, enfim, são referências geográficas.

Na minha emenda não há nenhuma referência geográfica, apenas se refere à natureza das ações, recuperação e preservação do meio ambiente. Pode ser na serra, pode ser na fronteira do nosso País, pode ser no leito de um dos rios da vertente do Paraná ou do Uruguai. Continuo na justificação: a redação final do projeto põe em evidência um lapso formal. Houve um lapso formal. A emenda aprovada, defendi-

da por mim, não atinge o objetivo. Eu a estou perseguindo em nome do povo catarinense.

A emenda original solicitou a inclusão do Programa Qualidade Ambiental de nova ação que tratasse especificamente da recuperação e preservação de matas, de praias e da Mata Atlântica, o que não chegou a ser alcançado na forma como aprovado pelo nosso eminente Relator.

Portanto, Sr. Presidente, tenho convicção de que não estou abrindo nenhum precedente. Agora mesmo, o nobre Sr. Relator fez uma alteração no que toca ao Programa FUST. V.Exa. atendeu à justa reivindicação do nobre Deputado Sérgio Miranda, acolhendo a substância de duas emendas de redação. Foram atendidas por V.Exa., em muito boa hora, e foram dispensadas as suas votações.

Não peço nada mais do que isso, para que a emenda possa alcançar os seus objetivos. Por isso, Sr. Relator e nobres Colegas, faço um apelo para que a rubrica orçamentária seja fiel à emenda que tive a honra de apresentar. Muito obrigado. Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, com todo respeito e admiração que V.Exa. merece, é completamente diferente a emenda que acolhemos, há uma alteração de redação e de localização apenas, não alterando o texto dos nobres Deputado Sérgio Miranda, Walter Pinheiro e Jorge Bittar, que já havia sido aprovada no plenário. Apenas o nobre Deputado Sérgio Miranda alertou a este Relator que ela não alterava e inutilizava a anterior aprovada aqui e depois do plenário. A de V.Exa. altera totalmente.

O PPA nos impede de acolher emendas relativas a destinações de Municípios e de Estado. V.Exa. alterou, estou explicando a você. V.Exa. V.Exa. alterou.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – V.Exa. pode dar parecer contrário, mas a emenda não altera o PPA.

A emenda está incluída no Programa Qualidade Ambiental; apenas a redação que V.Exa. deu não está fiel à emenda que apresentei.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Se V.Exa. permitir que eu fale...Ouvi V.Exa. e quero esclarecer. A emenda inicial de V.Exa. falava em Santa Catarina, depois V.Exa. alterou corretamente, só que não posso falar aqui de qualidade ambiental. O Projeto Atividade, Recuperação e Preservação do Meio Ambiente é um código já existente da União. Se V.Exa. me apresenta, agora, um projeto de atividade, recuperação e preservação do meio ambiente em praias e na Mata Atlântica, tenho de criar o novo código, tenho de alterar tudo isso. Vai me demandar um trabalho de, no mínimo três, quatro dias alterar tudo isso. Na realidade, V.Exa. tem um objetivo comum a todos nós, inclusive dos Estados vizinhos do Paraná.

Não há impedimento a que V.Exa. apresente emenda ao Orçamento para o fim específico. Não há nada que impeça que V.Exa. apresente recursos orçamentários a serem discutidos agora.

Por isso, nobre Deputado, com todo respeito que V.Exa. merece, não acolho a emenda de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A emenda tem parecer contrário.

Vamos colocar em votação a redação final do modo como se encontra, com a rejeição da emenda pelo Relator.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o Relator.... Temos que colocar as duas matérias.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – A emenda não pode ser rejeitada quando a Comissão vai votar a redação final que vai ser aprovada. Isso é uma forma de impedir que a emenda seja rejeitada. Quero que a emenda seja rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ora, nobre Deputado, não há destaque para emenda. V.Exa. é uma das figuras mais respeitáveis desta Casa. Apesar de não estar destacada a emenda, vamos atender ao apelo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Não houve prazo para destaque, Sr. Presidente, o parecer foi dado neste momento. Como é que podia pedir destaque? Seria impossível eu pedir destaque?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. será atendido, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Considero que V.Exa. pediu destaque para a emenda.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Então, obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação a emenda do Relator que tem parecer contrário na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitada a emenda, contra o voto do Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

A matéria não vai ao Senado Federal.

Em votação a redação final.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Vamos colocar em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Atenção, há vários requerimentos para serem apreciados agora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, apenas em relação à votação anterior, gostaria que constasse que o meu encaminhamento foi "não" e meu voto foi "não" também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – "Não" ao parecer do Relator?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o Líder Walter Pinheiro esteve aqui, no início da sessão, e me perguntou se essa matéria do PPA seria a única matéria decidida nesta reunião, em que há acordo. Disse a S.Exa. que tínhamos que concluir a votação de uma matéria pendente para, então, procedermos à votação do PPA.

Então, a não ser que haja novo entendimento por parte dos Líderes, o acordo era para que, nesta sessão, votássemos a redação final do PPA. Marcamos uma sessão para amanhã, às 10h, quando poderemos concluir a votação de novas matérias.

Portanto, não há acordo para votação de outras matérias.

Sr. Presidente, também gostaria de levantar outra questão. Por duas vezes o Líder Sérgio Miranda disse que a votação no plenário seria nominal. Não tive essa informação a respeito do resultado da reunião de Líderes, mas também não estava presente. Estava presente o Líder Arthur Virgílio. O Deputado Sérgio Miranda, que também estava presente, informa agora que o Líder Miro Teixeira teria conduzido o acordo.

Então, apenas quero registrar que esta reunião foi convocada por acordo, sem a necessidade de verificação nominal. E que convocarmos para amanhã o Congresso, a fim de fazer a votação da redação final. Em função da manifestação do Líder Sérgio Miranda, fazemos a consulta. Estou procurando o Líder Miro Teixeira para esclarecer a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, apenas para esclarecer a V.Exa. e à Secretaria que o nobre Deputado Gilmar Machado me solicitou que seu requerimento fosse retirado, pois o assunto já está solucionado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Considero retirado então o requerimento.

Em função do acordo, vamos paralisar a sessão. Antes, quero avisar aos Srs. Parlamentares que, tendo em vista o **Diário**, que teve de saltar a votação do parecer preliminar, estamos encaminhando ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, ainda hoje, solicitação de alteração do cronograma de tramitação da proposta orçamentária para 2002.

O Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, está entregando o parecer preliminar agora à tarde para que a secretaria da Comissão faça sua distribuição. Assim, passarei à leitura do novo prazo para tramitação do Projeto de Lei nº 32/ 2001.

Este é o ofício que está sendo encaminhado para o Presidente do Senado:

Dirijo-me a V.Exa. para solicitar alteração dos prazos do cronograma de tramitação da proposta orçamentária de 2002, Projeto de Lei nº 32/2001, elaborado pelo Colegiado e representantes das lideranças partidárias com assento na Comissão.

Relatório preliminar.

Apresentação à Secretaria da Comissão, em 3/10/2001; emendas, de 4 a 8/10/2001; votação no plenário da Comissão, de 9 a 11/10/2001; emendas, apresentação perante a Comissão, de 15 a 25/10/2001; publicação e distribuição, até 28/10/2001. Os demais prazos continuam os mesmos que constavam anteriormente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o prazo de apresentação das emendas não foi reduzido em cinco dias?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só um minuto. Comunico ainda...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não era de quinze dias o prazo para apresentação de emendas? Só estou pedindo um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Até quinze dias.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Aí ficaram dez somente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator-Geral propôs que ficasse dez por conta do atraso já verificado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Ah, bom! É proposta dele. Tudo bem. Vamos estudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Comunico ainda que esta Presidência encaminhou à Secretaria Geral da Câmara dos Deputados e do Senado Federal proposta de projeto de resolução que substitui integralmente a Resolução nº 02/95, que deverá ser apresentada pela Mesa do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – A proposta de resolução altera a questão das emendas?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Altera nos termos acordados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Altera de conformidade com o que foi acordado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Está bom. Muito obrigado. Era só isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. vai enviar para os Deputados ainda hoje ou amanhã a cópia do parecer preliminar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Hoje ainda. Se não for entregue agora, entregaremos hoje ainda, dependo do Relator-Geral. Se não for entregue hoje, será amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Obrigado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Havia pedido a palavra para solicitar o novo projeto de cronograma. Em parte V.Exa. já atendeu. Mas solicito que V.Exa. já marque reunião do Colégio de Líderes para acertar essas questões, para que possamos votar com rapidez ainda esta semana.

Gostaria também que V.Exa. anunciasse a votação para amanhã na Comissão. É muito importante a Resolução nº 2, Sr. Presidente. Do contrário, vamos criar polêmica na Casa em relação à questão do critério de emendas de Estados e vamos perder tempo com isso. Então, seria fundamental que já tivéssemos votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Votação de que, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Das emendas que acordamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, nobre Deputado. É preciso que o parecer preliminar primeiro seja aprovado, para deflagrar...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – São duas coisas diferentes, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Vai haver emenda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem que ser preliminar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Tem que votar, sim; claro que tem. O parecer preliminar e a Resolução nº 2 emendada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Resolução nº 2 é votada pelo Congresso, não pela Comissão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Temos que encaminhar nessa proposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Li a proposta aqui agora, nobre Deputado. A comunicação...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Se não me falha o arquivo sobre o Regimento, teríamos que enviar para o Congresso Nacional poder votar. Espero que votemos na próxima sessão. Acredito que amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É a sugestão, quero ajudar a dar celeridade. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, está da forma que foi combinado no Colégio de Líderes. Já foi encaminhado para a Presidência do Senado e da Câmara com as providências.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado. V.Exa. já atalhou mais ainda. Dali já foi direto para lá, sem passar na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – De acordo?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Tudo bem. Por mim, tudo bem. Participei do acordo, por mim tudo bem. Eu imaginava, e V.Exa. está me dizendo que não, que teria que passar necessariamente pelo plenário antes de ir para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é lá que aprova.

Está suspensa a sessão. Vamos dar continuidade a ela amanhã, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro aberta a reunião.

Como é evidente a falta de **quorum**, vou encerrá-la, convocando reunião para terça-feira próxima, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2001.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às quinze horas, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu titular, Senador CARLOS BEZERRA, para apreciação das matérias constantes das Pautas nº 19, 20 e 21. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Sampaio Dória, Santos Filho, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra; **- Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Deputados Suplentes:** Armando Abílio, Augusto Franco, Carlito Merss, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Gonçalves, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, José Carlos Coutinho, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Lincoln Portela, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro e Waldemir Moka; **- Senadores suplentes:** Lúdio Coelho e Romeu Tuma. Registrou-se a presença dos parlamentares não-membros **Deputados** Alexandre Santos, Dr. Heleno, Ildefonço Cordeiro, Itamar Serpa, Oliveira Filho e Romeu Queiroz. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Dipp, Almir Sá, Arnon Bezerra, Basílio Villani, Eujácio Simões, João Matos, José Priante, Lúcia Vânia, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pedro Eugênio, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sérgio Miranda, Welinton Fagundes e Zé Gomes da Rocha; **- Senadores titulares:** Arlindo Porto, Gilberto Mestrinho, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Sebastião Rocha. Justificou ausência o **Senador** Eduardo Siqueira Campos. **ABERTURA:** Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente deu início à reunião. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: - Expedientes justificando ausência às reuniões, deferidos pela Presidência: **1)** Fax encaminhando cópia do Ofício 3571, da Presidência da Câmara dos Deputados, justificando ausência do Deputado Gastão Vieira no dia 02 de outubro. **2)** Ofício 187, de 04 de outubro, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, justificando ausência no dia 20 de setembro. **3)** Ofício 194, de 04 de outubro, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, justificando ausência nos dias 25 e 26 de setembro. **4)** Ofício 823, de 08 de outubro, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência no dia 27 de setembro e no período de 02 a 04 de outubro. – Expedientes encaminhando designação dos relatores setoriais das áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002: **1)** Ofício 1.125, de 21 de agosto, da Liderança do Bloco PFL/PST na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Luciano Castro para a Área IX – Integração Nacional e Meio Ambiente. **2)** Ofício 1.126, de 21 de agosto, da Liderança do Bloco PFL/PST da Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Wilson Braga para a Área I – Poderes do Estado e Representação. **3)** Ofício 222, de 18 de setembro, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Nelson Meurer para a Área IV – Agricultura e Desenvolvimento Agrário. **4)** Ofício 201, de 20 de setembro, da Liderança do PMDB, no Senado Federal, indicando o Senador Wellington Roberto para Área II – Justiça e Defesa. **5)** Ofício 753, de 25 de setembro, da Liderança do PSDB, na Câmara dos Deputados, indicando os Deputados Paulo Feijó e Félix Mendonça para as Áreas VII - Saúde e III - Fazen-

da e Desenvolvimento, respectivamente. O Presidente solicitou às Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que fizessem, com a maior brevidade possível, as indicações dos relatores setoriais para as seguintes áreas temáticas: Área V – Infra-estrutura: PMDB – Câmara dos Deputados; Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo: PT - Câmara dos Deputados; Área VIII – Previdência e Assistência Social: PSDB – Senado Federal e Área X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: PFL – Senado Federal. O Presidente informou aos senhores membros que o Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, havia feito a designação dos seguintes parlamentares para o Comitê de Receitas para a Proposta Orçamentária de 2002: Senadores Amir Lando – PMDB/RO e Paulo Hartung – Bloco PT/PDT/PPS/ES e os Deputados Paulo Mourão – Bloco PSDB/PTB/TO, Jorge Khoury Bloco PFL/PST/BA, Jorge Bittar – PT/RJ e Sérgio Miranda – Bloco PSB/PCdoB/MG. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício 1.087, de 03 de setembro, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, encaminhando cópia de expediente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais – APAEs, com sugestões para a Proposta Orçamentária para 2002. **2)** Ofício 507, de 02 de outubro, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Almir Pazzianotto, encaminhando pedido de alteração de valores dos precatórios federais trabalhistas incluídos na Proposta Orçamentária para 2002. – Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: **1)** Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **2)** Ofício 664, de 27 de setembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **3)** Ofício 477, de 28 de setembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **4)** Ofício 23, de 28 de setembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **5)** Ofício 2.782, de 03 de outubro, do Superior Tribunal Militar. Período: de maio a agosto de 2001. **6)** Expediente de 04 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. – Expedientes/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 5.641, de 26 de setembro, encaminhando cópia do Acórdão 245/2001, sobre relatório de inspeção realizado na Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; **2)** 5.668, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 772/2001, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal. **3)** 5.695, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 780/2001, sobre auditoria realizada na Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde; **4)** 5.709, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 773/2001, sobre auditoria realizada na Fundação Universidade de Brasília; **5)** 5.710, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 774/2001, sobre auditoria realizada na Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba – SUPLAN; **6)** 5.714, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 777/2001, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **7)** 5.715, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 778/2001, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região; **8)** 5.726, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 779/2001, sobre auditoria realizada na Justiça Federal – Seção Judiciária de Mato Grosso. – Expedientes encaminhados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 que ultrapassam a 2 milhões de reais: **1)** Ofício 128, de 03 de setembro, do Diretor-Geral do Senado Federal; **2)** Ofício 165, de 14 de setembro, do Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade da Câmara dos Deputados; **3)** Ofício 16, do Ministério da Saúde. **III)** Distribuição de matérias: Subtítulo 26.784.0230.3265.0001 – Dragagem no Porto de Vitória no Estado do Espírito Santo, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 05/01/2001 (Lei Orçamentária para 2001). Relator designado: Deputado Almir Sá, do PPB, de Roraima. Às quinze horas e nove minutos, tendo em vista a falta de quorum para deliberação, na representação do Senado Federal, o Presidente suspendeu a Reunião. Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, no exercício da Presidência declarou reaberta a Reunião suspendendo-a em seguida, tendo em vista o início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia dez do mesmo mês, o Presidente, titular, Senador Carlos Bezerra, deu prosseguimento à reunião. Apreciação das Atas da 20ª Reunião Ordinária e da 9ª Reunião de Audiência Pública, realizadas em 02 e 03 de outubro e 03 de outubro, respectivamente. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve

discussão. Conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou as Atas **aprovadas. EXPEDIENTE**: **I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 496/2001, de 18 de setembro de 2001, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Bernardo Cabral, solicitando critério na alocação de recursos a emendas estaduais. - Expediente justificando ausência às reuniões, deferido pela Presidência: **1)** Ofício 238, de 09 de outubro, do Deputado Helenildo Ribeiro, justificando ausência no período de 01 a 05 de outubro. - Expedientes encaminhando designação dos relatores setoriais das áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002: **1)** Ofício 185, de 09 de outubro, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Gilmar Machado para a Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício nº 2001.01.0518, de 10 de agosto, do Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro Paulo Costa Leite, informando sobre o orçamento daquele órgão na Proposta Orçamentária para 2002. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: **1)** Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Período: de maio a agosto de 2001; **2)** Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **3)** Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **4)** Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Período: de maio a agosto de 2001; **5)** Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Período: de maio a agosto de 2001. - Expediente/SGS encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União: **1)** 5.517, de 12 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 736/2001, acerca de auditoria operacional sobre a avaliação do desempenho das concessionárias de rodovias federais. - Expedientes enviados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 que ultrapassam a 2 milhões de reais: **1)** Ofício 574, de 06 de setembro, do Ministério da Educação; **2)** Ofício 164, de 05 de outubro, da Advocacia-Geral da União; **3)** Ofício 282-A, de 02 de outubro, do Ministério do Esporte e Turismo. - Expedientes enviados em cumprimento ao art. 85 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de subtítulos de contratos relativos às obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União: **1)** Ofício 499, de 25 de setembro, do Tribunal Superior do Trabalho; **2)** Ofício 385, de 01 de outubro, do Ministério dos Transportes. O Presidente informou que, conforme acordo firmado com os Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão, aquela reunião seria destinada somente à apreciação da matéria constante da Pauta nº 20. **ORDEM DO DIA.** PAUTA Nº 20. Item 01 - **Apreciação do Relatório Preliminar, com as emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2001-CN** – que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002". Relator-Geral: Deputado Sampaio Dória. O Relator-Geral fez a exposição da matéria. A seguir, o Presidente anunciou que a discussão e o prazo para apresentação de destaques estavam abertos. Discutiram o Relatório os Deputados Virgílio Guimarães, Dr. Rosinha, João Grandão, Antônio Carlos Konder Reis, Clementino Coêlho e João Coser. Às quinze horas e quarenta e um minutos o Terceiro Vice-Presidente, Deputado Virgílio Guimarães, assumiu a direção dos trabalhos. Às dezesseis horas e onze minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, suspendendo o prazo para apresentação de destaques. **ENCERRAMENTO:** Às nove horas e trinta minutos do dia onze de outubro do mesmo ano, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado Virgílio Guimarães, no exercício da Presidência, declarou reaberta a reunião encerrando-a logo após, em virtude da inexistência de quorum no recinto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA.** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 21ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 19, 20 e 21, de 2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que as pautas, com os respectivos itens, estão disponíveis sobre a mesa de trabalho.

Apreciação das atas da 20ª reunião ordinária, realizada em 2 e 3 de outubro de 2001, e da 9ª reunião de audiência pública, realizada em 3 de outubro de 2001. Estas só serão apreciadas quando houver **quorum**.

Expediente.

Correspondência recebida.

Expedientes justificando ausência às reuniões, deferidos pela Presidência:

1) Fax encaminhando cópia do Ofício nº 3.571, da Presidência da Câmara dos Deputados, justificando ausência do Deputado Gastão Vieira no dia 2 de outubro;

2) Ofício nº 187, de 4 de outubro, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, justificando ausência no dia 20 de setembro;

3) Ofício nº 194, de 4 de outubro, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, justificando ausência nos dias 25 e 26 de setembro;

3) Ofício nº 823, de 8 de outubro, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência no dia 27 de setembro e no período de 2 a 4 de outubro.

Expedientes encaminhando designação dos Relatores Setoriais das áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002:

1) Ofício nº 1.125, de 21 de agosto, da Liderança do Bloco PFL/PST na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Luciano Castro para a Área IX – Integração Nacional e Meio Ambiente;

2) Ofício nº 1.126, de 21 de agosto, da Liderança do Bloco PFL/PST da Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Wilson Braga para a Área I – Poderes do Estado e Representação;

3) Ofício nº 222, de 18 de setembro, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Nelson Meurer para a Área IV – Agricultura e Desenvolvimento Agrário;

4) Ofício nº 201, de 20 de setembro, da Liderança do PMDB no Senado Federal, indicando o Senador Wellington Roberto para a Área II – Justiça e Defesa;

5) Ofício nº 753, de 25 de setembro, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, indicando os Deputados Paulo Feijó e Félix Mendonça para as Áreas VII – Saúde e III – Fazenda e Desenvolvimento, respectivamente.

Solicito às Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que façam as indicações dos Relatores Setoriais para as seguintes áreas temáticas, com a maior brevidade:

Na Câmara dos Deputados:

PMDB: Área V – Infra-estrutura;

PT: Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo.

No Senado Federal:

PSDB: Área VIII – Previdência e Assistência Social;

PFL: Área X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Informo que o Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, fez a designação dos seguintes Parlamentares para o Comitê de Receitas para a Proposta Orçamentária de 2002:

Coordenador: Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral.

Parlamentares: Senador Amir Lando, do PMDB, de Rondônia; Senador Paulo Hartung, do Bloco PT/PDT/PPS, do Espírito Santo; Deputado Paulo Mourão, do Bloco PSDB/PTB, do Tocantins; Deputado Jorge Khoury, do Bloco PFL/PST, da Bahia; Deputado Jorge Bittar, do PT, do Rio de Janeiro; Deputado Sérgio Miranda, do Bloco PSB/PCdoB, de Minas Gerais.

Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 1.087, de 3 de setembro, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, encaminhando cópia de expediente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais – APAEs com sugestões para a Proposta Orçamentária para 2002;

2) Ofício nº 507, de 2 de outubro, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Almir Pazzianotto, encaminhando pedido de alteração dos valores dos precatórios federias trabalhistas incluídos na Proposta Orçamentária para 2002.

Expedientes encaminhando relatório de gestão fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

1) Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001;

2) Ofício nº 664, de 27 de setembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001;

3) Ofício nº 477, de 28 de setembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001;

4) Ofício nº 23, de 28 de setembro, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001;

5) Ofício nº 2.782, de 3 de outubro, do Superior Tribunal Militar. Período: de maio a agosto de 2001;

6) Expediente de 4 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001.

Expedientes encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) Nº 5.641, de 26 de setembro, encaminhando cópia do Acórdão 245/2001, sobre relatório de inspe-

ção realizado na Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL;

2) Nº 5.668, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 772/2001, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal;

3) Nº 5.695, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 780/2001, sobre auditoria realizada na Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde;

4) Nº 5.709, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 773/2001, sobre auditoria realizada na Fundação Universidade de Brasília;

5) Nº 5.710, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 774/2001, sobre auditoria realizada na Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba — SUPLAN;

6) Nº 5.714, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 777/2001, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

7) Nº 5.715, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 778/2001, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

8) Nº 5.726, de 26 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 779/2001, sobre auditoria realizada na Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso.

Expedientes encaminhados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 e ultrapassam 2 milhões de reais:

1) Ofício nº 128, de 3 de setembro, do Diretor-Geral do Senado Federal;

2) Ofício nº 165, de 14 de setembro, do Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade da Câmara dos Deputados;

3) Ofício nº 162, do Ministério da Saúde.

Distribuição de matérias:

Subtítulo 26.784.0230.3265.0001 – Dragagem no Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001 (Lei Orçamentária para 2001).

Relator designado: Deputado Almir Sá, do PPB, de Roraima.

Não há **quorum** para iniciarmos a Ordem do Dia. Em virtude disso, esta Presidência suspende a reunião, a qual retomaremos às 18h de hoje.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Há número regimental para abertura dos trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, mas tendo em vista que na Câmara dos Deputados já começou a Ordem do Dia, com votação nominal, e que o Comitê de Avaliação de Receitas está reunido com o Secretário Everardo Maciel, suspendemos a reunião de hoje e a transferimos para amanhã, com leitura, discussão e votação do relatório preliminar, às 14h30min.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental declaro reiniciada a 21ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 19, 20 e 21, de 2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que as pautas, com os respectivos itens, estão disponíveis na mesa de trabalhos.

Apreciação das atas das seguintes reuniões: 20ª reunião ordinária, realizada em 2 e 3 de outubro de 2001, e 9ª reunião de audiência pública, realizada em 3 de outubro de 2001.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Expediente.

Ofício nº 496, de 2001, de 18 de setembro de 2001, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, Senador Bernardo Cabral, solicitando critério na alocação de recursos a emendas estaduais.

Expediente justificando ausência às reuniões, deferido pela Presidência.

Ofício nº 238, de 9 de outubro, do Deputado Helenildo Ribeiro, justificando ausência no período de 1 a 5 de outubro.

Expediente encaminhando designação dos Relatores-Setoriais das várias áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002.

Ofício nº 185, de 9 de outubro, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Gilmar Machado para a Área V — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo.

Correspondência recebida.

Ofício nº 2001.01.0518, de 10 de agosto, do Presidente do Conselho de Justiça Federal, Ministro

Paulo Costa Leite, informando sobre o orçamento daquele órgão na Proposta Orçamentária para 2002.

Expedientes encaminhando Relatório da Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a", §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1 – Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Período: maio a agosto de 2001.

2 — Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Período: setembro de 2000 a agosto de 2001.

3 — Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Período: setembro de 2000 a agosto de 2001.

4 — Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Período: maio a agosto de 2001.

5 — Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Período: 10 de maio a agosto de 2001.

Expediente encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União.

1 — 5.517, de 12 de outubro, encaminhando cópia da Decisão nº 736, de 2001, referente à auditoria operacional sobre a avaliação do desempenho das concessionárias de rodovias federais.

Expedientes enviados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002, que ultrapassam a 2 milhões de reais.

Ofício nº 574, de 6 de setembro, do Ministério da Educação.

Ofício nº 164, de 5 de outubro, da Advocacia-Geral da União.

Ofício nº 282-A, de 2 de outubro, do Ministério do Esporte e Turismo.

Expedientes enviados em cumprimento ao art. 85 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de subtítulos de contratos relativos às obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Ofício nº 499, de 25 de agosto, do Tribunal Superior do Trabalho.

Ofício nº 385, de 1º de outubro, do Ministério dos Transportes.

Conforme acordo firmado, esta reunião se destinará apenas à apreciação da Pauta nº 20, item nº 1.

Apreciação do relatório preliminar, com as emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 32, de 2001, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002".

Concedo a palavra ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, embora a intenção da Relatoria seja sempre a de incorporar, na maior medida possível, as contribuições dos autores de emendas, na verdade, não foi possível fazê-lo numa escala mais considerável, embora não tenha deixado também de fazê-lo numa escala razoável. Diversas emendas foram acolhidas, algumas integralmente, outras, parcialmente.

De qualquer forma, Sr. Presidente, a tentativa de um expressivo número de Parlamentares, através de emendas, levantar desde logo discussões que, sem dúvida alguma, vão nos ocupar, a nós, na Comissão, e no plenário das duas Casas do Congresso, ao longo dessas próximas semanas e desses próximos meses, como, por exemplo, a discussão relativa ao reajuste real do salário mínimo, à reposição de recursos para o Ministério da Saúde. Esta, em decorrência da interpretação dada à PEC da Saúde pelo Ministério da Fazenda e, posteriormente, pela Advocacia-Geral da União, teria, na opinião de muitos dos Srs. Congressistas, prejudicado a integridade das verbas destinadas à Saúde em obediência aos termos e ao espírito da emenda constitucional aprovada no ano passado.

O mesmo digo em relação a outros projetos que alguns Parlamentares, alguns partidos políticos com representação nesta Casa, apreciariam muito ver contemplados. Parece-me que seria prematuro incorporar essas propostas ao atual estágio dos nossos trabalhos, ou seja, o parecer preliminar. Por essa razão essas emendas de modo geral foram rejeitadas.

Houve também inúmeras tentativas, cerca de duas dezenas, de incluir novas exceções ao corte linear de investimentos realizados pela Relatoria-Geral neste parecer prévio, de modo a dar aos Relatores-Setoriais uma base de partida para seus trabalhos.

De modo geral, quero deixar absolutamente claro que a rejeição dessas emendas não se trata de uma tentativa, que seria, aliás, estúpida e inócua, de se travar uma discussão que certamente será profunda e apaixonada, envolvendo inúmeras dessas questões e outras que ainda não mencionei, mas que certamente ocuparão a agenda da Comissão e do Congresso proximamente. Apenas não considero que este seja o momento e que este seja um instrumento adequado para, desde logo, incorporar a essas discussões, seja sobre salário mínimo, seja sobre reajuste dos servidores federais, seja sobre subsídio

para as dívidas agrícolas, seja sobre a restauração de valores orçamentários para o Ministério da Saúde, em consonância com a PEC da Saúde, aprovada pelo Congresso no ano passado. Em suma, houve o cuidado de manter a integridade do parecer preliminar, deixando essa discussão para um segundo plano.

Em todos esses casos, todavia, está feita a ressalva explícita de que, se — nessas próximas semanas, em decorrência sobretudo do trabalho do Comitê de Receita — conseguirmos mobilizar recursos para dar a eles as destinações que a vontade política majoritária da Comissão e do Congresso determinem, tão logo esses recursos sejam levantados, aferidos e estabelecidos, teremos, evidentemente, o cuidado de ouvir as Lideranças partidárias da Comissão e do Congresso, os integrantes da Comissão Mista de Orçamento e as entidades representativas da sociedade, para decidir, então, já com a segurança de recursos disponíveis, sua melhor alocação.

Não tive, não tenho e não terei nenhuma pretensão — que seria absolutamente descabida — de decidir qual deva ser a melhor destinação para os recursos adicionais que eventualmente conseguirmos levantar, detectar e mobilizar, através, como disse, do Comitê de Receitas recém-instalado, e que ontem já teve contato formal e oficial com o Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel.

Pretendo, evidentemente, como está dito em cada uma das justificativas dessas rejeições, trazer à discussão política da Comissão e das duas Casas do Congresso a questão de quais devam ser as alocações prioritárias dos recursos que eventualmente conseguirmos detectar, seja para salário mínimo, seja para reajuste de servidores, para outros programas sociais, para agricultura, para a saúde.

De qualquer forma, essa é uma discussão que, a meu ver, seria absolutamente prematura neste momento.

Fundamentalmente, eram essas as observações que gostaria de fazer neste momento. Coloco-me à disposição dos membros da Comissão para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer do Relator.

Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, temos acompanhado de perto o esforço do nobre Relator para criar espaço, em primeiro lugar, no sentido de viabilizar grandes projetos, grandes demandas nacionais, bem como as emendas em geral, médias e pequenas, tão úteis quanto as outras. Somos testemunhas de que S.Exa. muito tem se esforçado para aperfeiçoar a tramitação, e foi um avanço o que obtivemos de forma equilibrada e apoiada por todos no que se refere ao ajuste de número de emendas por Estado. É importante fazer essa ressalva.

Tivemos oportunidade de participar, ontem, de uma reunião extremamente construtiva, aberta, transparente, com o Secretário Everardo Maciel, procurando aquilo que é mais importante, a detecção de fontes, com um esforço que pode ser obtido tanto para o investimento — existe uma possibilidade —, como para fontes permanentes para atender àquelas de caráter continuado, que seriam especificamente o salário mínimo, os servidores públicos etc.

Quero ressaltar o esforço da Comissão, do Comitê de Receitas, do nosso companheiro Jorge Bittar, sobretudo do Sr. Relator. Mas não podemos deixar de registrar que esse esforço da Comissão e de todos os partidos da base do Governo e da Oposição não parece ser a mesma postura do Governo Federal, no que se refere pelo menos aos servidores públicos. Talvez houvesse uma expectativa exagerada do movimento dos servidores com as possibilidades da Comissão de Orçamento. Estamos aqui para trazer a realidade dos fatos e dos números, mas o Governo fechou, inclusive, o diálogo com os servidores públicos.

Fui comunicado pelo Líder Walter Pinheiro de uma decisão tomada pela bancada do PT no sentido de obrigar o Governo pelo menos a negociar, não de dar a reposição. Quando parecia que a negociação poderia ser aberta, com participação, inclusive, de membros da base do Governo, houve, pelo contrário, o fechamento completo e até o corte de pagamento.

Então, seguindo orientação do meu partido, já que não nos sentimos em condições de votar, nós nos recusamos a dar seguimento. Estaríamos dispostos a participar do esforço do nobre Relator no sentido de procurar fontes, mesmo que fossem insuficientes. Mas desde que seja no clima que temos na Comissão e no Comitê, não naquele que nos tem chegado no que se refere ao relacionamento do Governo com os servidores públicos.

Sr. Presidente, a contragosto, somos testemunhas públicas do que vem ocorrendo, mas a orientação da bancada é de nos incorporarmos ao Governo também nesse esforço comum e substituir esse fechamento e a intransigência pelo diálogo. Até que isso ocorra, nós nos sentimos prejudicados para poder continuar colaborando se não na discussão, mas na tramitação. Vamos adotar a postura de obstrução,

para evitar que depois possamos ser responsabilizados por aprovar algo que não corresponda àquilo que seja expectativa, talvez até exagerada, de alguns.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Quero dizer a V.Exa. que fico muito sensibilizado com as referências que faz ao trabalho que estamos desenvolvendo de comum acordo com os demais partidos, inclusive com o seu que, aliás, tem dado contribuição muito construtiva, séria e correta, seja no Comitê de Receitas, seja no âmbito de outros comitês, ou da própria Comissão.

Lamento que, em decorrência de uma decisão maior da Liderança do partido de V.Exa. na Câmara dos Deputados, a bancada do PT fique impedida de dar seguimento à discussão e votação desse parecer prévio que, a rigor — apenas tomaria a liberdade de alertá-lo — tem uma conseqüência de ordem prática: não permitir que o prazo para apresentação de emendas individuais, coletivas, estaduais, regionais e de Comissão, comece a correr. Esse prazo, como sabe V.Exa., está previsto para ter o seu decurso inicial no dia 15 de outubro, encerrando-se no dia 25 de outubro, para não prejudicar o cronograma maior que prevê a votação do Relatório final por volta de meados de dezembro.

Na verdade, a decisão do partido de V.Exa., que temos de respeitar, pode ter a conseqüência de impedir que comece a decorrer o prazo para apresentação das emendas e as etapas posteriores do processo de elaboração e votação do Relatório final.

Compreendo a posição de V.Exa. e também retribuo as referências extremamente simpáticas e generosas que acaba de me fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, Sr. Relator, estive observando o Relatório apresentado por V.Exa. e me chamam a atenção alguns fatos. O primeiro deles, a enorme quantidade de propostas de emendas rejeitadas ou acatadas parcialmente. Cabe a V.Exa. esse papel, mas tem-se a impressão de que poucas sugestões dos nobres Parlamentares foram aceitas.

Em segundo lugar, ao aprovar este Relatório, fica a impressão de que poderemos esquecer o reajuste dos servidores e do salário mínimo. Chamo a atenção para as emendas do Deputado Jorge Bittar, Emenda nº 15, em que S.Exa. propõe revisão de receita, ou seja, recursos que hoje vão ficar liberados para emendas de bancada. A proposta de S.Exa. seria designar essas receitas para reajuste de salário mínimo e ou reajuste de servidores. Ao rejeitar a Emenda nº 15, praticamente deixa disponíveis esses recursos. Não temos nada contra, mas deixá-los disponíveis para as emendas de bancada.

Chamo a atenção também para a Emenda nº 39, de minha autoria, em que V.Exa. mantém a reserva de contingência novamente para as emendas individuais, quando o nosso objetivo é fazer com que a Emenda Constitucional nº 29 seja aceita ou cumprida. Essa a razão que vem casada com a Emenda nº 40.

Sr. Relator, não podemos deixar que as emendas individuais corrijam diferença hoje apresentada. Não podemos deixar que fique por conta das emendas individuais a correção da diferença que existe do Projeto de Lei Orçamentário para aquilo que dispõe a Emenda Constitucional nº 29. Devemos ter a oportunidade de corrigir, o que era o objetivo da minha emenda, começar a garantir desde já que a Emenda Constitucional nº 29 seja cumprida. Se deixarmos por conta das emendas individuais, caso elas não se concretizem dentro das necessidades de recursos financeiros para atender à Emenda Constitucional nº 29, vão ficar aquém disso. De toda maneira, V.Exa. vai ter que depois mexer no Relatório para atender a essa emenda.

Nosso objetivo já era partir desde esse pré-Relatório para a sua correção. Por isso fazemos um apelo a V.Exa., a fim de que analise com maior profundidade, faça uma reflexão — não que V.Exa.; não tenha refletido — no sentido de procurar desde já garantir que a Emenda Constitucional nº 29 seja cumprida, porque a ela vamos apresentar destaques.

São essas as emendas a que apresentaremos destaques e que queremos ver contempladas. E, se necessário, faremos um debate maior nesta Comissão, que entendo necessário, para que seja cumprido o mínimo constitucionalmente hoje posto para a Saúde.

Quanto ao comentário do Deputado Virgílio Guimarães, que V.Exa., nobre Relator, já lamentou, hoje a situação vivida pelos trabalhadores públicos da União é bastante difícil. Vejo até um mecanismo opressivo do Poder Executivo. Sei que não temos nada com isso, mas esta Comissão politicamente tem muito a contribuir. É com esse objetivo que tomamos a decisão política hoje de tentar garantir uma negociação. Sabemos que vamos conversar sobre política, mas é na política que está a solução para o servidor público e para os trabalhadores rurais.

Essa é a razão de entrarmos em obstrução nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Deputado, no tocante à segunda parte, gostaria de reiterar a V.Exa. o que já disse ao Deputado Virgílio Guimarães, no sentido de que evidentemente todos nós temos de respeitar a decisão da Liderança dos partidos, como a do Partido dos Trabalhadores, como um instrumento de pressão para levar o Governo a abrir o diálogo e a negociação com os servidores em greve.

Mas, no tocante à primeira parte, gostaria de dar um esclarecimento. Se bem entendi, a intenção de V.Exa., o que a Assessoria e a Consultoria da Comissão informam, é que um ponto...

(*Intervenção paralela ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sobre a parte inicial levantada por V.Exa., gostaria de dizer duas coisas: uma, do montante ali previsto, uma parte, cerca de 1 bilhão e 200 milhões, destina-se às emendas individuais, de fato. E nota-se claramente uma absoluta indisposição da esmagadora maioria dos Congressistas em abrir mão desses recursos, para apresentação das suas emendas individuais.

O saldo da ordem de 600 a 700 milhões de reais destinariam-se a emendas coletivas dos Estados, das Regiões e das Comissões Técnicas.

E a outra emenda, que pretende assegurar a destinação dos recursos não utilizados pelas emendas individuais para o reajuste dos servidores — perdão, nesse caso de V.Exa., para o Ministério da Saúde —, o que estamos pondo como justificativa da recusa é que na medida em que identificarmos, como disse no início, novos recursos, antes de deliberar sobre as destinações prioritárias — ontem começamos a discutir com colegas de V.Exa. e com o Secretário da Receita Federal, no Comitê de Receita —, desses recursos que vierem a ser identificados como adicionais, a nossa intenção é promover exatamente uma discussão política no âmbito da Comissão, com as Lideranças dos partidos, nas duas Casas do Congresso Nacional, para fazer com que as prioridades estabelecidas para destinação desses eventuais recursos — salário mínimo, reajuste de servidores, saúde, agricultura etc. — traduzam o consenso político que prevaleça dentro das duas Casas do Congresso.

Achamos que não faz muito sentido desde já estabelecermos amarrações e predestinações para esses eventuais recursos disponíveis, seja pela sua não- utilização, como aponta V.Exa., no caso das emendas individuais, seja para outras fontes de receita que venham a ser detectadas pelo comitê de receitas.

Democraticamente, o que a Relatoria está pretendendo é devolver a V.Exas., no âmbito desta Comissão e do Congresso, a discussão sobre quais devam ser as destinações prioritárias desses recursos adicionais que venham a ser detectados.

É claro que, para uma parcela importante do Congresso, a prioridade absoluta é saúde pública; para outros, o reajuste real do salário mínimo; para outros, o reajuste dos servidores públicos. Na verdade, vamos fazer essa discussão mais adiante, e não no momento e na etapa do relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Grandão para discutir.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, indago com relação à Emenda nº 32, que fala sobre a questão do Novo Mundo Rural, à Emenda nº 29, também relacionada com o Novo Mundo Rural, especificamente de assentamentos de trabalhadores rurais e sua consolidação, e à Emenda nº 33, que fala de emancipação dos assentamentos rurais.

Todas as emendas, tentando minimamente garantir a manutenção de algumas situações, foram rejeitadas. Por isso, gostaria de uma explicação da Relatoria em relação a essas emendas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - V.Exa. lembra-se do nome dos autores dessas três emendas?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – As Emendas de nºs 29 e 32 foram assinadas pelo Deputado Virgílio Guimarães; a Emenda nº 48 foi assinada pelo Deputado Gilmar Machado. Todas elas relacionadas ao subitem 5.5, incluídas no Novo Mundo Rural.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Deputado, houve várias tentativas, além dessas três que V.Exa. menciona, de evitar cancelamentos de cortes para alguns programas, no caso específico, o Novo Mundo Rural, Consolidação de Assentamento.

A posição da Relatoria foi de rejeitar todas as tentativas de cancelamento, com exceção de uma, inclusive advinda de sugestões de Deputados da bancada do PT, na sua maioria, que são as programações voltadas para o atendimento à criança. Nas demais o cancelamento foi mantido, o que não significa que os Relatores-Setoriais não possam e até não devam, ouvindo os argumentos dos Srs. Deputados, restabelecer os valores originais. Na verdade, evitamos reduzir ao extremo a margem disponível dos Relatores-Setoriais no sentido de fazer o exame e reavaliação desses recursos, dado que o número de cance-

lamentos ficaria muito elevado, o número de matérias já livres desse cancelamento estabelecido em lei extremamente extenso. Nós reduziríamos a margem de manobra a um nível absolutamente inexpressivo, quase simbólico.

Então, na verdade, a única exceção que decidimos abrir para essas propostas foi para aqueles projetos e programas relacionados ao atendimento da criança.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Permita-me, Sr. Presidente. Mas, no caso dos Relatores-Setoriais, não vão ter valor determinado para trabalhar. De que forma o Relator-Setorial vai recuperar isso?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os Relatores-Setoriais, na verdade, dispõem desse limite de cortes e, historicamente, sequer chegam próximo desse limite. E eles têm tanto a sensibilidade quanto V.Exa. e eu teríamos para esses programas de interesse social absolutamente indiscutível. Não quis — e acho que não devo — interferir no arbítrio dos Relatores-Setoriais para fazer avaliação e reavaliação desses programas que foram objeto desses cortes. Mas não tenho dúvida de que eles terão a sensibilidade suficiente — até porque terão de justificar eventuais cortes — de preservar, na sua integridade, programas como esse que preocupam V.Exa. e outros companheiros de seu partido.

Os únicos a que me antecipei e achei que não deveria sequer deixar ao arbítrio dos Relatores-Setoriais, também por proposta do partido de V.Exa., foram os programas destinados ao atendimento à criança, como o programa Bolsa-Escola, o programa do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente. Esse também foi um pleito do PT que nós decidimos acatar, em consideração ao fato óbvio de que criança não tem advogado, não tem **lobby**, não tem representação parlamentar maior ou menor, mais ou menos eficaz.

Então, desde logo, é nossa obrigação preservar esses programas de qualquer tipo de corte ou redução. Mas todos os demais, evidentemente, ficarão a critério e ao arbítrio dos Relatores-Setoriais examinar e analisar. Aqueles que têm uma carga e um apelo social muito forte, como esses com que se preocupa V.Exa., seguramente, Sr. Deputado, vão ser mantidos na sua íntegra. E eu me comprometo, desde logo, com V.Exa. a ficar atento a isso, para evitar qualquer tipo de dano a esses programas. É um compromisso solene que assumo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, cumpri o dever de apresentar ao relatório preliminar uma emenda nos seguintes termos:

Inclua-se onde couber, no Programa 0041 — Desenvolvimento do Ensino de Graduação, o seguinte texto:

Apoio a E*ntidades de Ensino Federais e Instituições Públicas credenciadas pelo Ministério da Educação para desenvolvimento de programa de ensino a distância, para a formação de professores para educação básica"*

Sr. Presidente, o que me inspirou a apresentação dessa emenda foi o trabalho que se realiza em Santa Catarina, no que se refere à educação a distância. A Universidade do Estado de Santa Catarina, conforme relatório que tenho em mãos, é credenciada, pelo Ministério da Educação, para oferecer cursos de graduação a distância. Pioneira, leva formação acadêmica com certificação até o usuário.

A UDESC tem nova opção de ensino para o aluno, que é a UDESC virtual, um sistema de educação com uma proposta interativa, colaborativa e integrada ao espírito de partilha de rede. Hoje, em Santa Catarina, a UDESC já atende a cento e tantos Municípios.

O Sr. Relator-Geral, no seu parecer, informa que não acolheu a minha emenda porque ela poderá ser apresentada na forma de uma emenda coletiva, estadual ou regional, suponho.

Mas não é assim, Sr. Presidente, o Programa de Educação Superior a Distância foi contemplado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e até 2006 todos os professores de ensino fundamental terão de ter graduação, senão não poderão lecionar. Por isso, a Universidade do Estado de Santa Catarina organizou esse Programa de Educação a Distância. São 135 dos 293 Municípios de Santa Catarina que estão sendo atendidos e praticamente todo o território catarinense, porque vêm alunos de outros Municípios.

Mas essa emenda não vai favorecer apenas o Estado de Santa Catarina. Atualmente, cinco universidades estão credenciadas pelo Ministério da Educação para desenvolver Programas de Educação a Distância, visando à formação de professores para a educação básica: Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal do Paraná e a

Universidade Federal de Santa Catarina. Todas elas têm autorização para, através do ensino a distância, levar o conhecimento de Licenciatura Plena de Pedagogia. Há professores que, até 2006, terão de apresentar esse atestado de graduação, inclusive aqueles que estão se preparando para ingressar no magistério.

Essa emenda atende o País todo e não aumenta despesa, apenas busca fazer com que o Orçamento Geral da União cumpra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, principalmente o Plano Nacional de Educação. Por isso pediria ao Sr. Relator-Geral que revisse o seu parecer. Essa emenda não aumenta despesas, apenas amplia a ação do ensino a distância.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – É muito oportuna a abordagem de V.Exa. A forma de encaminhamento que nos pareceu inadequada.

Essa é uma matéria típica de emenda à despesa coletiva ou individual. O que o Relator pode fazer...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Relator, V.Exa. estava conversando enquanto eu falava.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Fui extremamente atento às ponderações que V.Exa. fez.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – V.Exa. estava conversando com o assessor.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Conversando a respeito de suas ponderações.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – V.Exa. vai me desculpar. Não pode ser uma emenda coletiva porque é para todo o Brasil, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. fala em apoio a entidades de ensino federais e instituições públicas credenciadas pelo MEC para o desenvolvimento de programa de ensino a distância para a formação de professores para educação básica em âmbito nacional. Essa é a leitura que faço.

De qualquer forma, quero dizer a V.Exa. que a sua proposta de emenda ressente-se de certo cunho autoritário, porque quer que se determine ao Relator-Setorial que inclua esse título no Programa 0041.

Comprometo-me, Sr. Deputado, em consideração à importância da sua proposta, a recomendar ao Relator-Setorial ou até a determinar que leve em consideração essa proposta. Mas eu me sinto incapacitado de estabelecer como determinação impositiva, como V.Exa. pretende.

Se V.Exa. estiver de acordo, poderemos fazer em conjunto uma redação — suponho que V.Exa. se preocupa em atingir o objetivo — alternativa, recomendando ao Relator-Setorial da área da educação que considere suas ponderações, para que possamos incluir esse título nesse programa e, em seguida, evidentemente, providenciar as emendas à despesa para suportar os gastos previstos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, apenas para prestar um esclarecimento.

Quero inicialmente pedir desculpas ao Sr. Relator, porque argumentei com base no que está escrito no parecer de V.Exa. O parecer não informa que V.Exa. iria recomendar ao Relator-Setorial. V.Exa., no seu parecer, rejeita a emenda...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu estou me propondo a fazer isso agora, Sr. Deputado, exatamente em atenção ao pleito de V.Exa. e às suas considerações.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Muito obrigado. Não pode ser uma emenda coletiva porque é para todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Pode ser uma emenda de Relator, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Pode ser uma emenda de Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Mas estou preocupado exatamente em atender à postulação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Muito obrigado. V.Exa. pode crer que essa emenda é de interesse de todo o País.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Estou de pleno acordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Vou pedir à Consultoria que elabore, em conjunto com V.Exa., uma redação alternativa que permita exatamente atender ao seu objetivo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, Sr. Relator, ano passado discutiu-se exaustivamente nesta Comissão que não haveria suspensão de sessão e que o **quorum** de um dia anterior não serviria para o outro dia.

A Comissão tem-se esvaziado. Só no momento em que há interesses pessoais, as reuniões ficam cheias, e vira uma festa. Mas na hora de trabalhar, não aparece ninguém. Gostaria que o Presidente levasse esse fato em consideração, porque já foi muito discutido.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que deveríamos exigir do Governo a execução do Orçamento de 2001. Não se fala nisso. Deveríamos parar enquanto o Governo claramente não enviar o decreto de descontingenciamento. Todas as emendas de bancada não-atendidas e 80% das emendas individuais, e nós aqui tocando o Orçamento.

Deveríamos portanto derrubar as sessões, não permitir que **quorum** de um dia para outro exista e nem suspensão de sessão. Isso foi muito discutido ano passado, com o compromisso de não ocorrer este ano. E está acontecendo tudo de novo. Não vamos deixar que aconteça.

Sr. Relator, fizemos duas emendas. Uma solicitava que 50% das emendas coletivas e individuais de bancada fossem indicadas para o Fundo de Combate à Pobreza. V.Exa. alegou seus motivos, mas essa foi rejeitada, e isso fica na consciência de cada bancada, de cada Parlamentar.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Queria justamente dizer que, no mérito, a proposta de V.Exa. é perfeita, e eu não teria nenhuma dúvida em endossá-la. Apenas eu não tenho direito de interferir no arbítrio de cada Deputado e de cada bancada a respeito do que seja melhor como objeto de suas emendas. Mas apoio a iniciativa de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Compreendida a posição do Relator, agradeço a V.Exa.. E quero parabenizá-lo por ter incluído emenda dizendo que as bancadas devem se reunir no plenário do Congresso Nacional, a exemplo de algumas bancadas. Porque nós estamos discutindo orçamento público, e o povo tem de opinar, bem como as entidades, o Governo, os Municípios, os Governos Estaduais. Todos têm interesse. Nós estamos lidando com dinheiro de impostos, dinheiro do povo.

Então, essa emenda vem em boa hora para que seja registrado nas atas, nos Anais desta Casa, que as bancadas não se reúnem em restaurante, em apartamento, em cozinha de ninguém para chegar aqui com prato feito, para que a bancada engula goela abaixo. Isso aqui é orçamento participativo, com a participação dos Srs. Deputados, discutindo cara a cara, olho a olho, com o conhecimento do Congresso Nacional e, principalmente, do povo.

Agradeço ao Relator que acatou a emenda. A Comissão está de parabéns. Precisamos amarrar esta Comissão cada dia mais, colocar em discussão as matérias relevantes e deixá-las mais transparentes, como consta no seu relatório preliminar, para que o povo tenha conhecimento e oportunidade de participar e debater as questões do seus Estados e do seu País.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Apenas para responder à questão do Deputado João Caldas, a Mesa, por meio de seu Presidente e seus Vice-Presidentes, está seguindo rigorosamente aquilo que foi estabelecido de não passar de uma semana para outra. De um dia para outro já havia, naturalmente, acordo, mas de uma semana para outra não está ocorrendo, o que já foi um avanço em relação ao que acontecia em outros momentos, sem entrar no julgamento do mérito da atitude de cada um.

Quanto à execução orçamentária, nobre Deputado João Caldas, foi constituído, já na gestão da Mesa atual, um comitê de execução orçamentária. Eu não tenho informação para dar a V.Exa. — talvez daqui a pouco tenha condições de fazê-lo — sobre a instalação desse comitê. Inclusive ele foi ampliado, a decisão inicial era de que fossem cinco membros, passou para sete membros. Depois poderemos ver a possibilidade de comunicar a todos os membros da Comissão de Orçamento, para aqueles que tiverem interesse, mesmo sem ser parte, para que os partidos possam indicar os seus membros. Mas aqueles Deputados que tiverem interesse em acompanhar a execução orçamentária...

(*Intervenção ininteligível*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Já está completo, mas eu diria para aqueles que têm interesse em participar, porque é aberto. Em todos os comitês as pessoas podem comparecer. O Deputado João Caldas poderia comparecer, caso considere interessante.

Claro que esta Comissão deverá ter uma ação política. Também nesse ponto incorporo inteiramente a posição de V.Exa., no sentido da liberação da totalidade das emendas aqui votadas. Afinal, o trabalho aqui é profícuo, é árduo, mas precisa ser reconhecido e executado.

Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Apenas para dizer que nem todos os presentes vão

precisar usar da palavra, porque, da maneira que o Deputado João Caldas apresentou, parece que só S.Exa. está presente. Há vários presentes. Portanto, o Deputado pode pedir verificação.

No entanto, eu não posso aceitar essa crítica, porque, na medida em que eu assinei a presença, estou presente e não posso aceitar críticas, e nem os outros que estão aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Primeiro, não existe nenhuma questão de ordem do nobre Deputado José Carlos Aleluia. Segundo, não há **quorum**, porque se se pedir verificação de **quorum** a sessão cai.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, o Deputado tem todo o direito de, numa votação, pedir verificação de **quorum**. Mas não tem direito de tentar advertir os colegas, ausentes ou presentes. Há **quorum**, senão não estaríamos votando, e só poderá ser verificado na forma do Regimento. Os Deputados podem estar na sala, ao lado. Há **quorum** regimental. É bom que fique claro, e se quiser pedir verificação, que seja feito na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Sem dúvida, Deputado Aleluia. Há um **quorum** para discussão, que é o **quorum** do livro, e aquele para votação, caso requerida a verificação, que, respeitado o interstício de uma hora, poderá ser feita.

Com a palavra, para discutir...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado João Caldas, como eu acabei de informar, o **quorum** para discussão é o que estiver no livro. A verificação é de votação. V.Exa. apresente um requerimento...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Vai haver votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Talvez. Só para esclarecer. Nós estamos em discussão. Durante o prazo de discussão, a cada emenda oferecida poderá haver apresentação de destaques, até porque temos inscritos para discutir, nobre Deputado João Caldas. E há pouco chegou aqui o requerimento para apresentação de destaques. Nós vamos deixar correr a discussão e, ao final da lista desses inscritos, avaliar se já terá sido tempo suficiente ou não.

Quero esclarecer a V.Exa. que o pedido de verificação demanda apoiamentos.

Pela ordem, Deputado Dr. Rosinha, para uma questão de ordem. Depois, Deputado Clementino Coelho para discutir.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, são duas questões de ordem que tenho a fazer.

A primeira diz respeito à falta de **quorum**, o número de Deputados presentes é ínfimo. Sendo assim, solicito a V.Exa. que suspenda esta sessão, retomando-a amanhã cedo, como já foi acordado entre as Partes nesta Comissão.

A segunda é em função da suspensão da sessão, que V.Exa. prorrogue por somente mais uma hora o tempo para apresentação dos destaques, uma vez que eles têm de ser apresentados para a sessão de amanhã. Peço a V.Exa. que suspenda esta sessão. A participação dos Parlamentares no debate é ínfima; um outro está participando; os outros não vão ter oportunidade de debater por não estarem presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Rosinha, a questão de ordem de V.Exa. será analisada após a discussão da matéria por parte do Deputado Clementino Coelho.

Para discutir a matéria, com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de discutir mais precisamente — e até informar aos meus Pares desta Comissão de Orçamento — por que a Emenda nº 89 foi rejeitada. Pela explicação dada, essa emenda deveria ser feita na fase seguinte, após o dia 15, quando o prazo de emendas é reaberto, como sugestão ao Comitê de Receitas. Entendi também que ela não pôde ser aceita nessa fase porque poderia atropelar a tramitação desse projeto lá no Senado.

Deputado Sampaio Dória, quero entender se ela, regimentalmente, pode ser aceita agora ou só na fase seguinte. É essa a explicação que peço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Está assegurada a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Fiz uma consulta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O Relator está analisando a proposta.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – É importante a resposta para eu poder prosseguir com meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado, peço a V.Exa. que repita a pergunta

com clareza, porque S.Exa. está consultando a Assessoria a respeito de seu questionamento.

Peço ao Sr. Relator atenção, para que possa dar a orientação que o Deputado Clementino Coelho deseja.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Preciso saber se a Emenda nº 89 foi rejeitada devido à questão regimental; ou seja, se a emenda não cabe na fase atual de parecer ao relatório preliminar, se terei de encaminhá-la ao Comitê de Receitas na fase seguinte, ou se ela foi rejeitada agora por uma questão política de prudência com o que está tramitando no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – É exatamente a respeito dessa emenda que o Relator estava consultando a Assessoria.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado, V.Exa. sabe que a matéria estava em tramitação no Senado e foi rejeitada, ontem, no âmbito da Comissão.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Ela ainda vai a plenário.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Aliás, o Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, está comprometido conosco no sentido de viabilizá-la no plenário para, em seguida, remetê-la exatamente ao Comitê de Receita. Era essa a nossa intenção.

Há ainda um outro questionamento, que ainda não endosso, de que a emenda de V.Exa. poderia afetar o resultado primário do setor público. Tenho dúvidas com relação a isso porque, a rigor, não concebo que o Governo tenha, ao calcular o resultado primário, levado em consideração matéria que ainda estava em fase de tramitação e, portanto, condicionada. Essa proposta não está incluída como receita condicionada na proposta do Governo.

Portanto, divirjo do entendimento da Consultoria no sentido de que o acolhimento de sua sugestão pudesse eventualmente afetar o resultado primário do superávit previsto. No entanto, julgo prudente que se aguarde a manifestação do Plenário do Senado — que deve ocorrer, segundo o Senador Carlos Bezerra, nos próximos dias —, para, em seguida, discutir com o Comitê de Receita eventual utilização dessa receita para outros fins que não apenas o que o Governo pretende atingir, que seria de destinar integralmente esses recursos para o abatimento da dívida pública interna.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Relator, considero-me parcialmente satisfeito.

Gostaria apenas de fazer o seguinte comentário: também concordo com V.Exa. no sentido de que isso não compromete de forma alguma o superávit primário, até porque quem lê a resolução aprovada e a resolução solicitada pelo Banco Central verifica que são concedidos até 540 dias para o fechamento da operação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Portanto, não é possível considerar isso como integrante do resultado primário.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Então, estou de acordo com V.Exa. e em desacordo com a Consultoria.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Inclusive o Diretor do Banco Central, que estava ontem presente no CAE, informou que essa operação poderá se materializar, em termos de entrada efetiva de recursos, até dezembro deste ano, porque existe firme interesse da banca internacional privada em adquirir esses créditos.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Também nessa hipótese não estaria afetado o resultado primário de 2002.

Estou inteiramente de acordo com V.Exa. Apenas acho que, por prudência, deveremos aguardar a manifestação do Senado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Concordo com a prudência. Quero apenas duas observações: segundo o entendimento de V.Exa., com o qual concordo plenamente, essa emenda deveria ser bancada pelo Comitê de Receitas e não como emenda individual, para que tivesse mais força e importância nas negociações. Ela viria de um comitê composto por Senadores e Deputados, representando a Federação como um todo, retirando-se assim esse viés de individualismo. O Senado é a Casa mais suscetível aos interesses do Governo e poderá não colocar a matéria em votação até o prazo que teremos para a apresentação de emendas — a fase seguinte. Gostaria de obter um compromisso.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. já tem o compromisso do Presidente desta Comissão. Tomei a liberdade de conversar com S.Exa. a respeito dessa matéria, logo depois que V.Exa. conversou comigo, e o Presidente se incumbiu de conversar com as Lideranças do Senado para aprovar a proposta, dando no entanto outras destinações a esses recursos que não aquelas pretendidas pelo Governo com exclusividade, ou seja, o abatimento da dívida pública.

Foram exatamente as suas ponderações que me sensibilizaram, as quais levei ao Presidente da Comissão, que está incumbido de tratar desse assunto nesta fase final de tramitação da matéria no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Deputado Sampaio Dória, se por um acaso, mesmo com o esforço do Presidente da Comissão e de outros Senadores, não conseguirmos agendar a votação dessa matéria antes do prazo, entendo que deveríamos colocá-la como receita condicionada, porque até dezembro poderíamos efetivar essa modificação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Estudarei as sugestões de V.Exa., Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Vamos ser prudentes, mas, se amanhã essa prudência, por questão de jogo político do Senado, não chegar ao interesse da Comissão, faremos regimentalmente a receita condicionada porque, quando da votação, ainda poderemos alterá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Para concluir, então, nobre Deputado. O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Presidente, estou aguardando a ...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Até amanhã de manhã, quando nós voltarmos a nos reunir, conforme vai propor o Presidente Virgílio Guimarães, nós já deveremos ter discutido com V.Exa. uma forma alternativa de considerar a sua proposta.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Gostaria, dentro do possível, que a minha proposta fosse incorporada pelo coletivo. Acho que todos nós ficaríamos mais fortalecidos e assegurados.

Mas, Sr. Relator, na condição de representante do PPS aqui na Comissão, de duas emendas do nosso Líder Rubens Bueno uma foi rejeitada e a outra prejudicada. Quero alguma explicação, porque a Emenda nº 68 vem justamente no sentido que a Comissão tem trabalhado ao longo dos últimos dois, três anos, e procura justamente ser rígida quanto à questão de abusos de irregularidades graves. E lógico que todos nós entendemos que irregularidades menores, burocráticas, administrativas não podem obstaculizar o andamento das obras.

Então, a intenção dessa emenda do Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, era justamente o seguinte: alguma ação que esteja com irregularidade grave, se vier do Executivo, ela permanece, mas nós não teríamos a prerrogativa de acrescer ou de incluir.

Com relação à Emenda nº 69, o que queremos dizer...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Deputado, permita-me interferir um instante?

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sobre a Emenda nº 68, a nossa intenção ao rejeitá-la é exatamente a de assegurar aquilo que o Deputado Rubens Bueno pretendia alcançar com sua emenda. Tenho a impressão de que está havendo aí um desentendimento de ordem vocabular, porque, na emenda, S.Exa. propõe excluir os termos: "incluir" ou "acrescer". Portanto, ficaria apenas: "manter" dotações para obras irregulares.

Como a hipótese que está no parecer preliminar é mais abrangente do que a do Deputado Rubens Bueno, nós estamos proibindo "manter", "incluir" ou "acrescer". S.Exa. está propondo exclusão de "acrescer" e "incluir", permanecendo apenas "manter". Portanto, V.Exa. poderia fazer a gentileza de dizer que nós estamos exatamente com a mesma preocupação.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu retiro a ponderação que fiz e considero que a Relatoria de V.Exa. foi muito mais ampla, contundente e abrangente, e atendeu até mais.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – E o objetivo é o mesmo. Que fique claro isso.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – O objetivo é o mesmo, até com mais contundência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Clementino, a Presidência foi bastante tolerante com V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – É a última, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não. Com objetividade.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Ah, está prejudicada.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Essa que está prejudicada é porque, na verdade, já está prevista em outro dispositivo.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Perfeito.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O último inscrito nessa fase é o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Deputado Sampaio Dória e dizer-lhe que vou me pautar para considerar positivo o seu relatório em dois pontos.

Primeiro, um sonho antigo, taxar as grandes fortunas. Oxalá se, em função da necessidade de arrumarmos recursos, não vamos conseguir aprovar um projeto importante para o País!

O segundo é o item 1.1, da apreciação das emendas, exigindo a deliberação das bancadas dentro do Congresso Nacional. Acho isso também extremamente importante e de caráter preventivo.

Quero fazer apenas perguntas objetivas: item 5.5.3. Participação em Programa Municipal de Garantia de Renda Mínima. Hoje os critérios de renda mínima do Governo Federal fixam os Municípios que têm possibilidades de adotar o programa. Nesse caso se eu, Deputado no meu Estado, indicar o Município, ele terá obrigatoriamente de estar enquadrado naquelas normas do programa federal, ou se eu indicar o Município, por exemplo, de Santa Teresa, e na minha avaliação ele tenha necessidade, embora não esteja exatamente enquadrado no programa federal, gostaria de saber se a minha indicação teria valor ou se minha emenda seria prejudicada lá na frente. Apenas para que haja melhor orientação dos Deputados no sentido de se podem ou não apresentar o Programa Renda Mínima a qualquer Município do Estado.

A segunda pergunta é com relação ao item 7.1, que fala do subtítulo novo e dos dois milhões de reais.

No Espírito Santo sempre temos a prática de apresentar emendas com objetivos específicos: estradas, alguns trechos, por exemplo. Este ano estamos trabalhando com a possibilidade de uma emenda genérica, que englobaria restaurações e construções no Estado do Espírito Santo. Tal emenda se mantém como válida genérica. O DNER identifica as possibilidades e se vai ser tratado um projeto novo do órgão.

Gostaríamos de saber se essa nossa emenda, com a qual estamos trabalhando, não teria prejuízo, porque ela não especifica qual a rodovia que receberá os recursos, ficando isso a critério do DNER.

A última pergunta é com relação ao item 19.5, que diz:

19.5. O Ministério dos Transportes, nos programas de restauração e conservação de rodovias federais, explicitará e justificará os montantes alocados a cada Unidade da Federação, levando em conta, dentre outros fatores, o fluxo de tráfego e a proporção da malha rodoviária federal, pavimentada.

Automaticamente, o Relator está pensando em fazer uma rubrica para todos os Estados, de acordo com a malha, alocando recursos para restauração, porque nós estamos pensando em apresentar uma emenda própria para restauração. No caso do Espírito Santo, temos boa parte da malha que necessita de recursos.

Então a bancada está identificando uma prioridade de restauração da malha. Minha pergunta é: V.Exa. vai nos prejudicar por fazermos uma alocação automática de acordo com a malha ou se, apresentando nossa emenda numa outra alocação, teríamos um tratamento formal com a malha nossa, e uma emenda acolhida normalmente, porque a consideramos como prioridade da bancada.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Automático não é, Sr. Deputado. A rigor, nossa preocupação foi apenas incluir este critério de se manter, de se considerar a proporção da malha rodoviária pavimentada naquele Estado e do fluxo de tráfico como critérios para uma divisão mais proporcional desses recursos pelo Ministério dos Transportes. A preocupação foi apenas essa.

No tocante à primeira ponderação de V.Exa., estou em dúvida sobre o Bolsa-Escola. A Relatoria acolheu essa emenda, exatamente para enfatizar a importância que atribuímos a esse tipo de programa. São programas municipais de garantia de renda mínima associada a ações sócio-educativas — bolsa-escola, assim como o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, de forma a não permitir que esses programas sofram qualquer tipo de cancelamento ou restrição.

Com relação à pergunta de V.Exa., se alguma iniciativa individual poderia incluir algum Município nesse programa. A rigor não tem muito a ver com essa emenda. Ela objetiva pura e simplesmente impedir o cancelamento, quando se faz remanejamento no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social. A emenda foi aceita com a preocupação de poupar de um eventual cancelamento, quando o Relator for fazer o remanejamento, no âmbito dos orçamentos fiscal e tributário, esse tipo de programa.

Está preservado o programa, assim como, logo acima, V.Exa. vê em negrito a preservação dos recursos destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de qualquer cancelamento. Essa foi a motivação da emenda que a Relatoria acolheu. Evidentemente, não há relação direta com a dúvida de

V.Exa. no sentido de incluir outros Municípios nesse tipo de programa.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – A última pergunta com relação ao DNER. Eu não preciso identificar a rodovia.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Já havia precedente no Orçamento de 2001, no caso de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Gostaria apenas de fazer dois esclarecimentos relativos a duas correções. Uma, exatamente nesta Emenda nº 60, que, de modo indireto, o Deputado João Coser acabou abordando numa das suas indagações. Onde se lê: "em análise", leia-se "rejeitado".

A outra correção é a seguinte: quando a Relatoria decidiu acolher a emenda do Deputado Sérgio Miranda, que inclui como receita condicionada aquelas receitas derivadas da instituição e cobrança do imposto sobre as grandes fortunas, que foi, como é público e notório, uma inspirada iniciativa de fundo social democrático do então Senador Fernando Henrique Cardoso — desgraçadamente ainda não viabilizada até os dias de hoje — vimos, no acolhimento dessa proposta do Deputado Sérgio Miranda, uma oportunidade de relançar a discussão sobre esta questão.

Apenas estamos fazendo uma retificação de modo que, na quarta linha após inciso VII, da Constituição, introduza-se ponto, de modo a não fazer vinculação dessa eventual receita condicionada com qualquer benefício específico.

O Deputado Sérgio Miranda já foi comunicado e consultado a respeito dessa retificação, com a qual S.Exa. concordou. Fica, então, mantido o acolhimento da sugestão de V.Exa., apenas com uma retificação quanto ao texto: logo após a expressão "Constituição", introduz-se um ponto final.

Finalmente, quanto à proposta do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, a redação que está se propondo, e que foi feita de comum acordo com S.Exa., passa a ser: o Relator-Setorial verificará o atendimento da Lei nº 10.182/01 quanto à abrangência das ações do Programa 0041 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação em Relação ao Ensino a Distância. Passa a ser esta a redação.

Fica reiterado o nosso compromisso perante o Deputado e perante a Comissão de que vamos nos empenhar para viabilizar sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Obrigado, Sr. Relator.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, vamos suspender a presente reunião. A discussão não está encerrada. Portanto, o prazo de apresentação de destaques fica suspenso, reiniciando amanhã, impreterivelmente, às 9h30min.

Gostaria de lembrar a todos os Srs. Deputados que se comprometeram a estar presentes a esta Comissão para o reinício desta reunião que esse horário de amanhã é um horário difícil de conseguir vôo, e qualquer contratempo implicará mudança de prazos.

Portanto, o reinício desta reunião será, impreterivelmente, às 9h. Logo depois encerraremos o prazo de apresentação dos destaques.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Reaberta a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sendo evidente a falta de **quorum** e a pedido do Sr. Relator, Deputado Sampaio Dória, vou encerrar a reunião, convocando outra para terça-feira, dia 16, às 14h30min.

Para conhecimento da Casa, quero adiantar que há um entendimento — evidentemente, a reunião poderá alterar isso — no sentido de que o prazo limite para a apresentação de emendas não será alterado.

Na próxima reunião, votar-se-á o relatório preliminar, cujo parecer do Relator indica um prazo de 15 a 25 para a apresentação das emendas. Portanto, os Srs. Deputados que quiserem apresentar suas emendas no dia 15 poderão fazê-lo. O entendimento havido é no sentido de que não haverá mudança no prazo limite, ou seja, até o dia 25. A reunião está aberta, e faço questão de divulgar, para que não haja transtorno nem alteração nos calendários de reuniões, entendimentos entre bancadas estaduais ou qualquer alteração no cronograma das reuniões das Comissões Permanentes. Portanto, o prazo limite do dia 25 está mantido e não será alterado, salvo algum entendimento posterior que, acredito, não ocorrerá.Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Ata da Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 16 e 18 de outubro de 2001.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às quinze horas e dezoito minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário

02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO, para apreciação das matérias constantes das Pautas nº 19, 20, 21 e 22. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares** Airton Dipp, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra; **- Senadores titulares:** Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Deputados Suplentes:** Alceste Almeida, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Gonçalves, Francisco Garcia, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, Josué Bengtson, Juquinha, Laura Carneiro, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Wagner Salustiano e Waldemir Moka; **- Senadores suplentes:** Carlos Patrocínio, Gilvam Borges e Lúcio Alcântara. Registrou-se a presença dos parlamentares não-membros **Deputados** Alexandre Santos, Dr. Heleno, Ildefonço Cordeiro e Oliveira Filho. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, João Pizzolatti, Jorge Khoury, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Pedro Eugênio, Roberto Balestra, Welinton Fagundes e Zé Gomes da Rocha; **- Senadores titulares:** Amir Lando, Arlindo Porto, Gilberto Mestrinho, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Romero Jucá. **ABERTURA:** Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício deu início à reunião. **AVISOS: 1)** O curso para preenchimento das emendas ao Orçamento de 2002, ministrado ao secretariado parlamentar, teve seu início no dia 15 de outubro e será encerrado no dia 17 do mesmo mês; **2)** Solicitação às Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que fizessem as indicações dos Relatores Setoriais das seguintes áreas temáticas, com a maior brevidade possível: PMDB na Câmara dos Deputados: indicação do relator setorial da Área V - Infra-estrutura; PSDB no Senado Federal: indicação do relator setorial da Área VIII – Previdência e Assistência Social; PFL no Senado Federal: indicação do relator setorial da Área X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano; **3)** O prazo para apresentação de emendas à Proposta Orçamentária para 2002 não foi iniciado, uma vez que o Relatório Preliminar ainda não foi aprovado. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 788, de 08 de outubro, do Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, encaminhando a relação dos imóveis da União sem pendências judiciais em condições de serem alienados, endereçado ao Deputado João Leão, Coordenador da Subcomissão destinada a proceder estudos técnicos visando à possibilidade de concessão, pelo Governo Federal, de reajuste salarial aos servidores públicos federais no exercício de 2002. O Presidente em exercício informou aos senhores membros que cópia deste expediente, juntamente com o disquete anexado, foram encaminhados à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. - Expediente justificando ausência às reuniões, deferido pela Presidência: Ofício 266, de 09 de outubro, justificando ausência do Senador Eduardo Siqueira Campos, no período de 08 a 11 de outubro. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício 548, de 05 de outubro, do Ministério da Integração Nacional, solicitando mudança da modalidade de aplicação em funcionais programáticas daquele Órgão; **2)** Ofício 736, de 19 de setembro, da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, em Goiás, comunicando determinações feitas ao Diretor-Geral do DNER acerca das obras de Adequação de trechos rodoviários da BR-414/GO, municípios de Cocalzinho/Niquelândia. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: **1)** Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **2)** Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001; **3)** Conselho da

Justiça Federal. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001 e de maio a agosto de 2001. - Expediente/SGS encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União: 5.778, de 28 de setembro, encaminhando cópia da Decisão 243/2001, sobre auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo – ANP. - Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 5.787, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 803/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum no perímetro de irrigação baixo de Irecê, na Bahia; **2)** 5.788, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 804/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica nos sistemas integrados de abastecimento de água das barragens de Inhumas II, Mundaú II e Cachoeira, em Pernambuco; **3)** 5.789, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 802/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica em municípios da região do baixo São Francisco (Canal de Xingó); **4)** 5.791, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 801/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção da Adutora do Oeste, em Pernambuco; **5)** 5.792, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 800/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum no perímetro de irrigação baixo Acaraú no Ceará; **6)** 5.839, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 806/2001, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral – 8º Distrito , no Amazonas; **7)** 5.866, de 03 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 805/2001, sobre auditoria realizada na Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP. - Expedientes enviados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 que ultrapassam a 2 milhões de reais: **1)** Ofício 5.631, de 05 de outubro, do Ministério da Defesa; **2)** Ofício 1.615, de 10 de outubro, do Ministério das Minas e Energia; **3)** Ofício 417, de 10 de outubro, do Ministério dos Transportes. Às vinte horas e dois minutos, do mesmo dia, o Presidente, titular, Senador CARLOS BEZERRA, declarou reabertos os trabalhos, passando à leitura dos seguintes expedientes: **I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 714, de 16 de outubro, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Geddel Vieira Lima, indicando o Deputado José Chaves como Relator Setorial da Área V, Infra-estrutura. - Expediente encaminhando justificativa de faltas deferido pela Presidência: Ofício 437, de 16 de outubro, justificando ausência da Deputada Lúcia Vânia no dia 09 de outubro. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício 192, de 1º de outubro, do Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, encaminhando esclarecimentos sobre matérias veiculadas na imprensa relativas àquela Seção Judiciária. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: **1)** Ofício 960, de 05 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Período: de maio a agosto de 2001; **2)** Ofício 2.205, de 11 de outubro, do Superior Tribunal de Justiça. Período: de maio a agosto de 2001. - Expedientes/SGS encaminhados pelos Ministros Valmir Campelo e Adylson Motta, Presidente e Presidente em exercício da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União: **1)** 5.909, de 10 de outubro, encaminhando cópia das Decisões 275 e 276/2001 e do Acórdão 595/2001, sobre auditorias realizadas no Banco Central do Brasil – BACEN, no Centro Técnico Aeroespacial – CTA do Comando da Aeronáutica e na Agência Nacional d Energia Elétrica – ANEEL; **2)** 5.980, de 15 de outubro, informando a inexistência de irregularidades na execução da obra de construção de pontes no corredor transmetropolitano/BR-497/MG – sobre o Rio Paranaíba em Porto Alencastro. - Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 5.919, de 10 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 837/2001, sobre auditoria realizada nos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Educação, da Saúde, das Relações Exteriores, da Defesa e da Integração Nacional; **2)** 5.969, de 10 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 829/2001, sobre auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – PROÁGUA/Semi-Árido. O Deputado Luciano Castro apresentou questão de ordem sobre a possibilidade das obras com indícios de irregularidades receberem recursos orçamentários. O Presidente respondeu que o Comitê de Avaliação das Informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União, conforme o estabelecido no *inciso III, do art. 11, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, analisaria a questão. PAUTA 20. Item 01: **Relatório Preliminar, com as emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2001-CN–** que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002". Relator: Deputado Sampaio Dória. A discussão havia inici-

ado na reunião anterior. O Presidente anunciou a reabertura do debate e o prazo para apresentação de destaques. Os Deputados Pedro Novais e Pedro Celso discutiram a matéria. O Relator-Geral respondeu aos questionamentos e leu as alterações efetuadas no Relatório. Em seguida, o Presidente anunciou o encerramento da discussão e o prazo para apresentação de destaques. Fizeram encaminhamento da votação favoravelmente os Deputados Milton Monti, pelo PMDB; José Carlos Aleluia, pelo PFL; Clementino Coêlho, pelo PPS; Márcio Reinaldo Moreira, pelo PPS; Paulo Feijó, pelo PSDB; Félix Mendonça, pelo PTB; e Ricardo Barros, pela Liderança do Governo. Manifestaram-se pela obstrução os Deputados Virgílio Guimarães, pelo PT, João Caldas, pelo PL e Sérgio Miranda, pelo PCdoB. Prosseguindo, o Presidente anunciou a votação do Relatório Preliminar, com as alterações efetuadas pelo Relator-Geral, RESSALVADOS os destaques, que foi **aprovado** com abstenção do Deputado Virgílio Guimarães, na representação da Câmara dos Deputados. Neste momento, o Deputado Virgílio Guimarães pediu verificação da votação, com o apoiamento dos Deputados Dr. Rosinha, João Caldas, João Coser e Sérgio, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Senador Wellington Roberto foi designado para fazer a chamada nominal dos Deputados. Encerrada a chamada, às vinte e uma horas e dois minutos, o Presidente anunciou o resultado da votação: 46 votos SIM; nenhum voto NÃO; e 01 abstenção. Total de votantes: 47. O Presidente ratificou a existência de número regimental na representação da Câmara dos Deputados, declarando a matéria **aprovada**. Em votação, o Relatório foi **aprovado**, na representação do Senado Federal, com abstenção do Senador Tião Viana. APRECIAÇÃO DOS DESTAQUES. Destaques prejudicados pela ausência dos autores: 01 a 04, do Deputado Clementino Coêlho, e 12, do Deputado João Grandão. Destaques aprovados: Destaque 23, do Deputado Sérgio Miranda, à emenda 75. Parecer do relator: favorável. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 25, do Deputado José Borba, pela supressão da expressão "em especial o disposto no art. 6º § 1º da Lei nº 9.424, de 1996", constante do item 19.2, Parte B, do Substitutivo. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os demais destaques foram retirados pelos respectivos autores. O Senador Wellington Roberto solicitou inversão de apreciação das matérias para que o item 01 da Pauta 22 fosse apreciado preliminarmente. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta 22. Item 01: Subtítulo 26.782.0235.5708.0007 – **Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR- 226/RN – Currais Novos –Divisa RN/CE**, listado no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária para 2001. Relator: Senador Wellington Roberto. Voto: pela autorização da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2001, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator fez sua apresentação. Não houve debate. Em votação, o Relatório que conclui por um Projeto de Decreto Legislativo foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente informou que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo seria de 17 a 23 de outubro de 2001, conforme o disposto na alínea "c" do inciso V do art. 26 da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional. Pauta 19. Item 01- (Remanescente da Pauta nº 18/2001) **Requerimento nº 14/2001**, do Deputado Sérgio Miranda, solicitando que seja convidado o Dr. Sérgio Vale Aguiar Campos, do Departamento de Ciência da Computação da UFMG, para participar de audiência pública com o Dr. Renato Guerreiro, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. O autor fez sua apresentação. Os Deputados Virgílio Guimarães e Dr. Rosinha manifestaram-se favoráveis. O Deputado Ricardo Barros manifestou-se favorável ao comparecimento das autoridades, porém em ocasiões separadas. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02: (Remanescente da Pauta nº 18/2001) **Requerimento nº 15/2001**, do Deputado João Leão, solicitando que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização faça uma viagem de reconhecimento ao Vale do Rio São Francisco, principalmente agora nos 500 anos da sua Descoberta. A matéria foi adiada em virtude da ausência do relator. Item 03: **Requerimento nº 19/2001**, dos Deputados Luciano Castro e Pedro Novaes, solicitando a realização de Audiência Pública para debater as verbas relacionadas ao Ministério do Meio Ambiente no Projeto de Lei nº 32/2001-CN, que "estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2001". A matéria foi adiada em virtude da ausência do relator. **II)** Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: Item 04: (Remanescente da Pauta nº 18/2001) Subtítulo

23.695.0420.1615.0001 – **Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Salvador, na Bahia e demais recursos federais vinculados à obra, da Unidade Orçamentária 51.201 – EMBRATUR**. Relator: Deputado José Carlos Aleluia. Voto: pela autorização da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2001, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. A matéria foi adiada em virtude da ausência do relator. Item 05: (Remanescente da Pauta nº 18/2001**)** Subtítulo 20.607.0379.1836.0047 – **Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum – Projeto Várzea de Souza no Estado da Paraíba**, na Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional listado no quadro V anexo à Lei Orçamentária para 2001. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pela autorização da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2001, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. A matéria foi adiada em virtude da ausência do relator. Item 05: (Remanescente da Pauta nº 18/2001) Subtítulo 20.607.0379.1836.0047 – **Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum – Projeto Várzea de Souza no Estado da Paraíba**, na Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional listado no quadro V anexo à Lei Orçamentária para 2001. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pela autorização da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2001, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. A matéria foi adiada em virtude da ausência do relator. PAUTA 21. Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Projeto de Lei: Item 01: **Projeto de Lei nº 33/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R$ 2.861.305,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e cinco reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 04 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Tendo em vista a ausência do relator, o Senador Jonas Pinheiro foi designado para fazer a leitura do Relatório. Em discussão, manifestaram-se contrários os Deputados Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Dr. Rosinha; e favoravelmente, o Deputado Ricardo Barros. O Deputado Jorge Bittar solicitou o envio de esclarecimentos adicionais pelo Poder Executivo. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questão de ordem afirmando que os cancelamentos não estavam explicitados no Projeto de Lei, contrariando o disposto no *inciso II, do art. 29, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Deputado Ricardo Barros contraditou. O Presidente indeferiu a questão de ordem, acatando a argumentação do Deputado Ricardo Barros. Encerrados os debates, o Presidente anunciou a votação. Fizeram encaminhamento de votação contrariamente os Deputados Sérgio Miranda, pelo PcdoB, e Virgílio Guimarães, pelo PT, e, favoravelmente, o Deputado Milton Monti, pelo PMDB. Em votação, o Relatório foi **aprovado**, RESSALVADOS os destaques, contra os votos dos Deputados Virgílio Guimarães, Jorge Bittar, Sérgio Miranda e Dr. Rosinha, na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Sérgio Miranda questionou o resultado da votação proclamado pelo Presidente e informou que recorreria da sua decisão. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros solicitou a suspensão dos trabalhos e obteve deferimento, às vinte e duas horas e um minuto. Às nove horas e cinqüenta e cinco minutos do dia dezoito de outubro do mesmo ano, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, reabriu os trabalhos. O Deputado Virgílio Guimarães comunicou que a Oposição retiraria a obstrução em função de entendimentos realizados com a Liderança do Governo. Em seguida, o Presidente retomou a apreciação do Projeto de Lei nº 33/2001-CN. O Deputado Virgílio Guimarães anunciou a retirada dos seus destaques. Os destaques 3 e 4, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, foram prejudicados pela ausência. Às nove horas e cinqüenta e nove minutos, o Terceiro Vice-Presidente assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Ricardo Barros solicitou o encerramento da reunião, tendo em vista a ausência dos relatores das matérias constantes da Pauta.**ENCERRAMENTO:** Às dez horas, o Presidente em exercício encerrou a reunião, convocando os membros para a 23ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 23 de outubro, às 14h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro abertos os trabalhos da 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 19, 20, 21 e 22, de 2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que as pautas e os respectivos itens estão disponíveis na mesa dos trabalhos.

Avisos.

O curso para preenchimento das emendas ao Orçamento de 2002 ministrado ao Secretariado Parlamentar teve seu início no dia 15 de outubro, segunda-feira, e será encerrado amanhã.

Solicito às Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que façam as indicações dos Relatores Setoriais das seguintes áreas temáticas, com a maior brevidade possível: PMDB, na Câmara dos Deputados, que indique o Relator Setorial da Área nº 5, Infra-estrutura; PSDB, no Senado Federal, que indique o Relator Setorial da Área nº 8, Previdência e Assistência Social; PFL, no Senado Federal, que indique o Relator Setorial da Área nº 10, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O prazo para apresentação de emendas à Proposta Orçamentária para 2002 não foi iniciado, uma vez que o relatório preliminar ainda foi aprovado.

Expedientes.

Correspondência Interna recebida: Ofício nº 788, de 8 de outubro, do Presidente desta Comissão, Senador Carlos Bezerra, encaminhando a relação dos imóveis da União, sem pendências judiciais, em condições de serem alienados; ofício endereçado ao Deputado João Leão, Coordenador da Subcomissão destinada a proceder estudos técnicos, visando à possibilidade de concessão, pelo Governo Federal, de reajuste salarial aos servidores públicos federais no exercício de 2002.

Informo aos Srs. Parlamentares que cópia desse expediente, juntamente com o disquete anexado, foram encaminhados à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

Expediente justificando a ausência às reuniões deferido pela Presidência: Ofício nº 2.266, de 9 de outubro, justificando a ausência do Senador Eduardo Siqueira Campos no período de 8 a 11 de outubro.

Correspondência externa recebida: Ofício nº 548, de 5 de outubro, do Ministério da Integração Nacional, solicitando mudança da modalidade de aplicação em funcionais programáticas daquele órgão; Ofício nº 736, de 19 de setembro, da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Goiás, comunicando determinações feitas ao Diretor-Geral do DNER acerca das obras de adequação de trechos rodoviários da BR-414, Goiás, Município de Cocalzinho a Niquelândia.

Expedientes encaminhando relatório de gestão fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a", e § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal: 1º) Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, período de setembro de 2000 a agosto de 2001; 2º) Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, período de setembro de 2000 a agosto de 2001; 3º) Conselho da Justiça Federal, período de setembro de 2000 a agosto de 2001, e de maio a agosto de 2001.

Expediente nº 5.778, de 28 de setembro, do Ministro Walmir Campelo, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 243/2001, sobre auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto, de 3 de outubro: Aviso nº 5.787, encaminhando cópia de Decisão nº 803/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum no perímetro de irrigação Baixo do Irecê, na Bahia; Aviso nº 5.788, de 3 de outubro, encaminhando cópia da Decisão nº 804/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica nos sistemas integrados de abastecimento de água das Barragens de Inhumas 2, Mandaú 2 e Cachoeira, em Pernambuco; Aviso nº 5.789, de 3 de outubro, encaminhando cópia da decisão nº 802/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica em Municípios da região do Baixo São Francisco, Canal de Xingó; Aviso nº 5.791, de 3 de outubro, encaminhando cópia da Decisão nº 801/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção da Adutora do Oeste, em Pernambuco; Aviso nº 5.792, de 3 de outubro, encaminhando cópia da Decisão nº 800/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum no perímetro de irrigação Baixo Acaraú, no Ceará; Aviso nº 5.839, de 3 de outubro, encaminhando cópia da Decisão nº 806/2001, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral, 8º Distrito, no Amazonas; Aviso nº 5.866, de 3 de outubro, encaminhando cópia da Decisão nº 805/2001, sobre auditoria realizada na NUCLEBRÁS - Equipamentos Pesados, S.A. — NUCLEP.

Expedientes enviados à Comissão, em cumprimento ao art. 8º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento do demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 que ultrapassam a 2 milhões de reais: Ofício nº 5.631, de 5 de outubro, do Ministério da Defesa; Ofício nº 1.615, de 10 de outubro, do

Ministério das Minas e Energia; Ofício nº 417, de 10 de outubro, do Ministério dos Transportes.

Tendo em vista que ainda não há número regimental para iniciarmos a análise da Pauta nº 20, transferimos a presente reunião para 18h30min, para apreciação da pauta, cujo primeiro item é a apreciação do relatório preliminar, com as emendas apresentadas e destaques já solicitados.

Fica transferida a presente reunião para 18h30min de hoje.

Está suspensa a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Havendo número regimental, declaro reiniciada 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 19, 20, 21 e 22 de 2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que as pautas com os respectivos itens estão disponíveis na mesa de trabalho.

Expediente

I) Correspondência interna recebida:

1) Ofício nº 714, de 16 de outubro, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Geddel Vieira Lima, indicando o Deputado José Chaves como Relator Setorial da Área V, Infra-Estrutura.

- Expediente encaminhando justificativa de fatos adquiridos pela Presidência:

Ofício nº 437, de 16 de outubro, justificando a ausência da Deputada Lúcia Vânia no dia 9 de outubro.

II) Correspondência externa recebida:

1) Ofício 192, de 1º de outubro, do Juiz Federal, Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, encaminhando esclarecimentos sobre matérias veiculadas na impressa relativas àquela seção judiciária.

- Expediente encaminhando Relatório da Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto do art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1) Ofício nº 960, de 5 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Período: de maio a agosto de 2001.

2) Ofício nº 2.205, de 11 de outubro, do Superior Tribunal de Justiça. Período: de maio a agosto de 2001.

- Expedientes encaminhados pelos Ministros Valmir Campelo e Adylson Motta, Presidente e Presidente em exercício da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União:

1) 5.909, de 10 de outubro, encaminhando cópia das Decisões 275 a 276, de 2001, e do Acórdão nº 595/2001, sobre auditorias realizadas no Banco Central do Brasil — BACEN, no Centro Técnico Aeroespacial — CTA do Comando da Aeronáutica e na Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.

2) 5.980, de 15 de outubro, informando a existência de irregularidades na execução da obra de construção de pontes no corredor transmetropolitano/BR—497/MG, sobre o Rio Paranaíba, em Porto Alencastro.

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) 5.919, de 10 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 837/2001, sobre auditoria realizada nos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Educação, da Saúde, das Relações Exteriores, da Defesa e da Integração Nacional.

2) 5.969, de 10 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 829/2001, sobre auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro — PROÁGUA/Semi-Árido.

Item 1 da pauta.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, antes de iniciarmos o item 1 da pauta, gostaria de fazer uma indagação a V.Exa. Foi enviada a esta Comissão uma relação de obras, a princípio, condenadas pelo Tribunal de Contas. São mais de cem obras, Sr. Presidente! Obras de suma importância para o País, muitas delas dentro das prioridades do Governo Federal. O que acontece é que muitas dessas obras estão sendo condenadas a não terem verbas no Orçamento por indícios de irregularidades. Não se justifica paralisarmos a execução de determinadas obras, sem poder consagrar, no Orçamento, qualquer tipo de emenda ou de atendimento àqueles pleitos. De outro lado, Sr. Presidente, os Parlamentares e a bancada não poderão alocar recursos para essas finalidades porque não sabem se essas obras terão continuidade ou não.

Indago a V.Exa. se esta Comissão, por intermédio de um instrumento legal, poderia decidir que apenas aquelas obras que estiverem em tomada de conta especial estariam condenadas a não receber dotação orçamentária. As outras, que estão apenas com indícios de irregularidade, não. Senão estaríamos

condenando essas obras a não receberem nenhum tipo de recursos, causando prejuízos irreparáveis para o futuro, já que não teriam verbas contempladas no Orçamento do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, V.Exa. tem inteira razão. Normalmente, aqui se tem criado um comitê de avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União. Designado pelo Relator-Geral, esse comitê faz uma avaliação das obras. Certamente as obras sem indícios graves de irregularidade serão escoimadas, dependendo da decisão desse comitê, sob a superintendência do Relator-Geral.

O Relator-Geral me informa que esta semana designará esse comitê, que certamente apreciará de forma sensata essa questão.

Item 1 da pauta:

Apreciação do relatório preliminar, com as emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2001-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002".

A matéria continua em discussão.

Está reaberto o prazo para apresentação de destaques até o final dos debates.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda, para discutir.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero salientar a qualidade do material apresentado pelo Relator. Esta Comissão está-se transformando em uma referência na análise de finanças públicas. O documento apresentado pelo Relator para analisar a proposta orçamentária, pela profundidade, percuciência no tratamento de temas relevantes, merece ser tratado com bastante satisfação por esta Casa. Estamos dando, efetivamente, uma contribuição para o debate das finanças públicas. Os cidadãos brasileiros interessados em discutir as finanças do Estado brasileiro terão, nesta Comissão, o apoio resoluto.

Dos relatórios apresentados por esta Comissão de Orçamento, principalmente este avança muito, Sr. Presidente e Sr. Relator, primeiro ao dar uma contribuição efetiva na análise do chamado resultado primário. É em torno do anexo das metas fiscais, especialmente do resultado primário, que gira todo o planejamento das finanças públicas, não apenas a elaboração da proposta de lei orçamentária, mas a execução da própria lei orçamentária. O que nos chama a atenção é que essas metas fiscais foram alteradas por medida provisória.

Sr. Presidente, feitos os elogios do conteúdo, dos dados apresentados, começaremos a criticar, expor nossa visão da proposta orçamentária para o ano de 2002.

O primeiro aspecto da crítica é o fato de que, ao apagar das luzes da emenda constitucional que entraria em vigor e que impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja alterada por medida provisória, quase no final desse prazo, o Governo apresenta uma medida provisória que altera as metas fiscais para o ano de 2002.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, as metas fiscais são talvez o assunto mais importante da LDO, porque definem que parte da arrecadação que deverá ser efetivamente cumprida. Caso a arrecadação se frustre, teremos de contingenciar despesas para que essa meta de superávit primário seja respeitada.

Como um assunto de tal importância pode ser alterado por uma mera medida provisória? E o Congresso Nacional se omite, não dá sua opinião, não participa desse debate. Esse é o aspecto mais crítico dessa lei orçamentária.

Alguns aspectos pontuais: em torno de que questões girará nosso debate nessa lei orçamentária? Em minha opinião, será em torno de salário mínimo, de recursos para a Saúde e de aumento dos servidores públicos. Esses serão os temas gerais que exigirão desta Comissão sensibilidade em relação ao sentimento nacional.

Em relação ao salário mínimo, nos últimos anos, esse tem sido um tema constante nesta Comissão. A luta por um aumento real de salário mínimo, que se transforma no mais importante distribuidor de renda deste País, é marcada como uma questão fundamental desta Comissão; é o aspecto social, as preocupações sociais que envolvem este Congresso Nacional.

Considerar um aumento no salário que apenas incorpore a inflação passada, sem que haja efetivamente um crescimento real do seu poder aquisitivo, significa referendar essa crônica, falsa e perversa distribuição de renda que existe em nosso País.

No que diz respeito à Saúde, louvo mais uma vez a parte do relatório que demonstra claramente o quanto esse setor está sendo prejudicado na interpretação dessa PEC. Os dados apresentados pelo Relator são por demais convincentes. A interpretação mais favorável à Saúde demonstra que há uma diferença de 1 bilhão, 750 milhões de reais a menos para que seja cumprida a Emenda Constitucional nº 29.

Sei que existe na Casa um movimento em defesa da reposição desses recursos para a Saúde. Só la-

mento que esse movimento não tenha sido feito na votação da LDO. O que acontecerá, então? Transformarão em obrigação do Congresso Nacional, não em obrigação do Poder Executivo. O ônus por não haver, na lei orçamentária, os recursos determinados pela Emenda Constitucional nº 29 não será do Poder Executivo, mas do Congresso Nacional. Serão os Deputados e Senadores responsabilizados pelo fato de que haverá a menos, na área de Saúde, 1 bilhão, 750 milhões de reais.

Outro aspecto essencial é a questão do aumento dos servidores públicos. É inadmissível esse aumento de 3,5% para respeitar o art. 37 da Constituição Federal.

Esses serão temas candentes. Mas é importante que se faça uma análise de outros elementos da própria lei orçamentária. Chamo atenção para o fato de que o superávit primário a ser conquistado somente é viável porque a arrecadação cada vez mais distorce o processo produtivo. Esse superávit primário tem uma contribuição de 5 bilhões de reais de fundos votados pelo Congresso Nacional para incentivar a universalização dos serviços de telecomunicação, o desenvolvimento tecnológico, a cobrança rigorosa de impostos para uma justiça tributária no Brasil. Todos esses fundos, como o FUNDAP, o FUST e o FUNTEL, têm recursos retirados para compor o superávit primário.

Deve-se fazer uma análise clara dos projetos, dos programas que estão em discussão. Sobre os programas investigados pelo Tribunal de Contas da União já temos uma solução: ficarão com sua despesa futura condicionada. Existem alguns que ainda não estão no TCU, mas que deveriam estar, pelo menos sobre eles há denúncias graves feitas pela imprensa, como, por exemplo o caso do Rodonel, de São Paulo, que o TCU afirma não ter indícios de irregularidades, mas o jornal **Folha de S.Paulo** divulgou, em machete, que foram reajustados os valores do contrato acima do limite permitido pela lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Sérgio Miranda, o tempo de V.Exa. está esgotado. Porém, concederei mais um minuto para que V.Exa. conclua sua exposição.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não, Sr. Presidente.

Portanto, chamo atenção de V.Exas. para essa questão. Saúdo o Relator pela qualidade de seu relatório.

Temos idéias objetivas que nos permitem aprofundar a compreensão do processo orçamentário e da crise das finanças públicas brasileiras. Além dessa análise, que é mais técnica, o debate político se concentrará nesses temas; nossa opinião é bem definida.

Concluindo, Sr. Presidente, registro que fiz uma emenda ao parecer preliminar dando liberdade ao Relator, para que em torno desses assuntos, caso a Comissão conseguisse recursos para viabilizar um melhor aumento do salário mínimo e do salário dos servidores públicos, que sei que é desejo da própria base governista, tenha condições de viabilizar esses aumentos. Ao ser rejeitada essa emenda, ficaríamos engessados na busca de soluções desses problemas. Fiz um destaque e tentarei convencer o Relator para viabilizar no parecer preliminar essa possibilidade, para que não se engesse o futuro relatório, levando em conta que em assuntos dessa monta o único que tem condições de buscar soluções é o Relator-Geral. Não serão Relatores-Setoriais que resolverão o problema do salário mínimo, da emenda da Saúde ou mesmo do aumento dos servidores públicos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, congratulo-me com o Relator pelo brilhante trabalho apresentado. Esse relatório e o respectivo parecer constituem avanço com relação aos relatórios e pareceres anteriores, porque o Relator conseguiu, num trabalho que diria ser magistral, responder aos inúmeros questionamentos que se têm feito nesta Comissão a respeito do Orçamento e da execução orçamentária.

Sr. Presidente, os defeitos da execução orçamentária não poderão ser resolvidos por esta Comissão, nem pelo parecer preliminar apresentado. O Relator aponta os erros e defeitos da execução orçamentária, que são perpetrados — é bom que se diga e se repita — pelo Poder Executivo.

Os erros que esta Comissão de Orçamento tem cometido ao longo da sua existência são mínimos quando comparados com os do Poder Executivo na execução orçamentária. É um verdadeiro logro o que o Poder Executivo faz com os Parlamentares e com o princípio de que o Parlamento existe para aprovar o orçamento de receita e gastos.

Na verdade, tudo o que se faz aqui é mera peça de ficção, porque o Governo modifica a seu bel-pra-

zer, tanto através dos contingenciamentos, como, muitas vezes, através de medidas provisórias.

Finalizando, Sr. Presidente, acho que o parecer está em condições de ser votado. Gostaria que, para que não perdêssemos mais tempo, isso fosse feito por V.Exa. neste momento. Todos nós já lemos o parecer, as críticas e as emendas já foram apresentadas, poderíamos, então, aprovar o parecer, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não resta dúvida quanto ao esmero, a competência e o profissionalismo do nobre Relator ao apresentar seu parecer e buscar responder questões importantes, mas continuamos sem resolver questões fundamentais para o País, para a classe trabalhadora brasileira, especialmente para aqueles trabalhadores que podemos chamar de mais carentes, menos aquinhoados, aqueles que mais precisam da ação do Estado, aqueles que mais necessitam da ação dos homens públicos deste País. Estes continuam numa situação bastante complicada, que, ao final, nos envergonha, e muito, quando temos uma proposta de salário mínimo como a que temos, enviada pelo Poder Executivo.

Acredito, pois vi nas ruas, no papel importante que esta Comissão desempenhou no ano passado ao conseguir modificar o valor salário mínimo, ampliar em 19% o seu valor inicial. Houve, por parte de vários segmentos da nossa sociedade, a compreensão de que esta Comissão e o Congresso Nacional avançaram até onde foi possível. A primeira proposta enviada pelo Presidente da República, que considero perversa, foi alterada e houve esse acréscimo para o salário mínimo.

Portanto, quero acreditar que este ano, novamente, vamos conseguir fazer um debate e conseguir mudar o que está estabelecido na proposta do Poder Executivo com relação ao salário mínimo.

Não é possível que não encontremos uma solução. No ano passado, tivemos vontade política, competência e condição de alterar essa questão tão cara e importante para tantos milhões de brasileiros, para os Municípios, para a distribuição de renda, como é a questão do salário mínimo em nosso País. Houve uma visão e uma posição bastante avançadas do Relator, Senador Amir Lando, que colaborou, e muito, para que conseguíssemos melhorar minimamente o salário mínimo. Somente minimamente conseguimos ampliar o salário mínimo, mas foi uma vitória importante desta Comissão e, repito, grande parte da sociedade reconhece o esforço do Congresso Nacional em elevar o valor do salário mínimo.

Esperamos que este ano consigamos, novamente, com todo o nosso esforço, elevar o valor do salário mínimo, tão importante para quem passa fome, tão importante para quem vive em situação de miséria, tão importante para quem passa tantas necessidades.

Para concluir, Sr. Presidente, porque vejo que V.Exa., de forma correta e regimental, vai avisar que meu tempo está-se esgotando, quero referir-me à proposta do Governo Federal de conceder reajuste de 3,5% para quem está há quase sete anos sem qualquer tipo de reajuste salarial, ou seja, afirmando mais claramente, a maioria dos servidores públicos. É uma verdade: uma parcela minoritária dos servidores públicos obteve algum tipo de reajuste, mas a grande massa de servidores públicos deste País passa por privações, por necessidades enormes, porque seu poder aquisitivo caiu assustadoramente.

Queremos fazer este debate e encontrar a forma de atender a esta enorme massa de servidores públicos que estão, há tantos anos, aguardando algum sinal. E quando viram uma luz no final do túnel, aperceberam-se de que era outro trem vindo em sentido contrário, porque 3,5% só pode ser isso.

Eu, que venho do movimento sindical, se fosse dirigente sindical dessa categoria, rejeitaria os 3,5%. Honestamente, rejeitaria, porque considero uma humilhação para os servidores públicos um reajuste desse tipo.

Tive oportunidade, junto ao segmento que eu representava, de rejeitar proposta desse tipo. Pena que os servidores públicos federais não tenham a estrutura sindical, não têm a força sindical necessária para simplesmente recusar. Na minha família — sou morador de Brasília — há muitos servidores públicos. Pelo que ouço deles e dos meus amigos, colegas, companheiros de partido, se dependessem deles, rejeitariam; prefeririam nada a 3,5%.

Contamos, Sr. Relator e Sr. Presidente, com a sensibilidade, a boa vontade e a disposição política de V.Exas. e desta Comissão, que desenvolveu papel tão importante o ano passado, para encontrarmos melhor solução e não submetermos os servidores públicos ao que considero uma humilhação.

Muito obrigado pela boa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator, para encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, na sessão de apresentação do relatório do nobre Sr. Relator-Geral, quando da votação da emenda que tive a honra de apresentar, S.Exa., depois das explicações que procurei dar, disse que iria acolher a emenda e recomendar ao Sr. Relator-Setorial que a considerasse. Mas estou vendo, no parecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem oportunidade de destacar e discutir nos destaques, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Mas não é uma questão de destacar, porque o Sr. Relator-Geral anunciou que iria acolher a emenda para recomendar ao Sr. Relator-Setorial que a considerasse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou passar a palavra ao Relator-Geral, pedindo para responder aos oradores anteriores e a V.Exa. Mas, de todo modo, V.Exa. tem oportunidade de destacar a matéria e discutir no tempo oportuno.

Com a palavra o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores integrantes da Comissão, preliminarmente, tomo a liberdade de dirigir rápidas palavras de reconhecimento e gratidão aos Deputados Sérgio Miranda, Pedro Novais e Pedro Celso pelas referências extremamente generosas que fizeram à qualidade deste trabalho que ora se submete à decisão de V.Exas.

Gostaria apenas de ressaltar que, em larga medida, a qualidade deste trabalho se deve à qualidade da Consultoria Técnica desta Comissão, que, como diz o Deputado Sérgio Miranda, está destacando-se entre todas as Comissões Permanentes do Congresso Nacional como uma das mais preparadas, capacitadas e sérias nas suas obrigações profissionais.

Por outro lado, Sr. Presidente, em vista de algumas alterações feitas em relação ao trabalho distribuído aos senhores membros da Comissão, gostaria, rapidamente, de proceder à leitura das modificações mais relevantes, embora ressaltando que o teor delas, na verdade, já tenha sido discutido previamente com os Deputados autores das emendas objetos dessas alterações.

Para conhecimento dos demais, vou proceder a uma leitura rápida.

"Alterações propostas pelo Relator-Geral durante a discussão sobre o parecer às emendas apresentadas ao parecer preliminar ao PL nº 32, de 2001 — proposta orçamentária para 2002."

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio, porque o Relator está lendo as alterações que foram feitas no parecer preliminar. É matéria muito importante e do interesse de todos, que devem prestar atenção à leitura do Sr. Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Obrigado, Sr. Presidente.

"Em decorrência das discussões ocorridas no plenário desta Comissão sobre as emendas apresentadas ao parecer preliminar ao PL nº 32, de 2001, proposta orçamentária para 2002, apresentamos e submetemos ao Plenário da Comissão as alterações listadas a seguir:

1) Alteração do parecer à Emenda nº 60-B, 'em análise' para 'rejeitada';

2) Alteração do parecer à Emenda nº 91-B, 'rejeitado' para 'aprovado parcialmente';

Uma inclusão do item 19.6, nos seguintes termos: 'A Relatoria Setorial que apreciar a programação dos recursos destinados ao Ministério da Educação, verificará o atendimento ao art. 87 da Lei nº 9.394, de 1996, e à Lei 10.172, de 2001, quanto à abrangência das ações do programa 0041 — Desenvolvimento do Ensino de Graduação em Relação ao Ensino à Distância';

3) Alteração do item 23.2, que passa a ter a seguinte redação: 'O Comitê de Receitas examinará o PLC nº 202, de 1989, avaliando seu impacto e recomendando sua inclusão, se verificada a hipótese do art. 64 da LDO 2002, como receita condicionada à receita derivada da instituição e cobrança do Imposto Sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, Inciso VII, da Constituição, nos termos do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Sr. Presidente, neste ponto, gostaria de cumprimentar o Sr. Deputado Sérgio Miranda pela iniciativa de ter proposto esta emenda, que, seja sob o aspecto legal, seja sob o aspecto de oportunidade de fazer com que a Câmara Federal se manifeste sobre a criação deste tributo, coisa que o Senado já fez, vale, sem nenhuma dúvida, os aplausos de todos nós.

"4) Alteração do item 20.6.1, que fica acrescido dos termos **in fine** 'e quanto ao atendimento ao art. 37, Inciso X, da Constituição, passando a ter a seguinte redação:

20.6 - avaliar as despesas com pessoal e encargos constantes da proposta orçamentária no tocante:

20.6.1 - às alterações de gastos com pessoal propostas no anexo de que trata o art. 59 da LDO 2002 e quanto ao atendimento ao art. 37, Inciso XX, da Constituição.'

5) Inclusão do item 23.3, com a seguinte redação: 'O Comitê de Receitas examinará o impacto da aprovação, pelo Senado Federal, da Mensagem nº 202, de 2001, em termos da apropriação de recursos advindos da antecipação do resgate de créditos contra a República da Polônia, do pagamento parcial de fornecimento de material bélico produzido naquele país e de deságio eventualmente envolvido na operação de antecipação'.

6) As alterações aqui procedidas encontram-se em negrito, sublinhadas, quando acrescidas ao texto apresentado após as emendas."

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão.

Terminado o prazo para apresentação dos destaques.

Vamos colocar em votação o relatório com as alterações, ressalvados os destaques.

Está em votação o relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra apenas para orientação da bancada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, a orientação para a bancada, infelizmente, é no sentido da obstrução dessa matéria.

Tínhamos certeza absoluta de que, em virtude dos esforços feitos pelas Lideranças de vários partidos, inclusive pela Liderança do Governo, o nobre Deputado Arnaldo Madeira, acompanhado de tantos outros, com apoio direto ou indireto até do nosso Relator, esta Comissão e toda a Casa encontraria um caminho diferente.

Houve boa vontade para descobrir recursos, pelo menos para entendimento emergencial, no Orçamento. Isso foi levantado pelas Lideranças que se reuniram com o Ministro da Educação no sentido de procurar superar aquele impasse.

No entanto, pareceu à bancada do PT que havia uma disposição política do Ministro de criar um impasse ou uma solução final de força, de vencedores e vencidos, enfim, algo parecido, que levou a que o diálogo não redundasse numa solução. Não esperávamos uma solução de fundo, o reajuste; não, não era isso, mas que resultasse no restabelecimento do diálogo e de alguns pressupostos básicos para isso.

Como a matéria que discutimos, o Orçamento, diz respeito diretamente ao movimento dos servidores públicos, previdenciários e professores, não nos resta nenhum outro caminho, para ser coerente com aquilo que sustentamos na semana passada, senão nos declararmos em obstrução, infelizmente, porque gostaríamos que fosse diferente, que tivéssemos encontrado o caminho da solução; infelizmente, porque reconhecemos a qualidade do trabalho do Relator e até porque o Relatório será sujeito a emendas, através de destaques que apresentamos.

Por tudo isso, a bancada do PT se coloca em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Líder do PMDB, Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Sr. Presidente, queremos cumprimentar o eminente Relator pelo seu trabalho no relatório preliminar. Vislumbrando um profícuo trabalho na relatoria do Orçamento Geral de 2002, o PMDB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, para orientar a bancada do PFL, por meio minuto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, da mesma forma que fizeram os Líderes do PCdoB, do PT e do PMDB, quero também apresentar minha solidariedade e meu apoio ao trabalho feito pelo Relator. Entendo, no entanto, que a posição do PT é justificável, pela sua maneira de ver o Orçamento. Portanto, nada tenho a opor quanto à forma como o PT encara a questão. Acredito, inclusive, que é importante a obstrução, para que a base do Governo possa manifestar-se, estar presente e aprovar a matéria.

Ora, neste relatório está contida a política que vem sendo implementada pela área econômica do Governo. Assim, é natural que a Oposição esteja em obstrução e depois vote contra. Portanto, acho justo tal comportamento.

O PFL vota "sim". Eu peço a todos os Deputados que venham ao plenário votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para falar pelo PL, por meio minuto, concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, o Bloco do PL acompanha a decisão do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para encaminhar pelo PCdoB, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução. Valorizamos o trabalho do Relator, mas em face das circunstâncias que extrapolam esta Comissão, tal qual o argumento apresentado pelo Líder do PT, Deputado Virgílio Guimarães, o PCdoB é pela obstrução, acompanhando a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho, pelo PPS.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, o PPS parabeniza o Relator e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao representante do PPB, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, o PPB solidariza-se com o Relator e sugere o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Paulo Feijó, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, o PSDB parabeniza o Relator pelo trabalho e orienta sua bancada para votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, pelo PTB.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto "sim". Trata-se de excelente trabalho feito pelo Relator, a quem parabenizamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a fase de encaminhamento. Passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados o relatório com as suas respectivas alterações, ressalvando-se os destaques.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem apoiamento a verificação.

Chamo o Senador Wellington Roberto para proceder à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputados do Bloco PSDB/PTB:

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Voto "sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Voto "sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado João Almeida. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Elias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – Com o Relator, Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Com o Relator, "sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – "Sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Agora vamos chamar os suplentes:

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Bloco Parlamentar PFL/PST: Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Lael Varella. *(Pausa.)*

Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

Vamos chamar os suplentes:

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Garcia. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

O PFL já está completo.

Deputados do PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Repetindo: o Deputado Antônio do Valle se encontra? *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior. *(Ausente.)*

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Suplentes do PMDB:

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna.

O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves.*(Pausa.)*

Deputado Waldemir Moka.*(Pausa.)*

Deputado Wilson Santos.*(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Titulares do PT:

Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)* O PT se absteve.

Titulares do PPB:

Deputado Almir Sá. *(Pausa.)*

Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – "Sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Roberto Balestra.*(Pausa.)*

Suplentes do PPB:

Deputado Eliseu Moura. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Deputado Vadão Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Wagner Salustiano. *(Pausa.)*

Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Bloco PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)*

Deputado Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Olimpio Pires. *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Voltando ao Bloco PSL/PL:

Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Welinton Fagundes. *(Pausa.)* Suplentes:

Deputado Juquinha. *(Pausa.)*

Deputado Lincoln Portela. *(Pausa.)*

Deputado Robério Araújo. *(Pausa.)*

PV, em obstrução.

Repetindo a chamada do Bloco PSDB/PTB:

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Vou chamar novamente os suplentes do Bloco PSDB/PTB:

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho.

O SR. DEPUTADO NILO COELHO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Há algum Deputado que ainda não respondeu a chamada do Bloco PSDB/PTB ou de qualquer outro partido? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Atingindo o **quorum**, pergunto àqueles que estão na obstrução se desejam votar. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Sr. Presidente, pode proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Declaro encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Vou proclamar o resultado: votaram "sim" 46 Deputados; um Deputado se absteve. Total de votantes: 47 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - Sr. Presidente, abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Aprovada no Senado Federal, com abstenção do Senador Tião Viana.

(Não identificado) – Sr. Presidente, são precisamente 21h02.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São 21h02. Terminada a verificação, vamos à votação dos destaques.

Destaque nº 001, da Emenda nº 68, do Deputado Rubens Bueno. Destaque do Deputado Clementino Coelho. S.Exa. está presente? *(Pausa.)*

O destaque está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 002, Emenda nº 87, também do Deputado Clementino Coelho, está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 003, da Emenda nº 88, está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 004, da Emenda nº 89, está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 005, Emenda nº 72, do Deputado Agnelo Queiroz.

Com a palavra, para defender o destaque, o Deputado Virgílio Guimarães. S.Sa. disporá de um minuto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, defenderei o destaque defendendo uma interpretação mais geral. Estamos fazendo aqui uma discussão de emergência, porque, evidentemente, a intenção de todos é que cada um tenha sua posição partidária. A nossa posição é de luta para abertura de negociações com os servidores públicos, porque queremos também um bom relatório preliminar.

Consulto o nobre Relator, até para evitar aqui uma quebra de braço — e sei que todos os Deputados não têm medo de cara feita, estamos aqui para isso mesmo, e isso já foi aprovado outras vezes —, se poderíamos ter uma visão mais de conjunto, para mantermos pelos menos um destaque que desse abertura à possibilidade de uma discussão futura dessa questão e flexibilizar para o próprio Relator. Facilitaria, porque votaríamos um pouco mais em globo essas questões, se o Relator estiver de acordo — e também os Deputados Sérgio Miranda e João Coser —, se S.Exa. tivesse uma visão de conjunto. Isso seria possível, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Flexibilizar exatamente o quê?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Poderia ajudar, nobre Relator?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – São dois ou três destaques que caminham no mesmo sentido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Qual é a nossa grande preocupação? Que a possibilidade de um aumento real do salário mínimo não morra na votação do parecer preliminar, nem a possibilidade do aumento dos servidores públicos acima dos 3,5%. Temos duas emendas. Uma, sem valores, que permite ao Relator-Geral incluir, no item 16.1: exclui-se das

restrições, nos termos do art. 27, § 1º, as emendas que destinam assegurar dotações para ampliação do valor do salário mínimo, do reajuste geral dos servidores e dos valores globais das despesas de ações de serviço público de saúde.

O outro tipo de emenda, já que designamos valores e V.Exa. não está aceitando valores, é mais genérica. Diz que V.Exa., o Relator-Geral, pode — e não obriga —, fazer emendas que contemplem nas três questões: saúde, salário mínimo e servidor. Se não houver essa abertura, isso morre agora.

Portanto, não fixamos valores nenhum. Apenas permitimos genericamente que V.Exa., o Relator-Geral, possa fazer esse tipo de emenda. Se puder haver um acordo em torno desta questão, abro mão de outros destaques, embora alguns deles sejam interessantes, para tentar viabilizar essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Apenas para complementar, Sr. Relator, além desses destaques, falei que eram três, mas me parece que são quatro que têm mais o menos o mesmo sentido. Há um outro também do Deputado Jorge Bittar, que passa de 3 para 7% o remanejamento possibilitado ao Relator-Geral, desde que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o número do destaque, Deputado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deputado Sérgio Miranda, qual o número do destaque? *(Pausa.)* Vinte e três. No mesmo sentido são os Destaques nº 8 e 13. E no sentido dessa outra alternativa que eu apresentei são os Destaques nºs 9 e 6. Esses dois destaques. Há uma meia dúzia de destaques, mas não fazemos questão disso. Qualquer um deles contemplaria, perfeitamente. Portanto, não é por aí que resolveria essa questão.

O restante seriam questões mais técnicas. Poderíamos verificar com o Relator, por exemplo, a questão do Tribunal Eleitoral e do Tribunal de Contas. São questões tópicas que V.Exa. poderá examinar, como a da Saúde, mas havendo esta questão central, o encaminhamento político estaria resolvido. É a questão que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, na prática, estamos fazendo um apelo ao Relator no sentido de acolher uma emenda. O Destaque de nº 23, do Deputado Sérgio Miranda, garante a possibilidade de o Relator emendar para as três áreas que achamos mais importantes: saúde, servidor e salário mínimo. O ideal seria que o Relator acolhesse, porque é uma prerrogativa, uma possibilidade para o Relator-Geral. Repito: na prática, estamos fazendo um apelo a V.Exa. no sentido de que acolha o Destaque nº 23, que deixa uma possibilidade ao Relator-Geral para fazer a alocação de recursos, se entender suficientes, para essas três áreas: servidor, salário mínimo e saúde.

O mundo é redondo e dá multas voltas. No ano passado, começamos um debate e, no final, tivemos um sucesso grande; conseguimos evoluir muito. Tenho a impressão de que travar o relatório agora não é a posição mais acertada.

Portanto, neste sentido: sem fixar valor e percentual, mas apenas a abertura de possibilidade deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto a V.Exa., ao Deputado Virgílio Guimarães e ao Deputado Sérgio Miranda quais são os destaques que interessam para negociação. Quais são os números desses destaques?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O meu é o 23.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Poderia fixar no Destaque nº 23. Há outros que vêm no mesmo sentido. Para não haver dispersão, fixemos no Destaque nº 23, mas existe o Destaque nº 09, por exemplo, no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais serão retirados?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, está-se propondo um acordo informal.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O Destaque nº 9 também é no mesmo sentido, mas vamos fixar no Destaque nº 23.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Os demais, Sr. Presidente, se o Relator quiser aprovar alguns deles, tudo bem. Senão, eu retiro. Pode ser que alguns desses o Relator queira aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, não tenho objeção à proposta que os Deputados Sérgio Miranda e João Coser fizeram, ou seja, deixar em aberto a faculdade, sem se estabelecer previamente os valores e percentuais, para que essas três matérias sejam avaliadas de acordo com a evolução do nossos trabalhos.

Agora, em relação à proposta do Deputado Virgílio Guimarães não me ficou muito claro se ela está simplesmente endossando a proposta do Deputado Sérgio Miranda ou se acrescenta aquelas outras três.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Alternativamente. As outras emendas que levantei aqui?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Tanto o Deputado Sérgio Miranda quanto o Deputado João Coser falaram de três situações.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – As verbas do Ministério da Saúde, o aumento real do salário mínimo e o reajuste linear dos servidores.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu disse que havia outras emendas. O Presidente perguntou...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. está de acordo?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Apenas para esclarecer, vamos fixar no Destaque º 23. Apenas disse que havia outras emendas destacadas que tinham com o mesmo sentido de criar brechas para a resolução deste problema. Citei outras emendas neste mesmo sentido. Citei, por exemplo, o Destaque nº 09, do Deputado Jorge Bittar, que tem uma outra formulação. Mas para não dispersar a resposta, vamos fixar no Destaque nº 23. Lembrando que se tiver necessidade de fazer alguma adaptação, pode-se fazer. Mas não se trata aqui de discutir autorias ou textos. O importante é o mérito, o conteúdo; que fique a possibilidade do avanço dessas questões ao longo dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 23 abrange essas três situações. Por mim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer de V.Exa. é favorável?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Naturalmente, com as ressalvas feitas, sem a obrigatoriedade.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E discutiríamos as outras topicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os outros serão retirados?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Os outros destaques neste mesmo sentido serão retirados. Agora, existem destaques que eu chamei de técnicos. Por exemplo, esse que foi lido agora, é uma questão do Tribunal Eleitoral; não vamos retirar em função disso, são questões tópicas que vamos discutir tecnicamente, sem o sentido político. É isso que quis dizer. Não estou querendo forçar ninguém.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A questão do Tribunal foi um erro técnico, salvo engano.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso. São questões que apresento aqui. Não vou retirar todas, Sr. Presidente, automaticamente, porque não seria justo, mas aqueles destaques que têm esse objetivo, evidentemente, ficariam retirados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos continuar a votação destaque por destaque, normalmente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra para retirar todos os meus destaques, porque eu propus ao Relator um acordo. Se é um acordo para acolher uma emenda em detrimento de outras, estou retirando as minhas; do contrário, não é acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator dará o parecer favorável ao Destaque nº 23 e vamos votar os demais.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Pelo que eu entendi na proposição da Oposição, votaríamos o Destaque nº 23 e todos os outros destaques seriam retirados.

(Não identificado) – Quero corroborar essa questão, porque também foi o meu entendimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Aqueles destaques que o Relator não acolher, retiraríamos. Portanto, poderia ser mantido esse e alguns destaques que eu quero crer que o Relator poderia acolher, como esse caso em tela, mas não haveria nenhuma dificuldade em retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O acordo tem quer ser por inteiro, o acordo não pode ser pela metade. Há acordo ou não há acordo.

(Não identificado) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Como o acordo está obtuso e...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu retiro os meus destaques, ficando só o Destaque nº 23.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Sérgio Miranda retira os seus destaques e mantém o Destaque nº 23.

Deputados Virgílio Guimarães e Dr. Rosinha retiram os seus destaques?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, vou retirar o destaque, mas quero chamar atenção do Relator para que S.Exa. possa observar a Emenda nº 40, Destaque nº 14. Ela contempla ou

avança um pouco mais do que a do Destaque nº 23. Se V.Exa. achar que dá para aproveitar, aproveite. Se V.Exa. achar que não, eu retiro. Mas ela amplia, já definindo essa questão da saúde especificamente. É a Emenda nº 40, Destaque nº 14. Se V.Exa. achar que ele completa o Destaque nº 23, está bem. Se não achar, eu retiro para fazer o acordo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Virgílio Guimarães retira os demais destaques?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Vamos retirar, para facilitar a votação. Agora, Sr. Relator, solicito a atenção de V.Exa. para esse caso interno do Tribunal. Eu retiro, mas se V.Exa. quiser sustentá-lo, fique à vontade . Da minha parte, estou satisfeito com o acolhimento do Destaque nº 23.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, o acordo, em suma, se dá em torno do teor do Destaque nº 23, Emenda nº 75, do Deputado Sérgio Miranda . Quanto às demais, comprometo-me a examiná-las, exatamente com o espírito de incorporar.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator está propugnando que o acordo seja feito apenas e tão-somente em cima do Destaque nº 23, Emenda nº 75, do Deputado Sérgio Miranda, ficando os demais destaques retirados pelos seus respectivos autores. (*Pausa.)*

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 5 já foi retirado por ausência do autor.

(I*ntervenções inaudíveis.)*

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - É a propósito dos Tribunais. Francamente, Sr. Presidente, não tenho qualquer envolvimento político...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Gostaria imensamente de aprovar não só esse destaque de V.Exa., mas todos os demais. Vamos esperar a opinião do Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas como todos os demais serão retirados, eu deixaria na mão do Relator as emendas dos Tribunais. Se S.Exa. acolher, acolheu; se não acolher, está retirado. Não há problema. Não vamos insistir.

(*Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Ficaria com o acordo em torno do Destaque nº 23.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os demais destaques, apenas o Destaque nº 23, com parecer favorável do Sr. Relator. Ficam retirados os Destaques nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 24.

Vamos colocar em votação o Destaque nº 23, enquanto localizamos um outro destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Destaque nº 25. Texto supressivo, na parte b e 19.2. Retirar “em especial o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 9.424, de 1996". Deve ser mantido o texto original do parecer preliminar. Autor: Deputado José Borba. Com a palavra o autor do destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, pediria a manutenção do texto original, suprimindo “em especial o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 9.424, de 1996"; permanecendo a redação original: ”a erradicação do analfabetismo e a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, nos termos do art. 60, inciso IV, do ABCT, e ao FUNDEF verificar o cumprimento dos limites das ações arroladas para tal fim pelo Poder Executivo".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator, para emitir o parecer.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator deu o parecer favorável.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de fazer referência a

um destaque do Deputado Virgílio Guimarães que é procedente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais destaques foram retirados.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Só para registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 16, Emenda nº 90.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Estamos conscientes de que foi um erro a inclusão desta obra de recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal no quadro de obras com indícios de irregularidades, porque, na verdade, o Tribunal de Contas da União já considerou saneadas essas irregularidades. Portanto, essa obra não deveria continuar integrando o quadro que faz referências a obras irregulares. Corrigiremos oportunamente pelo meio adequado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Via comitê.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Perfeito. Via comitê, para que não paire dúvidas sobre a...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Neste caso, com certeza. Até porque outras poderão, ao longo do trabalho, ser incluídas na mesma categoria. Havia informado à assessoria do Tribunal que como o comitê terá que fazer, no último momento, um pente fino nessa relação, poderá até incluir esse repasse, se for o caso. Então esse repasse, como o Presidente havia dito, será uma tarefa também do comitê.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Com isso, fica claro que essa relação pode sofrer modificações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado o relatório preliminar, definitivamente, vamos ao próximo item da pauta. Ainda temos vários itens para discutir e votar esta noite.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Senador Wellington Roberto, pela ordem.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a V.Exa., se possível, para colocar em votação o requerimento de inversão de pauta, para tratarmos do Item nº 1 da Pauta nº 22.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação o requerimento de inversão de pauta do Senador Wellington Roberto.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Contra o voto do Deputado Sérgio Miranda.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Apreciação do Relatório apresentado à execução orçamentária do Subtítulo nº 26.782. 0235.5708.0007 — Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste — BR-226/RN — Currais Novos — Divisa RN/CE, listado no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária para 2001.

Relator: Senador Wellington Roberto.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório trata da autorização da execução orçamentária do Subtítulo 26782.0235.5708.0007 — Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste — BR-226/RN — Currais Novos — Divisa com o Ceará, listado no Quadro V, anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.

O relatório já se encontra à disposição dos Srs. Deputados e Senadores.

Análise: cabe a esta Comissão Mista, com fulcro no citado art. 14 da Lei Orçamentária, deliberar sobre a suspensão ou manutenção da vedação em tela.

As irregularidade apontadas pelo Tribunal de Contas da União, examinadas no citado processo, foram apreciadas em sessão plenária de 11/07/2001, tendo sido proferida a Decisão nº 427/2001, que acolheu o relatório da Secretaria de Controle Externo do Estado do Rio Grande do Norte, asseverando que "não foram constatados indícios de irregularidades graves. Apenas verificou-se que não foi feito o necessário relatório sobre o impacto ambiental das obras". Essa pendência já deve ter sido resolvida por aquele órgão.

Não subsistem, portanto, quaisquer óbices impedindo a liberação de execução orçamentária do programa de trabalho em comento.

Nosso voto, já que a obra se encontra com mais de 53% de execução física pronta, é pela autorização da execução orçamentária, da dotação consignada no Subtítulo 26.782.0235.5708.0007 — Construção de Trecho Rodoviário no Corredor Nordeste — BR-22/RN, na cidade de Currais Novos, divisa com o

Estado do Ceará, listado no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária vigente.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O parecer é favorável.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aberto o prazo de emenda, de 17 a 23 de outubro, ao Projeto de Decreto Legislativo.

Pauta nº 19. Item 1. Requerimento nº 14, de 2001, do Deputado Sérgio Miranda, solicitando que seja convidado o Dr. Sérgio Vale Aguiar Campos, do Departamento de Ciência e Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, para participar da audiência pública com o Dr. Renato Guerreiro, da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o requerimento é auto-explicativo. Contaremos com a presença do Dr. Renato Guerreiro, estou aguardando. Há quase um mês esse requerimento foi votado e S.Sa. diz que quer comparecer, mas não define uma data. Então, no dia em que S.Exa. comparecer, o Dr. Sérgio Vale Aguiar Campos, Doutor em Ciência da Computação, que tem um projeto, poderá discutir o edital do FUST com muito mérito. Defendo o requerimento porque não há contradição em ouvir os Srs. Renato Guerreiro e Sérgio Campos, que vão tratar da questão dos computadores e a Casa vai-se engrandecer. Tenho certeza de que não nos arrependeremos.

Peço, portanto, o voto de meus colegas para aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, para reforçar, lembro que, durante todo o processo de discussão e votação da revisão do PPA, em que foi abordada a questão do FUST, foi esclarecido que, naquele momento, o Sr. Renato Guerreiro não poderia comparecer à Comissão, mas compareceria logo depois. Está aqui o Líder do Governo que participou do processo. Tenho certeza de que esse requerimento não só será aprovado, como a Mesa e a Liderança do Governo tomarão as providências necessárias para que ele se efetive.

O requerimento do Deputado Sérgio Miranda tem o apoio da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, de fato, o Presidente da ANATEL virá à Comissão, embora já tenhamos feito duas reuniões na ANATEL, com a presença de todas as pessoas interessadas tanto na questão técnica referente ao FUST quanto na questão da política industrial. Das duas reuniões participaram os Líderes do PT, do PCdoB e o Deputado Júlio Semeghini, que representou o Governo. Nessas reuniões, todos os problemas relacionados com o assunto foram discutidos, e o Governo, inclusive, analisa a possibilidade de acatar algumas recomendações e sugestões feitas ainda no edital que está em transcurso.

Mas não posso concordar com a acareação entre o Presidente da ANATEL e o Prof. Sérgio Campos. Sem prejuízo de ouvirmos o Sr. Sérgio Vale Aguiar Campos, reitero o compromisso de trazer a esta Comissão o Sr. Renato Guerreiro, que esteve — não sei ainda está — licenciado da ANATEL por algumas semanas por questões particulares. Reitero o compromisso, mas não posso concordar com a proposta de acareação nem de debate entre o Sr. Renato Guerreiro e o Sr. Sérgio Vale Aguiar Campos. Sem prejuízo de ouvi-los, concordo em convidar o Sr. Sérgio Guerreiro para debater a matéria nesta Comissão em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Serei breve. Sr. Presidente, demais Parlamentares, temos que fazer a leitura correta do requerimento. Esta não é uma Comissão de investigação. Trata-se de um convite com o objetivo de realizar um debate sobre informática. Portanto, não concordo com a idéia de acareação, porque ninguém está sendo acusado de absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, posso fornecer o endereço do Sr. Sérgio Campos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Receberemos com muito prazer, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - E para ajudar a Secretaria e a Liderança do Governo, fornecerei também o endereço do Sr. Renato Guerreiro.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, queria solicitar a inversão de pauta: Pauta nº 21, PL nº 33, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação o requerimento.

O Deputado João Leão não está presente, da Pauta 18, de 2001. Os Deputados Luciano Castro e Pedro Novais também não estão presentes. O Deputado José Carlos Aleluia também não está presente.

Restou agora o item 1, da Pauta nº 21, Projeto de Lei nº 33/2001, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 2 milhões, 861 mil, 305 reais para os fins que especifica.

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

O projeto tem quatro emendas.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não se encontra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. designe um outro Parlamentar da Comissão para leitura do relatório, uma vez que a matéria é da administração direta do Orçamento do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda. Acredito que não haverá restrição alguma à aprovação dessa matéria. Até consulto o Deputado Virgílio Guimarães, que já tem conhecimento do assunto e sabe do que se trata. Podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos designar o Senador Jonas Pinheiro para relatar a matéria.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trata-se de uma exposição de motivos em que esta Comissão está analisando uma solicitação de recursos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Feita a análise do mérito desse projeto, do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 33/2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse foi o relatório do Deputado Gonzaga Patriota, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O relatório é favorável.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, mais uma vez nos deparamos com o seguinte problema: temos recursos de uma operação de crédito externo no valor de 2,5 milhões de reais, que financiará despesas primárias. Ora, se despesas sem recursos financeiros financiam despesas primárias, isso vai afetar o superávit. Alguma coisa vai ser cortada. Vão cortar 2 milhões de reais de quem, para financiar? Das minhas emendas? Das emendas do Deputado Jorge Bittar? Eles vão cortar 2 milhões de reais e não explicam de onde. Votando favoravelmente, estaremos dando autorização implícita ao Governo, que cortará emenda de um Deputado ou de um Senador, mas não sabemos quem é. Por azar pode ser eu. Não posso votar para cortar minhas emendas.

Sr. Presidente, temos de levar em conta essa questão. Não dá mais. Há alguns dias, o Governo aprovou no plenário recursos para aumentar pagamento das Forças Armadas. Justíssimo. Qual era a fonte? O superávit financeiro do ano passado. Qual a conseqüência? Porque aquele valor tem de ser cortado, mas ele não explicita de onde vai cortar, meu caro Senador. Estamos vivendo este drama. Vários desses créditos suplementares estão sendo alimentados por recursos financeiros. Foi o que o Ministro do Planejamento nos explicou. Só não quis entender quem não se interessou. É uma forma de evitar os cortes. Eles encobrem os cortes. Eles não vetam nada mas, na prática, estão vetando!

Por isso, voto contra. Vou pedir verificação e peço apoio dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há prazo legal. Continua em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, os recursos, na verdade, são do ingresso de operação de crédito externo no valor de 2,5 milhões de reais. Apenas 360 mil reais são de anulação parcial de dotações orçamentárias, indicadas no Anexo II dessa lei. Está aqui, indicado onde vai ser cortado.

Então, é evidente que se estamos aqui com uma operação de crédito externo para investir em programas de aperfeiçoamento da gestão do gerenciamento da dívida pública; em programa de estudo para aperfeiçoamento do modelo de gestão do plano plurianual; na elaboração e implementação dos projetos para melhoria do desempenho fiscal e redução de custos na administração pública; na cooperação para capacitação municipal em gestão pública e responsabilidade fiscal.

Ora, se temos o financiamento externo para investir nessa melhoria da gestão pública, não há razão alguma para deixarmos de aprovar essa matéria.

Faço um apelo aos companheiros desta Comissão no sentido de que permitam a tramitação e aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu estava inscrito para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Olha o horário, Deputado Virgílio.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, estava na hora. Eu estava aqui me inscrevendo para discutir a matéria. Sou autor de quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, quero começar comentando esse PL que votamos aqui, dos militares. Inclusive, fui Relator de plenário e fiz questão de fazer o comentário que o Deputado Sérgio Miranda fez aqui agora. Trata-se de difícil situação, porque, no mérito, somos favoráveis. Havia necessidade de fazer pagamento de pessoal; de forma constrangida, fui obrigado a relatar favoravelmente, mas usando aquele artifício que hoje já virou lugar comum: sem criar jurisprudência, cria-se, faz-se exceção e entra na mesma trilha, porque não havia outra maneira, não tínhamos como alterar aquilo que estava posto aqui no projeto de lei.

Por isso, chamamos a atenção para o fato de que continuaríamos nos batendo contra esse critério de usar essa falsa fonte, porque, na prática, isso é apenas uma cortina de fumaça, porque vai repercutir de maneira dissimulada em cima de outras partes do orçamento sobre o qual ninguém tem controle. Pode ser emenda, programas etc. E precisamente esse é o caso.

O Deputado Sérgio Miranda levantou essa questão das operações e apresentei quatro emendas exatamente corrigindo esses aspectos, até porque eu gostaria que o Relator Gonzaga Patriota estivesse aqui. S.Exa. estudou a matéria, rejeitou as emendas, não sei exatamente com qual critério, até porque as emendas são absolutamente legais.

Gostaria que essas emendas fossem acolhidas, até porque me passa aqui o Dr. Rosinha, com toda a presteza, as assinaturas dos destaques que faremos dessas emendas, porque justas e absolutamente necessárias para corrigir e para não ficarmos sempre dizendo "sem criar jurisprudência, sem criar exceção" e ficarmos votando as exceções etc.

Quero dar condições para esse estudo da gestão do plano, que é importante. Se há alguma coisa que avançou, foi nesse aspecto, que precisa de recurso, sabemos disso, mas não se pode, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoa por um lado, regredir-se por outro.

Por essas razões, estamos destacando essas emendas, que vêm precisamente no sentido de corrigir essa contradição que apontamos neste e em outros momentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Dr. Rosinha quer falar sobre a matéria, rapidamente. S.Exa. tem prioridade, porque estava inscrito.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, analisando esse projeto de lei, observamos os 2 milhões de reais destinados ao estudo e aperfeiçoamento do modelo de gestão do plano plurianual. Realmente, precisa de aperfeiçoamento, pois temos acompanhado e observado os problemas encontrados. Mas o porém que levanto é sobre o montante de 2 milhões de reais. Particularmente, acho um exagero, além do que foi dito pelos meus colegas Parlamentares no que diz respeito à fonte. Quando lemos o parecer, percebemos que ele é bastante precário para o projeto de lei; não consegue entrar a fundo nas razões. Apesar de ter tido tempo para ser feito, não vimos razão nenhuma para que essas emendas não fossem aceitas. Por isso, estamos fazendo o destaque. Dois milhões de reais é mui-

to dinheiro, apesar da necessidade de aperfeiçoar o modelo de gestão do plano plurianual. É possível fazer esse aperfeiçoamento com menos dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou encerrar a discussão. *(Pausa.)* Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tive oportunidade de exercer função na área de planejamento, fui Secretário de Planejamento no Estado do Rio de Janeiro, e sei da importância de se construir processos que permitam aprimorar planejamento e, particularmente, iniciativas como essa de estudo e aperfeiçoamento do modelo de gestão do plano plurianual. No entanto, sinceramente, não consigo entender a importância de se alocar 2 milhões de reais. Não é uma quantia irrisória; ao contrário, é de monta bastante elevada para se fazer estudo desse tipo, quanto mais para fazer esse estudo de forma terceirizada, ao que tudo indica contratando apenas uma única consultoria, já que é uma unidade, tal como está aqui definido.

Penso que matéria desse tipo mereceria esclarecimentos mais profundos por parte do Poder Executivo, particularmente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, já que se trata de destinação de valor elevado e para a qual não há justificativas. Apenas se comenta a importância de se fazer estudos visando a elaboração de modelos de gestão.

Então, sinceramente, entendo que seria correto que os representantes do Governo solicitassem informações mais precisas por parte do Ministério do Planejamento para que tivéssemos segurança em votar matéria desse tipo. É muito dinheiro para um estudo que não está definido. Vi a exposição de motivos do Presidente da República e não há qualquer esclarecimento mais preciso em relação a isso.

Solicito à Liderança do Governo que essa matéria não seja votada hoje, mas retirada, a fim de que o Governo nos preste os esclarecimentos necessários acerca do tema. Eu também não gostaria que simplesmente rejeitássemos essa matéria, mas, sim, que ela fosse melhor esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. já discutiu a matéria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quero levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que use resolução recentemente aprovada pelo Congresso Nacional que diz respeito à tramitação da Lei Orçamentária e dos créditos. Lê-se, no art. 29, § 2º:

Aplicam-se aos projetos de lei de crédito adicional, quanto às receitas e cancelamentos, as restrições existentes na apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

Sr. Presidente, acabamos de aprovar, na tramitação do projeto de lei orçamentária, a seguinte questão: "As relatorias setorial e geral deverão preservar o resultado primário fixado na LDO, sendo vedado às relatorias setoriais o aumento das despesas primárias no âmbito de sua área temática com recurso decorrente do cancelamento de despesas financeiras".

É o caso típico, Sr. Presidente. São recursos financiando despesas primárias, e não explicita onde é o cancelamento. Teria de explicitá-lo; caso contrário, fica no vazio. Está ferindo claramente o art. 29.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Então, a minha questão de ordem para V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Já entendi a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – E vai responder?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - E vou responder, lógico.

Deputado Ricardo Barros, deseja dizer alguma coisa?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – O anexo II, está aqui, possui os cancelamentos definidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Indeferida a questão de ordem de V.Exa., já que o anexo II está explicitando matéria.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Não há encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas V.Exa. me concedeu a palavra para encaminhar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Para orientação da bancada, por um minuto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Para orientar a bancada.

Sr. Presidente, se permitirmos que isso ocorra, teremos, então, os recursos para as emendas parlamentares. Os 7 bilhões de recursos financeiros das polonetas, que foram aprovados no Senado hoje, são recursos que vão financiar despesas primárias ou, então, vamos resolver o problema do salário mínimo usando superávit financeiro do ano passado. Há 40 bilhões em caixa! Vamos utilizar 5 bilhões. O que não pode é o Governo ter dois pesos e duas medidas e não dizer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O tempo de V.Exa. está encerrado. É apenas orientação de bancada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sim, Sr. Presidente, vou somente orientar.

Não podemos usar esses recursos sem explicitar onde será o corte. Só para corrigir a informação: são 2 bilhões e 600; 300 milhões de cancelamento. E os outros 2 bilhões e 300 milhões são de crédito externo, operação de crédito, é recurso financeiro. Para que seja aplicado, tem de haver um corte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está encerrado o prazo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Oriento minha bancada no sentido de que vote "não".

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra por um minuto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Pois não.

Sr. Presidente, nossa compreensão é de que concordamos com os objetivos, que muitas vezes podem parecer suntuários. A idéia do aperfeiçoamento da gestão na área do planejamento é perfeitamente desejável. Aliás, o Ministério do Planejamento avançou muito nesse sentido. Nosso instrumental, tanto do ponto de vista legal quanto técnico, inclui um arsenal de acompanhamento e de possibilidades que distinguem o Brasil de outros países. Tivemos efetivo avanço nas possibilidades de controle por parte da execução orçamentária, das metas fiscais etc. Sem dúvida, é importante esse aperfeiçoamento, assim como a realização de seminários, visitas técnicas a outros países etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O prazo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Isso é desejável. Porém, como se aperfeiçoar um instrumento se traz esse vício de origem, pois já pratica algo em si indesejável?

Portanto, oriento a bancada no sentido do voto "não", até porque não temos segurança alguma no que se refere à aprovação das nossas emendas. Mas como tenho certeza de que a votação será sem prejuízo das emendas destacadas, votamos "não" e, depois, teremos oportunidade de avaliar de per si cada um dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrado o encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, o PMDB encaminha "sim".

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, o PPB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos votar o projeto na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encaminhamento de bancada. Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Somos quatro contra. São quantos a favor?

(Não identificado) - Tem muito Senador aqui hoje. Nem o Presidente é da Câmara, é do Senado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. não pode votar.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o encaminhamento das bancadas foi três.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Ganhamos. Foi rejeitado.

(Não identificado) - É evidente, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - É evidente, Sr. Presidente. Foi rejeitado!

(Não identificado) - É evidente nossa vitória. É evidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quatro a três. Ganhamos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não há verificação neste momento, Sr. Presidente. As bancadas ...

(Não identificado) - Mas é de fácil verificação. A verificação visual é fácil.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Verificação visual.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não tem verificação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas, visualmente, Sr. Presidente.

(Não identificado) - A verificação seria quando, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - São quantos votos? Quatro a três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não, quatro a quatro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então, empatou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Quatro a quatro, o empate é da Presidência.

(Não identificado) - Não, a Presidência é de Senador.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. não pode votar. V.Exa. é Senador. Quatro a quatro. Consta nas notas taquigráficas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não há verificação de número. A bancada do PMDB e a bancada do PPB, com absoluta folga...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Atenção, Deputado. V.Exa. é um dos membros mais antigos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. sabe que o **quorum** é o do livro de presença. Esse é o **quorum** que vale.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quatro a quatro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Caso contrário, só se houver verificação de **quorum**. O **quorum** que vale é o da lista de presença.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É o **quorum** que vai prevalecer aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, votamos aqui e empatou. V.Exa. afirmou, e consta das notas taquigráficas, que está empatado. Não existe verificação. Então, está empatado! É quatro a quatro. Consta das notas taquigráficas: quatro a quatro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O **quorum** que prevalece é o do livro de presença. Vamos declarar aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, Sr. Presidente. Vamos recorrer ao Supremo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, há possibilidade de pedido de verificação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quatro a quatro. Consta das notas taquigráficas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - ... que era quatro a quatro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. consultasse inclusive as notas taquigráficas, pois creio que já se passou uma hora do último pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eram 21h2min.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, não eram 21h2min.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eram 21h2min quando eu declarei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto a V.Exa. é a seguinte. V.Exa. afirmou, consta das notas taquigráficas, com a voz de V.Exa., que era quatro a quatro. V.Exa. até se propôs a desempatar, e não pôde votar porque é Senador. Então, ficou empatada essa votação, Sr. Presidente. Teria de haver uma solução.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, a bancada do PPB e do PMDB encaminharam "sim" e o PT e o PCdoB encaminharam "não". Evidentemente, as bancadas do PMDB e do PPB têm muito mais Parlamentares.(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A questão de orientação de bancada é apenas uma orientação para formação de juízo do Presidente. Isso não consta de regimento algum. Apenas...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, não é isso. Estou querendo dizer que a orientação de bancada serve apenas para orientar Deputados e, evidentemente, Senadores, mas a maioria é dos Deputados, não é questão fechada. Cada um pode seguir ou não a orientação da bancada. E o Presidente considera a orientação como instrumento

para formação do seu juízo. Como no caso aqui o número é pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deixe-me encerrar a questão de ordem, Sr. Presidente. Tanto o Regimento do Senado como o da Câmara, em nenhum lugar, asseguram que a orientação de bancada, por número de bancada, deve prevalecer. Isso seria a volta, inclusive, do velho sistema de votação por Liderança, o que já foi superado, é entulho da ditadura. Hoje fazemos orientação de Liderança e não voto de Liderança. É uma diferença importante.

Minha questão de ordem é no sentido de que não há, em qualquer Regimento, essa possibilidade. V.Exa. é quem tem de formar seu juízo, como já formou verificando que não houve maioria neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou seguir a praxe da Casa — inclusive, chegou mais um Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas, Sr. Presidente, a votação já foi encerrada. Não pode contar mais um voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou considerar o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, a votação já foi encerrada!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou colocar em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República, ressalvados os destaques.

Vamos agora colocar em apreciação os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quem é o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Cada destaque de per si.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos colocar, em primeiro lugar, o Destaque nº 1, do Deputado Virgílio Guimarães, sobre a Emenda nº 1.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães, para falar sobre o destaque.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, gostaria que a Mesa lesse qual é a emenda, para me inteirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Emenda nº 1.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não havendo mais acordo para as votações e tendo decorrido o prazo em que não era mais possível o pedido de verificação, sugiro a V.Exa. que continuemos a votação dessa matéria e dos destaques na próxima sessão, evidentemente, porque não haverá possibilidade de continuar os trabalhos, uma vez que a Oposição está em obstrução geral na Casa, não apenas nessa matéria, mas também em todas as matérias apreciadas no Senado e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou colocar a proposta do Líder do Governo em apreciação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - A proposta é de suspender ou encerrar a sessão?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou sugerindo a suspensão da sessão, na medida em que não temos mais acordo para votação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então, vamos pedir verificação, porque cai a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, Sr. Presidente, sugiro que V.Exa. suspenda a sessão e marque a continuidade dos trabalhos na quinta-feira, pela manhã, como de praxe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos, então, suspender a sessão, convocando-a para quinta-feira, às 9h30min, para dar continuidade aos trabalhos, quando serão apreciados os destaques desse projeto.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Havendo número regimental, declaro reiniciada 22ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 19, 20, 21 e 22 de 2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que as pautas com os respectivos itens estão disponíveis na mesa de trabalho.

Expediente

I) Correspondência interna recebida:

1) Ofício nº 714, de 16 de outubro, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Ged-

del Vieira Lima, indicando o Deputado José Chaves como Relator Setorial da Área V, Infra-Estrutura.

- Expediente encaminhando justificativa de fatos adquiridos pela Presidência:

Ofício nº 437, de 16 de outubro, justificando a ausência da Deputada Lúcia Vânia no dia 9 de outubro.

II) Correspondência externa recebida:

1) Ofício 192, de 1º de outubro, do Juiz Federal, Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, encaminhando esclarecimentos sobre matérias veiculadas na impressa relativas àquela seção judiciária.

- Expediente encaminhando Relatório da Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto do art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1) Ofício nº 960, de 5 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Período: de maio a agosto de 2001.

2) Ofício nº 2.205, de 11 de outubro, do Superior Tribunal de Justiça. Período: de maio a agosto de 2001.

- Expedientes encaminhados pelos Ministros Valmir Campelo e Adylson Motta, Presidente e Presidente em exercício da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União:

1) 5.909, de 10 de outubro, encaminhando cópia das Decisões 275 a 276, de 2001, e do Acórdão nº 595/2001, sobre auditorias realizadas no Banco Central do Brasil — BACEN, no Centro Técnico Aeroespacial — CTA do Comando da Aeronáutica e na Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.

2) 5.980, de 15 de outubro, informando a existência de irregularidades na execução da obra de construção de pontes no corredor transmetropolitano/BR—497/MG, sobre o Rio Paranaíba, em Porto Alencastro.

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) 5.919, de 10 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 837/2001, sobre auditoria realizada nos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Educação, da Saúde, das Relações Exteriores, da Defesa e da Integração Nacional.

2) 5.969, de 10 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 829/2001, sobre auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro — PROÁGUA/Semi-Árido.

Item 1 da pauta.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, antes de iniciarmos o item 1 da pauta, gostaria de fazer uma indagação a V.Exa. Foi enviada a esta Comissão uma relação de obras, a princípio, condenadas pelo Tribunal de Contas. São mais de cem obras, Sr. Presidente! Obras de suma importância para o País, muitas delas dentro das prioridades do Governo Federal. O que acontece é que muitas dessas obras estão sendo condenadas a não terem verbas no Orçamento por indícios de irregularidades. Não se justifica paralisarmos a execução de determinadas obras, sem poder consagrar, no Orçamento, qualquer tipo de emenda ou de atendimento àqueles pleitos. De outro lado, Sr. Presidente, os Parlamentares e a bancada não poderão alocar recursos para essas finalidades porque não sabem se essas obras terão continuidade ou não.

Indago a V.Exa. se esta Comissão, por intermédio de um instrumento legal, poderia decidir que apenas aquelas obras que estiverem em tomada de conta especial estariam condenadas a não receber dotação orçamentária. As outras, que estão apenas com indícios de irregularidade, não. Senão estaríamos condenando essas obras a não receberem nenhum tipo de recursos, causando prejuízos irreparáveis para o futuro, já que não teriam verbas contempladas no Orçamento do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, V.Exa. tem inteira razão. Normalmente, aqui se tem criado um comitê de avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União. Designado pelo Relator-Geral, esse comitê faz uma avaliação das obras. Certamente as obras sem indícios graves de irregularidade serão escoimadas, dependendo da decisão desse comitê, sob a superintendência do Relator-Geral.

O Relator-Geral me informa que esta semana designará esse comitê, que certamente apreciará de forma sensata essa questão.

Item 1 da pauta:

Apreciação do relatório preliminar, com as emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2001-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002".

A matéria continua em discussão.

Está reaberto o prazo para apresentação de destaques até o final dos debates.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda, para discutir.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero salientar a qualidade do material apresentado pelo Relator. Esta Comissão está-se transformando em uma referência na análise de finanças públicas. O documento apresentado pelo Relator para analisar a proposta orçamentária, pela profundidade, percuciência no tratamento de temas relevantes, merece ser tratado com bastante satisfação por esta Casa. Estamos dando, efetivamente, uma contribuição para o debate das finanças públicas. Os cidadãos brasileiros interessados em discutir as finanças do Estado brasileiro terão, nesta Comissão, o apoio resoluto.

Dos relatórios apresentados por esta Comissão de Orçamento, principalmente este avança muito, Sr. Presidente e Sr. Relator, primeiro ao dar uma contribuição efetiva na análise do chamado resultado primário. É em torno do anexo das metas fiscais, especialmente do resultado primário, que gira todo o planejamento das finanças públicas, não apenas a elaboração da proposta de lei orçamentária, mas a execução da própria lei orçamentária. O que nos chama a atenção é que essas metas fiscais foram alteradas por medida provisória.

Sr. Presidente, feitos os elogios do conteúdo, dos dados apresentados, começaremos a criticar, expor nossa visão da proposta orçamentária para o ano de 2002.

O primeiro aspecto da crítica é o fato de que, ao apagar das luzes da emenda constitucional que entraria em vigor e que impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja alterada por medida provisória, quase no final desse prazo, o Governo apresenta uma medida provisória que altera as metas fiscais para o ano de 2002.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, as metas fiscais são talvez o assunto mais importante da LDO, porque definem que parte da arrecadação que deverá ser efetivamente cumprida. Caso a arrecadação se frustre, teremos de contingenciar despesas para que essa meta de superávit primário seja respeitada.

Como um assunto de tal importância pode ser alterado por uma mera medida provisória? E o Congresso Nacional se omite, não dá sua opinião, não participa desse debate. Esse é o aspecto mais crítico dessa lei orçamentária.

Alguns aspectos pontuais: em torno de que questões girará nosso debate nessa lei orçamentária? Em minha opinião, será em torno de salário mínimo, de recursos para a Saúde e de aumento dos servidores públicos. Esses serão os temas gerais que exigirão desta Comissão sensibilidade em relação ao sentimento nacional.

Em relação ao salário mínimo, nos últimos anos, esse tem sido um tema constante nesta Comissão. A luta por um aumento real de salário mínimo, que se transforma no mais importante distribuidor de renda deste País, é marcada como uma questão fundamental desta Comissão; é o aspecto social, as preocupações sociais que envolvem este Congresso Nacional.

Considerar um aumento no salário que apenas incorpore a inflação passada, sem que haja efetivamente um crescimento real do seu poder aquisitivo, significa referendar essa crônica, falsa e perversa distribuição de renda que existe em nosso País.

No que diz respeito à Saúde, louvo mais uma vez a parte do relatório que demonstra claramente o quanto esse setor está sendo prejudicado na interpretação dessa PEC. Os dados apresentados pelo Relator são por demais convincentes. A interpretação mais favorável à Saúde demonstra que há uma diferença de 1 bilhão, 750 milhões de reais a menos para que seja cumprida a Emenda Constitucional nº 29.

Sei que existe na Casa um movimento em defesa da reposição desses recursos para a Saúde. Só lamento que esse movimento não tenha sido feito na votação da LDO. O que acontecerá, então? Transformarão em obrigação do Congresso Nacional, não em obrigação do Poder Executivo. O ônus por não haver, na lei orçamentária, os recursos determinados pela Emenda Constitucional nº 29 não será do Poder Executivo, mas do Congresso Nacional. Serão os Deputados e Senadores responsabilizados pelo fato de que haverá a menos, na área de Saúde, 1 bilhão, 750 milhões de reais.

Outro aspecto essencial é a questão do aumento dos servidores públicos. É inadmissível esse aumento de 3,5% para respeitar o art. 37 da Constituição Federal.

Esses serão temas candentes. Mas é importante que se faça uma análise de outros elementos da própria lei orçamentária. Chamo atenção para o fato de que o superávit primário a ser conquistado somente é viável porque a arrecadação cada vez mais distorce o processo produtivo. Esse superávit primário tem uma contribuição de 5 bilhões de reais de fundos votados pelo Congresso Nacional para incentivar a universalização dos serviços de telecomunicação, o desenvolvimento tecnológico, a cobrança rigorosa de impostos para uma justiça tributária no Brasil. Todos

esses fundos, como o FUNDAP, o FUST e o FUNTEL, têm recursos retirados para compor o superávit primário.

Deve-se fazer uma análise clara dos projetos, dos programas que estão em discussão. Sobre os programas investigados pelo Tribunal de Contas da União já temos uma solução: ficarão com sua despesa futura condicionada. Existem alguns que ainda não estão no TCU, mas que deveriam estar, pelo menos sobre eles há denúncias graves feitas pela imprensa, como, por exemplo o caso do Rodonel, de São Paulo, que o TCU afirma não ter indícios de irregularidades, mas o jornal **Folha de S.Paulo** divulgou, em machete, que foram reajustados os valores do contrato acima do limite permitido pela lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Sérgio Miranda, o tempo de V.Exa. está esgotado. Porém, concederei mais um minuto para que V.Exa. conclua sua exposição.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não, Sr. Presidente.

Portanto, chamo atenção de V.Exas. para essa questão. Saúdo o Relator pela qualidade de seu relatório.

Temos idéias objetivas que nos permitem aprofundar a compreensão do processo orçamentário e da crise das finanças públicas brasileiras. Além dessa análise, que é mais técnica, o debate político se concentrará nesses temas; nossa opinião é bem definida.

Concluindo, Sr. Presidente, registro que fiz uma emenda ao parecer preliminar dando liberdade ao Relator, para que em torno desses assuntos, caso a Comissão conseguisse recursos para viabilizar um melhor aumento do salário mínimo e do salário dos servidores públicos, que sei que é desejo da própria base governista, tenha condições de viabilizar esses aumentos. Ao ser rejeitada essa emenda, ficaríamos engessados na busca de soluções desses problemas. Fiz um destaque e tentarei convencer o Relator para viabilizar no parecer preliminar essa possibilidade, para que não se engesse o futuro relatório, levando em conta que em assuntos dessa monta o único que tem condições de buscar soluções é o Relator-Geral. Não serão Relatores-Setoriais que resolverão o problema do salário mínimo, da emenda da Saúde ou mesmo do aumento dos servidores públicos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, congratulo-me com o Relator pelo brilhante trabalho apresentado. Esse relatório e o respectivo parecer constituem avanço com relação aos relatórios e pareceres anteriores, porque o Relator conseguiu, num trabalho que diria ser magistral, responder aos inúmeros questionamentos que se têm feito nesta Comissão a respeito do Orçamento e da execução orçamentária.

Sr. Presidente, os defeitos da execução orçamentária não poderão ser resolvidos por esta Comissão, nem pelo parecer preliminar apresentado. O Relator aponta os erros e defeitos da execução orçamentária, que são perpetrados — é bom que se diga e se repita — pelo Poder Executivo.

Os erros que esta Comissão de Orçamento tem cometido ao longo da sua existência são mínimos quando comparados com os do Poder Executivo na execução orçamentária. É um verdadeiro logro o que o Poder Executivo faz com os Parlamentares e com o princípio de que o Parlamento existe para aprovar o orçamento de receita e gastos.

Na verdade, tudo o que se faz aqui é mera peça de ficção, porque o Governo modifica a seu bel-prazer, tanto através dos contingenciamentos, como, muitas vezes, através de medidas provisórias.

Finalizando, Sr. Presidente, acho que o parecer está em condições de ser votado. Gostaria que, para que não perdêssemos mais tempo, isso fosse feito por V.Exa. neste momento. Todos nós já lemos o parecer, as críticas e as emendas já foram apresentadas, poderíamos, então, aprovar o parecer, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não resta dúvida quanto ao esmero, a competência e o profissionalismo do nobre Relator ao apresentar seu parecer e buscar responder questões importantes, mas continuamos sem resolver questões fundamentais para o País, para a classe trabalhadora brasileira, especialmente para aqueles trabalhadores que podemos chamar de mais carentes, menos aquinhoados, aqueles que mais precisam da ação do Estado, aqueles que mais necessitam da ação dos homens públicos deste País. Estes continuam numa situação bastante complicada, que, ao final, nos envergonha, e muito, quando temos uma

proposta de salário mínimo como a que temos, enviada pelo Poder Executivo.

Acredito, pois vi nas ruas, no papel importante que esta Comissão desempenhou no ano passado ao conseguir modificar o valor salário mínimo, ampliar em 19% o seu valor inicial. Houve, por parte de vários segmentos da nossa sociedade, a compreensão de que esta Comissão e o Congresso Nacional avançaram até onde foi possível. A primeira proposta enviada pelo Presidente da República, que considero perversa, foi alterada e houve esse acréscimo para o salário mínimo.

Portanto, quero acreditar que este ano, novamente, vamos conseguir fazer um debate e conseguir mudar o que está estabelecido na proposta do Poder Executivo com relação ao salário mínimo.

Não é possível que não encontremos uma solução. No ano passado, tivemos vontade política, competência e condição de alterar essa questão tão cara e importante para tantos milhões de brasileiros, para os Municípios, para a distribuição de renda, como é a questão do salário mínimo em nosso País. Houve uma visão e uma posição bastante avançadas do Relator, Senador Amir Lando, que colaborou, e muito, para que conseguíssemos melhorar minimamente o salário mínimo. Somente minimamente conseguimos ampliar o salário mínimo, mas foi uma vitória importante desta Comissão e, repito, grande parte da sociedade reconhece o esforço do Congresso Nacional em elevar o valor do salário mínimo.

Esperamos que este ano consigamos, novamente, com todo o nosso esforço, elevar o valor do salário mínimo, tão importante para quem passa fome, tão importante para quem vive em situação de miséria, tão importante para quem passa tantas necessidades.

Para concluir, Sr. Presidente, porque vejo que V.Exa., de forma correta e regimental, vai avisar que meu tempo está-se esgotando, quero referir-me à proposta do Governo Federal de conceder reajuste de 3,5% para quem está há quase sete anos sem qualquer tipo de reajuste salarial, ou seja, afirmando mais claramente, a maioria dos servidores públicos. É uma verdade: uma parcela minoritária dos servidores públicos obteve algum tipo de reajuste, mas a grande massa de servidores públicos deste País passa por privações, por necessidades enormes, porque seu poder aquisitivo caiu assustadoramente.

Queremos fazer este debate e encontrar a forma de atender a esta enorme massa de servidores públicos que estão, há tantos anos, aguardando algum sinal. E quando viram uma luz no final do túnel, aperceberam-se de que era outro trem vindo em sentido contrário, porque 3,5% só pode ser isso.

Eu, que venho do movimento sindical, se fosse dirigente sindical dessa categoria, rejeitaria os 3,5%. Honestamente, rejeitaria, porque considero uma humilhação para os servidores públicos um reajuste desse tipo.

Tive oportunidade, junto ao segmento que eu representava, de rejeitar proposta desse tipo. Pena que os servidores públicos federais não tenham a estrutura sindical, não têm a força sindical necessária para simplesmente recusar. Na minha família — sou morador de Brasília — há muitos servidores públicos. Pelo que ouço deles e dos meus amigos, colegas, companheiros de partido, se dependessem deles, rejeitariam; prefeririam nada a 3,5%.

Contamos, Sr. Relator e Sr. Presidente, com a sensibilidade, a boa vontade e a disposição política de V.Exas. e desta Comissão, que desenvolveu papel tão importante o ano passado, para encontrarmos melhor solução e não submetermos os servidores públicos ao que considero uma humilhação.

Muito obrigado pela boa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator, para encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, na sessão de apresentação do relatório do nobre Sr. Relator-Geral, quando da votação da emenda que tive a honra de apresentar, S.Exa., depois das explicações que procurei dar, disse que iria acolher a emenda e recomendar ao Sr. Relator-Setorial que a considerasse. Mas estou vendo, no parecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem oportunidade de destacar e discutir nos destaques, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Mas não é uma questão de destacar, porque o Sr. Relator-Geral anunciou que iria acolher a emenda para recomendar ao Sr. Relator-Setorial que a considerasse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou passar a palavra ao Relator-Geral, pedindo para responder aos oradores anteriores e a V.Exa.

Mas, de todo modo, V.Exa. tem oportunidade de destacar a matéria e discutir no tempo oportuno.

Com a palavra o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores integrantes da Comissão, preliminarmente, tomo a liberdade de dirigir rápidas palavras de reconhecimento e gratidão aos Deputados Sérgio Miranda, Pedro Novais e Pedro Celso pelas referências extremamente generosas que fizeram à qualidade deste trabalho que ora se submete à decisão de V.Exas.

Gostaria apenas de ressaltar que, em larga medida, a qualidade deste trabalho se deve à qualidade da Consultoria Técnica desta Comissão, que, como diz o Deputado Sérgio Miranda, está destacando-se entre todas as Comissões Permanentes do Congresso Nacional como uma das mais preparadas, capacitadas e sérias nas suas obrigações profissionais.

Por outro lado, Sr. Presidente, em vista de algumas alterações feitas em relação ao trabalho distribuído aos senhores membros da Comissão, gostaria, rapidamente, de proceder à leitura das modificações mais relevantes, embora ressaltando que o teor delas, na verdade, já tenha sido discutido previamente com os Deputados autores das emendas objetos dessas alterações.

Para conhecimento dos demais, vou proceder a uma leitura rápida.

"Alterações propostas pelo Relator-Geral durante a discussão sobre o parecer às emendas apresentadas ao parecer preliminar ao PL nº 32, de 2001 — proposta orçamentária para 2002."

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio, porque o Relator está lendo as alterações que foram feitas no parecer preliminar. É matéria muito importante e do interesse de todos, que devem prestar atenção à leitura do Sr. Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Obrigado, Sr. Presidente.

"Em decorrência das discussões ocorridas no plenário desta Comissão sobre as emendas apresentadas ao parecer preliminar ao PL nº 32, de 2001, proposta orçamentária para 2002, apresentamos e submetemos ao Plenário da Comissão as alterações listadas a seguir:

1) Alteração do parecer à Emenda nº 60-B, 'em análise' para 'rejeitada';

2) Alteração do parecer à Emenda nº 91-B, 'rejeitado' para 'aprovado parcialmente';

Uma inclusão do item 19.6, nos seguintes termos: 'A Relatoria Setorial que apreciar a programação dos recursos destinados ao Ministério da Educação, verificará o atendimento ao art. 87 da Lei nº 9.394, de 1996, e à Lei 10.172, de 2001, quanto à abrangência das ações do programa 0041 — Desenvolvimento do Ensino de Graduação em Relação ao Ensino à Distância';

3) Alteração do item 23.2, que passa a ter a seguinte redação: 'O Comitê de Receitas examinará o PLC nº 202, de 1989, avaliando seu impacto e recomendando sua inclusão, se verificada a hipótese do art. 64 da LDO 2002, como receita condicionada à receita derivada da instituição e cobrança do Imposto Sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, Inciso VII, da Constituição, nos termos do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Sr. Presidente, neste ponto, gostaria de cumprimentar o Sr. Deputado Sérgio Miranda pela iniciativa de ter proposto esta emenda, que, seja sob o aspecto legal, seja sob o aspecto de oportunidade de fazer com que a Câmara Federal se manifeste sobre a criação deste tributo, coisa que o Senado já fez, vale, sem nenhuma dúvida, os aplausos de todos nós.

"4) Alteração do item 20.6.1, que fica acrescido dos termos **in fine** 'e quanto ao atendimento ao art. 37, Inciso X, da Constituição, passando a ter a seguinte redação:

20.6 - avaliar as despesas com pessoal e encargos constantes da proposta orçamentária no tocante:

20.6.1 - às alterações de gastos com pessoal propostas no anexo de que trata o art. 59 da LDO 2002 e quanto ao atendimento ao art. 37, Inciso XX, da Constituição.'

5) Inclusão do item 23.3, com a seguinte redação: 'O Comitê de Receitas examinará o impacto da aprovação, pelo Senado Federal, da Mensagem nº 202, de 2001, em termos da apropriação de recursos advindos da antecipação do resgate de créditos contra a República da Polônia, do pagamento parcial de fornecimento de material bélico produzido naquele país e de deságio eventualmente envolvido na operação de antecipação'.

6) As alterações aqui procedidas encontram-se em negrito, sublinhadas, quando acrescidas ao texto apresentado após as emendas."

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão.

Terminado o prazo para apresentação dos destaques.

Vamos colocar em votação o relatório com as alterações, ressalvados os destaques.

Está em votação o relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra apenas para orientação da bancada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, a orientação para a bancada, infelizmente, é no sentido da obstrução dessa matéria.

Tínhamos certeza absoluta de que, em virtude dos esforços feitos pelas Lideranças de vários partidos, inclusive pela Liderança do Governo, o nobre Deputado Arnaldo Madeira, acompanhado de tantos outros, com apoio direto ou indireto até do nosso Relator, esta Comissão e toda a Casa encontraria um caminho diferente.

Houve boa vontade para descobrir recursos, pelo menos para entendimento emergencial, no Orçamento. Isso foi levantado pelas Lideranças que se reuniram com o Ministro da Educação no sentido de procurar superar aquele impasse.

No entanto, pareceu à bancada do PT que havia uma disposição política do Ministro de criar um impasse ou uma solução final de força, de vencedores e vencidos, enfim, algo parecido, que levou a que o diálogo não redundasse numa solução. Não esperávamos uma solução de fundo, o reajuste; não, não era isso, mas que resultasse no restabelecimento do diálogo e de alguns pressupostos básicos para isso.

Como a matéria que discutimos, o Orçamento, diz respeito diretamente ao movimento dos servidores públicos, previdenciários e professores, não nos resta nenhum outro caminho, para ser coerente com aquilo que sustentamos na semana passada, senão nos declararmos em obstrução, infelizmente, porque gostaríamos que fosse diferente, que tivéssemos encontrado o caminho da solução; infelizmente, porque reconhecemos a qualidade do trabalho do Relator e até porque o Relatório será sujeito a emendas, através de destaques que apresentamos.

Por tudo isso, a bancada do PT se coloca em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Líder do PMDB, Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Sr. Presidente, queremos cumprimentar o eminente Relator pelo seu trabalho no relatório preliminar. Vislumbrando um profícuo trabalho na relatoria do Orçamento Geral de 2002, o PMDB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, para orientar a bancada do PFL, por meio minuto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, da mesma forma que fizeram os Líderes do PCdoB, do PT e do PMDB, quero também apresentar minha solidariedade e meu apoio ao trabalho feito pelo Relator. Entendo, no entanto, que a posição do PT é justificável, pela sua maneira de ver o Orçamento. Portanto, nada tenho a opor quanto à forma como o PT encara a questão. Acredito, inclusive, que é importante a obstrução, para que a base do Governo possa manifestar-se, estar presente e aprovar a matéria.

Ora, neste relatório está contida a política que vem sendo implementada pela área econômica do Governo. Assim, é natural que a Oposição esteja em obstrução e depois vote contra. Portanto, acho justo tal comportamento.

O PFL vota "sim". Eu peço a todos os Deputados que venham ao plenário votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para falar pelo PL, por meio minuto, concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, o Bloco do PL acompanha a decisão do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para encaminhar pelo PCdoB, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução. Valorizamos o trabalho do Relator, mas em face das circunstâncias que extrapolam esta Comissão, tal qual o argumento apresentado pelo Líder do PT, Deputado Virgílio Guimarães, o PCdoB é pela obstrução, acompanhando a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho, pelo PPS.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, o PPS parabeniza o Relator e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao representante do PPB, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, o PPB solidariza-se com o Relator e sugere o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Paulo Feijó, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, o PSDB parabeniza o Relator pelo trabalho e orienta sua bancada para votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, pelo PTB.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto "sim". Trata-se de excelente trabalho feito pelo Relator, a quem parabenizamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a fase de encaminhamento. Passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados o relatório com as suas respectivas alterações, ressalvando-se os destaques.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem apoiamento a verificação.

Chamo o Senador Wellington Roberto para proceder à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputados do Bloco PSDB/PTB:

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Voto "sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Voto "sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado João Almeida. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Elias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – Com o Relator, Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Com o Relator, "sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – "Sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Agora vamos chamar os suplentes:

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Bloco Parlamentar PFL/PST: Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Lael Varella. *(Pausa.)*

Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

Vamos chamar os suplentes:

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Garcia. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

O PFL já está completo.

Deputados do PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Repetindo: o Deputado Antônio do Valle se encontra? *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior. *(Ausente.)*

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Suplentes do PMDB:

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna.

O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves.*(Pausa.)*

Deputado Waldemir Moka.*(Pausa.)*

Deputado Wilson Santos.*(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Titulares do PT:

Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)* O PT se absteve.

Titulares do PPB:

Deputado Almir Sá. *(Pausa.)*

Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – "Sim".

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Roberto Balestra.*(Pausa.)*

Suplentes do PPB:

Deputado Eliseu Moura. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Deputado Vadão Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Wagner Salustiano. *(Pausa.)*

Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Bloco PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)*

Deputado Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Olimpio Pires. *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Voltando ao Bloco PSL/PL:

Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Welinton Fagundes. *(Pausa.)* Suplentes:

Deputado Juquinha. *(Pausa.)*

Deputado Lincoln Portela. *(Pausa.)*

Deputado Robério Araújo. *(Pausa.)*

PV, em obstrução.

Repetindo a chamada do Bloco PSDB/PTB:

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Vou chamar novamente os suplentes do Bloco PSDB/PTB:

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho.

O SR. DEPUTADO NILO COELHO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Com o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Há algum Deputado que ainda não respondeu a chamada do Bloco PSDB/PTB ou de qualquer outro partido? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Atingindo o **quorum**, pergunto àqueles que estão na obstrução se desejam votar. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Sr. Presidente, pode proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Declaro encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Vou proclamar o resultado: votaram "sim" 46 Deputados; um Deputado se absteve. Total de votantes: 47 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - Sr. Presidente, abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Aprovada no Senado Federal, com abstenção do Senador Tião Viana.

(Não identificado) – Sr. Presidente, são precisamente 21h02.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São 21h02. Terminada a verificação, vamos à votação dos destaques.

Destaque nº 001, da Emenda nº 68, do Deputado Rubens Bueno. Destaque do Deputado Clementino Coelho. S.Exa. está presente? *(Pausa.)*

O destaque está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 002, Emenda nº 87, também do Deputado Clementino Coelho, está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 003, da Emenda nº 88, está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 004, da Emenda nº 89, está prejudicado pela ausência.

Destaque nº 005, Emenda nº 72, do Deputado Agnelo Queiroz.

Com a palavra, para defender o destaque, o Deputado Virgílio Guimarães. S.Sa. disporá de um minuto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, defenderei o destaque defendendo uma interpretação mais geral. Estamos fazendo aqui uma discussão de emergência, porque, evidentemente, a intenção de todos é que cada um tenha sua posição partidária. A nossa posição é de luta para abertura de negociações com os servidores públicos, porque queremos também um bom relatório preliminar.

Consulto o nobre Relator, até para evitar aqui uma quebra de braço — e sei que todos os Deputados não têm medo de cara feita, estamos aqui para isso mesmo, e isso já foi aprovado outras vezes —, se poderíamos ter uma visão mais de conjunto, para mantermos pelos menos um destaque que desse abertura à possibilidade de uma discussão futura dessa questão e flexibilizar para o próprio Relator. Facilitaria, porque votaríamos um pouco mais em globo essas questões, se o Relator estiver de acordo — e também os Deputados Sérgio Miranda e João Coser —, se S.Exa. tivesse uma visão de conjunto. Isso seria possível, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Flexibilizar exatamente o quê?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Poderia ajudar, nobre Relator?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – São dois ou três destaques que caminham no mesmo sentido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Qual é a nossa grande preocupação? Que a possibilidade de um aumento real do salário mínimo não morra na votação do parecer preliminar, nem a possibilidade do aumento dos servidores públicos acima dos 3,5%. Temos duas emendas. Uma, sem valores, que permite ao Relator-Geral incluir, no item 16.1: exclui-se das restrições, nos termos do art. 27, § 1º, as emendas que destinam assegurar dotações para ampliação do valor do salário mínimo, do reajuste geral dos servidores e dos valores globais das despesas de ações de serviço público de saúde.

O outro tipo de emenda, já que designamos valores e V.Exa. não está aceitando valores, é mais genérica. Diz que V.Exa., o Relator-Geral, pode — e não obriga —, fazer emendas que contemplem nas três questões: saúde, salário mínimo e servidor. Se não houver essa abertura, isso morre agora.

Portanto, não fixamos valores nenhum. Apenas permitimos genericamente que V.Exa., o Relator-Geral, possa fazer esse tipo de emenda. Se puder haver um acordo em torno desta questão, abro mão de outros destaques, embora alguns deles sejam interessantes, para tentar viabilizar essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Apenas para complementar, Sr. Relator, além desses destaques, falei que eram três, mas me parece que são quatro que têm mais o menos o mesmo sentido. Há um outro também do Deputado Jorge Bittar, que passa de 3 para 7% o remanejamento possibilitado ao Relator-Geral, desde que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o número do destaque, Deputado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deputado Sérgio Miranda, qual o número do destaque? *(Pausa.)* Vinte e três. No mesmo sentido são os Destaques nº 8 e 13. E no sentido dessa outra alternativa que eu apresentei são os Destaques nºs 9 e 6. Esses dois destaques. Há uma meia dúzia de destaques, mas não fazemos questão disso. Qualquer um deles contemplaria, perfeitamente. Portanto, não é por aí que resolveria essa questão.

O restante seriam questões mais técnicas. Poderíamos verificar com o Relator, por exemplo, a questão do Tribunal Eleitoral e do Tribunal de Contas. São questões tópicas que V.Exa. poderá examinar, como a da Saúde, mas havendo esta questão central, o encaminhamento político estaria resolvido. É a questão que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, na prática, estamos fazendo um apelo ao Relator no sentido de acolher uma emenda. O Destaque de nº 23, do Deputado Sérgio Miranda, garante a possibilidade de o Relator emendar para as três áreas que achamos mais importantes: saúde, servidor e salário mínimo. O ideal seria que o Relator acolhesse, porque é uma prerrogativa, uma possibilidade para o Relator-Geral. Repito: na prática, estamos fazendo um apelo a V.Exa. no sentido de que acolha o Destaque nº 23, que deixa uma possibilidade ao Relator-Geral para fazer a alocação de recursos, se entender suficientes, para essas três áreas: servidor, salário mínimo e saúde.

O mundo é redondo e dá multas voltas. No ano passado, começamos um debate e, no final, tivemos um sucesso grande; conseguimos evoluir muito. Tenho a impressão de que travar o relatório agora não é a posição mais acertada.

Portanto, neste sentido: sem fixar valor e percentual, mas apenas a abertura de possibilidade deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto a V.Exa., ao Deputado Virgílio Guimarães e ao Deputado Sérgio Miranda quais são os destaques que interessam para negociação. Quais são os números desses destaques?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O meu é o 23.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Poderia fixar no Destaque nº 23. Há outros que vêm no mesmo sentido. Para não haver dispersão, fixemos no Destaque nº 23, mas existe o Destaque nº 09, por exemplo, no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais serão retirados?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, está-se propondo um acordo informal.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O Destaque nº 9 também é no mesmo sentido, mas vamos fixar no Destaque nº 23.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Os demais, Sr. Presidente, se o Relator quiser aprovar alguns deles, tudo bem. Senão, eu retiro. Pode ser que alguns desses o Relator queira aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, não tenho objeção à proposta que os Deputados Sérgio Miranda e João Coser fizeram, ou seja, deixar em aberto a faculdade, sem se estabelecer previamente os valores e percentuais, para que essas três matérias sejam avaliadas de acordo com a evolução do nossos trabalhos.

Agora, em relação à proposta do Deputado Virgílio Guimarães não me ficou muito claro se ela está simplesmente endossando a proposta do Deputado Sérgio Miranda ou se acrescenta aquelas outras três.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Alternativamente. As outras emendas que levantei aqui?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Tanto o Deputado Sérgio Miranda quanto o Deputado João Coser falaram de três situações.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – As verbas do Ministério da Saúde, o aumento real do salário mínimo e o reajuste linear dos servidores.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu disse que havia outras emendas. O Presidente perguntou...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. está de acordo?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Apenas para esclarecer, vamos fixar no Destaque º 23. Apenas disse que havia outras emendas destacadas que tinham com o mesmo sentido de criar brechas para a resolução deste problema. Citei outras emendas neste mesmo sentido. Citei, por exemplo, o Destaque nº 09, do Deputado Jorge Bittar, que tem uma outra formulação. Mas para não dispersar a res-

posta, vamos fixar no Destaque nº 23. Lembrando que se tiver necessidade de fazer alguma adaptação, pode-se fazer. Mas não se trata aqui de discutir autorias ou textos. O importante é o mérito, o conteúdo; que fique a possibilidade do avanço dessas questões ao longo dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 23 abrange essas três situações. Por mim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer de V.Exa. é favorável?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Naturalmente, com as ressalvas feitas, sem a obrigatoriedade.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E discutiríamos as outras topicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os outros serão retirados?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Os outros destaques neste mesmo sentido serão retirados. Agora, existem destaques que eu chamei de técnicos. Por exemplo, esse que foi lido agora, é uma questão do Tribunal Eleitoral; não vamos retirar em função disso, são questões tópicas que vamos discutir tecnicamente, sem o sentido político. É isso que quis dizer. Não estou querendo forçar ninguém.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A questão do Tribunal foi um erro técnico, salvo engano.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso. São questões que apresento aqui. Não vou retirar todas, Sr. Presidente, automaticamente, porque não seria justo, mas aqueles destaques que têm esse objetivo, evidentemente, ficariam retirados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos continuar a votação destaque por destaque, normalmente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra para retirar todos os meus destaques, porque eu propus ao Relator um acordo. Se é um acordo para acolher uma emenda em detrimento de outras, estou retirando as minhas; do contrário, não é acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator dará o parecer favorável ao Destaque nº 23 e vamos votar os demais.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Pelo que eu entendi na proposição da Oposição, votaríamos o Destaque nº 23 e todos os outros destaques seriam retirados.

(Não identificado) – Quero corroborar essa questão, porque também foi o meu entendimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Aqueles destaques que o Relator não acolher, retiraríamos. Portanto, poderia ser mantido esse e alguns destaques que eu quero crer que o Relator poderia acolher, como esse caso em tela, mas não haveria nenhuma dificuldade em retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O acordo tem quer ser por inteiro, o acordo não pode ser pela metade. Há acordo ou não há acordo.

(Não identificado) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Como o acordo está obtuso e...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu retiro os meus destaques, ficando só o Destaque nº 23.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Sérgio Miranda retira os seus destaques e mantém o Destaque nº 23.

Deputados Virgílio Guimarães e Dr. Rosinha retiram os seus destaques?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, vou retirar o destaque, mas quero chamar atenção do Relator para que S.Exa. possa observar a Emenda nº 40, Destaque nº 14. Ela contempla ou avança um pouco mais do que a do Destaque nº 23. Se V.Exa. achar que dá para aproveitar, aproveite. Se V.Exa. achar que não, eu retiro. Mas ela amplia, já definindo essa questão da saúde especificamente. É a Emenda nº 40, Destaque nº 14. Se V.Exa. achar que ele completa o Destaque nº 23, está bem. Se não achar, eu retiro para fazer o acordo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Virgílio Guimarães retira os demais destaques?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Vamos retirar, para facilitar a votação. Agora, Sr. Relator, solicito a atenção de V.Exa. para esse caso interno do Tribunal. Eu retiro, mas se V.Exa. quiser sustentá-lo, fique à vontade . Da minha parte, estou satisfeito com o acolhimento do Destaque nº 23.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, o acordo, em suma, se dá em torno do teor do Destaque nº 23, Emenda nº 75, do Deputado Sérgio Miranda . Quanto às demais, comprometo-me a examiná-las, exatamente com o espírito de incorporar.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator está propugnando que o acordo seja feito apenas e tão-somente em cima do Destaque nº 23, Emenda nº 75, do Deputado Sérgio Miranda, ficando os demais destaques retirados pelos seus respectivos autores. (Pausa.)

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 5 já foi retirado por ausência do autor.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - É a propósito dos Tribunais. Francamente, Sr. Presidente, não tenho qualquer envolvimento político...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Gostaria imensamente de aprovar não só esse destaque de V.Exa., mas todos os demais. Vamos esperar a opinião do Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas como todos os demais serão retirados, eu deixaria na mão do Relator as emendas dos Tribunais. Se S.Exa. acolher, acolheu; se não acolher, está retirado. Não há problema. Não vamos insistir.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Ficaria com o acordo em torno do Destaque nº 23.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os demais destaques, apenas o Destaque nº 23, com parecer favorável do Sr. Relator. Ficam retirados os Destaques nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 24.

Vamos colocar em votação o Destaque nº 23, enquanto localizamos um outro destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

Destaque nº 25. Texto supressivo, na parte b e 19.2. Retirar “em especial o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 9.424, de 1996". Deve ser mantido o texto original do parecer preliminar. Autor: Deputado José Borba. Com a palavra o autor do destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, pediria a manutenção do texto original, suprimindo “em especial o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 9.424, de 1996"; permanecendo a redação original: ”a erradicação do analfabetismo e a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, nos termos do art. 60, inciso IV, do ABCT, e ao FUNDEF verificar o cumprimento dos limites das ações arroladas para tal fim pelo Poder Executivo".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator, para emitir o parecer.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator deu o parecer favorável.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de fazer referência a um destaque do Deputado Virgílio Guimarães que é procedente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais destaques foram retirados.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Só para registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 16, Emenda nº 90.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Estamos conscientes de que foi um erro a inclusão desta obra de recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal no quadro de obras com indícios de irregularidades, porque, na verdade, o Tribunal de Contas da União já considerou saneadas essas irregularidades. Portanto, essa obra não deveria continuar integrando o quadro que faz referências a obras irregulares. Corrigiremos oportunamente pelo meio adequado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Via comitê.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Perfeito. Via comitê, para que não paire dúvidas sobre a...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Neste caso, com certeza. Até porque outras poderão, ao longo do trabalho, ser incluídas na mesma categoria. Havia informado à assessoria do Tribunal que

como o comitê terá que fazer, no último momento, um pente fino nessa relação, poderá até incluir esse repasse, se for o caso. Então esse repasse, como o Presidente havia dito, será uma tarefa também do comitê.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Com isso, fica claro que essa relação pode sofrer modificações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado o relatório preliminar, definitivamente, vamos ao próximo item da pauta. Ainda temos vários itens para discutir e votar esta noite.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Senador Wellington Roberto, pela ordem.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a V.Exa., se possível, para colocar em votação o requerimento de inversão de pauta, para tratarmos do Item nº 1 da Pauta nº 22.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação o requerimento de inversão de pauta do Senador Wellington Roberto.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Contra o voto do Deputado Sérgio Miranda.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Apreciação do Relatório apresentado à execução orçamentária do Subtítulo nº 26.782. 0235.5708.0007 — Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste — BR-226/RN — Currais Novos — Divisa RN/CE, listado no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária para 2001.

Relator: Senador Wellington Roberto.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório trata da autorização da execução orçamentária do Subtítulo 26782.0235.5708.0007 — Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste — BR-226/RN — Currais Novos — Divisa com o Ceará, listado no Quadro V, anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.

O relatório já se encontra à disposição dos Srs. Deputados e Senadores.

Análise: cabe a esta Comissão Mista, com fulcro no citado art. 14 da Lei Orçamentária, deliberar sobre a suspensão ou manutenção da vedação em tela.

As irregularidade apontadas pelo Tribunal de Contas da União, examinadas no citado processo, foram apreciadas em sessão plenária de 11/07/2001, tendo sido proferida a Decisão nº 427/2001, que acolheu o relatório da Secretaria de Controle Externo do Estado do Rio Grande do Norte, asseverando que "não foram constatados indícios de irregularidades graves. Apenas verificou-se que não foi feito o necessário relatório sobre o impacto ambiental das obras". Essa pendência já deve ter sido resolvida por aquele órgão.

Não subsistem, portanto, quaisquer óbices impedindo a liberação de execução orçamentária do programa de trabalho em comento.

Nosso voto, já que a obra se encontra com mais de 53% de execução física pronta, é pela autorização da execução orçamentária, da dotação consignada no Subtítulo 26.782.0235.5708.0007 — Construção de Trecho Rodoviário no Corredor Nordeste — BR-22/RN, na cidade de Currais Novos, divisa com o Estado do Ceará, listado no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária vigente.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aberto o prazo de emenda, de 17 a 23 de outubro, ao Projeto de Decreto Legislativo.

Pauta nº 19. Item 1. Requerimento nº 14, de 2001, do Deputado Sérgio Miranda, solicitando que seja convidado o Dr. Sérgio Vale Aguiar Campos, do Departamento de Ciência e Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, para participar da audiência pública com o Dr. Renato Guerreiro, da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o requerimento é auto-explicativo. Contaremos com a presença do Dr. Renato Guerreiro, estou aguardando. Há quase um mês esse requerimento foi votado e S.Sa. diz que quer comparecer, mas não define uma data. Então, no dia em que S.Exa. comparecer, o Dr. Sérgio Vale Aguiar Campos, Doutor em Ciência da Computação, que tem um projeto, poderá discutir o edital do FUST com muito mérito. Defendo o requerimento porque não há contradição em ouvir os Srs. Renato Guerreiro e Sérgio Campos, que vão tratar da questão dos computadores e a Casa vai-se engrandecer. Tenho certeza de que não nos arrependeremos.

Peço, portanto, o voto de meus colegas para aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, para reforçar, lembro que, durante todo o processo de discussão e votação da revisão do PPA, em que foi abordada a questão do FUST, foi esclarecido que, naquele momento, o Sr. Renato Guerreiro não poderia comparecer à Comissão, mas compareceria logo depois. Está aqui o Líder do Governo que participou do processo. Tenho certeza de que esse requerimento não só será aprovado, como a Mesa e a Liderança do Governo tomarão as providências necessárias para que ele se efetive.

O requerimento do Deputado Sérgio Miranda tem o apoio da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, de fato, o Presidente da ANATEL virá à Comissão, embora já tenhamos feito duas reuniões na ANATEL, com a presença de todas as pessoas interessadas tanto na questão técnica referente ao FUST quanto na questão da política industrial. Das duas reuniões participaram os Líderes do PT, do PCdoB e o Deputado Júlio Semeghini, que representou o Governo. Nessas reuniões, todos os problemas relacionados com o assunto foram discutidos, e o Governo, inclusive, analisa a possibilidade de acatar algumas recomendações e sugestões feitas ainda no edital que está em transcurso.

Mas não posso concordar com a acareação entre o Presidente da ANATEL e o Prof. Sérgio Campos. Sem prejuízo de ouvirmos o Sr. Sérgio Vale Aguiar Campos, reitero o compromisso de trazer a esta Comissão o Sr. Renato Guerreiro, que esteve — não sei ainda está — licenciado da ANATEL por algumas semanas por questões particulares. Reitero o compromisso, mas não posso concordar com a proposta de acareação nem de debate entre o Sr. Renato Guerreiro e o Sr. Sérgio Vale Aguiar Campos. Sem prejuízo de ouvi-los, concordo em convidar o Sr. Sérgio Guerreiro para debater a matéria nesta Comissão em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Serei breve.

Sr. Presidente, demais Parlamentares, temos que fazer a leitura correta do requerimento. Esta não é uma Comissão de investigação. Trata-se de um convite com o objetivo de realizar um debate sobre informática. Portanto, não concordo com a idéia de acareação, porque ninguém está sendo acusado de absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, posso fornecer o endereço do Sr. Sérgio Campos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Receberemos com muito prazer, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - E para ajudar a Secretaria e a Liderança do Governo, fornecerei também o endereço do Sr. Renato Guerreiro.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, queria solicitar a inversão de pauta: Pauta nº 21, PL nº 33, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação o requerimento.

O Deputado João Leão não está presente, da Pauta 18, de 2001. Os Deputados Luciano Castro e Pedro Novais também não estão presentes. O Deputado José Carlos Aleluia também não está presente.

Restou agora o item 1, da Pauta nº 21, Projeto de Lei nº 33/2001, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 2 milhões, 861 mil, 305 reais para os fins que especifica.

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

O projeto tem quatro emendas.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não se encontra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. designe um outro Parlamentar da Comissão para leitura do relatório, uma vez que a matéria é da administração direta do Orçamento do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda. Acredito que não haverá restrição alguma à aprovação dessa matéria. Até consulto o Deputado Virgílio Guimarães, que já tem conhecimento do assunto e sabe do que se trata. Podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos designar o Senador Jonas Pinheiro para relatar a matéria.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trata-se de uma exposição de motivos em que esta Comissão está analisando uma solicitação de recursos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Feita a análise do mérito desse projeto, do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 33/2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse foi o relatório do Deputado Gonzaga Patriota, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O relatório é favorável.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, mais uma vez nos deparamos com o seguinte problema: temos recursos de uma operação de crédito externo no valor de 2,5 milhões de reais, que financiará despesas primárias. Ora, se despesas sem recursos financeiros financiam despesas primárias, isso vai afetar o superávit. Alguma coisa vai ser cortada. Vão cortar 2 milhões de reais de quem, para financiar? Das minhas emendas? Das emendas do Deputado Jorge Bittar? Eles vão cortar 2 milhões de reais e não explicam de onde. Votando favoravelmente, estaremos dando autorização implícita ao Governo, que cortará emenda de um Deputado ou de um Senador, mas não sabemos quem é. Por azar pode ser eu. Não posso votar para cortar minhas emendas.

Sr. Presidente, temos de levar em conta essa questão. Não dá mais. Há alguns dias, o Governo aprovou no plenário recursos para aumentar pagamento das Forças Armadas. Justíssimo. Qual era a fonte? O superávit financeiro do ano passado. Qual a conseqüência? Porque aquele valor tem de ser cortado, mas ele não explicita de onde vai cortar, meu caro Senador. Estamos vivendo este drama. Vários desses créditos suplementares estão sendo alimentados por recursos financeiros. Foi o que o Ministro do Planejamento nos explicou. Só não quis entender quem não se interessou. É uma forma de evitar os cortes. Eles encobrem os cortes. Eles não vetam nada mas, na prática, estão vetando!

Por isso, voto contra. Vou pedir verificação e peço apoio dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há prazo legal. Continua em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, os recursos, na verdade, são do ingresso de operação de crédito externo no valor de 2,5 milhões de reais. Apenas 360 mil reais são de anulação parcial de dotações orçamentárias, indicadas no Anexo II dessa lei. Está aqui, indicado onde vai ser cortado.

Então, é evidente que se estamos aqui com uma operação de crédito externo para investir em programas de aperfeiçoamento da gestão do gerenciamento da dívida pública; em programa de estudo para aperfeiçoamento do modelo de gestão do plano plurianual; na elaboração e implementação dos projetos para melhoria do desempenho fiscal e redução de custos na administração pública; na cooperação para capacitação municipal em gestão pública e responsabilidade fiscal.

Ora, se temos o financiamento externo para investir nessa melhoria da gestão pública, não há razão alguma para deixarmos de aprovar essa matéria.

Faço um apelo aos companheiros desta Comissão no sentido de que permitam a tramitação e aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu estava inscrito para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Olha o horário, Deputado Virgílio.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, estava na hora. Eu estava aqui me inscrevendo para discutir a matéria. Sou autor de quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, quero começar comentando esse PL que votamos aqui, dos militares. Inclusive, fui Relator de plenário e fiz questão de fazer o comentário que o Deputado Sérgio Miranda fez aqui agora. Trata-se de difícil situação, porque, no mérito, somos favoráveis. Havia necessidade de fazer pagamento de pessoal; de forma constrangida, fui obrigado a relatar favoravelmente, mas usando aquele artifício que hoje já virou lugar comum: sem criar jurisprudência, cria-se, faz-se exceção e entra na mesma trilha, porque não havia outra maneira, não tínhamos como alterar aquilo que estava posto aqui no projeto de lei.

Por isso, chamamos a atenção para o fato de que continuaríamos nos batendo contra esse critério de usar essa falsa fonte, porque, na prática, isso é apenas uma cortina de fumaça, porque vai repercutir de maneira dissimulada em cima de outras partes do orçamento sobre o qual ninguém tem controle. Pode ser emenda, programas etc. E precisamente esse é o caso.

O Deputado Sérgio Miranda levantou essa questão das operações e apresentei quatro emendas exatamente corrigindo esses aspectos, até porque eu gostaria que o Relator Gonzaga Patriota estivesse aqui. S.Exa. estudou a matéria, rejeitou as emendas, não sei exatamente com qual critério, até porque as emendas são absolutamente legais.

Gostaria que essas emendas fossem acolhidas, até porque me passa aqui o Dr. Rosinha, com toda a presteza, as assinaturas dos destaques que faremos dessas emendas, porque justas e absolutamente necessárias para corrigir e para não ficarmos sempre dizendo "sem criar jurisprudência, sem criar exceção" e ficarmos votando as exceções etc.

Quero dar condições para esse estudo da gestão do plano, que é importante. Se há alguma coisa que avançou, foi nesse aspecto, que precisa de recurso, sabemos disso, mas não se pode, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoa por um lado, regredir-se por outro.

Por essas razões, estamos destacando essas emendas, que vêm precisamente no sentido de corrigir essa contradição que apontamos neste e em outros momentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Dr. Rosinha quer falar sobre a matéria, rapidamente. S.Exa. tem prioridade, porque estava inscrito.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, analisando esse projeto de lei, observamos os 2 milhões de reais destinados ao estudo e aperfeiçoamento do modelo de gestão do plano plurianual. Realmente, precisa de aperfeiçoamento, pois temos acompanhado e observado os problemas encontrados. Mas o porém que levanto é sobre o montante de 2 milhões de reais. Particularmente, acho um exagero, além do que foi dito pelos meus colegas Parlamentares no que diz respeito à fonte. Quando lemos o parecer, percebemos que ele é bastante precário para o projeto de lei; não consegue entrar a fundo nas razões. Apesar de ter tido tempo para ser feito, não vimos razão nenhuma para que essas emendas não fossem aceitas. Por isso, estamos fazendo o destaque. Dois milhões de reais é muito dinheiro, apesar da necessidade de aperfeiçoar o modelo de gestão do plano plurianual. É possível fazer esse aperfeiçoamento com menos dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou encerrar a discussão. (Pausa.) Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tive oportunidade de exercer função na área de planejamento, fui Secretário de Planejamento no Estado do Rio de Janeiro, e sei da importância de se construir processos que permitam aprimorar planejamento e, particularmente, iniciativas como essa de estudo e aperfeiçoamento do modelo de gestão do plano plurianual. No entanto, sinceramente, não consigo entender a importância de se alocar 2 milhões de reais. Não é uma quantia irrisória; ao contrário, é de monta bastante elevada para se fazer estudo desse tipo, quanto mais para fazer esse estudo de forma terceirizada, ao que tudo indica contratando apenas uma única consultoria, já que é uma unidade, tal como está aqui definido.

Penso que matéria desse tipo mereceria esclarecimentos mais profundos por parte do Poder Executivo, particularmente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, já que se trata de destinação de valor elevado e para a qual não há justificativas. Apenas se comenta a importância de se fazer estudos visando a elaboração de modelos de gestão.

Então, sinceramente, entendo que seria correto que os representantes do Governo solicitassem informações mais precisas por parte do Ministério do Planejamento para que tivéssemos segurança em votar matéria desse tipo. É muito dinheiro para um estudo que não está definido. Vi a exposição de motivos do Presidente da República e não há qualquer esclarecimento mais preciso em relação a isso.

Solicito à Liderança do Governo que essa matéria não seja votada hoje, mas retirada, a fim de que o Governo nos preste os esclarecimentos necessários acerca do tema. Eu também não gostaria que simplesmente rejeitássemos essa matéria, mas, sim, que ela fosse melhor esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. já discutiu a matéria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quero levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que use resolução recentemente aprovada pelo Congresso Nacional que diz respeito à tramitação da Lei Orçamentária e dos créditos. Lê-se, no art. 29, § 2º:

Aplicam-se aos projetos de lei de crédito adicional, quanto às receitas e cancelamentos, as restrições existentes na apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

Sr. Presidente, acabamos de aprovar, na tramitação do projeto de lei orçamentária, a seguinte questão: "As relatorias setorial e geral deverão preservar o resultado primário fixado na LDO, sendo vedado às relatorias setoriais o aumento das despesas primárias no âmbito de sua área temática com recurso decorrente do cancelamento de despesas financeiras".

É o caso típico, Sr. Presidente. São recursos financiando despesas primárias, e não explicita onde é o cancelamento. Teria de explicitá-lo; caso contrário, fica no vazio. Está ferindo claramente o art. 29.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Então, a minha questão de ordem para V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Já entendi a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – E vai responder?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - E vou responder, lógico.

Deputado Ricardo Barros, deseja dizer alguma coisa?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – O anexo II, está aqui, possui os cancelamentos definidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Indeferida a questão de ordem de V.Exa., já que o anexo II está explicitando matéria.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Não há encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas V.Exa. me concedeu a palavra para encaminhar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Para orientação da bancada, por um minuto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Para orientar a bancada.

Sr. Presidente, se permitirmos que isso ocorra, teremos, então, os recursos para as emendas parlamentares. Os 7 bilhões de recursos financeiros das polonetas, que foram aprovados no Senado hoje, são recursos que vão financiar despesas primárias ou, então, vamos resolver o problema do salário mínimo usando superávit financeiro do ano passado. Há 40 bilhões em caixa! Vamos utilizar 5 bilhões. O que não pode é o Governo ter dois pesos e duas medidas e não dizer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O tempo de V.Exa. está encerrado. É apenas orientação de bancada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sim, Sr. Presidente, vou somente orientar.

Não podemos usar esses recursos sem explicitar onde será o corte. Só para corrigir a informação: são 2 bilhões e 600; 300 milhões de cancelamento. E os outros 2 bilhões e 300 milhões são de crédito externo, operação de crédito, é recurso financeiro. Para que seja aplicado, tem de haver um corte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está encerrado o prazo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Oriento minha bancada no sentido de que vote "não".

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra por um minuto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Pois não.

Sr. Presidente, nossa compreensão é de que concordamos com os objetivos, que muitas vezes podem parecer suntuários. A idéia do aperfeiçoamento da gestão na área do planejamento é perfeitamente desejável. Aliás, o Ministério do Planejamento avançou muito nesse sentido. Nosso instrumental, tanto do ponto de vista legal quanto técnico, inclui um arsenal de acompanhamento e de possibilidades que distinguem o Brasil de outros países. Tivemos efetivo avanço nas possibilidades de controle por parte da execução orçamentária, das metas fiscais etc. Sem dúvida, é importante esse aperfeiçoamento, assim como a realização de seminários, visitas técnicas a outros países etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O prazo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Isso é desejável. Porém, como se aperfeiçoar um instrumento se traz esse vício de origem, pois já pratica algo em si indesejável?

Portanto, oriento a bancada no sentido do voto "não", até porque não temos segurança alguma no que se refere à aprovação das nossas emendas. Mas como tenho certeza de que a votação será sem prejuízo das emendas destacadas, votamos "não" e, depois, teremos oportunidade de avaliar de per si cada um dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrado o encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, o PMDB encaminha "sim".

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, o PPB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos votar o projeto na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encaminhamento de bancada. Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Somos quatro contra. São quantos a favor?

(Não identificado) - Tem muito Senador aqui hoje. Nem o Presidente é da Câmara, é do Senado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. não pode votar.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o encaminhamento das bancadas foi três.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Ganhamos. Foi rejeitado.

(Não identificado) - É evidente, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - É evidente, Sr. Presidente. Foi rejeitado!

(Não identificado) - É evidente nossa vitória. É evidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quatro a três. Ganhamos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não há verificação neste momento, Sr. Presidente. As bancadas ...

(Não identificado) - Mas é de fácil verificação. A verificação visual é fácil.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Verificação visual.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não tem verificação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas, visualmente, Sr. Presidente.

(Não identificado) - A verificação seria quando, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - São quantos votos? Quatro a três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não, quatro a quatro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então, empatou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Quatro a quatro, o empate é da Presidência.

(Não identificado) - Não, a Presidência é de Senador.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. não pode votar. V.Exa. é Senador. Quatro a quatro. Consta nas notas taquigráficas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não há verificação de número. A bancada do PMDB e a bancada do PPB, com absoluta folga...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Atenção, Deputado. V.Exa. é um dos membros mais antigos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. sabe que o **quorum** é o do livro de presença. Esse é o **quorum** que vale.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quatro a quatro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Caso contrário, só se houver verificação de **quorum**. O **quorum** que vale é o da lista de presença.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É o **quorum** que vai prevalecer aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, votamos aqui e empatou. V.Exa. afirmou, e consta das notas taquigráficas, que está empatado. Não existe verificação. Então, está empatado! É quatro a quatro. Consta das notas taquigráficas: quatro a quatro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O **quorum** que prevalece é o do livro de presença. Vamos declarar aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, Sr. Presidente. Vamos recorrer ao Supremo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, há possibilidade de pedido de verificação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quatro a quatro. Consta das notas taquigráficas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - ... que era quatro a quatro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. consultasse inclusive as notas taquigráficas, pois creio que já se passou uma hora do último pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eram 21h2min.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, não eram 21h2min.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eram 21h2min quando eu declarei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto a V.Exa. é a seguinte. V.Exa. afirmou, consta das notas taquigráficas, com a voz de V.Exa., que era quatro a quatro. V.Exa. até se propôs a desempatar, e não pôde votar porque é Senador. Então, ficou empatada essa votação, Sr. Presidente. Teria de haver uma solução.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, a bancada do PPB e do PMDB encaminharam "sim" e o PT e o PCdoB encaminharam "não". Evidentemente, as bancadas do PMDB e do PPB têm muito mais Parlamentares.(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A questão de orientação de bancada é apenas uma orientação para formação de juízo do Presidente. Isso não consta de regimento algum. Apenas...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, não é isso. Estou querendo dizer que a orientação de bancada serve apenas para orientar Deputados e, evidentemente, Senadores, mas a maioria é dos Deputados, não é questão fechada. Cada um pode seguir ou não a orientação da bancada. E o Presidente considera a orientação como instrumento para formação do seu juízo. Como no caso aqui o número é pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deixe-me encerrar a questão de ordem, Sr. Presidente. Tanto o Regimento do Senado como o da Câmara, em nenhum lugar, asseguram que a orientação de bancada, por número de bancada, deve prevalecer. Isso seria a volta, inclusive, do velho sistema de votação por Liderança, o que já foi superado, é entulho da ditadura. Hoje fazemos orientação de Liderança e não voto de Liderança. É uma diferença importante.

Minha questão de ordem é no sentido de que não há, em qualquer Regimento, essa possibilidade. V.Exa. é quem tem de formar seu juízo, como já formou verificando que não houve maioria neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou seguir a praxe da Casa — inclusive, chegou mais um Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas, Sr. Presidente, a votação já foi encerrada. Não pode contar mais um voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou considerar o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, a votação já foi encerrada!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou colocar em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República, ressalvados os destaques.

Vamos agora colocar em apreciação os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quem é o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Cada destaque de per si.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos colocar, em primeiro lugar, o Destaque nº 1, do Deputado Virgílio Guimarães, sobre a Emenda nº 1.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães, para falar sobre o destaque.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, gostaria que a Mesa lesse qual é a emenda, para me inteirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Emenda nº 1.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não havendo mais acordo para as votações e tendo decorrido o prazo em que não era mais possível o pedido de verificação, sugiro a V.Exa. que continuemos a votação dessa matéria e dos destaques na próxima sessão, evidentemente, porque não haverá possibilidade de continuar os trabalhos, uma vez que a Oposição está em obstrução geral na Casa, não apenas nessa matéria, mas também em todas as matérias apreciadas no Senado e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou colocar a proposta do Líder do Governo em apreciação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - A proposta é de suspender ou encerrar a sessão?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou sugerindo a suspensão da sessão, na medida em que não temos mais acordo para votação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então, vamos pedir verificação, porque cai a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, Sr. Presidente, sugiro que V.Exa. suspenda a sessão e marque a continuidade dos trabalhos na quinta-feira, pela manhã, como de praxe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos, então, suspender a sessão, convocando-a para quinta-feira, às 9h30min, para dar continuidade aos trabalhos, quando serão apreciados os destaques desse projeto.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 22ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias das Pautas nº 19 e 21, de 2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que as pautas estão disponíveis na mesa dos trabalhos.

Expediente.

Correspondência interna recebida.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estávamos num processo de votação na reunião anterior, quando foi suspensa. Creio que, uma vez isso tendo ocorrido, seria razoável retomarmos o processo de votação.

Quanto a isso, tenho a declarar que, devido aos avanços havidos nas negociações, à abertura por parte do Governo, inclusive com a participação do Presidente da Casa e de diversos Parlamentares de todos os partidos que participaram a pedido do movimento, da organização, depois de conversar com o Deputado Sérgio Miranda, que representa o Bloco PcdoB/PSB, com o PT, creio que os demais partidos que estavam participando desse nosso movimento, num gesto também de compreensão, de reconhecimento dessa boa vontade e abertura, estamos retirando aquele nosso propósito de ficar obstruindo a votação da matéria em pauta.

Nesse sentido, a questão que levanto a V.Exa. é de retomarmos de imediato a votação que foi suspensa, para que, posteriormente a isso, possamos, até se for o caso, retomar os demais itens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência agradece ao nobre Deputado Virgílio Guimarães e acatará a sugestão e o pedido de V.Exa.

Estávamos na Pauta nº 21, que era a apreciação do relatório apresentado ao seguinte projeto de lei:

Projeto de Lei nº 33/2001, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão crédito especial no valor global de 2 milhões, 861 mil e 305 reais para os fins que especifica. O relatório já foi aprovado em 10/10/2001, ressalvados os destaques.

Vamos passar à apreciação dos destaques.

Destaque nº 1, da Emenda nº 1, do nobre Deputado Virgílio Guimarães.

V.Exa. deseja fazer uso da palavra, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, já fiz a sustentação oral das razões do destaque. Portanto, dispenso o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estamos com um problema, porque quem vinha relatando essa matéria eram o nobre Deputado Gonzaga Patriota e o nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, para facilitar o encaminhamento, retiro todos os destaques apresentados, salientando que é apenas para questão processual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência agradece ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Quero deixar registrado que as questões de fundo, já amplamente discutidas, estão mantidas, e voltaremos a elas em votações posteriores, como foi defendido pelo PT e, de uma maneira mais aprofundada, pelo Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência acata o pedido de V.Exa. e fará constar da ata inclusive a ponderação e a ressalva de V.Exa.

Estão retirados os Destaques nº 1, 2, 3 e 4, de autoria do nobre Deputado Virgílio Guimarães.

Está aprovado, portanto, o Projeto de Lei nº 33/2001.

Solicito ao nobre Deputado Virgílio Guimarães que me substitua, porque tenho uma audiência no INSS, aprazada já há quase uma semana. Inclusive, no momento, não temos os relatores na Casa, nobre Deputado Ricardo Barros, V.Exa., que é Líder do Governo. Passo a Presidência ao nobre Deputado Virgílio Guimarães, apenas com esse alerta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, como não há a presença dos relatores das matérias que se seguem na pauta, entendemos que ficamos prejudicados na continuidade dos trabalhos, dependendo apenas do cumprimento da leitura dos expedientes necessários ao encerramento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) Deputado Ricardo Barros, é uma questão regimental. A meu requerimento, entramos diretamente na Ordem do Dia, sendo que a leitura do expediente a antecede, mesmo tendo amparo a opção que fizemos, na medida em que houve interrupção da votação.

Como os Srs. Relatores não se encontram, a Presidência da Mesa decide encerrar a reunião e convocar outra para a próxima terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 23 e 25 de outubro de 2001.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às dezenove horas e vinte e oito minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Terceiro Vice-Presidente, Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 23. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga e Zila Bezerra; - Senadores titulares: Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Gilberto Mestrinho, José Coelho, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto - Deputados Suplentes: Adolfo Marinho, Armando Abílio, Cláudio Cajado, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Eunício Oliveira,

Fátima Pelaes, Fernando Gonçalves, Givaldo Carimbão, João Tota, José Pimentel, Juquinha, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Silas Brasileiro e Wagner Salustiano. Não houve registro de presença de Senadores suplentes. Registrou-se a presença dos parlamentares não-membros, Deputados Alceste Almeida, Djalma Paes e Ildefonço Cordeiro. Foi registrada a ausência dos membros: - Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Arnon Bezerra, Basílio Villani, Divaldo Suruagy, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, João Magno, João Matos, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, Lael Varella, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Roberto Balestra, Roberto Rocha e Zé Gomes da Rocha; - Senadores titulares: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Nabor Junior, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Romero Jucá. ABERTURA: Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício anunciou a existência de número regimental para abertura dos trabalhos. Em virtude da inexistência de quorum para deliberação, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. ENCERRAMENTO: Às dez horas do dia vinte e cinco de outubro, o Presidente em exercício informou a inexistência de número regimental para deliberação e encerrou a reunião. Antes, convocou os membros a participarem da 24ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 30 de outubro, às 14h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES. Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Não havendo número suficiente de Deputados para a abertura dos trabalhos, esta Presidência prorroga esta reunião para hoje, às 19h, nesta mesma sala.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Guimarães) – Pois é, está prorrogada. Portanto, o livro está mantido em aberto, e a abertura da reunião fica postergada. Estamos informados de que diversas bancadas estão reunidas neste horário. A bancada de Minas Gerais reúne-se no final da tarde. A bancada de Santa Catarina também; o Deputado Santos Filho já declarou estar com esse mesmo problema. Por orientação da Presidência da Casa, foi feita essa solicitação.

Portanto, houve essa tentativa, já conhecendo de antemão esses problemas. Como não houve abertura da sessão, não há como suspendê-la. A abertura da reunião fica postergada para as 19h de hoje nesta mesma sala.

Está postergada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Em vista da convocação da sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, com Ordem do Dia para agora, às 19h30min, a Presidência posterga a abertura da reunião.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Está aberta a reunião, e, de imediato, pelas razões já expostas, suspendo-a e convoco outra para quinta-feira, às 9h30min, neste mesmo plenário.

Antes de suspender a reunião, ouço o Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Houve a abertura. Eu estava postergando a abertura, pois, como não havia número para tal, não poderia suspender uma reunião que não foi aberta. Eu havia postergado o início, mas agora há número. Então, a reunião foi aberta e, após V.Exa. usar a palavra, irei suspender a reunião, para dar continuidade na quinta-feira, às 9h30min.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Quero saber se, com essa decisão da suspensão, o prazo de entrega das emendas continua sendo o dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Continua sendo no dia 26, porque a Ordem do Dia se refere a outros assuntos. O prazo para a entrega das emendas continua sendo o dia 26, sexta-feira, às 18h.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Está reaberta a presente reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Inexistindo **quorum** para deliberação, transfiro a reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos E Fiscalização, realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2001.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Terceiro Vice-Presidente, Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 23. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Sampaio Dória, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, José Coelho, Moreira Mendes, Nabor Junior, Ronaldo Cunha Lima, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Deputados Suplentes:** Adolfo Marinho, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Cláudio Cajado, Darci Coelho, Domiciano Cabral, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Fernando Gonçalves, Gastão Vieira, João Tota, Jorge Alberto, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paes Landim, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos, Silas Brasileiro e Wagner Salustiano **- Senador suplente:** Antônio Carlos Valadares. O Deputado Santos Filho justificou a ausência. Registrou-se a presença dos parlamentares não-membros, Deputados Dr. Heleno e Ildefonço Cordeiro. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Basílio Villani, João Caldas, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Priante, Lael Varella, Marcelo Teixeira, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Welinton Fagundes e Zé Gomes da Rocha; - **Senadores titulares**: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá e Sebastião Rocha. **ABERTURA:** Não havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício adiou a reunião. Às dezoito horas e trinta e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente abriu a reunião, suspendendo em seguida, em função do início da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta e um de outubro, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reabriu os trabalhos. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência Interna recebida: **1)** Ofício 77, de 23 de outubro, do Deputado José Antônio Almeida, manifestando-se sobre os recursos destinados para o SUS no Maranhão, contidos na Proposta Orçamentária para 2002. O Presidente informou que cópia do expediente havia sido encaminhada ao Deputado Paulo Feijó, Relator Setorial da Área VII – Saúde. **2)** Ofício 279, de 24 de outubro, do Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, Deputado Freire Júnior, encaminhando solicitação de aumento da dotação referente à remuneração dos servidores públicos e aporte de recursos para o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, PLANFOR. **3)** Ofício 499, de 29 de outubro, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, dando conhecimento à Comissão sobre a Mensagem 668/2001-CN, (na origem 1.113), do Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional "os esclarecimentos sobre as medidas saneadoras adotadas pela CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo – acerca das obras de dragagem no Porto de Vitória". O Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2001-CN, que "autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0230.3265.0001 – Dragagem no Porto de Vitória, no Espírito Santo" já havia sido aprovado em regime de urgência, horas antes do envio desta Mensagem. - Expedientes encaminhando justificativa de falta deferido pela Presidência: **1)** Ofício 152, de 16 de outubro, encaminhando justificativa de falta do Senador Gilberto Mestrinho no período de 27 de setembro a 11 de outubro. **2)** Ofício 414, de 30 de outubro, do gabinete do Deputado Santos Filho, comunicando sua ausência no período de 28 de outubro a 02 de novembro por estar em missão oficial, conforme expediente enviado pelo Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Deputado César Bandeira. - Expedientes indicando os rela-

tores setoriais das seguintes áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002: . Área Temática X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Senador Leomar Quintanilha. Indicado através do Ofício 290, de 17 de outubro, do Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão. Área VIII – Previdência e Assistência Social: Senador Ronaldo Cunha Lima. Indicado através do Ofício 131, de 24 de outubro, do Líder do Bloco PSDB/PPB, Senador Geraldo Melo. - Expediente indicando representante da Liderança Partidária na Comissão: . Ofício 277, de 17 de outubro, do Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL, indicando o Senador Leomar Quintanilha. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício 5.853, de 17 de outubro, do Ministério da Defesa, prestando informações acerca do Seminário sobre Relações Civis-Militares, que será realizado no período de 5 a 9 de novembro, em Brasília, e solicita indicação de representante da Comissão para o evento. **2)** Ofício 58, de 04 de outubro, do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda do Estado de Minas Gerais – CETER – solicitando que os cortes orçamentários sejam evitados nas ações de políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional. **3)** Expediente de 22 de outubro, da OAS, referindo-se à obra de modernização, reforma e ampliação do Aeroporto de Salvador. **4)** Ofício 480, de 22 de outubro, do Hospital de Caridade de São Vicente de Paulo, solicitando destinação de recursos para investimentos e ajuda de custeio do hospital. **5)** Aviso 142, de 24 de outubro, do Dr. Pedro Augusto Sanguinetti Ferreira, Ministro Interino da Integração Nacional, encaminhando o Parecer 103, de 16 de outubro, da Procuradoria-Geral do DNOCS, sobre o Perímetro de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, no Maranhão. **6)** Aviso 1.647, de 23 de outubro, do Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, solicitando recursos para as ações de informática daquele Órgão. **7)** Ofício 111, de 29 de outubro, da Superintendência em Brasília do Governo do Estado de Rondônia, encaminhando as justificativas do órgão executor da obra citada com irregularidades graves pelo Tribunal de Contas da União. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: **1)** Ofício 199, de 08 de outubro, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. Período: setembro de 2000 a agosto de 2001. **2)** Ofício 507, de 1º de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Período: setembro de 2000 a agosto de 2001. **3)** Expediente de 19 de outubro, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Período: de maio a agosto de 2001. **4)** Expediente de 19 de outubro, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Período: de maio a agosto de 2001. **5)** Expediente de 22 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso. Período: de maio a agosto de 2001. **6)** Ofício 21, de 24 de outubro, do Senado Federal. Período: de maio a agosto de 2001. **7)** Expediente de 29 de outubro, do Tribunal de Contas da União. Período: de maio a agosto de 2001. **8)** Ofício 494, de 25 de setembro, do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Período: de setembro de 2000 a agosto de 2001. - Expediente elencando obra com valor acima de 2 milhões de reais: . Ofício 442, de 29 de outubro, do Ministério dos Transportes. - Expediente encaminhado em cumprimento ao disposto no art. 23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001: . Ofício 574, de 18 de outubro, do Tribunal Superior do Trabalho, encaminhando relação, em papel e em meio magnético, de suplementação orçamentária definidas em lei como de pequeno valor. - Avisos/SGS, encaminhados pelos Ministros Humberto Souto e Valmir Campelo, Presidente e Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, respectivamente: **1)** 5.988, de 17 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 855/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica do Açude Jenipapo, no Piauí. **2)** 5.988, de 17 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 856/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro de Irrigação do Salitre, na Bahia. **3)** 5.990, de 17 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 857/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de recuperação da infra-estrutura portuária do Porto de Santos. **4)** 5.991, de 17 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 858/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho compreendido entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO. **5)** 6.187, de 24 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 882/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de construção e pavimentação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins (BR-158/MT). **6)** 6.158, de 24 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 876/2001, sobre o relatório de auditoria realizada no Projeto de Irrigação Jaíba, localizado na região norte de Minas Gerais. **7)** 6.185, de 24 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 879/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Salvador. - Aviso/GP, encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, Vice-Presidente no exercí-

cio da Presidência do Tribunal de Contas da União: . 1.426, de 24 de outubro, em complemento ao Aviso 3.712/2001 (Decisão 461/2001), comunicando que foram atendidas as determinações efetuadas pelo Tribunal de Contas da União à ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A sobre as Obras de Implantação do Sistema de Transmissão no Estado do Mato Grosso. **II)** Distribuição de Projetos: . Projeto de Lei nº 36/2001-CN. Relator designado: Deputado Wilson Braga, do PFL/Paraíba. Projeto de Lei nº 37/2001-CN. Relator designado: Senador Jonas Pinheiro, do PFL/Mato Grosso. A seguir, o Presidente informou aos membros a nova sistemática para apreciação dos relatórios e projetos de decretos legislativos apresentados aos Subtítulos, com a aprovação da Resolução nº 01/2001, do Congresso Nacional. Prosseguindo, informou que com a nova Resolução, a matéria passou a ter um cronograma de tramitação na Comissão. Em seguida, leu o disposto no *inciso VII do art. 35 da Resolução nº 01/2001, do Congresso Nacional*: *VII – matérias relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira: a) até cinco dias para a publicação e distribuição dos relatórios e informações previstos nas alíneas do art. 2º, inciso II, desta Resolução, a partir do recebimento pelo Congresso Nacional; b) até quinze dias para a apresentação, pelo relator designado, do relatório contendo as medidas que julgar cabíveis, apresentando, conforme o caso, projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior; c) até oito dias para apresentação de emendas ao relatório apresentado e ao projeto de decreto legislativo, quando for o caso, a partir do encerramento do prazo da alínea anterior; d) até sete dias, contados do término do prazo de recebimento das emendas, para que a Comissão discuta, vote e encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre a matéria. Parágrafo único. A Comissão, pela maioria absoluta de seus membros, poderá ampliar os prazos de que tratam as alíneas "b", "c" e "d" do inciso IV e VII deste artigo, devendo comunicar a decisão ao Presidente do Senado Federal.* Anteriormente, quando o Relatório era entregue na Secretaria da Comissão, imediatamente era incluído na pauta. Com a nova Resolução, o Relatório é entregue na Secretaria, abre-se o prazo de oito dias para emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo (anteriormente somente era possível emendar o PDL). Os Relatórios que foram apresentados antes da aprovação da Resolução nº 01/2001-CN serão apreciados na sistemática anterior, regidos pela Resolução nº 02/95-CN. Entretanto, após a aprovação da nova Resolução, foi entregue o Relatório apresentado ao Subtítulo 26.782.0237. 5772.0001 – Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-060/GO – Em Goiânia (Noroeste), cuja relatora é a Deputada Lúcia Vânia, e será apreciado conforme o disposto na Resolução nº 01/2001. O prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo foi de 22 a 29/10/2001. Às dez horas e quarenta minutos, o Presidente suspendeu a reunião, tendo em vista a inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** Às dezoito horas e vinte e dois minutos do mesmo dia, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, reabriu a reunião, encerrando-a em seguida, em virtude da realização da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Antes, convocou os membros a participarem da 25ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 06 de novembro, às 14h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 23/2001.

São 18h34min. O aviso luminoso da mesa informa que a Ordem do Dia da Câmara está em andamento, bem como, segundo fui informado, a do Senado Federal. Portanto, até por determinação do Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, não há como darmos início aos trabalhos.

Suspendo esta reunião e reconvoco-a para amanhã, às 10h.

Está suspensa esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Fui informado de que há Ordem do Dia no Senado Federal. O Presidente Carlos Bezerra comunica que não há nenhuma possibilidade de a Ordem do Dia terminar num prazo que permita o funcionamento da nossa Comissão.

Com relação ao assunto da nossa pauta, o Aeroporto de Salvador, tivemos uma reunião com a bancada baiana, e não houve acordo e nenhum avanço entre as várias bancadas, nem mesmo nas de oposi-

ção. Fatalmente haveria aqui, de um lado ou de outro, movimento no sentido de se obstruir nossa reunião. Sendo assim, faço um apelo à bancada baiana para que chegue a uma solução ainda amanhã ou, no mais tardar, na sexta-feira. A idéia é de reiniciarmos nossos trabalhos na terça-feira. Em função dessa pendência, ficamos praticamente com a semana perdida, porque há uma divergência muito forte em relação a esse assunto. Apenas para informar aos Srs. Deputados isso. O esforço vem sendo feito. Parece que algum avanço foi obtido, mas não teríamos condições de dar prosseguimento ao tema aqui, até porque há Ordem do Dia no Senado Federal.

Alguém gostaria de fazer algum comentário? *(Pausa.)* Não há.

Não havendo mais nada a ser tratado e não sendo possível, dentro do prazo de reabertura dos nossos trabalhos, número e condições de voto, declaro encerrada esta reunião, convocando nova reunião para terça-feira próxima, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 06 e 08 de novembro de 2001.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Segundo Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 24. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Magno, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga e Zila Bezerra; **- Senadores titulares**: Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Nabor Junior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Armando Abílio, Átila Lins, Cláudio Cajado, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Gastão Vieira, João Tota, Jorge Alberto, Juquinha, Laura Carneiro, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro e Waldemir Moka; **- Senadores suplentes:** Antônio Carlos Valadares e Lúcio Alcântara. Foi registrada a presença de parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Ildefonço Cordeiro e Oliveira Filho. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares**; Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Arnon Bezerra, Giovanni Queiroz, João Leão, João Matos, Jorge Bittar, José Carlos Aleluia, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Marcelo Teixeira, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória e Zé Gomes da Rocha; - **Senadores titulares**: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Ronaldo Cunha Lima. **ABERTURA:** Às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos e havendo número regimental, o Presidente em exercício abriu a reunião. Em seguida, suspendeu a realização dos trabalhos em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação. Às dezenove horas e cinco minutos do mesmo dia, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reabriu os trabalhos e os suspendeu em seguida, tendo em vista a realização de sessão no Plenário da Câmara dos Deputados. **ENCERRAMENTO:** Às dez horas e oito minutos do dia oito do mesmo mês, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, encerrou os trabalhos em face da inexistência de *quorum,* no recinto, para deliberação. Antes, convocou os membros a participarem da 26ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 13 de novembro, às 14h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscali-

zação, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 24/2001.

Em razão de a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados não ter terminado, suspendo a sessão, convocando-a para quinta-feira, às 9 horas.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não havendo **quorum**, esta reunião deixa de se realizar, ficando convocada uma nova reunião para a próxima terça-feira, dia 13 de novembro, às 14h30min.

Ata da Vigésima Sexta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 13 e 14 de novembro de 2001.

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Terceiro Vice-Presidente, Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 25. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Grandão, João Magno, Jonival Lucas Júnior, Jorge Khoury, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Luciano Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Carlos Bezerra, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Ronaldo Cunha Lima e Tião Viana - **Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Armando Abílio, Carlito Merss, Claudio Cajado, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Eunício Oliveira, Givaldo Carimbão, João Tota, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Lincoln Portela, Olímpio Pires, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro e Waldemir Moka; **- Senadores suplentes:** Antônio Carlos Valadares, Jefferson Peres e Romeu Tuma. Foi registrada a presença do Deputado Ildefonço Cordeiro, parlamentar não integrante da Comissão. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Basílio Villani, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Giovanni Queiroz, João Caldas, João Coser, João Leão, João Matos, João Pizzolatti, Jorge Bittar, José Borba, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Marcelo Teixeira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Feijó, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Sérgio Miranda, Welinton Fagundes e Zé Gomes da Rocha; - **Senadores titulares**: Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Freitas Neto, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. Foi justificada a ausência dos Deputados Marçal Filho e Santos Filho. **ABERTURA:** Às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos e havendo número regimental, o Presidente em exercício abriu a reunião. Em seguida, suspendeu a realização dos trabalhos em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e treze minutos do dia quatorze do mesmo mês, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, encerrou os trabalhos em face da inexistência de *quorum,* para deliberação. Antes, convocou os membros a participarem da 27ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 20 de novembro, às 14h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a 26ª Reunião da Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Em função do início da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, suspenderei a reunião, dando continuidade amanhã às 10h.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a 26ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como é evidente a falta de **quorum**, vou encerrar a presente reunião, convocando outra para terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2001.

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu titular, Senador CARLOS BEZERRA, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 26. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Basílio Villani, Danilo de Castro, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Presidente, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Eunício Oliveira, Francisco Garcia, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos, Silas Brasileiro, Wagner Salustiano e Waldemir Moka; **- Senadores suplentes:** Antônio Carlos Valadares, Lúcio Alcântara e Romeu Tuma. - **Deputados não membros:** Padre Roque e Ildefonço Cordeiro. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Divaldo Suruagy, José Carlos Aleluia, José Priante, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Virgílio Guimarães e Welinton Fagundes; - **Senadores titulares**: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, José Coelho, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Paulo Hartung e Pedro Ubirajara. Foi justificada a ausência dos Senadores Marluce Pinto e Nabor Júnior. **ABERTURA:** Às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos, o Presidente anunciou a inexistência de número regimental para abertura da reunião, suspendendo-a em seguida. Havendo número regimental, às dezenove horas e dois minutos do mesmo dia, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, deu início à reunião. As Atas da 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Reuniões Ordinárias não foram apreciadas em virtude da inexistência de quorum para deliberação. **AVISOS: 1)** O Presidente comunicou aos membros que foi alterado o cronograma de tramitação da Proposta Orçamentária para 2002 e que o mesmo já havia sido encaminhado aos gabinetes dos senhores parlamentares. Acrescentou que estava disponível também na página da Comissão na *Internet*. A seguir, informou os novos prazos: RELATÓRIOS SETORIAIS: - Entrega dos Relatórios à Comissão: até 22 de novembro; - Distribuição dos Relatórios: até 26 de novembro; - Discussão e votação dos Relatórios na Comissão: até 29 de novembro. RELATÓRIO FINAL: - Entrega do Relatório pelo Relator-Geral à Comissão: até 06 de dezembro; - Distribuição do Relatório: até 10 de dezembro; - Discussão e votação do Relatório: até 13 de dezembro; - Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional: até 18 de dezembro. **2)** O Presidente informou a retirada de pauta do Relatório referente ao Subtítulo 20.607.0379.1836.0047 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum – Projeto Várzea de Souza no Estado da Paraíba, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional listado no quadro V anexo à Lei Orçamentária para 2001, cujo relator é o Deputado Pedro Novais. A regulamentação desta matéria seguirá o estabelecido no *art. 35 da Resolução nº 01/2001, do Congresso Nacional*. O prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo é de 21 a 28 de novembro de 2001. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 194, de 06 de novembro, da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Viação e Transportes, solicitando alocação de recursos para a rodovia federal BR-381/MG, no trecho Antônio Dias – Nova Era. O Presidente informou que cópia deste ex-

pediente havia sido encaminhada ao Relator-Setorial da Área V – Infra-estrutura, Deputado José Chaves. **2)** Ofício 173, de 07 de novembro, do Senador Lauro Campos, solicitando a retirada de emenda de sua autoria apresentada à Proposta Orçamentária para 2002. O Presidente informou que cópia do expediente havia sido enviada à Coordenação Técnica do Processo Orçamentário para 2002, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, para implementação da solicitação. **3)** Ofício nº 122, de 07 de novembro, do Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, que encaminha exposição do Deputado José Antônio Almeida, do PSB do Maranhão, quanto à questão das emendas apresentadas pela Bancada do Maranhão. Em seguida, o Presidente deu conhecimento aos membros sobre o seguinte assunto: na ata da reunião da bancada realizada no dia 23 de outubro, o Deputado José Antônio Almeida impôs restrição a uma das emendas, relativa ao item 2 da ata. Porém, antes da entrega das emendas na Comissão, o Deputado José Antônio Almeida retirou a restrição, conforme ressalva feita na ata nos seguintes termos: *"risquei a restrição ao item 2, em virtude de esclarecimentos do Coordenador da bancada"*. Em 25 de outubro, foi realizada outra reunião da bancada e ficou decidido que não seriam válidas as assinaturas que fizessem qualquer restrição a respeito das emendas aprovadas na reunião de 23 de outubro, ficando os parlamentares que infringirem esta norma sem direito a participar de qualquer emenda da bancada. O parlamentar solicita que a Comissão considere apenas a ata de 23 de outubro, relativa à reunião de todos os seus integrantes, na qual 16 emendas estão elencadas, nos termos previstos *no art. 25, item II, letras a e b da Resolução nº 01/2001-CN* e que seja desconsiderada a ata entregue posteriormente. **4)** Solicitação apresentada pelos Deputados João Caldas e Givaldo Carimbão que, nos termos regimentais e conforme o disposto nos artigos *37, 70, 166 e 167 da Constituição Federal e os artigos 2º e 83 da Lei 10.266/2001*, requerendo a anulação e exclusão das emendas coletivas apresentadas pela Bancada de Alagoas ao Orçamento Geral da União para 2002, com a determinação imediata de reunião assistida para escolha de novas propostas orçamentárias. O Presidente informou que tomará as medidas que julgar pertinentes. **5)** Ofício 1.655, de 16 de novembro, do Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, encaminhando Ofício da Comissão de Sindicância destinada a apurar denúncias referentes à CPI das Obras Inacabadas, apresentando sugestões, e também o Relatório final da sindicância. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência: **1)** Ofício 442, de 12 de novembro, comunicando ausência do Deputado Santos Filho no período de 11 a 17 de novembro por estar em missão oficial representando a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. **2)** Expediente de 13 de novembro, do Deputado Marçal Filho, justificando sua ausência nos dias 13 e 14 de novembro; **3)** Ofício 630, de 13 de novembro, do Deputado Neuton Lima, justificando sua ausência nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. **4)** Ofício 144, de 19 de novembro, do Deputado Gastão Vieira, justificando sua ausência nos dias 13 e 14 de novembro. **5)** Expediente de 19 de novembro, justificando ausência do Senador Nabor Júnior, no período de 19 a 25 de novembro. **6)** Ofício 136, de 20 de novembro, justificando ausência da Senadora Marluce Pinto no dia 20 de novembro. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Expediente de 18 de outubro, do Presidente Interino do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Sr. Juares da Silva, solicitando atenção no orçamento destinado à promoção, proteção e recuperação à Saúde Indígena no âmbito da FUNASA/Ministério da Saúde. O Presidente informou que cópia deste expediente foi encaminhada ao Relator da Área Temática VII – Saúde, Deputado Paulo Feijó. **2)** Ofício 4.718, de 19 de outubro, do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que, em resposta à solicitação do Deputado Sérgio Miranda, encaminha esclarecimentos sobre o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de maio a agosto de 2001. O Presidente informou que cópia deste expediente foi encaminhada ao Deputado Sérgio Miranda. **3)** Aviso 1.425, de 31 de outubro, do Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, encaminhando cópia do Memorando 167, de 31 de outubro, do Departamento de Hidrovias Interiores do Ministério, referente ao cancelamento de recursos orçamentários da obra Construção da Eclusa de Lajeado no Rio Tocantins. **4)** Ofício 552, de 31 de outubro, do Dr. Rafael Blanco Muniz, Secretário de Controle Externo de Santa Catarina, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão da 1ª Câmara sobre a construção de acessos rodoviários no Corredor Mercosul – BR-101, em Joinvile, Santa Catarina. **5)** Ofício nº 101, de 06 de novembro, do Dr. Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Superintendente de Seguros Privados, que solicita a correção de erro na Proposta Orçamentária da Superintendência para o exercício de 2002. **6)** Ofício 72, de 29 de outubro, do Sindicato dos Hospita-

is, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado do Piauí, sobre a distribuição dos recursos do Sistema Único de Saúde, destinados à assistência hospitalar e ambulatorial para as várias unidades federadas. **7)** Expediente de 31 de outubro, dos Dirigentes das entidades de classes do Estado da Bahia, solicitando a continuidade das obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador. **8)** Ofício 129, de 12 de novembro, da Secretaria de Orçamento Federal, encaminhando proposta de modificação da programação, anexos e quadros da Proposta Orçamentária para 2002, para correção, em virtude da constatação de erro material. O Presidente informou que cópia deste expediente foi encaminhada ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória. **9)** Ofício 1.573, de 08 de novembro, do Diretor-Executivo do DNER, Dr. Rogério Gonzales Alves, apresentando proposta para geração de mais recursos próprios com a arrecadação de multas de trânsito pelo DNER. O Presidente informou que cópia do expediente havia sido encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória, e ao Relator Setorial da Área V – Infra-estrutura, Deputado José Chaves. - Expedientes encaminhados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativo das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002 que ultrapassam a 2 milhões de reais: **1)** Ofício 254, de 30 de outubro, do Ministério da Integração Nacional. **2)** Ofício 254, de 30 de outubro, do Ministério da Integração Nacional. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: **1)** Ofício 13, de 24 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Período: de maio a agosto de 2001. **2)** Ofício 1.043, de 31 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Encaminha textos retificados referente ao período de agosto de 2000 a setembro de 2001. **3)** Ofício 5.471, de 04 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Período: de maio a agosto de 2001. - Avisos/SGS encaminhados pelo Ministro Valmir Campelo, Vice-Presidente no exercício da presidência, do Tribunal de Contas da União: **1)** 6.220, de 31 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 905/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Espírito Santo. **2)** 6.262, de 31 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 904/2001, sobre o relatório de auditoria realizada na obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. - Aviso/GP encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **.** 1.433, 29 de outubro, encaminhando resposta ao Ofício 204/2001, desta Presidência sobre as obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-174/AM – Divisa AM/RR, e informa que nova fiscalização foi realizada nas referidas obras e já foram encaminhadas à Comissão. - Avisos/SGS encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 6.301, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 928/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, perímetro de irrigação Baixada Ocidental Maranhense, no Maranhão. **2)** 6.307, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 937/2001, sobre o levantamento preliminar do Programa de Crédito Estudantil junto à Caixa Econômica Federal. **3)** 6.311, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 930/2001, sobre o relatório de auditoria realizada nas obras relativas à implantação do sistema de trens urbanos de Recife – Trecho Tip-Timbi. **4)** 6.326, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 931/2001, sobre denúncia relativa a irregularidades na utilização de recursos do FGTS nas obras do Sistema de Abastecimento de Água de Pirapama, na Região Metropolitana de Recife, em Pernambuco. - Mensagem encaminhada pela Presidência da República: . 623/2001 (Mensagem nº 939, de 04/09/2001, na origem), encaminhando à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, nos termos *do § 3º do artigo 42 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000*. O Presidente informou que havia sido encaminhado Ofício à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados para elaboração de nota técnica e posterior encaminhamento aos senhores membros, conforme a questão de ordem aprovada na 7ª Reunião Ordinária, em 31 de agosto de 1999. O Deputado José Pimentel solicitou a retirada de pauta do item 02 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 3.642.611,00 (três milhões e seiscentos e quarenta e dois mil e seiscentos e onze reais) , para os fins que especifica", em virtude do não atendimento ao solicitado no Requerimento nº 09/2001, aprovado na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de agosto de

2001. O Presidente informou que foi feito o convite aos Presidentes do Banco do Nordeste do Brasil S.A e do Banco da Amazônia S.A solicitando o comparecimento no plenário da Comissão, não tendo sido atendido. Havendo consentimento do Plenário, o Presidente em exercício retirou a matéria de pauta. Às dezenove horas e vinte minutos, os trabalhos foram suspensos. Às onze horas e um minuto do dia vinte e um de novembro, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reabriu os trabalhos. **AVISOS:** O Presidente comunicou aos membros que foram justificadas pela Presidência as ausências do Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, ocorridas nos dias 19 de setembro, 02 de outubro, 06 e 13 de novembro, em virtude da sua participação em reuniões com os diversos Comitês de apoio à Relatoria-Geral da Proposta Orçamentária para 2002 e também no Poder Executivo. **EXPEDIENTE:** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício Conjunto 01, de 20 de novembro, do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Dr. Eugênio Greggianin, e da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização do Senado Federal, Dr. José Rui Gonçalves Rosa, indicando os assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal responsáveis pelas áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002. O Presidente informou que cópia deste expediente havia sido enviada ao Relator-Geral e aos Relatores Setoriais da Proposta Orçamentária para 2002. **2)**Ofício RG nº 12, de 20 de novembro, do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória, informando a constituição, nos termos do *art. 11 da Resolução nº 01/2001-CN*, dos seguintes comitês de apoio à Relatoria-Geral: COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS EMENDAS, de caráter consultivo, com a incumbência de verificar a admissibilidade das emendas em termos da constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e observância das normas previstas no Parecer Preliminar, bem como a distribuição regional do atendimento, das emendas individuais, coletivas e de relator apresentadas. Membros: Deputados João Coser, Paulo Kobayashi, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Santos Filho e Senador Romero Jucá. COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS PELO TCU, que fará o exame das informações constantes do relatório do Tribunal de Contas da União encaminhado à Comissão, nos termos do art. 83 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – LDO para 2002, assim como dos créditos constantes da proposta orçamentária e emendas que contemplem obras mencionadas no relatório citado. Membros: Deputados Carlito Merss, Danilo de Castro e Renato Vianna. COMITÊ DE AVALIAÇÃO DOS CORTES NAS DESPESAS DE CUSTEIO, que tem o objetivo de avaliar a faculdade concedida pelo parecer preliminar ao Relator Geral de cortar até 3% do GND 3 (custeio administrativo e operacional da Administração), excluídas as ações previstas no item 5 do Parecer Preliminar, inclusive análise dos gastos com pessoal e despesas obrigatórias de caráter continuado, avaliando os critérios de inclusão na proposta orçamentária e para cancelamento. Membros: Deputada Lúcia Vânia, Deputado Pedro Novais e Senador Antero Paes de Barros. - Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferido pelo Presidente: Ofício 142, de 21 de novembro, justificando ausência da Senadora Marluce Pinto no período de 21 a 25 de novembro. O Deputado José Carlos Aleluia solicitou a sua substituição da relatoria sobre o Relatório de execução das obras para o Subtítulo 23.695.0420.1615.0001–Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Salvador, na Bahia e demais recursos federais vinculados à obra, da Unidade Orçamentária 51.201 – EMBRATUR. O Presidente acatou a solicitação e designou o Deputado Virgílio Guimarães para relatar a matéria. O Deputado Alberto Goldman solicitou que fosse cancelada a obstrução à votação desta matéria tendo em vista a alteração da relatoria. Tendo sido atingido o *quorum* para deliberação, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: . 21ª Reunião Ordinária, realizada em 09, 10 e 11 de outubro; 22ª Reunião Ordinária, realizada em 16 e 18 de outubro; 23ª Reunião Ordinária, realizada em 23 e 25 de outubro; 24ª Reunião Ordinária, realizada em 30 e 31 de outubro de 2001; 25ª Reunião Ordinária, realizada em 06 e 08 de novembro de 2001 e 26ª Reunião Ordinária, realizada em 13 e 14 de novembro de 2001. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou as Atas **aprovadas**. Às onze horas e treze minutos, os trabalhos foram suspensos. Às quinze horas e trinta e dois minutos do mesmo dia, a reunião foi reiniciada pelo Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, e foi suspensa em seguida. Às dezenove horas e vinte minutos do dia vinte e um de novembro, os trabalhos foram reabertos e interrompidos. Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, deu continuidade aos trabalhos e acusou o recebimento do seguinte expediente: **I)** Cor-

respondência interna recebida: **1)** Ofício de 24 de outubro, do Senador Mauro Miranda, solicitando destinação de recursos para Uruana, em Goiás, conforme emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 74/2001-CN. O Presidente informou que Cópia deste expediente foi encaminhada ao Relator do Projeto de Lei nº 74/2001-CN, Senador Ronaldo Cunha Lima. **2)** Ofício 536, de 21 de novembro, do Coordenador da Bancada do Espírito Santo, Deputado José Carlos Elias, encaminhando ofício do DNER que justifica alocação de recursos para as obras de construção e pavimentação da BR-342, no Espírito Santo. **3)** Ofício 332, de 21 de novembro, do Deputado Mauro Lopes, solicitando retificação em emenda apresentado ao Projeto de Lei nº 119/2001-CN. O Presidente informou que cópia deste expediente foi encaminhada ao Relator do Projeto de Lei nº 119/2001-CN. - Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferido pelo Presidente: Expediente de 21 de novembro, justificando ausência do Senador José Coelho à reunião do dia 21 de novembro. **II)** Correspondência externa recebida: Ofício 11.468, de 31 de outubro, do Conselho da Justiça Federal, solicitando a inclusão de valores para pagamento de precatórios no próximo exercício. - Avisos/SGS remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 6.288, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 929/2001, sobre auditoria realizada nos postos diplomáticos do Brasil na África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. **2)** 6.359, de 14 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 952/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de uso comum, perímetro de irrigação Tabuleiro de São Bernardo, no Maranhão. - Aviso/SGS remetidos pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: 6.362, de 09 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 320/2001, sobre auditoria de desempenho realizada no Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR – e Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM. **ORDEM DO DIA:** Pauta 26 **I)** Apreciação do Relatório apresentado à seguinte matéria: Item 01 - Relatório de Avaliação da estimativa de receita do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de capital decorrente da tributação dos rendimentos das entidades de previdências complementar, da estimativa de royalties do petróleo e do gás natural e da contribuição de intervenção no domínio econômico, que altera o item 23 da Parte B do Parecer Preliminar apresentado à Proposta Orçamentária para 2002. Autor: Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária para 2002, integrado pelos Deputados Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Paulo Mourão, Jorge Bittar, Sérgio Miranda e Jorge Khoury e Senadores Amir Lando e Paulo Hartung. Os Deputados Sérgio Miranda e Antônio Carlos Konder Reis discutiram a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório ao Projeto de Lei nº 28/2001-CN, de autoria do Deputado Adolfo Marinho. Os Deputados Wilson Braga e Ricardo Barros manifestaram-se favoráveis, e o Deputado Sérgio Miranda, contrário. O Presidente anunciou a votação. Ao proclamar o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Virgílio Guimarães pediu verificação da votação com o apoiamento dos Deputados João Grandão, João Caldas e Sérgio Miranda, conforme o estabelecido *no § único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. **ENCERRAMENTO:** Em face da visível inexistência de *quorum* no recinto para deliberação, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e quatro minutos. Antes, convocou os membros a participarem da 28ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 27 de novembro, às 14h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 27ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias da Pauta nº 26/2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que a pauta com os respectivos itens está disponível nas mesas de trabalho.

Ata. Apreciação das atas das seguintes reuniões: 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª. (*Pausa*.)

Não há número para deliberação. A apreciação das atas fica postergada para a próxima reunião.

Avisos:

Comunico aos Senhores membros que foi alterado o cronograma de tramitação da Proposta Orçamentária para 2002 e que o mesmo foi encaminhado aos gabinetes dos Srs. Parlamentares e encontra-se na página da Comissão na Internet.

Informo a seguir os novos prazos.

Relatórios setoriais:

Entrega dos relatórios à Comissão até 22 de novembro de 2001; distribuição dos relatórios até 26 de novembro de 2001; discussão e votação dos relatórios da Comissão até 29 de novembro de 2001.

Relatório final:

Entrega do relatório final pelo Relator-Geral à Comissão até 6 de dezembro; distribuição do relatório até 10 de dezembro; discussão e votação do relatório até 13 de dezembro; sistematização de parecer sobre projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional até 18 de dezembro.

Comunico aos senhores membros que foi retirado de pauta o relatório referente ao Subtítulo nº 20.607.0379.1836.0047 — Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação e Uso Comum — Projeto Várzea de Souza no Estado da Paraíba, da Unidade Orçamentária nº 53.101, Ministério da Integração Nacional, listado no Quadro V do Anexo à Lei Orçamentária para 2001, cujo Relator é o Deputado Pedro Novais. A regulamentação da matéria seguirá o estabelecido no art. 35 da Resolução nº 01/2001, do Congresso Nacional.

Informo, ainda, que o prazo para apresentação de emendas ao relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo é de 21 a 28 de novembro de 2001.

Expediente:

Correspondência interna recebida:

Ofício nº 194, de 6 de novembro, da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Viação e Transportes solicitando a alocação de recursos para a Rodovia Federal BR-381/MG — trecho Antonio Dias/Nova Era. Cópia desse pedido foi encaminhada ao Relator-Setorial da Área III–Infra-Estrutura. Deputado José Chaves.

Ofício nº 173, de 7 de novembro, do Senador Lauro Campos, solicitando a retirada de emenda de sua autoria apresentada à Proposta Orçamentária 2002. Cópia desse expediente foi enviada à Coordenação Técnica de Processo Orçamentário 2002, para a implementação da solicitação.

Ofício nº 122, de 7 de novembro, do Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, que encaminha exposição do Deputado José Antonio de Almeida, do PSB do Maranhão, quanto às emendas apresentadas pelo Bancada do Maranhão.

Passo ao conhecimento dos Senhores membros que na ata da reunião da Bancada, realizada em 23 de outubro, o Deputado José Antonio de Almeida impôs restrição a uma das emendas relativa ao item 2 da ata.

Porém, antes da entrega das emendas na Comissão, o Deputado José Antonio de Almeida retirou a restrição, conforme ressalva feita na ata, nos seguintes termos: “Risquei a restrição ao item 2, em virtude de esclarecimentos do Coordenador da Bancada."

Em 25 de outubro, foi realizada outra reunião da Bancada e ficou decidido que não seriam válidas as assinaturas que fizessem qualquer restrição a respeito das emendas aprovadas na reunião de 23 de outubro, ficando os Parlamentares que infringiram essa norma sem direito a participar de qualquer emenda de bancada.”

O nobre Parlamentar solicita a esta Comissão que considere apenas a ata de 23 de outubro, relativa à reunião de todos os seus integrantes, na qual dezesseis emendas estão elencadas, nos termos previstos no art. 25, item II, letras “a” e “b” da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, e seja desconsiderada a ata entregue posteriormente.

Outro item. Solicitação apresentada pelos Deputados João Caldas e Givaldo Carimbão que, nos termos regimentais e conforme o disposto nos arts. 37, 70, 166 e 167 da Constituição Federal e os arts. 2º e 83º da Lei nº 10.266, de 2001, requerendo a anulação e exclusão das emendas coletivas apresentadas pela Bancada de Alagoas ao Orçamento Geral da União para 2002, com a determinação imediata de reunião assistida para escolha de novas propostas orçamentárias.

Informo aos nobres Deputados que serão tomadas as medidas julgadas pertinentes.

Ofício nº 1.655, de 16 de novembro, do 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, encaminhando Ofício da Comissão de Sindicância destinada a apurar denúncias referentes à CPI das Obras Inacabadas. S.Exa. apresenta sugestões e também o relatório final da sindicância.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência:

1. Ofício nº 442, de 02 de novembro, comunicando ausência do Deputado Santos Filho, no período de 11 a 17 de novembro, por estar em missão oficial representando a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

2. Expediente de 13 de novembro, do Deputado Marçal Filho, justificando sua ausência nos dias 13 e 14 de novembro.

3. Ofício nº 630, de 13 de novembro, do Deputado Neuton Lima, justificando sua ausência nos dias 31 de outubro e 1º de novembro.

4. Ofício nº 144, de 19 de novembro, do Deputado Gastão Vieira, justificando sua ausência nos dias 13 e 14 de novembro.

5. Expediente de 19 de novembro, justificando ausência do Senador Nabor Júnior, no período de 19 a 25 de novembro.

6. Ofício nº 136, de 20 de novembro, justificando ausência da Senadora Marluce Pinto no dia 20 de novembro.

Correspondência externa recebida:

1. Expediente de 18 de outubro, do Sr. Presidente interino do Conselho de Estado de Saúde Indígena, Sr. Juarez da Silva, solicitando atenção no orçamento destinado à promoção, proteção e recuperação da saúde indígena no âmbito da FUNASA/Ministério da Saúde.

Cópia deste Expediente foi encaminhada ao Relator da Área Temática VII –Saúde, Deputado Paulo Feijó.

2. Ofício nº 4.718, de 19 de outubro, do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que, em resposta à solicitação do Deputado Sérgio Miranda, encaminha esclarecimentos sobre o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de maio a agosto de 2001.

Cópia deste Expediente foi encaminhada ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

3. Aviso nº 1.425, de 31 de outubro, do Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, encaminhando cópia do Memorando 167, de 31 de outubro, do Departamento de Hidrovias Interiores do Ministério, referente ao cancelamento de recursos orçamentários da obra de Construção da Eclusa de Lajeado, no Rio Tocantins.

4. Ofício nº 552, de 31 de outubro, do Dr. Rafael Blanco Muniz, Secretário de Controle Externo de Santa Catarina, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão da 1ª Câmara sobre a construção de acessos rodoviários no Corredor MERCOSUL — BR 101, de Joinvile, Santa Catarina.

5. Ofício nº 101, de 6 de novembro, do Dr. Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Superintendente de Seguros Privados, que solicita a correção de erro na Proposta Orçamentária da Superintendência para o exercício de 2002.

6. Ofício nº 72, de 29 de outubro, do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas, do Estado do Piauí, sobre a distribuição de recursos do Sistema Único de Saúde, destinados à assistência hospitalar e ambulatorial para as várias unidades federadas.

7. Expediente de 31 de outubro, dos Dirigentes das Entidades de Classe do Estado da Bahia solicitando a continuidade das obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional Deputado Luis Eduardo Magalhães, em Salvador.

8. Ofício nº 129, de 12 de novembro, da Secretaria Federal, encaminhando proposta de modificação da programação, anexos e quadros da Proposta Orçamentária para 2002, para correção, em virtude da constatação de erro material. Informo que cópia deste Expediente foi encaminhada ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória.

9. Ofício nº 1.573, de 8 de novembro, do Diretor Executivo do DNER, Dr. Rogério Gonzales Alves, apresentando proposta para geração de mais recursos próprios com a arrecadação de multas de trânsito pelo DNER.

Cópia deste Expediente foi encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária de 2002, Deputado Sampaio Dória, e ao Relator-Setorial da Área V - Infra-estrutura, Deputado José Chaves.

Expedientes encaminhados à Comissão em cumprimento ao art. 8º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, que determina o encaminhamento de demonstrativos das obras que constam da Proposta Orçamentária para 2002, que ultrapassam a dois milhões de reais.

Ofício nº 254, de 30 de outubro, do Ministério de Integração Nacional.

Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea “a”, e § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1. Ofício nº 13, de 24 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Período: de maio a agosto de 2001.

2. Ofício nº 1.043, de 31 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Encaminha textos retificados referentes ao período de agosto de 2000 a setembro de 2001.

3. Ofício nº 5.471, de 04 de outubro, do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Período. de maio a agosto de 2001.

Avisos/SGS encaminhado pelo Ministro Valmir Campello, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União.

1. Número 6.220, de 31 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 905/2201, sobre o relatório de auditoria realizado nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Espírito Santo.

2. Número 6.262, de 31 de outubro, encaminhando cópia da Decisão 904/2001 sobre o relatório de auditoria realizada na obra de recuperação dos moles do Porto do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Aviso/GP encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

Aviso de nº 1.433, de 29 de outubro, encaminhando resposta ao Ofício nº 204/2001, desta Presidência, sobre as obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste/Norte, BR-174/AM, Divisa Amazonas/Roraima.

Informa ainda que nova fiscalização foi realizada nas referidas obras e foram encaminhadas à Comissão.

Avisos/ SGS encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1. Aviso nº 6.301, de 07 de novembro, encaminhando cópia de Decisão 928, de 2001, sobre o relatório de auditoria realizado nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, perímetro de irrigação. Baixada Ocidental Maranhense, no Maranhão.

2. Aviso nº 6.307, de 7 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 937/2001 sobre o levantamento preliminar do Programa de Crédito Estudantil junto a Caixa Econômica Federal.

3. Aviso nº 6.311, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 930/ 2001, sobre o relatório de auditoria realizado nas obras relativas à implantação no sistema de trens urbanos de Recife — Trecho Tip-Timbi.

4. Aviso nº 6.326, de 07 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 931/2001, sobre denúncia relativa às irregularidades de utilização de recursos do FGTS nas obras do Sistema de Abastecimento de Água Pirapama, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco.

Mensagem encaminhada pela Presidência da República:

Mensagem de nº 623/2001 (Mensagem nº 939, de 4/9/2001, na origem), encaminhando à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, nos termos do § 3º do art. 42 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000.

Informo que foi encaminhado ofício à Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados para elaboração de nota técnica e posterior encaminhamento aos senhores membros, conforme a questão de ordem aprovada na 7ª reunião ordinária, em 31 de agosto de 1999.

Encerrada a leitura do Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, em agosto deste ano, esta Comissão aprovou por unanimidade a realização de audiência pública sobre o conteúdo do Projeto de Lei nº 28, de 2001, e até hoje essa audiência pública não foi realizada.

Meu pleito é que o item nº 2 da pauta, que diz respeito ao Projeto de Lei nº 28/2001, seja cumprido, sob pena de prejudicar a deliberação (por unanimidade) desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Nobre Deputado José Pimentel, os convites foram formulados e não mereceram resposta das presidências dos bancos solicitados. Mas, como bem lembrado por V.Exa., vamos reiterar o convite e o pedido de uma resposta formal. Mesmo que tenhamos de marcar um dia, haverá reiteração do convite. A Mesa deu o encaminhamento solicitado aos Presidentes do BASA e do BNB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, na verdade, a audiência diz respeito ao Secretário do Tesouro Nacional e ao Presidente do BNB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – BASA e BNB. O BNB também foi convocado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Ótimo. Então, o projeto permanece retirado de pauta. Vamos aguardar a boa vontade dos Bancos e do Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O pedido pode ser retirado e depois reintroduzido. Não há problema. O requerimento foi retirado da Ordem do Dia nesse instante.

A reiteração do convite é correta, porque o requerimento já foi votado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Se o Banco tivesse tanto interesse, já teria respondido prontamente ao requerimento expedido pela Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O requerimento de V.Exa. foi atendido e retirado de pauta. Vamos reiterar o convite. E posteriormente, se for o caso, o Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, entrará em entendimento com V.Exa. para reintroduzi-lo ou não em pauta, de acordo com a resposta obtida das autoridades convidadas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Está franqueada a palavra. *(Pausa.)*

Não há número para a votação.

Como esgotamos a leitura do Expediente e não havendo quem queira se manifestar, vamos encerrar a reunião e convocar outra para amanhã, quarta-feira, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Reabrimos a 27ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 26/2001, e a suspendemos, transferindo-a para amanhã, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 27ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria da Pauta nº 26/2001.

Informo aos Srs. Parlamentares que a pauta com os respectivos itens está disponível na mesa de trabalho.

Expediente.

I) Correspondência interna recebida:

1) Ofício de 24 de outubro, do Senador Mauro Miranda, solicitando destinação de recursos para Uruana, em Goiás, conforme emenda apresentada no Projeto de Lei nº 74/2001.

Cópia deste expediente foi encaminhada ao Relator do Projeto nº 74/2001, Senador Ronaldo Cunha Lima.

2) Ofício nº 536, de 21 de novembro, do Coordenador da Bancada do Espírito Santo, Deputado José Carlos Elias, encaminhando ofício ao DNER que justifica a alocação de recursos para obras de construção de pavimentação da BR-342, no Espírito Santo.

3) Ofício nº 332, de 21 de novembro, do Deputado Mauro Lopes, solicitando retificação da emenda apresentada no Projeto de Lei nº 119/2001.

Cópia do expediente foi encaminhada ao Relator do Projeto de Lei nº 119/2001.

Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferido pelo Presidente:

Expediente de 21 de novembro, justificando ausência do Senador José Coelho à reunião do dia 21 de novembro.

II) Correspondência externa recebida:

Ofício nº 11.468, de 31 de outubro, do Conselho de Justiça Federal, solicitando a inclusão de valores para pagamento de precatórios no próximo exercício.

Avisos remetidos pelo Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) 6.288, de 7 de novembro, encaminhando cópia do Decreto nº 929/2001, sobre auditoria realizada nos postos diplomáticos do Brasil na África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

2) 6.359, de 14 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 952/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de uso comum, perímetro de irrigação Tabuleiro de São Bernardo, no Maranhão.

Aviso remetido pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) 6.362, de 9 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 320/2001, sobre auditoria de desempenho realizada no Fundo de Investimento do Nordeste — FINOR — e no Fundo de Investimento da Amazônia — FINAM.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de solicitar a esta Presidência a reinserção na pauta do PL nº 28/2001, retirado ontem. Pondero que ele seja reinserido, para que possamos discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É sobre o que essa matéria?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – (Início inaudível)... pediu a saída do projeto. Isso causou prejuízo muito grande. Então, nós queríamos só que V.Exa. o inserisse na pauta.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Do Nordeste e do Norte, porque inclui também o BASA.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, apenas para contraditar. Penso que não é elegante, mesmo que nós possamos... Admito que os Deputados tenham razão para que possamos votar esse PL. Não tenho nenhuma postura negativa em relação a isso, mas se o Deputado José Pimentel pediu para retirar, a reintrodução deveria ter a sua presença ou alguém da sua bancada. Fazer isso em sessão ba-

sicamente sem **quorum** seria inaceitável. Podemos fazer um acordo e votar esse projeto na próxima semana, na terça-feira, na próxima reunião da Comissão. Se ontem esse projeto foi retirado de pauta, como é que hoje vai voltar à pauta, ainda mais sem a presença do Deputado que pediu para retirá-lo ou de algum representante do seu partido?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, são esses justamente os nossos argumentos. Quando o Deputado José Pimentel fez esse pedido, V.Exa. não estava na Presidência. Ele aproveitou-se da ausência de V.Exa. Não tinha ninguém em plenário. Ele decidiu sozinho.

Queremos apenas a continuidade do PL na pauta. Não queremos votá-lo hoje; queremos que ele seja reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Inicialmente, vamos apreciar o primeiro item da pauta, que trata da estimativa de avaliação de receita, fundamental para o prosseguimento do Orçamento.

Item nº 1: "Relatório de avaliação da estimativa da receita do Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de capital decorrentes da tributação dos rendimentos das entidades de previdência complementar, da estimativa de **royalties** do petróleo e do gás natural e da contribuição de intervenção no domínio econômico", que altera o Item 23, parte B, do parecer preliminar apresentado à proposta orçamentária de 2002.

O Comitê de Avaliação Orçamentária da receita orçamentária para 2002 é integrado pelos Deputados Sampaio Dória, Relator Geral da proposta orçamentária de 2002, Paulo Mourão, Jorge Bittar, Sérgio Miranda e Jorge Khoury e Senadores Almir Lando e Paulo Hartung.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, faço parte do Comitê e apoiamos a inclusão desses três itens de receita para corrigir erros e omissões tanto do Imposto de Renda como da avaliação do **royalty** do petróleo, visando recalcular a cota-parte da Marinha e também em função da aprovação pela Câmara da PEC que define essa nova contribuição, a CIDE — Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico.

Seria mais conveniente a apresentação desse relatório para os colegas pelo Relator, que é quem assina e o encaminha. Não estando o Relator presente e o documento já tendo sido distribuído, queria apenas reforçar para os colegas que isso se deu a partir de um trabalho em conjunto da assessoria e do grupo de assessores do Relator, e consideramos que essas receitas são válidas.

Volto a reforçar a discussão de que a Comissão de Orçamento, nos últimos quatro Orçamentos, tem acertado o cálculo da receita. Isso faz com que os méritos da assessoria parlamentar sejam auferidos com o maior critério da verdade, que é o critério da prática.

Nesse sentido, pedimos o apoio dos colegas a este relatório. Os recursos serão distribuídos com os Relatores Setoriais para viabilizar a entrega dos seus relatórios a partir de amanhã.

Era esta a informação que pretendia dar. Acho apenas que o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Sampaio Dória, deveria ter encaminhado formalmente essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço ao nobre Sr. Deputado Sérgio Miranda que informe à Comissão se o Comitê da Receita considerou o excesso de arrecadação no corrente exercício. Pelo que ouvi e li no relatório do Comitê da Receita, a receita foi elevada tendo em vista equívocos no cálculo da arrecadação do Imposto de Renda e também no que se refere aos **royalties** do petróleo.

Pela execução orçamentária que tenho conhecimento através do noticiário dos jornais — porque não recebi nenhum documento aqui da Comissão —, está havendo no presente exercício um extraordinário incremento da receita, através da arrecadação de todos os impostos, taxas e contribuições da competência da União.

Se fosse possível, gostaria que o Deputado Sérgio Miranda me informasse se o excesso de arrecadação no corrente exercício foi levado em consideração no cálculo da receita para o Orçamento do próximo exercício.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, sempre muito atento às realidades orçamentárias, aponta, com toda razão, que no final deste ano, apesar de ter havido um contingenciamento que reduziu o Orçamento em um montante razoavelmente elevado, fomos surpreendidos com o excesso de arrecadação. Ele aparece nos créditos que surgem aqui, a par-

tir de 32 bilhões de reais, novos créditos que aumentam o Orçamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – São bilhões, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim, bilhões.

Temos uma proposta, Sr. Deputado. Parte desses créditos são especiais, reabertos automaticamente no ano que vem, algo em torno, se não me engano, de 2 bilhões. O excesso de arrecadação deste ano não pode valer para o Orçamento do ano que vem, não pode. Apenas neste sentido V.Exa. tem razão: o Governo vem usando o superávit financeiro para abrir novos créditos. Parte desses 32 bilhões, se não me engano, 6 bilhões, são de superávit financeiro.

Contudo, a Comissão, nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, deve discutir o excesso de arrecadação, fazer a avaliação do impacto desse excesso de arrecadação no contingenciamento e discutir também os créditos especiais, mas não podemos reabrir excesso de arrecadação deste ano para o Orçamento do ano que vem. Não podemos considerar isso no Orçamento, porque o Orçamento são as receitas do ano que vem. O que se pode considerar, mas apenas por iniciativa do Governo, é a reabertura de créditos — e isto a Lei nº 4.320 permite —, tomando por base o superávit financeiro, que será conseqüência desse excesso de arrecadação.

Espero ter esclarecido o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e ao nobre Deputado Sérgio Miranda, mas entendo que o excesso de arrecadação no corrente exercício revela uma tendência de elevação da receita no próximo ano. Ainda que o excesso tenha sido de 6, 10 ou 12, acho que deveríamos considerar não os 100% da elevação, mas uma percentagem que permitisse à Comissão atender às emendas individuais, coletivas estaduais e coletivas regionais. Quero que deixar registrada aqui, Sr. Presidente, esta observação. Não vou, evidentemente, opor-me à conclusão do relatório do Comitê da Receita, mas entendo que a tendência de crescimento da arrecadação justificaria que se elevasse o valor.

No ano passado, foi muito difícil elevarmos a receita. Fiz parte do Comitê, estou bem lembrado disso. Contudo, o Procurador-Geral da Fazenda encaminhou ofício à Comissão dizendo que, em função das alterações na legislação, seria possível elevar a receita em mais 1 bilhão e 200 milhões. Nós a elevamos para atender justamente às necessidades no tocante à elaboração de um Orçamento.

Não vou, entretanto, de modo algum, opor-me. Quero apenas que fique registrado o meu ponto de vista.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, agora fiquei mais esclarecido sobre a intervenção do Deputado Antônio Carlos Konder Reis. S.Exa. tem absoluta razão. Existe um estudo da própria Comissão. Não se trata de o excesso de arrecadação deste ano vigorar no ano que vem, como afirmei, mas que a previsão do ano que vem está baseada no PL sobre uma base menor, já que este ano, nos meses de julho até dezembro, a arrecadação está sendo maior do que a prevista pelo Governo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Então, S.Exa. tem razão. Já existe uma equipe da assessoria analisando esse ponto. Em nova reunião do Comitê de Receita, vamos fazer esse tipo de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Os relatórios setoriais estão sendo fechados hoje ou amanhã.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas vai haver essa reavaliação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Espero que sim. Torço para que aconteça.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vai haver essa reavaliação, já que o Deputado Antônio Carlos Konder Reis tem razão: a base em que foram calculadas as receitas no PL foi subestimada. A arrecadação real nos meses de agosto, setembro e outubro foi maior do que a prevista pela Receita. Se a base aumentar, necessariamente aumentará a arrecadação do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Essa reunião teria que ser realizada hoje, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Eu não sou o Presidente do Comitê, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Temos que decidir isso hoje com o Presidente do Comitê, porque é muito importante. Os Relatores setoriais estão com grande dificuldade para fechar os relatórios.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, agradecer a informação do nobre Deputado Sérgio Miranda, que é realmente um mestre no tocante à matéria orçamentária, e fazer votos para que o Comitê leve em consideração a argumentação que acaba de ser aqui apresentada pelo nobre Deputado por Minas Gerais, de modo que tenhamos maior possibilidade de permitir a colaboração desta Comissão e do Congresso Nacional na elaboração da Lei Orçamentária de 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a discussão.

Vou colocar a matéria em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com a matéria permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Vou colocar em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com a matéria permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Houve questão de ordem pedindo a reinclusão do PL nº 28 na pauta. O pedido de vista foi retirado de pauta, por solicitação do Deputado José Pimentel, que não se encontra presente. Não há acordo. Foi o Deputado Virgílio Guimarães que apresentou o requerimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, pareceu-me razoável, conforme conversei com V.Exa. e com outros que estavam aqui, porque há um pedido aprovado na Comissão desde agosto para que o Presidente do BNB comparecesse aqui e desse explicações. Contudo, S.Sa. não veio. Segundo sua assessoria, estava no exterior e teve dificuldades de vir. Eu até o procurei ontem à noite. Tive esse cuidado, sabendo da importância da matéria.

Havia levantado, inclusive, a hipótese de desmembrar do projeto o BASA do BNB, mas parece que as pessoas estão mais preocupadas com o BNB e não acharam boa a idéia. Para mim, seria uma solução, pois andaria o projeto do Banco da Amazônia independentemente dessa polêmica. Aduzi, ainda, a hipótese de o Relator acolher a emenda do Deputado José Pimentel. Fora disso, a situação fica difícil para mim, neste momento. Não sei se a emenda de S.Exa. contempla, se ajuda. Depois, em plenário, podemos discuti-la novamente. Seria uma outra hipótese: deixaríamos a pendência para o plenário, ou seja, votaríamos agora com emenda e aguardaríamos as explicações do Presidente do BNB. Poderíamos com isso mantê-la ou não. É a alternativa que apresento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só votaremos se houver acordo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Acolheríamos a introdução, a votação com a emenda, e esperaríamos, antes de votar em plenário do Congresso Nacional, o comparecimento do Presidente do BNB. S.Sa. daria as explicações e votaríamos, tirando ou não o adendo que está na emenda do Deputado José Pimentel. Creio que com essa sugestão conseguiríamos celeridade e, ao mesmo tempo, contemplaríamos no conteúdo o pedido do Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, quando fiz o pedido pela ordem, era apenas para a reinserção, para que discutíssemos depois. Na verdade, quando o Deputado Sérgio Miranda argumenta que o Deputado José Pimentel não está presente, gostaria de dizer que tenho pelo Deputado o maior respeito, o maior apreço, mas muitos de nós não estávamos presentes quando foi retirado de pauta.

Não estamos pedindo nenhuma aprovação; estamos apenas solicitando a reinserção.

Parece-me que essa questão da audiência pode ser contornada até lá. Pode-se discutir e marcar a audiência, mas prejudicar um contingente enorme de pessoas que precisam desse microcrédito porque não houve uma audiência, parece-me algo caprichoso, que não é da personalidade do Deputado José Pimentel.

Queremos apenas a reinserção na pauta.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, acho que temos agora a solução. Aceitamos a tese do Deputado Virgílio Guimarães. Aceitamos a inclusão da emenda e votaremos tudo hoje. A aprovação da emenda, que é o grande problema levantado pelo Deputado Virgílio Guimarães...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado José Pimentel não se encontra presente.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Mas foi o Deputado Virgílio Guimarães quem retirou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator é o Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – O Deputado Virgílio Guimarães está fazendo a proposta de que se apoie a emenda de S.Exa., restando tudo solucionado. Nós apoiamos a emenda.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Seria para introduzir na pauta. Votaríamos com o acolhimento da emenda de S.Exa. Depois o Plenário faria o que quisesse.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sim, com a emenda de S.Exa., que até aceitamos. Não há nenhuma contestação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator da matéria, Deputado José Priante, não se encontra presente.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA - Então, V.Exa. inclui na pauta para terça-feira.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, vamos reincluir na pauta. Quero propor a votação de mais algumas matérias, enquanto tentamos localizar o Deputado José Priante. Sem a presença do Relator, não é possível.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, seria só a reinserção. Na semana que vem discutiríamos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Requeremos só a reinclusão na pauta, Sr. Presidente, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação o requerimento de inserção na pauta, deixando o mérito para a próxima semana.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados o requerimento de inserção na pauta.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Deputados João Grandão, Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda e João Caldas.

Vou colocar em votação no Senado da República.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Com o apoio do PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não vou nem fazer a verificação, porque é notória a falta de **quorum**.

Convoco reunião a realizar-se na próxima terça-feira, às 14h30min.

Declaro encerra da reunião.

Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 27, 28 e 29 de novembro e em 3 de dezembro de 2001.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 27 e 28. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra ; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Presidente, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lincoln Portela, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Wagner Salustiano e Waldemir Moka **- Senadores suplentes:** Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Gilvam Borges, Lúdio Coelho e Romeu Tuma; - **Deputados não membros:** Djalma Paes e Ildefonço Cordeiro. Foi registrada a ausência dos

membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Divaldo Suruagy, José Carlos Aleluia, José Priante, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Virgílio Guimarães e Welinton Fagundes; - **Senadores titulares**: Ademir Andrade, Jonas Pinheiro, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Sebastião Rocha. **ABERTURA:** Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente em exercício anunciou a inexistência de número regimental para abertura da reunião, suspendendo-a em seguida. Às dezoito horas e cinqüenta minutos do mesmo dia, o Deputado Pedro Chaves no exercício da Presidência, anunciou a suspensão dos trabalhos, em virtude do início da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Havendo número regimental, às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito de novembro do mesmo ano, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, deu início à reunião, passando à apreciação da Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2001. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou a Ata **aprovada. EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 548, de 23 de novembro, do Senador Tião Viana, solicitando a exclusão das obras relativas a construções de trechos rodoviários nas BR-317/AC – Brasiléia/Assis Brasil e BR-364 – Sena Madureira/Rio Liberdade/Rodrigues Alves do Relatório de Obras Irregulares, tendo em vista decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União. **2)** Expediente de 23 de novembro, do Senador Arlindo Porto, solicitando a designação de novo relator para o Projeto de Lei nº 90/2001-CN. **3)** Ofício 91, de 27 de novembro, do Deputado Virgílio Guimarães, solicitando a designação de novo relator para o Subtítulo 23.695.0420.1615.0001 – Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Salvador, Bahia. - Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferido pelo Presidente: Ofício 361, de 21 de novembro, justificando ausência do Deputado Milton Monti nos dias 13 e 14 de novembro. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício 58, de 13 de novembro, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, solicitando empenho quanto à emenda de segurança pública para o Distrito Federal. O Presidente informou que cópia deste expediente havia sido enviada ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, e ao Relator-Setorial da Área Temática III, Deputado Félix Mendonça. **2)** Ofício 465, de 23 de novembro, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento, encaminhando as informações solicitadas no Ofício 233, desta Presidência, sobre o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. **III)** Distribuição de matéria: Subtítulo 26.784.0231.3325.0001 – Recuperação da Infra-estrutura portuária – Porto de Santos (SP) no Estado de São Paulo. Relator designado: Deputado Zé Gomes da Rocha, do PMDB de Goiás. Subtítulo 25.752.0292.3244.0001 – Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 Km e LT e 12 Subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso. Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, do PPB de Minas Gerais. Em seguida, o Presidente anunciou o calendário para apreciação dos Relatórios Setoriais da Proposta Orçamentária para 2002: 29/11- Apresentação e discussão dos Relatórios das Áreas Temáticas I – Poderes do Estado e Representação; II – Justiça e Defesa: e III – Fazenda e Desenvolvimento. Prazo para apresentação de destaques: 03/12, às 15 horas. Dia 03/12 – Votação dos Relatórios e dos destaques das Áreas Temáticas I, II e III. Apresentação e discussão dos Relatórios das Áreas Temáticas IV - Agricultura e Desenvolvimento; VIII – Previdência e Assistência Social: e X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Dia 04/12 – Votação dos Relatórios e dos destaques das Áreas Temáticas IV, VIII e X. Apresentação, discussão e votação dos Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo e VII - Saúde, ressalvados os destaques. O prazo para apresentação dos destaques terminará com o encerramento da discussão de cada Relatório. Apresentação, discussão e votação dos Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas V - Infra-Estrutura e IX - Integração Nacional e Meio Ambiente, ressalvados os destaques. O prazo para apresentação dos destaques terminará com o encerramento da discussão da cada Relatório. Votação dos destaques apresentados aos Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas VI e VII. Dia 05/12 – Votação dos destaques apresentados aos Relatórios das Áreas Temáticas V e IX. O Deputado João Caldas manifestou-se pela discordância do calendário proposto e o Deputado José Carlos Aleluia posicionou-se favorável. O Presidente anunciou a constituição do Comitê para análise dos Projetos de Lei de Créditos Adicionais: Coordenador: Deputado Santos Filho. Membros: Deputados Nilo Coelho, Giovanni Queiroz, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti e Jorge Khoury. Às onze horas e trinta e cinco minutos os trabalhos foram suspensos. Às dez horas e um minuto

do dia vinte e nove de novembro, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, deu continuidade à reunião. **I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 98, de 21 de novembro, do Deputado João Caldas, solicitando que sejam anexadas ao seu pedido de anulação e exclusão das emendas apresentadas pela Bancada de Alagoas ao Orçamento para 2002 as matérias jornalísticas por ele encaminhadas. **2)** Ofício 99, de 28 de novembro, do Deputado João Caldas, solicitando a inclusão imediata, na pauta de reunião da Comissão, da sua petição para anulação e exclusão das emendas apresentadas pela Bancada de Alagoas ao Orçamento para 2002. **II)** Correspondência externa recebida: **1)** Ofício 1.278, de 26 de novembro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, solicitando apoio na aprovação de emendas para o Tribunal. O Presidente informou que cópia deste expediente havia sido enviada ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória. **2)** Ofício 1.469, de 27 de novembro, do DENATRAN, solicitando acréscimo no valor do orçamento para o DENATRAN e FUNSET – Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito. - Avisos/SGS remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 6.415, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 980/2001, sobre auditoria realizada na Secretaria da Receita Federal, Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Especial de Política Econômica para avaliar a previsão de receita incluída na Proposta Orçamentária para 2002. **2)** 6.417, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 976/2001, sobre auditoria realizada na construção do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza – Linha 1. **3)** 6.418, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 978/2001, sobre auditoria realizada na obra de implantação do Sistema de Trens Urbanos de Recife – CBTU. **4)** 6.419, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 981/2001, sobre auditoria realizada nas obras de expansão do sistema de trens urbanos de Porto Alegre no trecho Sapucaia – São Leopoldo. **5)** 6.420, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 982/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, em Mato Grosso. **6)** 6.421, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 977/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum aos Municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água, em Alagoas. - Expedientes enviados pela Secretaria de Controle Externo no Acre, do Tribunal de Contas da União: . Ofícios 257 e 269, de 20 e 22 de novembro, respectivamente, do Secretário da SECEX/Acre, informando sobre o saneamento das irregularidades graves nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte/BR-364/AC-Sena Madureira/Rio Liberdade/Rodrigues Alves e nas obras de construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira Norte/BR-317/AC-Brasiléia/Assis Brasil. **ORDEM DO DIA:** - Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2002. O Deputado Félix Mendonça apresentou requerimento de inversão de pauta, solicitando a apreciação inicial do Relatório referente à Área Temática III, item 03 da Pauta 28. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03 - Relatório Setorial apresentado à **Área Temática III – Fazenda e Desenvolvimento**. Relator Setorial: Deputado Félix Mendonça. O Relatório foi apresentado. O Deputado Virgílio Guimarães informou a posição de obstrução do PT nas reuniões da Comissão, tendo em vista a inexistência de consenso com a base governista na Câmara dos Deputados referente à alteração da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT. O Deputado Ricardo Barros informou que na reunião realizada no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão não houve objeção quanto à discussão dos Relatórios Setoriais, o que foi endossado pelo Deputado Santos Filho. O Presidente esclareceu que não haveria votação, somente apresentação dos Relatórios e dos destaques, conforme o calendário de apreciação dos Relatórios Setoriais acordado na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão. O Deputado João Almeida manifestou-se pelo cumprimento do cronograma de apreciação do Orçamento para 2002. Em seguida, o debate referente ao Relatório da Área III – Fazenda e Desenvolvimento foi iniciado. Discutiram a matéria os Deputados Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Giovanni Queiroz, Gilmar Machado, Clementino Coêlho, Jorge Bittar, João Grandão, João Coser e Carlito Merss. O relator respondeu aos questionamentos levantados. O Presidente suspendeu a discussão e passou à apreciação do **Relatório Setorial da Área II – Justiça e Defesa,** item 02 da pauta. Relator Setorial: Senador Wellington Roberto. O Relatório foi apresentado. Usaram da palavra para debater os Deputados Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz, Jorge Bittar e João Coser. O relator respondeu aos questionamentos efetuados. O Deputado João Caldas informou ao Plenário sobre a sua Representação contra as emendas apresentadas pela Bancada de Alagoas ao Orçamento de 2002.

O Presidente suspendeu a discussão do Relatório da Área II – Justiça e Defesa e passou à apreciação do **Relatório Setorial da Área I – Poderes do Estado e Representação,** item 01 da pauta. Relator Setorial: Deputado Wilson Braga. O Relatório foi apresentado. Discutiram a matéria os Deputados João Coser, Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e Gonzaga Patriota. O relator respondeu aos questionamentos. O Presidente suspendeu a discussão. Em seguida, informou que abriria o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo sobre a execução orçamentária do Subtítulo 23.695.0420.1615.0001 – Modernização da infra-estrutura Aeroportuária em Salvador, Bahia, constante do Quadro V da Lei Orçamentária para 2001, que seria de 30 de novembro a 04 de dezembro, em virtude da entrega prevista para até às 17 horas daquele dia. O Deputado João Caldas solicitou o encerramento da reunião, porém o Presidente anunciou a suspensão dos trabalhos, às treze horas e quarenta e um minutos. Às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia três de dezembro do mesmo ano, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, deu prosseguimento à reunião. O Deputado João Caldas apresentou questão de ordem solicitando a anulação da última reunião, realizada em vinte e oito de novembro. O Deputado Sérgio Miranda informou que os partidos do Bloco de Oposição estão em obstrução na Câmara dos Deputados. O representante da Liderança do Governo na Comissão, Deputado Ricardo Barros, informou que houve somente debate na última reunião. O Presidente informou que na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças na Comissão foi decidido que a reunião seria apenas para apresentação e início dos debates dos Relatórios Setoriais do Orçamento de 2002. O Deputado Gilmar Machado solicitou o encerramento da reunião. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e cinqüenta minutos do dia três de dezembro de 2001. Antes, convocou os membros a participarem da 1ª Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 04 de dezembro, às 9h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro abertos os trabalhos da 28ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que transfiro para as 18h30min.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Chaves) – Declaro abertos os trabalhos da 28ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como já se iniciou a Ordem do Dia suspenderemos esta reunião e a retomaremos amanhã, às 10 horas.

Está suspensa a reunião.

O **SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) - Havendo número regimental, declaro reabertos os trabalhos da 28ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 27/2001, em que estão incluídos todos os relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais que tramitam nesta Comissão, subtítulos e requerimentos, com exceção do PLM nº 28, que foi retirado de pauta.

Apreciação da Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 20, 21 e 22 de novembro de 2001.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro a ata aprovada.

Expediente.

Correspondência interna recebida.

Ofício nº 548, de 23 de novembro, do Senador Tião Viana, solicitando a exclusão das obras relativas a construções de trechos rodoviários nas BR-317/AC – Brasiléia/Assis Brasil e BR-364 – Sena Madureira/Rio Liberdade/Rodrigues Alves do Relatório de Obras Irregulares, tendo em vista decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União.

Expediente de 23 de novembro, do Senador Arlindo Porto, solicitando a designação de novo Relator para o Projeto de Lei nº 90/2001-CN.

Ofício nº 91, de 23 de novembro, do Deputado Virgílio Guimarães, solicitando a designação de novo Relator para o Subtítulo 23.685.0420.1615.0001, Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Salvador, na Bahia.

Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferido pelo Presidente.

Ofício nº 361, de 21 de novembro, justificando a ausência do Deputado Milton Monti nos dias 13 e 14 de novembro.

Correspondência externa recebida.

Ofício nº 58, de 13 de novembro, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, solicitando empenho quanto à emenda de segurança pública para o Distrito Federal.

Cópia desse expediente foi encaminhada ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, e ao Relator-Setorial da Área Temática III, Deputado Félix Mendonça.

Ofício nº 465, de 23 de novembro, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento, encaminhando as informações solicitadas no Ofício nº 233, desta Presidência, sobre o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Redistribuição de matéria.

Subtítulo 26.784.0231.3325.0001 – Recuperação da Infra-Estrutura Aeroportuária de Santos, no Estado de São Paulo. Relator designado Deputado Zé Gomes da Rocha, do PMDB de Goiás.

Subtítulo 25.752.0292.3244.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Mato Grosso, 345 quilômetros de linha de transmissão e doze subestações, totalizando 540 MVA, no Estado do Mato Grosso. Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, do PPB de Minas Gerais, que também fica designado para relatar a Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Salvador, na Bahia.

Subtítulo 23.685.0420.1615.0001.

Calendário de votações dos relatórios setoriais do Orçamento para 2002: amanhã, quinta-feira, às 9h, início das discussões dos relatórios setoriais referentes às Áreas Temáticas Poderes de Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda e Desenvolvimento.

A discussão desses relatórios será encerrada amanhã, e o prazo para apresentação dos destaques será até segunda-feira, às 15h.

Segunda-feira, dia 3, votação dos relatórios das Áreas Temáticas 1, 2 e 3. Início das discussões dos relatórios dos Setores 4, 8 e 10 — Agricultura; Previdência e Assistência Social; Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Terça-feira, pela manhã, votação dos Relatórios 4, 8 e 10.

Em seguida à votação desses relatórios, serão colocados em discussão os dois últimos relatórios que faltam — Saúde e Educação e Recursos Hídricos e Infra-estrutura —, ininterruptamente, devendo a votação dos relatórios setoriais ser encerrada na quarta-feira.

Será divulgado calendário que será entregue a cada membro titular e suplente da Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Apelo a todos os Srs. Parlamentares no sentido de estarem nesta Comissão amanhã, às 9h, para discussão dos relatórios apontados, e na segunda-feira, às 15h, para votação dos destaques.

Com a palavra, para um questão de ordem, o Sr. Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, em relação a esse cronograma, não está nada decidido, porque não existe acordo. Está claro que não existiu acordo em relação a esse calendário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A idéia da Comissão é essa, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sim, a idéia é essa, mas não há acordo. Nem o PFL, o PL, o PSD ou o PT fizeram acordo. Quer dizer, em tese, esses prazos não existem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Plenário vai resolver isso no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Plenário vai decidir isso no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Então, vai ser submetido a votação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Plenário é quem decidirá essas questões.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – O que eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Essas são as propostas da Presidência da Comissão de Orçamento. O Plenário, no momento oportuno, decidirá o que for mais adequado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Para contraditar o meu amigo de Alagoas, que tem toda a legitimidade na reclamação que está fazendo, o PFL concorda com o calendário que o Presidente acabou de anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Como não há acordo em torno dos créditos, ficará suspensa a sessão, até amanhã, às 9h, quando, impreterivelmente, serão votados os relatórios setoriais da pauta.

Portanto, hoje ficou designado um comitê de cinco Parlamentares, coordenado pelo Deputado Santos Filho e composto pelos Deputados Giovanni

Queiroz, Nilo Coelho, Jorge Khoury, Márcio Reinaldo Moreira e Milton Monti, para acertar as prioridades dos créditos adicionais.

Suspenderei a reunião, lembrando que haverá outra amanhã, às 9h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 28ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação dos relatórios setoriais apresentados à Área I — Poderes do Estado e Representação, à Área II — Justiça e Defesa e à Área III — Fazenda e Desenvolvimento.

Ofício nº 98, de 21 de novembro, do Deputado João Caldas, solicitando que sejam anexadas ao seu pedido de anulação e exclusão das emendas apresentadas pela bancada de Alagoas ao Orçamento 2002 as matérias jornalísticas por ele encaminhadas.

Ofício nº 99, de 28 de novembro, do Deputado João Caldas, solicitando a inclusão imediata na pauta de reunião da Comissão da sua petição para anulação e exclusão de emendas apresentadas pela bancada de Alagoas ao Orçamento 2002.

Correspondências externas recebidas.

Ofício nº 1.278, de 26 de novembro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, solicitando apoio na aprovação de emendas para o Tribunal. Cópia desse expediente foi enviada ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória.

Ofício nº 1.469, de 27 de novembro, do DENATRAN, solicitando acréscimo no valor do orçamento para o DENATRAN e FUNSET, Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

Avisos remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

Ofício nº 6.415, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 980, de 2001, sobre a auditoria realizada na Secretária da Receita Federal, na Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social, na Secretaria de Orçamento Federal e na Secretaria Especial de Política Econômica, para avaliar a previsão de receita incluída na proposta orçamentária de 2002.

Ofício nº 6.417, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 976, de 2001, sobre a auditoria realizada na construção do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza — Linha 1.

Ofício nº 6.418, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 978, de 2001, sobre auditoria realizada na obra de implantação do Sistema de Trens Urbanos de Recife — CBTU.

Ofício nº 6.419, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 981, de 2001, sobre auditoria realizada nas obras de expansão do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, no trecho Sapucaia—São Leopoldo.

Ofício nº 6.420, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 982, de 2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, em Mato Grosso.

Ofício nº 6.421, de 21 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 977, de 2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum nos Municípios de Pão de Açúcar e Olho D'água, em Alagoas.

Expedientes encaminhados pela Secretaria de Controle Externo do Acre ao Tribunal de Contas da União:

Ofícios nºs 257 e 269, de 20 e 22 de novembro, respectivamente, do Secretário da SECEX/Acre, informando sobre o saneamento das irregularidades graves nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte/ BR-364/Acre — Sena Madureira/Rio Liberdade/Rodrigues Alves e nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte/BR-317/Acre— Basiléia/Assis Brasil.

Ordem do Dia.

Apresentação e discussão dos relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para 2002.

Tem a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, peço inversão de pauta, para que possamos analisar a Área Temática III logo no início da reunião. Eu já havia combinado a inversão com os Srs. Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação a proposta de V.Exa.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Passa-se à apreciação da Área Temática III — Fazenda e Desenvolvimento.

Tem a palavra o Relator-Setorial da matéria, Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados e Senadores, passo a ler o relatório.

Histórico.

Em cumprimento ao disposto no art. 84 da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 591, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 32 de 2001-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2002".

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida no art. 9º da Resolução nº 1, de 2001-CN, e de conformidade com parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-me examinar, no âmbito da Área Temática III — Fazenda e Desenvolvimento, a programação das unidades orçamentárias pertencentes ao Ministério da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, seus órgãos, entidades e fundos, os Encargos Financeiros da União, as Operações Oficiais de Crédito, as Transferências de Recursos sob a Supervisão dos Ministérios e o Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, consoante resumo no Quadro 1.

Sr. Presidente, com relação ao Ministério da Fazenda, tenho apenas uma observação a fazer, no que se refere ao Banco do Estado de Goiás. Está previsto um leilão para o dia 4 de dezembro de 2001, mas nós incluímos a matéria no relatório, porque o leilão ainda não foi realizado. Posteriormente, o Executivo fará as modificações pertinentes.

Da Análise da Proposta Setorial e Execução Orçamentária.

As dotações orçamentárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social aprovadas no Congresso Nacional (lei e créditos adicionais) no período 1998/2001, assim como a proposta para 2002, estão registradas no Quadro II.

Quadro II - Dotações Orçamentárias Aprovadas no Período 1998/2001 e Proposta para 2002. Órgãos: Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Encargos Financeiros da União, Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Operações Oficiais de Crédito e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

As dotações dos órgãos englobados na área temática apresentam a seguinte evolução: 356 bilhões, em 1998; 434 bilhões, em 1999; 435 bilhões, em 2000; e 741 bilhões, em 2001. A dotação proposta para 2002 é de 404 bilhões, representando redução de 45,5% em relação a 2001.

A redução no exercício de 2002 pode ser explicada basicamente por três fatores: a) o alongamento do prazo médio de vencimento da dívida pública, que permitiu um decréscimo na dotação com o Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, que passou de 529 bilhões para 215 bilhões; b) a redução com Encargos Financeiros da União, que passou de 141 bilhões, em 2001, para 111 bilhões, na proposta de 2002, também por conta da redução substancial da cobertura do resultado negativo apurado no BACEN; e c) a redução com Operações Oficiais de Crédito, que passou de 9,5 bilhões para 9,3 bilhões. Os demais órgãos sofreram pequenos aumentos: Ministério da Fazenda, mais 3,1%; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mais 2,6%; e Transferências de Estados, Distrito Federal e Municípios, mais 11,8%.

O Quadro III registra as dotações por Grupo de Despesa — GND, constante do projeto de lei orçamentária para 2001, os valores efetivamente aprovados pelo Congresso Nacional (Autógrafo), e as dotações propostas pelo Poder Executivo para 2002.

Quadro III - Dotações por Grupo de Despesa. GND: Pessoal e Encargos Sociais, mais 8,9%; Juros e Encargos da Dívida, menos 17,9%; Outras Despesas Correntes, mais 12,2%; Investimentos, menos 19,6%; Amortização da Dívida, menos 54,7%; Inversões Financeiras, menos 16,6%; Reserva de Contingência, mais 16%.

As dotações da área temática na proposta orçamentária para 2002 estão concentradas nos seguintes grupos de despesa: 67,7% para Amortização da Dívida; 14,1% para Outras Despesas Correntes; e 14% para Juros e Encargos da Dívida. Os demais grupos representam apenas 4,2% do total.

Em conformidade com o art. 30 da Resolução nº 1/2001-CN, cabe destacar que o projeto de lei orçamentária atende às normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As dotações nos orçamentos fiscal e da seguridade social das unidades englobadas na área temática estão comentadas na presente seção. Do mesmo modo, serão apresentados os dados dos orçamentos de investimentos, assim como as informações da execução orçamentária recente.

Execução Orçamentária Recente.

Em conformidade com o art. 30, inciso II, da Resolução nº 1/2001-CN, o Quadro V registra as informações sobre a execução orçamentária até 1º de novembro de 2001. No exercício financeiro de 2001, o percentual de valores pagos em relação ao autorizado para a área temática corresponde a 43,31%.

Os maiores índices de execução são observados nas seguintes unidades orçamentárias: Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento, com 93,89%; Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, com 91,75%; Serviço Federal de Processamento de Dados, com 84,51%; Transferências Constitucionais — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, com 82,76%; Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia, com 80,46%; e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, com 80,05%.

Os menores índices de execução são do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, do Fundo de Compensação e Variações Salariais, do Fundo de Garantia à Exportação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade.

Das Emendas Individuais e Coletivas.

Foram apresentadas 51 emendas aos órgãos que integram a programação da área temática, sendo 41 emendas individuais e 10 emendas coletivas, conforme resumo do Quadro VII. Ministério da Fazenda: coletiva, 30 milhões; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: coletiva, 185 milhões; individual, 13 milhões, 225 mil; Operações Oficiais de Crédito: coletiva, 600 milhões; Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios: coletiva, 115 milhões; individual, 450 mil. Total: 943 milhões e 700 mil.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes deste setor.

Critérios para Apreciação das Emendas.

Esta relatoria esforçou-se no sentido de acolher todas as emendas, inclusive promovendo os ajustes de ordem técnica necessários. Com isso obteve a seguinte distribuição dos recursos aprovados: emendas individuais, 13,7 milhões; emendas de bancada, 56 milhões; emendas de Comissões, 15 milhões. Total aprovado: 84,7 milhões.

Consoante o art. 30, inciso IV, da Resolução nº 1/2001-CN, o presente tópico tem o objetivo de apresentar os critérios básicos utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados na área setorial.

O critério para acolhimento das emendas individuais baseou-se na observância das prescrições do Parecer Preliminar e no mérito de cada uma delas. Dada a impossibilidade de o Relator conhecer a realidade e as necessidades específicas das localidades para as quais pretendem os autores canalizar recursos, a mensuração do mérito ficou a cargo dos interessados.

No que se refere às demandas coletivas, na análise das emendas foram consideradas características com existência ou não de dotações no PL 32/2001-CN, os valores históricos alocados às ações e as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União. Levando em conta, porém, a escassez de recursos para atendimento pleno de todas as solicitações e o princípio de que compete ao Poder Legislativo o estabelecimento de prioridades na peça orçamentária, algum tipo de ação deverá ser priorizada na distribuição dos recursos, de forma a dar maior efetividade às dotações aprovadas, evitando-se a pulverização de esforços.

No atendimento das demandas coletivas e de iniciativa das bancadas estaduais foi considerado, além dos fatores mencionados, o número de emendas de bancada na Área Temática Fazenda e Desenvolvimento. A bancada do Acre apresentou uma única emenda, a bancada do Distrito Federal apresentou duas emendas e a bancada de Roraima apresentou duas emendas.

Da Atuação da Relatoria.

O art. 24 da LDO/2002 determina que a lei orçamentária somente poderá incluir projetos ou subtítulos de projetos novos se tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento (inciso I), além de os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa (inciso II). O item 18.6 do Parecer Preliminar ao PL nº 32 de 2001-CN estabelece ainda que as relatorias setoriais, nos seus relatórios, atenderão ao disposto no art. 24, inciso I, da LDO/2002, atribuindo prioridade às obras em fase de conclusão, assim entendidas aquelas com mais de 80% de execução física. Esses dispositivos estão sendo atendidos na Área Temática Fazenda e Desenvolvimento.

Nas informações encaminhadas ao Tribunal de Contas da União quanto às obras com irregularidades graves não constam em observações da Área Temática Fazenda e Desenvolvimento. Cabe destacar, en-

tretanto, que nas informações quanto aos empreendimentos com indícios de falhas/impropriedades encontra-se o Programa de Trabalho 28.845.0904.5593.0004, referente à implantação do Metrô do Distrito Federal, da unidade orçamentária do Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda.

Recomendações ao Relator-Geral.

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento adequado das emendas apresentadas no âmbito desta área temática, várias demandas deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional. Diante disso, solicitamos especial empenho, por parte da relatoria geral, na alocação de recursos adicionais às emendas que não puderam ser acolhidas integralmente, em particular a de nº 50100004, que trata do alongamento das dívidas originárias de crédito rural (MP nº 9, de 31 de outubro de 2001). Autor: Comissão de Agricultura e Política Rural; Emenda: nº 50100004; Ação: Equalização dos Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, e nº 9.866, de 1999).

Essa emenda, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, refere-se aos recursos apresentados pela Comissão de Agricultura. Entretanto, como o volume de recursos era da ordem de 600 milhões e não poderia ser atendido, foi feita apenas uma indicação ao Relator-Geral, de dotação de 1 milhão de reais, no sentido de que se abra uma janela e possa ser atendida essa emenda.

Voto do Relator.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 2001-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem nº 591, de 2001-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

O texto é assinado por mim, Deputado Félix Mendonça, na Sala da Comissão Mista, em 29 de novembro de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, levanto esta questão de ordem tendo em vista a inclusão do tema nesta reunião. Pelo que percebo, esta reunião é continuidade da anterior, em cuja Ordem do Dia não havia previsão de discussão do Orçamento. Sei que houve um entendimento entre os Líderes no sentido de que este assunto poderia vir a ser incluído, mas não houve nenhum acordo formal.

Fui informado pelo nosso Líder Walter Pinheiro que, em razão dos acontecimentos de ontem, o PT não estaria disposto a fazer nenhum tipo de negociação, com nenhuma bancada, em nenhuma Comissão, para assunto nenhum, enquanto perdurarem essas pendências. Estou aqui de plantão e recorro da decisão de incluir na reunião de hoje esse item extrapauta, essa leitura de sub-relatório. A inclusão não poderia ter sido feita, a menos que tivesse sido convocada uma reunião própria para discussão desse assunto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Ao abrir a reunião, o Presidente manifestou que faria a inclusão dessa matéria e deu a palavra ao Deputado Félix Mendonça. Naquele momento não houve nenhuma manifestação contrária ao início da leitura do relatório, até porque me parece que todos os presentes concordaram com o início dessa discussão.

A anunciada obstrução do PT está iniciada, mas como não há previsão de deliberação na reunião de hoje, já que vamos apenas discutir três relatórios, não haverá prejuízo do andamento dos trabalhos.

Como eu já disse, no início da reunião, quando foi feito o anúncio da inclusão da matéria, não houve nenhuma manifestação contrária.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dirijo-me especificamente ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

Nobre Deputado Virgílio Guimarães e demais Líderes que participaram da reunião de ontem, que, por delegação do Presidente, eu conduzi. Realmente, nós discutimos muito a iniciação, hoje, da leitura e discussão dos três primeiros relatórios setoriais. V.Exa., nobre Deputado Virgílio Guimarães, realmente, por duas ou três vezes, disse que não poderia fechar um entendimento geral, porque ainda aguardava o resultado das votações de ontem referentes a alterações na CLT.

Pedimos a todo o Colégio de Líderes que iniciássemos apenas as discussões. Sequer fecharíamos o prazo para apresentação de destaques, que ficaria para segunda-feira, às 15h.

Foi feita uma delegação pelo PT, em seu nome, e pelos demais membros da Oposição, em nome do nobre Deputado Sérgio Miranda, ao nobre Deputado Giovanni Queiroz, que participaria daquele comitê. Nós iríamos analisar especificamente alguns créditos, num total de dez. Houve também entendimento com o nobre Deputado José Carlos Aleluia, Coordenador da bancada do PFL, que vinha fazendo obstrução sistemática, mas aceitou que dez créditos fossem selecionados. Esses dez créditos foram selecionados, e nós combinamos que abriríamos a sessão de hoje discutindo apenas esses três relatórios.

Realmente, V.Exa. não autorizou, assim como nenhum Parlamentar autorizou esse entendimento em nome do PT. Ressalvou sempre que ainda não tinha uma palavra oficial do partido, mas esperava tê-la ontem à noite, para transmiti-la hoje pela manhã.

Tendo em vista que a votação de ontem à noite não correu normalmente no plenário, V.Exa. hoje manifesta essa preocupação do seu partido. Mas não houve por parte deste Vice-Presidente, que coordenou os entendimentos de ontem, nenhuma intenção de mudar o acordo. Nós apenas transmitimos ao Presidente que havíamos ajustado a leitura desses três relatórios setoriais, sem sequer fechar o prazo para apresentação de destaques.

Faço um apelo a V.Exa. Não estamos pretendendo que V.Exa. descumpra as orientações do seu partido. Não vamos apreciar destaques nem votar relatórios setoriais. Apenas daríamos início à discussão do Orçamento, que já acontece com um certo atraso.

Era esse o esclarecimento que eu tinha a prestar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, fui informado pelo Líder da minha bancada que o Congresso está discutindo uma convocação extraordinária para votar créditos. Queremos saber se nesta reunião acontecerá apenas a leitura dos três relatórios, ficando os créditos para a reunião de segunda-feira.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Nobre Deputado Gilmar Machado, como houve entendimento com relação aos dez créditos, invoco o testemunho do representante das Oposições, o nobre Deputado Giovanni Queiroz, para que esclareça essa questão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Conosco não.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Houve, sim. Foi dada uma delegação do PT ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Ambos têm razão, Sr. Presidente, porque a delegação foi dada ao Deputado Giovanni Queiroz para selecionar os créditos mais urgentes e prioritários, e nós concordamos que são esses dez. Nós demos os passos preparatórios para o caso de o PT concordar; portanto, também tem razão o Deputado Gilmar Machado quando diz que não temos nenhum compromisso com a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou responder à questão levantada pelo Deputado Gilmar Machado. Deputado Gilmar Machado, hoje não votaremos nada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente faremos a leitura e discussão dos pareceres. Ficou combinado que o prazo para apresentação de destaques será segunda-feira, às 15h, quando iniciaremos o processo de votação destes três relatórios.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Hoje faremos a leitura e na próxima reunião faremos a discussão e a votação. Perfeito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, só quero acrescentar que os companheiros do PT e do PCdoB autorizaram-me a fazer uma análise dos créditos apresentados, não apenas desses dez — nós podemos até avançar nos demais —, no entanto, realmente não assumiram, em nenhum momento, o compromisso do voto. Isso ficou bem claro. Nós analisamos apenas dez porque foi o que o Deputado José Carlos Aleluia liberou para ser votado. Ou seja, se os companheiros do PT acordarem, poderão ser votados, mas essa é uma questão que tem de ser definida depois.

Quanto aos critérios que estamos adotando, sobre os quais já me manifestei, um é que não seja aprovado nenhum crédito que tenha embutido um superávit financeiro. Se autorizarmos a aprovação de créditos suplementares ou especiais com superávit financeiro, estaremos autorizando, ao mesmo tempo, que haja um contingenciamento maior.

Com isso, altera-se o Orçamento já aprovado. Da mesma forma, o excesso de arrecadação, a não ser que seja dentro do óbvio. Há casos como o do companheiro do PT que estava presente ontem e nos pediu para abrir uma exceção a fim de atender a uma demanda justa; então, fizemos a concessão.

Afora isso, não tenho nada a acrescentar, apenas quero fazer uma pergunta. Os três relatórios serão apenas lidos hoje, ficando a discussão e a votação para a terça-feira, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero reafirmar o que foi acertado na reunião de Líderes. Hoje nós discutiríamos as Áreas Temáticas Poderes do Estado e Representação; Justiça e Defesa; e Fazenda e Desenvolvimento. Na segunda-feira, às 15h, terminaria o prazo para discussão e apresentação dos destaques referentes a essas três áreas temáticas. Votaríamos na segunda-feira os destaques e, em seguida, passaríamos a mais três Áreas Temáticas, Agricultura e Desenvolvimento; Previdência e Assistência Social; e Planejamento e Desenvolvimento Urbano. A idéia é votar na terça-feira os destaques das três áreas apresentadas na segunda-feira. Em seguida, passaríamos às Áreas Temáticas Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo; e Saúde. Na quarta-feira, votaríamos os destaques referentes a essas duas áreas e, em seguida, passaríamos às áreas Infra-Estrutura e Meio Ambiente. A idéia é, até quarta-feira, meia-noite, encerrar.

Hoje faremos apenas a leitura e a discussão destes três relatórios setoriais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, mas sem encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerramento só na segunda-feira.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o PT participou da reunião. Eu estava presente. Depois foi feita uma delegação da Oposição ao Deputado Giovanni Queiroz. Mas quero dizer que sempre tivemos o cuidado de manifestar essa dúvida quanto à posição do PT. Nós não estávamos aqui no momento da abertura da reunião exatamente porque estávamos reunidos com o partido para tratar desse assunto. Não vamos criar caso, até porque a reunião de hoje já está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. compreensão, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sou muito compreensivo, mas peço compreensão às demais bancadas. No caso da reunião de hoje, uma vez que não estávamos aqui para contestar a inclusão da matéria na pauta, que ela transcorra normalmente. Mas, de agora em diante, eu gostaria que ficasse claro, como já anunciado pelo Deputado João Caldas, que o cronograma proposto fica vinculado a um possível acordo mais amplo — o Deputado tem lá suas razões, que nem sei se foram atingidas.

Sr. Presidente, em resumo, não vamos contestar a reunião de hoje, mas, quanto ao futuro, ficamos aguardando a definição de outras questões.

Nós nos declaramos em obstrução, com exceção da reunião de hoje, uma vez que a apresentação dos relatórios e a discussão, sem encerramento, podem transcorrer. Não vamos levantar mais nenhuma questão sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agradeço a V.Exa. a compreensão e vou colocar o relatório em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Desculpe-me, nobre Deputado, mas o assunto está esgotado. O nobre Deputado abriu mão da questão de ordem para colaborar com os trabalhos. Vamos encerrar esta discussão e passar para a análise do relatório da Área Temática III — Fazenda e Desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, eu gostaria de fazer um apelo aos companheiros do PT. V.Exa. convocou os Deputados para estarem aqui na segunda-feira. Muitos receberam essa convocação para dar cumprimento ao calendário estabelecido rigorosamente de acordo com as condições descritas pelo ilustre Deputado Santos Filho e pelo ilustre Líder do PT. Não há divergência em relação a nada do que foi acordado.

Faço apelo ao Deputado Virgílio Guimarães, Líder do PT nesta Comissão, para que permita a continuidade do cronograma preparatório da discussão final do Orçamento da União. Que obstruam e façam tudo o mais permitido pela democracia e pelo Regimento nas demais questões, como os créditos etc., mas garantam a continuidade de execução do cronograma proposto, tendo em vista a convocação já feita para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado João Almeida, acho que V.Exa. deveria fazer um apelo à base do Governo, para comparecer aqui na segunda-feira e votar. Estão aqui os Líderes. O PT é minoria e está cumprindo seu papel institucional. Se quiser colaborar, tudo bem; se não, é um

problema político. Precisamos é contar com a presença da maioria do Governo.

Vamos passar à discussão do relatório lido.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero apenas reafirmar que a base do Governo estará presente às deliberações. Apesar de não haver nenhuma deliberação prevista para o dia de hoje, estamos aqui. O fato de o PT estar em obstrução não é problema, porque não haverá deliberação.

Agradeço a boa vontade e o apoio da bancada. Vamos discutir. O encerramento da discussão se dará somente na segunda-feira. A base estará presente nos momentos de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer.

Informo que a partir de agora até segunda-feira, às 15h, está aberto o prazo para apresentação de destaques a este relatório.

Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda para discutir.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, do ponto de vista da política macroeconômica, este relatório é o mais importante dos dez que analisaremos antes da discussão do relatório final. Por quê? Porque este relatório, ao tratar do Ministério da Fazenda, cuida especificamente dos chamados Encargos Financeiros da União.

Os Encargos Financeiros da União, a partir de 1997, são tratados como unidade orçamentária específica, comparados a um ministério. O montante de recursos designados para os chamados Encargos Financeiros da União divide-se basicamente em três: Operações Especiais do Serviço da Dívida Interna, Operações Especiais do Serviço da Dívida Externa e Outros Encargos Especiais.

Sr. Presidente, em 2000, os Encargos Financeiros da União montaram, na proposta original, 124 bilhões de reais; em 2001, 104 bilhões; este ano, caíram para 81 bilhões.

Tenho uma primeira questão para o Relator. Se V.Exa. puder nos ajudar, gostaria de entender o que está na página 31, em que há uma tabela, Órgão nº 71, Encargos Financeiros da União.

Vamos analisar as Operações Especiais do Serviço da Dívida Interna, juros e amortizações.

Faz-se um cálculo de 124 bilhões, para o ano 2000, e se executam apenas 66 bilhões. Em 2001, faz-se um cálculo de 104 bilhões, e se executam apenas 61 bilhões.

Ora, a baixa execução diz respeito, talvez, ao alongamento da dívida, que diminui o prazo. No caso, estão embutidas certas distorções causadas pelo Governo, que designa recursos para despesas que depois não são executadas. Pode ser emissão de títulos, mas aqui também tem Fonte 100 e outras.

Sr. Presidente, os Encargos Financeiros da União, no que diz respeito ao Serviço da Dívida Externa, estão passando, em dois anos, de 16 para 25 bilhões. A dívida interna, do ponto de vista da execução e não da proposta, passa de 66 ou 61 para 81 bilhões.

Os encargos financeiros estão crescendo. Esse é o chamado custo da política econômica do Governo Federal, que está sendo suportado pelo Orçamento. Entre os principais custos previstos para este ano nas chamadas Operações Especiais está o pagamento do prejuízo do Banco Central, relativo ao resultado negativo do Banco Central no primeiro semestre, que monta a quase 4 bilhões e 500 milhões de reais. São 4 bilhões e 500 milhões de reais devido ao resultado negativo do Banco Central.

O Banco Central, Sr. Presidente, diferentemente de todos os outros órgãos federais, tem a total liberdade de execução da política monetária. Os juros ficaram em 19%. Para ele não importa se o custo dos juros ficar em 19%. Não importa o custo, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que, qualquer que seja o resultado negativo do Banco Central, ele vai ser suportado pelo Tesouro Nacional. Existe irresponsabilidade fiscal nas atribuições do exercício da política monetária e cambial. Quantos títulos foram indexados ao câmbio?

V.Exas. têm consciência de que hoje quase 50% do total da nossa dívida pública estão vinculados ao câmbio a um preço que não controlamos e que mais de 30% da dívida mobiliária e algo em torno de 20% da dívida externa também estão vinculados ao câmbio?

Sr. Presidente, talvez estes sejam os aspectos mais importantes do nosso debate: os custos da política econômica do Governo que aparecem no Orçamento; o custo da política monetária, da política cambial, que aparece no pagamento dos juros e na amortização das dívidas interna e externa; e o custo do resultado negativo do Banco Central.

Esse é um aspecto da política geral que gostaria de debater com V.Exa. Mas há dois outros aspectos bastante complexos.

Tenho afirmado que a forma com que o Governo Federal vem realizando a política econômica, principalmente após 1988, depois do acordo com o FMI, e

a necessidade de fazer crescentes superávits primários estão criando um custo extra para o Orçamento.

O superávit primário da União vem sendo conseguido por meio de formas bastante irregulares. Neste Orçamento, foi criada a chamada Reserva de Contingência de Receitas Próprias e Vinculadas de Fundos e da Administração Indireta. Parte dos recursos das taxas vinculadas à CVM —14 milhões — vai para a Reserva de Contingência, para fazer superávit primário. Cito a SUSEP e o FUNDAF como grandes escândalos. O FUNDAF arrecada ao todo 3 bilhões e 900. Desse valor, 2 bilhões e 900 vão para essa Reserva de Contingência fictícia e irreal.

Na minha opinião, isso contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Anteriormente, os recursos eram designados para a compra de títulos, agora se transformaram numa reserva de contingência fajuta. A Reserva não visa a nenhuma contingência, a nenhum ato imprevisto. Existe apenas para transferir recursos de determinadas áreas vinculadas para compor o superávit primário.

Há algumas questões, Sr. Presidente, que não entendo. O Governo tem um Fundo de Garantia de Exportação. Gostaria de discutir com V.Exa., Deputado Alberto Goldman, sobre o Fundo de Garantia de Exportação.

Diz aqui, à página 83, que o Fundo de Garantia de Exportação arrecada 408 milhões de reais. Ora, imaginamos que, quando o Governo diz que a nossa opção é exportar ou morrer, deveríamos dar força à exportação. Um dos elementos que dão consistência à política exportadora é o processo de financiamento de exportação. Ora, o Fundo arrecada 408 milhões de reais. Ao financiamento das exportações destina 8 milhões e ao superávit primário, 400 milhões. Há algo de errado nisso. Não está certo. Se o Fundo é para financiar exportação, não é para bancar o superávit primário. Por que o Fundo de Financiamento à Exportação está destinando 400 milhões, do total de 408 milhões, para o superávit primário? Qual é a explicação disso?

Ora , senhores, o total da reserva de contingência fajuta é de quase 4 bilhões de reais. O superávit primário de 31 bilhões de reais cria uma deformação. São cobradas taxas de várias entidades. Não sei se algum Deputado da Amazônia está presente para confirmar, mas a SUFRAMA está destinando 21 milhões de reais para essa malfadada reserva de contingência. São recursos próprios, arrecadados pela SUFRAMA.

A terceira e última questão a tratar na minha intervenção é para dizer que o Relator fez um relatório bom, objetivo, técnico. Saúdo V.Exa pela elaboração do relatório, que condiz com sua atuação nesta Comissão. V.Exa. incluiu, nas páginas 12, 13 e 14, fatores que têm impressionado a todos, os chamados créditos. Ora, aprovamos um Orçamento. O Governo, logo no primeiro mês, faz um contingenciamento do Orçamento, cortando-o. Diz que a receita vai ser frustrada, que os Deputados ficaram nessa lengalenga e fizeram uma superestimativa de receita. Portanto, os cortes do Orçamento foram algo em torno de 7 bilhões de reais. No entanto, aparecem créditos da ordem de 41 bilhões e 20 milhões de reais, dos quais 32 bilhões de reais em PL. Além disso, há sessenta decretos de abertura e sete medidas provisórias relativos a créditos extraordinários. Ora, se erramos em 7 a mais, por que apareceram 42 bilhões? Onde o Governo arranjou esse dinheiro? Há também falta de transparência nos recursos dos créditos. E não é apenas na área de V.Exa., cujos créditos são muito mais modestos. Mas, como o tema foi incluído no relatório, estou aproveitando para tratar dessa questão.

Chamo a atenção dos Deputados da base do Governo para o seguinte fato: foram usados, do superávit financeiro, 13 bilhões. Qual é o problema da falta de transparência? Não se trata de recursos provenientes de impostos. São chamados recursos financeiros porque são relativos ao ano passado. Ao trazer esses recursos financeiros para o ano do Orçamento, está-se criando uma receita financeira que teria que ser compensada. Então, vamos cortar 13 bilhões de reais. Onde? Não é transparente. Dessas receitas do superávit financeiro, nobre Relator, 4 bilhões e 800 são de créditos especiais, que serão reabertos no ano que vem. Há distorção no Orçamento.

Encerro minha intervenção, nobre Relator, elogiando o relatório de V.Exa., Deputado Félix Mendonça, pela consistência, seriedade e objetividade. Sei que trago à baila assuntos da chamada política macroeconômica, principalmente no que diz respeito aos encargos financeiros da União.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, V.Exa. já excedeu em quinze minutos o prazo. Portanto, peço-lhe que conclua.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Trago à baila também, Sr. Relator, o assunto dos créditos, que a Comissão está tratando de forma correta. Em cada relatório, discute-se a abertura de crédito. Por último, nobre Sr. Relator, trago à discussão esse tema da reserva de contingência.

Queria alguma explicação. Por que de um fundo para garantir exportação, do montante de 408 milhões, 400 milhões vão para a dívida? Qual é o esfor-

ço exportador? Apresentarei destaque para acabar a reserva de contingência. Debateremos como isso vai ficar. Buscaremos um enfrentamento político para esclarecer as deformações fiscais que estão ocorrendo no nosso País, à custa da política desenvolvida pelo Ministro Pedro Malan e pelo Dr. Armínio Fraga.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou conceder a palavra a dois oradores. Depois, passarei a palavra ao Relator para adiantar. O segundo inscrito é o Senador Tião Viana.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, com a permissão do orador e de V.Exa., gostaria de fazer um anúncio. Recebemos nesta Comissão, mais uma vez, Deputado Alberto Goldman, a visita do Movimento Popular dos Transportes de Belo Horizonte, que traz à Comissão de Orçamento pedido em favor da construção do metrô de Belo Horizonte, no que diz respeito ao trecho de Barreiro. Já conversaram com o Relator-Geral e com o Relator-Setorial. Portanto, faz o apelo para que a obra possa deslanchar, por ser de vital importância para uma região popular, a zona oeste de Belo Horizonte, a região industrial de Barreiro. Há um forte movimento popular lutando por esta obra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Terá todo nosso apoio e nossa simpatia, nobre Deputado, principalmente porque é da base política de V.Exa.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, quero um segundo da atenção do nobre Relator, Deputado Félix Mendonça. Cumprimento-o pelo trabalho feito. Sei da sensibilidade de V.Exa. de tentar atender da melhor maneira possível a todas as bancadas e aos interesses dos Estados. Farei apenas uma ponderação a V.Exa., porque sei da sua sensibilidade.

V.Exa. aprovou parcialmente uma emenda do Estado do Acre, que represento, da ordem de 6 milhões de reais, para solicitação de 40 milhões de reais, em relação à SUFRAMA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há um orador na tribuna. Peço silêncio ao Plenário.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Em contrapartida, V.Exa. aprovou para o Estado de Roraima, cuja população é consideravelmente menor do que a do Acre, 26 milhões para a mesma finalidade.

Então, apelo para a sensibilidade de V.Exa., nobre Deputado, porque no ano passado conseguimos, só com uma emenda, a aprovação de 15 milhões de reais. Agora, teremos um grave prejuízo em relação ao ano passado. Sei da simpatia de V.Exa., conhecedor da realidade da Amazônia Ocidental. Não acredito haver distinção entre os Estados de Roraima e do Acre. As necessidades são sérias. Precisamos tomar posição efetiva e urgente em relação à capacidade instalada de infra-estrutura dos Estados, a fim de dar equilíbrio a essa área.

Acredito que V.Exa., como um bom baiano atento às causas do Norte e do Nordeste, dará toda a atenção ao assunto.

Ressalto ainda que, apesar de não fazer parte da rotina do Relator de um PL, na semana passada encaminhei proposta à Comissão, atendendo a um pleito do Estado da Bahia, por entender que passa por aflições tão grandes quanto as do Estado do Acre, na área de infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, vou responder ao Senador Tião Viana — sem dúvida, defensor do Acre — dizendo que S.Exa. pode apresentar o destaque para examinarmos. Na verdade, é possível que haja acolhimento pelo Relator-Geral, por intermédio de destaque.

Não vi o Deputado Sérgio Miranda. Por isso, respondi primeiro ao Senador Tião Viana. O Deputado Sérgio Miranda, profundo conhecedor do Orçamento, um dos mais atuantes membros desta Casa, sobretudo nesta Comissão Mista de Orçamento, fez um exame macroeconômico do problema e da política econômica brasileira. E o fez com muita pertinência, mostrando algumas distorções verdadeiras e outras de empenho da equipe econômica que conduz o País, de tal forma que procurei entender que, no relatório encaminhado pelo Poder Executivo, estava inserida a sua política econômica. Nesse caso, acolhemos integralmente o Orçamento da União que chegou a esta Casa.

Entretanto, os encargos financeiros da União que V.Exa., por exemplo, examinou em 2001 são inferiores aos aprovados em 2002. Observamos sobretudo certa redução, com relação ao ano anterior, dos problemas apresentados no período de 2001 a 2002. Os encargos financeiros devem ter estimativa conservadora. Os juros são pagos e, na hora certa, devemos ter reserva própria para o pagamento. Na verdade, é preciso haver uma preocupação com os encargos financeiros, para que o País não deixe de pagar os ju-

ros corretamente, como faz parte da tradição brasileira.

O resultado do Banco Central caiu de 15 bilhões para 4 bilhões e 700 milhões. Houve prejuízo, portanto, com sensível queda, digamos, neste ano.

O Deputado tem razão quanto à reserva de contingência, mas a Relatoria- Setorial não pode alterar o superávit primário. Nesse caso, as reservas de contingência ficam, por exemplo, sujeitas às alterações que V.Exa. citou, em cada setor, de tal forma a criar montante muito maior do que o previsto.

Portanto, procuramos acolher, na Relatoria, aquilo que foi proposto pela política econômica do Governo.

V.Exa. fez suas considerações, que examinaremos com o maior cuidado, por partirem de um Deputado conhecedor do assunto, e, sem dúvida, analisaremos o programa com mais detalhe durante o debate realizado por esta Comissão, que é sensível. Há também outros Deputados conhecedores do problema da macroeconomia brasileira. O que V.Exa. examinou está fora da ópera do nosso Relatório. Portanto, aqui estaremos para acolher, sem dúvida, as considerações de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não havendo mais quem queira discutir o presente Relatório, passaremos à apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há mais nenhum orador inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, já chamei dez vezes. Decerto não está chegando aí o som.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir só por um minuto, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Todas as vezes em que discuto sobre essa área fico preocupado, porque, na verdade, ela demonstra apenas que o Governo não mudou sua estratégia, sua política econômica, que, mais uma vez, retorna à essa área temática da proposta orçamentária.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Félix Mendonça, observamos o quanto o Governo gosta de ficção quando calcula os juros com base no pressuposto de que a média para o ano que vem será de 14%. A previsão do ano passado para vigência neste ano era de que os juros flutuariam em torno de 11%, ou seja, no início, a média seria de 19% e cairia para 9% no final do ano. O que constatamos é que, no final do ano, temos 19% na taxa SELIC, nos juros da rolagem da dívida interna brasileira. De igual forma, estão propondo que no ano que vem os cálculos sejam feitos em torno de 19% e 14% de juros médios ao ano.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Governo gosta de mentir para si mesmo e para nós todos. Continua a sangria do País. Hoje, de juros, estão pagando 300 milhões de reais por dia útil. O País continua a ver excesso de arrecadação e o não-cumprimento do Orçamento. No que diz respeito ao pagamento de juros e à amortização das dívidas — não quero propor o calote; se o Governo contratou mal a dívida, tem de pagar —, será que o País suporta isso da forma que está sendo feito?

Mês a mês, dia-a-dia, numa sangria brutal neste País — que precisa de educação e de saúde —, não se explica por que não se cumpre o Orçamento. Por outro lado, não é aplicado nem o pouquinho que ainda resta.

Sr. Presidente, trata-se apenas de uma análise teórica sobre essa política desastrosa e desastrada do Governo. Mas detenho-me apenas num detalhe: o FUNDAF — Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, Sr. Relator, que tem o compromisso de resgatar a dívida ativa brasileira, teve no ano passado execução orçamentária irrisória. Tenho aqui a execução...

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Deputado, a qual fundo V.Exa. está referindo-se?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Refiro-me ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização — FUNDAF. V.Exa. chama atenção para o fato de que grande parte desses recursos está indo também para a reserva de contingência e não para a atividade para a qual foi criado. O fundo tinha o objetivo de financiar toda a estrutura da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de ampliar as ações de fiscalização e de resgate da dívida ativa, que chega a 200 bilhões de reais. O percentual executado foi de apenas 15% neste ano. Tão-somente 15%. E o Governo está retirando parcela substancial dos 3 bilhões e 900 milhões de reais propostos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O tempo de sua exposição terminou, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, outros tiveram oportunidade de fazer suas ponderações. Gostaria de fazer essa análise para mostrar como este Governo não é sério. Dos 3 bilhões, 900 milhões e 57 mil reais do FUNDAF, 2 bilhões e 900 milhões de reais vão para a reserva de contingência. Então, retira-se dinheiro desse importante fundo, que teria a finalidade de resgatar 200 bilhões de reais. É aplicado nas atividades do fundo apenas 1 bilhão de reais.

Mas sei que o Relator não pode mudar essa realidade. E não estou cobrando isso de S.Exa. O nobre Deputado faz uma análise bem cristalina e aberta, mostrando aquilo que o Governo está propondo. E o pior é que nós, membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, também não podemos mudar nada, porque se trata de matéria complexa. Poderíamos pensar em outras alterações.

Então, lamentavelmente, Sr. Presidente, só me resta criticar essa política econômica desgraçada vigente no País, até porque o Governo insiste nela há tantos anos e não vislumbramos nenhuma saída. Ficamos vulneráveis a qualquer soluço da Argentina. Quando isso acontece, começamos a pegar pneumonia — como bem disse o ex-Ministro Ciro Gomes —, porque a nossa política econômica não se sustenta em bases sólidas capazes de promover o desenvolvimento do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente, pretendo falar de dois aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, permita-me interrompê-lo. Peço àqueles que não estão participando da reunião e querem conversar à vontade que se dirijam ao corredor para não atrapalharem os trabalhos.

Permanece com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado. Quero, Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizar o Relator-Setorial, porque sei das dificuldades que V.Exa. enfrentou, principalmente no atendimento às emendas de bancada e de Comissão. Reforço também, mais uma vez, a distorção da distribuição de recursos neste País. O conjunto da população paga os seus impostos, e os recursos são mal distribuídos.

Sr. Presidente, faltam recursos para uma série de coisas.

Na área da educação, a que sou afeito, houve diminuição no montante de recursos destinados a partir do ano passado, proveniente dos prejuízos causados pelo Banco Central, exatamente devido às suas más aplicações, ou seja, oscilações na compra ou na venda de dólares e PROER. Houve gastos da ordem de 5 bilhões de reais devido à má atuação do Banco Central. Por isso, falta dinheiro para incrementar, por exemplo, os recursos do FUNDEF. Mais tarde, na discussão do relatório, detalharemos esse assunto.

Assim, o Governo está dando prejuízo na medida em que não permite que dezessete Estados promovam a melhoria do custo/aluno — prevista na lei —, mas autoriza o Banco Central a utilizar 5 bilhões de reais em negociações mal feitas. Isso realmente me entristece, pois constato qual é a prioridade do Governo.

Outra questão polêmica é a dívida dos pequenos produtores. Para os grandes produtores foi fácil conseguir 15 bilhões de reais, a fim de fazer o remanejamento da dívida. A proposta feita para as famílias dos pequenos produtores, participantes do PRONAF — e está aqui o companheiro João Grandão, que luta tanto nessa área —, seria de 1 bilhão e 100 mil reais. Então, não consigo entender o tratamento diferenciado dado pelo Ministério da Fazenda. Para os grandes, 15 bilhões; para os pequenos, 1 bilhão. Repito: não entendo a visão do Governo, para quem o grande proprietário merece todo o apoio, e o pequeno, nada, ou melhor, 1 bilhão e 100 mil reais. É preciso equacionar esse problema, pois a diferença é muito grande.

Para finalizar, Sr. Relator, gostaria de um esclarecimento sobre determinado assunto. O FUNDEF é repasse, conforme está na página 8. Nas transferências constitucionais, o Governo Federal não entra com recursos, mas apenas com uma complementação, próxima a 600 milhões de reais. É o que está no relatório. E diz aí que são destinados 6 bilhões de reais. Ele não faz a transferência de 6 bilhões de reais. Por quê? Só se V.Exa., nas transferências constitucionais, separou o FPM e o FPE, pegou os 15% e fez transferência separada de FUNDEF. É isso mesmo? Se não, a transferência do FUNDEF é de apenas quinhentos e poucos milhões de reais e não de 6 bilhões de reais. Nesse valor, não chegará nunca a Estados e Municípios.

Essas eram as minhas considerações. Parabenizo V.Exa., mais uma vez, e entendo as dificuldades que teve no atendimento das emendas de bancada e

de Comissão, as mesmas que todos nós Relatores-Setoriais estamos enfrentando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, solicito apenas um esclarecimento ao Deputado Félix Mendonça e ao Relator-Geral, Sampaio Dória, com relação ao ponto levantado pelo Deputado Sérgio Miranda, ou seja, financiamento às exportações. Trata-se, justamente, de uma das principais políticas do Governo daqui para frente, para alcançar taxas de crescimento compatíveis com o desafio pretendido pela sociedade brasileira.

O Senado Federal aprovou, esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização também, no relatório preliminar, a aplicação dos recursos oriundos dos créditos da Polônia, as famosas polonetas, no Orçamento. O Governo entende diferente: é uma receita financeira e, tecnicamente, não poderia proporcionar gastos primários.

O financiamento à exportação tem um fundo. Ele não é gasto primário, até porque é fundo contábil, serve de lastro para dar garantias aos financiamentos demandados pelos importadores brasileiros. Então, poderíamos remanejar parte dos créditos da Polônia para elevar substancialmente esse fundo. Se ele for aumentado, não prejudicará o superávit primário, porque não é para ser gasto e, sim, para dar garantia. Servirá justamente para financiar a produção brasileira.

A pergunta é a seguinte: por que não utilizar parte dos créditos da Polônia no Orçamento? A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização já aprovou e o Comitê de Receita ia analisar a tecnicidade da proposta. Nos próximos dez anos temos de dobrar as exportações brasileiras, para manter sustentável o modelo de crescimento.

Por que esses recursos, em vez de ficarem esterilizados, apenas servindo ao superávit, não poderiam incrementar o fundo de financiamento às exportações brasileiras, sem prejudicar o superávit, um dogma deste Governo? Basta fazer uma adequação de fonte. Esse crédito poderia estar servindo ao setor produtivo nacional, a uma política de exportação mais arrojada, e não estaria prejudicando as metas do Governo, já que esse fundo não é para ser gasto e, sim, para dar garantias. Quem está sendo financiado no exterior tem certeza de que há contrapartida, e vai tê-la em títulos de alta liquidez no mercado internacional.

Eu quero essa explicação. Por que não podemos fazer esse remanejamento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao apreciar o relatório, a despeito de todo o meritório trabalho realizado pelo digníssimo Relator, do ponto de vista estritamente técnico e orçamentário, não poderia deixar de ressaltar nosso espanto, na condição de representante da bancada do Partido dos Trabalhadores, em relação a certas informações acerca da política macroeconômica do Governo Federal e de suas repercussões, tanto no que diz respeito ao equilíbrio fiscal quanto às suas repercussões na sociedade.

Salta aos olhos o fato de que estamos trabalhando ainda com encargos financeiros desta ordem de grandeza: 111 bilhões de reais, dos quais 81 bilhões referem-se aos encargos da dívida interna e 25 bilhões, à dívida externa. É algo que cresce de maneira assustadora, que pesa significativamente no Orçamento da União, que nos obriga a adotar uma política de geração de superávits primários gigantesca, que acaba incidindo sobre outras despesas importantes, inibindo despesas essenciais nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura etc.

Não é exagerado dizer que, por conta dessa política, vivemos o drama da crise no setor de energia elétrica. Se investimentos não foram realizados na área de produção de energia elétrica, a causa é essa política de ajuste fiscal rigoroso e, de outro lado, a política de juros absolutamente insuportável para o Tesouro Nacional e para a Nação, conforme estamos verificando pelo volume gigantesco de gastos com encargos financeiros.

Agora, simultaneamente, Sr. Relator, estamos discutindo a proposta do Governo de modificação na legislação da CLT. Um dos argumentos largamente utilizados por alguns Líderes da base governista é o de que a proposta visa reduzir os custos de nossas empresas. Ora, sabemos que os altos custos de nossas empresas são gerados pela política de juros vigente no País, os mais elevados do planeta, que oneram excessivamente a produção brasileira, tornando-a insuportável para muitos empresários, sobretudo para pequenos e médios empreendedores.

Enquanto isso, o setor financeiro obtém lucros fabulosos, principalmente os grandes grupos finance-

iros, conforme demonstrou matéria recentemente publicada na imprensa. E o balanço das instituições financeiras do País demonstram que o lucro líquido cresceu de maneira absurda, motivando o processo de transferência de recursos do setor produtivo, acelerando a concentração de renda e fortalecendo atividades econômicas que não estão vinculadas ao setor produtivo e à geração de empregos.

Esse é o lado perverso desse processo. Não é modificando a CLT e retirando direitos conquistados pela classe trabalhadora com muita dificuldade que vamos desonerar nossas empresas. Essa questão está vinculada à taxa de juros, ao sistema tributário brasileiro, porque durante anos fomos obrigados a acelerar o aumento de certos tributos, sobretudo os vinculados à União, com contribuições que não são repartidas para os Estados, a fim de atender à voracidade da política de juros, à necessidade de geração de megasuperávit no País. Tudo isso sem modificar significativamente a relação dívida/PIB. Ao contrário, essa relação, que deveria ser de 50%, já superou os 55%. É algo absolutamente insuportável.

Há necessidade de mudanças responsáveis. Precisamos reciclar os fundamentos da economia brasileira no sentido de que volte a crescer, no sentido de que utilizemos os recursos da arrecadação em investimentos na infra-estrutura rodoviária, energética, social, impulsionando o desenvolvimento. É o que todos nós brasileiros desejamos.

Esse relatório demonstra que não há como manter a política macroeconômica do Governo Federal, porque ela inibe o crescimento, concentra a renda e gera quadro absolutamente insuportável, até mesmo sob o ponto de vista da situação fiscal financeira do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Giovanni Queiroz, que brilha nesta Comissão como um dos mais atuantes Parlamentares, V.Exa. se refere à taxa de juros e tem razão. Mesmo assim, estão previstos 15% para o próximo ano. Em relação ao câmbio, prevê-se que permaneça mais ou menos estável, o que facilita nossas exportações. V.Exa. tem toda razão em relação a essa e as outras considerações. Por exemplo, em relação ao FUNDAF, já está prevista para o ano de 2002 a execução de 3 bilhões e 950 milhões.

Deputado Gilmar Machado, o Relator-Setorial não pode alterar o resultado das negociações do Banco Central, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas V.Exa. tem razão no que se refere ao FUNDEF. Na verdade, são duas dotações: a de 588 milhões de reais de que V.Exa. falou; e a Unidade nº 7.308, ou seja, transferências constitucionais de 5 bilhões e 900 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Essas transferências constitucionais, então, são oriundas da arrecadação de impostos estaduais e municipais, pois não existem outros impostos além desses.

Para o FUNDEF são destinados 15% da arrecadação de impostos municipais e estaduais. Ele nada tem a ver com a União, que só complementa com os 588 milhões de reais. Foram separados 15% dos recursos do FPM e do FPE?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Responderei, primeiro, ao Deputado Clementino Coelho, sobre as exportações brasileiras.

A exportação está concentrada na reserva de contingência, uma despesa financeira. Conseqüentemente, o Relator não pôde bulir, infelizmente, conforme V.Exa. queria, para ampliá-la.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Deputado Félix Mendonça, temos informação de que o Fundo de Financiamento à Exportação não deve ser gasto, pois é um fundo contábil, para dar garantia, para fazer lastro. Então, ele não vai prejudicar o superávit.

Pergunto: se exportar é tão vital para o País — e todos concordamos com isso; precisamos dobrar ou triplicar as nossas exportações —, por que não aproveitar parte dos créditos da Polônia para ter um lastro maior? Quem tem lastro maior, tem capacidade de alavancar mais financiamento aos produtos brasileiros e não prejudica, de forma alguma, o superávit, porque será uma inversão financeira.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Na verdade, é reserva de contingência e, infelizmente, o Relator não pode modificar isso.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – O Relator pode alterar a reserva de contingência, desde que não haja comprometimento do superávit. Repito: temos informação de que esse fundo não é para gasto, mas para lastrear, para dar garantia. Então, pode ser revigorado, incrementado.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – É despesa financeira, conseqüentemente, não podemos fazer isso. Mas vamos examinar tecnicamente a proposta de V.Exa., para verificar se é possível.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Peço a V.Exa. que verifique isso, porque se o fundo não deve ser gasto, poderíamos utilizar todos os créditos da Polônia e obter lastro maior para financiar as exportações brasileiras, aumentando a nossa capacidade de financiamento, sem prejudicar nada. Eu me submeto à orientação técnica. A decisão teria de ser política, se fosse gasto primário, mas inversão financeira é questão de bom senso.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – V.Exa. sabe que eu não posso fazer emenda na Relatoria-Setorial. Conseqüentemente, deveria ter uma emenda melhor, e poderíamos acolher, sem dúvida, a sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Não há necessidade de emenda porque no relatório preliminar foram aceitos os créditos da Polônia pela área técnica. O Comitê de Receita analisou o aproveitamento deles. Já há decisão do Senado Federal no sentido de aproveitá-los no Orçamento. Se não podem ser aproveitados para gastos primários, porque compromete a metodologia do Orçamento, em termos de receita financeira e também não atende à orientação do Governo, vamos fazer uma inversão financeira. O relatório preliminar já dá essa prerrogativa ao Comitê de Receita.

Eu acho que estaríamos dando enorme ajuda à política de exportação nacional, que precisa ser alavancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, a discussão só vai ser encerrada segunda-feira, às 15h. Como a matéria é complexa, proponho uma consulta técnica. V.Exa. poderia conversar com o Sub-Relator, para ver o que poderá ser encaminhado. V.Exa. aceita a sugestão?

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Aceito. Vamos encontrar uma solução para isso.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Com relação à pergunta do Deputado Gilmar Machado, estão na Fonte 101 os recursos de 5,9 bilhões.

O Deputado Jorge Bittar fez pertinentes considerações com relação à política macroeconômica de aplicação de recursos na infra-estrutura, com as quais todos concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, as minhas considerações partem do mesmo raciocínio do Deputado Gilmar Machado.

Com relação à educação, não vou questionar nada, porque V.Exa. já respondeu às argüições do Deputado Gilmar Machado. A minha preocupação é com a equalização dos juros para a agricultura familiar. Vimos que foi dada uma atenção especial à exportação. Evidentemente, é natural que o País exporte. Destaco que o maior item de despesa, de 2,2 bilhões, destina-se a financiamentos. Mas vimos que só há equalização de juros para a agricultura familiar. Outras linhas de crédito não foram contempladas no processo de negociação recentemente feito pela bancada ruralista, que incluía os pequenos produtores com dívidas securitizadas. E verificamos que 1,1 bilhão foi destinado para o PRONAF.

Qual é a posição do Relator em relação aos Fundos Constitucionais do Norte e do Nordeste, regiões que têm dívidas e precisam de créditos para equalizá-las? O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária — PRONERA, o FINAME e outras linhas de financiamento da agricultura — pelo menos é o que foi dito aqui — não foram contemplados.

Quero ressaltar que, em relação à agricultura familiar, concordamos que há necessidade de dinheiro para equalização. Poderia ser muito mais. Estamos preocupados com as outras linhas de crédito, especialmente com os fundos constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, Sr. Relator, Deputado Félix Mendonça, não formularei nenhuma pergunta. Apenas quero reafirmar a preocupação com a política econômica desenvolvida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e praticada pelo Ministro Pedro Malan e pelo Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Com essa política econômica dificilmente vamos conseguir investimentos para fazer com que o setor produtivo tenha dinamismo e aumente sua capacidade. O País paga encargos da dívida no valor de 111 bilhões, e o Banco Central atua de forma bastante preocupante. Basta lembrar que no ano retrasado tivemos gastos de 13 bilhões; no ano passado, de aproximadamente 1 bilhão. O Presidente do Banco Central esteve aqui comemorando, dando a impressão de que na instituição tudo estaria normal. Neste ano, foram gastos mais 4 bilhões e 470 milhões.

Deputado Félix Mendonça, se tivéssemos esse valor para investir, imagine quantos empregos seriam gerados, quanto desenvolvimento seria promovido. A situação do País estaria muito melhor.

O meu discurso se baseia na análise da macroeconomia brasileira. O Banco Central faz as suas intervenções, gasta em dólares, tenta fazer o famoso equilíbrio, mas percebemos que a cotação do dólar subiu muito acima da previsão feita pelo Governo. É verdade que houve crise institucional e recessão em países vizinhos, a exemplo da Argentina e dos Estados Unidos, mas a nossa política de juros é equivocada. Nos países onde há crise de desenvolvimento e recessão, a exemplo dos Estados Unidos da América, os juros eram de 6%. E o FED, o Banco Central americano, conseguiu reduzi-los em dois terços, passando-os para 2%. Enquanto isso, no Brasil, quando temos crise, os juros aumentam.

Então, a previsão de juros era 13%, mas estamos no patamar dos 19%, e o Banco Central e o Conselho Monetário mantêm a taxa de juros elevada, automaticamente aumentando o custo, porque estamos num país devedor.

Fizeram a propaganda e previsões de superávit na balança comercial, que não aconteceram, propaganda de um processo de exportação, em que o Presidente da República se pronunciou dizendo: "Ou exporta, ou morre". E, na prática, não disso acontece, Deputado Carlito Merss. Este País paga muita dívida, muito juro, investe muito pouco. Há muito **marketing** e muita propaganda. As minhas palavras são mais no sentido geral.

Acredito que V.Exa. não tem condições de corrigir, na qualidade de Relator, essas distorções identificadas no relatório. Há preocupação com setores de pequenos e médios produtores, como levantou o Deputado João Grandão, e com a nossa capacidade de investimento, a fim de induzir o desenvolvimento regional a partir do Orçamento Geral da União. Com todos esses compromissos com a dívida, dificilmente seremos um País com mais capacidade de intervir na economia e ajudar no seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Félix Mendonça, do PTB da Bahia, V.Exa. disse que, ao iniciar a discussão dessa relatoria, teve de fazer um relatório com essas características — corrija-me se estiver errado — porque esta é a política do Governo Federal. Então, não teria como fazer modificações.

Todos os membros da Comissão Mista de Orçamento precisariam ler somente o item "Encargos Financeiros da União", na pág. 7 do relatório. Aí está resumido o drama de milhões de brasileiros. Os números são terríveis. Esses mesmos números estão mais explícitos na pág. 31 desse relatório. Em três linhas, na pág. 31, há o resumo do histórico dos encargos financeiros da União de 2000, 2001, e agora os dados e os números finais que esse setorial confirmou no substitutivo.

Se o povo brasileiro e todos os Deputados e Senadores desta Comissão conhecerem esses números, seus impactos e reflexos, não vamos mais perder tempo, Sr. Relator, passando o vexame e a humilhação que passaram diversos Deputados que nos últimos cem dias tentaram resolver a greve dos professores das universidades, a greve do INSS, que se conseguiu terminar agora com muita luta e envolveu milhões de pessoas, que estão hoje sofrendo nas filas.

Os números são terríveis porque eles colocam a realidade com frieza. V.Exa. com certeza está com muita tristeza no coração. Conheço suas posições na Comissão de Finanças. V.Exa. é do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, que tem um histórico em defesa dos trabalhadores deste País. V.Exa. disse com muita singeleza: "Eu não pude mudar esses números, porque essa é a política econômica deste Governo". Uma política econômica segundo a qual se tem de apresentar uma dotação orçamentária de 111,2 bilhões, alocada do seguinte modo: 80,7 bilhões em serviços da dívida interna; 25,5 bilhões em serviços da dívida externa; e 5 bilhões em outros encargos especiais.

Essas dotações estão basicamente concentradas nos grupos Juros e Encargos da Dívida — 54,9 bilhões; Amortização da Dívida — 56,1 bilhões; restando ainda 252 milhões para Outras Despesas Correntes.

Sr. Relator, acompanho quinzenalmente a execução orçamentária. Até agora, do Orçamento de 2001 executamos cerca de 3,6 bilhões. É muito triste esta constatação. Se cada membro desta Comissão decorasse esses números, chegaríamos a uma conclusão: para que tanto sofrimento aqui? Para que tanta expectativa? Quando encaminhamos, com muita luta, cada bancada estadual procura recuperar as perdas com as emendas coletivas; discutimos com tanta luta nossas emendas individuais. Se os dados são esses, e V.Exa. disse: "Essa é a política econômica do Sr. Fernando Henrique Cardoso".

Tenho certeza, Deputado Félix Mendonça, pelo que conheci de V.Exa. nesses dois anos e alguns meses de convivência, de que não é essa sua vontade pessoal. Mas V.Exa. assinou, na pág. 16, que essa é a política econômica e não tem o que fazer. Portanto, o que fazer?

Banco Central. Está sendo incorporado um prejuízo de mais ou menos 5 bilhões novamente. Boa parte dessa dívida tem a ver com o PROER e outros empréstimos feitos de forma criminosa, sabendo que a União vai pagar.

Sr. Relator, do ponto de vista pessoal, como V.Exa. se sentiu no momento em que colocou sua assinatura na pág. 16 em relação a sua base eleitoral, seu Estado? O problema do aeroporto não será resolvido se essa política econômica se fixar nesses números. Como V.Exa. se sente pessoalmente, Deputado Félix Mendonça?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator, para responder às indagações dos últimos Parlamentares que usaram da palavra.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, o primeiro inquiridor foi o Deputado João Grandão. Na verdade, eu não pude fazer nada, porque não há nenhuma emenda com relação ao PRONAF, e deveríamos acolher as emendas que estivessem na nossa área. A única emenda que temos é com relação à equalização dos juros. Não pudemos acolher nada porque não existiu.

E outra emenda que apenas transferimos para o Relator-Geral é com relação à equalização das dívidas dos agricultores, que neste caso não competia porque o montante era muito grande e o Governo teria de buscar a receita para compensar essa despesa. Não acolhi, no PRONAF, nenhuma das emendas porque elas simplesmente não existiam.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Se me permite, Sr. Relator, existe uma emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural de 600 milhões para equalização.

Faço essa ponderação exatamente porque essa emenda foi praticamente extinta. E nesse sentido, como não há ainda negociação em relação ao endividamento dos pequenos, essa emenda poderia ser aproveitada para equalização dos juros.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Não pode, porque tem fim específico. Nesse caso o Relator vai ampliar essa emenda de acordo com o Poder Executivo.

O Deputado João Coser fez considerações gerais como fez também o Deputado Jorge Bittar. S.Exa. estudou macroeconomia e fez referência aos problemas do Governo, fazendo um amplo exame dos problemas do Orçamento.

Com relação ao Deputado Carlito Merss, na verdade não fiz um relatório de acordo com a política do Governo. Fiz um relatório técnico baseado no relatório preliminar aprovado por esta Casa, em que não posso bulir nas despesas financeiras. Todos esses juros e essa dívida já estão previstos no relatório preliminar já aprovado. Eu não poderia bulir em nada disso. Estou com a consciência perfeitamente tranqüila em fazer um relatório técnico sem nenhum leigo de política de qualquer ordem, de política econômica ou partidária. Não há, portanto, essa disposição em fazer nada disso. Tranqüilamente, fiz como veio do Executivo, como era obrigação nossa, para atender o relatório preliminar.

Essa é a consideração que devo a V.Exa., que tem sido muito gentil conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não havendo mais quem queira discutir o presente relatório, passarei à apresentação do próximo, lembrando que a discussão somente será encerrada na segunda-feira, às 15h.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, o Deputado João Caldas entrou com uma representação junto à Comissão Mista de Orçamento a respeito dos critérios adotados pela bancada de Alagoas para definir suas emendas.

A bancada, ao tomar conhecimento desse fato, elaborou uma nota veiculada na imprensa alagoana. A bancada de Alagoas é composta por doze Parlamentares. Três Senadores foram signatários e os escrutinadores foram a Senadora Heloísa Helena e o Deputado Helenildo Ribeiro; sete Deputados de Alagoas firmaram esse documento.

Então, solicito a V.Exa. que, por compreensão e deferência, autorize o Deputado Helenildo Ribeiro, na qualidade de escrutinador — melhor testemunha da lisura com que foi procedida aquela votação —, a formalizar a leitura dessa nota que interpreta o ponto de vista desses dez Parlamentares de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Rapidamente, tem a palavra o Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estamos apresentando esta nota da bancada de Alagoas, composta, como dizia o Deputado Divaldo Suruagy, por três Senadores e nove Deputados, sendo que cada um dos Deputados de Alagoas pertencem a um partido diferente. Estranhamos essa representação do Deputado João Caldas quando participou da reunião; votou inclusive nas emendas. Depois que a mesma, que talvez tivesse interesse, não foi aprovada pela maioria dos membros da Comissão, fez a representação.

Então, a bancada lhe enviou a seguinte nota:

Diante das limitações existentes para apresentação de emendas coletivas no Orçamento Geral da União, denominadas emendas de bancada, os Deputados e Senadores, como fazem todos os anos, reuniram-se em Brasília para decidir no voto o elenco das quinzes emendas que seriam apresentadas como prioritárias para o Estado.

Em uma reunião pública aberta e gravada, na qual partido algum detém a maioria, foram discutidas todas as sugestões de emendas apresentadas pelos Parlamentares. E sempre através do voto da maioria foram selecionadas as emendas da bancada de Alagoas.

Trata-se de um princípio justo, democrático e absolutamente transparente, que não comporta interpretações malévolas e insidiosas.

Inexistindo consenso, estabelecem as resoluções internas do Congresso que as emendas necessitam do apoio de pelo menos dois Senadores e sete Deputados.

Outras emendas se encontravam em situação idêntica a do Deputado João Caldas e foram, igualmente no voto, substituídas por sugestões que tiveram respaldo da maioria da bancada. Entretanto, seus autores, mesmo às vezes preteridas por outras indicações, submeteram-se ao preceito simples da democracia: o respeito à vontade da maioria.

Diante disso, os Parlamentares alagoanos abaixo assinados reafirmam a manutenção das emendas escolhidas e repudiam veementemente qualquer iniciativa ou insinuações que visem desqualificar o legítimo processo de escolha das referidas emendas por parte de quem se sente desconfortável em decisões públicas e democráticas.

Este documento está assinado pelo Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB no Senado, pelo Senador Teotônio Vilela Filho, do PSDB, que há poucos dias foi Presidente Nacional do PSDB; pela Senadora Heloísa Helena, que foi Líder do PT no Senado e pelos Deputados Olavo Calheiros, do PMDB; Helenildo Ribeiro, do PSDB; Augusto Farias, do PPB; Regis Cavalcante, do PPS; José Thomaz Nonô, do PFL, que é hoje o Presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados; Luiz Dantas, do PTB; e Divaldo Suruagy, do PST.

Era o que queríamos apresentar e pedir a V.Exa. que juntasse ao documento apresentado pelo Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, não preciso dizer que estamos exercendo nosso direito de resposta, porque fomos citados, mas faço duas correções ao Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é questão de ordem, nobre Deputado. Resposta não é questão de ordem. V.Exa. apresentou uma representação, a outra parte leu a nota ...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sim, mas eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de questão de ordem, nobre Deputado. Em outro momento V.Exa. fará sua ponderação, para não atrapalhar nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Não estou atrapalhando. Fui citado e, segundo o Regimento, eu posso falar. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Fui citado. Peço que V.Exa. não cerceie esse direito exercido no Congresso Nacional de “a” a “z”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. teria direito se fosse injuriado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Não, não estou sendo injuriado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se fosse maltratado, mas não foi.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Essa é uma questão séria, Sr. Presidente. Preciso fazer pelo menos uma observação. Dois minutos não vão atrapalhar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Logo que terminar este relatório deixarei V.Exa. se manifestar.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Roberto, para relatar o tema Justiça e Defesa.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, este é o relatório da Área Temática II — Justiça e Defesa, sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2001, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002", englobando os seguintes órgãos: 30000 — Ministério da Justiça — e 52000 — Ministério da Defesa.

Análise da Proposta Setorial e Execução Orçamentária Recente.

Apreciação geral da proposta.

A proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo destina para a Área Temática II — Justiça e Defesa R$ 30,7 bilhões, dos quais R$ 3,71 bilhões estão alocados ao Ministério da Justiça e R$ 26,36 ao Ministério da Defesa. A distribuição dos recursos por unidade orçamentária e esfera está demonstrada na Tabela I, que está de posse dos nobres Deputados e Senadores no plenário da Comissão.

Apesar do número significativo de 73 programas, o setor caracteriza-se pela concentração de recursos em apenas três programas, que comportam 82,27% da proposta setorial. Esses programas destinam recursos para pagamentos de inativos (R$ 13,02 bilhões), apoio administrativo (R$ 9,48 bilhões) e dívida externa (R$ 2,24 bilhões).

Ressalte-se que, segundo a conceituação do Plano Plurianual 2000/2003, tais programações não constituem programas finalísticos, vez que não contribuem diretamente para a expansão da ação do Estado. A Tabela II apresenta os dez maiores programas do setor, em recursos, segundo o Projeto de Lei Orçamentária para 2002. Esses programas correspondem a 92,61% dos recursos da Área, conforme a Tabela II, também de posse dos nobres Deputados e Senadores.

No que se refere à distribuição por Grupo de Natureza da Despesa (GND), 72,54% dos recursos do setor (R$ 21,81 bilhões) estão alocados no GND 1 — Pessoal e Encargos Sociais. Os valores programados no GND 3 — Outras Despesas Correntes (R$ 3,59 bilhões) e GND 4 — investimentos (R$ 2,33 bilhões) correspondem a 11,94% e a 7,77% do total da Área Temática, respectivamente.

Evolução das dotações orçamentárias.

A evolução dos valores constantes dos projetos de lei orçamentária entre os exercícios de 2000 e 2002 são demonstrados na Tabela III. A análise do período evidencia que a programação da Área Temática, excluído o refinanciamento da dívida, aumentou cerca de 40,2% no período, enquanto o Orçamento da União, segundo o mesmo critério, evoluiu apenas 18,36%. Excluindo o refinanciamento da dívida, os valores da Área Temática II constantes do PL 2002 são 24,33% superiores aos do PL 2001.

O incremento do setor foi motivado, principalmente, pelo acréscimo no GND 1 — Pessoal e Encargos Sociais, cujos valores do PL 2002 são 39,23% maiores do que o contido no PL 2000. Ademais, os valores do GND 1 correspondem a 71,92% e 72,67% do total da Área Temática, nos exercícios de 2000 e 2002, respectivamente. Outro fator relacionado à evolução dos valores setoriais consiste no incremento de 67,07% no GND 4 — Investimento, entre 2000 e 2002.

Análise da Execução Orçamentária Setorial.

A execução orçamentária setorial no exercício de 2000 atingiu 94,71% do autorizado. No corrente exercício, os dados atualizados até 19/10/2001 apontam para uma execução equivalente a 72,63% do autorizado.

No exercício de 2001, destaca-se a baixa execução orçamentária do GND 4 — Investimentos —, que alcançou apenas 29,46% do autorizado, em comparação ao exercício de 2000, cuja execução atingiu 89,09%. Os dados sobre a execução, por GND, dos Orçamentos de 2000 e 2001 são apresentados na seguinte Tabela IV.

Emendas Apresentadas.

Foram apresentadas 70 emendas à despesa no âmbito da Área Temática II, no valor de R$ 1,58 bilhão, sendo 25 coletivas e 45 individuais. Esse valor corresponde a um incremento de 66,8% em relação ao valor solicitado pelas emendas ao PL 2001. O resumo das emendas propostas, por órgão e modalidade, consta da Tabela V, a seguir.

Atuação Setorial.

Dotações Globais para Subvenções Sociais.

A análise da proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo (PL nº 32, de 2001-CN) apontou algumas impropriedades que merecem correção, em face das disposições legais aplicáveis.

A Lei nº 10.266/2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 (LDO/2002), veda, com algumas ressalvas, a inclusão, na lei orçamentária e em seus

créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, conforme o disposto no art. 29:

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

.....

No § 2º desse mesmo art. 29, a LDO 2002 preconiza:

§2º É vedada, ainda, a inclusão de *dotação global a título de subvenções sociais.* (grifos acrescidos)

Da mesma forma, a LDO/2002, em seu art. 30, veda a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios — investimentos — para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos que atendam as condições estabelecidas nos inciso de I a VI desse mesmo artigo.

Já o art. 31 da LDO/2002 dispõe que a execução das ações de que tratam os arts. 29 e 30 fica condicionada à autorização específica exigida pelo **caput** do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos seguintes termos:

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no Orçamento ou em seus créditos adicionais.

O art. 8º, § 3º da LDO/2002 exige, ainda, que o Poder Executivo envie ao Congresso Nacional, por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as informações complementares relacionadas no anexo daquela lei.

Na proposta orçamentária do Ministério da Justiça (Unidades Orçamentárias, 30101 — Ministério da Justiça, 30905 — Fundo de Defesa de Direitos Difusos, 30908 — Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, e 30910 — Fundo Nacional de Segurança Pública), verifica-se a inclusão de diversas dotações globais destinadas a subvenção social.

As informações prestadas pelo Poder Executivo, por força do disposto no art. 8º, § 3º da LDO/2002 (Item 29 da relação das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2002) relacionam as bases legais que, supostamente, justificariam a inclusão das mencionadas dotações globais para subvenção social, entre as quais figuram:

- a Lei nº 9.602/90, que altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito;
- a Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- a Lei nº 8.072/90, que dispõe sobre os crimes hediondos;
- a Lei nº 8.066/90 (citada como 8.066/99), que abre crédito suplementar ao Orçamento Geral da União; e
- a Lei nº 9.534/97, que trata dos registros públicos e da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, em seu art. 7º atribui competência ao Poder Público estadual e municipal para apoiar o provimento da gratuidade prevista na Lei.

As informações apresentadas não explicitam os respectivos dispositivos de cada lei que fundamentam e justificariam a inclusão de dotação global para a subvenção social nas ações correspondentes. A leitura dos diplomas legais citados tampouco possibilita a identificação da autorização específica exigida pela LDO/2002 e pela Lei Complementar nº 101, de 2000. Quando muito se pode interpretar que esses dispositivos legais autorizam a inclusão dessas ações no orçamento do Ministério da Justiça, mas não como dotações globais, porquanto não configuram autorizações específicas. O procedimento afigura-se, dessa forma, legalmente questionável.

Importa lembrar que a vedação da inclusão, na lei orçamentária anual, de dotações globais destinadas a subvenções sociais, passou a ser adotada após a denominada "CPI do Orçamento", quando este procedimento foi identificado como um dos principais mecanismos geradores de irregularidades na execução orçamentária. Além disso, relembre-se que a vedação constante na LDO/2002 não prevê nenhuma excepcionalidade.

Irregularidade semelhante se verificou na proposta orçamentária da Unidade 52912 — Fundo Aeroviário, gerenciado pelo Comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa.

Diante do exposto, promoveu-se a correção dos subtítulos, sempre que necessária, e da Modalidade de Aplicação — de 50 para 99 —, de forma a descaracterizar a inclusão de dotação global para subvenção social na lei orçamentária, em atenção à vedação explicitada na LDO/2002 (art. 29, § 2º e art. 31). Para isto estão sendo propostas as Emendas de Relator de nºs. 80020001 e 80020065.

Atendimento das Emendas.

Emendas individuais.

As emendas individuais apresentadas no âmbito da Área Temática II foram integralmente aprovadas, com recursos da Reserva de Contingência transferidos pela Relatoria-Geral especialmente para esse fim.

Quando da análise dos dados apresentados nas emendas, foram procedidos pequenos ajustes, de forma a torná-las compatíveis com a programação estabelecida no Projeto de Lei e na Lei do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento e a execução orçamentária. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em ações apropriadas, assim como outros receberam redação e enquadramento mais adequados. Em todos os casos, os gabinetes dos Parlamentares autores das emendas foram também consultados antes de serem procedidas as adaptações. Procurou-se, em síntese, manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares e promover os ajustes necessários às exigências do processo legislativo do Orçamento.

Para o atendimento das emendas individuais, foram criadas as seguintes novas ações:

Programa: 0664 — Modernização da Polícia Federal;

Nova Ação: 1137 — Construção de Delegacia da Polícia Federal;

Programa: 0153 — Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes;

Nova Ação: 2042 — Proteção e Assistência às Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência.

Com o mesmo objetivo, aproveitou-se do Plano Plurianual 2002/2003 a ação 6015 — Atendimento Especializado no Combate à Violência contra a Mulher, no âmbito do Programa 0156 — Combate à Violência contra a Mulher.

Emendas Coletivas.

Critérios para Análise e Atendimento.

Ao analisar as emendas coletivas (bancadas e Comissões Permanentes), considerou-se o mérito inerente a cada ação proposta, bem como as orientações contidas no parecer preliminar e na legislação pertinente. No atendimento dessas emendas, foram utilizados recursos provenientes de cancelamentos efetuados no âmbito da própria Área Temática II (GND 4 — Investimentos) e de recursos oriundos de reestimativas de receitas repassados pela Relatoria-Geral.

A exemplo do que ocorreu nas emendas de Parlamentares, houve necessidade de se promover pequenos ajustes nos subtítulos apresentados como atípicos, assim como o enquadramento mais adequado de algumas ações pleiteadas. Para sanar eventuais conflitos legais e regimentais, essa Relatoria recebeu e acatou solicitação de retificação nas Emendas nºs. 50330003, da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, optando pelo Subtítulo Implantação de Unidades Militares) 60030005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (solicitando adequação da denominação da ação proposta para implantação da Polícia Comunitária e realocação da Unidade Orçamentária para Fundo Nacional de Segurança Pública) e 50300004, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (solicitando modificação da Modalidade de Aplicação de 50 para 99); e 71020005, da bancada do Acre (solicitando adequação da denominação do subtítulo da emenda para Implantação de Centros Integrados de Cidadania no Estado do Acre).

Procurou-se, dentro das limitações de recursos, atender de forma satisfatória a todas as emendas coletivas apresentadas. Para tanto, essa Relatoria privilegiou o atendimento das emendas destinadas ao Ministério da Justiça, com o objetivo de ampliar as dotações orçamentárias consignadas para as duas áreas: sistema penitenciário e atendimento a jovens em conflito com a lei, pelas razões adiante mencionadas.

Critérios para Cancelamentos.

Os cancelamentos do GND 4 — Investimentos — efetuados pela Relatoria foram seletivos, uma vez que somos contrários ao corte linear, na forma definida no parecer preliminar. Entendemos que essa prática constitui-se em mera manobra contábil, sem qualquer efeito prático, uma vez que os recursos, na maioria das fontes vinculadas, têm que ser utilizados para atendimento de emendas no âmbito da própria Área Temática, sendo, portanto, devolvidos às programações das unidades sobre as quais incidiram os cancelamentos.

No caso dos recursos de fontes vinculadas, por exemplo, quando inexistem emendas na Unidade, não há possibilidade da utilização pela Relatoria. Assim, os recursos cancelados são, ao final do processo orçamentário, automaticamente devolvidos às dotações originais.

Os critérios de cancelamento na área do Ministério da Defesa foram definidos em conjunto com representantes daquele Ministério, inclusive dos Comandos Militares.

Estive pessoalmente naquele Ministério e como também recebi visita de vários consultores, inclusive dos Comandos Militares. O tratamento foi o mesmo.

Na área do Ministério da Justiça, os cancelamentos incidiram sobre as ações do Programa Segurança do Cidadão, tendo em vista a necessidade de atendimento das emendas para as áreas priorizadas pela Relatoria, abrangendo os programas Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reestruturação do Sistema Penitenciário.

A questão relacionada ao sistema penitenciário brasileiro, de forma especial, causa preocupação.

Foram grandes os avanços conseguidos nos últimos anos na área do sistema penitenciário brasileiro, mediante a criação do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com a definição de duas fontes de recursos, que passaram a ser responsáveis por cerca de 95% dos recursos transferidos ao Fundo:

- Fonte 124 — compreendendo 3% do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias; e
- Fonte 127— composta pelo produto de arrecadação de 50% do montante das custas judiciais recolhidas em favor da União, relativas aos seus serviços forenses.

No entanto, o sistema penitenciário brasileiro tem vivenciado uma crise crescente nos últimos anos, decorrente de diversos fatores, sobretudo da falta de investimento público, que resulta no aumento progressivo do déficit carcerário e explica as constantes rebeliões nos presídios.

Este fato não foi esquecido pelo Governo Federal quando da elaboração do Programa Nacional de Segurança Pública — PNSP. Neste plano, o aperfeiçoamento do sistema penitenciário brasileiro consta como um dos compromissos — o de nº 13 — com meta de criação de 25 mil novas vagas.

Em verdade, os recursos destinados ao FUNPEN, conforme demonstrado no quadro seguinte, não foram incrementados de forma a possibilitar o alcance dos objetivos constantes do PNSP, a exemplo do que se verificou na função segurança pública. O quadro demonstrativo está à disposição dos Deputados e Senadores.

Tais recursos, que foram drasticamente reduzidos no PL 2002, não permitem a concretização do compromisso assumido pelo Governo no Plano Nacional de Segurança Pública, especialmente no que se refere ao sistema penitenciário brasileiro.

Os fatos expostos apontam a necessidade de revisão dos valores propostos para o FUNPEN, com o objetivo de acrescer recursos para as ações custeadas pelo Fundo, principalmente para aplicação pelos Estados.

Com relação à questão da criança e do adolescente em conflito com a lei, a situação não é diferente. As ações realizadas pelo Poder Público Federal, voltadas à reinserção desses jovens em suas comunidades, padecem da destinação de recursos compatíveis com as necessidades requeridas pelas casas e instituições que cuidam do atendimento dessa população. São constantes os noticiários sobre as condições precárias e a carência de recursos para essas ações, como relatei anteriormente.

Esses fatos não foram também ignorados pelo Governo Federal ao elaborar o Plano Nacional de Segurança Pública, no qual consta a Ação nº 63 (Atendimento aos Jovens em Conflito com a Lei), integrante do Compromisso nº 8 (Inibição de Gangues e Combate à Desordem Social). No entanto, Srs. Deputados, os recursos orçamentários destinados a essa área não refletem a prioridade definida do Plano Nacional de Segurança Pública.

Emendas de Relator.

Conforme já mencionado anteriormente, estão sendo propostas Emendas de Relator de nºs 80020001 e 800200065 para corrigir dotações globais consignadas para subvenção social, contribuição ou auxílio, existentes na proposta orçamentária do Ministério da Justiça e da Defesa. Para isso, promoveu-se a retificação da Modalidade de Aplicação de 50 para 99, e na denominação de alguns subtítulos, de forma a transferir para os respectivos gestores a responsabilidade de definir a forma da aplicação dos recursos envolvidos. Esse procedimento teve, ainda, o objetivo de não prejudicar a execução das atividades contempladas com as dotações. Além do mais, com o objetivo de atender à solicitação formulada a esta Relatoria pelo Ministério da Justiça, propõem-se as seguintes emendas de relator, que pretendem acrescer recursos para garantir a execução de ações de relevada importância para atendimento das prioridades e metas programadas pelo órgão, cujas dotações foram insuficientemente contempladas no projeto de lei em exame:

Emenda Nº 80020066.

Programa 0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos; Ação: 0083 — Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas, nos termos da Lei nº 9.140/95 — Nacional. Valor solicitado: 1 milhão e 800 mil reais. Valor atendido: 100 mil reais.

Emenda nº 80020067.

Programa 0696 — Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País. Não houve oportunidade, segundo informações do próprio Ministério da Justiça, ou, se houve, não houve contemplação nas emendas de Comissão para essas duas emendas. Valor solicitado: 1 milhão 544 mil reais. Valor atendido: 100 mil reais. Essa emenda, Deputado João Coser e demais Parlamentares, é para possibilitar o controle de terroristas no País, tendo em vista os ataques terroristas de 11 de setembro do ano passado.

Obras com indícios de irregularidades.

As informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União — TCU por força do disposto no art. 83 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO/2002), relacionam as seguintes obras, situadas no âmbito desta área temática, sobre as quais existem indícios de graves irregularidades, conforme quadro a seguir.

Tendo em vista o disposto no item 18.4.6 e seguintes do parecer preliminar, as informações do TCU mereceram especial atenção desta Relatoria. Neste sentido, adotou-se como critério o cancelamento de recursos alocados na proposta orçamentária para as obras com indícios de irregularidades graves, quais sejam: construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado de Goiás; construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Mato Grosso do Sul; e reforma e modernização da Academia Nacional de Polícia.

No entanto, como medida de precaução, adotou-se o critério de se deixar uma pequena parcela de recursos alocados nessas programações, de forma a possibilitar a execução de eventuais atividades necessárias à proteção da obra e, assim, evitar maiores prejuízos ao patrimônio público. Na verdade a paralisação traz prejuízos não somente para o Governo, mas também para a sociedade.

Recorde-se, no entanto, que a execução orçamentária deverá ficar suspensa até o saneamento dos indícios de irregularidades graves. De qualquer forma, foi atendida uma emenda de Comissão, nacional, que está à disposição dos nobres Deputados que defendem os interesses dos seus Estados, para procurarem posteriormente o Executivo, ou seja, o Ministério da Justiça para atendimento após a solução dessas irregularidades.

Conforme constante do quadro a seguir, em atenção ao disposto no subitem 18.4.8 do parecer preliminar, estão indicadas no quadro seguinte as irregularidades e os contratos objetos das irregularidades.

Ademais, cumpre destacar que, no âmbito da atuação desta Relatoria, os seguintes subtítulos com indícios de graves irregularidades informados pelo Tribunal de Contas da União não constam na proposta orçamentária para 2002 do Poder Executivo: construção e ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Amapá.

Da mesma forma, identificou-se no PL Nº 32, de 2001, do Congresso Nacional (proposta orçamentária para 2002) o subtítulo 06.181.0664.7081.0001 — Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal — Nacional. Esse descritor, por ser bastante genérico, poderá abrigar o projeto (obra) anteriormente abrangido pelo subtítulo "Reforma de Edifícios-Sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal no Distrito Federal", também relacionado pelo Tribunal de Contas da União no rol de obras com indícios de irregularidades graves.

Dessa maneira, Srs. Deputados, propõem-se as seguintes providências em relação às obras com indícios de graves irregularidades informadas pelo Tribunal de Contas da União:

a) reduzir significativamente as dotações destinadas às seguintes programações — funcional programática modificada no PL nº 32, em relação ao Orçamento de 2001 —, cujas execuções devem, no entanto, permanecer condicionadas ao saneamento dos indícios das irregularidades apontadas pelo TCU, a juízo do Congresso Nacional:

14.421.0661.1844.0052 – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Estado de Goiás;

14.421.0661.1844.0054 – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Estado do Mato Grosso do Sul, e

06.181.0664.7803.0001 – Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia — Nacional;

b) sugerir que o Comitê de Avaliação das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas analise a oportunidade e conveniência de condicionar, também, a execução das seguintes programações genéricas, visando a impedir a destinação de recursos para os contratos com indícios de irregularidades relativos às obras anteriormente mencionadas:

04.121.0661.1844.0001 – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais — Nacional, e

06.181.0664.7081.0001 – Reforma das Bases Operacionais de Unidades do Departamento de Polícia Federal — Nacional.

Indicações ao Relator-Geral.

a) Complementação do atendimento da Emenda nº 60030005.

A emenda nº 60030005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, pleiteou recursos da ordem de 52 milhões de reais para o subtítulo "Implantação da Polícia Comunitária", sendo atendida por esta Relatoria com apenas 3 milhões de reais, em face das limitações de recursos — esta é uma Relatoria pobre, vale salientar. Entretanto, tendo em vista a relevância da ação, fica consignada a indicação ao nobre Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, no sentido do atendimento desta emenda de 49 milhões de reais, conforme compromisso verbal por ele assumido em reunião feita na Presidência desta Comissão, onde estavam presentes todos os Relatores Setoriais e os Líderes de cada partido.

b) Complementação do atendimento das Emendas de Relator nºs 80020066 e 80020067, no valor de 1 milhão e 700 mil e de 1 milhão e 444 mil, respectivamente. Trata-se daquelas duas emendas, Deputado João Coser, que eu relatei; é bom se fazer justiça.

VOTO:

Diante das considerações apresentadas, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 2001, do Congresso Nacional, na parte referente à Área Temática II — Justiça e Defesa, com as modificações propostas neste relatório.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, por tratar-se de área para a qual os recursos foram escassos, acredito ter feito o que pude no atendimento às emendas de Comissões. As emendas individuais foram atendidas na sua totalidade.

Estou à disposição dos colegas para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Sr. Relator, quando foram divididas as áreas dos relatórios setoriais, pretendia-se transformar nossa Comissão num debate mais aprofundado de setores. A própria denominação desta Sub-Relatoria — Justiça e Defesa — demonstra que visávamos criar, na Comissão de Orçamento, algo similar ao que existe em outros países: um debate mais profundo sobre política de defesa.

Eu preferiria que o relatório estivesse vinculado apenas à Defesa. Teríamos uma oportunidade especial, ao discutir os valores do Orçamento, de debater também, de forma indireta, política de defesa. Sem dúvida, há uma relação entre as prioridades de determinadas áreas e os recursos carreados para aquela área.

Infelizmente, o nobre Relator do tema praticamente não se referiu à questão da defesa. Buscou esclarecer essa questão do FUNPEN, da área de segurança pública, fez uma extensa avaliação do aspecto das dotações globais para subvenções sociais, mas, infelizmente, não houve um debate sobre a questão da defesa.

Eu queria fazer uma pequena avaliação, Sr. Presidente, Sr. Relator, sobre o Ministério da Defesa. É verdade que temos de olhar o que foi autorizado em 2001 e a proposta do substitutivo. Basicamente, o que foi autorizado em 2001 será o que está no substitutivo, haverá muito pouca alteração. No Ministério da Defesa, o crescimento que se dá é basicamente em despesa de pessoal, que salta de 16 milhões para 19 milhões e 500 mil. Ora, na atividade-fim da defesa, principalmente no que diz respeito à despesa corrente, há um decréscimo entre o que foi autorizado em 2001... Há um decréscimo constante. Foi autorizado, em 2002, 2 milhões, 655 milhões... Não, 1 milhão... Estou falando de outra despesa corrente, GND–3. Na GND–4 há um decréscimo em investimento. Na GND–3 há um pequeno acréscimo que não compensa nem a inflação do período.

O que mais preocupa, Sr. Relator, são alguns programas muito caros a esta Casa, como por exemplo, o Programa Antártico Brasileiro — PROANTAR. Muitos Parlamentares desta Comissão já visitaram nossa base na Antártida. É quase um dever do País mantê-la; se assim não for, por causa do Tratado da Antártida, não teremos nenhum direito futuro àquela importante área do Continente Sul. Ora, há uma queda dos recursos destinados ao PROANTAR. Passa-se de 2 milhões e 354 mil para 1 milhão e 850 mil.

Outro que nos preocupa, Sr. Presidente, é o Programa de Proteção da Amazônia, do Ministério da Defesa, especialmente quando observamos tantas dificuldades, a cobiça internacional do nosso território, a Operação Colômbia, desencadeada pelos Estados Unidos. Ora, a redução é muito significativa. A verba para o Programa de Proteção da Amazônia, do Ministério da Defesa, cai de 376 milhões para 108 milhões. E o mesmo ocorre com outros programas: os recursos destinados ao Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil caem de 208 milhões para 161 milhões; os destinados ao Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea, de 703 milhões para 545 milhões.

Então, estamos presenciando aqui, essencialmente — e esta é uma ocasião especial para debater isto —, uma clara subestimação do papel das Forças Armadas como instituição, como representantes do Estado brasileiro, no exercício de uma política de estado e não de política de governo. É lamentável que, dentre as prioridades deste Governo, não se encontre o aparelhamento adequado das Forças Armadas.

Nosso Presidente esteve presente numa reunião convocada por um Comandante do Exército. O sentimento que percebi entre todos os participantes da reunião foi de humilhação das Forças Armadas Brasileiras, Sr. Presidente. Não sei se V.Exa. compartilha dessa opinião. Há falta de munição para treinar... Então, é preciso dar tiro com tato.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tanto compartilho, que apresentei uma emenda, nobre Deputado, no caso das polonetas, destinando 10% daquele recurso para compra de equipamento para as Forças Armadas.

Peço a V.Exa. que conclua, pois o tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Só um minuto, Sr. Presidente. Não há quase ninguém mais para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há mais três oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu queria chamar a atenção de V.Exas. para a necessidade de fazermos uma avaliação do papel das Forças Armadas. Duas observações pontuais. No relatório de V.Exa., Sr. Relator, temos Fundo Aeronáutico, Fundo Aeroviário, Fundo Naval, Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, Fundo do Ministério da Defesa. Por que apenas do Fundo Aeronáutico se tiram 50 milhões para a tal malfadada reserva de contingência para fazer superávit primário? Por que se tiram 50 milhões do Fundo Aeronáutico, de recursos diretamente arrecadados? Sr. Relator, Senador Wellington Roberto, em minha opinião, isso é insustentável. Também se retira, na área do Ministério da Justiça, do Fundo de Direitos Difusos. Se o total é de 8 milhões; como se faz uma reserva de contingência de 6 milhões? Qual a explicação para isso? O Fundo de Direitos Difusos prevê, dentro de seus objetivos, a defesa dos direitos do consumidor, a que se destinam 2 milhões. E se colocam 6 milhões. E a defesa das minorias? Acho que o Congresso Nacional não pode aceitar essa situação, Sr. Presidente.

Ainda gostaria de mais alguns esclarecimentos. De forma bastante correta, V.Exa. respeitou a LDO, no que diz respeito aos arts. 29 e 30, e algumas subvenções que estavam na proposta de leis genéricas foram alteradas. Mudou a modalidade de aplicação. Ora, eu queria argumentar com V.Exa: essas subvenções sociais estavam tratadas como 50, destinadas a entidades privadas. V.Exa. mudou a modalidade para 99, "a ser definida". É como tirar o sofá da sala. Vão definir 50 lá. Estamos tirando a modalidade 50, colocando "a definir", e o Governo, que definiu 50, vai definir 50. Teríamos de alterar para 90. Caso quisesse alterar de 90 para 50, ele teria de fazer um decreto ou uma portaria e informaria ao Congresso Nacional. Teríamos acesso a essas informações.

Mais ainda, Sr. Relator: a quase totalidade das emendas de Relator a que V.Exa. faz referência — as de nº 001 a 0065 — têm o item "Situação do Subprojeto" definido como "constante do PL"; porém, algumas poucas delas têm esse item definido como "novo". Por que novo? A partir da Emenda nº 0061, nas quais se deveria mudar apenas a modalidade de aplicação, o item "Situação do Subprojeto" é definido como "novo". Por que novo? Não é constante do PL?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim. Eu gostaria que o Relator me explicasse essa questão. Se está "constante do PL", por que é "novo"? Qual é a descrição desse subprojeto? Para onde vai esse recurso? Está apenas "nacional". O que é isso?

Gostaria de mais um esclarecimento, Sr. Presidente. Tenha paciência com este pobre Deputado. Por exemplo, há alguns números que não entendemos. Acho que devemos valorizar o servidor público, mas veja na página 104, referente ao Ministério da Justiça: o programa Valorização do Servidor Público passa de 446 mil reais para 65 milhões. Por que isso?

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado, há um erro gráfico aqui. Parece-me que há um erro gráfico.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois então deve haver um erro gráfico também na página seguinte: o Programa Valorização do Servidor Público do Ministério da Defesa passa de 91 mil para 279 milhões. Eu queria pelo menos algumas explicações sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, segundo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, serei muito breve. Não sei se o Senador

teria condições de modificar alguma coisa do relatório, como acrescentar mais dinheiro para as Forças Armadas. Concordo com tudo o que o Deputado Sérgio Miranda disse. É uma vergonha o tratamento que se dá às Forças Armadas Brasileiras. Participei desse café da manhã. Lá ouvimos uma exposição constrangedora. Qualquer cidadão de qualquer país do mundo que ouvisse o relato feito pelos órgãos competentes do Ministério a respeito da situação falimentar e descabida do Exército brasileiro ficaria constrangido. Dá vergonha ser brasileiro, dá vergonha ser Parlamentar e se sentir aqui sem a mínima condição de atender a uma demanda absolutamente justa e, mais do isso, necessária para garantir a soberania nacional! Se houvesse no País qualquer explosão social em que se necessitasse da intervenção das Forças Armadas Brasileiras, segundo relatos, não teríamos balas nem o instrumental mínimo, como transportes, para resistir cinco dias. É uma vergonha!

Eu sei, Sr. Relator, que não depende de V.Exa., mas da política econômica deste Governo, que passa com um superávit de bilhões de reais e não atende a demandas mínimas necessárias para garantir nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos de aumentar o lucro dos bancos, Deputado. Já dobraram. Temos de triplicar agora. Depois nós vamos estudar essa questão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não entendi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos de aumentar os lucros dos bancos. Eles dobraram nos últimos anos. Agora temos de fazer com que tripliquem.

(Não identificado) – E depois dividir o bolo com os bancos. É isso?!

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Presidente está ironizando. É uma vergonha! Os bancos têm realmente de aumentar seus ganhos, e nós temos de ficar aqui assistindo à falência de diversos setores indispensáveis para a soberania nacional, seja no atendimento ao cidadão seja na garantia do País.

Então, Sr. Presidente, pior ainda que isso é que o Governo hoje tem dinheiro, tem excesso de arrecadação. Mas o orçamento de execução deste ano está lá embaixo. No ano passado deixaram de executar 6%, o que significa algo em torno de 1 bilhão de reais para as Forças Armadas, e passaram com um superávit financeiro de 50 bilhões de reais. Neste ano já temos excesso de arrecadação, e o Governo também não está atendendo, não está liberando. Peço, então, que, no mínimo, o Governo libere...

Conclamo os companheiros a opor resistência à aprovação dos créditos suplementares, para obrigar o Governo a executar o Orçamento. Depois, então, podemos liberar novos créditos com recursos originários de superávit financeiro ou de excesso de arrecadação.

Cumprimento o Sr. Relator e digo que, lamentavelmente, temos de mudar essa política econômica. Para isso temos de mudar o Governo. No ano que vem vamos mudar, de forma a atender o cidadão brasileiro. As esquerdas precisam chegar lá com outra visão de política. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de discutir com o Sr. Relator o diagnóstico que S.Exa. faz acerca do problema da segurança pública em nosso País e como ele se reflete nas prioridades e, portanto, nos acréscimos e cancelamentos que S.Exa. praticou com relação ao orçamento do Ministério da Justiça.

Sr. Relator, constato que V.Exa. reforçou dotações, em primeiro lugar, para o sistema penitenciário, no montante de 156 milhões de reais, tal como consta da página 122, e também aumentou consideravelmente os recursos para construção de unidades para atendimento de adolescentes em conflito com a lei — acrescentou mais 90 milhões de reais. A concepção é alocação de recursos para construção de novas penitenciárias e novos centros de atendimento, que, na verdade, aprisionam os jovens. Em compensação, V.Exa. reduziu consideravelmente a dotação de recursos para o reaparelhamento das polícias estaduais e guardas municipais, tirando 47 milhões de reais, de um montante de 102 milhões de reais; ou seja, reduziu praticamente à metade. V.Exa. reduziu em 30 milhões de reais os recursos para intensificação do policiamento em áreas críticas e reduziu em 4 milhões — primeiro reduziu 10 milhões, depois acrescentou 6 milhões — o recurso para implantação da Polícia Comunitária. Pergunto se é essa a compreensão de V.Exa., ou seja, de que precisamos de menos polícia, menos policiamento comunitário e de mais recursos para construção de presídios e centros de acolhimento — que é de detenção também — de jovens e adolescentes infratores. Isso reflete, a meu ver, uma visão distorcida de como se deve atacar o problema da segurança pública em nosso País. Penso que as priori-

dades deveriam ser prevenção, trabalhos com jovens e adolescentes que objetivem retirá-los da esfera de influência do crime organizado em nosso País. Penso que deveríamos aparelhar melhor nossas polícias, treinar melhor nossos policiais, tratar melhor do policiamento comunitário e não apenas alocar recursos para construção de novos presídios.

Sei que V.Exa. dirá que os recursos para presídios são diminutos e que nossos presídios estão em condições precárias. Estou de acordo com isso. No entanto, penso que não será pela redução dos recursos destinados ao sistema policial, ao policiamento comunitário, ao tratamento preventivo de jovens e adolescentes que iremos resolver o problema da carência de nosso sistema penitenciário. Acho que há um grave equívoco na abordagem dessa questão. Há um equívoco nas prioridades que V.Exa. determinou para essa questão, levando-se em consideração, inclusive, os problemas graves que há na execução de certas obras para construção de presídios, como V.Exa. destacou em seu Relatório. Vários deles encontram-se anotados nas obras paralisadas em conseqüência das auditorias do Tribunal de Contas da União.

Eu pediria, então, uma reflexão de V.Exa. Estou propondo, nos destaques, recuperar boa parte dessas dotações, que considero essenciais para que possamos atacar com seriedade o problema do sistema de segurança pública em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Para encerrar, concordo com a intervenção dos Deputados Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz e até com as observações irônicas de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. há de convir comigo que os bancos passam por um problema sério.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – É verdade. Concordo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tiveram até de fazer um programa para ajudar os bancos, o PROER. Temos de fortalecer os bancos do País. Estão ganhando pouco.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Concordo com V.Exa. Penso até que cada um de nós, Parlamentares, deveríamos dar uma ajuda pessoal, porque nossos bancos e nossos banqueiros encontram-se em situação de absoluta penúria, conforme revelam os lucros líquidos dessas instituições ao longo dos últimos anos, particularmente este ano.

Concordo com a crítica que se faz ao tratamento dispensado às Forças Armadas, que têm a ver com a defesa nacional e também com a ocupação correta do território brasileiro.

Chamo a atenção do Sr. Relator para uma emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual faço parte também, emenda que aloca recursos num programa extremamente importante da Marinha brasileira: o Programa Nuclear da Marinha. Trata-se de programa avançado, do ponto de vista tecnológico, e nos traz benefícios não só para a construção do submarino nuclear, mas para o desenvolvimento tecnológico.

Nós, Parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia, ficamos vivamente impressionados com a visita que fizemos ao Centro de Aramar e da exposição que nos feita. O programa traz benefícios ao projeto energético brasileiro, uma vez que a Marinha do Brasil pôde desenvolver a tecnologia para enriquecimento do urânio, já que a transferida pelos alemães se mostrou absolutamente inviável. Então, trata-se de programa desenvolvido com recursos próprios, embora hoje a Marinha esteja na penúria, sem recursos suficientes para tocar esse programa.

Peço encarecidamente a V.Exa. que acolha destaque de minha autoria a fim de reforçar a dotação desse programa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Coser, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de saudar o Relator, Senador Wellington Roberto, e associar-me às palavras do Deputado Jorge Bittar, que expôs a essência de minha fala. O relatório tem visão construtivista no sentido da construção da obra. Se fosse Relator de infra-estrutura, estaria perfeito, mas o relatório é justiça e defesa.

Consta à página 24: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — construção, ampliação e reforma de aparelhos do Estado, 104 milhões. Logo em seguida vem a Comissão de Direitos Humanos. As emendas de direitos humanos, importantes, são de 500 mil reais. A disparidade é muito grande. Embora os presídios estejam caindo, temos de tratar da relação entre as pessoas. Quando se fala em justiça e defesa, há que se tratar dos direitos humanos e, portanto, também dessas ações. No caso da pessoa portadora de deficiência, é uma loucura – 1 milhão de reais!

Minha angústia está mais nesse tratamento tão diferenciado e tão distante. Todas as áreas apresen-

tadas, nesse aspecto, têm uma quantidade de recursos muito grande. O caráter preventivo, o aparelho policial, a polícia comunitária, têm tratamento muito pequeno.

A "Emenda Talibã" trata muito simbolicamente do ponto de vista do recurso. Então, dá impressão de que é um monte de janelas. Estamos voltando ao tempo antigo, Dra. Myrna, de abrir janelas e dar indicação ao Relator-Geral. Não é um critério também bastante usado nos últimos tempos, ou, pelo menos, não é aconselhável.

Com relação às emendas de Relator, temos critérios. Pergunto se esses critérios da resolução foram observados, haja vista que uma Comissão, daqui a pouco, irá discutir regionalização, qualidade das emendas e questão legal. Faço parte dessa Comissão e é desagradável dizer que isso aqui derrubou tudo. Se houver irregularidades nesse sentido, elas cairão em bloco. Então, dá impressão de que há um Deputado bonzinho, um Senador bonzinho querendo atender a todos, e inúmeras pessoas que não querem deixar que importantes projetos sejam apresentados.

Portanto, pergunto se estão sendo observados os critérios regimentais e as normas orçamentárias.

Discordo, do ponto de vista conceitual, do papel desse relatório e da forma como V.Exa. atua, isto é, mais voltado para a obra do que do investimento no cidadão, na polícia, no caráter preventivo. É conceitual mesmo, e daí termos profunda diferença. Todos os recursos são destinados a ações de caráter nacional, o que é positivo. É verdade que o Deputado Sérgio Miranda levantou a questão da modalidade de aplicação, mas o órgão que mais tem capacidade de avaliar qual Estado necessita de mais recursos é, com certeza, o Ministério.

Por isso, deixo esta preocupação: muita obra e pouco investimento no cidadão e no que fazer para que ele tenha segurança, justiça e qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Deputado Sérgio Miranda, por quem tenho grande estima, respondo a V.Exa. que, como Parlamentar, tenho defendido o Ministério da Defesa. Participei de várias reuniões. O problema das Forças Armadas é sério, mas atendi a todas as reivindicações apresentadas a essa relatoria. Agora, nobre Deputado, estou totalmente de acordo com a divisão de Justiça e Defesa, visto que facilitaria até o entendimento mais amplo por esta Comissão e pelo próprio Governo para atender às necessidades tanto da Justiça como da Defesa, que engloba os Ministérios do Exército, da Marinha... E este ano foi contemplada com 84 milhões de **royalties**, fazendo-se justiça; no ano passado não houve essa contemplação. Assim, respondo também em parte à indagação do nobre Deputado Jorge Bittar.

Então, Deputado Sérgio Miranda, o Ministério da Defesa, além das emendas individuais, também foi contemplado com 128 milhões e 700 mil para investimento. Quanto à Comissão da Antártida, a que fui convidado mas não tive o prazer de ir com os nobres colegas visitar a região, não houve emenda coletiva. Quanto ao Projeto Calha Norte, atendi com 10 milhões a emendas para investimento; e todas as emendas individuais foram atendidas na sua totalidade.

Como mencionei ao nobre Deputado Sérgio Miranda, existe sucateamento das Forças Armadas.

O Fundo Aeroviário é decisão do Relator-Geral no parecer preliminar, não cabe a mim.

Todos os Parlamentares sabem que os recursos são poucos. Por isso, endosso a proposta do nobre Deputado Sérgio Miranda para defender essa divisão, a fim de que passe a ser no próximo ano uma área para a Justiça e outra para a Defesa.

Quanto ao fundo de direitos difusos, da mesma forma, é competência da Relatoria-Geral e não da relatoria setorial.

Quanto à valorização do servidor público, o valor cresceu em função da mudança da nomenclatura. Aglutinamos várias ações em uma só no projeto de lei do Executivo. Então, nobre Deputado, apesar de minha grande simpatia — já fui condecorado por todos os Ministérios da Forças Armadas e tenho satisfação muito grande em atender às suas justas reivindicações, como também do Ministério da Defesa —, infelizmente, os recursos são mínimos. Então, repito, é bom se pensar em dividir no próximo ano Justiça e Defesa, atendendo à sugestão do nobre Deputado Sérgio Miranda.

É uma vergonha. Sou testemunha da falta de recursos do Exército brasileiro até para manutenção do rancho. Desses Ministérios, o que foi menos pior foi o da Marinha, que teve contemplação em **royalties** de 84 milhões de reais. Infelizmente, a realidade é essa. Não podemos fugir dela. Precisamos trabalhar para que no próximo ano o Poder Executivo entenda que deve pensar nas Forças Armadas do nosso País.

Deputado Jorge Bittar, não adianta aparelhar nossas Forças, num programa de prevenção, se não há onde colocar o preso. Concordo que as duas coisas poderiam ter sido feitas. Se tivéssemos orçamen-

to suficiente para isso, poderíamos realizar um estudo e fazer as coisas paralela e simultaneamente. Mas, infelizmente, a prioridade do Ministério foi a construção — respondendo ao Deputado João Coser — porque acha que as ações mais enérgicas são as que têm de ser resolvidas agora.

Defendo que existam ações de prevenção voltadas para o menor, para que amanhã ele não se torne um criminoso, nobre Deputado Jorge Bittar, mas realizarmos essas ações de prevenção e não haver para onde levar o preso é ruim. O presídio é uma escola de delinqüência.

No programa da Marinha dispomos de 11 milhões de reais para o atendimento. Respondendo ao que outros Deputados nos perguntaram, a Marinha foi contemplada com 84 milhões. Infelizmente, esses recursos não podem ser destinados ao programa do submarino. Isso foi tecnicamente impossível. Discutimos o assunto com consultores da Marinha, que por diversas vezes conversaram com outros consultores da Comissão de Orçamento, mas os recursos dos **royalties** não podem ser destinados ao programa do submarino.

Deputado João Coser, V.Exa. tem toda a razão quando afirma que a prioridade foi para a penitenciária. Foi sugestão do Ministério da Justiça. Insisto em afirmar que faltam recursos. Quanto aos deficientes, quando for apresentado o relatório da Previdência e Ação Social, temos de ficar atentos, uma vez que, no relatório da Ação Social, eles foram contemplados com 200 milhões de reais, o que não é muita coisa, mas já é suficiente para atender aos nossos deficientes. Como V.Exa. faz parte da Comissão, com certeza corrigirá essas distorções. Esta Comissão foi criada para corrigir falhas que porventura existam nesses relatórios setoriais.

Agradeço aos nobres Deputados a oportunidade. Fiz o que pude com os parcos recursos de que dispúnhamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A discussão do relatório encerra-se na segunda-feira, às 15h, quando também terminará o prazo para apresentação de destaques.

Passaremos agora à discussão do relatório setorial referente à Área Temática I — Poderes do Estado e Representação, cujo Relator é o Deputado Wilson Braga, a quem chamo à Mesa para ler o relatório.

Antes, porém, concedo a palavra, por até três minutos, ao Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, registro que fizemos uma representação, no dia 14, contra a maioria da bancada de Alagoas. Este é o fórum legítimo para dirimir questões desta Comissão. Essa nota da bancada de Alagoas é em parte contraproducente e serve como mais um agravante em nossa representação.

Sr. Presidente, solicito a esta Comissão que tome as medidas cabíveis, necessárias e legais para o desfecho dessa representação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Wilson Braga está ponderando que, como o relatório foi distribuído, fará apenas um resumo.

Pergunto se o Plenário está de acordo. (*Pausa.)*

O Plenário está de acordo. V.Exa. poderá fazer seu resumo.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao relatar a Área Temática Poderes do Estado e Representação, do projeto de lei do Orçamento, farei apenas um resumo, uma vez que todos já receberam o texto e conscientizaram-se do que devemos fazer.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-me apreciar, na condição de Relator-Setorial, a proposta orçamentária referente a Poderes do Estado e Representação, constante do anexo que estamos agora trazendo à consideração de V.Exas.

A proposta abrange o Poder Legislativo, composto pelos órgãos: Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas; e o Poder Judiciário, composto por Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Ministério Público da União, Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores.

A proposta orçamentária da área temática encaminhada pelo Poder Executivo totaliza 15 milhões, sendo 12 milhões para o Orçamento Fiscal e 3 milhões para a Seguridade Social. A área temática não possui programação de orçamento de investimento das empresas estatais. Observe-se, assim, a discriminação abaixo do quadro.

Cumpre-nos trazer de forma sucinta informações atinentes à execução orçamentária desde o exercício de 2000, termo inicial da última mudança realizada na classificação das despesas, a fim de subsi-

diar a análise do projeto de lei orçamentária para 2002.

Observa-se no quadro lido um incremento nominal nas dotações de todos os grupos de despesas relativamente ao valor autorizado para 2001. Os maiores acréscimos, comparativamente ao autorizado para 2001, ocorrem nos Grupos Amortização da Dívida e Inversões Financeiras. No que se refere aos investimentos, tem-se que o valor do PLOA 2002 é 10% superior ao autorizado para 2001. Importa destacar ainda a execução orçamentária por órgão desde o exercício de 2000. O quadro em anexo contempla tal finalidade.

Cabe mencionar ainda as alterações na Lei Orçamentária de 2001 realizadas mediante créditos adicionais. Nesse sentido, acrescentamos em anexo relação exaustiva dos créditos adicionais aprovados e em tramitação no Congresso Nacional.

A programação da área temática em apreço recebeu inicialmente um total de 70 emendas, que atingiram o valor global de 771 milhões. Foram 26 emendas coletivas, tendo 23 sido apresentadas por Comissões permanentes das duas Casas Legislativas e 3 por bancadas estaduais, perfazendo um total de 765 milhões, e 44 emendas parlamentares individuais, num total de 6,2 milhões. O quadro anexo ilustra a distribuição das emendas apresentadas por tipo de autor.

As emendas individuais, em conformidade com o disposto no Item 21.3 do parecer preliminar, foram atendidas com recursos da Reserva de Contingência. Na elaboração dos pareceres, realizamos pequenas adequações em itens de classificação da despesa propostos nas emendas, sem alterar-lhes o objetivo do gasto.

Por intermédio do CTM nº 082/01-GAB 562, o nobre Deputado Osório Adriano solicitou alteração da Emenda nº 183.000, com vistas à correção de erro material. A solicitação buscou alterar a unidade orçamentária beneficiada. O ilustre Deputado Pedro Celso também solicitou alteração no subtítulo da sua emenda.

Nos termos dos itens 18.4.6, 18.4.7 e 18.4.8 do parecer preliminar, cumpre-nos analisar as informações provenientes do Tribunal de Contas da União relativas às obras com indícios de irregularidades. No rol enviado inicialmente pelo Tribunal, em cumprimento ao art. 83 da LDO, constam os seguintes empreendimentos com indícios de irregularidades graves, inclusos na programação orçamentária da Área Temática I: construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Cuiabá; construção do Edifício Anexo ao TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro; construção do Fórum Trabalhista da Primeira Instância da cidade de São Paulo, e ampliação do Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Cabe assinalar, por oportuno, que, nos termos do art. 13 da Resolução 01/2001, as dotações alocadas às obras com indícios de irregularidades graves em sua gestão devem ser objeto de votação em separado. Nessa condição restam dois programas de trabalho, a saber: construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Cuiabá, Mato Grosso, e construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da cidade de São Paulo.

Emendas do Relator.

A Lei nº 10.266, para o exercício de 2002, estipula:

É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições (...)

A Emenda 80010006, na modalidade ajuste técnico, destina-se a alocar, no programa de unidade orçamentária — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios —, o programa de trabalho atinente à recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal.

A Emenda 80010007, também na modalidade ajuste técnico, tem por finalidade remanejar a dotação de 15 milhões da rubrica Recurso para a Retomada de Execução de Obras e Serviços para a construção do Fórum Trabalhista da Primeira Instância da cidade de São Paulo.

Por outro lado, a obra foi listada pelo Tribunal de Contas da União dentre aquelas com indícios de irregularidades graves em sua gestão. Todavia, como se observa no Quadro VIII, o Tribunal de Contas da União não apontou os contratos que se encontram inquinados de irregularidades graves. Via de conseqüência, em consonância com a regra insculpida no art. 83, § 7º da LDO 2002, a execução de toda a dotação deverá ficar condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à prévia deliberação do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Orçamento.

Assim sendo, tomamos a decisão de propor a presente emenda, remetendo a dotação para a programação apropriada. Alertamos, sem embargo, para o fato de que sua execução orçamentária se submeterá aos condicionantes fixados na Lei de Diretrizes Orçamentária, porquanto a obra foi informada pelo

Tribunal de Contas da União como eivada de indícios de graves irregularidades.

As emendas em tela, enquadradas no tipo ajuste técnico, visam atender solicitação formalizada pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República e destinam-se a transpor do GND 3 (Outras Despesas Correntes), para o GND 4 (Investimentos), as dotações dos programas de trabalho listados adiante.

A justificativa apresentada pelo órgão para a solicitação implementada pela emenda consiste no fato de o valor previsto para investimentos na proposta orçamentária estar alocado em Fonte 150, dependente de arrecadação para a realização dos gastos, o que obsta a efetivação de despesas necessárias com investimentos no início do exercício.

Conforme a lei de emendas, já mencionada no Item 4, as demais emendas, mesmo sendo meritórias, não puderam ser devidamente atendidas em face da exigüidade de recursos.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 32/2001-CN, na parte abrangida pela Área Temática I — Poderes de Estado e Representação, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, Wilson Braga, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a leitura, em discussão o parecer.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, o objetivo da minha inscrição neste debate não é fazer uma análise individualizada do conjunto do relatório. Fiquei preocupado com a emenda apresentada por V.Exa. como Relator, Deputado Wilson Braga, sobre o Tribunal de São Paulo da 2ª Região. Foi feito um debate sobre o assunto, e houve um processo que levou à cassação de um Senador e à constituição de uma comissão por parte do Executivo para identificar a necessidade ou não de conclusão daquele prédio; automaticamente, o Congresso Nacional terá de deliberar sobre os recursos. Até aí é normal. Então, para alocar recursos para aquele Tribunal, independentemente de quem seja contra ou a favor, o Congresso Nacional tem de fazer um debate sobre a conveniência da sua conclusão. O Executivo, que realizou o estudo, tem de vir aqui convencer-nos de que a saída mais correta é o término da obra e apresentar um orçamento definitivo, o qual a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização deverá debater.

Um agravante é o caráter da emenda. Gostaria que V.Exa. fizesse uma exposição específica sobre isso. V.Exa. tem as informações sobre o quanto é necessário para se concluir a obra? E por que apresentar uma emenda de Relator? Nesse caso, tenho a impressão de que não pode ser feito dessa forma, porque o Governo abandonou a Comissão. Se o Deputado Santos Filhos for lá fora para tomar um café, só ficaremos aqui nós do PT, e poderemos pedir que se encerrem os trabalhos, contando com o apoio do nosso colega comunista Sérgio Miranda. E não seria correto o Congresso tratar de um projeto como esse nessas condições. Então, quero uma explicação sobre esse caso, para começar o debate a partir daí.

Meu procedimento com relação às emendas de Relator será o mesmo, porque nem o Relator-Geral tem competência para apresentar emenda de Relator, à exceção dos temas salário mínimo, saúde e mais um ou dois outros casos. Considerando tratar-se de Relator-Setorial, aí é que não poderia mesmo apresentar emenda para obras e investimentos. Então, quero esses esclarecimentos antes de começar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Para complementar o que disse o nobre companheiro Deputado João Coser, essa questão do TRT de São Paulo veio para esta Comissão de uma forma diferente da normal. Geralmente, chega até nós um parecer do Tribunal de Contas que aponta como superar as irregularidades, mas nesse caso ficamos sabendo pela imprensa que o Governo Federal teria nomeado uma comissão para sanar as irregularidades e, uma vez sanadas, será contratada uma outra empresa. Ora, não é isso que estabelece a Lei das Diretrizes Orçamentárias. Essa é também uma discussão que se refere à metodologia.

No que se refere especificamente ao prédio do Tribunal, existem irregularidades constatadas, e esse prédio, porque não se pode pagar por isso, não poderia ser concluído. Existem, porém, outras afirmações sobre o prédio que nada têm a ver com corrupção, como a de que a obra teria sido superdimensionada e suntuária — ou seja, concluir esse prédio seria jogar dinheiro fora. Inclusive um Deputado desta Comissão, que não está aqui e por isso não vou citá-lo, e que é especialista em construção, acha que com os 34 milhões que se quer alocar a mais seria possível construir outro prédio desde o alicerce. Depois esse colega poderá fazer publicamente essa afirmação. Portanto, se alocarmos esse montante para a obra esta-

remos jogando fora o valor daquele prédio, que poderia ser perfeitamente leiloado. Pode ser que incorporadores queiram comprar prédios suntuosos, revestidos de granito, mármore Carrara, com salões de não sei quantos metros quadrados para o presidente, coisas desnecessárias para a Justiça do Trabalho.

Será preciso concluir esse prédio? Temos de acreditar na comissão criada pelo Governo, que está querendo ver-se livre desse pepino. Então, tenho várias dúvidas relativas a esses recursos. É evidente que deve haver uma solução para atendimento da Justiça do Trabalho de São Paulo, mas a conclusão desse prédio seria uma solução? Não seria caro demais o término dessa obra? Será que não é melhor leiloar o imóvel, pegar o dinheiro e aplicá-lo em algo mais funcional, dimensionado de forma mais racional, com uma suntuosidade compatível com os pobres trabalhadores e os advogados que estão ali para ganhar seu pão de cada dia? Será que é preciso colocar a Justiça dentro de um prédio como aquele, que é agressivo à população?

Se algo deve ser privatizado, é esse prédio. É claro que estou falando aqui sobre o que eu acho. Tudo isso deve ser dimensionado, estudado. O que estou dizendo aqui é ou não é verdade? Quem sabe o prédio é realmente bem dimensionado? Quem sabe a área construída é adequada? Quem sabe o acabamento, as estruturas são suntuosas demais para o fim a que se destinam, e poderiam ser mais bem aproveitadas por uma multinacional que se instalasse ali, após arrematar esse prédio por um preço compatível?

Então, não venha o Governo Federal dizer que, porque nomeou uma comissão, pode empurrar goela abaixo do Congresso Nacional essa solução completamente esdrúxula. Por que não veio com os pareceres, tal qual nas outras situações, para criarmos um decreto legislativo liberando essas coisas todas? Então, isso aí é algo completamente esdrúxulo e não tem cabimento.

Chamo sua atenção, Sr. Presidente, para o fato de que temos um compromisso de rever a lista das obras com indício de irregularidades, porque algumas que já superaram seus problemas ainda estão paradas, e outras que ainda apresentam indícios de irregularidades não estão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há um comitê próprio para isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Haverá tempo. Como foi dito, não há necessidade de emenda, porque, ao final do período, haverá novos acontecimentos. Haveria uma comissão que ia apresentar uma relação disso. Então, quero apenas relembrar esse fato e pedir esclarecimentos a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Coser, V.Exa. deseja fazer um adendo?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só para concluir, Sr. Presidente, pode parecer que eu não li, mas ressalto que li a página 17, li toda a exposição acerca da conclusão da obra, e mantenho a minha pergunta, para que o Relator faça a exposição sobre o conteúdo do debate.

O segundo ponto é sobre a errata. Não entendi. Essa conclusão dos Tribunais Regionais do Trabalho pode dar uma confusão grande, porque se investem recursos genéricos do TST para construção de tribunais, esses recursos não são dirigidos para uma determinada obra, e o Congresso perde ainda mais o controle. No caso do TRT de São Paulo, o diretor do órgão, que foi afastado porque ficou comprovado que estava envolvido naquele processo de corrupção, já desviava, sem autorização do Congresso, recursos de outros órgãos, que enviava para São Paulo. Se nessa errata for aprovado que se pode concluir a construção de edifícios de Tribunais Regionais sem se identificar o local e o custo, ficaremos na mão daquele diretor ou de quem o substituiu. Portanto, essa observação é só para que vejamos se não estamos cometendo um erro.

Sei que a emenda propõe dessa forma, mas temos de ver se é o correto. Já fui Relator dessa área e sei que se deve especificar o recurso que vai para cada tribunal que será construído ou reformado em cada Estado. Uma rubrica genérica do TST para construção não se justifica em hipótese alguma. Então, quero apenas abordar o tema sob esse aspecto. O conteúdo muda em função do caráter da emenda; deixa de ser obras, serviços e investimentos para ser implantação de aparelhamento, adequação de unidade da Justiça. Vejam bem: aparelhamento, adequação. Aparelhamento pode ser nacional; obra tem de ter local.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, ao fazer uma apreciação do relatório de V.Exa. e passar uma vista-d'olhos nos números dos diversos órgãos envolvidos nesse relatório extremamente abrangente, chamaram-me a atenção os gastos da Presidência

da República com comunicação social. Estão ali alocados recursos no valor de 76 milhões, 619 mil e 61 reais.

Entendo que todo Governo tem de dispor de recursos para se comunicar com a população, para esclarecer dúvidas, oferecer informações úteis aos cidadãos. Não me oponho a que isso exista, mas me chama a atenção o montante destinado a essa atividade, inclusive se comparado com as outras despesas da Presidência da República e até com a carência de recursos em outras áreas.

Acabamos de apreciar o relatório das áreas de Justiça e de defesa nacional. Na área de Justiça, por exemplo, há carência de recursos para programas de prevenção do ingresso de jovens na atividade criminosa. E chama-nos a atenção o fato de o Governo alocar 76 milhões e 619 mil para gastos com comunicação social. Pergunto se não chamou a atenção de V.Exa. também esse montante a meu ver exagerado de recursos para essa área de comunicação social.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, Sr. Relator, li atentamente esse relatório do eminente Deputado Wilson Braga e não tenho muito a comentar; digo apenas que as emendas de bancada, as emendas de Comissão atendidas aqui pelo Deputado Wilson Braga estão conforme foram formuladas. Inclusive já emendei algumas dessas emendas de Comissão atendidas. Obviamente, vamos discuti-las na hora oportuna. Sendo a emenda de âmbito nacional, a responsabilidade de alocar esses recursos, que são poucos, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho. Estou pedindo, por exemplo, 70 milhões de reais para os Tribunais Regionais Federais, uma vez que esses tribunais estão com a grande responsabilidade de resolver os problemas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estão despachando aos sábados e domingos porque não há espaço físico!

Certamente, cada tribunal terá a alocação dos recursos conforme a necessidade da sua região.

Quero homenagear o Relator pelo que traz a esta Comissão. Quando formos discutir os destaques, procurarei fazer o remanejamento e o aumento dessas despesas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Terminada a manifestação dos oradores, passo a palavra ao Relator, para responder aos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, quanto à primeira observação do Deputado João Coser, referente ao Tribunal de São Paulo, tive muito cuidado na análise desse pleito. Fui pessoalmente ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Almir Pazzianotto, quando me tranqüilizei, porque haviam mudado toda a sistemática: o Presidente retirou daquele Tribunal todos os poderes para a continuidade da obra e fez um convênio com o Banco do Brasil. Assim, a execução da obra está diretamente a cargo do Banco do Brasil. E o Tribunal de Contas ficou, como a emenda esclarece, com o poder de impedir a continuação da obra quando verificar que algo não está correto, de acordo com a decisão da Comissão.

Quanto à questão do Deputado Virgílio Guimarães, não foram 54 milhões, nem 34 milhões de reais; aprovamos uma emenda de apenas 15 milhões de reais, o solicitado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Conseguiram mostrar e esclarecer que a obra não poderia ficar naquela situação, aquele monstrengo. A Justiça do Trabalho tem 54 prédios alugados na cidade de São Paulo, e a economia para a Nação seria muito grande.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Relator, gostaria de saber se V.Exa. tem noção ou foi informado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho a respeito do montante de recursos para a conclusão da obra. Pelas informações que temos, com 15 milhões de reais não se conclui aquela obra. Um dos problemas da obra desse Tribunal foi o fato aprovarmos recursos sem saber quanto ela custaria até a conclusão. O problema não são os 15 milhões de reais, mas quanto falta para se chegar ao final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Coser, como essa matéria é complexa, proponho a V.Exa. que, com o Sub-Relator e o Comitê, defina esse valor no momento oportuno. Seria complexo resolver o assunto agora. Já se chamou a atenção para esse ponto, o qual o Comitê vai discutir juntamente com o Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Se V.Exa. concordar, enviaremos o assunto para o Comitê.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está certo.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Quanto à manifestação do Deputado Jorge Bittar, realmente achei muito alto o percentual para publicidade, mas esse é um assunto que, pelo Regimento e pela LDO, só o Relator-Geral pode alterar. Eu, como Sub-Relator, não tenho poderes para isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero informar aos Srs. membros que a discussão não está encerrada. Continuará na segunda-feira, às 15h.

Informo aos Srs. membros que deverá ser entregue hoje, até às 17h, pelo terceiro Relator da matéria, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, o relatório referente ao Subtítulo nº 23.695.042.016.150.001 — Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Salvador, Bahia, constante do Quadro V da Lei Orçamentária para 2001.

Conforme o estabelecido no art. 5º, inciso VII, letra c, da Resolução nº 1/2001, do Congresso Nacional, fica aberto o prazo de 30 de novembro, sexta-feira, a 4 de dezembro, terça-feira, para a apresentação de emendas ao relatório e ao projeto do decreto legislativo.

Recebi do Deputado João Caldas o seguinte ofício:

Nos termos regimentais, requeiro a V.Exa. informação sobre se foi apresentado qualquer expediente formal da bancada ou de algum Parlamentar do Estado de Alagoas requisitando cópia da representação ofertada por mim e pelo Deputado Givaldo Carimbão, do PSB, no dia 4 de novembro. Caso positivo, requeiro cópia do requerimento.

Atenciosamente, Deputado João Caldas.

Os documentos da Comissão são públicos, basta que qualquer Parlamentar os solicite. O caso foi tratado em sessão pública desta Comissão, em razão do que foi entregue cópia.

Suspendo a sessão e convoco os Srs. Parlamentares membros desta Comissão para darmos prosseguimento aos debates na segunda-feira, às 15h, neste plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, quando iniciamos esta Legislatura, nesta Comissão, da qual sou membro há três anos, ficou acordado que as reuniões não seriam mais suspensas por tão longo tempo; permitir-se-ia, no máximo, a suspensão de um dia para o outro, jamais de uma semana para outra. Assim sendo, em vez de ser suspensa, esta reunião deve ser regimentalmente encerrada, para na segunda darmos início a uma nova reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A decisão da Mesa é pela suspensão da sessão, convocando os senhores membros para a reabertura às 15h de segunda-feira.

Está suspensa a sessão.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, recorro da sua decisão, porque estamos ferindo o Regimento Interno.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 28ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 28/2001, que são os relatórios setoriais apresentados nas áreas temáticas da Proposta Orçamentária de 2002.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, com fulcro no art. 95, § 7º, do Regimento da Câmara dos Deputados, solicito a V.Exa. que faça constar imediatamente o registro de anulação da reunião de quinta-feira próxima passada. A referida reunião foi convocada com o objetivo de se votarem as matérias ordinárias desta Comissão e não para a apreciação de relatórios do Projeto de Lei nº 32/2002 do Orçamento de 2002. Portanto, é uma reunião que inexistiu, porque não houve prazo regimental, convocação com a antecedência de 24 horas, e a reunião que estava acontecendo no momento não era aquela prevista.

Em segundo lugar, quero deixar claro que tratei com V.Exa. o assunto, levantei questão de ordem, mas V.Exa. simplesmente não deu conhecimento da questão e pediu a suspensão da reunião que foi, inclusive, questionada por mim nesse momento.

Sr. Presidente, concluindo, até porque tenho um tempo para concluir a minha questão de ordem, quero deixar registrado, primeiro, que apresentei uma questão de ordem na quinta-feira, ao que V.Exa., no instante, respondeu que havia um acordo dos partidos e das Lideranças; não obstante, o PL não participou e foi veementemente contra qualquer tipo de acordo, e também o PSB foi contra. E nós estamos aqui dando o rito, cumprindo o Regimento da Casa.

Gostaria que V.Exa. se posicionasse sobre essas duas questões de ordem. Gostaria inclusive que fosse aberto o **quorum** regimentalmente. Essa reunião foi suspensa na quinta-feira, e ficou acertado que não seria ferido o Regimento da Casa. Tolerou-se a suspensão de um dia para outro, nunca de uma se-

mana para outra. Temos de acabar com o quorum de avião, pois parece uma sessão de mediunidade: só aparecem aqui os espíritos dos Deputados e Senadores, quando deveríamos estar discutindo os recursos da União. Os que se propuseram a vir para esta Comissão foi para trabalhar e dar **quorum** à mesma, para discutir e debater os relatórios. Não para ficar aqui vindo só no dia que interessa, colocando os seus destaques, os seus interesses pessoais acima do interesse coletivos, acima do bem comum, que é o bem de todos, e as discussões temáticas deste Brasil afora.

Isso já foi discutido no ano passado. Há três anos participo desta Comissão discutindo o mesmo assunto, e a prática continua a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou responder à questão de ordem de V.Exa.

Em primeiro lugar, na quinta-feira, não houve nenhuma votação; houve apenas discussão dos pareceres preliminares. Antes de promover essa discussão, houve uma reunião de Líderes na Presidência, na qual os Líderes presentes concordaram com a discussão da matéria na quinta-feira. O PL não se fez representar pelo seu Líder, que é o Deputado Eujácio Simões. O Líder do PSB, que funciona em bloco com outros partidos, é o Deputado Sérgio Miranda, que estava presente na reunião. De modo que, Deputado, a reunião foi feita em função de uma discussão com os Líderes, e não houve nenhuma decisão, nenhuma votação; houve apenas a discussão dessa matéria. O PT deixou claro, naquela reunião, que se reservava para discutir a questão posteriormente — porque iria ter uma reunião à noite para discuti-la. Apenas essa ressalva do PT houve lá durante a reunião de Líderes. V.Exa. efetivamente fez uma ponderação na reunião, mas V.Exa. não é o Líder oficial do PL. Infelizmente não é.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Mas a missiva já vem por aí, se já não estiver no seu **bureau**: em breve, serei o representante do partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa., até então, não é o Líder do PL na Comissão. E todos os Líderes que estavam na reunião concordaram, ocorrendo apenas a ressalva do PT.

(Não identificado) – O PPB concorda, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, nós do PCdoB, na Comissão...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Vamos cumprir o Regimento, primeiro, para depois concordar. Aqui não é Casa de acordo; é Casa onde se cumpre o Regimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, em relação ao Orçamento, apesar de atuarem em bloco, o PCdoB e o PSB têm autonomia para assumir posições próprias.

Em segundo lugar, após aquela reunião, por decisão do Bloco de Oposição — que envolve não apenas o PT, mas o PCdoB, o PSB, o PDT —, estamos em obstrução em todas as Comissões, inclusive na Comissão Mista.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Só para comunicar que o PT deixou essa orientação na pessoa do Deputado Virgílio Guimarães, nosso Líder na Comissão. Além disso, estamos aqui com os Vice-Líderes do partido e já havíamos dito que, na quinta-feira, aceitaríamos a abertura, porque não estávamos aqui no início da reunião. Iríamos ter aquelas três apresentações e hoje continuaríamos, mas não tínhamos nenhum compromisso, naquele momento, de garantir a continuidade. Deixamos claro que, enquanto não estivesse resolvida a questão da CLT, estaríamos em processo de obstrução. É exatamente o que estamos fazendo, solicitando inclusive a abertura do livro de presença, porque, no nosso entendimento, hoje isso deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas foi exatamente isso que falei, nobre Deputado. Eu disse que, naquela discussão de quinta-feira, os Líderes concordaram, com a ressalva do PT, que iria reunir-se para definir uma posição em relação ao assunto. Mas, na discussão de quinta-feira, houve um acordo geral com os Líderes que estavam ali.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Exatamente. Perfeito!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa., pela ordem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que, na abertura da última reunião desta Comissão, o Presidente disse que seriam iniciadas as discussões dos relatórios. Mas, naquele momento, ninguém se manifestou contrariamente, e o cronograma proposto pelo Presidente da Comissão está sendo cumprido. Já recebemos a manifestação...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Ninguém, não! Ninguém, vírgula!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Já recebemos a manifestação da obstrução do PSB, do PL, do PT e dos partidos de oposição. Portanto, Sr. Presidente, evidentemente vamos continuar a discussão dos relatórios. Quando houver a primeira necessidade de deliberação na Comissão, sabemos que haverá obstrução. Em não havendo deliberação, a continuidade da sessão vai transcorrer normalmente. Não vejo qualquer impedimento de que a discussão dos demais relatórios continue até que não haja deliberação. Havendo qualquer propósito de deliberação sobre a mesa, os partidos já se manifestaram em obstrução, e faremos votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado Ricardo Barros, o que o Deputado Gilmar disse é que levantam uma questão em relação à assinatura da semana passada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – À abertura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deixem-me terminar. Eu só posso manter essas assinaturas da semana passada para hoje se houver consenso geral. Se houver qualquer questionamento, não tenho condições de mantê-las, e, portanto, a reunião fica prejudicada. Eu gostaria imensamente de avançar. Não sei se poderíamos não votar e discutir outros relatórios.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Nós podemos fazer isso, Sr. Presidente, desde que se abra um novo livro. Se houver presença, vamos seguir normalmente os trabalhos. Mas queremos a abertura do novo livro, para podermos reiniciar os trabalhos normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - E nós poderíamos abrir o livro e continuar discutindo...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, não. Se V.Exa. abrir o livro e se houver presença, evidentemente não teremos o que fazer. Mas queremos a presença. Para começar o debate, queremos a presença.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Já que houve questionamento, a Mesa não vai levar em consideração as assinaturas da semana passada. Vou encerrar a reunião...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para orientarmos os trabalhos. Não havendo acordo para a manutenção do livro, vamos buscar novo **quorum** para a continuidade da discussão. A pauta da Comissão que está em andamento é a discussão de três relatórios hoje, mais dois amanhã e mais dois em seguida. É o que está combinado.

Portanto, apenas para ficar claro, comunico que, alcançado o **quorum** no livro, Deputado João Coser, retomamos a discussão. É isso? Estou vendo aqui a objeção do Deputado João Caldas, mas parece-me que isso é uma questão clara, a não ser que se coloque alguma deliberação sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Não há **quorum** para deliberar, nobre Líder. Não existe **quorum**. Não houve abertura regimental. Não houve. Estamos fazendo uma reunião fantasma aqui. Não existe reunião, tem de haver **quorum**.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado João Caldas, foi solicitada a reconquista do **quorum**. Vamos reabrir o livro com a data de hoje e vamos às assinaturas. Alcançado o **quorum**, continuaremos a discussão dos relatórios setoriais. V.Exa. está de acordo, Deputado João Caldas? É isso que eu estou perguntando. Alcançado o **quorum** novamente, continuaremos a discussão dos relatórios setoriais. V.Exa. está de acordo? O Deputado Givaldo Carimbão está de acordo?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Havendo **quorum**, vão pedir revisão de **quorum**.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Havendo **quorum**, na minha deliberação proposta, V.Exa. pode pedir a verificação. Não havendo deliberação, Deputado Givaldo Carimbão, não há verificação a pedir.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO – Para mim, ou há o número regimental, ou eu peço que se use o Regimento. Não há entendimento nem acordo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Givaldo Carimbão, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Havendo **quorum** no novo livro, a discussão será reiniciada. V.Exa. só poderá pedir a verificação quando houver uma deliberação.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado João Coser pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos colocar ordem na Casa, falando um de cada vez, de acordo com o Regimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer algo para os Deputados, inclusive o Deputado Ricardo Barros. Tenho a impressão de que o Partido dos Trabalhadores não conseguiu ser entendido até agora.

Não temos como obstruir uma sessão sozinhos. Então, estaremos em obstrução com os partidos de oposição. Isso significa que nós não vamos dar presença, não vamos deixar passar livro de um dia para o outro, nós não vamos facilitar que haja **quorum** na Comissão. Essa é a posição do bloco da oposição.

O livro abre agora. Se às 17h houver **quorum** sem a nossa presença, estaremos aqui para debater, e o Presidente não depende de acordo. Se S.Exa. tem **quorum**, toca a reunião até onde pode. Se houver votação, vamos pedir **quorum**. Terminada a reunião, esta será encerrada. Amanhã pela amanhã, abre-se um novo livro. Não há acordo, e cada dia haverá um pedido em uma reunião. Do contrário, é construir acordo.

Então, queremos informar que, neste momento, em função das orientações que temos e das decisões, o Partido estará em obstrução, só para não parecer que há uma diferença de entendimento — se é agora ou se é daqui a pouco. Mas, se os blocos da base do Governo quiserem prosseguir com a reunião, é só alcançar **quorum**, e nós vamos estar subordinados ao ritmo dessa maioria.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, entendo que, pelos procedimentos da Comissão, iniciamos esta reunião com a ata, a verificação de **quorum**, que é feita, por norma, no livro da reunião anterior, como foi acordado. E se assim o é, a reunião está iniciada e deve ter continuidade. Pode haver leitura, pode haver discussão, mas não pode haver deliberação, assim como a verificação de **quorum** também só pode ser requerida na deliberação. Se não há deliberação, não pode haver pedido de verificação de **quorum**. O Regimento não abriga a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado, para V.Exa. não perder energia, gostaria de informá-lo de que isso é matéria vencida. A Mesa já anunciou que a questão do livro é só se houver concordância de todos. Não tenho como... Se houver alguma divergência, serei obrigado a suspender a reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, é isso que pretendo recuperar, porque, na última reunião que fizemos entre os Srs. Líderes dos partidos, ficou decidido!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas o PT fez uma ressalva!**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Ah, sim! Compreendi a ressalva do PT, mas não sabia que incluía também essa possibilidade de suspender a reunião hoje. Para mim, a última ressalva não incluía isso. Continuaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O PT concordou com a discussão de quinta-feira e se reservou o direito de avaliar a situação.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Inclusive, Sr. Presidente, falo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está decidido: vou encerrar a reunião e convocar outra para as 17h.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Mas nós temos o direito também de ficar sabendo o que houve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Às 17 horas.

Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 18 de dezembro de 2001.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 29, 30, 31 e 32/2001. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Givaldo Carimbão, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Leão, João Matos, João Pizzolatti, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Va-

rella, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Freitas Neto, José Coelho, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Ronaldo Cunha Lima, e Tião Viana; - **Deputados suplentes:** Aracely de Paula, Armando Abílio, Carlito Merss, Carlos Nader, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Gastão Vieira, Gonzaga Patriota, Jorge Alberto, Juquinha, Laura Carneiro, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Sérgio Barros, Silas Brasileiro e Waldemir Moka; **- Senadores suplentes:** Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Jefferson Peres, Ricardo Santos, Robinson Viana e Romeu Tuma; - **Deputado não membro**: Dr. Heleno. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Dipp, Alexandre Cardoso, Basílio Villani, Danilo de Castro, Giovanni Queiroz, João Grandão, João Magno, Jonival Lucas Júnior, José Carlos Aleluia, José Priante, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marcelo Teixeira, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Pedro Celso, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães; - **Senadores titulares**: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Nabor Junior, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. **ABERTURA:** Às quatorze horas e quatorze minutos, o Presidente anunciou a existência de número regimental para abertura da reunião, porém não havia *quorum* para deliberação. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: **1)** Ofício 368, de 04 de dezembro, do Deputado José Borba, solicitando correção de título de emenda de sua autoria. **2)** Ofício 516, de 06 de dezembro, do Deputado Paulo Mourão, comunicando sua impossibilidade de relatar o Projeto de Lei nº 123/2001-CN. O Presidente informou que o Senador Tião Viana, do PT do Acre, havia sido designado relator em substituição ao Deputado Paulo Mourão; **3)** Expediente de 06 de dezembro, do Senador Nabor Júnior, que indica a Deputada Zila Bezerra para substituí-lo nas funções de Coordenador da Bancada do Acre, na reunião a ser realizada com o Relator-Geral no dia 07 de dezembro de 2001; **4)** Ofício 65, de 06 de dezembro, do Deputado Robério Araújo, indicando o Deputado Luciano Castro para substituí-lo nas funções de Coordenador da Bancada de Roraima na reunião a ser realizada com o Relator-Geral no dia 07 de dezembro de 2001; **5)** Solicitação assinada por parlamentares da Bancada de Roraima requerendo a antecipação do atendimento à Bancada do dia 07 para o dia 06 de dezembro de 2001; **6)** Ofício de 6 de dezembro, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, encaminhando a Petição nº 01/2001-CN, com o respectivo Adendo, apresentada pelos Deputados João Caldas e Givaldo Carimbão, solicitando anulação e exclusão das emendas coletivas apresentadas pela Bancada de Alagoas ao Orçamento de 2002. **7)** Ofício 109, de 10 de dezembro, do Deputado João Caldas, indagando da Presidência as providências a serem adotadas quanto à Representação de anulação e exclusão das emendas coletivas apresentadas pela Bancada de Alagoas, tendo em vista o parecer da Consultoria Legislativa encaminhado à Secretaria da Comissão em 10 de dezembro. **8)** Ofício 1.115, de 12 de dezembro, do Deputado Júlio Redecker, solicitando substituição de emenda individual apresentada pelo Deputado Jarbas Lima, seu suplente. **9)** Ofício 1.753, de 12 de dezembro, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, encaminhando cópia do Relatório Final da CPI destinada a *investigar as possíveis irregularidades atentatórias aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa e da economicidade nas obras iniciadas e não concluídas e os bens imóveis que não estão sendo utilizados, ou utilizados inadequadamente pela Administração Federal (obras inacabadas)*, para conhecimento e providências desta Comissão. - Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência: **1)** Ofício 812, de 06 de dezembro, do Deputado Neuton Lima, justificando sua ausência às reuniões realizadas nos dias 06, 07 e 08 de dezembro. **2)** Ofício 527, de 12 de dezembro, do Deputado Paulo Mourão, justificando sua ausência no dia 13 de dezembro. - Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: . Ofício 342, de 13 de dezembro, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia, em substituição ao Senador Welington Roberto. **II)** Correspondência externa recebida: - Expedientes encaminhados pela Presidência ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória: **1)** Ofício 132, de 04 de dezembro, do Secretário de Orçamento Federal Substituto, Dr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, informando a inclusão de programações relativas à

Agência Nacional do Cinema –ANCINE e alteração das ações do Fundo de Universalização das Telecomunicações – FUST na Proposta Orçamentária para 2002. **2)** Ofício 133, de 05 de dezembro, do Secretário de Orçamento Federal, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, informando a necessidade de adequação da programação orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. - Avisos remetidos pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . 6.517-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 374/2001, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação de Marituba, no Município de Penedo, Alagoas, de responsabilidade da CODEVASF. Avisos remetidos pela Presidência do Tribunal de Contas da União: **1)** 1.660-GP, de 06 de dezembro, comunicando o cumprimento da determinação contida na Decisão 570/2001-TCU, encaminhada através do Aviso 4.689-SGS-TCU, de 15/08/2001, pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. **2)** 6.515-SGS, de 05 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 427/2001, sobre auditoria realizada na EMBRATUR. **3)** 6.520-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.019/2001, sobre auditoria realizada na implantação de usina de enriquecimento de urânio. **4)** 6.523-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.021/2001, sobre auditoria realizada nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Piauí. **5)** 6.530-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.022/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção de ferrovias no corredor nordeste/Petrolina/Pernambuco – Missão Velha/Ceará. **6)** 6.532-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.016/2001, sobre auditoria realizada no Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí, obras de responsabilidade do DNOCS. **7)** 6.533-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.015/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, sob responsabilidade do DNOCS. **8)** 6.551-SGS, de 04 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.009/2001, sobre Pedido de Reexame interposto pela Fundação Cristiano Varella contra a Decisão nº 746/2000-TCU, em processo de solicitação de inspeção requerida pelo Congresso Nacional. O Presidente informou que o Deputado Mussa Demes, do PFL/Piauí, havia sido designado relator da matéria. **9)** 6.554-SGS, de 05 de dezembro, encaminhando cópia do Acórdão 301/2001, sobre Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT/SP. **10)** 6.558-SGS-SIGILOSO, de 07 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão 1.045/2001, adotada na Sessão Extraordinária-Reservada do Plenário, do Relatório e do Voto que a fundamentam. **11)** Fax encaminhado pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Queiroz, agradecendo sua participação em reunião de audiência pública e enfatizando a importância dos recursos do Projeto de Lei nº 28/2001-CN. **12)** Aviso 1.688, de 12 de dezembro, do Ministro Interino dos Transportes, Dr. Alderico Lima, encaminhando nota técnica do DNER sobre a BR-364/MG, trecho do Entroncamento da BR-153/MG à BR-365/MG.O Presidente em exercício informou que não havia número regimental para apreciação das Atas. Às quinze horas e vinte e três minutos, os trabalhos foram interrompidos. Às dezenove horas e vinte e dois minutos do mesmo dia, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reabriu a reunião. Informou, em seguida, que não havia acordo para deliberação das matérias constantes das pautas. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou os trabalhos, às dezenove horas e vinte e três minutos do dia dezoito de dezembro de 2001. Antes, convocou os membros a participarem da 3ª Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 19 de dezembro, às 10 horas, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 29ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 29/2001, que são os relatórios apresentados a todos os projetos de lei de créditos adicionais que tramitam na Comissão; da Pauta nº 30/2001, que são os relatórios apresentados sobre a execução orçamentária de subtítulos e requerimento remanescentes de pautas anteriores, e das Pautas nºs 31 e 32.

Apreciação das atas da 1ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 3, 4, 5, 6 e 7 de dezembro de 2001, e da 10ª reunião de audiência pública, realizada em 11 de dezembro de 2001.

Não vamos submetê-las a votação, porque temos **quorum** apenas para abertura da reunião.

Expedientes pendentes.

Correspondência interna recebida: Ofício nº 368, de 4 de dezembro, do Deputado José Borba, solicitando correção de títulos de emenda de sua autoria.

Ofício nº 516, de 6 de dezembro, do Deputado Paulo Mourão, comunicando sua impossibilidade de relatar o Projeto de Lei nº 123, de 2001. Informo que foi designado para relatar o projeto o Senador Tião Viana, do PT do Acre, em substituição do Deputado Paulo Mourão.

Expediente de 6 de dezembro, do Senador Nabor Júnior, que indica a Deputada Zila Bezerra para substituí-lo nas funções de Coordenador da Bancada do Acre na reunião com o Relator-Geral, no dia 7 de dezembro.

Ofício nº 65, de 6 de dezembro, do Deputado Robério Araújo, indicando o Deputado Luciano Castro para substituí-lo nas funções de Coordenador da Bancada de Roraima na reunião com o Relator-Geral, no dia 7 de dezembro.

Solicitação assinada por Parlamentares da bancada de Roraima, requerendo antecipação do atendimento à bancada, do dia 7 para o dia 6 de dezembro.

Ofício de 6 de dezembro, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, encaminhando a Petição nº 1/2001, do Congresso Nacional, com o respectivo adendo, apresentada pelos Deputados João Caldas e Givaldo Carimbão, solicitando anulação e exclusão das emendas coletivas apresentadas pela bancada de Alagoas ao Orçamento de 2002.

Ofício nº 109, de 10 de dezembro, do Deputado João Caldas, indagando da Presidência as providências a serem adotadas quanto à representação de anulação e exclusão das emendas coletivas apresentadas pela bancada de Alagoas, tendo em vista o parecer da Consultoria Legislativa encaminhado à Secretaria da Comissão em 10 de dezembro.

Ofício nº 1.115, de 12 de dezembro, do Deputado Júlio Redecker, solicitando substituição de emenda individual apresentada pelo Deputado Jarbas Lima, seu suplente.

Ofício nº 1.753, de 12 de dezembro, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, encaminhando cópia do Relatório final da CPI destinada a "investigar as possíveis irregularidades atentatórias aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa e da economicidade nas obras iniciadas e não concluídas e os bens imóveis que não estão sendo utilizados, ou utilizados inadequadamente pela Administração Federal — Obras Inacabadas", para conhecimento e providências desta Comissão.

Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferido pela Presidência: Ofício nº 812, de 6 de dezembro, do Deputado Neuton Lima, justificando sua ausência às reuniões realizadas nos dias 6, 7 e 8 de dezembro.

Ofício nº 527, de 12 de dezembro, do Deputado Paulo Mourão, justificando sua ausência no dia 13 de dezembro.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício nº 342, de 13 de dezembro, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia, em substituição ao Senador Wellington Roberto.

Correspondência externa recebida.

Expedientes encaminhados ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória: Ofício nº 132, de 4 de dezembro, do Secretário do Orçamento Federal substituto, Dr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, informando a inclusão de programações relativas à Agência Nacional do Cinema — ANCINE e alteração das ações do Fundo de Universalização das Telecomunicações — FUST, na Proposta Orçamentária para 2002.

Ofício nº 133, de 5 de dezembro, do Secretário de Orçamento Federal, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, informando a necessidade de adequação da programação orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Aviso remetido pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 6.517-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 374/2001, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação de Marituba, no Município de Penedo, Alagoas, de responsabilidade da CODEVASF.

Avisos remetidos pela Presidência do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 1.660-GP, de 6 de dezembro, comunicando o cumprimento da determinação contida na Decisão nº 570/2001-TCU, encaminhada através do Aviso nº 4.689-SGS-TCU, de 15 de agosto de 2001, pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN.

Aviso nº 6.515-SGS, de 5 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 427/2001, sobre auditoria realizada na EMBRATUR.

Aviso nº 6.520-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.019/2001, sobre auditoria realizada na implantação de usina de enriquecimento de urânio.

Aviso nº 6.523-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.021/2001, sobre auditoria realizada nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Piauí.

Aviso nº 6.530-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.022/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção de ferrovias no corredor nordeste/Petrolina/Pernambuco-Missão Velha/Ceará.

Aviso nº 6.532-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.016/2001, sobre auditoria realizada no Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí, obras de responsabilidade do DNOCS.

Aviso nº 6.533-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.015/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, sob responsabilidade do DNOCS.

Aviso nº 6.551-SGS, de 4 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.009/2001, sobre Pedido de Reexame interposto pela Fundação Cristiano Varella contra a Decisão nº 746/2000-TCU, em processo de solicitação de inspeção requerida pelo Congresso Nacional.

Informo que foi designado o Deputado Mussa Demes, do PFL do Piauí, para relatar a matéria.

Aviso nº 6.554-SGS, de 5 de dezembro, encaminhando cópia do Acórdão nº 301/2001, sobre Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT/SP.

Aviso nº 6.558–SIGILOSO, de 7 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.045/2001, adotada na Sessão Extraordinária-Reservada do Plenário, do Relatório e do Voto que a fundamentam.

Fax encaminhado pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Queiroz, agradecendo sua participação em reunião de audiência pública e enfatizando a importância dos recursos do Projeto de Lei nº 28/2001-CN.

Aviso nº 1.688, de 12 de dezembro, do Ministro Interino dos Transportes, Dr. Alderico Lima, encaminhando nota técnica do DNER sobre a BR-364/MG, trecho do Entroncamento da BR-153/MG à BR-365/MG.

Havendo terminado a leitura dos expedientes sobre a mesa, e não havendo número regimental para decidir, transfiro a presente reunião para às 19h de hoje, com a mesma pauta.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Por falta de acordo em vários itens que seriam objeto de apreciação desta Comissão, vou dar a sessão por encerrada, convocando uma extraordinária para amanhã, às 10h.

Está encerrada a reunião.

Ata da Audiência Pública Conjunta, realizada em 20 de Setembro de 2001

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte de setembro do ano dois mil e um, no Plenário n.º 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniram-se as Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; as Comissões de Assuntos Econômicos; e de Fiscalização e Controle, do Senado Federal; e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, em reunião ordinária de audiência pública conjunta, em atendimento ao § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como convidado o Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil. Registraram presença os Deputados Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Carlito Merss, Edinho Bez, Emerson Kapaz, Félix Mendonça, Fetter Júnior, Fioravante, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Magno, Jorge Bittar, Jorge Khoury, Jorge Tadeu Mudalen, José Carlos Aleluia, José Chaves, José Militão, José Pimentel, José Priante, Jurandil Juarez, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Fortes, Max Mauro, Milton Monti, Miro Teixeira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Mourão, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Ricardo Berzoini, Roberto Argenta, Rodrigo Maia, Romeu Queiroz, Sampaio Dória, Sérgio Barros, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Yeda Crusius, titulares; Adolfo Marinho, Aloizio Mercadante, Armando Abílio, Clementino Coelho, Clóvis Ilgenfritz, Danilo de Castro, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Gilmar Machado, Ildefonço Cordeiro, Lincoln Portela, Márcio Matos, Paulo Kobayashi, Ricardo Ferraço e Ricardo Barros, suplentes; Luis Carlos Heinze e Freire Jr., não membros. Também estiveram presentes os Senadores Carlos Bezerra, Lúdio Coelho, Nilo Teixeira Campos, Paulo

Hartung, Pedro Piva e Tião Viana, titulares; e Luiz Otávio, suplente. Justificou sua ausência o Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, que se encontrava em Licença de Tratamento de Saúde. O Deputado Marcos Cintra deu por abertos os trabalhos. Em seguida, convidou o expositor para tomar assento à Mesa, assim como ao Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; aos Deputados Jorge Tadeu Mudalen, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e João Caldas, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Em seguida, passou a palavra ao Senhor Armínio Fraga para suas explanações. Na fase dos debates, fizeram uso da palavra, para indagações, os Deputados Sérgio Miranda, Ricardo Berzoini, Ricardo Barros, Félix Mendonça, José Chaves, Yeda Crusius, Paulo Mourão, Clementino Coelho, Darcisio Perondi e Miro Teixeira. No transcorrer da reunião, os Deputados Marcos Cintra, Jorge Tadeu Mudalen e João Caldas revezaram-se na Presidência dos trabalhos. Antes de encerrar a audiência pública, o Presidente colocou em votação a ata da presente reunião, tendo sido **aprovada unanimemente. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às treze horas e quarenta minutos, o Presidente agradeceu a presença de todos, em especial ao convidado, e encerrou os trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado, passando a fazer parte integrante desta Ata. E para constar, eu, Aparecida de Moura Andrade, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelos Presidentes e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado **MARCOS CINTRA,** Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Deputado **JORGE TADEU MUDALEN**, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado **JOÃO CALDAS**, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; e Senador **CARLOS BEZERRA,** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Finanças e Tributação.

Nossa audiência pública conta com a presença do Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil.

O objetivo desta audiência pública conjunta é a prestação de contas do Poder Executivo ao Poder Legislativo, em obediência ao § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já compõem a Mesa o Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central; o Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e o Deputado Jorge Tadeu Mudalen, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

Esta é uma audiência pública que reúne a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos, também do Senado Federal, e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Esclareço aos presentes e ao nosso ilustre convidado que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito a todos que falem ao microfone e que se identifiquem.

Para melhor condução dos trabalhos, informo ao nosso convidado que ele disporá de trinta minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. Após sua exposição, passaremos aos debates.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Um minuto, Deputado.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o § 5º do art. 9º diz que no prazo de 90 dias, após o encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas. Isso foi introduzido, Sr. Presidente, tomando por base a experiência positiva dos Estados Unidos. Nos meses de fevereiro e julho, o Presidente do FED vai ao Congresso e apresenta uma avaliação.

Estamos alterando a Resolução nº 2. Há uma proposta de que essa avaliação seja apreciada pelo Congresso. Ora, ao tratarmos de avaliação e apreciação, achamos que o Presidente do Banco Central deverá nos trazer um relatório, algo que possamos avaliar.

Na última vez em que o Presidente do Banco Central esteve aqui, S.Sa. não cumpriu o disposto, fa-

zendo apenas um relatório verbal sobre o balanço e não sobre o custo da política monetária, creditícia e cambial, como manda o § 5º. S.Sa. fez uma exposição, utilizou algumas projeções. Pergunto: como o Congresso vai fazer um exame dessa avaliação?

Sr. Presidente, existe uma avaliação, por escrito, para que possamos acompanhar? Caso exista, que seja distribuída cópia para os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Informo ao Deputado Sérgio Miranda que essa questão já foi abordada. Houve uma discussão com a Assessoria do Banco Central a propósito de que houvesse pleno atendimento aos quesitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, como, aliás, V.Exa. acaba de ler. Haverá uma exposição do Presidente do Banco Central da avaliação dos custos da política monetária cambial e, ao término da exposição, o Dr. Arminio Fraga fará a distribuição de um documento que será usado para avaliação de todos os Srs. Parlamentares, exatamente em atendimento a esses quesitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Arminio Fraga, solicitando-lhe que se atenha ao prazo regimental de trinta minutos.

O SR. ARMINIO FRAGA - Obrigado, Deputado Marcos Cintra e Parlamentares presentes. Mais uma vez, agradeço-lhes o convite.

Antes de começar propriamente minha exposição, quero responder a pergunta do Deputado Sérgio Miranda. Temos uma apresentação mais completa do que a anterior, mas não temos um texto. O material da apresentação — tabelas, gráficos etc., com alguns resumos e tópicos — será distribuído brevemente. Ele ficou pronto hoje de manhã, já fiz algumas modificações. Depois V.Exa. pode indicar o seu grau de insatisfação. Acho que ainda não será satisfatório. Procuramos levar em conta seus comentários de seis meses atrás. É com esse objetivo que inicio minha apresentação. Vou fazer uso de transparências. Todas elas serão distribuídas para V.Exas. e também para a imprensa.

Não é preciso repetir o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o nosso trabalho começa com a letra da lei, que nos recomenda uma apresentação, como disse há pouco o Deputado Sérgio Miranda, com a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas, evidenciando o impacto do custo fiscal e resultados demonstrados do balanço. Como disse da outra vez a V.Exa. e a seus colegas, trata-se de um exercício complexo, pois é preciso avaliar o impacto global das políticas. Obviamente, temos todas as contas fiscais, como manda o figurino. A interpretação de qual é o custo ou o benefício social de uma determinada resposta de política econômica a um certo contexto é algo que certamente deixa margem para diferenças de opinião. Vou apresentar aqui a nossa visão.

(Apresentação de transparências.)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias recomenda que, na apresentação da própria lei, o Governo explicite os objetivos, suas políticas monetária, creditícia e cambial, bem como parâmetros, projeções etc. Isso foi feito. No anexo dessa lei está dito com clareza que os objetivos da política econômica seguem sendo a promoção do crescimento com estabilidade, convergência das políticas macroeconômicas e, especificamente no caso da atuação do Banco Central, compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio e a orientação da política monetária para as metas de inflação. Declara também que, no que diz respeito à política de crédito, o Governo tem por objetivo expandir o crédito de maneira segura, responsável, de tal forma também a estimular e a permitir o crescimento da economia.

Com relação ao resultado financeiro do Banco Central, ele representa o custo fiscal direto. A conta hoje é feita com critérios extremamente rigorosos e com total transparência.

Hoje temos, no balanço que apresentamos, o que já é de conhecimento de V.Exas., regras que reavaliam, a preço de mercado, títulos que são sujeitos a variações de taxa de câmbio, taxa de juros ou de prêmio de risco. Isso é que é feito. O resultado do período foi negativo em 4,08 bilhões, como é de conhecimento, principalmente em função de uma depreciação de cerca de 18% da taxa de câmbio e do fato de o Banco Central ter uma posição líquida vendida em câmbio, e foi esse o fato causal. Se fizermos a conta, a despesa líquida com correção cambial foi de 3,84 bilhões. Portanto, praticamente idêntica ao resultado. Explica-se o resultado dessa forma.

Nossa equipe fez algumas simulações. Se tivéssemos tido um ambiente, vamos dizer, livre de surpresas ou extraordinários movimentos de câmbio, juros e prêmio de risco, que são variáveis que afetam a avaliação do nosso balanço, veríamos que o Banco Central teria tido um resultado positivo, algo em torno de 200 milhões. No fundo, quero dizer que, num ambiente em que as coisas ocorrem mais ou menos dentro das expectativas — claro que há um espaço de variabilidade muito grande, principalmente num momento mais turbulento como o atual —, por exemplo, se a taxa de câmbio ficasse constante ou tivesse tido uma pequena depreciação e o mesmo ocorresse com a

taxa de juros, o Banco Central teria tido um pequeno lucro. Esse lucro é sensível ao prêmio de risco ou à taxa de juros real que vigora na economia, porque temos, do lado do ativo, as reservas que rendem a taxa mais baixa do sistema, a taxa livre de riscos.

A aplicação das reservas feitas em investimentos seguros hoje rende 2,5%. A taxa de juros caiu muito, enquanto os títulos que temos no passivo do Banco pagam a taxa de juros de mercado aqui. À medida que a economia vai consolidando uma trajetória de desenvolvimento e estabilidade, esse diferencial vai diminuir, e o resultado do Banco deverá aumentar. Resumindo, houve um resultado negativo de 4,08 bilhões, praticamente coincidente com o número da despesa líquida com correção cambial.

Nossa visão é que, ao longo do tempo, segundo a filosofia de separação das coisas monetárias e fiscais — creio que norteia todo um trabalho que vem sendo feito de reconstrução institucional no Brasil —, amparada pela nossa Constituição, faz sentido trabalhar para que o balanço do Banco Central seja um balanço mais casado no sentido financeiro, ou seja, que haja menos defasagem entre prazos ou taxas ou indexações nos itens de ativo e passivo. Em particular, minha opinião, que tem eco na área econômica do Governo, é que operações que ponham risco ao Erário — operações do Banco Central de assistência de liquidez ou de intervenção no mercado de câmbio —, acima de um determinado nível, sejam discutidas e aprovadas pelas lideranças ou pelos responsáveis pela área fiscal. Esse é um tema que merece espaço próprio para discussão ao longo do tempo. Creio que é algo que virá e que faz parte desse processo de revolução no sistema e nos regimes fiscal e monetário no Brasil, excetuando-se nesse caso as decisões de taxas de juros. Essas, sim, são as decisões clássicas de política monetária.

Minha convicção, amparada pela evidência histórica, empírica e hoje por argumentos teóricos muito sólidos, é de que é fundamental separar e diferenciar os regimes fiscal e monetário. E assim fazendo, obtém-se, a médio e longo prazos, a taxa de juros mais baixa possível. Já tivemos ocasião de discutir esse tema aqui no ano passado. Tenho absoluta convicção de que dar ao Banco Central um espaço de trabalho claro, bem definido, transparente, voltado para a estabilidade de preços e do sistema financeiro, ajuda a reduzir a taxa de juros. Este é um ponto importante, e creio que também faz parte da evolução natural das nossas instituições. Temos, com a Medida Provisória nº 2.179, autorização técnica para promover essa gradual adaptação do balanço do Banco Central. Creio que é mais um item, dá à categoria maior transparência, simplificação das funções de cada ente no setor público.

Nosso balanço, além de toda a auditoria feita pelo TCU e pela CISET, foi também auditado por auditores independentes, de acordo com os critérios e conceitos discutidos aqui no semestre passado. Duas ressalvas foram feitas. Na primeira vez, tratamos de avançar numa resposta às duas ressalvas feitas ao nosso balanço. A primeira foi que as aposentadorias do RJU não foram contabilizadas, e a resposta já está sendo providenciada a partir de um comando geral do Governo, que é a de que esse valor deverá constar da informação global que acompanha futuros projetos da LDO a partir de 2002. Este é um tema importante. O registro de um passivo atuarial às vezes dá a impressão de que se tem uma dívida inadministrável, uma dívida maior. Como a Previdência faz parte do nosso orçamento, temos também futuros fluxos de receita para cobrir essa importante despesa nas aposentadorias, como é feito hoje.

O segundo item, que foi objeto de ressalva no semestre passado e mais uma vez neste semestre, diz respeito à impossibilidade de uma opinião dos auditores sobre as provisões referentes às instituições em liquidação extrajudicial. A partir dessa constatação, apesar de toda uma revisão e de todo um cuidadoso trabalho de inspeção de cada um desses processos de liquidação, também contratamos auditorias independentes. Esse trabalho está em andamento. Não temos nenhum resultado preliminar que aponte alguma necessidade de provisionamento adicional.

Um item que eu gostaria apenas de mencionar aqui diz respeito a um trabalho que estamos acelerando: a efetiva liquidação dessas instituições financeiras. Sei que esse foi um tema importante quando da primeira apresentação do balanço revisado do Banco Central, balanço com critérios novos que implantamos no ano passado. No primeiro semestre deste ano recebemos — isso é caixa — 3,6 bilhões em créditos que foram liquidados e pagos ao Banco Central. Estamos acelerando esse processo de pagar ao Banco Central. O Diretor Carlos Eduardo de Freitas já vem discutindo essa questão pela imprensa.

A próxima tabela faz uma decomposição — acho que é parte um pouco do que alguns Deputados me cobraram na última vez — da evolução da relação dívida/PIB ao longo do primeiro semestre deste ano. E o que essa tabela mostra é que houve um aumento de dois pontos percentuais do PIB no semestre. Mas se olharmos os números que estão à direita da tabela, fica claro que mais ou menos 0,97% do PIB foi ape-

nas reconhecimento de dívida. Ou seja, não tem a ver com política fiscal irresponsável. E 3,44% do PIB vieram da desvalorização cambial. Todos esses dados são feitos usando critério nominal. Isso poderia ser refeito usando também o critério real.

A conclusão é de que os 4,4% do PIB de aumento ocorreram em função desses dois eventos que não são recorrentes. Ou seja, se não tivesse acontecido a depreciação cambial, nós teríamos observado uma queda da relação dívida/PIB. Este é um ponto muito importante. Muito se tem discutido, no contexto de avaliação da política econômica do Governo e, mais importante ainda do que isso, da saúde financeira do Governo e da nossa economia, sobre o tema evolução da relação dívida/PIB. É apenas isso o que eu gostaria de registrar e de mostrar aqui. Voltarei ao tema mais adiante, já que existem outras transparências que tratam desse assunto e de assuntos correlatos.

Mas fica claro aqui que não se trata de um problema recorrente. Uma vez que haja estabilização da taxa de câmbio, ela flutua, mas a longo prazo converge para valores razoáveis. Hoje é possível até argumentar que ela esteja excessivamente depreciada. Essas flutuações não devem ser objeto de previsão de curto prazo. Mas levando-se em conta isso, creio que se chega a um panorama diferente para a evolução da trajetória dívida/PIB. A conclusão é de que esse trabalho que temos feito em conjunto — Executivo e Legislativo — já está dando resultado. E não é à toa que, mesmo num ambiente extremamente difícil como o atual, temos taxas de juros reais que subiram pouco, se é que subiram nos últimos meses.

A próxima tabela mostra um cenário para evolução da relação da dívida líquida do setor PIB, que leva em conta o que eu disse. Esse cenário supõe 4% de crescimento do PIB, 8% de taxa de juros reais e um superávit primário de 3,5%. Fica claro que, com essa aritmética, a dívida/PIB cai. Creio que esse é um dado fundamental para nos qualificarmos para uma trajetória de crescimento acelerado e desenvolvimento do nosso País.

Realmente não vejo, nessa aritmética simples, elementos negativos. Claro que temos que trabalhar para gerar esse resultado. Isso tem sido feito com esforço, mas já gerando dividendos para o País em termos de crescimento e capacidade de administração de crises e flexibilidade em várias dimensões. Essa trajetória, a meu ver, é razoável. O potencial de crescimento da nossa economia, se mantivermos o rumo, pode até ser superior a esses 4%, e a taxa de juros real, a longo prazo, pode ser inferior a 8%, preservadas estas bases que hoje existem: responsabilidade fiscal, estabilidade macroeconômica em geral, regime de câmbio flutuante e um sistema financeiro sólido. Com essas bases, vamos conseguir chegar a uma taxa de juros real mais baixa ao longo do tempo, mais baixa até, creio eu, do que essa que foi utilizada aqui, mas isso vai depender de um esforço continuado, que não está garantido. Trata-se de algo que vamos ter que conquistar no dia-a-dia.

Um outro tema interessante e importante, também ligado à mensuração do déficit e do impacto das políticas macroeconômicas como um todo, objeto desta reunião de hoje, diz respeito à medida do chamado déficit nominal. E a nossa medida inclui o impacto da depreciação cambial. Isso é algo que não é feito na grande maioria, se não na totalidade dos países. Hoje, coluna de um jornal apresenta discussão sobre o tema. A recomendação do Fundo Monetário Internacional, por exemplo, é de que esse déficit nominal seja apresentado sem a variação cambial, pelas razões que discuti há pouco. As variações cambiais são de natureza transitória. Em alguns anos pode subir e em outros pode descer, mas a longo prazo isso tem um nível médio. Portanto, o resultado do dia-a-dia não deve ser encarado como permanente.

Este é um gráfico interessante. Podemos ver que o déficit nominal, na fase posterior à flutuação do câmbio em 1999, subiu muito, principalmente em função da variável câmbio, mas o déficit nominal, sem a variação cambial, foi bem inferior. Esse déficit veio caindo e hoje, no primeiro semestre de 2001, teria sido na faixa de 2,8%, não fosse o impacto da desvalorização cambial, que não é recorrente. Com isso, conseguimos entender um quadro que talvez não seja tão complicado quanto parece. É claro que a conjuntura econômica é difícil, mas esse é um ponto relevante.

A próxima transparência — foi um pedido que nos foi feito no semestre passado — mostra a elevação da taxa de juros real. É bom ressalvar isso. E o ponto percentual aumenta a dívida líquida do setor público em 0,275 pontos percentuais, e, igualmente, a variação de um ponto percentual na taxa de câmbio real aumenta a relação dívida/PIB em 0,259 pontos percentuais. Digo real porque a relação dívida/PIB exclui o nominal, quer dizer, tem preço no numerador e no denominador. Estamos lidando com variáveis reais, e daí a importância disso. Quando se aumenta a taxa de juros, como fizemos no início deste ano, no momento em que se configurava um ambiente difícil, com perspectivas de aumento da taxa de inflação, de instabilidade, é preciso levar em conta a futura trajetória da inflação também, e é disso que estou falando.

Passando agora a uma breve discussão sobre os aspectos mais específicos da política monetária, creditícia e cambial — esses são os mais amplos —, temos uma tabela que mostra o volume de intervenções do Banco Central no mercado de câmbio e, em seguida, uma tabela que mostra a evolução da própria taxa de câmbio. Se examinarmos essa tabela, fica claro que a partir do início deste ano tivemos que conviver com um movimento bastante forte de depreciação da taxa de câmbio, movimento esse que continuou após o fechamento do balanço do Banco Central em junho, objeto aqui de parte da nossa discussão.

O que aconteceu nesse período e quais foram os desafios que, na condição da política monetária e cambial, tivemos que enfrentar e ainda estamos enfrentando? No início do período, sem colocar isso numa ordem cronológica cuidadosa, tivemos as questões da Argentina, que ainda estão em fase de resposta e de trabalho do Governo argentino, o que nos afetou bastante. Tivemos as questões de natureza política no início do ano e um certo ambiente de ansiedade, olhando-se para frente o calendário eleitoral. Tivemos a crise de energia. Tivemos uma fortíssima desaceleração da economia global e, mais recentemente — não faz parte desse período em discussão hoje —, o surgimento do terrorismo, de maneira dramática.

Os quatro choques que mencionei na minha leitura — o problema da Argentina, a questão política, a crise de energia e a desaceleração global — mais do que explicam o que vem acontecendo com nossa economia nesse período, choques esses com características negativas e que individualmente já nos teriam dado bastante trabalho, mas que, ocorrendo simultaneamente, representam um desafio para nosso País. Sem esses choques caminharíamos para uma trajetória de crescimento de 4%, 5%, fundamentado nas bases da produtividade, do investimento sustentável e para uma faixa de inflação em torno de 4%, talvez menos. Porém, essa trajetória foi interrompida. A resposta de política econômica envolve uma combinação de vários instrumentos à nossa disposição. No início do ano, como pode ser verificado nas metas, passando para a política monetária, taxa de juros SELIC, após um longo período de queda — a taxa de juros chegou a 15,75% —, iniciamos o que acabou sendo um ciclo de aumento das taxas de juros. Foi uma decisão difícil na época. A primeira chamou a atenção, foi para muitos uma surpresa. Infelizmente, olhando para trás, parece-nos ter sido uma decisão correta porque agimos preventivamente diante de uma situação difícil e que lamentavelmente piorou.

Temos o objetivo de atingir as metas de inflação determinadas pelo Governo. Do início de 2001 para cá houve um expressivo aumento na expectativa da taxa de inflação para este ano, que saiu de 4% para cerca de 6,5%. Se levarmos isso em conta, a taxa de juros subiu 3,25 pontos percentuais, a expectativa de inflação subiu 2,5%, houve uma subida na taxa de juros real de pouco abaixo de 1%, houve aumento também na expectativa de inflação para o ano que vem, que hoje se encontra em torno de 4,5%. Aí já há um primeiro elemento de avaliação da política monetária, ou seja, houve resposta a um choque de oferta, em parte transitório. A resposta seguiu as linhas gerais básicas atualmente aceitas internacionalmente sobre como lidar com esse tipo de choque, permitindo, como explicitamos várias vezes nas atas do COPOM, um aumento no nível de preços. Trabalhamos para impedir que esse aumento se transformasse em sucessivos aumentos posteriores. Houve aumento na expectativa de inflação para o ano que vem de 4,5%. Nossa expectativa no Banco Central é inferior a essa. Publicaremos no final deste mês um relatório de inflação. Creio que esse é um resultado satisfatório. Quando examinamos a inflação esperada para o ano que vem, percebemos que ainda fica pendente a administração de parte desse choque de oferta que nos atingiu neste ano, em particular as questões ligadas à energia e um pouco ao petróleo. A inflação tendencial, portanto, com base em nossas expectativas e nas do mercado, aponta na direção que desejamos.

Esse seria, de certa maneira, o resultado. A pergunta é: como administrar a relação inflação/PIB nesse ambiente de choque? No fundo, quando se pede uma análise da condução da política monetária é disso que estamos falando. Temos a obrigação, por convicção, de zelar para que a taxa de inflação retorne à trajetória desejada. Creio que nesse ambiente, sem saber qual será a taxa de inflação desse ano, o resultado mais provável é o razoável. E, melhor ainda do que o resultado desse ano, que é frustrante, uma vez que estamos vivendo um momento de enormes choques em nossa economia, a meu ver, é termos possibilidade de queda na inflação e aumento na taxa de crescimento.

No campo da política creditícia, já temos trabalhado há bastante tempo com o objetivo de reduzir a taxa de juros na conta, o chamado **spread** bancário, através de uma combinação de políticas que incluam o zelo pela solidez do sistema bancário, o aumento da concorrência no sistema, o aprimoramento dos me-

canismos de risco, da supervisão bancária, o aprimoramento dos instrumentos de crédito, ponto muito importante, e todo um esforço de capilarização de crédito, fazendo com que o crédito chegue naquele que tem menos acesso — os mais pobres —, com trabalhos realizados no campo das cooperativas correspondentes e de microcrédito.

O volume de crédito aumentou bastante ao longo do primeiro semestre, com crédito livre em torno de 20%. Infelizmente, não houve continuidade no processo de queda do **spread** bancário. Isso nos preocupa. Há uma série de medidas em andamento. Parte do problema deve-se, evidentemente, ao ambiente de incerteza, de risco maior, o que significa um comportamento defensivo por parte dos bancos, apesar do expressivo aumento no volume total de crédito. Temos algumas medidas propostas, sobre as quais não entrarei em detalhes, incluindo algumas com temas importantes, como alienação fiduciária. Em última instância, temos de trabalhar para melhorar a qualidade dos instrumentos de crédito, a fim de que o tomador possa tomar recursos com taxas inferiores às que vigoram hoje.

Para concluir, abordarei alguns aspectos. A taxa de crescimento do PIB, que viveu um período de seis trimestres bastante razoável, de fato desacelerou-se nessa confluência de choques e incertezas. Não se pode prever com precisão o que virá de fora do Brasil como cenário. Em uma entrevista coletiva declarei que pelo menos temos a nosso favor a rápida resposta dos bancos centrais reduzindo os juros agressivamente e a capacidade, principalmente na economia norte-americana, de expansão de gastos, o que pode ajudar a compensar as dificuldades que hoje vivem.

É importante lembrar que esse ciclo de desaceleração tem também características tradicionais que, com o tempo, tendem a se reverter, o que possivelmente já ocorreria ao final deste ano. Mas temos de aguardar o impacto desses choques na economia e também a resposta de política econômica.

A taxa de desemprego continua abaixo da do ano passado. Um tema importante, que vem sendo objeto de discussão, que tem a ver com o que ocorre na economia brasileira. E temos de pensar como resposta de política econômica. Diz respeito ao balanço de pagamentos. Temos verificado que ao longo dos últimos tempos, após uma fase em que houve reversão desses saldos, que é a fase em que essa curva está subindo, houve um período em que não houve "melhoria" — entre aspas — no saldo comercial. Creio que esse período está em fase de reversão. Isso fica mais claro quando se verificam os dados mensais. Seria melhor ainda se verificássemos uma série dessazonalizada, mas hoje parece evidente que o saldo comercial está em vias de reversão. O principal fator é a depreciação da taxa de câmbio, uma vez que a nossa desaceleração econômica foi mais ou menos equivalente à desaceleração dos principais países do mundo.

A desaceleração da economia norte-americana foi dos 4% previstos para 1,5%; a economia européia passou de 4% para 2%; e a nossa, de 4% ou 5% para um número que estamos revisando ainda, acima — espera-se — das economias norte-americana e européia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Quanto, Sr. Presidente?

O SR. ARMINIO FRAGA - Não tenho um número. Podemos conversar depois. Mas é um número positivo. Esse é um ponto importante. É algo que deve estar claro mas nem sempre é entendido. Fomos atingidos por choques violentíssimos, qualquer um deles individualmente, com potencial de nos afetar, reduzindo nosso crescimento e pressionando para cima a taxa de inflação. Mesmo diante desse quadro — são cinco grandes choques —, ainda assim há perspectivas de crescimento positivo superior ao norte-americano. Espera-se que chegue a 1,5%; quem sabe superior a 2%.

Estamos revisando as contas. Há a perspectiva de uma taxa de inflação que, apesar de haver subido um pouco neste ano, continua em níveis razoáveis, dado esse quadro, e com expectativas de queda no ano que vem.

O balanço de pagamentos, evidentemente, não depende apenas do saldo comercial, que — repito — tende a melhorar, apesar da recessão global; depende também do comportamento do investimento estrangeiro e das fontes de financiamento. Evidentemente, no ambiente atual, a oferta de crédito se retrai, e esse é o quadro que temos de administrar. Daí se entende parte do que vem acontecendo com a taxa de câmbio, e a outra parte vem de um comportamento defensivo das empresas, principalmente daquelas que procuram proteger seus balanços e, ao fazê-lo, pressionam a taxa de câmbio. O fato de muitas empresas terem feito isso é um ponto importante, primeiro, porque ajuda a entender o processo de depreciação e, segundo, porque nos dá uma certa elasticidade na volta; quer dizer, quando as coisas melhorarem, muita gente que fez **hedge** vai querer desfazer. Não se pode também ajudar a reverter e a recuperar uma

trajetória de crescimento. O resultado fiscal é conhecido, não há porque discutir.

O último ponto diz respeito ao prazo médio da dívida pública federal interna. Essa é uma área que vem sendo objeto de trabalho muito cuidadoso da Secretaria do Tesouro Nacional, com a colaboração do Banco Central, com resultados bastante expressivos. O prazo médio de nossa dívida aumentou sensivelmente. Sei que o Ministro Pedro Malan e o Dr. Fábio Barbosa freqüentemente têm vindo ao Congresso Nacional discutir esse tema. Deixo registrado que esse é um fator que nos dá um certo conforto neste momento.

Apenas para concluir, esses seis meses, objeto da discussão de hoje, foi um período de dificuldades para nossa economia, oriundas principalmente de circunstâncias externas ao nosso controle, ligadas à economia internacional e à questão da energia, quando houve o problema da seca e da oferta de energia. Esse quadro, portanto, requer uma política pública que tenha como objetivo garantir que esse desvio seja temporário.

Cremos que o trabalho de reforço na área fiscal e o trabalho preventivo realizado na área monetária, aliado à flexibilidade da taxa de câmbio e à solidez do sistema financeiro, nos dá margem a esperar uma virada em algum momento no futuro, na medida em que esses choques deixam de existir. Nossa resposta procurou calibrar adequadamente o uso dos três instrumentos: monetário, fiscal e cambial.

Coloco-me à disposição para perguntas e discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Agradeço ao Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, a exposição. Passarei à fase de debates.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Proponho que ouçamos os debatedores, em grupo de três Parlamentares, para que as respostas do Presidente do Banco Central possam englobar um raciocínio mais amplo sobre a extensa matéria exposta, cujo material já recebemos.

O Deputado Freire Júnior está fazendo uma observação: como as cópias não são coloridas, alguns gráficos ficaram prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Devido ao grande número de inscritos para a fase de debate, adotaremos a proposta do Líder, Deputado Ricardo Barros, para o questionamento em grupos de três Parlamentares.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente Arminio Fraga, sinceramente, peço a V.Exa. que leve em conta o prazer que tenho de debater com V.Exa., pela sua competência e serenidade no trato dessa questão. Se adotar um discurso mais ríspido, será por excesso de oratória, nada mais do que isso. O respeito é real, objetivo.

Se houve um avanço na última intervenção de V.Exa. nesta Comissão, quero afirmar que ainda é insuficiente. Devemos recuperar a experiência positiva dos Estados Unidos de uma avaliação por escrito, em que o Congresso Nacional possa dar sua opinião. Isso evolui do ponto de vista da transparência e de uma certa co-responsabilidade. Espero que no futuro continuemos avançando.

A questão central, em que há uma divergência de fundo entre nós, caro Dr. Arminio Fraga, e que se materializa na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, é que a concepção da política econômica faz com que se busque na questão fiscal o amparo para toda a ação monetária e cambial.

Vocês acham que é necessário, cada vez mais, superávits primários crescentes para compensar os efeitos da política cambial e da política monetária? Pelo art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, V.Exa. se transformou no único servidor público que tem licença para gastar. Todo resultado negativo do Banco Central, não importa qual, sem nenhuma restrição, será assumido pelo Tesouro Nacional. Isso também reflete na questão monetária. Segundo os arts. 9º e 31, qualquer frustração de receita exige contingenciamentos para manter as metas de superávits. Então, estamos vivendo uma situação completamente anômala e que aparece nas contas públicas.

É totalmente insuficiente discutir impacto e custo fiscal apenas a partir de balanços. Faz-se necessária uma visão muito mais abrangente. Fiz alguns cálculos. Fiz uma comparação desse primeiro semestre de 2001 com o primeiro semestre de 1999. Levo em conta que em 1999 houve um ajuste no valor relativo das moedas. Foi uma mudança de política cambial. Havia uma defasagem do valor da moeda brasileira em comparação às outras moedas. Em 2001 é diferente. A desvalorização, que, segundo os indicadores, chega a mais de 35%, sinaliza desequilíbrios macroeconômicos. É significativo que se verifique que,

em 1999, tanto o impacto cambial na dívida líquida externa como na variação cambial dos títulos indexados ao câmbio somam, no primeiro semestre de 1999, 43 bilhões de reais; no primeiro semestre de 2001, 38 bilhões de reais, praticamente equivalentes. Por quê? Porque o Banco Central adotou uma política de dar **hedge**, dar um seguro ao setor privado, indexado com dívidas em dólar.

Hoje, Sr. Presidente Arminio Fraga, praticamente parte da dívida que varia com o dólar... O IPEA falava, em junho, de 42,25%. Nos últimos meses deve ter chegado a mais de 47%. Em junho eram 42,25%, colocando os títulos indexados ao câmbio e à dívida externa.

Ora, isso tem um impacto no câmbio, um custo fiscal. Se forem lançados títulos cambiais, tanto pelo Tesouro Nacional como pelo Banco Central, haverá reflexo nos orçamentos fiscal e da seguridade.

Essa contradição deve ser comentada. Há algumas questões objetivas. A política desenvolvida pelo Banco Central tem impacto fiscal muito além do resultado do balanço. Até junho, o Governo Federal teve um resultado negativo, do ponto de vista da necessidade de financiamento, de 19 bilhões de reais. A contribuição do Banco Central para esse resultado negativo foi de 17 bilhões de reais; 90% do resultado negativo do Governo Federal é do Banco Central. O Banco Central, em termos de juros nominais, pagou, no primeiro semestre, 17 bilhões, 481 milhões de reais. Chamo a atenção para o fato de que esses juros são líquidos, juro de necessidade de financiamento é líquido.

Por que, com o pagamento de 17 bilhões de reais, houve resultado negativo de apenas 4 bilhões de reais? Soube que alguns técnicos do Banco Central explicaram que os 4 bilhões de reais do balanço eram, digamos, sistema de caixa, mas o balanço do Banco Central é regime de competência, não é caixa. Essa é uma das questões que faço apenas para esclarecimento, uma vez que não sou técnico em Contabilidade. Isso vai impactar no final do ano. O resultado negativo do Banco Central será, no final do ano, muito maior do que esses 4 bilhões de reais, talvez cheguemos aos 12 ou 13 bilhões de reais de 1999, todos assumidos pelo Tesouro Nacional.

A outra questão é em relação a uma operação de títulos. O Tesouro forneceu ao Banco Central NTND, títulos com variação cambial. Por que o Tesouro Nacional, para pagar o resultado negativo de 1999, cedeu ao Banco Central NTND, que estão pagando a variação do câmbio mais 12%? Será que não é uma forma disfarçada de o Tesouro Nacional financiar o Banco Central? Quando o mercado exigiu 11%, o Banco Central não vendeu títulos cambiais. Por que o Tesouro forneceu títulos que pagam a variação nominal do câmbio mais 12%?

Os créditos. V.Exa. teve um prejuízo de 4 bilhões, 85 milhões de dólares nos primeiros seis meses. No Orçamento já vem o pagamento. O pagamento desse prejuízo não é contingenciado, é sagrado. Já se vai pagar, até o dia 10, 4 bilhões, 470 milhões de reais. Então, pela lei, esse prejuízo é corrigido pela variação da correção da conta única. Pergunto: outros ativos do Banco Central, apenas para cálculo do custo real, também são corrigidos por esse índice que o Tesouro... por exemplo, o PROER. O ativo do Banco Central é corrigido com que índice? Qual é o cálculo real?

Sr. Presidente, basicamente são essas questões que queria comentar. Sinceramente, acho que estamos vivendo um impasse nessa política que sofre um tipo de esgotamento. Os custos, que formalmente não aparecem no discurso geral, concretizam-se com essa amarração da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a necessidade de constantes superávits primários. Aparece na conta da Saúde, no corte de 1 bilhão, 200 milhões de reais em cima da PEC. Há um custo social dessa política que se está tornando insuportável para a sociedade. É em torno dessa questão que se deve fazer o debate sobre a política econômica. As contas públicas não suportam a irresponsabilidade da política monetária e cambial.

V.Exa. pode errar, pensou que a economia estava aquecida, mas estava esfriando, e os juros chegaram a 19%. Isso tem um custo e aparece nos cortes, no contingenciamento, na necessidade de se aumentar o superávit primário, como está aumentando agora. Esse custo, Sr. Presidente Arminio Fraga, está-se tornando insuportável e terá reflexo na política do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, como exceção do encaminhamento anterior, pela qualidade e pelo conteúdo das questões do Deputado Sérgio Miranda, solicito-lhe que a primeira resposta seja dada, imediatamente, pelo Presidente Arminio Fraga. Em seguida, adotaríamos aquele critério de perguntas em blocos de três Parlamentares, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Consulto os nobres Parlamentares se concordam com a sugestão do Deputado Ricardo Berzoini, uma

vez que houve o entendimento de ouvir três Parlamentares, em bloco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o critério foi definido no início da reunião e, a meu ver, deve ser mantido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Poderia até argüir com o Regimento, porque o acordo feito aqui não é regimental. No entanto, tendo em vista, inclusive, que a preocupação da Liderança do Governo não é, evidentemente, prejudicar a qualidade do debate, apenas contribuir com os encaminhamentos, vou acatar essa posição do nosso xará, Deputado Ricardo Barros. Fiz essa sugestão porque achava que as questões levantadas pelo Deputado Sérgio Miranda poderiam economizar outras perguntas, até da minha parte. Qual o encaminhamento da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Não houve entendimento. Peço ao nobre Parlamentar que se manifeste.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Da minha parte não houve óbice.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Deputado Ricardo, S.Exa. tem de compreender que o Presidente do Banco do Central não precisa de proteção. S.Sa. tem competência para responder qualquer questão. Não precisa proteger o Dr. Arminio Fraga, sinceramente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Deputado Sérgio Miranda, todas as suas questões serão respondidas, e muito bem, pelo Presidente do Banco Central. Vamos apenas manter o procedimento acordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, confesso que toda vez que temos a oportunidade de tê-lo presente fico tentado a entrar no assunto a que mais me dedico, o **spread** bancário, sobre o qual já debatemos algumas vezes. Até para não repetir debates anteriores, pois talvez suas opiniões não tenham mudado, vou-me deter mais sobre a política econômica. Talvez seja esse o aspecto central do momento que o País vive, porque, evidentemente, além da nossa crítica anterior à política econômica desenvolvida no Governo Fernando Henrique Cardoso e suas duas fases — uma até o choque cambial de 1999 e a outra, posterior, quando foi adotado o sistema de câmbio flutuante, com metas de inflação —, houve um agravamento da conjuntura internacional nesse período, fato que levou, inclusive, de maneira mais objetiva, à checagem desse modelo, ou seja, do começo ao final de 1999, início de 2000, poderíamos até eventualmente levantar dúvidas sobre a consistência da política econômica desenvolvida pelo Governo.

Hoje, temos certeza, nosso entendimento é de que a política é inconsistente e está levando o Brasil a um impasse econômico de grandes proporções que, infelizmente, vai coincidir com um período em que, estando em uma situação mais calma, poderíamos discutir o processo de sucessão no País mais sob o ponto de vista de uma política de desenvolvimento sustentado e menos sob o da superação de uma crise econômica que viveremos.

Na semana passada, o Ministro da Fazenda esteve nesta Casa, quando falou repetidas vezes, com aquela loquacidade peculiar, que o Brasil não esteve em crise, não está em crise e não entrará em crise. Eu o contestei argumentando principalmente que os principais indicadores econômicos do País apontam hoje para uma situação de impasse econômico.

Primeiro, quero levantar para o nosso debate a nossa fragilidade externa. O Ministro Malan gosta muito de estabelecer uma discussão sobre quem defende pagamento ou não-pagamento da dívida externa. Pessoalmente, acho que é questão secundária. Para mim, a questão central da política externa brasileira é a falta de uma política eficiente de geração de exportações e de substituição de importações que reduzam a nossa fragilidade externa, ou seja, o déficit em transações correntes. Para mim, é o que interessa nessa questão externa. Aliás, como boa parte da dívida externa é privada, acho que o pagamento ou o não- pagamento é um aspecto que talvez fique até secundarizado sob o ponto de vista de um debate econômico consistente.

Quanto à fragilidade externa, o déficit em transações correntes, temos o entendimento de que é preciso adotar políticas efetivas em relação ao curtíssimo prazo.

Esta é a minha primeira indagação: no seu entendimento, o que é possível fazer se só resta ao Governo mais um ano e alguns meses, sendo que os últimos dois meses são considerados de transição? O que é possível fazer num curto prazo para atacar esse déficit? V.Sa. entende também que o déficit em transações correntes deve ser atacado neste momento?

Evidentemente, a segunda questão tem a ver com a anterior, porque nossa fragilidade externa força a elevação dos juros, ainda que, para mim, o Banco

Central carregue demais essa elevação. Acho que poderíamos estar praticando hoje taxa SELIC menor do que a que estamos praticando. Porém, considerando-se 19% como o padrão — decisão do Banco Central e do COPOM —, isso provoca, através da elevação das taxas e também em função do percentual da dívida indexada ao câmbio estar hoje em torno de 24,6% da dívida interna... Parece-me que houve um engano na exposição do Deputado Sérgio Miranda, seria bom um esclarecimento.

O SR. ARMINIO FRAGA – Só um aparte, se me permite. Da dívida global, incluindo-se a dívida externa; acho que o Deputado Sérgio Miranda fez referência a isso. Em julho, o número era 44,2%, é o último dado que eu tenho.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Da dívida interna é algo em torno de 25%?

O SR. ARMINIO FRAGA – É por aí.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – São basicamente títulos cambiais.

O SR. ARMINIO FRAGA – Hoje está chegando a 30.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Já está chegando a 30? É um fator ainda mais alarmante, inclusive porque a elevação do câmbio, por si só, aumenta, mesmo que não haja emissão, o percentual da participação da dívida dolarizada na nossa dívida interna. Ou seja, pela combinação de juros altos com o câmbio excessivamente desvalorizado, temos, na verdade, uma situação de crescimento radical dessa dívida que pode, inclusive, superar o que foi acordado com o FMI.

Esse acordo com o FMI aponta um dado que, para mim, é aterrorizante. Fiquei aterrorizado quando, em 1999, a dívida interna brasileira superou 500 bilhões de reais. Aponta-se agora, para setembro de 2002, uma dívida interna de 750 milhões de reais, que, financiada a uma taxa de juros em torno de 12%, por exemplo, uma taxa baixa em relação à atual, significa um dispêndio muito elevado para o nosso padrão orçamentário e para a geração de superávit primário. Em 1999, V.Sa. esteve aqui, junto com o Ministro Pedro Malan e outras autoridades, quando distribuiu esse caderninho que apontava, para 2001, uma meta de dívida líquida no setor público de 44,3. Estamos em 51,3, sete pontos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Para encerrar...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Peço um pouco de paciência da Mesa. Inclusive, aquiesci em abrir mão do meu direito regimental de individualmente fazer a argüição e obter a resposta do Sr. Presidente do Banco Central.

Quero dizer que, com esses dois indicadores, nossa fragilidade externa e a dívida interna, estamos caminhando para uma situação de impasse econômico que se dará exatamente em 2002, com a perspectiva de que haja uma grande crise internacional decorrente dos atentados terroristas, de um revide dos Estados Unidos, da própria desaceleração americana, agravada em função desses acontecimentos. Tenho a impressão de que não temos hoje como lidar, com a tranqüilidade insistente do Governo, com a questão econômica sem um debate mais profundo no Congresso Nacional, que pode apresentar alternativas e buscar formas que venham a contribuir com a elaboração de uma política econômica correta. Não nos interessa, seja quem for o eleito em 2002, que cheguemos a 2003 numa situação de agravamento brutal da nossa fragilidade fiscal interna e externa.

Para concluir, faço questionamento em relação a essa recente informação divulgada sobre a verificação de uma redução contábil de 30 bilhões da dívida externa brasileira. Como V.Sa. avalia os mecanismos de verificação do Banco Central, inclusive levando em consideração que há informação, já divulgada pela imprensa e não contestada pelo Banco Central, nem pela Secretaria da Receita Federal, de que, nesse processo de 30 bilhões, 16 bilhões podem ter-se dado a partir de operações para sonegação de impostos, gerando algo em torno de 240 milhões de reais? Não há fragilidade do Banco Central quanto à sua capacidade de se manter informado sobre a relação dessas empresas, suas matrizes e outros agentes econômicos fora do País, na quitação de suas obrigações externas?

Não será necessário adotar um sistema emergencial que garanta, de fato, que não haja sonegação nem superestimação da dívida externa, fatores que vêm causando prejuízos ao País, inclusive na fixação da taxa de juros interna, além de contribuir para o crescimento da dívida interna?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, inicio minha argüição ao Presidente do Banco Central registrando a evolução que o próprio Presidente Arminio Fraga fez questão de citar a cada novo quadro apresentado — e distribuído aos Srs. Parlamentares —, a fim de atender à solicitação feita pelos companheiros da Oposição no sentido de expli-

citar melhor o debate e estabelecer quadros mais detalhados dos números trazidos por S.Sa. nessa avaliação da política monetária, creditícia e cambial, especialmente o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central.

No início do ano, participamos de audiência pública, proposta pelo Deputado Giovanni Queiroz, com o Secretário Flávio Barbosa sobre dívida pública, quando debatemos a matéria. Temos interesse, evidentemente, em esclarecer o máximo a opinião pública brasileira sobre esses números, porque são eles que afetam de forma bastante significativa nosso Orçamento — há pouco iniciamos os debates sobre o Orçamento de 2002. Tínhamos votado na LDO alguns parâmetros — como taxa de câmbio e previsão de crescimento econômico — que estão sendo alterados no Projeto de Lei nº 2.002 e que ainda poderão sofrer reavaliações da Comissão de Orçamento, através do seu Comitê de Reavaliação de Receitas, especialmente no que diz respeito aos índices de inflação.

É importante entender, com clareza, que o País não vive nenhuma crise. O Brasil sofre o reflexo de outras crises que nos afetam. Isso poderá repetir-se até o período eleitoral, como disse o Deputado Ricardo Berzoini, como também poderemos não sofrer mais crises, e é o que esperamos. Assim, faríamos efetivamente o debate da sucessão presidencial sobre propostas concretas de condução da política econômica brasileira em relação ao mundo globalizado, a fim de que o eleitor possa avaliar com clareza as propostas de cada um para a solução dos problemas.

Temos acompanhado com bastante atenção as críticas feitas à política macroeconômica brasileira, mas também estamos preocupados — e também o Ministro Malan, quando vem debater no Congresso Nacional— com o patrocínio, especialmente pelo PT, de um plebiscito sobre o pagamento ou não da dívida externa, o calote, que não representa uma solução efetiva para o País desenvolver-se no sentido de consolidar-se como potência mundial — oitava economia do mundo —, e isso só será possível com credibilidade. Aliás, conseguimos isso com a renegociação da dívida externa feita ainda pelo Ministro Malan e, posteriormente, com todas as ações efetivadas pela política econômica nacional. Alcançamos a credibilidade do mercado internacional.

Hoje estamos em uma posição tranqüila. Já tivemos a oportunidade de ser o País que mais investimentos externos recebeu num mundo bastante competitivo no sentido de oferta, de recursos naturais, mão-de-obra e tecnologia. Temos certeza de que essa política nos conduz a uma boa solução de longo prazo. Mas é preciso entender que sofremos reflexos de crises externas que nos afetam e que o País tem reagido de forma rápida a essas crises, para não sofrermos nenhuma desarrumação mais grave, como sofreu a Argentina, por falta de instrumentos e, talvez, de capacidade política de responder a essas crises.

Observo que a exposição de V.Sa. evoluiu em relação à anterior. Tenho certeza de que a próxima vez que o Presidente do Banco Central voltar a esta Casa, para avaliar este segundo semestre que estamos atravessando, a exposição será ainda mais detalhada, mais clara no sentido de que não pairem dúvidas sobre os membros das diversas Comissões desta Casa presentes a esta importante audiência sobre a política monetária nacional.

Tomara que não soframos mais crises e que os senhores que comandam a política econômica nacional possam comemorar os resultados. Abrimos o ano com uma excelente perspectiva de crescimento, de inflação baixa, mas, lamentavelmente, fomos sofrendo percalços. O único que não podemos debitar à situação externa é o da crise energética, mas mesmo assim os brasileiros, de forma geral, responderam rapidamente e podemos dizer que não há reflexos negativos sobre a produção, sobre o PIB nacional pela redução da oferta de energia. Conseguimos conciliar e certamente vamos iniciar o próximo ano sem o fantasma da crise energética sobre os valores que iremos analisar para o ano 2002, sem dúvida um ano muito importante.

Que o debate deixe de ser ideológico, no sentido do bem e do mal, e passe a ser do mesmo nível que estamos hoje a fazer. Temos que discutir, se medidas foram adotadas, por que foram, quais os reflexos e benefícios que trazem. Houve prejuízos? Houve benefícios? Esse balanço será avaliado com precisão pelo Presidente ao responder os questionamentos extremamente bem elaborados dos Deputados Sérgio Miranda e Ricardo Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Antes de passar a palavra ao Presidente do Banco Central, esta Presidência quer apenas dar uma satisfação ao Deputado Ricardo Berzoini, que tem a consideração de toda a Casa, sobre o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Diz o art. 51 do Regimento Interno:

Art. 51 – As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento de seus trabalhos (...)

Então, existe um bom entendimento, que é praxe nesta Casa. Apenas para prestar esse esclarecimento ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, não estava mais questionando, mas para as audiências públicas existe um Regimento específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – É pelo respeito que temos por V.Exa.

Peço ao demais Parlamentares que ainda irão manifestar-se que se atenham ao tempo regimental de três minutos, tendo em vista que há mais doze oradores inscritos.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA - Obrigado, Deputado Edinho Bez. Vou procurar abordar os temas na ordem em que eles me foram apresentados, começando com o Deputado Sérgio Miranda, mas respondendo um pouco também ao Deputado Ricardo Berzoini e ao Deputado Ricardo Barros, em paralelo.

Em relação ao formato da minha apresentação, registrei as posições de V.Exas. Em defesa do que temos feito — creio não termos por que não buscar sempre responder as sugestões e aprimorar a apresentação —, acho que o nosso objetivo é o de esclarecer. Temos feito um esforço para dar transparência, por escrito, a nossas ações, através das atas mensais das reuniões do COPOM e também do nosso relatório de inflação, uma peça muito apropriada para responder algumas das questões abordadas pelo Deputado Sérgio Miranda. Um desses relatórios está indo ao prelo, em fase final de elaboração, e deverá ser distribuído no final do mês.

Uma pergunta que surge como pano de fundo tanto para as observações do Deputado Sérgio Miranda quanto para as do Deputado Ricardo Berzoini e para um apanhado geral, o fecho que deu o Deputado Ricardo Barros, converge para algumas decisões ou definições básicas. Por exemplo, qual o tamanho certo para o superávit primário? Como é que devemos lidar com isso? A resposta, a meu ver, tem a ver, obrigatoriamente, com uma solução de médio e longo prazos. Nesse sentido, concordo com a posição do Deputado Sérgio Miranda. Não podemos e não temos feito ajustes à meta do superávit primário com base em situações conjunturais. O impacto que o superávit primário tem verifica-se numa trajetória de prazo mais longo. Tem a ver — e procurei expor esse ponto na minha apresentação inicial — com a dinâmica da dívida pública, que se espelha, por sua vez, no crédito, no prêmio de risco que nos cobram, que se espelha, portanto, na taxa de juros da nossa economia e que causa impacto profundo na trajetória de crescimento do País.

Vejo o nosso País passando por uma fase de transição. Começamos numa fase final de problemas, a década de 80, início da de 90, tendo como condições iniciais, vamos dizer assim, um Estado falido, uma economia convivendo com a hiperinflação, um balanço de pagamentos que nos levou a sucessivas moratórias, desacreditando o País no exterior e uma estagnação produtiva que custou muito caro para nossa sociedade. A reconstrução das bases para a retomada do crescimento e desenvolvimento passa por essa questão levantada pelos nossos Parlamentares presentes e que, a meu ver, requer esse tipo de resposta.

O superávit primário que temos hoje, de 3,5% do PIB, se examinarmos as tabelas que projetei aqui mais cedo, na minha leitura, é suficiente para, num horizonte de médio e longo prazos, produzir queda na relação dívida/PIB e com isso permitir queda na taxa de juros, mas queda sustentável. Temos que evitar a tentação de o Banco Central provocar queda, vamos dizer assim, artificial num curto prazo, mas isso gerar, como conseqüência, aumento da inflação, adicional na depreciação da taxa de câmbio, o que fatalmente nos levaria a uma situação de dificuldade num momento posterior.

No fundo, a questão formulada pelo Deputado Ricardo Berzoini, da administração das nossas fragilidades, é também a outra face dessa mesma medalha, o desenho da estrutura da nossa economia: o desenho fiscal, cambial, monetário, financeiro e assim por diante.

Hoje, dadas as circunstâncias, é absolutamente direta a conclusão de que, por termos um déficit em conta corrente, num ambiente de aversão ao risco e retração de fluxos, estamos passando por dificuldades. Essa conclusão, no entanto, precisa ser avaliada quando se pensa numa resposta, que, creio, é absolutamente necessária. Há elementos conjunturais e estruturais.

Do ponto de vista estrutural faz sentido existir algum déficit em conta corrente. Hoje, com essas circunstâncias, o déficit é elevado. É verdade que ele vem caindo. Chegou a 34 bilhões de dólares e caiu para algo em torno de 24, 25, 26 bilhões este ano; deve cair o ano que vem. Talvez, para essa situação internacional, não tenha caído rápido o suficiente. Lá atrás, o que aconteceu? Após 1999, após a crise, fomos brindados com um fluxo bastante importante de

investimentos diretos. De certa forma, isso nos permitiu um ajuste mais gradual, o que do ponto de vista social foi positivo, quer dizer, o ano 2000 foi um ano de 4,5% de crescimento. Se tivéssemos sido obrigados a fazer um ajuste rápido do déficit em conta corrente, não teríamos alcançado essa taxa de crescimento. Este ano estamos sentindo esse tipo de pressão e, infelizmente, olhando para uma taxa de crescimento inferior a esses 4,5%.

Creio que a melhor resposta é construir um regime fiscal sólido, olhando para o médio e longo prazos, que permita queda da relação dívida/PIB e, a partir daí, trabalhar para melhorar o grau de produtividade da nossa economia. São questões mais de natureza microeconômica. Do ponto de vista do regime macroeconômico esse me parece ser o único caminho disponível.

Quero crer que o fato de hoje, no meio de uma crise dessas proporções na economia global que nos afeta, como disse o Deputado Ricardo Barros, profundamente, termos um aumento pequeno na taxa de juros real é sinal positivo quanto à maturidade e à evolução da nossa economia.

Voltando, então, às perguntas do Deputado Sérgio Miranda, o impacto abrangente da nossa política monetária, cambial etc. foi aquilo que procurei demonstrar avaliando aquela decomposição do aumento de dois pontos percentuais na relação dívida/PIB. Procurei demonstrar ali que esse aumento é mais do que explicado pela depreciação da taxa de câmbio e pelo reconhecimento de dívidas existentes, algo que temos ainda de concluir. Esse processo está em fase praticamente final. Como não se espera uma recorrente depreciação da taxa de câmbio, não tivesse sido esse o ambiente com o qual nos confrontamos, teríamos tido um impacto menor.

Agora, o uso de títulos indexados à taxa de câmbio, o que vem sendo feito, eu creio que é algo que faz parte de um arsenal de política econômica e visa justamente reduzir o peso que obviamente recai sobre outros instrumentos, se esse tipo de resposta não for dada. Explico. É direta a conclusão de que sem alguma política, como a que foi feita, e foi algo relativamente modesto em termos de tamanho — a depreciação é que foi muito grande —, teríamos tido mais pressão na taxa de câmbio e na de juros. Não tenho uma fórmula matemática para concluir que o resultado teria sido quantitativamente x ou y, mas qualitativamente me parece certo que teríamos tido mais inflação, uma taxa de juros mais alta. Portanto, foi uma escolha que fizemos, e a medida do resultado, a meu ver, passa por uma discussão como a que procurei fazer hoje aqui. Essa é a questão do **hegde** e do balanço de pagamentos.

Creio — e aí combino respostas aos dois Deputados de Oposição — que de fato o nosso balanço de pagamentos hoje representa uma área de dificuldade vivida pela situação internacional, que não era algo que tínhamos condições de prever. No entanto, estruturalmente, vejo condições para avançarmos. Acho que vai ser preciso um esforço, como mencionou o Deputado Berzoini, nas questões microeconômicas estruturais. Na minha visão, a placa de contato da nossa economia com a economia global é pouco porosa. Temos pouca flexibilidade. Esse é um problema. Não temos como resolver isso da noite para o dia, mas creio que a resposta passa por uma reforma tributária, por esse trabalho de reconstrução das instituições de mercado de capitais, para reduzir o custo do capital, redução do dinheiro bancário, todo um conjunto de medidas e também, na minha opinião, por uma maior abertura da nossa economia.

De certa forma, creio que o Brasil paga um preço muito alto por ter-se isolado através de decisões políticas — não a recente, que vem corrigindo gradualmente esse isolamento — que nos privaram do acesso ao que havia de melhor em tecnologia e em competitividade no mundo. Pagamos um preço altíssimo por ter adotado essa posição. A reserva de informática talvez seja o melhor exemplo. É difícil um país exportar se ele não tem condições de competir de igual para igual com outros. E isso passa por um aprofundamento do processo de abertura. Essa é uma visão que, creio, é defendida por todos, evidentemente, de maneira ponderada. Temos que negociar esse processo e extrair benefícios dele, porque hoje somos vítimas de um protecionismo terrível de outros países. Esse processo vai avançar e, espero, com sucesso, com a abertura que acho ser de responsabilidade do Governo norte-americano dar o exemplo e abrir sua economia para os nossos produtos. Creio que esse é um ponto absolutamente essencial nessas próximas rodadas de negociação.

O Deputado Sérgio Miranda abordou alguns pontos sobre a conta de juros, além do caixa **versus** competência. Precisaria de mais tempo para entrar no detalhe. V.Exa. está convidado a nos visitar no Banco Central, onde colocaremos toda a papelada em cima da mesa. Poderemos trabalhar nisso sem nenhum problema. Gostaria, publicamente, de fazer essa proposta. Hoje, o Banco Central é um livro aberto, para que V.Exa. possa entender no detalhe o que foi feito.

O resultado do Banco Central é medido por competência e engloba tudo: juros, contas de crédito, por exemplo, que tem a ver com os processos de liquidação. O resultado, enfim, engloba cada item do balanço.

Dezessete bilhões foi um pagamento de juros — eu não sei da onde saiu esse número, mas teria enorme prazer em recebê-lo com a sua assessoria no Banco Central e discutir essa numerologia toda. Não existe nenhum segredo. Acho que houve alguma confusão, e não terei como esclarecer em virtude do tempo disponível.

V.Exa. pergunta por que o Tesouro vendeu títulos cambiais ao Banco Central. Foi parte desse esforço de casar o balanço, ativo e passivo, do Banco Central na mesma moeda, aumentando o ativo. Em operações de câmbio isso ocorre. Não me lembro exatamente qual foi a taxa, mas há um esforço absoluto de fazer essas fixações a taxas de mercado.

O índice da conta única é ponderado. A conta única recebe uma média ponderada das aplicações em títulos do ativo do Banco Central. Há um certo casamento. Só a conta única recebe essa remuneração.

Sobre o ponto final, isto é, qual é o custo social da política macroeconômica do Governo, creio que não é possível responder essa pergunta sem se pensar em alternativas. Não há uma medida absoluta para esse custo. Posso dizer que o crescimento de 4,5% que aconteceu no ano 2000 foi conseqüência direta da política fiscal e cambial do Governo, com apoio destas duas Casas — hoje, estamos numa sessão conjunta —, e é motivo de orgulho. Nas respostas que temos dado a essas circunstâncias adversas enfrentadas hoje, na minha leitura, apesar de haver custo direto, a relação custo/benefício é positiva.

Se o Brasil, fragilizado como estava há cinco, dez, quinze, vinte anos, tivesse sido atingido por essa seqüência extraordinária de choques estaria hoje tendo crescimento positivo, inflação de 6%, com projeção para o próximo ano de queda e de crescimento em alta? O resultado do Banco Central, salvo engano, Deputado, não entra para a conta de contingenciamento do período. Não faz parte dessa conta. Não é isso que acontece. Ele é acrescentado à dívida, com impacto a longo prazo, mas não provoca contingenciamento de gastos em outras áreas.

Na minha leitura, tentando amarrar com as perguntas do Deputado Ricardo Berzoini e com as observações do Deputado Ricardo Barros, a minha conclusão é a seguinte: estamos procurando construir um regime macroeconômico que tem como pilares a responsabilidade e a transparência fiscal, e aí podemos discutir se 3,5% do PIB é ou não um número adequado. Acho que é uma boa discussão. A especialização do Banco Central nas questões monetárias e financeiras é voltada, portanto, para a estabilidade da moeda, do poder de compra da moeda e do sistema financeiro e para uma taxa de câmbio flutuante para ajudar a amortecer as diversas implicações do ambiente econômico internacional, tudo isso tendo como base a área financeira, um sistema sólido, bem fiscalizado e regulamentado.

Com esse desenho, vamos conseguir aumentar o prazo da nossa dívida, reduzir o grau de dependência desses títulos, como a LFT e as cambiais, e reduzir a taxa de juros real. Desconheço um atalho para chegar onde queremos. Realmente não sei qual seria esse atalho. Infelizmente, passamos, nos últimos vinte anos, por uma fase terrível, principalmente até 1994, e não dá para passar borracha nisso. Acredito que o melhor que dá para fazer é conduzir uma política fiscal responsável, preservar um sistema de câmbio flutuante, metas para a inflação e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Sei que o Deputado Ricardo Berzoini também defende essa postura, apesar de discordarmos em certos aspectos e concordarmos em muitos. Não sei qual seria esse atalho. Temos, sim, que perseverar nessa direção. No ano passado sentimos um gostinho do potencial desse sistema, e creio que passada essa fase de choques a nossa economia vai crescer. Ela está preparada para crescer. Esse superávit primário, aliado a um câmbio flutuante e a um sistema financeiro sólido, vai produzir queda na taxa de juros real, e o que temos de fazer agora é agüentar o tranco, porque depois da tormenta vem a bonança.

Desculpem-me se me alonguei muito. Se deixei de responder alguma questão, ao longo das próximas, procurarei fazer o encaixe.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Dois esclarecimentos. Estou guardando as perguntas, pois grande parte das indagações objetivas não foram respondidas.

V.Sa. falou em transparência. Eu, estudando para esta audiência pública, deparei-me com muita opacidade na relação Tesouro/Banco Central. Por exemplo, à pág. 10 do relatório que V.Sa. apresentou — refiro-me ao resultado do Banco Central: "Operações com títulos, negativo em 11 bilhões." Não é bem

isso, porque o que se está extraindo fica praticamente igual: as operações com títulos com as da área externa, que dá 11,74. Então, não foi a variação de câmbio que causou prejuízo, como V.Sa. afirmou. Por quê? Porque, na operação com o Tesouro Nacional, V.Sa. só contou o negativo, que é o pagamento da conta única, mas não contou os 10 bilhões dos títulos do Tesouro que o Banco Central recebeu, que foram abatidos aqui em cima. O total das operações com títulos dá negativo em 22,5 bilhões.

Então, há algo nessa relação Tesouro/Banco Central que não está claro, Dr. Arminio. Acho que deveríamos ter mais clareza em relação a esse relatório. Sinceramente, não entendo. Pode ser que exista explicação técnica. Por que o Tesouro Nacional paga a V.Sa. título cambial com 12%? O mercado não está fixando isso, meu Deus! Já está em 12% a variação do título cambial?

O SR. ARMINIO FRAGA – Não. Esse é o COPOM.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim. Dólar mais 12%. É isso que está no mercado hoje? Não é. É 11%.

Por que o Tesouro está favorecendo o Banco Central? Por que, nessa conta do resultado do Banco Central, há essa omissão quando o Tesouro paga, com títulos, o Banco Central? Quanto o Banco Central paga ao Tesouro pela remuneração da conta única? Por um motivo. A situação do PROER também não ficou esclarecida. Quero apenas fazer uma comparação: o Tesouro remunera os 4 bilhões do prejuízo; vai pagar, em 10 de janeiro, 4 bilhões, 500 milhões. É uma taxa, sem dúvida, razoavelmente elevada — não vamos discutir essa taxa. Os outros ativos que o Banco Central tem com outros setores, como o PROER, são remunerados aqui. É uma dúvida.

Hoje, o jornalista Celso Pinto, editor do **Valor Econômico**, publicou um artigo muito interessante, em que discute uma nova metodologia, se não me engano já aprovada pelo FMI, do impacto da correção cambial. Seria apenas no estoque e não no fluxo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Que apresentei aqui hoje.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim. No estoque e não no fluxo. Seria uma inovação. Pergunto — e V.Sa. deve ter participado dessas negociações com o FMI: por que não se retira as estatais do cálculo do déficit público? As estatais estão acumulando títulos públicos. Teriam, em carteira, 23 bilhões de títulos públicos. As estatais estão fazendo superávit agora para esse período. Enquanto o Banco Central acumulou um déficit de 17 bilhões, resultado negativo, as estatais fazem um superávit de 1 bilhão, 256 milhões, num momento de crise econômica, de economia real, de crise energética, de necessidade de diminuir a nossa dependência de importações de petróleo. Por que não tirar esse gargalo que impede o investimento das empresas estatais? Quero saber se isso foi debatido nesse novo acordo com o FMI e se eles mantiveram a posição.

O Ministro José Serra diz que vale para abaixo da linha do Equador considerar o déficit das estatais no cálculo do déficit público. Em relação à página 10, por que os títulos do Tesouro não entram aqui e estão embutidos lá em cima?

O SR. ARMINIO FRAGA - Obrigado, Deputado Sérgio Miranda. Em relação aos 12%, é preciso ver qual foi a taxa efetiva. Não sei se ela foi feita ao par, mas posso...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quer verificar?

O SR. ARMINIO FRAGA – Tudo bem. É preciso saber qual era a taxa de mercado que vigorava à época. Tenho certeza, e esse é o procedimento, de que a emissão foi feita à taxa de mercado. É só isso. Em relação às várias emissões de títulos indexados ao câmbio este ano — tomei conhecimento aqui —, as taxas oscilaram de 6,38% a 13,2%. Depende do momento. A emissão é feita à taxa de mercado para obedecer a Constituição que não permite financiamento do Banco Central ao Tesouro e vice-versa. Isso foi feito. Creio que é assim que tem que ser. V.Exa. tem toda razão. Tomamos muito cuidado com isso, pode ter certeza. Eles podem mostrar depois qual era a justificativa.

Em relação aos índices do PROER, vários dos títulos na carteira do PROER têm remunerações históricas. Eram títulos do FCVS. Naquela grande reavaliação do balanço do Banco Central, um ano e meio atrás, analisamos todos esses títulos utilizando referenciais de mercado, ou seja, para espelhar no balanço o real valor econômico de cada uma das contas. E isso foi feito. As contas do PROER hoje foram objeto desse tratamento técnico, os fluxos de caixa foram descontados, usando-se parâmetros de mercado, reavaliados periodicamente. Obviamente, na publicação do balanço, usa-se a taxa que prevalecia naquele instante.

V.Exa. fez duas perguntas e vou respondê-las. Em relação às estatais, temos discutido muito esse tema com o Fundo. Creio que, com o tempo, a tendência será a retirada dessas empresas das contas do

setor público. É preciso ponderar no curto prazo se isso é vantajoso ou não e que conseqüências traria, por exemplo, para o resto do Orçamento. Hoje, de certa maneira, as empresas estatais geram recursos gastos em outras áreas. Não deixa de ser também uma decisão. Do ponto de vista prático, creio que não seria conveniente mexer nisso. A longo prazo, estamos todos de acordo, mas é questão tática.

V.Exa. cita também a tabela da página 10. Sou obrigado a concordar com um ponto. A meu ver, essa é uma tabela contábil e não tem o dom de esclarecer conceitualmente o que se passa com o balanço do Banco Central. Ela consolida por categoria contábil e gera resultado obviamente por definição, mas ela não é esclarecedora. Para isso, preciso de uma análise mais cuidadosa de cada conta. E o que temos é exatamente isso que está à disposição de V.Exa.: uma análise de cada conta, ou grupos de contas, distinguindo ou isolando por indexador e explicitando qual a taxa. São contas de ativos, quanto elas rendem e qual a taxa; contas de passivo, quanto elas custam e qual a taxa.

Quando me referi, na minha apresentação, à simulação que fizemos, foi justamente utilizando essa metodologia. Se as taxas de câmbio tiverem evolução passiva, tranqüila, se as taxas de juros não se modificarem, se o prêmio de risco não se modificar, o Banco Central terá resultado positivo em torno de 200 milhões. Foi a conta que fizemos. É importante, para objeto de análise, fazermos dessa maneira. E isso está à disposição de V.Exas.

Quis apenas destacar o item câmbio, porque realmente foi o que chamou a minha atenção. Esse item gerou um resultado negativo de 3,8, no momento em que o resultado total foi negativo em quatro. É o ponto importante desse período.

Deputado Sérgio Miranda, reforço o convite. Podemos abrir a planilha e V.Exa. poderá pedir, inclusive, para reorganizar as coisas do jeito que achar mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini, para réplica.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, muito rapidamente vou fazer apenas um comentário. Agora, até o Banco Central está fazendo **hedge**, adequando o seu ativo e o seu passivo dolarizado para evitar maiores prejuízos. Quando o Banco Central começa a fazer **hedge** é sinal de que a coisa está complicada.

O SR. ARMINIO FRAGA – Não. Não é essa razão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Dívida interna. Quando me referi à fragilidade das transações correntes e da relação disso com o endividamento interno, é porque não consigo ver, sinceramente, a projeção dessa linha do acordo com o FMI para além de 2001. Vamos esquecer ano eleitoral e que vai mudar o governo em 2002. Vamos trabalhar com a lógica. Somos um país e como qualquer país temos de fazer projeções além governos. Quando se tem projeção de 750 bilhões para setembro de 2002, supõe-se que, em dezembro, será de 780 bilhões. Portanto, entraremos 2003 com uma dívida de 800 bilhões de reais.

Em relação à segunda questão, quando perguntei qual seria a sua opinião para enfrentar a fragilidade do nosso déficit em transações correntes, é exatamente porque entendo que o Presidente do Banco Central faz parte de um governo. E foi esse mesmo Governo que impediu, na Câmara dos Deputados, a realização da reforma tributária. Não estou falando do relatório do Deputado Mussa Demes, mas qualquer reforma tributária que pudesse avançar nas questões centrais, cujo diagnóstico era comum entre os diversos partidos. Existiam diferenças de nuanças, mas também um grande consenso, com exceção honrosa do Deputado Marcos Cintra, que, inclusive, votou contra o relatório Mussa Demes. Havia um certo consenso em relação a algumas questões a serem atingidas.

Do ponto de vista político, entendo que há uma total dessintonia. O Ministro Alcides Tápias assumiu o Ministério dizendo que ia ser o guerrilheiro da reforma tributária. Saiu praticamente amuado, sem qualquer perspectiva de realizar parte importante daquilo que ele se propunha realizar. O Secretário Everardo Maciel tem continuado a sua política de não ceder em qualquer tipo de flexibilização na questão tributária quando é para beneficiar a economia; quando é para beneficiar as empresas, ele tem mantido. Para mim, por exemplo, é inaceitável os juros sobre capital próprio, e aqui muitos Deputados de vários partidos têm essa posição em relação à questão tributária.

Se o Governo não tem propostas para superar, ou, pelo menos, para iniciar o combate à fragilidade das transações correntes no ano de 2002, significa que a situação deverá agravar-se em 2002 mesmo. Na verdade, não existe política governamental para enfrentar as nossas principais fragilidades: o crescimento da dívida interna e a fragilidade externa, via déficit em transações correntes.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. Em relação ao número 750, não estou com essa tabela aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na semana passada, no acordo distribuído pelo Ministro Malan, a projeção para setembro de 2002 era de 750 bilhões. Evidentemente, trata-se de uma previsão. Pode ser mais ou pode ser menos, mas, pela conjuntura atual, tende a ser isso, no mínimo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Isso vai gerar um número como relação do PIB de cinqüenta e poucos por cento. Grande parte desse aumento vem, se não todo, do impacto da depreciação do câmbio num horizonte de médio e longo prazos. Espera-se, a meu ver, uma apreciação real do câmbio para devolver — quem sabe? — 3 a 4 pontos percentuais do PIB.

Além disso, uma taxa de juros real em queda, superávit primário e crescimento, vamos ter uma trajetória mais tranqüila para frente. Creio que não podemos extrapolar esse ambiente recente de crise internacional.

V.Exa. fez uma pergunta sobre o estoque da dívida externa que não respondi por distração, mas vou respondê-la agora. De fato, o que acontece é que temos um registro. Por isso, somos capazes de detectar que não estavam ocorrendo pagamentos. Inferimos, então, que eram dívidas pré-pagas de alguma maneira. Se isso é verdade, se foi apresentado pela equipe do Banco Central dessa maneira, é possível que, em alguns casos, tenha havido desvios de natureza fiscal. Isso foi encaminhado à Receita Federal, e estamos trabalhando conjuntamente. Se ficar claro que, em alguns desses casos, houve um pré-pagamento sem o recolhimento do imposto, a Receita terá condições de recuperar esse dinheiro. Diria que esse é um bom exemplo de colaboração entre Banco Central e Ministério da Fazenda. Graças à existência dessa informação, o Banco Central, detectando essa situação, que, de certo modo, é positiva, porque mostra uma dívida um pouco menor, de outro lado, pode realmente ter existido algum problema. Se houver problema, a Receita terá condições de correr atrás e recuperar algo que não foi pago e, possivelmente, nesse caso, adicionando multa. Enfim, não quero ser repetitivo numa resposta mais geral.

Na minha leitura, temos que aprender com lições e experiências do passado e tentar construir algo que resolva a nossa vida daqui para frente. Acredito realmente nesse modelo. A reforma tributária é crucial. Sei que frustra todos nós, do Governo, e em parte temos de assumir essa culpa, mas não passivamente. Sei que o Ministro Pedro Malan — porque converso com S.Exa. todos os dias — tem a intenção de continuar a trabalhar nesse campo. Espero que seja possível, não há como prever, porque não é fácil. Trata-se de tema complexo. Infelizmente, até agora não foi possível. De qualquer maneira, essa não é a única resposta, nem, talvez, a principal que podemos dar a curto prazo para a questão internacional. Nesse caso, a taxa de câmbio flutuante está ajudando muito. Quer dizer, sem a taxa de câmbio flutuante, a taxa de juros real, que subiu em torno de um ponto percentual, poderia ter subido 20 pontos, como aconteceu antes da flutuação. Pelo menos temos esse amortecedor da taxa de câmbio que nos ajuda. É correto dizer que ele gera, a curto prazo, quadro de endividamento maior, mas não vamos extrapolar isso para o futuro. Com essa taxa de câmbio, passada essa turbulência e com a continuidade dessas políticas — e sei que esses valores são bem aceitos por todos, responsabilidade e transparência, porque sentimos isso em outras instâncias —, o País vai engrenar numa trajetória de crescimento. As bases estão aí, pena que a conjuntura não nos favoreça. Mas isso vai passar.

Não é agradável sentar na cadeira de Presidente do Banco Central nesse ambiente, mas é preciso ter confiança e não deixar que essas crises afetem nosso trabalho. É como andar bicicleta: temos que continuar pedalando para não cair.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Que Alah esteja contigo e que o Felipão também tenha a mesma sorte, porque precisamos classificar a Seleção e resolver nossa fragilidade externa.

O SR. ARMINIO FRAGA – Nem fala! Metade do meu cabelo vai... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Esta Presidência reitera a solicitação anterior no sentido de que os próximos oradores utilizem o tempo estabelecido, uma vez que temos mais nove oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Félix Mendonça, que disporá de três minutos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, V.Sa. falou num crescimento de 4,5 a 5%. O entendimento de quem é pragmático é que esse crescimento nos assustou quando foi anunciado. Sabíamos que os investimentos em energia e a nossa capacidade de atender a esse crescimento estava no limite. Qualquer problema que houvesse, e houve, uma seca, que não foi das maiores, aceleraria a crise energética. Esse crescimento também pressupõe investi-

mentos na infra-estrutura total. As estradas e os portos não suportam esse crescimento, se não houver política industrial bem implementada. Enfim, não houve — digamos assim — uma conexão entre as medidas monetárias tomadas pelo Governo e a infra-estrutura necessária para suportar esse crescimento.

Ficamos surpresos com o fato de o Produto Interno Bruto deste País, que está sempre em situação de crise e tem, digamos, o abismo sempre em mente, ser o dobro do PIB da Rússia e da Índia, que tem 1 bilhão de habitantes, e igual ao da China, que tem 1,3 bilhão de habitantes. Independentemente das políticas aqui tratadas — sem dúvida, só quem explica a situação é Adam Smith, em Riqueza das Nações —, é uma surpresa para o mundo ver o País crescendo. É preciso ser realista.

V.Sa. falou a respeito das microprovidências. Cito apenas um exemplo, o problema do cacau, para termos idéia de como ver a realidade brasileira. Uma epidemia dizimou o cacaual, e as providências deviam ter sido imediatas. Duzentos mil trabalhadores saíram das fazendas, 30 mil casas razoáveis foram desocupadas. Naquele momento, não se olhou para o problema; só agora, dez anos depois, a solução está sendo dada pelo Governo. A realidade nem sempre corresponde ao que desejamos.

Com o crescimento da infra-estrutura, há o problema da dívida externa e da exportação. Não se paga dívida externa sem, primeiro, boa política de negociação para reduzi-la. O Ministro Pedro Malan informou que tinha reduzido de 30% a 35% o valor principal da dívida externa, o que é importantíssimo. A negociação é tão necessária para se pagar a dívida externa quanto as exportações; e não só as exportações, mas a substituição das importações. O caso do petróleo é o mais típico, boa política de desoneração das indústrias exportadoras, enfim, dos produtos também de exportação. Por exemplo, há uma região cercada na Bahia que produz hoje quase 1 milhão de toneladas de grãos. E os Governos Federal e Estadual estão permitindo que as estradas conduzam as riquezas. O Governo está fazendo a substituição, que também é importantíssima.

O Governo poderia adotar política para vencer o desemprego. Agora tomou uma providência com a Caixa Econômica Federal, que deve ser a inversa do que se esperava para que se resolvesse o problema do desemprego. A habitação e a construção civil são dois setores importantíssimos para vencer o desemprego. Quero ser realista, sem analisar esses números, que sempre existiram e sempre existirão. Devemos ter uma visão concreta da realidade.

Há recursos de brasileiros no exterior que resultaram do narcotráfico ou do subfaturamento, ou dos processos da emissão das notas frias. Existe uma série de formas de se transferir recursos com inacreditável facilidade. Quero saber se era possível executar uma política drástica, sem fazer como os nacionais socialistas: pena de morte para quem tivesse não só recurso, mas propriedade no exterior. Quero saber se era possível alguma política de transferência desses recursos, o que aliviaria, sem dúvida, a nossa dívida externa.

A solução no sentido de que se deve desonerar e deixar que o recurso entre é parcialmente verdadeira, porque muitos políticos que têm dinheiro lá fora não teriam nem como o trazer, mesmo sendo isentos de todos os impostos.

Quero saber se é possível fazer uma política dessa ordem, porque o montante de recurso lá fora é muito grande. A pergunta é essa: pode-se realizar tal política? Segundo o Banco Central, qual o recurso aproximado que existe no exterior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Deputado Félix Mendonça.

Os Deputados Pedro Fernandes e Orlando Desconsi estão ausentes.

Concedo a palavra ao Deputado José Chaves, que disporá de três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Arminio Fraga, vou procurar deter-me na questão da dívida.

Sr. Arminio Fraga, já foram apresentados os números das dívidas interna e externa. A grande preocupação da cidadania política é no sentido de saber qual o cenário que V.Sa. monta, com toda sua experiência internacional, em relação principalmente à questão da dívida interna. O País passou a década de 70 e de 80 negociando a dívida externa. Talvez a expressão mais comum na imprensa tenha sido "negociação da dívida externa". Hoje existe problema extremamente sério: a dívida interna está crescendo e representa 50% do PIB.

Pergunto: em termos de futuro, que cenário V.Sa. apresenta? Quais os outros países — talvez a Itália — que procuraram solução política de cidadania para o problema das dívidas interna e externa? Parece que a questão da exportação, dentro do mundo globalizado, dá sinais de fragilidade. Os investimentos externos diminuem e estão aplicados em serviços; a grande maioria não melhora a capacidade de exportação. Pode até criar emprego e pagar imposto, mas

não exporta o serviço, o que já é bem mais difícil em país como o nosso.

Essas questões estão extremamente ligadas. Quero saber de V.Sa. o que podemos esperar para o futuro.

E para atender o nosso Presidente, que solicitou perguntas rápidas e objetivas, quero saber um pouco da sua experiência profissional na área de investimentos em relação ao conceito da eleição presidencial 2002: ameaças, fatores positivos e negativos. Há uma verdadeira fadiga em relação ao assunto. Alguns se espantam com a imprensa, que talvez não tenha informação necessária e divulga ansiedade e fuga. Creio que o País vive em um mundo globalizado que tenta consolidar suas estruturas democráticas e econômicas.

Considero demonstração de muita fragilidade a eleição influir diretamente na economia. Essa é uma opinião particular. Mas V.Sa., com todo o conhecimento haurido antes de ocupar a presidência do Banco Central, talvez possa passar-nos sua experiência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Obrigado, Deputado José Chaves.

Com a palavra a Deputada Yeda Crusius.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta audiência já estamos colhendo frutos: a prestação de contas que o Banco Central tem de fazer, dados os artigos, incisos e parágrafos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Creio que, desde o início da nossa convivência — Presidente do Banco Central e Parlamento —, o desejo da sociedade de aprimorar o Estado de Direito, a fim de que haja democracia, inclui outros atributos que estão sendo alcançados. Um deles é a palavra "responsabilidade". Estamos colhendo o fruto da construção de um projeto que exige responsabilidade compartilhada de todos os que constróem a estabilidade e buscam uma trajetória de desenvolvimento sustentável.

Quero exaltar a oportunidade dessa prestação de contas. Também parece ser valor universal crescente trabalhar para que construamos a sociedade da tolerância. Quando há em cada manifestação total repúdio a atos de terrorismo e de extremismo, devemos saber que precisamos criar condições para que a sociedade da tolerância não deixe nascer choques de intolerância. Isso está presente na sua prestação de contas, Sr. Presidente do Banco Central.

Quero registrar neste instante que somos pessoas de nosso tempo e devemos ressaltar sempre as palavras "democracia", "Estado de Direito", "responsabilidade" e "tolerância". Houve aqui manifestação a respeito de uma lei do passado, a Lei de Reserva de Mercado, que nasceu do seu tempo e teve suas implicações para o País.

Nesses últimos três dias, estamos dando continuidade ao processo de construção de uma sociedade responsável, democrática e eficiente, com a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela está se processando para que, ouvidos a sociedade, os Parlamentares e o Governo, possam desenhar políticas industriais, setoriais, com responsabilidade compartilhada, e conquistar mais um ponto na construção de uma sociedade que avança de modo integrado com o que está acontecendo com o restante do mundo.

Mas faço uma separação, em função do debate que aqui se processa. Temos de distinguir o que seja resultado de uma política sustentável, que estamos implementando aos poucos neste conjunto de sociedade, Governo e Parlamento, e o que sejam os impactos do choques. Depois de distribuído o quadro principal da Lei de Responsabilidade, por que a dívida cresceu 2% no primeiro semestre de 2001?Vamos separar as políticas sustentáveis que estamos implementando dos impactos do semestre. Vejo que o crescimento da dívida, em relação ao PIB, se deveu especificamente a duas razões. Umas delas são os 2%, não mais, de implementação de políticas sustentáveis. O impacto dos cinco choques, citado por V.Sa., amortecidos pelas políticas de sustentação interna, fizeram com que esse crescimento tivesse sido de 2%.

A minha pergunta é bem específica em relação a isso, complementando o que foi dito pelos Parlamentares que me antecederam. Falta muito ainda para o fortalecimento das instituições nacionais. Acho que falta lei de responsabilidade monetária. Temos essa conversa permanentemente com as autoridades econômicas, em especial com o Presidente do Banco Central. É preciso regulamentar o art. 192 da Constituição. Assim, poderemos ver com muita clareza a responsabilidade do Banco Central no impacto fiscal. Temos realmente de separar o que é monetário do que é fiscal. Isso não está completamente separado. A qualidade das instituições requer aparato legal na regulamentação do art. 192.

Em relação a essas dívidas — a pergunta será divida em duas —, muito do crescimento pelo impacto

dos choques se deveu ao enterro de esqueletos do passado. Alguns ainda não foram enterrados.

A primeira parte da pergunta é: qual a competência do Banco Central e que impacto fiscal ele irá sofrer por buscarmos a complementação ao limite? Já há medida provisória em relação às instituições financeiras, e vou ter o prazer de presidir a Comissão que irá analisá-la. Como é sua perspectiva de cenário, já que o que estamos passando está muito bem delineado de forma transparente no debate, um pouco confundido o impacto do choque com o resultado das políticas de estabilização completas? Na verdade, é preciso saber o que falta, para que possamos desenhar trajetória que dependa só de nós.

Em segundo lugar, na primeira página da prestação de contas do Banco Central junto a essas Comissões há dois aspectos negativos que a LDO de 2000 para 2001 não exigiu. É preciso que haja a exigência? Dois aspectos negativos são que a lei não preveja o encaminhamento antecipado ao Congresso, pelo Banco Central, de documento sobre tema que estamos discutindo, e a divulgação tardia das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo. Apresento-os em forma de desafio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. está lendo nosso documento, não o documento do Banco Central.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Estou fazendo um desafio, Deputado Sérgio Miranda. Serei mais clara: quanto ao aspecto negativo encontrado em nosso guia de audiência pública, gostaria de ouvir o comentário do Presidente do Banco Central sobre a crítica à lei.

Faço a segunda parte da pergunta como resposta ao texto que nos foi distribuído, em pasta azul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Deputada Yeda Crusius, isso consta de que página do documento?

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Não sei se o Presidente recebeu a pasta azul. Gosto muito da cor azul. Ela me faz lembrar o Felipão, gremista, que há de nos trazer bons resultados. Está na primeira página a crítica de aspectos negativos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Não havia ficado claro, Deputada Yeda Crusius, se o documento era interno, produzido pela Comissão, ou externo, distribuído pelo Presidente Arminio Fraga. Daí a confusão. Mas acho que a dúvida já está dirimida.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Na verdade, confirma-se a apresentação do Presidente do Banco Central no cumprimento da lei que apoiamos integralmente. Em sua apresentação, há rara transparência, própria do setor, que lida com números e idéias e tem de ter clareza diferenciada dos que lidam com opiniões.

Não devemos confundir, quando se fala em dívida — isso foi a maior parte da discussão que me antecedeu, por intermédio das perguntas dos Parlamentares —, o crescimento de 2% em relação ao PIB com políticas já feitas; aquelas que ainda falta completar, do impacto dos cinco choques citados pelo Presidente do Banco Central.

Acredito que a leitura prévia desse documento teria sido de muita valia para a apresentação do Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) – Obrigado, Deputada Yeda Crusius.

Passo a palavra ao Dr. Arminio Fraga, para responder aos três Parlamentares.

O SR. ARMINIO FRAGA – Começo a responder as perguntas do Deputado Félix Mendonça. S.Exa. apresenta dois pontos muito importantes, que gostaria de abordar, dentre vários outros comentários que fez.

A primeira questão diz respeito à relação entre crescimento e oferta de infra-estrutura em geral. A economia cresce, precisa de mais energia, estradas, escolas, hospital etc. Creio que o benefício da grande reforma do Estado, que vem acontecendo nos últimos anos, fruto do esforço e da colaboração do Legislativo e do Executivo, de certa forma abriu espaço para cuidarmos de algumas questões que começavam a não caber em nossas contas.

Esse é o caso de algumas áreas de infra-estrutura e telecomunicações. O Brasil vem investindo dezenas de bilhões de reais em telecomunicações. O investimento tem sido feito pelo setor privado, com enorme melhoria qualitativa e quantitativa para o cidadão e barateamento no custo. Em relação à qualidade, podemos transmitir dados e outras coisas mais.

Na área de energia, houve combinação de fatores. Não me cabe aqui fazer uma reavaliação de tudo.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – A crise de energia é conseqüência do crescimento. À proporção que a economia cresceu, houve um **gap**, acrescido de fenômeno natural que nos prejudicou.

O SR. ARMINIO FRAGA – Não havia entendido bem. Concordo com sua opinião. Houve um crescimento superior ao esperado. Existem questões regulatórias e administrativas no setor que precisam ser

aperfeiçoadas. Creio que isso é também verdadeiro para outras áreas. Houve também a seca.

Creio que esse modelo, em que o Estado foca sua atenção em certas áreas, como saúde, educação, algo ainda na área de transportes — uma parte está sendo privatizada —, é adequado, porque alavanca mais recursos, permite trazer investimento privado para áreas que necessitam de capital.

O tema "recursos brasileiros no exterior" é complexo, não tenho dados. Existe impressão generalizada de que brasileiros possam ter recursos não declarados no exterior. Evidentemente, isso é crime e deve ser perseguido.

A pergunta mais interessante e profunda é quanto ao que fazer. O que podemos fazer para atrair esses e outros recursos? Creio que parte do dinheiro que saiu do País está ligada ao narcotráfico, à evasão, à corrupção e a outros crimes. Não sei o que, individualmente, podemos fazer. Hoje, estou absolutamente convencido de que a situação requer resposta global. Não é possível permitir a existência de esconderijo para dinheiro sujo. Não há por que aceitar isso. Se os grandes países se coordenarem, será possível avançar muito nessa questão, com benefícios enormes.

Podem existir outros recursos fora do Brasil de pessoas que queriam ou precisavam ter algum dinheiro no exterior, mas em menor volume. Para um volume grande, o Ministro Pedro Malan e eu temos defendido em ambiente de discussão, principalmente a partir da primeira reunião do G-20, no final de 1999, a fundamental importância de se combater o espaço escuro onde fica o dinheiro sujo.

Foi uma surpresa para os chamados países desenvolvidos que um país em desenvolvimento como o Brasil tenha defendido com firmeza essa posição. Não sei por que isso os surpreendeu, mas para nós pareceu óbvio. Com a escalada do terrorismo, o ponto merece ser reforçado ainda mais. Tenho intenção de escrever um artigo a ser publicado na imprensa internacional sobre o tema. Não quero adiantar algo que não sei se terei tempo de fazer. Ando atarefado demais.

Deputado José Chaves, V.Exa. me pede para discutir alguns temas. Registrei três como sendo temas macroeconômicos. O cenário para a dívida interna, a meu ver, faz parte da apresentação. Não sei se V.Exa. teve a chance de analisar, mas fizemos o seguinte exercício: vamos supor uma taxa de crescimento de 4% do PIB — acho razoável; pode ser melhor do que isso, se continuarmos na direção em que estamos —, um superávit primário de 3,5% do PIB, que é o que existe hoje, e uma taxa de juros real de 8%, que é alta para longo prazo, se defendermos essas conquistas dos últimos anos.

Com esse cenário, a relação dívida/PIB cai ao longo do tempo. Creio que esse ponto é muito positivo. Isso me remete também a uma das perguntas da Deputada Yeda Crusius, quanto à questão dos esqueletos.

(Não identificado) – Mas há necessidade de alongamento dela perante os credores?

O SR. ARMINIO FRAGA – Sem dúvida. Mas na última transparência projetada vê-se que isso já vem acontecendo. Temos trabalhado para conseguir esse alongamento, fundamental para diminuir o risco da gestão da dívida pública.

Como disse na minha leitura, respondendo ao Deputado Sérgio Miranda, é fundamental aprofundar o processo de integração da nossa economia à economia mundial. Um processo negociado, em que temos de obter conquistas de abertura de mercado, essencial pela flexibilidade que conferiria se feito à nossa economia doméstica.

A questão da composição do investimento estrangeiro é importante. De fato, muitos desses investimentos vêm acontecendo na área de serviços. Não são diretamente exportáveis, como os prazos médios da dívida pública interna federal. A tendência é de crescimento, mesmo nesta atual situação turbulenta. Acho que isso contribui para reduzir o risco do País, a taxa de juros.

Em relação aos investimentos estrangeiros, houve uma onda de investimentos em setores de serviços, em contrapartida ao programa de privatização. Creio que hoje, com essa taxa de câmbio estimulando a substituição competitiva de importações e a promoção de exportações, o investimento vai naturalmente redirecionar-se. Além disso, o investimento em serviços aumenta a produtividade da nossa economia, que em geral acaba ajudando indiretamente ao exportador.

Antigamente, o exportador não dispunha da Internet, pois não tinha linha telefônica digital, não tinha acesso a uma tecnologia mais moderna de sistemas. A própria economia vai se adaptando. O sistema por estímulo de preço ajuda a resolver a questão.

V.Exa. me perguntou sobre o cenário político, o que é mais complicado. Tenho explicitado publicamente uma leitura mais positiva em relação a isso do que a média das pessoas com quem converso. A evolução da qualidade do debate público, excetuando-se

a minha própria — não estou querendo fazer um auto-elogio —, mostra que o País amadureceu, aprendeu suas lições. Isso vai ser defendido por quem quer que seja. Mas não é essa a percepção geral. Existe certo receio do desconhecido.

Há seis anos e nove meses, o País conta com um Presidente extraordinário, que faz uma administração compartilhada com o Legislativo. Obviamente, revolucionou inúmeras áreas no País. Sua sucessão é um momento muito importante da nossa história, sem querer agradar ao chefe. Acho que isso gera certo grau de ansiedade, que — falo com experiência de mercado — já está "precificado", usando jargão da área, embutido nas taxas de juros e de câmbio.

É possível que seja pior do que a expectativa? Sim, mas é possível que seja bem melhor também. Há certo equilíbrio de expectativas. Seria bom para o País a continuidade do que vem acontecendo: um debate aberto e franco entre Oposição e Situação, que procure explicitar com clareza suas posições não somente para aqueles que estão fazendo investimentos financeiro, mas também para aquele que está pensando em construir uma fábrica. Em momento de confusão política ou econômica o empresário que vai investir em uma fábrica pensa duas vezes.

É fundamental que o debate transcorra de forma clara, aberta e que respeite alguns pilares básicos aceitos pela maioria da sociedade brasileira, inclusive pelo Congresso: responsabilidade, transparência, previsibilidade, Estado de Direito etc. É verdade que 2002 é um ponto de ansiedade. Não há como fugir disso.

A Deputada Yeda Crusius faz duas perguntas específicas, além de considerações que espero já tenham sido mais ou menos incorporadas nas respostas anteriores. Uma delas é o que falta na categoria esqueleto. Falta muito pouco. Não saberia dizer aqui, mas creio que estamos próximos do fim. Sob o ponto de vista do Banco Central, não falta nada. Na reavaliação do nosso balanço, feita há um ano e meio, tudo o que havia de PROER, empréstimos antigos de liquidez etc. foi avaliado a preços de mercado. O balanço do Banco Central é esse. Não há surpresa.

A outra pergunta diz respeito ao que o Banco Central poderia fazer. Respondendo a uma pergunta feita no início da reunião, mencionei o resultado do Banco Central em ambiente sem alterações de câmbio e juros. Parte do esforço de reconstrução ou construção de um Banco Central moderno passa pela simplificação de seu balanço.

Nosso balanço hoje é mais simples e acessível a um analista. Os dados estão disponíveis, mas ainda contêm grau de complexidade que, acredito eu, a longo prazo vai diminuir. O Banco Central precisa apresentar balanço mais ou menos casado e tomar decisões. Não é possível prever com antecedência o que vai acontecer com a taxa de juros ou com a taxa de câmbio. Esse é o problema. Mas um cenário já vai embutido na LDO e engloba o Banco Central. De certa forma isso está feito.

É difícil prever com antecedência se vamos reduzir juros, como fizemos no final do ano passado e no início deste ano, ou aumentar, ou o que acontecerá com a taxa de câmbio. A LDO já avançou muito, porque força o Governo a construir cenário para suas contas consolidadas, que incluem o Banco Central. Algo já existe na linha de sua consideração.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Se resultados são colhidos, não quer dizer que nada exista para ser aprimorado. Sempre há algo que pode melhorar. Cito as críticas de que se deveria fazer antecipadamente, por intermédio do Banco Central, a discussão sobre a ansiedade daqueles que tentam prever o resultado eleitoral do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Paulo Mourão. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, registro a satisfação de contar com o Presidente do Banco Central, que, de forma humilde, franca e determinada, trata de assuntos que envolvem a economia brasileira e traz nova dinâmica de transparência ao Banco Central.

Este é um momento ímpar: o Banco Central presta contas embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com esforço brutal, o Governo tem promovido em toda área, principalmente na econômica, o desenvolvimento com estabilidade, responsabilidade fiscal, agregando a isso o desenvolvimento social. Tem sido uma das ações mais complexas de todos os Governos — não somente do Brasil, mas do mundo — crescer com estabilidade, agregando o desenvolvimento social.

O grande desafio é convergir as políticas fiscal, monetária, creditícia e cambial. Busca-se o tempero ideal para cada uma das ações, contabilizando efeitos externos positivos e negativos que possam tumul-

tuar e criar instabilidades, como as que temos enfrentado no momento.

A visão dinâmica da área econômica do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é demonstrada no momento em que se buscou nova renegociação e discussão com o FMI, em muitos momentos criticada por esta Casa, por alguns equívocos.

Neste momento, algo muito salutar é a franqueza do debate aberto, identificando as fragilidades da economia, muito sujeita a efeitos externos.

Sr. Presidente, vemos a determinação do Banco Central, a conjugação das ações da equipe econômica, apoiadas pelo Congresso Nacional. Como afirmou a Deputada Yeda Crusius, houve crescimento de 2% da dívida líquida, mas, se não fosse a determinação do Governo, em quanto se poderia estimar esse crescimento e quantas dificuldades e prejuízos ele poderia ter trazido à sociedade brasileira?

Neste momento, o pagamento dos juros preocupa-me bastante. No comunicado que V.Sa. nos traz, o montante acumulado neste ano é de 76,3 bilhões de reais, representando 11,3% do PIB — em 2000 foi de 7,4% do PIB, o que correspondia a 45,2 bilhões. Associado a isso há a crise energética, o problema de produção e de incentivo às exportações. Quando se sentem fragilizadas ou ameaçadas, as principais ações das outras economias são o incentivo à produção, a redução da taxa de juros.

Entendo a preocupação de V.Sa. de manter as taxas de juros altas, já que não se sabe o efeito futuro dessas ações, principalmente diante da tensão global em que vivemos. Vemos o aumento da inadimplência na sociedade como um todo, no comércio interno. Comparando os Orçamentos de 2000e 2001, vemos que houve queda de investimento: agora, são 11,28 bilhões de reais.

Vemos a necessidade de o Governo importar e criar superávit. Temos proposto no Orçamento 7 bilhões de reais de superávit nas estatais, comparado ao ano 2000, de 1,3 bilhão de reais. Precisamos entender essas ações. O Brasil necessita produzir, conter o problema da crise energética. É preciso saber se a dívida continuará crescendo, se os juros continuarão escorchantes, inviabilizando o processo produtivo e a exportação.

São esses os desafios, Sr. Presidente Arminio Fraga, que temos de enfrentar no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que possamos manter o crescimento, a estabilidade econômica e principalmente o desenvolvimento social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Deputado José Carlos Aleluia, tenho quatro perguntas a formular.

Dr. Arminio Fraga, primeiramente, não resta dúvida de que sua passagem pelo Banco Central conta com o reconhecimento até da Oposição, devido à contundência e à transparência de sua administração. Não tenho dúvidas de que tanto o Ministro Pedro Malan quanto a equipe do Banco Central querem acertar. Queremos que o Brasil cresça, que haja desenvolvimento sustentado e taxas de juros civilizadas. Tenho certeza de que V.Sa. trabalha 24 horas por dia para que isso aconteça. E o Congresso Nacional está aqui para ajudá-lo. A Oposição está aqui não para atrapalhar, mas para colaborar.

Precisamos comparar o Brasil com o que pode ser comparável. Não podemos compará-lo com o Chile ou com países da América Central. Afinal as dimensões são outras. Hoje, a mídia especializada considera mamutes os seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e Canadá, devido à plataforma continental, à população e ao mercado interno. Para sabermos o grau de acerto da equipe econômica, não devemos comparar o País com projetos ou teoremas teóricos, mas com a prática. Quem se sentar em sua cadeira tem decisões difíceis a tomar.

Dentro dessa conjuntura, pediria a V.Sa. que comentasse a situação. Aparentemente, pelo que lemos nos jornais, Índia e China são países que têm simetria com o Brasil, em termos de inserção mundial e do que estão sofrendo com a globalização, a atual conjuntura e a vulnerabilidade. Se enfrentam a mesma situação, por que China e Índia têm acertado mais do que o Brasil? Por que a China, dentro da mesma turbulência internacional, que ocorre desde 1995, após a crise que passou pelo México, pela Rússia, pela Ásia e chegou ao Brasil, tem crescido com taxa mais adequada às necessidades internas — 8%, 9%, 10% — continuadamente? Por que o capital estrangeiro está indo mais para a China, em velocidade tão grande, se lá ainda não há abertura democrática ou prioridade para a abertura econômica? Por que os modelos de privatização chinês e indiano diferem do nosso, sobretudo na questão da privatização dos serviços? Por que a China não está enfrentando essa vulnerabilidade na balança de pagamentos? Por que a China, que há vinte anos exportava tanto quanto o Brasil, hoje exporta cinco vezes mais, passando de 20 bilhões de

dólares de exportação para 250 bilhões de dólares? Será que lá eles acertaram mais nas "escolhas de Sofia", apesar da mesma conjuntura? Por que lá a **performance** e o resultado são outros, e nós, que tanto precisamos de taxa de crescimento de 6%, 7% para recuperar as décadas perdidas de 80, de 90, não conseguimos isso ainda?

Vivemos um momento que está mudando numa grande velocidade. Quando eclodiu a crise da Argentina, pela primeira vez o FMI e o Banco Mundial começaram a admitir aquilo que era considerado palavrão, algo unilateral, negócio de tupiniquim: a moratória, que apareceu com o nome de composição voluntária e espontânea da dívida. O FMI estava usando 3 bilhões de dólares da ajuda que estava dando à Argentina para criar garantia adicional para aqueles que quisessem oferecer espontaneamente rebate. Em outras palavras, isso é adequar pagamento de amortizações de juros a capacidade de o país voltar a crescer.

Mas isso mudou. No dia 11 de setembro vimos a Europa e os Estados Unidos preocupados em manter a credibilidade, o sistema, a liquidez e o desenvolvimento sustentado. O Brasil faz parte disso. Estamos discutindo neste ano nossas carências de infra-estrutura. O orçamento de investimento para este País, que é continental, é ridículo. Temos disponível para investimento, por ano, valores de 8, 9 bilhões de reais, em torno de 3, 4 bilhões de dólares, que é menor do que investimento de muitas companhias multinacionais ou transnacionais. O superávit primário crescente pode servir ao colchão de liqüidez internacional.

Será que não cabe ao Brasil pedir contrapartida, neste novo momento, para diminuirmos o superávit primário e darmos um choque de infra-estrutura? Será que não é hora de negociarmos isso, em vez de pedir mais recursos? Não seriam recursos moratórios, mas, como V.Sa. falou, um alongamento dessa conjuntura, para possibilitarmos um choque de infra-estrutura.

Sabemos da experiência de V.Sa. no mundo internacional e financeiro. O Brasil tem a receber de credores de países do Terceiro Mundo, dos países pobres, 6 bilhões de dólares, aproximadamente. Vamos excluir Polônia e Angola, que são casos específicos. Há 1,5 bilhão de dólares de créditos que estão adimplentes, mas que estão sendo renovados, dando concessões e rebates. O mundo todo, sobretudo o G-7 e a OECD, querem perdoar as dívidas dos países pobres. Será difícil receber essa dívida.

V.Sa. poderia confirmar as informações — há dois anos estive visitando o Banco Mundial e o FMI — de que os países pobres africanos ou da América Central têm taxa de juros mais baixas do que o Brasil, porque o País está em outra categoria, é emergente, está em desenvolvimento? Os prazos de financiamento, em vez de serem de vinte, quinze anos, para os países africanos, é de quarenta, cinqüenta anos.

O Brasil é um país grande demais, heterogêneo e díspar. Há regiões que, se separadas do conjunto, poderiam receber o mesmo tratamento que o FMI e o Banco Mundial dão a outros países, em termos de IDH, de renda **per capita**. Então, o Brasil deveria dirigir-se ao FMI e ao Banco Mundial para elaborar programa nos seguintes termos: o País está disposto a perdoar a dívida de 1,5 bilhão de dólares ou transferi-la para o BID, para o FMI, mas em contrapartida quer receber o mesmo montante, com prazo de cinqüenta anos, com taxa de juros zero ou 2%. Só a diferença de fluxo de taxa compensaria a questão financeira, mas para aplicar especificamente nas áreas deprimidas nacionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por que não podemos formular isso, neste momento?

Entendo que tabelar juros não faz parte da atual conjuntura. O momento é de competitividade. Não dá para entender o seguinte: se a taxa é de 19%, por que os juros do cartão de crédito, do consórcio, do crediário são de 300%, 400% ou 500%? Por que não estipulamos que os juros máximos permitidos no mercado serão de três, quatro ou cinco vezes os juros do cupom?

Sr. Presidente, Dr. Arminio Fraga, para mim não existe explicação, em termos de inadimplência, de risco, de conjuntura, para o fato de haver taxa referencial básica de cupom de 19% e se praticarem juros de 300%, 400%. Isso mostra justamente a falta de legislação, de regulamentação e o oportunismo. Ou seja, esse pessoal está jogando solto. O cidadão compra um rádio, uma geladeira, uma lanterna e parcela o pagamento em dez, vinte vezes. Ele não quer saber qual será a taxa de juros, mas apenas se aquela prestação cabe em seu orçamento mensal. Poderíamos definir que, se a taxa é de 19%, então a taxa máxima será de cinco vezes o valor, ou dez vezes, o que for, mas que haja um limite. Por que isso não é possível?

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Passo a palavra ao nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Vou procurar ser bem rápido, Sr. Presidente.

Primeiramente cumprimento o Presidente Arminio Fraga pela gestão. Tenho acompanhado com muito orgulho o seu trabalho.

Presidente Arminio Fraga, a dívida interna está alongada, em média, em 36 meses. Fala-se que foram gastos 73 bilhões de reais. Isso é verdade? Esse valor é gasto anualmente no pagamento de juros, na negociação da dívida, ou é feito o papel? Saem, de fato, 73 bilhões de reais do Tesouro Nacional? Manifesto aqui minha ignorância com o assunto.

Outra pergunta: estamos pagando juros referentes ao valor de 650 bilhões de reais da dívida interna sobre todos os esqueletos, fundo de garantia e outros, ou há emissão de papel? Se tivermos de vender papel, pagaremos os juros? O valor da dívida aumentou, mas estamos pagando juros sobre os esqueletos.

A dívida externa é fator de preocupação? Apesar de ser menor, ela preocupa? Qual o alongamento da dívida externa? Parece que o peso está na dívida interna. E se houvesse moratória? A Igreja Católica, apoiada por partidos de oposição, fez aquele plebiscito — o que, aliás, foi uma ignorância brutal e só prestou desserviço à economia brasileira. Isso prejudicaria o BRADESCO, talvez o maior vendedor de títulos, o Itaú ou o Banco Central? Vai prejudicar o BRADESCO, a vovozinha contribuinte, o pequeno empresário que tem alguma poupança, ou algum Deputado abonado, que consegue poupar, o que seria pouco provável? Qual seria o prejuízo, caso isso viesse a acontecer?

Na linha do que disse o Deputado Clementino Coelho, sei que existe o livre mercado. Mesmo sofrendo pesadas críticas, o Governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu muitos esforços, visando ao saneamento do sistema financeiro. Mesmo assim o sistema financeiro nacional cobra juros, segundo levantamento do Deputado. Trata-se mesmo de economia de mercado? Não podemos interferir nessa questão? Se o fizermos, isso será negativo para a economia brasileira? Que osso duro, não?

Há seis anos, o Presidente vem recebendo críticas para fazer o saneamento financeiro, e ainda não conseguimos atingir o objetivo. É evidente que o produto do banco é o dinheiro. Ele sempre quer ganhar e ter segurança, mas é difícil aceitar. Além disso, os bancos federais seguem essa linha, porque têm compromissos com os acionistas.

Concluindo, gostaria de dizer que há um ano e meio V.Sa. fez um bonito discurso, dizendo que o sorveteiro teria microcrédito. Lembra-se? V.Sa. estava animado. Infelizmente, o microcrédito não prevaleceu. Por quê? Houve resistência por parte da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e do BNDES. Além disso, as leis votadas aqui, como a OCIP e outras, também não permitiram que isso ocorresse, pois irrigaria a economia entre os pequenos empreendedores e empregaria a economia formal e informal. Parece que a idéia não foi avante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Deputado João Caldas, Sr. Presidente Arminio Fraga, pegando carona na última pergunta, gostaria de dizer que o microcrédito do nosso sorveteiro vai ficar congelado. Deve estar sendo distribuído, sim, pelo BNDES; porém, em pequenas gotas, porque foi gerado mecanismo complicadíssimo. Enquanto o microcrédito não for colocado na malha bancária e pagarmos por esses serviços a população não terá acesso democrático a essa possibilidade e ficará restrita a algumas indicações feitas para benefícios. Tenho um grande estudo sobre o assunto. Se me der a honra, mandarei entregá-lo a V.Sa.

Presidente Arminio Fraga, pela primeira vez vi redução de dívida tão substancial, sem pagamento de despesas, como a anunciada por V.Sa. Essa foi uma mudança de metodologia de cálculo. Pode ter sido um erro, embora 30 bilhões de reais sejam muito dinheiro para que haja erro.

Preliminarmente, faço aqui o que fiz publicamente pelos jornais: cumprimento a diretoria do Banco Central por esse fato. Acho que o Brasil está precisando mesmo de transparência na administração pública.

V.Sa. tem demonstrado, especialmente nas discussões relativas ao caso Jader Barbalho, grande apego à verdade documental dos fatos. Foi um pouco inédita também sua atitude de se colocar na linha de frente do fogo cruzado, naquele episódio. Muitos outros Presidentes do Banco Central encontrariam outra fórmula.

Tenho algumas inquietações e manifesto-as em requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda e muito provavelmente encaminhado ao Ministério Público. Seguramente, o **rating** brasileiro foi afetado por esses 30 bilhões de reais a mais em nossa dívida. Houve repercussão nos cálculos para as decisões sobre juros no Brasil. Seguramente, o câmbio também foi afetado pela metodologia anterior.

Ainda assim, poderá ter havido prejuízos, mas estaremos diante da melhor hipótese. Não creio ser possível — e isso justificaria representação junto ao Ministério Público — que tudo isso tenha acontecido sem sonegação de impostos da parte de empresas privadas nacionais e estrangeiras. Não percebo que

isso possa ter acontecido sem outras graves repercussões na vida pública e nas decisões do Governo, que está muito preocupado, com razão, com o equilíbrio fiscal.

De qualquer maneira, aqueles 30 bilhões de reais estavam no bojo de um compromisso a pagar. Tratava-se apenas de metodologia, de regra diferente. Essa foi uma regra passada pelo Fundo Monetário aos seus associados, de modo geral, para adotar outra metodologia, ou se aplicou exclusivamente ao Brasil? São nossas inquietações.

Não falo como Líder de um partido de oposição, porque, repito, a transparência com que o Banco Central tratou o assunto me satisfez. Não adiantaria estar falando sobre isso publicamente, se na oportunidade não tivesse feito da mesma forma. Podemos trilhar um caminho comum, para não estimular, se for o caso, que empresários façam **hedge** com medo das oscilações da moeda nacional e acabem fazendo disso uma aplicação, livrando-se do pagamentos de impostos também sobre os lucros obtidos.

Posso assegurar que o processo no Ministério Público está avançando nessa direção. Não sei a metodologia aplicada à dívida dos produtores rurais, porque lamentavelmente não participei da reunião em que ela foi debatida. Sei que, de um total de 50 bilhões, 7 bilhões são de um milhão de famílias; e os outros 43 milhões, de 800 famílias. Mas está sendo dado tratamento igual a todos. Talvez devêssemos separar isso. Vamos procurar, então, o Secretário Aloysio Nunes Ferreira para discutir a questão.

Eu estava em outra reunião e só pude chegar aqui agora. Mas, num requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, que está tramitando na Casa, formulo algumas indagações, que vou encaminhar a V.Exa.

Lerei algumas delas: se a dívida externa esteve de fato superestimada durante vários anos, é possível supor que o Banco Central seria responsável por prejuízo para a economia brasileira? Se considerarmos que as taxas de juros cobradas nas operações de empréstimos ou de financiamentos externos estão diretamente ligadas, entre outras variáveis, à relação de dívida externa/PIB, o Banco Central já procurou estimar o prejuízo causado — se é que é houve — à economia brasileira, em termos de custo da dívida externa, por conta dessa falha no controle das contas externas?

Peço à Secretaria que entregue cópia do requerimento a V.Sa., Dr. Arminio Fraga. Não quero torturá-lo, pelo avançado da hora, fazendo um debate interminável, que não seria proveitoso. Reitero, mais uma vez, meus cumprimentos pela maneira transparente com que V.Sa. trouxe a público os pontos abordados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga, que responderá em bloco às perguntas dos Deputados Paulo Mourão, Clementino Coelho, Darcísio Perondi e Miro Teixeira.

O SR. ARMINIO FRAGA – O Deputado Paulo Mourão referiu-se à divergência na nossa trajetória de juros, contrastando com o americano e o europeu. Houve, nos últimos meses, queda nos juros do lado de lá e aumento do lado de cá. Portanto, a pergunta é absolutamente pertinente.

A explicação tem pelo menos dois aspectos, sem entrar no detalhe que a pergunta mereceria, se tivéssemos mais tempo. Uma é a natureza dos choques que nos atingiram. Esse desconforto e essa diferença vêm do fato de que lá há queda na demanda oriunda do próprio ciclo econômico, crise de confiança em que caem o consumo, o investimento, a demanda e o nível de atividade. Esses choques, é claro, não são agradáveis, mas podem ser objeto de resposta sem qualquer conflito de objetivo por parte das autoridades econômicas. Basta estimular a demanda, o que eles têm procurado fazer. E a taxa de juros em queda mostra isso.

No nosso caso, trata-se de choques de oferta. Esses são os mais desagradáveis, não só com a baixa no nível de atividade da economia, como também com o aumento da inflação, com todos os custos e problemas que ela traz. Esses são os mais difíceis de se administrar, porque, de um lado, reduzem a oferta na economia e o nível de atividade e, de outro, empurram a inflação para cima. Decorre daí a divergência em nossas respostas.

No Brasil, houve subida na expectativa de inflação, acompanhada de aumento preventivo da taxa de juros real em torno de 1%, mas nada comparado ao que vimos no passado, infelizmente: repetidos aumentos de dez a vinte pontos percentuais.

Há também o fator de credibilidade. Quando confrontados com esse tipo de situação internacional, os países ainda percebidos como de alto risco são atingidos por fator adicional negativo, aumento no chamado prêmio de risco, o que os leva a pagar o que está embutido nas suas taxas de juros. Isso tem ocorrido conosco, com a Argentina ainda mais, em período recente, mas não com o México, por exemplo, que

conseguiu, nos últimos anos, distanciar-se dessa categoria.

Temos de superar essa barreira, galgar esse degrau e promover o País. Não acredito que seja possível nós nos desenvolvermos sem conquistar esse espaço de baixo risco.

No caso americano, ele dá mais flexibilidade. Na segunda-feira, em entrevista à imprensa, referi-me a esse ponto. Como eles vêm trabalhando com superávit fiscal, num momento de dificuldade podem aumentar o gasto. Já em um país como o Brasil, que vem saindo de uma era de grandes dificuldades, esse espaço de manobra é menor. Daí termos recorrido ao financiamento do Fundo Monetário, sobre o qual indagou o Deputado Clementino Coelho. Tivemos acesso a créditos, a taxas atraentes num momento em que a oferta do mercado era extremamente limitada.

Essa é minha resposta à primeira pergunta do Deputado Paulo Mourão.

S.Exa. também se referiu ao crescimento da dívida e dos juros, assim como os Deputados Clementino Coelho e Darcísio Perondi.

Abordei o problema, desta vez, com menos detalhes, mas isso não significa menor empenho em resolvê-lo. Temos tido bom resultado, ao longo dos anos, embora nos últimos seis meses não tenhamos conseguido avançar. Calculamos essa média todo mês. É um dado de transparência. É importante conhecer o problema. As soluções não são apenas macroeconômicas, no sentido de reduzir o nível de incerteza e aumentar a taxa de crescimento, de modo geral. Tudo isso tem efeito positivo sobre o problema, mas há também aspectos tributários, discutidos aqui hoje, e legais.

Hoje, temos aperfeiçoamentos legais, sob a forma de medida provisória. Na minha opinião, ela representa instrumento da maior importância, e me coloco à disposição do Congresso para discutir a questão. São inovações que procuram aumentar a segurança jurídica do crédito, um enorme benefício para o tomador, mas esse projeto só funciona se houver concorrência no setor financeiro. Tenho tido a chance de discutir esse ponto mencionado pelo Deputado Ricardo Berzoini — que se ausentou há pouco — com vários Parlamentares.

Na nossa visão, é fundamental que haja intensa concorrência no setor financeiro, e é nessa linha que temos desenhado nossas políticas. Vai ser uma combinação de fatores — alguns de natureza macro, outros tributários, jurídicos e de natureza concorrencial —, e temos de ficar de olho.

A idéia de tabelar é perigosa, porque acaba gerando transações com dívida.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Não seria tabelar. Ela seria móvel, em função do aumento da taxa referencial.

O SR. ARMINIO FRAGA – Entendi.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – A taxa vai ser tantas vezes a referencial. Se ela subir para 50% vezes cinco, o valor será 250. Se cair para 10...

O SR. ARMINIO FRAGA – Nosso objetivo é idêntico ao de V.Exa.

A melhor forma de atuação é abordar todas essas questões e, claro, insistir na concorrência, buscando resultados.

A introdução de algum elemento de controle de preço ou multiplicador, a meu ver, faria com que perdêssemos transparência, o que acaba sempre prejudicando o consumidor. Vai-se exigir depósito antecipado. Além disso, não se vê, na prestação, qual é o juro que se está pagando.

O Banco Central, por meio de recente resolução do Conselho Monetário, implantou, na área financeira, os dispositivos da lei de defesa da concorrência, que beneficia o consumidor, porque traz à tona a transparência das operações financeiras. O código de defesa financeira do consumidor tem essa vantagem, da qual não podemos abrir mão.

O Deputado Clementino Coelho abordou quatro pontos. Primeiro, ao fazer um contraste entre o Brasil, a China, a Índia e outros países, faz uma pergunta profunda e fascinante: será que eles têm acertado mais?

Nas últimas duas décadas — os fatos falam por si —, eles têm crescido mais do que o Brasil. Mas, se olharmos os últimos cem anos, veremos que nosso País cresceu mais, inclusive em relação à renda **per capita**. Eles conseguiram poupar mais, construindo um ambiente favorável à poupança, em certos casos compulsória.

Esse é o desafio que temos de enfrentar agora, aprendendo lições importantes, como a ênfase na educação. Contudo, a verdade é que eles saíram de uma base muito baixa, e esse primeiro crescimento, em geral, é mais fácil. Depois, quando se vão galgando degraus, fica mais difícil manter o ritmo de crescimento que eles têm hoje. Não significa que devamos nos contentar com um crescimento de 4,5%. É possível crescer mais, com trabalho, mais poupança e reformas, talvez não 10%, considerando o nível em que estamos começando.

Quanto ao problema do superávit primário e à possibilidade de se negociar algum tipo de transferência desse valor, nos últimos anos, principalmente a partir do final de 1998, encaramos essa situação fiscal de frente e constatamos que não era possível continuar assim. No discurso que fez antes das eleições daquele ano, o Presidente da República deixou isso claro. Por isso, temos procurado calibrar o superávit primário em valores que, a médio e longo prazos, nos possibilitem ter o juro real declinante, a trajetória da dívida PIB apontando para baixo e assim por diante.

Sem prejuízo disso, o financiamento que obtivemos no Fundo Monetário Internacional e os empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento de certa forma ajudam a compensar nessa linha. É importante, neste momento de consolidação, preservar uma trajetória fiscal de superávit primário para permitir queda nos juros ou, num momento difícil como o atual, impedir um aumento extraordinário, como aconteceu no passado.

V.Exa. também perguntou se podemos explorar as desigualdades regionais de alguma maneira. Na análise geral, os empréstimos que fizemos podem ser decompostos. Eles foram feitos em condições favoráveis para o País como um todo, diferentemente dos países mais pobres da África, por exemplo.

Cabe-nos redistribuir internamente esses recursos, fazendo uma decomposição. Os Estados mais ricos vão pagar um juro mais próximo do de mercado e os mais pobres, um juro mais baixo. É mais fácil fazer essa política pelo lado do gasto, sem mexer na parte financeira e preservando a transparência.

No fundo, algum dinheiro já entra, porque os credores sabem que o Brasil tem desigualdades. Se fôssemos só dois ou três Estados mais ricos, não teríamos acesso a esse tipo de crédito. Cabe a nós zelar para que esse dinheiro vá para quem dele mais precisa, não só do ponto de vista regional, mas também social. Seria difícil convencê-los a nos dar dinheiro a mais, a taxas reduzidas, em contrapartida por nosso crédito.

Foi feita outra pergunta interessante: por que nós, que não temos as condições que eles têm, estamos dando crédito? Sinceramente, eu não tinha pensado dessa maneira, mas creio que na prática acontece algo semelhante, quando recebemos esses créditos.

Quanto aos créditos bancários, já abordei esse ponto.

Passo, então, às indagações do Deputado Darcísio Perondi.

A melhor maneira de se medir o gasto com juros, na minha visão, é tentar computar a taxa de juro real, subtraindo os efeitos da inflação, que hoje é baixa. Ainda assim, considerando como foi no passado, 6% ao ano faz diferença. Nesse ponto, temos hoje sinais de que estamos caminhando numa direção melhor, ou seja, a taxa de juro real vem caindo. Temos de subtrair da conta de juros o componente da inflação, apenas para efeito de análise econômica.

Rola-se parte dos juros, parte da administração da dívida. Apesar disso, como o PIB também cresce real e nominalmente, a relação dívida/PIB pode cair, porque o denominador está crescendo mais rapidamente que o numerador. Aritmeticamente, é isso.

A taxa de juros que se paga sobre o esqueleto varia muito, mas tem sido tipicamente inferior à de mercado e objeto de negociações. O ICVS, por exemplo, talvez seja o maior pago, a uma taxa bem menor que a de mercado.

A dívida externa do Brasil é bastante longa. Não há preocupação com o prazo. Uma pequena parte é de curto prazo, ligada ao financiamento do comércio exterior. Ela se autoliqüida e é tipicamente estável. Portanto, o perfil da nossa dívida externa é bom.

O valor da dívida externa — algo em torno de 40% do PIB — é também administrável e não é elevado, no que se refere à dívida pública. A dívida privada é maior. Essa não é uma das nossas principais preocupações, a curto prazo.

Entretanto, num momento de escassez de financiamento de risco, como o atual, mesmo uma dívida que a longo prazo parece perfeitamente administrável — já foi inclusive reduzida no Plano Brady — preocupa. Por isso, em parte, recorremos ao Fundo Monetário a fim de acessar uma verba, um crédito suplementar internacional para nos ajudar.

V.Exa. tocou no tema da moratória. Vimos o custo que ela nos trouxe. Não foi intencional, mas acabamos caindo nessa armadilha. Creio que todos perdem. A moratória interna, então, seria impensável, porque na verdade vai afetar o cidadão que tem o dinheiro, passando pelas empresas e espelhando nossa sociedade, além de prejudicar a pequena poupança.

Quanto ao microcrédito, ele não deslanchou tanto como gostaríamos, mas avançou bastante. Foi objeto de reformulação há mais ou menos dois meses, por meio de resolução do Conselho Monetário, discutida com inúmeros setores da sociedade, inclusive o Comunidade Solidária e outras instâncias, cujas sugestões foram essencialmente atendidas. É um

setor que vai desenvolver-se com o tempo e — concordo com o Deputado — precisa ter amparo mais amplo.

A idéia também implantada há cerca de dois anos, de permitir a criação de um relacionamento de bancos com correspondentes, é muito útil, porque aqueles podem trabalhar com economia, tendo um posto para repassar recursos.

A última área de capilarização que buscamos são as cooperativas, que também vêm se desenvolvendo no Brasil. É um setor interessante, que tem peculiaridades. É preciso administrá-lo bem, porque tende a concentrar o risco, mas é realmente fonte de barateamento de recursos. O Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves, do Banco Central, tem sido um campeão dessas três iniciativas, nas quais sou seu parceiro, com muito orgulho.

Finalmente, as questões do Deputado Miro Teixeira. Abordei-as antes, mas volto a elas com prazer.

São dois os grandes blocos de novidades nessa área. O primeiro é que as dívidas foram pagas antecipadamente. Repito que isso pode, sim, ter sido fonte de algum problema fiscal, mas vamos correr atrás de receita. É bom termos a informação, que vai permitir-nos, se for o caso, recuperar esse dinheiro, até com multa.

Em relação ao impacto que isso possa ter causado, a outra metade é apenas uma forma de se classificarem os empréstimos intercompanhia. Então, não há macroimpacto, mas isso nos permite melhor comparabilidade internacional. Creio que é um ponto positivo, não vejo como possa ter-nos prejudicado.

A pergunta do Deputado, no fundo, é se a percepção sobre os 14 bilhões pode ter sido negativa. Creio que não. Há uma dinâmica própria no processo, e esse não é um evento antigo. As estatísticas são permanentemente revisadas — ora para cima, ora para baixo, como esta.

Na minha opinião e na de pessoas que fazem essa análise a vida inteira, foi um acontecimento positivo, sem dúvida alguma, fruto de enorme esforço. Não ocorreu em tempo real, porque é humanamente impossível, pois não temos sistema nem pessoal para fazer o acompanhamento no dia-a-dia. Mas isso não nos causou prejuízo lá atrás e, no fundo, é um benefício agora.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Aconteceu durante quanto tempo? Mais ou menos um ano e meio?

O SR. ARMINIO FRAGA – Não tenho esse dado. Pode ter sido.

Foi acontecendo. Pode ter vindo de trás. São dívidas antigas, e os sistemas não permitem uma atualização em tempo real. Enfim, pelo menos agora, está feito.

Espero que tenha trazido algum benefício. Nesse ambiente, às vezes, é difícil ver.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sob esse aspecto, sem dúvida, foi salutar para o País.

Entretanto, esse exame merece um aprofundamento, até para impedir que aconteçam manipulações novamente, se é que houve.

O SR. ARMINIO FRAGA – Quanto a isso, o Deputado pode ficar tranqüilo. O Secretário Everardo Maciel não vai deixar acontecer.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Há pessoas atuando em outros setores públicos, e em breve teremos resultados interessantes.

É claro que a dupla Presidente do Banco Central e Secretário da Receita Federal pode ser mais ágil.

O SR. ARMINIO FRAGA – Qualquer informação será bem-vinda, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Caldas) – Srs. Deputados, antes de encerrar os trabalhos, vamos colocar em apreciação a ata da presente reunião.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Agradecemos a presença ao Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes.

Está encerrada a reunião.

Ata da Nona Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 03 de outubro de 2001.

Aos três dias do mês de outubro do ano dois mil e um, às nove horas e vinte e um minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho. A reunião foi convocada com o objetivo de receber os Senhores Secretários do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, e, dos Orçamentos Federais do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, cujo tema abordado foi o Relatório de Avaliação da Meta Fiscal Quadrimestral relativo ao segundo quadrimestre do ano de dois mil e um. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Airton Dipp, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Coser, João Grandão, João Magno, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Romeu Queiroz, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wilson Braga e Zila Bezerra; - Deputados suplentes: Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Clementino Coêlho, Danilo de Castro, Darci Coelho, Domiciano Cabral, Eliseu Moura, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Fernando Gonçalves, Francisco Garcia, Gastão Vieira, Ildefonço Cordeiro, João Tota, Jorge Alberto, Josué Bengtson, Juquinha, Lincoln Portela, Olímpio Pires, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro, Socorro Gomes, Wagner Salustiano, Waldemir Moka e Wilson Santos; - Senadores titulares: Ademir Andrade, Amir Lando, Arlindo Porto, Jonas Pinheiro e José Coelho e os Senadores suplentes: Alberto Silva, Carlos Patrocínio, Gilvam Borges, Lúcio Alcântara e Romeu Tuma. Foi registrado o comparecimento do Parlamentar não-membro Deputado Dr. Heleno. ABERTURA: O Presidente em exercício declarou iniciada a reunião, convidando o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa e o Secretário dos Orçamentos Federais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque para comporem a mesa. Continuando, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 255, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,* o Senhor Secretário do Tesouro Nacional disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado *no art. 255, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A palavra foi transferida ao Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que discorreu sobre o tema em questão. Encerrada a exposição, os debates foram iniciados. Discutiram o tema os Deputados Sérgio Miranda, Ricardo Barros, Giovanni Queiroz, Armando Abílio, João Coser e João Leão e o Senador Amir Lando. Os palestrantes responderam aos questionamentos efetuados pelos Senhores Parlamentares. ENCERRAMENTO: Ao agradecer a presença dos Secretários, o Presidente em exercício encerrou a reunião, às onze horas e vinte e sete minutos, antes, informando que se realizaria, no mesmo dia, às quatorze horas, a continuação da vigésima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 18/2001 e da Redação Final do Projeto de Lei nº 31/2001-CN, que dispõe sobre a alteração do Plano Plurianual 2000-2003. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado SANTOS FILHO. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Declaro abertos os trabalhos da 9ª reunião de audiência pública, que conta com a presença do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que já havia sido convocado para participar desta reunião, no dia 3 de outubro, às 9 horas, no plenário 2, cujo tema será a avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta Presidência registra a presença do Dr. Paulo Rubens Albuquerque, Secretário de orçamentos federais.

Concedo a palavra ao Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que fará sua exposição.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Bom dia, senhoras e senhores, Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, é com satisfação que comparecemos a esta Comissão, mais uma vez, para demonstrar e avaliar o cumprimento da meta do superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos termos estabelecidos na Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, LDO/2001, e do § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como é do conhecimento dos senhores, a LDO/2201 fixou em 29,4 bilhões o superávit primário do Governo Federal. O Decreto nº 3.746, de fevereiro de 2001, distribuiu esse superávit de 29,4, sendo 23,3

bilhões relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social e 6,1 bilhões às empresas estatais federais não financeiras.

A evolução da economia brasileira e os desdobramentos recentes no cenário internacional implicaram na revisão dos objetivos de política fiscal para o Governo Federal e os demais integrantes do setor público consolidado para o corrente exercício e os próximos. Com efeito, a meta anual de resultado primário para o conjunto das entidades públicas não financeiras foi elevada para 3,35% do PIB, em 2001, e 3,5% do PIB em 2002. Nesse sentido, foi editado o Decreto nº 3.878, de 25 de julho de 2001, com o objetivo de que seja atingido o resultado primário de cerca de 30 bilhões de reais no âmbito do Governo Federal, dos quais 21, 3 bilhões devem ser alcançados nos orçamentos fiscal e da seguridade social e 8,7 bilhões pelas empresas estatais federais não financeiras.

No caso da meta acumulada para o segundo semestre de 2001, aqui restrita ao resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, não houve alteração. O resultado a ser atingido nos primeiros oito meses do ano foi fixado em 16,7 bilhões, conforme anexo do Decreto nº 3.776, de 22 de março de 2001.

O Governo central apresentou superávit primário da ordem de 23,2 bilhões até o segundo quadrimestre de 2001 no conceito abaixo da linha. Esse valor é superior em 6,5 bilhões à meta estabelecida para o período. Somado ao resultado obtido pelas empresas estatais federais, o superávit primário consolidado do Governo Federal foi da ordem de 25,7 bilhões no período analisado.

Cabe aqui esclarecer, isso é importante, que o resultado primário acima do estimado no início do ano não foi causado por retenções de liberações do Tesouro Nacional — a chamada administração de boca de caixa. Com efeito, o Tesouro Nacional tem observado estritamente os limites determinados pelos decretos antes mencionados. O que se tem constatado, na verdade, são dificuldades de vários órgãos em despender os recursos liberados. Em meados de setembro próximo passado, por exemplo, as disponibilidades de caixa referentes a recursos previamente liberados pelo Tesouro Nacional ou disponibilizados aos órgãos atingiram o montante superior a 5,5 bilhões de reais nos diversos anexos dos referidos decretos.

O anexo com recurso do Tesouro Nacional, por exemplo, apresentava, em setembro, o maior percentual médio de execução em contraste com os relativos a recursos próprios e projetos estratégicos. Assim, permanece válida a visão de que a obtenção do superávit primário superior à meta para o segundo quadrimestre indica que os pagamentos relativos às despesas de custeio e de investimento deverão concentrar-se nos últimos meses do corrente exercício. Tendo em vista que a receita total tem-se comportado fundamentalmente em linha com as expectativas, não se antecipam neste momento quaisquer obstáculos ao cumprimento integral da meta anual para o conjunto do Governo Federal.

Não temos dúvida de que o cumprimento, já por 12 trimestres consecutivos, dos objetivos fiscais tem sido um fator essencial na condução da política econômica, particularmente em face de uma conjunção de choques econômicos adversos, talvez sem precedentes na história recente, com destaque para aqueles relacionados à deterioração observada no cenário internacional.

Com efeito, a depreciação da moeda nacional em relação ao dólar acumulado no ano e a necessária resposta de política monetária por meio da elevação das taxas de juros e controle da liquidez apresentaram impacto relevante sobre o montante da dívida líquida do Governo central em relação ao PIB.

Os expressivos resultados primários alcançados têm permitido limitar a evolução desse indicador, que passou de 30,9%, em dezembro de 2000, para 33,3% do PIB em agosto de 2001, ancorando, inclusive, o bem-sucedido processo de alongamento da dívida pública federal interna, cujo prazo médio era da ordem de 3 anos ao final de julho deste ano.

Com relação aos desvios observados, verificou-se que a receita total obtida foi superior à estimativa apresentada no decreto em 2,1 bilhões de reais, desvio razoável à luz dos montantes envolvidos e das significativas variações de importantes parâmetros macroeconômicos. Essa discrepância localizou-se fundamentalmente nas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal (líquida de restituições e de incentivos fiscais), as quais superaram as estimativas em 3,8 bilhões de reais.

O aumento desse agregado em relação à projeção decorreu principalmente dos seguintes fatores: primeiro, a elevação da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte e os rendimentos de capital em 2,1 bilhões de reais; segundo, a arrecadação adicional relativamente aos valores projetados do Imposto de Importação em 1 bilhão de reais. Em grande medida, esses desvios observados estão associados às trajetórias das taxas Selic e de câmbio, ao longo deste ano, em patamares superiores àqueles previamen-

te estimados que afetaram as operações no mercado financeiro e o valor em reais das compras externas.

A receita da COFINS foi superior à estimativa do decreto em cerca de 800 milhões, devido à mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e pagamento por substituição pelo setor automotivo, cujo impacto em 2001 tem superado as expectativas iniciais.

Por outro lado, a evolução das demais receitas do Governo central ficou aquém do projetado. As receitas não administradas ficaram 1,7 bilhão abaixo do esperado, o mesmo acontecendo com as contribuições para a Previdência Social, que registraram um valor inferior em cerca de 500 milhões de reais.

As receitas não administradas apresentaram resultado abaixo do previsto, devido principalmente à conta petróleo, cuja arrecadação somou, até o momento, apenas 273,8 milhões contra uma previsão inicial de 2 bilhões, e à receita de concessões, a qual somou 4,2 bilhões nos 8 primeiros meses do ano contra uma previsão de 6 bilhões de reais. O aumento da taxa de câmbio e dos preços dos derivados de petróleo no mercado internacional foram as principais razões para a queda da arrecadação da conta petróleo. Entretanto, houve frustração nas receitas de concessão, principalmente as decorrentes da telefonia celular, bandas "c" e "e". Esse resultado foi parcialmente compensado com os recolhimentos adicionais no âmbito do REFIS (R$681,7 milhões), da cota parte de compensações financeiras (R$272,7 milhões) e, finalmente, do volume de dividendos pagos ao Tesouro Nacional (R$275,8 milhões) a mais do que o projetado.

Com relação aos recursos repassados a Estados e Municípios, o principal desvio em relação à projeção refere-se às transferências constitucionais, no valor de R$1, 4 bilhão. Isso se deveu à maior arrecadação do Imposto de Renda no mês de dezembro de 2000 e nos primeiros 8 meses de 2001 em relação aos valores originalmente estimados, devido fundamentalmente aos fatores antes mencionados.

Quanto às despesas, o gasto realizado até o segundo quadrimestre de 2001 totalizou R$80,9 bilhões, 6,4% abaixo do previsto. O principal desvio ocorreu no item "outras despesas de custeio e de capital", cujo montante ficou 17,2% abaixo do estimado. Conforme mencionado anteriormente, tem havido um descompasso entre a liberação de recursos pelo Tesouro Nacional e sua utilização pelos órgãos que têm acumulado disponibilidades financeiras em montante significativo. Tudo indica que a execução orçamentária e financeira das despesas de capital, por exemplo, deverá concentrar-se no segundo semestre do exercício fiscal em razão, entre outras coisas, do tempo necessário para elaboração de projetos relacionados a obras civis e dos processos de licitação para a contratação das mesmas. Sanadas essas questões, a expectativa é a de que a disponibilidade de caixa hoje registrada seja substancialmente reduzida ao longo dos próximos meses. Em outras palavras, se o limite global autorizado tivesse sido plenamente utilizado, o resultado primário observado nos dois primeiros quadrimestres seria muito próximo ao previsto para o período.

Por outro lado, os gastos com pessoal e encargos sociais apresentaram um desvio da ordem de 6,4%, ou 2,5 bilhões de reais, que podem ser explicados pela não-antecipação plena dos seguintes fatores: aumento do pessoal militar, decorrente da Medida Provisória nº 2.131 e reedições; primeira parcela do passivo relativo ao adicional de tempo de serviço, pagamento já realizado, e pagamento de acréscimo salarial de 11,98% ao pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União relativo à conversão dos salários pela URV, em cumprimento das decisões judiciais.

Quanto à Previdência Social, o desvio observado concentra-se no volume da arrecadação bancária verificada até o momento. Entretanto, como já mencionado anteriormente, as demais receitas do Governo apresentaram desempenho mais do que suficiente para compensar essa diferença.

Finalmente, Srs. Parlamentares, a exemplo do ocorrido em maio deste ano, como a meta fixada para o período de janeiro a agosto de 2001 foi cumprida, não cabe, no presente momento, a indicação de medidas corretivas por parte do Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, saúdo a presença nesta Comissão dos Drs. Fábio Barbosa e Paulo Rubens, a presteza em fornecer informações ao Poder Legislativo e o cumprimento estrito das suas obrigações legais de comparecerem a esta Comissão.

Dr. Fábio, chama-me a atenção o fato de V.Sa. apresentar o relatório das metas fiscais tomando por base o conceito abaixo da linha. No meu modo de entender, este conceito é definido pelo Banco Central a partir da diferença do endividamento. Como Secretário do Tesouro, V.Sa. trata, basicamente, de receita e

despesa acima da linha. A conclusão a que podemos chegar é que sendo o conceito abaixo da linha do FMI, na prática, é este que vale. A discussão acima da linha se transforma em uma discussão formal. Tanto é que V.Sa. não explicita em seu relatório o superávit em função do conceito acima da linha.

Sr. Secretário, os jornais noticiaram, amplamente, a mudança de conceito no cálculo do déficit público feito pelo Banco Central. Segundo o próprio banco, o efeito do câmbio será considerado apenas sobre a parcela da dívida que deverá, efetivamente, ser paga na definição do déficit ou superávit nominal. Considero correto. Do ponto de vista do câmbio, teremos visão das nossas necessidades de financiamento acerca de caixa e não mais no regime de competência. O banco afirma que o déficit nominal é alterado de 56 para 19 bilhões. Ele encolheu 37 bilhões. Se adotarmos esse conceito de examinar a variação cambial do ponto de vista de caixa, por que não alteramos também as metas de superávit primário, já que todos reconhecem que isso impõe sacrifício enorme à sociedade brasileira? Eu estava lendo hoje pela manhã os jornais em que diziam: "Reestudo da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento recomenda aumento do gasto público na Europa e apoio de órgãos multilaterais aos emergentes para evitar a recessão global".

O nosso querido Keynes foi ressuscitado nos Estados Unidos, após o dia 11 de setembro. No Brasil, continuamos, mesmo alterando esse conceito, exigindo superávites primários que, na prática, estão acima mesmo do que já foi acordado.

Então, a segunda questão: por que não alterar a nossa meta de superávit, já que mudou o conceito, já que temos folga, já que, na visão anterior, tínhamos déficit de 7,15% que passa para 2,41%, no novo conceito do Banco Central? E estamos fazendo superávit primário de mais que 4%. Por que não mudamos também esse conceito? Por que essa mudança de conceito não reflete na questão do superávit primário?

A terceira questão diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando ela foi analisada, e o art. 9º foi bastante debatido aqui na Casa, víamos uma forma de como tornar o papel do Congresso Nacional e do Orçamento aprovado na Casa mais qualificado. Admitia-se, como era o núcleo das preocupações do Governo, que o ajuste fiscal, a necessidade do superávit primário organizasse toda a execução orçamentária não apenas a elaboração, mas a execução. Temos uma obrigação de fazer um superávit de 3%, faz-se o contingenciamento em função daquela meta de superávit, mas a grande questão que se propunha era de que, se se restabelece a receita, diminui-se o contingenciamento. Essa era a questão-chave. Está no § 1º: "No caso do restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas".

Aprovamos o Orçamento. Repentinamente, o Governo considera que aquela arrecadação é irreal e, então, faz um contingenciamento. Se a arrecadação se confirma, por que não alterar o contingenciamento? Chegamos a uma situação, que V.Exas. mesmos confirmam na avaliação das metas de superávit, em que nossa meta de superávit está 40% acima da estabelecida, 39%, e não há alteração no contingenciamento. Acho que há, Sr. Secretário, uma clara contradição com o próprio espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu faria essa observação em relação a isso.

A quarta questão que quero levantar, Sr. Secretário, é sobre a qualidade do ajuste. Nós o discutimos muito, conseguimos superávit primário de tal grandeza, 23,2 bilhões, apregoamos isso com grande êxito, mas acho que falta debate sobre a qualidade desse ajuste. Recentemente, fizemos exame, a partir da discussão dessa nova PEC sobre CPMF, e observamos isso: que a CPMF é arrecadada e não é gasta na área de saúde, de previdência social ou no Fundo de Combate à Pobreza. Mais de 70% da CPMF é arrecadada e fica na conta única do Tesouro. Porque a concepção do ajuste reforça determinadas contribuições sociais que têm o efeito muito perverso no processo real da economia de produção, uma vez que essas contribuições não são partilhadas e mais facilmente aprovadas na Casa pelo apelo social, não têm o princípio da anualidade, mas têm efeito profundamente deletério sobre a economia real; são cumulativas, de difícil desoneração, regressivas, como o caso da CPMF. A qualidade desse ajuste, tão apregoado, não é analisado nesse sentido, não é?

Concluindo, Sr. Presidente, há uma avaliação por parte de V.Sas. sobre a qualidade desse ajuste, e mais algumas questões mais objetivas, levando em conta o relatório de gestão fiscal, não é? A primeira questão: V.Sa. tem o relatório de gestão fiscal na mão, porque poderíamos fazer apenas alguns questionamentos. *(Pausa.)*

Chamo atenção dos senhores que no relatório de gestão fiscal, na demonstração da despesa com pessoal, ao calcular-se o percentual, retira-se o que se chama arrecadação dos inativos; pagamento de inativos com recursos vinculados — não é? — que é a contribuição previdenciária do servidor público. Não

entendo razão por que um relatório apresentado pelo Tesouro Nacional define arrecadação de 3 bilhões da contribuição dos servidores. Por que no relatório aparece apenas 1,149 bilhão? É a contribuição dos servidores, não estou falando de contribuição patronal. Por quê? Porque nos últimos doze meses é negativo. E negativo e negativo fica positivo, não é? Então, coloca-se menos 1,106 bilhão. Por que esses recursos do pagamento de inativos com os recursos vinculados devem ser retirados do percentual da despesa? Sinceramente não entendi essa conta Sr. Relator. Acho que deve ter explicação, mas não tive esse alcance.

Segunda questão: há crescimento impressionante do total de fianças concedidas. As fianças passam em dois quadrimestres de 43% da receita corrente líquida para 66. E, praticamente, dobram, passando de 63 para 105 bilhões. Ora, eu gostaria de saber algumas explicações, por exemplo: por que crescem? As empresas privatizadas aumentam as fianças concedidas, mesmo depois da privatização. Por quê? Qual a explicação? São números que nos impressionam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado Sérgio Miranda, peço a V.Exa. que conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vou concluir, Sr. Presidente. Mais uma vez, no relatório, também de gestão fiscal, quando se abordou essa questão de cumprir, fazer aquela observação das operações de crédito e das despesas de capital era para saber se se está cumprindo a regra de ouro. Por que se faz um relatório apenas das operações de crédito e não se discute a sua relação com as despesas de capital? Porque espera fechar o ano para saber se cumpriu a regra de ouro. Considero muito positiva a inclusão da dívida consolidada, da dívida bruta e não apenas da dívida líquida. E depois posso fazer discussão mais clara sobre esse problema.

Algumas questões são meramente de informações e outras têm claramente conteúdo político, que é o cálculo, a fórmula como analisamos essas crescentes necessidades de superávit primário. O relatório explicita que o superávit primário do setor público consolidado tem punido Estados e Municípios na obtenção desses superávits, as empresas estatais, enquanto o orçamento fiscal e da seguridade, de certa forma, tem diminuído essa necessidade de superávit primário. De 1999 para cá, cai o superávit primário dos Estados e Municípios, de 2,3% para 1,8%, 1,9%, algo nesse sentido. Então, o Governo, através do art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, força que Estados e Municípios aumentem seus superávits primários, impõe maior sacrifício às empresas estatais e fica, de certa forma, com uma folga. Esta é mais uma demonstração da má qualidade do ajuste fiscal feita pelo Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência vai agir da maneira costumeira: ouviremos três Srs. Deputados.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa; Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, mais uma vez, o Governo vem cumprir suas obrigações relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal, traz relatório já distribuído a todos os Srs. Parlamentares, explicação extremamente bem-feita pelo Dr. Fábio de Oliveira Barbosa e não há, aparentemente, grandes questionamentos sobre o relatório. Devemos comemorar o sucessivo cumprimento das metas fiscais.

Na verdade, é esse o grande objetivo do Governo que se quer manter com credibilidade no mercado internacional, permitindo a atuação de investimentos; temos sido um país extremamente planejado em investimentos externos e recursos que vêm a nos ajudar a fazer com que nossa balança de entradas e saídas de recursos externos se equilibrem, para que nosso caixa possa ser reforçado por esses recursos de investimentos permanentes e, também, evidentemente, apesar das graves turbulências que sofremos este ano, com a crise da Argentina, com nossos próprios problemas internos, como a crise da energia, as questões políticas que afetaram o País durante este ano, especialmente agora esse acidente grave com o terrorismo internacional abalando a economia, mesmo assim, podemos comemorar o cumprimento das metas.

Não seria de estranhar que o Governo pudesse vir aqui listar essas enormes dificuldades e dizer: olha, por isso não cumprimos as metas; está plenamente justificada a nossa falta de capacidade de cumprimento porque, de fato, fomos atingidos por uma série de dificuldades externas que não estavam sob nosso controle. Mas, mesmo assim, a reação do Governo tem sido antecipada, o acordo com o FMI foi providencial, porque antecipou situação não prevista, mas que acabou sendo muito útil para o equilíbrio das contas públicas e para a reação brasileira a esses novos fatos.

Portanto, espero que possamos continuar, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa e Dr. Paulo Rubens Fonte-

nele Albuquerque, comemorando até o final do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e depois por muitos anos, mas já são treze quadrimestres, e isso realmente é uma meta extremamente ampla, um mandato presidencial, são doze quadrimestres. Então, é como um Governo todo executado, cumprindo metas fiscais, compromissos com a comunidade internacional e com o próprio País, porque cada vez que temos problemas de crédito lá fora todos nós, brasileiros, somos afetados.

Quero comemorar o cumprimento da meta fiscal. Analisaremos nesta Comissão esse relatório e vamos ter a oportunidade de manifestação mais ampla dos demais companheiros que fazem parte desse debate.

É muito bom que possamos ter esse resultado da meta cumprida, e torço para que a próxima visita do Governo a esta Comissão, trazendo o próximo relatório quadrimestral, esse, sim, bastante afetado pelo episódio do dia 11 de setembro, que abalou toda a economia mundial, possa também ser um relatório em que o Governo venha a dizer que apesar das dificuldades cumprimos as metas.

É o nosso desejo e a nossa torcida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Dr. Paulo Fontenele, Secretário do Orçamento, Dr. Fábio Barbosa, Secretário do Tesouro, Srs. Deputados, bom dia.

Dr. Fábio, estivemos com o Senador Amir Lando, que está aqui para testemunhar isso, e o nobre Presidente também participou, no final de dezembro, até fiz esse questionamento ao Ministro do Planejamento da última vez que aqui esteve, e ouvimos do nosso Presidente, com o testemunho do nosso Presidente aqui, que ele tinha dinheiro para gastar e pediu que o ajudássemos a gastá-lo, pois o havia de sobra no caixa do Tesouro.

Ao dizer isso, parece-me que no dia 27 de dezembro, às vésperas da aprovação do Orçamento, ele dizia que sua equipe de Governo era incompetente. Foi a tradução que fiz. Ele não disse isso, logicamente. Estou traduzindo, porque quando ele diz que há dinheiro sobrando e que quer que o ajudemos a gastar, que eles não têm capacidade de gastar o dinheiro, entendi que a equipe é incompetente.

Quero vir a saber quem é o incompetente mesmo, para podermos dizer: então troque-se esse incompetente, porque falta saúde, universidade falida, funcionários sem aumento, estradas esburacadas, reforma agrária capengando, só com discurso, criminalidade no País inteiro. E os senhores não executam o Orçamento?

O senhores passam com um superávit financeiro de 50 bilhões de reais, não pagaram nem as dívidas de 2000. Há dívida de 2000, Dr. Fábio. O senhor trancou o cofre e jogou fora a chave. E aí? A Lei de Responsabilidade Fiscal não lhe dá cobertura para que o senhor faça superávit primário superior ao estabelecido na LDO. O senhor não pode, está agindo de forma ilegal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor está com um superávit muito maior e a execução orçamentária muito aquém.

Tenho aqui relato do senhor, dados do Governo, da execução orçamentária, em termos de programas nacionais, em que até o dia 21 de setembro, ou seja, há doze dias, o senhores só haviam gasto 11%, pago 11%, executado 11%. É o que tenho aqui, dados dos senhores. Há lista mais atualizada que depois eu queria ter cópia.

Em alguns programas a execução foi zero, e programas extremamente importantes, entre esses: atenção à criança foram gastos 0,71%; com malária, que mata gente no meu Estado todo o dia, os senhores gastaram 2,72%, e na Amazônia a malária vitima milhares de pessoas por ano. Os senhores não cumpriram isso. Na gestão de política de saúde, gastaram 5,6%; no caso da hanseníase, aplicaram 0,07%; PRONAF, 0,07%. Morar Melhor é um programa grande, de 600 milhões de reais. Até agora não pagaram nada. Zero. Saneamento básico, não pagaram nada. Até agora, 0.66. Por isso, não se executam os programas. Então, o Orçamento passa a ser aquilo que a imprensa sempre diz e que muitos repetem, que ele é peça de ficção. Estou há 11 anos nesta Comissão e posso dizer que realmente isso aqui é uma peça de ficção. É uma vergonha para o Governo mandar proposta orçamentária e não ter a mínima vontade de executá-la. É um programa que os senhores fazem para cumprir exigências legais, mas não o fazem para ser cumprido. E nós fazemos papel de bobos nesta Comissão e neste Congresso.

Agora mesmo se discutia ali o PPA, houve uma confusão danada no Congresso Nacional como se ele fosse uma peça extremamente importante. E é, ou melhor, seria, se o País fosse sério, se o Executivo fosse sério e responsável, se o País fosse sério por parte do Executivo. Realmente o Orçamento é uma peça extremamente importante em qualquer país do mundo. Deveria ser no Brasil também, mas não o é. Porque os senhores não dão cumprimento a ele, nem respeitam as propostas que ali estão.

Dr. Fábio, já não quero referir-me ao Secretário de Orçamento Federal, porque não é ele que tem a chave do cofre. Ele tenta, se esforça por atender às exigências burocráticas de planejamento, mas a execução seria necessariamente a liberação de recursos. E recursos os senhores têm. E chegam ao final do ano com superávit financeiro, vão além do superávit primário, antecipam-se a ele, como citou agora o Deputado Sérgio Miranda, em detrimento das execuções orçamentárias. Estamos em outubro. E o senhor vai ao sul do Pará para ver como estão as estradas que permitem aos trabalhadores rurais chegarem às suas terras. Elas não existem. É uma vergonha! Porque os senhores não pagaram nem a conta do ano passado. E disse ao Ministro e direi a V.Exa. — o senhor está permitindo que eu me manifeste — que o seu Governo, que é nosso, lamentavelmente, embora eu seja minoria, mas é nosso Governo porque foi eleito pela maioria, é um Governo de caloteiros, que mandam fazer as obras, são medidas, fiscalizadas e executadas por Prefeituras, por pequenas empreiteiras do interior e não pagam a conta. Estão falindo inúmeras pequenas empreiteiras que fazem uma caixa d'água, que ligam o sistema de água, que fazem um posto de saúde, e os senhores não pagam. E desde o ano 2000, tendo dinheiro em caixa. Isso não pode continuar. As emendas parlamentares talvez sejam os únicos programas que permeiam a sociedade e que chegam ao Município, num cantinho, num pequeno povoado. E os senhores não liberam, e ficam os Parlamentares não só da Oposição, mas os de Governo principalmente, porque os da Oposição nem vão ao Ministério pedir que libere recurso, eu não vou. Mas os Deputados de Governo ficam com o pires na mão a pedir pelo amor de Deus que os senhores liberem dinheiro. Dr. Fábio, nesta Comissão, sou da Oposição e do partido minoritário na Casa, lógico. Vou começar a ter o apoio dos companheiros do Nordeste, de todos aqui, porque, a partir de agora, vou obstruir todas as votações, ouviu meu Presidente. Todos os créditos suplementares que vierem para cá e que não sejam para pagamento de pessoal, vamos obstruir a votação, para que os senhores executem o Orçamento, principalmente quando há recursos originários de superávits financeiros do ano anterior. Vamos obstruir a votação, dificultar o Governo, e muito, se os senhores não pagarem a conta. E agora eu me permito dizer que os senhores são caloteiros, porque há dinheiro em caixa e não pagam o que devem.

Eram as minhas considerações, e queria que o senhor me dissesse o porquê que não paga. O que está acontecendo? É incompetência dos outros Ministros? Acredito que Ministros de primeiro escalão são Malan e o senhor, chefe do cofre. Eu sempre debito aos senhores a responsabilidade do não-cumprimento das políticas públicas de que este País necessita. Porque os Ministros têm vontade de executar. Os senhores trancam o cofre, mandam o dinheiro, mas com condições do tipo: "Olhe, vamos mandar tanto para o seu Ministério, mas é para pagar rodovia tal, rodovia Y, rodovia Z". Parece que é assim que funciona, como se fosse carta marcada. De repente, começo a concluir que estão dificultando as coisas para vender facilidades.

Agradeço a V.Exa. a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Passo a palavra ao Dr. Fábio para responder aos três primeiros Deputados que acabaram de fazer os questionamentos.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Sr. Presidente, primeiramente, vou tentar responder às questões do Deputado Sérgio Miranda, sempre muito pertinentes.

Inicio com o conceito "acima e abaixo da linha". Deputado, nos primórdios da consolidação das contas públicas, em 1982, ano em que, pela primeira vez, tivemos o mapa consolidado das contas públicas, só tínhamos condição de fazê-lo por meio dos fluxos de endividamento. Ou seja, são levantamentos que começaram a ser realizados em meados de 1982, e, na época, o Ministro Delfim Netto era o responsável pela política econômica. Fazíamos pelos fluxos de endividamento, porque o Banco Central, na sua função de supervisão bancária, dispõe de sistema, o chamado de COSIF, Cadastro de Operações Financeiras, em que são discriminadas claramente as operações com entidades do setor público. Ou seja, esse mapeamento que existe desde 1982 contempla o universo das operações. É um universo mais amplo.

Em 1986, já no IPEA, fui um dos que começou a fazer o cálculo do resultado acima da linha, com grande precariedade. Naquela época, usava dados da SOF para o montante anual, sem dados mensais. O Tesouro foi criado em 1986.

Desde então, temos aperfeiçoado os valores acima da linha para que esse tipo de cálculo efetivamente mostre, como acreditamos que tenha sido o caso, o que estiver acontecendo em termos dos fluxos de receita e despesa, sem dispensar o lado do financiamento. E, por ter mais tempo de coleta de informações, ele foi tradicionalmente estabelecido como aquele indicador mais adequado do ponto de vista do resultado fiscal efetivo.

O que temos feito é aproximar, cada vez mais, o resultado acima da linha, abaixo da linha, de tal forma que não haja a chamada discrepância estatística, e assim poder usá-lo.

Agora, entendo que, nos fluxos de cerca de 80, 90, bilhões de reais, uma discrepância pequena de 700 milhões de reais em relação ao fluxo — não em valores absolutos —, é bastante razoável. E o nosso propósito é continuar aperfeiçoando. Por isso, todo o mês, anunciamos no Tesouro Nacional o resultado acima da linha, discutimos esse resultado de público, e, imediatamente, o Banco Central apresenta resultado abaixo da linha. Eu diria que são ações complementares.

É importante ver como o setor público se financia. Todos têm a sua utilidade. Mas penso que, no futuro, será bastante lógica essa observação de V.Exa. no sentido de usarmos o conceito acima da linha como referência. Não haveria qualquer problema, inclusive porque são muito próximos.

Com relação à mudança do cálculo do déficit público, que é a segunda pergunta de V.Exa., muito bem mencionada, seria na verdade tratar-se de usar para a dívida interna denominada em dólar o mesmo critério que já se aplica à dívida externa em termos de fluxos de caixa.

Eu só chamaria a atenção de V.Exas. para o fato de que o resultado primário é pelo conceito de caixa, pelo fluxo de receitas e despesas efetivamente ingressadas ou saídas do Tesouro Nacional. Essa mudança apresenta nova forma de enxergar o mesmo fenômeno. Ou seja, houve indiscutivelmente, como colocamos no relatório, aumento da dívida. Por mais que mudemos ou apresentemos critérios alternativos, a dívida aumentou. Continua registrado no seu valor cerca de 53,5% do Produto Interno Bruto. Agora, a importância desse novo critério é mostrar o que decorreu de variável exógena na política fiscal, que é taxa cambial, e o que seria a dívida na ausência de desvalorização ou de depreciação do câmbio atípico em relação aos padrões observados anteriormente.

Nesse sentido, mostra uma nova visão, que pode ser comparável também a outros países em termos de esforço fiscal despendido pelo Governo Federal. Agora, a dívida registra, por competência, assim como vai registrar, no futuro, a médio prazo, se a taxa de câmbio, uma expectativa bastante razoável, de apreciação, ao longo do tempo, da taxa de câmbio, e esse novo conceito de fluxo não deverá registrar essa variação negativa.

Não se trata de sumir com pedaço do resultado, inclusive porque os dois vão continuar a ser apresentados em paralelo, mas de forma nova para dar maior informação, para explicar o que está acontecendo com as finanças públicas, porque não alteramos a meta de resultado primário. Primeiro, porque temos programa em andamento, que entendemos adequado, inclusive para lidar com essa situação que estamos enfrentando, a qual mencionamos na fala inicial. Ou seja, se pegarmos o cenário que enfrentamos este ano, dificilmente alguém, por mais pessimista que fosse, iria imaginar um cenário com a sucessão de eventos negativos que afetaram a decisão dos agentes econômicos em relação ao Brasil e ao mundo.

A última coisa que se poderia imaginar neste momento é redução do resultado primário na medida em que a dívida cresceu. Temos que evitar a tentação de simplesmente mudar a avaliação em relação à necessidade da política fiscal à luz das prioridades ou das necessidades que o País sempre teve e terá.

O senhor mencionou Keynes, Deputado. Além da visão sobre gastos públicos, ele tinha também visão muito clara sobre o efeito nocivo da inflação sobre a renda dos trabalhadores. Esse foi um dos pontos importantes da visão keynesiana. O processo do ajuste macroeconômico seria, segundo algumas interpretações do meu ex-Professor, Senador Lauro Campo, a idéia de que a inflação é benéfica do ponto de vista do capital. À medida que os gastos públicos aumentam, elevam a inflação potencial e reduzem o salário real dos trabalhadores, aumentando a margem de acumulação do capital. Essa é outra leitura de Keynes. Deveríamos, de fato, sempre ter a visão de proteger o salário dos trabalhadores, como acredito que seja o caso de V.Exa., e evitar que esse imposto disfarçado, que se chama inflação, que vem inclusive associado ao descontrole dos gastos públicos, volte ao País. Esse é um grande ganho que tivemos ao longo dos últimos anos.

Com relação ao restabelecimento de limites contigenciados do Orçamento, a necessidade de uma recomposição parcial, lembro ao Deputado, se me permite, que a receita que estamos utilizando é inferior à prevista na lei orçamentária. V.Exa. se recorda de que havia um valor de receitas que o Congresso aprovou, superior à nossa estimativa inicial, supondo ganhos de receita que entendíamos que não seria possível alcançar. No começo do ano, utilizamos como referência receita menor. Em relação a ela, o desvio é pequeno, se comparado aos montantes globais. Temos toda a programação de execução, ao longo do último quadrimestre, em que, além daquele problema mencionado em nosso relatório, ou seja, vários proje-

tos estão com a execução abaixo do autorizado em termos de liberação, temos o pagamento de duas folhas adicionais de benefício da Previdência e do funcionalismo público. No nosso entendimento, não é o caso de recomposição do limite, em função dessa evolução das receitas, ainda que de acordo com o nosso monitoramento, possamos, ao longo do tempo, imaginar que a receita permitirá algum tipo de evolução nessa direção. Até o momento, refiro-me a dados de agosto, percebemos que estamos de acordo com as projeções inicialmente imaginadas. Estamos acompanhando essa questão diariamente, com indicadores de que dispomos e poderemos, no futuro, ampliar esses limites, mas até o momento, não tivemos essa possibilidade. Pode ser que os dados de setembro nos autorizem a ter visão um pouco mais positiva. Estamos coletando-os nesse exato momento. Nesse sentido, não vejo, portanto, Deputado nenhuma contradição com o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos zelando exatamente pelo cumprimento estrito da meta fiscal, aprovada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias deste Congresso. Não vejo nenhuma contradição nessa direção.

Em relação ao quarto ponto mencionado, qualidade do ajuste, discordo de V.Exa. Entendo que este Governo realizou reformas importantes que modificaram substancialmente o quadro fiscal do País. Estamos, de fato, com novo regime fiscal, inclusive, por alguns fatores que V.Exa. mencionou.

Antes de discutir a questão da qualidade dos ajustes, diria que, com as reformas que fizemos, ao longo dos últimos sete anos, obtivemos exatamente aquele clamor que tínhamos no início da década de 90, quando o então Governo Collor dizia que estávamos obtendo resultados claramente sustentáveis e que as reformas estruturais não tinham acontecido. Se pegarmos a agenda de reformas estruturais do início dos anos 90 e, posteriormente, de meados do mesmo ano, veremos que não há nenhum ponto relevante que tenha deixado de ser, pelo menos, discutido nesta Casa. Fizemos o maior programa de privatização do mundo, a reforma administrativa, a reforma da Previdência, mudando o conceito, reduzindo o déficit explosivo que a Previdência Social apresentava, saneamos os bancos estaduais — privatização e liquidação — e refinanciamos a dívida dos Estados e Municípios. Hoje, o esforço fiscal, como V.Exa. bem abordou, é distribuído de melhor forma entre os diversos componentes do setor público. Antes, havia o esforço monumental da União, com sacrifício do Orçamento Federal, para cobrir deficiências apresentadas por Estados e Municípios. Foi feito grande investimento na geração de novo regime fiscal para Estados e Municípios. Eles hoje nos devem cerca de 200 bilhões de reais. Emitimos, para financiar essa dívida, algo, hoje, em torno de 270 bilhões de reais. As finanças estaduais e municipais custaram, e custam, ao contribuinte federal um montante razoável de recursos, ou seja, há limite de 13%, dívida financiada em trinta anos e também, efetivamente, reformas associadas, privatizações e a geração de superávit primário que nos permite distribuir melhor esse esforço fiscal em relação ao que era no passado. Portanto, a qualidade do ajuste é muito superior ao que já foi no passado, pois podemos estar de fato vivendo regime fiscal permanentemente diferente, mais positivo que no passado.

Não vejo isso como punição para Estados e Municípios. O contribuinte federal pagou para ter retorno agora sob a forma de resultado primário. E as perspectivas de solvência dos Estados e Municípios, que antes eram absolutamente negras, do ponto de vista de capacidade de investimento e custeio, são muito melhores hoje, porque há economia referente ao saneamento.

Com relação à despesa de pessoal, no relatório de gestão, preciso olhar um pouco mais detalhadamente para poder responder com cuidado às perguntas. Peço tempo para depois esclarecer.

Com relação ao crescimento das fianças concedidas, boa parte delas está relacionada ao recente processo de saneamento da Caixa Econômica Federal. Transferimos para uma nova empresa ativos da Caixa Econômica Federal, lastreados com recursos do FGTS.

Essa empresa assumiu obrigações da Caixa junto ao FGTS no valor de 27 bilhões de reais. Esse valor ainda conta com a garantia do Tesouro Nacional, para proteger e eliminar qualquer risco do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e o Tesouro Nacional assumiu a responsabilidade junto ao FGTS e, portanto, explica boa parte do crescimento dessas garantias.

Na Itaipu Binacional, houve crescimento substancial no segundo quadrimestre, e parte disso talvez associada à própria taxa de câmbio e operações de crédito externo do Banco Mundial e do BID. Cerca de 2 bilhões de reais foram acrescidos em termos de garantia.

Basicamente, são essas as explicações. Eu diria que o coração da variação é, de fato, o saneamento financeiro da Caixa Econômica Federal.

Com relação ao item, o relatório só tem operações de crédito sem despesa de capital. Publicamos bimestralmente o relatório de execução orçamentária e financeira. Se entendi a sugestão de V.Exa., é que nas operações de crédito constem também despesas de capital a cada quadrimestre.

Há sazonalidades nos desembolsos. Entendo ser mais apropriado o balanço no final do ano, mas vamos verificar a sua sugestão de qualquer maneira.

Quanto aos comentários do Deputado Ricardo Barros, agradeço a V.Exa. a contribuição. Realmente atribuímos grande importância ao cumprimento das metas. Esse não é o desejo sádico de gerar resultados, mas entendemos ser melhor para o País que assim seja feito. Não nos dá nenhum prazer ter de limitar gastos do que é realmente compatível com o País. Temos que lidar com limitações, escolher prioridades, o programa mais apropriado. É papel desta Casa em conjunto com o Executivo.

Deputado Giovanni Queiroz, antes de mais nada, eu gostaria de repelir com veemência a sua manifestação de que criamos dificuldades para vender facilidades. Isso é um insulto pessoal e institucional. Lamento que V.Exa. tenha feito essa afirmação, inclusive por desconhecer como funciona o processo de execução orçamentária e financeira.

Já vim aqui várias vezes nesta mesma Comissão. Sempre tratei os Srs. Deputados e Senadores com respeito e acho que V.Exa. faltou ao respeito conosco. Se me permite a sugestão, acho que V.Exa. deveria procurar entender um pouco melhor como funciona o processo orçamentário.

O processo orçamentário tem início em abril, quando é enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele é discutido e, uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, é acelerada a elaboração da proposta orçamentária, enviada ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto e, usualmente, discutida e aprovada até o final do ano.

A cada ano, por obrigação da Lei de Responsabilidade Fiscal, temos que, com base no Orçamento aprovado, estabelecer limites de execução, de movimentação e pagamento efetivo para cada órgão.

Esses limites não são por projeto nem carimbados, são por cada órgão do Governo. O Ministério dos Transportes tem limite global de custeio e investimento distribuídos em vários anexos dos decretos, ou seja, recursos do Tesouro, recursos próprios, recursos de contrapartida, projetos estratégicos. Mas não existe, em qualquer decreto, desafio V.Exa. a me apresentar um, discriminação de projeto que dê a oportunidade de dizer que enviamos dinheiro carimbado. Isso não é verdade.

Repassamos a cada Ministério aquilo que tem de receber, conforme o limite mensal estabelecido pelo Sr. Presidente da República. O Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento não têm comando sobre como cada Ministério gasta seus recursos.

Talvez V.Exa. ainda não tivesse chegado quando mencionei, mas o fato é que já temos cinco e meio bilhões de recursos em caixa, dos diversos órgãos, acumulados nos diversos anexos, que não são gastos. Não é porque o Tesouro trancou a chave do cofre e jogou fora. Absolutamente. O dinheiro está disponível, mas cada órgão escolhe em que projeto, seja em estradas do Pará, seja do Rio Grande do Sul, seja de São Paulo, vai aplicar os recursos. Isso não é do comando do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional.

Por isso repilo com veemência a afirmação de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovanni Queiroz e ao Deputado Sérgio Miranda para réplica, os quais disporão de dois minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Agradeço ao Secretário a disponibilidade para fornecer posteriormente, por intermédio de entendimentos, informações mais detalhadas.

Comunico ao conjunto dos colegas que o Secretário tem sempre disponibilizado as informações e aberto possibilidades de forma bastante transparente para que possamos obter dados junto à Secretaria do Tesouro. Temos nossas divergências de conteúdo, mas não vou voltar a elas.

Quero apenas uma informação, Sr. Secretário. Sabemos que é o Ministério da Fazenda que faz o controle do cumprimento das metas dos contratos de refinanciamento da dívida por Estados e Municípios. Quem controla, dentro do Governo, se Estados e Municípios estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, como, por exemplo, o percentual de gastos com saúde, a questão da educação? Isso vai provocar conseqüências sobre as transferências voluntárias que a União concede a Estados e Municípios.

Tenho consciência de que no ano que vem algumas obras de São Paulo ficarão paralisadas — o Governo tem de buscar uma forma de consertar isso —, porque o Poder Judiciário de São Paulo não vai se adequar ao limite, e se um dos Poderes não se ade-

quar, quem é punido é o ente, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quem faz esse controle? Essas informações podem ser disponibilizadas para os Parlamentares?

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Muito obrigado pelas palavras gentis, Deputado. Temos contrato com os Estados que nos assegura uma missão anual para verificar o cumprimento do Programa Fiscal em si. São metas relativas ao resultado primário, ao limite da dívida em relação à receita líquida real, os gastos com pessoal em relação à receita, o crescimento de receita própria, itens de avanço em reforma administrativa, reforma do Estado, e nível de investimento. Essas são as metas do Programa Fiscal.

Recentemente, modificamos o sistema de avaliação no sentido de torná-lo mais eficaz. Estava previsto que se o Estado descumprisse qualquer uma dessas metas, teria acréscimo imediato de 13 para 17% do pagamento da receita líquida real e os encargos passariam a ser SELIC e não IGP mais seis. Entendemos que a penalidade seria desproporcional ao eventual desvio da meta e modificamos isso. Se o Estado cumpre duas metas, que são dívida de receita líquida e o resultado primário, ficam autorizados automaticamente eventuais **weaver** para as demais metas. Se o Estado descumpre uma dessas metas, a penalidade passa a ser de 0,25% da receita líquida real por doze meses e não quatro pontos da receita líquida real. Este é o foco do Programa Fiscal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Isso está formalizado? Está no papel?

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Sim. Trata-se de medida provisória editada recentemente.

Com relação aos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal, há uma fronteira bastante importante que tem a ver, inclusive, com o equilíbrio federativo e dos diversos órgãos responsáveis pela fiscalização.

Entendemos que o papel de fiscalização das contas de Estados e Municípios cabe aos Tribunais de Contas dos respectivos entes, e não ao Governo Federal. No caso específico das transferências voluntárias, criamos, no âmbito do SIAFI, o Cadastro Único de Convênios, em que cada gestor do Governo Federal, quando tiver de realizar transferência voluntária a um Estado ou Município, deve se encarregar de verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com os devidos atestados pelos Tribunais de Contas. Assim, criamos mecanismo descentralizado — não é mais o Tesouro Nacional, mas dentro do sistema SIAFI, administrado pelo Tesouro, mas quem alimenta é cada gestor. Então, o delegado do Ministério da Educação em Minas Gerais, por exemplo, é quem vai verificar se o Estado ou o Município estão cumprindo os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não queremos ter o papel de polícia da Federação, pois achamos não ser adequado e contraria o pacto federativo. Há contrato com Estados e Municípios com determinadas cláusulas. É o Programa de Ajuste Fiscal. Essa é uma relação contratual. A questão que cabe ao Tesouro Nacional, no caso, é consolidar as contas dos Estados e Municípios e dar publicidade daqueles que nos enviam. A lei não estabeleceu a obrigatoriedade do envio dos relatórios de gestão fiscal para o Governo Federal. Ela estabelece que temos de publicar, mas não estabeleceu nenhum mecanismo de obrigação. Ela prevê que se publiquem os relatórios em trinta dias, mas não existe nenhum comando da lei determinando que o Governo Federal receba 5.507 relatórios de Municípios.

Tentamos viabilizar a transparência, que é o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, criando este cadastro de convênios, o que, na prática, vai representar um incentivo muito grande ao cumprimento dos limites da lei, porque se o gestor não estiver certo de que o Município ou o Estado cumpriu a lei, ele não vai poder fazer a transferência voluntária.

No caso específico das relações do Tesouro com Estados e Municípios, não damos aval, por exemplo, a operações de crédito junto ao Banco Mundial e ao BID, se os entes não estiverem cumprindo com suas obrigações em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e buscamos a documentação para nos certificar disso. Da mesma forma, os contratos de refinanciamento dos Municípios têm cláusulas básicas de cumprimento de limites. Não podemos ter o papel de fiscais da Federação. Isso cabe aos respectivos tribunais.

Vamos apoiar todas as iniciativas nesse sentido. Temos mantido contato permanente com os Tribunais de Contas dos Estados, inclusive para adequar os formulários que o Tesouro publicou em agosto, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal — as Portarias nº 453 e 454, se não me engano — para a adaptá-los às questões levantadas pelos Tribunais de Contas, engajados nesse processo, para resultar naquilo que a Lei previa de fato: maior transparência de informação ao contribuinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz, para a réplica.

O DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, a veemência do Dr. Fábio não me convenceu. Na verdade, pelo que ouvimos, seria apenas necessário ter um trabalho de investigação, pois a pressão dos órgãos com carimbo do Ministério — talvez não seja do Tesouro o carimbo, como se disse, mas existem rumores extraordinários, indícios formidáveis que nos permitem suspeitar de que às vezes estão dificultando para vender facilidades. Não retiro meu posicionamento. Ele tem fundamento. Eu mesmo tenho, algumas vezes, denunciado e nominado artifícios para liberação de recursos, inclusive para obras superfaturadas. Algumas foram apuradas e confirmadas, mas outras não interessa ao Governo apurar, e as coisas vão rolando. Mas se não é do Tesouro chega aos Ministérios.

Pergunto a V.Sa. se há como saber onde estão os recursos disponíveis, os 5 bilhões que o senhor citou? Quais Ministérios não estão sendo competentes na aplicação? Há condições de o Presidente da República saber quais dos seus Ministros não cumprem as metas dos programas incluídos no Orçamento, por iniciativa do próprio Governo e aprimorados pelo Congresso Nacional? Precisamos saber quem está sendo incompetente, para cobrar. Quando vemos 0% destinado à hanseníase e 0.07 %,0 à malária, na Amazônia, ficamos cheios de indignação; para Morar Melhor, 0% de aplicação, também nos deixa indignados; saneamento básico, de igual forma. São percentuais mínimos. O Ministério diz que não tem dinheiro, que o Tesouro não libera o recurso. É esta a explicação que dão. Tanto é que só há 11% de todos os programas nacionais executados até o momento. V.Sa. alega que depende de projetos, de licitações, mas alguns são programas de ação continuada e já estão em andamento, com projetos já prontos.

Então, Sr. Secretário, o que nos preocupa é a execução orçamentária efetiva. A todos os Parlamentares que procuram os Ministros, a alegação é a de que não há dinheiro. Se está previsto no Orçamento, por que não executam?

Tenho exemplos de contas assassinas de BRs no Pará, do seu Governo, cujo dinheiro não é liberado, sequer empenhado. Refiro-me aos recursos previstos desde o ano passado para a BR-158, entre Redenção e Santana do Araguaia, no Estado do Pará. E mais: por que não liberam — e aí cobramos do Ministério da Reforma Agrária — os recursos para obras contratadas pelas Prefeituras, feitas e medidas pela Caixa Econômica, prontas para serem pagas? A Caixa Econômica diz que não tem dinheiro para pagar. Quero saber onde está indo esse dinheiro, porque pode não ser para a reforma agrária, nem para o DNER. De repente, esses 5 bilhões estão concentrados em outro Ministério. Eu gostaria de saber de V.Sa. se é possível detectar em quais Ministérios estão os recursos disponibilizados, para que possamos cobrar e para que esses programas possam realmente ser executados. Entendemos que todos são importantes, em todas as áreas. Eu gostaria de saber se é possível detectar esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o Dr. Fábio, para responder ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Obrigado, Deputado.

Acho que isso é importante para o País. V.Exa. tem informações que podem levar a uma melhor preservação do dinheiro público. Sugiro, inclusive, que as apresente às instâncias adequadas, como, por exemplo, à Corregedoria da União ou ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E tenho feito isso.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - É interesse de todos os contribuintes que isso seja feito e esclarecido, inclusive para evitar insinuações e expressões que não são as adequadas ao processo.

Deputado, eu responderia à sua pergunta da seguinte maneira. V.Exa. citou uma série de programas na área de saúde. O órgão que mais gasta individualmente no País é o Ministério da Saúde. V.Exa. deve recordar-se de que o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 29, determinando liberação de recursos, um nível mínimo de execução de despesa da área de saúde este ano em torno 21 bilhões de reais. Esse dinheiro tem sido religiosamente liberado e gasto. V.Exa. se baseou em pequenos projetos; olhou uma árvore e esqueceu a floresta. Só neste ano, a área saúde já gastou 1,8 bilhão a mais no ano passado. O percentual de execução é próximo de 95%, porque o dinheiro entra e imediatamente é liberado, em razão de ser para o pagamento das ações de saúde do SUS.

Acho muito pouco preciso tomar por base item de um projeto de investimento, que talvez seja de 20 ou 30 milhões de reais, e esquecer 20 bilhões de reais, o valor que a área da saúde está gastando e executando, e nós liberando. E isso não é representativo da execução do Ministério da Saúde. O mesmo se aplica ao MEC e a outros órgãos da área social. Inclusive

tem sido objeto de prioridade absoluta do Presidente da República a criação de diversos programas às populações de baixa renda, como rede de segurança, bolsa-escola, bolsa-alimentação, seguro-renda, LOAS, o benefício rural, etc. Então, basta olhar com um pouco mais de cuidado a execução para verificar isso.

Quanto à execução abaixo dos limites autorizados, Deputado, minha informação é no valor agregado, mas eventualmente nós ou o próprio SIAFI tenhamos a disponibilidade dos órgãos. Eu diria a V.Exa. que ela é distribuída com grande concentração em projetos, porque os gastos em ações continuadas, inclusive de saúde, têm desembolso mais regular. Mas o conjunto dos projetos estratégicos, por exemplo, está com a execução desses 5,5 bilhões, 40% estão com a execução abaixo do limite global autorizado. Tentarei conseguir informações mais detalhadas. Com certeza não é a saúde, a educação, a ação social ou a previdência social. É muito mais relacionado com projetos e receitas próprias dos órgãos — chamo a atenção de V.Exas. para isso —, que nem transitam efetivamente pelo nosso comando. As receitas próprias têm um anexo próprio. Então, há várias explicações, inclusive o fato de que o anexo que trata de recursos liberados pelo Tesouro Nacional é o que apresenta a maior percentagem de execução relativamente aos demais anexos. Então, é questão de verificar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência declara encerrada a lista de inscrições.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Os cinco Deputados inscritos e o nobre Senador Amir Lando farão perguntas em bloco.

A Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que utilizem os três minutos regimentais.

Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, Dr. Fontenele e Dr. Fábio, não farei pergunta, mas três depoimentos. Realmente estamos vivendo um novo momento. Em primeiro lugar, elaboramos emenda para construção do ginásio de esportes de um Município que apareceu como inadimplente. Tal fato, inclusive, foi comunicado pelo Tribunal de Contas do Estado, em razão de ele não estar cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em segundo lugar, faço pedido em relação à Caixa Econômica. Apenas faço uma maquiagem na participação do companheiro que me antecedeu em relação a isso e é verdade. Também elaborei emenda para a construção de ginásio de esportes em alguns Municípios vizinhos ao meu. Essa obra já está em torno de 90% executada, e o Prefeito até agora só recebeu 20% dos recursos. Parece que a Caixa Econômica terceiriza essa prestação de serviço, e o fiscal ganha em função do número de visitas. Parece-me que no caso está acontecendo isso: quanto maior o número de visitas, o fiscal ganha mais. Então, o que está acontecendo? Já foram executados 90% da obra, mas apenas 20% dos recursos foram liberados. O dinheiro já está na Caixa, não é calote. Estão ocorrendo algumas dificuldades operacionais. Registro este apelo para que a prestação de serviços seja melhorada.

Em terceiro lugar, na quinta-feira passada, o Ministro José Serra assinou o Programa de Bolsa-Alimentação com várias Prefeituras. Estivemos junto com o companheiro Domiciano Cabral fazendo parte desse ato. No interior da Paraíba, Dr. Fábio e Dr. Fontenele, algumas famílias estão recebendo em torno de 150 reais, quando somados os 45 reais da bolsa-alimentação, os 45 reais da bolsa-escola e os 60 reais da bolsa-renda.

Eram estes os depoimentos que eu tinha a fazer. Estamos vivendo um novo mundo no que diz respeito inclusive a esta Comissão, quando o Poder Executivo está prestando conta de uma meta fiscal. Num passado bem próximo não havia essa obrigação. Só para voltar ao início da minha participação, quando chegou essa inadimplência do não-cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, até alguns servidores do Ministério nem sabiam que tipo de inadimplência era. Então, deixo registrado este depoimento e destaco que estamos vivendo novo momento no País, com regras estabelecidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Srs. Secretários, em primeiro lugar, eu gostaria de confirmar a receita total de 137 bilhões, 1,5% acima das metas. Posso afirmar que a avaliação que o Congresso Nacional fez das receitas é correta. Estamos atingindo as metas do Orçamento Geral da União. Então, aqui para o Deputado Sérgio Miranda e o Relator, no ano passado, tivemos alguma insegurança em relação à meta, o Congresso Nacional tem conseguido dar grande contribuição ao Poder Executivo na hora de definir sua capacidade de receita. Erramos, mas pouco e para baixo. Portanto, ainda está positivo.

Sr. Presidente, eu queria apenas reafirmar algumas questões já levantadas. Viramos do ano retrasado para o passado com Restos a Pagar de 4 bilhões. Do ano passado para este, nós os dobramos para 8 bilhões. Minha pergunta é: como vamos comemorar? O Secretário disse que não está comemorando. Entendi isso. Mas estamos arrecadando exatamente o que programamos. As receitas que em tese estão sobrando, os 6,5 bilhões, são praticamente despesas discricionárias, portanto, do Poder Executivo. Os Deputados Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz já disseram: nossos empenhos estão na casa do zero, principalmente o trabalho feito pelo Congresso Nacional. Nenhuma das emendas de bancada e dos Parlamentares foi empenhada até agora. Além de paga, é gasta. O próprio relatório diz que a receita se comporta na linha das expectativas e tem previsão de aumento de despesa no final do semestre.

O problema é que estamos no final do ano, aprovamos o Orçamento à força, inclusive passando por cima de algumas coisas que não desejávamos. O Relator e o Presidente da Comissão estão aqui e podem atestar isso. Queríamos um ano mais normal, mas estamos com pressentimento ruim de que este ano será ainda mais anormal. Os 6,5 bilhões que configuram excesso no resultado são exatamente os que o Governo deveria ter usado nos investimentos. Estamos com nossa capacidade de investimento reduzida. Já chegamos a 10 bilhões e estamos em queda. Trata-se de constatação, apesar de o Governo de ter feito a opção de ir ao Fundo Monetário Internacional fazer a segunda meta. As receitas vão superando e, mesmo assim, o Governo não libera imediatamente dentro do que foi orçado e reprogramado pelo Congresso, que fez as receitas e despesas.

Minha pergunta é nesse sentido: se vamos continuar fazendo caixa. No início do ano, quando já havia perspectiva de receita acima da meta, o Governo fez contingenciamento. Então, como se explica que em fevereiro, antes inclusive de cumprir a norma constitucional, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ele já tinha feito o contingenciamento, que chamou de preventivo, e depois o reafirmou? Agora, constatamos que há excesso, mas ele continua com o contingenciamento. Então, nossa pergunta é: o que estamos fazendo aqui? Qual a expectativa que o País tem de fato? Haverá recursos para trabalharmos ou os outros Ministérios não são competentes a tal ponto de não conseguirem apresentar os programas das emendas dos Parlamentares? Como disse o Deputado Giovanni Queiroz, são aquelas emendas que chegam pequenas, mas aparecem na ponta das emendas de bancada. Se há recursos, liberação para gastar e se constata que os projetos não são aprovados, ou todos os outros Ministérios são muito lentos...

Vou repetir, esse Orçamento foi aprovado dentro do ano, não passou para fevereiro, março, nem abril, e mesmo assim estamos vendo uma aplicação muito pequena. Como os números estão batendo, isso não se justifica, a não ser uma expectativa de voltar ao Fundo, fazer novo acordo e aumentar o superávit, o que seria exagero de nossa parte. Concentro-me apenas nessa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Srs. Secretários, minhas ponderações serão muito breves. Eu gostaria apenas de obter algumas informações adicionais dos ilustres palestrantes sobre o que constitui o Relatório de Execução Orçamentária Financeira, relativo ao primeiro semestre de 2000, em que identificamos esse baixo nível de execução que chega 10,3 do previsto na lei. Retifico: 9,2 da previsão, ou melhor, não da previsão, porque de qualquer maneira a lei, sobretudo, não perde a previsão. Tenho uma observação difícil sobre a natureza da lei orçamentária, se ela deveria ou não ser impositiva, porque, na verdade, trabalhamos com uma previsão de receita e é difícil obrigar a execução de despesas certas, quando a previsão da receita pode não se realizar. Mas isso é apenas um pensamento preliminar do meu conceito de previsão.

Evidentemente atingimos as metas de receita estabelecidas. Não há dúvidas de que a possibilidade de receita estabelecida pelo Congresso, que é uma previsão, realizou-se, inclusive com um pequeno desvio a maior. O que nos interessa aqui é o fato de termos constatado que neste relatório não inventamos, nem extraímos nada, é um retrato do relatório enviado ao Congresso Nacional. Observando, identificamos a disponibilidade de recursos nos diversos órgãos da administração federal, mas a execução está muito aquém até dessa disponibilidade. Colocamos exatamente esse contexto discricionário que existe nas entranhas da própria organização administrativa. Quer-se sobretudo ressaltar que, em certos Estados da Federação, como é o caso de Rondônia, — eu poderia citar outros, Amazonas, Pará — não chegamos à execução de 1% do estabelecido na Lei Orçamentária. Quando se vai aos Ministérios, surge a questão de não se tratar de disponibilidade dos recursos, mas de limites. Evidentemente, quem os estabelece não é o Ministério da Fazenda. Essa é realmente competên-

cia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sempre encontraremos uma dificuldade.

Verifico que, dos 17 bilhões previstos para investimentos, houve contingenciamento de aproximadamente 6 bilhões. Deste valor, há uma disponibilidade no primeiro semestre de 5,5 milhões, praticamente a meta atingida em termos de disposição dos recursos.

Quanto à execução, V.Sa. poderia fornecer-nos uma relação — isto é importante —de todos os órgãos que têm hoje essa disponibilidade e que não estão executando dentro daquilo que é peremptório. Se há recursos, a execução se torna obrigatória, até porque a Constituição estabelece que devemos obedecer a Lei Orçamentária. Constitui crime de responsabilidade a desobediência à Lei Orçamentária.

Ora, é claro que temos que partir da premissa de tem de haver recursos. Sem recursos, sem execução da Receita não se pode exigir. Mas, a partir daí, surge uma responsabilidade e uma obrigação. Seria importante que V.Sa. nos oferecesse a relação de todos esses órgãos, pois vamos ouvi-los. A minha sugestão desse relatório é ouvir todos os órgãos gestores dessas receitas, para que se possa exatamente avaliar o que está acontecendo. Se temos uma previsão descontingenciada de que 11 bilhões e 5,5 sumiram... Em matéria de receita do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro, as coisas andaram — diria — perfeitamente corretas.

Temos de verificar o que há abaixo disso, nessas entranhas, nesses meandros, para podermos talvez romper o gargalho.

Eu disse que iria ser breve, mas esse tema é complicado, até porque a minha nomenclatura é um pouco mais difícil. Resumindo, precisamos fazer essa verificação, para averiguar o porquê da falta de execução.

Por outro lado, esse ponto de honra que existe de superar os objetivos aqui, quando se fala exatamente de superávit primário, significa que alcançamos as metas, e fomos além de 40%, estabelecido em decreto, contrariando aquilo que foi previsto pela LDO. Entendo que um decreto não pode alterar a lei. Seria, mais uma vez, a confissão explícita de cometer um crime de responsabilidade a teor do disposto no art. 85, da Constituição, combinado com o art. 37, o princípio da legalidade. Não seria o decreto que poderia alterar essas metas. Essas metas deviam ser alteradas por lei, até por medida provisória. Evidentemente, não entrarei nessa discussão, mas o importante é que esse fato que aqui se realça, com todas as letras, soa diante ao menos de um rigor, de uma exegese constitucional, até a configuração de um crime de responsabilidade. Vivemos no princípio da legalidade e, se fugirmos da lei, não há salvação.

Sr. Presidente, seria importante que houvesse o compromisso dos Srs. Secretários de nos fornecer uma relação de todos os órgãos, para que, numa segunda rodada, pudéssemos trabalhar com esses elementos e cobrar devidamente de cada um desempenho mais efetivo, ou, se for o caso aqui do problema do limite, cobrar do Ministro competente, porque realmente, havendo a disponibilidade, não há por que não executar as obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - O próximo orador inscrito seria o Deputado Virgílio Guimarães, porém S.Exa. está determinado pelo seu partido, o PT, a ser orador, em nome do partido, da sessão solene em homenagem ao ex-Deputado Geraldo Alckmin.

Passo a palavra, portanto, ao último orador inscrito, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho dito sempre nesta Comissão, durante os sete anos que nela milito, um ditadozinho com que tenho transformado a minha vida de administrador público e hoje de Parlamentar o Governo que gasta mais do que arrecada, não é de Esquerda, nem de Direita; é incompetente, mesmo.

Dou-lhe os parabéns, meu caro Secretário, porque o nosso Governo tem mostrado ser competente na arrecadação.

Temos um superávit primário de 27.5,7 bilhões. Realmente, nesses sete anos, mostramos que na receita tributária, fomos de indiscutível competência. Em 1995, nossa folha de pagamento era de 37,5 bilhões — mais adiante vou dizer por que trago essa questão —, nossa receita era de 69 bilhões; a folha representava 56% da arrecadação. Em 2002, a folha de pagamento foi para 69 bilhões.

Vejo faixas na Esplanada dos Ministérios que dizem que os servidores públicos estão há sete anos sem aumento de salário. Isso está errado; o servidor público recebeu aumento de salário. Pode ter acontecido uma distorção no aumento do salário do serviço público. Se a folha de pagamento passou de 37,5 bilhões para 69 bilhões, o aumento foi considerável, ou o Governo Federal tem muitos fantasmas na folha de pagamento, o que não acredito. Os componentes dessa folha são funcionários públicos e estão aí trabalhando. Houve uma série de aumentos para uma receita no exercício de 2002 de 186 bilhões.

Aonde quero chegar, caro Secretário Fábio de Oliveira Barbosa? Foi criada uma Subcomissão nesta Comissão, para tratar do problema do funcionalismo público. O Presidente desta Comissão, seu Vice-Presidente, aqui presente, e os Líderes decidiram criar uma Subcomissão, para avaliar o problema da folha de pagamento da União.

Existe uma distorção na folha de pagamento. Está claro que houve aumento, mas grande parte do funcionalismo não recebeu realmente aumento de salário. A folha de pagamento está em torno de 69 bilhões, já previsto o aumento de 3,5% concedido pelo Governo Federal.

A Subcomissão pretende fazer uma indicação para quebrar essas distorções que aconteceram na folha de pagamento. Vamos participar hoje de reunião com o Secretário do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que nos vai dizer quais são os funcionários públicos que não receberam aumento de salário.

Precisamos estabelecer algum critério para dar aumento efetivo de salário ao funcionalismo público, principalmente à pequena faixa que não recebeu aumento de salário nesses sete anos. Alguns tiveram aumento de função, não aumento efetivo de salário. O funcionário público às vezes ganha 500 reais, recebe uma gratificação de 800 reais, e diz que nunca recebeu aumento. Mas antes ele não recebia gratificação nenhuma. Precisamos corrigir isso.

Esta Comissão fez um levantamento do imobilizado em imóveis da União, principalmente das áreas costeiras, e chegou à cifra de 400 bilhões de reais. É possível considerarmos parte desse imobilizado e a empregarmos em parte no aumento do funcionalismo? Precisamos de uma receita. A receita que veio para cá, de 186 bilhões, está prevista, amarrada, colocada como receita condicionada, agora que o Governo terá de efetivar isso. É possível efetivar isso? Se o Governo precisar, pode me chamar que eu vendo todos esses imóveis. Vou botar dinheiro para esse funcionalismo público que ele nunca viu na vida. Em síntese, pergunto se isso é possível e se esses valores correspondem à realidade.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Governo pelo superávit. Governo que não tem superávit não é Governo. Sei que não é fácil, mas temos de acabar com nossa dívida, que vem prejudicando sensivelmente o povo brasileiro.

Ou damos o calote, ou pagamos; na minha opinião, devemos pagá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, para responder aos últimos oradores inscritos.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - O Deputado Armando Abílio fez algumas considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a questão da documentação dirigida pela Caixa Econômica e os serviços prestados à Caixa.

Informo que farei chegar a Caixa Econômica Federal as preocupações como os procedimentos, a parte burocrática — se entendi corretamente o que está acontecendo —, ainda que a Caixa não possa fazer nada diferente do que determinam a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação em vigor.

Recentemente, o Senado Federal aprovou resolução que normatiza a documentação a ser enviada para efeito de celebração de convênios, complementando a legislação da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual, por exemplo, se o Prefeito anterior tiver descumprido o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o novo Prefeito será penalizado da mesma forma.

Aperfeiçoamentos serão feitos, à medida que necessários, por iniciativa desta Casa, mas o fundamental é manter os princípios da lei.

Deputado João fez menção ao RAP, Restos A Pagar, de 2001. Primeiramente, já entrando um pouco na questão levantada pelo Senador Amir Lando, como já mencionado, essa diferença de execução, hoje da ordem de 5,8 bilhões, entre o limite autorizado, não tem por que virar Restos A Pagar. Nossa expectativa é que haja aceleração de execução de projetos de investimentos, particularmente neste semestre.

Por quê? Não houve — o Secretário Silveira já manifestou isso de público, até mesmo nesta Casa —, por exemplo, retenção por parte do Tesouro Nacional de recursos para os projetos estratégicos simplesmente, ou questionamentos do TCU, ou dificuldades com licitação. O projeto é executado. Existem 1 bilhão e 800 milhões de reais disponibilizados, nesse anexo, para os órgãos, que não são gastos. Então, não necessariamente, esses recursos se tornarão Restos A Pagar.

Conceitualmente, o que temos de fazer para limitar os Restos A Pagar? Temos de dar limites de movimentação e empenho — aquilo que pode ser empenhado, comprometido — compatíveis com os limites financeiros. Se existe acúmulo de Restos A Pagar, deveria haver menor movimentação, expansão ou limite menor de movimentação e empenho, para reduzir esses Restos A Pagar.Esse é o conceito.

Como disse antes, se todos os recursos previstos tivessem sido gastos, efetivamente desembolsados pelos órgãos, o resultado primário teria sido muito próximo da meta de 16,7 bilhões. Teria sido de 17,5 ou 18 bilhões. Mas houve um descompasso, como mencionei, entre a execução efetiva e os limites autorizados, em função das questões por nós apresentadas.

Tendo em vista o resultado obtido e, considerando-se o desembolso integral do já liberado, é possível vislumbrar a possibilidade de, ao longo desses últimos três meses, avançarmos um pouco. V.Exa. pode ter certeza que é algo que faremos com muito cuidado, inclusive, tendo como premissa o controle do volume de Restos A Pagar.

Do ponto de vista da execução da política fiscal e do financeiro, tanto faz, para nós, do Tesouro. Era o que eu estava falando, ainda há pouco, com o Deputado Giovanni Queiroz. Do ponto de vista do Tesouro, o limite financeiro é um só, seja para gastos de Restos A Pagar, seja para recursos referentes à dotação da competência do exercício. Digamos que o órgão tenha 100 reais. Ele vai escolher entre os Restos A Pagar não parcelados que ele tem na sua inscrição ou nos programas da competência do exercício de 2001. O limite global financeiro é que precisa ser observado. Como ele vai fazer esse gasto, é uma questão do dirigente.

Permita-me, Senador Amir Lando, mas há, sim, uma discricionalidade do gestor na ponta, que vejo como positiva. Talvez, possa acontecer um aperfeiçoamento do controle do Congresso Nacional sobre a gestão, na ponta, dos projetos.

Do ponto de vista do Tesouro Nacional, a variável de controle é o limite global financeiro, por exemplo, um órgão que tenha o limite muito grande e Restos A Pagar. Caso ele resolva executar somente Restos A Pagar e não executar nada do exercício, do ponto de vista do Tesouro, com essa visão limitada que nós temos, está correto. Não discutimos a alocação de recursos do órgão. Nossa preocupação é a observação do limite financeiro aprovado. Cada gestor discricionariamente resolve onde alocar. Não podemos controlar se a ponte A, se o projeto B, se o problema C está sendo atendido. Essa é uma questão de cada órgão nas suas respectivas esferas.

Com relação à observação de que estaríamos, de certa forma, contrariando a LDO e sobre o princípio da legalidade, tendo a discordar de V.Exa., Senador. A LDO está sendo cumprida. Ela não determina que aquele é o máximo de superávit primário. Ela estabelece um valor, mas não diz que aquele é o máximo.

Do ponto de vista do Executivo, há o consenso de que nossa economia foi grandemente afetada pelas circunstâncias excepcionais ocasionadas esse ano. Ninguém poderia imaginar a somatória de fatores adversos, afetando a economia mundial, particularmente, do Brasil. Portanto, discordo de V.Ex.a. sobre esse aspecto. Com relação à disponibilidade por órgão, — averiguarei isso no Tesouro — foi comentado aqui antes, é fundamental observar de que os recursos do Tesouro, o anexo de execução, o limite de pagamento dos recursos do Tesouro tinham a execução global de 91,5%. A chave do cofre mencionada anteriormente pelo Deputado, é que executamos 91,6% dos recursos do Tesouro. Mas aí temos recursos próprios de arrecadação, fontes próprias dos órgãos, recursos para contrapartida e recursos financeiros que não passam necessariamente pelo controle do Tesouro Nacional e tentam observar o limite estabelecido pelo Presidente da República.

Com relação à questão formulada pelo Deputado João Leão, talvez eu possa pedir ao Paulo que fale sobre o assunto e posteriormente eu complementarei.

O SR. PAULO RUBENS FONTENELE ALBUQUERQUE - Com relação à questão do Deputado João Leão, na verdade foram formuladas duas questões. A primeira, sobre o montante desse patrimônio imobilizado da União. Deputado, infelizmente, eu o desconheço. Sei que a Secretaria do Patrimônio da União detém essa informação que poderá ser encaminhada depois a V.Ex.a. com o levantamento desse patrimônio.

Quanto à segunda questão, se é possível condicionar os recursos oriundos à venda de parte desse patrimônio ao aumento do funcionalismo público, acredito que, tecnicamente, sim. Mesmo assim, é preciso haver — digamos — decisões do Governo em vender parte desse patrimônio e direcionar tais recursos para tal fim.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Só gostaria, com a permissão do Deputado João Leão, além de agradecer seus comentários e suas palavras, endosso que, realmente, uma política fiscal austera, como eu já disse antes, não é escolha do gestor público. É uma obrigação definida, acredito eu, pelo contribuinte, pela população. E é isso que fazem todos aqueles com os quais temos contatos, inclusive, os que pertencem a partidos não alinhados com a política governamental. Há casos exemplares de trajetóri-

as fiscais entre gestores dos mais diversos partidos, da esquerda, inclusive, mostrando que essa não é uma questão ideológica. Trata-se de uma questão prática: se não há financiamento, não há como gastar mais do que se arrecada. A população tem um limite suportável de carga tributária. Creio que já chegamos a esse ponto.

Em relação ao imobilizado, é importante haver senso de responsabilidade na alienação de ativos. Não devemos criar falsa expectativa de reajuste, pois não se trata de um processo trivial, tranqüilo de se fazer um mapeamento, de verificar registro em cartório, ver se tem processo judicial, o que tem contestação judicial, desapropriação, grilagem, etc. Francamente, sou um pouco cético quanto a usarmos recursos de uma potencial venda, o que poderia até depender de autorização do Congresso Nacional. Atualmente, vender imóveis não é algo fácil. A Rede Ferroviária Federal que tem um patrimônio imobiliário de 21 bilhões de reais e enfrenta grandes dificuldades de caixa. Mesmo tendo patrimônio em todos os Estados do País, a Rede encontra dificuldade em fazer um fixo financeiro adequado.

No futuro, talvez, haveremos de transformar esse patrimônio, por exemplo, num fundo imobiliário e vender as cotas, em algo que traga efetiva liquidez , para usar, a longo prazo, por exemplo, no financiamento da aposentadoria do servidor público. Vejo mais nessa direção do que resolver o problema a curto prazo.

Lembro ao Deputado, que se pronunciou anteriormente sobre os níveis de investimento. Cada aumento de gasto de custeio que fizermos, por mais meritório que seja, não estou discutindo o mérito, dado que temos um limite fiscal, representará cada vez menos investimentos. Isso é matemático. Na folha de 70 bilhões de reais, cada 1% representará 700 milhões de reais a mais ou 10% a menos de investimentos no Orçamento. Da mesma forma o benefício da Previdência Social. V.Exa. citou que a folha de pagamento cresceu para 70 bilhões de reais. Já o benefício da Previdência cresceu para 76 bilhões de reais. Era de 24 bilhões de reais há seis anos. Isso consome receita e ocupa espaço, utilizado para outras atividades do Governo, porque são gastos permanentes, que precisam ser honrados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Para réplica, concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

V.Exa., nobre Senador, disporá de dois minutos.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, quero dizer ao Secretário Fábio de Oliveira Barbosa que o cenário não foi previsível. O cenário realmente mudou substancialmente. Não temos grandes divergências em relação à gestão econômica nacional, porque, diante da crise, soube pilotar com sabedoria e eficiência, realizando as metas. Neste ponto, todo o louvor, é preciso competência.

Nossa divergência está na obsessão pela geração de superávit que evidentemente nos preocupa. Nossos credores exigem certa contribuição com esse superávit, mas não podemos sacrificar os investimentos a ponto de diminuirmos, cada vez mais, a atividade econômica. Significa menos produção, menor PIB e sobretudo falta de investimento em determinados setores, como na energia. Poderíamos ter previsto o apagão e corrigido-o anteriormente.

Por outro lado, devemos preservar o padrão de vida da população. Temos 54 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza no País. Há dois anos, tínhamos 40 milhões. Significa um sacrifício demasiado para o povo. É hora de dizermos aos nossos credores que estamos no limite, abaixo desse ponto é sacrificar a população brasileira, é limitar nossa capacidade de gerar riquezas, inclusive para o pagamento da dívida.

Nossa preocupação fundamental é de que, até agora, a execução se reduziu a 1,6 bilhão. Não faço qualquer reparo à atuação do Ministério da Fazenda, mas teço comentários acerca dos gerentes dos programas. V.Exa. nos mandará uma relação, para que verifiquemos onde está o embaraço.

Além disso, por analogia, podemos raciocinar, como no caso dos cereais depositados na CONAB, estão entregues aos carunchos, à destruição, à perda. Não podemos perder esse recurso tão importante em termos de investimentos, porque daremos uma chance ao desenvolvimento econômico e social do País.

Quanto à legalidade, é uma questão de hierarquia das leis, uma questão jurídica. A LDO de 2001, art. 18, determina que a elaboração do Projeto de Aprovação da Execução da Lei Orçamentária de 2001 deverá levar em conta a obtenção do superávit primário, conforme discriminado no anexo de metas fiscais e lançamentos fiscais da Seguridade Social, de 5 bilhões, etc. O texto da lei é imperativo, se a lei estabelecesse o mínimo... É uma questão de hierarquia. Entendo que até possam existir razões estratégicas nos acordos internacionais, que os credores nos exijam mais, que haja cada vez mais sangria de nossos recursos, que poderiam servir ao investimen-

to, mas nós devíamos fazer através da lei. Nesse particular não vou entrar. É uma exegese jurídica, uma questão de hermenêutica, e que não vale a pena a discussão. Mas isso aí é um ponto de vista que não é infundado, é um ponto de vista jurídico, de interpretação do Direito. Nada mais do que isso. Realmente, o que a lei fixou como limite, era o nosso limite. Fora daí é o excesso com que o Poder Executivo se esmera certamente, em razão de acertos, de acordos e de pressão. Na crise a pressão deve aumentar, e é difícil lutar contra os poderosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Secretário do Tesouro, Dr. Fábio.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA - Senador, primeiro, quanto à disponibilidade, verificarei como poderemos atender a sua preocupação o mais rapidamente possível e saber como estão distribuídas essas disponibilidades.

Com relação à questão jurídica, quem sou eu para discutir com V.Exa. Eu não tenho a cultura jurídica e o notório saber jurídico de V.Exa., e não poderia debater nesses termos. Só fui informado pela nossa Assessoria Jurídica de que — todos os atos do Executivo que passam pela assinatura do Ministro Pedro Malan, são verificados por nossa Procuradoria — ela não viu nenhuma afronta ao princípio da legalidade. Eu confio muito na nossa Procuradoria, mas levarei a sua preocupação a ela.

Com relação ao superávit primário, como eu disse antes, não é um prazer sádico nosso realmente gastar menos do que as nossas receitas. Seria muito bom se todos nós pudéssemos atender a todas as questões, e sei que há várias questões de mérito. Por isso que, no tesouro, faço questão, para todos que nos visitam, em particular, os gestores setoriais, de não discutir mérito, porque sei que quem sabe do mérito é cada gestor.

A nossa questão é exatamente de que tudo na vida tem uma limitação. Por exemplo: em uma eleição, há tantas vagas para o Senado, tantas vagas para a Câmara. Eventualmente, algum candidato que tivesse méritos também para ser eleito, não foi, por quê? Faltou vaga. O Orçamento também é a mesma coisa. Eventualmente não podemos atender a todas as demandas. Daí, o trabalho crucial realizado pela Secretaria de Orçamento Federal, pelo Ministério do Planejamento, na alocação de prioridade e distribuição dessas prioridades, porque nós vamos ter sempre que conviver com essa realidade. Teremos de escolher entre projetos, mesmo os meritórios de igual mérito, porque há um limite para tudo na vida. O conceito de restrição fiscal que — volto a dizer, não é ideológico, não é desse Governo — será uma exigência permanente da população brasileira que aprovou, através do Congresso Nacional, uma lei de responsabilidade fiscal. Eu diria, é menos obsessão, é mais uma preocupação em gerir de forma responsável as finanças públicas. Eu citaria, Senador, exemplos dos países da OCDE. Dos seus 22 países, 15 apresentavam, por alguns anos, superávits primários superiores aos nossos. É verdade que o estágio de desenvolvimento é diferente, talvez por isso temos que fazer maior esforço de consolidação da credibilidade e melhorar as nossas condições de acesso ao mercado internacional. Tentarei fornecer as informações que V.Exa. me solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Ao declarar encerrada a presente reunião de audiência pública, com a presença do nobre Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa e do Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, Secretário dos Orçamentos Federais, do Ministério do Planejamento e Orçamento, agradecemos as presenças de S.Sas. a presteza com que acolheram este convite e a maneira solícita, já expressada pelo nobre Deputado Sérgio Miranda, com que o Sr. Secretário do Tesouro tem sempre fornecido as informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Comissão de Orçamento.

Comunico ao Plenário que, hoje, às 14h30, prosseguiremos a reunião iniciada ontem destinada à apreciação das matérias e à apreciação da redação final do PPA, de acordo com determinação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, que fez o devido encaminhamento e acolheu questões de ordens levantadas pelos nobres Deputados Sérgio Miranda e Rubens Bueno, para que esta Comissão avalie e aprecie aquela matéria.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

Ata da Décima Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Realizada em 11 De Dezembro de 2001.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e um, às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Terceiro Vice-Presidente, Deputado VIRGÍLIO

GUIMARÃES. A reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 09/2001, de autoria do Deputado José Pimentel, que solicitava o comparecimento do funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil S.A, Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, e do Presidente do referido Banco, Dr. Byron Costa de Queiroz, para prestarem esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 28/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 3.642.611.000,00, (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), para os fins que especifica". Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Airton Cascavel, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Grandão, João Matos, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; - Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Alceste Almeida, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Gomes, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Laura Carneiro, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; - Senadores titulares: Amir Lando, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Nabor Junior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima e Wellington Roberto; o Senador suplente: Antônio Carlos Valadares. - Não membros: Deputado Manoel Salviano. ABERTURA: O Presidente em exercício declarou iniciada a reunião, convidando o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho para compor a mesa. O Presidente propôs que o palestrante se restringisse ao tempo de quarenta minutos, em virtude da exigüidade de tempo. O Deputado José Pimentel registrou que o palestrante chegou ao recinto às 14 horas. O Presidente explicou que o atraso no início da reunião deveu-se à realização de reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, tendo sido estendida até às 14 horas daquela data. O Presidente informou que conforme o estipulado *no art. 255, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputado*s, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A seguir, a palavra foi assegurada ao Sr. Antônio Carlos Dias Coelho. Os debates foram iniciados. Discutiram o assunto os Deputados José Pimentel e Manoel Salviano. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, o Dr. Byron Costa de Queiroz fez uso da palavra para pronunciar sua explanação. Discutiram o assunto os Deputados Adolfo Marinho, Anivaldo Vale, Osvaldo Coêlho, Raimundo Gomes de Matos, Joel de Hollanda, José Carlos Elias, João Almeida, Benito Gama, Jorge Khoury , Manoel Salviano, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Roberto Rocha e o Senador Mauro Benevides. O Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, Diretor do Banco, fez uso da palavra. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelos Senhores Parlamentares. ENCERRAMENTO: O Presidente em exercício encerrou a reunião, às dezoito horas e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES. Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de 2001.

A reunião foi convocada com a finalidade de ouvir, às 14 horas, o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil S/A, BNB, e, às 15 horas, o Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, BNB, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 28/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos encargos financeiros da União, crédito especial no valor de 3 bilhões, 642 milhões e 611 mil reais, para os fins que o especifica, em atendimento ao Requerimento nº 09/2001, de autoria do Deputado José Pimentel.

Em função do atraso do início da reunião e, provavelmente dos compromissos dos convidados, e do provável início da Ordem do Dia, consulto ao Líder Ricardo Barros, à Assessoria do Banco do Nordeste e

aos demais presentes se poderíamos fazer uma compactação do tempo: realizarmos a primeira parte da reunião até 15h40min. Depois, faríamos a audiência com o Presidente Byron Queiroz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, quero registrar que o Sr. Antônio Carlos Coelho chegou às 14 horas. O atraso é decorrente de nossa agenda. Para nós, não tem problema o horário de 15h40min, proposto por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Para conhecimento da Casa, quero informar que o Presidente, o Vice-Presidente, as Lideranças e os Relatores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização estivemos em reunião na sala da Presidência durante toda a manhã, encerrando-a, nobre Deputado José Pimentel, por volta das 14 horas. Trabalhamos toda a manhã, para passar um a um, fazendo uma triagem, todos os PLs pendentes na Casa. Talvez isso explique um pouco o atraso dos Srs. Deputados.

Dadas as explicações, estabeleceremos 40 minutos de debate: 20 minutos para a exposição, que é regimental, e 20 minutos para o debate.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – É razoável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Então, já fica acertado o início da segunda parte para as 15h40min.

Convido para fazer parte da Mesa e apresentar sua exposição o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil. V.Sa. dispõe de até 20 minutos para sua exposição inicial.

O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO – Sr. Presidente, gostaria de ter uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não.

O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO – Se esta audiência pública é com a presença do Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Byron Costa de Queiroz, vai haver uma exposição prévia na sua ausência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Foi o acertado. É uma audiência em duas partes. A audiência pública, do ponto de vista regimental, é uma só, mas, por decisão da Comissão, foi dividida em duas partes. A primeira, terá duração prefixada de uma hora, a segunda, até onde houver tempo para as perguntas.

Devido ao atraso e, de acordo com os Srs. presentes, estamos reduzindo a parte inicial para apenas 40 minutos: 20 minutos para exposição do nosso convidado e 20 minutos, dentro do possível, para o debate.

Isso foi acertado, inclusive com os convidados.

O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO – Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros da Comissão, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite feito por esta Casa. Ele nos dá oportunidade de discutir o crédito que está sendo aberto no valor 2 bilhões, 556 milhões de reais para sanear o BNB. Ao mesmo tempo, gostaria de, nesta discussão, apontar a gestão temerária dos recursos públicos e tentar esclarecer a origem dos prejuízos que levaram à necessidade deste aporte de 2,5 bilhões de reais.

No nosso entendimento, há que se preocupar com o fato de que esses prejuízos, se não resolvidas as causas, poderão se estender ao futuro, com a aprovação, na forma proposta do Projeto de Lei nº 028.

Entendemos, inclusive, que essas irregularidades já são do conhecimento desta Casa, pois foram objeto de dez processos, junto ao Tribunal de Contas da União — órgão auxiliar do Congresso Nacional — bem como de depoimento, em audiência pública, no Congresso Nacional, da Dra. Tereza Grossi, Diretora de Fiscalização do Banco Central. Nessa audiência, ela afirmou que as irregularidades começaram pelo valor do saneamento banco a banco — referindo-se aos diversos bancos públicos. Esse é um assunto mais afeto ao Tesouro Nacional, de qualquer maneira, temos condições de conversar sobre os montantes apontados como necessários aos ajustes; no caso do Banco do Nordeste, 7 bilhões de reais.

A questão se afigura também mais relevante, não do ponto de vista do Banco, mas, sim, da administração. A classificadora de bancos Austin Asis, em recente publicação, demonstra que os demonstrativos financeiros do balanço do Banco do Nordeste tem o pior desempenho entre todos os bancos públicos. A questão, portanto, do nosso ponto de vista, é que o BNB, nesta gestão, foi levado à falência virtual, mercê basicamente de créditos aplicados e não recebidos.

Esses 7 bilhões de reais referidos pela Dr. Tereza Grossi poderiam ser destacados do seguinte modo: 1 bilhão, 375 milhões de reais em créditos em liquidação não contabilizados pelo Banco do Nordes-

te; 425 milhões, de provisões trabalhistas e cíveis, também não contabilizadas; 300 milhões, de perdas do FNE, apenas de operações, referentes a dezembro de 98 a julho de 2001. Esse montante, referido nas notas explicativas do Banco, no balanço de junho de 2001, soma 2 bilhões e 100 milhões de reais.

Ora, há uma primeira surpresa. Hoje, o valor solicitado já é de 2 bilhões, 556 milhões de reais, sem qualquer justificativa sobre essa diferença. A diferença entre esses 2 bilhões e 100 milhões de reais, ou 2,5 bilhões para os 7 bilhões referidos pela Diretora, são perdas do Fundo Constitucional, do FNE, até novembro de 1998.

Pela Medida Provisória nº 2.196, essas perdas ficam no FNE, porque essa medida provisória, ainda não votada no Congresso, desobriga o Banco, em relação ao risco de todas aquelas operações. Entretanto, o Banco do Nordeste até hoje não deu qualquer número oficial sobre esse valor e as perdas do FNE. O BASA e o Banco do Brasil apresentaram esses números. Nos seus balanços, estão contidas as notas explicativas dos mesmos.

Além desses 7 bilhões de reais, Sr. Presidente, há mais 2,3 bilhões de reais, levadas à despesa nos demonstrativos financeiros do Banco do Nordeste. E isso nos leva a outra grave questão, talvez a mais importante neste momento.

Essa grave questão a que vou me referir é conhecida pelo Banco Central que, por omissão, não adotou medidas. E também foi atestada pelos auditores independentes em nota explicativa no balanço de junho de 2001.

Qual é essa questão? É que os balanços escondem a real situação do Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste tem um patrimônio líquido negativo, ou seja, um passivo a descoberto da ordem de 2 bilhões e 556 milhões de reais. Entretanto, em desrespeito à sociedade e aos acionistas, já é uma sociedade de capital aberto, o BNB apresenta um PL positivo de 1,1 bilhão. Seria o caso de se perguntar: ora, se o Banco tem um PL positivo de 1,1 bilhão de reais, para que esse aumento de capital? Se ele já está positivo, não tem o que sanear! Então, isso é um desrespeito completo às leis e às determinações do Banco Central.

O Banco Central diz isso em documentos, em ação popular movida contra o Sr. Byron Queiroz e o Banco do Nordeste, e não foi registrado. Ainda por conta disso, o Banco do Nordeste vem ao Governo e ao Congresso Nacional solicitar aumento de capital, todavia faz distribuição fictícia de dividendos durante toda essa gestão.

Ora, como é que em junho de 2001 e no exercício de 2000 distribui dividendos e agora vem solicitar recursos para sanear suas contas? Se ele tinha um problema, não deveria distribuir dividendos. Além disso, paga impostos sobre lucros absolutamente fictícios, ou, se não são fictícios, não há necessidade de saneamento.

É de se perguntar: por que o Banco do Nordeste continua operando com essa situação de passivo descoberto? Por uma razão simples, porque grande parcela dos recursos que ele recebe dos fundos constitucionais não são completamente aplicados, são utilizados para cobertura de despesas e outras questões. Isto pode ser comprovado em documentos do Ministério da Integração Nacional.

Por fim, é bom que fique registrado que o Nordeste, uma região já sofrida, é que perde com esse posicionamento. Esses 9 bilhões e 300 milhões de reais — ou os 7 bilhões, citados pela Dra. Tereza Grossi — poderiam e deveriam estar sendo reaplicados no desenvolvimento do Nordeste, entretanto, simplesmente foram entregues aos primeiros tomadores, que não os devolveram, impedindo novas aplicações. E o Banco do Nordeste, sem explicar a causa de tais prejuízos, vem ao Congresso solicitar novos recursos.

Logicamente, nossa posição de nordestino, entendendo que a região é pobre e precisa de recursos, é de que deve ser aprovado o PL nº 028 no que tange ao Banco do Nordeste. Contudo, gostaríamos de solicitar a esta Casa que aprove salvaguardas, para que não ocorra com esse recurso o mesmo que ocorreu com os anteriores.

Damos exemplos disso: de dezembro de 1998 a junho de 2001, foi aplicado, pelo Fundo Constitucional — conforme notas explicativas do balanço de 2001 — 1,5 bilhão de reais. Dessas aplicações, em dois anos, portanto, já há perdas de 600 milhões de reais. Portanto, 40% dessas aplicações já estão como créditos de liqüidação duvidosa.

Estou afirmando isso porque, parte dessa perda, ou seja, 50%, são 300 milhões de reais, arrolados naquela conta que pede os 2,1 bilhões de reais. Além disso, a Austin Asis, quando classifica o BNB como pior entre os bancos públicos, o faz com base na publicação do balanço fraudado a que estou me referindo, não com base numa situação real, porque essa real situação não é apurada.

Por outro lado, no balanço nas notas explicativas e na divulgação desse projeto de saneamento dos bancos públicos, tanto as autoridades do Governo, quanto o Banco do Nordeste afirmam que se aplicarão regras de governância corporativa e transpa-

rência para o recebimento desses novos recursos. Entretanto, os registros patrimoniais não foram regularizados. O Banco continua com o patrimônio líquido de 1,1 bilhão de reais. Ademais, continua apurando lucros mensais de 2 milhões ao mês — e isso está à disposição no SISBACEN.

Atenção, isso não é média, isso é algo extremamente difícil em contabilidade, mas se consegue que as receitas e as despesas variem exatamente igual todo mês. Antes desse processo, no ano 2000, esse lucro era 4 milhões de reais por mês. No último mês do semestre, esse número explodia para cima ou para baixo para fazer ajuste de lucro.

Além disso, foi eleito como Diretor de Controle nesse processo de governância corporativa, o Superintendente Financeiro que assinou todos esses balanços sob suspeita. A nota explicativa diz assim: "O Banco Central recomendou que se fizesse mais 1 bilhão e 300...". E não foi feito, num desrespeito às leis. O BNB, além disso, não deu a conhecer publicamente qualquer alteração em seus procedimentos de aprovação de crédito ou de cobrança das perdas.

Portanto, com esse quadro, sem que o Congresso imponha salvaguardas, esses recursos irão para o Banco, e ocorrerá o mesmo que aconteceu com os 7 bilhões de reais perdidos, referidos pela Diretora do Banco Central.

Desse modo, gostaria de propor algumas salvaguardas: primeiro, que se apurem as responsabilidades do destino desses 7 bilhões de reais. Sobre isso já existem investigações nos Ministérios Públicos de Fortaleza, Rio de Janeiro e Brasília; dez processos no Tribunal de Contas da União; processos na Secretaria de Previdência Complementar e inspeção no Banco Central do Brasil.

Nesse caso, sugiro que se acate a sugestão do Deputado José Pimentel, de que esse aumento de capital seja aprovado, mas que a liberação dos recursos se condicione a que se apurem todas essas responsabilidades. Ademais, seria interessante que se restaurasse a verdade dos fatos. Portanto, que haja uma recomendação de que a liberação dos recursos seja feita até 2 bilhões e 556 milhões de reais, limitados à diferença entre este valor e o patrimônio líquido apurado no dia 31 de dezembro de 2001, 1,1 bilhão de reais, que já é o patrimônio líquido de hoje. Portanto, se o patrimônio líquido continuar de 1,1 bilhão não precisa de saneamento. De modo que a sociedade possa ver publicada a real situação do BNB, segundo a Lei nº 6.404, Lei das Sociedades Anônimas.

Além disso, que se coloque um dispositivo recomendando que a liberação dos recursos só seja realizada após pareceres do Banco Central do Brasil e da Secretária de Previdência Complementar, atestando a regularidade de todas as provisões previstas na legislação bancária, especificamente relativas a crédito de liquidação duvidosa, pendências trabalhistas, previdenciárias, fiscais, judiciais e administrativas. Creio que esse valor não é bastante para o saneamento do BNB; ainda existem outras provisões ocultas não realizadas, por exemplo, referentes a créditos tributários.

Por fim, achamos que uma das razões pelas quais se pôde passar tanto tempo fraudando o balanço é que a contabilidade do FNE, principal causa desse prejuízo todo, não é examinada pelo Banco Central, por ser ele um fundo à parte.

Gostaria então de propor que se estabelecesse que a contabilidade do FNE, já que trata de empréstimos, seja doravante executada na forma da contabilidade bancária, sujeita a todas as suas regras, ficando sujeita inclusive à fiscalização do Banco Central, sem prejuízo, é claro, das competências atribuídas a outros órgãos.

Eram essas as minhas considerações. Termino frisando que é extremamente constrangedor um ex-funcionário do Banco, ex-Superintendente Financeiro do Banco, trazer à Nação assuntos desse porte, mas, entendemos que se trata de dilapidação do patrimônio público. O Banco do Nordeste está reportando perdas da ordem de 9 bilhões de reais.

Só para os senhores terem uma idéia, as perdas do Banco do Brasil, quando foi saneado em 1995, foram da ordem de 12 bilhões de reais. E estamos nos referindo só ao Banco do Nordeste. É um valor pequeno na constelação do País como um todo, mas, para o Nordeste, são recursos extremamente valiosos que, se corretamente aplicados, se recebidos de volta e reaplicados, melhorariam muito as condições daquela Região.

Muito obrigado. Fico à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, quero avisar que o livro para a nossa reunião das 18h30min já se encontra recebendo assinaturas. Anuncio também aos demais Parlamentares que a lista de inscrições já se encontra sobre a mesa.

Passo a palavra agora ao primeiro debatedor, o autor do requerimento, Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, Sr. Expositor, Sras. e Srs. Deputados, quero começar registrando que esta audiência pública é de suma importância para que a Casa possa votar cons-

cientemente a concessão da ampliação do capital social do BNB, no valor de 2 bilhões e 556 milhões de reais.

A Casa tem tido um cuidado muito grande no aporte de recursos, na fiscalização do Orçamento Geral da União, na concessão de empréstimos, e hoje todos estamos fazendo um grande debate sobre a necessidade do reajuste do salário mínimo, que vamos elevar de 180, segundo o Executivo, para 189 reais. O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, pretende fixá-lo em 220 reais.

Os líderes do Governo e o próprio Executivo declaram que é impossível reajustar o salário mínimo porque não há recursos, ao mesmo tempo, o Ministro do Planejamento, que é o Presidente do Conselho de Administração do BNB, resolve encaminhar para a Casa um projeto de lei solicitando um aporte de 2 bilhões, 556 milhões de reais — o valor equivalente ao que o Brasil desembolsaria com o reajuste do salário mínimo, que contemplará 14 milhões de aposentados e pensionistas, além de outros segmentos da sociedade. Temos então noção do volume de recursos que estamos abordando nesta reunião.

Adendo também a exposição da Dra. Tereza Grossi, que, no dia 27 de setembro, a nosso convite, esteve na Comissão Mista do Orçamento para discutir a questão dos bancos públicos oficiais federais. S.Sa. disse que o prejuízo constante no balanço do BNB e nos aportes a serem feitos é da ordem de 7 bilhões de reais. Esta declaração é da Diretora de Fiscalização do Banco Central!

Mais ainda: analisando o próprio balanço e uma série de outros documentos, chegamos à conclusão de que o aporte de recursos e a situação do Banco é vexatória. Só para V.Exa. ter uma idéia, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, no Processo nº 16.387, de 1999, que analisa o patrimônio líquido do Fundo Constitucional — que é um repasse feito a cada dez dias pelo Tesouro ao Banco —, declara que, até junho de 1999, o patrimônio líquido do Fundo deveria ser de 12 bilhões e 510 milhões de reais, atualizados pelas taxas regulares do Banco Central. Diz ele que o patrimônio líquido do Fundo Constitucional, naquele momento, era da ordem de 5,93 bilhões de reais, representando apenas 47,46% do montante de recursos que o Tesouro repassou de 1989 até junho de 1999.

Em seguida, vem a Medida Provisória nº 2.196, que determina que o risco de todas as operações realizadas com o FNE até novembro de 1998 é do Tesouro. Em outras palavras, se não receber, a Nação brasileira vai cobrir este montante de recursos aqui está consignado. Mais ainda, determina que, a partir daquele momento, o prejuízo é 50% do Tesouro e 50% do Banco, e as operações feitas de dezembro de 1998 até junho de 2001, que somam 1,5 bilhão de reais, têm 600 milhões já lançados como prejuízo, operações com curto prazo de tempo, numa clara demonstração de que foram feitas sem se observar as normas bancárias e a boa técnica, dando prejuízo a uma região tão sofrida.

Como sou daqueles que não querem que, no dia de amanhã, apareça um novo Presidente e, no dia seguinte à posse, após uma taça de champanhe, venha a extinguir o BNB — como fizeram com o DNOCS, em 4 de janeiro de 1999, com a SUDENE, em maio de 2001, para acobertar os ladrões do FINOR —, quero fazer esse debate, para que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira possam salvar e recuperar esse banco de suma importância.

Queria também registrar, Sr. Presidente, que o balanço do Banco desde junho de 2000 está sendo regularmente fraudado. Quem diz isso não somos nós, são os auditores independentes. O Tribunal de Contas da União também está analisando essa fraude no balanço. Mais ainda, foi ajuizado um mandado de segurança junto à Comissão de Valores Imobiliários no Rio de Janeiro, para obrigar a republicação do balanço. O Ministério Público Federal acolheu-o e aguarda mais dados repassados pelo Banco Central para fazer isso.

É muito triste vermos uma empresa de auditoria independente — contratada pelo próprio Banco Central para analisar a boa governância dos bancos públicos sociais federais do País — enquadrar o nosso BNB como pior banco em gestão nos últimos tempos. Essa auditoria foi publicada em novembro de 2001.

E dentro deste contexto, a Casa pretende votar um aporte de 2,56 bilhões de reais, que, segundo os auditores independentes, deveria ser de apenas 2,1 bilhão de reais. Esse mesmo valor consta no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional em agosto de 2001, que já foi objeto de audiência pública nesta Comissão Mista de Orçamento. O mais grave é que os valores, que deveriam estar no balanço, infelizmente, até hoje, não constam. Como o expositor é também professor universitário de economia, pergunto se na técnica de contabilidade ou em qualquer sistema é permitido que auditores independentes façam tantas salvaguardas em um balanço, e também se, à luz dos estudos realizados por S.Sa., ele efetivamente necessita ser republicado ou se é aceitável em sua atual forma.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO - Do ponto de vista legal, as notas explicativas que o Banco Central e o CVN estão considerando transparentes, que demonstram as perdas, não são aceitas, porque o patrimônio líquido continua sendo de 1,1 bilhão. Na realidade a empresa tem de contabilizar, fazer lançamento em débito ou crédito, de quaisquer contas. As notas explicativas são, como o nome diz, explicações de lançamentos desse tipo. Isso é dito pela lei.

O direito referido nisso, que está sendo examinado pelo Ministério Público de Fortaleza, pode citar os arts. 4º, inciso XII, e 31 da Lei nº 4.595, os arts. 153, 176, §§ 4º e 5º, e 177 da Lei nº 6.404 e o art. 37 da Constituição Federal. Todas essas leis tipificam como crime sonegar informações. O fato de dizer em nota explicativa não elide o crime. Por quê? Porque foi distribuído dividendo, por exemplo. Foi lesivo aos acionistas o fato de a administração ter declarado um patrimônio líquido positivo, lucro fictício, e, com isso, ter distribuído dividendos e pago impostos. Isso lesa o patrimônio da empresa. É claro que, por se tratar de sociedade de economia mista, a questão dos impostos torna-se esquisita, porque eles são pagos ao Governo, que os devolve na forma de aumento de capital.

É interessante entender por que esses registros não foram feitos. A inadimplência é natural da atividade bancária, o que não é natural é beirar 40%, 36% e não ser, de forma nenhuma, referida.

Sobre a desobrigação do risco do FNE, nada foi dito pelo BNB. O BASA refere-se ao seu valor de 1 bilhão 342 milhões, na Internet. O Banco do Brasil refere-se, em nota de fato relevante, ao valor de 695 milhões. Só o Banco do Nordeste não cita nada publicamente sobre esse valor. Quanto é que se perdeu do FNE, que foi desobrigado do risco, que continua como operações fictícias no ativo do FNE?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Expositor, é praxe da Diretoria do BNB declarar que todas irregularidades são operações realizadas anteriormente à gestão de 1995? Como essa questão de números é bastante complicada para nós, pergunto se o senhor tem algum dado sobre isso e se poderia nos ajudar a esclarecer se efetivamente essas irregularidades são resultantes de operações anteriores a 1995 ou se parcelas delas são da atual gestão? Adianto-lhe que, no caso concreto do FNE, a própria nota explicativa informa que 600 milhões das operações realizadas a partir de dezembro de 1998, no valor de 1, 5 bilhão de reais, estão sendo jogados na lata do lixo, porque as operações foram realizadas sem observância da técnica bancária. Como a carteira é composta também de operações com capital próprio, pergunto a V.Sa. se tem alguma informação sobre essa matéria.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO - Em princípio, o fato de uma operação ter sido realizada em 1995, 1994 ou 1993, não elide a responsabilidade do administrador seguinte sobre todos os procedimentos de cobranças, de remessa dessas operações para cobrança judicial, de execução judicial. Não temos informação se isso foi feito. Todavia, restringindo-se aos números, o saldo dos empréstimos do BNB em sua carteira própria eram, em 30 de junho de 1995, três meses após a entrada dessa administração, de 1 bilhão 906 milhões. Ora, já foram lançados, como crédito em liquidação desta data até hoje, 2 bilhões e 300 milhões. Além disso, há 1 bilhão e 400 milhões, em números redondos, a serem lançados. Isso significa que nós temos perdas, só na carteira própria, da ordem de 3,6 ou 3,8 bilhões. Se o saldo era de 1 bilhão e 906 milhões, admitindo-se que nada daquele saldo tenha sido pago, que houve uma inadimplência de 100% daquele saldo, mesmo assim, cerca de 2 bilhões dessas perdas foram gerados em operações realizadas nessa gestão.

Com certeza, grande parte dessas operações foram realizadas com os mesmos tomadores anteriores a 1995, porque, no Nordeste, não apareceram novos grupos econômicos capazes de tomar 2 ou 3 bilhões de reais de empréstimo, nesse curto intervalo de tempo, que antes já não fossem clientes do Banco do Nordeste e do FNE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Deputado Manoel Salviano.

O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que o expositor, que é conhecedor da história do Banco do Nordeste, fizesse-nos um relato da administração a partir de 1989, para que possamos acompanhar seu raciocínio e que nos informasse se esse aumento de capital é significativo para a sobrevivência e para o desenvolvimento do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O último inscrito é o Deputado Manoel Salviano Indago dos demais Parlamentares presentes se gostariam de fazer algum questionamento? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira questionar, tem a palavra o nosso convidado para responder à questão e fazer suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO – Respondendo à última pergunta, não só esses recur-

sos, como quaisquer outros são necessários para o desenvolvimento do Nordeste. Entretanto, se forem entregues ao Banco do Nordeste para serem administrados na forma da atual administração, sem salvaguardas do Banco Central, sem cuidados na concessão dos créditos e na execução judicial dos não recebidos, se não forem aplicados preceitos de boa técnica bancária, esses recursos serão prejudiciais ao Nordeste, porque simplesmente fomentam a concentração de renda naquela região. Esses recursos estão sendo entregues a alguns empresários, que não consigo citá-los. Por causa do sigilo bancário não temos conhecimento deles. Mas os recursos não são aplicados como deveriam ser. Como já disse, mas gostaria de corroborar, a lógica do fundo constitucional — e eu estava no banco quando tecnicamente se discutia isso — é que não fosse capital próprio, mas capital para empréstimo, de sorte que se pudesse favorecer a muitas e muitas e muitas empresas pelo retorno e pela capitalização. Mas, primeiro, esses recursos não foram capitalizados. Foram recebidos 12 bilhões e hoje se tem patrimônio de 7 bilhões. E, segundo, não foi recebido. Nesses 7 bilhões estão cerca de 3 ou 4 — cálculo aproximado meu — que são ativos fictícios e que, pela legislação bancária, já deveriam ter sido lançados como CL, desobrigados agora pela MP nº 2.197.

Quanto ao histórico do Banco, de 1989 até esta gestão, não tenho muita informação. Primeiro, porque saí do banco em 1991 e fui ser Diretor-Financeiro do Banco do Estado do Ceará e, em seguida, Presidente. Mas até o momento em que saí, todos os balanços do Banco reportavam, pelo que eu conhecia, a real situação do Banco do Nordeste naqueles momentos, embora a responsabilidade não seja minha, mas da diretoria, e eu não era diretor, mas funcionário.

Após esse momento, não tenho uma grande participação na análise do Banco, até porque estava no BEC. Após a minha saída foi que, examinando os balanços e alertado por outros analistas — o posicionamento que exponho aqui é também o da Austin Asis e de todos os analistas de mercado de capitais, porque banco é analisado por mercado de capitais —, começou a se demonstrar essa situação.

Embora tenha respondido ao Deputado José Pimentel que há operações que geraram créditos em liquidação nesta gestão, não posso afirmar peremptoriamente as causas. Acho que as causas devem ser buscadas na inspeção do Banco Central. O Banco Central entregou essa inspeção, a pedido da Justiça, do Ministério Público do Distrito Federal, numa ação popular e solicitou segredo de justiça, para que não se tenha acesso a ela. Quanto aos 10 processos no TCU, independentemente do julgamento final que tenha sido dado por aquele Tribunal, é interessante ver tudo o que os técnicos dizem sobre eles, porque os técnicos, sim, fizeram uma análise lá de dentro. Toda minha análise é baseada nos balanços e demonstrativos financeiros, não tenho qualquer acesso a informações internas do Banco do Nordeste. Não me é permitido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Não havendo mais Srs. Deputados que queiram fazer questionamentos, agradeço ao Sr. Antônio Carlos Dias Coelho pelos esclarecimentos aqui prestados e encerro a primeira parte desta nossa audiência pública. Quero agradecê-lo inclusive pelo rigoroso cumprimento do horário, são exatamente 15h40.

Passamos à segunda parte da nossa audiência pública. Para tanto, convido o Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, para fazer parte da nossa Mesa.

Esclareço aos nobres Srs. Deputados que temos aberto o nosso livro de presença para a nossa reunião ordinária de hoje, às 18h30, e que a folha de inscrições para o debate já se encontra aberta. O autor do projeto, Deputado José Pimentel, está automaticamente inscrito em primeiro lugar e, em segundo, o Deputado Gonzaga Patriota.

Concedo a palavra ao Sr. Byron Costa de Queiroz, que disporá de 20 minutos para suas considerações iniciais.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas palavras iniciais são para agradecer o atencioso gesto dessa Comissão, em nome do Presidente, Senador Carlos Bezerra, que com muita presteza possibilitou esta nossa vinda, a partir da necessidade surgida na reunião do Congresso, na última quarta-feira. Portanto, aqui estamos com satisfação para prestar os esclarecimentos necessários.

Entendemos que para uma abordagem adequada sobre o Banco do Nordeste temos de encarar quatro aspectos fundamentais: os antecedentes da atuação do Banco do Nordeste, desde a sua criação até 1994 (período que compreendeu o plano de estabilização do Governo Federal); em seguida, o processo de mudanças e de ajustes que passamos a empreender, a partir de 1995; o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, no qual está incluído o Banco do Nordeste, que é objeto do projeto de lei que está em votação no Congresso Nacional e,

por fim, algumas prospecções sobre o futuro do Banco e o que podemos esperar da instituição a partir daí.

Com relação aos antecedentes, efetivamente ninguém pode negar a importância do Banco do Nordeste ao longo dos anos, desde a sua criação pelo Presidente Raul Barbosa, em 1952, com a grande ênfase, na década de 60 e na primeira metade da década de 70, tanto com a participação efetiva na concepção de políticas para o desenvolvimento da região, a partir de uma equipe bem treinada e, acima de tudo, comprometida em dar ao Banco uma finalidade além daquela restrita à concessão de financiamentos, no pensar da região, enfim, no sentido de, em parceria com o governo dos Estados, efetivamente, contribuir para as ações voltadas para o desenvolvimento como um todo.

A partir da segunda metade da década de 70, com o início do processo inflacionário... A inflação causa um mal tremendo aos mais necessitados e privilegia alguns poucos, que se aproveitam dela; mas efetivamente é um mal para todos, sob qualquer visão, e leva a uma questão lamentável, do ponto de vista da forma com que os administradores encaram a condução das instituições, sejam privadas ou públicas. Vamos tratar aqui da questão do Banco do Nordeste no sentido público.

A inflação passa a ser um elemento de remuneração e, a partir daí, há um afrouxamento bastante significativo na forma de condução. A inflação privilegia; passa-se a usar artifícios, acreditando que o processo de remuneração, oriundo dos artifícios da inflação, é eterno, e não se toma um conjunto de providências para o futuro, posto que a inflação não pode eternizar-se, porque seria o fim de uma sociedade.

O Banco do Nordeste, a par de todas as considerações positivas a que me referi, foi bastante beneficiado pela inflação. E, obviamente, houve um certo torpor no seu conjunto de administradores e funcionários para encarar essa questão. A partir daí, houve um conjunto de privilégios, coberto pela inflação; concentração exagerada de funcionários na direção-geral; investimentos em prédios, em ativos fixos, fora da finalidade do Banco; regalias salariais e extra-salariais; generalizações no processo de remuneração; muita benevolência na formação da caixa de previdência, com promessas — sendo uma previdência privada — acima do que era possível ser feito, enfim, um conjunto de distorções que, obviamente, iriam repercutir no futuro do banco.

A inflação da qual se beneficiavam alguns poucos clientes era a mesma que também prejudicava grande quantidade de clientes. Sendo o Banco uma instituição que atua a longo prazo, a partir da consideração de que os investimentos tinham imprevisibilidade num momento inflacionário, os custos incorridos sobre a implantação dos empreendimentos eram extremamente mais elevados do que a capacidade de mobilização dos recursos, que em geral não acompanham a inflação, com financiamentos comprometidos. A partir daí, as empresas que estavam em processo de implantação ficavam numa situação de prévia iliquidez; as implantadas, que se aproveitavam da implantação, obviamente isso não durava pouco. Quando veio o período de estabilidade, a conseqüência foi danosa, drástica.

Assim, queremos tratar aqui exatamente do quadro que encontramos no período de estabilização, tanto sobre o efeito da estabilidade sobre as contas do Banco, como as repercussões da estabilidade sobre as empresas clientes do Banco — aquelas que haviam tomado empréstimos e que efetivamente passavam a viver com outros paradigmas para administrar as suas operações e os seus ativos.

A partir de 1995, primeiro ano da estabilização — que teve início em julho de 1994, como todos sabemos —, tivemos de fazer um grande questionamento no Banco e uma grande revisão de posturas e mudança de paradigmas. A primeira grande pergunta foi a utilidade e a necessidade do Banco. É necessário e útil uma instituição como o Banco do Nordeste? Essa pergunta precisa ser respondida de maneira bem clara. Claro que sim, se analisarmos pela lógica de quem pensa no desenvolvimento e, acima de tudo, na capacidade financial do desenvolvimento e nas distorções e disparidades que contemplam o Nordeste em relação às regiões mais desenvolvidas do País e aos países mais avançados.

Apesar da grande resposta que o Nordeste deu no período de 1960 até 1995, a que estou me referindo, muito dessa evolução se deu a partir do próprio Banco e de outros instrumentos, como incentivos fiscais. Mas a distância que a separava e ainda a separa é extremamente grande, sobretudo quanto aos indicadores sociais e econômicos — de que decorrem também os sociais — enfim, de um conjunto de outros indicadores que têm a ver com a qualidade de vida e o estado de satisfação da sociedade como um todo.

Foi preciso levar adiante a resposta da utilidade do Banco, que era patente. O setor financeiro privado não tem interesse nem condições de financiar, sobretudo aqueles mais necessitados. É preciso existir bancos com as características do Banco do Nordeste, sobretudo voltados para a atividade de fomento e financiamento a longo prazo.

Vou dar um número aos Srs. Membros dessa Comissão. No ano de 2000, quando foi fechado o último exercício fiscal do sistema financeiro a que me refiro, temos presente que os ativos do sistema financeiro privado nacional só são disponibilizados em cerca de 28 a 29% para aplicações de crédito, enquanto o restante é voltado para aplicações de tesouraria. Se tomarmos os bancos internacionais, esse percentual é ainda inferior, ficando por volta de 25, 26%. Se contemplarmos neste número os financiamentos a longo prazo, que são os que efetivamente concorrem para a expansão da atividade econômica, para a indução do investimento, enfim, para o crescimento econômico, vamos ver nos nacionais um número em torno de 12% e nos estrangeiros em torno de 10%.

Efetivamente, está provada a utilidade e a necessidade de um banco, como o Banco do Nordeste, para cumprir o papel de financiar a região. Obviamente que esse raciocínio vale para outras regiões, como vale para o País. Essa discussão de achar que o sistema privado por si só atende o processo de financiamento da região é completamente equivocada. Está provado que é preciso existir o sistema público de financiamento, atuando, obviamente, de maneira adequada.

A partir dessa necessidade, fizemos a seguinte pergunta: "Quem é o cliente do Banco do Nordeste?" É uma discussão com a sociedade, funcionários, técnicos e dirigentes do Banco, e permeando também as discussões no âmbito do governo.

O cliente do Banco do Nordeste, necessariamente, tem de ser um empreendedor. Dentro do Banco do Nordeste, não é o simples tomador de cartão de crédito, de cheque especial, o aplicador ou o correntista. Pode até ser, mas não é o cliente preferencial do Banco do Nordeste. Extensivamente ao cliente de longo prazo, ao cliente que empreende, ao tomador de recursos que gera emprego e renda, que agrega valor à sociedade e à economia, a partir desse conceito ele pode ser cliente, mas a mensuração da clientela do Banco tem de ser a partir do empreendorismo. Essa questão ficou clara com a sociedade e internamente no Banco do Nordeste.

A partir daí, fomos ver como conduzir esse novo momento do Banco do Nordeste, com a definição muito clara de quem era o seu cliente. O Banco do Nordeste tem de se movimentar em que direção? Primeiro, deve focar suas ações nesse cliente, que é o agente produtivo da região; voltar-se essencialmente para esse cliente, como prioritário e essencial de sua ação. Foi o primeiro grande foco de seu direcionamento.

O segundo grande foco do direcionamento foi mobilizar e ampliar as parcerias e relações sociopolíticas e institucionais, ou seja, todo o conjunto de parceiros do setor público e da área privada, obviamente como essência da própria existência do Banco, do setor paraestatal e da sociedade organizada como um todo — organismos nacionais e internacionais de toda ordem — para empreenderem, em conjunto com o Banco, uma relação de complementariedade, o conjunto de variáveis que efetivamente definirá o nível de competitividade do espaço onde o Banco atua e, acima de tudo, o grau de sucesso dos empreendimentos. Estes precisam contar com variáveis mínimas para que os créditos possam efetivamente ser concedidos, a partir da expectativa de retorno, quanto aos objetivos das empresas e, acima de tudo, também do retorno dos capitais disponibilizados pelo sistema financeiro, no caso, pelo Banco do Nordeste.

Então, o Banco tem de cuidar, a partir dessas parcerias, de questões antecedentes ao crédito. Tem de cuidar das infra-estruturas, da tecnologia das empresas, do ambiente onde atua, da capacitação, da organização, da produção e da comercialização, enfim, ser pró-ativo. O Banco não pode, como instituição pública que é, negar o crédito simplesmente pela comodidade de alegar que não existem condições, em determinado espaço geográfico onde atua, e vamos simplificar, em determinado Município, como célula essencial da democracia, da cidadania. O Banco não pode simplesmente negar o crédito pela explicação simplória de que não existem essas condições. Obviamente, o Banco não pode disponibilizar o crédito sem a existência dessas condições; seria jogar dinheiro fora, no ralo. Mas ele tem de ser pró-ativo no sentido de fazer com que essas condições sejam disponibilizadas. E, aí, ele tem de ter presença local. Tem de efetivamente atuar localmente, com uma visão global e de integração inter-regional, nacional e global, mas com atuação fortemente local para que insira, sobretudo tratando dos micro e pequenos, uma quantidade importante de produtores que estão completamente à margem do processo.

O Banco adotou um conjunto de instrumentos e, obviamente, cuidou, em um primeiro momento, de sanear uma série de distorções que tinham a ver com aquelas regalias que, no meu entendimento, eram bastantes favorecidas, possibilitadas e estimuladas pela própria inflação.

Relocação de pessoal.

Em um quadro com um pouco mais de 4 mil funcionários, atuando em mais de 1.900 Municípios, o Banco mantinha na sua sede 1.562 funcionários, um

percentual de cerca de 30% de todo o seu quadro de pessoal. Tivemos de fazer um ajuste importante nessa área, deslocamos da direção geral para as agências, sem demissão, um contingente superior a 1 mil e 200 pessoas. Em todas as agências das capitais do Nordeste também havia excesso de pessoal. Cerca de 500 pessoas tiveram de ser deslocadas de forma paralela, com um processo importante de treinamento, de capacitação, de requalificação profissional e de vislumbre de novas tarefas para o Banco a partir da concepção de que ele tem de atuar localmente.

A partir dessas transferências foram criados instrumentos importantes para que pudéssemos fazer com que essa presença fosse efetiva. Cito como alguns desses instrumentos os agentes de desenvolvimento, um funcionário do Banco treinado para atuar em um Município no sentido não de dar o crédito, mas de fazer as articulações, as mobilizações, enfim, configurar a presença local do Banco a partir da indução do processo de desenvolvimento na busca das parcerias.

Obviamente, esse agente, que é um líder, tem de ter a sua ação voltada para o caráter pró-ativo, a fim de reunir as entidades institucionais do poder público ou privado, as associações de classe e, a partir daí, induzir o processo de formação de crédito.

Dando seqüência à ação do agente de desenvolvimento, criamos a figura de uma agência itinerante, uma agência móvel. O Banco tem 170 agências na região com uma atuação extraordinária de mais de 4 mil presenças por mês nesse processo de agências itinerantes. Em face disso, criamos uma figura chamada Farol do Desenvolvimento, que é o ambiente do Banco onde as discussões podem ser mais ordenadas. O agente de desenvolvimento é o Secretário Executivo, que realiza reuniões a cada dois meses com ata, com agenda de compromisso, com cada um dos parceiros — prefeitos, órgãos estaduais instalados no Município, universidades, associações empresariais, enfim, representantes da sociedade privada —, no sentido de que as ações, as variáveis antecedentes a que me referi ao crédito, de infra-estrutura, de capacitação, de tecnologia, possam ser providas e o crédito possa acontecer.

Além disso, do ponto de vista de um conjunto de Municípios que chamamos de mesorregião, ações estruturadas para um conjunto de atividades: os pólos de desenvolvimento integrado, os pólos de turismo, os pólos de desenvolvimento integrado da fruticultura, os grãos, dependendo da vocação, as bacias leiteiras, um conjunto de ações estruturadas que contemplem um conjunto de Municípios que formam uma mesorregião com características diferenciadas.

A partir de tudo isso, os resultados dessa ação orgânica são gratificantes. Como primeiro exemplo, a quantidade de clientes do Banco. Nobre Deputado Virgílio Guimarães, em 1995 o Banco tinha 46 mil clientes nesse perfil de agentes produtivos. Atualmente tem 1 milhão, 252 mil clientes. Desse total, no calor de uma crítica não pensada, costuma-se dizer que é por causa do microcrédito, que também é muito importante. Mas esclareço que desses 1 milhão, 252 mil clientes só 100 mil são clientes de microcrédito. Esses 1 milhão, 152 mil são clientes de longo prazo, clientes empreendedores que foram incorporados ao Banco a partir dessas ações. São, efetivamente, resultados expressivos.

Outro resultado para o qual chamo a atenção é o da quantidade de financiamentos a cada ano. Em 1994, o Banco disponibilizava em toda a região 27 mil financiamentos, período antecedente a esse processo de reestruturação a que nos referimos, passou para um patamar de 470 e chegou a atingir 500 mil. Estamos trabalhando neste ano de 2001, e até outubro vamos para quase 360 mil, patamar superior a 400 mil financiamentos. Tanto a quantidade de cliente, como o aumento de financiamentos significa desconcentração, significa aumento da sua capacidade de atender aquele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O tempo de V.Sa. já está esgotado, porém, concederei mais 5 minutos para que conclua.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Obrigado, Sr. Presidente.

O Banco tem clientes pequenos, médios e grandes, não tem preconceito com clientes grandes, mas, efetivamente, chegou à conclusão de que a sua preocupação essencial tem de ser com o micro e o pequeno, que são aqueles que não têm acesso ao sistema financeiro organizado, não têm preparo e precisam ser capacitados e inseridos no processo.

O nosso perfil, de 1995 a outubro de 2001, representa hoje o pequeno com 91%, o médio com 7% e o grande com 2%. Exatamente atendimento disseminado.

Outro dado importante que precisa ser bastante ressaltado e que configura, necessariamente, a importância do Banco e confirma a minha observação de que o sistema financeiro privado não se interessa pela participação disseminada, diluída de aplicação de crédito, é a participação do Banco no conjunto de

financiamentos da região Nordeste. São dados do SISBACEN, do Banco Central.

Então, de todos os financiamentos do Nordeste, em 1994 o Banco participava com 34,5%, hoje 77% dos financiamentos bancários são disponibilizados pelo Banco do Nordeste. Obviamente, alguns Estados contemplam até valores maiores do que esses.

Outro dado interessante é o valor médio dos financiamentos. Em 1994, a média de financiamento concedido era de 112 mil. Chegamos ao patamar de 5 mil e 300, 7 mil e 300, hoje, estamos por volta de 19 mil, devido a alguns investimentos realizados neste ano na área industrial. Essa média não comprometeu o processo de disseminação no micro e no pequeno.

Uma outra variável importante de se destacar são as despesas do Banco. Saímos de um patamar, em valores corrigidos pelo IGPDI, em 94, de 929 milhões de despesas para um patamar, em 2000, de 498 e de 397 até outubro de 2001, ou seja, um grande ajuste do ponto de vista de despesas empreendidas nesse período, onde a despesa de pessoal teve de ser bastante contemplada. Tínhamos 799 mil a valores corrigidos, estamos no patamar de 301, em 2000, e até outubro 216 mil de despesa com pessoal, sem demissões. Estamos tendo o cuidado de tirar vantagens que eram generalizadas, distorções na curva salarial, secretárias ganhando mais do que superintendentes do banco, em todas as agências funcionários de nível administrativo operativo ganhando mais do que gerente de banco. Foi um processo importante de requalificação, implicando redução das despesas. As despesas administrativas, como um todo, caíram e as despesas de pessoal dentro das despesas administrativas.

O ajuste da caixa de previdência foi algo necessário e tem sido objeto de bastante exploração. Houve consciência de que o Banco não poderia ser engolido pela caixa de previdência e os próprios beneficiários não poderiam ter a expectativa da sua vida reduzida porque, pelo déficit, a caixa de previdência poderia ter, efetivamente, uma duração extremamente limitada.

Ao assumirmos o Banco encontramos um déficit na caixa superior ao patrimônio líquido do Banco, o déficit atuarial. O patrimônio líquido do Banco era de 404 milhões e o déficit atuarial de 570 milhões e, a partir disso, o Banco era mal avaliado por uma série de fatores. Foi necessário um ajuste nesse sentido, contemplando, sobretudo, as distorções existentes. O funcionário aposentado recebia, em média, o dobro do funcionário da ativa, sendo que determinadas atividades baixava a média dos ativos porque hoje são terceirizados, concorrendo, assim, para o aumento dos da ativa e, mesmo assim, a remuneração era o dobro. Então, esse foi um ajuste que precisou ser feito, porque a caixa não podia engolir o Banco e os próprios funcionários não podiam ficar a mercê de uma caixa sem condições de sobrevivência.

Devo esclarecer que a caixa de previdência está hoje saneada e o déficit de 570 milhões representa um superávit superior a cem milhões. Assim, o Banco não tem mais problemas com relação ao déficit da caixa de previdência.

Finalmente, sobre a questão patrimonial, objeto do projeto de lei ao qual referi-me inicialmente, o Banco pode ser dividido em dois: o velho, que carregou todas as operações que vinham do passado — não vou entrar aqui no mérito da questão, eu não seria leviano a ponto de atribuir culpas a quem quer que seja, porque elas existem em todo processo onde existem pessoas. Não há a intenção de atribuir culpas aos administradores do passado, a não ser em casos pontuais em que os mecanismos institucionais do ponto de vista interno e externo, inclusive do Judiciário, devem contemplar.

Em tese, o Banco carregava um grande ativo que se transformou num problema sério com o processo de estabilidade. O que estamos discutindo com relação às provisões é uma readequação das normas do Banco Central para os parâmetros internacionais. Aquilo que poderia ser renegociado e prorrogado para não matar as empresas deixou de ser possível dentro das novas regras. Até questionamos, pela característica do Banco, a validade de algumas dessas regras e avançamos na questão do fundo constitucional, porque o Banco não poderia estar tendo aumentos sucessivos de capital para cobrir o seu risco na mesma correlação do fundo constitucional com as outras operações de crédito.

Então, o objetivo foi, exatamente, sanear o Banco do passado. As medidas administrativas e judiciais foram tomadas. Não somos irresponsáveis. O Banco é de longo prazo. Aquele órgão do sistema privado que tem 25% de participação internacional e 28 de participação nacional no financiamento, no caso do Banco do Nordeste beira os 90%, os ativos do Banco do Nordeste 90% são voltados para o financiamento. Desse total, 85% são voltados para o financiamento de atividades. É muita alavancagem? Sim, porque o Banco não poderia deixar, nesse processo de diluição de crédito, de disseminação de risco e atendendo ao micro e ao pequeno, de atuar como vem fazendo.

O Governo teve essa compreensão, o Governo do Presidente Fernando Henrique deu toda importân-

cia ao Banco, a todos os seus programas, o apoio do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e de um conjunto de Ministérios com o qual o Banco tem parceria, foram mais do que acessíveis e reconheceram que o Banco precisava ser fortalecido. Contrariando o discurso de que o Governo estava querendo privatizá-lo, o Governo promoveu, exatamente, um programa de fortalecimento das instituições financeiras, onde o Banco estava incluído, exatamente para poder ter futuro e continuar atuando, efetivamente, de maneira saneada, do ponto de vista dos parâmetros internacionais, para cumprir a sua finalidade de financiar o desenvolvimento, expandido a atividade a partir dos parâmetros que aqui estão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Quero sugerir a V.Exa. que, dado o número reduzido daqueles que desejam formular perguntas, fosse feito tudo em apenas um bloco, já que temos tantas atividades paralelas no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Consulto o Plenário sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, dada a complexidade do tema e o volume de recursos que vamos aprovar e, particularmente, em face da falta de unidade no Congresso Nacional sobre essa matéria, acredito que é preferível debruçarmo-nos sobre ela por alguns minutos para que possamos construir um entendimento que permita aprová-la.

Portanto, faço um apelo ao nobre Deputado para que desista da propositura e nos permita aprofundar a discussão para aprovar um crédito de 2 bilhões, 556 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos inscritos os Deputados José Pimentel, Gonzaga Patriota, Armando Abílio, Adolfo Marinho, Relator Wilson Braga, Manoel Salviano, Benito Gama e Osvaldo Coelho.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pois não.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Quero ponderar a todos os colegas que se inscreveram para debater esse assunto que nesta discussão, erradicássemos todas as dúvidas que porventura venhamos a ter a fim de votarmos esse crédito do Banco do Nordeste e o do Banco da Amazônia, dada a sua importância. São bancos que têm determinação do Banco Central para procederem esses ajustem, que terão de ser feitos até o final do ano. Especialmente em relação ao BASA, esse Banco nunca teve uma capitalização. Essa seria a primeira. Se tiverem de fazer o ajuste sem esse crédito todos dois vão virar o patrimônio líquido e vão ficar em dificuldade, especialmente o BASA. Até mesmo o fundo constitucional vai deixar de ser aplicado, vai abalar a credibilidade do Banco e as pessoas que ali têm depósito certamente vão querer retirá-los.

Então, gostaria que o bom senso prevalecesse neste momento de discussão porque é extremamente importante para a Amazônia, em especial, e para o Banco do Nordeste e para todo o Nordeste.

Acho que deveríamos aproveitar esta audiência pública a fim de retirar do Presidente o máximo de informação e obter todos os pontos esclarecidos e liberar este assunto e, num consenso, evitarmos que a pauta seja bloqueada ou retida no processo de votação no plenário do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Faremos um esforço para compactar o tempo, pelo que entendi da proposição de V.Exa., mas que o assunto fosse esgotado para que não prejudicasse a votação do projeto de lei que atinge não só o Banco do Nordeste, mas também o BASA. Sei bem disso. Estive, juntamente com V.Exa., pedindo as bênçãos de Nossa Senhora de Nazaré, no Círio de Nazaré. Quero registrar seu carinho e atenção com os visitantes e agradecer, de público, a hospitalidade de todo o povo belenense e paraense. Como homenagem ao Norte do Brasil, faremos esse esforço.

Para tentar conciliar, conforme parece ser o desejo de V.Exa., o Relator não se encontra presente, apenas o autor. Ambos teriam direito a uma exposição inicial com resposta específica. Creio até que ele não abriria mão disso, pelo que eu entendo. Como está presente somente o autor do requerimento, ele faria a sua exposição inicial, com a resposta direta do nosso convidado. A seguir, faríamos dois blocos. Seria possível? Se mais ninguém quiser inscrever-se os próximos a falar serão os Deputados Gonzaga Patriota, Armando Abílio, Adolfo Marinho, Wilson Braga, Manoel Salviano, Benito Gama e Osvaldo Coelho.

Então, faremos dois blocos: quatro e quatro. Pode ser?! Um bloco seria composto pelo autor do requerimento e o Relator. Isso é indiscutível. E o outro bloco dividiríamos em dois blocos: quatro e quatro?!

O Senador Lúcio Alcântara inscreveu-se também. V.Exa. está inscrito, Deputado Osvaldo Coelho? Eu estou tentando chegar a um lugar comum. Responde-se ao autor e para os outros oito faríamos quatro e quatro?

V.Exa. quer um bloco corrido? Ao final do quarto, avaliaremos, pode ser? De acordo, Deputado José Pimentel? Se os assuntos forem recorrentes... Deputado Adolfo Marinho, V.Exa. concorda? Ao final da quarta inscrição, avaliaremos. Pode ser isso? De acordo, Deputado Osvaldo Coelho?

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO – Estou de acordo. Gostaria de perguntar a V.Exa. qual o tempo que cada Deputado do bloco terá, assim como o autor do requerimento e, ao mesmo tempo, solicitar de V.Exa. a melhor atenção possível para ser democrático: um pode falar demais, não sobrando tempo para o outro. Minha intenção é que sejam oferecidas condições iguais a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Eu pediria apoio à Assessoria, mas creio que o tempo implica, inclusive, o direito à réplica. O autor tem dez minutos e os demais três ou cinco minutos. Acho que são três, com direito à tréplica de um minuto e meio. É o tempo regimental. O apelo já fica feito aqui, de ofício, porque não é preciso que se gaste o tempo integral. Então, Deputado Osvaldo Coelho, o tempo é o regimental.

O autor da matéria e o Relator dispõem de dez minutos, com direito à tréplica de um minuto e meio. Os demais inscritos têm direito a três minutos. Já fica aqui, de ofício, o apelo para que não se utilizem de todo o tempo regimental.

De imediato, passo, então, a palavra ao autor da matéria, nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNB, Dr. Byron Queiroz, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, gostaria de começar registrando que o debate sobre o destino dos bancos oficiais federais é resultante da Nota Técnica nº 20, de julho de 1995, de autoria do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, que determinou a extinção e privatização de todos os bancos estaduais e sua transformação em agências de fomento ou fundidos.

Em seguida, veio o PROES para materializar essa política, no qual constava a privatização do Banco Meridional – o que já ocorreu –; a transformação do BNB e do BASA em agências de fomento e a reformulação das agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Portanto, é esse documento-base do Ministério da Fazenda o principal ponto desta discussão.

Hoje, contudo, o que nos leva a este debate é um projeto de lei de autoria do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que propõe um aporte de 2 bilhões, 556 milhões de reais para o aumento do capital social do nosso BNB.

A primeira pergunta que faço é: o balanço do BNB, em 30/6/01, apresenta patrimônio líqüido de 1 bilhão e 23 milhões de reais. Se esse patrimônio líqüido é verdadeiro, porque o aporte de capital de 2 bilhões, 556 milhões?

Segunda questão: a empresa de avaliação de risco, a Empresa Austin, termina de divulgar avaliação de risco dos bancos oficiais federais brasileiros, enquadrando o BNB como o pior dos bancos no aspecto do risco. A Dra. Tereza Grossi, Diretora de Fiscalização do Banco Central, esteve nesta Casa no dia 27 de setembro para discutir, como ficou conhecido, o PROER dos bancos oficiais. Na audiência, ela disse que o prejuízo do BNB para seu ajuste seria de, no mínimo, 7 bilhões de reais, o que está aqui nas notas taquigráficas, além de ter sido divulgado por toda a imprensa. Pergunto ao senhor expositor: esses 7 bilhões de reais são originários de que fontes, já que no balanço do banco não há qualquer indicativo?

Terceira: quais as razões pelas quais nenhuma dessas despesas foram ainda lançadas na contabilidade do BNB? Se esses 7 bilhões de reais declarados pela Diretora de Fiscalização do Banco Central existem, por que razão isso não foi lançado no balanço do BNB? As operações de crédito de liqüidação duvidosa, na carteira do FNE, pelas quais o BNB deixou de ser coobrigado, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196, foram objeto de constituição de provisão na contabilidade do fundo constitucional ou não? Se foram, por que o fato relevante, publicado pelo banco no dia 22 de junho de 2001, não faz referência a esse montante, sendo que o Banco do Brasil, que também administra um fundo constitucional regional, publicou o valor de 695 milhões de reais, e o BASA, posteriormente, fez uma complementação do seu fato relevante também divulgando seu valor? Por que, até hoje, o BNB não fez o mesmo?

Quando publicaram as notas explicativas do balanço de 30/06/01, foi declarado que o aporte de capital seria de 2 bilhões e 100 milhões de reais. Aliás, nas transparências aqui apresentadas por V.Sa., também se falou em 2 bilhões e 100 milhões de reais. Por que, então, o projeto de lei vem em 2 bilhões, 556 milhões de reais? Essa diferença refere-se a quê?

Outra pergunta: o balanço de 30 de junho de 1995 declara que, na carteira própria do BNB, seu montante de aplicações é de 1 bilhão, 906 milhões de reais. Já na carteira do FNE esse valor era de 1 bilhão, 509 milhões de reais, totalizando 3 bilhões, 415 milhões de reais. Isso está no balanço do banco de 30/06/95. Nesse período, o BNB já provisionou 2,3 bilhões na carteira própria, além de certa quantidade na carteira do FNE. V.Sa. insiste em dizer, inclusive aqui, que o saneamento do banco é resultante das operações anteriores à sua gestão, mas, no balanço de 30/12/00, a carteira própria tem 5,3 bilhões aplicados, a carteira do FNE, 7,5, totalizando 12,8 bilhões. A Dra. Tereza Grossi fala em 7 bilhões. Há necessidade, portanto, do ajuste no balanço.

A partir de dezembro de 1998, o risco do FNE, por conta da Medida Provisória nº 2.196, é 50% do Tesouro e 50% do banco e a nota explicativa declara que o banco precisa provisionar 300 milhões referentes ao FNE, de dezembro de 1998 para cá. Em outras palavras, o prejuízo de aprovisionamento, ou seja, a necessidade de aprovisionamento são de 600 milhões de reais, sendo 300 do FNE e 300 do Tesouro. No entanto, nesse período, a Secretaria do Tesouro repassou ao BNB, no ano de 1999, a quantia de 1 bilhão e 12 milhões. Em 2000, 1 bilhão, 169 milhões, totalizando 2 bilhões, 181 milhões. Desse total, o BNB aplicou apenas 1 bilhão e 74 milhões, 650 milhões em 1999 e 424 milhões em 2000. Eu pergunto: o que foi feito da diferença dos 2 bilhões, 181 milhões repassados pelo Tesouro Nacional nos anos de 1999 e 2000? Apenas 1 bilhão e 74 milhões foram aplicados. Onde foi parar a diferença de 1 bilhão e 100 milhões de reais? Esses dados são do Ministério da Integração Nacional em análise ao balanço do banco.

Finalmente, o balanço do banco de 30/06/01 declara que, entre dezembro de 1998 até 30/06/01, o banco aplicou 1 bilhão e 500 milhões de reais no FNE e, desse montante, 600 milhões estão sendo obrigados a serem provisionados, conforme nota explicativa do balanço de junho de 2001, representando 45% do dinheiro emprestado. Pergunto a V.Sa.: porque um empréstimo de tão curto prazo tem tamanho risco, o que não existe em nenhum outro banco que administra fundo constitucional?

Eram essas as perguntas que tinha fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado. Agradeço a V.Exa. a concessão dos dois minutos que não utilizou.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco do Nordeste Brasileiro S/A, Sr. Byron Costa de Queiroz, para suas respostas.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – A primeira pergunta do Deputado José Pimentel é a respeito da razão do aporte, tendo em vista que o banco apresenta patrimônio líqüido negativo. Eu expliquei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Positivo.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Patrimônio líqüido positivo. Desculpe-me. Expliquei que houve uma mudança de regra pelo Banco Central e, efetivamente, a razão de ser do projeto de lei para o aporte é abrigar novas regras prudenciais do Banco Central. Segundo elas, é necessário o aporte.

Com relação à Austin, há um equívoco. Ela não fez esse tipo de classificação absoluta. Pelo contrário. Ela fez uma consideração sobre vários itens e, entre alguns deles, estava o banco em segundo lugar, em primeiro. Em alguns, estava em uma situação mais abaixo, tendo em vista a própria nota explicativa do banco com relação ao processo de capitalização envolvendo a componente de risco.

Sobre a explicação da Diretora Tereza Grossi, acho que houve inadequação da palavra, do que ela chama de "prejuízo". Inclusive, ela conversou comigo e disse que estavam querendo convencê-la a chamar provisão de prejuízo, que não têm o mesmo significado. Esse número de 7 bilhões a que se refere tinha o pressuposto de que o fundo constitucional tivesse o mesmo tratamento para as operações no banco e essa regra, efetivamente, é prevista em lei. Mas o fundo constitucional não tem o mesmo tratamento. Por outro lado – e já vai servir como resposta sobre a provisão do fundo constitucional –, o fundo constitucional é regido por uma variável de medidas provisórias a cada momento em que há um processo de negociação das entidades empresariais e políticas. No intervalo desse processo de renegociação, os produtores, os tomadores de empréstimo, industriais de maneira geral, todos eles são aconselhados a não efetuarem os pagamentos porque as renegociações das medidas provisórias estão em andamento. Eu acho que seria perverso, criminoso, levar o banco a uma situação de dificuldade, cumprindo um tipo de regra que é um processo transitório em relação ao que está determinando a própria legislação do fundo constitucional. Então, a coisa tem que ser colocada por esse prisma.

Sobre o fato relevante do FNE, tendo em vista... Deputado, repita a quinta pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Segundo o fato relevante do Banco do Brasil, o montante a ser aprovisionado é de 695 milhões. O fato relevante do BASA, 1,3 bilhões. Já o fato relevante do BNB não

faz referência ao montante de recursos do FNE que serão objetos de compensação de aprovisionamento.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Bom, isso já consta de nota explicativa. Estou com o então Superintendente Financeiro do Banco e, hoje, Diretor do Banco responsável pela área de controle, que me dará apoio nessas questões de natureza mais técnica. Daqui para diante, S.Sa. responderá esse tipo de pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Um momento. Até por estar sendo gravada a reunião, solicito que os oradores sejam identificados. Sei tratar-se do Diretor de Controle do Banco, Marcelo Pelágio Bonfim. Tem S.Sa. a palavra.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM – Bom, com relação à menção nos fatos relevantes, tanto o Banco do Nordeste como o Banco da Amazônia não registraram o valor consignado no balanço relacionado com o fundo constitucional. Nas notas explicativas, já na divulgação do balanço de junho, que ocorreu justamente depois do anúncio dessas medidas, está contemplado na Nota Explicativa nº 4 C-2i, se não me falha a memória, um valor de 6 bilhões e 800 e alguma coisa. São os valores referentes às operações contratadas no âmbito do fundo constitucional até 30 de novembro de 1998.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, são 6 bilhões...

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Isso. São os valores contratados com recursos do fundo constitucional, do FNE, até 30 de novembro de 1998, que deixaram de ter o risco apurado pelo Banco do Nordeste.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Vai ser todo abatido e jogado como prejuízo?

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM – Não. Aí, eu vou para a segunda pergunta. Em relação a questionamento, se há mudança de regra de provisionamento – entre as Resoluções nºs 1.748 e a 2.682 – é interessante lembrar que, quando da aplicação da regra anterior, o fundo constitucional também, as operações relacionadas com o fundo constitucional não eram provisionadas no balanço do banco porque tinham um tratamento segregado. A partir desse entendimento, da nova regra da Resolução nº 2.682, o Banco Central entendeu que os valores que tivessem coobrigação do Banco do Nordeste seguiriam também as mesmas regras da Resolução nº 2.682.

Então, o fundo constitucional ficou dividido em dois momentos: um com as operações contratadas até 30/11/98, desobrigado o risco do banco – e aí não significa dizer que há processo de deságio das dívidas e processo de anistia, nenhuma coisa dessa natureza. Os títulos de crédito continuam prevalecentes, Deputado, e serão cobrados administrativamente ou através do Judiciário, até porque as operações continuam e, inclusive, algumas sem nenhum tipo de atraso. Repito: com a desobrigação, permitiu-se evitar uma incorporação substancial de capital para o banco no sentido de evitar o desenquadramento no acordo de Basiléia também.

Quanto às operações contratadas a partir de dezembro de 1998, comentadas por V.Exa. e que já, em princípio, caracterizavam uma sinalização de inadimplência, permita-me dizer que não é exatamente assim. A Resolução nº 2.682 recomenda que as operações sejam provisionadas. Até operações que ainda estão em fase de carência, a depender da classificação do risco do cliente no setor bancário como um todo. Então, o cliente que tem uma operação de médio e longo prazo com recursos dos fundos constitucionais e tem uma operação de um cheque especial com uma empresa, com um banco privado e se, por acaso, ele inadimpla essa operação de curtíssimo prazo, ele aparece no cadastro de inadimplentes, o que significa dizer que o risco dele passa a receber uma nota inferior, que obriga hoje as instituições financeiras a provisionar. Por exemplo, um cliente AA não tem nenhum nível de provisionamento, mas um cliente classificado como A já tem um nível de provisionamento de 0,5% sobre o saldo devedor total do financiamento.

Fez-se, então, uma estimativa: em se classificando 50% desse fundo constitucional na Resolução nº 2.682, haveria necessidade de uma participação de capital correspondente a esse novo enquadramento.

Com relação às provisões e à discussão se as operações... O Presidente já falou sobre a questão de que, da grande parte dos nossos ativos que hoje sendo provisionados — 1 bilhão e 375 milhões —, a quase totalidade, a expressiva maioria das operações são contratadas antes de 1995, e não temos a menor dúvida disso.

E essa análise que foi feita aqui, que tive a oportunidade de ouvir de um expositor, se o senhor me permite, é muito primária e improcedente, porque sabemos muito bem que as posições de balanço consignam os valores que foram levados a crédito em liqüidação no período. Não significa dizer que essas operações que foram inscritas em crédito em liqüidação, ao longo desses anos, não foram recuperadas,

renegociadas e que não voltaram ao seu **status** inicial.

Então, a pura e simples soma algébrica não caracteriza o fato e não nos permite chegar a essa conclusão que se pretende. Na verdade, os níveis de provisionamento do Banco do Nordeste tiveram como objetivo enquadrar as operações às regras anteriores da Resolução nº 1.748 e essas seguintes à Resolução nº 2.682.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - A evolução é a que está no balanço, de capital aplicado, e não aprovisionado, de 1 bilhão e 906 milhões a carteira própria, de 1 bilhão e 509 milhões no FNE, totalizando 3 bilhões e 415 milhões. Desse montante — está nas notas explicativas —, foram compensados 2 bilhões e 300 milhões, e existem mais 1 bilhão e 300 milhões a provisionar. São fatos. Ou o balanço está fraudado ou...

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM – Não, não, não. Deputado, nós temos as operações. Na posição de 30 de junho, estamos informando ao mercado que todas as operações da carteira própria do Banco do Nordeste foram enquadradas na Resolução nº 2.682, com exceção do conjunto de operações que corresponde ao total de 1 bilhão e 372 milhões, que serão provisionadas concomitantemente ao aumento de capital, porque elas tinham um enquadramento anterior na Resolução nº 1.748. Em função dessa mudança abrupta por parte do Banco Central, do órgão regulador, nós precisávamos de um capital proporcional. Esse é o primeiro ponto.

As operações dos fundos constitucionais não são provisionadas no Banco do Nordeste. Essas operações não têm critério de provisionamento, porque o fundo tem patrimônio diferente, apurado diferentemente das instituições financeiras. O fundo aloca os recursos a um determinado cliente, e o reembolso desses recursos é que retroalimenta esse fundo. O não-pagamento de uma determinada operação gera a impossibilidade de reencaminhar esses recursos para atividade produtiva. Essa resposta é relativa à sétima pergunta.

Com relação à oitava pergunta, Deputado, o fundo constitucional — acredito que já respondemos com relação aos 300 milhões — é uma estimativa para que as operações contratadas a partir de dezembro de 1998 venham a ser enquadradas em 50% na nova regra da Resolução nº 2.682. Não significa dizer que essas operações estão inadimplidas, não. Elas serão reenquadradas de acordo com a nova classificação de risco (de a a e), e com parâmetros de provisionamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Para que eu compreenda, se elas não são risco para o banco, portanto, não há por que se apropriar de recurso público para cobrir uma operação que o senhor está dizendo que não é risco. É isso?

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Deputado, as operações contratadas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Os 2 bilhões e 100 milhões são com o somatório dos 300. É só somar aqui.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Deputado, as operações contratadas até novembro de 1998 foram desobrigadas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Esta daqui é de dezembro de 1998 para cá.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Perfeito. Elas foram desobrigadas do risco do banco. Das operações contratadas a partir de dezembro de 1998, 50% são risco do fundo e 50% são risco do banco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Eu sei.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Ao serem risco do banco, elas teriam que ser enquadradas nas novas regras da Resolução nº 2.682.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Que é anterior à dezembro de 1998, não é isso? Vigorou...

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - A partir de dezembro de 1998. Significa dizer que, com as novas regras da Resolução nº 2.682, nós poderemos localizar operações que, embora não inadimplidas, mas, pela situação do cliente no sistema bancário como um todo — segundo a nova regra dessa resolução —, necessitem de provisionamentos, como 0,5%, 1%, 3%, 5% ou 10%.

Em função disso, já que os fundos constitucionais não eram contabilizados como provisionamentos na carteira própria do banco, também se projetou a necessidade de um aumento de capital para que essas operações contratadas a partir de dezembro de 1998, cujo risco é 50%, e que teriam que ser enquadradas de acordo com o Resolução nº 2.682, também fossem absorvidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - O que nos chama a atenção é que o montante de dinheiro emprestado foi de 1 bilhão e 500 milhões de reais. Desse montante, com menos de 2 anos de empréstimo, 45% estão sendo provisionados. É esse o debate.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Mas é isso, Sr. Deputado. O critério de provisionamento, de acordo com a Resolução nº 2.682, mudou. Nós pode-

mos contratar uma operação hoje, com um ano de carência, e no próximo mês precisar provisionar 0,5%, 1%, 3% ou 5% dessa operação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Por conta do risco da operação.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Não, por conta da regra da 2.682...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - A regra é muito clara. A regra é resultante do risco do cliente que tomou o dinheiro emprestado. Se o cliente não tiver risco, não precisa provisionar. Em outras palavras, emprestou mal.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Deputado, o risco pode ser analisado como estático ou dinâmico. Quando se concede uma operação, faz-se à luz de todos os procedimentos necessários com relação à avaliação de risco, pelo ponto de vista de idoneidade, confiança, segurança do crédito, análise da executabilidade econômico-financeira, garantias e tudo o mais. Se se contratou uma operação com todas essas prerrogativas atendidas e, no mês seguinte — dei esse exemplo para o senhor —, esse cliente, com cheque especial em outro banco, sobre o qual ele esteja discutindo a taxa de juros, entenda que não deva pagar, se o banco o coloca no cadastro de inadimplente, o nível de risco dele cai e, por cair, as instituições financeiras são obrigadas a provisionar, mesmo que no mês seguinte, depois de renegociar, ele volte à sua classificação. É um critério que tem como objetivo verificar o nível de exposição das instituições de forma prospectiva.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Então, se esse risco é tão insignificante, por que incluir no PL que o Tesouro repasse dinheiro?

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Não é que seja insignificante. Para se cumprir a regra, Deputado, é preciso capital suficiente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Ou tem risco ou não tem. Se não tem risco, não há por que aportar dinheiro. Queremos saber concretamente quanto é o montante de recursos que o banco precisa para tapar as operações malfeitas. É isso de que estamos tratando, e não há meio termo. Ou o senhor explica para nós ou não temos condição de votar. Esse é o fato.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ - Vou fazer um adendo, Deputado, já que o senhor está no pingue-pongue. Não existem operações malfeitas na nossa administração, salvo algumas exceções que já foram devidamente apuradas. Estamos falando que essas operações são todas anteriores a 1995, e não estou dizendo que são malfeitas. Estou dizendo que, se...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Dr. Byron, esta daqui é de dezembro de 1998 para cá. Quem está dizendo é o senhor, no seu balanço, não sou eu.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Mas, aí, são regras prudenciais, não é operação malfeita. Ele explicou. O senhor está confundindo as duas coisas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Essa daqui está incluída...

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ - É provisão, não é perda, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Nesse montante, estão somados os 2 bilhões e 100 milhões.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ - O senhor está confundindo provisão com perda, com prejuízo. É provisão para atender uma regra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, não são precisos os 300 milhões, é isso?

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ - Mas a regra existe. Aí, o banco vai deixar de operar. O senhor vai explicar para a sociedade que o banco não vai operar porque não vai cumprir uma regra internacional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Sr. Presidente do BNB, V.Sa. já tem seu tempo esgotado. Mas, para a conclusão das respostas com a última delas, concedo 2 minutos, e depois concederei o tempo para a réplica do Deputado José Pimentel.

O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM - Com relação aos valores definidos para o aumento de capital do Banco do Nordeste, são de 2 bilhões e 100 milhões e 1 bilhão e 375 milhões, e mais os valores que estão consignados tanto nos fatos relevantes como nas notas explicativas.

E a informação que temos do Ministério do Planejamento é um ritual de um processo em termos orçamentários. Esses valores da dotação orçamentária são corrigidos a partir da data da sua definição por taxas de mercado.

Então, esses 2 bilhões e 100 milhões estão sendo corrigidos até o final do ano, até 31 de dezembro, se não me falha a memória. Esse é um assunto de domínio do Ministério do Planejamento e Orçamento. Os recursos foram corrigidos até 31 de dezembro, justamente em função desse trâmite necessário para a efetivação do aumento de capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa vai usar o direito à tréplica?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sim. Sr. Presidente, quero registrar que esta Casa debruça-se sobre o debate do salário mínimo. O Governo declara que só pode aumentá-lo em 9 reais, de 180 para 189 reais. Os cálculos feitos para atualizá-lo para 220 reais demonstraram que os gastos para tanto ficariam na casa de 3 a 4 bilhões de reais por ano. Aqui estamos trabalhando com 2 bilhões e 556 milhões. Se é verdade o balanço que o banco publica, no qual diz que tem patrimônio líqüido positivo de 1 bilhão, ele não precisa do dinheiro. Se o banco tem patrimônio líqüido positivo, opera na Bolsa e declara que o balanço é verdadeiro, não tem necessidade do crédito. Se o balanço é fraudado, nesse caso, precisamos contabilizar os valores do balanço para que efetivamente apareça a necessidade dos recursos e, em seguida, poderemos votar. Exatamente por isso entendo que precisaríamos incluir uma salvaguarda ao votar essa matéria, a fim de que o banco explicite efetivamente se esse patrimônio líqüido é positivo. Se for, não tem necessidade dos capitais. Se o patrimônio líqüido do banco em 31/12/2001 for negativo, nós repassaremos os recursos.

Portanto, nossa posição é no sentido de que o banco refaça seu balanço, apresentando efetivamente o montante de recurso de que necessita, e nós aprovaremos o crédito, condicionados a liberá-lo na proporção do montante de recursos que o balanço do banco possa apresentar. Não podemos aprovar um crédito desse montante supondo que haja necessidade ou que haja taxa de juros.

De um lado, o próprio banco declara que precisa de 2 bilhões e 100 milhões. As notas explicativas falam em 2 bilhões e 100 milhões, e elas são de agosto de 2001. O crédito vem em 2 bilhões e 556 milhões, e é de 28 de agosto. E é bom registrar que não podemos trabalhar com tamanha insegurança.

Sou daqueles que entendem que o crédito é necessário, mas no exato montante que aparecer no balanço do banco, para que a sociedade possa ter transparência e nós possamos deliberar com tranqüilidade.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar o Dr. Byron e todos que fazem parte do Banco do Nordeste que comparecem hoje a esta reunião. Dou meu testemunho neste momento da presença cada vez maior desse banco na vida dos nordestinos, sobretudo lá no meu Estado, Alagoas.

O outrora grande e generoso Banco do Brasil praticamente se retirou dos financiamentos no Nordeste, não só de financiamento privado, mas também de financiamento público, que é uma linha que o BNB passa a operar a partir de agora. Há uma expectativa muito grande nesse ramo.

Anima-nos muito o tipo de clientela preferencial e o valor dos financiamentos desse banco, dirigidos praticamente ao pequeno e médio agricultor, produtor, comerciante e industrial. De forma que esse aumento de capital é fundamental e necessário para que o banco possa continuar a operar na região mais pobre do Brasil, que é o Nordeste.

Reconheço aqui de público que o Presidente Byron é o grande comandante das mudanças que têm acontecido nesse banco nos últimos anos. Informo a V.Exa. que o parecer do Relator deste PL já foi entregue à Comissão e é favorável tanto ao aumento de capital do BNB como do BASA. O Relator, Deputado José Priante, perdeu o vôo hoje e gostaria de estar aqui discutindo, mas não foi possível.

Vamos fazer esta discussão. A bancada do Nordeste irá testemunhar e dizer de viva voz o que representa esse banco para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A Presidência tem condescendência com as questões de ordem.

Se se quiser, pode-se responder à tréplica.

Vencida a fase das explanações do Relator, que não está presente, e do autor do requerimento, vamos passar a palavra aos senhores inscritos.

Apesar da condescendência da Mesa com o Deputado Olavo Calheiros, estão inscritos os Deputados Gonzaga Patriota, Armando Abílio, Adolfo Marinho e Wilson Braga. Ao final dos 4 primeiros inscritos, avaliaremos — V.Exa. está inscrito, Deputado Anivaldo — se prosseguiremos ou se passaremos para uma parcial de respostas dos nossos convidados.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota. S.Exa. tem 3 minutos para suas considerações e questionamentos.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Byron, ouvi atentamente as intervenções do autor deste requerimento, Deputado José Pimentel, e pelo que S.Exa. já perguntou sobre finanças — sou um pouco ruim nesse assunto —, pretendo ater-me a dois aspectos.

O primeiro não é nenhuma pergunta, e sim um registro. Tenho acompanhado de perto o trabalho do Banco do Nordeste, porque sou da região de Salgueiro e Petrolina e cliente desse banco há mais de 30 anos. E quem é cliente de um banco está mais perto dos funcionários que estão na ponta do que da própria diretoria. Obviamente, nos últimos anos, nessa globalização e "modernização" do Governo de Fernando Henrique, o Banco do Nordeste na verdade se modernizou, como falou aqui o Deputado Olavo Calheiros, e tem chegado lá na roça.

Tenho ido com agentes de desenvolvimento — não sei se esse é o nome do gerente — aos assentamentos. Acompanhei ultimamente, quando a Operação Mandacaru esteve na região, determinados financiamentos para tirar pessoas que estavam se marginalizando no plantio de maconha. Mas, por outro lado, tenho recebido muitas correspondências dos representantes dos servidores do banco, tanto dos aposentados como dos servidores da ativa, e às vezes vejo notas nos jornais e manifestos. Não estou dizendo que é só do Banco do Nordeste.

Temos visto manifestações da quase totalidade dos servidores públicos ou de estatais pelo fato de estarem há sete anos sem aumento ou por terem desmobilizado uma Caixa, como a Caixa do Banco do Nordeste, que estava tendo risco de amanhã não dar segurança aos aposentados. Não quero aqui discutir se foi bom ou ruim fazer esse trabalho nessa Caixa. Quero deixar apenas o registro.

Por outro lado, fui Constituinte e ajudei a criar o fundo constitucional para desenvolver nosso Nordeste, o Centro-Oeste, que já é um pouco desenvolvido, e principalmente o Norte. Não sei se é o mesmo problema do BASA. O Banco do Brasil, já ouvi falar, tem muitas atribuições e não se atenta, como o Banco do Nordeste na nossa região, para a aplicação dos repasses constitucionais para a produção. Talvez ele tenha muito o que fazer, eu não sei.

(Intervenção fora do microfone – inaudível.)

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Centro-Oeste, eu sei. Eu estou falando na Região Centro-Oeste. Não sei se o Banco do Brasil na Região Centro-Oeste dá o mesmo atendimento.

Mas tenho recebido aqui muitas reclamações de pequenos agricultores sobre a burocracia nos empréstimos, do PRONAF, dessas coisas. Então, pergunto ao senhor se o banco está se modernizando.

Fui um dos que brigou aqui pelo aumento de capital passado e vou brigar por este, porque vejo o Governo meter dinheiro em bancos privados, salvar os "Econômicos" da vida, através do PROER, e não botar dinheiro no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste e no BASA. Por isso, vou ser favorável à aprovação e vou fiscalizar, como está fazendo o Deputado José Pimentel.

Só quero saber por que não se diminui um pouco a burocracia na hora de atender a pessoa que está lá na ponta, no assentamento, na agricultura. Ademais, quero me solidarizar com a direção do banco, através do senhor, como Presidente, pelo trabalho que tem feito pela nossa Região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Com a palavra, para seus questionamentos, o nobre Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, quero apenas registrar o que vi nesse final de semana no Estado da Paraíba. Tive oportunidade de visitar três Municípios.

Em Bernardino Batista, o Prefeito, numa feliz iniciativa, fez parceria entre a prefeitura, associações e Banco de Nordeste para financiamento da plantação de coco e caju. O perfil econômico do Município mudou completamente. Trata-se de um Município pequeno, que eu não conhecia, situado em um dos recantos do País. Lá foi realizada uma festa, que recebeu o nome de Festa do Caju, durante a qual houve a apresentação de vários produtos que conseguiram agregar valores ao caju e à castanha. Inclusive um dos representantes do Banco do Nordeste estava presente.

Visitei também a região do Vale do Piancó, minha região e também do patriarca da Comissão, Deputado Wilson Braga, onde existe um projeto de irrigação, com a participação também do Banco do Nordeste. Inclusive, em uma das propriedades dos meus familiares, tive a oportunidade de ver um projeto de 15 hectares de irrigação, sendo 8 de algodão e 7 de feijão. Toda a margem do Rio Piancó conta hoje com projeto de irrigação, com a participação decisiva do Banco do Nordeste. Tenho certeza de que o Deputado Wilson Braga, em sua manifestação, vai-se solidarizar com esse meu depoimento, no sentido de que iremos viver um novo tempo, uma nova época, exatamente em função desse projeto de irrigação, à margem do Rio Piancó.

Também ainda durante esse final de semana, tive a oportunidade de visitar outro Município, Barra de Santa Rosa, em Curimataú. Visitei uma pequena propriedade que tem um projeto de criação de bode. E tenho certeza de que já conseguiram agregar valores, por exemplo, com a venda do queijo do leite de

cabra e com a industrialização do couro do caprino. Esse projeto também conta com a participação do Banco do Nordeste.

Apesar disso, a Paraíba é tida como o Estado mais pobre da Federação. É verdade. O rebanho bovino foi dizimado; tínhamos a cultura de agave, também dizimada; no brejo, tínhamos a cultura da batatinha, que também foi destruída, em função da seca. O paraibano tem coragem de trabalhar, mas, infelizmente, as secas estão ocorrendo com muita freqüência. Para V.Exa. ter uma idéia, Sr. Presidente, há dez anos, a Paraíba tinha um rebanho de 1 milhão e 200 mil animais. Hoje, esse rebanho tem aproximadamente 150 mil animais. O paraibano conseguiu manter cerca de dez por cento do rebanho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Caprinos e bovinos?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Não. Tínhamos um rebanho bovino, há dez anos, de mais de 1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Só bovino?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Agora está havendo mudança de perfil. Por isso quero fazer esse registro. Com a participação do Banco do Nordeste, a Paraíba começou a desenvolver a caprinocultura, começou a criar bode. Com a participação do Banco do Nordeste, apesar de todas essas dificuldades, estamos conseguindo mudar o perfil econômico do Estado da Paraíba.

É meu dever fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra o Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, e Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, quero cumprimentá-los, assim como a toda a equipe do Banco do Nordeste por mais uma vez estarem nesta Casa.

Quero apenas fazer um registro, somando-me aos companheiros que falaram antes. Na verdade, não havia Banco do Nordeste; havia um banco que atuava nas capitais e nas regiões metropolitanas. Quando pensamos no Nordeste, temos que saber que 80% de seus Municípios têm menos de 20 mil habitantes; mais de 50% têm aproximadamente 10 mil habitantes e cerca de 35% têm 5 mil habitantes. Hoje, o banco mudou toda aquela estratégia anterior. Há uma desconcentração do crédito, das pessoas que vão atuar, sem aquela visão anterior, aquela cultura, de um escritório imobilizado. Esse fator tem uma importância muito grande, porque, por incrível que pareça, num Município pequeno desses, tudo é importado e, ao mesmo tempo, só o que se exporta nesse Município é o emprego, o imposto e o lucro.

Com essa nova visão do Banco do Nordeste, temos a perspectiva da produção local para consumo local, ativando um tema que é quase surrealista, a economia dos Municípios e dos Distritos, que será muito mais necessária agora, porque antes havia o recurso da previdência, e hoje temos recursos da bolsa-escola, da bolsa-renda, enfim, uma série de programas que estão levando para o interior uma circulação de dinheiro que não havia antes. É de suma importância que esse recurso sirva para ativar todos esses programas de pequenos produtores, que possamos ter uma economia local.

Gostaria também de dizer que a grande alternativa para o País e para o Nordeste, em particular, é o turismo, e não podemos esquecer do PRODETUR, um programa de longo alcance, de grande perspectiva, que promove nossa inserção inclusive no mercado internacional.

Quero mais uma vez parabenizar o Banco do Nordeste, dizer da satisfação de tê-los aqui e assegurar que esta Casa vai honrar seus compromissos com a região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado pela rigorosa observância do limite de tempo, que sirva como exemplo para os demais.

Com a palavra o Deputado Wilson Braga.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, Sr., Byron Costa de Queiroz, Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, vou ser mais rápido, porque o Deputado Armando Abílio já disse tudo o que eu gostaria de dizer, a respeito dos programas de financiamento ao pequeno produtor no Vale do Piancó.

Quero apenas me congratular com o Presidente Byron e dizer a S.Sa. que pode ficar tranqüilo, pois vamos colaborar porque reconhecemos o grande trabalho que o Banco do Nordeste presta ao pequeno e médio produtor, ao pequeno e médio comerciante, sobretudo depois do trabalho de reordenamento da estrutura do Banco que desenvolveu. Quero cumprimentar o Presidente Byron — já o fiz aqui através do seu auxiliar, Salmito, por várias vezes — e dizer que estamos aqui inteiramente à disposição do Banco do Nordeste e do BASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães – Como legítimo sucessor do Governador João Pessoa, V.Exa. mostrou que, com poucas palavras,

talvez até com uma só, fala-se o essencial, fala-se tudo.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É um legítimo sucessor de João Pessoa.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Muito obrigado. Não, espere aí, João Pessoa morreu logo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Que V.Exa. tenha longevidade.

Com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inquestionável e evidente que a atual administração do Banco do Nordeste tem feito grande esforço no que diz respeito à racionalização e modernização da instituição.

Por exemplo, a descentralização existe efetivamente. Se um problema no interior não é resolvido na agência, o superintendente tem de resolver. Não fica aquele funil na diretoria, o que é salutar. A atual gestão também se tem voltado mais para o pequeno agricultor e o pequeno pecuarista, merecendo por isso louvores.

Entendo que o banco, para conseguir resultados, depende de muitos fatores pelos quais nós mesmos desta Casa somos responsáveis. E todos já adivinham. Refiro-me ao problema da instrução, da educação.

É muito difícil colher resultados quando se empresta a pessoa que não tem conhecimentos, o analfabeto funcional, como chamamos. Ele não sabe o que está lendo e o que está fazendo.

Por isso, o Banco, que recebeu uma benesse muito grande desta Casa, a emenda constitucional, deve injetar cada vez mais recursos no treinamento, no aperfeiçoamento do cliente, não só do funcionário. Tem de fazer reuniões.

Hoje temos algumas boas pontes para as associações, para os mutuários. Eles têm de ser informados do que estão fazendo, precisam aprender que conta eles têm de fazer, porque, senão, o sucesso, que é o que buscamos, não vai ocorrer. É preciso oferecer oportunidade a essas pessoas, mas essa oportunidade só será oferecida se elas estiverem cada vez mais habilitadas a receber os recursos.

Então, concluo por chamar a atenção do Banco do Nordeste, como instituição, para o dever de ampliar o treinamento dos mutuários. O treinamento dos seus funcionários é inerente, faz parte da criação do banco — e sabemos que são sempre reciclados. Agora, num mundo de tantas mudanças, não é o mutuário que vai ficar sem receber informações para alcançá-las.

As mudanças que ocorrem hoje na sociedade globalizada são grandes, e alguns podem ficar estagnados. Um que está nessa situação é o pequeno mutuário do Banco do Nordeste. É muito injusto que ele não receba algo para acompanhar as mudanças.

Então, minhas palavras, como Deputado, representante do povo, são para dizer ao banco que proceda ao treinamento desse pessoal com a maior quantidade possível de recursos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Peço ao Deputado Olavo Calheiros que me substitua momentaneamente na Presidência enquanto atendo a uma delegação de São Paulo a respeito de um destaque no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Olavo Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é motivo de muita satisfação ver o Presidente do Banco do Nordeste nesta audiência pública, visto que, na semana passada, fizemos um acordo político — nosso colega José Pimentel estava presente — no sentido de aguardar essa audiência pública para desobstruir a pauta. Portanto, sua presença contribui para a desobstrução dessa pauta. Sabemos ser da maior importância a votação do crédito de capitalização do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

Ouvi atentamente a fala dos colegas que se manifestaram a respeito da atuação do Banco do Nordeste, mas vou voltar minha fala para o Banco da Amazônia.

Fui funcionário do Banco do Brasil e tive a oportunidade de ser Diretor e Presidente do Banco da Amazônia. Na ocasião, o Banco da Amazônia experimentava um processo de desajuste estrutural em todos os pontos, com seu patrimônio líquido a descoberto, em busca de um voto de excepcionalidade que viabilizasse a publicação de seus balanços, já que estava há quase dois anos sem publicação. Tenho a grata satisfação de ver que aquele voto de excepcionalidade foi honrado. A partir daí, o BASA caminhou firme no processo de recuperação.

Temos de reconhecer o esforço da Dra. Flora Valadares, que, com dedicação e competência, conseguiu alavancar as operações do Banco da Amazônia de recuperação de crédito e fazer os ajustes estruturais do banco. Compareceu a esta Casa todas as vezes que sua presença foi solicitada. Discutiu o pre-

sente e o futuro do Banco da Amazônia em praticamente todas as Comissões. Então, deixo registrados nossos agradecimentos.

Quero dizer que essa votação é importante, porque tanto o Banco do Nordeste como o Banco da Amazônia têm de fazer ajustes em sintonia com a recomendação do Banco Central. Isso vai trazer um ajuste até para a caixa de previdência do Banco da Amazônia. Se a matéria não fosse apreciada e votada no Congresso Nacional, os ajustes certamente teriam de ser feitos e iriam impedir a realização de operações através dos fundos constitucionais.

Sobre o fundo constitucional, o mais importante é que 90% das operações do Banco da Amazônia também são voltadas para os pequenos produtores, com sucesso fantástico, por intermédio do FNO especial, que tem levado crédito a pessoas que, em passado não muito distante, até mesmo a rede privada não queria nem como clientes de depósito. Essas pessoas estavam alijadas do processo produtivo.

Os esclarecimentos de V.Sa. contribuíram para a consolidação desse acordo para a votação, que certamente ocorrerá na próxima reunião do Congresso Nacional, da capitalização dos Bancos do Nordeste e da Amazônia.

Registro que é a primeira vez que o Banco da Amazônia vai ser capitalizado. O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil já foram capitalizados várias vezes. Lembro que, na capitalização de 8 bilhões do Banco do Brasil, aprovei emenda de 150 milhões para a capitalização do BASA, que veio no bojo de um ajuste maior que certamente foi desenhado, não através de resoluções, mas de discussões profundas do papel e da função dos bancos públicos federais, iniciado no comitê das instituições financeiras federais.

O mundo mudou, o Brasil também, e todas as instituições tinham de se ajustar a essa mudança.

A partir de amanhã estaremos no plenário do Congresso Nacional para votar esse crédito que objetiva a capitalização desses dois importantes bancos.Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Olavo Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, diretores e superintendentes, para nós, do Ceará, é uma satisfação muito grande contar com a presença de membros da Direção do Banco do Nordeste, até para testemunhar o desempenho da instituição não só no Estado do Ceará, mas em toda a Região Nordeste.

Quero dizer que ficamos triste quando alguns Parlamentares do Nordeste questionam a aplicação de recursos, os programas, as suplementações de recursos para investimento na Região. Luta-se muito nesta Comissão e no plenário para diminuir as desigualdades regionais, tema sobre o qual vários autores já escreveram, inclusive ex-Parlamentares, como o Vice-Governador Beni Veras, que escreveu “Os Dois Brasis”, bíblia para todos nós.

No momento em que estamos tentando fortalecer o Banco do Nordeste, em que houve uma mobilização no semestre passado para resgatarmos a SUDENE, fomos surpreendidos por posições às vezes só político-partidárias em caminhos inversos não só para tumultuar, mas para desvirtuar algum posicionamento em termos de bancada do Nordeste.

A revitalização do DNOCS foi uma grande luta nossa. Ainda hoje se tem dificuldade no DNOCS com a Bahia, com Sergipe, há dificuldade de termos uma instituição essencial para o Nordeste no tocante a recursos hídricos. Existem disputas políticas que com certeza prejudicam o Nordeste.

No momento em que o Presidente do Banco, aqui presente, elucidou de forma clara e transparente, pelo seu modo didático, sincero, honesto de agir, todos os questionamentos aqui expostos, achamos que esta Comissão está com plenos conhecimentos para votar e aprovar esse crédito para aumento de capital. Não somos da área econômica, minha formação é de médico, e às vezes ficamos em dúvida com certos posicionamentos, questão de provisão, de perda. Quem não está atuando no dia-a-dia finda se confundindo, achando que não são coisas distintas — e realmente são. Mas, a presença da Diretoria e da Presidência do Banco nos dá tranqüilidade.

Até para testemunhar — está aqui também o Superintendente Arnaldo Menezes — quero dizer que fui um ferrenho crítico do Banco do Nordeste quando resolveu desativar a agência da minha cidade, Maranguape. Isso para nós politicamente foi um desastre. As pessoas me diziam: “Deputado, estão tirando o Banco de Maranguape. Cadê sua força? Cadê seu prestígio?” Mas não foi pelo fato de desaparecer a estrutura física que as operações diminuíram. Pelo contrário, o Banco, mesmo como se diz virtual, através da área de desenvolvimento, tem dado uma resposta significativa para o Município de Maranguape e para a região metropolitana.

Então, neste momento, acredito, não só como nordestino, como cearense e como pessoa comprometida com o desenvolvimento do Nordeste, acredito que não será somente a bancada do Nordeste que dará apoio ao Banco e às demais instituições daquela Região, mas todo o Congresso Nacional.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Olavo Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Joel de Hollanda.

O SR. DEPUTADO JOEL DE HOLLANDA – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Superintendente, Srs. Parlamentares, no ano passado tive a oportunidade de me encontrar com meu ex-professor de economia, o grande brasileiro e criador da SUDENE, o economista Celso Furtado. Conversando com ele, recordamos que o Nordeste, ao longo de sua história, experimentou três momentos de crescimento qualitativo e quantitativo no seu desenvolvimento: criação da CHESF, do Banco do Nordeste e da SUDENE. Aí estão todas as estatísticas do IPEA, de onde sou originário, mostrando que nesse período o Nordeste chegou a crescer a taxas superiores à média nacional. Isso demonstra que esses órgãos desempenharam seu papel, trouxeram uma contribuição muito grande para o desenvolvimento da nossa Região.

No caso do Banco do Nordeste, é bom verificar que, em se tratando de órgão que vai completar meio século de existência, esse órgão não envelheceu, não ficou esclerosado. Ao contrário, anualmente se renova, se moderniza. E aí está o elenco de realizações de programas e projetos que o Banco do Nordeste vem desenvolvendo no sentido de promover não mais a infra-estrutura do Nordeste, onde ele teve um papel importante, mas, agora, sobretudo, apoiando a iniciativa privada, principalmente os micro e pequenos empresários.

Sou testemunha do apreço e admiração que o BNDES, o Banco Mundial, o Ministro Malan e o Secretário da Receita, Everardo Maciel, têm da capacidade que o Banco do Nordeste demonstra de saber trabalhar com os micro e pequenos empresários. Uma coisa é o Banco atuar com grandes empreendimentos, com grandes empresas, com grandes projetos. Outra coisa é esse Banco ter, como tem o Banco do Nordeste hoje, o **know-how**, que inclusive está sendo transferido a outras instituições, de trabalhar com os pequenos, com os mais fracos, com aqueles homens empreendedores do setor agrícola, do setor de serviço, do setor industrial, que nunca tiveram a oportunidade de entrar no Banco, e hoje nem precisam fazê-lo, porque os agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste vão até os Municípios mais distantes e lá, em reuniões democráticas, participativas, procuram identificar projetos viáveis para o desenvolvimento de atividades econômicas geradoras de emprego e renda em todo o Nordeste brasileiro.

Compreendo que o Banco do Nordeste precisa do nosso apoio para elevar seu capital e, com isso, promover ainda mais ações voltadas para o desenvolvimento da nossa Região. O sistema bancário brasileiro está aberto à concorrência internacional. O Governo, em boa hora, abriu nosso sistema financeiro e o Brasil hoje recebe filiais de instituições financeiras de todo o globo terrestre. Essa competição se faz da forma mais salutar, e nosso sistema bancário tem se mostrado competitivo. Podemos verificar a modernização por que passa nosso sistema. O Banco do Nordeste não pode também deixar de participar desse regime de competição. Se estamos dando a ele a missão de promover o desenvolvimento sustentado da nossa Região, precisamos também dar-lhe as condições para cumprir essa missão. O Banco do Nordeste tem a missão de promover o desenvolvimento da agricultura, da indústria, do turismo, dos serviços, tem a tarefa de ir ao encontro dos micro e pequenos empresários, segmentos que nunca foram contemplados, que sequer tinham condições de obter um financiamento, é mister, então, que também tenhamos a coragem de dar ao Banco os instrumentos de que necessita para levar adiante sua missão.

Por isso, Sr. Presidente, acho é o momento de o Congresso Nacional reconhecer o trabalho que o Banco do Nordeste vem fazendo em favor daquela Região e mostrar sua sensibilidade aprovando não somente o aumento de capital do Banco, mas toda a reestruturação do seu quadro de funcionários, fazendo com que haja cada vez mais treinamento e capacitação do corpo de servidores da SUDENE, que é da melhor qualidade, que tem dado uma contribuição muito grande à pesquisa e ao estudo do desenvolvimento regional brasileiro e para que o Banco do Nordeste possa continuar sendo essa grande alavanca de desenvolvimento do Nordeste.

Creio que o Ministro Celso Furtado, na próxima vez que vier ao Brasil e receber os relatórios da nossa Região, ficará contente em ver que aquela semente que foi o Banco do Nordeste, criado há 50 anos, transformou-se numa árvore frondosa que tem dado frutos e bons resultados para nossa Região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Quero agradecer ao Deputado Olavo Calheiros, que tão bem me substituiu e está fazendo parte da Mesa como membro **ad hoc**.

O último orador inscrito é o nobre Deputado José Carlos Elias, do norte do Espírito Santo, área recentemente enquadrada como nordestina.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS – Sr. Presidente desta Comissão, Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Srs. Deputados, talvez não tenha a experiência que tem meus companheiros da região nordestina para falar sobre o Banco do Nordeste, mas falo aqui pelo norte do Estado do Espírito Santo, onde sou residente no Município de Linhares.

Há pouco mais de dois anos, o norte do Espírito Santo foi enquadrado na área de abrangência da SUDENE. Eu, que já fui Prefeito daquele Município, pude constatar o crescimento e o benefício nesse curto espaço de tempo. V.Exas. poderiam perguntar: De que maneira? Hoje, vê-se chegar vários investimentos ao norte do Espírito Santo, pequenas cooperativas se organizam no setor da pesca, da confecção, enfim, em vários setores. O norte do Espírito Santo deu um salto muito maior contra a região sul, que antes não era da área da SUDENE. Hoje, o Estado todo está na área da atual ADENE.

O progresso do norte suplantou ao sul do Espírito Santo. A SUDENE e o Banco do Nordeste foram muito importantes. Sou bancário e penso que a capitalização de uma instituição financeira é primordial. Às vezes, o Banco do Nordeste tem um papel relevante há vários anos na Região Nordeste deste País. Talvez nem todos, mas muitos políticos cobram ação mais abrangente dessa instituição financeira, porque ela possui também papel social por ser do Governo. O Banco tem pago preço muito caro por isso, talvez de rentabilidade ou de outros aspectos que uma entidade particular possui e que o banco estatal não tem.

Sou funcionário do Banco do Estado do Espírito Santo, inclusive fui diretor da área de crédito, e sou testemunha. Hoje, estamos diante desse pedido de capitalização. Somos praticamente favoráveis, porque, talvez muitos não entendam que um banco, para aumentar seu capital, vai gerar indiretamente um impulso maior na sua carteira de empréstimos e de atuação, dando abrangência ainda maior.

Então não vejo a razão dessa discussão e de não aprovarmos logo essa matéria. Qual a necessidade? Não precisaríamos nem estar aqui discutindo assunto. Da minha parte, embora não tenha essa experiência do Nordeste, mas pelo pouco tempo de atuação na região norte do Espírito Santo, já tive mostras do que foi e o que é o Banco do Nordeste para o desenvolvimento do Nordeste deste País.

Dr. Byron Costa de Queiroz, quero parabenizá-lo pela atuação à frente dessa instituição, que, tanto para o norte do Espírito Santo, como para o Vale do Jequitinhonha, também enquadrado, é muito importante.

Hoje, o Espírito Santo está com todos os seus Municípios na área da ADENE, através de decreto do Sr. Presidente da República.

Sr. Byron, gostaria de fazer um justo apelo, não só do Espírito Santo, mas também do Vale do Jequitinhonha. Não quero falar por mim, mas nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Fale com muita propriedade, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS – Penso ser uma justa reivindicação. Estou vendo as necessidades do norte do Espírito Santo, hoje Estado do Espírito Santo, como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Pelo amor de Deus, já foi pedido várias vezes: Merecíamos, pelo menos, uma agência do Banco do Nordeste no Espírito Santo, como em Minas Gerais. É muito difícil ir a Teixeira de Freitas para resolver um pequeno problema que poderia ser resolvido rapidamente. Tenho certeza de que apenas uma agência no Espírito Santo lhe dará rentabilidade. Não lhe dará prejuízo, porque serão agências enxutas, só para resolver pequenos problemas rapidamente. Não é possível o Espírito Santo com todos os Municípios na área da ADENE não ter uma agência sequer do Banco do Nordeste.

Quero a V.Sa. que estamos aqui para apoiar essa capitalização. Entendemos que é pouco, inclusive. Seria preciso alavancar muito mais recursos para que o Banco cumpra seu papel social como vem cumprindo.

Quero parabenizá-lo na certeza de que esta Casa, quanto mais rápido aprovar essa medida, estará dando condições para sua atuação, principalmente junto aos pequenos produtores, às pequenas cooperativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado, fiz um sinal para dizer que seu tempo está esgotado. Não queria interrompê-lo, o que acabei fazendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS – Vou concluir.

Espero que pense em nossa reivindicação. V.Exa. poderá contar com nosso apoio nesta Casa para esse impulso muito importante para o desenvolvimento da economia de todos os setores que atuam no Banco do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – De fato, endosso o apelo já feito em nome da região do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Uma agência ali seria bem-vinda, Sr. Byron.

Encerrada a lista de inscrição, passarei a palavra então ao Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Costa de Queiroz.

Eventualmente, alguns expositores que quiserem podem exercer seu direito de tréplica. Evidentemente, vamos seguir o mesmo critério para as tréplicas, caso sejam solicitadas: serão dadas em seqüência.

Com a palavra o Dr. Byron Costa de Queiroz.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Muito obrigado, Sr. Presidente. Referindo-me ao pronunciamento do Deputado Gonzaga Patriota, em relação à desburocratização do crédito, devo dizer que temos feito esforço bastante bem sucedido no sentido de encurtar o tempo de análise de atendimento, sobretudo, dos micro e pequenos produtores.

Para se ter uma idéia, o volume médio de dias, em termos do que era verificado no Banco para aprovar um financiamento, girava em torno de 217 dias. Hoje, estabelecemos prazos máximos de 21 dias para projetos até 35 mil reais; máximo de 40 dias para projetos entre 35 e 100 mil reais; e máximo de 60 dias para projetos acima de 100 mil, qualquer que seja o valor. Isso está sendo cumprido no que diz respeito ao Banco, a menos que haja problema com a documentação ou com algumas providências a serem tomadas.

Em relação aos programas especiais, todos eles se enquadram nessa categoria dos 35 mil reais. Obviamente, existem outros órgãos — S.Exa. citou o caso do PRONAF — no Ministério do Desenvolvimento Rural que têm algumas regras que precisam ser cumpridas. Isso é compreensível, pelo próprio caráter de risco, de ser um empréstimo sem garantia, de ser bastante livre de maiores observações. Há um certo cuidado do ponto de vista de estruturações.

Mas penso que é válida a sugestão, vamos até pedir ao Superintendente do Banco do Estado de Pernambuco que entre em contato com o Deputado Gonzaga Patriota para ver se existem ações concretas para que esses problemas sejam identificados e possamos dar uma solução.

Devo agradecer aos Deputados Armando Abílio, Adolfo Marinho, Wilson Braga, pelos seus depoimentos, e ao Deputado Osvaldo Coelho, que falou sobre a capacitação. Talvez fosse interessante dizer que o Banco tem uma atuação bastante expressiva nessa questão de capacitação dos agentes produtivos. Temos um quadro que mostra a quantidade de eventos de capacitação progressivamente: 38 eventos em 1997. Ou seja, a atividade de capacitação evoluiu para cerca de 30 mil, agora no ano de 2001, e as pessoas atingidas no período de 1997 a 2001, 1 milhão, 748 mil agentes produtivos, receberam algum tipo de capacitação, sobretudo, bastante aplicada em sua atividade, seja nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, nos serviços, no turismo. Enfim, realmente o Deputado tem toda razão: a capacitação é fundamental para dar condições de competitividade.

Concordo com o Deputado Anivaldo Vale e penso que o BASA tem importância semelhante ao Banco do Nordeste. Conheço bastante o trabalho da Dra. Flora, somos parceiros. Fizemos a estruturação de todo esse processo que está agora tendo seqüência com o aumento de capital.

Devo dizer que o Banco do Nordeste não teve muitas capitalizações. Aliás, o Banco do Brasil, sim, teve uma capitalização de 8 bilhões logo em 1995 e mais 7 bilhões de retirada de risco, a partir da securitização. Esses 15 bilhões representam muito em números de hoje.

Em relação à questão do Banco do Nordeste, devo dizer que temos um cálculo do período que vem desde a sua existência. O banco pagou muitos dividendos. Se fizermos uma comparação com o dólar ou com outro tipo de moeda — eu pediria que se colocasse um gráfico —, verifica-se que devolvemos 95% em dividendos, corrigidas em dólar as capitalizações e os dividendos pagos.

Esse é um dado muito importante que eu faço questão de apontar, agradecendo-lhe a oportunidade da pergunta. De qualquer maneira, se o questionamento não tivesse surgido, eu iria abordá-lo porque se trata de um dado extremamente relevante. O Banco do Nordeste não é um peso para a União. Se corrigirem as capitalizações e os dividendos distribuídos, os dividendos correspondem a 95% das capitalizações, sem se levar em conta os benefícios pela indução do desenvolvimento e pelos retornos dos impostos dos empreendimentos e até os impostos que o banco vem pagando ao longo desse período.

Agradeço aos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Joel de Hollanda e José Carlos Elias os depoimentos. Digo que não temos criado agências exatamente por causa da questão do custo e porque foi introduzido um mecanismo de agência itinerante que tem atendido à demanda.

No caso do Espírito Santo, como todo o Estado passou a ser atendido, vamos pensar em alguma solução bastante simples para fazer o processamento dos serviços que são feitos em Teixeira de Freitas. No mais, vamos continuar com as agências itinerantes. Temos um posto que vamos instalar em Linhares e vamos estudar, como disse, uma pequena agência em Vitória. No caso de Jequitinhonha, que o Deputado Virgílio Guimarães levantou, já temos um posto em Joaíma e outro em Capelinha. Uma notícia boa que eu quero trazer também é a da instalação de um posto em Joaíma e Capelinha.

No Vale do Mucuri, já instalamos uma pequena agência de microcrédito. Tivemos a satisfação de inaugurá-la juntamente com o Presidente Aécio Neves, há cerca de pouco mais de um mês.

Eram essas as minhas considerações finais. Agradeço aos Srs. Deputados a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Há a possibilidade de tréplica, se alguém a requerer, antes de V.Exa. fazer o seu encerramento.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Não houve questionamentos, e eu esperava que não houvesse.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Quero só registrar a presença do Deputado Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães – Uma vez que o Presidente Byron facultou, percebo que o Deputado João Almeida quer usar a palavra. Do ponto de vista regimental, o tempo já estaria encerrado, mas, havendo flexibilidade, naturalmente podemos ouvir o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, cheguei atrasado, mas quero registrar o desenvolvimento que deve ter sido exibido aqui pelo nosso Presidente Byron, respondendo às perguntas dos Srs. Parlamentares. A nova rota que o Banco do Nordeste está seguindo, Sr. Presidente, efetivamente, é uma completa reestruturação no modo de atuar, é inovação permanente, é criatividade, é agilidade nos procedimentos. Nós estamos assistindo a uma nova vida no Banco do Nordeste.

Sentimos ainda — não cheguei a tempo de fazer a pergunta ao Presidente Byron — muita deficiência no atendimento, talvez pela falta de pessoal. Em algumas agências vemos como as coisas andam um pouco lentas na parte de atendimento no campo e na apresentação dos laudos. Parece que o Banco ainda está sofrendo com a grande falta de pessoal. Pelo menos nas agências da Bahia eu sinto isso. Não há má-vontade, há boa vontade, há empenho, mas parece que a demanda está sendo bem maior do que a capacidade de atendimento do Banco.

Mas é isso mesmo, o Banco está se renovando. Devido à nova forma de atuação também, a demanda está crescendo. O Sr. Byron exibiu aqui, noutro dia, os números que demonstram isso.

Deste modo, quero parabenizá-lo pela ação do Banco do Nordeste e dar esse depoimento neste momento em que apreciamos a proposta de aumento de capital para solucionar um problema pendente. A proposta tem todo o nosso apoio porque é justa, adequada e de interesse do País e do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, Deputado João Almeida.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, peço que faça então suas considerações finais.

O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ – Agradeço ao Deputado João Almeida seu depoimento. Vamos analisar com o Superintendente o que está acontecendo e procurar suprir alguma falha ou alguma lacuna. Vou pedir ao Superintendente Wilson, da Bahia, que entre em contato com V.Exa. para verificar exatamente os pontos onde existem retardamento. Vamos verificar se se trata da falta de solução tecnológica, se trata realmente de um problema de pessoal ou de procedimento, de atitude. Nós analisaremos a situação. O nosso objetivo é ser ágil, ser célere, obviamente cumprindo os rituais. Vamos naturalmente recomendar isso.

Gostaria de encerrar agradecendo-lhes a atenção com que fomos ouvidos. O Banco tem cuidado bastante dessa questão, tanto é que vem fazendo isso, a partir de 1995, com decisões colegiadas, com ritual de crédito que, embora ágil, seja seguro, analítico. A desconcentração, sobretudo, favorece isso porque, mais do que uma máxima, é uma realidade. Você atua mais no atendimento ao micro e ao pequeno produtor. Eu mostrei uma quantidade de operações. Aliás, 97% das operações são com micro e pequenos produtores. O pequeno produtor paga, ele é correto. Somente quando ele tem dificuldade é que não paga.

Estamos cuidando dessa questão da governância cooperativa, dos controles, enfim, da questão da segurança das operações. Isso é algo muito compar-

tilhado, não pode ser produto do voluntarismo, nem do espírito presente de um Presidente nem da Diretoria nem de um conjunto de Superintendentes que ficam na direção geral. Essa é uma prática que efetivamente tem de ser incorporada no âmbito de cada um dos gestores, ou seja, todos os créditos são feitos de forma colegiada. Ninguém do Banco do Nordeste tem alçada para conceder cheque especial.

Precisamos, cada vez mais, aprimorar esse mecanismo de controle, a forma de atuar, tanto do ponto de vista da agilidade, quanto da segurança dos créditos e da boa governância da Controladoria.

Agradeço-lhes a oportunidade e tenho certeza de que nós conseguimos, efetivamente, a partir do nosso nível de conhecimento, responder àquelas questões que às vezes geram dúvidas quanto à interpretação e até por terminologia, ou pelo menos tentamos dar os esclarecimentos solicitados.

Farei a discussão sempre. Mandei fazer um levantamento da presença do Banco do Nordeste, tanto do Presidente quanto de Diretores. Em nossa gestão, de 1995 até aqui, tivemos 39 comparecimentos do Banco do Nordeste ao Congresso Nacional — à Câmara e ao Senado. Desses 39, na minha pessoa foram 11 comparecimentos nesses seis anos. Como Presidente em exercício, Osmundo Rebouças, que me substitui nos meus eventuais afastamentos por férias ou por viagem ao exterior, foram 10 comparecimentos. Portanto, 39 comparecimentos, sendo 21 do Presidente em exercício e, desses 21, 11 do Presidente titular. Isso significa a atenção que damos ao Congresso.

Cada vez mais, contando com o apoio do Congresso, temos que dar transparência, temos de dar satisfação, enfim, estar aqui para responder, através do Presidente, do Diretor ou por quem de direito que tenha mais credenciais do ponto de vista técnico, de informação, para que possamos debater e aperfeiçoar o processo de atuação do Banco. Acima de tudo, queremos também auscultar o que os diligentes representantes da sociedade nordestina, os Srs. Deputados e Srs. Senadores, têm a dizer, a reclamar. Estamos abertos para a crítica construtiva e para as sugestões que possam melhorar nosso trabalho para o permanente aperfeiçoamento.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado. Agradeço aos nossos convidados, Sr. Antônio Carlos Dias Coelho.

Esta Mesa tem sido realmente bastante liberal, e não seria menos liberal com V.Exa, que nos pediu a palavra. Aliás, eu já havia anunciado que V.Exa. tinha uma tarefa específica fora da Comissão.

Vamos abrir essa exceção.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA – Essa gravíssima exceção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Essa gravíssima exceção.

Com prazer, vamos ouvir o Deputado Benito Gama.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA – Agradeço a V.Exa. a generosidade, muito comum a V.Exa., e aos demais pares desta Comissão.

Eu estava em votação agora na Comissão da CPMF, onde foi aprovada agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Eu já havia justificado.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA – Então, acabamos de aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Justifiquei errado. Só para corrigir, porque o Deputado Jorge Khoury estava na Comissão. O Deputado Manoel Salviano retirou-se para outra Comissão que não esta. V.Exas. estavam inscritos na lista, caso chegassem a tempo.

(Não identificado) – Sr. Presidente, e é tão importante quanto a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Não fomos infiéis ao nosso compromisso com V.Exas.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA – Sr. Presidente, somente um minuto, para dar um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O Deputado Mauro Benevides havia comido mosca, poderia ter feito antes.

Desculpe-me usar esse termo em relação ao nosso eterno Senador.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Desejo dar um depoimento sobre a questão do Banco do Nordeste, como baiano, nordestino, que acompanhou o desenvolvimento daquela instituição ao longo dos últimos 16 anos.

Em 1987 — o Senador Mauro Benevides pode confirmar —, em fevereiro, no Governo do Presidente José Sarney, o Governo Federal apresentou no Conselho Monetário um aumento de capital para o Banco do Nordeste de 1 bilhão de cruzados, ou a moeda equivalente na época. Naquele tempo, a Constituinte estava em pleno vigor, e V.Exa. era nosso colega. Em outubro ou novembro, nenhum cruzado daquele au-

mento de capital foi liberado para o Banco do Nordeste. Com o Banco entrando em crise, a economia nordestina, sempre muito frágil, fragilizava-se cada vez mais em função do desprezo com que o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, as instituições financeiras do País tratavam o Banco do Nordeste, ao contrário do que faziam com o BNDES. O BNDES foi chamado, há cerca de dez anos, de recreio dos bandeirantes, somente eram destinados recursos para São Paulo, abandonando o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste.

Encontra-se presente o Senador Mauro Benevides que, naquela época, trabalhou muito por isso. Na época, fizemos uma emenda que extinguiu o Fundo Especial — em função do arbítrio do Governo Federal para com os Estados e Municípios do Nordeste —, criando o FNE. Tive a honra de ser o signatário dessa emenda. Depois, toda a bancada do Nordeste assinou-a, assim como a do Norte, com o Fundo da Amazônia, e posteriormente o FCO, do Centro-Oeste. A partir daquele momento, institucionalizaram-se recursos para o Banco do Nordeste fazer a irrigação na economia da região.

Vi o Banco do Nordeste antes e depois do FNE, dessa nova gestão, desse novo conceito do que é um banco moderno numa região atrasada. Cito os vários Presidentes — Byron Costa de Queiroz, Mauro Benevides, Pereira, Jorge Freire, Camilo Calazans — que passaram pelo Banco, com muito esforço pessoal; a equipe do Banco, como o Deputado Osmundo Rebouças; enfim, pessoas que tiveram e têm boa vontade, qualificação técnica e política para tocar aquela instituição.

É muito importante quando se vê créditos suplementares para o Banco do Nordeste. É muito fácil destinar-se créditos para os bancos privados, para os bancos do sul e para o BNDES. Destinam-se 30 vezes mais recursos do que para o Banco do Nordeste e para o Banco da Amazônia.

Cabe a nós, nordestinos, mostrar essa realidade, esse instrumento positivo, que é o Banco do Nordeste. Este depoimento vale para o que foi incrementado na média, pequena e microempresa, na agricultura, na indústria e no comércio. O Banco do Nordeste tem avançado muito no que se refere ao comércio exterior, tentado internacionalizar a economia, sobretudo o conceito gerador de economia externa no Nordeste brasileiro. Não se trata de um banco somente de um Estado, é o banco de uma região. Trabalhando junto com a SUDENE, o Banco do Nordeste conseguiu avançar muito. Infelizmente, a SUDENE não conseguiu, precisando ser repensada. Precisamos cuidar desse ponto.

O Banco do Nordeste é o instrumento mais forte e positivo da economia do Nordeste nos últimos dez anos. Digo isso porque fui Secretário da Fazenda no Estado da Bahia, Secretário da Indústria e do Comércio. Convivendo com o banco, conheço seus projetos e programas; seu quadro técnico e de pessoal tem melhorado e avançado muito em relação aos bancos privados.O Banco do Nordeste é fundamental para a região.

Como Deputado Federal e membro do Congresso Nacional, peço-lhe que sempre apóie bancos como o da Amazônia e o do Nordeste, que sejam estudados e trabalhados esses aspectos com boa vontade. Realmente, esses bancos estão fazendo o que nenhum de nós, que estamos fora daquelas regiões, pode acreditar. Congratulo-me com o Presidente Byron Costa de Queiroz. O Banco do Nordeste realmente precisa do apoio do Congresso Nacional. Não negaremos esse apoio agora e no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, invoco a palavra na condição de mais idoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tenho certeza de que o Deputado Jorge Khoury, apesar da inscrição, cederá a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente Virgílio Guimarães, o Deputado Benito Gama, praticamente me trouxe à colação quando mencionou o fato de que, sendo S.Exa. Secretário de Finanças e da Fazenda, na Bahia, e eu Presidente do Banco do Nordeste, mantivemos um entendimento permanente. S.Exa. reivindicou com empenho e obstinação, características que lhe são peculiares, os interesses da Bahia junto ao Banco do Nordeste. Agora, S.Exa. oferece esse testemunho extremamente importante para o Presidente Byron Costa de Queiroz. Pela sua qualificação, o Deputado Benito Gama traz um depoimento extremamente valioso para os registros do Banco do Nordeste.

Permito-me lembrar não apenas ao Deputado Benito Gama, mas a outros companheiros que discutiram com o Presidente Byron Costa de Queiroz, que não há nenhuma projeção pessoal. Quando assumi a Presidência da República — durante apenas quatro dias, Sr. Presidente —, fato que era rumoroso na im-

prensa, ative-me exclusivamente a assinar uma exposição de motivos garantindo 150 milhões de dólares para que o banco cumprisse um programa de geração de emprego e renda. Foi o único ato que assinei na ocasião. Posteriormente, já na Câmara dos Deputados e presidindo a Subcomissão de Fiscalização e Controle, defrontei-me com o relatório Booz-Allen, em cujo bojo se encontram propostas que atingem o Banco do Nordeste e o BASA, até a pretendida fusão entre ambos, a fim de transformá-los em agência de desenvolvimento. Fui contra essa sugestão. Segundo o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, era uma mera proposta que, apresentada à consideração do Congresso e à própria sociedade, ainda não possuía nenhum ponto de vista definido do Poder Executivo. Mas nossa primeira reação vigorosa, incisiva e obstinada desestimulou o prosseguimento daqueles estudos relacionados com o relatório Booz-Allen.

Era exatamente esse testemunho que queria fazer chegar ao Presidente Byron Queiroz para que S.Exa. saiba que, independentemente de sua ação pessoal, embora sempre representado por essa extraordinária figura de acesso altamente qualificado, que é o Dr. Salmito que, com muita competência, dirigiu a SUDENE num de seus períodos auspiciosos. Deixo esse registro para que o Dr. Byron saiba que, mesmo estando ausente, na minha condição de representante do povo cearense e de ex-Presidente do Banco, aqui estou na defesa daquela instituição financeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Na seqüência, passo a palavra ao Deputado Jorge Khoury e, em seguida, como não houve inscrição formalizada, aos Deputados Danilo de Castro e Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – Sr. Presidente, companheiros Parlamentares, Presidente do Banco do Nordeste e demais funcionários do Banco aqui presentes, gostaria de usar rapidamente da palavra para me desculpar pela ausência, conforme levantaram os companheiros durante votação da prorrogação da CPMF. No entanto, gostaria de deixar patente nosso entendimento com relação à ação do Banco do Nordeste na nossa região.

Não tenho dúvida de que o que já foi dito pelos companheiros Benito Gama e Mauro Benevides reflete o pensamento de todos os nordestinos sobre a importância do Banco. É bem verdade que, ao longo da sua vida, pôde criar uma série de condições de desenvolvimento, como também cometeu alguns equívocos. Qual instituição não as comete?

Portanto, num balanço do trabalho do Banco, o saldo positivo é bem maior do que se pode imaginar. O Nordeste seria totalmente diferente não fosse o Banco do Nordeste. Deixo também meu testemunho, como Secretário da Indústria e do Comércio da Bahia, no Governo passado, da permanente parceria com o Banco do Nordeste, da sua modernização e do seu avanço sob a administração do Presidente Byron.

Não estive presente à reunião, mas conheço os pensamentos do companheiro José Pimentel acerca de determinadas posturas do banco. Isso é salutar, promove o debate e cria condições de aperfeiçoamento e melhoramento. Sei que o Banco avançou muito e poderá continuar avançando. A bancada do Nordeste aqui está para apoiá-lo e, evidentemente, buscar orientá-lo e sugerir-lhe inovações que, entendemos, sejam para a melhoria do seu desempenho e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Assim, congratulo-me com os demais companheiros dizendo do nosso apreço. Juntos, haveremos de continuar trabalhando para o crescimento do Banco e da nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO - Sr. Presidente, tive de sair para uma audiência e gostaria de também participar desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Esta Presidência ia conceder a palavra ao Deputado Danilo, mas se S.Exa. não se incomodar de ceder a vez, já que o Deputado Manoel iniciou sua fala...

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra ao Deputado Manoel, pois sei que o Deputado Danilo aguardará com paciência.

O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO - Sr. Presidente, temos a Emenda Constitucional nº 25, que está tramitando nesta Casa, já passou por todas as Comissões e agora seguirá para o plenário. Essa emenda destina 10% do PIS/PASEP para o Banco do Nordeste. Com isso, o Banco terá mais desconto de recurso. Aliás, nesta oportunidade peço a todos os companheiros apoio à aprovação dessa emenda que vai a plenário, talvez, no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Manoel.

Nosso Deputado Olavo Calheiros está nos alertando que a luz amarela está pulsante, o que significa que a Ordem do Dia já foi instalada. Portanto, vamos ouvir rapidamente os dois últimos oradores inscritos, para que não infrinjamos o Regimento, como bem chamou nossa atenção o ilustre Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO - Sr. Presidente, serei bastante rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO - Sr. Presidente, Presidente Byron, colegas Deputados, gostaria de fazer o registro do trabalho do Banco do Nordeste na nossa região de Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais. Esse banco já possui na região mais de 80% das aplicações agrícolas. Esse é um fato bastante auspicioso para a economia de uma região subdesenvolvida. Gostaria ainda de agradecer ao Presidente Byron a instalação da agência do Banco do Nordeste em Teófilo Otoni, de acordo com a participação da região do Mucuri.

Presidente Byron, conheço V.Sa. e sei do seu trabalho à frente do Banco do Nordeste. Quero aqui, mais uma vez, deixar registrado que o Banco não tem sido uma esperança, mas uma realidade de desenvolvimento numa região bastante carente de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Danilo de Castro. Creio que o Deputado José Carlos Elias já reivindicou uma agência para o Vale do Jequitinhonha. Já existe uma no Vale do Mucuri.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO - Há 20 dias foi aberta uma agência em Teófilo Otoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Certo. (Risos.) Atendeu a uma e já está reivindicando outra. Faz bem.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, como representante da região do cacau e também de Irecê, região produtora de grãos, gostaria de registrar que o Presidente Byron, com toda sua equipe do Banco do Nordeste, tem modernizado e atuado com muita eficiência nesses dois setores da agricultura.

Sabemos ainda, assim como o nosso atento e atuante Deputado Pimentel, que, às vezes, S.Exa. mostra alguns percalços. Mas, na verdade, isso não impede que apoiemos um banco estatal da melhor qualidade, como também o é o Banco do Brasil, no sentido de aprovarmos seus interesses nesta Comissão.

Deputado José Pimentel, costumo dizer o mesmo que o povo baiano: quem olha para o alto às vezes não vê as pedras que há no caminho. Mas, o Presidente Byron tem tentado tirar essas pedras com muita eficiência.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA – Sr. Presidente, gostaria de fazer um testemunho de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA – Sr. Presidente, trago a esta Comissão o testemunho do povo do Maranhão das ações do Banco do Nordeste no Estado.

Sou testemunha das realizações e ações do Banco do Nordeste em nosso Estado, onde o banco participa com mais de 70% dos financiamentos, seja em ações públicas, seja em ações privadas. O Banco do Nordeste, portanto, tem sido extraordinariamente importante no processo de desenvolvimento do Maranhão.

Cumprimento, particularmente, o Presidente Byron pela ação positiva na gestão dos negócios do Banco do Nordeste do Brasil, instituição realmente muito importante para essa pobre região do País. Meus cumprimentos e o abraço do povo do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, Deputado Roberto Rocha.

Antes de passar para o encerramento, relembro aos Srs. Deputados presentes que assinem o livro de presença para a reunião de hoje, às 18h30min, se houver tempo, com o fim de votarmos os projetos de lei. São mais de 80 projetos que ainda se encontram nesta Comissão aguardando nosso pronunciamento, para, então, serem encaminhados ao plenário do Congresso Nacional.

Com a palavra o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Byron Queiroz.

O SR. BYRON QUEIROZ – Agradeço aos Deputados Benito Gama, Mauro Benevides, Jorge Khoury, Manoel Salviano, Danilo de Castro, Félix Mendonça e Roberto Rocha suas palavras que efetivamente estimularão, cada vez mais, toda a equipe do Banco do Nordeste a aperfeiçoar seu trabalho e melhorar sua forma de atuar. Os registros positivos

são entendidos mais como motivação do que como reconhecimento. O reconhecimento é importante, mas a motivação é o fator principal para que sejam dados saltos evolutivos a partir dos patamares atingidos até o momento.

Já havia feito minhas considerações finais. Desejo aduzir meus agradecimentos e essa observação final, além de agradecer a todos a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Presidente Byron.

Finalmente, agradeço aos nossos convidados: Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, nosso expositor na primeira parte da audiência pública, e o Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do BNB, nosso convidado da segunda parte da audiência. Agradeço a todos a presença, lembrando-os da reunião de hoje, às 18h30min, se já houver encerrado a Ordem do Dia da Câmara e do Senado, e que o livro se encontra aberto.

Portanto, encerro esta audiência pública, lembrando que há convocação para reunião ordinária hoje, às 18h30min, para apreciação dos PLs.

Está encerrada a sessão.

Ata da Reunião de Instalação da Subcomissão destinada a proceder estudos técnicos, visando a possibilidade de detecção de meios pertinentes a concessão, pelo governo federal, de reajuste salarial aos seridores públicos federais, no que tange ao exercício de 2002, realizada em 25 de setembro de 2001.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e um, às quinze horas e vinte e oito minutos, reuniu-se a Subcomissão destinada a proceder estudos técnicos, visando à possibilidade de detecção de meios pertinentes à concessão, pelo Governo Federal, de reajuste salarial aos Servidores Públicos Federais, no que tange ao exercício de 2002, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a coordenação do seu titular, Deputado JOÃO LEÃO, para instalação da referida Subcomissão. Foi registrado o comparecimento dos membros: Deputados: João Leão, Jorge Bittar e Jorge Khoury e da Senadora Marluce Pinto. Registrou-se a ausência dos membros: - Deputados: João Almeida e Pedro Chaves e do Senador Romero Jucá. ABERTURA: O Coordenador declarou instalada a Subcomissão passando a palavra ao Deputado Jorge Bittar que fez observações quanto ao funcionamento da referida Subcomissão. O Coordenador designou o Deputado Jorge Khoury para o cargo de relator-adjunto. ENCERRAMENTO: Às quinze horas e trinta e cinco minutos, o Coordenador declarou encerrada a Reunião, convocando uma próxima para o dia dois de outubro do corrente ano, às quinze horas e, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Coordenador e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado JOÃO LEÃO. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro instalada a Subcomissão destinada a proceder estudo técnico, visando à possibilidade de detectar meios pertinentes para concessão, pelo Governo Federal, de reajustes salariais aos servidores públicos federais no que tange ao exercício de 2002, tendo como coordenador este Deputado que lhes fala e como participantes a Senadora Marluce Pinto, o Senador Romero Jucá, os Deputados João Almeida, Jorge Khoury, Pedro Chaves, Jorge Bittar e João Leão.

Se V.Exas. quiserem usar da palavra, podem fazê-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Meu caro Presidente, caros colegas integrantes desta Subcomissão, considero este debate da maior importância. Nenhum de nós desconhece a seriedade do problema. Trata-se de determinação do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o Poder Executivo corrija salários dos servidores.

Independentemente da decisão tomada, é justo que se procure oferecer alguma compensação pelas perdas salariais ocorridas. Há certo consenso em que o que está previsto no Orçamento é absolutamente insuficiente. Os 3,5% de correção não atendem à expectativa, a algo que se poderia imaginar como razoável. Todos estamos cientes do ambiente de restrições fiscais em que estamos vivendo, mas também sabemos, até pela nossa experiência, que com certo esforço será possível oferecer algo que seja mais significativo e que ofereça tranqüilidade aos servidores.

Caro Presidente, Deputado João Leão, propus que pudéssemos ter acesso à base de dados do Poder Executivo sobre a remuneração dos servidores, sem a qual é impossível avaliar reposição salarial, porque houve, ao longo desses anos, reposição salarial e correção de carreira em diversos segmentos do serviço público. É preciso recuperar essas informações precisas, para que possamos oferecer reajustes

diferenciados, segundo o que também receberam os servidores. Nosso papel aqui não é premiar esta ou aquela carreira, mas oferecer alguma reposição, tendo em vista as perdas inflacionárias que de fato ocorreram durante todo esse período.

Na semana passada, tive oportunidade de conversar com o Dr. Eugênio, Chefe da Consultoria, que, por sua vez, fez um primeiro contato com o Ministério do Planejamento. Inclusive S.Sa. possui o nome do técnico que controla essa base de dados. Minha proposição é que oficialmente nos dirijamos ao Ministério do Planejamento, para que se crie um canal permanente de acesso a essas informações que nos permita construir aqui planilhas, de tal maneira que seja possível fazer uma estimativa. Se pretendemos conceder um reajuste médio de "x" por cento, devemos saber que quem já obteve muito mais do que isso não terá direito à reposição, quem não obteve nada terá, e quem obteve a metade terá direito a certo percentual.

Enfim, se queremos oferecer um reajuste que possa minimamente contemplar, de maneira equilibrada, os servidores, precisamos ter acesso a essas planilhas de gastos de pessoal, de correções da carreira desses servidores, para podermos calcular com precisão qual o volume de gastos. Posteriormente, poderemos trabalhar na reestimativa de receitas. E quem terá de fazer esforço nesse sentido é o Comitê de Receitas. Entretanto, hoje não há como se trabalhar com parâmetros desse tipo, já que não temos acesso às informações. Essa é a opinião também da consultoria da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Na semana passada, entrei em contato com a nossa Assessoria Parlamentar e pedi alguns dados.

Sugiro aos companheiros que encerremos esta reunião e nos reunamos com o Sr. Relator.

Fui indicado como Coordenador e Relator desta Subcomissão. Contudo, gostaria de indicar um Relator Adjunto. Sugiro o nome do Deputado Jorge Khoury, grande conhecedor da matéria.

(Não identificado) – Apoiado, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Portanto, fica nomeado como Relator Adjunto o Deputado Jorge Khoury, para nos auxiliar nesse trabalho.

Deputado Jorge Bittar, deveríamos marcar, de imediato, uma reunião da Subcomissão com o Ministro da Administração.

(Não identificado) – Quem cuida desse assunto é o Ministro Martus Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, S.Exa. cuida do orçamento e da gestão, mas não da gestão de pessoal. Há o Ministério da Administração, que tem uma idéia global da questão.

(Não identificado) – Não existe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Existe, sim.

(Não identificado) – Não existe mais.

(Não identificado) – Houve uma reforma administrativa no Governo, apoiada com tanto entusiasmo por V.Exa. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não foi apoiada por mim, tanto que não tenho conhecimento dela.

(Não identificado) – Não, refiro-me ao apoio do Governo. *(Risos.)* Poderíamos até chamar o Dr. Eugênio, pois S.Sa., como Chefe de Consultoria da Casa, já teve acesso às informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já pedi alguns dados ao Dr. Eugênio.

A nossa meta, meu caro Deputado Jorge Bittar, conforme conversa que mantive com o Relator, é principalmente indicar a S.Exa. as fontes e que percentual de aumento pode ser concedido.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Lógico, quais são as disparidades.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já fui procurado pelo setor militar, o primeiro a se manifestar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Lógico.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ele está numa reunião no CEFOR, por isso não pôde vir até aqui. O Dr. Eugênio já nos indicou a equipe do Dr. Schettini, por sinal um dos grandes técnicos desta Casa. Podemos começar a trabalhar com essa equipe.

Podemos encerrar esta nossa reunião e ir até o Dr. Schettini.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima para terça-feira, às 15 horas.

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos

e Fiscalização, realizada nos dias 3, 4, 5, 06 e 7 de dezembro de 2001.

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28, que são os Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; - Senadores titulares: Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; - Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Augusto Franco, Carlito Merss, Carlos Nader, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Fernando Gonçalves, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Gervásio Silva, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Tânia Soares, Telma de Souza, Wagner Salustiano e Waldemir Moka; - Senadores suplentes: Antònio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Jefferson Peres, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Ricardo Santos e Romeu Tuma; - Deputados não membros: Djalma Paes, Dr. Heleno, Francisco Garcia, Ildefonço Cordeiro, Lincoln Portela e Olímpio Pires. Foi registrada a ausência dos membros: - Deputados titulares: João Coser, José Priante, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pedro Celso e Sérgio Miranda; - Senadores titulares: Ademir Andrade, Jonas Pinheiro, Moreira Mendes, Paulo Hartung e Pedro Ubirajara. ABERTURA: Às dezessete horas e trinta e quatro minutos e havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício deu início à reunião, fazendo a leitura do seguinte expediente: Correspondência externa recebida: . Ofício 237-C, de 23 de novembro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Juiz Francisco Antônio de Oliveira, informando que foi concluída a minuta do edital de licitação para a contratação de empresa para a retomada e conclusão das obras do Fórum Trabalhista de 1ª Instância da Cidade de São Paulo. Aviso/SGS, remetido pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . 6.473, de 23 de novembro, encaminhando cópia da Decisão 349/2001, sobre relatório de auditoria realizada na Secretaria Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo. Em seguida, anunciou a inexistência de número regimental para deliberação e suspendeu os trabalhos. Às dez horas e dois minutos do dia quatro de dezembro do mesmo ano, o Presidente titular anunciou a inexistência de quorum para deliberação e interrompeu os trabalhos em seguida. Às quatorze horas e quarenta e três minutos do mesmo dia, o Presidente deu início à reunião. EXPEDIENTE: Correspondência interna recebida: . Ofício 134, de 03 de dezembro, comunicando impedimento do Senador Paulo Hartung para relatar o Projeto de Lei nº 122/2001-CN. - Distribuição de matéria: . Subtítulo 20.607.0379.1836.0077 – Construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum – Projeto Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores no Estado de Alagoas constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 05/01/2001 (Lei Orçamentária para 2001). Relatora designada: Deputada Zila Bezerra, do Bloco PSDB/PTB, do Acre. - Redistribuição de matéria: . Projeto de Lei nº 122/2001-CN. Relator designado: Deputado Mussa Demes, do Bloco PFL/PST, do Piauí, em substituição ao Senador Paulo Hartung. O Presidente deu conhecimento ao Plenário que havia sido entregue na Secretaria da Comissão o Relatório do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, referente à execução orçamentária do Subtítulo

25.752.0292.3244.0001 – Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 KM de LT 12 e subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso, da Unidade orçamentária 32.224 - Eletronorte, listado no Quadro V anexo à Lei Orçamentária para 2001 e comunicou que estaria aberto o prazo de 05 a 09 de dezembro para apresentação de emendas ao Relatório e ao projeto de decreto legislativo, conforme o disposto no art. 35, inciso VII, letra "c" da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. ORDEM DO DIA: O Presidente comunicou ao Plenário que, inicialmente, todos os Relatórios Setoriais seriam apresentados e discutidos. Após o encerramento da discussão de todos os Relatórios passar-se-ia à apreciação dos destaques apresentados a cada Área Temática. Em seguida, retomou a apreciação do Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2002, iniciada na reunião anterior. Item 01 - Área Temática I: Poderes do Estado e Representação. Relator Setorial: Deputado Wilson Braga. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Item 02 – Área Temática II: Justiça e Defesa. Relator Setorial: Senador Welington Roberto. Tendo iniciado na reunião anterior, o Presidente anunciou o encerramento da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Item 03 – Área Temática III: Fazenda e Desenvolvimento. Relator Setorial: Deputado Félix Mendonça. O Deputado Wilson Braga teceu comentários acerca do artigo publicado no Jornal A Folha de S. Paulo sobre o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo. Em seguida, apresentou Requerimento solicitando que a emenda sobre esta matéria fosse encaminhada ao Comitê de Avaliação de Emendas, constituído conforme o estabelecido no inciso II do § 1º do art.11 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. O Deputado Gilmar Machado discutiu o assunto. O Presidente acolheu o Requerimento. Item 04 – Área Temática IV: Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Relator Setorial: Deputado Nelson Meurer. O Relatório foi apresentado. O Presidente anunciou o início da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Às quinze horas e vinte e nove minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. Debateram a matéria os Deputados João Coser, Pedro Novais, Gilmar Machado, João Leão, Jorge Bittar, Virgílio Guimarães, Cláudio Cajado, Márcio Reinaldo Moreira, Giovanni Queiroz e João Grandão. O Senador Leomar Quintanilha apresentou solicitação sobre o PRONAF, entregando-a ao relator. O relator setorial respondeu aos questionamentos levantados. Ao reassumir a condução dos trabalhos, o Presidente titular encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques, às dezesseis horas e quinze minutos. Item 08 – Área Temática VIII – Previdência e Assistência Social. Relator Setorial: Senador Ronaldo Cunha Lima. O Relatório foi apresentado pelo relator. Usaram da palavra para discutir a matéria os Deputados Armando Abílio, Sérgio Miranda, Laura Carneiro, João Coser, Dr. Rosinha, Gonzaga Patriota, João Grandão, Welinton Fagundes e Jorge Bittar. Às dezessete horas e trinta e três minutos, os trabalhos foram suspensos. Às nove horas e cinqüenta e quatro minutos do dia cinco de dezembro, o Presidente titular deu prosseguimento à reunião, retomando a discussão do Relatório Setorial da Área Temática VIII: Previdência e Assistência Social. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se contra, em virtude da inexistência de acordo quanto ao reajuste do valor do salário mínimo para 2002. O Deputado Gilmar Machado discutiu o assunto. Às dez horas e dois minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos parlamentares. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Item 10 – Área Temática X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Relator Setorial: Senador Leomar Quintanilha. O Relator Setorial apresentou os pontos mais relevantes do Relatório. O Presidente em exercício transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado Pedro Chaves, às dez horas e vinte e quatro minutos, retornando às dez horas e trinta minutos. Às onze horas e trinta e dois minutos, o Presidente titular reassumiu a direção dos trabalhos. Iniciado o debate, discutiram a matéria os Deputados João Coser, Armando Abílio, Pedro Celso, Roberto Balestra, Pedro Chaves, Pedro Novais, Jorge Bittar, Domiciano Cabral, João Magno, Lúcia Vânia, Marçal Filho, Laura Carneiro, Antônio Carlos Konder Reis, Gonzaga Patriota, Pedro Eugênio, Divaldo Suruagy, Damião Feliciano e Nair Xavier Lobo. Às onze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado Félix Mendonça, retornando em seguida. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Às doze horas e quarenta e um minutos, os trabalhos foram suspensos tendo em vista o início da Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional. Às quatorze horas e cinqüenta minutos do mesmo dia, o Presidente titular deu prosseguimento à reunião. Item 06 – Área Temática VI: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. Relator Setorial: Deputado Gilmar Machado. O Relator Setori-

al apresentou resumo do seu Relatório. Às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, ao assumir a direção dos trabalhos, anunciou o início da discussão e do prazo para apresentação dos destaques. Discutiram a matéria os Deputados Pedro Eugênio, Armando Abílio, Laura Carneiro, Zila Bezerra, Gonzaga Patriota, Pedro Novais, Helenildo Ribeiro, Divaldo Suruagy, Antônio Carlos Konder Reis, Orlando Desconsi, Welinton Fagundes, Jorge Bittar, João Magno, João Grandão, Airton Dipp, Alberto Goldman e Nair Xavier Lobo. Às dezesseis horas e cinco minutos, a condução dos trabalhos foi transferida ao Deputado João Coser, e às dezesseis horas e trinta e oito minutos o Primeiro Vice-Presidente reassumiu direção dos trabalhos. Em seguida, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, os trabalhos foram interrompidos e reiniciados às vinte e uma horas e vinte e oito minutos do mesmo dia. Item 07 – Área Temática VII – Saúde. Relator Setorial: Deputado Paulo Feijó. O Presidente informou ao Plenário que ainda haviam três Relatórios Setoriais a serem apresentados, quais eram, Áreas Temáticas V – Infra-estrutura, VII – Saúde e IX – Integração Nacional e Meio Ambiente. Discutiram o assunto os Deputados Jorge Bittar, Laura Carneiro, Ricardo Barros, Giovanni Queiroz, Gerson Gabrielli e Santos Filho. O Presidente propôs ao Relator Setorial da Área VII, Saúde, que somente fossem apresentados os pontos relevantes do Relatório. Os debates foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Marçal Filho, Agnelo Queiroz, Dr. Benedito Dias, Armando Abílio, Laura Carneiro, Dr. Rosinha, Pedro Celso, Zila Bezerra, Pedro Chaves, João Grandão, Domiciano Cabral, Pedro Eugênio, Jovair Arantes, João Magno, Jorge Bittar, Giovanni Queiroz, Alexandre Santos, Anivaldo Vale, Lúcia Vânia, Orlando Desconsi, João Coser, Antônio Carlos Konder Reis, Clementino Coelho e o Senador Gilvam Borges. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos parlamentares. Área Temática V – Infra-estrutura. Relator Setorial: Deputado José Chaves. O Relatório foi apresentado. Às vinte e três horas e cinqüenta e nove minutos, a presidência foi transferida ao Deputado Pedro Novais e à zero hora e sete minutos, o Presidente titular reassumiu. Iniciado o debate, discutiram a matéria os Deputados Pedro Chaves, Lauro Carneiro, Raimundo Gomes de Matos, João Grandão, Pedro Novais, Jorge Bittar, Zila Bezerra, João Matos, Paes Landim, Lúcia Vânia, João Magno, Orlando Desconsi, João Coser, Armando Abílio, Olavo Calheiros, Átila Lins, Giovanni Queiroz, Coriolano Sales, e os Senadores Gilvam Borges e Tião Viana. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Item 09 – Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente. Relator Setorial: Deputado Luciano Castro. Discutiram a matéria os Deputados Armando Abílio, Fátima Pelaes, Laura Carneiro, João Coser, Raimundo Gomes de Matos, Pedro Novais, Zila Bezerra, Paes Landim, João Grandão, Mussa Demes, Lúcia Vânia, Antônio Carlos Konder Reis, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Giovanni Queiroz, João Magno e o Senador Tião Viana. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos parlamentares. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Às três horas e cinco minutos do dia sete de dezembro, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às dez horas e quarenta minutos do mesmo dia, o Presidente titular deu prosseguimento à reunião. O Presidente leu a seguinte correspondência. Correspondência externa recebida: 1) Ofício 470, de 05 de dezembro, do Ministro da Justiça, Dr. Aloysio Nunes Ferreira Filho, solicitando que sejam feitas correções nas programações do Departamento de Polícia Federal que estão inseridas no Projeto de Lei Orçamentária para 2002. O Presidente informou que cópia deste expediente havia sido encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória. 2) Ofício 1.014, de 05 de dezembro, do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Agílio Monteiro Filho, solicitando aprovação do Projeto de Lei nº 75/2001-CN. - Expedientes encaminhados pela Secretaria de Controle Externo no Acre, do Tribunal de Contas da União: . Ofício 247 e 252, de 13 de novembro, informando que foi enviada, ao Ministério das Minas e Energia e à Eletrobrás, cópia do relatório de auditoria efetuado na Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE. O Presidente anunciou que em reunião realizada no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão foi decidido que os Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas seriam votados em bloco, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União. O Plenário consentiu. Em votação em bloco, RESSALVADOS OS DESTAQUES E AS OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, os Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas I – Poderes do Estado e Representação, II – Justiça e Defesa, III – Fazenda e Desenvolvi-

mento, IV – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, V – Infra-estrutura, VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, VII – Saúde, VIII – Previdência e Assistência Social, IX – Integração Nacional e Meio Ambiente e X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano foram aprovados nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado João Coser registrou voto contrário no Relatório da Área Temática III – Fazenda e Desenvolvimento. Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos para organização dos destaques. Às dez horas e cinqüenta e seis minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião. – APRECIAÇÃO DOS DESTAQUES. Área II – Justiça e Defesa. Foram apresentados 43 destaques. Destaque com parecer do relator pela aprovação integral: 1) Destaque 24, do Senador Gilberto Mestrinho. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer do relator pela aprovação parcial: 02, do Deputado Jorge Bittar; 10 e 11, do Senador Tião Viana. Em votação em bloco, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela rejeição: 1,3 a 9, 12 a 23, 25 a 37, 39 a 43. Em votação, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 4) Destaques prejudicados pelo atendimento a outro do mesmo teor: 38. Área VIII – Previdência e Assistência Social. Foram apresentados 35 destaques. O relator setorial se posicionou pela rejeição de todos os destaques apresentados. O Deputado Alexandre Cardoso registrou posição contrária. Discutiram o assunto os Deputados Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Guimarães e Osvaldo Reis. Às onze horas e quatorze minutos, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às onze horas e vinte e sete minutos do mesmo dia. Os Deputados Alexandre Cardoso, João Coser e Gilmar Machado solicitaram a distribuição da lista com o parecer aos destaques. O Presidente informou que havia sido detectado erro no sistema de digitação de destaques. Às doze horas e trinta e oito minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados. O Deputado Giovanni Queiroz manifestou posição de obstrução às votações, tendo em vista a inexistência de acordo quanto à política de reajuste do valor do salário mínimo para 2002 e do salário dos funcionários públicos. O Deputado Ricardo Barros discutiu o assunto. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, os trabalhos foram suspensos em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às quinze horas e dezoito minutos do mesmo dia, o Presidente retomou a apreciação dos destaques apresentados à Área VIII – Previdência e Assistência Social. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques por tipo de parecer. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se contra. A Deputada Laura Carneiro e o Deputado Ricardo Barros sugeriram a votação em bloco, retirando-se os destaques de interesse do parlamentar para votação em separado. O Presidente anunciou a votação individual de cada destaque. – Destaques 1 a 6: prejudicados pela ausência. Destaques 7, 8 e 9, da Deputada Laura Carneiro. Parecer do relator: contra. Os Deputados Giovanni Queiroz e Virgílio Guimarães discutiram a matéria. O Presidente anunciou a votação do parecer contrário do relator. Ao anunciar o resultado da votação, e em havendo questionamento, o Presidente decidiu promover a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado João Leão foi solicitado para fazer a chamada nominal dos senhores Deputados. Durante a chamada, o Presidente anunciou a prejudicialidade dos 3 destaques da Deputada Laura Carneiro, conforme o disposto no inciso VIII, § 2º do art. 33 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. Os Deputados Virgílio Guimarães e João Coser questionaram a decisão do Presidente. Às dezesseis horas e quatro minutos, os trabalhos foram suspensos para esclarecimentos do assunto pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Às dezenove horas e vinte e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente reiniciou a reunião. A Deputada Laura Carneiro retirou os destaques 7, 8 e 9 apresentados à Área VIII – Previdência e Assistência Social. O Presidente consultou o Plenário acerca da votação em globo dos destaques por tipo de parecer. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o parecer do relator setorial pela rejeição de todos os destaques apresentados foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Virgílio Guimarães registrou voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores e, em seguida, retirou a obstrução em função do acordo para reajuste do valor do salário mínimo e do funcionalismo público. Área III – Fazenda e Desenvolvimento. Foram apresentados 19 destaques. O relator setorial leu o parecer aos destaques apresentados. 1) Destaque com parecer do relator pela aprovação integral: 4, do Deputado Almir Sá. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade

nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 2, do Senador Romero Jucá; 7, do Senador Nabor Júnior; 11, do Senador Tião Viana; 12, do Deputado Pedro Chaves; e 13, do Deputado Jorge Bittar. Em votação em bloco, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela rejeição: 5, 8, 9 e 10. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Às vinte horas e treze minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Terceiro Vice-Presidente, Deputado Virgílio Guimarães, reassumindo às vinte horas e cinqüenta minutos. Área I – Poderes do Estado e Representação. Foram apresentados 27 destaques. 1) Destaques com parecer do relator pela aprovação integral: 15, do Deputado Virgílio Guimarães; 21 e 22, do Deputado Sérgio Miranda. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer do relator pela aprovação parcial: 1, 2 e 25, do Deputado Pedro Chaves; 3 e 27, do Deputado Jorge Bittar; 4 e 6, do Senador Romero Jucá; 8, do Deputado Gonzaga Patriota; 12, do Deputado Santos Filho. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer do relator pela rejeição: 1 e 5. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque 18, do Deputado Virgílio Guimarães. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Destaques prejudicados: 7, 9, 10, 17, 11, 13, 16, 19, 20, 23, 24 e 26. Área Temática IV – Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Foram apresentados 45 destaques. O Presidente fez proposta de votação dos destaques em globo e foi acolhida pelo Plenário. – Destaques com parecer pela rejeição: 1 a 19, 22 a 45. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Os destaques 20 e 21 foram retirados pelo autor. Área X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Foram apresentados 132 destaques. 1) Destaques com parecer pela aprovação integral: 14 e 15, do Deputado Paulo Mourão. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela rejeição: 1 a 13, 16 a 73, 76 a 132. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Os destaques 74 e 75 foram retirados pelo autor. Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. Foram apresentados 150 destaques. 1) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, 2, 6, 8, 12 a 16, 17 a 19, 21, 23, 24, 25 a 27, 29, 30, 34, 42, 43, 45, 47, 56 a 58, 65 a 78, 86 a 90, 92 a 99, 103 a 110, 112, 113, 115 a 118, 123 a 126, 130, 131, 133, 135, 137 a 144, 146, 147. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela rejeição: 7, 9, 11, 16, 20, 22, 28, 33, 35 a 39, 41, 48 a 55, 60, 61, 63, 79 a 84, 91, 111, 129, 132, 134, 136, 148 a 150. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 3) Destaques retirados pelos autores: 21, 26, 27, 65, 95, 100 a 102, 119 a 122. 4) Destaque prejudicado por não ser matéria desta relatoria setorial: 145. À zero hora e doze minutos, os trabalhos foram suspensos. Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de dezembro do mesmo ano, o Presidente deu continuidade à reunião. Área VII - Saúde. Foram apresentados 186 destaques. 1) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, 4 a 9, 11, 13, 15, 18, 23, 26, 28 a 30, 35, 40, 41, 44, 48, 50, 52, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 75, 76, 78, 80, 82, 93, 95 a 98, 100, 101 a 103, 112 a 114, 126, 131, 131, 139, 148 a 150, 163 e 169. Em votação em globo, os destaques foram aprovados contra o voto do Deputado Pedro Chaves na representação da Câmara dos Deputados, e, por unanimidade, no Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela rejeição: 34, 45, 54, 57, 71, 72, 77, 81, 89 a 91, 94, 106 a 110, 116, 121, 123, 125, 127 a 130, 135 e 154. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 3) Destaques retirados: 7 a 10, 27, 29, 31, 52, 83, 84, 92, 144, 160, 170 a 173. Às dez horas e cinqüenta e quatro mi-

nutos, os trabalhos foram suspensos. Às onze horas e trinta e sete minutos do mesmo dia, o Presidente titular deu continuidade à reunião. Área IX – Integração Nacional e Meio Ambiente. 1) Destaques com parecer pela aprovação integral: 19, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; 77 a 82, do Deputado José Borba; e 136, do Deputado Helenildo Ribeiro. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 8, 13, 21, 27 a 32, 34, 35, 38, 39, 44, 46, 47, 61, 69, 76, 83, 90, 102, 104, 114, 131, 134, 139, 145, 160, 173, 203, 213, 234, 245, 256, 257, 259, 273, 277 e 279. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela rejeição: 1, 3 a 7, 9, 14 a 18, 22 a 26, 33, 36, 37, 40, 48, 52 a 60, 62, 64 a 68, 70 a 72, 74, 75, 86, 91 a 93, 95, 97, 98, 103, 105 a 113, 115 a 124, 132, 133, 135, 141, 142, 144, 146, 148,150, 152, 153, 155 a 159, 164, 165, 167, 169, 170 a 172, 174, 175, 179 a 183, 185 a 189, 191 a 197, 199 a 202, 205 a 208, 210, 211, 214, 216 a 223, 225 a 233, 235, 237, 239, 241 a 244, 247 a 255, 258, 261, 262, 264 e 278. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 4) Destaques retirados: 36, 37, 73, 84, 101, 125 a 129, 177, 178, 263 a 270 e 276. Às treze horas e vinte e sete minutos, a reunião foi suspensa. Às quatorze horas e dez minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, deu continuidade à reunião. Em seguida, leu o Adendo nº 02 apresentado ao Parecer Preliminar. Não houve debate. Em votação, o Adendo foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Área V – Infra-estrutura. Foram apresentados 316 destaques. O relator setorial leu o parecer aos destaques, informando que o critério para aprovação dos destaques foi feito visando o atendimento por Estado. O Deputado João Caldas solicitou ao Presidente que os destaques cujos autores estivessem ausentes, fossem prejudicados, conforme o estabelecido no art. 54 § 6º do Regulamento Interno da Comissão. O Presidente esclareceu que a apreciação dos destaques dar-se-ia de acordo com os entendimentos estabelecidos na reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada no gabinete do Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Arnaldo Madeira. 1) Destaques com parecer pela aprovação integral: 36, do Senador Amir Lando; e 177, do Deputado Pedro Novais. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, 4, 6, 7, 16, 26, 28, 35, 90, 93, 95, 97, 98, 103, 114, 115, 123, 125, 126, 129, 176, 178, 189, 195, 203, 207, 226, 236, 242, 256, 257, 263, 267, 271, 283, 284, 293, 297 e 317. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela aprovação da recomposição integral: 5, 41, 50 a 58, 100, 134, 148, 154, 156, 161, 162, 169, 170, 182, 201, 202, 219, 252, 253 a 255, e 299. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Destaques com parecer pela aprovação da recomposição parcial: 20, 21 e 273. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 5) Destaques com parecer pela rejeição: 2, 8, 10 a 15, 17 a 19, 23, 27, 30, 33, 34, 37, 39, 42 a 49, 61 a 66, 68 a 70, 73 a 76, 82 a 88, 92, 94, 99, 101, 102, 104, 106, 108, 110 a 113, 116, 120, 122, 124, 127, 128, 133, 135, 136, 138, 139, 142, 143, 145 a 147, 149 a 153, 155, 157 a 160, 163 a 166, 172, 173, 175, 178 a 181, 185, 186, 190 a 194, 196 a 200, 204 a 206, 209 a 218, 220, 221, 223 a 225, 227, 229 a 231, 233 a 235, 237, 239 a 241, 243, 247 a 251, 258 a 260, 264 a 266, 268 a 270, 272, 275 a 278, 280 a 282, 285, 288, 292, 294, 295, 298, 300 a 303, 305 a 316. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Encerrada a apreciação dos destaques, os Deputados João Coser, Giovanni Queiroz e Virgílio Guimarães teceram considerações acerca do reajuste a ser concedido ao valor do salário mínimo para 2002. ENCERRAMENTO: o Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e quarenta e nove minutos do dia sete de dezembro. Antes, convocou os membros a participarem da 2ª Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro, às 18h30min, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após tradu-

zidos, integrarão esta Ata. Senador CARLOS BEZERRA. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 28, de 2001, que são os relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2002.

Expediente.

Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 237-C, de 23 de novembro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Juiz Francisco Antônio de Oliveira, informando que foi concluída a minuta do edital de licitação para contratação de empresa para retomada e conclusão das obras do Fórum Trabalhista de 1ª Instância da Cidade de São Paulo.

Aviso SGS, remitido pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 6.473, de 23 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 349/2001, sobre relatório de auditoria realizada na Secretaria Nacional de Esportes do Ministério do Esporte e Turismo.

Não havendo número regimental para discussão das matérias, suspendo a presente reunião e a convoco para amanhã, às 9h30min.

Está suspensa a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reiniciada a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da Pauta nº 28/2001, que são os relatórios setoriais apresentados nas áreas temáticas da Proposta Orçamentária de 2002.

Não há número para entrar na Ordem do Dia; portanto, suspendo a sessão, convocando-a, novamente, para as 14h30m.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias da Pauta nº 28/2001, os relatórios setoriais apresentados nas áreas temáticas da proposta orçamentária para 2002.

Passo à leitura da correspondência interna recebida.

Ofício nº 134, de 3 de dezembro, comunicando o impedimento do Senador Paulo Hartung para relatar o Projeto de Lei nº 122, de 2001.

Distribuição de matéria: Subtítulo 20.607.0379.1836.0077, construção de obra de infra-estrutura de irrigação de uso comum, Projeto Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores, no Estado de Alagoas, constando do Quadro V da Lei nº 10.171, de 05/01/2001 — Lei Orçamentária para 2001. Relatora designada: Deputada Zila Bezerra, do Bloco Parlamentar PSDB/PTB do Acre.

Redistribuição do Projeto de Lei nº 122, de 2001. Relator designado: Deputado Mussa Demes, do Bloco Parlamentar PFL/PST do Piauí, em substituição ao Senador Paulo Hartung.

Informo aos senhores membros que foi entregue à Secretaria da Comissão o relatório do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, referente à execução orçamentária do Subtítulo nº 25.762.0292.3244.0001, implantação de sistema de transmissão em Mato Grosso, com 345 quilômetros de linha de transmissão, 12 subestações, totalizando 514 MVA, no Estado de Mato Grosso, da Unidade Orçamentária nº 32224, ELETRONORTE, listada no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária de 2001.

De acordo com o disposto no art. 35, inciso VII, "c", da Resolução nº 1/2001, comunico que estará aberto prazo, de 5 a 9 de dezembro, para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo.

Continuaremos agora a discussão dos relatórios setoriais das Áreas Temáticas I, II e III.

Primeiro relatório: Poderes de Estado e representação.

Continuação da discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e também o prazo para apresentação de destaques.

Item 2, Área Temática II: Justiça e defesa.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Item 3: Fazenda e desenvolvimento.

Relator-Setorial: Deputado Félix Mendonça.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. (*Pausa*.)

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, na qualidade de Sub-Relator, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, o jornal **Folha de S.Paulo** de hoje publica matéria que procura envolver-me na aprovação da emenda que beneficia o Tribunal do Trabalho de São Paulo. Evidentemente, a notícia não tem nenhum fundamento. A leviandade das declarações foi do próprio Deputado Jorge Bittar. Não vou responder por isso, S.Exa. que responda.

Então, Sr. Presidente, para que o fato seja esclarecido, peço que a Emenda nº 8001007 seja retirada do relatório e encaminhada ao comitê de obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Defiro o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação em relação a essa questão, mas o Deputado Jorge Bittar não me pediu para fazer isso. Está correto o que o Relator acabou de fazer. Inclusive, também sou Relator-Setorial e todas as obras que vieram com alguma irregularidade estão sendo separadas, para evitar qualquer tipo de dúvida ou problema. Essa alteração vem ao encontro do que foi estabelecido por V.Exa. na orientação distribuída a todos os Relatores-Setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente.

Passaremos a ouvir os Relatores-Setoriais e, inicialmente, o da área de agricultura e desenvolvimento agrário, Deputado Nelson Meurer. (*Pausa*.)

Pedirei a outro Deputado que leia o relatório do Deputado Nelson Meurer...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, não conversei com os nossos Deputados, mas entendo a matéria diferentemente do Deputado Gilmar Machado. Temos presentes Relatores para explicarem seus próprios relatórios. É mais correto fazer isso do que colocar um terceiro, que não saberá explicar nada, para ler um relatório. Todos deveriam estar aqui, já que está havendo reunião da Comissão, independente de se tratar de relatório a, b ou c, até porque o prazo de emenda não se encerra no mesmo momento. É melhor ouvirmos os Relatores das áreas de educação e saúde e os que estão presentes em vez de mandarmos um terceiro ler o relatório. Depois, convocamos os outros.

Prefiro que o Relator da área de saúde venha a esta Comissão para debatermos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas não podemos encerrar a discussão, porque há Deputados que se prepararam para realizá-la no momento em que receberam o cronograma. Para mim, esse é o problema. Não havendo o encerramento da discussão, para mim, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, desejo fazer uma observação sobre a proposta apresentada pelo Deputado João Coser. O momento da apresentação de requerimento de destaque é determinado por V.Exa. até o fim da discussão. Entendo que o relatório não pode ser lido agora, dado que V.Exa. havia anunciado para esta reunião a votação do relatório das Áreas Temáticas nºs I, II e III. Peço licença ao nobre Deputado para discordar, porque isso será uma surpresa para os Deputados que pretendem apresentar destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Por isso, estou propondo que um substituto leia o relatório da agricultura.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Infelizmente, isso é uma vergonha. Os Líderes são responsáveis. Os que faltam três reuniões deveriam ser retirados. Estamos chegando ao absurdo de os Relatores-Setoriais não comparecerem à Comissão. Isso é o fim, a degeneração e a falta de responsabilidade totais.

Pedirei a um Parlamentar para que leia o relatório do Deputado Nelson Meurer.

Tem a palavra o Deputado que lerá o relatório. (*Pausa*.)

Felizmente, o Deputado Nelson Meurer chegou e lerá seu relatório. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, coube-nos, por designação do nosso Presidente, a honrosa missão de auxiliar o nobre Relator-Geral no Orçamento para 2002, no exame e na relatoria das peças orçamentárias concernentes à Área Temática IV: agricultura, desenvolvimento agrário. Essa área contempla as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, seus órgãos, entidades e fundos.

Aspectos gerais.

No contexto das considerações gerais sobre essa área, não podemos evitar de mencionar a questão da dívida do setor público. Em face do objetivo de estabilizá-la em relação ao Produto Interno Bruto, calcula-se ser necessário ao Governo Central que alcance, em 2002, superávit primário da ordem de 2,4% do PIB, cerca de 30 bilhões de reais. A obrigação de gerar superávits primários tão expressivos pressiona os gastos com custeio e investimento, e a ânsia de assegurar o cumprimento dessas metas impede regular implementação durante o exercício dos programas de trabalho aprovados nas leis orçamentárias. Isso não excepciona os órgãos que compõem essa área temática, haja vista os baixos níveis de execução orçamentária do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Análise da proposta.

Até o início deste quarto trimestre, o Ministério da Agricultura havia executado apenas 39% da programação autorizada, 16% do valor da programação derivada das emendas e apenas 8% dos investimentos programados. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, a situação, até a data citada, era pior ainda: apenas 32% da programação autorizada estava executada. Somente 7% da programação derivada das emendas haviam sido pagas e apenas 4% dos investimentos autorizados haviam sido liqüidados.

Como temíamos, esses baixos índices de execução provocaram impacto negativo na decisão dos Parlamentares e motivaram uma revoada das emendas tradicionalmente dirigidas a esta área para outros segmentos onde as perspectivas de execução sinalizavam maior segurança. Em relação ao exercício anterior, perdemos 264 emendas individuais, significando uma perda real superior a 22 milhões.

Análise das emendas.

Do total de 467 emendas dirigidas a esta área, 441 são individuais e 26 coletivas. O valor total resultou em R$ 2,4 bilhões, sendo R$ 2,3 bilhões para as coletivas e R$ 55 milhões, 447 mil e 800 para as individuais.

Critérios para apreciação das emendas.

Consoante o que determina o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, as emendas coletivas devem ter prioridade no seu atendimento, pois se constituem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado, proporcionando atendimento a Unidades da Federação ou a políticas públicas, nem sempre tratadas com necessária atenção pelo Poder Executivo.

As emendas de bancada estadual mereceram nossa especial atenção pelo inegável mérito. Acolhemos todas, parcialmente, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão da agricultura de cada Estado, com o volume de sua demanda de produtos agrícolas e com a amplitude política da prioridade atribuída ao setor agrícola pelos Srs. Parlamentares.

Consideramos também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Para isso, utilizamos indicadores construídos com informações do IBGE sobre área cultivada com lavouras permanentes e temporárias, a população total residente, o Produto Interno Bruto **per capita** e o valor relativo das emendas de cada Unidade da Federação apresentada a esta área temática.

As emendas individuais foram consideradas meritórias em sua totalidade.

Recurso para as emendas individuais.

O valor total de 55 milhões, 447 mil e 800 reais, que está sendo acrescido à programação desta área por meio das emendas individuais, provém da reserva de contingência.

Recursos para as emendas coletivas.

Contamos, inicialmente, com aporte de recursos para atender as emendas coletivas da ordem de 122 milhões, correspondendo a 3,83% do total de recursos disponibilizados pelo Relator-Geral: 2 bilhões e 200 milhões. O critério utilizado pelo Relator-Geral para essa distribuição seguiu o disposto no item 29.1, parte B-5 do relatório preliminar. Tornando-se evidente a impossibilidade de atender com um mínimo de respeitabilidade os pleitos apresentados a esta relatoria, mais uma vez, conseguimos obter a elevada atenção do Relator-Geral, para, num esforço adicional, autorizar o repasse de mais de 120 milhões a esta área temática.

Em razão da importância econômica e social das funções sob responsabilidade desta área, optamos por sensibilizar o nobre Relator deste projeto de lei para minimizar os cancelamentos regimentalmente possíveis em GND 4, na programação do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Do total, estão disponíveis para as emendas coletivas R$ 282 milhões. Utilizamos R$ 120 milhões para atender as emendas das Comissões Permanentes e R$ 162 milhões para atender as emendas de bancada.

Parecer às emendas.

Parecer em relação às emendas individuais.

Considerando o que foi exposto e, após minucioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Seção nº 3 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, e na parte B-1 do parecer preliminar, especialmente em relação às determinações do item III, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apresentadas, somando R$ 54 milhões 447 mil e 800.

Parecer em relação às emendas coletivas.

Decidimos, portanto, após criterioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Seção nº 3 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, e na parte B-1 do parecer preliminar, especialmente em relação às determinações do item III, acolher parcialmente todas as emendas apresentadas, destacando aquelas destinadas a dar sustentação a ações de relevância para o setor agrícola e para o desenvolvimento agrário e que não estavam devidamente contempladas na programação encaminhada para nossa apreciação.

Recomendações ao Relator-Geral.

Gostaríamos, neste ponto, de contar com a elevada sensibilidade da Relatoria-Geral para as emendas listadas a seguir, que consideramos de fundamental importância para o setor agropecuário e para o desenvolvimento agrário e que, por condicionamento imposto a esta relatoria, pela indisponibilidade de recursos, ficaram sem o devido e meritório tratamento.

Emenda nº 50100001, da Comissão da Agricultura e Política Rural, com o subtítulo: Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia para a Segurança Alimentar e Ambiental, de âmbito nacional, atendida parcialmente com 1 milhão de reais.

Emenda nº 50100002, da Comissão de Agricultura e Política Rural, com subtítulo: Apoio à Modernização do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária em Instâncias Intermediárias, de âmbito nacional, atendida parcialmente com 1 milhão.

Emenda nº 50100003, da Comissão de Agricultura e Política Rural, com o subtítulo: Alfabetização de Jovens e Adultos nas áreas da Reforma Agrária, também nacional, atendida parcialmente com 6 milhões de reais.

Emenda nº 50110001, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com o subtítulo: Estudos e Pesquisas para a Caracterização, Proteção e Uso da Biodiversidade, também de âmbito nacional, atendida parcialmente com 1 milhão de reais.

Além disso, estamos passando às mãos do Relator-Geral um apelo veemente que recebemos do Ministério do Desenvolvimento Agrário em favor do PRONAF. Informou-nos o Sr. Ministro que os recursos inicialmente propostos para atender a agricultura familiar não são suficientes para atender a recente revisão da programação estabelecida por aquela Pasta, em virtude dos impactos naqueles segmentos decorrentes da inesperada redução da atividade econômica a partir do segundo trimestre deste exercício, conforme recentes estimativas do IBGE. Assim como profissional ligado ao campo, podemos oferecer nosso testemunho sobre a importância social do PRONAF. Por isso, endossamos o pleito do Sr. Ministro, apelando para o Sr. Relator no sentido de apresentação de emenda que possa ajustar a programação do PRONAF à nova realidade brasileira.

Considerações finais.

Diante dos parâmetros citados na parte inicial, procuramos trabalhar a proposta de Orçamento de 2002 para esta área temática, enfatizando, dentro das limitações desta relatoria, os programas que agregam mais recursos para investimentos de base na agricultura que possam estimular a produção agropecuária e organizar ou facilitar o abastecimento alimentar. Igualmente concentramos nossa atenção especial nas ações de sustentação do Programa Brasileiro de Desenvolvimento Agrário e de Apoio ao Segmento da Agricultura Familiar.

Como resultado de nosso trabalho e do apoio do Relator à agricultura e ao desenvolvimento agrário do País, ampliamos a proposta orçamentária desta área temática em cerca de 300 milhões, sendo 250 milhões no Ministério da Agricultura e 50 milhões líqüidos no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Torna-se importante, nesse contexto, observar que um dos cinco programas mais importantes, do ponto de vista desta Casa, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, foi introduzido via emendas no PPA 2000/2003 e também, por emendas, foi incluído nas leis orçamentárias de 2000 e 2001 e nesta atual proposta.

Com isso, nobres colegas, creio que estamos dando demonstração inequívoca de que podemos e devemos fazer política pública por meio da via orçamentária em vez de apenas nos recolhermos ao papel de simples endossantes das propostas que nos são encaminhadas para apreciação.

Não podemos encerrar nossa análise sem registrar o papel incisivo da Comissão da Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. A relevância das emendas apresentadas demonstrou a unani-

midade de seus nobres membros na salvaguarda dos interesses do setor agrícola e do desenvolvimento agrário do País.

Agradecemos ao nosso Relator e também o apoio do Sr. Presidente desta Comissão, de sua Secretária, Sra. Myrna, e dos zelosos servidores de nossa Comissão. Agradeço ao meu Líder, Odelmo Leão, a minha indicação à Comissão do Orçamento e também pelo trabalho que possibilitou a viabilização do relatório nas pessoas de Wander Gontijo, Consultor do Orçamento, e de João Vítor, Assessor da Liderança do PPB.

Voto do Relator.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o ano 2002 no que concerne aos órgãos e às entidades albergados pela área temática da agricultura e desenvolvimento agrário, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, na forma da Mensagem nº 591/2001, do Congresso Nacional, e com as alterações decorrentes das emendas as quais propomos aprovação.

Deputado Nelson Meurer, Relator-Setorial, Área Temática IV: agricultura e desenvolvimento agrário.

Está lido meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Para discutir, passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Deputado Nelson Meurer e fazer uma reflexão. De fato, a demanda é muito grande em todas as relatorias e os recursos são limitados. Entendemos que o Deputado tentou aproximar as emendas de bancada umas das outras. É verdade que houve Estados beneficiados com recursos maiores. Não há exatamente um critério, porque o Estado de São Paulo, por exemplo, recebe menos do que os Estados de Minas Gerais e Bahia, mas, de qualquer forma, há certa relação, sem uma disparidade muito grande.

Recorro a V.Exa. para que tente, por meio de um destaque, corrigir uma emenda de bancada, já que algo me deixou intrigado. Temos na Câmara dos Deputados um fórum especial para debater o problema temático. A Comissão de Agricultura é altamente respeitada, faz um debate profundo sobre suas emendas e, nesse particular, apresentou cinco emendas. Das cinco emendas, duas foram contempladas com valores razoáveis, mas a emenda que cuida da segurança alimentar e do desenvolvimento da biotecnologia foi acolhida com 500 reais. Quinhentos reais não dá nem para comprar um comprimido, muito menos para cuidar da segurança alimentar de uma Nação. Penso que isso decorre de uma visão limitada. Não quero fazer um julgamento, condenando V.Exa. Isso deve ter ocorrido por falta de recursos.

A EMBRAPA é um órgão extremamente respeitado no País, mas, infelizmente, mesmo após dedicação de toda uma Comissão, com profundo debate, para apresentar emenda à EMBRAPA a fim de que cuide do tema segurança alimentar, de caráter nacional, alocamos 500 reais. Quinhentos mil reais é uma emenda de Parlamentar individual. O nobre Parlamentar me informa que o valor seria de 1 milhão. Ainda não é o suficiente.

A outra emenda refere-se ao associativismo e ao cooperativismo. Sabemos que o cooperativismo assume papel fundamental e vem crescendo, inclusive com a dificuldade de organização tanto de comércio quanto de relação de finanças. Se o Estado passa a ter menos capacidade de resolver os problemas da Nação, a população se organiza e o sistema cooperativista assume papel cada vez mais importante. O Estado tem de ajudar na sua organização. Agora, é uma quantidade de recurso realmente muito limitada: mais 1 milhão.

Em relação à alfabetização de jovens e adultos, emenda para a qual estamos apresentando destaque por intermédio do Deputado João Grandão, no ano passado ou retrasado foi colocada no plenário da Câmara como questão de honra para aprovar o Orçamento a quantia de 28 ou 29 bilhões de reais para uma rubrica dessa. Então, só queríamos fazer esse destaque, do ponto de vista mais específico e pontual.

Outros problemas, como emendas do Senado, depois, voltarão à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

E mais uma: a de biotecnologia e agronegócios, também com valor muito baixo: 500 reais.

Outra coisa, Sr. Presidente. Identificamos, de fato, os programas importantes, como na área de infra-estrutura básica nos assentamentos rurais, em que são necessários mais recursos, e as emendas de alfabetização de jovens.

O Governo muda seu perfil, destaca mais recursos para o Banco da Terra e, automaticamente, descola cada vez mais a aprovação da realização. Infelizmente, principalmente no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, de uma rubrica

de 4,5 bilhões de reais verificamos a aplicação real de menos 3 bilhões de reais. Portanto, estamos tendo uma aprovação muito superior ao que o Governo de fato está gastando. E os Deputados sabem disso. As bancadas aprovam quantidades e depois o Ministério não libera os recursos.

Então, além de ter um problema de Orçamento, temos um problema de relação e desrespeito por parte do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que não empenham as emendas na área da agricultura.

O homem do campo sofre com o sol, a chuva, a geada. Infelizmente, tanto no que diz respeito ao financiamento quanto ao desenvolvimento o Estado não tem cumprido sua função.

Então, gostaria de deixar registrado esse ponto de vista.

O Estado do Espírito Santo foi contemplado com 5 milhões de reais. É evidente que gostaríamos de ter um pouco mais. Parece-me que nossa emenda é de 20 milhões de reais. De qualquer forma, entendemos o perfil do relatório de V.Exa., à exceção do tratamento que foi dado à Comissão de Agricultura e Política Rural que, a meu ver, deveria ter sido diferenciado, acolhendo-se as emendas com um pouco mais de recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Deputado Nelson Meurer, congratulo-me com V.Exa. pelo relatório apresentado. Não tenho nenhuma crítica. O relatório de V.Exa. está tão bom que o Maranhão não está sendo bem tratado como alguns outros Estados. Mas esse é o costume na Comissão de Orçamento e V.Exa. apenas está seguindo o padrão.

Dessa forma, peço a V.Exa. que, se possível, melhore o valor aprovado para uma emenda de bancada sobre patrulha mecanizada. Vou apresentar um destaque e espero que V.Exa., no momento oportuno, lembre-se de que o Maranhão é um dos Estados onde a agricultura é quase a mesma do tempo do Brasil Colônia.

Então, precisamos mecanizar a agricultura maranhense e, para isso, gostaria de contar com o apoio de V.Exa.

Muito obrigado, meus parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Relator, sei da sua dificuldade no atendimento das emendas que foram aqui apresentadas. Quero fazer apenas uma observação, não com relação ao relatório de V.Exa., mas ao orçamento da agricultura.

Temos uma preocupação muito grande ao analisar o orçamento da agricultura, pois percebemos a diminuição dos seus recursos. Nos últimos três anos, se verificarmos o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, vamos perceber uma diminuição de investimento de recursos. A autorização dos gastos gira em torno de 4,5 bilhões de reais. Só que a execução chegou a perto de 3 bilhões de reais.

Então, qual é a prioridade? Se analisarmos, nos últimos anos, a execução dos investimentos do Ministério, vamos ver que caiu, de 1998 para 1999, aproximadamente 300 milhões de reais e, no ano de 2001, para a execução, 30 milhões de reais. Deixo, então, registrado que não há prioridade na área da agricultura.

Sr. Presidente, estou tendo dificuldade para articular as idéias com esse barulho. É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há orador na tribuna. Peço silêncio.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado.

Como estava dizendo, nobre Relator, minha crítica não é ao seu trabalho, já que V.Exa. fez o que podia para acertar. Quero apenas ressaltar minha preocupação e tristeza porque neste País a agricultura e a pecuária deveriam ser prioridade. Entristece-nos muito ver, num País como o nosso, com a extensão territorial que tem, ano após ano, diminuírem os recursos da agricultura, o que é executado em relação ao que é previsto.

Outra preocupação, nobre Relator, é de que na área da agricultura há um programa fundamental para nós que vem sofrendo um corte muito grande: o desenvolvimento agropecuário. Há vários programas importantíssimos, como os de eletrificação rural e mecanização agrícola. Sem eletrificação rural, como o campo vai conseguir desenvolver-se? No entanto, é o programa que mais sofre cortes.

Está presente meu amigo, Deputado João Grandão, que trabalha muito nessa área. O problema não está no relatório. Constato que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem tendo, ano após ano, diminuição de recursos em programas importantes como o da eletrificação rural e da meca-

nização agrícola. Algumas emendas serão apresentadas na tentativa de melhorar essa área.

Quanto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, também nos preocupamos no que diz respeito aos recursos. Para aplicação no Banco da Terra, na parte de assentamento, há uma distância muito grande entre o que é previsto e o que é executado.

Precisamos, Sr. Presidente, nobre Relator, fazer um esforço para que o Governo cumpra o que votamos aqui, pelo menos na faixa de 80 ou 90%. Não dá para executar apenas 50% ao longo do ano. Isso realmente desestimula, faz com que continuemos com os assentamentos. Haverá também agravamento das ocupações de terra. Se pelo menos o previsto fosse executado, teríamos uma diminuição significativa dos acampamentos, das ocupações de terra, porque teríamos um assentamento maior.

Finalmente, precisamos de uma política mais clara para o PRONAF, na qual se aumentem os recursos para investimentos na área do pequeno agricultor. Não só o grande produtor precisa de recursos, mas o pequeno, e urgentemente, para continuar crescendo e se desenvolvendo.

Essas eram as observações que tinha a fazer. Parabenizo o nobre Relator pelo seu trabalho. Sei das suas dificuldades, porque nós também as enfrentamos: há poucos recursos para atender uma grande demanda.

Gostaria, portanto, que o Ministério aumentasse um pouco os recursos para o atendimento nessa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Deputado, V.Exa. apelou ao Relator e a mim. Informo a V.Exa. que é o Relator quem vai resolver. Não tenho poder para tal.

Quero dizer a V.Exa. que há um grave equívoco nosso, daqueles que defendem a pequena propriedade e a reforma agrária. De nada vale fazermos esse programa de reforma agrária sem uma política que proteja o pequeno produtor rural. Estamos assentando um no campo e dez estão indo para a cidade. Não há renda agrícola. Não há política de fixação do homem no campo. Essa deveria ser a grande prioridade. Espero que isso aconteça um dia no País.

Apoiamos a reforma agrária. Os recursos são necessários. Mas isso para mim é uma tapeação. Estamos nos tapeando. Não estamos atacando o ponto crucial da questão.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Nobre Deputado João Coser, de acordo com os recursos que tivemos, quanto às emendas de bancada, procuramos analisar com critério todas as contas para distribuir aqueles valores; reservamos o maior valor que tínhamos disponível para distribuição das emendas de bancada. É evidente que falta muito. Falta dar o atendimento que realmente merecem essas emendas. Elas chegam ao Município e, dentro de um programa, resolvem os problemas que, muitas vezes, não são atendidos pelo Executivo.

Então, procuramos atender com prioridade essas emendas. Analisamos o tamanho dos Estados, a agricultura de cada um, e procuramos atender todos da melhor maneira possível, dentro dos recursos disponíveis.

Quanto às emendas coletivas, emendas de Comissão, os recursos eram muito escassos. Discutimos, na elaboração de nosso projeto, tanto no Ministério da Agricultura quanto no Ministério do Desenvolvimento Agrária, como também no INCRA, analisando a melhor maneira de aplicar aqueles recursos em diversos programas e que não tivesse somente aquela finalidade específica.

E o que nos informou o Ministério da Agricultura, a Presidência do INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário? Que era recomendável concentrar os recursos principalmente na agricultura, no apoio de projetos de desenvolvimento, o que atendemos no valor de 53 milhões de reais. Por que isso? Porque se trata de uma emenda que tem amplitude total e o Ministério, dentro das possibilidades, pode atender todos os segmentos, como, por exemplo, a EMBRAPA, como está fazendo nesse ano de 2001.

Então, concentramos os recursos naquela emenda para dar uma extensão maior. No INCRA, por exemplo, concentramos o investimento de infra-estrutura básica para assentamentos rurais no valor de 24 milhões de reais, que podem também atender a alfabetização de jovens. Por orientação do próprio Ministério, achou-se que seria razoável a quantia de 6 milhões de reais. Se fosse preciso, atenderia investimentos de infra-estrutura básica de assentamentos rurais nesse setor.

Então, por essa razão, com a orientação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, concentramos esses recursos. Essas áreas foram atendidas com 1,5 milhão de reais, mas deixamos um guarda-chuva para a questão de um adicional em alguns setores.

Quanto aos recursos, são insuficientes. Constatamos isso no nosso relatório, em que as áreas temáticas, por exemplo, do desenvolvimento agropecuário, foram os programas criados. O Governo não remeteu esses recursos para que colocássemos essas emendas. Foram emendas criadas pela Comissão de Agricultura e Política Rural. Tivemos oportunidade de acrescentar também a alfabetização de jovens e adultos na reforma agrária, no desenvolvimento agropecuário. Se não tivesse emenda, não teríamos tido condições de acrescentar nenhum recurso nessa área.

Há um fato muito grave no meu relatório e o apresento para o Relator. Não sei por que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não conseguiu nenhuma emenda, tanto na Câmara quanto no Senado, para o PRONAF. O Relator não tem condições de apresentar emenda de relator. Pedimos aqui, encarecidamente, ao Relator-Geral que analise, juntamente com o Comitê de Emendas e o Presidente da Comissão, a possibilidade de o Relator-Geral fazer uma emenda de relator e colocar recursos para o PRONAF, para atender à agricultura familiar. O agricultor que está no PRONAF está no fio da navalha. É o último segmento que resta a ir para os acampamentos dos sem-terra.

É inadmissível não termos uma emenda que dê condições ao Ministério do Desenvolvimento Agrário de atender a um segmento, que é mais importante até do que a reforma agrária — o PRONAF. Se não dermos condições à agricultura familiar, que está na fila para se juntar aos sem-terra, o que acontecerá? Nunca conseguiremos resolver o problema da reforma agrária em nosso País. Temos que dar uma atenção maior ao PRONAF do que ao assentamento. Por quê? Porque estamos evitando que nosso pequeno agricultor e sua família deixem seu pedacinho de terra, que serve como sustento, e vá se juntar ao grupo dos sem-terra do nosso País.

Estamos pedindo aos nobres colegas que incentive nosso Relator e faça com que o Comitê de Emendas autorize o Relator a fazer uma emenda das mais importantes e que não está sendo colocada nesse relatório.

Ademais, utilizei todos os recursos disponíveis, da melhor maneira possível, dentro do que o Relator nos permitiu.

Agradeço ao Deputado Pedro Novais as elogiosas indicações. Atendemos ao Maranhão com 9 milhões de reais. No ano passado, o Maranhão foi atendido com 8 milhões de reais. Mas o Maranhão ainda precisa de uma atenção. O Relator-Geral nos dando condições, vamos atender, com muito bom gosto, a tudo isso.

O Deputado Gilmar Machado tem toda razão. A baixa execução orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura eliminou mais de duzentas e poucas emendas que os Parlamentares dirigiram para outros setores e que poderiam reforçar nosso Ministério em mais de 25 milhões de reais. Por causa da baixa execução feita neste ano, aliás, muito abaixo do necessário, o que aconteceu? Ocorreu um círculo vicioso. Foi para outros Ministérios e nosso Ministério continua perdendo, apesar da importância que tem. Creio que as autoridades do Ministério devem dar atenção e executar, de preferência no ano que vem, a parte orçamentária desse Ministério, para voltar a ter a preferência dos nossos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro Relator, Deputado Nelson Meurer, parabenizo V.Exa., em nome do nosso partido, o PPB, pelo belo relatório. Está excepcional, não tem emendas, rasuras. Muito honra nosso partido o relatório de V.Exa. Apenas gostaria de pedir a V.Exa. que tenha um pouco de pena da Bahia. V.Exa. atendeu com poucos recursos à emenda de bancada da Bahia. Precisamos de ajuda no desenvolvimento da agricultura.

O nosso partido se sente honrado em estar fazendo esse relatório, através de V.Exa., principalmente tendo um membro do nosso partido do quilate do Ministro da Agricultura. Só temos a lhe agradecer e a parabenizá-lo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o Deputado João Grandão.

Não estando S.Exa. presente, com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, como Sub-Relator desse tema que fui no ano passado, gostaria de fazer algumas observações que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, tem-me chamado a atenção a discrepância na existência de duas organizações ligadas à agricultura e ao desenvolvimento agrário neste País. Existe, vamos dizer assim, o Ministério dos médios e grandes agricultores e o Ministério do resto. Penso que se trata de uma visão absolutamente equivocada.

Recordo-me de que, há muitos anos — fui Vereador na cidade do Rio de Janeiro —, tínhamos uma área da Prefeitura, que era a Secretaria de Obras,

que cuidava da urbanização daqueles que moram no asfalto. Existia a Secretaria de Desenvolvimento Social, que fazia obras em favelas. É evidente que as obras do asfalto eram bem realizadas, bem aquinhoadas e as obras das favelas eram de quinta categoria. Felizmente, até por um Prefeito insuspeito, porque não era do Partido dos Trabalhadores, o Prefeito César Maia, acabou-se com essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – *(O Presidente faz soar a campainha.)* - Esta Presidência solicita aos presentes um pouco de silêncio. Caso contrário, vamos pedir a desocupação do plenário e prosseguir a reunião apenas com os Parlamentares. Aliás, os Assessores dos Srs. Parlamentares são os que mais perturbam.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – V.Exa. tem razão, Sr. Presidente. Hoje está quase impossível prosseguir nossa reunião. É preciso que as pessoas tenham comedimento no uso da palavra, para que possamos fazer um debate construtivo.

Dizia que, em boa hora, o anterior e atual Prefeito da cidade, César Maia, acabou com essa dicotomia, com duas organizações que visam fazer obras de urbanização, promovendo a melhoria da qualidade e o fim dessa exclusão social também por conta do Poder Público.

Na verdade, a existência desses dois Ministérios consagra a exclusão social na área rural. Ao invés de o MDA promover a integração social e o desenvolvimento mais equilibrado da agricultura brasileira, ele acabou sendo o Ministério do resto, onde ficam os pobres coitados da reforma agrária e da pequena agricultura familiar, que é vista com caráter depreciativo. O nosso País é bom para o grande pecuarista e para o grande produtor de soja. Temos de acabar com essa dicotomia. É bom termos o grande pecuarista, o grande produtor com alta produtividade da soja, mas a sobrevivência deles é tão importante quanto a dos pequenos produtores.

Não há estratégia desse tipo conduzida hoje em nosso País. Isso chama mais atenção ainda quando vemos a execução orçamentária, Sr. Sub-Relator Setorial. Apenas 30% da dotação prevista para o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi executada até agora. Isso é algo profundamente lamentável e identifica exatamente o que estou caracterizando, meu caro Deputado Nelson Meurer. É um absurdo que continuemos a alimentar esse processo de profunda exclusão.

Se ainda houver recursos disponíveis — normalmente sempre existe uma pequena parcela de recursos que ficam para os destaques —, apelo a V.Exa. no sentido de que tente priorizar ainda mais a pequena agricultura neste País, porque ela é absolutamente essencial.

Gostaria também de citar outro aspecto que considero importante: a pesquisa agrícola. Sou integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Apresentamos uma emenda relativa à área de biotecnologia, que foi contemplada com apenas um milhão de reais, reconhecidamente recursos insuficientes para atender essa área que pode contribuir muito científica e tecnologicamente para o aumento da produtividade, tanto dos grandes quanto dos pequenos agricultores brasileiros.

Peço a V.Exa. que trabalhe com carinho a possibilidade de reforçar a dotação dessa emenda proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maioria dos assuntos que gostaria de abordar já foram analisados pelos oradores que me antecederam. Mas nunca é demais enfatizar que alguns segmentos na área que analisamos, sobretudo a agricultura familiar, têm-se deparado com enorme má vontade por parte do Governo Federal.

Refiro-me não a aspectos já analisados anteriormente. Sr. Presidente, Sr. Relator, normalmente as emendas apresentadas ao Orçamento se voltam para as pequenas comunidades. Nas emendas individuais, arriscaria dizer que quase 90% são referentes à eletrificação rural e a patrulhas mecanizadas. Sei que existem outras emendas — uma máquina de café para uma cooperativa, para uma pequena Prefeitura, e daí por diante.

A má vontade do Governo não é apenas contra a dotação orçamentária, mas também contra a dotação e a execução, que estão de mãos dadas num País que, infelizmente, vive o império do Orçamento autorizativo, em que o Poder Executivo é dono absoluto da verdade, do sim e do não, do executar ou não.

Isso se refletiu, Sr. Relator, de forma impressionante. V.Exa. colocou no seu relatório a acentuada queda das emendas individuais nessa área. Não que isso seja preocupante, mas é um termômetro, porque se isso refletisse o bom atendimento do Orçamento da União a esse segmento, seria ótimo. Quem sabe

os Parlamentares poderiam concentrar suas emendas individuais em outras áreas! Mas quando os dados se sobrepõem, ou seja, quando há queda das despesas do setor e das emendas individuais, é sinal de que as despesas e as rubricas orçamentárias não são executadas, como não o são sobretudo nas áreas voltadas para as comunidades, para a eletrificação rural, para as patrulhas mecanizadas, para as máquinas e os implementos agrícolas, que terão um papel comunitário.

Aquelas que terão papel individual não são consignadas no Orçamento, não vão para a Prefeitura. No entanto, as que estão no Orçamento, as que são....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, seu tempo está praticamente esgotado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Vou encerrar. Obrigado pelo alerta. Mas quero deixar isso patente ao Relator. Essa crítica está neste relatório não de maneira implícita, mas de maneira indireta e explícita. Quando V.Exa. constata a queda no investimento, na execução e nas emendas, enquanto aumentam os problemas no setor, é algo que sei que o nobre Relator, que está ao seu lado, não poderia resolver por iniciativa própria. Mas isso precisa ser esclarecido à consciência nacional e ao Congresso Nacional também. Não é possível que um Ministério como esse, tecnocrata, alheio aos reclamos do campo, inclusive aos movimentos de reforma agrária, seja duas coisas absolutamente distantes, quando deveriam ser Ministérios dentro de um mesmo sistema operacional, dentro de uma mesma concepção, proporcional à política agrária e agrícola, a fim de viabilizar o desenvolvimento dos sem-terra, como também daqueles que já têm sua terra.

Por isso, Sr. Relator, quero elogiar o seu esforço. Com tristeza, o País — a agricultura podia ser nosso instrumento para vencer os grandes desafios históricos — vê agora esta realidade: o sucateamento da agricultura nacional. Isso está consignado no Orçamento. Talvez seja até uma autocrítica que todos devamos fazer, porque deveríamos ter concentrado mais esforços. No entanto, quem sabe na administração federal do Orçamento essas questões podem ser superadas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deste momento em diante vamos fazer cumprir o Regimento, porque cada Deputado está-se estendendo três ou quatro minutos a mais. Impreterivelmente, serão cinco minutos para cada Parlamentar.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, demais membros da Comissão, Sr. Relator Nelson Meurer, quero fazer um apelo, pois V.Exa. foi muito feliz na apresentação de seu relatório. Não temos críticas a fazer ao trabalho de V.Exa.; pelo contrário, só elogios. Gostaria apenas de apelar a V.Exa. no que se refere ao valor aprovado das emendas coletivas do Estado da Bahia, no sentido de leve em consideração os argumentos que vou expor agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Há um orador na tribuna. Nobres Deputados, as conversas paralelas devem se dar fora do plenário. Esta Presidência solicita silêncio, pois há um orador na tribuna. Não há como conduzir uma discussão desse porte. Este é o último apelo que faço.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Quero fazer jus ao trabalho de V.Exa., nobre Relator. Da minha parte, só teço elogios à atuação de V.Exa. no relatório setorial. Mas gostaria de argumentar sobre o valor aprovado da emenda coletiva para o Estado da Bahia. Peço a V.Exa. que leve em consideração que grande parte da área agricultável no nosso Estado está contida no semi-árido, onde precisamos de apoio para uma infra-estrutura maior. Temos terras boas, porém falta infra-estrutura, energia, irrigação. Por isso, apelamos a V.Exa. no sentido de que analise os destaques que apresentaremos e que eleve o valor, até porque, no caso da Bahia, ficamos com 17 milhões e solicitamos 50 milhões. Sei que, este ano, o Orçamento está muito menor, com poucas possibilidades de maiores investimentos. A expansão do nosso potencial agrícola depende basicamente dos recursos que pudermos aprovar aqui. Temos celeiros como Barreiras, como o Projeto Salitre, que há anos vive na pendenga por recursos, o Baixio de Irecê. Quando conseguirmos alocar recursos e a CODEVASF aplicá-los, teremos uma enorme produção. Precisamos desses investimentos para promovermos nossa atividade rural.

Por isso, peço ao nobre Relator que, na análise final, aceite nossos argumentos na aquiescência de nossa emenda. Parabenizo V.Exa. pelo brilhante trabalho, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado Nelson Meurer, para responder aos Deputados Jorge Bittar, Virgílio Guimarães e Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Primeiramente quero dirigir-me ao nobre Deputado João Leão, agradecer suas palavras elogiosas e dizer que

procuramos atender, da melhor maneira possível, a todas as emendas de bancada. Também, dentro da análise, foi dado à Bahia um atendimento possível dentro daqueles recursos e critérios que adotamos.

O Relator-Setorial aplicou todo o dinheiro disponível em seu relatório. Não temos um centavo sequer para acréscimos. Não reservamos recurso nenhum para atender a alguns destaques. A não ser que nosso Relator-Geral tenha, novamente, atenção especial conosco e nos dê mais alguns recursos. Dessa forma, podemos fazer uma análise para atender a todos aqueles Estados que merecem, como todas as emendas que merecem atenção especial.

Deputado Jorge Bittar, concordo com tudo o que V.Exa. disse. Só que, neste relatório que fizemos para o ano 2002, de acordo com contatos que tivemos com o pessoal do Ministério da Agricultura, com o pessoal responsável pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA, fizemos uma área destinando aquelas verbas onde se aplica melhor esses recursos. Atendemos muito bem a tudo aquilo que o Presidente do INCRA pediu com relação à reforma agrária, dentro daquelas emendas relativas à alfabetização de jovens e adultos, para as quais destinamos 6 milhões, em que ele pode utilizar naquela outra emenda, de âmbito nacional, de 24 milhões. Ele disse que ia faltar recursos para aquilo, que ela é mais ampla, mas pode ser atendida com esses recursos. Então, foram acrescentados todos esses recursos, com base no entendimento com o Presidente do INCRA, que foi atendido em tudo o que solicitou. Evitamos ao máximo o cancelamento, porque os recursos eram poucos para atender a tudo isso.

O que realmente fez falta — esse é um ponto grave no Orçamento do ano que vem — são os recursos para a agricultura familiar. Infelizmente, o Relator nada pôde fazer porque não existe emenda para o PRONAF no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por isso, pedimos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Comitê de Emendas que autorizem o Relator-Geral a fazer uma emenda de relatório para atender ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no setor que trata da agricultura familiar, por entendermos ser o ponto principal da peça orçamentária, tanto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA.

Atender à agricultura familiar e ao PRONAF é mais importante do que atender, por exemplo, aos assentamentos do INCRA. Ao atender à agricultura familiar, evitamos que o pequeno agricultor que está no final, no fio da navalha, vá para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ele precisa do atendimento para, como agricultor da economia familiar atendida pelo PRONAF, manter sua família na sua propriedade.

Deputado Jorge Bittar, o Relator não pôde atender à agricultura familiar porque não foi apresentada emenda nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal. Então, faltou atender à agricultura familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e o Comitê de Emendas precisam fazer com que o Relator-Geral faça uma emenda de relatório, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para contemplar a agricultura familiar, o PRONAF.

No mais, tanto a agricultura, como o INCRA, foram atendidos, segundo acordo que fizemos com o Presidente do INCRA, no sentido de atender a todos aqueles setores. Foi o que pudemos fazer no nosso relatório. Acrescento que precisamos debater essa emenda de relator para atender ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Tudo o que disse o nobre Deputado Virgílio Guimarães a respeito dos problemas que estão acontecendo consta no meu relatório. Os programas mais importantes da agricultura foram criados por emendas da Comissão de Agricultura e Política Rural, que mais atendem — que mais têm resultado — ao Município, lá na ponta, pois quase sempre o Governo não atende, não dá aquela atenção. A Comissão de Agricultura e Política Rural está de parabéns nesse sentido.

Outro ponto grave é o baixo atendimento na questão orçamentária da agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O índice de atendimento foi muito baixo até o quarto trimestre deste ano. Com isso, o que aconteceu? Houve, vamos dizer, uma debandada: 264 emendas individuais que podiam ter sido apresentadas no nosso Ministério foram para outros Ministérios, os quais tiveram índice maior de execução.

Acho que falta mais atenção — concordo com V.Exa. — à agricultura, tanto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quanto no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Temos de batalhar para tentar sensibilizar o Governo a atender melhor a essa área, principalmente da execução orçamentária, pois o índice é muito baixo.

Quero dizer ao Deputado Claudio Cajado que concordo com o que disse. É evidente que nossa situação foi difícil. O Estado da Bahia merece muito mais, mas, infelizmente, não tínhamos como destinar mais recursos.

Deputado Jorge Bittar, suas reclamações estão no meu relatório. Solicitamos atendimento, pelo Relator-Geral, e exame maior dessas emendas que não foram atendidas, emendas que são prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator, Deputado Nelson Meurer, acompanhamos, com prazer, a apresentação do relatório de V.Exa. Como o Deputado João Leão, apresentamos nossos parabéns e agradecimentos. V.Exa. representou dignamente o Partido Progressista Brasileiro, que o recomendou para essa relatoria.

Gostaria de comentar alguns pontos que vieram à baila, mas não fazem parte do relatório de V.Exa. Refiro-me ao problema do endividamento rural.

Muitos dizem que a renegociação da dívida só facilitou para os grandes, os pequenos continuam de fora. Creio que a matéria ainda está nas nossas mãos do Deputado que está relatando a medida provisória nesta Casa. Ainda podemos fazer muita coisa. Realmente é bom que se acorde e que tudo o que V.Exa. disse sobre o pequeno produtor seja efetivamente considerado.

Quero até louvar o apoio que V.Exa. está dando à infra-estrutura para os assentamentos rurais, em âmbito nacional. Nessa parte, nós, a bancada de Minas Gerais, falhamos no que nos foi cobrado. Estou feliz de verificar que V.Exa. dá uma contribuição, por meio desta Comissão de assuntos econômicos.

Peço a V.Exa. que — vou fazer um destaque —, se possível, reforcemos ainda esses recursos, até porque a Comissão de Agricultura e Política Rural, no estímulo à produção agropecuária, parece ser a mais contemplada de todas.

E aí, dentro da política harmônica de que falou o Deputado Virgílio Guimarães — estendemos as mãos a S.Exa. —, acho que é justo verificarmos o aspecto nacional de desenvolvimento rural com os assentamentos rurais, embora a demanda para o desenvolvimento rural nacional tenha ponderação muito maior. Esse passo foi bem encaminhado.

Sr. Presidente, deixamos registradas nossas congratulações.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, quem é o próximo orador?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, um anúncio insistente na parede está incomodando a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, peço a V.Exa. compreensão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dizer ao nobre Relator, Deputado Nelson Meurer, que esse relatório foi extraordinariamente bem elaborado. V.Exa. relatou o que o Governo mandou e fez uma análise crítica do que é este Governo em relação a esse setor. V.Exa. apenas não opina, a não ser em alguns trechos, quando V.Exa. diz que, no anexo de metas, o Orçamento deveria acompanhar as metas previstas no anexo da LDO, de acordo com o art. 2º, e que o Governo não cumpre. Ou seja, o Governo não cumpre o que está na lei que ele mesmo sancionou. A análise crítica que V.Exa. faz é extremamente importante.

Chamo a atenção para o fato de que, se não nos detivermos agora, quando tramitam mais de cem créditos suplementares, como relatado aqui pelo nobre Deputado Nelson Meurer, seremos vítimas de nós mesmos, da nossa imprudência, da nossa conivência com o que o Governo vem fazendo neste País.

A execução orçamentária é baixíssima, conforme V.Exa. relata com muita clareza. Todos estamos brigando por mais recursos, quando recursos temos agora, no caixa do Governo. O Governo tem dinheiro e está usando o excesso de arrecadação para suplementar outras ações, outros projetos, em detrimento do que já foi aprovado por nós nesta Casa, das emendas de Parlamentares e, às vezes, de bancada. Este é o momento de colocarmos o pé no freio!

Participamos de Comissão, liderada pelo nosso Vice-Presidente, em que discutimos exatamente isso: o crédito suplementar não vai passar a não ser que seja questão extraordinária a ser cumprida.

Deputado Virgílio Guimarães, esse tem de ser nosso objetivo. O Governo tem dinheiro para cumprir o que está no Orçamento deste ano e tem de fazê-lo. Senão, não adianta ficarmos brigando.

A situação da agricultura no Brasil e dos trabalhadores rurais é seriíssima. O sul do Pará, minha região, tem o maior número de assentados do Brasil. A maior superintendência do Brasil é a do sul do Pará. O Estado do Pará é o único que tem duas superintendências.

Conheço a desgraça vivida pelo trabalhador rural da minha região: não tem estrada para escoar a produção, para socorrer doente de malária, para educar os filhos. E o Governo não cumpre nem o que está no Orçamento, embora tenha dinheiro em caixa!

Então, cumprimento V.Exa. pela beleza da peça que traz a todos nós, com análise crítica da situação, conclamando os nobres pares a fincar pé agora para que o Governo cumpra pelo menos o que já está no Orçamento.

Vou pedir a V.Exa. que acrescente alguns apelos feitos pela Comissão de Agricultura e Política Rural e pela bancada do Pará, que constatam a necessidade premente dos projetos de assentamento. Vou pedir a V.Exa. depois. Já destaquei.

Sr. Presidente, quero novamente alertar os companheiros no sentido de sermos críticos de nós mesmos e não sermos coniventes com a desgraça imposta a todos os brasileiros. O País apresenta superávit financeiro de 50 bilhões de reais, enquanto trabalhadores brasileiros passam fome porque não dispõem de estradas para escoar a produção, vender seu produto e buscar outros para a subsistência da família.

Então, não sejamos coniventes: vamos exigir que o Governo cumpra o Orçamento. Dessa forma, estaremos mais qualificados para discutir o orçamento do próximo ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão. Apesar de inscrito, participava de outras Comissões.

Sr. Presidente, o relatório, que foi didaticamente elaborado, dá-nos a impressão de que o Relator teve sensibilidade ao analisar os fatos. Não há nenhuma divergência em relação a isso.

Em relação à agricultura familiar, temos de destacar que, na Comissão de Agricultura e Política Rural — não quero generalizar dizendo que todos os membros da Comissão têm o mesmo pensamento —, tentamos de todas as maneiras incluir emenda sobre a agricultura familiar.

Discutimos esse assunto no núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores. Apresentamos duas emendas para discussão na Comissão de Agricultura e Política Rural, uma delas sobre educação de jovens e adultos.

Quero comunicar que estou apresentando destaque sobre o valor alocado. Assim mesmo, agradecemos a forma como foi acatado. Houve alguma dificuldade de se conseguir membros da Comissão de Agricultura e Política Rural que encampassem a idéia sobre a importante verba para a educação de jovens e adultos nos assentamentos.

Para o convencimento, várias reuniões foram realizadas. Apresentamos relatório em que demonstramos o que foi aplicado na educação de jovens e adultos e quantos foram atendidos no ano passado com emenda no valor de aproximadamente 7 milhões de reais. No convencimento, foi apresentada essa emenda para a educação de jovens e adultos.

Em relação à agricultura familiar, quero dizer que faremos de tudo — vamos mobilizar, vamos procurar o Relator — para tentar incluir uma emenda de Relator, como dito por V.Exa. É de fundamental importância que todos os membros desta Comissão atentem para esse fato. A agricultura familiar realmente foi esquecida. Não podemos admitir que não haja recursos para o PRONAF no Orçamento.

É inadmissível não destinar dinheiro para a agricultura familiar, porque sabemos que os produtos que mantêm a cesta básica são oriundos da agricultura familiar. Não podemos de forma alguma esquecer isso, até porque outros produtos que têm contribuído muito para a manutenção do Plano Real estão voltados para a exportação, mas a maioria absoluta dos produtos são oriundos da agricultura familiar, e aí com vários tipos de financiamento.

Quero dizer que estamos atentos, que concordamos plenamente e que tivemos participação fundamental na emenda relativa à educação de jovens e adultos. Tivemos, repito, de convencer muitos Deputados da Comissão de Agricultura e Política Rural sobre a importância desse programa.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. e dizer que contamos com V.Exa. para conseguir, com o Relator-Geral, aprovar emenda de Relator que contemple a agricultura familiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já que se discute o setor agrícola brasileiro, gostaria de me fazer portador de apelo do Dr. Reinaldo Pena Lopes, gerente do PRONAF, que entende haver equívoco na distribuição de recursos — concordo com ele; submeto à apreciação desta Presidência — com relação aos recursos do PRONAF.

É claro que há grande esforço, tanto do Governo, como do Congresso Nacional, particularmente desta Comissão, para o provimento de recursos para atender a segmento importante da economia brasileira, principalmente em se tratando dos pequenos produtores rurais.

Entretanto, Sr. Presidente, observo que o gerenciamento do PRONAF é feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e parte das ações geridas por esse Ministério estão com recursos alocados no Ministério da Agricultura e do Abastecimento para atendimento de determinadas ações, como assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar, associativismo e cooperativismo rural.

O apelo do gerente do PRONAF, feito em forma de expediente, de breve Exposição de Motivos, endereçado ao Presidente, é no sentido de que S.Exa., com o Relator, possa também, comungando desse pensamento, promover a correção e transferir essa parcela de recursos, que será muito importante para que cheguem à atividade-fim, à mão do produtor.

Como o gestor do programa, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, pode aplicar recursos que estão hoje no Ministério da Agricultura e do Abastecimento?

Passo às mãos de V.Exa. o apelo feito pelo gerente do PRONAF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência acolherá o pleito encaminhado por V.Exa., Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Primeiramente, agradeço ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira as palavras elogiosas e a colaboração, juntamente com nosso Líder Odelmo Leão, que me deu oportunidade de, com os companheiros do PPB, estar hoje apresentando o nosso relatório.

Ao agradecer o Deputado Giovanni Queiroz por suas palavras elogiosas, gostaria de dizer-lhe que concordo plenamente com o que V.Exa. está apresentando. O nosso assessor está dizendo que, pela primeira vez, pelo menos em parte, V.Exa. concordou com a emenda do Pará, embora, segundo o nosso entendimento, ela mereça muito mais. Por isso vamos tentar ver o que podemos fazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É a primeira vez que ele elogia um Relator! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobres Deputados, solicito a atenção de V.Exas. para ouvirmos o Relator.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Teria elogiado outros também, se bem feitas as peças.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Partindo do Deputado Giovanni Queiroz, um grande Deputado, um analista do Orçamento, ficamos realmente lisonjeados com o elogio de S.Exa.

Realmente, concordo com tudo o que disse o Deputado João Grandão, e quero parabenizá-lo. Sei de sua luta em obter recursos para a emenda de Comissão relativa à alfabetização de jovens e adultos, algo em torno de 6 milhões de reais, a pedido inclusive do Presidente do INCRA, que concordou seja este um valor razoável, porque ele poderia utilizar esses recursos também na emenda que trata de infra-estrutura básica para assentamentos rurais, com 24 milhões de reais, e de infra-estrutura básica de assentamentos na Região Norte, com mais de 20 milhões de reais.

Portanto, levo ao conhecimento do nosso companheiro Deputado Márcio Reinaldo que estamos atendendo à área de assentamento do INCRA, na Região Norte, e a uma emenda com algo em torno de 44 milhões de reais, e à área de apoio de projeto ao desenvolvimento rural, com 53 milhões de reais. Portanto, somando-se 44 milhões de reais aos 6 milhões de jovens e adultos surge uma diferença de apenas 3 milhões de reais. Procuramos fazer uma equação atendendo bem a todos esses segmentos.

Precisamos deter os nossos esforços para emenda no PRONAF, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em favor da agricultura familiar. Como agricultor que sou, reputo a emenda de maior importância desta peça, tanto do INCRA, quanto de assentamento ou de desenvolvimento agrário para a agricultura, aquela destinada ao atendimento da agricultura familiar, principalmente a relativa à assistência financeira a projetos de infra-estrutura nos Municípios brasileiros. É importante, porque, se não atendermos à agricultura familiar, certamente estaremos engrossando mais ainda os movimentos dos sem-terra deste País. Os agricultores hoje, como já disse, estão no fundo da navalha, precisando de atenção especial para que eles e suas famílias continuem na agricultura, não abandonem a situação de agricultor familiar e fiquem nos assentamentos. Portanto, junto com o Presidente, o Comitê de Emendas e o Relator, precisamos apresentar emenda de relator que atenda a esses pleitos e dê continuidade a esse que, para mim, é o maior e mais importante programa de desenvolvimento agrário da agricultura.

Informo ainda a todos os companheiros que o Relator Setorial não dispõe de um centavo sequer

para apresentar destaque, a não ser com a permissão do Relator-Geral. Caso contrário, não temos condições porque realmente não deixamos nenhuma reserva, já que atendemos a todos de acordo com o que tínhamos. Dividimos tudo no nosso relatório. Se não for possível, peço-lhes desculpas, mas V.Exas. terão que dirigir destaques ao Relator-Geral, para que S.Exa. acrescente alguma coisa ao relatório de agricultura e desenvolvimento agrário.

Agradeço a todos pela colaboração e pelos elogios ao nosso relatório, que foi o possível, conforme as circunstâncias que vivíamos no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Agradeço ao Deputado Nelson Meurer, Sub-Relator de Agricultura, e convido o Senador Ronaldo Cunha Lima, Relator da Área Temática VIII — Previdência e Assistência Social, para que leia seu relatório.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na condição de Relator da Área Temática VIII — Política Previdenciária e Assistência Social, entendi preliminarmente de fazer exame mais adequado para alocação de recursos das unidades orçamentárias da área temática.

Como defendi, e defendo, que o Orçamento seja transparente, trouxe algumas transparências para facilitar o entendimento de V.Exas. na análise e no julgamento deste modesto relatório que apresentarei. Embora tenham recebido o relatório, preferi trazer estas transparências para que V.Exas. possam acompanhá-las de acordo com o raciocínio que tentarei expor nesta Comissão.

(Apresentação de transparências.)

A trajetória da inadimplência dá-se a uma taxa de variação superior a das curvas de despesas e receitas, entre 1998 e 2000. A inadimplência junto ao INSS passou de 60,9 bilhões para 115 bilhões de reais. A diferença entre a despesa e a receita previdenciária tem, no tempo, trajetória relativamente constante, ao passo que a trajetória da inadimplência é mais explosiva, conforme o gráfico demonstrado neste relatório.

A linha azul representa a inadimplência crescente a uma taxa bem mais elevada que as demais receitas e despesas, nas linhas verde e rosa. V.Exas. podem observar que o gráfico da linha azul é crescente enquanto os demais são decrescentes em relação aos anos anteriores, que foram parâmetros para nossa análise e julgamento.

O relatório contempla ações para recuperação dos créditos em face do valor abismal desse déficit previdenciário e a sua crescente evolução. O Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias não tem suas despesas focalizadas. De 246 milhões de reais alocados para o programa, V.Exas. podem observar que 184 milhões de reais destinam-se a pagamento de serviços e recolhimento de guias, ou seja, ao sistema financeiro. Setenta e cinco por cento, repito, dos recursos alocados destinam-se a pagamento de serviços de recolhimento ou ao sistema financeiro bancário e apenas 18 milhões de reais destinam-se à fiscalização. Como se observa, dos 246 milhões de reais alocados para esse programa, 75% dos recursos destinam-se ao pagamento dos serviços prestados à rede bancária e apenas 18,3 milhões de reais são destinados para fiscalização.

Nesta transparência vemos a despesa em assistência social. No Projeto de Lei Orçamentária está distribuída entre: portador de deficiência, 51,06%; idosos, 29%; jovens e adolescentes, apenas 1,55%; e abuso sexual de crianças, 0,12%.

Gostaria de comentar sobre a necessidade de os programas menos favorecidos serem melhor contemplados em função de projetos da Lei Orçamentária. Falo isso de cátedra porque dedico atenção especial aos portadores de deficiência física, não porque esteja transitoriamente com esta deficiência física, mas porque acompanho no Hospital Sarah Kubitschek, onde estou me tratando, o sofrimento dos portadores de deficiência e de alguns idosos. Além disso, vale ressaltar que a diferença é muito grande: 0,12%, para abuso sexual de crianças e 51%, para portador de deficiências físicas.

O Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS e a COFINS contribuem com 3,3 bilhões de reais. O Fundo de Combate à Pobreza, com 0,89 milhões de reais, e outros, com 0,74 milhões de reais. Vê-se que o Fundo de Combate à Pobreza contribui para a formação do Fundo Nacional de Assistência Social, embora 24% desses recursos dependam de aprovação da CPMF, a partir de julho de 1992. Defendemos que, na formação desses fundos, haja somente recursos estáveis, e não condicionados. É posição de ordem pessoal, mas que fiz questão de registrar e incluir no meu relatório. Não podemos aceitar o condicionamento, principalmente em se tratando do Fundo de Combate à Pobreza. Entendo que os recursos devem ser estáveis, e não condicionados. Por isso estabeleci essa observação no meu modesto relatório. O Fundo de Amparo ao Trabalhador dispõe de recursos da ordem de 10,9 bilhões de reais. A principal fonte é

o PIS/PASEP com 9,7 bilhões de reais. O BNDES receberá 3,8 bilhões de reais.

Sobre este assunto, gostaria de fazer comentários adicionais. Não sou contra a instituição BNDES, mas a não-participação do Congresso Nacional na decisão sobre a aplicação desses recursos, segundo minha leitura, ataca mortalmente a letra constitucional porque esta estabelece que é competência do Congresso Nacional dispor sobre programas do desenvolvimento nacional, porque não teria... (Falha na gravação.) ...muitos milhões ao BNDES. Penso que não podemos retirar a prerrogativa de o Congresso analisar a aplicação dos 4 bilhões de reais destinados ao BNDES. A minha sugestão é de que o detalhamento desses recursos venha na próxima proposição orçamentária e que o Congresso tenha a faculdade e o dever de definir sua participação.

Para que V.Exas. tenham idéia, os valores alocados ao BNDES representam dez vezes o valor destinado a esta Relatoria. Repito, dez vezes. Portanto, o Congresso não se pode abster de analisar a aplicação desse dinheiro, até por respeito constitucional. Penso que a LDO deveria exigir demonstração sobre o planejamento dos recursos do BNDES. Embora esta seja prerrogativa do Congresso Nacional, estamos abrindo mão dela para demonstração de planejamento dos gastos do BNDES.

Em relação às emendas, disse a V.Exas., há poucos instantes, que o total dos recursos da Relatoria era de 209 milhões de reais e o total das emendas corresponde a 1 bilhão, 670 milhões de reais. Daí já se vê a dificuldade em atender aos justos pleitos formulados e aos que, pelo seu mérito, mereciam aprovação. Como eu dispunha de 209 milhões de reais e o total das emendas era de 1 bilhão, 670 milhões de reais, inviabilizou-se evidentemente qualquer modificação ou remanejamento das rubricas que nos foram dadas para relatar. Mesmo assim, estabeleci critérios porque recebi sete emendas das Comissões da Câmara, no valor de 865 milhões de reais; das bancadas estaduais, 368 milhões de reais; do Senado, 360 milhões de reais; dos Deputados Federais, 70 milhões de reais; e dos Senadores, 7,374 milhões de reais, totalizando 1 bilhão, 670 milhões de reais.

Os principais pleitos referem-se a ações de construção, ampliação e organização de creches, centro de idosos e de portadores de deficiência, que foram objeto de 305 emendas — 45% do total. Essas ações não são trazidas na proposta orçamentária a cada ano. Tradicionalmente, o Executivo, em suas propostas, não contempla com recursos ações de construção, ampliação e organização de creches, centros de idosos e portadores de deficiência. No entanto, essas ações representaram mais de 45% do número de emendas, o que demonstra a necessidade de o Poder Executivo incorporar na proposta do ano vindouro esse elenco de ações, porque se trata realmente de ações identificadas pelos Parlamentares como preferenciais.

Bem entendemos esse trabalho porque o conhecemos de perto e sabemos o que tudo isso representa. O Deputado Armando Abílio é testemunha do nosso esforço, na Paraíba, para ampliação de creches e construção de centros de convivência de idosos e atendimento ao portador de deficiência. Corroboro e associo-me aos sentimentos e pensamentos desses Parlamentares, principalmente dos autores dessas emendas, lamentando não poder incorporá-las na proposta em virtude da limitação dos recursos, como já lhes disse há poucos instantes.

Ações sociais e geração de renda. Os esforços da articulação junto ao Poder Executivo fizeram retornar ao Orçamento as chamadas "Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes", extintas na última revisão do PPA. Após reuniões com o Ministério da Previdência e Assistência Social, pudemos vincular essas ações no Programa da Comunidade Ativa. Além disso, as relações e as ações de geração de renda para populações carentes, atendendo à maioria das demandas dos Senadores e Deputados, de bancadas e Comissões, foram inseridas na programação do Fundo Nacional de Assistência Social, o que considero um grande avanço.

Atendimento às emendas.

As individuais foram atendidas na sua plenitude, com 77 bilhões de reais; as de bancada, com 43 milhões de reais; e as de Comissão, com 99 milhões e 100 mil reais. Adotamos ainda o critério de priorizar as emendas de Comissão, já que as mesmas têm caráter nacional e, além disso, referem-se a ações de assistência social comunitárias e geração de renda, cuja execução financeira dá-se de maneira mais flexível. No tocante às de bancada, favorecemos cada emenda com 4,8 milhões de reais, de modo equânime e eqüitativo, para evitar julgamentos díspares ou preferência por emendas a ou b. Penso que a melhor forma de atender às emendas foi estabelecer critérios. Para tanto, priorizamos as emendas de Comissão e estabelecemos critério único para emendas de bancada.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, são estas as observações que fiz ao Relator, num esforço conjunto com a consultoria, e o que pude trazer de colaboração a esta Comissão neste trabalho.

Agradeço ainda a participação eficiente da Consultoria de Orçamentos, sem a qual não poderia fazer este trabalho. Ofereço-me para participar no que for possível, a fim de realizar orçamento transparente e visível, como o querem que seja, até porque defendo o orçamento participativo, no qual a comunidade possa opinar sobre a aplicação dos recursos. O Orçamento tem de ser uma peça transparente, e não de ficção.

Agradeço aos Srs. Parlamentares e aos servidores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o relatório.

Com a palavra o nobre Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, ouvi e acompanhei com atenção a leitura do relatório. O que me chama a atenção — e inclusive sobre esse assunto no ano passado o Deputado Almir Sá já chamava a nossa atenção — é o que diz respeito a esses recursos alocados para o BNDES, porque o Congresso Nacional não tem nenhuma participação no planejamento, nem na indicação, nem na liberação. Quero exatamente acostar-me à preocupação de V.Exa., Sr. Presidente, para que, no próximo ano, já fazendo parte da LDO, o Congresso Nacional participe monitorando os recursos alocados para o BNDES.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, não acompanha a aplicação desses recursos.

O nobre Relator disse — e o fez muito bem — que o que é alocado para o BNDES representa dez vezes mais os recursos destinados para as emendas. Então, quero, primeiro, parabenizar S.Exa. pelo seu relatório, tirando até a identificação e o respeito como correligionário, sendo um dos seus comandados do Estado da Paraíba, e quero, também, deixar registradas minhas congratulações pelo relatório.

Em segundo lugar, quero acostar-me a essa preocupação de V.Exa. no sentido de que o Congresso Nacional encontre um instrumento para monitorar a aplicação dos recursos alocados para o BNDES.

Parabéns, Senador Ronaldo Cunha Lima!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro. (Pausa.)

Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Relator, nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, quero, inicialmente, não como gesto de cortesia parlamentar, fazer um real elogio ao relatório de V.Exa. Quando se dividiu o número de Relatorias e ampliou-se para dez Relatorias, esperávamos que cada Relator se dedicasse ao seu tema e trouxesse para debate na Comissão assuntos relevantes, para que pudéssemos aprofundar, melhorar o processo de elaboração orçamentária, talvez, às vezes, sem ter agilidade para resolver o problema deste ano, mas para o futuro. V.Exa. cumpriu esse papel em pelo menos três questões que acho fundamentais. Na análise que V.Exa. faz da Previdência Social, mostra claramente o crescimento preocupante do que convencionamos chamar créditos, e que é basicamente a sonegação. Caso não tivéssemos esse crescimento não haveria déficit na Previdência Social, nobre Senador. Além disso, V.Exa. alerta no sentido de que não existem previsões, de acordo com a gravidade do problema, de recursos para fazer esse combate à sonegação e fortalecer a fiscalização. Não existem esses recursos.

Mas quero louvar essa iniciativa. Acho que é elemento fundamental para que compreendamos o que ocorre com a Previdência Social.

O segundo aspecto relevante do relatório de S.Exa. é a análise que faz do Fundo de Assistência Social. Ali, Sr. Relator, tive até a preocupação de fazer um pequeno trabalho, tomando por base a informação que V.Exa. nos traz sobre a característica da ação do atual Governo. Ora, quando da aprovação da CPMF — e sou um daqueles Parlamentares que ficou motivado pela argumentação do Sr. Ministro Adib Jatene, na primeira edição da CPMF, que era uma verba para a saúde, e V.Exas. todos se recordam — a nossa denúncia posterior era de que o dinheiro da CPMF entrava pela porta e os outros recursos de outras contribuições sociais saíam pela janela. Ocorre o mesmo do Fundo de Erradicação de Combate à Pobreza. V.Exa. faz esse alerta, o que considero muito interessante, na página 10, onde observa que os recursos ordinários, a Fonte nº 100, que entraram no Orçamento de 2001 com 230 milhões, no orçamento de 2002 é zero. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que entrou com 104 milhões, para 2002 é zero. Se excluirmos a LOAS, Sr. Relator — e este foi o meu trabalho, porque a LOAS é algo que tem base legal; são recursos para pessoas deficientes e idosas —, se fizermos apenas aquelas ações eletivas patrocinadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, o resultado será gritante. A COFINS, em 2000, liquidou em 619 milhões. Em 2001, havia uma previsão de 671 milhões. Baixou para 62 milhões a COFINS. A CSLL vai para zero, os recursos ordinários vão para zero. E é

basicamente o Fundo de Erradicação de Combate à Pobreza. Entendemos aí, nobre Relator, o porquê de o Ministério da Fazenda ter aceito a cobrança de 0,08 da CPMF para o Fundo de Erradicação de Combate à Pobreza. Isso indiretamente ajuda a fazer o superávit. Não é à toa que a arrecadação hoje alcança 34%, e esse aumento de arrecadação não se reverte em aumento de gastos sociais. Os gastos sociais permanecem praticamente os mesmos, Sr. Relator: 938 milhões e 990 milhões. O próprio Fundo de Erradicação de Combate à Pobreza aumentou de 103 milhões para 891 milhões.

O terceiro aspecto, muito bem lembrado pelo nobre Deputado Armando Abílio, diz respeito ao alerta que V.Exa. faz para que o Congresso Nacional assuma os seus brios e sua condição constitucional, fiscalizando efetivamente os recursos do PIS/PASEP transferidos para o BNDES.

Aqui, discute-se a questão orçamentária, os jornais abrem espaços enormes para o debate da Comissão de Orçamento, muitas vezes levando à sociedade opiniões falsas, mas se esquecem de que, na proposta orçamentária, o investimento era de 9 milhões, enquanto o BNDES investiu 23 milhões. E aí? Qual é o controle existente sobre esses recursos? Qual a fiscalização exercida pelo Congresso?

Então, nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, saliento a importância do relatório de V.Exa., lamentando apenas uma coisa: não termos conseguido resolver a questão do salário mínimo. Essa vai ser a polêmica deste Orçamento, nobre Relator. Sei que a solução não está nas mão de V.Exa., mas é muito relevante, para a distribuição de renda no País, que haja aumento real do salário mínimo. É inadmissível que não possamos prever aumento real do salário mínimo, o maior fator de distribuição de renda neste País. Os picos de distribuição de renda deram-se justamente nos anos em que houve aumento real do salário mínimo.

Sr. Relator, todos os Deputados, inclusive Parlamentares do PFL, vão se empenhar para que haja aumento real do salário mínimo. Quanto? Estou aberto para discutir. Nosso objetivo era, no mínimo, alcançar os 100 dólares, ou seja, algo em torno de 225 reais, levando-se em conta a cotação prevista para o dólar no final de dezembro de 2002. Se não conseguirmos isso, estaremos abertos a receber a contraproposta da base governista.

Sr. Presidente, o Congresso não pode permitir que o Orçamento seja aprovado sem que esteja previsto aumento real do salário mínimo. Sei que, no fundo, esse é o desejo de V.Exa., e espero que, juntos, e com o empenho da Relatoria-Geral, trabalhemos para conseguir esse objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, primeiramente, queria me desculpar pelo atraso. Estava na Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família quando fui informada de que tinha chegado minha vez de falar.

Sr. Presidente, falando em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, parabenizo o Senador Ronaldo Cunha Lima, pelo seu relatório. Entretanto, como atuante na área de assistência social, não poderia deixar de fazer três importantes destaques.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje começa a III Conferência Nacional de Assistência Social. Todos os Srs. Senadores e Deputados discutem nas suas bases as necessidades especiais de crianças e adolescentes portadores de deficiência. A Comissão de Seguridade apresentou três emendas nesse sentido, tentando restabelecer os orçamentos indispensáveis à execução dos projetos de assistência continuada do Governo Federal.

A primeira emenda trata dos idosos, especificamente quanto à construção, reforma e ampliação de centros de atendimento à pessoa idosa. Se compararmos a proposta orçamentária com a do Conselho Nacional de Assistência Social, veremos que os idosos perderam 38%. A segunda emenda diz respeito às pessoas portadoras de deficiência, que perderam, no Orçamento, 42% em relação à proposta apresentada pelo Conselho. No que diz respeito à criança, tão falada por todos nós, a perda foi de 17,88%.

Pela primeira vez, a nossa Comissão apresentou três emendas para a área de assistência, provando existir necessidade real de recursos para a área social deste País. Durante nossas campanhas eleitorais, todos falamos em pobreza, fome, desnutrição, criança, pessoas portadoras de deficiências e seus direitos, mas é por meio do Orçamento, Sr. Presidente, Sr. Relator, que podemos garantir a efetiva execução de programas sociais. Sem isso, vamos continuar no discurso e não transformaremos a prática.

Nós, por intermédio da Comissão, preparamos os Destaques nºs 7, 8 e 9. Infelizmente os valores neles indicados são de 3,5 milhões para cada um. Fico assustada, porque, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para a rubrica "Ações Comunitárias", do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, já discutida por nós na Comissão, foram destinados 50 mi-

lhões. Isso, no mesmo relatório. Então, é melhor investir 50 milhões em ações comunitárias, de maneira geral, ou efetivamente investir em programas que fazem parte do projeto de assistência social votado e decidido pela sociedade civil organizada, através do seu Conselho junto ao Governo Federal? Eu não questiono os 50 milhões para as ações comunitárias. O que questiono é o fato de a Câmara dos Deputados, por meio de sua Comissão de Seguridade Social e Família, receber 3,5 milhões, enquanto a Comissão do Senado recebe 50 milhões.Qual é o critério adotado para tal decisão? Por que as ações continuadas, programas elaborados e discutidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, recebem somente 3,5 milhões, se o discurso de todos nós, na base, é a criança, o adolescente, a pessoa portadora de deficiência?

Tenho certeza de que o nobre Relator Ronaldo Cunha Lima fará todos os esforços para resolver tal situação. Fico imaginando como o Deputado Eduardo Barbosa e eu, amanhã, as 9h, na III Conferência Nacional de Assistência Social, vamos explicar àquele grupo de pessoas, oriundas de todo o País, que o Orçamento da União não vai prever recursos mínimos para programas mínimos que beneficiam 30 milhões de brasileiros que vivem abaixo do nível de pobreza, se todos os dias vamos aos microfones da Casa falar sobre eles.

Portanto, faço um apelo a esta Comissão e ao nobre Relator no sentido de que restabeleçamos esses valores. Este é um pleito de todos os Prefeitos e Governadores deste País, de todos aqueles que, como meta constitucional ou por força da Lei Orgânica da Assistência Social, executam as ações sociais deste País.

Obrigada, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, agradeço inicialmente ao Deputado Armando Abílio as referências elogiosas, embora marcadas pela suspeição dos vínculos de amizade que nos unem. Fiquei muito feliz com a sua intervenção.

Deputado Sérgio Miranda, já me dou por satisfeito pelo meu trabalho por sua acuidade, pois V.Exa. percebeu bem, nas imagens que aqui exibi, dados e números que revelei e, principalmente, os comentários que fiz sobre a necessidade de o Congresso Nacional não abrir mão de sua prerrogativa em relação a recursos do BNDES. São 3 bilhões e 800 milhões, mas o Congresso Nacional não atua para acompanhar a aplicação desses recursos. Chego a dizer que os recursos do BNDES são dez vezes mais que os recursos destinados a contemplar propostas desta Comissão, o que é uma disparidade.

Agradeço à Deputada Laura Carneiro a participação. Antes de sua chegada, exibi transparências que mostram exatamente essas disparidades. Referi-me aos portadores de deficiência, inclusive à emenda provisória sobre idosos e problemas sociais. Procurei contemplar todas as emendas de Comissão que me foram trazidas para análise, às quais dei prioridade, porque são passíveis de atendimento mais amplo. Endosso as sugestões de V.Exa. Vamos somar esforços para ampliar os valores que ficaram dentro do limite do que pude fazer. Expliquei que recebi apenas 219 milhões para atender a emendas que orçavam em 1 bilhão e 76 milhões. Daí as minhas limitações. Mas vamos nos empenhar junto ao Relator-Geral. Somo meu apoio ao pleito de V.Exa., para que busquemos a solução mais justa para o problema que foi aventado durante a exposição das transparências.

Lamento que V.Exa. não as tenha visto. Fiz uso da palavra não de forma subjetiva, mas, sim, citando números e mostrando esses destaques. Conte com meu apoio, para tentarmos melhorar essa situação junto ao Relator-Geral, a quem iremos transferir a competência da edição final do relatório, até porque meu relatório já foi apresentado e não tenho como modificar, a esta altura, o encaminhamento da sua proposta. Mas tentaremos buscar recursos, a fim de atender plenamente às emendas a que V.Exa. se referiu, já que dei prioridade às emendas de Comissão. Essas, sim, valem mais que outras. Conte com meu integral apoio, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de saudar o Relator. Lamentavelmente, com o tempo constatamos — e isso não tem nada a ver com o trabalho de S.Exa. —, o quanto mente o Governo Federal. Há alguns anos, o Governo, usando o discurso de que o País precisava de recursos para a saúde, levou o Congresso Nacional a criar a CPMF, contribuição que seria provisória, mas se tornou permanente. O Governo só não a transforma em imposto porque teria de dividir a arrecadação com Estados e Municípios. Os quase 20 milhões gerados pela CPMF substituíram os recursos da saúde, os orçamentários e os oriundos de impostos. Esses recursos foram sub-

traídos, e a saúde continua com recursos da ordem de 22 milhões.

Agora, a mesma coisa acontece com a assistência social. Ano passado, o Congresso Nacional criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Lamentavelmente, o Governo Federal está substituindo todos os recursos que eram destinados à área social — mais de 201 milhões, oriundos de fontes antigas —, pelos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Portanto, o Governo mente quando anuncia o aumento de recursos para a área social, pois está apenas substituindo suas fontes. Por isso, manifesto meu repúdio.

Gostaria de registrar ainda que no trabalho de V.Exa. é identificado o percentual de 78% dos 14 bilhões do Ministério oriundos de recursos do FAT para duas ações: abono salarial e seguro-desemprego. Infelizmente, identifica-se aí algo grave. Aproximadamente 46% das pessoas que fazem jus ao seguro-desemprego não o procuram, assim como 28% dos que deveriam receber abono salarial, possivelmente por falta de conhecimento e divulgação desse direito. Também houve uma queda substancial do salário-maternidade, que cai de 1,100 bilhão para 625 milhões. Fica uma pergunta: o que justificaria esse comportamento?

Sr. Presidente, quanto à qualificação profissional — vi o Deputado Jorge Bittar fazendo anotações, e S.Exa. deve falar a respeito —, o Governo fez muita propaganda, em função da crise que o País vive, de que qualificação profissional seria sua prioridade. No entanto, houve redução de 37,8% dos recursos para essa área, em relação ao ano passado. Será que o Governo chegou à conclusão de que o País já acumulou conhecimento suficiente, que não há mais necessidade de formar seus trabalhadores e qualificar mão-de-obra? Aquela propaganda que justificou inclusive demissões e contratos temporários já não vale mais? Ou seria outra mentira do Governo?

Para concluir, quero falar sobre o salário mínimo. Analisando as despesas com os benefícios previdenciários, percebe-se que teríamos uns 2 bilhões acima do gasto permanente, o que dará uma correção de 5,5% à 6% para o salário mínimo, que representa menos que a inflação normal. Será que o Governo está pensando mesmo em fazer a correção do salário mínimo nessa proporção, envergonhando mais uma vez o País? E aquela promessa antiga do salário mínimo de 100 dólares?! Será que nem isso ele pode cumprir? E o Congresso Nacional não se dedicará a resolver em definitivo a questão do salário mínimo, coisa que, acredito, teremos como meta anual partir de agora, pois já está demonstrado que o Executivo não está cuidando também do salário mínimo?

Sr. Presidente, esses são nossos desafios, posicionamento e desabafo. Gostaria de saudar V.Exa., porque, na página 45, há um tratamento dado à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Duas emendas foram acolhidas, com recursos bastantes razoáveis. É sempre uma grande demanda. Estou tão assustado com Parlamentares que relatam projetos e acolhem emendas, que representam valores altos, de Deputados e bancadas, mas não acolhem emendas coletivas, que, quando vejo alguém acolher uma emenda coletiva, fico feliz! Portanto, cumprimento-o por essa disposição. É verdade que são ações muito importantes: uma trata de ações sociais e comunitárias para populações carentes, área que necessita de muito recurso; e a outra diz respeito à qualificação de jovens em risco social. Saúdo-o pelo acolhimento dessas duas emendas, mesmo sabendo que os recursos sempre são inferiores ao necessário para ações desse porte.

Registro mais uma vez o meu desencanto com o comportamento do Governo, que substitui as fontes sociais sempre que o Congresso Nacional aprova projeto que acrescenta recurso para essa área, como foi o caso da CPMF e, mais recentemente, do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Sr. Presidente, também registro, com saudade, a ausência do ex-Deputado João Fassarella. Com certeza, S.Exa. faria neste momento pronunciamento que arrepiaria os colegas. Dos companheiros que conheci nesta Casa, era o que tinha o melhor trabalho na área de ação social. S.Exa., agora Perfeito de Governador Valadares, deixou um vácuo na bancada do partido. Ainda não identificamos outro com igual capacidade para substituí-lo, com a precisão e o carinho com que fazia suas análises. De qualquer forma, tentaremos corrigir, em parte, as distorções causadas pelo comportamento do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ouviremos agora as sábias palavras do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, obrigado. Não sei se minhas palavras serão tão sábias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, levanto algumas questões que creio serem importantes, e gostaria de que o nosso Relator se manifestasse a respeito. A primeira delas, já levantada por outros

Parlamentares da minha bancada, diz respeito ao reajuste do salário mínimo.

Existem, nas despesas de benefícios previdenciários, 83,2 bilhões em 2002. Parece-nos que há cerca de 2 bilhões acima do necessário. Gostaria de saber se essa diferença diz respeito ao reajuste, se aí está implícito quantitativo para reajuste do salário mínimo, e quanto se estava imaginando para esse fim.

Outra questão que chama atenção no relatório é que foi colocado como déficit da Previdência 14 bilhões de reais para 2001 e 2002. Está no Anexo C.

Se levarmos em consideração a Desvinculação da Receita da União — DRU, vamos observar que esse déficit não existe. Para esta Casa, que votou a Constituição ora em vigor, o que temos é a definição de seguridade social que não foi mudada. No entanto, não cabe aí o discurso de déficit da Previdência, principalmente porque isso é o que dizem o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Se abatermos a DRU e se levarmos em consideração o disposto na União, de que as receitas da seguridade social não são apenas as que o Governo deseja e que contam para o seguro, seria importante mudarmos essa nomenclatura e não as considerarmos déficit, porque não o são. Basta ver o conceito de seguridade.

Outro fato que também nos chamou atenção e para o qual gostaria de obter explicação, diz respeito às despesas previstas para o salário-maternidade, que caíram de 1,1 bilhão de reais em 2001 para 625 milhões em 2002. Por acaso, há algum dado que não está implícito no relatório relativamente à diminuição da fecundidade da população? Qual a justificativa para a diminuição desses dados?

Outras questões já foram levantadas pela nossa bancada, mas é importante termos um parâmetro, como disse o companheiro João Coser, a respeito da CPMF. Antes de existir a CPMF fazia-se o discurso de sua necessidade para o financiamento ou para a despesa na área de saúde. Após a inclusão da CPMF, outras fontes foram reduzidas. A mesma questão se cria agora na previdência e na assistência social. Ao remeter a CPMF para a Previdência, outras fontes foram retiradas. Temos de tomar cuidado. Acrescentar uma fonte de recurso não significa tirar outra já existente, mas, sim, ampliar o atendimento. Se retirarmos fontes, como dizer que há déficit? Se a fonte existia, não há déficit na Previdência. Caso exista alguma sobra, teremos de fazer com que a assistência social seja ampliada.

Além desses esclarecimentos, quero dizer que o Deputado Carlito Merss e eu assinamos alguns destaques sobre os quais debateremos também no momento oportuno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao ilustre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ronaldo Cunha Lima, antes de fazer algum comentário sobre o relatório de V.Exa., tenho o pedido de conterrânea sua, a Presidenta da Comissão de Legislação Participativa, Deputada Luiza Erundina.

A Comissão fez alguns destaques: um trata de cursos de informática para jovens menores de idade de regiões metropolitanas; outro é relativo a idosos, que receberão 38% a menos este ano. Sei que V.Exa., juntamente com o Relator-Geral, com muito carinho, talvez possa atender a esses dois destaques que fiz a pedido da Deputada Luiza Erundina.

Parabenizo V.Exa. pelo relatório que produziu. Sei que muito se esforçou para redigir essa obra. Na parte relativa ao salário mínimo, lê-se que, se acrescentarmos um real ao salário mínimo, aumentaremos 215 mil nas despesas e, talvez, 60 ou 70 mil na receita. Se acrescentarmos os 10 reais que o Governo pretende, elevaremos para 2 bilhões as despesas. Se acrescentarmos 100 reais, para ficarmos perto dos 100 dólares, ou seja, 280 reais, aumentaremos em 20 bilhões as despesas. O Governo aumenta por ano 100 bilhões de reais de dívida interna.

Há 15 anos, quando nem mesmo havia esta Comissão, ele não conseguiu, em pouco mais de três anos, apenas cobrando dos sonegadores, equilibrar a arrecadação com as despesas da previdência social.

Se o Presidente não fosse Fernando Henrique Cardoso, até faria um apelo para que o Deputado Waldir Pires voltasse a ser Ministro, porque neste Brasil ninguém paga previdência social e ela vai acabar quebrando. Enquanto, há vinte anos, havia um fiscal para duzentas empresas, hoje, há um fiscal para 7 mil empresas. Desse jeito não vai. Resta, Senador Ronaldo Cunha Lima, parabenizar V.Exa. e esperar que o Governo Federal crie juízo e cobre do Ministério da Previdência Social melhor fiscalização, para que não quebre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Esses comentários foram feitos no relatório e também

mostrados nas transparências. Para o Fundo de Combate à Pobreza deveria haver recursos estáveis e não condicionados, conforme salientei no relatório e repeti na minha modesta exposição.

Para a qualificação profissional, reportada por V.Exa., temos o recurso do FAT. Defendi na minha preliminar melhor acompanhamento, por parte do Congresso Nacional, dos recursos destinados ao FAT, principalmente no caso do BNDES, que é dez vezes maior do que o recurso total destinado a esta Comissão Temática. O Congresso Nacional tem a prerrogativa de fiscalizar a aplicação desse recurso. Volto a insistir nessa tese, acatando também a manifestação de V.Exa.: a qualificação profissional não pode ficar na dependência de recursos condicionados, mas, sim, de recursos estáveis, como deixei expresso em meu relatório. Agradeço a interferência de V.Exa.

Por último, quanto ao salário mínimo, devo dizer que na proposta do Governo não há uma rubrica específica para a intensificação do seu valor, ela é apenas simbólica.

Acolhemos emenda de Comissão da Câmara dos Deputados para manifestar ou expressar nossa posição de apoio ao aumento real do salário mínimo, como salientou agora o Deputado Gonzaga Patriota, sinalizando para a aprovação daquela emenda. Nossa posição é de apoio à fixação clara de um salário mínimo condizente com a realidade do trabalhador brasileiro. Lamentavelmente, no Orçamento, não podemos identificar qual é o valor atribuído a essa rubrica. Apenas para exemplificar o que citei: um real de aumento no salário mínimo implicaria 219 milhões de reais no Orçamento, o que totalizaria a receita da Área Temática e inviabilizaria sua prática, qualquer que fosse o reajuste relacionado, por maior boa vontade que eu tivesse, e tenho

Em relação ao apelo da minha conterrânea, queria dizer que atendi, não digo completamente, mas em parte, pois foram consignados 16 milhões de reais, por meio da emenda da Deputada Luiza Erundina, na proposta da Comissão, até porque é uma emenda de efeitos genéricos, abrangentes. Eu pude atender porque ficaram 13 milhões de reais para a qualificação de jovens e 3 milhões para a de pessoas idosas, totalizando 16 milhões de reais. Creio que foi o atendimento limite, dentro do que eu dispunha nos escassos recursos que me foram facultados.

Posso lutar com V.Exa. e com a Deputada Luiza Erundina junto ao Relator-Geral para tentar modificar alguma coisa. Podem contar com o meu apoio. Agradeço a colaboração.

Digo ao Deputado Dr. Rosinha a mesma coisa em relação ao salário mínimo. Repito o que eu disse ao Deputado Gonzaga Patriota. Manifestei, ao aprovar a emenda da Câmara, a sinalização de que esta matéria deve constar na rubrica orçamentária com valor definido, embora na proposta não venha expressamente manifestado o valor do salário mínimo. Mas eu fiz questão de manifestar no meu relatório apoio a uma definição justa do salário mínimo. Citei que um real de aumento representaria 209 milhões de reais, maior do que toda a soma de recursos da área social e do trabalho. Daí, a definição do Governo de que não poderia ultrapassar esse limite, porque eu estava circunscrito a ele. Mas agradeço a participação de V.Exa. A sua contribuição é muito valiosa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Obrigado, Sr. Presidente. Também gostaria de dizer que o Relator, com certeza, fez excelente trabalho em relação ao relatório, em função das dificuldades que tem com os limites.

Eu queria fazer algumas observações sobre a dívida dos contribuintes com o INSS. Sabe-se que ela subiu de 60,9 milhões de reais para 115 milhões, entre 1998 e 2000. A despesa com benefícios previdenciários prevista em 82,2 milhões de reais, em 2002, foi diminuída em 2 milhões. Essa folga de 2 milhões de reais pode estar relacionada com a margem criada para o reajuste implícito do salário mínimo entre 5,5% e 6%. A proposta do Governo é de elevar o salário mínimo para 190 reais, o que foi confirmado pelo Deputado Dr. Rosinha.

Sr. Presidente, estamos ansiosos porque não percebemos a preocupação que tem de haver em relação a alguns programas que consideramos fundamentais na área de assistência social. É importante dizer, nesse sentido, que alguns programas da área de assistência social são deixados em segundo plano. Isso não é bom porque esses programas foram propostos pelo Governo Fernando Henrique Cardoso para a assistência social. O Partido dos Trabalhadores vai apresentar vários destaques relacionados a essas questões, especialmente no caso do salário mínimo, que temos como prioridade.

Sr. Presidente, são as minhas observações. Faço um apelo a V.Exa. para que aceite esses destaques. A Deputada Laura Carneiro deixou clara sua preocupação com a área social que existe, a despeito de ser ano eleitoral. Tanto é verdade que a maioria absoluta dos Deputados tem no seu discurso político a questão da assistência social.

Eram estas as observações que gostaríamos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, já votamos um relatório parcial, agora é o segundo. Temos de votar ainda hoje os destaques desses relatórios?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, Deputado, a idéia é ler e discutir. Vai-se encerrar o prazo para destaque hoje.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – De todos os relatórios?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, dos que foram discutidos, até agora, quatro. Este é o quinto relatório. Depois deste, teremos mais um. A idéia é aprovar mais um relatório hoje. O relatório sobre planejamento e desenvolvimento urbano é o próximo. Se a maioria da Comissão o entender, podemos trabalhar noite adentro. Se assim entenderem, trabalharemos até a hora de começarem a votar destaques na Ordem do Dia da Câmara.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Esta é a minha grande preocupação, pois preciso defender alguns. Como os trabalhos estão sendo muito longos, na hora de defender os destaques, a matéria ficará prejudicada, se os autores não estiverem presentes.

Eu gostaria que a Presidência definisse essa questão, para que cada Líder oriente sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Comissão não funcionará durante a Ordem do Dia da Câmara. Não haverá problema para o Parlamentar permanecer aqui.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Relator, complementando a minha fala, quero elogiar o trabalho de quase perfeição realizado por V.Exa.

Quero também fazer uma observação. Infelizmente o nosso Orçamento é autorizativo. Isso tem feito com que todos nós, que trabalhamos exaustivamente no Orçamento, varando noite, tentando atender da melhor forma possível os nossos Estados e o País, acabemos solucionando o que deveria ser do Executivo. São tantas questões apresentadas, o salário mínimo e a previdência social, por exemplo. E mesmo trabalhando assim, conseguimos aprovar as nossas emendas individuais.

Quero destacar, Sr. Relator, que observamos no relatório grande número de emendas individuais, visto que os Parlamentares também priorizam o atendimento social. Apresentamos emendas coletivas, através das quais temos mais condições de influenciar e de levar os recursos para os nossos Estados. O Relator tratou de forma equânime todos os Estados, que preferiram prestigiar um pouco mais as emendas de Comissão. As emendas de Comissão, da mesma forma, ficam nas mãos do Ministro ou dos Secretários, cabendo a eles definirem a seu bel-prazer, sem critério preestabelecido. Normalmente essa distribuição se dá muito mais de modo político, mais de acordo com a preferência do Chefe da Pasta do que da atuação do Parlamentar.

É nessa linha que queremos, mesmo o Relator tendo feito bom trabalho, pedir atenção especial aos destaques para tentar encontrar alguma forma de atendê-los, principalmente no caso dos de bancada. Nós, de Mato Grosso, também fizemos um destaque, defendendo nossa emenda de bancada, no sentido de ampliar o valor concedido. Cada Unidade da Federação terá seu próprio argumento, mas Mato Grosso é um Estado extremamente grande, um Estado em desenvolvimento. Em sua maior parte, as cidades são novas e precisam de muitos recursos, principalmente para infra-estrutura.

Nesse sentido apelo ao Relator para que atenda nossos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem inteira razão, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, em primeiro lugar, meu caro Senador Ronaldo Cunha Lima, quero associar-me a todos aqueles que teceram elogios pela qualidade do relatório produzido por V.Exa. Um relatório que não se limita a tratar de modo tecnocrático o tema, mas aponta uma série de problemas a partir de diagnóstico sério, sistemático de valores de receitas e despesas previstos no Orçamento sobre gastos com previdência e assistência social.

Chamou-me atenção uma série de fatos aqui já citados por diversos Parlamentares, como é o caso do Deputado João Coser, que está aqui ao meu lado, quando V.Exa. caracteriza ainda a ação incipiente do Ministério da Previdência em face do crescimento do número de devedores e do montante da dívida com o Ministério de todos aqueles que deveriam contribuir regularmente. Isso denota não apenas ineficiência, mas talvez falta de vontade política de combater a sonegação, dado o volume gigantesco de recursos, que hoje montam a casa dos 115 bilhões de reais.

É algo que está a merecer tratamento sistemático desta Casa, por meio das Comissões Permanentes ou talvez até de uma CPI, no sentido de investigar as causas que levam a Previdência a ser tão ineficiente na cobrança de seus devedores, diante do fato de que o próprio Governo é que vem denunciando sistematicamente o crescimento dos gastos com previdência social, o crescimento do déficit previdenciário.

Ora, ao mesmo tempo em que se denuncia isso, constata-se um crescimento dos devedores. Isso reflete também a absoluta ineficiência e ineficácia tanto com a fiscalização — quero dizer quanto ao efetivo de pessoal para a fiscalização — quanto com os próprios mecanismos informatizados de identificação dos sonegadores.

Gostaria de ressaltar, dentre tantas outras coisas, a redução de gastos com a qualificação profissional. Ora, a redução de 40% nos recursos do FAT para qualificação profissional está a merecer apreciação mais séria por esta Casa. O que leva o Governo a, repentinamente, reduzir esses recursos? O próprio Governo que fala em modernização, em mercado de trabalho cada vez mais exigente, quanto à qualificação da mão-de-obra diante da nova realidade da revolução industrial, da revolução científica e tecnológica, por que, contraditoriamente a seu discurso, reduz os gastos com qualificação profissional, e, conseqüentemente, a probabilidade de os desempregados se reinserirem no cada vez mais exigente mercado de trabalho?

Vou novamente salientar que a redução de gastos com qualificação profissional é absolutamente gritante. Nós tivemos despesas autorizadas de 499 milhões de reais este ano nessa área. Já foram liqüidados 458 milhões com essa rubrica, e para o próximo ano temos previsão de apenas 311 milhões de reais. É lamentável que isso esteja ocorrendo, e também é lamentável que o Poder Executivo não justifique essa redução brutal, absolutamente inexplicável e injustificável para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Terminou o prazo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Penso até que essa questão deveria merecer tratamento especial por parte do Relator-Geral. Penso que deveríamos apontar para S.Exa. uma solução para esse tema, porque não podemos ficar apenas contemplando redução tão drástica de recursos essenciais e não tomarmos uma providência.

Por fim, a questão do salário mínimo. Sei que não está na alçada de V.Exa. resolver essa questão. Mas penso que com o esforço de V.Exa., com o esforço do conjunto dos Parlamentares desta Comissão, nós poderemos identificar fontes adequadas para prover aumento real dos valores do salário mínimo. Nós sabemos que isso trará enorme benefício social para parcela importante da sociedade, e tem a ver com a possibilidade de ativar setores importantes da economia brasileira, que produzem bens de consumo populares, aumentando, assim, a geração de emprego.

Desse modo, eu cobraria de todos os Parlamentares presentes, uma vez que, de alguma maneira, resolvemos de forma razoável o problema das emendas coletivas e das emendas individuais.

A questão do salário mínimo deve merecer, nesta etapa final, o esforço do conjunto dos Parlamentares e constituir uma bandeira desta Comissão. Apenas 5%, a metade da inflação anual, é absolutamente inaceitável por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já foi anunciada e iniciou-se o processo de votação no plenário. Portanto, solicito a V.Exa. a suspensão da reunião, para que possamos participar da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O processo de votação não começou na Câmara, segundo fui informado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Já se iniciou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O processo de votação?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – De votação. Não o processo de votação nominal, mas já se encontra em processo de votação de requerimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Votação de requerimento da qual nós temos de participar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O entendimento é que iniciou a Ordem do Dia, não querendo ser muito rigoroso, mas o processo de votação, eu estou monitorando daqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto, Sr. Deputado. Penso o seguinte, o Relator vai responder aos três últimos Parlamentares que fizeram a sua intervenção. E nós vamos ter de suspender a reunião por conta do início da Ordem do Dia na Câmara. Preciso ver com que prazo eu convocaria

nova reunião. Com a experiência de V.Exa., Deputado João Coser, até que hora iria a sessão?.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, a impressão é que a primeira votação será rápida, mas, a partir daí, haverá mais duas votações que, ao que tudo indica, vão demorar. A impressão é de que teremos uma longa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está convocada sessão do Congresso para amanhã, às 10h.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, consulto V.Exa. sobre quantos inscritos ainda há.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda há quatro inscritos.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Além dos que já falaram? Talvez pudéssemos concluir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu vou fazer o seguinte: vamos encerrar este relatório, pelo menos rapidamente, e depois suspendemos a reunião.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu me dirijo aos Deputados João Grandão, Welinton Fagundes e Jorge Bittar, porque os três trataram do mesmo assunto, o déficit da Previdência, que é uma das minhas preocupações. Eu peço até para repetir a transparência, para mostrar a minha preocupação.

Deputado João Grandão, acompanhando a evolução da despesa e da receita, observamos uma trajetória mais ou menos constante, enquanto a inadimplência teve evolução que chamei de explosiva. O gráfico mostra a linha azul, que é a inadimplência. Daí, chamou-me atenção a necessidade de mostrar esse fato e advertir a Casa para a importância de fiscalizarmos esses recursos. Afinal de contas, isso é assustador. A soma de recursos da inadimplência é muitas vezes maior do que a receita, e esses recursos, como diz o nobre Deputado Jorge Bittar, podem e devem ser mais bem aproveitados em problemas sociais e até mesmo para o salário mínimo, que é exigência da sociedade. Não é possível aceitar esse quadro.

Louvo a intervenção de V.Exa. e fico feliz pela observação que fez desse detalhe do meu relatório. Detectei esse aumento crescente da inadimplência, enquanto a receita não acompanhava o mesmo passo. Daí o Congresso Nacional não abrir mão da sua prerrogativa de fiscalizar a utilização desses recursos.

Ainda disse que o Congresso não detalha despesas do BNDES, mas recursos do FAT. No meu relatório, defendo que o Congresso Nacional não abra mão da sua prerrogativa de detalhar no Orçamento a aplicação desses recursos, porque, afinal de contas, eles são do trabalhador. Não é possível que fiquemos à margem e só o Executivo delibere, à nossa revelia. Temos de fazer valer a nossa prerrogativa também de definir a aplicação dos recursos do BNDES.

Essas informações transmito também ao nobre Deputado Jorge Bittar. Na verdade, Deputado, eu disse, e repito que não podemos abrir mão da prerrogativa de definir a aplicação dos recursos do FAT e do BNDES, porque hoje esses recursos são dez vezes maiores do que a totalidade dos recursos destinados a esta Comissão, e o Congresso não atua na sua distribuição nem na sua aplicação.

Não podemos abrir mão da prerrogativa, é dever nosso. E o Governo, no próprio Orçamento, tem de encaminhar com o detalhamento das despesas e receitas. Nós, Parlamentares, temos, mais do que o direito, o dever de destinar esses recursos, que são do trabalhador. Não é possível que fiquem à margem do processo social. Está aí o salário mínimo, desafiando nossa inteligência. E temos que encontrar soluções. Se os recursos do FAT estão sendo desviados para outros fins, porque não utilizá-los também para o salário mínimo. Nós temos que encontrar solução aqui.

Quando me manifestei pela aprovação da emenda da Comissão da Câmara sobre o salário mínimo, que é imprescindível e inadiável, quis simbolizar a minha posição política de apoio. É um desafio que temos pela frente. Sei que esta Comissão exauriu a sua competência, mas ela pode se somar ao Relator-Geral e ao Plenário da Comissão para, juntos, buscarmos uma solução para o salário mínimo. Não é possível continuar como está.

Fico feliz, Deputado Jorge Bittar, a quem rendo minha homenagem pela admiração pessoal que lhe tenho. É um desafio que precisamos enfrentar e vencer. V.Exa. conta com a minha colaboração efetiva para buscar solução para esse desafio e vencê-lo.

Muito obrigado, Deputados João Grandão, Welinton Fagundes e Jorge Bittar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabéns, mais uma vez, Senador, pelo excelente relatório.

Vou encerrar as inscrições para essa Área Temática.

Ficaram quatro oradores inscritos: Deputados Giovanni Queiroz, Virgílio Guimarães, Pedro Novais e Gilmar Machado.

Vou encerrar a reunião, convocando outra para amanhã, às 9h30mim, para reiniciarmos essa discussão e das Áreas Temáticas seguintes.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da Pauta nº 28/2001, que são os relatórios setoriais apresentados para as áreas temáticas da proposta orçamentária para 2002.

Ordem do Dia.

Continuação da discussão dos relatórios setoriais das áreas temáticas da proposta orçamentária para 2002.

Previdência e Assistência Social. Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima.

O próximo orador inscrito é o Deputado Giovanni Queiroz, que está ausente.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vários aspectos do relatório do Senador Ronaldo Cunha Lima mereceram considerações elogiosas de muitos Parlamentares, até mesmo da bancada do PT. Entretanto, nobre Relator, creio que nesse relatório reside o ponto fulcral, aquele que provavelmente causará maior polêmica na peça orçamentária.

Talvez à revelia da sua vontade, Senador Ronaldo Cunha Lima, esteja nessa área temática localizada a batalha central da aprovação da lei orçamentária para 2002. É exatamente aí que se encontra a previsão do reajuste do salário mínimo, a indicação, de maneira não explícita, mas muito clara — do contrário não haveria recursos orçamentários —, de um aumento do salário mínimo para apenas 190 reais.

Seguindo a linha das discussões travadas no decorrer desta Legislatura, esse valor é inaceitável. A cada ano reafirmávamos nossa intenção de recuperar gradativamente o poder aquisitivo do salário mínimo, mas o que está sendo feito agora é exatamente o contrário.

Neste ano, por razões diversas, a inflação superou a previsão feita na época da elaboração do Orçamento para 2001, e o ano ainda não se encerrou. Ao contrário do que se imaginava, houve absoluto sucesso das metas de arrecadação; não houve frustração de receita, no entanto, para surpresa nossa, vemos o salário mínimo ser tratado com indiferença pelo Governo.

Os servidores públicos, com muita luta, arrancaram para seus salários algum reajuste. Muito aquém daquilo que desejavam e mereciam, é verdade, e aquém do que estabelece o texto constitucional, mas conseguiram alguma coisa com o prolongado movimento paredista que organizaram.

Mas e os aposentados do salário mínimo, e os beneficiários da Previdência, e os sofredores da iniciativa privada que só recebem um salário mínimo por mês, como ficam? Esse me parece ser o ponto central de toda a peça orçamentária.

Faço questão de reavivar a memória de tantos quantos fizeram discursos nesta Casa defendendo o salário mínimo de 100 dólares. É claro que há dúvida a respeito do que significam 100 dólares em reais, mas qual será a previsão desse valor para o próximo ano? Pode-se argumentar que 100 dólares seriam um número mágico, mas o rebaixamento é evidente diante de qualquer previsão de cotação do dólar.

Lembro-me bem de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias previa o dólar a 2,16 reais. Por que então o salário mínimo de 190 reais? A realidade de hoje já é outra, e a cotação da moeda americana já ultrapassa os 2,40 reais. Alguns dizem que o real continua se valorizando e que o dólar poderá fechar o ano valendo 2,40 reais — hoje, vale 2,45 reais. Acho muito pouco provável que isso aconteça ainda este ano, mas, de qualquer forma, não há possibilidade de que o valor caia abaixo de 2,20 reais, ou seja, um salário mínimo de 220 reais.

Sr. Presidente, nobre Relator, eu não poderia deixar de assinalar este ponto.

Para encerrar, quero apenas dizer que estamos lutando para aumentar as receitas. Estão aí a CIDE e a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras. Não vamos criar obstáculos para a votação dessas matérias ainda este ano. Vamos também agilizar a aprovação da TIP (Taxa de Iluminação Pública), que de certa maneira compensará os Municípios. Não podemos frustrar as expectativas do assalariado e do pensionista da Previdência Social.

O Congresso Nacional já está oferecendo à população um espetáculo ao aprovar essa forma disfarçada de revogar a CLT; não pode passar um recibo de que sempre vota contra o trabalhador.

Sr. Presidente, nós vamos votar contra esse relatório porque ele não prevê um reajuste minimamente aceitável para o salário mínimo. Vamos travar esta batalha ao longo do mês de dezembro, para que o Brasil não se veja jogado na vala comum dos países

do "Quinto Mundo" — os de Terceiro Mundo já oferecem salário mínimo superior ao proposto.

Senador Ronaldo Cunha Lima, cumprimento V.Exa. por vários aspectos do seu relatório, mas, infelizmente, seremos obrigados a travar uma batalha no que diz respeito a um ponto dele, para melhorar o conjunto do Orçamento para 2002 e, com isso, melhorar um pouco o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nobre Relator, reconhecendo as dificuldades que todos tiveram na obtenção de recursos, quero reforçar o que disse o Deputado Virgílio Guimarães. O nobre Relator deixou brecha no relatório para que pudéssemos fazer essa disputa. Não podemos continuar aceitando o salário mínimo no patamar em que está. Ontem foi feita uma alteração na legislação trabalhista, e parece que a única responsabilidade pelos problemas do País está nos salário. Isso não é verdade. Um salário mínimo de 180 reais não pode ser o problema do Brasil. Até é, de certa forma, porque, se a população ganha pouco, seu poder de compra é pequeno, portanto o crescimento do País é baixo.

Na hora de alterar nossa legislação trabalhista, apontam o exemplo da Europa, dos Estados Unidos, do Japão; entretanto, na hora de fixar um valor para o salário mínimo, ninguém sugere a mesma comparação, a conversa é outra. Se é para suprimir direitos trabalhistas, que acompanhemos as legislações européia e americana; mas vamos manter o salário mínimo brasileiro mesmo.

Quanto aos destaques, entendemos que os recursos para programas de atendimento à criança e ao adolescente estão abaixo do razoável. Sei que o nobre Relator-Setorial fez o melhor que pôde, mas vamos tentar, junto ao Relator-Geral, melhorar um pouco os programas para crianças e adolescentes, já que houve diminuição nos recursos do FAT para capacitação, e quem mais se beneficiaria desse dinheiro é o adolescente.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu agradeço aos Deputado Virgílio Guimarães e Gilmar Machado as manifestações referentes ao meu trabalho. Devo repetir o que disse ontem, quando fui reconhecido por todos: não me resta força legal, técnica ou financeira para modificar o relatório nesse aspecto. Reforço os argumentos de S.Exas., com os quais concordo integralmente, no sentido de que busquemos junto ao Relator-Geral solução para esses pontos.

Como disse o Deputado Virgílio Guimarães, a questão é realmente imperiosa, urgente, é o fulcro do Orçamento. Temos de nos reunir, discutir e encontrar, junto com o Relator-Geral, uma fórmula que atenda a esses dois pontos fundamentais.

Agradeço aos Deputados Virgílio Guimarães e Gilmar Machado a colaboração e as referências elogiosas ao meu trabalho, as quais transfiro para a assessoria. Sem ela eu não teria conseguido realizar este trabalho, nem mesmo teria podido apresentar ontem aquelas transparências.

Quanto ao salário mínimo, fiz questão de frisar no relatório, até com voto simbólico, a minha posição política e a minha consciência de que é realmente essa a questão fulcral do Orçamento. O valor não pode ficar como está. Como não identifiquei no Orçamento nenhuma rubrica relativa ao salário mínimo, fiz questão de acolher a emenda, ainda que de forma quase utópica, apenas para simbolizar a importância da questão. Temos de nos reunir com o Relator-Geral para discutir alternativas.

Eu ontem mostrava, por exemplo, que o FAT e o BNDES têm recursos de 3,8 bilhões de reais, dez vezes mais do que o total do orçamento da área que estou relatando, a da Previdência. Há meios, precisamos encontrá-los. Estamos diante de um desafio; vamos enfrentá-lo e vencê-lo.

Agradeço a V.Exas. a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Agradeço ao nobre Senador Ronaldo Cunha Lima o excelente trabalho realizado ao relatar essa área.

Convidamos para fazer a leitura do seu relatório o Senador Leomar Quintanilha, Relator da Área Temática X, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tendo em vista que o texto do nosso relatório foi distribuído há vários dias, ensejando a leitura e a avaliação dos ilus-

tres membros da Comissão, limitar-nos-emos a focalizar os aspectos mais ligados à conduta decisória desta Relatoria.

Relatoria da Área Temática X, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2001, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002 no que se refere aos orçamentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA, IBGE, ENAP e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.

Análise dos aspectos legais.

No exame da proposta do Executivo e das emendas apresentadas quanto a sua adequação às leis em vigor, em particular a do Plano Plurianual, a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a Lei nº 4.320, de 1964, nada encontramos que caracterizasse conflito com tais diplomas legais. O mesmo ocorreu em relação à compatibilidade dessas proposições com as normas da Resolução nº 1, de 2001-CN, e do Parecer Preliminar, aprovado em 10 de outubro próximo passado pelo Plenário desta Comissão Mista. Porém, embora não tenhamos encontrado violações evidentes de tais normas, tivemos certa dificuldade em determinar o efetivo enquadramento de emendas de bancadas estaduais ao art. 25, inciso II, da Resolução nº 1. Afinal, o que entender por matérias de interesse de cada Estado ou do Distrito Federal? Quem teria autoridade para fazer tal exegese?

Por se tratar de matéria subjetiva, na medida em que não foram definidos critérios objetivos para tal apuração, preferimos entender que tal apuração caberia às bancadas, num primeiro momento, e ao Comitê de Emendas, através de regras uniformes, num segundo momento. Sob tal fundamento, tomamos por adequadas todas as emendas das bancadas, inclusive as destinadas a atendimento em localidades específicas.

Análise geral da proposta do Poder Executivo.

O projeto oriundo do Poder Executivo destina 3 bilhões 918 milhões de reais ao conjunto de unidades abrangidas pela nossa área temática, sendo 3,5 bilhões de reais ao Ministério do Planejamento e 418 milhões de reais à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. Tais números, quando comparados com os 3 bilhões de reais do Orçamento para 2001, sugerem uma expansão de 28,3%. Porém, ao nível dos gastos orientados para investimentos e atendimento às necessidades das cidades e dos cidadãos, o que é ocorre é exatamente o contrário, como se acha demonstrado em nosso relatório.

Na verdade, os 189 milhões de reais programados em investimentos expressam dramática redução em relação a 1,4 bilhão de reais aprovados em 2001 e 1,1 bilhão de reais aprovados para investimento no ano de 2002.

Na realidade, só há expansão no Ministério do Planejamento, sobretudo na categoria Pessoal e Encargos, cujos gastos passam de 874 milhões de reais em 2001 para 2 bilhões e 800 milhões em 2002. Porém tal crescimento deriva da centralização de recursos para gastos com pessoal de toda a administração federal, sobretudo os relativos ao pagamento de pessoal decorrente de incorporação de decisão judicial (3,17%), com 611 milhões de reais, e à reestruturação de cargos e carreiras no âmbito do Poder Executivo, com 641 milhões de reais. Se deduzidas tais alocações gerais, os recursos para pessoal e encargos no Ministério do Planejamento se reduzem para 925 milhões de reais, ou seja, apenas 4,8% a maior do que os do corrente exercício.

Nossa análise do projeto de lei colocou em evidência a grande limitação que teríamos para viabilizar remanejamentos na área temática. Deduzidos os montantes alocados em Pessoal e Encargos da Dívida, preservados pelo art. 166 da Constituição, o orçamento total da área cai para 788 milhões de reais. Ao abatermos desse montante os 111 milhões de reais derivados de operações de crédito vinculados a empreendimentos co-patrocinados pelo BID e BIRD e suas contrapartidas, ambos resguardados pelo art. 26 da LDO, tal Orçamento cai para 622 milhões de reais. Desses, cerca de 220 milhões de reais se destinam ao custeio básico das unidades da área temática, 139 milhões de reais se referem a inversões financeiras relativas à participação do Brasil em organismos internacionais, tais como Corporação Andina de Fomento e BID, e 45 milhões de reais a gastos com benefícios tradicionais a servidores. Com isso, o orçamento da área se reduz para 218 milhões de reais, dos quais 130 milhões de reais pulverizados em 200 subtítulos estadualizados, para gastos com melhorias habitacionais e ações de saneamento. Portanto, mesmo um orçamento teoricamente remanejado, de 218 milhões, acha-se cercado de restrições.

Do ponto de vista programático, os números falam por si mesmos. A proposta contempla apenas 57 milhões de reais para o programa Morar Melhor; 63 milhões de reais para o Programa Saneamento é Vida; 53 milhões de reais para o programa Nosso Bairro e 17 milhões de reais para o programa Gestão de Resíduos Sólidos, valores inexpressivos em face das carências e das demandas nessas importantes fren-

tes de atendimento às necessidades da sociedade, sobretudo das camadas sociais de menor renda.

Análise da execução orçamentária recente.

Em atenção ao que estabelece a Resolução nº 1/2001-CN, em seu art. 30, inciso II, a Relatoria-setorial empreendeu a análise da execução orçamentária recente das unidades orçamentárias abrangidas pela área temática. Tal análise evidenciou que, embora a execução, na perspectiva das despesas empenhadas, apresente um quadro satisfatório nos dois últimos exercícios (85% e 78%), na perspectiva das despesas pagas o quadro se altera bastante, caindo para 60% em 1999 e 56% em 2000. Porém, o retardo na execução — levando a que grande parte dos investimentos seja executada sob a forma de Restos a Pagar — apresenta um cenário preocupante no âmbito da SEDU, cujos montantes pagos se situaram em 22% do autorizado em 1999 e 18% em 2000. Tal situação indica que a maior parte dos investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano ficaram para execução sob a forma de Restos a Pagar.

A programação da área temática e o Plano Plurianual.

A análise sobre a compatibilidade da programação das unidades abrangidas pela área temática ou Plano Plurianual evidenciou que esta se acha em consonância com os macroobjetivos, programas e ações estabelecidas pelo PPA, considerados os termos de sua recente reformulação.

A programação do Ministério do Planejamento se acha orientada para viabilizar várias das diretrizes da Agenda de Gestão do Estado previstas no PPA, bem como para o atingimento do macroobjetivo de sanear as finanças do Estado por intermédio de várias ações.

No que tange à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o seu programa de trabalho se orienta para implementar ações relativas aos programas Nosso Bairro, Morar Melhor, Saneamento é Vida e Gestão de Resíduos Sólidos, devidamente considerado que a partir de 2002 as ações de saneamento básico se desvinculam do programa Morar Melhor e passam a integrar o programa Saneamento é Vida.

Duas importantes deficiências foram percebidas na proposta do Poder Executivo: a) as restritas alocações ao programa Transporte Rodoviário Urbano, com apenas 2,6 milhões; e b) a total omissão com relação ao programa Infra-Estrutura Urbana, incluído no PPA por iniciativa do Congresso Nacional, com base num amplo número de emendas e objeto de expressivas alocações nos Orçamentos dos últimos anos.

Porém, não obstante a compatibilidade da programação com o PPA, percebe-se um grande descompasso entre os montantes propostos para os programas de habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano e os valores previstos no PPA. As limitadas alocações propostas no projeto de lei para esses programas não se coadunam com a expressão das intervenções previstas no PPA para o seu período de vigência, de 2000 a 2003, seja ao nível dos totais, seja ao dos detalhamentos das ações pelas regiões beneficiadas.

Considerações gerais sobre as emendas.

A programação da área temática recebeu 1.839 emendas, sendo 81 emendas coletivas e 1.758 emendas individuais. Em termos de vinculação aos programas mais expressivos, tais emendas apresentaram a seguinte distribuição: Infra-estrutura Urbana, 1.049 emendas; Saneamento é Vida, 335 emendas; Morar Melhor, 410 emendas; outros programas, 45 emendas. Tais emendas somaram 5 bilhões de reais, dos quais 299 milhões de reais em emendas individuais e 4 bilhões e 747 milhões de reais em emendas coletivas. Do montante das emendas coletivas a maior parcela se refere a 72 emendas das bancadas estaduais, que somaram 3,5 bilhões de reais.

Critérios para as decisões sobre as emendas.

Emendas coletivas. Viabilização de recursos para atendimento.

No que se refere às emendas coletivas, a primeira preocupação da Relatoria foi com a viabilização de recursos para seu atendimento. Tendo em vista as limitações do Orçamento das unidades desta área temática, apresentamos ao Relator-Geral o quadro de restrições enfrentadas, ponderando sobre a inconveniência de promover reduções em alocações de limitado valor já individualizadas por Estados, recebendo desse a orientação de viabilizar pelo menos o equivalente ao corte linear de 10% previsto no Parecer Preliminar.

Para a implementação desse corte, a Relatoria adotou os seguintes critérios. Primeiro, promove reduções escalonadas nas dotações estadualizadas, preservando os subtítulos com até 525 mil e impondo cancelamentos de 5% a 25% nos subtítulos com alocações de 526 mil a 3 milhões, com percentual crescente à razão de 5% para cada 500 mil de alocações. Segundo, impõe reduções de até 35% nos investimentos de caráter técnico e administrativo das unidades do Ministério Planejamento, sobretudo nas aloca-

ções de valor mais expressivo, com vistas a liberar recursos para aplicação em empreendimentos que levem benefícios diretos às comunidades.

Esgotadas as possibilidades de remanejamento, buscamos junto à Relatoria-geral os recursos para atendimento parcial do grande número de emendas coletivas. Inicialmente nos foram disponibilizados 288 milhões. Ouvidas as ponderações sobre as necessidades da área temáticas, tais foram elevados para 386 milhões. Nas negociações finais com a Relatoria-geral, tais recursos foram acrescidos de 50 milhões, perfazendo 436 milhões. Assim, somados os 436 milhões de reais disponibilizados pela Relatoria-geral com os 14 milhões de reais remanejados no âmbito da área temática, ficamos com 450 milhões de reais para atender às emendas coletivas.

Critérios de atendimento às emendas coletivas.

Com vistas a atuar de forma consistente na alocação dos recursos, a Relatoria-setorial procurou articular um conjunto de critérios que ensejasse o máximo de justiça na distribuição dos recursos. Para tanto, tomamos como ponto de partida os critérios adotados em anos recentes e aplaudidos no âmbito desta Comissão Mista, instituindo alguns procedimentos de ajuste com vistas a evitar a penalização das Unidades da Federação que tenham apresentado poucas ou muitas emendas à programação afetada a esta área temática.

Sabíamos das dificuldades dessa empreitada, pois a definição de critérios para alocar recursos escassos é sempre uma questão complexa, sobretudo pelo fato de as demandas serem bem superiores aos recursos disponíveis, em especial quando são muitos os que disputam tais recursos, situação em que não existirá critério ou conjunto de critérios que satisfaça a todos os interessados.

Apesar dessas dificuldades, chegamos à melhor fórmula possível para atender os nossos propósitos de atuar com justiça e racionalidade, qual seja, a de atender as emendas das bancadas estaduais.

Os critérios foram os seguintes: distribuir um terço dos recursos proporcionalmente à população dos Estados; distribuir um terço dos recursos com base no coeficiente do inverso da renda **per capita** das Unidades da Federação; e distribuir um terço dos recursos com base no número de emendas apresentadas na área temática. Tais critérios observam a orientação redistributiva do texto constitucional (art. 165, § 7º) de que as alocações dos orçamentos devem ser feitas de modo a contribuir para a redução das desigualdades inter-regionais, propiciando um tratamento mais favorável aos Estados mais pobres, sem deixar de atender razoavelmente as demais Unidades da Federação, além de levar em conta o número de emendas apresentadas pelas bancadas estaduais.

Como elementos corretivos dessa equação básica, definimos que nenhuma Unidade da Federação com emendas formalizadas na área temática (três Unidades Federativas deixaram de fazê-lo, Acre, Pará e Rio Grande do Sul) deveria receber montante inferior a 5,5 milhões de reais e que as Unidades da Federação com maior número de emendas do que a média de emendas por Unidade da Federação deveriam receber uma alocação adicional de 1 milhão de reais por emenda excedente a essa média, a fim de não serem penalizadas, pois, ao concentrarem as suas emendas numa área temática, deixaram de fazê-lo nas demais.

Quanto às emendas das bancadas regionais, no total de duas, considerada a sua importância, mas também a nossa restrição de recursos, optamos por lhes destinar recursos equivalentes à média dos atendimentos às emendas das bancadas estaduais, acrescidos de 25%, deixando à consideração da Relatoria-geral, com a devida instrução do Comitê de Emendas, avaliar a conveniência e a possibilidade de rever tais alocações.

Para as emendas das Comissões Permanentes, no total de sete, cuja abrangência e forma aberta de deliberação lhes confere particular importância, dadas as limitações dos nossos aportes de recursos, restringimo-nos a destinar a cada uma dessas valor 50% superior à média das alocações feitas em favor das emendas das bancadas estaduais, igualmente transferindo à Relatoria-geral a avaliação da possibilidade de ampliar tais alocações.

Critérios de atendimento às emendas individuais.

Tendo em conta que as emendas individuais se dirigiram essencialmente às questões de habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana, atacando carências que afligem todas as Unidades da Federação e cuja necessidade de equacionamento é plenamente conhecida por todos os segmentos da sociedade, nossa Relatoria entendeu que sua ação em relação a tais pleitos seria formalizar a aprovação de tais emendas, encaminhando as correções técnicas e legais necessárias à sua posterior execução sem maiores percalços, com o cuidado de preservar o intento dos seus autores.

Quanto aos recursos para seu atendimento, em vista da decisão desta Comissão Mista de que o atendimento às emendas individuais se daria prioritaria-

mente com recursos da reserva de contingência (item 21.3 do Parecer Preliminar), as 1.758 emendas individuais, num montante de 299 milhões de reais, foram aprovadas com recursos dessa origem.

Decisões sobre as emendas.

Emendas de bancadas estaduais.

Da aplicação dos critérios estabelecidos, resultou o quadro de pleitos e de alocações contidos nas páginas 15 e 16 do relatório, com a consignação de 381 milhões de reais às emendas das bancadas estaduais.

Emendas de bancadas regionais.

No caso das emendas das bancadas regionais, em número de duas, tais foram atendidas segundo os critérios estabelecidos por esta Relatoria-setorial, mediante alocação de 6,5 milhões de reais para a emenda da bancada da Região Centro-Oeste, com o subtítulo Ações de Infra-estrutura Urbana, Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE-Goiás), e 6,5 milhões de reais para a emenda de bancada da Região Sudeste, com o subtítulo Melhoria das Condições de Habitabilidade na Região Sudeste. Observamos, com relação a esta última, que, embora o valor alocado seja bem inferior ao solicitado, os montantes destinados a ação e melhoria das condições de habitabilidade serão ampliados pelo aporte de recursos feito por outras emendas, as quais, em seu conjunto, adicionam 130 milhões de reais às alocações propostas pelo Poder Executivo.

Emendas de Comissões Permanentes.

No caso das emendas das Comissões Permanentes, de abrangência nacional, em número de sete, foram apreciadas com vistas ao seu atendimento dentro das limitações e critérios estabelecidos por esta Relatoria-setorial, disto resultando a alocação de 56 milhões de reais, ou seja, 8 milhões de reais para cada emenda de Comissão.

Como se acha ressaltado no texto do relatório, em algumas dessas emendas os valores finais da ação a que se vinculam serão consideravelmente ampliados pelos aportes feitos pelas emendas individuais e coletivas como, por exemplo, a emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, tendo por objeto o subtítulo Ações de Infra-estrutura Urbana Nacional, cuja ação, implantação, ampliação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana está recebendo alocações no montante de aproximadamente 350 milhões de reais. Algo similar ocorre com a emenda da Comissão de Assuntos Sociais, tendo por objeto o subtítulo Melhoria das Condições de Habitabilidade Nacional, cuja ação respectiva está recebendo cerca de 130 milhões de reais de alocações por meio das emendas individuais e coletivas.

Emenda de Relator-setorial.

Observadas as restrições da Resolução nº 1/2001-CN, apresentamos apenas uma emenda de Relator, ou seja, a Emenda nº 8.010.0001, formulada para corrigir o enquadramento funcional do Projeto nº 5.015, Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional do Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar Brasil/BID) e do respectivo subtítulo, visto que tal programação é de ação substantiva e vinculada à função urbanismo e não de natureza administrativa, impondo-se a mudança no enquadramento 04.482: Administração — Habitação Urbana, para 15.451, Urbanismo — Infra-Estrutura Urbana.

Obras Irregulares.

Com relação às apreciações sobre obras com irregularidades apontadas pelo TCU, requeridas pelo item 18.4 do Parecer Preliminar, salientamos que não foram localizadas na programação desta área temática dotações identificáveis pela classificação funcional ou outros elementos que evidenciem associação à discriminação de obras fornecidas pelo TCU.

Recomendações à Comissão Mista.

No desenvolvimento de suas atividades, esta Relatoria-setorial defrontou-se com alguns problemas que merecem um melhor equacionamento no futuro, a fim de dar maior consistência à proposição de emendas às leis orçamentárias anuais e à atuação das Relatorias. Dentre essas, entendemos particularmente importantes as seguintes: a) que nas futuras LDOs se defina com clareza a questão dos critérios para regionalização das aplicações, inclusive no que se refere aos projetos financiados com recursos de agências internacionais, restringindo-se ao máximo as chamadas dotações genéricas; b) que a Relatoria-geral reveja, no âmbito de suas apreciações consolidadas, as alocações feitas às emendas coletivas, com vistas a complementar os recursos dos projetos de maior alcance social, sobretudo aqueles que se associam a realizações dos macroobjetivos definidos pelo Plano Plurianual ou se vinculam às agendas prioritárias fixadas por essa lei.

Observações Especiais.

A Relatoria registra que, durante a apreciação das emendas, foram constatados erros de enquadramento setorial em algumas dessas proposições, determinando a sua transferência para outras áreas, a fim de propiciar o seu adequado atendimento.

Tais emendas, assim como as recebidas de outras áreas temáticas, se acham detalhadas no Anexo 1 do relatório. Observa-se também que, a fim de poder dar acolhimento às emendas individuais, foi necessário promover ajuste em algumas dessas para adequá-las aos instrumentos legais e/ou corrigir imperfeições técnicas, mantida a essência de cada proposição. Tal providência objetivou também assegurar uniformidade nas padronizações de subtítulos e de classificações, compatibilizar proposições com normas da LDO e do PPA e ajustar metas e respectivos quantitativos aos padrões estabelecidos e montantes alocados.

Saliento ainda com relação à Emenda nº 5024/003, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, que embora o pedido de retificação do seu subtítulo só nos tenha chegado às mãos após o envio do relatório para publicação, que a providência já foi operacionalizada nas bases de dados, devendo, nos anexos do relatório, ser entendido o subtítulo 1951.0606 Ações de Apoio à Melhoria do Sistema de Transporte Urbano e de Controle sobre Concessões Nacional como retificado para 1920.2224, Infra-estrutura de Transportes Urbanos em Regiões Integradas Nacional.

Voto do Relator.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PL nº 32/2001-Congresso Nacional, na forma da Mensagem nº 591, de 2001, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática, isto é, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas por essa Relatoria Setorial e da efetuada por meio de emenda de Relator, conforme discriminado nos anexos.

5 de novembro de 2001.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Esta Presidência agradece ao nobre Senador Leomar Quintanilha. Está aberta a discussão e prazo para apresentação dos destaques da área temática Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha, gostaria de saudá-lo e cumprimentá-lo pelo relatório. V.Exa. faz uma referência à emenda do Relator Setorial quando intervém para corrigir um ajuste técnico. Entendo essa disposição, porque, quando o Governo Federal está em crise, faz uma peça de **marketing**, repete todos os programas passados e muda o nome. No caso específico da habitação, ele já mudou três vezes, passou de Habitar-Brasil para Morar Melhor e vai mudando. É o mesmo programa com **marketing** diferente.

Também é assim com os projetos. O último é o Alvorada, antes dele era o Avança Brasil, o Brasil em Ação. É a propaganda do Governo Fernando Henrique, e o Congresso Nacional teria obrigação de trabalhar com planos de desenvolvimento, com perspectiva de continuidade, projetos de habitação numa determinada cidade, alocando uma quantidade de recursos esse ano e no ano que vem um pouco mais, conseguindo melhorar ou construir casas. Essa era a idéia do programa. O Governo, na prática, só mudou o nome, e aí está correto V.Exa. ao tentar adaptar no **marketing** o que temos de fazer como trabalho sério.

Fiquei preocupado com a emenda do Relator, mas fui olhar e entendi. Se eu fosse Relator, teria de fazer o mesmo trabalho de V.Exa.

Em relação a essa área, preocupa-nos também o tratamento dado a este setor pelo Governo Federal. Apesar da propaganda, a SEDU, secretaria vinculada à Presidência da República, tem liberado recursos em proporção muito inferior ao trabalho e ao desejo do Congresso Nacional e às necessidades da população brasileira.

O Ministro Ovídio de Ângelis, que na época também conduzia essa pasta, falava abertamente sobre a necessidade de recursos para habitação no Brasil e que com 2 bilhões por ano ele faria casa para todo cidadão brasileiro que recebia menos de três salários mínimos. Lamentavelmente, o Governo não consegue desenvolver um programa como esse. Há muita gente nessa faixa pagando aluguel, o que é um desastre para o cidadão que ganha pouco.

Estamos percebendo que de 1 bilhão e 600 milhões alocados no ano passado, com o apoio do Congresso, o Executivo encaminha novamente 418 milhões. Portanto, menos do que foi aprovado no ano passado. Mais do que isso: o empenho no ano de 2000 foi na faixa de 30%. Portanto, é evidente que esse setor não é prioridade do Governo, apesar da propaganda do social. Não há social maior do que dar ao cidadão que não tem uma casa, ganha pouco e paga aluguel, uma pequena residência. Dignifica o homem ter um endereço certo, uma casa para onde levar seu filho e não precisar ficar mudando de endereço, porque não conseguiu pagar o aluguel, expondo sua família, porque a vizinhança começa a perceber que ele mudou porque não teve condições de honrar aquele compromisso. Por isso, este é um projeto im-

portante para dar dignidade ao cidadão brasileiro e àquele que está morando debaixo da ponte. Então, a minha referência em relação a esse relatório é basicamente essa, a falta de investimento. Inclusive, na página 31 há um documento encaminhado pelo Deputado Paulo Feijó.

Este Parlamentar apresentou quatro emendas na área de saneamento básico na Fundação Nacional de Saúde, mas os Municípios têm mais de 75 mil habitantes. Pela primeira vez o Relator Setorial levou à risco isso e encaminhou para a SEDU. Como são emendas individuais, estou solicitando ao Presidente que faça uma alocação genérica no Estado do Espírito Santo, a fim de distribuir aos pequenos Municípios. Na Fundação Nacional de Saúde conseguimos a liberação automática dos recursos, sem esse trabalho de **lobby** pessoal, de ir ao Ministério ficar mendigando, como se eles nos estivessem fazendo um favor.

Entendi o relatório. Inclusive V.Exa. criou critérios para distribuição de recursos, as emendas estão dentro da normalidade, na minha avaliação, mas não estou otimista com relação à possibilidade de liberação de recursos para esta área. É verdade que alguns membros mais próximos do Planalto conseguem a liberação de recursos até em quantidade significativa, mas em geral o Congresso não tem tido muito sucesso na liberação de recursos para esta área, apesar de ela ser social e extremamente importante. A nossa experiência não tem sido das melhores.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Abílio. O Deputado Pedro Henry, que estava anteriormente inscrito, não se encontra no momento.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente quero parabenizá-lo porque sei as dificuldades que V.Exa. encontrou principalmente nesse novo cenário a que o País assiste, ou seja, o êxodo rural e conseqüentemente o aumento das cidades e dos seus problemas.

Sr. Relator, eu gostaria que V.Exa. visse com simpatia uma emenda do Estado da Paraíba, que é tido como o mais pobre hoje da Federação e, assim sendo, lá os problemas são maiores. Sei, como disse inicialmente, das dificuldades encontradas por V.Exa. no que diz respeito à formatação desse relatório. À medida que as secas acontecem, o êxodo rural aumenta. Todas as atividades rurais foram dizimadas, o rebanho bovino, que era de um milhão, hoje está em cem mil; tivemos a cultura do algodão e do agave dizimadas e as cidades, principalmente as periferias, tornaram a aumentar os bolsões de miséria. E em função deste argumento, eu apresentei o Destaque nº 49. Peço a V.Exa. que o veja com simpatia, e dentro das condições possíveis, aumente o valor dessa emenda.

Era essa a minha participação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - Sr. Presidente, nobre Relator, também quero fazer coro aos elogios ao relatório de V.Exa., feito com visão bastante acurada, buscando o atendimento dos pleitos da melhor maneira possível. Nós só temos que elogiar seu trabalho, nobre Senador Leomar Quintanilha. Mas gostaria também, Sr. Relator, de levantar algumas questões com relação a alguns problemas que vivemos no Distrito Federal e na região do Entorno. Seria muito importante que esta Casa, como um todo, conhecesse a realidade do Entorno do Distrito Federal, onde vivem mais de 1 milhão de pessoas, e em muitos lugares sequer acontece vacinação em animais; onde sequer existe possibilidade de um cidadão retirar qualquer tipo de documento; onde a criminalidade aumenta de forma assustadora; onde a falta de saneamento básico, de infra-estrutura, de emprego e o de outras políticas públicas geram uma situação de verdadeira emergência.

No meu entender essa é uma das regiões com grande número de problemas do nosso País, Sr. Relator. As pessoas que vão às localidades em volta do Distrito Federal se assustam com a quantidade de problemas que vêem e com o aumento da quantidade de habitantes em toda a região do Entorno do Distrito Federal. Então nós, da Bancada do Distrito Federal e da Bancada do Centro-Oeste, apresentamos emenda para a RIDE — Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, que abrange Municípios de Goiás e também alguns de Minas Gerais, ou seja, mais de um milhão de pessoas. Por isso solicitamos a V.Exa. que estude com o maior carinho essa situação. Temos certeza da sensibilidade de V.Exa. em relação a isso. Essa é nossa solicitação em relação ao aporte de recursos para uma região tão problemática quanto a que se apresenta em volta do Distrito Federal.

Sr. Presidente, está difícil nós continuarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Esta Presidência vai mandar evacuar o plenário. Os presentes que não são Deputados, principalmente os assessores de Deputados, serão evacuados do plenário. Quem quiser conversar com o seu Deputado,

conta com uma sala especial aqui ao lado. Vamos respeitar os oradores na tribuna. É o último aviso que vou dar. Vou pedir que seja evacuada a sala, inclusive quem for de fora, assessores de Parlamentares, assessores de Ministros, quem quer que seja. Não é possível que não possamos trabalhar.

Tem mais uma vez a palavra V.Exa., nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós tínhamos no Distrito Federal, há 10 anos, 9 regiões administrativas. O então Governador, que por sinal hoje é mais uma vez o mesmo de dez anos atrás, aumentou essas regiões administrativas para 19. Cidades apareceram, praticamente da noite para o dia. Para que V.Exa. tenha uma idéia, cidades como Samambaia, com cerca de 10 anos de existência, tem 150 mil habitantes. Santa Maria é outro exemplo, com mais de 100 mil habitantes, além de Sobradinho II e outras mais. Essas cidades carecem de saneamento básico, água potável, galerias de águas pluviais, obras de infra-estrutura. Elas são o que nós chamamos de cidades novas. Assim, apresentamos também um destaque com relação ao implemento de melhorias de infra-estrutura no Distrito Federal para essas cidades, Sr. Relator. É bom explicarmos certas coisas. Sei que não é o caso de V.Exa., mas algumas pessoas pensam que Brasília é somente o Plano Piloto, o aeroporto, a Esplanada dos Ministérios e os hotéis. Isso não é verdade. Temos cidades aqui com índices sociais baixíssimos, com muitos problemas, e estamos trabalhando para superá-los. Esse é o apelo que fazemos também a V.Exa.

Termino parabenizando-o pelo belo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nós chamamos três Deputados que fizeram os seus questionamentos, o nobre Relator responderá, e, na seqüência, continuaremos com a ordem da lista. V.Exa. inclusive é o próximo orador inscrito, nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Eu agradeço a intervenção dos eminentes Deputados João Coser, Armando Abílio e Pedro Celso, que trazem nas suas manifestações e na sua disposição de apresentar um destaque reflexões para a discussão por parte desta Comissão, já que estamos nos deparando com uma situação extremamente delicada, que é o setor que me coube relatar.

No setor de planejamento e desenvolvimento urbano existe uma demanda acentuada, muito forte e com repercussões sociais enormes. Este País ainda não conseguiu corrigir as questões relacionadas com a distribuição de renda. Ao contrário, temos permitido que alguns fiquem cada vez mais ricos e muitos outros cada vez mais pobres. Este País enfrenta um forte fenômeno social, que parece não nos afetar tanto porque não temos buscado uma solução. Falo do êxodo rural, com suas imensas conseqüências para as áreas urbanas deste País. Em razão basicamente da falta de programas de assistência ao homem do campo, o êxodo rural se acentua a cada ano, multiplicando os problemas das áreas urbanas, notadamente das regiões metropolitanas. Eu nunca vi nada mais difícil do que administrar escassez. Administrar recursos é até razoável. Tivemos recursos da ordem de 450 milhões para atender uma demanda de 4 bilhões e 800 milhões. E tivemos que nos ater aos rigores dos critérios estabelecidos na legislação, e ainda aos critérios que resolvemos adotar para tentar penalizar menos, principalmente as regiões menos desenvolvidas.

Nós entendemos que a demanda reprimida por moradia é realmente algo assombroso. E é uma pena que não possamos inverter a situação e dar uma melhor distribuição de renda a fim de que as pessoas possam construir o seu próprio patrimônio, inclusive a sua casa própria. Nós temos de assistir principalmente aquele de menor renda. É lamentável que os recursos orçamentários não sejam suficientes para atender nem a um percentual razoável dessa demanda reprimida, que se acentua a cada ano.

O mesmo ocorre com a área de saneamento básico. A infra-estrutura fica com as suas ações para mitigação dos problemas extremamente limitada, em razão da escassez de recursos. Eu o compreendo, Deputado Pedro Celso, porque também tenho vivido na pele, como os demais Srs. Congressistas, essa realidade do Distrito Federal e do Entorno, que é totalmente atípica, envolve diversas unidades da Federação. Ainda não se encontrou uma forma adequada do enfrentamento dos problemas que se multiplicam e se agravam a cada ano. É lamentável que também no nosso setor os recursos estejam extremamente exíguos. Entendo e comungo com V.Exa. das mesmas

preocupações de que os recursos deveriam ser alocados com prioridade absoluta para atendimento das demandas existentes no Entorno do Distrito Federal

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Esta Presidência solicita ao nobre Deputado Balestra, já que a cada três oradores é ouvido o Relator, e desde que temos somente dois Senadores — eles são em menor número —, que nós incluamos um Senador. Assim, peço a V.Exa. que ceda a vez ao Senador Carlos Patrocínio, e em seguida, ouviríamos V.Exa. Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Nobre Presidente, Sr. Relator, agradeço inicialmente a deferência especial do eminente Deputado Roberto Balestra, até porque também temos um compromisso com os diversos Líderes da base de sustentação do Governo que foram chamados ao Palácio às 11h15 para tratar de assuntos do interesse do Congresso Nacional.

Gostaria de cumprimentar o eminente Senador Leomar Quintanilha pelo seu relatório totalmente conciso, no qual adotou vários critérios: de população, de **renda per capita** e quanto ao número de emendas apresentadas a essa área temática tão importante.

Já foi frisado aqui, e eu gostaria de reiterar, que o Governo não vê a importância dessa área temática, sobretudo quando se trata de implantação de infra-estrutura nos Municípios brasileiros, de esgotamento sanitário e obras dessa natureza. Conforme já frisou V.Exa., tais obras poderiam evitar esse êxodo rural que acarreta essas imensas dificuldades nas periferias das megalópoles, sobretudo fazendo com que a violência aumente cada vez mais em nosso País. Gosto de dizer que já estamos em regime de guerra. Eminente Senador Leomar Quintanilha, V.Exa., há cerca de 35 anos, implantou a primeira agência bancária do então norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins. Certamente todas as agências bancárias hoje lá existentes já foram assaltadas mais de duas ou três vezes, e sempre com vítimas. Eu tenho dito sempre que nós procuramos morar no interior do País para evitar essa violência terrível que existe nas grandes cidades. Mas infelizmente a guerra da violência chegou também ao interior do Brasil.

Quero reiterar meus cumprimentos a V.Exa. e fazer um alerta ao Governo Federal para que dê maior atenção e destine maiores recursos a essa área temática. Quero pedir a sensibilidade de V.Exa. porque vou fazer destaque a uma emenda de bancada do nosso Estado. Apresentei uma emenda de 120 mil reais e V.Exa. acolheu tão-somente 7 mil reais. Embora compreendendo a escassez de recursos, nós vamos apelar para a sensibilidade de V.Exa., porque, em que pese os esforços de todos os envolvidos, de todos os dirigentes do nosso Estado, da bancada federal, o Estado do Tocantins ainda tem cerca de 30% das casas constituídas de parede e teto de folha de babaçu. V.Exa. sabe disso e também que só temos 1% de obras de saneamento básico nos 139 Municípios do Estado do Tocantins.

Cumprimentando V.Exa., apelo à sua sensibilidade no sentido de que atenda, naquilo que for possível, o Estado que V.Exa. tão bem defende no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas. Sr. Relator tenho plena convicção de que V.Exa. estabeleceu um critério justo na distribuição dos poucos recursos que o Relator-Geral destinou à sua sub-relatoria. Todavia, eu não posso deixar de solicitar, e até de implorar a V.Exa. que reveja o valor alocado para a estação de tratamento de esgoto sanitário de Goiânia. V.Exa. conhece bem a situação porque sempre está lá no Estado. E o recurso aqui solicitado é para a conclusão da obra, que nós esperamos terminar ainda este ano. Para o Governo de Goiás esta é a obra mais importante do Estado porque vai dar as condições de habitabilidade de que a cidade precisa.

Goiânia é cortada pelo Rio Meia Ponte, e todo o sistema de esgotamento da cidade é jogado ao rio, a céu aberto. E isso, para quem conhece Goiânia, quando chega o período seco — do mês de julho até o final do mês de outubro — quem vai do aeroporto para o centro da cidade praticamente não suporta a fedentina que é exalada do Rio Meia Ponte. Além dos males que isso traz à população.

Então apelo a V.Exa. Sei perfeitamente das dificuldades que V.Exa. está enfrentando em razão dos poucos recursos, mas tenho certeza de que o Relator- Geral haverá de dar a V.Exa. um pouco mais. O valor alocado é muito inferior àquilo que tínhamos pleiteado. Só para se ter uma idéia, no ano passado, Sr. Relator, nós aprovamos 19 milhões de reais e foram liberados 17 milhões. Por quê? Porque o Ministério conhece a obra que está sendo realizada e o quanto ela representa para a cidade. Apelo mais uma vez a V.Exa. porque com menos de 20 milhões nós não poderemos concluir a obra. E não há como esperar mais, porque a cidade já não suporta essa situação.

Por isso faço esse apelo. Já apresentei o destaque, e no momento oportuno espero receber alguma compensação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, vou ler um comunicado por determinação do Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra.

O Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Carlos Bezerra, comunica aos Srs. Parlamentares que a apreciação de relatórios setoriais à proposta orçamentária para 2002 pela Comissão terminará impreterivelmente esta semana, tendo portanto, se necessário, as reuniões dos dias 07 e 08 do corrente, sexta-feira e sábado.

O Presidente encarece aos senhores membros da Comissão que não deixem de comparecer às referidas reuniões, sob pena de inviabilizar completamente a votação da proposta orçamentária para 2002 ainda neste ano.

Myrna Lopes Pereira, Secretária de Comissão.

Nós estamos distribuindo hoje a programação dos encontros das bancadas estaduais, com o comitê de avaliação se iniciando amanhã. Nós faremos amanhã e na sexta-feira todas as audiências. Pretendemos terminar a leitura de todos os relatórios setoriais hoje, com as discussões, e a votação de todos eles, entre amanhã e sexta-feira, para que depois esse material possa ser encaminhado à gráfica do Senado para a impressão no sábado e no domingo. O Presidente da Comissão conseguiu, inclusive, com o Presidente do Senado para que fosse feito serviço extraordinário para que pudéssemos ter já na segunda-feira a distribuição.Então esse é o apelo que renovo em nome do Presidente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sr. Relator complementando as palavras do Deputado Roberto Balestra, nosso colega de bancada, nó, da bancada de Goiás, apresentamos ainda mais duas emendas, sendo uma emenda de bancada e outra associada à bancada da Região Centro-Oeste, uma bancada para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno — RIDE.

Estou apresentando dois destaques, Sr. Relator. Um, referente à implantação de infra-estrutura urbana na cidade de Aparecida de Goiânia. V.Exa. conhece a cidade de Aparecida que hoje é a segunda em população no Estado de Goiás, está com quase 400 mil habitantes, crescimento demográfico altíssimo, algo em torno de 10% ao ano. Obviamente, os investimentos de infra-estrutura, saneamento básico etc. não acompanham o crescimento populacional. Assim, pedimos 40 milhões para atender essa parte de infra-estrutura em Aparecida de Goiânia. Sei que V.Exa. nos atendeu, dentro das possibilidades do momento, com 4 milhões e meio. Mas apelo a V.Exa. para que olhe com carinho esse destaque que vamos apresentar para corrigir um pouco as grandes distorções que existem nas grandes cidades em torno de Goiânia, como, por exemplo, a cidade de Aparecida de Goiânia.

Temos ainda outro destaque, Sr. Presidente, com relação aos recursos que pedimos através da bancada do Centro-Oeste para a RIDE, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Trata-se também de uma região que nos últimos 4 anos teve um acréscimo populacional de aproximadamente 500 mil habitantes. Podemos enumerar várias cidades, tais como Águas Lindas, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Luziânia, Formosa e Planaltina que estão com crescimento populacional altíssimo. É claro que os investimentos na área de infra-estrutura urbana não acompanham esse crescimento populacional.

Por isso quero deixar registrados esses dois destaques que vou apresentar a V.Exa., para que, sensível como é e conhecedor dessas duas regiões que mencionei, possa nos atender com mais recursos para melhorar um pouco a qualidade de vida dessas populações. Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Nobre Senador Carlos Patrocínio, meu colega, meu amigo, companheiro de lutas, de ideais e de representação do nosso querido Estado do Tocantins, conheço, como V.Exa., a realidade que aqui expôs, notadamente as condições de habitabilidade do nosso Estado.

V.Exa. tem-se empenhado muito. A História haverá de demonstrar de forma inquestionável a extraordinária contribuição que V.Exa. tem dado para a consolidação do nosso Estado, para a promoção social da nossa gente, para o desenvolvimento do Tocantins, com aporte sobretudo de recursos para os diversos segmentos. V.Exa. vive e compartilha comigo e com aqueles outros Parlamentares e representantes populares que defendem os interesses do Estado e de sua gente a angústia do tanto que precisa ser feito e a exigüidade dos recursos não nos permite.

Embora se processe uma verdadeira revolução socioeconômica no Tocantins, nós ainda vemos ali, com muita tristeza, que a dignidade humana é frontalmente agredida, em razão das condições de vida a que são submetidas milhares de famílias tocantinenses.

V.Exa. pode constatar que embora não podendo agir com o coração, mas com o sentimento forte de um coração apertado, nós nos restringimos ao critério estabelecido para a distribuição dos recursos, que não nos permitiu alocar mais recursos para o Estado do Tocantins. Embora sendo o Relator do Setor 10, representante do Estado do Tocantins e entendendo as dificuldades a que V.Exa. se refere, eu não poderia ter colocado mais recursos em razão da exigüidade da disponibilidade dos mesmos.

Comungo com V.Exa. das preocupações e me comprometo e me solidarizo com V.Exa. nas etapas subseqüentes da discussão desse orçamento em batalharmos conjuntamente para, dentro do possível, ampliarmos os recursos destinados ao atendimento desse setor tão necessitado no Estado do Tocantins e que V.Exa. defende no seu destaque.

Deputado Roberto Balestra, agradeço as considerações elogiosas que V.Exa. faz. Amigo e conhecido há tanto tempo, sei da proficiência, da firmeza e da competência de V.Exa. no exercício das atribuições honrosas que o povo de Goiás lhe confiou e vem confiando por vários mandatos. Sou seu conterrâneo. Nasci em Goiânia e brinquei muito no Rio Meia Ponte. E vejo hoje, com os olhos que eu não via quando criança, com muita preocupação o que nós fizemos com o Rio Meia Ponte. Que desastre! Destruímos um extraordinário manancial. Destruímos um extraordinário presente que a natureza nos deu. Talvez fosse esse o costume dos nossos ancestrais, de todos aqueles que ocuparam o Brasil, devido às facilidades: construir uma cidade às margens dos rios, mas sem a preocupação de cuidar dos mesmos. Por isso, a realidade do Meia Ponte hoje é gritante. V.Exa. e outros representantes de Goiás podem contar com a solidariedade de outros que conhecem essa realidade. Nós precisamos efetivamente enfrentar o problema da recuperação, eu diria até, da tentativa de ressuscitar o Rio Meia Ponte.

Sei que V.Exa. está coberto de razão, mas infelizmente a área que relato não tinha recursos que me permitissem, dentro dos critérios estabelecidos, alocar um valor maior de recursos. Sabendo da necessidade da obra, sabendo da sua importância, me solidarizo com V.Exa. para que, nas subseqüentes etapas da discussão desse orçamento, nós possamos juntos defender a apropriação de um volume maior de recursos para essa obra tão importante para Goiânia, para Goiás e para o Brasil.

Meu caro Deputado Pedro Chaves, eu tenho convivido com V.Exa. e, pelo mesmo fato que comentei com o Deputado Balestra de ser goiano e goianiense, conheço com muita propriedade as observações que V.Exa. faz com relação a Goiânia e à Aparecida de Goiânia. Aliás, as duas propostas que V.Exa. defende têm na essência uma similaridade. O Entorno do Distrito Federal que pertence a outros Estados foi invadido pelo Distrito Federal, levando mais problemas e deixando pendentes as soluções. Aparecida de Goiânia foi vítima da mesma situação: a enorme expansão de Goiânia avançou sobre o território de Aparecida, trazendo uma série de problemas e deixando a cidade sem recursos e em más condições, com suas pendências por resolver.

Procurei ater-me aos limites estabelecidos pelo critério, para que não fosse cobrado por esse ou aquele Parlamentar que este Relator houvesse beneficiado, por razão não conhecida, esse ou aquele setor, essa ou aquela emenda, esse ou aquele Estado.

Lamento profundamente esse fato, como V.Exa. também, porque conhecemos de perto a brutal realidade que agride tantas famílias brasileiras em Goiás e no Distrito Federal. Mas foram os recursos de que dispus para atender às emendas. Comprometo-me a auxiliá-lo, na etapa subsequente do Orçamento, a alocar mais recursos para as propostas que V.Exa. defende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Solicito aos nobres Parlamentares que sejam o mais breve possível, porque temos um grande número de inscritos — sinal de que o relatório do nobre Senador e a área a que se refere são muito instigantes.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais, por gentileza do Deputado Jorge Bittar, que falará em seguida.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Senador Leomar Quintanilha, em primeiro lugar, meus parabéns pelo excelente trabalho. Com efeito, não poderíamos esperar menos de um Parlamentar do nível e da competência de V.Exa.

Sr. Relator, ocupo esta tribuna para pedir a V.Exa. que melhore um pouco o atendimento dado à emenda relativa às melhorias habitacionais do Maranhão, que, como sabe V.Exa., tem muito mais residências cobertas de palha e em pior estado do que o Tocantins.

Solicito que V.Exa. estude o assunto e, se possível, atenda meu pedido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Nobre Senador Leomar Quintanilha, quero, antes de mais nada, elogiar o trabalho de V.Exa. não só quanto à técnica, mas também quanto à sensibilidade por V.Exa. demonstrada no modo com que abordou o desenvolvimento urbano, principal tema de seu relatório.

Ouvi de V.Exa. a afirmação, correta, de que nossas cidades cresceram e continuam crescendo devido a nossa incapacidade de reter o cidadão e sua família no campo, dada a absoluta insuficiência de políticas de apoio à pequena agricultura. Sabemos que, historicamente, há a liberação do homem do campo por conta do crescimento da produtividade, sobretudo das médias e grandes propriedades rurais, que implicam redução do emprego de mão-de-obra intensiva face à utilização de equipamentos e tecnologias cada vez mais sofisticadas. No entanto, seria possível reter o homem no campo com políticas mais adequadas de reforma agrária, de colonização e de apoio ao pequeno agricultor em todos os seus aspectos. A ausência dessas políticas é profundamente lamentável, e sua contrapartida é não o crescimento, mas o inchaço de nossas cidades, que, ao invés de serem habitadas de forma equilibrada, com toda infra-estrutura de serviços disponíveis para a população, com oportunidades de trabalho que qualifiquem e distingam o ser humano no sentido de lhe garantir todos os direitos da cidadania, transformaram-se em verdadeiros aglomerados urbanos. Essa é a realidade do País.

Quero apenas enfatizar, Senador Quintanilha, que a despeito dessa realidade dramática, ao observarmos o Orçamento da União como um todo, não vemos o tema ser tratado com a relevância que merece. Compare-se o volume de recursos disponíveis para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano com a alocação de recursos em outros Ministérios, alguns não tão importantes quanto a mencionada Secretaria diante do verdadeiro flagelo social que toma conta de nossas cidades, flagelo social esse que alimenta a voracidade da violência urbana no Brasil, absolutamente espantosa.

Atente também para o fato de que o volume de recursos alocados na SEDU contrasta com a ótica da chamada política macroeconômica do Governo: só neste ano, vamos ter de reservar quase 40 bilhões de reais para o chamado superávit primário, ou seja, recursos provenientes do pagamento de impostos pagos sagradamente pelos brasileiros serão destinados para alimentar a ciranda que propicia ao setor financeiro generosos ganhos na forma de lucros líquidos estratosféricos, constituindo-se em processo de apropriação de renda, problema diante do qual o Governo Federal se encontra absolutamente desguarnecido.

Tive o cuidado de observar o orçamento da SEDU e apurei que ela disporá de 418 milhões de reais, como revela o relatório de V.Exa., metade dos quais é destinada à amortização e juros de empréstimos passados. Na verdade, destinamos aos programas de desenvolvimento urbano apenas 216 milhões de reais. Repito: 216 milhões de reais! Não se trata do orçamento de uma pequena Prefeitura do interior, mas do orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano do Governo Federal.

É um escândalo, meus amigos Parlamentares, destinar apenas 216 milhões de reais para este imenso Brasil, com 170 milhões de habitantes, com mais de 5 mil Municípios. Para qualquer Parlamentar, é impossível fazer um relatório equilibrado, que possa dar conta das demandas gigantescas de nossas pequenas, médias e grandes cidades.

Quero, portanto, enfatizar que, apesar da forma criteriosa empregada pelo nobre Senador em seu relatório, com custos especificados por gastos e critérios de alocação dos mesmos proporcionais à população e a outros indicadores, devemos recomendar ao Relator-Geral que esse tema mereça especial destaque, pois está sendo impossível dar conta de todas as emendas.

Nós, do Estado do Rio de Janeiro, temos quatro emendas na área. A Baixada Fluminense encontra-se em situação terrível, tão grave quanto a de cidades nordestinas; as regiões de São Gonçalo e Itaboraí são extremamente pobres; o interior do Estado é extremamente carente. Por isso a bancada estadual apresentou quatro emendas, que esperamos sejam melhor atendidas.

Seria muito importante que o nobre Relator se esforçasse no sentido de melhorar os recursos disponíveis para essa área. Minha sugestão é de que S.Exa. faça uma clara indicação ao Relator-geral, Deputado Sampaio Dória, no sentido de que possa oferecer recursos de maior monta diante da gravidade do tema e da insensibilidade demonstrada pelo Governo Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, o Deputa-

do Jorge Bittar analisou com muita propriedade as causas da restrição orçamentária da Área Temática X, que tem por Relator o Senador Leomar Quintanilha.

Pelas razões apontadas, sabemos das dificuldades que S.Exa. enfrentou para disponibilizar, em favor dos Estados e Regiões do Brasil, recursos que possam atender parte das reivindicações das bancadas federais no Senado e na Câmara dos Deputados. Sabemos das limitações impostas a S.Exa., pela exiguidade dos recursos colocados disponíveis, resultado de não ser o tema prioridade do Governo.

As cidades estão crescendo desordenadamente. Exemplo disso é Aracaju, minha Capital. A bancada apresentou emendas, e, dado o montante alocado, gostaríamos que fosse bem maior. O fato é que entendemos que ainda há possibilidade de isso acontecer, por ocasião desses últimos dias de conversação com o Relator-geral e com o Comitê de Emendas, quando deveremos, mais uma vez, nos debruçar sobre as prioridades da bancada.

Entre nossas prioridades está, por exemplo, o esgoto de Aracaju, obra monumental que está contribuindo para a redução da mortalidade infantil e para a melhoria da saúde da população como um todo. Há ainda duas outras emendas apresentadas para o Município de Aracaju, cujos valores foram bastante reduzidos: dos 10 e 7 milhões solicitados, V.Exa. só pôde conceder 2 milhões para cada. Por outro lado, a importantíssima ponte do Rio do Sal, que liga dois Municípios da área urbana de Aracaju ao Município de Socorro, o segundo mais populoso de Sergipe, é também uma prioridade.

Sr. Presidente, além da falta de recursos para o atendimento das demandas das bancadas, temos o problema do contingenciamento. Todos os anos o Governo Federal contingencia cerca de 50% de nossas verbas. Como resultado de acordo da bancada, ficou acertado que três regiões seriam beneficiadas com emendas coletivas, de modo que todo o Estado, por meio de seus Municípios, seria atendido.

Tais emendas foram apresentadas ano passado, e os recursos até hoje não foram liberados. Isso é bom para o Governo Federal, pois os recursos, ao invés de permanecerem centralizados nas mãos dos Governos Estaduais, são diretamente acessíveis ao Municípios, que podem realizar obras de saneamento, habitação etc. Entretanto, ainda não foi atendido sequer pelo Governo Federal, com a agravante de que, com a drástica redução de recursos, essas emendas tornam-se quase inócuas, apesar do esforço aqui realizado.

Se um dia tivermos o Orçamento impositivo, que obrigaria o Governo a colocar à disposição das entidades beneficiadas as verbas aprovadas pelo Congresso, então teremos um Brasil mais desenvolvido. Entretanto, enquanto o Governo der prioridade ao pagamento de sua dívida... O superávit primário ficou em torno de 33 bilhões no ano passado e, neste ano, em torno de 40 bilhões, ou seja, subiu mais de 20%. Em outras palavras, a prioridade que se tem dado ao pagamento dos juros de nossa dívida tem prejudicado a chance de darmos prioridade ao social.

Estou certo, nobre Relator, de que V.Exa. esforçou-se o quanto pôde e continuará a fazê-lo no sentido de atender às nossas bancadas.

Obrigado.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Ao Deputado Pedro Novais, que não vejo mais em plenário, gostaria de agradecer as considerações elogiosas e dizer que compreendo bem sua angústia e pretensões: meu Estado faz fronteira com o Estado de S.Exa., o Maranhão, e, portanto, conheço de perto a realidade a que se refere S.Exa., notadamente no que diz respeito ao atendimento à moradia popular.

De qualquer forma, ativemo-nos ao critério escolhido, que por sinal penalizava menos o Estado do Maranhão, e os recursos alocados foram os possíveis. É com tristeza que dizemos isso, mas o fato é que a exiguidade dos recursos não nos permitiu alocar volume mais expressivo para atender à demanda de moradia, tão acentuada em todo o País.

O eminente Deputado Jorge Bittar, com muita propriedade e inteligência, ainda que de forma sintética, analisou o Orçamento e constatou o que tivemos oportunidade de observar relativamente às prioridades adotadas pelo Executivo, o que nos faz questionar a estranha e extrema dependência que tem o Congresso Nacional da definição da políticas, não compartilhando as decisões sobre as prioridades que nortearão a elaboração do projeto do Orçamento — logo nós, que, representantes das diversas Unidades da Federação, conhecemos profundamente os principais problemas do País.

S.Exa., com muita firmeza, fez referência a sugestões que já constam do relatório, entre as recomendações feitas à Relatoria-geral, a quem propomos reveja, no âmbito de suas apreciações consolidadas, as alocações feitas às emendas coletivas, com vistas a atender os projetos de maior alcance social, sobretudo aqueles que se associam à realização dos macroobjetivos definidos no Plano Plurianual.

Entendo que habitação e infra-estrutura urbana são questões essenciais que se estão transformando com muita velocidade no Brasil. Nossa população mudou de perfil nos últimos quarenta anos: passou de eminentemente rural para eminentemente urbana. Há quarenta anos, 70% dos brasileiros moravam no interior; hoje, apenas 18% continuam no interior, o que significa que 82% se encontram em zonas urbanas. Logo, é nítida a necessidade de incremento às demandas a que se refere V.Exa.

Vamos trabalhar juntos pelo aumento dos recursos destinados ao atendimento das demandas de seu Estado.

Senador Antônio Carlos Valadares, V.Exa. está coberto de razão: o Estado que V.Exa. representa está eivado de problemas. Entretanto, gostaria de dizer a V.Exa. que, com os critérios que adotamos, procuramos beneficiar um pouco mais aqueles que haviam concentrado, como o Estado de V.Exa. o fez, um volume maior de emendas no nosso setor, na nossa área.

O Estado de V.Exa. apresentou oito emendas para o Setor 10. Mas, mesmo com esse critério, procurando privilegiar aqueles que apresentaram emendas para o Setor 10, com a consciência que tínhamos e, pelo fato de termos apresentado o maior número de emendas no referido setor, não iria ter possibilidade de obter recursos em outros setores, nem nos quais não apresentou emenda, estabelecemos no critério da distribuição a possibilidade de alocar um pouco mais de recurso. É lamentável que dividir um pouco não nos permitiu alocar o recurso suficiente para pelo menos atenuar as demandas no Estado de V.Exa.

Agradeço, contudo, as ponderações e considerações elogiosas que V.Exa. faz. Vamos trabalhar juntos nas etapas subseqüentes, junto à Relatoria-geral e à Presidência, para tentarmos obter ampliação aos recursos aportados para o Estado de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, Senador Leomar Quintanilha, ouvi atentamente todos os companheiros que usaram da palavra. Quero acrescentar, concordando com o Deputado Bittar, que V.Exa. foi muito infeliz no recurso que o Relator-geral lhe passou. Os recursos realmente foram insuficientes para atender à demanda. V.Exa. fez um belíssimo trabalho. Mas faço uma observação e apelo para que a Paraíba tenha uma atenção especial. Como coordenador da bancada, a Paraíba teve três emendas de bancada no setor de V.Exa. e ela ficou muito aquém da necessidade. Inclusive das emendas do ano passado, cuja menor emenda aprovada foi de 11 milhões. Aqui fomos atendidos em apenas 5 milhões. É preciso ser levado em consideração que a Paraíba é um Estado pobre. Os Estados pobres é que precisam de mais recurso. Logo acima da Paraíba tem a Bahia, que teve uma emenda atendida no valor de 11 milhões.

Gostaria de saber de V.Exa. se é possível fazer alguma consideração e falar com o Diretor-geral para atender, nos destaques, essas três emendas da Paraíba, a fim de não ficarmos muito aquém dos outros Estados nem dos outros companheiros que apresentaram emendas em outras temáticas que foram atendidas em até 20 milhões por emenda.

Fica difícil batalharmos aqui e chegarmos em nosso Estado levando apenas 5 milhões, enquanto outros companheiros levaram 20 milhões para as suas regiões. Essas três emendas são indicadas por Parlamentares da Paraíba e dizem respeito a infra-estrutura que todos os Municípios necessitam. Portanto, faço um apelo a V.Exa. e ao Relator-geral para que dêem condições de sermos atendidos no destaque, a fim de que seja feito um pouco de justiça e a Paraíba não seja penalizada.

Quanto aos demais, dentro de suas posses, V.Exa. trabalhou de acordo com sua consciência. A Paraíba, portanto, foi um pouco penalizada. Houve um equívoco, um erro de cálculo na hora da soma de algum índice. Mas, olhando mesmo o índice, na necessidade, a Paraíba precisa muito mais do que isso. Conto com a bancada do meu Estado para fazer gestão junto ao Relator-geral no sentido de pedirmos mais recursos, a fim de que sejamos atendidos pelo menos na necessidade precária que existe na Paraíba, um Estado pobre, diferente da Bahia que tem fábrica de automóvel. Na Paraíba existe a fábrica da miséria e da pobreza.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, somente em relação ao adendo do Coordenador da Paraíba, Deputado Domiciano Cabral, quero ressaltar que o Sub-Relator, Senador Leomar Quintanilha, pelo esforço e trabalho desenvolvido durante todo esse processo... Sou testemunha viva...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado, V.Exa. está passando na frente dos inscritos.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Só estou fazendo um adendo ao Coordenador da Paraíba, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mas, regimentalmente, não pode, nobre Deputado. Eu gostaria imensamente de poder atendê-lo, mas foge às regras regimentais. Já está consignado o voto de louvor de V.Exa. Portanto, ajude os trabalhos.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Mas estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. falará no momento oportuno, e esta Comissão terá o maior prazer em ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - A satisfação será minha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mais tarde a palavra será de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Saberei esperar o momento oportuno. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Relator, venho observando atentamente a exposição de V.Exa. e, de alguma forma, já me sinto contemplado com a boa vontade registrada por parte de V.Exa. no sentido de ainda tentar recuperar alguma coisa que, de acordo com o meu entendimento, se faz necessário aos investimentos sociais, especialmente na parte da SEDU, tratando-se de habitação principalmente.

Todos sabemos o caos em que se encontram as nossas cidades. É visível para todos o descompromisso do Governo — e não é de agora — com a questão habitacional neste País. Aqui é sintomático o que vem relatado pelo ilustre Relator.

Em que pese o reconhecimento de que o relatório de V.Exa. foi feito com cuidado — considero-o bom —, entendo que ele traz a marca do descompromisso deste Governo com questões sociais elementares. Como exemplo cito o projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular, que se encontra nesta Casa há dez anos. Até hoje esse projeto não foi votado. Nesses dias teve um grande movimento em favor desse projeto. Cerca de 5 mil pessoas estiveram aqui exigindo sua aprovação. Se houvesse por parte do Governo alguma sensibilidade, certamente, hoje, a maior parte das dificuldades das nossas cidade seria solucionada de forma racional e funcional. Portanto, não existe essa necessidade.

Quando o relatório traz uma drástica redução dos investimentos da SEDU, principalmente naquilo que se refere ao atendimento, à estrutura humana da cidade, realmente temos dúvida. Até pergunto: será que esse corte no investimento social se dá em função da frustração com o desempenho do PIB deste ano em virtude da crise energética e de outras péssimas atitudes do Governo frente ao planejamento econômico? Será que é isso? Porque nos deixa perplexos o Governo ficar de costas para a realidade do Orçamento, peça essencial para efetuar algum investimento que ofereça à população brasileira uma situação mínima de dignidade, porque a pobreza cada vez mais aumenta. Recentemente, o IPEA divulgou no seu relatório que temos cerca de 40 milhões de miseráveis.

Então, fico muito indignado, Sr. Relator, pelo fato de uma peça dessa importância simplesmente fazer cortes nessa área no Orçamento de 2002 e, em relação a 2001, trazer apenas um quarto para investimento nessa área. De 3,5 bilhões na área da SEDU, cai para 418 milhões; de 1,9 bilhões cai para 418 milhões. É uma situação que particularmente não consigo compreender. Por que tanto desprezo com essa área, uma vez que praticamente 70% da população mora nos centros urbanos? E o Governo ainda não tem sensibilidade e o compromisso para poder atender, no Orçamento, a essa questão que entendemos ser de fundamental importância.

Quero deixar manifestada essa minha ponderação, cumprimentando-o pelo relato, mas discordando especialmente do desprezo no que se refere às questões sociais, que entendemos não foi só nesse relatório, mas já percebi que em outros também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA - Em primeiro lugar, Sr. Relator, gostaria de cumprimentá-lo pelo excelente trabalho, pela determinação e, principalmente, pela paciência de nos ouvir. Mesmo sabendo das dificuldades que V.Exa. tem em nos atender, gostaria de chamar a atenção para três pontos que julgamos importantes em relação ao Estado de Goiás.

O primeiro deles foi expresso pelo Deputado Roberto Balestra e diz respeito à ETE, a Estação de Tratamento de Esgotos de Goiânia. Essa obra é, sem dúvida nenhuma, prioridade absoluta da bancada de Goiás. Gostaria que V.Exa. olhasse com mais atenção essa reivindicação. Se não for possível ampliar o recurso, que V.Exa. faça a recomendação ao Relator-geral expressando a importância dessa obra para o Estado de Goiás.

A segunda diz respeito ao que foi comentado pelo Deputado Pedro Celso. Tivemos uma longa luta em relação à RIDE, a Região do Entorno do Distrito Federal. Ela foi votada, e hoje é uma lei. Posteriormente, tivemos enorme dificuldade de colocá-la na

Lei de Diretrizes Orçamentárias e, logo em seguida, no Orçamento. Ela foi tratada como área de segurança nacional e, como tal, teria que ter dos demais Ministérios atenção muito mais especial. Tivemos essa atenção no que diz respeito à segurança pública, haja vista que o resultado nessa área é extremamente positiva com recursos que foram investidos ano passado na RIDE. Mas, no que diz respeito a saneamento básico e infra-estrutura, estamos numa situação de extrema dificuldade. Gostaria de, mais uma vez, reforçar a importância da RIDE como lei, como característica de uma área de segurança nacional e como parte do projeto Avança Brasil.

Por último, gostaria de lembrar a V.Exa. que, no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, por vontade unânime deste Plenário, bem como do Plenário do Congresso Nacional, aprovamos como prioridade absoluta nesse setor, em vez de 30 mil moradias que vinham do projeto do Governo, 180 mil moradias. Portanto, gostaria que V.Exa. também recomendasse ao Relator-geral essa votação e essa priorização que foi feita unanimemente pelos Parlamentares que representam esta Casa.

No mais, gostaria de agradecer a V.Exa. a paciência e, principalmente, apelar. Se houver ainda alguma margem para que o senhor possa priorizar essas duas emendas, que são fundamentais, a RIDE e a ETE, ficaremos extremamente agradecidos por esse trabalho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça) - Tem a palavra o Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Deputado Domiciano Cabral, compreendo as ponderações de V.Exa., mas gostaria de fazer uma pequena correção. Não houve equívoco na aplicação dos índices do critério escolhido. O Estado que V.Exa. representa, na distribuição do recurso, não foi penalizado em relação às demais Unidades da Federação. Esse critério que escolhemos, que é proporcional à população, à renda e ao número de emendas apresentadas, visou basicamente evitar a punição principalmente dos Estados mais pobres. Por esta razão, V.Exa. pode aferir os números dos cálculos para comprovar que efetivamente não houve equívoco nem intenção de penalizar o Estado de V.Exa. Entretanto, a dificuldade na distribuição de um volume tão exíguo de recursos não nos permitiu aportar, embora sabendo das prioridades defendidas por V.Exa. e pelos demais Parlamentares que integram a bancada da Paraíba, volume mais expressivo de recursos. Mas vamos trabalhar juntos nas etapas subseqüentes a esse Orçamento para tentar buscar a ampliação desses recursos para atendimento das demandas do seu Estado. Senador, se eu fosse da Paraíba, seria seu eleitor de carteirinha.

V.Exa. tem razão. Há uma constatação quase generalizada de que aspectos sociais de relevância, como infra-estrutura urbana e moradia não têm ênfase no relatório de 2002. Aliás, como V.Exa. já constatou, tivemos recursos inferiores ao Orçamento de 2001. Tivemos à disposição do Setor 10 um volume inferior. Enquanto a população cresceu, os problemas aumentaram e os recursos para atendimento a suas demandas diminuíram. É lamentável que isso ocorra mas, infelizmente, ative-me aos critérios escolhidos e estou fazendo as minhas recomendações ao Relator-Geral na propositura de buscar dar mais ênfase a esse setor tão importante para a sociedade brasileira.

Eminente Deputada Lúcia Vânia, valorosa representante de Goiás, companheira e amiga que aprendi a admirar há muito tempo pela persistência, competência e determinação com que se desincumbe das honrosas tarefas que o povo goiano lhe confiou. Como comentei com os eminentes Deputados Roberto Balestra e Pedro Teixeira, por também ser goiano, entendo, conheço e sinto na própria pele a angústia que V.Exas. sentem em buscar atender às demandas da população do Estado de Goiás. Efetivamente, é prioridade absoluta a conclusão da obra que visa o tratamento das águas do Meia Ponte.

Quanto à RIDE, um problema que o Distrito Federal tem criado para Goiás e Minas Gerais, compreendo também sua situação, o drama que enfrentam essas populações, as dificuldades que têm os Estados, com seus orçamentos, de suprir as necessidades decorrentes desse crescimento populacional inusitado, em índices enormes e preocupantes, bem como, como está virando tônica aqui, a demanda pela moradia. Estamos num país que ainda não conseguiu atender às necessidades básicas de seus cidadãos.

Lamento que, em nosso relatório, não tenhamos podido atender às reivindicações dos Parlamentares de Goiás com valores mais expressivos. Solidarizo-me com V.Exa. nessa luta, que ainda não terminou, e espero podermos ampliar os recursos para atender às demandas justas do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha, gostaria inicialmente de parabenizar V.Exa. pelo sub-relatório apresenta-

do. Conhecemos muito bem as dificuldades que V.Exa. enfrentou. Não quero ser repetitivo, mas reconheço que os recursos disponibilizados pelo Governo Federal para esta área têm sido pequenos. Tenho de enaltecer o trabalho que o Ministro Ovidio de Angelis vem fazendo à frente da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, tentando esticar o cobertor daqui e dali para atender às necessidades das Unidades da Federação.

Meu Estado também faz parte da Região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul, um Estado novo, relativamente jovem, que tem as mesmas dificuldades que V.Exa. em relação à dotação de infra-estrutura urbana, tão necessária.

O País tem enfrentado esta problemática que V.Exa. vê tão bem aqui: inchaço nas cidades, aglomeração de pessoas nas zonas urbanas. Cada vez são criados mais povoados, localidades carentes especialmente em infra-estrutura. Sentimos isso na pele cada dia mais.

O Estado do Mato Grosso do Sul, por ter um dos maiores rebanhos bovinos do País, possui grandes propriedades e, às vezes, dá a impressão de ser um Estado rico. E o é. Mas não é um Estado de pessoas ricas, temos problemas sociais enormes.

Apresentamos alguns destaques — falo em nome da bancada do Mato Grosso do Sul — e gostaríamos que V.Exa. reconsiderasse em seu relatório algumas de nossas demandas. Solicitamos que recomponha pelo menos parte delas, dentro das possibilidades de V.Exa. Apresentamos destaques nas áreas de habitação popular e infra-estrutura urbana para os mais diversos Municípios do Estado. Temos 77 Municípios no Mato Grosso do Sul que precisam de infra-estrutura, especialmente Municípios como Dourados, onde resido; Campo Grande, a Capital Morena do Estado do Mato Grosso do Sul; Corumbá e Três Lagoas, que são as maiores cidades. Apresentamos um destaque específico para Campo Grande, relativo a saneamento básico, porque é evidente que a capital tem maior demanda, já que todos acorrem para cidades de grande e médio porte em busca de emprego, hoje a maior necessidade das pessoas. Apesar de todo o esforço que o Governo Federal tem empreendido no sentido de estimular as pessoas a retornarem para o campo, seu lugar de origem, e trabalharem novamente com agricultura — e nosso Estado é eminentemente agrícola, nossa economia é baseada nisso — o Poder Público ainda não atingiu seu objetivo. As pessoas continuam nas zonas urbanas, e as cidades cada vez mais tem demandas a serem atendidas.

Gostaria que V.Exa. pensasse com um pouco mais de carinho no nosso Estado, o Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada.

Peço desculpas por não ter estado presente no primeiro momento da discussão; estava na Terceira Conferência Nacional de Assistência em nome da Comissão de Seguridade Social.

Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Leomar Quintanilha, que recebeu a bancada do Rio de Janeiro inicialmente. Tenho certeza de que S.Exa. tem dificuldade enorme de compor os valores requeridos pelas bancadas em função dos recursos que lhe foram destinados, não só os inicialmente previstos pelo próprio Governo, mas também os destinados depois pelo Relator-Geral.

Tenho também consciência de que a bancada do Rio de Janeiro apresentou quatro emendas, priorizando tanto a área de saneamento quando a de infra-estrutura, questões absolutamente vitais para a cidade e para o Estado do Rio de Janeiro. S.Exa. aprovou 24 milhões e 500 mil para as solicitações da bancada.

Eu diria que essas emendas foram feitas especialmente para três grandes regiões. Uma delas engloba o norte-noroeste, o centro-norte e o norte fluminense, região extremamente carente, principalmente a parte norte-noroeste, que sobrevivia da cana e hoje não conta mais com os recursos provenientes dessa fonte.

Por outro lado, a Baixada Fluminense, outra das regiões atingidas pela emenda — duas das emendas são para a Baixada Fluminense —, abrange quatorze Municípios, de enorme população, que — há que se notar —, como moradora da periferia da cidade do Rio de Janeiro, tem problemas graves na área de saneamento e na de infra-estrutura.

Há ainda emenda para a área Metropolitana Sul, como chamamos — abrange Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí —, outra região prejudicada em função de todos os esforços serem sempre concentrados na cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo tendo noção das dificuldades do Relator, pediria que S.Exa. revisse os valores. Essas emendas atingem quase metade da população do Estado do Rio de Janeiro; portanto, são números que, comparados com outros Estados, mostram nossa dificuldade.

Eu daria o exemplo da Baixada Fluminense, onde se encontra uma área chamada Lixão de Caxias. Lá a população vive em áreas absolutamente carentes, sem nenhum tipo de infra-estrutura básica ou mesmo de saneamento, alimentando-se do lixo depositado em seu entorno. A região não está sendo priorizada pelo Governo do Estado, cabendo, portanto, ao Parlamento fazer com que essas áreas recebam, por meio do Orçamento Geral da União, algum investimento.

Tenho certeza de que o Senador Leomar Quintanilha, baseado em seu espírito público e meio carioca, conseguirá ampliar os recursos destinados ao nosso Estado, tendo em vista nossas dificuldades. Não gostaria de comparar nossas solicitações com as de outras bancadas, até porque as populações que representamos são diferentes, e o número de emendas apresentadas também são diferentes, mas, para nós, da bancada do Rio de Janeiro, é prioridade a questão da infra-estrutura e do saneamento. Em todos os anos tem sido assim. Não temos seca como o Nordeste, mas temos enchentes, temos problemas graves de favelas — isso é absolutamente consensual neste país —, e essas áreas precisam sofrer intervenção.

Cumprimento o Senador Leomar Quintanilha pela boa vontade que teve com o Estado do Rio de Janeiro e peço-lhe, por favor, que continue com a mesma boa vontade e tente alocar um pouco mais de recursos, para que possamos paulatinamente chegar ao montante necessário à execução das obras no nosso Estado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Antônio Carlos Konder Reis, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, li com toda a atenção o parecer elaborado pelo Relator. Quero inicialmente cumprimentar S.Exa. pelo apuro técnico do trabalho de responsabilidade de S.Exa.

V.Exa., Sr. Relator, estabeleceu como critérios básicos examinar as emendas de acordo com os seguintes dados: um terço proporcionalmente à população dos Estados; um terço distribuído inversamente à renda **per capita** de cada Município e um terço distribuído de acordo com o número de emendas. Quero pedir a V.Exa. que, sem descumprir esse critério, também leve em consideração as peculiaridades de cada Estado da Federação, porque, dessa maneira, poderemos atender, no meu modo de ver, com maiores possibilidades de se contemplar com justiça, aos pleitos apresentados a V.Exa. para deliberação.

Represento um Estado que tem peculiaridades: Santa Catarina. Com cerca de 1% da área nacional e cerca de 3% da população brasileira, Santa Catarina é um Estado em que 90% de suas propriedades rurais são pequenas ou médias, muito especialmente pequenas. A população está muito bem distribuída por esse território. A cidade que tem o maior número de habitantes em Santa Catarina tem cerca de 500 mil habitantes. A capital não é, como na regra geral do nosso País, a maior cidade, do ponto de vista demográfico.

Para impedir que o campo fosse esvaziado em razão do êxodo rural, principalmente o oeste catarinense, hoje Santa Catarina tem 293 Municípios, pequenos Municípios. Foi a maneira que o Executivo e o Legislativo, especialmente, encontraram para conter o êxodo rural, que é acentuado em Santa Catarina. Contudo, no último senso — socorre-me aqui o Deputado Carlito Merss, meu eminente colega de representação —, 13% da população saiu do campo para a cidade. Portanto, é preciso que esses pequenos núcleos urbanos sejam fortalecidos. Trata-se de uma peculiaridade do Estado de Santa Catarina.

Quando exerci o Governo do Estado, de 1975 a 1979, resisti à criação de Municípios. Eu entendia que era preciso fortalecer os Municípios já criados e que se estavam desenvolvendo. Entretanto, em 1994, quando voltei ao Governo, sancionei cinco projetos de lei que criavam Municípios, porque me convenci de que era a única forma de conter o êxodo.

Em razão disso, a bancada catarinense apresentou cinco emendas à área temática que está sendo relatada por V.Exa. V.Exa. emitiu parecer — e agora estou voltado para o problema do desenvolvimento urbano — a três dessas cinco emendas, contemplando a primeira, Emenda nº 71260003, com 3 milhões; a segunda, Emenda nº 71260003, com 1 milhão e 500 mil; e a terceira, Emenda nº 71260015, com 4 milhões. Para V.Exa. verificar a dificuldade que a bancada catarinense está enfrentando com o Orçamento em vigor, conseguimos, para atender a uma única emenda, 10 milhões, 953 mil, 557 reais. Desses recursos, o Governo decidiu liberar 8 milhões. Agora, neste Orçamento, somando as emendas que contemplam obras e serviços de desenvolvimento urbano, temos o total de 8 milhões e 500 mil reais.

Faço um apelo a V.Exa., um apelo confiante, no sentido de que examine essa questão e, ao decidir sobre os requerimentos de Destaque nºs 9 e 8, V.Exa.

eleve um pouco esse quantitativo. O Destaque nº 8 refere-se a uma emenda para contemplar a cidade de Florianópolis e os Municípios vizinhos, porque Florianópolis se situa numa ilha, e no continente existem vários Municípios que sofrem a influência da capital.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço a V.Exa. que conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Vou concluir, nobre Presidente.

Para V.Exa. ter uma idéia, quando, no exercício da Vice-Governança, por solicitação do Sr. Governador Vilson Kleinübing, saudoso homem público catarinense, organizei a visita do Santo Padre, o Papa João Paulo II, a Florianópolis, tive o constrangimento de ter de programar o transporte do Santo Padre do aeroporto até o centro da cidade por helicóptero, porque a via de acesso não tinha condições de uso. Essa emenda relativa à área de desenvolvimento urbano da Grande Florianópolis visa a resolver esse e outros problemas.

Confio no nobre Relator pelo belo parecer que apresentou e lhe peço que leve em consideração, ao aplicar os critérios eleitos, também este: as peculiaridades de alguns Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, vou ser mais breve do que todos juntos. Gostaria apenas de fazer um apelo ao eminente Relator, Senador Leomar Quintanilha. A bancada de Pernambuco apresentou três emendas, duas das quais para a região metropolitana do Recife, composta hoje por vinte Municípios pobres, pequenos e sem infra-estrutura: uma, modesta, de 20 milhões, que V.Exa. atendeu com 5 milhões, e outra, maior um pouco, que trata do problema da infra-estrutura. Lá há uns morros, como V.Exa. conhece. Tivemos no ano passado 50 milhões. Está-se gastando o resto agora. Pedimos 40 milhões, V.Exa. concedeu 6 milhões. A outra emenda destina-se à região do agreste, para a qual também pedimos 40 milhões e recebemos 6 milhões. Peço isso sabendo das limitações.

Quero parabenizar V.Exa. pelo relatório. V.Exa. fez das tripas coração, mas gostaria que V.Exa., neste instante, passasse a ser pernambucano, perto do Deputado José Chaves, para atendermos pelo menos à metade das emendas de Pernambuco.

Há uma emenda do Deputado Clementino Coelho — S.Exa. já falou com V.Exa. —, que é nacional, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e que também está destacada.

Parabéns à Comissão e a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - O Deputado Marçal Filho, do Mato Grosso do Sul, reporta-se às dificuldades que os diversos Municípios do Estado têm no que se refere a suas demandas de infra-estrutura. Eu as conheço, sei da procedência de suas afirmações e da angústia que V.Exa. amarga, pela dificuldade em resolver os problemas e atender às demandas da população de seu Estado.

Concordo com V.Exa. quando diz que a priorização em relação ao aspecto social do Orçamento de 2002 é muito restrita, muito limitada. Seguramente, mesmo com todo o esforço que possamos fazer, ficarão frustrados não só os representantes do Estado, mas também a própria população, que espera a cada dia a realização de obras que venham mitigar seu sofrimento.

Contudo, afirmo a V.Exa. que os critérios que elegemos buscaram, sobretudo, apenar menos — acho que essa seria a melhor forma de qualificar —, com essa distribuição tão restrita, tão exígua de recursos, os Estados onde as demandas se fazem mais acentuadas. Concordo com V.Exa. em relação a suas reivindicações, e espero poder ajudá-lo nas etapas subseqüentes do Orçamento.

A Deputada Laura Carneiro não se encontra presente, mas por sua determinação e esforço vem dignificando nesta Casa o nome daquele que se transformou numa legenda no Congresso Nacional: Senador Nelson Carneiro. S.Exa. defende com muita propriedade as demandas de obras de infra-estrutura urbana do Rio de Janeiro, uma das cidades de maior densidade demográfica do País. Seguramente os problemas nessa área se acentuam; aliás, acentuam-se e multiplicam-se. S.Exa. defende com muita pertinência a ampliação dos recursos das emendas que atendem basicamente a três regiões que considera importantes em seu Estado.

Estou seguro de que o critério que estabelecemos também não apenou o Rio de Janeiro mais do que os demais Estados. Espero que possamos ampliar os recursos para atender a suas demandas.

O Deputado Antônio Carlos Konder Reis defende nossa bela Santa Catarina, Estado que admiro muito por seu estágio avançado de desenvolvimento. Da mesma forma, admiro S.Exa. pelo belo trabalho que faz por seu Estado nesta Casa. O Dr. Sanches já

esclareceu o equívoco de interpretação com relação à distribuição da emenda. Não houve, no Estado de V.Exa., Deputado, emenda de 1,5 milhão, mas efetivamente de 4,5 milhões.

Pelas manifestações de V.Exa., reforçadas pelo Deputado Carlito Merss, também pelo Governador Esperidião Amim e por nosso colega de trabalho e Presidente do nosso partido, Senador Jorge Bornhausen, sei dos problemas que enfrenta seu Estado, razão da determinação de V.Exa. em buscar ampliar os recursos para atender às demandas da população de Santa Catarina.

Em relação às ponderações expendidas por V.Exa. com vistas ao aprimoramento do critério que utilizamos na elaboração deste relatório, no sentido de que sejam examinadas as peculiaridades dos diversos Estados brasileiros, gostaria de dizer a V.Exa. que algumas peculiaridades, como renda **per capita** e densidade demográfica, foram alguns dos critérios que utilizamos. Espero, em outra oportunidade, já que não há mais como alterar o critério estabelecido para análise neste Orçamento de 2002, em meu relatório — se eu tiver outra oportunidade de relatar —, poder socorrer-me da experiência de V.Exa. e aprimorar a distribuição com base em critérios que procurem priorizar determinadas demandas dos Estados brasileiros.

Um dos critérios que estabelecemos foi o volume de emendas apresentadas ao nosso setor. Pelo fato de ter privilegiado nosso setor com cinco emendas, o Estado de V.Exa. acabou levando, mesmo com a exigüidade de recursos, certa vantagem na alocação desses recursos. Entendemos que, pelo fato de privilegiar nosso setor com um número maior de emendas, seu Estado não teria como alocar recursos em outros setores. Essa foi a razão de termos estabelecido o número de emendas apresentadas como um dos pilares dos critérios.

Deputado Gonzaga Patriota, agradeço a V.Exa. as considerações elogiosas. Cumprimento V.Exa. pela determinação com que defende os interesses de seu Estado. Sei do significado e da importância das obras defendidas por V.Exa para a população de Pernambuco.

Quanto aos critérios que adotamos, se V.Exa. analisar a distribuição feita aos demais Estados da Federação, verificará que Pernambuco talvez não tenha sido mais apenado do que eles, mas tanto quanto eles, em razão da exigüidade dos recursos disponíveis para o setor que relatamos, os quais foram drasticamente reduzidos em relação ao Orçamento do ano anterior. Solidarizo-me com V.Exa. e espero conseguir, na etapa subseqüente deste Orçamento, ampliar um pouco os recursos que V.Exa. tanto defende para seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Aviso ao Plenário que não haverá interrupção dos trabalhos. Haverá um lanche especialmente preparado para os Congressistas, mas continuaremos nosso trabalho durante todo o dia. Terminaremos a leitura dos relatórios hoje, com a apresentação dos destaques.

O próximo orador inscrito é o Deputado Pedro Henry. (Pausa.)Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de juntar minhas palavras às do Deputado Gonzaga Patriota. Falo na condição de Coordenador da bancada de meu Estado. Tivemos oportunidade de estar com o nobre Senador Leomar Quintanilha, em seu Gabinete, levando a S.Exa. nossas preocupações em relação à necessidade de termos aprovadas essas emendas com valores razoáveis.

Contudo, gostaria, Sr. Senador, de chamar a atenção para dois fatos. O primeiro é que, das três emendas apresentadas pela bancada, duas se referem a novas ações que a bancada priorizou. Uma delas, a de um programa de infra-estrutura na região do agreste, que, depois da região metropolitana do Recife e a Zona da Mata, é a mais ampla do Estado, muito carente de infra-estrutura. Trata-se, portanto, de projeto que se está iniciando, para o qual V.Exa. atribuiu o valor de 6 milhões. A bancada solicitava valor bem mais expressivo, da mesma forma que o fazia para um programa pioneiro e muito importante de saneamento básico na região metropolitana do Recife, que fica fora dos critérios do Programa Alvorada, que leva em consideração o IDH e, portanto, retira regiões metropolitanas que, não obstante suas grandes dificuldades, ainda têm o IDH acima da média do Estado. Visa, então, complementar, prover, as ações do Programa Alvorada relacionadas com o estabelecimento de saneamento básico no Estado.

É evidente, nesse segundo caso, a insuficiência de recursos. O Estado recebeu, neste Orçamento, 83 milhões para saneamento em todo o Estado, menos na região metropolitana. Observe, Senador, que absurdo estamos enfrentando. A região metropolitana, que tem cerca de 80% da população, está recebendo, não obstante os esforços de V.Exa., 5 milhões. Portanto, não é possível sequer discutir isso. Estamos sendo aqui vítimas das armadilhas dos critérios, fei-

tos até com boas intenções. Embora o IDH seja critério interessante, deixa de fora regiões metropolitanas. Se pudéssemos separar das metropolitanas as áreas periféricas dos bairros de classe média, verificaríamos que nas áreas periféricas o IDH é menor do que o da maioria dos Municípios pernambucanos. Portanto, submeto essa observação ao exame criterioso de V.Exa.

Faço a última observação, Sr. Relator. A primeira emenda — e chamo-a de primeira por ser esta a ordem do meu documento, mas talvez ela não esteja assim ordenada na sua relação — diz respeito à implantação, à ampliação, à melhoria de obras de infra-estrutura urbana em cidades com mais de 350 mil habitantes na região metropolitana do Recife. Houve acordo na bancada perante o Prefeito da cidade do Recife e a Prefeita da cidade de Olinda. Fizemos apelo aos dois Prefeitos no sentido de transformar duas emendas que tradicionalmente sempre existiram, uma da Capital, outra, de Olinda — e, como V.Exa. sabe, as duas cidades estão imbricadas, constituem um complexo urbano único, contínuo —, em uma única emenda. Dessa forma, daríamos espaço à bancada para colocar a emenda de saneamento da região metropolitana. A única maneira de colocarmos uma emenda a mais para saneamento seria fazer essa junção.

Temos de registar o espírito público dos dois Prefeitos: o Prefeito João Paulo, do Recife, e a Prefeita Luciana Santos, de Olinda, que permitiram essa junção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Para concluir, Sr. Presidente, informo que os dois Municípios tiveram 18 milhões aprovados no ano passado. V.Exa. aprovou 6 milhões. Apelo a V.Exa. para que leve, portanto, em consideração esse acordo de bancada com os Prefeitos do Recife e de Olinda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Passo a palavra ao Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sr. Relator, imagino a imensa dificuldade que V.Exas., e particularmente o Senador Leomar Quintanilha, enfrentou para fazer essa distribuição de dificuldades, uma vez que a tarefa entregue a V.Exa. é distribuir e administrar dificuldades.

Dentro desses obstáculos, é claro que V.Exa. pode ter dado alguns pontos referenciais para algum critério. Por isso, animo-me a defender essa proposta neste momento.

O Município de Arapiraca, o maior do interior de Alagoas segundo a Prefeita Célia Rocha, é o que mais cresce em todo o Brasil, levando em conta o fato de que de dez em dez anos ele duplica sua população devido às perspectivas de melhores dias que proporciona. Ao mesmo tempo, aparecem as dificuldades inerentes a esse aumento populacional.

Havia um pleito de 20 milhões de reais, mas foram definidos 4 milhões para Arapiraca. Como o Município é símbolo, referência, imagino que V.Exa. seja sensível a uma melhoria. O pleito é de 10 milhões, mas, se houvesse duplicação, já constituiria esforço e ao mesmo tempo homenagem que se prestaria aos Municípios do interior nordestino. Deixaria à compreensão e à sensibilidade de V.Exa. este apelo por tudo o que Arapiraca simboliza para o Nordeste e, particularmente, para o Estado de Alagoas.

Há também outra emenda. Faço este apelo devido à dramaticidade do corte. A emenda iria atingir todos os Municípios alagoanos, por meio da Associação dos Municípios, que compreendem 102 deles. A verba era de 40 milhões e foi reduzida para 4 milhões.

Portanto, qualquer melhoria que V.Exa. conceda a essa emenda representa grande benefício a todo o Estado de Alagoas na sua globalidade, no seu conjunto. Trata-se de Estado que luta com imensas dificuldades, conforme V.Exa. tem conhecimento, mas ao mesmo tempo tem presença muito forte no cenário nordestino e, particularmente, no brasileiro.

São esses os apelos e as solicitações que deixo à sensibilidade de V.Exa., homem público que vem dignificando não apenas o Estado de Tocantins, mas também o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos ouvir agora a voz do sertão da Paraíba, Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Fico feliz, Sr. Presidente, com o destaque que fez V.Exa. a minha pessoa. Quero também sensibilizar o nobre Relator para que reponha sua alegria e seu entusiasmo também em recursos para nosso Estado. É nessa direção que aponto minha fala, nobre Relator, porque conversei com V.Exa. sobre a distribuição dos recursos. É interessante que todos os anos tenhamos aqui essa reza, Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra. Trata-se de quadro interessante, em que o Sub-Relator fica ali observando, enquanto cada um dos nobres Deputados se lamentam pelo fato de que seus Estados não foram atendidos. O Relator diz que tem pou-

co dinheiro, que não sabe o que fazer. É interessante este quadro que se está repetindo este ano e vai repetir-se no ano que vem.

Para entrar nessa repetição, nobre Relator, quero dizer que a Bahia é um dos Estados mais pobres da Federação, é um dos Estados que mais sofre. O povo tem esperança de que nós, Deputados Federais, levemos recursos. Quando dizemos, Sr. Relator, que precisamos dos recursos, não o fazemos apenas para tocar seu coração, mas para atender 3 milhões e 200 mil paraibanos que necessitam desses recursos.

V.Exa. adotou regra — e quero parabenizá-lo publicamente por isso — de equilíbrio em relação à Bahia ao tratar as três emendas de maneira eqüitativa. Entretanto, fê-lo por baixo, Sr. Relator. Essas coisas nos doem. Mostraremos, por exemplo, em determinadas situações, como outros Parlamentares o fizeram, que em outras áreas temáticas deste Orçamento houve valores de 10 milhões, 15 milhões, 16 milhões e até de 20 milhões. Aqui, na área temática de V.Exa., conseguimos somente 5 milhões!

Quero fazer esse apelo, para não me estender muito, nobre Relator, Senador Quintanilha, porque conheci, nesse pequeno período de convivência com V.Exa., a serenidade e também a transparência e a fraternidade que V.Exa. demonstrou. Todas as vezes em que me dirigi a V.Exa., até pelo celular, V.Exa. sempre fez questão de atender a este nobre Deputado. Quero parabenizar seu comportamento.

Entretanto, solicito a V.Exa. a oportunidade, nesse equilíbrio final, de pelo menos poder dar aos paraibanos algo com que nos possamos justificar. As obras são necessárias. Os recursos geram emprego e, acima de tudo, geram obras, para que possamos tentar tirar a Paraíba da situação lamentável. Hoje a Paraíba é um dos Estados que mais sofre. Portanto, quero que V.Exa. agora, nessa fase final, recupere, não em termos de convivência, de confraternização, mas acima de tudo do valor que V.Exa. colocou a essas três emendas.

Por isso, publicamente, chamo atenção ao que V.Exa. é como pessoa, mas acima de tudo à necessidade do povo da Paraíba, juntamente com o povo do Piauí. A Paraíba precisa de V.Exa., neste momento, em relação aos recursos. Portanto, quero fazer a V.Exa. este apelo dramático, mas sensível e, acima de tudo, real, ao povo da Paraíba.

Muito obrigado, nobre Relator, Senador Leomar Quintanilha, por quem tenho a maior admiração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A última oradora inscrita é a Deputada Nair Xavier Lobo, a quem concedo a palavra.

A SRA. DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO - Sr. Presidente, Sr. Relator, quero que minhas primeiras palavras sejam de congratulação ao importante trabalho que V.Exas. estão desenvolvendo nesta Comissão.

Sr. Relator, V.Exa. é um Senador que acompanhamos com muito carinho, por ser goiano e conhecer nossas necessidades. O Estado de Goiás tem nesta Comissão os Deputados Pedro Chaves, Zé Gomes da Rocha, a Deputada Lúcia Vânia e outros. Não sou desta importante Comissão, mas me inscrevi para dizer da importância de sensibilizarmos V.Exa., em que pese toda a dificuldade orçamentária, o lastro mesmo de fazer o aumento que vou reivindicar-lhe, dentro da questão e das limitações técnicas, de recursos financeiros e de recursos orçamentários.

Sabemos, contudo, Sr. Senador, Sr. Presidente, que no momento em que podemos repartir o Orçamento da União, em que estamos imbuídos dessa tarefa tão importante — e o povo brasileiro, na ponta, com certeza não pode avaliar que estamos cuidando, sobretudo, das questões e das desigualdades sociais — é preciso agirmos com muita justiça, com muita sabedoria, iluminados mesmo pelo Espírito Santo.

Não poderia deixar de dizer que nesta pasta de que V.Exa. é Relator, pasta que cuida das questões sociais, da construção de habitações, setor em que há imensa demanda e déficit no nosso Brasil, da enorme dívida social que tem o nosso País, não poderia deixar de dizer, como representante do povo goiano, que as emendas que apresentamos para resolver essas questões sociais ficaram — e sei, por limitações — muito abaixo do que poderiam ficar e do que têm ficado em outros anos, Sr. Relator. Portanto, essa é a razão do destaque, do reforço da minha fala nesse destaque, como coordenadora da bancada.

Temos o firme propósito de ajudar V.Exa., de estar aqui presentes com V.Exa. e com o Presidente desta Comissão, para que essas emendas possam, dentro desse destaque, conquistar o valor. Falo pela bancada do Estado de Goiás.

Reporto-me também a uma emenda da bancada da Região Centro-Oeste. Neste ponto, Sr. Senador, falo inclusive com o reforço de debate que originou essa emenda de infra-estrutura na RID para a região Centro-Oeste, que se destina ao entorno de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço a V.Exa. que seja rápida, Deputada, porque a Ordem do Dia da sessão do Congresso já se iniciou.

A SRA. DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO - Vou terminar dizendo que o apelo é para que se aumentem os valores das emendas de infra-estrutura na RID. Devido ao tempo exíguo, posso depois passar ao Sr. Relator o número da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Isso vai ser votado só amanhã ou depois de amanhã. Há tempo para V.Exa. conversar com o Relator. Tenho certeza de que S.Exa. vai multiplicar por cinco esses recursos para Goiás.

A SRA. DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO - Farei essa conversa auricular, Sr. Presidente, mas gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O empenho de V.Exa. pelo grande Estado de Goiás.

A SRA. DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO - ...o grande empenho para reforço dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. está de parabéns.

A SRA. DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO - Gostaria apenas de registrar quais são as emendas: a emenda de infra-estrutura na RID, da bancada da Região Centro-Oeste; a emenda da bancada de infra-estrutura dos Municípios do Estado, porque Goiás precisa muito. Essa emenda, inclusive, volta-se ao entorno, onde estão os Municípios mais pobres, inclusive do Programa Comunidade Solidária e que ficaram com valor muito baixo, de 3,5 milhões. Isso é muito pouco, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O Senador Carlos Bezerra está acenando que meu tempo é exíguo, mas está registrado o apelo de que os recursos alocados no relatório de V.Exa., Sr. Relator, são insuficientes: 3,5 milhões; 4 milhões. Jamais um relatório ficou com valor tão irrisório! Logo o Senador Leomar Quintanilha, a quem achamos que pudesse aquinhoar Goiás com o merecido valor frente às nossas necessidades. Estamos bastante preocupados, uma vez que jamais a bancada ficou com tão baixo valor em relatório setorial!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputada, peço que V.Exa. deixe o Relator responder rapidamente aos últimos oradores, pois vou suspender a sessão, após a fala do Relator.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - O Deputado Pedro Eugênio, que defende com muita veemência as emendas apresentadas pelo seu Estado, Pernambuco, refere-se, inclusive, à inexistência de priorização para as regiões metropolitanas, dando-lhes enfoque muito atual, já que o êxodo rural tem acentuado e multiplicado os problemas nessas regiões. Concordo com V.Exa. e espero que possamos contribuir para ampliação dos recursos que V.Exa. tão propriamente defende.

O Deputado Divaldo Suruagy, que dignifica esta Casa com seu trabalho, que tem vasta experiência na representação popular, quando governou seu Estado e mesmo nesta Casa e no Congresso Nacional, sabe das dificuldades de se administrar a escassez de recursos. E é isso o que estamos fazendo aqui. É angustiando observarmos que houve drástica redução dos recursos alocados ao setor que estamos relatando em relação ao Orçamento do ano passado, quando a população aumentou, quando os problemas aumentaram. Estamos administrando a escassez.

Deputado Damião Feliciano, tenho de agradecer ao meu partido a oportunidade de relatar o setor 10, que me permitiu estreitar a relação com tantos valores do Congresso Nacional, inclusive com V.Exa., que de forma veemente e vibrante defende os interesses da nossa querida Paraíba. Esteja certo, eminente Deputado, de que os critérios estabelecidos não nos permitiram apenar mais a Paraíba do que outros Estados. A penalização ocorre em razão da exigüidade de recursos. Espero que consigamos com o Relator-Geral mais recursos para atender à demanda de V.Exa.

Eminente Deputada Nair Xavier Lobo, desculpe-nos a pressa. O Presidente, alerta para o fato de que já estamos na Ordem do Dia e precisamos encerrar a reunião. Admiro muito o vibrante e competente trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo, além de conquistar a confiança e a admiração de todos nesta Casa.

Sabe V.Exa. que infelizmente não posso decidir com o coração de brasileiro e goiano; tenho de fazê-lo com a razão. Tive de estabelecer critérios para distribuir os estritos recursos destinados a essa área, que entendo ser de prioridade nacional. Espero que consigamos, todos juntos, ainda na discussão com o Relator-Geral e com o Presidente, ampliar os recursos, conforme está na recomendação do meu relatório, para o setor de desenvolvimento urbano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão — e o prazo para apresentação de destaque também está encerrado —, esta Presidência vai suspender esta reunião, haja vista o início da Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional, que se reiniciará às 14h.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, Relator-Setorial da Área de Educação, para a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Histórico.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cumprimento às disposições constitucionais consubstanciadas no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhando a Mensagem nº 591, de 2001, do Congresso Nacional (nº 934, de 2001, na origem), o Projeto de Lei nº 32, de 2001, do Congresso Nacional, que "estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2002".

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube a esta Relatoria a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária dos seguintes Órgãos: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Educação; Ministério da Cultura e Ministério do Esporte e Turismo.

1.2 - Análise da proposta e considerações sobre a atuação da Relatoria.

Os órgãos desta Área Temática estão sendo contemplados no Projeto de Lei para 2002 com cerca de R$19,9 milhões, sendo este valor 1,1% superior ao autorizado para o exercício de 2001.

No conjunto da Área Temática, o orçamento do MEC corresponde a 84% dos recursos; o Ministério da Ciência e Tecnologia vem em segundo lugar, com 12,7%; o Ministério do Esporte e Turismo com 1,9%; e o Ministério da Cultura com 1,4%.

Ministério da Educação.

Entre 1998 e 2001, o orçamento do Ministério apresentou crescimento significativo. Comparando os valores executados em 1998 e os valores autorizados para o exercício de 2001, verifica-se um crescimento perto de 50% dos recursos. Este aumento de dotações é creditado principalmente ao crescimento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, à criação do FIEES e à incorporação, ao orçamento do MEC, ao Programa de Garantia de Renda Mínima (Bolsa-Escola) a partir do exercício de 2000.

O aumento da despesa de pessoal no período considerado foi de R$1,361milhões. As dotações do programa Bolsa-Escola totalizam, no exercício de 2001, R$1,565 milhões e do FIEES R$580 milhões. Portanto, esses três itens de despesa são responsáveis por 67% do incremento de recursos entre o autorizado para 2001 e o liquidado em 1998.

Considerando que a Área da Educação é intensiva em mão-de-obra, 45,6% dos recursos do Ministério em 2002 estão destinados ao grupo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Neste grupo — pessoal ativo e inativo —, os valores para 2002 são superiores em R$357 milhões aos valores autorizados para 2001.

Apesar de expressivo em seu montante, o incremento no orçamento de pessoal do MEC (4,9%) fica ainda inferior ao aumento previsto para o grupo Pessoal e Encargos Sociais no Orçamento da União como um todo, o qual alcança 14,5%.

O grupo Outras Despesas Correntes conta com parcela igualmente importante dos recursos, qual seja 43,4% do total do órgão.

Entre os principais programas do Ministério da Educação destacam-se, pela ordem: Desenvolvimento do Ensino da Graduação, representando 35,1% do total para 2002; Toda Criança na Escola, com 26,8%; e Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com 13,9%.

Dentre as dotações do programa Toda Criança na Escola, temos a ação Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Socioeducativas — Bolsa-Escola, que recebeu R$1,8 bilhão na proposta.

O programa Educação de Jovens e Adultos teve significativo incremento de recursos se comparados aos exercícios de 2001 e 2002 (64,6%), cujos valores alocados para as respectivas ações refletem o tratamento prioritário recebido por integrar o Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano, tendo por base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Recursos destinados à erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

Conforme disposto no item 19.2, do parecer preliminar, que prescreve a análise a respeito dos valores e ações relativas ao ensino fundamental e ao FUNDEF no projeto orçamentário para 2002, a seguir

são tecidas algumas considerações sobre esses temas.

Segundo estabelecido no § 6º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União aplicará no mínimo o equivalente a 30% dos recursos constitucionalmente vinculados à educação (art. 212) na erradicação do analfabetismo e na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

O Poder Executivo encaminhou demonstrativo específico sobre o assunto, em atendimento ao disposto na LDO/2002, informando que o limite constitucional a ser observado é, no mínimo, de R$2,125 milhões e o valor demonstrado da programação que se enquadra no objetivo pretendido alcançaria R$3,104 milhões.

Contudo, nesse valor estão consideradas despesas com as ações de Alimentação Escolar e Saúde do Escolar, no valor de R$916 milhões, que são ações suplementares às de desenvolvimento do ensino e suas despesas não podem ser computadas como despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e, da mesma forma, não podem ser demonstradas como despesa para cumprimento da vinculação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Assim, deduzindo as despesas dessas duas ações, a proposta orçamentária para 2002 está destinando R$2,187 milhões para erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental. A vinculação exigida pela Constituição Federal está, portanto, atendida na proposta orçamentária para 2002.

O FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional n.º 14 e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 1996, com o objetivo de garantir um investimento mínimo por aluno/ano e a remuneração condigna do magistério, é, sem dúvida, mecanismo inovador de financiamento que vem garantindo efetiva prioridade ao ensino fundamental público através de mecanismos redistributivos que favorecem a correção das disparidades entre as Unidades da Federação e possibilitam a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

A equalização nas condições de acesso e oferta do ensino público é um dos pilares de uma sociedade democrática e justa e pré-requisito essencial para o desenvolvimento social de um país com tantas desigualdades econômicas e sociais quanto o nosso.

No entanto, os avanços nessa área não têm sido maiores porque o Governo Federal não vem aplicando corretamente os critérios de fixação do valor mínimo anual por aluno estabelecidos pela Lei nº 9.424, de 1996. O inciso I do art. 6º determina que o valor mínimo por aluno, a ser fixado por ato do Presidente da República, nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas.

A previsão da receita total do Fundo, conforme documento da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação, anexado às informações complementares da Proposta Orçamentária para 2002, é de R$20,2 milhões e o total de matrículas calculado pelo Censo Escolar alcança R$32,2 milhões.

Na Proposta Orçamentária para 2002 estão previstos recursos federais de complementação, da ordem de R$664 milhões, destinados aos fundos estaduais de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Piauí.

O valor mínimo nacional está definido em R$395,00 de 1ª a 4ª séries e de R$414,75 de 5ª a 8ª séries e Educação Especial.

Cabe observar que, se calculado o valor mínimo por aluno conforme determina a Lei nº 9.424, de 1996, e aplicando-se à diferenciação de custos de 5ª a 8ª séries e educação especial 5% de acréscimo, chega-se aos valores de R$612,03 de 1ª à 4ª séries e R$642,09 de 5ª a 8ª séries e educação especial.

Nessa hipótese, o montante da complementação a cargo da União alcançaria, no exercício de 2002, a soma de R$3,577 milhões e passaria a receber recursos além dos citados.

Neste momento, gostaria que os Deputados e Deputadas prestassem atenção: se o FUNDEF estivesse sendo respeitado, esses Estados também teriam complementação. Portanto, os Estados estão perdendo, e a União está permanecendo com recursos que deveriam ser dos Estados do Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Estima-se que, pelo descumprimento da lei do FUNDEF, no que diz respeito ao cálculo do valor mínimo por aluno no período de 1998 a 2001, a União deixou de repassar cerca de R$9 bilhões aos Estados e Municípios, a título de complementação do FUNDEF.

Este é o prejuízo que os Estados e Municípios tiveram desde a criação do FUNDEF.

Infelizmente, tendo presentes as limitação da atuação do Congresso Nacional na apreciação do Projeto de Lei Orçamentária, especialmente no tocante ao remanejamento e à identificação de novas fontes de recurso, esta relatoria setorial, assim como

a relatoria geral, não poderão corrigir a ilegalidade caracterizada pela manutenção do valor mínimo por aluno, em flagrante descumprimento ao que determinam a Lei do FUNDEF e o art. 42 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002.

Infelizmente, no meu relatório há uma ilegalidade que não tenho como corrigir. Mas quero que fique registrada para que possamos encontrar uma forma de corrigi-la ou, neste ano, se conseguirmos entendimento com o Governo, resolver essa questão.

Recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior.

Os dados do Centro do Ensino Superior, de 1998, demonstram que o índice de escolarização superior ainda é muito baixo no Brasil.

De cada mil habitantes, apenas treze estão matriculados nesse nível de ensino, e a participação do sistema público federal não chega a 20% das matrículas. O Brasil é um dos países com um dos mais elevados percentuais de estudantes em instituições privadas de ensino superior: 62%.

Eu queria que os Deputados e Deputadas prestassem atenção: no Brasil, 62% dos nossos estudantes estão em redes privadas, contra 30% do Chile e 18% da Argentina.

Além disso, há uma grave distorção no sistema educacional brasileiro que faz com que os estudantes mais pobres não consigam acesso ao ensino superior gratuito. A baixa qualidade do ensino público ofertado nos níveis fundamental e médio torna o vestibular das instituições públicas barreira quase intransponível para esses alunos.

O conjunto das instituições federais de ensino superior constitui-se em referencial de ensino de qualidade e é o principal responsável pela produção científica nacional. Os excelentes resultados alcançados por essas instituições nos sistemas oficiais de avaliação do ensino superior comprovam essa afirmativa.

Diante desse quadro, quando se figura como prioritária a adoção de política de democratização do ensino superior público, preocupa-nos a questão da alocação de recursos orçamentários da União para as IPES em 2002.

Ciente de que é necessária a expansão de vagas do Sistema Público Federal de Ensino Superior, as IPES propuseram ao Ministério da Educação, e vêm executando desde dezembro de 1998, um plano que prevê a criação de 110 mil novas vagas até 2002. Essa ampliação está sendo realizada principalmente nos cursos noturnos de licenciatura e na área tecnológica.

No entanto, para que esse plano seja executado sem prejuízo para a qualidade do ensino ofertado, é necessário que haja uma contrapartida por parte do Governo Federal no sentido de incrementar a alocação de recursos do Tesouro Nacional para o conjunto daquelas instituições.

Só fazendo uma ressalva: é licenciatura mesmo, para que possamos ter formação de mais professores. Não querendo polemizar com o Presidente Fernando Henrique, que tem uma outra visão de professor, esta alocação de recursos existe para que possamos ter mais professores para melhorar também a qualidade de ensino no País.

Examinando os números do Orçamento da União, conforme dados da Tabela nº 5, verifica-se que o total de recursos de fontes do Tesouro Nacional, que estão sendo alocados às IPES para 2002 em valores correntes, são superiores em apenas 2,9% aos executados no Orçamento de 2000. Se considerarmos apenas os grupos Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras das Ações do Tesouro Nacional, verificaremos que os valores orçados para 2002 são inferiores aos executados em 2000: R$757,1 milhões em 2000 e R$716,4 milhões em 2002.

Corrigidos os valores a preços médios de 2002, verifica-se que os recursos totais orçados às fontes do Tesouro Nacional representam 89% dos recursos liquidados em 2000.

Se considerarmos apenas os grupos Outros Custeios em Capital, em 2002, verificaremos que os recursos são 18,5% menores que os executados em 2000. Isso demonstra que os recursos do ensino superior no Brasil nos últimos anos vêm diminuindo.

Os recursos previstos para o conjunto daquelas instituições de 2002 afiguram-se como insuficientes para amparar o crescimento das matrículas sem comprometimento na qualidade do ensino ofertado.

É urgente e necessário que o Governo Federal cumpra a sua parte nesse plano e destine recursos adicionais do Tesouro Nacional às IPES, demonstrando dessa forma que está cumprindo o dever constitucional de garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, dentro do princípio também consagrado na nossa Carta Magna de que esse ensino será ministrado com garantia de padrão de qualidade.

Diante desse quadro e dentro das limitações de recursos da relatoria setorial, estamos aprovando emenda de apoio às IPES, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, cujos recursos serão direcionados, em grande

parte, ao reforço das dotações dos grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos.

Estamos aprovando ainda outras duas emendas, de autoria da Comissão de Educação do Senado, direcionadas para o Programa de Extensão Universitária e Assistência aos Educandos do Ensino de Graduação da IPES. Esses valores somados representam um aporte de recursos adicionais de R$81 milhões, que certamente concorrerão para a execução do Plano de Expansão de Vagas.

Esta relatoria está aprovando ainda todas as emendas de bancadas estaduais e regionais que pretendem igualmente reforçar o orçamento das instituições públicas de ensino superior e, desta forma, contribuir adicionalmente para esse esforço de expansão com qualidade de ensino superior público.

Por último, consideramos importante registrar que a Emenda nº 51.600/01, acima citada, importante iniciativa no âmbito do ensino superior, que são os programas de ampliação do acervo bibliográfico para a pós-graduação e de ensino de graduação à distância, este último inclusive em atendimento ao Item nº 19.6 do parecer preliminar.

Ministério da Cultura.

Apesar da redução dos valores globais do Orçamento do Ministério da Cultura na proposta para 2002, em relação à autorizada para 2001, vale lembrar que, se a comparação for estabelecida dentre as propostas de 2001 e 2002, constata-se crescimento de 13%.

Ademais, cabe lembrar que, por meio das emendas aprovadas no Congresso Nacional, o Orçamento do Ministério da Cultura acaba sendo contemplado com recursos adicionais, compensando os valores mais modestos constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

Em termos de volume de recursos, os principais programas do Ministério da Cultura são, pela ordem: Apoio Administrativo, representando 32% do total; Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 12%, e Brasil, Patrimônio Cultural, 11%.

Os dados da Proposta para 2002 evidenciam que os valores destinados a diversos programas finalísticos ficaram aquém daqueles autorizados em 2001, fato que se tem repetido nos últimos anos. Entretanto, também constata-se que, durante a fase legislativa do processo orçamentário, freqüentemente têm sido aprovadas diversas emendas que reforçam as dotações desses programas.

Entre as diversas áreas de atuação do Ministério, destacam-se as ações voltadas para a produção e difusão cultural, principalmente as destinadas a implantar e modernizar espaços culturais e aquelas voltadas para a valorização da história, da cultura e da presença da raça negra na sociedade brasileira.

Por meio desses espaços culturais, procura-se oferecer infra-estrutura física, técnica e operacional necessária à realização de eventos culturais, de maneira a proporcionar ao público e aos artistas ambientes adequados às atividades desenvolvidas. Além disso, a maior oferta desses espaços possibilita o barateamento da produção de bens e serviços culturais, facilitando o acesso da comunidade.

Ao longo dos últimos cinco anos, foram implantados mais de quinhentos espaços culturais. No corrente ano, até outubro, mais de 91 foram entregues. Na Proposta Orçamentária para 2002, foram alocados R$2,4 milhões para essa finalidade.

O expressivo número de emendas individuais apresentadas demonstra que os Parlamentares reconhecem a relevância dessa atividade, dessa iniciativa para as comunidades. Em consonância com esse sentimento, concedemos especial atenção à emenda oferecida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto de forma a ampliar o número de Municípios beneficiados com a implantação dos espaços culturais.

O Brasil, país de maior população negra fora da África, reconheceu na Conferência de Durban, na África do Sul, a existência de discriminação racial e outras formas de intolerância.

Na indústria audiovisual, por exemplo, é evidente a desproporção entre o pequeno número de profissionais negros, jornalistas, atores, etc. e a parcela da população brasileira composta por afro-descendentes.

Esses problemas devem ser combatidos a partir da efetiva implantação de políticas públicas voltadas para a promoção e a inserção da população afro-brasileira no processo de desenvolvimento cultural, social e econômico. É preciso reconhecer e valorizar a história, a cultura e a presença da raça negra na sociedade brasileira.

Com o intuito de resgatar parte da dívida social com essa parcela da população brasileira, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Direitos Humanos, ambas da Câmara dos Deputados, apresentaram três emendas que receberam especial consideração por parte desta relatoria. Essas emendas destinam-se a implantar um Centro Nacional de Referência da Cultura Negra, a ampliar as ações de demarcação e reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos e a fomentar projetos da cultura afro-brasileira.

É oportuno mencionar a Lei Rouanet: consiste na principal forma de captação de recursos junto ao setor privado. Na realidade, a Lei permite que empresas apoiem projetos culturais aprovados pelo Ministério, beneficiando-se de dedução tributária.

Todavia, o próprio Ministério da Cultura constatou desequilíbrio substancial na distribuição dos benefícios do mecenato, entre 80 e 85% do total, concentram-se no Rio de Janeiro, São Paulo e parte de Minas Gerais. A origem dessa distorção encontra-se no fato de as grandes empresas que são, em geral, aquelas que patrocinam projetos culturais estarem localizadas justamente nessa área.

Torna-se, portanto, mais relevante ainda a atuação do Ministério da Cultura no sentido de pautar suas ações de forma a atenuar esse desequilíbrio regional.

Ressalte-se que o Congresso Nacional tem procurado atuar de forma a permitir que o acesso à cultura possa ocorrer em todo o território nacional de maneira mais igualitária. Sistematicamente, têm sido aprovadas emendas cujos objetivos são reforçar ou inserir programações nacionais que democratizam as ações culturais.

Esta relatoria, dentro de suas limitações, procurou contribuir para minimizar essas distorções.

Ministério da Ciência e Tecnologia.

A distribuição das dotações do Ministério da Ciência e Tecnologia por grupo de despesa indica que foram destinados, no Projeto de Lei nº 2002 aos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, respectivamente, 22%, 59% e 14% das dotações para o exercício de 2002.

Destaca-se entre os exercícios de 2001 e 2002 o decréscimo de dotações destinadas aos investimentos. Os valores de 2002 representam 68% dos valores autorizados para 2001.

Os principais programas do MCT, em termos de volume de recursos, são: apoio administrativo, com 19% do total; capacitação de recursos humanos para pesquisa, com 17%, e inovação para competitividade, com 13%.

A incorporação da pesquisa e desenvolvimento da produção de bens e serviços inovadores é indiscutível fonte de crescimento e de riqueza dos países.

O Brasil, como país em desenvolvimento, precisa realizar um esforço especial para vencer a distância que o separa das comunidades mais desenvolvidas. Infelizmente, na economia de nosso País ainda é pequena a presença de produtos e processos que incorporam conhecimento e tecnologia avançada.

Os investimentos feitos em ciência, tecnologia e inovação trazem retorno na forma de uma população mais bem qualificada, de empregos mais bem remunerados, de geração de divisas e de melhor qualidade de vida.

Como exemplo de sucesso desses investimentos, podem ser citados: a EMBRAPA, cujas pesquisas viabilizaram a ocupação econômica competitiva do cerrado, transformando o Brasil em grande produtor de grãos e carnes; a PETROBRAS, que extrai petróleo do fundo do mar, utilizando tecnologia gerada no País; a FIOCRUZ, cujas vacinas foram determinantes para melhoria do quadro epidemiológico brasileiro; a cooperação Brasil/China, responsável pelo lançamento e operação de satélite, de monitoramento dos recursos terrestres de ambos países.

Convém lembrar que um dos maiores obstáculos ao crescimento econômico do País tem sido a dificuldade estrutural da economia em realizar superávit significativo na balança comercial. A maior parte das exportações brasileiras consiste em produtos intensivos em energia, recursos naturais, trabalho e inversamente, a maior parte da parcela das importações é composta de produtos intensivos em tecnologia.

Registre-se que os produtos com tecnologia intensiva representam apenas 5% das exportações, enquanto a média mundial é de 18%. Essa é outra razão para que o País invista fortemente em ciência e tecnologia.

O Brasil conta com instituições consolidadas de planejamento e fomento de atividades de ciência e tecnologia e inovação, tais como o CNPq, principal órgão de fomento à pesquisa científica do Governo Federal; a FINEP, Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; a CAPES, do Ministério da Educação, orientadora e fomentadora da pós-graduação na universidade, essencialmente a universidade pública, que hoje forma mais de cinco mil doutores por ano; a FAPESP, agência pioneira de fomento estadual. Contudo, a escassez de investimento na infra-estrutura de ensino e pesquisa atrasa a solução de problemas para os quais universidades e centros de pesquisa têm contribuições expressivas a dar.

Cientes desse cenário, acolhemos todas as emendas apresentadas para essa área, concedendo prioridade a que objetiva reforçar o fomento à pesquisa fundamental.

Reestimativa da receita das Fontes 138 e 985.

A partir do Ofício nº 2.005 do SRI, de 19 de outubro de 2001, da Agência Nacional de Petróleo, foi pro-

posta a revisão da previsão de receita da Fonte 138, quanto à parte de compensações financeiras para o Orçamento de 2002, em função de alterações do cenário macroeconômico.

Com a deliberação favorável da Comissão Mista, coube ao Ministério da Ciência e Tecnologia o montante adicional de 59,8 milhões. Desse valor, R$44,85 milhões referem-se à Fonte 138, vinculada ao financiamento de programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria de petróleo e R$14,95 milhões à parcela desvinculada, Fonte 985, de livre utilização do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Da parcela vinculada da Fonte 138, 20% devem ser destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e devem ser programados em dotações específicas no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, conforme o que dispõe a legislação.

Como não foram apresentadas emendas que pudessem abrigar os recursos destinados aos programas concernentes à indústria do petróleo, esta relatoria, com base no disposto no Item 15.1, que permite a elaboração de emendas de Relator para correção de erros e omissões, e no Item 15.1.4, que trata da reestimativa de receitas próprias e vinculadas, o parecer preliminar apresentou três emendas acrescentando à programação da unidade orçamentária 24.901, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tais recursos.

Ministério do Esporte e Turismo.

No Orçamento do MET, repete-se a mesma situação ocorrida no Ministério da Cultura.

A Proposta para 2002 é significativamente inferior aos valores autorizados para o exercício de 2001. Entretanto, quando a comparação é realizada entre as Propostas de 2001 e 2002, constata-se equivalência entre os valores. Como normalmente a área de esportes recebe muitas emendas, espera-se que o Orçamento deste Ministério ao menos iguale ao valor autorizado para o exercício de 2001.

Os grupos Despesas Correntes em Investimentos detêm mais de 90% dos recursos destinados ao órgão. Note-se que a redução do valor alocado para o investimento reflete, na realidade, o efeito que as emendas tiveram sobre a área no ano passado.

Entre os principais programas do órgão, merecem destaque: Esporte na Escola, com 18% das dotações; Turismo, a Indústria do Novo Milênio, com 17%; Desenvolvimento de Infra-estrutura Turística no Nordeste, com 16%; Desenvolvimento de Infra-estrutura Aeroportuária, com 12%; Esporte Solidário, com 10%.

A perceptível diferença de valores entre os exercícios de 2001 e 2002, verificada no programa Esporte Solidário, tem origem, mais uma vez, no efeito provocado pelas emendas aprovadas na apreciação da Proposta Orçamentária.

No início deste novo século, tem-se comprovado que o desenvolvimento social não é alcançado por meio de ações assistenciais e, sim, de ações que modifiquem as formas de interação do indivíduo com o ambiente em que vive. Nesse contexto é que se insere o esporte como instrumento valioso de transformação social, por meio do qual o indivíduo é valorizado e reconhecido como cidadão. A União deve reconhecer o esporte em toda a sua abrangência como prioridade da área social.

O art. 217 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado fomentar as práticas desportivas formais e não-formais como direito de cada um, e os recursos públicos devem se destinar prioritariamente à promoção de desporto educacional.

Nesse sentido, o Poder Executivo criou, no exercício de 2001, o Programa Esporte na Escola, voltado para o desenvolvimento do desporto escolar em âmbito nacional.

A Proposta Orçamentária para 2002 destina recursos da ordem de R$66,6 milhões para este programa, montante insuficiente para reverter o quadro de carência nesta área.

Atualmente temos uma quadra esportiva para cada 6.4 escolas públicas, numa proporção de 1.080 alunos por quadra. Esse programa não se destina apenas à implantação de infra-estrutura. A idéia principal é proporcionar o funcionamento de núcleos de esportes que são compostos, no mínimo, por um coordenador, um estagiário e um professor de educação física.

Destaque-se o importante papel social que esses núcleos poderão desenvolver, haja vista que, nos finais de semana, poderão realizar atividades que ampliem a interação das comunidades com as escolas.

Por reconhecer o alcance e a importância dessa iniciativa, estamos priorizando, no atendimento às emendas coletivas apresentadas ao Ministério do Esporte e Turismo, emenda da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados que suplementa as dotações do desporto escolar.

Também está entre as prioridades dessa relatoria o atendimento às emendas relativas ao setor de turismo. Esse estratégico setor vem ganhando importância crescente nos dias de hoje, pois, cada vez mais, devem ser valorizados os segmentos da economia que possibilitem o desenvolvimento com o menor impacto possível sobre o meio ambiente.

O fortalecimento do turismo reflete diretamente na elevação do nível de emprego e de renda e, dessa forma, contribui para melhorar as condições socioeconômicas da população, bem como reduzir as desigualdades regionais.

Segundo estimativa da EMBRATUR, efetuada a partir de dados da Organização Mundial de Turismo, a receita mundial com o turismo internacional alcançou R$476 bilhões em 2000.

No Brasil, essa receita atingiu apenas R$4,2 bilhões, o que representa 0,9% do total. Neste mesmo ano, aproximadamente 5,3 milhões de turistas estrangeiros visitaram o País, número que poderá crescer bastante, considerando o enorme potencial a ser explorado.

Quanto ao turismo interno, utiliza-se, como referência, o número de embarques nos aeroportos que alcançou cerca de 27.7 milhões em 2000, em comparação aos 25.6 milhões em 1999.

Assim, procuramos atender da melhor maneira possível às emendas coletivas deste setor, com ênfase tanto na promoção e consolidação da infra-estrutura turística em Municípios quanto na promoção e divulgação do Brasil no exterior.

Das emendas apresentadas junto a esta área temática, foram apresentadas um total de 1.443, sendo 1.336 individuais e 77 coletivas. Fazendo um comparativo com o ano anterior, foram apresentadas no total 66 emendas, e este ano, 77. No ano passado, tivemos R$698 milhões, mas este ano, R$360 milhões.

Das emendas coletivas, 26 foram apresentadas por Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, 47 por bancadas estaduais e 4 por bancadas regionais. No ano anterior, nenhuma bancada regional foi para esta área — este ano foram quatro.

Dos recursos para atendimento das emendas.

Segundo o que estabelece o Item 10, na parte especial do parecer preliminar, no âmbito das áreas temáticas, os cancelamentos efetuados pela relatoria setorial, para fins de remanejamento, devem se limitar a até 40% das dotações consignadas ao GND-4, Investimentos, e até 20% do GND-5, Inversões Financeiras.

Além disso, conforme disposto no Item 22, a Comissão Mista de Orçamento decidiu que as programações de todas as áreas temáticas seriam submetidas compulsoriamente ao cancelamento linear de 10% das dotações de GND-4 superiores a R$50 mil, observadas as restrições do próprio parecer.

De acordo com o mencionado corte de 10% do GND-4, esta área temática teria potencialmente R$93 milhões disponíveis para atender às emendas. Contudo, após criteriosa análise das programações sujeitas aos remanejamentos e considerando as restrições e as possíveis conseqüências para as unidades orçamentárias, esta relatoria optou por preservar grande parte das dotações incluídas como passível de cancelamento.

Entretanto, a fim de atender ao disposto no parecer preliminar, foi imprescindível remanejar recursos no montante de R$36,7 milhões, que foram utilizados no atendimento às emendas coletivas apresentadas ao setor.

Convém ressaltar que se deu prioridade ao remanejamento de programações genéricas para as quais foram apresentadas emendas de maneira que, na verdade, se efetuou uma regionalização das dotações, sem prejuízo do objetivo a ser alcançado.

Os demais recursos para atendimento das emendas coletivas, no valor de R$365,1 milhões, foram repassados pelo Relator-Geral.

Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais propostas e aprovadas estão demonstrados na Tabela 16, que V.Exas. encontram no relatório, à página 23.

Dos critérios de atendimento das emendas.

Emendas individuais. As emendas individuais propostas nessa área temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: construção de quadras de esporte; ações de infra-estrutura turística; aquisição de veículo para transporte escolar; assim como implantação, ampliação e reequipamento de escolas, espaços culturais e bibliotecas.

Considerando as disposições do parecer preliminar, esta relatoria está recomendando aprovação de todas as emendas individuais.

Emendas coletivas. Mesmo tendo em vista a expressiva restrição de recursos, esta relatoria setorial teve sempre presente o caráter de prioridade que a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional concede às emendas coletivas. Das 77 emendas

coletivas propostas, quase todas receberam recomendação de aprovação. Estamos indicando para inadmissão apenas a emenda de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, no valor de 100 milhões, com o objetivo de apoiar ações na área do turismo por estar em desacordo com o inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, que estabelece que as Comissões Permanentes da Câmara e do Senado só poderão apresentar emendas relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente.

Na distribuição dos recursos destinados às emendas coletivas, procurou-se observar, além do mérito e das proposições, o tamanho da bancada, que reflete diretamente a população a ser beneficiada por essas iniciativas. No caso das emendas destinadas às universidades federais, usou-se ainda ponderação adicional, considerando o número de alunos atendidos por aquelas instituições.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que, a despeito de todos os esforços, o nível de atendimento das emendas ainda ficou distante do que se desejaria alcançar, dada a relevância das demandas apresentadas e as carências das áreas abrangidas por esta relatoria. Não se pode desconhecer a importância dos setores integrantes desse núcleo temático para o desenvolvimento econômico e social de nosso País.

Obras com indício de irregularidades. Consoante as disposições dos Itens 18.4.7 e 18.4.8 do parecer preliminar, que versam sobre obras com indício de irregularidades graves, em atendimento às recomendações expressas no Item 7 do relatório do Comitê de Avaliação das informações enviadas pelo TCU, previstas no Item 24.3 do mencionado parecer. A seguir, são apresentadas as obras e os respectivos contratos e convênios com indício de irregularidades graves, cujas execuções ficarão sustadas em 2002 até posterior deliberação do Congresso Nacional. Isso se encontra na Tabela nº 17 de Obras com Indício de Irregularidades Graves, à página 25.

Em consonância com a recomendação do citado Comitê, no sentido de especificar a destinação dos recursos genericamente alocados, estamos apresentando Emenda de Relator nº 80060003, com intuito de transferir a dotação de 2 milhões da Funcional nº 28846090901950001, recursos para retomada de execução de obras e serviço nacional seqüencial, 005432 para o projeto, 23695063116150001, modernização de infra-estrutura aeroportuária em Salvador, no âmbito da programação da unidade orçamentária 51201, EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. Ressalte-se que este projeto integra a relação de obras cuja execução orçamentária permanece suspensa até que sejam apreciadas as medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável.

Por fim, registre-se que foi apresentada à Emenda nº 710.60001, da bancada da Bahia, para programação 12.364.0041.5081.0029, modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado da Bahia, que constam da relação de obras com indício de irregularidades graves. Como tecnicamente não há reparos a fazer em relação à emenda, estamos acolhendo-a. Contudo, frisamos que a parcela de recursos que ela adiciona à referida programação também estará sujeita às restrições de execução estabelecidas para a obra em questão.

Para concluir, antes de encerrar o relatório, agradeço e parabenizo os trabalhos das assessorias das relatorias, tanto da Câmara como do Senado, da Comissão de Orçamento, fundamentais para que pudéssemos ter este relatório executado. Agradeço a todos que contribuíram com este debate.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 32/01, do Congresso Nacional, na forma da Mensagem 591/01, do Conselho Nacional, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Era o que tinha a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Está aberta a discussão.

Passo ao período de apresentação de destaques.

Há oradores inscritos, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, na condição de Coordenador da bancada de Pernambuco, reporto-me à reunião ocorrida com o Sr. Relator, que tem sido acompanhada por alguns de seus integrantes. Ressalto, Sr. Relator, que a bancada pernambucana, através dos seus representantes nesta Comissão, apresenta destaque às duas emendas foram apresentadas sob sua relatoria, mais especificamente a que se refere ao apoio a entidades de ensino superior e à infra-estrutura turística de Pernambuco.

Sr. Relator, destaco, em primeiro lugar, que reconhecemos as dificuldades que V.Exa. enfrentou, para, com todos os recursos disponíveis adicionais, atender às emendas que lhe chegaram às mãos, principalmente levando em conta que questões ligadas

às reivindicações de movimentos grevistas de docentes e funcionários das universidades públicas federais exigiram que recursos anteriormente alocados na sua área e na área de educação e esportes fossem utilizados para dirimir aqueles conflitos e aquelas justas reivindicações.

Faço um apelo a V.Exa., Sr. Relator, no sentido de entender que a bancada de Pernambuco vem realizando continuado esforço de, a cada ano, procurar abordar temas de relevância que fujam da intervenção pontual, mas que procurem aportar recursos para áreas setoriais de importância estratégica em nosso Estado. A emenda de apoio à entidade de ensino superior possui essa característica. Não tínhamos emendas nessa área.

Apenas para exemplificar o esforço e poder abrigar mais uma emenda, as Prefeituras das cidades de Recife e Olinda, que tinham tradicionalmente uma emenda cada, tiveram a grandeza de aceitar se unirem numa única emenda. As Prefeituras de Jaboatão e Paulista, grandes cidades da região metropolitana, também fizeram esse mesmo esforço para abrigar uma emenda de saneamento básico. Ou seja, procuramos convergir nossa ação para abrigar questões desse tipo, de maior relevância e de maior abrangência.

Tanto essa emenda de apoio às entidades de ensino superior, que visa prover ou proporcionar condições à Universidade Federal de Pernambuco, à Universidade Federal Rural de Pernambuco, expandir, ampliar e reformar suas instalações em áreas estratégicas, em particular, no caso da Federal de Pernambuco, na unidade de ensino em Petrolina.

Com relação à questão turística, há um sem-número de projetos de desenvolvimento turístico no litoral de Pernambuco e em algumas cidades do interior que não estão sendo abrigados pela política de desenvolvimento turístico do Estado, a qual está condicionada pelos recursos do PRODETUR. A liberação de recursos nessa área poderia e deveria não só dar contrapartida estadual para esses setores, como levar o Governo do Estado a abrigar demandas específicas da bancada em relação ao desenvolvimento dessas áreas.

Concluo, esperando que o Sr. Relator se esforce no exame dessa matéria de interesse do Estado de Pernambuco para o desenvolvimento do ensino superior e do turismo local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, ouvi com atenção a leitura do relatório, que, se não foi o ideal, pelo menos foi o possível. Ouvi algumas observações e alguns alertas quanto aos recursos do FUNDEF e ao incentivo do turismo.

Sr. Relator, gostaria de me direcionar a um problema do meu Estado. Nós, da bancada da Paraíba, apresentamos emenda de bancada. A Universidade Federal da Paraíba possui seis campus, cujas instalações, principalmente do Hospital Universitário, necessitam de recursos para sua recuperação. V.Exa. incluiu determinados recursos, mais precisamente 2 milhões de UFIRs, e elaboramos o Destaque nº 2. Solicito a V.Exa. que o leia e, dentro do possível, tente melhorar ou aumentar esses recursos, para que a administração da Universidade tenha condições de, pelo menos, melhorar as instalações do Hospital Universitário da Paraíba. Peço a V.Exa. que analise com atenção esse destaque.

Era essa minha reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, minha inscrição era dirigida ao Deputado Paulo Feijó. De qualquer forma, agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, nobre Relator, gostaria de fazer alguns apelos ao Deputado Gilmar Machado. Na verdade, a bancada do Rio de Janeiro possui duas emendas na área de competência do Sub-Relator. Primeiro, parabenizo S.Exa. pela mágica de, com parquíssimos recursos, poder atender à questão da greve e, ao mesmo tempo, de alguma maneira, tentar atender minimamente às bancadas. Só que, infelizmente, os valores são muito pequenos. Seria impossível para mim não apresentar esses dois destaques.

O primeiro diz respeito à emenda, talvez, priorizada pela cidade do Rio de Janeiro — portanto, pelo Prefeito Cesar Maia —, de implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes. V.Exa. sabe, tão bem quanto eu, assim como todos os Srs. Deputados e Senadores, que a população do nosso Estado, em especial da cidade do Rio de Janeiro, sofre com as graves condições de segurança em virtude do tráfico, obviamente as comunidades mais carentes.

Nosso objetivo com essa emenda é proporcionar, através do esporte, algumas opções para as cri-

anças em situação de absoluto risco. Na verdade, foi solicitado o valor de 80 milhões de reais. V.Exa. concedeu apenas 4 milhões. Imaginando que a cidade do Rio de Janeiro possui 1.200 comunidades carentes, fica praticamente impossível trabalhar qualquer tipo de programa amplo com esses recursos.

Com relação ao segundo programa, tenho dois questionamentos. Primeiro, especificamente quanto à questão do subtítulo. Até consigo entender o subtítulo da emenda, que era "Construção de Centro de Convenções de Médio Porte na Capital na Área de Turismo e Promoção de Turismo nos Municípios do Interior", estipulando 70% dos recursos para o centro de convenções e 30% para promoção do turismo no interior. O Deputado Jorge Bittar conversou com V.Exa. e me perguntou sobre a prioridade da bancada se tivesse de escolher apenas uma das ações. Na medida em que a bancada destinou 70% dos recursos ao centro de convenções, obviamente que o objetivo maior da bancada do Rio de Janeiro era a possibilidade de ter um centro de convenções. Esse é o primeiro problema do Destaque nº 103.

O segundo problema da emenda da nossa bancada é que é impossível imaginar a construção de um centro de convenções na cidade do Rio de Janeiro com 3 milhões de reais. Talvez esse seja um dos projetos de desenvolvimento sustentável mais importantes para a cidade e para o Estado. Temos uma área turística como a do Rio de Janeiro e não dispomos sequer de um centro de médio porte. Para que V.Exas. tenham idéia, no ano passado, a cidade perdeu noventa eventos internacionais por falta de espaço físico de 3 mil lugares. Existe o Riocentro, local enorme, mas que só pode receber grandes feiras; tínhamos o Hotel Nacional, que faliu e fechou. Portanto, não há na cidade nenhum espaço físico de 3 mil lugares. Isso significa dizer que, no Estado do Rio de Janeiro, não há condições de manter qualquer evento internacional de médio porte. Então, isso é absolutamente importante para a bancada do Rio de Janeiro no que diz respeito à área de turismo.

Nobre Relator, faço um apelo a V.Exa. no que se refere à questão dos valores. Sei das suas dificuldades não somente na questão do título, mas também seria impossível trabalharmos com esse valor de 3 milhões de reais. Agradeço a atenção de V.Exa., parabenizo-o, sabendo das suas dificuldades, mas gostaria de apresentar também as dificuldades da nossa bancada no Orçamento de maneira geral. V.Exa., através do Deputado Jorge Bittar, tem acompanhado isso de perto.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO JÚNIOR - Sr. Presidente, desejo apenas uma informação. Não sou mais membro titular nem suplente da Comissão. Estou solicitando o apoiamento dos membros para fazer a apresentação do meu destaque. Posso, depois, fazer a defesa do destaque, mesmo não sendo membro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. é autor da emenda?

O SR. DEPUTADO EXPEDITO JÚNIOR - Da emenda de bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nesse caso, se eu estiver presidindo a reunião, permitirei a V.Exa. defender o destaque. Saiba V.Exa. que apenas membro da Comissão pode apresentar destaque. Sendo emenda de bancada, na realidade, todos são autores.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO JÚNIOR - Sr. Presidente, posso assinar como co-autor, não sendo membro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não. Só membro da Comissão pode fazê-lo.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO JÚNIOR - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - A preocupação do Deputado Expedito é com o destaque. S.Exa. está preocupado com o fato de que alguém que assine o destaque não esteja na hora e ele não possa ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mas estou permitindo, porque ele é autor da emenda.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A emenda é de bancada, todos os Deputados são autores dela.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO JÚNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Relator, nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Pedro Eugênio, ao responder a V.Exa., respondo também à pergunta do Deputado Armando Abílio. Não sei se S.Exa. ainda está presente. Quero dizer o seguin-

te: nos recursos, tivemos problemas. Todos já sabem. Para poder fazer o acerto da greve, a relatoria-setorial ficou sacrificada. Na verdade, para poder acertar, tivemos de fazer esse ajuste. Então, estamos extremamente penalizados no que se refere aos recursos destinados à educação.

Agora, quanto aos recursos da educação, o que fizemos? Quero dar a explicação: priorizamos a emenda da ANDIFES, feita através da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, porque vai atender a 52 universidades brasileiras. Fizemos isso discutindo, inclusive, com os reitores de todas essas instituições. Por quê? Porque se colocamos ali, já vamos estar atendendo a todas. A Universidade de Pernambuco, além do recurso específico que a bancada a ela está destinando, vai receber também, da emenda da Comissão de Educação, o percentual para a universidade — a federal e a rural. Pernambuco vai receber duas cotas do recurso geral mais a emenda da bancada. Na verdade, a relatoria está atendendo a Pernambuco duas vezes, através da emenda da Comissão de Educação, que vai no percentual apresentado pela ANDIFES. Não fui eu quem fiz, é o mapa que eles têm, em que consta número de alunos, profissionais, professores. Cada universidade tem um percentual. Do valor geral que vai, tem direito àquela cota.

Sei que é pouco, reconheço. Agora, a dificuldade é que não tenho o recurso. Eu tinha separado uma quantia para esses destaques, mas o Relator-Geral me pediu e tive de repassá-la a S.Exa., a fim de fechar o acordo, porque esperamos que a greve acabe.

Vou examinar o destaque apresentado por V.Exa. e ver se retiramos uma parte desse geral, melhorando para a bancada. Vou discutir uma forma possível de fazer mais alguma coisa, mas as dificuldades são grandes. Vou tentar, na medida do possível, fazer alguma coisa para melhorar um pouco a questão de Pernambuco. Se conseguirmos mexer nisso, vamos tentar acertar.

É o mesmo quanto ao que foi apresentado pelo Deputado Armando Abílio. Só há o problema do hospital universitário, que não tenho como resolver, porque não é da área da educação. Daqui a pouco vamos poder discuti-lo. É outro problema que o Deputado Paulo Feijó vai ter de resolver, em relação aos hospitais universitários.

O Deputado Armando Abílio não está presente, mas quero deixar registrado que, quanto ao hospital universitário, está no debate do próximo relatório, a respeito da área de saúde. Esse tema está com o Deputado Paulo Feijó e não comigo. Mesmo sendo hospital de universidade, não faz parte do recurso definido para esta área, mas para a área de saúde, que é, então, com o Deputado.

Em relação às observações da Deputada Laura Carneiro, S.Exa. pode fazer o destaque. O problema que enfrentei é o seguinte: a emenda era feita — e não foi só a da bancada do Rio de Janeiro, mas várias — com três itens, os quais não tenho como atender. S.Exas. colocaram: construção de um centro, que é uma atividade, e desenvolvimento de turismo no interior, que é outro tema na mesma emenda. Portanto, tecnicamente não tenho como acatá-la. Essa é a dificuldade. Se se fizer o desmembramento de emendas, das 77, na verdade, teríamos quase duzentas. Mas não foi só o Rio de Janeiro que fez isso. Há outros Estados, outras bancadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Concede-me V.Exa. um aparte, só para aclarar?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Obrigada, Sr. Relator. Na verdade, o título da ação é o mesmo: promoção do turismo. Sei porque redigi a emenda. No computador, não havia outra forma de fazer. O subtítulo, para garantir que parte desses recursos fossem gastos na promoção do turismo na Capital, é que fizemos dessa maneira. Vou destacar e vamos ficar só com os 70%. Meu medo é que, do contrário, os 30%, que seriam para o interior, sejam absolutamente todos gastos. Senão alguém apresenta os destaques, tem mais força o Deputado X ou Y, e os recursos que são de bancada não saem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Certo. Então, vou pegar o subtítulo, fazer o destaque e vamos colocá-lo. O problema é o recurso. O Deputado Pedro Eugênio viu eu pedir ao pessoal de Pernambuco a mesma coisa, porque havia, numa emenda, dois subtítulos. O Deputado Pedro Eugênio optou e fizemos, então, a correção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra a Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero iniciar minhas palavras, Deputado Gilmar Machado, parabenizando V.Exa. pela engenharia montada para fechar esse relatório. É um relatório que possui seis áreas temáticas. Se acho complicado um relatório com uma área temática, imagino essa tarefa com seis. Simplesmente me tiraria o sono.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, aguarde só um momento. Vou pedir que se aumente o volume do som, porque o Relator e

os demais membros da Comissão estão com dificuldade em ouvi-la. *(Pausa.)*

Não há como? Então, Deputada, por favor, fale mais perto do microfone. Já não dão muito dinheiro e ainda não dão meios à voz. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – É verdade. Prossigo: minhas primeiras considerações são para louvar a alta competência de V.Exa., Sr. Relator, no sentido de harmonizar todo o universo de pedidos de emendas em seis áreas diferentes e ter entregue seu relatório ao mesmo tempo em que todos os outros Sub-Relatores o fizeram, ainda se incumbindo de resolver problemas, conforme V.Exa. me disse na semana passada, como a greve dos servidores da educação, se não me engano.

Parabéns a V.Exa. Quero iniciar dizendo, de público, que o admiro muito pela calma e transparência na condução do seu relatório. Deputado Gilmar Machado, ontem, quando o abordei na Mesa, queixava-me que nosso Estado havia recebido apenas 2 milhões e 200 mil reais. Na qualidade de Coordenadora Adjunta da bancada do Estado para o Orçamento, questionava sobre o baixo valor dessa emenda, comparando, inadvertidamente, com o resultado de outras bancadas. V.Exa., então, me disse que os outros Estados haviam apresentado várias emendas. Quero dizer que eu estava equivocada, inclusive V.Exa., porque são várias emendas, sim, mas em outras áreas temáticas. Digo, mais uma vez, que compreendo sua dificuldade. Não estou jogando confete para depois pedir a V.Exa. alguma coisa, mas reconheço sua dificuldade.

Com toda essa minha manifestação pública sobre sua forma de resolver esses problemas, quero aduzir que nosso Estado ficou com poucos recursos e vou dizer por quê. O Acre, assim como o Rio de Janeiro, carece de uma atenção maior por parte dos órgãos federais por se tratar de um Estado, primeiro, absolutamente carente em todas as áreas. Em segundo lugar, é estrategicamente favorável ao desenvolvimento e à proliferação de ações de traficantes.

Nossa juventude cresce. Embora os Prefeitos e o Governo do Estado se esforcem por abrir frentes de trabalho, por oferecer empregos, com todas as dificuldades que temos na região, a juventude não consegue uma ocupação. Ficam os jovens que entram na maioridade sem emprego, e aqueles que ainda não entraram na maioridade já começam a se envolver com as drogas.

É nesse sentido que desejo apelar, de forma muito excepcional, para a sensibilidade de V.Exa., aproveitando o gancho das drogas que a Deputada Laura Carneiro deixou. Em quase todos os nossos Municípios, a juventude está envolvida com drogas. Em alguns deles a porcentagem é muito elevada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, para concluir.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Só quero dizer mais uma coisa. Parece até que V.Exa. sabia que o Estado tem exatos 22 Municípios. Com a soma de 2 milhões e 200 mil reais não dará, dividindo de acordo com o critério estabelecido na ata de bancada, mais do que 100 mil reais para cada Município, incluindo a Capital.

Nobre Relator, apelo mais uma vez para sua sensibilidade. Veja de onde V.Exa. vai tirar. Corte de outro colega meu, de outra bancada e dê para o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, para concluir.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Falo em nome dos jovens, em nome das mães de família que estão absolutamente sem sossego e tranqüilidade com as mortes e o tráfico.

Sr. Presidente, já concluo. O meu destaque é o de nº 85. Se V.Exa. puder anotar para brindar a bancada do Acre e o Estado com 10 milhões de reais, seriam mais ou menos suficientes.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Leão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, vou tentar ser breve, mas não poderia deixar de reconhecer o trabalho exaustivo desse mestre da educação neste relatório. Se eu tivesse sido indicado para fazê-lo, teria desistido. Em nosso País, apenas 1%, 1,2% ou 1,3% da população tem acesso à universidade. Desse número, quase 70% vão para a universidade particular. Não entendo por que estão criando cada dia mais universidades caça-níqueis, que não sei que segurança vão dar a nossa educação. No Chile, por exemplo, que é um país pobre, 70% da população está na universidade pública. A Argentina, com toda a crise, tem 80% da população universitária em universidades públicas.

Não sei como o Deputado Gilmar Machado conseguiu fazer esse relatório, mas eu o parabenizo. Eu não ia pedir nada, porque estou aqui para ouvir o que S.Exa. fala. Primeiro, quero ser portador dos outros. A Deputada Luiza Erundina pediu-me para justificar

uma emenda, que V.Exa. já atendeu em parte, pedindo mais alguma coisa para o projeto do espaço físico do patrimônio cultural afro-brasileiro. Destaquei, e S.Exa. me pediu para ver em que V.Exa. poderia atender. Outro pedido do meu partido é para o centro de convenções de Brasília, que precisa de 40 milhões. Ele atende a trabalhadores rurais, negros, índios, mas foram destinados 2 milhões e 200 mil reais. A continuar assim, o centro de convenções vai fechar.

Há duas emendas, Deputado Gilmar Machado, de Pernambuco. Uma delas diz respeito ao turismo. O turista está correndo para o Nordeste, com a água quente e o sol de que dispõe. Infelizmente, no entanto, só temos aproximadamente 2 milhões de reais para o Estado de Pernambuco trabalhar no desenvolvimento turístico.

Quero defender a emenda da Universidade de Pernambuco, que se estende — como falou aqui o Deputado Pedro Eugênio, nosso Coordenador — tanto para a universidade rural quanto para a universidade estadual, como as escolas do interior, para que não tenhamos de deslocar os estudantes do interior para a Capital. Fizemos aqui a chamada guarda-chuva para atender a todos. Reitero que esses recursos não vão chegar nesse guarda-chuva. Eles vão chegar, sem dúvida, na Universidade Federal de Pernambuco, que, como os recursos serão poucos, não vai poder atender à universidade estadual e à rural. Peço a V.Exa. mais recursos.

Sr. Relator-Setorial, outros Relatores-Setoriais estão aqui. Acho que os dez Srs. Relatores que sistematizaram todos este Orçamento não podem aceitar o que o Relator-Geral está propondo. Estou há onze anos nesta Comissão. Quando apresentamos os relatórios, temos uma reserva igual a que se teve para atender aos destaques. Se os destaques não forem atendidos porque o Relator-Geral vai ficar com todo o recurso, vai virar uma confusão. Vou pedir verificação de **quorum**, vou dormir aqui, mas não vou esperar que Relator-Geral atenda a destaques dos relatórios setoriais. S.Exa. tem de deixar um dinheirinho para os senhores. No geral, só o alto clero; baixo clero não participa de reunião e não consegue nada.

Quero deixar aqui não o protesto, mas o pedido de um membro desta Comissão que tem participado de todos os entendimentos: Relator-Setorial precisa ter reserva para atender a destaques.

Desculpe-me por estar ultrapassando 50 segundos do meu tempo, mas é um pedido da Deputada Luiza Erundina, que é importante, e do centro de convenções de Brasília. Estou aqui reiterando o pleito do meu Coordenador, Deputado Pedro Eugênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero cumprimentar V.Exa. pela qualidade do trabalho apresentado, mas também pedir a atenção para dois destaques que fiz relativos a emendas da bancada do Maranhão, da qual sou Coordenador. Um se refere ao ensino fundamental de jovens e adultos, cujo valor aprovado me parece muito pequeno, tendo em vista o tamanho do Estado e as dificuldades do Maranhão na área de ensino fundamental. O segundo destaque refere-se à infra-estrutura de esportes. Peço a V.Exa. examinar os dois e, se possível, acrescer os valores aprovados inicialmente.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Abordarei, primeiro, a questão levantada pela Deputada Zila Bezerra. Mais uma vez, volto ao que tentamos fazer. V.Exa. pode consultar o relatório. Essa foi minha primeira dificuldade. Na verdade, na hora de dividir o bolo para os Relatores-Setoriais, sou considerado um, mas, na hora do atendimento, não; tenho apenas uma área.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Exato. Essa era a minha maior dificuldade. Se temos cem para dividir, vamos dividir entre os dez. Só que, na minha área, havia cinco áreas para atender, e não uma. Essa foi uma dificuldade, mas é a regra, e tive de entrar na regra que foi aprovada.

Segundo, V.Exa. pode ver que tentei manter a menor diferença possível entre um Estado e outro. Mesmo um Estado como Minas Gerais, V.Exa. pode ver que está dentro da regra que estabeleci. V.Exa. pode procurar, e não haverá distorção na área de educação nem na área do turismo. Segui a regra.

Estamos com uma dificuldade. Responderei ao Deputado Gonzaga Patriota e já responderei a sua pergunta também.

Deputado, o Relator havia separado uma parte para atendimento de destaques, só que, para fechar o acordo da greve, foi-me solicitado que o que eu teria para contemplar destaques fosse utilizado para a negociação da greve. Essa é minha dificuldade. Espero a contribuição de todos, para pedir a S.Exa. que me abra mão disso, tire esse acordo da greve de outro lugar e me separe nem que seja a metade do que

S.Exa. ia me deixar, para poder conversar com V.Exas.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – S.Exa. que dê o dinheiro da greve e não retire do seu.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito. Vou tentar conversar com S.Exa. para equacionar esse problema, mas o acerto que fizemos conjuntamente foi esse. Se houver alguma novidade, evidentemente, sentarei e discutirei com todos. Também tentarei manter o critério, está certo? Isso eu já vou adiantar. Se eu não mantiver um critério, começarei a atender uma bancada mais do que a outra.

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Mas está sendo assim. Consideremos 2 milhões e 200 mil reais para o Acre, que foi o menor — e todos os Estados com oito Deputados conseguiram isso —, e 4 milhões de reais para São Paulo, que foi o maior. Podem ver que a diferença...

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Mas, Deputado, São Paulo é São Paulo, não é o Acre.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu sei disso. Mas nós também temos uma população grande, temos uma série de dificuldades.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Pelo amor de Deus! E a arrecadação de São Paulo?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu sei disso. Por isso, podem ver que, proporcionalmente, se for feita a proporção, o Acre recebeu muito mais.

(*intervenção inaudível*.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não, eu vou fazer. Tenho o maior interesse em ajudar. Conheço o Acre, tenho grande admiração pelo Estado. Não só parentes meus moram lá, pelos quais tenho carinho muito grande, mas também um dos meus melhores amigos de infância, também evangélico, hoje é pastor no Acre. Mas tenho de seguir uma regra, porque, caso contrário, terei de atender. Pessoalmente não quero fazer isso. Quero manter minha atuação dentro de um princípio.

O mesmo respondo ao Deputado Pedro Novais, mas peço uma ajuda. V.Exas. me ouviram ler o relatório. Se o dinheiro do FUNDEF fosse respeitado, Deputado Pedro Novais, o Maranhão não precisaria fazer emenda para o ensino fundamental. O Maranhão está deixando de receber, por ano, mais de 150 milhões de reais, porque o FUNDEF não está sendo cumprido. Se o FUNDEF estivesse sendo cumprido, o Maranhão teria 150 milhões de reais a mais por ano.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pelo Governo Federal. É a lei, está aqui no relatório. Fiz questão de colocar e fazer as contas, inclusive de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a Deputada Lúcia Vânia muito bem acolheu a emenda. Estamos cometendo uma ilegalidade, porque o FUNDEF não está sendo cumprido. Onze Estados estão sendo punidos. O meu Estado, Minas Gerais, está deixando de receber por ano perto de 250 milhões de reais. Então, os Municípios de Minas Gerais e o Estado estão perdendo. Mas onze Estados também estão perdendo. Se consertássemos, resolveríamos esse problema e não teríamos essa dificuldade. Mas, como eu já respondi para os demais, estou esperando essa conversa com o Relator-Geral para ver se haverá algum fato novo. Se houver, tentarei atender, dentro dos critérios, aos destaques das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator, a bancada de Alagoas apresentou emenda no valor de 30 milhões de reais para a melhoria do Aeroporto Zumbi dos Palmares, em Maceió.

Sabe V.Exa. que o turismo hoje tem correspondido à economia daqueles Estados, nordestinos principalmente, que vem sendo sufocada pela monocultura da cana-de-açúcar. Hoje nós, de Alagoas, vemos no turismo, que cresce a cada dia, a oportunidade de fortalecer a economia do nosso Estado.

Sabemos, Sr. Relator, das dificuldades que V.Exa. está enfrentando para atender aos destaques que foram apresentados. Estamos apresentando um destaque, no valor de 15 milhões de reais, porque o aeroporto está orçado em 100 milhões de reais. Imaginamos que, se forem destinados a ele 30 milhões de reais por ano, passaremos quatro anos para concluir o trabalho. Já que V.Exa. destinou apenas 3 milhões de reais, esse prazo será elastecido para trinta ou quarenta anos. Não seria mais para nós.

O apelo que faço é no sentido de que V.Exa. procure examinar o Destaque nº 115 da bancada de Alagoas e conceda a ele toda a atenção possível, para que possamos dar ao Estado aquilo que demos a todas as capitais turísticas do Nordeste. O aeroporto de Maceió é o único das cidades turísticas que não tem condições de receber um vôo internacional. Desce-se do avião sob chuva ou sol e ainda temos de caminhar. Essa é uma necessidade evidente. Gostaríamos de contar com a compreensão de V.Exa. aceitando esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Gilmar Machado, o Nordeste é o único universo de potencialidade turística ainda não plenamente desenvolvido. Para que V.Exa. tenha noção da importância do turismo para nossa região, basta citar dois exemplos bastante concludentes.

Maceió, Recife, Fortaleza, Natal ou Salvador estão apenas a seis horas de Nova Iorque. Nesta época do ano, quando a temperatura em Nova Iorque cai abaixo de 10 graus, a temperatura no Nordeste fica a 30 graus. Em apenas seis horas de vôo, o turista sai de uma temperatura de 20 graus abaixo de zero para 30 graus acima de zero. Significa uma variação de 50 graus, mudança bastante acentuada. Daí a grande atração que o Nordeste representa para os países de climas mais frios.

Maceió e Recife também estão apenas a seis horas de vôo de Lisboa. Isso significa dizer que todo potencial turístico da Europa pode ser canalizado para o Nordeste brasileiro, promovendo uma correção de desnível regional bastante acentuada em área considerada problema para o País.

Além disso, e V.Exa. bem sabe, o aeroporto é a vitrine de um Estado. Esse aeroporto, como foi muito bem ressaltado pelo Deputado Helenildo Ribeiro, precisa receber volume de recursos condigno com a importância dessa obra e com o que ela significa para o Nordeste. Ora, não há atividade econômica no Nordeste capaz de promover o desenvolvimento da região tão rapidamente quanto o turismo, porque nossa vocação está direcionada para essa atividade.

Alagoas, na Região Nordeste, tem posição altamente singular. Maceió conta com 150 quilômetros de praias. O conjunto de lagoas, que emprestou o nome ao Estado, forma certa magia que encanta todos aqueles que têm o privilégio de conhecê-las.

Deputado Gilmar Machado, V.Exa. é um educador, homem batalhador pela correção dos desníveis sociais deste País, e bem sabe que o maior bolsão de pobreza ainda está localizado no Nordeste. A maneira mais fácil de corrigir tal distorção social profunda existente dentro do nosso País é apoiando a atividade turística. Ora, no turismo ganha do motorista de táxi, do vendedor de tapioca na porta de um hotel ao dono do hotel, que é o capitalista do processo.

Assim, deixo ao julgamento da consciência social de V.Exa. a sensibilidade, para corrigir a destinação de recurso tão aviltante para os interesses de Alagoas. Para uma obra orçada em mais de 100 milhões de reais, a destinação de 3 milhões é ridícula dada a magnitude da obra. Tenho a certeza de que V.Exa., homem sensível à correção dos desníveis regionais, aceitará este apelo, formulado pelo Deputado Helenildo Ribeiro e que está sendo formulado por nós neste instante, dentro de um caráter de prioridade, pela importância da obra, não apenas para Alagoas, mas também para toda a região nordestina. Tenho a certeza de que V.Exa. será sensível ao apelo de todos os nordestinos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, a bancada de Santa Catarina apresentou emenda no rol das emendas coletivas regionais juntamente com as bancadas do Rio Grande do Sul e do Paraná, que foi distribuída ao exame e parecer de V.Exa. Trata-se de emenda que contempla atividades de esportes.

Foi com grande alegria, Sr. Presidente, que verifiquei no parecer do Sr. Relator — um belo parecer — afirmação que diz bem a importância da emenda apresentada pelas bancadas do Sul. Escreveu S.Exa:

No início deste novo século tem-se comprovado que o desenvolvimento social não é alcançado por meio de ações assistenciais e, sim, pela via de ações que modifiquem as formas de interação do indivíduo com o ambiente em que ele vive.

Nesse contexto é que se insere o esporte, como instrumento valioso de transformação social, por meio do qual o indivíduo é valorizado e reconhecido como cidadão. A União deve reconhecer o esporte em todo a sua abrangência como uma prioridade da área social.

Santa Catarina é um pequeno Estado — disse isso hoje pela manhã e quero repetir — e possui cerca de 1% da área do País, com população que corresponde a 3% da população brasileira. Lá estão 293 Municípios. Inclusive, nenhuma cidade tem população superior a 500 mil habitantes. A população está bem distribuída.

Assim, é da maior importância, para que se possa cumprir a afirmação que V.Exa. muito oportunamente apresentou em seu parecer, a emenda que as três bancadas tiveram a oportunidade de apresentar — infra-estrutura esportiva e Municípios da Região Sul, GND-4, modalidade de aplicação 40. Apresentamos a emenda no valor de 150 milhões de reais, mas

V.Exa., para nosso desengano, aprovou a emenda no valor de 3 milhões de reais.

Trata-se de Estado que possui 293 pequenas e médias cidades sem infra-estrutura esportiva. Temos apenas uma pista de atletismo sintética. Nós a conseguimos porque na cidade de Itajaí, neste ano, realizaram-se os Jogos Abertos de Santa Catarina, e o Ministro do Esporte e Turismo nos atendeu com a construção dessa única pista de atletismo. Precisamos de ginásios de esportes, quadras cobertas, etc. Tenho recebido apelos dramáticos de populações pequenas no interior de Santa Catarina, como a Linha de São Roque, no Município de Cunhataí, ou a Linha Progresso, no Município de Maravilha.

Assim, deixo meu apelo na certeza de que V.Exa. vai levá-lo ao Sr. Relator-Geral, se não for possível o atendimento por parte de V.Exa. Essa dotação apresentamos com destaque, no valor de 27 milhões de reais. Esses 27 milhões de reais são distribuídos em três partes, Sr. Relator: para o Rio Grande do Sul, para o Paraná e para Santa Catarina. Três milhões? É de assustar!

Sr. Relator, outro assunto a que desejo fazer referência é emenda que apresentei ao relatório preliminar, cujo teor é:

Inclua-se, onde couber no projeto, apoio a entidades de ensino federal e instituições públicas credenciadas pelo Ministério da Educação, para desenvolvimento de programas de ensino a distância para a formação de professores para a educação básica.

Apresentei essa emenda porque, no Plano Nacional de Educação, até o ano de 2006 todos os professores do ensino fundamental e do ensino médio têm de ter o grau de pedagogia. A única maneira de se atender a essa determinação legal é através do ensino a distância.

A Universidade do Estado de Santa Catarina já mantém, em 135 dos 293 Municípios, o curso de ensino a distância, mas não tem recursos. Ela teve de admitir cerca de 3 mil professores, além de adquirir equipamentos e operadores.

O Sr. Relator-Geral disse-me que ia transferir ao Relator-Setorial — V.Exa. ainda não havia sido designado — a emenda para exame. O Relator-Geral deu o seguinte parecer:

O Relator a que couber relatar a área da educação incluirá, dentro do Programa nº 0041 - Desenvolvimento do Ensino de Graduação, o seguinte título: "Apoio à entidade de ensino federal e às instituições públicas credenciadas pelo MEC para o desenvolvimento de programas de ensino à distância para formação de professores para a educação básica".

Faço mais este apelo. Primeiro a questão do esporte e agora a do cumprimento desse despacho que foi lido aqui na Comissão quando eu apresentei a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Vamos conceder a palavra ao Relator, antes, porém, solicito aos Srs. Parlamentares, de forma muito especial aos assessores e visitantes que ladeiam o auditório, que, por gentileza, se possível, não conversem ou, se vierem a fazê-lo, que o façam de forma bastante baixa, a fim de que possamos acompanhar os colegas que estão na tribuna.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Com relação às perguntas dos Deputados Helenildo Ribeiro e Divaldo Suruagy, gostaria de responder-lhes o seguinte: tenho consciência e clareza da suma importância do aeroporto de Maceió. No entanto, uma das questões pendentes este ano — espero que ano que vem não tenhamos mais este problema — é que a emenda foi para a EMBRATUR. A responsabilidade pela construção do aeroporto não é da EMBRATUR, mas da INFRAERO. Já que o processo já está iniciado, não temos como alterá-lo. Na medida do possível, tentamos atender à emenda relativa ao aeroporto de Maceió. Sabemos que a solicitação foi uma e o nosso atendimento, outro.

Comparando com o relatório-setorial do ano passado, verificamos que o Relator dispunha de 698 milhões de reais e liberou 3 milhões de reais para o aeroporto de Maceió. Nosso relatório, embora disponha de 360 milhões de reais, também está concedendo 3 milhões de reais para o Aeroporto de Maceió. Se observamos, proporcionalmente, estamos destinando mais recursos ao Aeroporto do que o destinado no ano passado. Dentro do que foi possível, tentamos atender à emenda. Tenho em mãos o relatório do ano passado, que aprovou 3 milhões de reais de um orçamento de 698 milhões de reais. No entanto, embora hoje disponha de 360 milhões de reais, estou atendendo ao aeroporto com 3 milhões de reais também. Vou examinar a emenda, como faço com todas as outras, e tentar atendê-la naquilo que for possível, porque sei da importância do Aeroporto de Maceió. Espero estar junto de V.Exas., para ajudá-los a mudar esta situação e fazer com que a INFRAERO aplique dinheiro na construção do aeroporto, porque esse órgão é o grande responsável por isso. Portanto, vamos trabalhar nesse sentido.

Com relação à pergunta feita pelo Deputado Antônio Carlos Konder Reis sobre a emenda destinada ao esporte, tentamos alocar o que foi possível. Na tabela, dos 360 milhões de reais mais os 40 milhões que cortamos, chegando a um total de 400 milhões, o que fizemos? Tive de dividir esses recursos para os Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, do Turismo e Esporte. Portanto, havia cinco áreas. Nós fizemos o seguinte: o Ministério que recebeu a maior parte dos recursos, 45%, foi o Ministério da Educação. O segundo Ministério a receber mais recursos foi o do Turismo e Esporte, com 28%. Vejam bem, eu tinha que dividir os 400 milhões em parcelas e uma delas deveria atender às Comissões e às bancadas. Esta é a grande dificuldade em termos de valor. O que foi possível nós tentamos destinar a esse setor, tanto é que o Ministério do Turismo e Esporte ficou em segundo lugar, depois da Educação, à frente do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu, particularmente, gostaria muito que o Ministério da Ciência e Tecnologia ficasse em segundo lugar na destinação de recursos, mas este já havia recebido outros recursos do Fundo do Petróleo, que, de certa forma, compensou essa perda. No entanto, o segundo Ministério a ser atendido foi o do Esporte e Turismo, que tentei atender da melhor forma possível.

A segunda questão de V.Exa., relativa à educação à distância, foi atendida e está na emenda da ANDIFES. Na emenda do ensino superior, 5 milhões de reais estão destinados à UNIREDE. Se V.Exa. consultar a emenda, na área da educação, estão destinados 5 milhões de reais para a UNIREDE. Uma das principais redes é a de Santa Catarina e utilizará os recursos para fazer a capacitação de professores por intermédio da educação à distância. Portanto, sua solicitação foi atendida, tendo em vista que V.Exa. já havia conversado com o Relator-Geral e ele me transmitiu seu apelo. Compreendo a importância da capacitação utilizando outros mecanismos, inclusive a educação à distância. Esta emenda foi discutida com as pessoas que desenvolvem este trabalho na UNIREDE, que inclui hoje oito universidades no Brasil, entre elas a Universidade de Santa Catarina. Elas consideraram o valor por nós concedido suficiente para suas necessidades no ano que vem. Nós também temos que dar início ao programa, porque hoje, praticamente, as universidades não têm nada. Elas vão dispor de 5 milhões para poder começar o programa de capacitação. Com esses recursos, segundo aquelas pessoas, a UNIREDE terá condição este ano de capacitar mais de 20 mil professores. Para quem precisa atender 115 mil pessoas até 2006, esses recursos já representam praticamente 20%. Portanto, a solicitação foi atendida e faço questão de ressaltar que eles vão começar o processo de capacitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu estava inscrito para falar, Sr. Presidente. V.Exa. me chamou, mas eu estava atendendo a um grupo de Secretários de Estado de todo o Brasil a pedido do Presidente da Comissão, mas farei uma pergunta ao Relator por apenas três segundos. Quero dizer única e exclusivamente, meu caro Relator, que nós, da bancada da Bahia, não lhe fizemos nenhum pedido porque achávamos que V.Exa., sendo um Deputado petista — o PT tem uma hegemonia muito grande na universidade Federal da Bahia —, iria atender aos seus companheiros da bancada baiana do PT. O que aconteceu? No ano passado, recebemos 14 milhões de reais para essa emenda, quando o Relator não era do nosso partido. No ano retrasado, entretanto, foram destinados 16 milhões de reais, quando o Relator era do meu partido.

Estamos em um processo de recuperação da Universidade Federal da Bahia, que, embora possua grande número de salas, não pode utilizá-las todas quando chove. Ainda temos problemas dessa natureza. Faço uma sugestão. V.Exa. colocou aqui "Apoio a Entidades de Ensino Superior Federais", 20 milhões mais 70 milhões, emendas da Comissão de Educação. Considero perfeitamente válido, mas V.Exa. poderia tirar um pouquinho disto aqui e colocar o equivalente pelo menos ao que tivemos no ano passado. Esta é a minha sugestão, porque vai ficar realmente muito mal para os companheiros do PT da Bahia se V.Exa. não nos atender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Agradeço ao Deputado João Leão.

Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, cumprimento V.Exa. e o companheiro pelo brilhante, árduo e difícil trabalho realizado, um extenso relatório.

Apresento algumas questões que nos preocupam. O Rio Grande do Sul, no total de recursos orçamentários do ano passado, no tocante às emendas, recebeu, em todas as áreas, em torno de 300 milhões. O nosso Estado contribui com 8,8% do bolo tri-

butário nacional e tem recebido menos de 4% de retorno dos tributos que toda a população paga.

Então, menos da metade tem retornado por meio de recursos ao Estado. Também estamos entre os Estados que menos recebem recursos. Dos vinte e sete, estamos no 22º lugar. Portanto, quase um dos últimos Estados da Federação no retorno, em valor, de recursos. O nosso Estado é um dos maiores da Federação. Fizemos um esforço e levantamos os valores mínimos — digamos assim, claro que podendo ter algum corte —, no sentido de que sejam contemplados. Não inchamos de valores totalmente fora da realidade. O assunto foi arduamente discutido pelo conjunto da bancada federal do nosso Estado e apresentamos, por exemplo, uma proposta na área da cultura pela primeira vez. Eram 40 milhões; 15 milhões diretamente via Estado e 40, via Município. Foram atendidos 3 milhões e 120. Estamos apresentando destaque nessa área, nas duas questões, tanto em âmbito municipal quanto estadual, do ponto de vista do repasse de recursos. Gostaríamos que tal fato fosse considerado, pois é a primeira vez que o Estado solicita recursos na área da cultura, no que se refere à emenda de bancada.

Há também a implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, chamado CEITEC, o único centro em toda a América Latina. Trata-se de uma parceria entre universidades, Motorola, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministério apóia integralmente esse projeto que emprega tecnologia de ponta, e apenas 5,5 milhões foram destinados por V.Exa. nessa emenda que, do ponto de vista da bancada e do Governo do Estado é prioritária, das mais importantes para o desenvolvimento da tecnologia e, portanto, do Estado. Então, apresentamos esse destaque e gostaríamos de especial atenção nesse caso.

Com relação ao turismo, nosso Estado também tem-se esforçado no sentido de desenvolver esse setor no Rio Grande do Sul, em vários pontos atrativos. O Governo do Estado tem cadastrado e estimulado o inventário de todos os pontos turísticos do Rio Grande do Sul. Há clima favorável no Estado e nos Municípios sobre o desenvolvimento desse interessante programa, dessa forma de arrecadar recursos, por intermédio desse instrumento. Os recursos destinados ao turismo foram muito parcos e estamos apresentando destaque, pedindo a consideração de V.Exa. a respeito da matéria.

Quanto às entidades de ensino superior no Rio Grande do Sul, há apenas quatro cidades que têm universidade pública federal, e todos sabemos das dificuldades em que as universidades se encontram. Os reitores estiveram aqui dialogando com a bancada, com as lideranças partidárias, no sentido de que sejam incluídos recursos, porque a manutenção dessas instituições está totalmente inviável e há necessidade de investimentos.

No que se refere às universidades filantrópicas, o valor destinado por V.Exa. é bastante baixo e muitos alunos estão, pelo fato de não haver número suficiente de universidades públicas, optando por cursos em universidades filantrópicas que também têm carência de investimento.

Nessas áreas estamos apresentando destaque e pedindo a consideração de V.Exa., principalmente porque no total de recursos destinados, no total geral de todas as áreas, o Rio Grande do Sul recebe 122 mil reais e o ano passado ficou em 22º lugar no que se refere a retorno de recursos. Agora está com menos da metade: 122 milhões de reais de recursos. Portanto, é uma discriminação muito grave. Não pode ser considerado um igual para os Estados, apesar do maior respeito e carinho que temos por todos, porque há Estados com uma população muito menor do que a nossa e há extremas carências e necessidades também em nosso Estado.

Portanto, gostaríamos que fosse considerado esse destaque nessas áreas que V.Exa. apresentou na proposta que foi baseada nesses critérios. Pedimos a V.Exa. que reconsidere e nisso apresentamos os destaques, principalmente pela contribuição na arrecadação de impostos da União. De 8,8%, temos recebido historicamente menos de 4%. O volume de recursos no ano passado era em torno de 300 milhões e o total que estamos recebendo agora, com essa proposta, é de 122 milhões. Logo, trata-se de uma discriminação violenta. Não sei se é discriminação, porque o Governo de lá é do Partido dos Trabalhadores. Gostaríamos que houvesse mais equilíbrio no repasse de recursos também aos Estados.

Tenho grande consideração pelo Relator, pelo esforço que tem empreendido, ele e sua equipe, na feitura desse relatório, que, reconhecemos, é tarefa difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, nobre Relator Gilmar Machado, não sei se tem sido essa a dificuldade de V.Exa. mas, nos três mandatos em que estou aqui, o Orçamento é feito pelo Poder Executivo. Vem para cá para ser emenda-

do, e o Orçamento é muito pequeno. Nós estamos aqui, durante todo o ano, resolvendo os problemas do Poder Executivo. Quando se fala no reajuste salarial, é o Congresso Nacional, através da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem de abrir mão de suas emendas, dos recursos que podemos remanejar, para resolver o problema do Poder Executivo.

Quando conseguimos fazer as nossas emendas, sejam elas individuais, coletivas, sejam regionais, para defender os interesses regionais e os locais, principalmente com o objetivo de diminuir desequilíbrios regionais tão grandes no País, essas emendas, mesmo com toda a dificuldade, sendo aprovadas, ainda temos a demora na liberação dos recursos. Só para se ter uma idéia, praticamente nada foi liberado ainda dos recursos deste ano, a não ser por alguém que tenha muita influência no Poder Executivo. Estamos terminando o ano votando o Orçamento do ano que vem e ainda não foram liberados os recursos.

Agora, estão anunciando que todas as emendas terão um corte de 50%, 70%, — sei lá — de 20% e, às vezes, isso é feito de acordo com a influência do Parlamentar. Portanto, é uma dificuldade para aprovar e outra muito maior para liberar os recursos.

Atentamente olhamos o relatório elaborado por V.Exa. e até estranhamos. V.Exa. é um Parlamentar do PT e faz concentração ainda maior dos recursos nas mãos do Ministro, para que ele decida onde aplicar.

Nós, da bancada do Centro-Oeste — somos quatro Estados —, fizemos um acordo para dividir essas emendas por dois Estados. Couberam-nos as Universidades Federais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por quê? Nos últimos anos, principalmente na administração do Ministro Paulo Renato, o volume de recursos distribuídos para essas universidades não é proporcional ao seu tamanho nem ao número de alunos. Então, os dois Estados vêm sendo preteridos.

Por isso, as duas bancadas se uniram para tentar minimizar esse problema, apresentando emenda da bancada regional de apoio às entidades de ensino superior da Região Centro-Oeste, inclusive as Universidades Federais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Por incrível que pareça, V.Exa. nos atendeu com apenas 3 milhões, apesar de considerarmos que nossa emenda deveria ter mais peso. Várias outras foram atendidas com 20 ou 30 milhões, e nossa expectativa era também receber esse valor.

Pedimos que o Relator reconsidere sua decisão, porque as universidades brasileiras carecem de recursos, principalmente as do Centro-Oeste — exceto a UnB, que tem patrimônio próprio, que pode alugar e vender. As de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e da região amazônica vivem situação diferente, porque o volume de recursos nelas aplicado tem sido muito pequeno.

Como Líder do PL, entendo que não podemos encaminhar todos os problemas ao Relator-Geral. Os Relatores-Parciais têm de solucionar os pontuais e deixar para S.Exa. apenas os mais difíceis.

Portanto, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que corrija essa situação e atenda à emenda regional do Centro-Oeste brasileiro, especificamente para as Universidades Federais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, respondendo ao nobre Deputado João Leão, S.Exa. afirmou corretamente que a Bahia teve, nos anos anteriores, 14 e 16 milhões, no final. Tenho os relatórios em mãos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Dois, mas V.Exa. está enganado. Ela já recebeu, do Relator-Setorial, 16 milhões.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Tenho em mãos o relatório do ano passado. O Relator de então tinha 698 milhões; eu tenho 360 milhões. V.Exa. há de convir que existe uma diferença de valores.

A segunda questão é que, no caso da Bahia, ela não vai receber apenas os 3 milhões e pouco que estão aqui. Ela vai receber dentro dos 70 milhões pedidos em emenda da bancada, de acordo inclusive com os reitores. A Bahia tem um percentual alto porque tem uma universidade grande, com elevado número de alunos.

Só no percentual da ANDIFES, são mais de 5 milhões; adicionando-se esse, são mais de 8 milhões. Estamos atendendo agora. Evidentemente, vamos chegar a esse valor, na discussão com o Relator-Geral, mesmo tendo quase a metade dos recursos do ano passado.

Tecnicamente, e com os recursos que temos, eu queria ter alocado mais; discutimos o possível, conjuntamente. Considero um erro não utilizar esse gráfico, que atende a todas as universidades brasileiras, e atender apenas a algumas. Se a maioria entender as-

sim, não há problema, mas vamos deixar muitas universidades de fora. Alerto os colegas para essa possibilidade.

Outra questão é que, na Bahia, temos de fazer um movimento grande, porque ela está sendo lesada em mais de 100 milhões por ano no FUNDEF, muito mais que os 14 milhões que o Estado recebeu. Abordei esse ponto no relatório e quero a ajuda de V.Exa. para que possamos reaver esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, posso dar um subsídio ao caro Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, não posso permitir um debate paralelo, porque tumultuaremos a reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Então, quando o Relator terminar, vou pedir meu direito de réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Estamos numa reunião ordinária, em que não cabe esse direito.

A Presidência não vai abrir exceções. Caso contrário, não terminaremos a leitura e a discussão dos relatórios.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, estamos numa Casa política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não vou permitir, Deputado. Peço compreensão a V.Exa.

Continua com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Deputado Orlando Desconsi, concordo em que os recursos realmente são pequenos, mas faço um reparo.

Na área de ciência e tecnologia, foram destinados 30 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia, para atendimento de emenda de Comissão e de bancada. Destes, 10,5 milhões, ou seja, um terço, foram para o Rio Grande do Sul. Foi a única bancada que, junto com a do Maranhão, apresentou emenda nessa área. Então, um terço vai para o Rio Grande do Sul, em termos de atendimento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, a Presidência não vai permitir debates paralelos com o Relator. Acabei de dizê-lo; peço compreensão aos nobres pares.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Vou examinar a questão, mas, na minha área, não posso concordar.

Dos 122 milhões que a bancada do Rio Grande do Sul está recebendo dos dez Relatores, 23 milhões foram dados por mim. Se cada Relatoria repassasse, em média, 23 milhões para atender à bancada, perfaria um total de 230 milhões.

Atendemos, dentro do possível, à emenda de bancada. Evidentemente, os valores estão aquém do que gostaríamos. Concordo com V.Exa. Pode ter certeza de que vou examinar, com cuidado, as emendas que V.Exa. está destacando. Demonstrei que, dos 122 milhões que V.Exa. levantou, 23 milhões estão saindo desta Relatoria. Então, estou tentando, na medida do possível, atender a V.Exa.

Finalmente, Deputado Welinton Fagundes, reafirmo a V.Exa. o que já disse ao Deputado João Leão: o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul estão dentro da emenda da ANDIFES. V.Exas. estarão recebendo a cota geral e a da bancada. Não pode ser trabalhada apenas uma; essa foi uma decisão tomada juntamente com os reitores.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeito.

Como educador, entendo que essa é uma forma mais equilibrada de atender às universidades. Se V.Exa. discorda, não vamos discutir. Vamos retirar da geral, atender a algumas bancadas e deixar outras de fora.

Se esse for o entendimento da Comissão, tudo bem. Pessoalmente, acho que daquela forma atenderemos melhor às universidades. Se os nobres Deputados assim decidirem, vamos atender aos nove destaques que têm emendas e deixar de lado os restantes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, V.Exa. pode tentar derrubar a decisão em plenário.

O relatório não será colocado em votação hoje. Quando o for, V.Exa. pode propor sua derrubada. O Relator-Geral poderá recompô-lo depois, mas o Relator-Setorial não pode fazer isso agora, sem que o submetamos à votação em plenário.

O Relator-Setorial acolherá a posição de V.Exa., se quiser. Caso contrário, terá de ser submetida ao Plenário, porque outros Deputados poderão ter posições divergentes.

Essa é a decisão da Presidência.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Liderança do partido não é de V.Exa., segundo a lista de que dispõe a Presidência.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Então, mudou e eu não estou sabendo. De quem é a Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Do Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Na Comissão, sou o Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não recebemos outro ofício, nobre Deputado. Eu ficaria satisfeito se fosse V.Exa., mas consta, como Coordenador da bancada, o Deputado Eujácio Simões.

Não há problema. Quando ocorrer a votação da matéria, V.Exa. poderá propor a derrubada do relatório, que submeteremos ao Plenário, mas não podemos permiti-lo durante a leitura.

O Relator-Setorial acolherá ou não a proposta de V.Exa. Na votação, o Plenário poderá derrubar até o relatório total do Deputado Gilmar Machado.

Essa é a decisão da Presidência.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, não tem sido essa a prática.

Muitas vezes, a Presidência já pediu acordo e discutimos o assunto. O Parlamento precisa ser ouvido. O Relator indaga o que é melhor; se não querem que ouçamos os reitores, vamos ouvir o Parlamento. Estamos aqui para ser ouvidos. Queremos votar e aprovar, não tumultuar; nossas posições têm de ser respeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, V.Exa. apresentou sua posição de forma correta e procedente.

Participo, há três anos, das reuniões diárias desta Comissão. Pode acontecer que, quando o relatório for submetido ao Plenário, este poderá derrubá-lo e ele será corrigido, posteriormente, pelo Relator-Geral — não considero essa uma boa alternativa, mas está de acordo com a afirmação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente, mas essa é a decisão da Presidência.

V.Exa. encerrou, nobre Deputado? (*Pausa.*)

O Senador Tião Viana pediu para falar no final, pois tem votação nominal no Senado.

Com a palavra o nobre Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sr. Presidente, ilustre Relator Gilmar Machado, falamos pela bancada da Região Norte, composta por sete Estados brasileiros, portanto, sete universidades — não duas nem três — em estado de penúria.

Algumas têm departamentos caindo, como a Faculdade de Agronomia de Roraima. Daqui a pouco, até o telhado vai cair na cabeça dos alunos — é um abandono total. Ficamos tristes ao ver que apenas 3 milhões de reais foram destinados à bancada da Região Norte, para atender a todos os Estados da Amazônia.

Sabendo que "o lençol está curto", que V.Exa. está passando por um momento difícil e tem de atender a todos, peço que considere o Destaque nº 00137, que não vai atender apenas a uma, duas ou três , mas a todas as sete universidades da Amazônia — do Amapá, Pará, Roraima, Acre, Rondônia e Amazonas. Portanto, merece tratamento diferente de outras regiões.

A Amazônia, ilustre Deputado — talvez V.Exa. não saiba —, está abandonada e relegada a quinto plano.

Portanto, peço a V.Exa. que olhe para nós, daquela região, que estamos mais distantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, em primeiro lugar, quero elogiar o relatório sob a responsabilidade de V.Exa. Trata-se de peça de excelente qualidade, tanto pelos aspectos técnicos, ao dar informações sobre a execução orçamentária dos Ministérios envolvidos, quanto pela apreciação que faz sobre as políticas setoriais desses Ministérios.

No que diz respeito ao MEC, é correta a abordagem que V.Exa. fez do problema do FUNDEF, gravíssimo em âmbito nacional. Ou seja, temos um fundo destinado a universalizar o ensino fundamental no País e, lamentavelmente, a legislação que o criou não é cumprida à risca, sobretudo quando se trata de identificar o custo real por aluno, referência fundamental para a alocação de recursos.

Por isso, a União vem acumulando, há anos, uma enorme dívida com Estados e Municípios, no enfrentamento do desafio de universalizar e garantir qualidade no ensino fundamental.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Está difícil falar, Sr. Presidente. Em determinadas horas, esta Comissão se parece com um mercado de peixe — só não pesca nada quem é pescador de águas turvas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que respeitem os oradores que se estão pronunciando. Faço

o mesmo apelo aos Srs. Assessores; caso contrário, não permitirei sua permanência em plenário.

Alguns Deputados falam, e, depois, não ouvem os colegas. Precisamos ter compreensão com nossos pares.

Continua com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Relator, além da questão do FUNDEF, quero ressaltar o problema das Instituições Federais de Ensino Superior — IFES.

De fato, houve acordo entre reitores e o MEC, visando à expansão das vagas nas universidades públicas brasileiras. Isso vem ocorrendo ano a ano, graças a um enorme esforço no sentido de reduzir o custo por aluno, mas há um limite.

Na verdade, o Poder Executivo não vem cumprindo à risca as obrigações estabelecidas no acordo assinado entre o Ministro Paulo Renato e os reitores, por intermédio da ANDIFES, com o objetivo de alocar recursos para as despesas de manutenção das universidades.

V.Exa. procura suplementar os recursos tanto para investimentos quanto para a manutenção das universidades públicas. É correta a decisão de atender às emendas coletivas de maneira equilibrada, ao mesmo tempo alocando recursos consideráveis numa rubrica nacional. Dessa forma, o MEC poderá distribuí-los segundo os critérios historicamente assentados pela instituição.

V.Exa. mostra equilíbrio, ao procurar trabalhar com dois parâmetros: o atendimento às demandas coletivas específicas e a visão de planejamento do ensino superior no País.

Quero manifestar minha plena concordância com esse procedimento, o que não impede que o Relator-Geral aloque mais recursos para as emendas coletivas.

Como meu tempo é exíguo, ressalto outro aspecto que me parece importante: os recursos destinados à pesquisa fundamental, atendidos por V.Exa. na razão de 10 milhões de reais. V.Exa. deve saber que, neste ano, está sendo executado, nessa área, um montante superior ao alocado. O Executivo enviou algo em torno de 2 milhões; V.Exa., num grande esforço, alocou 10 milhões.

Nas discussões seguintes com o Relator-Geral, precisaremos resolver esse problema. Temos de colocar a pesquisa fundamental num patamar condizente com o desafio de fazer avançar o desenvolvimento científico e tecnológico do País, fundamental para equilibrar a balança comercial e gerar conhecimento.

Algumas emendas podem ser atendidas por meio dos fundos setoriais de ciência e tecnologia. É o caso de que trata do Centro de Pesquisas Espaciais no Rio Grande do Sul, proposta por uma das Comissões do Senado; há um Fundo Setorial de Pesquisas Espaciais, já aprovado e em funcionamento. Outra dispõe sobre o Centro de Referência de Energia Eólica; também há um fundo setorial de energia em operação, que poderia dar conta disso.

Vou consultar o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia sobre a possibilidade de alocar esses recursos para áreas mais nobres. Na medida em que ele a confirme, talvez possamos, numa fase posterior, fazer o ajuste necessário.

Encerro, Sr. Presidente, Sr. Relator, ressaltando que nós, da bancada do Rio de Janeiro, apresentamos emendas particularmente na área de turismo, para a construção de um centro de convenções de porte médio, necessário para a cidade do Rio de Janeiro. V.Exa. nos atendeu, em parte — é evidente que os recursos não são suficientes, mas são importantes. Também apresentamos emenda para o desenvolvimento de unidades esportivas nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, igualmente atendida em parte por V.Exa. Ambas decorrem de antigas reivindicações da população do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, ressalto o cuidado que V.Exa. teve ao elaborar o relatório, trabalhoso e bem-feito, pelo que tenho acompanhado.

Entretanto, quero reafirmar algumas questões já tratadas. A Tabela nº 3, que se refere ao desenvolvimento da educação profissional e do ensino médio, mostra queda em relação ao Orçamento de 2002. São programas importantes para os trabalhadores das camadas pobres, que querem ingressar no mercado. Quero saber o que levou V.Exa. a utilizar esses valores.

Na Tabela nº 4, observamos uma queda absurda — de 1 bilhão e 526 milhões para 846 mil reais — no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Destaco esses pontos porque, em outros relatórios, percebemos o descaso do Governo com as questões sociais, especialmente no que se refere ao atendimento às camadas mais sofridas da sociedade.

Sabemos que a classe média e pobre não tem acesso ao ensino superior. Entretanto, observamos uma diminuição de 3,6% no volume de recursos destinados ao crédito educativo, que deveria ser aumentado em 2002. Esse tratamento só reforça o descompromisso do Governo com setores sociais que produzem e sustentam o País.

Quero registrar meu descontentamento e, ao mesmo tempo, fazer um apelo para V.Exa. no sentido de que isso seja resgatado.

Volto à área da cultura — pág. 13, Tabela nº 8. Em pesquisa realizada entre 260 mil alunos de várias partes do mundo, os brasileiros foram considerados os últimos em capacidade para leitura. Nossos adolescentes não entendem o que lêem. Isso significa, Sr. Relator, que não existe um programa científico ou bibliotecas incrementadas para motivar nossos alunos.

Não precisamos falar de países economicamente mais avançados, que investem em leitura com verbas arrojadas. Basta ver o péssimo desempenho dos alunos brasileiros, que ficaram em último lugar. É uma vergonha para o Brasil ter adolescentes de 15 e 16 anos passando pela escola sem saber interpretar os textos que lêem.

Isso se dá pela falta de leitura. É evidente que existem os **videogames** e a televisão, mas isso não justifica. Nossas bibliotecas parecem mais esconderijos de múmias que recantos de leitura para nossos adolescentes, e nada indica que o Ministério da Cultura tenha algum programa de incentivo para o setor.

Portanto, deixo meu apelo e meu lamento pelo desprezo dado à área da cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Nobre Deputado Almir Sá, pode ter certeza de que vamos examinar a emenda regional para as universidades, tanto da bancada do Norte quanto da do Centro-Oeste . Veremos o que é possível fazer.

Conversaremos com o Relator-Geral, já que S.Exa. nos havia solicitado crédito para os destaques de atendimento às greves. Vamos estudar a questão com cuidado.

O mesmo vale para as emendas das bancadas do Centro-Oeste e do Sul, como lembrou o Deputado Antonio Carlos Konder Reis.

O Deputado Jorge Bittar abordou uma questão importante: a pesquisa fundamental. Vou examinar o destaque, porque tentamos, na medida do possível, alocar uma parte dos recursos exatamente para essa área.

Veremos se o Ministério resolve a questão do centro espacial e de energia eólica. Para mim, não há dificuldade. Seria interessante o Governo assumir esse compromisso, para não interromper esses importantes programas. Isso será possível por meio dos fundos de desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Vou trabalhar no sentido de atender à demanda de V.Exa. por maiores recursos para pesquisa fundamental. Pode ter certeza de que vamos examiná-la e, ainda hoje, fazer contato com o Ministério da Ciência e Tecnologia, para resolver a questão. Dentro do possível, fizemos o máximo.

No que diz respeito ao esporte, a dificuldade é maior, mas veremos o que é possível fazer.

O Deputado João Magno apresenta uma questão correta: os recursos para o ensino médio têm diminuído, mas é essa a lógica desenvolvida pelo Governo. O ensino médio, hoje, é responsabilidade dos Estados — esse é o grande problema. Apesar do FUNDEF, os Estados e Municípios estão bancando o ensino fundamental; a União só complementa a menor.

Fiz questão de afirmar que vários Estados estão sendo prejudicados, inclusive Minas Gerais, perdendo mais de 200 milhões de reais por ano. Se contássemos três anos desde a implantação do FUNDEF, veríamos que o Estado perdeu quase 700 milhões de reais, que o Governo Federal tinha o dever de complementar, mas não o fez.

O ensino médio é responsabilidade do Estado. A União vem diminuindo sua participação na área, mas aumentou os recursos destinados à educação de jovens e adultos, como V.Exas. podem acompanhar na pág. 6. Trata-se do Projeto Alvorada, que atende a Estados que apresentam Municípios com IDH baixo, o que não é o caso de Minas Gerais.

Com relação ao crédito educativo, o Governo praticamente acabou com o programa. Só existem resíduos para quem ainda está pagando. O crédito foi substituído pelo financiamento, por meio do FIES. Então, houve uma mudança: o aluno que quer estudar na rede privada tem de pegar financiamento a taxas de juros inferiores às do mercado, mas ainda assim altas, na minha avaliação.

Com relação à leitura, para nós, educadores, não há nada mais triste que constatar, em pesquisas como a da UNESCO, que o Brasil é o último colocado em termos de leitura dos seus adolescentes. Isso nos deixa extremamente preocupados, mas isso é resultado do nosso modelo educacional.

Alocamos mais 15 milhões de reais para a CAPES, para garantir pesquisas e periódicos às bibliotecas das universidades. Também aumentamos os recursos do Ministério da Cultura para a construção de centros para bibliotecas, inclusive **kits** a serem repassados às escolas. Foi um dos aspectos das emendas de Comissão que procuramos contemplar.

Na Comissão de Educação, já havia essa preocupação. Agora, ficou confirmado que tínhamos razão e a proposta do Ministério da Cultura estava correta. Por isso, defenderei pessoalmente a emenda, mesmo que a Comissão seja derrotada. Precisamos de cantinhos de leitura, de espaços que melhorem o nível cultural dos nossos adolescentes.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, permite-me V.Exa. fazer uma consideração?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, já se iniciou a Ordem do Dia e, dentro de alguns minutos, o Presidente Aécio Neves determinará que suspendamos as reuniões das Comissões.

Portanto, apelo aos Deputados inscritos para que sejam o mais breve possível, a fim de que possamos concluir a discussão desta área temática.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Gilmar Machado, do Partido dos Trabalhadores, parabenizo V.Exa. não apenas pela qualidade do relatório, mas também por sua dedicação, responsabilidade e compromisso com o trabalho.

Acompanhei V.Exa. nas negociações sobre as greves nas universidades, em que teve papel de destaque, inclusive como Relator-Setorial do Orçamento. Mesmo com todas as dificuldades e pressões, V.Exa acompanhou a situação **pari passu**.

Vários Parlamentares insinuaram que, por V.Exa. pertencer ao Partido dos Trabalhadores, seria diferente dos outros Relatores. Discordo; todos temos os mesmos valores. Foi uma situação constrangedora. Sou do PT há mais de quinze anos, orgulho-me muito disso e sinto-me dentro dos padrões da Casa.

Nenhum outro Relator foi alvo desse tipo de dúvida por parte dos Srs. Deputados. Com todo respeito que tenho pelos colegas e por V.Exa., Sr. Presidente, que conduz os trabalhos, quero fazer este registro.

Nobre Deputado Gilmar Machado, não posso deixar de expressar nossa preocupação com as universidades. Como disse o colega da Região Centro-Oeste, foi apresentada emenda de bancada para as universidades federais do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Conheço bem a realidade dessas e de outras universidades, que hoje passam por situação de abandono. Infelizmente, V.Exa. não poderá resolver esses antigos problemas.

Precisamos ter sensibilidade para a questão. Na verdade, 3 milhões de reais destinados para as universidades é muito pouco. Por isso, estamos apresentando destaque, mas sabemos que o assunto será definido no plenário.

Também apresentamos destaque à emenda de bancada para a construção de centros de convenção em nosso Estado, onde o turismo está se iniciando. O Programa Pantanal, por exemplo, vai exigir muitas reuniões e esforços. Queremos, então, espaços adequados para grandes eventos.

Outro destaque refere-se à construção, reforma e ampliação de escolas em Mato Grosso do Sul. A emenda foi contemplada por V.Exa. em valor muito abaixo do solicitado.

Concordamos com V.Exa. quanto ao FUNDEF. O Governo tem de assumir sua responsabilidade em relação ao Fundo. Na Subcomissão que tratou do tema, V.Exa. apresentou relatório completo e consistente, tal como faz agora, na condição de Relator-Setorial.

O Partido dos Trabalhadores está muito orgulhoso de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado João Grandão, V.Exa., que tem acompanhado minha atuação na Presidência desta Comissão e da de Ciência e Tecnologia, sabe que não faço esse tipo de distinção, e recrimino quem a faz. Para mim, todos os Parlamentares desta Casa, Deputados ou Senadores, independentemente de legenda, são todos companheiros e merecem tratamento igual. Até me orgulho da boa convivência que tenho com o PT. Não tenho tido problemas com o PT aqui ou na Comissão de Ciência e Tecnologia, quando a presido. Fique V.Exa. tranqüilo quanto a isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Exatamente por isso eu disse que V.Exa. está conduzindo de forma brilhante os trabalhos, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Airton Dipp.

O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP - Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Gilmar Machado pelo trabalho realizado na Área Temática VI, sem dúvida a mais importante das dez áreas temáticas em que estamos trabalhando, porque engloba educação, cultura, ciên-

cia e tecnologia, temas fundamentais para a consolidação do desenvolvimento nacional, bem como turismo, que pode gerar emprego e riqueza para o País.

Gostaria, Sr. Relator, de ratificar as palavras do Deputado Orlando Desconsi quanto ao Estado do Rio Grande do Sul. Não em relação ao seu trabalho, porque os critérios utilizados na distribuição dos recursos para os Estados foram justos, observando-se a proporcionalidade do número de Deputados das diversas bancadas e, por conseguinte, à população de cada Estado. Mas o nobre Relator pode somar-se, quanto às reivindicações do nosso Estado, ao Relator-Geral, porque temos de rever a divisão de recursos nas diferentes áreas temáticas.

Cito como exemplo o próprio Estado do Rio Grande do Sul. Concentramos no Estado um terço das emendas da bancada para a Área Temática VI — Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia —, e fomos contemplados com apenas 18 milhões e 300 mil reais, um valor muito baixo. Temos de rever o critério utilizado pelo Relator-Geral para a distribuição de recursos às diferentes áreas temáticas. Se concentrássemos as 17 emendas da bancada nessa área temática, teríamos pouquíssimos recursos para o Estado. Assim sendo, apoiamos essa decisão do Relator-Geral de revisão em relação às áreas temáticas.

Temos apenas uma crítica a esse trabalho — crítica porque também não nos aprofundamos no exame do tema. Gostaria que o Relator nos esclarecesse sobre a concentração de recursos na emenda da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, 137 milhões de reais. Dentro dos critérios estabelecidos, o valor está muito alto. Preferíamos que fossem prestigiadas, inclusive como disse o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, as emendas regionais, porque, dentro daquelas emendas da Comissão de Educação que atendem a todos os Estados da Federação, há uma com que nós da Região Sul estamos reivindicando exclusivamente para a construção de quadras esportivas, e fomos agraciados com um valor insignificante.

A concentração nas emendas da Comissão da Educação está muito alta. Calculamos que passa de 27 milhões por emenda, enquanto os Estados receberam algo em torno de 3 milhões. Eram essas as nossas considerações, ratificando a posição do Deputado Orlando Desconsi. Queremos recuperar, nos destaques que serão apresentados em plenário ao Relatório-Geral. Na verdade, queremos uma proporção maior para a Área Temática VI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa é uma área temática muito importante e bastante sensível, porque educação, para todos nós, Oposição e Governo, é crucial para o futuro do País.

Temos sempre discutido o assunto de uma forma muito quantitativa. Os Deputados levantam de vez em quando alguma questão aqui, outra ali. Tivemos uma greve agora que afetou as decisões da Comissão e da Relatoria, que teve de alocar recursos para aumento de salários dos professores. Tudo isso faz parte de uma realidade na qual abordamos a temática quantitativa, e não apenas nessa área, mas quero abordar especificamente a área da educação.

Não temos nenhum trabalho que nos diga que o volume de recursos que se gasta, principalmente no ensino superior em nosso País, é compatível com os resultados obtidos. Não tenho dados atualizados, mas dados de anos atrás deixavam claro para mim que o custo por aluno das universidades federais superava em muito o custo dos alunos das universidades públicas estaduais do Estado de São Paulo. Por si só, isso é um absurdo, porque há o reconhecimento de que as universidades do Estado de São Paulo têm um nível de produtividade, de qualidade superior à média das universidades federais.

Se compararmos com as universidades privadas — é evidente que nesse caso a média, em termos qualitativos, é inferior à das universidades públicas — essa proporção dá-se de uma forma extremamente diferenciada, ou seja, muito mais custam os alunos do ensino público estadual em relação ao privado, e muito mais o ensino público federal em relação ao privado e ao público estadual.

Essa questão nunca foi abordada, nunca foi discutida de forma mais aprofundada, e parece-me uma das mais importante a serem vistas. Discutimos sempre volume de recursos, e não o resultado obtido com esses recursos. Cabe a esta Comissão, num determinado momento, debruçar-se sobre o tema. Será que não podemos melhorar as condições de trabalho, de salário, e melhorar, ao mesmo tempo, o atendimento à população, o número de alunos a serem atendidos, o número de pessoas a serem atendidas, sem que haja um custo maior, pelo contrário, e buscando uma produtividade maior?

O exemplo que tivemos de autonomia no Estado de São Paulo, ainda que não seja exatamente o que eu pessoalmente desejava, que não fizemos em 1988/1989, quando fui Secretário da Administração de São Paulo, resultou no aumento do número de vagas e até na reestruturação interna, de maneira que a

produtividade dos professores aumentou, principalmente em relação ao ensino, já que em relação à pesquisa temos limitações de índices que possamos utilizar.

Chamo a atenção para o assunto. Vivemos agora uma crise da universidade federal. E a crise é salarial. Não se discute qualidade, que universidade temos que ter, para quem é a universidade. Parece que a universidade é feita para os professores. Discute-se salário de professor, e nada mais.

A universidade, como qualquer setor público, não é feita para os trabalhadores do setor, é feita para a sociedade. O objetivo é a sociedade. Quais são os resultados que temos perante a sociedade? Como podemos comprovar isso? Já há alguma coisa, um avanço. O Provão é um avanço, é uma verificação qualitativa, mas estamos muito longe, avançamos muito pouco nesse aspecto. E nós, no Congresso, não temos qualquer ação nesse sentido.

Conheço um projeto em tramitação nesta Casa, há anos, sobre autonomia das universidades. Seria um bom momento para discutir a questão da universidade, discutir que tipo de autonomia, como ela deve ser, como deve ser construída. Em São Paulo, apesar da deficiência da autonomia que foi concedida, não tenho dúvida nenhuma de que tivemos um avanço. A responsabilidade das próprias universidades, dos professores, dos reitores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado Alberto Goldman, fomos convocados pelo Presidente da Casa para encerrar esta reunião.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vou terminar.

Devemos debruçar-nos sobre a questão qualitativa com maior profundidade.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Indago à nobre Deputada Nair Xavier Lobo se falará rapidamente, para que possamos encerrar depois, com o Relator, porque o Presidente Aécio Neves está solicitando que suspendamos a sessão. Muito obrigado a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO - Sr. Presidente, quero apenas elogiar V.Exa. e o Relator, dizer que o turismo é importantíssimo para o Brasil — estou falando na condição de coordenadora de uma frente parlamentar nesta Casa — e solicitar ao Sr. Relator, que conduziu tão bem seus trabalhos, que a aprovação das emendas da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e da Subcomissão de Turismo seja total, e não parcial. Faria muito bem ao Brasil.

É irrisório o recurso necessário para divulgar a imagem do nosso País. O Brasil ganharia muito com isso.

No mais, quero parabenizá-los pelos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Muito obrigado, nobre Deputada, pela compreensão.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Vamos avaliar a reivindicação relativa às emendas de bancada regional, como já havia dito ao Deputado Almir Sá. Tentaremos contemplar de forma mais efetiva as emendas de bancadas regionais, sejam do Norte, do Centro-Oeste ou do Sul.

Quanto ao que disse o Deputado Airton Dipp, vamos analisar a possibilidade da redistribuição dos recursos. Só quero dizer que há mais 5 milhões não computados no seu cálculo, destinados ao Centro Espacial de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na Área de Ciência e Tecnologia. Portanto, não são 18, mas 23 milhões.

No que se refere à concentração, V.Exa. tem razão. Na emenda, são recursos vinculados. Há recursos na área de educação que só posso gastar em educação; não posso tirar da fonte geral, que é educação, por exemplo, e passar para cultura, esporte etc. Tenho que gastar dentro da área, porque são recursos constitucionais do FNDE e outros; não há como sair dessa destinação.

Nessa emenda da Comissão de Educação, estão contempladas as emendas para atender a 52 universidades do País; são 15 milhões para a CAPES, para periódicos, que vão atender a todos os cursos de graduação, pós-graduação, Mestrado e Doutorado; há recursos para a UNIREDE, para a capacitação de professores, por meio do Educação à Distância, um programa que se iniciou com oito universidades brasileiras e que vai capacitar 20 mil professores até o ano que vem. Precisamos disso para cumprir a LDB, que nós mesmos votamos, como disse o Deputado Konder Reis. Além disso, está sendo atendido o apoio ao estudante, que foi uma solicitação do Senado, como reivindicação dos estudantes brasileiros, por intermédio da UNE. É uma emenda que tem vários itens; está subdividida para atendimento geral.

O Deputado Alberto Goldman fez uma observação com a qual concordo. Está no meu relatório. Está crescendo o número de matrículas no ensino superior. As universidades assumiram o compromisso de

abrir 100 mil novas vagas até o final do ano que vem, principalmente nos cursos noturnos, o que era uma dificuldade. Com isso está diminuindo o custo do aluno universitário — está no nosso Relatório, a partir da pág. 8. Isso preocupa-me muito. Temos alocado recursos para quê? Os recursos não são de acordo com o previsto, mas pelo menos as universidades estão descentralizando-se, indo para o interior, abrindo cursos. A universidade está crescendo. Várias universidades, como as de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Minas, estão trabalhando nesse sentido.

Também nos preocupamos com os resultados. Estamos olhando também para o desempenho. Tanto é que parte desses recursos vêm de acordo com o desempenho da universidade. O Provão é um item da avaliação. O MEC tem hoje um sistema de avaliação que leva quatro fatores em consideração: o Provão; o número de professores com mestrado e doutorado, o que inclusive é uma exigência da LDB; a existência de periódicos e bibliotecas etc. na instituição; e o espaço físico, laboratórios, e assim por diante. Tudo isso estamos inserindo no nosso relatório. Não estamos levando em consideração apenas a quantidade, mas também a qualidade.

Pode-se, ao olhar o relatório, afirmar que o Governo está diminuindo os recursos para o ensino médio. Para o ensino médio há convênios internacionais, mas essa responsabilidade é também do Estado. Agora, aquilo que é responsabilidade da União, que é o ensino superior, que é exatamente a complementação do ensino fundamental, jovens adultos que são responsabilidade do Governo, tentamos mostrar como isso está acontecendo. Essa foi minha preocupação, e no relatório procuramos fazer essas várias abordagens, para não ficarmos num item só.

Finamente, quero agradecer à Deputada Nair Xavier Lobo as palavras e dizer-lhe que concordo que o turismo é fundamental. Tentei atender às emendas da Subcomissão, e da forma como foram discutidas, priorizando inclusive a divulgação, tanto dentro do Brasil, para o turista brasileiro, quanto internacionalmente. Vamos ver se é possível melhorar um pouco mais, para que possamos ter o turismo gerando renda e ao mesmo tempo divulgando o potencial deste País lá fora, para aumentarmos o número de turistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Esta Presidência lembra aos Srs. Parlamentares membros desta Comissão que vamos suspender a presente reunião, por determinação do Presidente Aécio Neves, devido ao início da Ordem do Dia. Encerrada a Ordem do Dia retornaremos, para prosseguir com a leitura e a discussão dos relatórios das seguintes áreas: Saúde, Infra-estrutura, Integração Nacional e Meio Ambiente. Vamos terminá-las ainda hoje.

Amanhã iniciaremos a reunião com a votação de todos os relatórios, ressalvados os destaques, na mesma ordem. Uma vez votados os relatórios, ressalvados os destaques, passaremos aos destaques. Pretendemos terminar tudo amanhã, no mais tardar até sexta-feira ao meio-dia, para que haja tempo de toda esta matéria ser encaminhada ao Relator-Geral, que iniciará seu trabalho na segunda ou na terça-feira, junto com o Comitê de Avaliação de Emendas, que amanhã estará recebendo as bancadas. Já foi distribuída a todos os Srs. Parlamentares a escala das bancadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, nós recebemos uma listagem das datas em que o Comitê receberá as bancadas regionais. Na qualidade de Presidente da Comissão de Seguridade Social, pergunto a V.Exa. em que momento as Comissões temáticas de ambas as Casas do Congresso terão oportunidade de também conversar com o Comitê, na medida em que são emendas coletivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A lembrança de V.Exa. é procedente, nobre Deputada Laura Carneiro. Realmente, nós não tivemos esse cuidado, mas vou solicitar ao Relator-Geral que as Presidências das Comissões, quando tiverem interesse, possam dirigir-se ao Comitê para defender as emendas de Comissão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A Comissão de Seguridade tem interesse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Certo.

Consideramos encerrada a discussão da área de educação, e o prazo para apresentação de destaques também está encerrado.

Retornaremos após o término da Ordem do Dia.

Os membros desta Comissão poderão dirigir-se à sala da Presidência para um lanche. Pretendemos terminar por volta de meia-noite, meia-noite e meia ou mesmo 1h.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Declaro reaberta a 1ª Reunião Extraordinária da Co-

missão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vamos analisar agora a Área Temática VII — Saúde, cujo Relator-Setorial, Deputado Paulo Feijó, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Congressistas, a proposta de orçamento para 2002 reserva ao Ministério da Saúde recursos da ordem de R$27,6 bilhões, o que representa 18,5% do Orçamento da Seguridade Social da União. Em relação à dotação autorizada para 2001, o valor proposto para 2002 apresenta crescimento nominal de 6,1%, chegando esse crescimento a 36% e 22%, quando comparado com os gastos respectivamente, de 1999 e 2000.

A Tabela I mostra os números da proposta, por unidade orçamentária, comparados com os gastos de 1999 e 2000 e com o valor autorizado para 2001.

Verifica-se que a dotação do Fundo Nacional de Saúde (FNS), que congrega cerca de 86% da dotação do órgão, cresce em 9,2% em relação a 2001, chegando esse crescimento a 36% e 20%, quando comparado com os gastos, respectivamente, de 1999 e 2000.

Da mesma forma, as dotações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS e da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, que representam pouco mais de 2% do total do Ministério, crescem, no conjunto, cerca de 8% e 31%, comparativamente a 2001 e 2000, respectivamente.

No que tange à Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, a proposta, a despeito de crescer 41% e 28%, em relação aos gastos de 1999 e 2000, apresenta uma diminuição próxima de 12% (R$769,3 milhões), comparativamente à dotação autorizada para 2001. Há que se ter em conta, porém, que essa diminuição tende a reduzir-se em vista de a análise em questão ocorrer sobre os números da proposta, sem ainda considerar os acréscimo decorrentes das emendas. Por outro lado, a variação negativa dá-se na comparação sobre valor autorizado, o qual raramente se converte em gasto na sua plenitude.

Examinada a proposta sob a ótica dos grupos de natureza de despesa, o que chama a atenção, conforme mostrado na Tabela II, é a expressiva redução em investimentos, que diminuiu 48% (R$ 1,4 bilhão), em relação a 2001, embora o valor proposto supere os gastos de 1999 e 2000 em 36% e 19%, respectivamente.

Também se aplica no presente caso a observação anterior a respeito da dotação da FUNASA. Além de a proposta ainda não considerar os efeitos das emendas, que majoritariamente se concentram em investimentos, a dotação autorizada, sobre a qual se faz a comparação, não representa gastos efetivos. Ademais, não se pode esquecer que 2001 foi um ano excepcional, em face dos recursos que puderam ser disponibilizados no atendimento às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minutinho, Sr. Relator.

Atenção, membros da Comissão. Com este, faltam três relatórios para concluirmos a leitura de todos os relatórios. Vamos dar continuidade hoje aqui. A partir de amanhã, apreciaremos os destaques. Vamos votar em globo. Quero chamar a atenção dos Parlamentares para que não saiam do plenário, pois daremos continuidade aos trabalhos.

Com a palavra o Relator.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. Desejo falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu gostaria de propor ao Relator que resumisse ou que desse como lido a matéria, já que distribuiu cópias para todos, a fim de ganharmos tempo. Desejo saber se o Plenário concorda com isso.

(Não identificado) - Não há concordância não, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação a V.Exa. São 21h30min. Já fiquei nesta Comissão 32 horas ininterruptas. Então, não é medo de trabalho, mas é absolutamente, desculpe, insano que votemos os três relatórios mais complicados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não vamos votar nada, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Votar não, discutir, emendar. Discutir os três grandes relatórios hoje, para amanhã, às 9h, começarmos a votar. Isso é absolutamente insano. Ainda somos seres humanos. Amanhã vamos passar o dia inteiro votando, trabalhando, e os colegas querem que fiquemos hoje até as 2 ou 3 horas da manhã também?

(Não identificado) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Infelizmente, não concluiremos os trabalhos esta semana se não fizermos esse esforço, nobre Deputada.

Pergunto ao Plenário se concorda com que o Relator abrevie seu relatório, que é longo demais e todos já receberam uma cópia, para facilitar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Quero concordar com a Deputada Laura Carneiro. Essas matérias são complexas, longas. Acho correto que apreciemos agora à noite o relatório da área de saúde. Agora, sinceramente, apreciar o relatório, apresentar destaques, debater com o Relator... É uma matéria complexa para quem já teve uma jornada pesada. O correto seria que nós, amanhã de manhã, trabalhássemos os dois outros relatórios Não me parece razoável que trabalhemos temas tão complexos e importantes a toque de caixa, prejudicando a qualidade do nosso trabalho. Esta é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos tocando até onde pudermos. Vamos procurar ser ágeis, rápidos e seguir até onde for racional.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Gostaria de lembrar aos companheiros que já estamos com nosso cronograma atrasado, temos uma convocação do Presidente da Comissão para trabalharmos aqui quinta-feira e sexta-feira — neste último dia, até a noite provavelmente —, temos que votar os relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - E o sábado também.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É, no sábado também. E vejam bem que quando formos votar os destaques toda a discussão será feita novamente. Então, é muito importante que adiantemos o serviço para os próprios Relatores- Setoriais, tendo encerrado o prazo de destaque, para que eles possam se preparar para a votação que acontecerá quinta-feira, sexta-feira e sábado. Portanto, gostaria que discutíssemos hoje os três relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, a qualidade já está prejudicada e poderá ser prejudicada ainda mais. A pressa não está contribuindo. Poucos companheiros têm tido oportunidade e tempo — eu mesmo encontro dificuldades — de fazer uma leitura de todos os relatórios, até porque, como o relatório setorial não foi disponibilizado em meio magnético, fica difícil comparar o que foi a proposta do Governo com o que está agora sendo apresentado. Não dá para se fazer um quadro comparativo a fim de se saber qual o critério de distribuição ou de atendimento de emendas de bancadas ou de bancadas regionais ou de Comissões ou de bancadas estaduais. Não está havendo possibilidade porque não foi disponibilizado em meio magnético. Isso é um erro, porque, parece-me, a LDO exige a disponibilização do relatório setorial em meio magnético.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Todos estão na Internet.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Em meio magnético?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Todos estão disponíveis.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Minha assessoria está me dizendo que não estão. Na Internet, não há como puxar os dados sem filtro. Não tem filtro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Todos os relatórios.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Disponibilizados, mas não tem filtro. É como se tivesse *(ininteligível).* Não dá para filtrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos abreviar esta discussão, porque não vale a pena.

(Não identificado) - Sr. Presidente, faça uma consulta ao Plenário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O que tem, como V.Exa. disse, é o relatório pura e simplesmente. Não tem como filtrar dados, puxar relatórios comparativos. Então, por aí já está prejudicado o processo de análise. Agora, com o tempo acelerado, mais prejudicado ficaria. Seria bom votarmos hoje este relatório. Quero ir ao encontro da vontade da Deputada e do nobre Deputado do PT e dizer que amanhã retomaríamos, nem que seja necessário voltar aqui entre 25 e 30 de dezembro para votarmos o relatório final.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI - Sr. Presidente, gostaria de corroborar com o que V.Exa. acabou de falar, pedindo ao nobre Relator que acelerasse e sintetizasse a leitura, já que é longa. Eu queria propor — sem prejuízo da boa norma legislativa — que se passasse à discussão, pois o que está sendo lido é muito longo e há uma dispersão enorme. As pessoas estão saindo, voltando, conversando. Se passássemos imediatamente à discussão, ganharíamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou de acordo com V.Exa.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Atendendo à solicitação do Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, complementando a sugestão do ilustre Deputado Gerson Gabrielli, talvez V.Exa. pudesse pedir aos Relatores que abreviassem a leitura, passássemos à discussão, deixando em aberto o prazo de apresentação de destaques até amanhã num horário considerado razoável. O grande problema aqui é tempo para a elaboração dos destaques. Se V.Exa. permitisse, em acordo aqui, que os destaques de todos os relatórios fossem apresentados até as 14h de amanhã, poderíamos acelerar a leitura e a discussão, sem nenhum prejuízo de interesses.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A lei não socorre os inertes. Quem é organizado e é trabalhador já está com todos os seus destaques prontos. Quem não fez destaque até agora é porque é incompetente, não deveria nem estar aqui. Deveria estar fazendo outra coisa, porque aqui a representação do povo é uma coisa importantíssima, fundamental, e gente despreparada não deve vir para cá. Eu já vi muitos Deputados com destaque de todos os relatórios prontos. Então, vamos ouvir agora o nosso Relator-Setorial.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Santos Filho, com a palavra.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, como havíamos conversado anteriormente, dirigi-me à Mesa, oportunidade em que falei com o Presidente Aécio Neves, quando disse a S.Exa. que a pauta de hoje havia atrapalhado — e muito! — os trabalhos desta Comissão. O Presidente assegurou-me que amanhã não colocará praticamente nada na pauta no período da manhã. Creio, portanto, Sr. Presidente, que não há por que atropelar isto agora. Não vamos fazer os três...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Amanhã teremos sessão do Senado Federal pela manhã.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Então, Sr. Presidente, acho que, analisando os três relatórios mais importantes agora — desculpe-me —, não há condições de se fazer a apresentação de destaques após o encerramento da discussão. Regimentalmente, não se pode. Por que fazer isto agora com três relatórios de tamanha importância?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Vamos trabalhar, Deputado Santos Filho. Vamos ver até onde podemos ir. Vamos avaliando em conjunto. Vamos terminar esta matéria e, depois, vemos se há razoabilidade para se prosseguir.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Atendendo à solicitação do Sr. Presidente, vou procurar sintetizar a leitura do nosso relatório, tendo em vista o avançar da hora.

Item 5. Das Emendas

Ao Ministério da Saúde, foram apresentadas 2.135 emendas, sendo 1.865 ao Fundo Nacional de Saúde e 270 à Fundação Nacional de Saúde. O total dos pleitos atinge a cifra de R$ 5,4 bilhões, assim distribuídos:

- Deputados Federais, 1.863 emendas, no valor total de R$ 273 milhões;

- Senadores, 195 emendas, no valor total de R$ 29,3 milhões;

- Bancada Estadual, 73 emendas, no valor total de R$ 4.1 bilhões;

- Comissão da Câmara dos Deputados, 2 emendas, no valor total de R$ 780 milhões; e

- Comissão do Senado Federal, 2 emendas, no valor total de R$ 207 milhões.

Repetindo tendência de anos anteriores, verifica-se, conforme mostrado na Tabela VI, que mais de 80% das emendas apresentadas ao setor estão concentradas no programa Qualidade e Eficiência do SUS, o que evidencia que a grande demanda dos Estados e Municípios é com a ampliação e modernização de sua rede de atendimento. Em segundo lugar, aparece Saneamento Básico, com 12% do total de emendas e 28% do valor total pleiteado.

O exame prévio revelou que 26 emendas, das quais duas de bancada estadual, foram apresentadas à FUNASA para ações de saneamento básico em Municípios com população superior a 30 mil habitantes, o que está em desacordo com a PPA 2000/2003, conforme relatado no item 2.6 deste Relatório. A fim de não prejudicar tais proposições, haja vista que o art. 21 da Resolução nº 1, de 2001-CN, veda a aprovação de emendas incompatíveis com o PPA, procedemos a transferência das mesmas para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, em face de ser unidade orçamentária que também executa ações de saneamento, sem as restrições mencionadas. Tais emendas encontram-se discriminadas no Anexo I.

Por outro lado, recebemos a emenda da Área Temática X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano e a emenda da Área Temática VIII - Previdência, Assistência e Trabalho, ambas indevidamente apresentadas aos referidos setores.

Em cumprimento ao disposto nos itens 18.4.7 e 18.4.8 da Parte Especial do Parecer Preliminar, registre-se que tanto na proposta orçamentária do Ministério da Saúde quanto nas emendas apresentadas ao Setor, não foi identificada consignação destinada a obras nas quais o Tribunal de Contas da União tenha identificado indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário.

Salientamos que, para o acolhimento das emendas, foram feitos alguns ajustes e correções para melhor adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua execução. Assim, foram realizadas adequações de subtítulo, de GND, de modalidade de aplicação e de metas.

Dentre os ajustes efetuados, vale destacar:

Reforma com recursos de investimentos;

Mais de uma ação como objeto;

Subtítulo com mais de um beneficiário ou área geográfica;

Construção em entidade privada;

Subvenção social a título global;

Adequação de metas;

4.1. Dos cancelamentos setoriais no atendimento das emendas

Esta Relatoria buscou dar cumprimento ao item 22 da Parte B do Parecer Preliminar, que trata do cancelamento prévio linear de 10% das dotações consignadas no grupo 'Investimentos' (GND 4).

4.2. Do acolhimento das emendas

No atendimento das emendas individuais e coletivas foram mobilizados R$ 729,7 milhões, sendo R$ 107,8 milhões originários de remanejamento no âmbito da programação do próprio Ministério da Saúde, conforme relatado anteriormente, e R$ 621,7 milhões disponibilizados pela Relatoria-Geral, oriundos da Reserva de Contingência e da reestimativa de receitas.

No que se refere às emendas individuais, com exceção da de nº 33530001, cujos recursos que lhe seriam destinados foram transferidos para a de nº 33530004, a pedido do próprio autor, todas as demais foram aprovadas nos valores solicitados, o que implicou a utilização de R$ 298,1 milhões dos recursos da Área Temática.

4.3. Critérios no atendimento das emendas coletivas.

O atendimento de emendas coletivas envolveu recursos da ordem de R$ 431,6 milhões, dos quais R$ 294,1 milhões (69%) foram alocados em emendas de bancada, e R$ 134,7 milhões (31%), em de Comissão.

Os recursos destinados a Bancadas Estaduais (Anexo II) foram distribuídos segundo o seguinte critério:

1/3 proporcionalmente à população dos Estados;

1/3 proporcionalmente ao inverso da renda **per capita** de cada Unidade da Federação; e

1/3 proporcionalmente à quantidade de emendas de cada bancada apresentadas ao setor.

Adicionalmente, estabeleceu-se o piso de R$ 2 milhões por emendas atendidas.

Quanto às emendas de Comissão, prevaleceu o critério do mérito, após ouvir a todos que me procuraram, procurando dar um tratamento equilibrado às duas Comissões que ofereceram emendas à programação do Ministério da Saúde.

6. Indicação ao Relator-Geral

Conforme discorremos no item 2.6 do presente Relatório, a proposta contempla dotação para o Distrito Federal em ações do programa Saneamento Básico, o que se mostra incompatível com o PPA 2000/2003, recentemente revisado.

Com o intuito de se corrigir a inadequação sem penalizar, contudo, o Distrito Federal, privando-o de ações de indiscutível importância na saúde preventiva, com grande reflexo nos índices de mortalidade infantil, este Relator optou em não fazer os cortes desta dotação e sim indicar ao Relator-Geral a sua transferência, na íntegra reservada ao Distrito Federal, para as ações de saneamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, unidade orçamentária vinculada à Área Temática X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, haja vista que tais ações a cargo da referida Secretaria encontram-se vinculadas a outros programas para os quais não existe o impedimento mencionado.

II – Voto do Relator.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 20001-CN, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Paulo Feijó, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Vamos abrir a discussão do presente relatório. Quero afirmar aos Parlamentares presentes que a Mesa será inflexível quanto ao prazo de cinco minutos para cada orador.

Está aberto também o prazo para destaques.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO GILVAM BORGES – Sr. Presidente, por gentileza, quero me inscrever.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, caro Sub-Relator, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V.Exa., Deputado Paulo Feijó, meu amigo da representação do Estado do Rio de Janeiro, pelo relatório, um Deputado Federal de primeiro mandato que aqui se desincumbe bem da tarefa e mostra sua dedicação à causa parlamentar.

Entretanto, gostaria de fazer uma ponderação a V.Exa. não só em nome da nossa amizade, mas no do nosso Estado, Mato Grosso do Sul, um Estado carente de recursos e que precisa muito da mão do Governo Federal, dos recursos públicos federais, dos recursos da União.

V.Exa. fez um corte bastante profundo, doloroso e incisivo nas emendas que apresentamos ao Orçamento. Nós, da bancada federal de Mato Grosso do Sul, temos apenas estas duas emendas, que vão contemplar toda a saúde dos 77 Municípios do nosso Estado: Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS, Construção e Reforma e Equipamento de Unidades de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentamos uma emenda no valor de R$ 30 milhões para contemplar todos os 77 Municípios do Estado. Entretanto, V.Exa. deixou esta emenda com recursos por volta de R$ 3 milhões, apenas 10% do valor que havíamos solicitado. Uma outra emenda é Assistência Financeira à Manutenção de Unidades de Saúde do SUS, Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde do Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, V.Exa. deixou com apenas R$ 2.614.700,00. Sr. Sub-Relator, V.Exa. tem que levar em consideração que essas duas emendas destinam-se a atender a todas as unidades de saúde do Estado.

Então, apresentamos dois destaques aqui. É claro que colocamos a recomposição integral dos valores, mas não temos essa esperança, até porque compreendemos a dificuldade que tem V.Exa. de ter poucos recursos para dispor a todas as Unidades da Federação. Gostaria que V.Exa. levasse em consideração uma dessas emendas, exatamente a que trata de aparelhamento das unidades de saúde. Fazemos menção especial a ela porque já a consignamos no Orçamento da União em anos anteriores e conseguimos a liberação de recurso, um total de R$ 8 milhões, para a construção da Santa Casa de Dourados, em Mato Grosso do Sul, minha cidade. Sua edificação está praticamente concluída, faltando agora os equipamentos. Então, não é justo que tenhamos feito tanto esforço para construí-la e agora não tenhamos recursos para equipá-la. Não podemos fazer desta obra um elefante branco, pois lá foram empregados recursos públicos da União.

Assim, gostaria que V.Exa. levasse em consideração esse aspecto para que possamos, a partir do ano que vem, fazer daquela obra a realização de um sonho de toda uma comunidade que quer ver sua Santa Casa, seu Hospital Geral funcionando. Além de atender a todos os pacientes do SUS e a famílias carentes com atendimento público, gratuito, de qualidade, com a Santa Casa de Dourados estaremos consolidando a Cidade Universitária, já que temos o curso de Medicina, e ela estará perfeitamente integrada à comunidade acadêmica na nossa região.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de apresentar sugestões concretas, eu gostaria de abordar três questões fundamentais do relatório. Uma diz respeito à Emenda Constitucional da Saúde. Trata-se da Emenda nº 29. Acho que o Relator levantou os entendimentos sobre a interpretação tanto de um lado quanto de outro; portanto, tanto a interpretação do Ministério quanto a da área econômica do Governo e do Ministério da Saúde. É evidente que, se aprovamos aqui essa emenda, seu objetivo é melhorar o aporte de recursos para a saúde, e consideramos que uma diferença de R$ 1 bilhão, 751 milhões não é pouca coisa do ponto de vista da saúde. Acho que, ao apresentar as interpretações, o Relator ficou com aquela que sua margem de manobra do Orçamento permitia. Então, terminou ficando com a interpretação da área econômica do Governo com relação à questão da emenda constitucional da saúde. E disse, inclusive literalmente, em seu relatório:

Não obstante a importância do tema, entende este Relator que qualquer discussão neste momento no sentido de se rever a interpretação do Poder Executivo, além de esbarrar na efetiva falta de recursos para implementá-la, não teria qualquer efeito prático.

Vejam bem, acho que, ao apresentar aqui as sugestões e dizer que não dispõe de recursos para contemplar a interpretação, que, a nosso ver, é correta,

do valor para nossa emenda constitucional, o Relator poderia deixar em aberto a questão para que o Relator-Geral a examinasse. O Congresso não pode abrir mão dessa possibilidade. Pode ser que o relatório setorial não permita fazer essa interpretação que assegure a mais para a saúde esse valor de R$ 1,7 bilhão, pois se trata de muito recurso. Então, o primeiro ponto é esse. E o efeito prático vem no sentido de ser um valor muito significativo para ampliar os recursos da área de saúde. Portanto, creio que, nesse caso, o Relator-Geral teria que examinar a possibilidade de esse recurso, de fato, ser para a saúde, por se tratar de uma necessidade.

A outra questão que eu queria levantar é com relação à CPMF. Do jeito que esta, sem a aprovação de sua prorrogação, todas essas fontes CPMF são fontes de risco, pois não temos garantia e segurança. Então, pelo menos R$ 6 bilhões desse Orçamento estariam incluídos nessa fonte de risco.

Examinando vários Estados, na minha opinião, o risco deveria ser visto como um risco para todos, mais eqüitativamente. Poderíamos pegar um Estado com mais emendas e que estão com essa fonte e outros que não têm nenhuma emenda com a fonte CPMF. Por coincidência, inclusive, há muitos Estados, como Goiás e São Paulo, ligados ao PSDB. Seguramente, por coincidência. Não é por nenhuma indicação do Relator com relação a isso. Mas acho que esse risco teria que ser para todos, pois não há como termos a garantia, a segurança, de que a CPMF estará assegurada. A meu ver, este é um aspecto importante para que todos os Parlamentares, todas as bancadas tenham a possibilidade real de poder contar ou não com essa fonte da CPMF.

O terceiro aspecto, Sr. Presidente, Sr. Relator, é com relação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O prazo de V.Exa. terminou, Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ - Eu já estou concluindo, Sr. Presidente, só falta um aspecto e eu vou apresentar duas emendas objetivas. Esta última é muito importante — V.Exa. vai concordar comigo. Trata-se dos recursos destinados aos hospitais universitários — a assistência financeira aos hospitais universitários.

Sr. Relator, esta emenda da Comissão de Seguridade, no valor de R$180 milhões, era a emenda que precisava — esta foi a análise da Comissão de Seguridade Social — para dar o oxigênio a fim de não matar definitivamente os hospitais universitários. E V.Exa. destinou R$ 4,5 milhões para os hospitais universitários. Não sei se essa é uma política — gostaria até que V.Exa. nos explicasse —, pois significa o fechamento de dezenas de hospitais universitários no Brasil, os quais atendem a milhares e milhares de pessoas carentes, onde são treinados os nossos estudantes; são hospitais também de ensino e não poderiam receber um tratamento desse.

Causa-me surpresa também quando comparo com as outras emendas da seguridade — chamo a atenção e peço silêncio ao Plenário —, porque, por exemplo, V.Exa. destinou para uma fonte privada, que é essa parte de reaparelhamento, R$ 32 milhões. Então, é uma desproporção enorme: para os hospitais universitários são destinados 4,5 milhões e para uma fonte privada, 32 milhões?! Ou é uma política deliberada; fecha os hospitais universitários, está determinado isso, e vamos passar dinheiro para a área privada, ou vamos fechar os hospitais de ensino do Brasil, que são os que pesquisam, que são os hospitais de excelência. Todos eles estão em desespero.

A Comissão de Orçamento pede R$ 180 milhões, e se destina R$ 4,5 milhões. Este é um ponto inaceitável, para o qual chamo a atenção dos nossos pares. Os hospitais universitários não podem receber esse tratamento, enquanto há emenda para a área privada da saúde no valor de R$ 32 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, V.Exa. já extrapolou o tempo em três minutos.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Como o meu tempo já estourou, faço só duas propostas muito concretas. Primeiro, estamos apresentando um destaque para recompor essa emenda dos hospitais universitários. Essa é uma emenda para a qual peço a vênia do nosso Relator, a sensibilidade deste Plenário. É uma questão de responsabilidade para com nosso País, para com a formação dos recursos humanos na área da saúde e para com a assistência a milhares de pessoas que não podem pagar para receber tratamento no Brasil.

O que estou dizendo é tão verdadeiro que em outro destaque que apresentamos, a bancada do Distrito Federal ofereceu emenda para destinar recursos para o Hospital Universitário de Brasília, que atende a 30 mil consultas por mês — vejam bem, 30 mil consultas por mês! Gente do Brasil inteiro vem a Brasília para ser atendida naquele hospital. Se se fechar um hospital desse, iremos implodir nossa rede hospitalar.

A bancada do Distrito Federal apresentou também uma emenda. V.Exa. destinou apenas R$ 1,7 mi-

lhão para esse hospital, e estamos apresentando sugestão, para recompor, a fim de que esses recursos cheguem a R$ 4 ou R$ 5 milhões no caso desta emenda específica. Estamos falando de um hospital de referência nacional, que realiza atendimentos, no ano 2000, por exemplo, da ordem de 665 mil consultas ambulatoriais, 118 mil atendimentos de emergência, 3.301 atendimentos no centro obstétrico, 561 mil exames complementares, 11 mil internações. Fechar uma instituição como esta significa um desastre para a população.

Em se tratando do orçamento da saúde, é preciso atenção especial para o que é coletivo, para o que atende a pessoas carentes e que ainda é de qualidade no serviço público, que são os hospitais universitários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, V.Exa. já extrapolou seu tempo.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ - Peço desculpas a V.Exa., Sr. Presidente, e agradeço-lhe a tolerância. Mas esses temas são muito importantes, e eu gostaria de contar com compreensão e maior atenção. Sei que é difícil, com pouco recurso, mas nosso Relator é sensível e dará atenção a esses dois pontos dos quais estou tratando: os hospitais universitários e a questão política, assunto de que falei na minha introdução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou cortar o microfone de quem exceder o tempo daqui para a frente. Serei inflexível; senão, não vamos terminar este trabalho em tempo hábil.

Com a palavra o Dr. Benedito Dias.

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS – Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Paulo Feijó, parabenizo V.Exa. pelo trabalho que tem realizado nesta Comissão.

Nesta oportunidade, gostaria de falar das nossas emendas. Apresentei um destaque, que solicito seja anotado, o Destaque nº 03. Estamos construindo no nosso Estado, Amapá, o Hospital do Câncer. Apesar de não constar do subtítulo como Hospital do Câncer, fica subentendido que o recurso é para isso. Na minha justificativa, mencionei esta obra, que já está sendo realizada.

No ano passado, destinei R$ 3 milhões e já se pôde dar início à obra, de extrema necessidade para o nosso Estado, já que hoje há em torno de 600 mil habitantes no Estado do Amapá. E onde este povo é tratado? No Estado do Pará, só existe um centro de tratamento de câncer, o Instituto Ofir Loiola.

Imaginem agora como o Estado do Pará vai dar assistência à sua população e à do Estado do Amapá!

Peço a V.Exa., Sr. Relator, que analise com carinho este Destaque nº 03, que foi contemplado com apenas R$2,2 milhões. No destaque, estamos pedindo um complemento de R$ 10 milhões, para que consigamos terminar a obra e equipar o hospital, mesmo que não totalmente, mas pelo menos em parte.

Em nome do povo do Amapá e da cidade de Macapá, gostaria que V.Exa. nos prestigiasse complementando este recurso para a entidade.

Era o que queria dizer. Não me vou alongar, pois já estamos cansados. O mais importante é isso.

Parabéns, Sr. Relator. Que V.Exa. nos olhe com carinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, conheço muito bem V.Exa. e sei da preocupação que, como médico, tem com a saúde pública, principalmente neste momento em que existe uma polêmica em torno da PEC da Saúde.

Tenho certeza de que V.Exa., com os recursos que recebeu, estabeleceu critérios técnicos. É pouco? É, mas, infelizmente, os recursos são poucos — o lençol é pouco: quando cobre a cabeça, descobre os pés; quando cobre os pés, descobre a cabeça. Mas, mesmo assim, dentro das limitações de V.Exa., eu queria, em nome da Paraíba, pedir a V.Exa. que visse os destaques que nós, da bancada, estamos apresentando, para que V.Exa., se não atender o tanto, atender o quanto.

Era essa a minha participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a V.Exa. paciência, pois tenho de falar em nome da Comissão de Seguridade e em nome da bancada do Rio de Janeiro. Inicialmente, vou falar em nome da Comissão de Seguridade, que tenho a honra de presidir.

Nós apresentamos, por meio da Comissão, duas emendas. Como Presidenta da Comissão de Seguridade Social e Família, parabenizo o nobre companheiro e amigo Paulo Feijó pelo relatório que produziu. V.Exa. acatou a emenda que tratava do aparelhamento e adequação das unidades de saúde a que se referiu o Deputado Agnelo Queiroz.

Eu gostaria de explicar ao Plenário a importância da aprovação desta emenda. Na verdade, parte desses recursos, Sr. Presidente, nobre Relator, será utilizada na composição que está sendo feita entre o comando de greve da saúde e o Ministério da Saúde para que possamos terminar a greve desse setor.

Então, por meio da emenda apresentada pela Comissão de Seguridade Social e Família — e, por isso, eu a destaquei —, além de tentar, de alguma maneira, auxiliar unidades públicas e filantrópicas de saúde do País, também vamos viabilizar o acordo para o fim da greve no setor.

Por outro lado, nobre Relator, faço um apelo em nome da Comissão de Seguridade Social: no total, há 45 hospitais universitários, com 10.031 leitos. E a emenda foi feita, rigorosamente, de acordo com o critério estabelecido pelos reitores dessas 45 unidades. Portanto, mais nacional do que essa emenda é impossível. São percentuais estabelecidos pelos próprios reitores, para que sejam divididos pelos valores que V.Exa. ampliar. Efetivamente, foram R$ 4,5 milhões, o que seria absolutamente impossível, pois o pleito das universidades era de R$ 189 milhões. V.Exa. recebeu documentação referente ao assunto, mas posso encaminhá-la novamente em alguns minutos, com todas as subdivisões, por Estado e por universidade.

Sr. Relator, gostaria de parabenizá-lo pela apresentação da emenda da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. V.Exa. destinou ao Hospital Sara, ou seja, às Pioneiras Sociais, R$ 21 milhões. Pedi a V.Exa. que ampliasse o valor da emenda em apenas R$ 2 milhões, porque, na verdade, a obra custa R$ 23 milhões e 500 mil.

Nobre Relator, vou falar sucintamente em nome da bancada do Rio de Janeiro, da qual V.Exa. faz parte. Desde já, parabenizo V.Exa. por ter estabelecido esse critério. Por outro lado — e é bom que diga claramente —, na qualidade de coordenadora da bancada, a exemplo do Relator, sinto-me absolutamente constrangida pelo fato de V.Exa. ter aprovado R$ 2,5 milhões do total pedido pela bancada do Rio de Janeiro. Nós apresentamos cinco emendas, e sabe V.Exa. que o Rio de Janeiro tem a maior rede hospitalar do País. Talvez poucos Estados brasileiros tenham tantas necessidades na área de saúde como nós temos. Cito como exemplo a região que V.Exa. representa, a mais pobre do Estado, para a qual foi aprovada emenda de R$ 3 milhões.

Por exemplo, para a área de traumaortopedia, composta por cinco hospitais, entre eles a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação — ABBR, o Hospital Anchieta e o HTO, V.Exa. aprovou apenas R$ 2,5 milhões; para equipamentos, V.Exa. aprovou R$ 2 milhões; e para construção e equipamentos para todo o Estado do Rio de Janeiro, R$ 7 milhões.

Entendo que faltam recursos, mas espero que amanhã — e aí falo um pouco da PEC nº 29 — a Comissão de Constituição e Justiça aprove a questão de ordem levantada pelo Deputado Ursicino Queiroz, em nome da Frente Parlamentar da Saúde, o que, provavelmente, possibilitará a disponibilização de muitos outros recursos para V.Exa.

Desde já, faço um apelo a V.Exa., em nome do seu Estado, sabendo da virtudes de ter atuado de forma absolutamente igual em relação a todos os Estados. É absolutamente impossível para a bancada do Rio de Janeiro ser atendida em apenas R$ 2,5 milhões, tendo em vista o total dos pleitos, incluídos em cinco emendas apresentadas.

Nobre Relator, com todo o carinho que V.Exa. merece, pessoalmente, peço que reveja as emendas da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e as da bancada do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agora ouviremos as palavras abalizadas do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Relator, vários Parlamentares que me antecederam na tribuna fizeram um apelo a V.Exa., que cabe a mim reforçar.

Há muitos anos, mesmo antes de assumir o mandato de Deputado Federal, tenho acompanhado a luta pela aprovação de uma emenda constitucional. Hoje, observo que a Emenda Constitucional nº 29 não está sendo atendida. A partir do relatório de V.Exa., fica a diferença de R$ 1,3 bilhão. Quando foi votada a LDO, procuramos fazer a correção. Naquele momento, a Relatora disse que a correção seria feita por ocasião da votação do Orçamento. Foi o que procuramos fazer.

Nos debates ocorridos na Comissão de Seguridade Social e Família, uma das nossas grandes preocupações era esse assunto. Tanto que, conforme disse a Deputada Laura Carneiro, na nossa Comissão é unânime a opinião de que há necessidade de aprovar a emenda. E apresentamos as emendas da Comissão de Seguridade Social — V.Exa. pode observar — num valor relativamente elevado. O objetivo era facilitar o trabalho de V.Exa., ou seja, contemplar a Emenda Constitucional nº 29.

Quanto aos hospitais universitários, cujo trabalho acompanhei desde o início junto com a Deputada Laura Carneiro, o montante de recursos foi elevado em virtude de haver 45 unidades no País. V.Exa. sabe que não só no Rio de Janeiro, mas em qualquer Estado brasileiro, o hospital universitário é referência para toda a região. Cito como exemplo o Estado do Paraná, cujos hospitais universitários são referência também em parte do Estado de Santa Catarina. Em reunião com os reitores e diretores, todos disseram que os R$ 180 milhões aprovados diminuirão as dificuldades desses hospitais. E essa correção não se dá apenas para o próximo ano. Eles chegaram a dizer que ficarão com a situação financeira tranqüila e equilibrada por quatro ou cinco anos. Então, é importante aprovarmos os R$ 180 milhões.

Também quero chamar atenção para a preocupação que tivemos na Comissão de Seguridade Social em atender aos pleitos das unidades do SUS, necessidade nacional. Por isso, apresentamos emenda no valor de R$ 600 milhões. Estamos vendo que ela não foi atendida. Sabemos que, se V.Exa. aprovar essas emendas, facilitará muito o atendimento da Emenda Constitucional nº 29.

A exemplo da Deputada Laura Carneiro, chamo atenção para o Estado do Paraná. Estamos apresentando destaques no sentido de que seja atendido com recursos para propiciar melhores condições de atendimento na área de saúde.

Então, um dos apelos que faço a V.Exa. é no sentido de aprovar as emendas relativas aos hospitais universitários; o outro é no sentido de que este Parlamento não deixe de aprovar a Emenda Constitucional nº 29, pois nós a aprovamos, se não me falhe a memória, por unanimidade, com apenas dois ou três votos contrários. Agora cabe a nós fazer com que ela seja adequadamente cumprida por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, muito obrigado. Meu querido Paulo Feijó, o Amapá se solidariza com V.Exa. no que se refere aos irresponsáveis ataques do Governador Anthony Garotinho contra a sua pessoa. Sabemos que V.Exa. é um Deputado atuante.

Sr. Presidente, a bancada do Amapá tem três emendas. Uma delas é a Emenda nº 36.091, de R$ 10 milhões — não é de R$ 180 milhões, a exemplo do que pedem alguns Parlamentares do Rio de Janeiro; nós pedimos muito pouco —, para drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária no Amapá.

A outra emenda, Deputado Paulo Feijó, também é de R$ 10 milhões, para implantação, aparelhamento e equipamento de unidades de saúde, do nosso querido Deputado Dr. Benedito Dias. Na qualidade de coordenador de bancada, pleiteio esses R$ 10 milhões, para a continuidade das obras do Hospital do Câncer.

E a terceira emenda é de R$ 10 milhões e 500 mil, para retificação e revestimento de córregos em áreas endêmicas do Estado do Amapá.

O Amapá agradece a atenção de V.Exa., nobre Relator. Pedimos para as emendas de bancada R$ 30 milhões, divididos entre três, indicações de Parlamentares que compõem a bancada do Estado.

O meu gabinete e o Senado Federal estão à disposição de V.Exa. Quando o Governador Garotinho colocar os pés aqui, vamos conversar seriamente, pois sei que ele é adversário de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Senador, tenho certeza de que suas palavras serão consideradas pelo Relator.

Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Sr. Relator, também quero registrar minha preocupação com a situação dos hospitais universitários.

Vários Parlamentares já disseram que é questão central do debate sobre a saúde a implementação de políticas públicas que melhorem os serviços do setor e que os hospitais universitários brasileiros exercem papel importante e estratégico.

Sobre Brasília, alguns números foram apresentados pelo nobre Deputado Agnelo Queiroz. V.Exa. ouviu que nossos hospitais atendem à população do Distrito Federal, do Entorno e do País. Portanto, o apelo que fazemos a V.Exa. é no sentido de acatar o destaque que apresentamos em relação ao Hospital Universitário do Distrito Federal, que atende a 30 mil pessoas por mês.

Da mesma forma, a nossa bancada apresentou emenda para contemplar a Rede Sarah do Distrito Federal, que também atende a pessoas de todo o País. Sei das dificuldades de V.Exa., nobre Relator, sei que os recursos são poucos, mas apelamos a V.Exa. no sentido de que aprove essas emendas.

Sr. Relator, vou citar alguns exemplos: a cidade-satélite de Ceilândia tem 400 mil habitantes; Taguatinga tem 250 mil habitantes; Sobradinho tem mais de 150 habitantes, mas não têm condições de

oferecer atendimento materno-infantil. O atendimento ao pedido da bancada do Distrito Federal, embora compreendamos a dificuldade de V.Exa., Sr. Relator, ficou muito aquém do que esperávamos.

Então, apelamos para que V.Exa. reveja esses três destaques apresentados pela bancada do Distrito Federal. Lembramos que a primeira ação dos Prefeitos de vários Estados — Minas Gerais, Goiás, Bahia, Piauí, entre outros —, quando eleitos, é comprar ambulância para mandar as pessoas a Brasília. Repito: a nossa rede pública de saúde atende também a população do Entorno, que tem mais de 1 milhão de habitantes, e de todo o País.

Portanto, esse é o nosso apelo, em nome da população e da bancada do Distrito Federal, bem como das pessoas que vêm de todos os cantos do País se tratar na nossa rede pública de saúde.

Parabenizo V.Exa., Sr. Relator, pelo trabalho e pelo esforço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero advertir os presentes que só podem ocupar as bancadas os Parlamentares. Nem assessores, nem parentes de Deputados e Senadores estão autorizados a ocupá-las. Peço aos presentes que não são Parlamentares que deixem os lugares ocupados.

Com a palavra a Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, apresentei duas emendas de bancada do Estado do Acre.

Na qualidade de coordenadora-adjunta da bancada, gostaria de chamar a atenção do nosso Relator para essas duas emendas. Uma diz respeito à construção e ampliação ou à melhoria do sistema de coleta e de tratamento de esgotos sanitários, para controle de agravos, de execução do Estado. Tal emenda recebeu R$ 3 milhões e 598 mil.

Nessas condições, Sr. Relator, gostaria de apelar para a sensibilidade de V.Exa. no sentido de que reveja o atendimento da emenda, uma vez que o Governo do Estado desenvolve várias ações de melhoria do sistema de água e de esgotamento sanitário dos 22 Municípios do Acre.

Estou vendo aqui, pelas diferentes fontes em que V.Exa. foi buscar os recursos, a dificuldade encontrada para fechar o relatório. Apelo, mesmo assim, para que o valor da emenda seja aumentado.

A outra emenda para a qual chamo atenção diz respeito à cidade de Rio Branco, Capital do Estado, onde se concentram mais de 50% da população. Com uma periferia de grandes proporções, a Grande Rio Branco é absolutamente carente. Os níveis de esgotamento sanitário são ínfimos, o número de famílias com abastecimento de água também é muito pequeno e a mortalidade infantil é grande. Por essas razões, também, faço esse apelo a V.Exa.

Rio Branco recebeu de início 3 milhões, 586 mil, não tão pouco quanto o Estado, porque o valor destinado ao Estado seria para atender os 22 Municípios. No entanto, Rio Branco, como disse, concentra população bastante grande. Assim, pediria a V.Exa. que, por gentileza, anotasse o número do destaque que apresentei, que é o 027, relativo a essa emenda, e verificasse a possibilidade de ampliar o valor a ela destinado o máximo possível. Esteja certo de que, se for preciso o nosso apoio para que V.Exa. consiga mais limites junto ao Relator-Geral, estaremos ao seu lado para lutar por isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada do Estado de Goiás apresentou emenda para implantação, aparelhamento e adequação de unidades do SUS. Trata-se do Destaque nº 092. Para não me alongar na explanação, gostaria de salientar a V.Exa. a importância, para o Estado de Goiás, do atendimento do nosso destaque por parte de V.Exa. Temos uma grande carência no Estado na área da saúde e, como dizia há pouco o Deputado Pedro Celso, muitos Municípios de Goiás utilizam ambulância para trazer doentes a Brasília. Com esses recursos, se conseguirmos aparelhar e adequar os nossos hospitais, com certeza os nossos Municípios terão condições de dar às pessoas que necessitarem o devido atendimento à saúde. Portanto, peço a V.Exa. atenção especial para com nosso destaque, pois assim poderemos suprir a grande necessidade que temos no nosso Estado. O Destaque, repito, é o de nº 092.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, em parte já fui contemplado com a fala do Deputado Marçal Filho em relação a Mato Grosso do Sul. Temos emenda de bancada e queria apenas fazer uma ressalva no seguinte sentido: a Santa Casa de Dourados, no Mato Grosso do Sul, estava com um problema muito sério, quando da eleição do Governo Popular naquele Estado, pois houve desvio de verbas no valor de 1 milhão e 700 mil reais. Assim, o Governo

do Estado do Mato Grosso do Sul teve de bancar esse valor que foi literalmente desviado. Até hoje, ninguém sabe onde foi parar esse dinheiro do Governo passado.

O Estado teve que bancar 1 milhão e 700 mil, em função de já ter recursos alocados que não poderiam ser novamente colocados no empreendimento devido, à situação instalada. Como o Governo do Mato Grosso do Sul bancou aquele valor, a obra da Santa Casa pôde efetivamente continuar e hoje está faltando muito pouco para o término do prédio. Porém, evidentemente, o aparelhamento do prédio é necessário. Apresentamos a emenda de bancada e também tenho destaque, o qual gostaria fosse atendido. É claro que em função das suas limitações talvez não dê para atender a toda a nossa solicitação, mas seria de bom grado que V.Exa. pudesse nos atender na questão específica do aparelhamento, porque, na verdade, Dourados polariza uma região com aproximadamente vinte Municípios. Com certeza, o atendimento ao pleito da Santa Casa, além de proporcionar melhores condições de atendimento médico na região, proporcionaria a retirada de parcela das pessoas atendidas em Campo Grande. Tanto é verdade que, nessa emenda de bancada, tivemos a preocupação de destinar aproximadamente um terço da verba para a Santa Casa de Campo Grande. Com esse valor, estaríamos aparelhando a Santa Casa de Campo Grande e a de Dourados. Portanto, é o apelo que fazemos. Temos certeza da boa vontade do nobre Relator em atender ao nosso pleito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, gostaria de falar ao Relator, como coordenador da bancada da Paraíba, sobre as três emendas apresentadas, sendo que sobre uma inclusive já falou o nobre Deputado Armando Abílio.

As emendas para a Paraíba ficaram muito abaixo das demais do relatório. Por exemplo, a emenda do hospital de câncer de Campina Grande ficou com apenas 2 milhões de reais. Gostaria que o nobre Relator a revisse com bons olhos. Há outras duas para atender a saneamento em pequenas localidades e nos grandes centros do Estado, como João Pessoa e Campina Grande. São pleitos legítimos. Sei que o nobre Relator tem poucos recursos para nos atender, mas a Paraíba foi um pouco, ou melhor, foi muito castigada, porque teve três valores distintos. Gostaria que o Sub-Relator fizesse um apelo ao Relator-Geral para que desse mais algum recurso para atender a esses destaques, inclusive para corrigir as distorções que há com relação a alguns Estados, como a Paraíba. Espero que o Relator seja sensível ao nosso pedido. Os representantes do Estado da Paraíba estão unidos e esperam que o Relator realmente venha a corrigir essa distorção, atendendo o nosso Estado como realmente merece. A Paraíba é um Estado pobre, diferentemente de outros grandes Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam emendas de 20 milhões, 30 milhões. Esses Estados nem deveriam precisar desses recursos, que deveriam ir todos para o Nordeste, onde realmente há miséria. É onde realmente estão instaladas no Brasil a miséria e a pobreza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator, para responder às indagações dos oradores.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pedi a minha inscrição.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mas não estou pedindo agora, foi há muito tempo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Então me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está pedindo inscrição?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pensei que já estava encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. falará no tempo devido. Pode ficar tranqüilo. V.Exa. falará no segundo tempo, o mais importante.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Está bem. Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já tinha inicialmente a certeza de que o nosso relatório talvez fosse, como está sendo, o mais frustrante, o mais decepcionante de todos, porque é na área da saúde hoje onde os Parlamentares priorizam suas emendas, posto que, historicamente, os projetos na área de saúde têm-se materializado.

Tivemos um enorme problema na feitura desse relatório, primeiramente em função da grande demanda. Logicamente sabemos que essa demanda é superestimada, mas recebemos uma demanda de 5 bilhões e 500 milhões para atender com recursos na faixa de 500 milhões, ou seja, nem 10%.

Adotamos um critério muito justo, o técnico, como foi adotado pela maioria dos relatores setoriais. Levamos em consideração a população, a renda **per capita**, o número de emendas. Então, hoje estou muito à vontade, apesar desse aparente descontentamento, para tentar justificar e defender esse relatório, por conta dos obstáculos e das dificuldades que encontramos para elaborá-lo.

A minha situação não é boa. Sou político, como todos aqui. Um político se sente muito gratificado quando pode prestar um serviço. A melhor coisa que acontece com um político é receber um pedido que pode atender. Estaria muito feliz se pudesse atender, quase que na plenitude, à maioria desses pedidos. Mas a realidade é esta que estamos vendo.

Os pleitos são mais ou menos os mesmos. O Deputado Marçal Filho, representante do Estado do Mato Grosso do Sul, pede que eu tenha todo o carinho com dois destaques que S.Exa., como também o Deputado João Grandão, ofereceram a duas emendas de bancada. É claro que teremos carinho. Vamos trabalhar com esses destaques e analisá-los. Logicamente, este debate tem essa grande finalidade. Estamos aqui ouvindo atentamente a todos, e esses pleitos e justificativas são importantes na hora de uma análise mais profunda, e serão considerados por este Relator. Estou totalmente solidário com V.Exas. Agora, vou também contar com o espírito público do nosso Relator-Geral. Não tenho dúvidas de que o Relator, sensibilizado com a situação em que estamos envolvidos, vai nos ajudar para que parte dos pleitos de V.Exas. sejam atendidos.

O Deputado Agnelo Queiroz, digno representante do Distrito Federal, médico, conhece com profundidade as dificuldades desse segmento e levanta com muita propriedade a preocupante questão dos hospitais universitários. Vamos refletir em cima dessa emenda, muito embora tenhamos atendido à segunda emenda da seguridade social com um bom pleito, apesar de que parte desses recursos seja para atendimento da greve. Mas alguma coisa dos hospitais universitários pode ser atendida também com essa segunda emenda. Há muita coisa que pode também ser atendida de outra forma. Vamos refletir, Deputado Agnelo, com todo o carinho, porque realmente ficou um pouco desproporcional. Analisando com mais profundidade, reconheço que temos de melhorar o atendimento a essa emenda, e assim vamos fazê-lo, dentro das dificuldades que iremos enfrentar. Pode ter certeza de que faremos alguma revisão nessa emenda.

Procuraremos atender as emendas da bancada do Distrito Federal, também reconhecendo essas dificuldades. Tivemos dificuldades quanto à PEC nº 29 — e V.Exa. pleiteia a receita de 1,8 bilhão —, é uma questão polêmica e atendemos com mais de 600 milhões. Vamos indicar ao Relator-Geral para ver o que podemos fazer em relação a essa situação. Mas sinto que sua preocupação maior é quanto aos hospitais universitários e às emendas de bancada, no que trabalharemos juntos.

O Deputado Benedito Dias, juntamente com o Senador Gilvam Borges, fazem também reivindicações a respeito do atendimento de emendas que já estão anotadas e serão trabalhadas.

A Deputada Laura Carneiro, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e representante das mais ilustres do Estado do Rio de Janeiro, tem acompanhado o nosso difícil trabalho e também se preocupa com a minha própria situação política naquele Estado. E eu também me preocupo. Quando fui indicado Relator da área setorial da saúde, criou-se uma expectativa muito favorável no Rio de Janeiro. A bancada priorizou essa área, locando cinco emendas e foram pedidos 700 milhões. Dentro desse critério justo, só pude atender com 18 milhões. Então, temos que trabalhar junto ao Relator-Geral para que eu também não seja crucificado no meu Estado.

Mas acredito no espírito público do Relator, justamente porque até aqui procurei ser um bom parceiro. Ao longo de todo o processo de feitura deste orçamento, não reivindiquei exageradamente, não coloquei faca em pescoço de ninguém, esperando que esse reconhecimento, num momento importante, numa área crucial, aconteça. E vai acontecer.

O Deputado Pedro Celso, brasiliense, também está preocupado com essa emenda sobre a qual iremos refletir. Faremos o possível. Pode ter certeza.

A Deputada Zila Bezerra, que não se encontra neste momento, acompanha com muita determinação a melhora de recursos nas duas emendas para o Acre.

O Deputado Alexandre Cabral, da Paraíba, juntamente com o Deputado Armando Abílio, podem ter certeza de que administraremos com o maior carinho a situação deste importante Estado na nossa Federação e atenderemos no possível a esses pleitos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos prosseguir na discussão.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Pernambuco, no ano passa-

do, apresentou três emendas na área da saúde, que somaram pouco menos de 40 milhões aprovados. É verdade que o orçamento sofreu cortes, mas o orçamento da saúde, em particular, pelos dados que temos, não sofreu, na proporção do orçamento geral, os mesmos cortes. Pelo contrário, houve até acréscimo. Para ser exato, Pernambuco aprovou, no ano passado, 36 milhões, Sr. Relator. E as três emendas que apresenta desta feita, para o Orçamento de 2002, somam cerca de 14 milhões, ou seja, um corte de dois terços em relação àquilo que foi solicitado pela bancada. Esses dados quantitativos, por si só, mostram que Pernambuco sofreu um castigo que me parece bastante desequilibrado, em detrimento das emendas do Estado relacionadas com a agricultura. Falo na condição de coordenador da bancada. Foram feitos os Destaques de nºs 30, 31 e 32, pelo Deputado Clementino Coelho, os quais procuram recuperar, total ou parcialmente, esses valores, Sr. Relator.

Pela ordem, começaria pela emenda que diz respeito ao Hospital de Urgências e Traumas de Petrolina. Se fosse aprovado pelo menos o montante de 10 milhões, acredito que poderíamos ter o hospital concluído em Petrolina, cuja renda **per capita** é menor do que a renda **per capita** média do Estado, porque está no sertão. Os 2 milhões e 900 mil aprovados impõem ainda, nesse ritmo, cerca de quatro anos para o hospital ser concluído, porque somam-se à inflação a ineficácia e a ineficiência de uma obra que se alonga muito. Então, faço um apelo a V.Exa. — o Deputado Clementino já teve a oportunidade de fazê-lo mais de uma vez, nas reuniões que tivemos — para que seja dado reforço substancial a essa emenda.

Temos na segunda emenda um programa pioneiro que está totalmente de acordo com os preceitos de defesa do meio ambiente, atacando os problemas pela raiz, que é um programa de tratamento de resíduos sólidos, nos Municípios do Estado de Pernambuco. Há uma secretaria especial em Pernambuco que tem como titular um colega nosso, não apenas de bancada e desta Casa, mas que aprendemos a respeitar no convívio nesta Comissão, o Deputado Sérgio Guerra. O corte nessa emenda também foi substancial. Quanto mais tivermos nessa emenda melhor, porque é uma emenda que visa avançar celeremente o tratamento do lixo na região metropolitana e nos demais Municípios do Estado. Não se trata de uma obra, portanto, e sim de uma política de rapidamente fazermos com que esse problema crônico seja solucionado em Pernambuco.

Na Comissão que trata da política de resíduos sólidos nesta Casa e que tem como Relator o Deputado Emerson Kapaz, o Governo do Estado teve a oportunidade de apresentar o seu projeto de tratamento de resíduos sólidos, um dos mais avançados do País. Portanto, faço também um apelo para que haja aumento nessa emenda.

Finalmente, nós temos uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Vou concluir, Sr. Presidente.

Temos uma emenda que reforça as ações de construção, de ampliação e de equipamento das unidades hospitalares do Estado, com parte da emenda destinada a entidades filantrópicas, fundamentais para o desenvolvimento e para a prestação de serviços de saúde às populações do Estado.

De todas as três emendas, essa é a que me parece mais causaria dificuldades à ação de saúde no Estado se não atendida, porque ela não abrange um hospital, mas sim trinta hospitais, entre públicos e privados. No ano passado tivemos 20 milhões aprovados e este ano a redução foi, também, substancial.

Apelo, portanto, para V.Exa. a fim de que nos auxilie nesse esforço de prestarmos em Pernambuco uma assistência à saúde de qualidade para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, gostaria de elogiar o Sub-Relator Deputado Paulo Feijó, meu companheiro de partido, pelo desempenho que teve na concepção desse relatório, um trabalho difícil de se realizar em função do pouco dinheiro. Enfim, reconhecemos que a dificuldade foi muito grande.

Fizemos questão de pedir a palavra para parabenizar o Deputado Paulo Feijó pela forma democrática com que fez esse relatório. Estamos todos discutindo a possibilidade de aumentá-lo e achamos que o Presidente desta Comissão e o Relator-Geral devem arrumar uma folga para que o nobre Sub-Relator possa aumentar um pouco os recursos destinados aos Estados, principalmente a Goiás.

Nós fizemos apenas uma emenda de bancada — eu sou coordenador da bancada de Goiás — na área da saúde, exatamente para implantação e aparelhamento de unidades de saúde em Goiás. O Estado de Goiás, como qualquer outro Estado brasileiro, tem problemas seriíssimos na área da saúde. É importante dizer que há uma reação fundamental em todo o País no que diz respeito à saúde, e notamos

que as queixas, os desacertos e, principalmente, o ralo que existia no Ministério da Saúde diminuiu muito, graças à política séria implantada pelo Ministro José Serra, pelo Sr. Barjas Negri, que tem sido uma espécie de administrador geral do Ministério da Saúde, e por toda a equipe daquele Ministério.

Creio que temos no Brasil, hoje, um Ministério da Saúde administrado de maneira absolutamente correta e séria. Até há poucos anos, tudo o que envolvia a saúde tinha uma máfia — máfia do medicamento, do equipamento, da odontologia, enfim, em todas as áreas tínhamos problemas. Era um ralo só, e o dinheiro não chegava à base. Hoje, vemos os recursos chegando, os hospitais recebendo pouco, mas recebendo em dia. Temos em Goiás demanda muito grande por unidades de saúde e carência de equipamentos para as unidades existentes. Temos unidades em pleno funcionamento, mas com equipamentos sucateados. É necessário fazer uma mudança rápida. E a tecnologia de equipamentos na área de saúde evoluiu muito rapidamente no mundo. Hoje, se o médico não estiver bem aparelhado com sua equipe, acaba não tendo bom desempenho. Precisamos aparelhar melhor nossas unidades. Por isso a bancada de Goiás fez uma emenda exclusivamente para que essa questão fosse tratada. Cada Deputado, Deputada e Senador de nossa bancada discutiu a emenda e achou que seria realmente emenda importante.

Pensávamos, inicialmente, nobre Relator, que o valor que pedíamos era um razoável, importante para que pudéssemos atender a nossa demanda nesse primeiro momento e, depois, nos anos subseqüentes, terminaríamos esse aparelhamento. Havíamos pedido 46 milhões. V.Exa. aprovou 8 milhões e 500 mil reais. Nós entendemos que essa quantia é muito tímida, por isso pedimos a compreensão de V.Exa. Fizemos o Destaque nº 00093, da Área Temática VII, e solicitamos que V.Exa. recomponha ao máximo essa verba. Não vou estipular números, porque seria uma idiotice de minha parte, e isso colocaria V.Exa. numa condição que não convém.

Peço apenas a compreensão de V.Exa., para que analise com um pouco mais de atenção a questão de Goiás, um Estado emergente, com muitos problemas, como todos os outros, mas a nossa carência é absolutamente grande. Peço, então, a compreensão de V.Exa., no sentido de que nos ajude um pouco mais nessa emenda da bancada de Goiás.

Parabéns pelo relatório. V.Exa. foi muito competente. Ninguém está reclamando de um critério injusto, mas de um critério estabelecido que, infelizmente, prejudicou a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero, na verdade, reforçar alguns destaques que a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou ao relatório. Na área da Comissão de Assuntos Sociais, a previsão para ações de saneamento em pequenas localidades está em torno de 42 milhões, e nós queremos acrescer mais 42 milhões. Entendemos que esta área tem importância imensa para resolvermos uma problemática social. A maior parte dos Municípios não tem a mínima condição de fazer investimentos nessa área, e o que vem sendo feito através da FUNASA, nos últimos anos, tem conseguido, realmente, resolver em parte essa debilidade dos orçamentos municipais. Portanto, um investimento por parte do Governo nesta área é muito relevante, por isso estamos reforçando, aqui, o aumento de 42 milhões.

Temos emenda também na área de implantação, aparelhamento e adequação de unidades do SUS. Há muitos problemas em hospitais, principalmente fundações que têm convênios diretos com o Governo, e acreditamos ser uma oportunidade reforçar investimentos para essa área. Minas Gerais é um caso concreto. Existem hospitais de pequeno porte caindo, unidades com perigo de contaminação, e não apenas um nem dois, mas vários que temos visitado na região leste de Minas Gerais. Imaginem o que acontece pelo País afora.

Portanto, acreditamos que esse destaque apresentado pelo PT amplia em mais 265 milhões de reais esta área. Quero que V.Exa. e todos os Srs. Deputados se sensibilizem. Estamos constatando que o relatório foi feito dentro de termos cuidadosos. Eu o considero um bom relatório, mas quero reforçar a idéia de que o PT apresenta esses destaques com vistas a atender, essencialmente, às áreas sociais. Por isso é perfeitamente cabível. V.Exa. haverá de concordar, para termos uma melhora nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Deputado Paulo Feijó, em primeiro lugar, quero me associar àqueles que elogiaram o trabalho bem elaborado de V.Exa., que procura traçar um diagnóstico do setor de saúde sob a ótica do orçamento público federal. Não com relação ao seu relatório, mas quanto à realidade do setor, lamento apenas a permanência da controvérsia sobre a aplicação da PEC nº 29. É uma pena que so-

bre esta Casa, que tanto se empenhou para que pudéssemos definir com clareza recursos crescentemente sustentáveis para a área de saúde, ainda paire essa dúvida acerca da interpretação da PEC. De qualquer maneira, V.Exa. salienta que apenas segundo uma interpretação das quatro possíveis a proposta do Governo atende à PEC nº 29. Com os 622 milhões de reais acrescidos por V.Exa. já dois dos critérios estariam atendidos, mas, ainda assim, temos um longo caminho a percorrer no que diz respeito a isso.

Quero destacar algo até certo ponto surpreendente: a redução considerável dos recursos para saneamento básico, área extremamente importante; e sabemos que sua solução contribuiria muito para a melhoria da saúde da população brasileira, já que boa parte das doenças são associadas à ausência de saneamento em nosso País.

Tivemos, em relação ao orçamento do ano passado, uma redução enorme e significativa: de 1 bilhão 742 milhões para apenas 972 milhões de reais; ou seja, quase a metade dos recursos anteriormente alocados.

Não estou entre aqueles que têm uma visão estreita e fechada. Temos que reconhecer que têm havido avanços na área de saúde com as contribuições do Congresso Nacional e com a atuação séria do Ministério da Saúde. Mas gostaria de ressaltar essas limitações, dentre outras, como coisas importantes a serem superadas para que possamos realizar um trabalho melhor na área de saúde.

Gostaria de me associar aos Parlamentares que tocaram na questão dos recursos para os hospitais universitários. Ressalto não apenas o número elevado de hospitais elevados nessa área — são mais de 10 mil leitos distribuídos no Brasil inteiro. Mas esses hospitais não servem apenas às universidades. São hospitais públicos que servem à população, e, em alguns lugares, eles são hospitais de referência.

Meu caro Deputado Paulo Feijó, como esses hospitais são fundamentais, fiquei feliz quando ouvi de V.Exa. a afirmação de que irá tratar com o carinho e com a importância que esse tema merece. E fiquei também satisfeito em saber que V.Exa. irá tratar o nosso Estado com uma relevância um pouco maior.

Apresentamos emendas não apenas porque V.Exa. é Relator quanto a este tema, mas também porque sabe das carências da saúde no Rio de Janeiro. De um lado temos, uma rede grande na capital, mas absolutamente desestruturada, e, de outro lado, temos a Baixada Fluminense e o interior do Estado do Rio de Janeiro com carências enormes de atendimento hospitalar, ambulatorial e primário na área de saúde.

Então associo-me aos Parlamentares e peço a V.Exa. que dê atenção especial a essas cinco emendas da bancada do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, associo-me também aos companheiros que disseram do detalhado trabalho do Relator, que aponta necessidades e distorções na análise da proposta.

Entre essas, há a redução de 48% dos investimentos no setor de saúde, principalmente em saneamento básico e na qualidade e eficiência do SUS, o que, sem dúvida nenhuma, virá prejudicar, amanhã, o setor saúde. Há um crescimento populacional natural e um decréscimo nos investimentos e na geração de novos leitos hospitalares e na instrumentalização dos hospitais.

Chamo a atenção para um fato: das fontes condicionadas da CPMF, 955, combate à pobreza, temos 4,9 bilhões de fontes condicionadas. Em 2001, tivemos o orçamento de 26 bilhões. Agora temos 27,6 menos 4,9, então estamos, na verdade, com 22,7 bilhões; o resto é fonte condicionada — ou seja, isso vai nos obrigar a aprovar CPMF e o Fundo de Combate à Pobreza, senão ficaremos com menos 3,5 bilhões a menos do que no ano passado.

Criamos os fundos para melhorar a situação da saúde, mas o Governo, quando cria um fundo, conta com aquele dinheiro e lhe tira outras fontes. Por isso a saúde nunca avança no processo.

Daí a Emenda nº 29, que propõe tenhamos uma base móvel, que o Governo interpreta como base fixa em 99 do PIB mais já a variável do PIB, para exatamente fazer esse ajuste permanente. Mas o Governo prefere ainda tirar dinheiro da saúde para pagar juros e, aliás, os mais altos do mundo.

Então, V.Exa. não tem culpa disso, mas é importante registrar que o Governo não prioriza a saúde nem a educação, nem coisa nenhuma, a não ser os juros do sistema financeiro.

Sugiro a V.Exa., Sr. Presidente, que desse uma atenção a esse detalhe, pois é importante. Na distribuição dessas fontes condicionadas, gostaria que V.Exa. adotasse o critério proporcional por Estado; ou seja, tem Estado que não tem nenhum um recurso e outros que têm, e em grande parcela. Então um crité-

rio na distribuição das fontes é que seja proporcional aos recursos alocados para cada um dos Estados.

Queria que o Sr. Relator adotasse esse critério porque, assim, todos os Estados correriam o risco de... Amanhã, essas fontes condicionadas, que só serão aprovadas no ano que vem, só valerão para outubro e novembro, quando já estará difícil de ser liberar recursos em função de ser um ano eleitoral e por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, esse é um dos critérios que gostaria que V.Exa. acatasse para uma distribuição mais homogênea.

Uma outra questão que gostaria que V.Exa. me ajudasse é a seguinte. Quando V.Exa. acatou emendas de uma Comissão e alocou para os hospitais universitários 4 bilhões de reais e, ao mesmo tempo, V.Exa. alocou, 32 bilhões de reais para os hospitais particulares, para investimento, em detrimento dos hospitais universitários. Acho que deveria ser o inverso disso: 32 bilhões para os hospitais universitários e apenas 4 bilhões para atender aos particulares, na modalidade 50.Fiz um destaque que vai lhe permitir alterar isso, que é extremamente importante, Sr. Presidente. Sei que a pressão dos hospitais particulares é maior do que a dos hospitais universitários, mas o atendimento que temos que dar primeiro é exatamente aos hospitais universitários que contribuem de uma forma admirável. O Relator disse que irá sugerir ao Relator-Geral que corrija essa questão dos recursos destinados à saúde no que diz respeito à parte fixa e à parte móvel previstas na Emenda nº 29. Acho que V.Exa. dever fazer isso, pois ainda não consta do seu trabalho. V.Exa. se propôs a fazê-lo e não teria condição de corrigir depois. Mas já delegamos, pela LDO, ao Relator-Geral o poder de fazer emendas de relator para corrigir distorções ou ilegalidades, no caso da saúde ou outra área que não me lembro agora.

Meus cumprimentos, Sr. Relator!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, como coordenador da bancada do Rio de Janeiro, quero parabenizar o trabalho do nobre Deputado Paulo Feijó e, ao mesmo tempo, lhe passar as ponderações da nossa bancada.

Independentemente dos critérios que foram usados e das análises, o Rio de Janeiro, como sempre, prioriza a saúde e os atendimentos, principalmente nessas áreas tão necessitadas que têm seis milhões de habitantes ou mais, como a Baixada Fluminense e a região metropolitana. Mas ocorre que fomos surpreendidos pelos critérios adotados até agora, Sr. Relator.

Fizemos cinco emendas em que solicitamos, face às necessidades da saúde no Rio de Janeiro, o valor de 700 milhões. Fomos premiados, através desses critérios sobre os quais farei até um estudo, para acompanhar... Foram solicitados 5 bilhões de reais e pedimos 14% das solicitações. Pois só fomos aquinhoados com 2%, somando 17 milhões nessas cinco emendas. É inadmissível! Sei dos problemas de V.Exa. Na captação dos recursos, vimos como V.Exa. se esforçou para fazer a divisão pelos Estados, mas nós, a bancada do Rio de Janeiro, nunca tivemos um tratamento tão desigual como estamos tendo agora!

Solicito então ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator-Geral que analisem com mais profundidade as necessidades da saúde no Rio de Janeiro. Temos muitas necessidades nos hospitais federais. É inadmissível voltarmos para o Rio de Janeiro, levando, das cinco emendas, esse critério com que fomos contemplados.

Portanto, essa é a nossa solicitação, e com peregrinação permanente até que esse relatório seja realmente aprovado com as qualidades técnicas que teve, mas contestando o valor que foi dado para o Rio de Janeiro, já que, dos 700 milhões que solicitamos, só fomos aquinhoados com 17 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, queria parabenizar o colega, Deputado Paulo Feijó, Sub-Relator da área de saúde, pelo trabalho técnico e dedicado, com o nosso reconhecimento de suas dificuldades.

Queria também fazer dois registros que reputamos de importância para a nossa região. O primeiro diz respeito à distribuição dos recursos do Sistema Único de Saúde destinados ao atendimento hospitalar e ambulatorial.

A nossa região já vem sendo, ao longo do tempo, verdadeiramente prejudicada nesse sistema de distribuição. O Pará experimenta um fluxo migratório jamais visto na sua história. A cada dia, os pólos de desenvolvimento do Estado do Pará necessitam da presença do Estado, e o atendimento, não raras vezes, tem onerado o próprio setor público no seu deslocamento para a capital.

Compreendo que ainda não temos uma rede que possa absorver todo esse processo, mas o siste-

ma de distribuição está verdadeiramente perverso. Então, eu queria merecer do Sub-Relator a preocupação de deixar como ponto indicativo até para o próximo orçamento essa preocupação, que não é só do Estado do Pará, mas de toda a Região Norte.

O segundo ponto diz respeito à nossa preocupação com relação à nossa emenda. Pois foi a única que apresentamos. Ela foi discutida com a bancada e objetiva a construção de um hospital metropolitano para receber esse fluxo migratório e dar esse atendimento para evitar o inchaço da Grande Belém. Ela contempla também o atendimento a um posto da Rede Sarah Kubitschek; e, segundo notícias, já estão sendo destacados os equipamentos para esse posto.

Dentro dessa emenda, há também o ponto de assistência aos Municípios, no âmbito da política do nosso Governador com vistas à interiorização da moradia, da atividade agroindustrial, da educação e da saúde. Então, dos 36 milhões por nós propostos através dos Municípios, sendo 6 milhões para Rede Sarah e 18 milhões para esse hospital metropolitano, fomos contemplados com apenas 6,5 milhões.

Ouvi atentamente às justificativas de V.Exa. em função dos poucos recursos de que dispõe, mas queria merecer uma suplementação quanto a esses recursos — estamos apresentando destaques para esses recursos — e, se não for possível, uma indicação também ao Relator.

De resto, os meus parabéns ao Relator pelo seu esforço, sua competência e dedicação. Isso honra muito o nosso partido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria inicialmente de cumprimentá-lo pelo trabalho, pela determinação, pela paciência e, principalmente, pela boa vontade em nos ouvir e estar aberto a discutir esse projeto.

Gostaria de me unir àqueles Parlamentares que já falaram da importância dos hospitais universitários. Seria importante que V.Exa. desse bastante atenção a essa área, porque, sem dúvida nenhuma, esses hospitais prestam à população carente do País um serviço expressivo. Ao mesmo tempo, parabenizo-o pela atenção ao Hospital Sarah Kubitschek, que, sem dúvida nenhuma, é um hospital que abrange o Brasil inteiro. Acredito que a sua atenção merece o respeito de todos nós.

Em relação ao nosso Estado de Goiás, devo dizer que apresentamos uma única emenda, e não poderíamos nos queixar pelo tratamento dado por V.Exa. Gostaria apenas de reafirmar aqui que, havendo uma reformulação do total global para reaparelhamento — que é uma das rubricas —, fosse levada em consideração a questão da RIDE, que abrange a região do Entorno do Distrito Federal. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma região crítica que pressiona de forma bem forte o Distrito Federal. Afirmo ainda que a RIDE faz parte do Plano de Segurança Nacional e está garantida por lei por apresentar um tratamento diferenciado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, Sr. Relator, equipe que o acompanha, nobres pares, gostaria de saudar o Sr. Relator pelo árduo trabalho que, com certeza, realiza para desenvolver esta difícil missão, tendo em vista que recebe muitas pressões.

Por outro lado, manifesto a insatisfação da bancada do Estado do Rio Grande do Sul, que tem contribuído para com a União com 8,8% do conjunto dos tributos, enquanto obtém de retorno orçamentário valor que não chega a 4% desse percentual. Portanto, muito menos da metade do valor com que contribui, o que consideramos inadmissível. O nosso Estado tem consciência da importância da solidariedade com os demais Estados e de que parte desses recursos poderá chegar a eles, mas a diferença percentual está muito grande. Em função do tamanho do nosso Estado — no último ano estivemos em 22º lugar na hierarquia de retorno de recursos dos 27 Estados —, consideramos inadmissível esta posição. Portanto, o momento de corrigirmos esta situação é agora, na hora de fecharmos o Orçamento.

Também gostaríamos de registrar que apresentamos duas emendas de bancada na área da saúde relacionadas a políticas que estão sendo desenvolvidas no Estado por um conjunto de entidades, como federações de Municípios, associações de Municípios, secretários municipais de saúde, bancada federal e Governo do Estado.

Apresentamos uma emenda para modernização e adequação de laboratórios farmacêuticos públicos no Estado do Rio Grande do Sul. No ano passado, essa emenda recebeu, em sua fase final, 9,8 milhões de reais, com corte de 10%. O projeto foi entregue há poucos dias e espera-se que os recursos sejam liberados em breve para que possam ser construídos dois laboratórios de produção de medicamentos e ampliado mais um laboratório existente. Dessa forma

teríamos a participação do Governo Federal e do Governo do Estado na produção de medicamentos públicos, com vistas a atender a 46% das cestas de 129 produtos utilizados hoje pelo conjunto dos Municípios. Isso faz parte de um programa articulado e construído por um conjunto de agentes, Municípios, Estados, conselhos municipais de saúde, Prefeitos, bancada federal, que entenderam a importância desta proposta, incluindo-a, por unanimidade, no Estado do Rio Grande do Sul. No momento, estamos pleiteando mais recursos para a continuidade desse programa. Entretanto, o valor destinado de 2 milhões de reais é absolutamente insuficiente e coloca em risco esse importante programa que visa a produzir medicamentos públicos mais baratos. Nesse sentido, o Estado do Rio Grande do Sul tem feito a sua parte, porque, enquanto o Governo anterior do Estado aplicava 5,9% em média na saúde, o atual Governo aplica, no mínimo, 10% nessa área, e chegará a atingir 11,25% no ano que vem. Portanto, seria importante também a parceria e o aumento de recursos do Governo Federal, e não a diminuição drástica que está sendo proposta, já que colocará em risco inclusive toda essa política construída com diferentes atores.

Portanto, Sr. Relator, peço a reconsideração de V.Exa. em relação a essa matéria, embora entenda os critérios que utilizou. Como cada Sub-Relator tem utilizado um critério...

Há pouco fomos penalizados na área de educação, para a qual apresentamos 5 emendas, porque não foi levada em conta a quantidade de emendas apresentadas. Já nesta Comissão ocorreu o contrário: como apresentamos duas emendas, fomos prejudicados exatamente por isso. Nesse sentido faço um apelo a V.Exa., do fundo do coração, para que reavalie esta situação e possamos ter pelo menos um equilíbrio de recursos federais para o nosso Estado.

Uma outra emenda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É um prazer enorme ouvi-lo, mas o tempo de V.Exa. se esgotou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Foi tão rápido assim, Sr. Presidente?! Tudo bem. Em um minuto concluo as minhas observações.

A outra emenda para a qual pedimos a reconsideração de V.Exa. é com relação à produção, implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde no Estado do Rio Grande do Sul. Isso também faz parte de uma política construída sob a lógica da descentralização da saúde. Ao acabar com a "ambulanciaterapia", cujo objetivo é transportar pacientes de 500 a 600 quilômetros até a capital, estaremos criando uma política articulada entre as regiões, os Municípios e os Estados. Para isso, precisamos equipar principalmente os hospitais- pólo e subpólos para que eles possam atender às populações de diversas regiões, sem que as pessoas precisem se deslocar. Portanto, ao apresentar destaque nesse sentido, pedimos a consideração do Sr. Relator quanto a esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Pedimos mais uma vez a compreensão do Sr. Relator no sentido de que analise a possibilidade de oferecer mais recursos para o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

Advirto os oradores de que talvez seja melhor falar mais propriamente na hora da votação do destaque, o que faremos talvez amanhã à noite ou à tardezinha.

Certamente, a memória do Deputado Paulo Feijó não é tão espetacular assim para gravar tudo que foi dito aqui hoje. Seria oportuno que V.Exas. falassem mais amanhã, no momento da votação dos destaques.

Vamos ouvir o Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente cumprimento o nobre Deputado Paulo Feijó pelo primoroso trabalho que vem atender à atual concepção de gestão financeira em saúde, praticada pelo Ministério da Saúde e, ao mesmo tempo, à necessidade dos Estados brasileiros.

Entretanto, gostaria de deixar bem claro e de modo muito breve o lamento por uma perda direta de recursos relacionados à Fundação Nacional de Saúde, um dos órgãos que julgo dos mais admiráveis da história da saúde pública no Brasil, da ordem de 769 milhões de reais. Ocorre de modo direto um sacrifício em relação a investimentos na área de saneamento básico de quase 1 bilhão de reais. E há o lamentável testemunho de aumento dos recursos para atendimento hospitalar de 11 bilhões de reais para 12,9 bilhões de reais. Já o Programa Saúde da Família, que é uma ousada atitude incorporada pelo Ministro da Saúde José Serra, avançou de 2 bilhões e 700 milhões de reais para 3 bilhões e 200 milhões de reais. Sei que as circunstâncias têm-nos levado a esse sa-

crifício, a esse contingenciamento, mas entendo que poderíamos priorizar o resultado da qualidade de saúde da população, descartando aquele velho esparadrapo que se coloca sobre o sistema de saúde pública deste País todos os anos.

Como não temos muito o que fazer, entendo que V.Exa. fez o que pôde. Se o Ministério conseguir de fato pactuar com os Estados e Municípios, com metas e resultados, talvez possamos mudar esse perfil de investimento em saúde. Enquanto tivermos uma gestão que verticaliza recursos e não acompanha passo a passo o resultado da sua aplicação, vamos ter esta crise multiplicando-se todos os anos. Lamento dizer, mas estas são as circunstâncias.

Quanto ao que foi abordado nesta Comissão sobre os hospitais universitários, gostaria de lembrar-lhe de que o resultado da produção científica em saúde neste País é 95% dependente dos hospitais universitários. Nesse sentido é lamentável que a iniciativa privada seja beneficiada, uma vez que ela tem capacidade de sobrevivência sozinha. Sei que V.Exa. atende a uma pressão enorme dos setores que representam, no Parlamento brasileiro, a iniciativa privada, e não poderia criticá-lo pelo que fez. Mas pedir-lhe-ia, em nome dos hospitais universitários deste País, uma sensibilidade maior. Cito como exemplo o Hospital Universitário de Brasília que atende a 9 Estados brasileiros que fazem fronteira com o Distrito Federal e com a Região Centro-Oeste, tais como Bahia, Piauí, Pará e até o Estado do Acre, que não é fronteiriço, mas cuja população migra. No ano passado, 6 milhões de reais foram alocados para o Hospital Universitário de Brasília, enquanto este ano estão previstos apenas 1 milhão e 700 mil reais, embora eu saiba que V.Exa. esteja sensibilizado com relação a esta matéria.

Gostaria de dizer ainda, nobre Relator, que no Estado de V.Exa. temos um patrimônio da saúde pública do Brasil, o Instituto Nacional de Traumato-Ortopedia — INTO. No entanto, esse instituto está com uma carência de recursos, e algo deverá ser-lhe contemplado em proposta apresentada a V.Exa. Em nome do Estado de São Paulo, do Amapá, do Governo de Rondônia e do Acre, o qual represento, faço um apelo a V.Exa. para que aloque os devidos recursos a esse instituto a fim de que ele saia do Rio de Janeiro, pelos serviços que presta, e possa alcançar as regiões mais pobres do Brasil, em especial os Estados do Norte.

O mesmo ocorre com o Instituto do Coração, de São Paulo. Apresentei destaque nesse sentido porque acredito que o Brasil precisa quebrar as desigualdades com relação à saúde. Com atitudes como esta, V.Exa. dará um grande passo e, talvez, o Ministério passe a admirá-lo profundamente, porque já tive debates dentro do Ministério da Saúde e atesto que há grande sensibilidade nesse sentido.

Em relação ao Acre, embora já tenhamos debatido essa matéria e eu saiba que V.Exa. não tinha como fazer mais no momento, os recursos que estamos recebendo correspondem exatamente ao que estamos gastando por ano com tratamento fora de domicílio. Portanto, isso não é possível. O dinheiro que chega hoje em investimento orçamentário é gasto com viagens de doentes e tratamentos fora do Estado. Precisamos inverter isso e procurar outras soluções.

Sr. Relator, o resultado da minha análise em relação a esta matéria é de admiração ao trabalho realizado por V.Exa. Parabéns a V.Exa. por ter feito o possível, e tenho certeza que o fez muito, relativamente à análise do orçamento de saúde de anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Relator Deputado Paulo Feijó. Olhando o histórico do Ministério da Saúde, no relatório de V.Exa, percebemos algumas coisas. Primeiro, percebemos que o Deputado identificou alguns critérios, com os quais podemos concordar ou não, mas que são sempre positivos, embora reclamemos de lá e de cá porque normalmente temos a expectativa de um atendimento maior. Não vou incorporar neste momento o espírito dos representantes da bancada do Espírito Santo porque, se eu contar aqui a minha história, as pessoas vão chorar.

Nós identificamos como prioridade do Estado do Espírito Santo, no ano passado, a área de saúde. No ano passado, chegamos a obter 37 milhões de reais numa emenda em favor da Fundação Nacional de Saúde (a maior emenda de prioridade exclusiva da bancada), que atende à maior parte dos Municípios do Estado. Tem sido motivo de glória da bancada e também de felicidade da população dos Municípios a forma extremamente democrática de distribuição desses recursos.

Sr. Relator, ao analisar o seu relatório, observo quem, quando V.Exa. estabelece critérios e tem uma grande quantidade de recursos para distribuir, V.Exa. atende bem aos destaques; quando V.Exa. tem uma quantidade limitada de recursos, já não ocorre o mesmo.

Foi usado um critério e todos os Estados receberam uma proporção. O que eu gostaria de registrar? O meu primeiro registro é em relação à Fundação Nacional de Saúde, porque de fato a área da saúde é aquela em que temos, de uns três anos para cá, mais atuado, com perspectivas positivas para o Estado, inclusive aumentando a nossa capacidade de atendimento, tratamento de esgoto, entre outras coisas. Analisando o relatório de V.Exa., passo a entender um pouco de onde vem o prestígio do Sr. Ministro da Saúde. O Ministério dispõe de muitos recursos, e recursos livres. Nós, que somos da Oposição, e não temos a oportunidade nem a prática de ir àquele Ministério, percebemos que toda semana há muitos Deputados e Senadores marcando audiências com o Sr. Ministro. Observando o relatório, concluo que o Ministro, só neste relatório, dispõe de mais de 120 milhões de reais liberados para atuação nacional, enquanto que as bancadas dispõem, em média, de 7, 8 a 10 milhões de reais. Portanto, ficamos muito limitados. E isso facilita a ação daqueles que estão mais próximos do Ministro, daqueles que votam com o Governo. Creio que deveríamos pensar mais sobre este particular, ainda mais porque o Ministério recebe de forma natural mais recursos do que estes que lhe estamos destinando.

Sou defensor das emendas coletivas, das emendas de comissão, mas penso que é muito importante o Congresso poder identificar o que vai para cada ente da Federação. Caso contrário, vamos ficar cada vez mais dependentes do Sr. Ministro, e este, por sua vez, vai se fortalecendo, o que em ano eleitoral é um pouco mais complexo. De qualquer forma, a nossa tarefa, como Congresso Nacional, é distribuir os recursos.

Portanto, em nome da bancada capixaba, reivindico também um destaque para tentar aumentar essas verbas. Sei que V.Exa. não conseguirá nos atender no sentido de chegar aos valores próximos do ano passado, mas, posteriormente, na Relatoria-Geral, vamos tentar avançar. Mas com essa preocupação. Sei que tem sido desejo de V.Exa. atender às bancadas, tanto é que tem nos procurado e ouvido. E aqui faria uma brincadeira: nós apresentamos uma emenda de 60 milhões de reais e os Deputados disseram: "O Relator é muito amigo da gente, vamos dobrar essa emenda!", como se o valor da emenda fosse um critério para se conseguir uma alocação de recursos. Ouvi isso da bancada, não fiquei feliz, mas eles me convenceram de que o Relator Feijó nos atenderia com alguns milhões.

De qualquer forma, fica o registro da minha avaliação positiva com relação ao relatório de V.Exa., embora identifique uma grande quantidade de recursos de caráter nacional para o Sr. Ministro, cuja liberdade fica muito grande, enquanto que esses recursos talvez pudessem atender às diversas bancadas através dos nossos destaques.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, a bancada de Santa Catarina apresentou para a área temática da saúde 8 emendas. Essas emendas totalizaram 8 milhões e 408 mil reais. O nobre Sr. Relator, examinando-as, deferiu recursos que, somados, alcançaram 8 mil e 306 reais. Isso trouxe à bancada uma grande preocupação. Antes mesmo de a Comissão se reunir para ouvir e decidir sobre os relatórios, tive a honra de ser recebido pelo nobre Sr. Relator e explicar-lhe sobre a extrema necessidade de recursos para o setor de saúde em Santa Catarina.

Santa Catarina tem hoje apenas um hospital federal, o Hospital Universitário. A situação dessa unidade hospitalar é semelhante à dos outros hospitais universitários de nosso País. Tramita no Senado Federal proposição que estabelece forma de privatização desses hospitais, mas reservando 25% dos leitos para o SUS.

Repito que Santa Catarina conta com apenas um hospital federal. No passado, tivemos dois hospitais — um do IAPETC, na cidade de São Francisco do Sul, e outro em Florianópolis. O próprio Estado de Santa Catarina construiu e mantém quatorze hospitais no interior, sendo dois em Joinville, um em Itajaí e três em São José, cidade limítrofe à Capital, Florianópolis. Aliás, um deles destina-se ao tratamento de doentes mentais e outro, ao tratamento de leprosos. Tais hospitais foram construídos à época em que o Governador de Santa Catarina era o Dr. Nereu Ramos. Portanto, a construção data da década de 30. Florianópolis possui dois hospitais também construídos há bastante tempo, um deles no Governo do Sr. Celso Ramos. As cidades de Chapecó, Curitibanos, Lajes, Araranguá, Mafra e Ibirama possuem um hospital cada uma.

Essas quatorze unidades hospitalares atendem a 293 Municípios. As cidades que não possuem hospitais estaduais são atendidas por meio de hospitais

comunitários, que naturalmente têm convênio com o SUS. Infelizmente, é freqüente o atraso no que tange ao atendimento aos pacientes. Os hospitais atendem, investem e gastam, mas é difícil o retorno.

Por isso, a bancada do Estado de Santa Catarina apresentou oito emendas, que somaram R$ 8,408 milhões. Entretanto, certamente em virtude da carência de recursos e das dificuldades que compreendemos, o Estado de Santa Catarina foi contemplado com R$ 8,306 milhões.

Para que o Relator e os Srs. Parlamentares possam ter idéia do quadro que enfrentamos, no atual Orçamento apenas uma dotação foi incluída pelo Congresso Nacional quando da discussão da proposta orçamentária para o corrente exercício. Tivemos uma emenda aprovada de R$ 11.520.667,00. Desse valor, tivemos a notícia de que havia sido liberado algo em torno de 66%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito a V.Exa. que conclua sua exposição.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Isso será feito, Sr. Presidente.

Diante desse quadro, resta-me fazer veemente apelo a V.Exa., Sr. Relator, no sentido de que, pelo menos, não haja grande defasagem entre o nível de recursos destinados a Santa Catarina no Orçamento em vigor e no do próximo ano. Ficarei muito grato se V.Exa. puder nos atender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado Clementino Coelho, último orador inscrito para esta área temática. Após a exposição do nobre Deputado, ouviremos a apresentação do relatório da Subcomissão de Infra-Estrutura.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Pedro Eugênio já falou a respeito das demandas do Estado de Pernambuco. Desejo apenas ressaltar um dos destaques feitos por S.Exa.

Em primeiro lugar, cumprimento o Relator e sua equipe de assessores pelo trabalho realizado no sentido de tentar conciliar com critério e justiça demandas no valor de R$ 6 bilhões ou R$ 7 bilhões com recursos de apenas R$ 600 milhões ou R$ 700 milhões. Realmente, é difícil atender a todos no que se refere às suas expectativas.

Como foi dito pelo colega Jorge Bittar, os critérios adotados são melhores do que a ausência deles. Entretanto, deixo para a reflexão do Sr. Relator e de sua assessoria pensamento baseado na exposição do Senador Tião Viana e do Deputado Giovanni Queiroz. Quanto aos critérios, sabemos que grande parte dos recursos destinados à saúde possuem vinculação compulsória. Entretanto, é preciso que encontremos exceções. Se não compensarmos ou adequarmos a distribuição desigual dos recursos não vinculados, vamos concentrar cada vez mais os recursos da área de saúde onde já existe infra-estrutura. Assim, muito será gasto com a locomoção de pacientes porque não terão sido estruturados centros alternativos, sobretudo no interior e nas cidades que são pólos de desenvolvimento.

Outra consideração diz respeito ao fato de que hoje o próprio Nordeste não é um só Nordeste — afinal, nosso País é bastante heterogêneo. Atualmente, podemos verificar que existe o Nordeste da área úmida, aquele da zona da mata, que tem renda **per capita** de R$ 4 mil a R$ 5 mil; e há também o Nordeste do semi-árido, que tem renda **per capita** abaixo de mil reais. Assim, quando observamos a renda **per capita** do Estado de Pernambuco, precisamos levar em conta a existência de algumas cidades-pólo e classes de desenvolvimento que estão inseridas na região geográfica e política do semi-árido, também o bolsão de pobreza de nosso País.

Solicito a compreensão e o apoio do nobre Relator com relação ao Destaque nº 030. Petrolina, que faz fronteira com Juazeiro, na Bahia, tem hoje população conurbada de 600 mil habitantes. Todo o aparato social de saúde e educação de Petrolina atende à demanda de mais de sessenta Municípios dos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Cerca de 2 milhões de pessoas sobrecarregam tais aparatos sociais. Nessa fronteira, estamos estruturando o segundo pólo médico-hospitalar do Estado de Pernambuco. A cidade de Petrolina encontra-se a 800 quilômetros de Recife e a 600 quilômetros de Salvador.

No ano passado e neste ano, a bancada do Estado de Pernambuco priorizou um projeto, que agora pretendemos concluir. Trata-se de um hospital de traumas para atendimento regional, ou seja, para contemplar três Estados. No ano passado, recebemos dotação orçamentária de R$ 11 milhões. Por causa do contingenciamento, serão liberados apenas cerca de R$ 4 milhões.

Sei que, naquele primeiro momento, o Relator não pode atender àquilo que havíamos solicitado. Inclusive, levamos Prefeitos da região para conversar com S.Exa. De qualquer forma, desejava fazer este apelo, pois precisamos concluir essa obra, que atenderá aos Estados de Pernambuco, da Bahia e do Piauí. Apelo no sentido de que possamos suplementar a verba. Afinal, essa obra é prioritária dentro do

REFORSUS, pois atende a uma característica regional e interestadual. Que possamos chegar a um valor que nos dê tranqüilidade para concluir a obra o mais breve possível. É importante registrar também que a renda **per capita**/leito dessa região está defasada em relação a outras cidades-pólo do próprio Nordeste. Se observarmos as cidades de Caruaru, Mossoró, Campina Grande e outras dessa região — muito dinâmica, sobretudo por causa da irrigação —, veremos que Petrolina está aquém em termos de comparação.

Faço esse apelo e mais uma vez cumprimento o Relator e sua equipe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator, que dará suas últimas respostas.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, V.Exa. dividiu em dois tempos a discussão a respeito deste relatório. E o segundo tempo não foi diferente do primeiro.

Os Srs. Deputados e Senadores, de maneira educada e elegante, pleiteiam, com muita justiça, mais recursos para seus Estados. Esse debate é importante, como também o é e foi a visita e as reivindicações que recebi de vários Parlamentares que me procuraram. S.Exas. podem ter certeza de que isso será avaliado com muito carinho.

Serão lembrados os Deputados que peregrinaram por nosso gabinete ao longo de todo esse processo, assim como os Deputados e Senadores que hoje aqui se encontram até esta hora e acreditam na realização desses pleitos. Logicamente, este humilde Relator analisará todas essas questões com muita sensibilidade, pois sensibilizado estou em função das dificuldades que estamos vivendo.

Como já disse, o critério utilizado foi justo. E o mesmo critério de justiça será preponderante quando da análise desses destaques. Também esperamos contar com o apoio de nosso Presidente e do Relator-Geral. Afinal, não tenho quaisquer dúvidas de que o Relator-Geral enfrenta problemas em sua consciência em função das dificuldades que estamos enfrentando neste debate.

Os Deputados Pedro Eugênio e Clementino Coelho reivindicam mais recursos para o Estado de Pernambuco. O Deputado Clementino Coelho tem carinho todo especial por Petrolina, que é sua cidade-base. Vamos trabalhar para ajudá-lo, pois isso também favorecerá seu Estado. E o Deputado Jovair Arantes solicitou mais recursos para o Estado de Goiás.

Já o Deputado João Magno fez algumas críticas construtivas em relação ao critério que adotamos no que se refere à distribuição de recursos para as Comissões. Volto a dizer que adotamos o seguinte critério: 70% dos recursos foram utilizados para as emendas de bancada e os 30% restantes foram destinados às emendas de Comissão. Vamos rever tais critérios, pois reconheço que a questão dos hospitais universitários foi quase unanimidade por parte dos Srs. Deputados e Senadores — de fato, esse setor enfrentará grandes dificuldades caso não alteremos tais valores.

O Deputado Jorge Bittar, digno representante do Rio de Janeiro, possuidor de grande equilíbrio e muito conceituado em nosso Estado, atua com extrema determinação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. S.Exa. fez determinadas análises, às quais também somos favoráveis. A questão da PEC nº 29 será indicada ao nosso Relator-Geral. Também ficamos preocupados quanto à redução de investimentos na área de saneamento. Vamos rever o problema dos hospitais universitários. E o Estado do Rio de Janeiro também é nosso objetivo.

A Deputada Laura Carneiro brincou comigo e disse que colocaria **outdoors** no Rio de Janeiro dizendo que sou o inimigo número 1 do Estado. Encontra-se aqui também o Deputado Alexandre Santos, companheiro do dia-a-dia, que fez outras críticas. De fato, nossa situação é difícil. Como já disse, quero definir critérios bastante justos para a análise dos destaques. Não posso aumentar de maneira absurda o valor dos recursos a serem destinados ao Estado do Rio de Janeiro, porque estaria sendo injusto com outras Unidades da Federação. Por isso, vamos trabalhar juntos.

O Deputado Giovanni Queiroz fez várias análises em relação ao nosso relatório, todas elas procedentes. Juntamente com o Governador do Estado, o Deputado Anivaldo Vale procurou-nos para saber a respeito de questões relativas ao Pará. A Deputada Lúcia Vânia demonstrou preocupação quanto aos hospitais universitários. O Deputado Orlando Desconsi, representante do Rio Grande do Sul, humildemente pleiteia nova avaliação para as emendas de seu Estado — com certeza, sua reivindicação será analisada com carinho. O Senador Tião Viana deu demonstração de muita persistência e acredita em nosso trabalho — avaliaremos seus pleitos com toda a atenção necessária. O Deputado João Coser, ilustre representante de nosso vizinho Estado do Espírito Santo, é um dos Parlamentares que mais influência e conhecimento tem na Comissão Mista de Planos,

Orçamentos Públicos e Fiscalização — certamente, tudo o que foi recomendado por S.Exa. será analisado. O ilustre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, representante de Santa Catarina, lamenta que, nesta fase preliminar, tenhamos atendido seu Estado com apenas R$ 8 milhões; entretanto, o valor solicitado era de R$ 10,142 milhões, quantia pequena em relação à importância do Estado de Santa Catarina e de seus problemas.

Sr. Presidente, finalizamos nossas justificativas e agradecemos a compreensão de V.Exa. Precisaremos muito do apoio de V.Exa. junto ao Relator-Geral para que possamos minimizar a angústia e o sofrimento de todos os Deputados e Senadores. Agradecemos a V.Exa. e à assessoria — especificamente aos Srs. Sidney Aguiar Bittercuc e Mário Luiz Gurgel de Souza, que foram importantíssimos para nossa luta. Estou à disposição de todos para que possamos construir um relatório que realmente atenda a todos os Deputados e Senadores da melhor forma possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Esta Presidência agradece e parabeniza o Deputado Paulo Feijó por seu relatório. Estaremos solidários na luta pelos destaques dos Parlamentares.

A discussão está encerrada, assim como o tempo destinado à apresentação dos destaques ao relatório setorial de saúde, Área Temática VII.

Agora, passaremos à apreciação do próximo relatório, que se refere ao setor de infra-estrutura, Área Temática V.

Tem a palavra o Deputado José Chaves, Relator dessa área temática.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, procurarei fazer uma síntese do relatório, ficando à inteira disposição de V.Exas. tanto para a discussão do próprio relatório quanto para qualquer esclarecimento necessário à votação do relatório e dos destaques. Farei uma síntese do relatório, pois ele é bastante longo.

Apesar de não se ter verificado grande número de emendas apresentadas à área temática em análise — Infra-Estrutura —, os valores solicitados são extremamente expressivos. Foram apresentadas 95 emendas coletivas e 38 emendas individuais.

As emendas coletivas apresentadas à Área Temática de Infra-Estrutura, no total de 95, perfazem proposições no valor de R$ 7.489,466 milhões. São 88 emendas de bancadas estaduais, no valor de R$ 6.801,500 milhões; uma emenda de bancada regional, no valor de R$ 100 milhões; e seis emendas de Comissões Permanentes das Casas do Congresso Nacional, num total de R$ 585 milhões. Foram também apresentadas 28 emendas individuais. Todas atendidas, perfazendo um total de R$ 2,966 milhões.

Na distribuição por órgão, verifica-se que o Ministério dos Transportes foi objeto de 131 emendas, enquanto o Ministério de Minas e Energia, de apenas duas emendas. Não foi apresentada nenhuma emenda para o Ministério das Comunicações. Dentre as emendas propostas no Ministério dos Transportes, 117 pertencem ao atual DNER, ao futuro Departamento Nacional de Infra-Estrutura — DNIT.

Da atuação da relatoria-setorial.

Procurando ampliar o entendimento sobre a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, empenhamo-nos em ouvir todos os que tinham contribuição a oferecer. Durante o processo, recebemos colaborações que nos permitiram avaliar a dimensão das dificuldades e das carências da área temática em questão — aliás, muito maiores do que nossas possibilidades de corrigi-las nesta etapa de relatoria-setorial. Esse debate permitiu-nos, entretanto, Sr. Presidente, obter uma maior compreensão sobre as principais necessidades de cada região e de cada Unidade da Federação.

Para o acolhimento das emendas apresentadas, levamos em consideração as normas estipuladas na Constituição Federal; na LDO/2002; na Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional; no Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e no parecer preliminar.

Buscamos também verificar se as proposições, tanto as coletivas quanto as individuais, atendem aos requisitos de caráter técnico, tais como a correta indicação da unidade orçamentária, do grupo de natureza de despesa e da fonte de recursos incluídos ou acrescidos, promovendo-se a devida adequação, quando necessária. Adotamos também como referenciais os padrões de custos unitários médios previstos na proposta orçamentária, nos termos do art. 66 da LDO/2002 e item 18.1, da parte B do parecer preliminar.

Foram acatadas, parcial ou integralmente, 131 emendas: 87 de bancadas estaduais, uma, como já foi dito, de bancada regional, cinco de Comissões Permanentes e 38 individuais. Considerou-se inadmitida a Emenda nº 60080003, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, por conflitar com o art. 25, inciso I, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, cujo permissivo prevê apresentação

de emenda de Comissão com a condição de que as matérias lhes sejam afetas regimentalmente.

Houve rejeição da Emenda nº 71200009, da bancada do Rio de Janeiro, que tencionava alocar recursos para a construção de trechos rodoviários em rodovia estadual não pertencente à rede rodoviária sob jurisdição federal, assim definida pelo Plano Nacional de Viação, atualmente em vigor, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973, alterada recentemente pela Lei nº 9.078, de 1995. A ação proposta pela emenda estava, conseqüentemente, fora da competência da União.

Somente após a conclusão das decisões acerca do atendimento das emendas apresentadas no setor de infra-estrutura, houve a transferência para esse setor da Emenda nº 71220007, da bancada do Rio Grande do Sul, inicialmente alocada para o Ministério da Integração Nacional. Em virtude da extemporaneidade da transferência da emenda, não houve tempo hábil para sua análise por parte da relatoria. Por conseguinte, encaminhamos a questão para análise e deliberação da relatoria-geral.

Da atuação da relatoria no orçamento de investimento.

Quanto ao orçamento de investimento das empresas estatais, as demandas seguem a tendência de exercícios anteriores, não tendo motivada a atenção parlamentar em referência a emendas. As pequenas alterações resultaram essencialmente no acréscimo em investimento nas Companhias Docas, por intermédio de emendas coletivas, mediante o aumento da participação acionária da União.

Outra emenda para o orçamento de investimento foi proveniente da bancada do Estado do Rio Grande do Norte, que objetivou alocar recursos para a "implantação/construção de gasoduto no Estado do Rio Grande do Norte", no valor de R$ 25 milhões. Para o atendimento dessa emenda, levou-se em consideração estudo técnico da PETROBRAS que prevê o montante de R$ 18,83 milhões, entre os recursos previstos para a alocação na Região Nordeste, para aplicação no Rio Grande do Norte, Estado matriz, no gasoduto e **city gate** Guamaré—Termo-Açu. Dessa forma, verifica-se que a alocação aprovada na emenda está compatível com a aprovação da empresa para o exercício de 2002.

Das fontes utilizadas para aprovação das emendas.

Devido à escassez de recursos disponíveis para atendimento dos pleitos apresentados pelos Srs. Parlamentares, bem como à necessidade de manutenção das metas elevadas de superávit primário, além da conhecida rigidez dos recursos orçamentários para aplicação na programação de gastos públicos, procuramos preservar, dentro do possível, as dotações programadas pelo PL nº 32/2001, do Congresso Nacional — proposta orçamentária para 2002.

De acordo com os subitens 10.1 e 10.2, da parte B do parecer preliminar, foi facultado às relatorias-setoriais a realização de cancelamento, de remanejamento de recursos, dentro do conjunto das unidades orçamentárias dos orçamentos fiscal e da seguridade que compõem a área temática, com os seguintes limites: GND 4 — Investimentos, até 40%, na média, dos valores agregados alocados; e GND 5 —Inversões Financeiras, até 20%, na média, dos valores agregados alocados. Adicionalmente, foi facultado aos Relatores-Setoriais a realização de cancelamento no orçamento de investimento, para fins de remanejamento de recursos, até o limite de 20% da programação de despesas no âmbito de cada empresa.

Entretanto, Sr. Presidente, não obstante o parecer preliminar prever a possibilidade de o Relator-Setorial realizar cancelamentos em investimentos e inversões financeiras, até os limites descritos acima, procuramos trabalhar no sentido de dar prioridade às decisões que produzissem agregação de valores a projetos já previstos na proposta orçamentária ou àqueles introduzidos mediante o acolhimento de emendas parlamentares apresentadas.

Nesse sentido, quanto ao orçamento de investimento, realizou-se unicamente o corte e o remanejamento de R$ 15 milhões na programação da PETROBRAS para a aprovação da Emenda nº 71210014, da bancada do Rio Grande do Norte, apresentada pela própria empresa.

Ao mesmo tempo, consoante decisão do Relator-Geral e da Comissão Mista estabelecida no item 22 do Plano B do Parecer Preliminar, ficaram cancelados previamente e de forma linear 10% (dez por cento) das dotações consignadas no grupo "Investimentos" (GND 4) superiores a R$ 50.000,00. Os recursos oriundos das dotações canceladas foram colocados à disposição dos setores dos Relatores-Setoriais, respeitadas as respectivas áreas temáticas em que foram efetuados os cancelamentos.

Em reunião do Relator-Geral com os Relatores-Setoriais e Líderes desta Comissão, realizada em 22.11.2001, aprovou-se decisão de aumentar o corte linear em mais 10% (dez por cento), que incidiu nas mesmas dotações acima descritas.

O valor total desse corte linear efetivamente passível de livre utilização pelo setor de infra-estrutu-

ra para aprovação de emendas teve seu valor reduzido em decorrência das especificidades de algumas fontes em relação à origem e à aplicação dos recursos correspondentes, estabelecidos por legislação específica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minutinho nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda esta noite, falaremos de irrigação e meio ambiente, após o relatório da infra-estrutura.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, entendi o recado de V.Exa. e serei o mais breve possível.

Outros recursos utilizados para a aprovação das emendas parlamentares nesta Relatoria dizem respeito — e chamo a atenção do Plenário para isso — à receita oriunda de uma Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE), objeto de proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional.

A incidência da contribuição deverá atingir a importação de petróleo, gás natural e seus derivados e álcool combustível. Relatório elaborado e aprovado por esta Comissão, com o apoio do Comitê de Avaliação de Receita Orçamentária para 2002, prevista no item 23.2 do parecer preliminar, conclui que a arrecadação do CIDE deverá abranger, neste ano, ano de passagem, R$ 1 bilhão em recursos adicionais para a área de infra-estrutura.

C.4 - Obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU.

O art. 83 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento de 2002 — LDO 2002 dispõe:

Art. 83. o Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, §1º, da Constituição, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras constantes dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, inclusive em meio magnético.

§1º.

.....

§7º. A Lei Orçamentária atual poderá contemplar subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal, permanecendo a execução dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, evidentemente sujeitas à prévia, deliberação do Congresso Nacional e da Comissão referida no ***caput****.*

Em consonância com esse mandamento, o Parecer Preliminar estabeleceu regras a serem observadas pelos Relatores-Setoriais pertinentes às obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo TCU. Assim, em atendimento ao item 18.4.6 da Parte B do Parecer Preliminar, elaborou-se a tabela anexa a este Relatório, que discrimina as obras mantidas na programação concernente a esta área temática que apresentam os indícios de irregularidades graves mencionados no §7º do art. 83, acima. Conforme determinado no item 18.4.8 da Parte B do Parecer Preliminar, consta da citada tabela a indicação das etapas, dos subtrechos ou das parcelas e seus respectivos contratos ou convênios, conforme o caso, nos quais foram identificados os mencionados ilícitos pelo TCU.

Adicionalmente recomendamos que tais contratos, convênios, parcelas ou subtrechos tenham as execuções orçamentárias condicionadas à adoção das medidas saneadoras de que trata o §7º, supracitado.

A proposta orçamentária repetiu o tratamento dispensado, no ano anterior, em relação às obras que o Poder Executivo considerou apresentarem indícios de irregularidades graves. Na mensagem que acompanhou o projeto de lei, relacionam-se as obras com indícios de irregularidades não sanadas e que eram do conhecimento do Poder Executivo, as quais foram excluídas da proposta orçamentária. Em compensação, a proposta consigna dotação genérica denominada “Recursos para Retomada da Execução de Obras e Serviços”, que constitui uma espécie de reserva para a execução daquelas obras consideradas irregulares pelo Poder Executivo, quando fossem sanadas as irregularidades a elas concernentes.

A esse respeito, o Comitê de Avaliação das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União, previsto no item 24.3 da parte B do Parecer Preliminar, reuniu-se em 20.11.2001 e produziu relatório em que recomenda que se especifique “a destinação dos recursos genericamente alocados às obras com irregularidades, no Projeto oriundo do Poder Executivo, por meio da elaboração de emendas pelas relatorias-setoriais”. Com base nessa recomendação, foram elaboradas 18 emendas de Relator, com a finalidade de implementar a mencionada especificação.

Ainda consoante decisão do Comitê, identificam-se, em anexo deste Relatório as obras e os respectivos contratos, convênios, subtrechos ou parcelas com indícios de irregularidades graves, com execução condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas a prévia deliberação desta Comissão e do Congresso Nacional.

C.3 - Emendas do Relator

Foram efetuadas dezoito Emendas do Relator, nºs 80050001 a 80050018, conforme aludido no item anterior, alicerçado em decisão do Comitê de Avaliação das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União, autorizando especificar a determinação dos recursos genericamente alocados às obras com irregularidades, no Projeto oriundo do Poder Executivo, por meio da elaboração de emendas pelas relatorias-setoriais, mantendo-se a execução condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à prévia deliberação desta Comissão e do Congresso Nacional.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação dos orçamentos das Unidades Orçamentárias especificadas, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria, constantes das relações anexas.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabéns a V.Exa. pelo relatório.

Vamos aos oradores inscritos.

Declaro aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. O primeiro orador inscrito é o Deputado Pedro Chaves, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, colega Deputado José Chaves, quero parabenizá-lo pelo relatório e fazer algumas ponderações com relação ao Estado de Goiás. É obvio que as principais rodovias do País que ligam o norte ao sul e o leste ao oeste passam pelo Estado de Goiás, justamente por sua posição geográfica. Em função disso, nossa bancada apresentou um número maior de emendas nesse setor de construção e adequação de rodovias, justamente pela importância que elas têm no desenvolvimento do nosso Estado.

Dentre os destaques que apresentamos, Sr. Relator, chamo a atenção para uma obra importantíssima, que é a duplicação e adequação do trecho Anápolis—Porangantu, da BR-153. Trata-se de um trecho importantíssimo, como eu disse, de uma via de transporte das mais importantes, porque liga o norte ao sul do País e por se tratar de um grande corredor de transporte de grãos, de mercadorias, etc.

Gostaria, então, de pedir a V.Exa. que nos atendesse nesse destaque que apresentamos, justamente para essa obra que considero de vital importância não só para o Estado de Goiás, mas para todo o País.

Também apresentamos outro destaque, que trata da continuidade da construção da BR-070, Cocalzinho—Aragarças, outra obra que liga Brasília à Capital de Mato Grosso, Cuiabá. Também é dispensável falar da importância dessa obra para o Estado de Goiás e para o Brasil.

Sr. Relator, também apresentamos alguns destaques de Parlamentares da minha bancada, do PMDB. Por não terem representantes na Comissão de Orçamento, fiquei incumbido pelos colegas Parlamentares do meu partido de apresentar esses destaques. São vários destaques. Dentre eles saliento uma emenda, feita pela bancada do Distrito Federal, de adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste, no Distrito Federal. Trata-se da adequação do trecho Planaltina (DF) a Formosa (GO). Trata-se também de uma obra importantíssima, porque Formosa é uma cidade que faz parte dessa grande região do Entorno do Distrito Federal.

Faço essas ponderações a V.Exa., Sr. Relator, e, como há muitos oradores inscritos, encerro minha intervenção, cumprimentando-o mais uma vez pelo trabalho realizado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, nobre Deputado José Chaves, talvez o Relator mais fluminense de todos. Primeiro, agradeço, em nome da bancada, o acolhimento, mesmo que parcial, das emendas relativas ao contorno de Volta Redonda, à BR-393 e à BR-394, ao Metrô do Rio de Janeiro, nas Linhas 3 e 4, e ainda à construção de trechos e pontes na BR-101, no Município de Campos. Obviamente, destacamos essas três emendas porque os valores, tenho certeza, dados com muito carinho, ainda não são suficientes para a quilometragem a ser alcançada pelo DNER.

Mas, nobre Relator, em nome da bancada do Rio de Janeiro, fazemos um apelo para a emenda talvez mais importante, considerada pela bancada como vital para o transporte no Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, essa emenda já foi apresentada no

ano passado, foi colhida, mas, infelizmente, como sempre, a execução orçamentária do Rio de Janeiro é sempre deficitária, menos ainda do que os dois e meio de Paulo Feijó. Apresentamos dois destaques a essa matéria, o nº 7 e o nº 9, que tratam de estabelecer valores em função da emenda prejudicada.

Na verdade, não se trata de uma rodovia estadual, e sim da interligação de três BRs, que pode ser feita por meio de uma outra BR. A designação dada pelos habitantes do Estado foi RJ-109, mas não se trata necessariamente de uma estrada estadual. Esse é um nome, mas poderia ser BR-109, BR-RJ-109. Esse não é um pleito apenas da bancada do Rio de Janeiro, mas também da FERJAN. Trata-se de um anel que possibilitará todo o fluxo do Porto de Sepetiba, que passa por toda a Baixada Fluminense e interliga o Rio de Janeiro.

Apresentamos duas emendas: uma simplesmente pedindo ampliação de valores, e outra em que mudaríamos o título, se assim entender o nobre Relator, para Contorno Rodoviário da Cidade do Rio de Janeiro. Mas o objetivo principal é essa intercessão com o Porto de Sepetiba.

Nobre Relator, agradeço a V.Exa. em nome da bancada do Rio de Janeiro e peço que olhe com carinho os Destaques de nºs 8 a 11.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Meu querido Presidente, antes de iniciar minha fala, quero prestar homenagem a um servidor desta Comissão que, nesses dez anos em que faço parte do Congresso Nacional, faz-se presente e assessora inúmeros Parlamentares e a própria Comissão de Orçamento.

Quero registrar minhas homenagens ao Joãozito Macedo e dizer que ele esteve no Amapá. Quando serve aos Parlamentares, é sempre com alegria. Presto, assim, esta justa homenagem a ele.

Sr. Presidente, estou aqui para apresentar nosso requerimento. Trata-se de destaque de uma obra estratégica para nosso Estado, a espinha dorsal do desenvolvimento, a BR-156, que interliga Laranjal do Jari ao Oiapoque.

Faço um apelo ao Relator desta área temática de infra-estrutura, no sentido de que se sensibilize e atenda ao clamor do povo do Amapá. Estamos há mais ou menos quarenta anos trabalhando pela pavimentação da BR-156. O nosso destaque solicita um valor singelo para União, 70 milhões de reais, o que é muito pouco para o Amapá.

Quando o Presidente Fernando Henrique esteve na Guiana Francesa com o Presidente Chirac, ficou estabelecido um acordo bilateral. Fui com o Presidente, de helicóptero. É verdade que o helicóptero balançava demais, e tive medo de cair, mas fomos, em nome do desenvolvimento. O Presidente então firmou um compromisso com Chirac, não só de construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque — fazemos fronteira com a Guiana Francesa —, mas de pavimentação da BR-156.

O Oiapoque, no extremo norte, é o portal de entrada da Amazônia e é por lá, Sr. Presidente, que esperamos atrair, num futuro bem próximo, através de Cayena, Capital da Guiana Francesa, em função do custo baixíssimo das passagens, 5 milhões de turistas. O Oiapoque precisa dessa atenção especial do Relator. Se S.Exa. não puder dar os 70 milhões, 65 milhões já nos ajudarão. *(Risos.)*

Os colegas estão sensíveis também a essa defesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São simpáticos à idéia.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - São simpáticos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu peço a V.Exa. que conclua, nobre Deputado.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sinceramente, estou emocionado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. é um homem de muita fé.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Com certeza. Quero dizer a esta Comissão que, há dois anos, fiz uma longa caminhada de dezessete dias. Andei quarenta quilômetros a pé, registrando cada passagem. De sandália, andei só três dias. Não agüentei porque deu muito calo no meu pé e tive de recorrer ao tênis, que têm aqueles amortecedores e tudo. Eu caminhava vinte quilômetros de manhã e, até 19 horas, mais vinte quilômetros. Percorria uns quarenta quilômetros por dia.

Sr. Presidente, a cada passada um desejo era manifestado. Conto com a sensibilidade de V.Exa. para sentir o clamor do povo do Amapá. Não houve só o meu esforço naquela caminhada, mas também a palavra do Presidente Fernando Henrique, quando se comprometeu com Chirac.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - O Ministro José Serra? Esse é antipático e irresponsável. Não quero saber de Ministro José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Senador, o Presidente comprometeu-se duas vezes com a BR-163, a Cuiabá—Santarém, e ela está parada. Foram duas campanhas.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Mas eu acho que faltou S.Exa. ser instigado e lembrado. O Presidente da República recebe muitas reivindicações, e eu quero dizer que S.Exa. terá de cumprir o compromisso que assumiu conosco.

Sr. Relator, eu queria perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se S.Exa. voltar à Presidência da República, talvez. O mandato de S.Exa. está terminando.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Mas vem a Roseana, pelo PMDB e pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quem sabe S.Exa. concorrerá a outro mandato mais à frente.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Eu pelo menos estou com uma mulher. Eu sempre gostei de mulher.

Sr. Presidente, eu queria perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero pedir compreensão ao nobre Senador. Tenho certeza de que o Relator vai olhar com o maior carinho, a maior atenção o pedido de V.Exa., porque a platéia toda está desejando que obtenha êxito em seu destaque.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Apoio total, global.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Eu só queria, para concluir, agradecer a gentileza a V.Exa., aos técnicos e às pessoas que compõem esta Mesa.

Quero fazer uma pergunta ao Relator: qual é o partido de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – O MDB, posteriormente, PMDB.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Eu também sou do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mais uma razão para V.Exa. ser atendido.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - V.Exa. não pode, de maneira nenhuma, desprezar o clamor de um companheiro seu. Em nome do partido e do Amapá, fica registrado meu apelo.

Faço um apelo também a V.Exa., Sr. Presidente, que também é do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem todo o meu apoio, nobre Deputado.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Na hora do cochicho, converse com ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. meu apoio total.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, em nome da bancada do Ceará, inicialmente, queremos parabenizar o nobre Relator pelo esforço que tem feito para compatibilizar todos os interesses nesse Orçamento. Queremos, em nome da bancada do Ceará, pedir atenção ao nobre Relator para a recomposição de alguns valores que foram cancelados a partir do projeto de lei original.

A bancada não fez nenhuma proposta de acréscimo nos valores, acreditando que os valores ordinais seriam mantidos, até porque esses três destaques que estamos apresentando são de obras estruturantes, obras que inclusive a Comissão de Orçamento já visitou no Estado do Ceará, como é o caso do Porto do Pecém, que já está operando. O próprio Presidente da República esteve lá oficializando a implantação da termoelétrica e do Complexo Industrial. Os recursos do PL asseguram a conclusão das obras até o final do próximo ano. Esse também é o caso da BR-116.

Um destaque menor refere-se à recomposição dos recursos da CBTU, que atende à Região Metropolitana de Fortaleza, transportando cerca de 100 a 200 mil passageiros.

Esses são os três destaques que a bancada do Ceará está apresentando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, nobre Relator, que inclusive fez uma leitura bem rápida do relatório, bem sucinta, apresentei destaques para duas emendas de bancada do Mato Grosso do Sul. Ainda que não estejam aqui as emendas do Mato Grosso do Sul com modalidade de Estado — e temos lá o Governo popular do Mato Grosso do Sul —, apresentei dois destaques, um sobre a adequação de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste e um para o trecho rodoviário, no Corredor Sudo-

este também, Três Lagoas—Selvíria. É uma rodovia que, inclusive, está para ser terminada.

Por que estamos apresentando esses destaques? Tivemos a oportunidade, recentemente, de apresentar um requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal. Nosso pedido foi aprovado e foi feita, então, uma visita, juntamente com o Presidente daquela Comissão, Deputado Wellington Dias, às rodovias federais. Foram convidados todos os Deputados daquela região que compõem a bancada, que compõem a Comissão, e estiveram presentes os Deputados Manoel Vitório e Nelson Trad. Foi constatada, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a necessidade de reparos urgentes naquela região do Mato Grosso do Sul.

Portanto, apresentamos aqui esses destaques para a adequação de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste, a fim de que possamos minimamente atender às rodovias federais naquela região, que, inclusive, estão sob a responsabilidade do DNER.

É nesse sentido o meu apelo. E, se V.Exa. não conhece o Mato Grosso do Sul, faço um convite para que admire as belezas do Pantanal, conheça as nossas rodovias e verifique a necessidade, evidentemente, de recuperá-las.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, serei muito breve. Pude acompanhar a elaboração e execução da proposta do nobre Relator e verifiquei que, por ser formado em engenharia, S.Exa. tratou com muita responsabilidade desta matéria.

Faço apenas um apelo no sentido de que dê atenção especial à construção de rodovias no Estado do Acre, o único deste País, juntamente com o Amapá, que, de fato, não tem acesso por rodovias. As suas cidades, as suas áreas de fronteira não estão interligadas por rodovias.

O Estado do Acre não deve ser considerado, dentro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, beneficiário do Orçamento Geral da União, apesar de já ter ocupado o primeiro lugar na produção de borracha, superando o café e a pecuária e, por muitos anos, ter alimentado a economia deste País. Veremos que existe uma dívida efetiva da União para com o Estado do Acre, se olharmos todo o processo histórico de ocupação e riqueza da Amazônia.

Tenho todas as razões para defender que haja sensibilidade da parte do Relator no que se refere à construção de nossas rodovias. E temos, de maneira especial, a integração com o mercado andino, que dispõe de 33 milhões de consumidores e vai ligar a Amazônia ocidental àquela área de consumo. Em relação à economia nacional, trata-se de um elemento estratégico e vital. Ao mesmo tempo, diria que estaremos ligados com o Oceano Pacífico, abrindo o mercado asiático por essa rodovia, que temos de concluir.

Então, o apelo específico que faço ao nobre Relator — e sei da sua sensibilidade, porque discutiu de maneira muito clara e aberta esta matéria — é no sentido que olhe com carinho essa questão. Não posso compreender o fato de Minas Gerais receber 136 milhões, a Bahia 80 milhões — não que não mereçam — e o Acre ficar com uma dívida de seguramente 18 milhões. Espero que o relatório de S.Exa. tente compensar isso com a nossa possibilidade de execução da última fronteira da integração nacional, um projeto ainda dos anos 70 do Governo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns pelo esforço e a competência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Relator, meus parabéns pelo trabalho que V.Exa. realizou, mas, infelizmente, não entendi os critérios adotados. Essa minha ignorância suscitou em mim profundo sentimento de inveja e despeito. Por exemplo, o Estado de Goiás é quase do tamanho do Maranhão, tem uma população um pouco menor e recebeu 81 milhões. O Estado do Tocantins tem a metade da população do Maranhão, é menor que o Maranhão e recebeu 49 milhões.

Estou com a esperança de que meu amigo Relator esteja anotando minhas reclamações e entendendo o meu bom humor. Realmente não estou criticando, estou apenas sentindo inveja.

Bancada do Amazonas. O Amazonas é muito maior do que o Maranhão, três vezes maior, mas tem um terço da população do Maranhão, e recebeu 48 milhões. O Espírito Santo tem 20% e recebeu 63 milhões. Mato Grosso talvez seja maior do que o Maranhão, mas sua população é muito menor, é metade ou menos da metade, embora tenha pessoas valorosas, como o nosso Presidente, que vale pela população inteira do Maranhão inteira. De qualquer forma, recebeu 44 milhões, e o Maranhão, somente 29 milhões. Mato Grosso do Sul recebeu 40 milhões. E o Pará,

que também tem população menor do que a do Maranhão, embora a área seja maior, recebeu 64 milhões.

Sr. Relator, faço essas considerações com a esperança de que V.Exa. se comova com a minha inveja e, afinal, em razão dos dois destaques que apresentei, dê ao Maranhão aquilo a que tem direito e merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, caro Relator, Deputado José Chaves, gostaria de referir-me às emendas apresentadas pela bancada do Rio de Janeiro.

Tivemos oportunidade de conversar com V.Exa. sobre a emenda que mencionou aqui, que foi considerada prejudicada, a nosso ver, por uma interpretação incorreta do que ela seja. Não se trata exatamente de uma rodovia estadual. Essa rodovia integra importantes rodovias federais no Rio de Janeiro, como é o caso da BR-101, da BR-040, da BR-116 e da BR-493. Trata-se de uma integração fundamental, que representa economia de tempo, de combustível e dá acesso a um importante porto, o de Sepetiba, e ainda preenche características semelhantes àquelas, como tive oportunidade de debater com a consultoria da Casa, do Rodoanel de São Paulo.

Ao nosso ver, não há razão alguma que impeça que o Governo finalmente venha investir nessa rodovia, que é fundamental para o contorno rodoviário da cidade do Rio de Janeiro, para a integração da malha rodoviária federal e para o acesso ao Porto de Sepetiba.

Portanto, apresentamos destaque sobre essa questão e gostaria de obter um pronunciamento de V.Exa. a respeito disso agora. Espero ver acolhido esse nosso destaque, pela essencialidade, pela importância que a bancada do Estado do Rio de Janeiro dá a essa questão.

De resto, apresentamos emendas importantes relativas a trechos rodoviários na malha rodoviária sul do Estado, na malha rodoviária federal; à construção de uma importante ponte na BR-101, cruzando o Rio Paraíba do Sul, na altura do Município de Campos, e a quarta emenda diz respeito à implantação do metrô na cidade do Rio de Janeiro, que consideramos também de extrema importância. Há pelo menos dois trechos extremamente importantes, o que vai para Niterói e o que liga o centro da cidade do Rio de Janeiro à Barra da Tijuca, uma área também essencial.

Aliás, sobre esse emenda que foi considerada prejudicada, quero dizer a V.Exa. — não sei se tive a oportunidade de dizer — que, quando fui Secretário de Planejamento, realizamos estudos. Temos, inclusive, o traçado dessa rodovia, de tal maneira que ela possa, inclusive, servir de elemento integrador de uma vasta região da Baixada Fluminense, que necessita de infra-estrutura para promover o desenvolvimento e a gerar empregos também naquela região.

Por fim, para não tomar mais tempo, gostaria apenas de ressaltar que V.Exa. cancelou parcialmente recursos do sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro. De um total de 20 milhões, foram cancelados 4 milhões de reais. Esses recursos são absolutamente essenciais. Há um programa de recuperação do sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro que envolve recursos do Governo Federal, do Governo Estadual e um financiamento do Banco Mundial. Tenho conhecimento dessa questão porque a acompanhei também como Secretário de Planejamento e temo que a redução desses recursos possa ter sérias conseqüências na contrapartida que tem que ser oferecida para os empréstimos junto ao Banco Mundial. Então, apresentei destaque também sobre essa questão, pela relevância que tem essa dotação orçamentária para o sistema de trens urbanos de passageiros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Quero somar-me aos demais colegas, Sr. Relator José Chaves, pelo brilhante trabalho que efetuou nesse relatório e pedir a V.Exa. que reexamine a possibilidade de elevar os valores das emendas relativas às BRs do nosso Estado, a BR-364 e a BR-317.

Apresentei quatro destaques, Sr. Relator, os de nºs 16, 17, 18 e 19, todos eles relativos a essas duas rodovias, que têm a função de integrar todos os nossos 22 Municípios, que estão no leito dessas rodovias, uma em direção ao Peru, à Bolívia, e a outra em outro sentido, mas também em direção ao Peru, a 364, e que integra quase que totalmente os Municípios do Estado e os Municípios com a Capital, ligando ao Centro-Sul, logicamente.

Há 40 anos, a população do Estado do Acre sonha com essas duas estradas, porque representam a integração total do nosso Estado. Eu pediria a V.Exa., Sr. Relator, que fizesse um grande esforço no sentido de nos atender nesse nosso pedido, porque o Governo do Estado vem tentando executar essas obras

com uma dificuldade enorme. Elas representam, como eu já disse, o anseio de toda a população. São obras da população do Estado, não deste ou daquele Deputado ou Senador, mas de toda a população. Repetindo, são 40 anos — dos quais acompanho somente 30 — de sofrimento do nosso povo e nosso também, como políticos da área. Ano a ano, alocamos recursos e os vemos serem contingenciados, serem liberados com atraso. E temos ainda o problema climático na região, toda a dificuldade de acesso das empresas aos grandes centros para fazer a compra de material, para transportar, etc. e tal. São menos de 700 quilômetros que estão levando 40 anos para serem asfaltados. Então, é realmente um Estado que merece a atenção do Governo Federal e desta Comissão.

Quero sensibilizar V.Exa. para esse nosso pedido e tenho certeza de que vamos conseguir pelo menos um pouco mais de recursos do que o que foi destinado nas emendas. Veja bem, numa delas, foram apenas 3 milhões. Não dá para nada. Em outra, 9 milhões, um pouco mais; na outra, 3 milhões e, na outra, 10 milhões. Eu não pediria, como o Senador Gilvam Borges, 70 milhões, mas, se V.Exa. me concedesse pelo menos 50 milhões em cada uma das emendas seria muito interessante para o nosso Governador tentar concluir essas duas estradas até o próximo ano, lembrando ainda que o Sr. Presidente da República, quando esteve no Acre...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Prometeu lá também?

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Não, não prometeu. Ele simplesmente disse, juntamente com o Ministro Eliseu Padilha, que estariam concluídas as duas estradas ao final do seu segundo mandato, o que é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Ele deverá voltar à Presidência da República num outro mandato e vai terminar isso.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Talvez seja o caso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço a V.Exa. que encerre, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Vou encerrar, deixando esse nosso apelo, como representante da bancada e coordenadora adjunta da própria bancada para o Orçamento. Espero que o resultado seja um pouquinho melhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito que a bancada seja ocupada somente por Parlamentares. Peço àqueles que não são Parlamentares que saiam da bancada. Estamos habituando-nos a um relaxamento com relação a essa questão, o que é sério, grave. A bancada deverá ser ocupada somente por Parlamentares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Chaves, gostaria de cumprimentá-los pelo excelente trabalho que vem sendo feito na Presidência, Sr. Presidente, e na relatoria-setorial, na área de infra-estrutura, nobre companheiro, Deputado José Chaves. Como sei que V.Exa. haverá de considerar inversamente proporcional o tempo gasto na explanação, Sr. Relator, vou ser muito breve, pois quero ouvir as considerações de V.Exa. sobre os pleitos que apresento.

Trago, Sr. Relator, um pedido muito especial. O Estado de Santa Catarina também tem a sua malha viária muito deteriorada. O Corredor da Morte, tradicionalmente conhecido como a BR-101, no Estado de Santa Catarina, foi transferido para a BR-480, que necessita urgentemente de obras de duplicação, sobretudo em três ou quatro pontos de cidades maiores, no entorno, para se começar a diminuir o número de acidentes e, conseqüentemente, o número de mortes. Esse é o primeiro pedido, nobre Relator: a ampliação de recursos na emenda já contemplada por V.Exa., mas cujo valor ainda é insuficiente para se começar uma ação de fato nas rodovias BR-470 e BR-280.

Algumas obras de acesso a rodovias federais em Santa Catarina, Sr. Relator, merecem nossa atenção. São obras já iniciadas e que precisam ser continuadas e concluídas. Por isso, em nome da bancada estadual, peço a V.Exa. que considere esse pleito também, ampliando os recursos destinados a essas obras, já iniciadas, de acesso às rodovias federais de Santa Catarina.

Apresento também o pleito, que agora está sendo protocolado, relativamente à BR-282, concebida antes da proclamação da independência do Brasil, à época em que este País e a Argentina ainda disputavam aquela área do oeste de Santa Catarina. Essa rodovia ainda precisa de recursos para ser definitivamente implantada.

Sr. Relator, por fim, quero associar-me ao pedido do Deputado Konder Reis no sentido de que V.Exa. dê atenção a um pleito apresentado, sob a forma de destaque, relativamente às instalações portuárias do Estado de Santa Catarina.

Feitas essas observações, nobre Relator José Chaves, reforço as questões que apresentei, de maneira especial aquelas que se referem ao acesso a rodovias federais e às BR-470 e BR-280 como os principais pontos, sem esquecer de reforçar as duas posteriormente apresentadas.

Agradeço a atenção de V.Exa., uma vez mais cumprimentando-o pela sensibilidade que tem demonstrado e a atenção que dispensa a seus pares, que é digna de registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Insisto em dizer que a bancada só deve ser ocupada por Parlamentares. Assessores e visitantes não podem ocupar as bancadas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

É legítimo que V.Exa. solicite que desocupem os lugares para assento de Parlamentares, quando for necessário. Contudo, todos temos assessores que às vezes nos socorrem. Sentados ao nosso lado, esse trabalho fica mais fácil.

Gostaria de propor a V.Exa. que, quando a Casa estiver cheia, os assessores desocupem os assentos; no entanto, se houver lugares vagos, não há por que não estarem ao lado dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, infelizmente, essa não é a regra. Essas bancadas são para os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Essa é a regra que tem sido adotada nos anos em que estou aqui, Presidente. Peço a V.Exa. uma certa tolerância nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Insisto em dizer que aqueles que não são Parlamentares não devem ocupar a bancada.

Passo a palavra ao Deputado Paes Landim, próximo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Caro Relator-Setorial, pelo Destaque nº 0041, estou pedindo a V.Exa. a recomposição do valor original para a construção de trecho rodoviário do Corredor Nordeste, São Raimundo Nonato—Picos, na BR-020. Essa estrada é uma meta rodoviária de Juscelino Kubitschek, a Fortaleza—Brasília, que infelizmente ainda não foi concluída. No Governo atual, fizemos mais de 100 quilômetros nessa rodovia, que vai de Barreiras a Brasília e de Picos a Fortaleza.

Nesse **intermezzo**, estamos tentando alavancar recursos para concluir de vez o trecho. É bem verdade que o recurso é muito modesto, mas a atual tratativa do Governo Federal com o Banco Mundial inclui uma programação muito forte em relação a sua conclusão, razão por que é importante manter o modesto valor que veio alocado.

Peço, então, a recomposição do valor cancelado por V.Exa., que, como eu disse, é modesto. Creio que V.Exa. não teria nenhuma dificuldade em recompô-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA - Sr. Relator, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho, paciência e determinação. Quero principalmente dizer da nossa alegria, em Goiás, de ver contemplado nosso metrô.

O recurso foi colocado dentro das suas possibilidades, mas, como Goiânia tem cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes, e o projeto técnico avança muito acima desse valor previamente definido, peço a V.Exa. que olhe com mais atenção e acrescente um pouco mais de recursos, para que possamos realmente cumprir o projeto e iniciar essa obra tão sonhada por toda a bancada de Goiás, pelo Governo do Estado e pelo Prefeito de Goiânia.

Agradeço a V.Exa. a atenção, reafirmando a necessidade de um acréscimo, para que possamos executar os primeiros passos do projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Atendendo ao apelo manifestado, os assessores poderão ocupar as duas últimas bancadas.

Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, também pretendo ser breve. Quero saudar o Relator pelo trabalho e também fazer uma consideração.

Na condição de membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, ficamos durante dois meses vistoriando as estradas federais brasileiras. A partir de uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Transportes, detectamos uma situação gravíssima das estradas federais — cerca de 80% em estado péssimo ou ruim.

Sr. Relator, vários Deputados dessa mesma Comissão, quando foram a Minas Gerais, sobrevoaram a BR-381, a chamada “estrada da morte”, no trecho que vai de Belo Horizonte à cidade de Ipatinga, no Vale do Aço. Essa estrada tem um traçado de 40 anos e dá fácil acesso às principais empresas de Minas Gerais — USIMINAS, ACESITA, CENIBRA , Belgo Mineira, enfim, à região industrial do Estado. Até hoje,

uma das partes mais montanhosas não recebeu investimentos para fazer um traçado. Estamos trabalhando pela duplicação dessa estrada.

Houve um corte linear em torno de 20% na previsão de investimento para essa estrada. Pretende-se fazer a restauração em três pontos dessa estrada, onde a situação é gravíssima. Para se ter idéia, 140 pessoas morreram nessa estrada ano passado, segundo levantamento da Polícia Rodoviária Federal. Está sendo feita a restauração em outros trechos, e quero ponderar quanto a esses três trechos. Um deles é a adequação do contorno rodoviário no Corredor Leste, BR-381/MG, Coronel Fabriciano/ACESITA/Timóteo. A previsão eram 8 milhões para essa restauração, que já está em andamento, mas foram cortados 20%, 1 milhão, 600 mil. Estamos fazendo um destaque no sentido de se retirar esse corte.

O mesmo estamos fazendo para adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste, BR-381, Antônio Dias—Nova Era, também buscando resgatar o valor que foi cortado. A previsão era de 7 milhões e agora é de 5 milhões, 600 mil reais. Vamos tentar restaurar, solicitando a condescendência de V.Exa., especialmente quanto a essa estrada, considerada pela própria Comissão um dos piores trechos que temos hoje em Minas Gerais, pelo fato de que o traçado é antigo e triplicou o volume de carros na última década, especialmente nos horários de pico. Além disso, o corte atinge uma obra que está em andamento.

Entendemos que são poucos os recursos. Para que seja feita a conclusão, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que nos atenda, fazendo essas correções.

Há também a adequação do trecho rodoviário do Corredor Norte da BR-381, no entroncamento da MG-435 com a BR-262/MG. As referências já estão aqui, não vai ser difícil o assessor da relatoria acompanhá-las.

Essas são as minhas considerações, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Ilustre Relator, solicito a reconsideração de V.Exa sobre algumas emendas apresentadas. Uma delas refere-se à adequação de trechos rodoviários, cujo valor destinado, 15 milhões de reais , é absolutamente insuficiente para o tamanho do nosso Estado. Solicitamos que estude o acréscimo de algo mais.

Outra questão apresentada por nossa bancada trata da ampliação dos molhes do Porto do Rio Grande. Esta obra está em fase final. Os 15 milhões são praticamente suficientes, mas precisaríamos um pouco mais para concluir a obra, do contrário, teremos uma obra praticamente pronta sem poder utilizá-la.

Com relação à construção de trechos rodoviários, o valor disponível pelo Relator é insuficiente. O Estado do Rio Grande do Sul teve, infelizmente, por decisão governamental anterior, privatizada boa parte de suas estradas federais. Com isso, deixa de receber recursos e o povo tem de pagar pedágio. As estradas federais não privatizadas estão sem recurso para manutenção, e muitas delas encontram-se em situação absolutamente precária.

O que tem ocorrido? Estamos buscando o reconhecimento de uma dívida no Ministério dos Transportes de oitocentos milhões de investimentos de vários governos estaduais em rodovias federais. Isso segundo apontamento do Tribunal de Contas do Estado e da Assembléia Legislativa. Não queremos que o Relator contemple essa questão, mas justifico apenas a situação do Estado do Rio Grande do Sul, atingido por decisões passadas, que contribuem para prejuízo do seu povo.

Uma emenda que não foi contemplada por V.Exa. — a única —, segundo informação do coordenador da bancada, nosso colega Deputado Airton Dipp, membro desta Comissão, foi encaminhada para o Ministério da Integração Nacional; depois, o Governo retificou. Em função disso, segundo V.Exa. expõe no relatório, a informação foi extemporânea e não foi possível contemplá-la, indo direto para o relatório geral analisar essa questão.

Estamos pedindo a consideração de V.Exa, uma vez que o erro partiu de uma informação do Governo e o povo do Rio Grande do Sul não pode ser prejudicado. Então, pedimos a reconsideração, para que essa emenda da bancada possa ser incluída no pleito.

Para concluir: na página 123 temos os valores orçados para o TRANSURB —Transporte de Passageiros Urbanos, o trem, havia 78 milhões e V.Exa está fazendo um corte de 12 milhões, 280 mil reais. Até aceitamos esse corte, desde que esse valor seja usado em outra rubrica, dentro dessas emendas que foram propostas; do contrário, queremos que nosso destaque seja reconsiderado, para que o valor original seja restabelecido.

Agradecemos a V.Exas. o trabalho realizado e os recursos que contemplam nosso Estado, mas consideramos absolutamente insuficientes, pela contribuição do Rio Grande do Sul. Essa emenda que ficou fora trata de um canal para que o Estado possa facilitar sua exportação, sendo um dos que têm trabalhado

muito na exportação. Pedimos a consideração e a revisão dos valores, para que possa contemplar a bancada do Rio Grande do Sul.

Obrigado, nobre Relator e nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, falarei apenas por dois minutos. Nossa saudação ao Relator. Nós, do Estado do Espírito Santos, estamos felizes com o relatório, não com relação ao que disse o Deputado Pedro Novais, com alguma característica de prioridade, pelo contrário. Farei o meu relato.

Antes, quero apenas registrar uma preocupação. Na página 16, o Deputado Orlando Desconsi citou o caso do Rio Grande do Sul. Precisaríamos saber se da forma como foi posta esta emenda pode ser recolhida pelo Relator-Geral, porque normalmente é aberta uma rubrica com um valor singelo de um ou dez reais. O Relator aloca o recurso, mas a emenda tem de ser acolhida pelo Relator-Setorial. Emenda rejeitada pelo Relator-Setorial, o Relator-Geral não tem competência para acolher. Precisaríamos dar um tratamento um pouco diferente da forma como foi redigido aqui. Na minha avaliação, o Relator deveria acolher a emenda, recepcioná-la, designar um valor simbólico e, a partir daí, o Relator-Geral se encarrega de alocar o recurso, se assim entender o Relator-Setorial.

Pela primeira vez o Governo Federal adotou a possibilidade da construção de um porto de contêiner na Barra do Riacho, uma área importante de desenvolvimento para o Estado do Espírito Santo. Acreditamos que seremos tratados não como os portos de Sepetiba e outros portos do Brasil afora, mas com algum respeito e carinho por parte do Governo Central. Já foram alocados alguns recursos por parte do Governo Federal, a bancada identificou como prioridade, o Relator entendeu e acolheu vinte milhões.

E também em uma das maiores estradas que corta o Estado do Espírito Santo, a BR-342, foram feito cinco contratos diferentes. É uma grande estrada para a realidade do Espírito Santo. Essas duas emendas foram bem contempladas.

Tínhamos dez solicitações de emendas, na área de construção, restauração e adequação. A bancada não tinha condições de alocar dez emendas só na área de infra-estrutura de estrada. Fizemos uma alocação coletiva: uma emenda de construção, uma emenda de restauração e uma emenda de adequação. V.Exa as acolheu com o valor de cinco milhões cada uma. Com certeza, respeitosamente, ficamos com aproximadamente dois milhões para cada rodovia. É muito pouco. Gostaríamos que V.Exa. pudesse verificar com muito carinho as Emendas nºs 12, 14 e 15 no sentido de alocar algum recurso a mais. Essa grande estrada com certeza é uma prioridade de nossa bancada.

Com relação ao relatório de obras irregulares, no momento correto, no comitê, quero apresentar o caso do Porto de Vitória. Este porto ainda consta como obra irregular, mas já foi feito um decreto legislativo e ele já tem que sair daqui. Já foi aprovada a liberação do recurso que tinha para o exercício de 2001. Esse parecer já existe, foi aprovado pelo Congresso Nacional. Portanto, identificarei o procedimento mais correto para que essa rubrica saia daqui.

O que foi feito no Porto de Vitória foi uma dragagem. Aqui é uma obra para a construção de um porto em outra região do Espírito Santo. Não há vínculo uma com outra. Mesmo a irregularidade ocorrida no porto passado já está sanada. As outras obras onde existem irregularidades já foram bem identificadas. Vamos alocá-las em uma tabela à parte, para que o Tribunal de Contas se posicione de acordo com sua capacidade de resolver os problemas e irregularidades.

Agradeço ao Relator o tratamento dado ao Estado do Espírito Santo. Foi o relatório que mais contemplou o Estado. De qualquer forma, fica de nossa parte registrada uma reivindicação para aquela quantidade de rodovias que desejamos concluir e dar encaminhamento.

Inclusive, V.Exa está acompanhando pelos jornais os estragos feitos pela chuva nesse período no Estado. O Poder Executivo emitirá medida provisória alocando dezesseis milhões emergenciais para recuperar estradas e trechos de rodovias, em função das chuvas. Foi decretado estado de calamidade naquela área. Portanto, o Relatório de V.Exa vem atender a um desejo e a uma necessidade do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Ouviremos agora a voz da Paraíba do norte, por intermédio do Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Relator, inicialmente me acostarei aos números divulgados pelo Deputado Pedro Novais. Estou com inveja, Deputado Pedro Novais, em razão dos recursos que os outros Estados conseguiram aprovar no relatório.

Sr. Relator, sei das dificuldades que V.Exa teve para formalizar este relatório. Mas acompanho o pedido, no mesmo tom, do Deputado Pedro Novais. A bancada da Paraíba tem somente uma emenda neste relatório, que é para a duplicação da BR-230. Essa rodovia liga João Pessoa a Campina Grande. Com certeza, a conclusão dessa estrada irá representar muito não só para o setor econômico, mas principalmente para o do setor de turismo. V.Exa conhece bem as nossas praias e sabe do potencial que oferecem em termos de turismo.

Sr. Relator, o nosso destaque é o nº 1. Esperamos que V.Exa o grave bem e, nos estudos que realizar, o veja com carinho.

Agradeço antecipadamente a posição que V.Exa irá tomar no que diz respeito à duplicação da BR-230.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Relator, V.Exa promoveu um corte linear de 10% em todos os recursos de investimentos. Com isso, cometeu uma injustiça muito grande. Desprezou o conceito da progressividade e não levou em consideração aquelas unidades da Federação que não tinham emenda coletiva. Se o Estado possui emenda coletiva, V.Exa poderia repor esses valores com acréscimo, através da Emenda. Depois V.Exa buscou apoio técnico e avançou no corte. Passou-o para 20%, ampliando ainda mais essa injustiça.

O Estado de Alagoas não tinha emenda coletiva, portanto, não se vê em condições de reposição dos valores que V.Exa cortou, sem critério. Por isso, apresentei quatro destaques, todos eles no sentido da recomposição de dotações canceladas. Nos subtítulos "Restauração de rodovias federais no Estado de Alagoas", "Eliminação de pontos críticos no Estado de Alagoas", "Conservação rotineira e emergencial de rodovias federais no Estado de Alagoas" e "Manutenção e operação do sistema de trens ferroviários de passageiros no Estado de Alagoas" apelo para V.Exa., na medida do possível, no sentido de que reponha esses valores para o meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, serei breve. Apelo para o Sr. Relator no sentido de que reexamine uma emenda de bancada para alocação de recursos para a BR-317. Essa rodovia vai de Boca do Acre à divisa com o Estado do Acre. Já existem recursos alocados para ir de Rio Branco, Capital do Acre, à divisa com o Amazonas — se não me engano, são cerca de dez milhões de reais. É necessário que haja maior volume de recursos para que de Boca do Acre à fronteira com o Estado essa obra possa ter andamento e continuidade. Apelo para que V.Exa reexamine essa emenda. Fizemos o destaque e nós, da bancada do Amazonas, apresentamos apenas três emendas, que são exatamente para três rodovias que estão em obras no Estado, a BR-319, restauração de rodovias, que irá atender à BR-230, e essa BR-317, para a qual peço o reexame de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, por falha minha, não fiz menção aos critérios adotados pelo Relator do setor Saúde, Deputado Paulo Feijó. Poderia discordar de S.Exa pelo critério, mas acho que se aproximou de algo que podemos aceitar, pois foi proporcional à população, ao número de emendas de bancada etc. Não vi o critério usado por V.Exa, Deputado José Chaves, de quem gosto muito.

Da mesma forma como os Deputados do Maranhão se queixaram, eu, do Pará, quero me queixar. Na verdade, na distribuição das emendas, vemos que houve Estado com 40 mil reais por emenda e outros com cinco mil reais . Esse é apenas um detalhe para o qual quero chamar sua atenção. Não havendo critério, todos gritam e têm razão. Por que o Estado tal? Não sei se V.Exa levou em consideração a recomendação do relatório preliminar, que diz que "ao Ministério dos Transportes caberá ao Relator-Setorial explicitar e justificar os montantes alocados em cada unidade da Federação nos programas de restauração e conservação de rodovias federais, levando em conta, dentre outros fatores, o fluxo de tráfico e a proporção da malha rodoviária federal pavimentada".

É importante um critério, porque com ele podemos melhorar a distribuição dos recursos e diminuir as desigualdades regionais. O Pará é o Estado que tem o maior volume de rodovias federais não pavimentadas do Brasil, com o dobro do segundo Estado. No entanto, recebeu apenas 83 milhões de reais de acréscimo. O Maranhão se queixou porque sua população é maior. Mas isso não é verdade. O Maranhão tem uma população um pouco menor que a do Pará.

Faço uma análise crítica desse assunto. Isso só me foi permitido porque V.Exa fez um relatório mos-

trando, transparentemente, como está a execução orçamentária, Deputado. É lamentável. Tínhamos de ter outro critério. O Deputado que brigar por suas emendas no ano seguinte, pela execução orçamentária de suas emendas ou de sua bancada merece ter mais recursos. Na realidade, todos criticam, reclamam e vêm para cá brigar. Estamos aqui até tarde. No ano que vem, como agora neste ano, deixaremos que o Governo utilize excesso de arrecadação — quer dizer, não temos demonstração de receita — para suplementar programas de interesse dele.

O superávit financeiro do ano passado foi de 50 bilhões reais. Neste ano, vai ser mais uns 20 bilhões de superávit financeiro, porque ele não executou o que está no Orçamento, Deputada Laura. Na verdade, ele tem dinheiro, mas não executa porque é incompetente, irresponsável e permite que essas rodovias continuem matando o povo brasileiro.

Os hospitais e as universidades estão falindo porque o Governo não executa o Orçamento. É necessário que digamos isso com toda a veemência para que alertemos os companheiros para o fato de não podemos aprovar recursos para ações complementares ou créditos especiais.

Ainda chamo a atenção de V.Exa. para a eclusa de Tucuruí. A eclusa de Tucuruí é um dos projetos de maior importância em termos de transportes rodoviários do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Vai permitir o escoamento da produção do Mato Grosso, área leste do Mato Grosso, das margens do Rio das Mortes, do Rio Araguaia, do Estado de Goiás, do Estado do Tocantins. V.Exa. retira dinheiro da eclusa de Tucuruí. Não se pode nem pensar numa coisa dessa! Treze milhões a menos! Precisávamos acrescentar mais uns 40 ou 50 milhões.

Essa emenda vai fazer com que amanhã trabalhemos duro. Eu, do Pará, não posso abrir mão e aprovar esse relatório com cortes na eclusa de Tucuruí, que beneficia toda a Região Centro-Oeste, a Região Norte, o Estado do Tocantins, o Maranhão, enfim, todos serão beneficiados. E V.Exa. retirou dinheiro da eclusa de Tucuruí! Já fiz uma emenda de recomposição de recursos. Quero pedir a V.Exa. que depois nos atenda, porque é um pleito absolutamente justo.

Há anos faço este mesmo comentário e nunca se corrigiu: "Fiscalização de concessão de rodovias. Rio de Janeiro—Juiz de Fora: 3 milhões, 750 mil." Significa dizer que se destina em torno de 300 milhões de reais por dia para fiscalizar a concessão terceirizada. Terceiriza-se a concessão e, depois, terceiriza-se a fiscalização. Trezentos mil reais por mês!

Deputado João Grandão, dá para fazermos um bocado de trem na nossa região, não é verdade? Com trezentos mil reais dá para pagar quantos engenheiros, a cinco mil reais, que é o preço médio? Dá para pagar dez engenheiros, cinqüenta mil; mais dez carros, trinta mil; mais cinqüenta mil. Enquanto isso, nossa BR-163, a Cuiabá—Santarém, não sai, porque há desvios em outras áreas. Isso aqui deveria ser cortado. Sei que V.Exa. não tinha emenda nem podia fazê-lo, mas o Relator-Geral pode corrigir essa distorção, porque há roubalheira aqui.

E mais: para fiscalizar a concessão da Ponte Rio—Niterói, são 120 mil reais por mês. É uma loucura tudo isso.

Quero pedir a V.Exa. atenção especial, porque quando V.Exa., às vezes, dá com a mão, retira com outra. Não faça isso, meu Relator José Chaves. Não podemos, precisamos de um dinheiro a mais. Sei que V.Exa. tem dificuldade, mas na BR-163, Cuiabá—Santarém, V.Exa. acrescentou poucos recursos; retirou 13 milhões e 200 mil e colocou 24... Não, menos. V.Exa. só acrescentou 19 milhões, e retirou 5. Nós, que tínhamos 25, ficamos só com 39 na Cuiabá—Santarém.

O ex-Governador, nosso Presidente, Senador Carlos Bezerra, sabe perfeitamente da importância desse eixo rodoviário para o Brasil. É como a hidrovia do Araguaia—Tocantins e a eclusa de Tucuruí. V.Exa. não sabe a importância disso. Vamos ter o Porto de Santarém levando o nosso produto agrícola para a Europa a uma distância, em termos de milhares, de quatro mil milhas a menos. O preço do frete por toneladas de soja será de 20 a 30 dólares por tonelada a menos. Se pagamos 70, vamos pagar 20 ou 30 a menos; ou seja, 40% a menos de frete. Viabiliza toda a produção da região. É uma fronteira agrícola formidável, poderia até avançar por aquela região norte do Pará.

Quero fazer esse pedido a V.Exa., porque ainda há tempo de adotar um critério. Vamos ter a necessidade de asfaltamento de rodovia. São 800 quilômetros que faltam asfaltar da Cuiabá—Santarém, uns 850 quilômetros. O Presidente da República, na primeira campanha... Aliás, tudo o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso promete não cumpre. V.Exas., do Governo, votam nele porque querem. Isso é brincadeira! S.Ex.a não tem responsabilidade nem na execução orçamentária, porque tem dinheiro, mas não aplica o recurso. Seus assessores são incompetentes — falo isso para todos e já disse isso para o Planejamento. O Governo não executa tendo dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vou encerrar, Senador Bezerra. Aos Deputados que não estavam na reunião do dia 27 de dezembro com o Presidente da República, vou repetir pela décima vez — está aqui o ilustre Deputado que estava conosco. O Presidente disse que tinha dinheiro e queria que o ajudássemos a gastá-lo. É irresponsabilidade um Presidente da República dizer algo assim em um país com tanta dificuldade e tanta miséria. Como podemos ouvir isso de um Presidente? E S.Exa. tinha razão, passou com 52 bilhões de superávit.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, não sei. Se não é o Lula, é o Ciro Gomes; penso que é por aí. A Roseana vive na mesma malha. Já veio de lá, não serve. Vamos mudar.

(Não identificado) – Com certeza.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Temos de mudar este País. Para isso, é preciso trocar de política econômica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se Deus quiser, Deputado. Peço que encerre.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, tenho certeza de que vou contar com o Relator para corrigirmos as distorções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E com o Presidente também. O último orador inscrito é o nobre Deputado Coriolano Sales, da Bahia. Peço que seja o mais breve possível.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Serei telegráfico, Sr. Presidente. Quero apenas cumprimentar o Relator, parabenizá-lo pelo trabalho que fez e externar a expectativa de poder ser atendido na conclusão de uma obra federal que já se vem arrastando há cerca de cinco anos na BR-116, que liga o Sul ao Nordeste e vice-versa, na região de Vitória da Conquista. É um anel rodoviário por onde passam diariamente cerca de 8 mil veículos, 240 mil veículos por mês, três milhões de pessoas por mês. E essa obra se arrasta há cinco anos.

Peço a atenção do Relator para este caso. Apresentei dois destaques, um de reposição, como sabe V.Exa., e um outro que visa socorrer a obra na rubrica nacional. Cheguei a mostrar a S.Exa. umas fotografias com relato completo da obra, que expressa apenas uma parte do que se está fazendo. Deveria ser mais do interesse do próprio Governo, porque é uma obra importante para ele do ponto de vista da publicidade, das vantagens eleitorais. Mas já que o Governo não teve tão grande interesse, colocou apenas 2 milhões, como V.Exa. bem sabe, como Parlamentar da região e cuidando dos interesses da população regional, peço a atenção de V.Exa. para ver se, afinal, concluímos essa obra. Representa grande prejuízo para a Nação não concluir essa obra federal importante que se vem arrastando há longos anos.

Era só isso.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator, para responder às indagações. Peço que seja curto e certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vou procurar usar a capacidade de síntese que, dizem, o engenheiro tem. Mas tenho de citar nominalmente cada um.

O Deputado Pedro Chaves faz um apelo de recomposição. Entendo, mas poderia dizer que Goiás, no ano passado, teve 46 milhões de reais, este ano teve 81 milhões de reais, com uma malha de 2.976 quilômetros. Mas vamos examinar. A dificuldade desta relatoria é uma demanda de 7 bilhões e 500 mil, Deputado Pedro Novais, para uma capacidade de atendimento de um pouco mais de um bilhão.

Deputada Laura Carneiro, pelo contrário, o Rio de Janeiro dá demonstração de que se interessa pelo Orçamento Federal. No ano passado, o Rio de Janeiro teve 11 milhões, Deputado Jorge Bittar. Neste ano vai para 80 milhões. Talvez o **royalty** do petróleo não tenha feito o Rio de Janeiro se interessar. Mas este ano mostra muita firmeza nisso. Nenhum Estado teve o acréscimo que o Rio teve neste ano. Saiu de 11 milhões para 18 milhões.

Há uma pendência de ordem não diria legal, mas técnica, e a assessoria está estudando. Há desejo de esclarecimento e sobretudo vontade política de não sacrificar o Rio de Janeiro, dentro desse contorno dito pela unanimidade da bancada. Não vi Deputado do Rio de Janeiro que não defendesse a necessidade de ligação entre a BR-101 e o entroncamento da BR-014 com BR-016, não sei se estou...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Cento e dezesseis. É isso mesmo.

O Senador Gilvam Borges já fez o grande apelo dele, um número talvez impossível de atender, mas certamente vamos procurar, com ajuda de todos e do Relator, ver o que podemos fazer.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos tem um caso semelhante ao do nosso amigo Deputado

Olavo Calheiros. O Ceará não teve nenhuma emenda de bancada. Teve corte em Pecém, CBTU, BR. Vamos fazer um grande esforço, como vamos fazer também em Alagoas, Deputado Olavo Calheiros. Só discordo quando V.Exa. diz que fizemos corte sem critério. Confesso que pode até ter sido equivocado, mas o critério não foi dado pelo Relator, mas pela relatoria. Penso que não foi o Dória que leu, todos nós formamos uma equipe. E na hora em que tomamos uma decisão, não deixei de cortar nem acrescentei mais do que 20% em nenhum Estado. Esse foi um critério dado, talvez não eleito por mim. Evidentemente, traz distorções. Acredito que o Ceará, Sergipe e Alagoas sejam prejudicados nisso. Vamos estudar. Está aí o seu destaque, tentaremos repor o máximo e, se possível, a perda total. Esse é o desejo, pelo menos em relação aos três Estados.

O Deputado João Grandão, do Mato Grosso do Sul, faz um apelo. Penso que houve um acréscimo. Hoje, o Mato Grosso do Sul, na gestão democrática do Zeca, tem 40 milhões e uma malha rodoviária razoável. Talvez seja muito pouco para a própria malha, quase três mil quilômetros.

Senador Tião Viana, do Acre, fez um grande apelo, mostrando a situação caótica em que se encontra o Acre. Vamos estudar, mas houve acréscimo nosso em relação ao ano passado. Para todos os Estados estamos dando um acréscimo.

Deputado Pedro Novais, minha formação é na área da engenharia, não sou engenheiro rodoviário, mas tentei formar um critério. Quando tentamos formar um critério, partimos do critério técnico para tomar uma decisão política. Mas fica impossível. A minha primeira decisão foi de não fazer um metro de estrada nova enquanto não restaurassem as antigas. Mas, sinceramente, quem sou eu para definir cada Estado?

Esta relatoria está focada em dois pilares: primeiro, 100% de critério regimental. Não temos uma vírgula fora do Regimento. Mas nessa mesma ênfase de ser regimental, isto é, ser técnico, fomos dirigidos para os critérios políticos. O critério político foge a um padrão. Ora é malha, ora não é. O Maranhão tem uma malha excelente, acredito que devido à passagem do Senador José Sarney; uma malha federal maior do que a de São Paulo, maior do que a do Rio de Janeiro. O Estado de São Paulo tem recursos próprios e constrói. Ficou difícil estabelecer, mas posso dizer que o Maranhão teve um crescimento de 10 milhões, na relatoria passada, para 29 milhões. Talvez, depois do Rio de Janeiro, tenha sido o Estado que mais cresceu, o porto e a recuperação apenas com duas emendas.

Confesso que não há um critério técnico, é impossível. A minha formação é em ciências exatas e gostaria de fazer dessa forma.

Deputado Jorge Bittar, já falei. Disse a S.Exa. a situação em que se encontra.

Deputado Silas Brasileiro, é um grande apelo, tão grande quanto os opositores de lá. Mas o mais importante é o Acre, tenho certeza de que é o desejo de todos.

Deputado João Matos referiu-se também a uma recuperação, em Santa Catarina.

O Deputado Paes Landim referiu-se a algo até modesto, 200 mil reais, acho que vamos... Não há uma reserva grande. Estamos usando outro recurso que eu talvez tenha até de trazer a plenário para saber se poderemos usá-lo ou não. Estamos usando recursos do DNER, é esta a nossa reserva: excesso de arrecadação, multas, cabos óticos, essas coisas que fazem certamente o crescimento.

A Deputada Lúcia Vânia fala pelo metrô, uma prova de sua capacidade majoritária. Assume que luta por uma obra grande. Fizemos um apelo, que foi também do próprio Governador.

Deputado João Magno, de Minas Gerais, que tem a maior malha, 7.511 quilômetros, recebeu acréscimo grande. Sei que é difícil a situação de Minas, até porque tem a maior malha. Talvez se tivesse concentrado tudo em recuperação seria melhor. Mas quem sou eu para definir se Minas faz ou não recuperação, construção ou adequação. Dessa forma, entro na esfera técnica, mas estamos numa casa eminentemente política, onde a sensibilidade é diferente da ciência exata.

Penso que estou terminando, Sr. Presidente.

O Deputado Orlando Desconsi, do Rio Grande do Sul, fala sobre um corte no metrô e solicita reposição. Caso idêntico ao de Alagoas, Ceará ou Sergipe. Vamos procurar fazer. S.Exa. fala em uma restauração de uma emenda. Esse foi um erro nosso; aliás, foi um erro técnico. Chegou num momento em que já estavam esgotados todos os recursos. Pedi ao Relator. A emenda não está sacrificada. Ela terá uma reposição. Mas é um caso particular que tenho certeza de que o Presidente, com ajuda do Líder, do comitê, do Deputado João Coser, desse pessoal, vai encontrar uma solução para o Rio Grande do Sul.

O Deputado Armando Abílio faz uma observação idêntica ao do Deputado Pedro Novais. Procuramos criar critério, mas, infelizmente, não deu. É o

mesmo caso do Deputado Giovanni Queiroz. Existe um critério: ora um pouco mais técnico, ora um pouco mais político. Penso que a sensibilidade é política; no fim, a decisão é política. E aí assumo a política. Esqueço qualquer qualificação técnica minha.

O Deputado Átila Lins faz um apelo com justa razão, penso que um dos problemas maiores foi no Amazonas. Talvez fruto da chamada pressão política, o Relator sofre e comete injustiças. Sofreu pressões para uma determinada área e a outra, em relação à qual um companheiro estava diariamente pressionando, passa despercebida. Não somos uma enciclopédia, não somos um instituto de pesquisa para saber da situação de cada Estado. Certamente, há equívocos e vamos procurar fazer uma correção.

Por fim, o Deputado Coriolano Sales, que tem uma das melhores obras do Estado da Bahia, o contorno de Vitória da Conquista. S.Exa. pede uma reparação e tenta enquadrar numa emenda nacional. Vamos fazer o possível, sabendo-se que a obra está localizada talvez no centro do País, tentando uma solução técnica. É obra da maior justeza. Não foi analisada por falta de emenda. Como sofre um Deputado com restrições políticas. É como eu mencionei: eu não podia sair da área regimental, não temos uma vírgula fora. Essa foi uma decisão.

Acho que já é hora de encerrarmos, tendo em vista a fisionomia séria do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabéns!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Quero agradecer a todos, principalmente à Assessoria. E solicito a compreensão de todos. Se não atendi aos pedidos na primeira análise, a idéia é atender. Talvez os números não sejam iguais a esses, mas será feito um grande esforço. O gabinete está de portas abertas para qualquer um, a qualquer instante, independentemente de partido. Tenho uma Relatoria pertencente ao PMDB, mas ela é, antes de tudo, plural do ponto de vista político. Ela atende a todos os políticos, a exemplo do Senador Tião Viana, com o nobre Governador do Acre, pertencente ao Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado a todos, a minha equipe e aos senhores pela paciência. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes, gostaria de encerrar aqui...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou conceder a palavra a V.Exa. Antes, quero encerrar aqui a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de indagar ao Sr. Relator, que tem um dos melhores assessores aí do lado, se aquela questão minha está resolvida com relação ao Rio Grande do Sul. Se ela tem uma rubrica de 1 real para que o Relator-Geral possa acolher a emenda, porque pelas normas temos que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. discutirá com o Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Há uma quantia mínima para que negociemos e não coloquemos menos. Nenhuma deixou de ser atendida nesse relatório — nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta discussão está encerrada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte a todos os senhores: apenas uma emenda passou de 35 milhões: a BR-232, que liga Recife a Caruaru. Uma obra feita pelo Governo do Estado que já usou 300 milhões da poupança popular, com a venda da companhia elétrica. Trinta anos de poupança feita pelo povo, usou sem o Governo Federal colocar um tostão. Nessa emenda colocamos 35 milhões. Essa foi a "pernambucanidade" que usamos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agradeço ao Deputado José Chaves pelo seu brilhante trabalho.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a discussão deste assunto e encerrado o prazo para destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa., pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Apenas um detalhe. Sr. Relator, Deputado José Chaves, esqueci de mencionar uma questão e acho importante que V.Exa. se atenha a ela. Na verdade, as fontes usadas são condicionadas à maioria das muitas fontes condicionadas. Eu queria propor a V.Exa., como fiz ao Relator anterior, da Saúde, que houvesse uma distribuição proporcional por fonte para o atendimento das emendas de bancada.

Era essa a proposta que gostaria de fazer a V.Exa., que foi acatada pelo Relator anterior e que entendo ser justa.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Será examinado nesse modelo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos passar agora para o item nº 9, Área Temática IX — Integração Nacional e Meio Ambiente. Relator-Setorial: Deputado Luciano Castro, a quem passo a palavra, pedindo que seja o mais sucinto possível na apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, acredito que todo o Plenário desta Comissão já tem conhecimento do teor do nosso relatório, que foi amplamente divulgado, com muita antecedência, dispensando toda a leitura formal.

Vamos fazer apenas alguns comentários rápidos sobre o relatório e depois passaremos logo ao período das discussões.

Na realidade, a proposta apresentada pelo Poder Executivo para os dois Ministérios que relatamos, os Ministérios da Integração Nacional e Meio Ambiente, somam 6,2 milhões de reais, com um crescimento nominal de 20% sobre os valores líquidos no exercício de 2000, embora 7,2% inferiores ao autorizado de 2001.

Os recursos alocados ao Ministério do Meio Ambiente apresentam um crescimento de 71%, se comparados com os valores liquidados em 2000, devido, sobretudo, às dotações destinadas à Agência Nacional de Águas, que não constou no orçamento daquele exercício, contemplado com 239 milhões.

O Ministério da Integração apresenta um crescimento de 85% sobre os valores liquidados em 2000.

No entanto, convém lembrar que, por intermédio da Medida Provisória nº 2.145, de 2001, foram extintas as Superintendências da SUDAM e da SUDENE e criadas as agências de desenvolvimento do Norte e do Nordeste.

Gostaríamos de salientar que em nossa relatoria foram apresentadas 978 emendas, distribuídas em 844 emendas individuais, que totalizaram 218 milhões de reais; 115 emendas de bancada, que totalizaram 5 bilhões, 637 milhões de reais; e 19 emendas de Comissão, que totalizaram 1 bilhão, 770 milhões de reais.

Das emendas individuais, sete foram transferidas para as outras Áreas Temáticas e foram recebidas cinco.

Com relação às emendas coletivas, foi transferida uma emenda de bancada estadual para a Área Temática V — Infra-Estrutura, e recebida uma emenda de Comissão na Área Temática IV — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, conforme discriminamos no adendo constante desse relatório.

Atendi integralmente os valores solicitados nas emendas individuais, totalizando 216 milhões, e as coletivas, parcialmente, num total de 1 bilhão, 279 milhões. Por vezes procedi a correções nos subtítulos apresentados, ou os acolhi em unidade distinta daquela solicitada, respeitando sempre a vontade expressa de seus autores.

Deixei de acolher unicamente a Emenda nº 50340005 da Comissão de Legislação Participativa, vez que emenda com a mesma finalidade foi apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e já está contemplada neste relatório.

Apresentei doze Emendas de Relator, as de nºs 80090007 a 80090018, em virtude da decisão de incluir programação orçamentária específica para as obras com indícios de irregularidades graves, pertencentes a esta Área Temática, identificadas pela Poder Executivo no anexo à mensagem que encaminhou o PLOA/ 2002.

Conforme previsto no item 19.1 do parecer preliminar, elaborei seis Emendas de Relator, as de nºs 80090001 a 80090006, para dar cumprimento ao disposto no art. 42, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina que sejam alocados 20% dos recursos destinados à irrigação para o Centro-Oeste.

Por fim, apresentei duas emendas de Relator, as de nº 80090019 e 80090020, com vistas à correção de erro técnico no tocante à modalidade de aplicação constante do PLOA 2002, apontado pelo Sr. Ministro interino do Ministério da Integração Nacional através do Ofício nº 541, do Ministério da Integração Nacional, de 5 de outubro de 2001.

Quanto aos remanejamentos de dotações, o parecer preliminar determinou a essa Relatoria um corte mínimo de 10% nos investimentos previstos na proposta, podendo esse corte alcançar no máximo até 40%. Procedi a cancelamentos seletivos, mantendo-me dentro dos limites autorizados pelo citado parecer.

No acatamento das emendas, priorizei as unidades federadas de menor renda, dando maior relevância sobretudo à área de recursos hídricos, às emendas que beneficiavam as regiões assoladas pelas secas e àquelas voltadas ao fornecimento de água, pela importância dessas para as populações atingidas, como é sobejamente conhecido pelos senhores.

Obviamente, priorizei também os projetos em andamento, notadamente os considerados estratégicos ou em fase de conclusão.

Os recursos originários da PEC nº 277/2000, mais conhecida como a PEC dos combustíveis, destinados à área de meio ambiente, foram alocados nas Emendas de Comissão específica para a área do Ministério do Meio Ambiente — digo até discutida com o Ministério do Meio Ambiente — para atender a programas de caráter nacional, uma vez que a sua destinação é restrita à recuperação de áreas afetadas pela indústria do petróleo.

Gostaria de relatar também que quanto às obras com indícios de irregularidades apontadas, em cumprimento ao art. 83 da LDO 2002, o TCU encaminhou a esta Comissão informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que foram objeto de procedimentos fiscalizatórios específicos para subsidiar a apreciação da proposta orçamentária.

Quanto a isso também adotamos os seguintes critérios. Entendemos que obras com indícios de irregularidades não pode o Sub-Relator julgá-las como obras com indícios graves ou não, porque esse julgamento não foi feito pelo próprio Tribunal de Contas. Então não posso, simplesmente, deixar de contemplar determinada emenda para atender a determinada obra porque há indícios de irregularidades. Vamos supor que em determinado momento esses indícios desapareçam. Como é que se recompõe aquilo que não pôde ser feito, nesse exato momento, dentro do relatório?

Portanto, dentro do possível, procuramos atender a todos e também fizemos o encaminhamento de inúmeras indicações ao Relator, para que o Relator possa examinar e atendê-los dentro das suas disponibilidades.

Quero dizer que tivemos muitas dificuldades de atender a todos os anseios dos Srs. Parlamentares, tendo em vista a limitação dos recursos que nos foram passados pelo Sr. Relator. Gostaríamos de ter atendido melhor. Reconheço as necessidades aqui apontadas, reconheço o valor das emendas apontadas, mas, infelizmente, isso é o que foi possível fazer.

Gostaria de fazer uma menção à questão do Rio São Francisco, quanto à revitalização ou mesmo à transposição do Rio São Francisco, em especial a revitalização. Reconheço que essa é uma obra prioritária. Mas essa prioridade tem que vir do Governo Federal, e não ser feita aqui nesta Comissão, porque não é uma emenda de 5 milhões que vai resolver a revitalização do Rio São Francisco. É preciso que o Governo Federal adote uma postura de querer dar prioridade à revitalização e depois à transposição do Rio São Francisco. Para isso, no PL, na proposta orçamentária do Governo deveria ter vindo recursos de pelo menos 300 milhões de reais para tratar dessa revitalização. Se essa prioridade não é do Governo, não somos nós, uma simples relatoria-setorial, com recursos limitados, que vamos poder resolver, com uma emenda de Relator, de 5 ou 10 milhões, iniciar o processo de revitalização do rio. Faço isso porque considero esse um dos programas mais sérios e mais importantes do Governo, e acho que o Governo deve ter atenção para que pelo menos no próximo ano possa mandar na sua mensagem essa questão da revitalização e depois da transposição do Rio São Francisco, com a prioridade que merece.

Sr. Presidente, este é o meu relatório. Peço aos Srs. Parlamentares a aprovação e o apoio. Estou aberto para as discussões.

Eram as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos abrir o prazo para a discussão e para a apresentação dos destaques.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Trata-se de uma praxe legal, nobre Deputada. E é V.Exa. que é a primeira inscrita. Parabéns, está dando um exemplo muito bom aqui. V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Obrigada, Sr. Presidente. É que quase às 2 horas já estou na terceira fase do sono.

Primeiramente, quero parabenizar o meu querido companheiro de partido e amigo, Deputado Luciano Castro, pelo relatório. Sei das dificuldades que S.Exa. teve, pois acompanhei o seu trabalho. Mas não posso, Deputado, em nome da bancada do Estado do Rio de Janeiro, deixar de fazer um pedido a V.Exa., já que efetivamente atendeu dois dos nossos destaques. Na verdade, apresentamos três emendas para a sua Relatoria, sendo que para duas delas V.Exa. concedeu recursos não suficientes, mas possíveis. Mesmo assim, tenho certeza de que V.Exa. ainda conseguirá eventualmente aumentar, não o necessá-

rio para o Estado, mas o possível, dentro dos critérios estabelecidos.

Quanto à emenda referente ao desassoreamento das lagoas e rios da Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro, trata-se especificamente da Lagoa de Araruama e também das lagoas de Maricá. Essa é uma região que tem sofrido, ao longo dos anos, as conseqüências do total abandono. Há dois anos nossa bancada apresentou uma emenda no mesmo sentido. A Lagoa de Araruama está simplesmente acabando, não só pela questão turística, mas principalmente pelo desenvolvimento econômico da região e pela falta de infra-estrutura básica. Por isso, pedimos a V.Exa. que reveja com mais carinho a emenda correspondente ao Destaque nº 2.

Nas Emendas de nºs 1 e 3 V.Exa. acatou 14 milhões para cada uma delas, mas tanto a Baixada Fluminense quanto as regiões Centro-Sul e Sul Fluminense são regiões enormes. A Baixada Fluminense é a segunda região mais importante do Estado, com 14 Municípios, talvez somando um total de 3 milhões de habitantes, e as regiões Centro-Sul e Sul Fluminense congregam quase 20 Municípios.

Portanto, solicitamos a V.Exa., na medida das suas limitações, que aumente um pouquinho os recursos destinados às Emendas nºs 1 e 3 e amplie efetivamente, pelo menos em 6 milhões, os recursos para a Emenda referente ao destaque nº 2.

Agradeço a V.Exa. o carinho com a bancada do Estado do Rio de Janeiro. Tenho certeza de que V.Exa. fará o possível para corresponder às necessidades do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a nobre Deputada Fátima Pelaes.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputadas e Deputados, primeiramente, gostaria de parabenizar o Relator pelo trabalho realizado. S.Exa. também se tem destacado como uma grande Liderança da Região Norte. Acompanhamos de perto o trabalho do ilustre Deputado.

Em nome da bancada do Estado do Amapá, gostaria de fazer um apelo a V.Exa., nobre Relator. Apresentamos uma emenda com um valor de 32 milhões de reais. Essa emenda foi acatada em parte, no valor de 8 milhões, e estamos apresentando destaque para uma emenda prevendo 24 milhões. Essa emenda, com certeza, vai atender a região sul do Estado do Amapá, que é importantíssima. Estamos apresentando ações emergenciais de Defesa Civil. A região sul do nosso Estado está afetada drasticamente com o período de inverno, tendo dois de seus Municípios praticamente embaixo de água. Então, pedimos aqui, em nome do povo do Estado do Amapá, que V.Exa. consiga aumentar os recursos para essa emenda. A Defesa Civil, várias vezes, tem-se manifestado, mas levamos recursos só quando já estamos nessa situação difícil. Precisamos retirar as famílias da área baixa e levá-los para a área alta, e para isso precisamos de um recurso considerável. Temos certeza de que o que apresentamos nessa emenda não é suficiente, mas gostaríamos que V.Exa. pudesse levar em consideração essa situação. Gostaria que V.Exa., que já conhece o nosso Estado e convive também com os problemas da Região Norte, se sensibilizasse com a situação enfrentada pelo povo do Estado do Amapá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o nobre Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Relator, inicialmente, quero agradecer a V.Exa. a maneira gentil e carinhosa com que, durante esse período, nos tem recebido. Mas o grande problema da Paraíba é água, e água para beber. Inclusive, ouvimos com atenção a posição de V.Exa. no que diz respeito à transposição. É verdade. No ano passado, conseguimos aprovar 300 milhões de reais para a transposição e revitalização e, infelizmente, nenhum centavo desses recursos foi aplicado. Exatamente em função dessa limitação de água para beber, a bancada da Paraíba, na grande maioria, apresentou emendas a esta relatoria. Na Paraíba são quinze Parlamentares e quinze emendas; conseqüentemente, cada Parlamentar é responsável por uma emenda.

Mas, Sr. Relator, o que foi que nos surpreendeu? Fizemos um trabalho junto aos Ministérios da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Secretaria de Orçamento Federal — SOF e aprovamos recursos na ordem de 7 milhões para um projeto na cidade de Campina Grande. Esse projeto iria resolver o problema de abastecimento da água daquela cidade. Inclusive, havia projeto para a piscicultura. Portanto, seria um projeto que engloba uma atividade econômica. Com todo esse ritual, essa luta, conseguimos que o Poder Executivo mandasse 7 milhões de reais. Qual a nossa surpresa? V.Exa. retirou 3 milhões e meio desse projeto. Queremos pouco, queremos exatamente pedir, por intermédio do Destaque nº 06, que V.Exa. reponha esse recurso. Foi um trabalho muito árduo, Sr. Relator. Envolvemos toda a bancada. Inclusive, o Senador Ronaldo Cunha Lima, apesar de suas limitações, participou de toda

essa luta, de todo esse trabalho. Queremos fazer somente este pedido: que V.Exa. reponha esses recursos, que foram realmente fruto de um longo trabalho, de uma luta dura, enfrentando uma série de contrapontos; infelizmente, eles foram reduzidos.

Ciente e consciente da sensibilidade de V.Exa., temos certeza de que V.Exa. vai repor esses recursos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Relator e apenas lembrar que está aqui num documento feito pela assessoria da bancada do PT um fator positivo do relatório de S.Exa. quando, talvez pela primeira vez na minha geração nesta Casa, afirma a alocação dos 20% de recursos de irrigação para o Centro-Oeste. Isso é positivo, porque era uma briga antiga do pessoal da Região, que nunca conseguiu alocar. Parece que o Executivo está tomando jeito, e V.Exa. contribui nesse sentido.

Sr. Presidente, quero apenas fazer duas declarações. A primeira é saudar o Relator. Analisei as emendas pelas bancadas e constatei que há uma relação, portanto, não há disparidade. É verdade que sempre nos achamos injustiçados ou atendidos de forma inferior à necessária.

A nossa bancada optou por três emendas nessa área e terá um acolhimento de 19 milhões. Registro que nesse ponto particular o Relator foi não só solícito como teve a gentileza de nos procurar para conversar sobre isso, inclusive ligando anteriormente para dizer como estava acolhendo as emendas do Estado, se estavam numa proporção e, principalmente, distribuídas de forma correta, na minha avaliação e na da bancada. Afirmei que sim, que estavam bem pautadas nas nossas prioridades, embora seja verdade que necessitamos de um pouco mais de recursos.

Vou fazer uma observação. Se se fosse identificar uma deficiência no relatório de V.Exa., uma distorção ou alguma coisa nesse sentido, diria que há alocação de recurso em quantidade muito alta para o Ministério, muitas rubricas nacionais.

Agora vou fazer uma brincadeira. É verdade que a Sra. Roseana Sarney é presidenciável, mas o Sarney Filho está com 280 milhões — recuperação de nascente, 81; projeto de preservação ambiental, 62; ampliação do sistema nacional de área protegida, 50; integração, resíduos sólidos e saneamento ambiental, 33; proteção da atmosfera e projeto de irrigação. São 280 milhões soltinhos no Ministério. É dinheiro demais.

Eu, por exemplo, apresentei uma emenda: recuperação de nascentes. Ganhei 3 milhões. Sarney, que nem é Deputado, ganhou 60 milhões. Então, já sei que os Ministros têm muitos recursos. Como temos dificuldade de chegar ao Ministério, peço que V.Exa. olhe com o coração para nossos destaques, porque fomos contemplados dentro da normalidade, não há uma queixa no sentido discriminatório. Há Estados que tiveram emendas acolhidas com 19 milhões e com alguns milhões a mais; as nossas três dão 19. De qualquer forma, fica esse apelo, em nome do Estado do Espírito Santo, no sentido de tentarmos, nessa fase do relatório de V.Exa., dar um salto. Se não houver sobra, quem sabe o Sarney nos empresta alguma coisinha para melhorarmos a **performance** do Espírito Santo.

Parabéns pelo relatório de V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada do Ceará está solicitando do nosso nobre Relator uma revisão no tocante às obras hídricas, até porque todo o semi-árido do Ceará tem essa dificuldade, como os demais Estados, de garantir recursos hídricos, principalmente água para o consumo humano. E a redenção do nosso Estado, todos que acompanham a Comissão de Orçamento e alguns também que já visitaram a obra sabem disso, é a conclusão da obra do Castanhão. Esta prevista para o próximo ano a conclusão da obra do Castanhão e várias outras obras pelo BIRD, que estão sendo implantadas no Ceará para fazer o chamado canal de irrigação para o abastecimento de água, e a bancada entrou com um destaque no sentido de assegurar os impostos necessários para sua conclusão neste ano de 2002, assim como também no tocante às obras hídricas para os Municípios.

Há também o Destaque nº 067, para assegurarmos a complementação do chamado caminho das águas, no Estado do Ceará.

Por último, temos o Destaque nº 069, para a conclusão de uma obra que vem sendo executada e que infelizmente não veio na proposta original do órgão. É um recurso pequeno para uma barragem de 12 milhões de metros cúbicos de água, que já tem 80%

da obra realizada e que automaticamente precisa de 1 milhão de reais para sua conclusão, a fim de não ficar prejudicada não só a população, que está esperando por ela, como os recursos que já foram aplicados. Essa obra está sendo executada pelo DNOCS e falta somente esse recurso para complementar.

Anteriormente, em contato com o Ministério, havia na proposta original uma emenda nacional para recursos hídricos, mas essa destinação de 11 milhões foi cancelada e estamos solicitando essa recomposição para garantir a conclusão da obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Relator, Deputado Luciano Castro, em primeiro lugar, desejo cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que apresentou. Em segundo lugar, quero apelar para V.Exa. a fim de que, diretamente ou através do Comitê de Emendas — mas sei que diretamente será mais fácil —, consiga fazer um acréscimo à emenda relativa à construção de adutora no Estado do Maranhão. V.Exa. concedeu 20 milhões. Quero dizer que se em dois anos não construirmos essa adutora, o Maranhão vai ficar sem água, e não gostaria que parte dessa culpa ficasse com V.Exa. e, muito menos, com o seu assessor, que é maranhense. Em terceiro lugar, apelo para V.Exa. no sentido de também acrescer um pouco as emendas relativas a construção de barragens em Municípios do Maranhão, a fim de evitarmos os efeitos danosos: de um lado, secas, de outro, enchentes.

Em último lugar, a emenda referente a projetos para minimização de impactos da seca e combate à desertificação, esse é preponderantemente para a construção de postos. Fiz destaques para as três emendas e espero contar com o apoio de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicio minhas palavras, juntando-me aos colegas que já se referiram à qualidade do relatório do Deputado Luciano Castro e ressalto a maneira sucinta e especial com que S.Exa. apresentou o seu relatório. Foi realmente uma apresentação muito didática.

Sr. Relator, observando o resultado das emendas da nossa bancada, na qualidade de Coordenadora-Adjunta, lembro a V.Exa. que todas essas emendas — a maioria delas, pelo menos — foram alocadas nas áreas de integração nacional e meio ambiente. Esses recursos, bem o sabemos, são importantíssimos para as nossas Prefeituras, sobretudo no caso da bancada do Acre, que apresentou cinco emendas diretamente para os Municípios. São obras de pavimentação, abastecimento de água, saneamento, construção de quadras esportivas etc.

Analisando os valores das emendas de nossa bancada e os comparando com outros de Estados de mesmo ou igual porte, verifiquei que há uma diferença a menor para nós, de mais ou menos 9 ou 10 milhões. Quero encarecer a V.Exa. que verifique a possibilidade de, pelo menos, estabelecer o equilíbrio entre a nossa bancada e a de outros Estados, que são perfeitamente equiparados ao nosso.

Apelo, portanto, para a sensibilidade de V.Exa. e deixo aqui o pedido da bancada, na condição de sua representante em substituição ao Senador Nabor Júnior, para que esse esforço por parte de V.Exa. seja feito, a fim de termos um pouco mais de recursos para todos os Municípios do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM – Sr. Presidente, a respeito das emendas de bancada do Estado do Piauí, o ilustre Deputado Mussa Demes, nosso Coordenador vai sobre elas melhor se pronunciar, embora eu tenha feito também destaques a respeito de emendas da CODEVASF.

Quero apenas, Sr. Presidente, parabenizar o Relator, sobretudo pelo trabalho que S.Exa. fez em relação ao Ministério do Meio Ambiente. Pela primeira vez, a política de meio ambiente teve razoável aporte de recursos. Mesmo assim, apresentei destaques a respeito da área de preservação ambiental, as chamadas áreas protegidas, e há um destaque de outro colega para o qual peço a atenção do ilustre Relator, a respeito da política que interessa à Marinha de Guerra do País, em relação a Antártida.

Por fim, Sr. Relator, reitero aqui o que já disse pessoalmente a V.Exa., a respeito da recuperação do valor que veio na proposta original do Governo Federal, sobre a qual fiz destaque, já atendendo orientação de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, secundando as palavras do Deputado João Coser em relação ao relatório, quero também registrar a avaliação da nossa Assessoria Técnica sobre o seu teor. Parabenizo o Relator pela

forma sucinta e didática com que apresentou o seu trabalho.

Na verdade, a bancada do Mato Grosso do Sul tem duas emendas para as quais estamos oferecendo destaque. Uma, a de controle de enchentes, no Córrego Bandeira, especificamente no Município de Campo Grande, já foi contemplada pelo Relator com 11 milhões. Chamo a atenção de V.Exa. para a emenda relativa à construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, drenagem.

Tivemos o cuidado, nobre Relator, de apresentar essa emenda em duas modalidades: Estado e Município. Apelamos para V.Exa. no sentido de que recomponha essa emenda. Para justificar o pedido que faço, cito o caso de Dourados, Mato Grosso do Sul, que tem uma área muito grande chamada Canaã — a terra prometida. Nessa área, depois das barragens da CESP, foram construídos conjuntos de casas. Ocorre que as casas foram erguidas em local, na nossa avaliação, baixo e inadequado, e toda vez que chove há um problema muito sério. A nossa emenda, portanto, tem exatamente a intenção de atender à necessária drenagem dessa região, uma região pobre, ocupada por pessoas de baixa renda. A situação está muito complicada.

Estamos apresentando os Destaques nºs 138 e 139 e pedindo a V.Exa. que nos contemple com a sua aprovação, porque, na verdade, foi destinado um valor de 4 milhões, o que entendemos pouco diante da questão.

Além disso, temos outro destaque em relação ao projeto que destinava um valor de 7 milhões para irrigação na cidade de Corumbá, do qual V.Exa. retirou 4 milhões e 200. Estamos apresentando destaque com o objetivo de recompor o valor desse projeto de irrigação.

Encerro, parabenizando mais uma vez o Relator e renovando nosso apelo em relação a esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, como meus antecessores, quero parabenizar o Relator pela excelência do trabalho, que não me surpreende, uma vez que conheço bem S.Exa. porque somos companheiros de partido. Apesar do respeito, da admiração e da enorme confiança que tenho no nobre Deputado Luciano Castro, porém, não posso dizer que S.Exa. foi propriamente generoso para com o meu Estado.

Isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque o Piauí é sabidamente o Estado mais pobre da Federação. Segundo levantamento que fiz, apenas cinco Estados têm média inferior à dele em relação as emendas contempladas pelo relatório do nobre Deputado Luciano Nunes. E isso precisa e merece ser corrigido. Até porque, do contrário, estaríamos deixando de dar cumprimento ao art. 165, § 7º, da Constituição Federal, que estabelece exatamente o seguinte:

Art. 165.....

§ 7º Os Orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Realmente invejo Estados que vejo aqui, com média de 9, 10 milhões de reais por emenda, quando o meu Estado foi contemplado apenas com 6 milhões, em média, por emenda apresentada.

Mas, Sr. Presidente, confio no Relator e acredito que essas situações serão corrigidas e o que é devido ao Piauí acabará sendo reposto na reunião que teremos amanhã com S.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Relator a atenção para com o Centro-Oeste. Pela primeira vez depois da nova Constituição, fomos contemplados com os 20% para irrigação.

Gostaria, Sr. Relator, de fazer uma sugestão em relação ao recurso acrescido na área de irrigação. Foram contemplados três projetos que não foram objetos de emendas, pelo menos discutidas no conjunto da bancada. Sugiro a V.Exa. que colocasse genericamente a irrigação em Goiás, porque isso poderia servir melhor à política de irrigação do Estado.

O segundo ponto que gostaria de abordar é relativo ao serviço de abastecimento de água de Goiânia, a Barragem do Rio João Leite. Fomos contemplados com recursos, mas esse projeto talvez seja o mais importante da Capital, uma vez que estamos pleiteando financiamento do BID e temos uma contrapartida do Estado. Esse recurso seria a contrapartida da União, para fazermos uma parceria e tocarmos o projeto, que tem valor aproximado de 200 milhões de reais.

Se V.Exa. acrescer um pouco mais aos recursos para a barragem nos ajudará muito. A nossa luta para que o Centro-Oeste tivesse garantidos esses 20% foi sempre muito grande, e V.Exa. reconheceu isso com

muita simplicidade e propriedade. Por isso, mais uma vez, parabenizo V.Exa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, tenho duas questões para deixar ao exame e à consideração de V.Exa.

O primeiro deles é o problema do desenvolvimento integrado e sustentável da grande região do MERCOSUL. Em 1999, tive a oportunidade de apresentar projeto de lei instituindo esse programa, todas as Comissões da Câmara o aprovaram por unanimidade, e essa proposta agora encontra-se no Senado.

Diante da acolhido que a proposição mereceu — ela foi subscrita por 65 dos 81 Deputados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O Deputado Renato Vianna, nosso nobre colega, Relator-Geral do Plano Plurianual de Ação, mesmo antes do projeto aprovado e encaminhado à consideração do Sr. Presidente da República, contemplou o programa no PPA.

Com base nessa decisão que foi acolhida pela Comissão e pelo Plenário do Congresso Nacional, apresentamos emenda que, em 1999, foi aprovada. Em 2000, apresentamos emenda da qual resultou uma dotação de 20 milhões de reais. Tem havido uma série de seminários na região, Rio Grande, Paraná, Santa Catarina, estamos agora buscando incluir também o Rio Grande, e apresentamos uma emenda coletiva regional. Tive ocasião de estar no gabinete de V.Exa. e agradeço a atenção com que me recebeu. A emenda não é de Santa Catarina, mas da Região Sul e do Mato Grosso do Sul, e contempla programa que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Essa emenda coletiva regional — dos três Estados da Região Sul, mais o Mato Grosso, que se incorporará ao programa tão logo o projeto de lei seja aprovado — cujo valor é de 150 milhões, é vital. A região oeste do Rio Grande, Santa Catarina e do Paraná, neste momento, enfrenta gravíssimo problema. Trata-se de região de pequenas e médias propriedades, e o êxodo rural é assustador. Em Santa Catarina, o IBGE apurou um índice de 13% no último ano.

V.Exa. concedeu a essa emenda 6 bilhões de reais. Faço, portanto, veemente apelo para V.Exa. no sentido de que não haja redução — e não saberia nem como justificar perante a comunidade do oeste catarinense essa redução do Orçamento em vigor. E os Municípios já estão preparando seus planos de aplicação.

A par dessa solicitação que dirijo a V.Exa. com toda confiança, também peço a V.Exa. que examine o nosso outro pedido de destaque, que diz respeito a fortalecimento da infra-estrutura hídrica em Municípios de Santa Catarina.

Como sabe V.Exa. o Estado de Santa Catarina tem rico sistema hidrográfico, são três vertentes: a vertente atlântica, os rios deságuam no Oceano Atlântico; a vertente do Paraná, que, através do Rio Negro, do Rio Iguaçu e de seus afluentes, chega ao Paraná, e a vertente dos Rios Uruguai, Pelotas, Marombas, Canoas e do Rio do Peixe.

Os rios que deságuam no Oceano Atlântico, por motivos de ordem natural, têm vocação de caminhar para o norte. Hoje temos problemas na barra dos Rios Mampituba, Araranguá, Tijucas, Camboriú, Gravatá, Itajuba e Itapucu. Essa vocação é tão acentuada que, em Santa Catarina, existe Município cujo nome é Barra Velha. O Rio Itapucu, caminhando para o norte, deixou a população da sua foz primitiva para o sul. Isso continua também com os Rios Cachoeira e Saí, o rio que separa Santa Catarina do Paraná. E isso está degradando o nosso litoral, Sr. Relator, que é de extrema beleza. Estamos preocupados, a Mata Atlântica no litoral catarinense chega quase até o oceano.

Peço a V.Exa. que considere também esse apelo relativo à emenda de recuperação de obras de recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pela grande produtividade que esta Comissão obteve no dia de hoje, em grande parte pela forma com que V.Exa. conduz nossos trabalhos.

Gostaria da atenção do nobre Relator para com o Estado de Alagoas. Deputado Luciano Castro, Alagoas, bem ou mal, concentrou quase todas as suas emendas coletivas na área temática de V.Exa. Algumas emendas foram contempladas com valores substanciais, eu diria que nos sentimos satisfeitos.

Entretanto, nobre Relator, algumas emendas, pela sua importância para o nosso Estado — e destaquei todas — precisam ter seus valores ampliados. Destaco a emenda com o subtítulo “Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Região Serrana de Palmeira dos Índios e Cururipe” . É uma região muito importante do nosso Estado, e

esses recursos são necessários para sustentação do seu desenvolvimento.

Destaco também a construção de obras de contenção de enchentes no bairro de Tabuleiro do Martins, em Maceió Alagoas. Digo a V.Exa. que esse é o bairro mais populoso de Maceió, e está sujeito permanentemente a enchentes e a inundações. Essa obra já está em andamento e necessita de mais recursos para que seja concluída.

Destaco a emenda com o subtítulo "Desenvolvimento Rural no Estado de Alagoas", CODEVASF, pelo grande número de Municípios que ela abrange e pelas realizações importantes que objetiva.

Por fim, Sr. Relator, faço um encarecimento especial a V.Exa. para a emenda de fortalecimento de infra-estrutura hídrica em Maceió, Projeto Pratagi. Esse projeto está em andamento há vários anos, a sua captação concluída, parte da distribuição também já construída, V.Exa. aloca recursos significativos, não posso negar — 10 milhões —, mas o Estado necessitaria de 20 milhões para definitivamente concluir essa obra. Com isso Maceió resolveria o seu problema de abastecimento de água por mais quinze anos, o que, sem dúvida, é uma grande vitória.

Sei da dificuldade de V.Exa., sei que as demandas são enormes e que os recursos são escassos, mas renovo esse apelo, para que possamos resolver esse problema de Alagoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, quero apenas enfatizar a necessidade de V.Exa. esforçar-se ainda mais no sentido de buscar solução para melhorar a qualidade de vida de nossas cidades — e V.Exa., por ser da região amazônica, é conhecedor dos problemas do povo da Amazônia. Seguramente, sei que V.Exa. já fez o máximo, mas é necessário ainda mais, talvez um esforço sobre-humano.

Essas emendas dizem respeito diretamente a infra-estrutura urbana, meio ambiente e condições de vida nas nossas cidades. Veja V.Exa. que a falta do mínimo de qualidade de vida e condição ambiental tem trazido conseqüências trágicas. Quando assumimos esta gestão, com o Governador Jorge Viana, na cidade de Bairro da Praia havia um índice de mortalidade infantil de 170 por mil. Ou seja, 170 crianças morriam antes de completar um ano de vida em cada mil que nasciam. Esse índice foi reduzido para 48,7 por mil, ainda é algo inaceitável, mas já demonstra mudança extraordinária. Houve, portanto, recuperação de índices sociais, com a busca de nova gestão pública, e todo o Estado do Acre passa por movimentação nesse sentido.

Apelo para V.Exa. no sentido de que veja o que é possível fazer, pois nossos Municípios merecem oportunidade de recuperação e de oferecer melhor qualidade de vida à sua população. Tenho certeza absoluta de que V.Exa. tem sensibilidade e força de vontade suficientes para nos ajudar nesse sentido.

Das emendas que apresento, duas são em relação ao Estado de Rondônia, a outra é da bancada do Norte, da qual V.Exa. participou, sugerindo-nos a busca de recursos que viessem a estar vinculados ao PROECULTUR. Refiro-me ao Destaque de nº 84, de 15 milhões, apresentado pela bancada do Norte.

O outro é apenas uma correção de dados, o Destaque de nº 91, de Rondônia. Encontrando-se fora do Brasil o Senador Moreira Mendes e não estando presente Parlamentar que possa representar Rondônia aqui, em solidariedade, proponho a V.Exa. a correção de emenda que foi apresentada na modalidade 40 e que o relatório aprovou como 30. Então é apenas uma correção que, acredito, V.Exa. poderá fazer.

A Emenda nº 90 é relativa à infra-estrutura hídrica em Rondônia; as outras quatro são as de nºs 85, 86, 87 e 89, a favor dos Municípios do Estado do Acre.

Se somarmos, veremos que foram colocados 8 milhões para 20 Municípios do Estado do Acre. Se dividirmos isso pelo número de Municípios, vamos ver que não ficará absolutamente nada, para que cada Município possa melhorar a qualidade de vida e o meio ambiente de suas cidades. Os Municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que são dois pólos de desenvolvimento do Estado, merecem a mesma sensibilidade, o mesmo esforço.

Então, apresento esses destaques, na certeza de que V.Exa. poderá fazer muito pelas nossas cidades.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, nobre colega Relator, Luciano Castro, primeiro, gostaria de manifestar meu respeito pelo seu relatório, apesar de minha inconformidade com a parte que toca o Rio Grande do Sul. Trata-se do relatório que mais tem nos trazido surpresas, até custo a acreditar que os números apontados sejam os reais e que não tenha ocorrido engano na hora de repassá-los ao relatório.

O Rio Grande do Sul é o Estado que tem o segundo menor valor de todos, com três emendas de bancada. E a bancada avaliou conjuntamente essas três emendas, e o valor de 11 milhões é absolutamente insuficiente e ridículo. Fazemos, portanto, com muita humildade, uma apelo no sentido de seja revisto esse valor que consta nas três emendas.

A primeira delas é com relação à construção e recuperação de obras, infra-estrutura hídrica. Para o conhecimento de V.Exa., no Estado do Rio Grande do Sul, existem macrorregiões, e a metade sul, que é o programa a que se visa atender, é a parte mais pobre do nosso Estado.

Quando da aprovação da LDO, em junho deste ano, a bancada se unificou em torno dessa emenda, que diz respeito a região que precisa de investimentos, não nos valores que estão aqui, que são irrisórios e servem apenas para "fazer cócegas".

Então, peço a V.Exa. que reveja o valor dessa que considero a mais importante das três emendas, dentro de um programa coordenado pelo Estado ou em conjunto com os Municípios. Pode ser 30, 40, dividido, parte 30, parte 40, mas é fundamental que se ampliem os valores.

Estamos apresentando destaque, portanto, para a revisão dos valores.

Quanto ao Projeto Demonstrativo de Gestão de Resíduos Sólidos, os valores são também absolutamente insuficientes, e pedimos, com destaque, a revisão dos mesmos.

Quanto à defesa civil, ações emergenciais, só para conhecimento dos senhores, o Estado tem sido ultimamente vítima de enchentes e vendavais em função das frentes frias e quentes que se encontram lá. Há poucos a imprensa mostrou as várias cidades vítimas das enchentes que as alagaram por causa do excesso de chuva por hora, coisas que não eram comuns até há pouco tempo, inclusive chuvas que têm levado pontes inteiras embora, destruído as rodovias, interrompendo o tráfego por dias até o seu conserto. O Estado tem feito o possível para socorrer essas cidades. Há poucos dias estivemos com o Ministro Pedro Parente, depois de peregrinar pelos Ministérios da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de onde saíram 15 milhões, uma verba emergencial, para atender o Estado. Para uma ação, 15 milhões; enquanto temos aqui, para três ações de bancada, 11 milhões.

Tenho o maior respeito por V.Exa. e por sua equipe pela dedicação ao trabalho no sentido de produzir esse relatório, mas, com muita franqueza e com humildade, quero dizer que de todos os relatórios em que nos julgamos prejudicados, este é o que apresenta o pior valor para o nosso Estado. Gostaria, portanto, que fosse revisto, com respeito a outros Estados que em situação semelhante têm um valor bem superior, com o mesmo número de emendas, sendo justas as suas reivindicações. Até entendo que devam merecer mais, mas o nosso está bem abaixo da média.

Portanto, com humildade, peço a reconsideração de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, penúltimo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, na pág. 123, há um quadro muito sucinto e que fala muito alto.

Antes de falar dele, porém, quero fazer uma consideração sobre a execução orçamentária, mais uma vez vergonhosa. Acredita V.Exa., Sr. Presidente, que no Ministério do Meio Ambiente até agora só foram executados 38,97% do orçamento? No Ministério da Integração Nacional, de igual forma, foram executados 27,73%. É a prova da incompetência desgraçada deste País, dos seus gestores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos de votar o orçamento impositivo. V.Exa. tem de liderar essa bandeira.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Temos uma PEC, de autoria do Deputado Miro Teixeira e minha nesse sentido, que, com certeza, vai contar com o apoio de todos. Já apresentamos outras sugestões, mas lamentavelmente não passaram pela Comissão, porque não interessava ao Governo. Aliás, a bancada de apoio se submete de joelhos à vontade do Executivo, que depois não cumpre o Orçamento, e nós ficamos aqui até 2h, 3h da madrugada, discutindo o Orçamento, que depois não é executado. A D. Mirna sofre conosco, a Assessoria também, e nada acontece. Isso é uma vergonha para nós. Mas, vamos lá.

Nesse quadro sucinto, fui ver o que havia na proposta, o que veio de acréscimo, o cancelamento e o resultado. O Relator judiou com o Pará, mas já conversamos, e acredito que V.Exa. vá corrigir isso. O Pará, entre todos os Estados, teve um acréscimo, entre a proposta e o substitutivo, de 4 milhões de reais. Depois do Pará, Mato Grosso do Sul, que ficou com 13 milhões. Goiás teve 56 milhões a mais. No Nordeste, logicamente, há um valor maior de dinheiro, 107 milhões a mais, e é natural, porque o Nordeste, na in-

tegração nacional, concentra as suas emendas, e é justo que receba esse valor.

Com relação ao Norte, depois do Pará, há um Estado com 21 milhões a mais, o Amazonas. O Amapá teve 23 milhões, e o Pará, que tem mais ou menos dezoito vezes a população do Amapá, recebeu seis vezes menos recursos.

Então, não vou falar mais nada. Precisamos conversar. Destaquei as emendas e quero ressaltar apenas mais uma coisa: V.Exa., para uma comissão do Senado, atendeu recursos da ordem de 151 milhões de reais e mais alguns milhões em outra emenda também do Senado. Proponho então a V.Exa. que remaneje esses recursos, para corrigir as distorções. É possível fazer isso.

Para encerrar, quero referir-me a uma terceira questão: V.Exa. tomou uma providência absolutamente correta ao buscar a Fonte 100, substituindo pelas fontes condicionadas, que jogou para a reserva de contingência. Entretanto, alguns Estados, algumas emendas de bancada não tiveram o privilégio de ter somente a Fonte 100. Coincidentemente também para o Pará é fonte condicionada. Somente três Estados tiveram fonte condicionada. O Pará é um.

Solicito a V.Exa. que reveja isso e distribua eqüitativamente os recursos, fazendo a equalização da distribuição dessas fontes condicionadas por Estado, para que possamos ter justiça efetiva no cumprimento da execução do Orçamento, e as correções sobre as quais já conversamos. Espero que sejam mesmo corrigidas, pois o Pará só ficou com quatro, e V.Exa. mesmo escreveu, não fui eu, não é verdade? Tenho certeza de que V.Exa. vai reconsiderar isso amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra agora o último orador inscrito, Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Relator pela objetividade da exposição e pelo conteúdo do relatório.

Quero ater-me às emendas da bancada de Minas Gerais, porque houve um corte em torno de 45% nessas emendas. Se olharmos o setor nº 9, pág. 23: "Recuperação de nascente e de mananciais em áreas urbanas, despoluição e recuperação de bacias hidrográficas e lagoas", vamos ver o caso do Rio Doce. Em sua bacia vive uma população de 3 milhões de cidadãos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Rio Doce é um dos que passam por grave situação no Brasil, em avançado processo de desertificação. Em função disso, houve uma sensibilização da ANA, que agora, na última sexta-feira, autorizou a criação do Comitê de Bacia do Rio Doce, em reunião na cidade de Aracaju, a que estive presente.

Amanhã e depois, no Parque Florestal Rio Doce, estará sendo realizada outra reunião para implementar esse Comitê de Bacia, que será o terceiro diretamente criado em Minas Gerais. Já existem o da Bacia do Rio das Velhas e o do Rio Araguari. Teremos agora o do Rio Doce.

Esses recursos serão destinados para a despoluição de bacias e para a recuperação de mananciais e nascentes. A última região de Minas Gerais inteiramente devastada foi a do Rio Doce, a fim de produzir carvão para as várias indústrias metalúrgicas existentes naquela região. Esse rio tem importância estratégica e histórica para Minas Gerais, razão pela qual está sendo priorizado. Hoje, em relação às águas que tinha há 40 anos, conforme pesquisas pela própria Vale do Rio Doce e pelos Governos Federal e Estadual, o Rio Doce detém apenas o equivalente — especialmente no período de seca — a um quarto de suas águas. É uma situação muito grave, alguns afluentes já estão inteiramente secos.

Dirijo, portanto, apelo a V.Exa. no sentido de recompor o valor das duas emendas referentes à despoluição e à recuperação de rios e bacias. V.Exa. reduziu de 30 milhões para 16 milhões de reais. Proponho destaque para que volte ao valor inicial de 30 milhões de reais.

Apresentarei também destaque para a construção e a recuperação de infra-estrutura hídrica. Essa questão é muito grave em Minas Gerais e necessita de maior atenção. Entendo que o relatório de V.Exa. pautou pelo zelo para com questões estratégicas, e a questão da água é estratégica. É fundamental o resgate desse valor. Por isso apelo para V.Exa. por Minas Gerais, pelos 3 milhões de habitantes — principalmente mineiros — da Bacia do Rio Doce e de outras bacias, que dependem desses recursos. Especialmente a Bacia do Rio das Velhas, em Belo Horizonte, está muito poluída, e a do Rio Araguari, onde já foram construídos esses comitês.

Está também em andamento o Comitê de Bacia do Rio São Francisco, por onde nasce boa parte de todas as águas que vão ao Nordeste deste País. Temos de cuidar dessa área enquanto é tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr. Relator para responder aos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço aos Srs. Parlamentares as palavras elogiosas, que estendo a cada um de V.Exas., que tanto me ajudaram a fazê-lo. Esse relatório é fruto de um trabalho conjunto, não somente centrado em minha pessoa, é resultado do consenso e do entendimento que buscamos com cada Parlamentar.

Agradecemos também a toda a equipe da Câmara dos Deputados a cooperação.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Relator, permite-me V.Exa. acrescentar um último destaque?

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Trata-se da atual situação da ANA. Não sou advogado direto da ANA, mas fui Prefeito e sou ambientalista convicto. Há vinte anos luto nessa área.

Visitei as estações da ANA para encaminhar aspectos de interesse do meio ambiente e verifiquei que a Agência está funcionando em um antigo restaurante do SNI, sem a mínima estrutura, em situação de indignidade. Houve pedido no valor de aproximadamente 15 milhões de reais para a construção da sede dessa entidade. E esse valor foi cortado pela metade. Apresentamos destaque no valor de 7 milhões, 473 reais para a edificação da sede da ANA, que é diferente das outras Agências, porque inova. A própria Oposição corrobora o que está sendo feito no sentido de coibir a corrupção — na medição do esgoto, por exemplo, somente depois de as obras estarem inteiramente prontas, é que se paga por meio da Caixa Econômica Federal. Louvamos esse setor do Governo pelas inovações. Verificamos concreto movimento no sentido de coibir a corrupção, o que é muito positivo. Portanto, essa entidade merece adequada estrutura.

Nesse sentido, solicito que seja reconsiderado o referido valor.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Continuando, agradeço o carinho com que V.Exas. distinguiram o relatório.

Temos grande limitação de recursos para atender possíveis destaques. Os recursos são muito menores do que o imaginado por V.Exas..

Está presente aqui o Deputado Gilmar Machado, que conheceu essas dificuldades ao fechar seu relatório. Não é diferente comigo. Reconheço que ainda há distorções que precisam ser acertadas, como as observadas pela Deputada Zila Bezerra e pelo Senador Tião Viana; reconheço igualmente as questões referidas pela bancada do Rio Grande do Sul, em especial os desequilíbrios em relação aos recursos, comparativamente a outros Estados. Reconheço o desequilíbrio relativo ao Piauí apresentado pelo Deputado Mussa Demes. E estou tentando acertar tudo isso até por meio de erratas.

As Deputadas Laura Carneiro e Fátima Pelaes, exercendo direito legítimo, tentaram melhorar suas emendas. Não estou nem aprovando nem negando: isso será feito amanhã. Tudo será feito dentro do possível, permitindo equilibrar as situações, apesar de serem mínimos os recursos disponíveis.

O Deputado Armando Abílio apresentou destaque, fazendo referência especial à reposição do corte que havia sido feito no PL.

O Deputado João Coser, de forma legítima, defendeu aspectos relativos ao Estado do Espírito Santo. S.Exa., porém, fez uma observação, à qual apresento a seguinte correção. O Deputado alega que as emendas do Ministério do Meio Ambiente — que seriam, na realidade, as emendas de Comissão que serviram de apoio nas emendas mais genéricas ao meio ambiente — apresentam valores extremamente altos, em detrimento de algumas emendas de bancada e das próprias emendas do Ministério da Integração Nacional. Há de se observar que o Ministério do Meio Ambiente recebeu recurso específico da PEC dos Combustíveis, da ordem de 250 milhões de reais. Esse recurso só pode ser aplicado em programas preestabelecidos por aquele Ministério. E esses programas são os contemplados aqui. Eu não poderia utilizar esses recursos para atender uma emenda ou outros programas que não sejam os definidos, contemplados na PEC do Combustíveis, que, depois de votada, ainda terá de ser regulamentada.

Essa é a situação que deixamos clara. Não foi de nossa vontade. Talvez fosse até da vontade do Ministro José Sarney Filho e de sua equipe distribuir esses recursos de forma mais equilibrada dentro do próprio Ministério. Vê-se que há uma concentração dos recursos em determinadas áreas. Fomos obrigados a fazer, repito, por força do que estabelece a PEC dos Combustíveis. Faremos, portanto, essa correção, até porque não houve vontade própria, mas imposição legal.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos, do Ceará, de forma muito própria, apresentou os motivos de seu destaque, o que também examinaremos.

O Deputado Pedro Novais defendeu igualmente os seus destaques.

Já mencionamos a Deputada Zila Bezerra.

Com relação ao Acre, precisamos rever alguns aspectos.

O Deputado Paes Landim, em sua proposta original, pede que se faça uma reposição de corte.

O Deputado João Grandão, do Mato Grosso do Sul, menciona seus destaques e de forma legítima, para fazer correção em áreas que julga de maior importância no atendimento aos anseios da população.

O Deputado Mussa Demes esteve conosco. Há um desequilíbrio, o qual tentamos corrigir por meio de errata, feito de uma emenda que pertencia a S.Exas. no âmbito de uma Comissão.

Agradecemos à Deputado Lúcia Vânia os elogios. Tentamos cumprir realmente a obrigação constitucional de aplicar os 20% na irrigação no Centro-Oeste. A idéia de colocar os recursos de forma genérica, para permitir a mobilidade, é uma questão que pode ser examinada, parece-nos simpática.

O Deputado Antônio Carlos Konder Reis, de Santa Catarina, além de defender as questões do Estado, dedicou atenção especial a mesorregião do MERCOSUL, apresentando como emenda. Gostaríamos de poder atendê-lo amplamente, sabedores que somos da importância da região. Não podemos, porém, garantir nada, mas examinaremos com carinho o assunto. Conhecemos aquela região, a formação dos minifúndios etc.

O Deputado Olavo Calheiros, de Alagoas, também apresentou proposição. Alagoas é o Estado que mais concentrou emendas em nossa Relatoria, foram 11. Foi um massacre em cima do Relator. Procuramos atendê-los, buscando o equilíbrio.

Já fizemos referência à questão do Acre, do Senador Tião Viana.

O Deputado Orlando Desconsi, do Rio Grande do Sul, apresentou questão que olharemos com carinho. Não podemos fazer muito, mas, do pouco, tentaremos fazer algo.

O Deputado Giovanni Queiroz apresentou a questão da alça viária do Pará, sobre o que já conversamos. Inclusive, o Governador também conversou hoje comigo, S.Exa. esteve com o Relator-Geral. Na realidade, não era uma questão de aumento, mas de reposição do corte efetuado num primeiro momento.

O Deputado Giovanni Queiroz tocou ainda em importante questão, que enfrentamos há muito tempo: trabalhamos em cima de um orçamento virtual. Discutimos até esta hora da manhã um orçamento virtual. Como disse o Deputado, em dezembro, ainda estamos tornando real 30% de um Ministério, 20% do outro. Estamos discutindo e lutando para conseguirmos levar para nossos Estados, para atender nossa gente, na verdade, muito pouco.

Cumprimos nosso papel. O momento vai impor que passemos realmente a ter um orçamento impositivo. Que seja até um orçamento menor, mas que saia daqui com a garantia de que o proposto será realizado. Essa questão deve ser discutida por todos.

Agradecemos, por fim, às observações do Deputado Giovanni Queiroz.

Lembro ao Deputado João Magno, de Minas Gerais, que é preciso verificar, além das emendas, o campo das indicações. Minas Gerais está atendida nas indicações compostas no relatório acima do valor que está nas emendas. V.Exa., examinando detalhadamente o relatório, verificará que a situação é um pouco melhor.

Quanto à ANA, efetivamente cortamos parte dos recursos de forma muito equilibrada, como fizemos também no Ministério do Meio Ambiente. Embora seja prioridade, não é possível que o Governo Federal não possa disponibilizar um prédio para atender a ANA e tenhamos de construir um novo para uma agência recente. De qualquer forma, examinaremos a questão, mesmo que seja encaminhando-a ao Relator-Geral.

Foi uma satisfação conviver com V.Exas. e dividir o pouco que tivemos.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, gostaria de reforçar que, quando o Relator menciona minha pessoa, trata-se do Mato Grosso do Sul. S.Exa. não pode esquecer-se disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tenho certeza de que S.Exa. é um homem sem preconceito.

Parabenizo o Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, quero ainda dizer que recebi do Deputado Santos Filho ofício de sugestão dando prioridade, no atendimento pelo Relator-Geral, à recomposição dos cortes processados na área temática “Integração e Meio Ambiente”, em especial nas áreas do meio ambiente.

Recebo o ofício para posterior exame e encaminhamento em nossa Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o prazo para apresentação de destaques e discussão.

Vou encerrar esta reunião, convocando para amanhã, às 10h, nova reunião, para recomeçarmos os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28, de 2001, que são os relatórios setoriais apresentados das áreas temáticas da proposta orçamentária de 2002.

Correspondência externa recebida.

Ofício nº 470, de 5 de dezembro, do Sr. Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira Filho, solicitando que sejam feitas correções nas programações do Departamento de Polícia Federal inseridas no projeto de lei orçamentária de 2002. Cópia desse expediente foi encaminhado ao Relator-Geral da proposta orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória.

Ofício nº 1.014, de 5 de dezembro, do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Agílio Monteiro Filho, solicitando aprovação do Projeto de Lei nº 75/2001.

Expedientes encaminhados pela Secretaria de Controle Externo do Acre, do Tribunal de Contas de União.

Ofícios nºs 247 e 252, de 13 de novembro, informando que foi enviada ao Ministério de Minas e Energia e à ELETROBRÁS cópia do relatório de auditoria efetuada na Companhia de Eletricidade do Acre — ELETROACRE.

Foi feito acordo entre as Lideranças para votação em bloco de todos os relatórios setoriais, ressalvados os destaques e as obras com indício de irregularidades graves.

Colocaremos todos os relatórios em votação, ressalvados os destaques e as obras com irregularidades graves.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Estão aprovados todos os relatórios setoriais, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidade.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, faço uma declaração de voto.

Atendendo ao pedido de V.Exa, acolhemos a votação em bloco dos relatórios, mas, como posição política, fazemos restrições às políticas macroeconômica, fiscal, tributária e, principalmente, à política monetária do Governo. Portanto, deixamos ressalvada nossa posição contrária ao relatório que trata da dívida. Se ele fosse votado individualmente, a bancada do Partido dos Trabalhadores votaria contra ele.

Como foi feito acordo, reafirmamos nossa posição contrária a essa política que submete o País ao Fundo Monetário Internacional e à política externa, que nos expõe e dificulta o desenvolvimento de nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Suspenderemos a reunião por dez minutos para organizar a votação dos destaques.

Já há alguns Relatores-Setoriais presentes.

A reunião ficará suspensa por dez minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Declaramos reiniciada a reunião.

Vamos apreciar os destaques do Relatório Setorial da Justiça e Defesa.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, tivemos, na totalidade, 43 destaques. Dentro das condições normais e da possibilidade de recursos, foram acatados quatro deles: o Destaque nº 002, do nobre Deputado Jorge Bittar, no valor de 10 milhões de reais; o Destaque nº 011, do Senador Tião Viana, de 2 milhões de reais; o Destaque nº 010, também do Senador Tião Viana, no valor de 2 milhões de reais; e o Destaque nº 024, do Senador Gilberto Mestrinho, do Estado do Amazonas, no valor de 17 milhões de reais.

Foram rejeitados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, 39 destaques, totalizando, assim, 43 destaques.

Sr. Presidente, esse é o acatamento da nossa área de Justiça e Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer do Relator.

Não havendo quem queira discuti-lo, vou colocá-lo em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Total de destaques da área de Justiça e Defesa: 43. Foram acatados quatro Destaques: o de nº 002, do Deputado Jorge Bittar, no valor de 10 milhões de reais; o de nº 011, do Senador Tião Viana, no valor de 2 milhões de reais; o de nº 010, do Senador Tião Viana, no valor de 2 milhões de reais; e o de nº 024, do Senador Gilberto Mestrinho, no valor de 17 milhões de reais.

Aprovados esses quatro destaques e rejeitados 39.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, V.Exa. poderia repetir o encaminhamento; não o escutei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Na área de Justiça e Defesa foram apresentados 43 destaques. Foram aprovados apenas quatro: o Destaque nº 002, do Deputado Jorge Bittar, no valor de 10 milhões de reais; o Destaque nº 011, do Senador Tião Viana, no valor de 2 milhões de reais; o Destaque nº 010, também do Senador Tião Viana, no valor de 2 milhões de reais; e o Destaque nº 024, do Senador Gilberto Mestrinho, no valor de 17 milhões de reais.

Os demais 39 destaques foram rejeitados.

Estamos aguardando o Relator da Previdência, que está chegando.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a V.Exa que solicite ao nobre Relator discorrer sobre os assuntos e a natureza dos destaques objeto de aprovação por S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – O Destaque nº 002 é de origem do Deputado Jorge Bittar, no valor de 10 milhões no valor de 2 milhões de reais, para a construção de unidades de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Do nobre Senador Tião Viana, implantação de unidade militar na região do Calha Norte, ou seja, são estradas...Perdoe-me, há um equívoco.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Qual o número, por favor?

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Nº 011.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – E instalação?

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Manutenção e suprimento de equipamento...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Relator, V.Exa. está falando tão depressa que não estou entendendo...

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Mas V.Exa. está sendo atendido. Já falei sobre o Destaque nº 002, do nobre Deputado Jorge Bittar, para construção de unidade de atendimento a adolescentes. O Destaque nº 011, do nobre Senador Tião Viana, tem o seguinte título: Manutenção e Suprimento de Equipamento de Engenharia de Construção no Estado do Acre. Destaque nº 010, do nobre Senador Tião Viana: criação de centros integrados da cidadania. Por último, nobre Deputado, da bancada do Estado do Amazonas, do nobre Senador Gilberto Mestrinho, Destaque nº 024, no valor de 17 milhões de reais: implantação de polícia comunitária no Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, essa foi a decisão desta relatoria em relação aos destaques apresentados. Foram apresentados 43 destaques, acatados 4 e rejeitados 39.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Convidamos o Sr. Relator-Setorial Ronaldo Cunha Lima, da Previdência e Assistência Social, para falar sobre os destaques.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Na exposição que fiz quando do relatório, mostrei as dificuldades financeiras, técnicas e legais de remanejamento de recursos em face de suas limitações, inclusive em relação aos destaques, mostrando que não havia mais recursos e que a competência se transferia, infelizmente, para o Relator-Geral. Tivemos apenas 219 milhões de reais e 1 bilhão e 600 milhões de reais de emendas. O critério foi a rejeição de todos os destaques, por total inviabilidade de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Sr. Relator rejeitou todos os destaques. Portanto, coloco-os em discussão.

Não havendo quem queira discuti-los, vou colocá-los em votação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, registro, em nome do Partido Socialista Brasileiro, o açodamento desse acordo de tramitação. Evidentemente, assinalo nossa impressão, antes que V.Exa. coloque o parecer em votação, porque estou vendo o açodamento das decisões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, isto aqui é fruto de acordo de Lideranças. A Presidência vai cumprir o acordo. O Relator, neste caso, rejeitou todos os destaques.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, só quero registrar, neste momento, minha preocupação em relação a esse açodamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação o parecer do Relator na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. tivesse o cuidado necessário de não colocar a matéria em votação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Presidência vai aguardar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Solicito a V.Exa. que nos dê um tempo para resolvermos essa questão, talvez cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Suspenderei a reunião por cinco minutos, para retomá-la em seguida.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, ouvi com atenção a manifestação do nobre Deputado Alexandre Cardoso, que acaba de declarar ter havido açodamento na condução dos trabalhos.

Sr. Presidente, quero deixar registrado que a Comissão trabalhou ontem a noite toda e prolongou seus trabalhos até 3h. Estive aqui e compareci à reunião do princípio ao fim. Portanto, não está havendo açodamento, mas sim aceleração do ritmo dos trabalhos em razão do volume de tarefas que temos de cumprir.

De modo que não concordo com a manifestação do nobre Deputado Alexandre Cardoso. Não está havendo açodamento. Ficamos trabalhando até 3h e quem aqui não ficou não pode reclamar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Deputado, só gostaria de registrar que o fato de V.Exa. concordar com meu encaminhamento ou não é um direito de V.Exa.; já o fato de eu pedir verificação é um direito meu.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Não lhe estou negando esse direito.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Só estou deixando clara minha posição.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – V.Exa. esteve aqui ontem até 3h? Esteve aqui hoje de madrugada? Não esteve. Assim é fácil protestar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Srs. Deputados, gostaria de dizer-lhes que estou acompanhando de perto esta discussão, mas de forma isenta, porque não apresentei nenhum destaque ao relatório do eminente Senador Cunha Lima, embora obviamente tenha apresentado destaques a outros projetos.

Ontem, conversei com o Deputado Gilmar Machado sobre esse assunto e penso que vamos ter problemas se não resolvermos a situação dos destaques. Não se trata simplesmente de rejeitá-los. As emendas do Estado de Pernambuco, por exemplo, que estão todas destacadas aqui, receberam menos de um terço do que se solicitou. Não é o caso deste relatório. Temos de nos prevenir, para saber o que o Relator-Geral vai deixar com os Relatores-Setoriais para atender aos destaques dos Deputados. Ninguém votará este Orçamento se não tivermos a certeza de que esses destaques serão atendidos de acordo com os recursos remanescentes que estão com o Relator-Geral.

Por isso, gostaria de, antes de aprovarmos ou negarmos a rejeição dos destaques, discutir o que vai acontecer daqui para a frente.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Sr. Presidente, os destaques rejeitados pelo Sub-Relator foram discutidos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Coloquei-os em discussão, mas, como não houve quem quisesse discuti-los, coloquei-os em votação.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Em todas as sub-relatorias seguiu-se esse procedimento? Na hora de ler, foram colocados os destaques...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só a segunda relatoria; a primeira acatou quatro destaques e rejeitou 39. Na segunda relatoria, foi colocado em discussão, mas não houve quem quisesse discutir. Estamos indo agora para...

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Sr. Presidente, estou aqui desde o início, quando o Sub-Relator chegou, e não vi nenhuma manifestação de S.Exa. em relação aos destaques. Quando o Relator rejeitou esses destaques? Ontem, na leitura da sub-relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. rejeitou-os hoje no relatório. Rejeitou em globo.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, estamos fazendo um esforço para ajudar. Também sou Relator-Setorial. Ontem à noite, pessoalmente, recebi 150 destaques, saí daqui às 3h. Tenho que sentar e fazer o relatório. Quero votar todos os relatórios que estiverem à mão. Onde está o relatório? Tínhamos de estar com o relatório na mão, pelo menos o espelho do que foi aprovado ou rejeitado, para eu saber, inclusive, o que vou destacar e poder encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. rejeitou todos; não aprovou nenhum.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sugiro a suspensão da reunião por cinco minutos para organizarmos a forma de encaminhamento da votação. Esse é o apelo que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou suspender a reunião por cinco minutos.

(A r*eunião é suspensa*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a reunião.

Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento antes de o Deputado João Coser falar.

Eu pedi a suspensão da reunião e quero apresentar minha posição. Obviamente, aceitamos o relatório que não recebeu destaque. Agora, havendo destaque, acho fundamental que seja distribuído o relatório, para que dele tomemos conhecimento.

Só quero aditar essa minha posição e dizer que temos aqui um acordo informal do bloco de oposição. Os Deputados João Coser e Sérgio Miranda, informalmente, têm posição de liderança nesse bloco.

Demonstro minha preocupação e deixo o encaminhamento para o Deputado João Coser.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado João Coser tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de registrar minha tristeza pelo incidente, porque havíamos feito um acordo político.

Sr. Presidente, peça um pouco de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio aos presentes.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, após um debate com os partidos da Oposição, tínhamos duas posições: uma era exigir rigorosamente todos os procedimentos regimentais que nos levariam a votar este Orçamento no mês de janeiro. Discutindo entre nós, evoluímos no sentido de trabalhar com bastante afinco, hoje, amanhã e, se for necessário, sábado. O Relator-Geral faria seu relatório no início da próxima semana e tentaríamos votar o Orçamento na primeira semana antes do Natal.

Combinamos que faríamos hoje pela manhã a votação simbólica dos dez relatórios, ressalvados os destaques. A partir dessa votação, entraríamos nos relatórios, na votação dos destaques.

Qual é o procedimento em relação aos destaques? Chega um documento para cada Deputado, S.Exas. analisam os destaques aprovados, rejeitados e aprovados parcialmente. A partir daí, inicia-se o processo de votação. Por quê? Mesmo quando todos os destaques são rejeitados, é possível que a Comissão queira se debruçar sobre um destaque que considere

importante. Não haver acolhimento de nenhum ou haver acolhimento de todos não significa que o Congresso não queira debater.

Não vamos abrir mão de fazer o debate sobre os destaques. Vamos começar agora, se for necessário e possível, desde que tenhamos em mão cada relatório a ser votado e o Relator dizendo: "Este destaque foi acolhido, este foi rejeitado", e explicando o porquê.

Não há de nossa parte desejo de obstruir, mas não votaremos simbolicamente sem saber a matéria que estamos votando. Necessitamos dos relatórios com as emendas aprovadas e rejeitadas, para conseguirmos dar prosseguimento ao trabalho.

De nossa parte, há a determinação de continuarmos hoje e amanhã. Inclusive, há disposição de, com o Relator-Geral, trabalharmos até terça ou quarta-feira, fechar o relatório e publicá-lo. No dia 17, voltaríamos para debater e votar na Comissão e no Plenário. Isso é o que acordamos. Não combinamos abrir mão de nenhum procedimento, a não ser o tempo.

E mais, Sr. Presidente: conversamos sobre não haver necessidade de um documento fechado unicamente quando da votação final da Comissão de Orçamento, em que trabalharíamos com o que foi socializado com todos e publicado. Faríamos um adendo do que agregar no debate final do relatório geral. Essa foi a única concessão que fizemos, para que o Plenário não dependesse de mais quatro ou cinco dias de gráfica para votar o Orçamento.

No mais, não temos condição de votar sem conhecimento do que estamos votando.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente, sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Nem este relatório. Por quê? Porque precisamos ter conhecimento das emendas que estão sendo rejeitadas. É possível que um Parlamentar queira destacar e fazer debate sobre uma única emenda. Mesmo quando todas as emendas são rejeitadas, os Parlamentares têm o direito de conhecê-las e, a partir daí, atuar para tentar garantir uma de suas emendas. S.Exa. poderá convencer o Relator e a Comissão que aquele seu destaque tem papel importante.

Para nossa segurança, precisamos ter o relatório, mesmo quando as emendas são rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou responder ao Deputado João Coser.

O que aconteceu foi um problema no sistema. Estamos sendo vítimas de problemas técnicos e da Mesa da Câmara, que marcou uma sessão intensa ontem, que nos levou até 3h aqui. Tudo isso vem atrasando nosso trabalho. Já vamos passar do dia 15; é inexorável isso. E, hoje, chego aqui e o sistema está com problema. Os relatórios não saem, o sistema está lento. Houve concordância de se começar a votação deste primeiro relatório.

Mas não tenha dúvida alguma, Deputado João Coser, da oportunidade de sua ponderação, que tem total apoio da Mesa, da Presidência.

Vamos suspender, então, por trinta minutos a reunião, para ver se o sistema libera alguma coisa. O nosso problema é este: a reunião foi marcada para 10h, mas chego aqui e encontro o sistema travado. Aí, concordaram em votar, e nós já votamos um relatório. Mas não queremos, de modo algum, forçar nada, mas tomar a decisão com a maior calma possível, tendo os Parlamentares o maior número possível de informações.

De modo que, atendendo ao seu encaminhamento, vou suspender a reunião por trinta minutos.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que vamos prosseguir com a votação do destaque da Previdência e Assistência Social.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quero dar conhecimento aos companheiros e a V.Exa. da posição do PDT — e tenho certeza de que também é a posição de outros partidos, como o PSB e o PT.

Leio, então, pequena nota de comunicação do meu partido à Casa:

O PDT não votará o Orçamento da República sem a previsão de receita do salário mínimo e sem a correção do percentual de reajustamentos dos servidores públicos.

Os trabalhadores brasileiros estão ao relento no projeto neoliberal que a todos torna vítimas dos interesses dos grandes conglomerados internacionais, que desejam a exploração do nosso povo como mão-de-obra escrava.

Tais fatos exigem da Oposição uma postura firme, que não permita dúvidas na defesa de nosso ideário. Qualquer vacilação será confundida como colaboração na consecução dos objetivos de exploração que temos denunciado.

Assim, Sr. Presidente, o PDT entende que não é possível avançar na votação do Orçamento da União sem que antes, no contato com o Relator-Geral, possamos definir a política salarial para os trabalhadores brasileiros e a recomposição dos salários dos servidores públicos.

Sr. Presidente, o PDT estará, a todo momento, tentando a obstrução, salvo a Mesa decida pela suspensão dos trabalhos e a negociação possa iniciar-se imediatamente com vistas à obtenção de recursos financeiros para a reposição dos vencimentos dos servidores públicos e o aumento do salário mínimo para todos os brasileiros.

Portanto, o PDT, a partir de agora, coloca-se em processo de obstrução permanente, até que possamos sentar à mesa e achar o caminho de atender ao direito que tem o trabalhador brasileiro de um salário mais digno, que lhe permita condições de vida mais humanas.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação e um apelo ao Deputado Giovanni Queiroz.

Temos aqui debatido o Orçamento e sabemos o quanto é importante para o País sua aprovação dentro do ano fiscal, possibilitando, assim, demonstrar que estamos cumprindo nossas metas e os compromissos estabelecidos pelo Governo. Esse, eleito pela população, definiu parâmetros com os quais tem procurado ganhar a confiança do mercado internacional e manter sua credibilidade junto aos investidores externos, o que nos tem rendido alguns bilhões em investimentos vindos de fora, recursos que têm sido fundamentais para a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida de nossa gente.

Entendo a posição do PDT. Considero correto que as Oposições procurem, como sempre fizeram, alcançar reajustes mais adequados para o salário mínimo e para o salário dos servidores públicos. Entretanto, isso deve ser feito dentro dos limites impostos pela peça orçamentária.

Nesse sentido, apelo para o Deputado Giovanni Queiroz que suspendamos ou adiemos a votação dos relatórios setoriais em que constam as questões do salário mínimo e do salário dos servidores públicos, e convoquemos o Relator-Geral para dar início à discussão sobre o assunto, prosseguindo com o debate e a votação dos relatórios setoriais que não envolvem tais matérias.

É evidente que a obstrução pode ser feita a qualquer momento, mas contamos com a boa vontade dos Parlamentares desta Comissão, que atenderam à convocação do Presidente para trabalhar hoje e amanhã e votar os relatórios setoriais. Isso permitirá ao Relator-Geral fazer um balanço dos recursos para que S.Exa. saiba com o que pode contar e dispor, a fim de atender às demandas do Partido Democrático Trabalhista.

Repito: apelo para o Deputado Giovanni Queiroz no sentido de que votemos os relatórios setoriais que não envolvam a matéria pertinente aos pleitos de V.Exa., justos do ponto de vista da Oposição. Também gostaríamos de dar maior reajuste ao salário mínimo e ao salário dos servidores públicos, sempre dentro dos limites impostos pelo Orçamento.

Indago sobre se podemos contar com a compreensão do Deputado Giovanni Queiroz e dos demais Líderes da Oposição, membros desta Comissão, para debatermos apenas os relatórios que não envolvam os temas que fazem parte dessa reivindicação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, ouvi com atenção o apelo que me fez o nobre Deputado Ricardo Barros. Entretanto, as verbas aprovadas dos relatórios setoriais que estamos votando provêm dos mesmos recursos que virão a permitir os aumentos salariais.

O PDT tomou essa posição em reunião de bancada. Já conversei com o Deputado Virgílio Guimarães e sei que essa é também a posição do PT e do PSB. Entendemos que, na verdade, é a posição de todos os Parlamentares da Casa. Temos de nos preocupar com um Brasil diferente. Precisamos entender que a melhor forma de distribuir renda neste País ainda é por meio de um salário mínimo condizente com a vida humana. Essa é a melhor forma de promover a distribuição de renda no Brasil.

Estamos aqui trabalhando questões pontuais de nosso interesse pessoal, ou seja, do que diz respeito aos nossos Municípios e Estados, mas elas não estão acima dos interesses de todo o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, o PDT mantém sua posição. Vamos tentar obstruir a votação, ao mesmo tempo em que pedimos a V.Exa. e aos demais companheiros que nos engajemos todos na busca de recursos. Lembro-me de que, ano passado, ao nos sentarmos à mesa para discutir, conseguimos localizar recursos que permitiram aumento salarial mais condi-

zente com as necessidades mínimas do cidadão brasileiro.

Assim, Deputado Ricardo Barros, gostaria de atendê-lo, mas entendo que cabe a V.Exa. atender ao nosso apelo. Vamos juntos buscar recursos e viabilizar um aumento salarial digno para o trabalhador brasileiro e a reposição salarial para os servidores públicos federais, que há anos se vêem prejudicados e desmotivados na construção do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, fui surpreendido pelo reinício desta reunião. Estava no plenário da Câmara e a sessão, no período da Ordem do Dia, em processo de votação. Lá vi diversos membros da Comissão, o que me leva a concluir que foi abrupto o reinício desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem razão e, em função disso, vou suspender a reunião até 15h de hoje.

Está suspensa a reunião.

(A r*eunião é suspensa*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias da Pauta nº 28, de 2001, os relatórios setoriais apresentados nas áreas de temática da proposta orçamentária para 2002.

Encerramos a discussão da área de Previdência e Assistência Social.

Uma vez que o Relator deu parecer contrário a todos os destaques, e a planilha já foi distribuída para os Srs. Parlamentares, consulto ao Plenário sobre se podemos votar em bloco, por tipo de parecer. Como todos foram rejeitados, seria apenas uma votação na Câmara e outra no Senado. *(Pausa.)*

O Plenário está de acordo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Presidente, acabei de chegar e...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Trata-se da votação em globo dos destaques. Todos eles têm parecer contrário.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. está pondo em votação o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, Deputado. Os destaques da área de Previdência e Assistência Social.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu levanto uma outra questão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A reivindicação da Oposição era no sentido de que a planilha fosse distribuída. Eu paralisei os trabalhos, e a planilha foi distribuída para todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estou chegando agora da Comissão... Acabou de haver uma votação nominal. Eu vim direto de lá para cá. Não se passaram dois minutos desde que acabou a votação nominal. Foi o tempo de eu caminhar do plenário até aqui. Quer dizer, a votação nominal na Câmara foi encerrada agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu sei, Deputado. A consulta agora é sobre se podemos votar em globo todos os destaques com pareceres semelhantes. Como o parecer foi contrário a todos os destaques, teríamos apenas uma votação na Câmara e uma votação no Senado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, há requerimento nesse sentido ou é proposta de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Presidente é quem está propondo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero levantar uma outra questão, Sr. Presidente.

Tivemos uma votação hoje aqui que causou certa perplexidade. Confesso a V.Exa. que estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não houve votação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, houve várias votações...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aqui?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É, no início. Votação dos relatórios etc. Verificando depois com mais cuidado, Sr. Presidente, vi que a reunião não estava instalada, não havia requerimento formalizado pedindo a votação em globo. Eu estava presente, não levantei a questão na hora. O Deputado João Coser inclusive levantou essa questão. Mas, parece-me, Sr. Presidente, que a votação foi encaminhada de maneira anômala, para usar uma palavra bastante aceitável, porque sequer a Secretaria havia anotado os horários etc.

Então, consulto V.Exa., até porque alguns partidos reclamaram da maneira rápida como foi realizada a votação, sobre se não seria o caso de recompormos de uma maneira mais usual...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou propondo a aprovação do Plenário para votação em globo dos destaques, Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Deste ou do conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deste parecer que está aqui.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Deste?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu discordo dessa votação. Eu não concordaria porque cada um pode querer discutir o seu destaque, pôr em votação separadamente... Enfim, a idéia não é a de votar de afogadilho. Eu até estou levantando a questão das votações já realizadas. Mas se V.Exa. prefere que não — e, inclusive, não encontrei eco nos meus colegas —, não insistirei, até porque eu estava presente aqui e não levantei essa questão tempestivamente. Foi um companheiro do meu partido, o Deputado João Coser, que encaminhou a questão da votação em globo, fazendo referência ao acordo.

Contudo, no que se refere a essa votação especificamente, prefiro que possamos ganhar tempo, mas de maneira que siga trâmite um pouco mais regular, dando oportunidade a quem desejar discutir os seus destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há requerimento da Deputada Laura Carneiro para votar em separado, nos termos regimentais, os Destaques nºs 7, 8 e 9, da 7ª área temática.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Desculpe-me, Sr. Presidente. Na verdade, eles são da 8ª área.

São as três emendas da Comissão de Seguridade Social, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A consulta que faço ao Plenário é sobre se concorda com a votação em globo dos destaques.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, com relação ao PT não há concordância. Devemos discutir cada destaque separadamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o PPB também deseja discutir os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar os destaques um a um. Temos mil e poucos destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quero fazer uma sugestão: os Deputados, se assim concordarem as bancadas, votarão os destaques em globo, ressalvados aqueles que apresentarem requerimento de votação em separado.

Existem destaques de outras áreas temáticas em que já fomos atendidos em parte, e sabemos que apenas o Relator-Geral poderá ampliar os valores. Em relação a alguns outros, o Relator-Setorial poderá fazê-lo. Talvez possamos votar os destaques em globo, ressalvados aqueles para os quais haja pedido de votação em separado. É quase impossível votarmos mil destaques um a um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputada Laura Carneiro, a prática da Comissão tem sido a de votar em globo, retirados aqueles que o Parlamentar quer destacar, o restante é votado em globo. Mas a Oposição não está de acordo com essa idéia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É o que estou tentando ponderar com os meus companheiros da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O PDT entende que não podemos avançar na avaliação de nenhum relatório até que se sente à mesa com o Relator-Geral, o Presidente e as demais lideranças partidárias da Comissão, em busca de recursos para garantir um salário mínimo minimamente decente, o que, sabemos, não será alcançado, mas que não seja tão indecente como o proposto pelo Governo. E mais: que se garanta não os 3,5% de aumento salarial para os servidores públicos, mas que, no mínimo, se corrija um pouco das distorções existentes em função de tantos anos sem aumento.

Queremos justiça social no Brasil, pelo menos para alguns setores primários, pelo menos para o assalariado mínimo e o servidor público. A partir daí, podemos fazer acordos para que tudo se encaminhe. O PT, o PDT e o PSB defendem essa posição não com o intuito de procrastinar a votação, mas com o objetivo de abrir espaço para a negociação. Não podemos abrir mão disso, sob pena de passarmos a ser coniventes com esse processo neoliberal que atrofia a sociedade brasileira a cada dia que passa. Não abriremos mão desse procedimento. Do contrário, vamos pedir verificação de votação etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Giovanni Queiroz, não estou pedindo que abram mão. A Deputada Laura Carneiro é que levantou a questão. Vamos votar os destaques um a um.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, como sempre foi feito, sugiro que o requerimento de votação em globo seja apresentado e que aqueles Parlamentares que desejarem ver o seu destaque discutido separadamente o anunciem, o Presidente os anotará, e os demais serão analisados em globo. E, aí, um a um, serão apreciados, como é praxe na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso é matéria vencida, porque a Oposição não concorda com essa prática e quer votar destaque por destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Cada Parlamentar deve avisar a retirada do seu destaque no momento em que o mesmo for anunciado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, vamos colocar o povo em uma posição melhor. O Parlamentar tem obrigação de brigar pelo salário do trabalhador. Vamos trabalhar em cima de algo que é seríssimo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos começar.

Destaque nº 1, Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

S.Exa. está ausente.

Destaque nº 2, Senador Romero Jucá. *(Pausa)*

Ausente S.Exa..

Destaque nº 3, Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Ausente.

Destaque nº 4, Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa..

Destaque nº 5, Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa)*.

Ausente.

Destaque nº 5 do Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Ausente.

Destaque nº 6 do Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

Ausente.

Destaque nº 7, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Emenda nº 5021005, da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, essa emenda prevê a construção, a reforma e a compra de equipamentos para centros de atendimento à pessoa idosa e faz parte da Comissão de Seguridade Social. Só foi acolhido o valor de 3,5 milhões, o que não permite atender à necessidade dos idosos de todo o País. Até aceitaríamos, a partir de acordo feito com o Sr. Relator, óbvio que não o valor pedido inicialmente, de 180 milhões, mas um valor possível. Entretanto, é impossível discutirmos esse valor de 3,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputada Laura Carneiro, V.Exa fez três destaques. Peço que já faça o encaminhamento dos demais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O segundo destaque, Sr. Presidente, também faz parte da Comissão de Seguridade Social e trata de custeio...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o Destaque nº 8, Emenda nº 5021-3. Destaque nº 9, 5021-4. Os três fazem parte da Comissão de Seguridade Social.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Para esse segundo destaque foram aprovados igualmente apenas 3,5 milhões de reais. Ele trata de garantir ou de assegurar o custeio do atendimento à pessoa portadora de deficiência física. Não estamos falando em investimento, mas em custeio, do dia-a-dia da pessoa portadora de deficiência deste País e da assistência deste País.

A Emenda nº 9 diz respeito a atendimento de criança em creche, e é também emenda de custeio. Ou seja, não é emenda de investimento. Na verdade, a Comissão de Seguridade Social quis garantir, por meio dos Destaques nºs 8 e 9, a manutenção do custeio requerido, sugerido e determinado pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

Sr. Presidente, as três emendas da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados não podem receber juntas 10,5 milhões de reais, enquanto a mesma Comissão no Senado, assim como a Comissão de Assuntos Econômicos e a Co-

missão de Assuntos Sociais daquela Casa, recebe 70 milhões. Deve existir um critério.

Duas dessas emendas são de custeio, não são de investimento. Portanto, não há nem a desculpa de que não existe no Orçamento dinheiro para investimento, porque o dinheiro que pedimos é de custeio.

Essas são as explicações, Sr. Presidente, sobre os três destaques apresentados pela Comissão de Seguridade Social e Família.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator, para falar sobre os três destaques.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, entendo absolutamente procedentes as alegações da Deputada Laura Carneiro e até concordo com S.Exa., porque as suas razões são irretocáveis. O problema é financeiro. Como conseguir recurso dentro do limite exíguo de que disponho nas três áreas?

Quando opinei pela rejeição dos destaques, apresentei um só argumento para todas as emendas: "Não há recurso", a não ser que transfiramos para o Relator-Geral. Mas que é custeio, disso não há dúvida. Concordo com a Deputada.

A informação que recebo, Deputada, é no sentido de que foram acrescidos 15 milhões e 700 mil reais no geral para a atuação específica a favor dos idosos, incluindo o custeio. Quanto à outra emenda, acrescentamos a ela 6 milhões, 950 mil. Na terceira, acrescentamos 22 milhões. Contudo, para conseguir mais um centavo, só operando milagre.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu diria a V.Exa. que nas emendas... Não sei se posso ainda usar da palavra.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Por essa razão, Sr. Presidente, mantenho a rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa., Deputada Laura Carneiro, já usou o tempo devido.

Vamos colocar em votação o parecer do Relator.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Não há recurso, infelizmente. Concordo, porém, quanto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário?

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – O parecer é contrário, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço a palavra para orientar a bancada, Sr. Presidente. Aliás, primeiro, peço a palavra pela ordem, para que V.Exa. oriente melhor a nós todos quanto ao procedimento. No caso do destaque, discute o autor do destaque, e responde o Relator. Nós podemos discutir também esse mesmo destaque?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só o autor, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, podemos apenas pedir para encaminhar a votação, para orientar a bancada na votação, por três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Por um minuto. O prazo de três minutos é o tempo destinado ao autor do destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não é possível justificar nesse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para orientar a bancada, concedo a V.Exa. a palavra por um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero votar a favor da Deputada Laura Carneiro, até porque entendo justo o pleito de S.Exa. O nobre Senador poderia arranjar um pouco mais de dinheiro para atender a nós todos.

Na verdade, sei que V.Exa. tem um limite. O Governo deu para a Previdência Social e para a área social, relatadas por V.Exa., um valor minguado, que não chega a 10% do que destina para os banqueiros — e isso para atender toda a área social, o que é um descalabro!

Portanto, entendo que V.Exa. tem razão em, não havendo dinheiro, não poder atender, mas vamos votar contra o Relator, porque, na nossa opinião, o Relator poderia ter tido uma briga maior com o Governo, no sentido de que o Governo abrisse mão de mais dinheiro, cuja destinação não têm nenhum fundamento, destaco, e atendesse à Deputada Laura Carneiro.

Deputada Laura Carneiro, V.Exa. quer o nosso voto favorável, contra o Relator?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Encaminhei o voto a favor do destaque, portanto, a favor da emenda da Comissão de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator deu um parecer contrário. V.Exa. tem a palavra apenas para orientar a bancada, por um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O PDT vai votar contra e já alerta V.Exa. para o fato de

que, quando V.Exa. der o resultado, vamos pedir verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O destaque à emenda de bancada feito pela Deputada é absolutamente correto. Ele procura trazer mais recursos para a área social.

O Governo tem sido drástico em privilegiar banqueiro, Fundo Monetário, superávit primário, enquanto o Relator-Setorial da área social fica numa situação até difícil. Portanto, vamos votar favoravelmente ao destaque.

Porém, Sr. Presidente, entendo muito difícil votar questão por questão — e quero repetir isto aqui, para que todos o saibam. Questões importantes, como a do salário mínimo, é que deveriam orientar inicialmente nosso trabalho.

A intenção do PT e de toda a Oposição é ajudar para que possamos aprovar com rapidez esse Orçamento, atropelando prazos, trabalhando até de madrugada, fazendo o que for possível. E demos demonstração dessa boa vontade hoje pela manhã. Porém, sem termos a presença aqui do Relator-Geral e fatiando o parco recurso existente, chegaremos a um beco sem saída e não teremos o que dizer sobre salário mínimo.

Nesse sentido, acompanharemos o pedido de verificação do Deputado Giovanni Queiroz, para que haja a presença do Relator, a fim de que S.Exa. possa, pelo menos, sinalizar-nos o que está reservando para atender à Previdência e ao salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu pedi pela ordem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto, vamos com calma para não haver dúvida a respeito. Vamos todos sentar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos fazer a votação sem açodamento, para fazermos uma coisa correta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada, estamos em processo de votação. E, em processo de votação, não se dá a palavra pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu só queria ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Aqueles que levantaram o braço permaneçam assim.

Aqueles que são favoráveis ao parecer do Relator permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Rejeitado, rejeitado.

(Não identificado) - Rejeitado o parecer.

(Não identificado) – Rejeitado o parecer?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer.

(Não identificado) – O parecer está rejeitado?

(Não identificado) – O parecer está aprovado, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Ele falou “rejeitado”, mas eu não entendi o quê.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado o destaque, aprovada a emenda.

(Não identificado) – Não houve destaque.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) – O parecer já foi aprovado, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Mas ele colocou em votação o parecer.

(Não identificado) – Parecer, ressalvados os destaques.

(Não identificado) – Não, ele colocou em votação o parecer sobre o destaque. Tanto é assim que quem votou a favor permaneceu como estava.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Assim não há condição de apurar os votos.

(Não identificado) – Eu não entendi o que V.Exa. anunciou, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exas. têm de permanecer com o braço erguido para eu poder contar.

(Não identificado) – Sr. Presidente, vai dar câimbra, vai dar câimbra.

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente, já foi estabelecida confusão em relação à votação. Estamos votando o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sim. Os que votaram favoráveis ao parecer do Relator permaneçam como se encontram. Aqueles que são contra levantem o braço.

(Não identificado) – Sr. Presidente, é parecer ao destaque?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parecer contrário ao destaque.

O que está em votação é o destaque. O Relator deu parecer contrário aos três destaques.

Aqueles que votam de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. Aqueles que são contra levantem o braço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Para esclarecimento, Sr. Presidente, estamos votando em bloco portanto os Destaques nºs 7, 8 e 9 da Comissão de Seguridade Social, que vão garantir recurso a criança, idosos e deficientes físicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exato.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estou com câimbra.

(Não identificado) - V.Exa. terá de inverter a votação para conferir.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não pode inverter a votação, Sr. Presidente. Não pode inverter a votação, é anti-regimental.

(Não identificado) – Não, é inverter a contagem. Levante o braço o outro lado agora.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas não pode, isso é anti-regimental. Quem é contrário que se manifeste. Está escrito assim.

(Não identificado) – Está cristalino que eles perderam a votação, Sr. Presidente, a verdade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ter calma, porque vamos fazer uma votação que fique bem clara e não deixe dúvida para nenhum lado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, então vamos para votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É o melhor caminho — votação nominal —, porque aí não fica dúvida nenhuma.

(Não identificado) - Votação nominal na Câmara e no Senado.

(Não identificado) – Na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Na Câmara. Vou chamar o Deputado João Leão para fazer aqui...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Bloco PDT/PPS está em obstrução.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Chamo o Deputado João Leão para fazer a chamada dos Srs. Parlamentares. É o único modo, Deputada, senão fica essa dúvida a respeito da votação. Esse é o melhor caminho.

Aqueles que estiverem de acordo com o Relator votarão "sim". Aliás, quem vota com o destaque, vota "sim"; quem vota com o Relator vota "não". "Não", é com o Relator; "sim", com os três destaques.

Prestem atenção, Srs. Deputados: "não" é com o Relator; "sim", com os destaques.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Só para esclarecer. V.Exa. determinou, de ofício, votação nominal. Logo, não foi considerado o pedido de verificação.

Na dúvida, de ofício, uma vez que V.Exa. não anunciou o resultado, solicito que desconsidere...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – O Governo é "não".

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não, o Sr. Presidente não anunciou o resultado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, espere aí.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Não anunciou a verificação para atender ao pedido dos Deputados.

(Não identificado) – Não, o Sr. Presidente não anunciou o resultado. Logo, não há pedido de verificação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não houve... pelo amor de Deus, não houve pedido de verificação.

(Não identificado) – Tudo bem, é isso.

(Não identificado) – V.Exa. pediu...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Presidência aceitou a sugestão de fazer a votação nominalmente, para que não fique qualquer dúvida a respeito da votação.

A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Leão para fazer a chamada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O Partido dos Trabalhadores está em obstrução também, Sr. Presidente.

Queremos votar o salário mínimo de 220 reais e é necessária a presença do Relator-Geral aqui para indicar as fontes, antes de gastá-las com outros destaques.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, para a orientação das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – O Governo encaminha "não" aos destaques e vota com o Relator.

O Governo, portanto, encaminha o voto "não".

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o PDT se declara em obstrução.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o PV está em obstrução.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "não".

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Posso iniciar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pode começar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Só para esclarecer novamente, porque vejo que há uma confusão, estamos votando o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos votando três destaques, Deputado Fernando Coruja.

Aqueles que forem a favor do destaque votam "sim"; os que são contrários, votarem com o Relator, portanto, votam "não".

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Sr. Presidente, inicie a...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Bem, vou iniciar a votação.

Iniciada a votação.

Bloco Parlamentar PSDB/PTB.

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – "Não", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Basílio Villani.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – "Não".

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)*

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado José Carlos Elias.*(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)*

Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

PFL.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

Deputado Mussa Demes. *(Pausa.)*

Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Fernandes. *(Pausa.)*

Deputado Santos Filho. *(Pausa.)*

Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

PMDB.

Deputado Antônio do Valle.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO DO VALLE – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado José Borba. *(Pausa.)*

Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Sr. Presidente, voto "não", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Presente. Voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator. Houve um problema.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – **Data venia**, Sr. Presidente, entendo que os destaques estão prejudicados porque cancela a dotação destinada ao Nordeste e de outra área temática. Entendo que não nos cabe votar o destaque, retirando recursos de outra área que não foi ainda objeto de discussão. Concordo com o mérito da emenda.

(Não identificado) – Sr. Presidente, não estou entendendo. O Relator está mudando o parecer durante a votação?

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Estou apenas prestando um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. está chamando a atenção...

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, o Deputado Virgílio Guimarães tem toda a razão na hora em que sugere a manifestação do Relator-Geral, porque essa emenda, por exemplo, retira recursos do Nordeste e é de outra área temática.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou ler o §2º:

Os destaques que tenham como finalidade inclusão, aumento ou recomposição de dotação orçamentária somente serão aprovados pela Comissão caso sejam previamente identificadas as origens do recurso suficiente para o seu atendimento e tem que ser na mesma área.

Vale o cancelamento proposto na própria emenda. Ocorre que o cancelamento proposto é numa outra área, a 9, FINOR, que não é a do Relator. Por isso, o Relator está levando a questão de que os destaques estão prejudicados.

A Mesa já consultou a Assessoria Técnica, que convalidou o parecer no sentido de que os destaques estão cancelados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem, como autora do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Primeiro, quero esclarecer que esse não é um destaque da Deputada Laura Carneiro, é um destaque da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Segundo, a emenda foi elaborada pela Assessoria Técnica da Comissão de Orçamento. Terceiro, estou há sete anos nesta Comissão, há sete anos voto todos os Orçamentos e nunca ouvi dizer que tivéssemos feito algo parecido com o ocorrido hoje.

Destacamos a emenda integralmente, imaginando que, como em todos os anos, fôssemos negociar valores com o Relator-Setorial e, depois, com o Relator-Geral. Sempre foi assim, senão não teria destacado nem o valor total, porque essa é a praxe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputada, a resolução foi modificada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Estamos votando. Já estamos em processo de votação. Nunca ouvi dizer também de modificação de relatório no meio da votação. E vou dizer a V.Exa. mais uma coisa: se houve erro eventual em um dos cancelamentos, que são vários, essa emenda poderia ter sido acolhida pelos outros cancelamentos. Poderia ter sido prejudicada naquele cancelamento e não em todos.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Relator-Geral tem a competência de eventualmente restabelecer os valores no seu relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente o Relator-Geral. V.Exa. poderá fazer esse destaque para o Relator-Geral futuramente. Agora o destaque, de acordo com a resolução, que foi modificada — anteriormente não existia na resolução esse dispositivo...

(Não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Portanto, encerrando a discussão, os destaques estão prejudicados.

Passaremos à votação dos demais destaques.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, questão de ordem.

Estou com a resolução aqui em mãos. Primeiro, quero dizer que nunca ouvi dizer de mudança de parecer durante a votação. E, neste caso, Sr. Relator, não tem razão. Talvez até por necessidade imediata de recomposição de número, estejamos criando precedente perigosíssimo e que vai limitar a possibilidade de os Parlamentares das bancadas apresentarem os seus destaques, o que vai abrir a prejudicialidade.

Quero chamar a atenção de todos os Parlamentares para o fato de que se acolhermos... Sr. Presidente, estou com a Resolução em mão e vou ler. Contesto a decretação que V.Exa. fez sem consultar o Plenário acerca da prejudicialidade dessas emendas. O que diz a resolução?

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, somente serão admitidos os recursos previamente aprovados provenientes de:

I - Cancelamento proposto na própria emenda — que é precisamente o caso;

II - Remanejamento entre emendas do mesmo autor.

Então, Sr. Presidente, não sei por que haveria essa prejudicialidade. Em função disso, se formos começar a adotar esse tipo de entendimento podemos nos preparar porque a imensa maioria das emendas apresentadas estarão prejudicadas.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Nobre Deputado, peço a atenção do Plenário. O que estamos decidindo aqui é o óbvio e ululante. Que poder tem este eminente Senador de tirar recursos de outra área, da área 9, para colocar aqui? Ele não tem poder para isso. Só o Relator-Geral pode.

Isso é meridiano, é claro. Estão cancelados os três destaques porque ele não pode fazer isso. E ele tinha de levantar a questão. Nenhum Sub-Relator pode se imiscuir no relatório do outro. /

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A resolução permite. "Cancelamento proposto na própria emenda."

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estão cancelados, vamos para frente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Se a emenda faz isso, ela é admissível, Sr. Presidente.

(Não identificado) – E quem aprovou a resolução foram os Congressistas.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Aqui é muito claro, na resolução, a emenda tem de trazer o cancelamento só no próprio setor. Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos para o próximo. Esta matéria está decidida. Vamos para o próximo destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Faço um apelo no sentido de que haja o acordo, Sr. Presidente, porque, quando não há acordo, acontecem esses problemas. Então, reitero o apelo para que retornemos ao acordo na Comissão, porque, quando não há acordo, as coisas acontecem assim.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos para o próximo destaque.

Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, não é um bom pressentimento este momento inicial. Nunca conseguimos votar o Orçamento na marra ou, muito menos, tentando atropelar. O meu sentimento particular é o de que, se isso virar norma, vamos ter muitos problemas. E por que vamos ter muitos problemas? Aqui diz que, da mesma emenda, da própria emenda, quando eu, cidadão, Parlamentar, apresento uma emenda para a Fundação Nacional de Saúde, por exemplo, posso retirar, do Orçamento, recursos de onde eu quiser. Posso retirar das Forças Armadas ou de qualquer órgão, só não posso retirar das estatais. A fonte da emenda do destaque é a mesma da emenda.

Então, não é verdade que eu não possa ir a outra área. Posso ir lá no transporte, fazer uma emenda para a ação social e identificar, tirar recurso de uma estrada. Qual é a fonte da minha emenda? A fonte da

minha emenda é a estrada. O Relator-Geral poderá recompor.

Portanto, do ponto de vista da interpretação, Sr. Presidente, se a emenda identificou uma fonte correta e foi acolhida, o destaque feito com a mesma fonte tem de ser acolhido. O que se não pode é deixar de identificar de onde se quer tirar. Se prevalecer isso, o meu sentimento é o de que nossos destaques estarão todos prejudicados.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA - Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só para concluir, Sr. Relator. Estou querendo chamar a um entendimento no sentido de que haja regra para tudo, porque o que está acontecendo é prejudicial ao Congresso Nacional, ao nosso trabalho e a nós, Parlamentares. É o meu sentimento neste momento.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Pela ordem, Sr. Presidente, para auxiliar no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. que aguarde um minuto, Deputado, pois a Presidência vai responder a questão de ordem do Deputado João Coser.

Vamos com calma, porque não é o objetivo desta Presidência prejudicar o trabalho de quem quer que seja, muito menos do Congresso Nacional. Foi levantada uma questão relativa aos três destaques. Mandei consultar a Assessoria, porque me foi apresentada essa questão. E a Assessoria confirmou que era impossível votarmos, pois tecnicamente o destaque estava errado, até porque ele não tem recurso para ser atendido.

Portanto, foi por terra a questão de ordem de V.Exa. Em função disso, foi levantada a questão, e eu a acolhi baseado no que pensa a Assessoria da Comissão de Orçamento. Mas, como a questão não está bem clara, Deputado João Coser, proponho que suspendamos a sessão e nos reunamos com a Assessoria para clarear bem esse assunto.

(Não identificado) – Sr. Presidente...

(Não identificado) – Sr. Presidente...

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – No orçamento do ano passado, já se adotou essa prática. O Deputado Alberto Goldman, que foi o Presidente anterior e está aqui presente, pode, inclusive, dar o seu testemunho a respeito da questão.

Mas vou suspender a reunião por cinco minutos para que a Assessoria, juntamente com as lideranças, converse a respeito desse assunto específico.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Permita-me, Sr. Presidente, pelo menos antes de suspender a reunião, dar a minha palavra, que auxiliará a Comissão no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não concedi ainda a palavra a V.Exa. porque estou respondendo a questão de ordem do Deputado João Coser. Se for sobre o mesmo assunto, nobre Deputado, o seu pedido está prejudicado, porque suspenderei a reunião exatamente para resolver essa questão com a Assessoria.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está reaberta a reunião apenas para que eu possa suspendê-la até as 19h, quando recomeçaremos os trabalhos.

Está suspensa a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 28, de 2001, que são os Relatórios Setoriais apresentados nas áreas temáticas da proposta orçamentária para 2002.

Com a palavra, pela ordem, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, todas as Lideranças desta Casa, o Sub-Relator e o Sr. Relator-Geral tiveram uma reunião tentando administrar um acordo possível para que possamos cumprir o Regimento e votar o Orçamento até o dia 22. Em virtude desse acordo, tendo conversado com o Relator-Geral e com todos os Líderes, em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, apresentarei novos destaques na fase da relatoria final. Portanto, retiro, em favor do acordo, os Destaques nºs 7, 8 e 9.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Deputada retira os destaques.

Para adiantar nossos trabalhos, proponho novamente a votação em globo dos destaques que têm parecer semelhante.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Quais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, todos os destaques têm parecer contrário do

Relator. Por isso, faço um apelo ao Plenário no sentido de votarmos em globo, a não ser que algum Deputado ou Senador queira...

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, quero apenas indicar os Destaques nºs 11 e 12, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que são de grande importância. Reconheço que V.Exa. não tem condições, mas espero que V.Exa. faça essa indicação ao Relator-Geral. Em relação aos demais destaques, aceito que sejam votados em globo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Consulto a Câmara dos Deputados sobre a votação em globo dos destaques. *(Pausa.)*

De acordo.

E o Senado da República? *(Pausa.)*

De acordo.

Votaremos em globo, na Câmara dos Deputados, o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Há o voto contrário do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Apesar da vitória, ontem, do Atlético Mineiro, ainda está votando contra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estou muito feliz. E vou deixar aqui registrado em uma declaração que farei logo após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Casa precisa registrar esse grande feito.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A Vice-Presidência está sorridente, porque também o ex-presidente do Atlético Paranaense, o Deputado Santos Filho, que também é nosso Vice-Presidente, foi vitorioso ontem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Meu tricolor também ganhou ontem.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Toda a Mesa é pé-quente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a área da Previdência e Assistência Social?

Quero parabenizar o eminente Senador e grande poeta Ronaldo Cunha Lima pelo trabalho e precisão do seu relatório. Muito obrigado, Senador.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, apenas para fazer uma declaração.

Estamos vindo de uma reunião presidida por V.Exa., com a presença de diversos Líderes, do Relator-Geral, do Líder do Governo no Congresso, enfim, das Lideranças de diversos partidos, das Lideranças aqui da Casa, e expusemos a questão da obstrução que estávamos fazendo.

Primeiramente, vou tratar de questão prática, motivo de uma polêmica aqui, a respeito do caráter prejudicial ou não do destaque da Deputada Laura Carneiro. O nosso entendimento, que provocou polêmica, continua posto, mas, para fins de continuidade dos trabalhos e para a viabilização do entendimento, nossa bancada vai eximir-se dessa discussão conceitual, admitindo o que está dito. E vamos insistir para que o regulamento que está em debate agora incorpore aquilo que achamos correto, que seria, antes do início dos trabalhos, termos uma fase de discussão, junto com o Relator-Geral, em que as grandes questões, como a relativa a recursos para o salário mínimo, que absorve inclusive grandes recursos, e os remanejamentos entre setores fossem discutidos. Assim, sanaríamos esse tipo de dúvida. Mas tendo em vista o encaminhamento feito agora, preferimos deixar esse assunto para outra etapa. Vamos acolher, mantendo nosso entendimento, mas também acolhendo o entendimento dado pela Mesa e pela Assessoria Técnica da Casa.

Em segundo lugar, está o fundo político da posição que estamos assumindo agora. Não vamos fazer obstrução. Vamos aceitar a votação dos relatórios parciais sem afogadilho, mas também sem obstrução, pelas razões que citarei a seguir.

Foram apresentados pelas Lideranças da Oposição alguns problemas centrais, como o salário mínimo de R$ 220,00, a tabela de imposto de renda e a dívida dos pequenos agricultores, além dos salários dos servidores públicos. Surgiu dessa reunião um compromisso que quero tornar público. Primeiro, em relação à tabela de imposto de renda, o Governo vai colocar o assunto em votação. A Oposição mantém a proposta de 20%. O Governo vai apresentar uma proposta factível, pois haverá uma revisão da tabela, de

17,5%. E vamos votar. Cada um mantém sua posição, não há problema.

Em relação ao salário mínimo de R$220,00, houve a concordância de se criar, de imediato, um comitê, inclusive com a participação do Presidente Aécio Neves e das demais Lideranças, da Liderança da Comissão de Orçamento, para um esforço concentrado na busca de fonte, para se chegar o mais perto possível desse salário mínimo. Inclusive, algumas possibilidades já foram detectadas. E teremos, ainda no curso da semana que vem, uma solução.

Em terceiro lugar, em relação à dívida dos pequenos agricultores, foi firmado o compromisso de que essa questão será votada ainda este ano, mediante envio de medida provisória que contemple a demanda apresentada pelas Oposições, depois referendada por vários Partidos, Parlamentares e Lideranças da própria base do Governo. Houve aqui, claramente, a manifestação por parte do Líder do Governo no Congresso, Deputado Heráclito Fortes, que, inclusive, designou o Deputado Márcio Reinaldo Moreira para representar o Governo nessa condição.

Portanto, em virtude desses compromissos, que quero aqui tornar públicos, não faremos obstrução na fase dos relatórios setoriais. Aceitamos a votação. Fazemos questão de discutir, de dar direito à votação das emendas, mas vamos fazer o esforço possível para até amanhã termos votado todos os relatórios setoriais.

Na semana que vem, naturalmente, haverá um período para o Relator-Geral trabalhar, para o Comitê de Emendas mostrar aquilo que colheu das discussões políticas feitas com as bancadas e para que haja soluções no que se refere aos temas salário mínimo, tabela de imposto de renda e renegociação das dívidas dos pequenos agricultores.

Por essa razão, estamos assumindo essa posição durante o dia de hoje e de amanhã, naturalmente voltando a discutir o assunto semana que vem, à luz daquilo que for obtido por essa tramitação acertada na reunião de hoje.

Por isso, o PT retira-se da posição de obstrução e junta-se aos demais Partidos de Oposição, representados pelo PDT, pelo PSB etc., mas reafirmando o direito de voltar oportunamente a obstruir a votação, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Participei da reunião e, efetivamente, o compromisso foi esse.

Parabenizo todos pela racionalidade nos trabalhos aqui do Congresso e desta Comissão.

O Deputado Félix Mendonça chegou agora. É melhor que seja S.Exa. em primeiro lugar, porque se trata de área de S.Exa., Fazenda e Desenvolvimento.

Com a palavra o Relator, para falar sobre os destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foram apresentados dezenove destaques na área da Fazenda e Desenvolvimento, sendo efetuados os seguintes acréscimos e cancelamentos:

Autor — bancada do Acre: fomento a projetos de infra-estrutura econômica e social no Estado do Acre. Acréscimo de 2 milhões; com mais três emendas, totalizaram 6 milhões.

Bancada do Distrito Federal: implantação do metrô do Distrito Federal. Foi feito um acréscimo de 11 milhões.

Bancada de Roraima: apoio à tecnologia e ao desenvolvimento econômico e social do Estado no valor de 3 milhões.

Cancelamentos feitos: Ministério da Fazenda, 1,5 milhão; Ministério da Fazenda, 9,5 milhões; e SUFRAMA, 8 milhões.

Remanejamento efetuado (troca do GND-3 para GND-4):

Autor — bancada de Roraima: apoio à tecnologia e ao desenvolvimento, no valor de 3 milhões.

Os destaques para a emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural, relativos à equalização de juros e bônus de inadimplência, foram rejeitados por insuficiência de recursos, cabendo destacar que o Relator-Setorial solicita ao Relator-Geral especial atenção para o atendimento da emenda.

Os destaques para a emenda da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, de apoio à instalação de pequenas e microempresas, foram rejeitados também por insuficiência de recursos. O valor de 4 milhões de reais, aprovado no relatório, é superior ao aprovado no ano passado, de 500 mil reais.

Os destaques para o aumento de dotação, de apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas foram rejeitados por insuficiência de recursos. O valor de 6 milhões de reais, aprovado no relatório setorial, é superior ao aprovado no ano passado, de 4 milhões de reais.

Foram aprovados parcialmente os destaques das emendas que aumentam as dotações para implantação do metrô de Brasília.

Foi aprovado parcialmente o destaque da emenda, bem como efetuado o remanejamento de GND-3 para GND-4, conforme destaques apresentados.

Esse é o nosso Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Proponho a votação em bloco dos destaques que têm parecer favorável.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Desculpe, Sr. Presidente. É que estavam fora de ordem e eu não estava localizando o destaque. Eu já localizei. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Coloco em votação os destaques em globo, de acordo com o parecer. Os que têm parecer favorável serão votados em globo. Os que têm parecer contrário, também.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o nobre Relator, que nos atendeu numa emenda de bancada do Distrito Federal para implantação do metrô aqui de Brasília. Trata de obra importantíssima para o Distrito Federal, porque liga a cidade de Taguatinga à Ceilândia, que conta hoje com mais de 400 mil habitantes.

Queria fazer outra ponderação. Apresentei também um destaque — e também o Deputado Pedro Celso — em prol do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, visando justamente equipar e melhorar a situação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros com investimentos em equipamentos, manutenção etc. Foi feito um pedido de 71 milhões de reais, e o Relator já o atendeu em 9 milhões. Apesar do atendimento, faço mais um apelo ao Relator no sentido de que olhe a questão com carinho, concedendo mais recursos para esse destaque, justamente pela importância que tem a ação da segurança pública no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação em globo os destaques que têm parecer favorável.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estávamos todos reunidos lá em cima, e cheguei agora. Requeiro o direito de conhecer o que foi aprovado e o que foi rejeitado. É possível distribuir?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foi distribuído.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. pode dar um tempo para tomarmos conhecimento da matéria? Porque seria complicado votarmos sem conhecer a matéria, embora confie muito no Relator. Mas me permita passar a vista...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São 19 destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Temos direito de ter pelo menos meia hora para avaliar cada relatório. Ou pelo menos 15 minutos, para darmos uma lida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. quer saber de cada destaque?

(Não identificado) – Rejeitou tudo. O do metrô também?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Cinco parcialmente e um integralmente.

(Não identificado) – Vou pedir a V.Exa. para votar em separado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, gostaria que fosse votado em separado o Destaque nº 8, que diz respeito à segurança pública do GDF, em razão de sua importância.

(Não identificado) – Tem de fazer o requerimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Está feito o requerimento verbal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aguardo o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de destacar os de nºs 9 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. requer que sejam votados separadamente os Destaques nºs 9 e 10?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, seria importante considerarmos, em relação a esses destaques cuja votação em separado está sendo solicitada, qual o cancelamento pretendido. Não é possível aprovar uma emenda alocando recursos, a não ser que o Relator tenha alguma proposta sobre isso. Caso contrário, precisamos saber qual o cancelamento. Em relação aos Destaques nºs 8, 9 e 10, estão sendo propostas votações em separado, mas precisamos saber qual o cancelamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar em globo logo os que têm parecer favorável.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, acabo de vir do Comitê de Emenda e assisti ao Deputado Santos Filho, que coordena aquele Comitê, dizer o seguinte à bancada do Rio Grande do Sul, que estava lá presente: "Mais à noite, o Relator-Geral vai atribuir um valor à bancada do Rio Grande do Sul mais ou menos correspondente ao valor atribuído no ano passado. Assim, os Parlamentares do Rio Grande do Sul distribuíram aquele valor entre suas emendas".

Ora, Sr. Presidente, já aprovamos um relatório e recusamos todos os destaques. Se continuarmos aprovando os relatórios e desaprovando os destaques, aquele trabalho que o Deputado Santos Filho está fazendo não pode ser feito, porque não se pode aumentar valor de emenda sem destaque. Isso já vai acontecer na área da agricultura.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, tenho participado do Comitê de Emendas a que o Deputado Pedro Novais faz referência. Não constatei a presença da bancada do Rio Grande do Sul, porque estava em outra reunião, mas a orientação que estávamos percebendo, inclusive o Deputado Pedro Novais também esteve no Maranhão e ouviu, é a de que estávamos tentando diminuir as diferenças de emendas de bancadas, o Relator tentaria reduzir essas diferenças para o número aproximado do último exercício ou do exercício presente, mas isso só seria factível após ter-se a definição pelo Relator-Geral das possibilidades, de fato, de recursos disponíveis.

Não acredito, por uma outra reunião que acabo de participar com o Relator-Geral e Lideranças dos partidos, que hoje seja possível estabelecer qualquer questão. Talvez o Deputado Pedro Novais esteja tentando abordar o aspecto formal, mas a tentativa de esse limite ser definido pelas próprias bancadas, ressalvando os destaques atuais ou do relatório final do Relator-Geral, é que me deixa em dúvida.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Exatamente, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, se V.Exa. me permite, é que não estão sendo ressalvados os destaques. No relatório anterior, os destaques foram recusados e aprovamos essa recusa. Portanto, não poderíamos aumentar os valores das emendas nesta fase. Teríamos de esperar pelo Relator-Geral, em prejuízo de todos.

Essa é a questão de ordem que levanto. Penso que poderíamos continuar o trabalho, ressalvando os destaques. Não poderíamos aprovar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não temos como continuar, porque os relatórios estão aprovados. Só estamos apreciando os destaques. Todos os relatórios setoriais já foram aprovados.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Então, só poderíamos apreciar os destaques depois que o Relator desse o parecer sobre eles. E este parecer vai depender desses valores que o Deputado Santos Filho diz que vai atribuir a cada bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, não temos condições de adiar nossos trabalhos.

Passemos à votação dos destaques que têm parecer favorável do Relator.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, gostaria que houvesse votação em separado do Destaque nº 5. Gostaria, ainda, de discutir sobre o procedimento de votação.

Deputado Félix Mendonça, V.Exa. acatou alguns valores previstos em algumas emendas. Se votarmos agora as emendas aprovadas por V.Exa., vai-nos dizer que não tem mais nem um centavo, ou seja, aprovaram o que tinha disponível. V.Exa. não acatou uma emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural por não haver recursos. Talvez V.Exa. possa remanejar um pouco dentre as já acatadas e passar um pouco para esta.

V.Exa., que é da Comissão de Agricultura e Política Rural, sabe da importância dessa emenda para aquela Comissão. Não sei se V.Exa. ainda tem disponível algum recurso para atender emendas como essa, que é extremamente importante.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Deputado Giovanni Queiroz, os recursos para atender esse setor são da ordem de 600 milhões de reais.

Conversamos com o Relator-Geral e abrimos uma janela de maneira que o Governo encontrasse os recursos necessários nas receitas para atender a essas últimas resoluções feitas por ele no sentido de atender a equalização das dívidas da agricultura. O

problema é exatamente esse. Não é um problema de pequenas emendas. É um problema de macroeconomia que o Governo tem que atender, exatamente ele que fez o atendimento da equalização das dívidas dos agricultores. Neste caso, deixamos para que o Governo encontre as receitas correspondentes para as soluções tomadas no sentido do meu pedido.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como sei que V.Exa. é um dos ativos militantes da agricultura brasileira no Congresso Nacional, respeito o parecer de V.Exa. e dou-me por vencido e convencido pelos argumentos de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos pôr em votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, temos nesse relatório alguns destaques que foram aprovados e outros que foram rejeitados.

Nos destaques aprovados, o Relator cancela recursos do próprio Ministério da Fazenda. Entretanto, na emenda proposta, por exemplo, pela bancada do Distrito Federal, era para cancelar recursos em outra área.

Mantido aquele procedimento anterior de que os destaques que retiravam recursos de outra área não seriam aceitos, passamos, na verdade, a dar apenas poder ao Relator para modificar os destaques; não aprova os destaques e sim os valores, mas acaba retirando os recursos de outra fonte, não daquela proposta durante a emenda.

Assim, peço a V.Exa. explicação diante da decisão de os destaques em que proponho recursos de outra área não serem acatados. Como V.Exa. vai-se comportar em função daqueles aprovados aqui e que o Relator está modificando e adequando, mas acatando os destaques que entende serem válidos?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Nobre Deputado, o parecer preliminar permite que possamos cancelar do GND-4 para apresentar destaques. O que fizemos foi exatamente isso. No caso, consultamos a Consultoria da Casa e concordaram com essa modificação. Portanto, estava previsto no parecer preliminar e consultamos para fazer esse destaque.

No ano passado, tivemos, para o metrô de Brasília, 50 milhões de reais. Este ano, entretanto, a quantia foi bem menor. Aprovamos apenas 26 milhões. Nesse caso, recorremos, sem dúvida, a essa modificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos colocar em votação em globo os destaques com parecer favorável do Relator, com aprovação integral do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Integral apenas o Destaque nº 4, do Deputado Almir Sá, para troca de GND.

Agora, em globo, votação dos destaques com parecer pela aprovação parcial do Relator: Destaque nº 2, Senador Romero Jucá; Destaque nº 7, Senador Nabor Júnior; Destaque nº 11, Senador Tião Viana; Destaque nº 12, Deputado Pedro Chaves; Destaque nº 13, Deputado Jorge Bittar.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Em votação em globo os destaques com parecer pela rejeição, ressalvados os escolhidos pelos Parlamentares, que são os Destaques nºs 8, 9, 10 e 5.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Estou retirando destaque. Pedi que se destacasse para votação em separado o nº 9 e o nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já anunciei aqui, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sim, exatamente por isso estou pedindo a palavra. Em função de já termos o conhecimento de que o Relator não tem possibilidade de atendê-los, mas foi aberta uma janela, principalmente em relação ao Destaque nº 10 e há a possibilidade de crédito suplementar depois, estou retirando os destaques de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tanto melhor. Portanto, só ficarão os Destaques nºs 8 e 5.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Quero destacar também os Destaques nºs 17 e 18. Quero discuti-los em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Não vão ao Senado Federal, pois foram rejeitados na Câmara dos Deputados.

Agora vamos votar, um a um, os Destaques nºs 8, 5, 17 e 18.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, vão ser votados em globo todos eles? Quero votar o meu em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, tenha calma, porque esses destaques — repeti isto várias vezes — serão votados individualmente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. vai votar esse destaque separadamente. Esse destaque é de alguma emenda que cancela alguma coisa. A emenda que propõe algum resultado cancela alguma coisa ou, então, o Relator tem algum recurso. Eu gostaria de saber do Sr. Relator se S.Exa. tem disponibilidade de recursos. Caso contrário, é necessário verificar o que se está cancelando. Às vezes, está-se cancelando algo que já não há mais; então, passa a ser inadmitido. Eu gostaria que o Sr. Relator nos dissesse, nessas emendas que foram agora destacadas e que vão ser votadas separadamente, se existe uma possibilidade de recurso. Quero ouvir o parecer de S.Exa. Seria, portanto, um primeiro parecer geral, apenas um, sobre todos os destaques, porque S.Exa. pode ter algum recurso e dizer o seguinte: "Aqui dá quinhentos, aqui dá um milhão, aqui dá cem, aqui dá zero"; ou S.Exa. pode dizer que não tem nada. Então, precisamos verificar se há recurso na própria emenda que está pedindo cancelamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Nobre Deputado, fiz novos cancelamentos do GND-4, na proporção permitida tecnicamente, e indiquei aqui as modificações e onde foram feitos os cancelamentos. Isso está em nosso parecer.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim, mas nesses destaques que estão sendo solicitados, no Destaque nº 8, do Deputado Pedro Chaves...

(Não identificado) – Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – ...trata-se de uma emenda de 80 milhões. Foram aprovados 9 milhões, estão faltando 71 milhões.

Gostaria que os Deputados saíssem da frente, para eu poder ver o Sr. Relator.

Deputado José Chaves, V.Exa. pode sair da frente, por favor? *(Pausa.)* Obrigado.

Sr. Relator, vou dar apenas um exemplo. O Destaque nº 8 trata de uma emenda de 80 milhões, dos quais foram aprovados 9 milhões. V.Exa. precisa orientar-nos se existe esse recurso.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Esses recursos foram dados pelo Relator-Geral, no caso dessa Emenda nº 8. Apenas repetimos o mesmo valor do ano passado, por uma razão simples: eles tiveram também o mesmo valor no ano passado, mas utilizaram pequena parte desse valor. Ora, se utilizaram pequena parte, apenas repeti no meu relatório o que foi dado no ano passado com os recursos cedidos pelo Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim, mas diante da solicitação de votação em separado do destaque, o Deputado Pedro Chaves quer ampliar os 9 milhões para 80 milhões, que é o valor da emenda. Quero o parecer de V.Exa., quero saber se existem recursos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Não há recursos, foi o que eu disse aqui. Cancelei e apenas limitei a isso, porque não tínhamos recursos para ampliá-lo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Se não há recurso, é preciso saber, no cancelamento pedido para cada uma delas agora — e vamos votar uma por uma —, se existem recursos para serem cancelados. Não se pode aprovar alguma coisa sem recurso para ser cancelado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, o Sr. Relator vai dar o parecer a cada uma. Se não houve recurso, S.Exa. dará o parecer contrário. Primeiro, vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Está certo, Sr. Presidente. No caso, não haverá nem votação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, antes de colocá-los em votação, vou fazer uma sugestão que, é claro, não se aplica mais a esse relatório, até porque já votamos as emendas com pareceres favoráveis. Se essas emendas exaurem os recursos disponíveis, fica quase impossível votar, porque não há recurso. Portanto, nos próximos relatórios, poderíamos inverter a situação: primeiro, discutiríamos individualmente e, depois, votaríamos. Do contrário, se o nobre Relator não tivesse já acolhido a emenda ou se o Plenário não tivesse acolhido alguma emenda, como a do metrô, ou algo parecido, poderia ter sobrado recurso para as emendas que o Plenário precisa levar em conta. Como aqui já votamos, Sr. Presidente, deixo essa sugestão para os próximos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos agora apreciar o Destaque nº 5. O autor é o Deputado Giovanni Queiroz. Emenda nº 5010004, da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já estou retirando os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. Já retirou os destaques.

Destaque nº 8, do Deputado Pedro Chaves. Emenda nº 7108002. Bancada do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, o Relator está informando sobre a impossibilidade de atendimento, em função de ter usado todos os recursos. Faço apelo ao Relator, Deputado Félix Mendonça, para que faça uma indicação sobre essa emenda ao Relator-Geral, a fim de que S.Exa. atenda à segurança pública do Distrito Federal. É o pedido que faço a V.Exa., Relator-Setorial da área.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para que fosse feita essa indicação, V.Exa. teria que retirar o destaque.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – V.Exa. pede uma indicação. Faço uma indicação política, porque tecnicamente não poderíamos fazê-la. Conte V.Exa. com nosso apoio junto ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Como o Relator setorial vai fazer uma indicação ao Relator-Geral, retiro o destaque.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Com relação à emenda do Deputado Pedro Chaves, eu a atendi quanto a um destaque, porque eram emendas iguais. Contudo, quero dizer que S.Exa. apresentou destaque englobando todas numa só emenda, para simplificar os trabalhos. Mas o Deputado Pedro Chaves fez realmente essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 17. Deputado Pedro Celso. Emenda nº 71080012. Bancada do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, queremos discutir o Destaque nº 17. Quanto ao Destaque nº 18, estou abrindo mão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o Destaque nº 18?

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sim. Retiro o Destaque nº 18 e peço a palavra para discutir o Destaque nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Sr. Relator, nós pedimos...

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Na verdade, Deputado Pedro Celso, acolhi a solicitação de V.Exa. em apenas uma das emendas. Eram duas emendas iguais, mas faço referência que levei em consideração a emenda de V.Exa. Apenas para simplificar o trabalho, não acolhi as emendas separadas. A que tinha maior valor, eu acolhi. Agora, quanto à segurança pública, já expliquei que não tenho mais recurso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Mas eu gostaria de dialogar com V.Exa., se V.Exa. me permitir.

Sr. Presidente, no Distrito Federal, na área de segurança pública — e estamos na Capital da República —, nossa polícia tem que cuidar dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de todo o corpo diplomático. Temos problemas de segurança seriíssimos no entorno do Distrito Federal. Nosso Corpo de Bombeiros Militar está totalmente sucateado. A cidade cresce assustadoramente. Se conhecesse a realidade de várias cidades que compõem o Distrito Federal, tenho certeza de que V.Exa., mesmo com dificuldades de limitação de recursos, encontraria uma forma de melhorar esses recursos, porque eles são extremamente insuficientes para atender à Polícia Civil, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Sr. Relator, se acontecer algum sinistro em Brasília, haveria uma tragédia, porque o nosso Corpo de Bombeiros se encontra extremamente debilitado, sem qualquer tipo de recurso. O mesmo acontece com a nossa Polícia Militar, que está em situação de

extrema dificuldade. Mas pior do que nossa Polícia Militar está o nosso Corpo de Bombeiros Militar, totalmente sucateado. Há dias em que não há um carro que possa sair dos vários quartéis do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Portanto, faço apelo a V.Exa. no sentido de acatar nosso destaque e atender, de alguma forma, à bancada do Distrito Federal quanto à segurança pública do DF. Repito: somos obrigados a cuidar do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do corpo diplomático e de toda a região do entorno. Trata-se de uma cidade que recebe extraordinária quantidade de migrantes, talvez a maior do País.

Nosso apelo é nesse sentido, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Quando respondi ao Deputado Pedro Chaves, disse que não temos mais recursos que possam ser deslocados para essa área, pois já há recursos para ela na proposta orçamentária que veio do Executivo. Como disse ao Deputado Pedro Chaves, e estou dizendo agora ao Deputado Pedro Celso, vamos fazer uma indicação ao Relator para que amplie os recursos a serem investidos nessa área, pois V.Exa. tem toda razão.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para fazer a indicação, V.Exa. tem que retirar o destaque. V.Exa. vai retirar o destaque?

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Retiramos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Retirado o destaque.

Terminou a apreciação dos destaques.

Parabenizo o eminente Deputado baiano pelo grande trabalho que fez. Somente Parlamentar da Bahia poderia fazer um trabalho tão espetacular, tão exímio, como S.Exa. fez.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. está conduzindo bem os trabalhos. Agradeço a todos os nossos pares, Deputados e Senadores, e também aos nossos assessores, que prestaram grande serviço, sem dúvida, para que pudéssemos fazer esse relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Convidamos o próximo Sub-Relator, Deputado Wilson Braga. Área Temática I: Poderes do Estado e Representação.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – Gostaria de convidar o Deputado Virgílio Guimarães a assumir a Presidência, visto que a Presidenta de fato, Sra. Myrna, impede-me de fazê-lo. Isso será registrado em ata. *(Risos.)* Por favor, leia o relatório sobre as obras com indícios de irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obras com indícios de irregularidades graves em sugestão.

TRF da 1ª Região, 02.061.0569.7241.0003. Construção do edifício-sede da seção judiciária do Município de Cuiabá, Mato Grosso, com 5 milhões, 318 mil reais.

Pois não?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Sim. Eu leio e passo para o Relator, para que S.Exa. se posicione. Estou apenas anunciando cada tema em separado. O Relator vai pronunciar-se sobre cada um deles, quando for posto em votação. Apenas anunciei qual é a obra com indício de irregularidades. O Relator...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Lê todas e depois...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pode ser, por economia. Apenas anunciarei quais são as obras.

TRT da 2º Região, 02.061.0571.1130.0016, construção do edifício-sede da Vara do Trabalho. Fórum Trabalhista de Primeira Instância do Estado de São Paulo, com 15 milhões.

No momento, são os dois que estão em pauta.

Peço ao nobre Relator que se manifeste sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta relatoria já elaborou seu relatório sobre os destaques apresentados, mas, inicialmente, apresentou ao Presidente um destaque para decisão da Comissão, a respeito das obras com indícios de graves irregularidades na atual gestão. O relatório já foi lido pelo Presidente. O segundo item, que é o mais polêmico, do Tribunal de São Paulo, diz o seguinte:

O Sr. Relator setorial havia condicionado a liberação da dotação à manifestação prévia do TCU so-

bre o saneamento das irregularidades apuradas, ratificando manifestações anteriores. Encaminha, assim, o seu voto favorável à retirada definitiva do recurso para execução da obra.

Trata-se de emenda do Deputado Virgílio Guimarães, que solicitou a retirada definitiva desse recurso por esta relatoria, que acolheu o destaque e pede que a Comissão aprove a retirada definitiva das dotações de todos os relatórios que estavam previstas para o Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Colocarei em votação o conjunto do relatório apresentado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não. Antes, vou anunciar como será a votação, para abrir a discussão, evidentemente. A discussão também incide sobre o conjunto das obras com irregularidades — e chamo a atenção de V.Exas., até para economia processual. Será feita a discussão em globo, nobre Deputado Giovanni Queiroz, do relatório apresentado e do parecer sobre cada emenda.

Em discussão*. (Pausa.)*

Concedo a palavra, para discutir, ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, V.Exa. está abrindo novamente a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Não, não é discussão como um todo. É apenas aquilo que foi apresentado agora, do relatório, sobre o que foi destacado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas não há discussão sobre os destaques. Infelizmente, o Regimento é rígido nesse sentido. Não há discussão sobre os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Só os autores poderão fazê-lo. Encaminhamento de voto, pode.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Encaminhamento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Encaminhamento, sim. Agradeço a V.Exa. a lembrança e serei mais atendo da próxima vez, Deputado Alberto Goldman.

Retifico, Deputado Giovanni Queiroz, que não há mais concessão da palavra para discussão, mas apenas para orientação de sua bancada, por um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, esse tipo de procedimento é sempre para tolher a liberdade do direito de expressão dos companheiros, mas isso é prática de muitos anos do nobre Deputado.

Quero somente ponderar à Mesa o seguinte, e é esta minha questão de ordem: aprovado o relatório, ressalvados os destaques, não pode mais, ao se aprovar o destaque, remeter-se para cancelamento de recurso naquilo que já foi aprovado. Ou seja, não se pode aprovar dinheiro para o TRT do Pará tirando-se dinheiro de uma rubrica já aprovada no relatório. Esse é o entendimento que tive e que vi nesta Casa até hoje. Em nenhum momento buscou-se recurso dentro do relatório aprovado para atender as emendas. Relatório aprovado está aprovado. Não se pode aprovar uma emenda e tirar dinheiro de rubrica já aprovada.

Essa é a questão de ordem que formulo a V.Exa. — está ali a Assessoria Técnica —, para saber se é esse o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Giovanni Queiroz, quando se vota o relatório, que votamos em globo, o que está aprovado é, evidentemente, sem prejuízo da matéria que estiver destacada. O que não está destacado está aprovado e não cabe, portanto, em emendas destacadas se usar como recurso o que já está aprovado, que não é alvo de discussão através de destaque; já está aprovado. E quem quiser rediscutir terá de fazê-lo numa outra fase ou no Plenário. Não sei se a pergunta de V.Exa. incidiu nesse ponto. Se foi exatamente isso, a resposta é afirmativa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Só para concluir, porque não sei se foi exatamente isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É sobre essa questão, Sr. Presidente.

Eu, no relatório anterior, adverti sobre essa questão. Veja bem, aprovamos o relatório anterior, é a mesma questão. O Deputado Félix Mendonça aprovou recursos para o metrô de Brasília. Na emenda solicitada, os recursos saíram da reserva de contingência. Ao acolher a emenda, S.Exa. tirou recursos do Ministério da Fazenda. O problema é que os recursos já tinham sido aprovados no relatório anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – S.Exa. tirou recursos...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – De rubricas já aprovadas anteriormente no relatório. Claro! Na medida em que as despesas que S.Exa. anulou são despesas de rubricas aprovadas no relatório anterior, S.Exa. está alterando a proposta do destaque. É isso que está acontecendo. Com essa nova sistemática, o Relator, na verdade, não aprova o destaque como está apresentado. S.Exa. encontra novas fontes, que, às vezes, são aprovadas anteriormente. Então, temos uma situação esdrúxula. Quer dizer, aprovamos uma proposta e, depois, desaprovamos por intermédio da aprovação de uma emenda destacada de maneira diferente da verdade. É o que levanta o Deputado Giovanni Queiroz. É preciso esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Nobre Deputado, os destaques feitos não podem alterar a matéria já aprovada. Esse valor estabelecido a que V.Exa. se refere não pode servir de fonte para as novas emendas. Porém, o Relator-Geral, sem prejuízo desse valor, já havia destinado aos Relatores-Setoriais uma parcela desse recurso inicial, para que eles pudessem usar como fonte das suas emendas. Essa é a questão. Portanto, V.Exa. pode ficar tranqüilo que o valor aprovado terá necessariamente que ficar inalterado no final da votação dos relatórios parciais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, permita-me concluir. O nobre Relator, Deputado Wilson Braga, estabelece no último parágrafo do seu relatório:

Destaque nº 14 — Autor: Deputado Virgílio Guimarães. Emenda nº 50120004 (Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados). Tribunal Superior Eleitoral. Manutenção e conservação de bens imóveis, 40 milhões. Aprovamos parcialmente o destaque para reduzir em 15 milhões o valor constante do substitutivo, transferindo os recursos para o mesmo TSE para aplicação na área de informática, Destaque nº 18.

Ou seja, o Relator tirou 15 milhões de uma emenda de V.Exa., já aprovada, para aprovar outro destaque, também de V.Exa., no montante de 15 milhões. Isso não está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Passarei a palavra ao Relator, para que fundamente o seu parecer. Não se trata, entretanto, de questão de ordem, mas de esclarecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo nobre Relator. Uma vez esclarecida a dúvida, se houver alguma questão regimental a ser formulada, poderei tomá-la como questão de ordem. Neste instante, trata-se de pedido de esclarecimento ao Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, passarei a ler o relatório.

Relatório dos destaques apresentados.

Foram apresentados 27 destaques ao relatório desta área temática: dois que propõem cancelamento de dotações constantes do substitutivo, dois propondo mudança em modalidade de aplicação em emenda do Relator e 23 são de acréscimo de 478 milhões em emendas coletivas, aprovadas parcialmente por esta Comissão. Da última categoria de destaque, doze trata-se de repetições de destaques anteriores.

Inicialmente, analisamos os destaques propondo o cancelamento de dotações constantes do relatório.

Destaque nº 15. Autor: Deputado Virgílio Guimarães. Emenda 80010007, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Construção do edifício-sede da Vara do Trabalho. Fórum Trabalhista da Primeira Instância — 15 milhões de reais.

Este Relator já havia condicionado a liberação da verba proposta pelo Poder Executivo à anuência do Tribunal de Contas da União acerca do saneamento das irregularidades apontadas pelo órgão. Mesmo assim, agora entendi ser necessário aprovar o destaque do Deputado Virgílio Guimarães para eliminar a inclusão da verba para obra do TRE de São Paulo.

Destaque nº 14. Autor: Deputado Virgílio Guimarães. Emenda nº 50120004 (Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados). Tribunal Superior Eleitoral. Manutenção e conservação de bens imóveis — 40 milhões de reais.

Aprovamos parcialmente o destaque para reduzir em 15 milhões de reais o valor constante do substitutivo, transferindo os recursos para o mesmo TSE, para aplicação na área de informática.

Com os poucos recursos provenientes dos cancelamentos acima mencionados e da pequena dispo-

nibilidade de outros recursos, procuramos atender de forma parcimoniosa os demais destaques de acréscimo de valor, da seguinte forma:

Destaque nº 2, do Deputado Pedro Chaves. Emenda nº 71080007. Bancada do Distrito Federal. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, 14 milhões de reais. Aprovamos cinco milhões de reais.

Destaque nº 3, do Deputado Jorge Bittar. Gabinete da Presidência da República. Apoio ao desenvolvimento de programas inovadores no Estado do Acre. Aprovamos o acréscimo de 4 milhões de reais.

Destaque nº 4, do Senador Romero Jucá. Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Ministério Público Federal. Fiscalização e controle da aplicação da lei nacional. Aprovamos 6 milhões de reais.

Destaque nº 6, do Senador Romero Jucá. Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal. Justiça Federal de 1º Grau. Implantação do sistema integrado de gestão informatizada jurisdicional da Justiça Federal nacional. Aprovado o acréscimo de 3 milhões.

Destaque nº 8, do Deputado Gonzaga Patriota. Justiça Federal de 1º Grau. Reforma, ampliação e modernização de instalações nacionais. Proposta, 50 milhões de reais. Foi aprovado um acréscimo de 5 milhões.

Destaque nº 12, do Deputado Santos Filho. Emenda do Tribunal Superior do Trabalho. De 5 milhões, aprovamos 3 milhões.

Destaque nº 18, do Deputado Virgílio Guimarães. Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Tribunal Superior Eleitoral. Ações de informática. Aprovamos 15 milhões.

Destaque nº 25, do Deputado Pedro Chaves. Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Tribunal Superior Eleitoral. Manutenção e conservação de bens imóveis nacionais, 20 milhões de reais. Aprovamos um acréscimo de 5 milhões.

Destaque nº 27, do Deputado Jorge Bittar. Ações de fiscalização ambiental nacional. Aprovamos 1 milhão de reais.

Destaque nº 1, do Deputado Pedro Chaves. Emenda da Bancada do Distrito Federal. Ministério Público do Distrito Federal. Aprovamos 1 milhão de reais.

Destaque do Senador Romero Jucá. Emenda nº 60080001. Comissão de Fiscalização de Controle do Senado Federal. Aplicação de recursos federais, 61 milhões de reais. Deixamos de atender por entendermos que o recurso para pagamento de pessoal deve ter tratamento homogêneo por parte do Sr. Relator-Geral.

Foram apresentados ainda os Destaques nºs 21 e 22, visando alterar a modalidade de aplicação das Emendas nºs 80010001 e 80010005, de 99 (a ser definida) para 90 (aplicação direta). Tais emendas atendem ao disposto no § 2º do art. 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como o art. 39 da mesma LDO autoriza a mudança da modalidade por intermédio de portaria do dirigente máximo de cada órgão, decidimos acatar os destaques. Esse destaque foi formulado pelo Deputado Sérgio Miranda.

Os Destaques nºs 7, 9, 10, 11, 21 e 22 foram considerados prejudicados por abordarem temas já tratados em destaques anteriores.

Finalmente, ratificando nossa manifestação constante do relatório setorial, solicito ao Sr. Relator-Geral atenção especial para as emendas coletivas apresentadas nessa área temática, que não pudemos atender convenientemente em face da exigüidade de recursos disponíveis nesta fase de votação da Lei Orçamentária.

Tanto as emendas de bancadas estaduais quanto as emendas de Comissões permanentes das duas Casas do Congresso Nacional são altamente meritórias e devemos procurar meios de reforçar as suas dotações, mas só o próprio Relator pode fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Muito me honra comparecer a esta Câmara, que é o verdadeiro Poder Legislativo do Estado brasileiro.

Solicito que seja votado em separado o Destaque nº 23.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Faço um apelo que se refere de forma complementar ao funcionamento desta Comissão, porque o Tribunal de Contas da União tem sido instrumento fundamental na fiscalização do dinheiro público e no apoio ao trabalho da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Apresentei o Destaque nº 5, propondo a alocação de recursos para que o Tribunal de Contas da União possa, a partir de janeiro, implementar novo plano de cargos e salários, já aprovado pelo Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados aprovou o pro-

jeto há algum tempo e o Senado Federal o aprovou neste mês.

Se o Relator considerar que não deve atender a essa questão por falta de recursos ou por entender que se trata de despesa com pessoal, solicito ao Plenário e ao Relator que façam, então, indicação ao Relator-Geral no sentido de que S.Exa. analise essa questão no momento propício e atenda ao Tribunal de Contas, que desempenha papel de fundamental importância. Dessa forma, poderemos implementar decisão política a uma lei aprovada este ano pelo Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Esta relatoria considera válidos e apóia integralmente os argumentos do Senador Romero Jucá. Infelizmente, não pude atender à emenda proposta por S.Exa. porque essa é atividade da alçada do Relator-Geral. Pedimos ao Plenário que aprove recomendação especial ao Relator-Geral, porque essa atividade é da alçada do Relator-Geral. Considero o pedido altamente justo e positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Senador Tião Viana

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, apenas solicito que o Destaque nº 7 seja votado em separado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, uma questão de ordem, para não perder o fio da meada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Senador Romero Jucá, entendi que V.Exa. não está mantendo o destaque para ser votado, apenas fez um apelo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Estou fazendo uma proposição ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Proposição que cabe exclusivamente ao Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O Relator já concordou e disse que indicaria ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Então, será incluído no relatório.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Se fosse o caso, gostaria que a proposição fosse colocada em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – No final, ao ser votado, já terá essa inclusão.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Então, solicito que conste da ata a inclusão dessa questão no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – V.Exa. fez uma sugestão e o Relator a acolheu.

Por seu sempre agudo desejo de ajuda, concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Uma indicação, Sr. Presidente, é apenas uma sugestão que fazemos. Ela não é votada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O Relator poderá acolhê-la ou não. De qualquer maneira, o Relator fará a indicação.

Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nobre Relator Wilson Braga, entendo as dificuldades enfrentadas por V.Exa. na apreciação dos destaques apresentados nesta fase, visando à sobrevivência dos Estados da Federação.

V.Exa., por ser oriundo de um Estado do Nordeste brasileiro, conhece as dificuldades enfrentadas pela população daquela região, como também da população da Região Norte. Por isso, faço especial apelo em prol do Destaque nº 7, que apresentei. Embora a proposição tenha tido seu mérito reconhecido, nada lhe foi concedido. Peço a V.Exa. que reflita um pouco mais sobre a questão e veja que esforço pode ser feito para contemplar essa matéria.

No Estado do Acre, nobre Deputado, temos 30 mil famílias famintas, vivendo na mais absoluta miséria. Tendo por base o Fundo de Combate à Pobreza, de autoria da Senadora Marina Silva, o Governo do Estado ousou implementar com recurso próprio programa para inclusão de 18 mil dessas famílias que passam fome no Acre. Esse é um programa inovador, que causa admiração em quem o conhece. Só contando com a sensibilidade de V.Exa. podemos ter esperança de continuar com esse esforço.

Sei que V.Exa. se esforçou para atender às necessidades do Estado do Acre, mas peço reforço complementar no sentido de converter o 1 milhão de reais aprovados em valor concedido. Com isso, teríamos condições de ampliar de maneira extraordinária a cobertura de proteção e de inclusão social de crianças acreanas, que trabalham numa situação de quase escravidão para sobreviverem.

Então, solicito um esforço adicional de V.Exa. no sentido de converter o 1 milhão aprovado no meu destaque em valor concedido. Por isso o Estado do Acre saberá ser grato a V.Exa.

Muito obrigado e parabéns pelo empenho.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Senador, a Senadora Marina Silva me mostrou o progra-

ma que está sendo desenvolvido no Estado e destinamos 4 milhões de reais a ele, ao atender à emenda do Deputado Jorge Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Por favor, Senador Tião Viana, precisamente, a qual destaque V.Exa. se refere?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Ao Destaque nº 7. O Relator conhece o mérito do nosso programa de inclusão social e combate à fome. Assim, solicito a S.Exa. que nos conceda esse 1 milhão de reais aprovado no meu destaque. É só isso. Quatro milhões de reais serão insuficientes para podermos atuar. Peço ao Relator que acrescente mais 1 milhão.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Esta relatoria já deu 4 milhões e mais 1. São 5 milhões. Se o nobre Presidente concordar, aprovaremos com o maior gosto um pedido para que o Relator-Geral consigne essa quantia.

O nosso parecer é favorável.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, não entendi. Quero apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Antes de conceder a palavra a V.Exa., que, sei, tem o intuito de ajudar, presto um esclarecimento.

Considero que ao fazer um apelo para que o Relator atenda ao destaque o Deputado já está apresentado a sua defesa. Portanto, se o destaque for mantido, a defesa já está feita. Então, caso o destaque seja mantido, os apelos serão considerados como defesa, para não haver dupla utilização de tempo.

Vários Parlamentares já me sinalizaram, chamando minha atenção para o fato. Esclareço que estou consciente, mas, no intuito de construir por meio de diálogo, creio aceitável fazermos esses apelos ao Relator, em vez de votarmos toda essa matéria.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Relator não esclareceu minhas dúvidas. S.Exa. apenas leu o relatório, reafirmando que retirou recursos de uma emenda e colocou em outra. Isso não é resposta. Não pode retirar o que já estava aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não, Deputado Giovanni Queiroz. Como ficou claro pela leitura feita, o remanejamento foi feito em torno de matérias destacadas. Portanto, as matérias ainda eram alvo de deliberação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. destacou emenda da Comissão que cita a fonte do recurso a ser apropriado para atendê-la. Não pode, ao atender essa emenda, usar outra fonte que não a citada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Dentro da mesma área temática, na medida em que houve cancelamento, é transferido para o chamado "banco de fontes" — entre aspas — que ele tem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim, mas a primeira já estava apropriada, votada e consolidada. Os 40 milhões de reais já estavam garantidos para o TSE. Então, não faz sentido que outra emenda destaque outra que use como fonte aquele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Giovanni Queiroz, quanto ao procedimento, não tenho dúvida de que a resposta por mim apresentada está correta, porém, na aplicação do caso concreto, peço a V.Exa. alguns minutos para verificar. Entretanto, reafirmo que em termos regimentais o procedimento adotado é absolutamente correto. Se pode ser aplicado neste caso, vou verificar. Não sei se isso resolve a dúvida de V.Exa.

Mas ouço, depois de muito retardamento, o nobre Deputado Eujácio Simões, da Bahia.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, Sr. Relator, bato na mesma tecla que o Deputado Giovanni Queiroz, que se refere aos Destaques 14 e 18, de autoria de V.Exa. Simplesmente não entendi por que foram concedidos 40 milhões no Destaque nº 14 e, posteriormente, esse montante foi reduzido em 15 milhões para atender ao Destaque nº 18.

Chamo a atenção deste Plenário para o fato de que o Tribunal Superior Eleitoral viverá no ano 2002 situação atípica e preocupante, pois, pela primeira vez, realizará um pleito para a eleição de candidatos para seis cargos diferentes. Realmente, podíamos instrumentalizar o Tribunal do ponto de vista da informática e também dos seus imóveis.

Peço aos Srs. Parlamentares que tenham essa sensibilidade para depois não virem dizer que faltaram recursos ao TSE para que a colheita do sufrágio e o resultado das eleições se dê de forma célere. Chamo a atenção do Relator para o fato e também lhe peço uma explicação. O Presidente Nelson Jobim fez um apelo aos Srs. Deputados que tiveram contato com S.Exa. recentemente no sentido de que dessem ao Tribunal essas condições.

Quero realmente que isso seja colocado em prática, principalmente porque V.Exa., Deputado Virgílio Guimarães, foi o autor dos dois destaques e tem conhecimento de causa do que ele representa para aquele Tribunal. Gostaria de abordar esta posição, não em meu nome pessoal, mas em nome da Liderança do PL na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, peço ao Relator que inclua na indicação ao Relator-Geral o Destaque nº 8, que trata da modernização dos Tribunais Regionais Federais.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, V.Exa. referiu-se a uma metodologia, inclusive, ao que seria uma espécie de apelo inicial. Como já solicitei destaque, essa petição inicial poderá sensibilizar o Relator. Quero enfatizar que temos eleições no próximo ano em 5.656 Municípios, além de 95 seções no exterior, ou seja, 325 mil e 715 seções em todo o Brasil e mais 214 no exterior. Em síntese, a população cresce e, automaticamente, cresce também a demanda pelo serviço, seja em aluguel de prédio ou em aumento de seções. O Relator julgou prejudicado o meu destaque porque pensou que havia sido atendido no Destaque nº 14. Na verdade, aqui não se veste um santo, despindo outro. Havia emenda aprovada, quer dizer, o Relatório estava aprovado, e desses recursos poderia haver emenda supressiva, cancelamento, como foi o destaque de V.Exa. O que não se pode fazer é extrair de um e suprir outro. Ou o destaque é indeferido, por razões que não quero salientar, ou vamos atendê-lo. Faço um apelo ao espírito democrático do Sr. Relator, porque o imperativo de ordem pública são 12 milhões de reais para atender à demanda da Justiça Eleitoral, cujo pleito se avizinha.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA - Senador Amir Lando, o Tribunal Superior Eleitoral precisa de recursos para fazer a informatização das eleições, cuidar das urnas eletrônicas, mas o Relator-Geral não me concedeu. Se depender desta relatoria, aprovo, com o maior prazer, a emenda de V.Exa. Não tenho nenhum constrangimento quanto a isso, mas o Relator não aparece, ninguém consegue saber onde S.Exa. está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A Mesa tem sido bastante liberal em dar espaço para todos fazerem apelos ao Relator. Vamos agora partir para uma fase mais objetiva, mais regimental, de votação de destaques.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, fazer apenas um esclarecimento ao Relator.

Quando o Senador Tião Viana falou, o Relator parece que usou a seguinte expressão: "Então, esse 1 milhão, tudo bem". Se entendi bem, quero saber de onde veio esse milhão.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA - O milhão foi da emenda de bancada; não foi agora, no destaque.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não foi acréscimo feito agora?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA - Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Estou esperando a minha vez, para fazer encaminhamento. V.Exa. já vai entrar na fase de encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra a V.Exa., para o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, prefiro fazer uma análise de destaque em vez de encaminhamento. Quero apenas manifestar minha posição contrária ao destaque de V.Exa., aprovação feita pelo Relator.

A história do TRT de São Paulo é absolutamente fora de sentido. Não estamos discutindo mais o contrato do TRT, mas um prédio em São Paulo, uma monstruosidade em fase final. Passo por lá todos os dias, está acabado, pelo menos a parte externa está toda acabada. Eu nunca entrei no prédio, não sabemos o que vai ser feito com ele, se vai ser utilizado pelo TRT ou não, não sei, mas permitir que ele fique mais um ano sem recurso para terminar, não há sentido. Ele está em fase final. Poderíamos dizer: Não podemos botar os 15 milhões, vamos propor que seja vendido esse prédio e que sejam descentralizados em novas regiões. É uma sugestão. Poderia até ser, mas simplesmente eliminar os 15 milhões para terminar um prédio, que está no fim da construção, não há o mínimo sentido. É uma incongruência, uma irracionalidade. Quero que isso fique caracterizado.

Voto contra a decisão do Relator, contra a decisão exposta do cancelamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – V.Exa. polemizou com o autor de destaque, não com o Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E não tem nenhum empreiteiro, não tem contrato, não tem nada; o Banco do Brasil é que vai fazer aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Como V.Exa. já expôs para o Plenário os meus argumentos, poupo-me da necessidade de explicar a S.Exa., porque V.Exa., com a delicadeza que lhe é típica, já expôs o meu pensamento, expôs, com clareza, a questão da descentralização e já contestou.

Por isso, passo a palavra ao Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, agradeço ao Relator, Deputado Wilson Braga, o valor concedido de 5 milhões de reais ao Destaque nº 2. Ao mesmo tempo, quero fazer uma solicitação sobre proposta de 15 milhões de reais que teve um valor aprovado de 1 milhão; faltam 14 milhões para complementa a emenda. Faço esse pedido em virtude da importância da implantação dos juizados especiais cíveis e criminais, os chamados Juizados de Pequenas Causas, que atendem à população carente do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se V.Exa. deseja pedir voto em separado, por favor, requeira-o.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Só quero fazer uma consideração ao Relator, que atendeu ao destaque que concedeu 5 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos saindo da ordem. Vamos votar e, na hora, se alguém destacar, poderá defender o destaque. Se V.Exa. quiser, peça para votar em separado.

Solicito ao Plenário a aquiescência para que os destaques apresentados sejam votados em globo, de acordo com o parecer do Relator. Com o consentimento do Plenário, colocaremos em votação os destaques. Estão de acordo? *(Pausa).*

Vamos votar em bloco.

Em votação, em globo, os destaques com parecer pela aprovação integral do Relator. São os Destaques nº 15, do Deputado Virgílio Guimarães, nº 21, do Deputado Sérgio Miranda, e nº 22, do Deputado Sérgio Miranda.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o Destaque de nº 14 poderia ser votado em separado, se o Relator acolher? Parece-me que o Deputado Giovanni Queiroz já havia feito alguns entendimentos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, esta Comissão aprovou a votação em globo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Em globo? Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação no Senado da República.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, espere. Sr. Presidente, não vai prejudicar em nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos em processo de votação, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim. Pela ordem, Sr. Presidente. Só para...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. não tem a palavra pela ordem.

Em votação no Senado da República.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, é para ajudar!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Nobre Deputado, não há concessão de palavra pela ordem em processo de votação. Votamos na Câmara dos Deputados e estamos votando agora no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Estamos votando com o parecer favorável do Relator.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas são favoráveis os pareceres desses destaques.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estão sendo votados os destaques com parecer favorável do Relator.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Continue atropelando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. vai expor o seu caso depois. Estamos votando.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – *(Início inaudível.)* O autor, o Deputado Virgílio Guimarães, iria destacar para votar em separado. Ainda

pode fazer isso, com concessão da Comissão, porque o Relator, que retirou 15 milhões desta emenda, iria atender, ou seja, rejeitar a emenda e manter os 40 milhões para o Tribunal Superior Eleitoral. Só isso. Se o senhor puder reconsiderar isso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Posteriormente vamos examinar isso. Agora, estamos votando os destaques com parecer favorável do Relator, que foram aprovados na Câmara.

Consulto o Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Senador, Destaque nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já está destacado o nº 14, para votar separadamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Está bom, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos em processo de votação, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, o Destaque nº 14 está destacado? Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação, em globo, os destaques com parecer pela aprovação parcial do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Destaques nºs 2, de Pedro Chaves; nº 3, do Deputado Jorge Bittar; nº 4, do Senador Romero Jucá; nº 6, do Senador Romero Jucá; nº 8, do Deputado Gonzaga Patriota; nº 12, do Deputado Joaquim Santos Filho; nº 14, do Deputado Virgílio Guimarães; nº 18, do Deputado Virgílio Guimarães; nº 25, do Deputado Pedro Chaves; nº 27, do Deputado Jorge Bittar; nº 1, do Deputado Pedro Chaves, 1 milhão de reais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Em votação, em globo, os destaques com parecer pela rejeição, ressalvados os escolhidos pelos Parlamentares — Destaques nºs 23, 7, 14 e 18. Foi retirado o Destaque nº 14. Então, ficam os Destaques nºs 23, 7 e 18.

Em votação os rejeitados, ressalvados esses que já enumerei.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer pela rejeição na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – O meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

Vamos agora aos que estão para ser votados em separado.

Destaque nº 7, Senador Tião Viana. Como já se fez a defesa, passo a palavra ao Sr. Relator, para falar sobre o destaque.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, antes de sua chegada, esta relatoria já se havia manifestado a favor da proposta do Senador Tião Viana, e mantenho essa posição.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Qual é a proposta, Sr. Presidente? Gostaria de saber qual é o parecer. Por favor, não estava ouvindo direito. Qual é o parecer?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – É o destaque à emenda do Senador Tião Viana, 1 milhão de reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pedindo o quê? Acréscimo de recursos?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – A manutenção de 1 milhão de reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas de onde vem esse 1 milhão de reais, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – É o Relator-Geral que vai dar; não sou eu.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não. Então, não pode aprovar isso aqui. Não há emenda para ser aprovada aqui. Se o Relator-Geral vai dar, não é V.Exa. que pode dar. O que é isso? Ou tem recursos ou não tem. V.Exa. aprova uma emenda que o Relator é quem vai dar?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Aqui não tem. Só quem tem é o Relator-Geral.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Isso pode ser uma indicação, uma sugestão. Não pode ser desse jeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto, nobre Deputado. Um minuto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Vamos ter seriedade. Assim não dá!

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. vai retirar, para ficar como indicação?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Não, não. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Entendo que o Relator, Deputado Wilson Braga, tem a mais absoluta e legítima autoridade para dizer se aprova ou não. Não concordo, de modo algum...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quero um esclarecimento, Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – ...com a atitude do Deputado Alberto Goldman, desconsiderando a autoridade do Relator-Setorial. Acho que V.Exa. deve intervir nessa questão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero um esclarecimento. De onde está vindo esse milhão, com parecer aprovado? De onde está vindo isso? É isso o que quero saber.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Estamos encaminhando para o Relator-Geral com a indicação. Aprovamos e encaminhamos ao Relator-Geral, para atender.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, não está sendo aprovado o destaque? Está sendo simplesmente encaminhado ao Relator-Geral?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Com a indicação de aprovação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Com indicação, como foram várias outras feitas aqui. O que não pode é aprovar algo sem receita correspondente, sem cancelamento correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é possível fazer indicação com valor definido. S.Exa. pode simplesmente fazer a indicação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Tudo bem. A emenda é completa; é uma emenda maior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não tenho nada contra o fato de o Relator-Geral fazer indicação desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A questão não é técnica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O que eu quero é que isso aqui seja feito com seriedade. Nada mais do que isso. O que não pode é ficar inventando. Hoje, inventa 1 milhão; daqui a uma hora, estarão inventando 300.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para fazer indicação, o autor tem que retirar o destaque.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Retiro, sob protesto, porque entendo que o Relator-Setorial tem autoridade para aprovar uma matéria dessa natureza.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Desde que ele tenha recursos, Senador.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Mas é uma opinião que precisa ser dada por S.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É. Já pedi essa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o destaque, encerrada a discussão.

Vamos para o próximo destaque.

Destaque nº 18. *(Pausa.)*

O Destaque nº 18 já foi aprovado parcialmente. Por que o autor pediu destaque? A matéria já foi apreciada.

Então, vamos ao último item, Destaque nº 23.

Com a palavra o Senador Amir Lando, por um minuto.

Emenda nº 6003001. Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Com a palavra o autor.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, necessito de uma informação preliminar do Relator, já que foi solicitado, por parte do Deputado Virgílio Guimarães, o pedido de cancelamento dos recursos que S.Exa. havia pedido inicialmente, através do Destaque nº 14, e que o relatório aprovou exatamente no que se refere aos recursos de 40 milhões de reais. Na medida em que foi automaticamente suprida a emenda que tenta retirar esses recursos, ficou prejudicado

— e aí vem o destaque que acrescentou 15 milhões de reais. Como foi pedido o cancelamento dos 40 milhões, automaticamente restou a inclusão dos 15 milhões de reais.

Pergunto a V.Exa. se incluindo os 15 milhões minha emenda está prejudicada.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Perfeitamente, Excelência. Automaticamente, está cancelado.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não pude entender, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, os destaques já estão votados e aprovados. Creio que a matéria é intempestiva.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não. É evidente que é matéria aprovada. Eu gostaria de saber se foi essa a aprovação, automaticamente meu destaque está prejudicado e V.Exa. — aí, sim — atende ao acréscimo. Não a dedução, não a redução de 15, dos 40 milhões, mas cancela a redução. Automaticamente, então, os 15 milhões estão acrescidos e não há razão para o meu destaque. É matéria votada, mas gostaria apenas de esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A matéria está prejudicada, porque foi retirado o Destaque nº 14. A matéria está tecnicamente prejudicada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ela só existiria com o Destaque nº 14.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, acho que foi votada; está prejudicada. Porém, o Relator ficou de fazer algumas indicações. Acho que S.Exa. deve indicar ao Relator-Geral que o dinheiro pleiteado pelo Senador Tião Viana encontra-se nesse local, porque daí atende à demanda do Acre e acaba com a ira do Deputado Alberto Goldman — estar sobrando dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Perfeitamente.

Encaminha-se ao Relator, para fazer a indicação.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que fez à frente da relatoria. Está concluído o trabalho. Este era o último destaque.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou chamar o Sub-Relator...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, antes que o Relator saia, quero apresentar uma questão de ordem a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda há o Destaque nº 18.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, levanto depois a questão de ordem. Vamos votar o destaque. Terminada a votação, faço a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 18 tem que ser votado, segundo estão-me informando; do contrário, o TSE perde o recurso.

O autor do Destaque nº 18 — Ações de Informática no TSE — é o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Creio que o Relator já acolheu a emenda.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim, acolheu 15 milhões.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Já acolheu e votamos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É assunto encerrado, Sr. Presidente. Já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Atenção. Pediram para votar em separado e não foi votado globalmente. Pediram para votar separadamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Já levou 20 dos 23. Já levou quase noventa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar o Destaque nº 18.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas, Sr. Presidente, é preciso informatizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 23 ficou prejudicado, porque seu teor é igual ao do Destaque nº 18, cuja autoria é do Deputado Virgílio Guimarães, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O Relator, ao fazer seu relatório, fez referência toda especial a esse destaque. Fundamentou de tal forma que até dispensa, pelo seu brilho, que eu fundamente novamente, falando da importância da informatização, das eleições, da urgência — tudo isso. As razões que o Relator acolheu são as minhas. Portanto, peço aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parecer do Relator sobre o Destaque nº 18.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Já foi concedido ao quinze.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Considero o assunto encerrado, porque foi votado. Mas o parecer é favorável ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados, com parecer favorável.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, pela ordem. Estamos votando o quê?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 18, que tem parecer favorável do Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – A complementação dos recursos? É isso? Um momento só, Sr. Presidente. Vamos entender. Cinco, dos 25 milhões, já haviam sido aprovados. O valor concedido agora, já aprovado parcialmente, foi de 15 milhões. Portanto, restam vinte.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Está sendo votado isso que foi aprovado parcialmente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exato.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E ainda não foi votado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Desculpe-me, Sr. Presidente. Entendi que havia sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Um momento, Sr. Presidente. Quero apresentar a V.Exa. questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Destaque nº 15, do Deputado Virgílio Guimarães, foi aprovado. A emenda do Deputado Virgílio Guimarães visa retirar de uma rubrica para outra. Essa informação me foi dada agora pela Assessoria: retirou de uma rubrica e passou para outra. O Deputado Virgílio Guimarães proferiu emenda cancelando a dotação; cancelando a emenda. Ou seja: com essa emenda sendo cancelada, voltaram os 15 milhões que estavam num lugar para outro. Muito bem. Então, os 15 milhões continuam na listagem; apenas voltaram ao ponto inicial.

Quero lembrar-lhes — e agora já foi votado — de que cometemos uma incongruência. Não tínhamos esses 15 milhões, eles apenas mudaram de lugar. Eles não existiam, mas foram utilizados na distribuição agora. Não dá mais para voltar, evidentemente, porque está votado, mas é uma incongruência que acabamos de cometer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator-Geral cuidará da matéria, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Certamente. São 15 milhões a menos para o Relator-Geral, que certamente terá de tirar alguma coisa. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero agradecer...

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, pela ordem. O Destaque nº 23 não foi votado. Apenas pedi um esclarecimento, mas não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Destaques nºs 23 e 18 são iguais. Fica prejudicado o de nº 23. O Destaque nº 18 foi votado e aprovado. É a mesma emenda.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não, a minha emenda é a simples inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso se chama economia processual, Senador.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não, Sr. Presidente. São contextos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São dois destaques na mesma emenda. Foi votado um e aprovado, o outro está prejudicado.

Vamos ao próximo...

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, **data venia**, não foi votado. São situações diferentes. Se fossem iguais, eu não estaria dizendo, exatamente porque um se faz em razão do cancelamento. Minha proposta não é cancelar, mas acrescentar apenas. Não é cancelando um e acrescentando outro.

Então, minha proposta é acrescentar, sem o cancelamento, evidentemente. Foram reduzidos 40 milhões da emenda para 25 e acrescentou-se quinze. Minha proposta é exatamente apenas o acréscimo de 15 na Fonte 100, que era a conta normal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador, vou pedir o apoio da área técnica. *(Pausa.)*

A área técnica está me dizendo que são iguais — não tem diferença de uma letra. Portanto, está prejudicado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, pela ordem. Talvez o Senador Amir Lando não tenha percebido que a emenda do Deputado Virgílio Guimarães, retirando os 15 milhões, foi cancelada. Então, os 40 milhões foram mantidos, mas agora foram acrescidos os 15 milhões, da mesma maneira que V.Exa. pleiteia em sua emenda.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sendo válido o entendimento do Deputado Jorge Bittar, retiro a emenda, porque não teria sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É esse o entendimento.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Se esse for o entendimento da relatoria, automaticamente estará prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente isso, nobre Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Então retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar agora as obras com graves indícios de irregularidade — Relatório nº 1.

Primeira obra: TRF da 1ª Região (0206105697241003) — construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Cuiabá, Mato Grosso.

O parecer do Relator é favorável à manutenção da dotação, com encaminhamento ao Comitê de Avaliação de informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União dos esclarecimentos prestados pelo Juiz Federal Diretor do Fórum, através do Ofício nº 220, de 30/11/01, acerca do saneamento das irregularidades.

Quem concorda com o encaminhamento do Sub-Relator...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, isso está distribuído? Isso não foi distribuído entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foi lido pelo Deputado Virgílio Guimarães, quando estava na Presidência.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, pela ordem. Fiz questão de ler, inclusive antes do Relator, para chamar a atenção de todos.

V.Exa. não estava presente, mas chamei a atenção anunciando cada um dos itens, a fim de orientar as bancadas — o próprio Deputado Alberto Goldman alertou que não haveria discussão —, para que esses assuntos estivessem nessa ordem de deliberação. E o Relator depois emitiu seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso foi em atendimento ao art. 13, da Resolução nº 1, de 2001:

Art. 13. Os Relatores do projeto de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais deverão indicar em seus relatórios, para votação em separado, cada subtítulo que contenha contrato, convênio, parcela ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, apenas quero alertar V.Exa. para o fato de que essa folha não foi distribuída. Não temos essa folha em mão. Mas tudo bem, Sr. Presidente. Só peço que nas próximas isso seja regularizado e se distribua todo o material, de forma que possamos trabalhar com o material escrito. *(Pausa.)*

Pode ir adiante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o encaminhamento do Sub-Relator ao Comitê de Obras Irregulares permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

TRT da 2ª Região. Construção do edifício-sede da Vara de Trabalho do Fórum Trabalhista da Primeira Instância da Cidade de São Paulo — 15 milhões.

O Sr. Relator-Setorial havia condicionado a liberação dos recursos à manifestação prévia do Tribunal de Contas da União sobre o saneamento das irregularidades apuradas. Ratificando manifestação anterior, encaminha voto favorável à retirada definitiva dos recursos para execução da obra. Isso foi aprovado pelo destaque do Deputado Virgílio Guimarães. Então, a matéria está resolvida.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O destaque do Deputado Virgílio Guimarães apenas fez retornar a essa listagem aquilo que havia sido, por emenda, modificado. Foi apenas um retorno?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Retorna, mas o Tribunal está na lista.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Está na lista. Continua na lista.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Está na lista. Isso significa que a obra do Tribunal não está automaticamente liberada. Só isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Perfeito.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Tem-se que fazer o decreto legislativo, o parecer do Tribunal de Contas da União e, depois, vamos fazer todas as discussões que o nobre Deputado admite sejam feitas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – A única coisa é que os 15 milhões que não existiam foram usados. Mas isso já passou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exas. compreensão.

Quero agradecer ao eminente Deputado o brilhante trabalho.

Convido o Deputado Nelson Meurer, Relator da área referente à Agricultura e Desenvolvimento Agrário, para executar seu trabalho.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de conformidade com a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, foram apresentados 45 destaques ao relatório desta área temática. Os Destaques de nºs 4, 14 e 44 pretendem recompor dotações canceladas por esta relatoria com a finalidade de atender emendas coletivas oferecidas na fase anterior. Os demais pleiteiam aumento de dotações em emendas atendidas parcialmente.

Parecer aos destaques.

Como esta relatoria utilizou inteiramente os recursos disponíveis, conforme ressaltado no relatório apresentado em plenário desta Comissão, e não obstante o inegável mérito das propostas contidas nos destaques apresentados, nos vimos impossibilitados de atendê-los.

Assim, por insuficiência de recursos, rejeitamos os Destaques nºs 1 a 45, conforme relação em anexo — relação dos destaques por tipo de parecer.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, não sei se seria o caso de destacar ou defender o Destaque nº 20. *(Pausa.)* Peço votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 20.

Solicito ao Plenário aquiescência para que os destaques apresentados a esse setor sejam votados em globo, de acordo com o parecer do Relator. *(Pausa.)*

Com a aquiescência do Plenário, colocaremos os destaques em votação.

Todos são pela rejeição. Então, vou separar o pedido do Deputado João Grandão, Destaque nº 20, e os demais serão votados em globo.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, são os Destaques nºs 20 e 21.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaques nºs 20 e 21.

Em votação na Câmara dos Deputados os destaques com parecer pela rejeição, ressalvados os Destaques nºs 20 e 21.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Foram rejeitados os destaques. Portanto, não vão ao Senado.

Vamos votar apenas os Destaques nºs 20 e 21, separadamente.

Com a palavra o Deputado João Grandão, para falar sobre os dois destaques. Sendo V.Exa. um homem econômico, vai-nos ajudar fazendo economia de palavras e de energia.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sim, sem sombra de dúvida, baseado inclusive na economia processual.

Sr. Presidente, o Destaque nº 20 é relativo à emenda de 80 milhões. E aceita parcialmente 24 milhões para investimento em infra-estrutura de assentamentos rurais.

Nobre Relator, V.Exa. levantou uma preocupação no momento em que leu o seu relatório em relação à agricultura familiar.

Quero, juntamente com V.Exa., sugerir a este Plenário atenção para esse ponto, porque não dá para admitir isso, na conjuntura em que estamos, na situação em que se encontra a agricultura como um todo, especialmente a agricultura familiar.

Falo com conhecimento de causa, Sr. Presidente, porque sou filho de agricultor. Estive trabalhando na lavoura até os 20 anos e sei o que sofre um agricultor familiar, sem crédito, sem condições de escoar a produção, e estamos vendo que não foi aprovado absolutamente nada para a agricultura familiar.

Portanto, faço uma proposta ao Relator: que seja apresentada ao Relator-Geral emenda de relatoria, ou algo nesse sentido — estou pedindo o seu apoio —, para colocarmos algum valor destinado à agricultura familiar.

O Destaque nº 20 trata de investimento em infra-estrutura para assentamos rurais.

Nobre Relator, há doze ou quinze dias, visitamos assentamentos em Mato Grosso do Sul, na região de Itaqueraí e Rio Brilhante. Pudemos, então, constatar a situação em que se encontram os assentados rurais. Não há a mínima infra-estrutura, não há poços, estradas, e falta energia em alguns casos. Aliás, temos um programa muito bom no que se refere à energia nesse Estado, também em parceria com o Governo Federal.

Seria importante aumentar o valor do investimento em infra-estrutura de assentamentos rurais. Inclusive, essa emenda é nacional, não atenderá apenas a Mato Grosso do Sul, mas ao Brasil como um todo.

O Destaque nº 21 se refere à alfabetização de jovens e adultos nas áreas de reforma agrária. No Orçamento do ano passado, inclusive no plenário, conseguimos aprovar emenda referente a esse tema. O acordo, evidentemente, foi feito com todos os partidos.

Por que dizemos isso, Sr. Presidente, nobre Relator? Porque, muitas vezes, inúmeros jovens e adultos ficam três, quatro anos embaixo de um barraco e, quando conseguem a terra, por meio de grande luta, evidentemente, ficam completamente fora da escola. Se esse jovem ou adulto não receber assistência educacional ou não tiver a possibilidade de estudar no assentamento, terá de voltar para a cidade, às vezes em situações completamente desfavoráveis, até para exercer o seu direito de cidadania.

Sabemos da importância desse programa e como tem sido seu atendimento e funcionamento. O controle é feito pelo Ministério da Educação — controle absoluto do MEC —, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com movimentos sociais. Por isso seria interessante que fossem destinados mais recursos para a alfabetização de jovens e adultos. Nosso destaque é nesse sentido.

Pedimos ao nobre Relator que nos atenda. Se não formos atendidos com o valor solicitado, que sejam pelo menos 98%.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Relator para emitir parecer sobre os dois destaques.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Deputado João Grandão, concordo com sua primeira explanação. Por isso, no relatório anterior, inseri observação sobre o problema do PRONAF e da agricultura familiar. Infelizmente, o Relator não pôde fazer nada, porque não havia emenda de Comissão que pudesse atender a esse programa de extrema importância para o desenvolvimento da agricultura familiar.

No meu entender, o agricultor familiar tem prioridade acima dos sem-terra. É esse agricultor que está na última fase antes de se agrupar aos acampamentos dos sem-terra. Por isso precisamos prestigiar única e prioritariamente a agricultura familiar. Infelizmente, ainda não foi possível atender, porque não há emenda referente ao tema. Anotamos, porém, todos os dados e solicitamos ao Relator-Geral que tome conhecimento do tema e tente encontrar uma maneira de atender a pelo menos uma emenda.

Quanto às emendas destacadas por V.Exa., concordo serem necessários mais recursos para os assentamentos. Também não foi possível realizarmos isso, porque atendemos de acordo com os recursos disponíveis.

Vinte e quatro milhões de reais foram destinados a assentamentos; 20 milhões para a Região Norte; 6 milhões para a alfabetização de jovens e adultos, e acrescentamos cerca de 50 milhões de reais — valor líquido — para o INCRA. Foi o que pudemos fazer. Infelizmente não podemos acrescentar mais, porque não conseguimos os recursos que havíamos solicitado ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. quer que fique apenas como indicação ao Relator-Geral? Então, V.Exa. tem de retirar os dois destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, pela ordem. Realmente tentamos, mas, quanto à emenda do PRONAF, não houve entendimento na Comissão de Agricultura e Política Rural por se tratar de emenda de Comissão.

Portanto, retiro os destaques e, com a aquiescência de V.Exa., peço que fiquem como indicação os dois destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Parabéns a V.Exa.

Quero agradecer ao nobre Relator, Deputado Nelson Meurer, o brilhante trabalho realizado.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao próximo Relator, Senador Leomar Quintanilha, pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é angustiante administrar escassez de recursos.

Em nosso relatório, salientamos as mínimas possibilidades de remanejamento nessa área temática. O limitado montante programado em investimentos, isto é, apenas 189 milhões de reais, dos quais parte expressiva, derivados de operações de crédito e contrapartidas, e as restrições do parecer preliminar — estabeleceu-se o limite de 40% dos recursos livres — limitam os remanejamentos a algo como 45 milhões de reais.

Para chegarmos a esse limite, teríamos de cancelar as dotações já carimbadas em favor das Unidades da Federação para gastos com habitação, saneamento básico e ações de controle sobre resíduos sólidos. Seria falta de racionalidade cancelar alocações básicas, passíveis de suplementação posterior para atender à própria Unidade da Federação.

Em razão disso, ficamos dependentes de suprimento da relatoria-geral para atender às emendas coletivas. Temos certeza de que alocamos os 450 milhões de reais disponibilizados por meio de critérios justos, dos quais não nos arredamos, racionais e consonantes com as orientações da Lei Maior.

Após a apresentação do nosso relatório, constatamos que foram apresentados 132 destaques relativos à área temática sob nossa responsabilidade, dos quais dois de remanejamento, entre emendas do mesmo autor, um de recomposição de cancelamentos e 129 para elevação dos valores alocados, incidindo sobre 75 emendas coletivas. Ou seja, apenas seis emendas deixaram de ser destacadas.

Tais destaques, mesmo desconsiderada a duplicidade — muitas das emendas receberam mais de um destaque —, somavam cerca de 4 bilhões, ou seja, quase dez vezes o valor que alocamos no desenvolvimento dos trabalhos da relatoria.

Na busca de recursos adicionais para atender, ainda que em parte, aos legítimos pleitos das bancadas, fomos informados de que a relatoria-geral não dispunha de recursos para prover tal necessidade, visto ter repassado ao Comitê de Emendas a responsabilidade e os recursos para entendimento com as bancadas, a fim de dar maior sistematização aos trabalhos e evitar infindáveis ciclos de negociação sobre a administração da escassez.

Em conseqüência, esta relatoria não tem como atender aos destaques para ampliação de valor, do que resultam as seguintes decisões sobre os destaques apresentados:

1º) Pela aprovação dos Destaques nºs 14 e 15, de autoria do Deputado Paulo Mourão, promovendo o remanejamento de valores entre emendas de sua própria autoria.

2º) Pela rejeição, por conflitar com a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, do Destaque nº 96, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, de recomposição de dotação. A rejeição deve-se ao fato de o destaque não ter identificado as origens dos recursos suficientes para seu atendimento, em conflito com o que estabelece o art. 33, § 2º, da Resolução nº 1, de 2001.

3º) Pela rejeição, por indisponibilidade de recursos, dos Destaques de nºs 1 a 13, de nº s16 a 95 e de nºs 97 a 132.

A relatoria formaliza, nesta ocasião, a retificação do subtítulo da Emenda nº 5024003, solicitada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, que passa a ser 19202224 – Infra-estrutura de Transportes Urbanos em Regiões Integradas Nacional.

Por último, este Relator comunga com os eminentes Srs. Parlamentares a frustração da exigüidade de recursos e se solidariza com todos na busca — na próxima etapa com a relatoria-geral e com o Comitê de Emendas — de atendimento aos pleitos dos eminentes Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto se algum Deputado quer que seu destaque seja votado em separado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o Destaque nº 1 seja votado em separado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito seja votado em separado o Destaque nº 111.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito sejam votados em separado os Destaques nºs 19, 21, 22 e 23.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a votação em separado do Destaque nº 00058.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a votação em separado dos Destaques de nºs 112, 113, 114 e 115.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a votação em separado do Destaque nº 125.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem. A bancada da Paraíba solicita a votação em separado dos Destaques nºs 104, 105 e 106.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a votação em separado dos Destaques nºs 59 e 60.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, pela ordem. A bancada de Mato Grosso solicita a votação em separado do Destaque nº 48.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, pela ordem. A bancada de Brasília solicita a votação em separado dos Destaques nºs 45, 46 e 47.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Domiciano Cabral, V.Exa. poderia, por favor, repetir os destaques?

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Destaques nºs 104, 105 e 106.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou repetir os destaques solicitados para votação em separado e peço aos Srs. Deputados que prestem atenção.

Deputado Jovair Arantes, Destaques nºs 112, 113, 114 e 115; Deputada Laura Carneiro, Destaques nºs 19, 21, 22 e 23; Deputado Clementino Coelho, Destaque nº 1; Deputado Átila Lins, Destaque nº 111...

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Sr. Presidente, solicitei a votação em separado dos Destaques nºs 59 e 60.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quem solicitou a votação em separado do Destaque nº 111? *(Pausa.)*

Prosseguindo, Deputado Átila Lins, Destaques nºs 59 e 60; Deputado Pedro Celso, Destaques nºs 45, 46 e 47; Deputada Lúcia Vânia, Destaque nº 58; Deputado Domiciano Cabral, Destaques nºs 104, 105 e 106; Deputado Welinton Fagundes, Destaque nº 48.

Solicito ao Plenário aquiescência para que os destaques apresentados sejam votados em globo, de acordo com o parecer do Relator. (*Pausa*.)

Com a aquiescência do Plenário, em votação os destaques rejeitados pelo Relator, ressalvados aqueles por mim enumerados.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, pela ordem. Não vou pedir que os Destaques nºs 61, 62 e 63 sejam votados em separado. Solicito apenas ao Relator-Setorial que os indique ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está retirando os destaques?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Não. Estou solicitando ao Relator-Setorial que indique os Destaques nºs 61, 62 e 63 ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. deve pedir a retirada dos destaques. Senão, ficarão como rejeitados, e o Relator não poderá fazer indicação.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Pode. O destaque foi rejeitado. Estou fazendo um apelo ao Relator para que S.Exa. indique o destaque ao Relator-Geral, a fim de que mais recursos sejam a ele destinados.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a V.Exa. a inclusão para discussão do Destaque nº 13, de autoria deste Deputado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito sejam ressalvados os Destaques nºs 74 e 75.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, pela ordem. A pedido da Comissão de Viação e Transportes, solicito a votação em separado do Destaque nº 38.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, pela ordem. Eu retiro os Destaques nºs 61, 62 e 63 e solicito ao Relator que faça a indicação dos mesmos ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os Destaques nºs 61, 62 e 63.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. Em face da falta de recursos, acredito absolutamente inócuo pedir que os destaques sejam votados em separado. Portanto, retiro os Destaques nºs 19, 21, 22 e 23, solicitando ao Relator, se S.Exa. concordar, que os indique ao Relator-Geral para aumento dos valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os Destaques nºs 19, 21, 22 e 23.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator — S.Exa. rejeita os destaques —, ressalvados os mencionados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques na Câmara dos Deputados, não vão ao Senado da República.

Passemos aos destaques para votação em separado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, pela ordem. É importante que o Relator emita seu parecer agora, principalmente se existem recursos disponíveis a serem destinados, para evitar que fiquemos discutindo inutilmente cada destaque para votação em separado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, não vou discutir o destaque quanto ao mérito, até porque acolhi o parecer do Relator no sentido da rejeição, mas quero chamar a atenção da Assessoria para o não-acolhimento de meu destaque, que foi inadmitido. Sr. Relator, proponho um breve exercício relativamente a situações que certamente vão surgir. Não citei a fonte de cancelamento, mas, ao fazer o destaque, pedindo a recomposição, entendo que o dinheiro foi automaticamente tirado de lá. Se foi colocado em outra emenda, o Relator poderia rejeitar o meu destaque sob o argumento de não ter mais dinheiro, porque não citei a fonte. Na verdade, um assessor chamou-me a atenção para o fato de que não havia, no formulário, como indicar a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, de que destaque fala V.Exa.?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Trata-se de destaque que já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É genérico?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não. Trata-se de recomposição de recurso cancelado de uma verba do Estado do Pará. Estou discutindo o assunto por referir-se a procedimento.

Como dizia, o destaque pode ser rejeitado por falta de recursos, mas não por inadmissão. O relatório foi aprovado, ressalvado o destaque. Ou seja, destaquei o cancelamento e, portanto, tal cancelamento, por estar destacado, não poderia ser aprovado para outra emenda.

Gostaria de receber da Assessoria sobre esse ponto e de discuti-lo, de modo a ter uma posição a esse respeito ou, então, ninguém mais poderá pedir recomposição.

Repito: trata-se de matéria vencida quanto ao mérito; quero apenas discuti-la quanto à forma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passemos ao Destaque nº 1.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de falar sobre o Destaque nº 1, quero comentar os Destaques nºs 2, 3, 4, 5 e 6. Não fizemos questão de votá-los em separado por entender o argumento do Relator — falta de recursos — e por acreditar que seriam acomodados na rodada seguinte, junto com o Comitê de Emendas e o Relator-Geral, segundo orientação que estamos recebendo do próprio Comitê.

Trata-se justamente de emendas de bancada de Alagoas e da Paraíba. Há, entretanto, o Destaque de nº 1, de âmbito nacional, pois contempla bancadas de sete Estados: Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Maranhão e Piauí, justamente as três novas regiões administrativas, instrumentos de desenvolvimento regional por meio da interiorização.

V.Exa., Sr. Relator, como homem do interior do Estado do Tocantins, sabe da necessidade de levarmos desenvolvimento ao interior do País, o grande celeiro de produção. Tais regiões administrativas são emblemáticas e precisam consolidar-se para representar novo modelo de política regional, o que este País não tem. O melhor modelo é esse aqui, que tem tido êxito no Mercado Comum Europeu, por privilegiar as vocações naturais agrupadas nos **clusters** de produção. Aqui temos a região administrativa que inclui Teresina e Timon. Temos justamente a região administrativa da fruticultura irrigada, que inclui Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia. Temos a área do entorno de Brasília, que inclui todo o celeiro do Centro-Oeste.

Trata-se, portanto, Sr. Relator, de emenda de caráter nacional que vem contemplar o instrumento de desenvolvimento regional, previsto no art. 45 da Constituição, que só agora, passados doze anos da promulgação da Carta, está sendo regulamentado.

Convicto de que V.Exa. é sensível a esse tipo de política qualitativa, faço um apelo no sentido de incrementarmos, de alguma maneira, essa emenda nacional que vai contemplar bancadas de sete Estados. Os recursos serão partilhados, de acordo com o programa do Ministério da Integração Nacional. A região do entorno de Brasília já está melhor estruturada, mas precisamos contar com recursos para as demais regiões administrativas, a fim de que tenhamos algo novo na política regional.

Se for de todo impossível, solicitamos a V.Exa. que recomende o destaque, de fato, ao Relator-Geral. Não haverá uma bancada estadual debruçando-se sobre a matéria porque, na realidade, são sete bancadas.

Pedimos, portanto, especial consideração para o Destaque nº 1.

Tenho certeza de que as sete bancadas mencionadas, que irão experimentar uma nova política de intervenção, hão de agradecer a V.Exa. Caso contrário — repito —, pedimos que V.Exa. indique enfaticamente o destaque ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para que o destaque seja indicado ao Relator-Geral, V.Exa. deve retirá-lo.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Antes de fazê-lo, preciso saber se o Relator tem alguma maneira de atender às sete bancadas federais.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Deputado Clementino Coelho, lamento, mas não foram reservados recursos preliminarmente disponibilizados; nada há para atender destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Uma vez que o Relator não dispõe de recursos para atender ao Destaque nº 1, consulto o Deputado Clementino Coelho sobre se concorda em retirar o destaque para que possa ser indicado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Concordo em retirar o destaque desde que V.Exa., Sr. Presidente, e o nobre Relator façam uma recomendação de peso ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, há algo que preciso saber para orientar a decisão da bancada de Goiás.

Pergunto, portanto, a V.Exa.: qual o critério estabelecido para que alguns Estados tenham mais e outros menos que os demais? Preciso conhecer esse critério para saber se concordo ou não com ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O relatório já foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, fiz um destaque e quero saber mais a respeito desse destaque.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Posso informar novamente qual foi o critério utilizado: um terço em relação à população, um terço inversamente proporcional à renda e um terço em relação ao número de emendas do meu setor.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Eu fiquei sem terço. Não que Tocantins e outros Estados que receberam mais recursos que Goiás não mereçam o que receberam. Apenas não entendo como Estados que têm menos população e mais recursos financeiros do que Goiás, com é o caso do Espírito Santo, recebam mais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso é matéria vencida, Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, não é matéria vencida, uma vez que posso pedir verificação de votação. Sou Vice-Líder do partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, o relatório já foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – O relatório foi aprovado, ressalvados os destaques, que estamos discutindo agora. Portanto, a matéria não está vencida. Estamos discutindo os destaques. Não fosse assim, não precisaríamos estar aqui.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado Jovair Arantes, gostaria de dizer a V.Exa., bravo e competente goiano, que sempre cobrei critérios desta Comissão. É preciso haver critérios, mesmo que não concordemos com eles. Não é admissível que, pela influência de A, B ou C, se destine mais dinheiro a isso do que àquilo. Portanto, sempre protesto com veemência quando não há critérios claros. O critério empregado, entretanto, é um dos que melhor divide a renda nacional, atendendo a populações de menor renda. Nesse sentido, louvo o presente relatório.

Todos estamos chorando porque não há recursos, e choramos com razão, pois todos precisamos de muito mais para nossos Estados. Fico feliz em vê-lo brigar, pois constato que há Deputados que brigam como eu.

Em resumo, quero dizer que o relatório preocupou-se em adotar um critério que, na minha opinião, é bastante justo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Como o Sr. Relator já disse que não dispõe de recursos, sugiro a todos que retirem os destaques para que possam ser indicados à relatoria-geral, e, assim, ganharmos tempo. Os destaques daqueles que não concordarem não entrarão como indicação.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Sr. Presidente, a bancada do Amazonas aceita, para que os Destaques nºs 59 e 60 sejam encaminhados como indicação.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, estou disposto a retirar dois dos quatro destaques, mas não abro mão dos outros dois. Seriam os de nºs 115 e 113.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Continuam os Destaques nºs 115 e 113?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Continuam em discussão os Destaques nºs 115 e 113.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E quais V.Exa. retira?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Retiro os de nºs 112 e 114.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, gostaria de saber do Relator se S.Exa. vai fazer a recomendação de peso que solicitei, privilegiando as sete bancadas, para que eu possa retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peso pesado. Quem mais concorda?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, concordo com os três da Paraíba, desde que ele coloque mais um terço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaques nºs 104, 105 e 106. Os três da Paraíba.

(Não identificado) - Sr. Presidente, retiro os Destaques nº 111 e 125 para o Relator encaminhar como indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quem mais?

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Sr. Relator, já apresentei meus argumentos ao nobre Relator, Senador Leomar Quintanilha, noutra oportunidade. São emendas da bancada do Distrito Federal e de toda a Região Centro-Oeste os Destaques nºs 45, 46 e 47. Alguns recursos vão para cidades novas do Distrito Federal. Conforme expliquei, éramos nove regiões administrativas e nos transformamos em dezenove. Os argumentos todos já foram expostos.

Havendo a aquiescência do Sr. Relator no sentido de transformar em indicação para o Relator-Geral, também retiramos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados também os Destaques nº 45, 46 e 47, do Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Com o compromisso do nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há mais alguém que queira retirar seus destaques?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Retiro os de nºs 61, 62, 63.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já foram rejeitados, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, retiro os Destaques nºs 8 e 9. Eu estava na reunião com o Relator-Geral. Por isso não pude acompanhar o início dos trabalhos do nobre Senador Leomar Quintanilha. Retiro, para que S.Exa. faça a indicação ao Sr. Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acolhido o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, pela bancada de Mato Grosso, acompanho a decisão da maioria, ou seja, retiro o Destaque nº 48, mas não posso deixar de registrar também a nossa angústia, uma vez que estamos desenvolvendo lá um grande programa habitacional, começando agora nas cidades de Rondonópolis, Barra do Garças e Cuiabá. São programas inovadores no Brasil. Infelizmente a demanda da população é muito grande, e ficamos aqui nessa situação angustiante: a população reivindicando, e nós fazendo tudo para atendê-la. Não temos, porém, a essa altura do campeonato, como responder à população.

De qualquer forma, pedimos a indicação ao Relator-Geral. E, com essa indicação, tentaremos conseguir os recursos. É lamentável que área como essa, tão necessária no aspecto social, receba tão pouco recurso do Relator-Setorial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, retiro o Destaque nº 58, mas apelo para o Sr. Relator que S.Exa. veja com muita atenção o serviço de abastecimento de água de Goiânia. Já falamos sobre isso na apresentação do relatório e queremos afirmar aqui que esta é a obra prioritária para a cidade de Goiânia.

Então, gostaria de contar com a sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retirou o destaque, Deputada Lúcia Vânia? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – Seguindo o mesmo exemplo do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, quero retirar o Destaque nº 55, para que ele seja indicado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 55 já foi votado.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – Eu sei, Sr. Presidente, mas no momento em que ele foi votado, eu me distraí. Estou no mesmo caso do Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Solicito a indicação do Destaque nº 55, portanto.

Atendido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Atendido.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria que, quando V.Exa. fosse colocar os destaques em votação, repetisse os números do que vão ser indicados.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, da mesma forma, no sentido de colaborar com o Relator, que está ali angustiado, querendo resolver os problemas de planejamento e de desenvolvimento urbano, retiro também os Destaques nºs 109 e 110, transformando-os em indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foram rejeitados.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, quero um esclarecimento, porque entendi mal e fiz uma indicação errada. Estou retirando e pedindo que sejam encaminhados para o Relator como indicação os Destaques nºs 115, 113 e 38. Os outros dois não vou retirar. Vou manter os Destaques nºs 112 e 114.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, no momento em que V.Exa. julgar oportuno, gostaria de pedir a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minutinho, Deputado. *(Pausa.)*

Vamos começar com o primeiro destaque com votação em separado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, quero ouvir o parecer do Relator sobre os recursos ou não que S.Exa. tem para esses destaques. Foi a primeira pergunta que fiz. Se S.Exa. tem recursos, é uma coisa; se não tem, é outra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. já deu o parecer. Não tem recurso nenhum. Os Parlamentares, entretanto, estão insistindo para que votemos separadamente os destaques.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, permita-me dizer que não pode ser votada uma coisa para a qual não há recurso. Preciso saber de onde virão os recursos. Pode ser recurso da própria emenda: o cancelamento proposto. É preciso verificar se o cancelamento proposto é compatível. Se não há recurso do cancelamento nem recurso com o Relator-Setorial, não há como votar essas matérias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas o Plenário insiste.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, V.Exa. não pode votar uma matéria para a qual não há receita, recursos. A indicação para o Relator-Geral, sim, tudo bem, não precisa nem ser votada, mas a votação da matéria só pode ser feita quando existe recurso para aprovar determinada despesa. Quero saber qual é o recurso.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, assim não entendemos. Se o Plenário entender por aprovar o destaque, o Relator-Setorial pode fazer o remanejamento dentro do critério.

(Não identificado) – Sr. Presidente, há uma seqüência de oradores aqui.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Lamentavelmente, não há recurso destacado para este setor, para atender os destaques. Não há o que fazer.

(Não identificado) – O Relator-Geral não nos repassou absolutamente mais nada e nós não temos mais o que tratar, porque o relatório já foi aprovado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Relator, se V.Exa. já colocou esses recursos que tinha e eles já foram aprovados, não há mais recurso, a não ser que seja possível cancelar a emenda. Se há o cancelamento de uma outra obra ou uma outra coisa, é possível, mas temos de ver emenda por emenda.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Quero fazer um apelo a V.Exa e ao Relator, porque essa discussão está estéril. O Relator não conseguiu os recursos para complementar e atender os destaques. Isso já foi dito, e V.Exa. garantiu. Portanto, deveremos encerrar a discussão para que ela não se torne estéril e inócua. Não há recursos para todos os destaques, não é isso, Relator? V.Exa. não vai atender a nenhum destaque de nenhum Parlamentar, porque não há recurso, não é verdade? O Plenário tem de ser soberano. Apelo para V.Exa., em nome do bom andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Proponho aos autores dos destaques que os fizessem todos como indicação.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Já está o.k., Sr. Presidente. Não temos o que comunicar. Não há atendimento para nenhum destaque de nenhum Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Jovair Arantes, em seguida, os Deputados João Matos e Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, estou aqui até agora bem cordato, como o sou em qualquer outra oportunidade. Tenho, porém, a intenção clara, como disse o nobre Deputado Giovan-

ni Queiroz, do Pará, de defender os interesses do meu Estado.

Quando questionei o nobre Relator, que é meu amigo pessoal, do Estado de Tocantins — e fico feliz por ser S.Exa. a pessoa que pode dar essa explicação —, sobre a DRH, essa diferença de volume de dinheiro que entra com população, entendi de Goiás para o Tocantins, mas não de Goiás para o Espírito Santo e também não quanto à RIDE, que, comprovadamente pelo IBGE, é a região mais pobre. Em todos os índices de avaliação de pobreza do Brasil, comprova-se que a RIDE é o lugar mais pobre. De repente, a RIDE não foi levada em consideração aqui, o que não aconteceu em relação a lugares muito mais ricos e muito menos populosos. Não entendemos por que a RIDE, sendo a mais populosa e a mais pobre, está absolutamente condenada a morrer cada vez mais pobre, graças a esses critérios que estão sendo adotados.

Queremos levantar essa discussão. Desculpe-me, mas o Deputado Alberto Goldman é de São Paulo, é de um outro País, é do Primeiro Mundo. Nós somos de Goiás e sofremos com a pobreza que Brasília amontoou em torno de nosso Estado. Então, temos de discutir isso, sim. Claro que temos de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto se...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não entendi o que tem a ver uma coisa com a outra.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – É a fome que o povo dessa região passa e que São Paulo não passa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não entendi e continuo não entendendo qual é o problema, qual é a relação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Jovair Arantes, concorda V.Exa. em transformar o destaque em indicação?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Aí, tenho de voltar aos que eu já havia retirado e transformar todos em indicação. Sim, Sr. Presidente, transformamos tudo em indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto ao Deputado João Matos...

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Desculpe, Sr. Presidente, eu não estava atento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – ...se S.Exa. concorda em retirar o destaque para transformar em indicação ao Relator-Geral. V.Exa. retira, então, Deputado João Matos? *(Pausa.)*

Destaque nº 13.

Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de repetir algo que o nobre colega de Goiás já disse: os critérios estabelecidos, já informados pelo Relator Leomar Quintanilha, não me convencem. S.Exa. falou que um terço é pela população, um terço é inversamente proporcional ao índice de desenvolvimento e o outro terço é pelo número de emendas apresentadas na área que S.Exa. relatou.

Então, nós, representantes da Bahia, apresentamos apenas duas emendas: uma para Salvador e uma para todo o Estado da Bahia. Salvador tem 3 milhões de habitantes, o Estado da Bahia, 13 milhões. Na verdade, ele foi aquinhoado aqui com 19,5 milhões, enquanto outros Estados, muito menores e no mesmo nível de desenvolvimento baiano, foram muito melhor contemplados, como Sergipe, Ceará, Rio de Janeiro e outros.

Esclareço, portanto, que os critérios do Relator não me convencem. Segundo o Coordenador da bancada da Bahia, vamos manter os dois destaques, o de nº 74 e o de nº 75.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. não quer transformar em indicação?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Não. Continuam como destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, vamos à votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Vamos pedir verificação, Sr. Presidente. Quero avisar que vamos pedir verificação. Se o destaque do Deputado Eujácio Simões for rejeitado, vamos pedir verificação.

Aliás, pedi a palavra a V.Exa. na condição de Líder, mas V.Exa. não me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu ia conceder a palavra a V.Exa, mas estamos em processo de votação. Gostaria que V.Exa. tivesse um pouco de tolerância. Esgotado esse processo, passarei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Estou dizendo a V.Exa. que vamos pedir verificação. Essa é uma emenda da bancada da Bahia. Fizemos uma reunião com o Comitê, que não foi produtiva, pois verificamos que nada avança, porque eles não podem avançar.

Nessas condições, não podemos deixar que o processo do Orçamento ande. Parece-me que o melhor caminho seria suspender os trabalhos agora, e V.Exa. convocaria os Líderes para uma conversa, por-

que nós não poderemos continuar votando o Orçamento dessa forma.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Deputado José Carlos Aleluia, a Bahia não precisa de recursos. Pare de criar caso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 76, da bancada de São Paulo. O Deputado Eujácio Simões pediu o Destaque nº 76, mas S.Exa. é da bancada de São Paulo.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Os Destaques nºs 74 e 75 são de minha autoria.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Destaque nº 75 é do Deputado Jorge Khoury, que não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 75 é do Deputado Jorge Khoury, que está trabalhando no Comitê de Emendas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quero perguntar a V.Exa. o seguinte: o Destaque nº 74 refere-se à Emenda nº 71060012. Está cancelando o quê? Precisamos saber se está cancelada alguma coisa e se esse recurso de cancelamento existe, Sr. Presidente. Repito, Deputado Eujácio Simões: não se pode votar uma emenda se não há recurso para ela. Não se pode votar uma despesa não havendo recurso para ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos com um problema técnico aqui. Perguntei aos Parlamentares que destaques queriam separar. O Deputado Eujácio Simões, por engano, por duas vezes repetiu o de nº 76.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Eu disse: Destaques nºs 74 e 75, Sr. Presidente, e não Destaque nº 76.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 75 já foi votado.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, permita-me fazer uma sugestão. Não há o que discutir. Temos de juntar todos os destaques. O Relator deve posicionar-se, rejeitando ou não, e acabou-se. A votação ocorre naturalmente. O Relator rejeita, e pronto, acabou-se. Não há recurso? Não há recurso. Não há por que continuarmos uma discussão estéril. Sugiro a V.Exa. que coloque os destaques em votação. Isso pode.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, para que esta votação continuasse, fizemos uma reunião, presidida por V.Exa., buscando entendimento. Estranhamente, estou percebendo que a Oposição está se comportando de forma a colaborar com o andamento dos trabalhos. Entendo que, de forma legítima, alguns Deputados da base estão contestando. Tacitamente, ficou acertado que iríamos abrir mão dos destaques, indicando-os aos Relatores. O Presidente Aécio Neves prontificou-se a discutir o salário mínimo de R$ 220,00. Isso trouxe a base para debatermos aqui. Por isso a Oposição está deixando correr de forma tranqüila esta votação.

Penso que o mais interessante seria todos os Deputados considerarem o fato de que o Governo não abre mão e diz que não tem dinheiro, e foi o Governo que propôs a peça orçamentária. A bem do andamento dos trabalhos, é fundamental que o procedimento seja a indicação para, depois, cada bancada, cada Estado fazer sua intervenção junto ao Relator-Geral. Lamentavelmente, isso sobrou para nós, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Jovair Arantes não retira os destaques? *(Pausa.)*

No caso, em vez de o Destaque nº 75, o de nº 76 está rejeitado? Os Destaques nºs 74 e 75 estão mantidos pelo Deputado Eujácio Simões.

A Situação e a Oposição fizeram um acordo para votar as matérias hoje. Se a cada vez que o pleito pessoal for contrariado se pedir verificação, não vamos votar nunca. Que cada um assuma sua responsabilidade, peça verificação, derrube a reunião, e vamos votar o Orçamento na semana que vem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, evidentemente, o trabalho de V.Exa. nos tem ajudado e não quero atrapalhar, mas entendo que não podemos avançar com uma série de coisas inconsistentes no Orçamento. Temos de parar para conversar. Eu disse a V.Exa. que a reunião que tivemos foi extremamente difícil, não porque não tenha havido boa vontade, mas porque verificamos que nada vai mudar, e as distorções não podem ser consolidadas. V.Exa. tem conduzido esta Comissão com grande habilidade. A hora já está adiantada.

Assim, peço a V.Exa. que suspenda esta reunião e convoque uma reunião de Líderes para amanhã cedo. Se pedirmos verificação, a reunião vai cair, e votaremos na terça-feira.

Estou fazendo um apelo a V.Exa. — não é por intransigência. Ocorre que realmente os fatos estão se consolidando de tal modo que o Comitê está com as mãos amarradas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o Comitê de Emendas está fazendo sua parte. Na verdade, está ouvindo os pleitos das bancadas e terá, como todos os anos, a função de equilibrar o atendimento entre os Estados, evidentemente, na proporção da importância econômica, da malha viária, se for o caso de uma ação específica.

Todos os anos o Relator-Geral, auxiliado por colegas, tem esse trabalho para chegar a um relatório final que represente de fato o atendimento dos anseios dos Parlamentares desta Comissão e desta Casa.

A bancada da Bahia tem um membro participando do Comitê, o Deputado Jorge Khoury. Não vejo nenhuma dificuldade em continuarmos nosso trabalho. O Relator-Geral, efetivamente, com seus recursos, tem a função de equilibrar o atendimento das bancadas. Quanto aos relatórios setoriais, não podemos adivinhar o que cada Relator-Setorial vai atender em cada Estado para poder compensar ou não no seu. É natural que os resultados dos relatórios setoriais apresentem distorções. Para isso é que o Relator-Geral trabalha. Aliás, divulgou-se uma tabela que contém o atendimento de todos os Estados. Essa é uma informação que a Comissão disponibilizou.

Está aqui: "Emendas das bancadas estaduais apresentadas e aprovadas pelos Orçamentos de 1998 e 2001". Cada um pode analisar como seu Estado foi atendido e qual o valor que está sendo atendido agora. Aqui consta a diferença do ano anterior para o atual e a média de atendimento por emendas. Mais claro do que isso é impossível. Acredito que temos condições de continuar os trabalhos, que estão sendo feitos de forma...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado, onde encontro essa planilha?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Vou entregar esta a V.Exa., mas está disponível na Assessoria.

Sr. Presidente, o trabalho está absolutamente transparente. Faço um apelo ao Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. participou da reunião que permitiu o acordo para que continuássemos esta votação, que inclui avanços importantes, especialmente na área social, para o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento adicional do Líder Ricardo Barros.

Compreendi que o Comitê, juntamente com o Relator-Geral, tentará compensar as bancadas, mas existem muitas ações do Orçamento que envolvem mais de uma bancada, como as ações de âmbito nacional. Há uma que atende a sete bancadas. Neste caso, a quem vamos nos dirigir? Pensei que o Relator-Setorial pudesse resolver pelo menos as questões que não estão restritas a cada bancada. Tenho uma série de ações que ultrapassam as divisas de Estado. São ações regionais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Deputado Clementino Coelho, o Relator está à disposição para receber os sete coordenadores e tratar da matéria. Comprometo-me a agendar entre um Estado e outro. V.Exa. pode marcar o horário que melhor lhe aprouver amanhã. Reuniremos os coordenadores das sete bancadas. Vou acompanhá-los ao Relator-Geral.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES- Sr. Presidente, apóio a decisão do Deputado João Almeida. Vamos suspender os trabalhos. O Amapá se manifesta a favor da Bahia.

(Não identificado) – Sr. Presidente, nunca foi diferente. Sabemos que o Comitê está ouvindo exaustivamente bancada por bancada e com o referencial dos anos anteriores, o Comitê fará esse equilíbrio. É importante que esta reunião avance, para que questões maiores, questões de emendas nacionais, diferenciadas, que representam o anseio de cada bancada estadual, possam ser atendidas. Na verdade, serão atendidas as questões maiores, porque as questões de bancadas serão evidentemente contempladas, quando da reunião entre o Comitê de Emendas e as respectivas bancadas. Daí, a necessidade de avançarmos nesta reunião, até porque as questões levantadas aqui podem ser dirimidas, pois o Plenário é soberano para decidir que emendas atenderá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos prosseguir com a reunião. Há os Destaques nºs 74 e 75 a serem apreciados.

Passo a palavra ao Deputado Eujácio Simões, para que S.Exa. defenda os seus destaques.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Tendo em vista que há um entendimento conduzido pelo Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, para que haja uma reunião amanhã com os coordenadores, também fico sensibilizado e transformo os dois destaques em indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem de retirar os destaques. Retira, portanto, V.Exa. os destaques?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Retiro-os, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os Destaques nºs 74 e 75. Está terminado o Setor 10.

Parabéns ao Senador Quintanilha pelo brilhante trabalho executado!

Palmas para S.Exa.! *(Palmas.)*

Vamos ao próximo relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, muito a contragosto, não pude participar de muitos trabalhos aqui. Fui informado de que o relatório a seguir será sobre educação, e é um relatório pesado. Sugiro a V.Exa. deixarmos esse relatório e recomeçarmos amanhã com os que faltam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda é muito cedo, nobre Deputado. V.Exa. é jovem e forte, são apenas 22h. Vamos trabalhar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Lamentei muito não poder ter estado na companhia de todos aqui até 3h de hoje. Alegremente, lamentei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A noite é uma criança.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Então, já que a noite é criança, vamos a mais um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar o parecer favorável aos Destaques nºs 14 e 15. Ficou faltando votar, do Setor 10, a emenda individual do Deputado Paulo Mourão: remanejamento de valores entre emendas e sua autoria.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Está encerrado esse relatório.

Passamos ao setor da Educação e, logo após, ao da Saúde.

Convido o Deputado Gilmar Machado para vir à Mesa falar sobre os destaques. *(Pausa.)*

Com a palavra S.Exa.

(Não identificado) – Sr. Presidente, somente a título de informação: serão mais dois relatórios hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os que estiverem prontos vamos, dentro das nossas forças, apreciar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar — e já foi distribuído o relatório —, agradeço de forma especial ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, pelo fato de nos ter concedido pelo menos parte dos recursos, para que pudéssemos atender, no mínimo parcialmente, solicitações de algumas bancadas.

Recebemos 150 destaques. V.Exas. viram que, no relatório anterior, priorizamos algumas emendas estruturantes das Comissões. Neste relatório dos destaques, rejeitamos todas as emendas de Comissão, com exceção da área de ciência e tecnologia, que, no nosso entendimento, tem importante e fundamental emenda para a pesquisa. Entendíamos relevante serem melhorados os recursos, para que, pelo menos, voltássemos a ter os mesmos valores do Orçamento anterior.

Portanto, rejeitamos as emendas de Comissões, e todos os recursos que o Relator nos passou foram empregados para o atendimento de emendas de bancada. Agimos proporcionalmente a esses recursos, concentrando mais nas áreas de educação, turismo e desporto, em que houve maior número de emendas. Mantivemos o critério que utilizamos no relatório já aprovado, ou seja, procuramos exatamente garantir que os recursos fossem divididos proporcionalmente ao tamanho de cada bancada, tendo o número de estudantes nas universidades como critério prioritário.

Ainda estamos utilizando o remanejamento de 900 mil reais de recursos da Emenda nº 400, de 2002, de autoria da Comissão de Educação no Senado Federal, submetida a assistência ao educando do ensino de graduação. Uma vez que não atendemos a essa emenda, dentro da grande emenda da Comissão de Educação, a emenda da ANDIFES vai atender a esse subtítulo.

Quanto aos Destaques nºs 3, 4 e 5, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que tratam do remanejamento de valores entre emendas individuais, esses pleitos já estão sendo atendidos por força do Ofício nº 51, de 2000. Além disso, no parecer do Destaque nº 124, aprovado parcialmente, estamos acatando a solicitação de mudança de unidade orçamentária de 42.101 para 51.101, conforme apresentado originalmente na emenda, com a adequação da classificação funcional programática para a promoção do turismo sustentável local em Municípios e implantação do Projeto Monumenta, em Brasília.

Para ganharmos tempo, gostaria de iniciar imediatamente o debate. Antes porém, mais uma vez, agradeço ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, o apoio; à Assessoria, o trabalho, e às bancadas, o entendimento de manterem o critério que apontamos.

Vamos ao debate para ver se alguém gostaria de apresentar alguma modificação a ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Presidência solicita àqueles que querem votar algum destaque separadamente que anunciem sua intenção. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Gostaria de votar o Destaque nº 16.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 16.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Pela bancada do Centro-Oeste, Destaque nº 24.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Destaque nº 85.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Destaques nºs 100, 101 e 102.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um de cada vez.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Destaques nºs 82, 83 e 84.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Destaques nºs 119 e 120.

(Não identificado) – Sr. Presidente, eu perguntaria ao Relator se existe recurso ou não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Segundo o Relator, não.

(Não identificado) – Não existe mais recurso?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O recurso que o Relator me passou — V.Exas. podem ver o total — foi exatamente isso. Eu não tinha recurso. S.Exa. me passou esse valor, e eu fiz a distribuição, de acordo com os critérios da primeira votação que fizemos.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, pela bancada do Centro-Oeste, o Destaque nº 24, porque o Destaque nº 23 trata do mesmo tema.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, Destaque nºs 121 e 122.

(Não identificado) – Destaques nºs 100, 101 e 102, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaques nºs 100, 108 e 102?

(Não identificado) - Destaques nºs 100, 101 e 102.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito ao Plenário aquiescência, para que os destaques apresentados a esse setor sejam votados em globo, de acordo com o parecer do Relator e com a aquiescência do Plenário, ressalvados os Destaques nºs 16, 82, 83, 84, 85, 119, 120, 24, 121, 122, 100, 101, e 102.

(Não identificado) – E o Destaque nº 21 também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 21 também.

(Não identificado) – O Destaque nº 65 também, Sr. Presidente.

(Não identificado) – E os Destaques nºs 121 e 122.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já estão consignados os Destaques nºs 121 e 122.

(Não identificado) – E o Destaque nº 65, Sr. Presidente.

(Não identificado) – E os Destaques nºs 119 e 120, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E o Destaque nº 65. Os Destaques nºs 119 e 120 já estão consignados.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Qual, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 65, Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, peço os Destaques nºs 26 e 27, da bancada de Mato Grosso, para fazer uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E também os Destaques nºs 26 e 27.

Vou colocar em votação em globo os destaques aprovados parcialmente pelo Relator.

(Não identificado) – Porque são vários destaques, não é, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, antes de votarmos em globo os destaques, quero fazer uma indagação ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pois não, Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Quando discutimos aqui a feitura dos destaques, V.Exa. admitiu a possibilidade de estar transferindo os recursos que estão na rubrica nacional. Segundo sua

argumentação, esse teria sido um acordo com os reitores. Nós, da Região Centro-Oeste, fizemos uma emenda com o objetivo de atender à Universidade Federal de Mato Grosso e à de Mato Grosso do Sul. V.Exa. admitiu a possibilidade de agora acatá-la e fazer essa transferência de recursos da nacional para o atendimento da bancada do Centro-Oeste. O nosso objetivo, ao unirmos as duas bancadas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, foi o de atender especificamente às duas universidades, uma vez que, quanto aos repasses dos recursos nacionais, normalmente o Ministro não tem o critério de atender por número de alunos, tornando-se mais uma decisão política.

Quando as bancadas decidem fazer uma emenda regional, na verdade, o objetivo é o de atender a uma necessidade regional e não a uma questão nacional. Portanto, eu gostaria de saber se o Relator continua predisposto a fazê-lo e se concorda com isso, uma vez que estamos pedindo votação em separado dos destaques, até por de se ter a fonte. Depois de votarmos, não há mais como remanejar.

Peço, portanto, esclarecimento a esse respeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre o mesmo assunto, reforçando a argumentação.

A situação da bancada da Bahia é a mesma. Entendo que os Deputados tenham um poder alocativo. O Relator fez a opção de colocar os recursos nas mãos de outra organização. Dirijo apelo ao Relator no sentido de que S.Exa. atenda às bancadas que neste ano obtiveram menos recursos para suas universidades.

É muito bom que as bancadas passem a apoiar as suas universidades federais.

Apelo, portanto, para V.Exa. no sentido de que atenda a essas emendas, deslocando os recursos que foram colocados numa organização que não é acessível ao poder político e use esse instrumento em prol das universidades.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Informo ao nobre Deputado Welinton Fagundes que a emenda da bancada do Centro-Oeste foi atendida, assim como a bancada do Norte, com 2 milhões cada uma. Portanto, a emenda do Centro-Oeste agora está com 5 milhões, e não mais com 3 milhões. E ela foi atendida por meio do Destaque nº 144, apresentado pelo Deputado João Grandão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, vamos colocar em votação primeiramente os destaques com aprovação parcial do Relator.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, há 60 milhões que podem ser remanejados. Vamos atender às bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 1, do Deputado Wilson Braga; Destaque nº 2, Deputado Armando Abílio; Destaque nº 6; Deputado Paulo Mourão; Destaque nº 8, Senador Romero Jucá; Destaque nº 12, Deputado Carlito Merss; Destaque nº 13, Deputado Orlando Desconsi; Destaque nº 14, Deputado Orlando Desconsi; Destaque nº 15, Deputado Antônio Carlos Konder Reis; Destaques nºs 17, 18 e 19, Deputado Márcio Reinaldo; Destaque nº 21, Deputado Márcio Reinaldo; Destaques nºs 23 e 24, Deputado Welinton Fagundes; Destaque nº 25, Senador Jonas Pinheiro; Destaque nº 26, Senador Carlos Bezerra; Destaque nº 27, Deputado Ricarte de Freitas; Destaques nºs 29, 30, 31 e 32; Deputado Giovanni Queiroz; Destaque nº 34, Senadora Marluce Pinto; Destaque nº 40, *(ininteligível);* Destaques nºs 42, 43, 45 e 47, Deputado Narcio Rodrigues; Destaques nºs 56, 57 e 58, Deputado Átila Lins; Destaque nº 59, Deputado Jorge Bittar; Destaque nºs 62, 64 Deputado Jorge Bittar; Destaque nº 65, Deputado Domiciano Cabral. O Deputado Domiciano Cabral tem já a aprovação parcial e está pedindo para votar separadamente? *(Pausa.)*

O Deputado Welinton Fagundes também já tem a aprovação parcial.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem aprovação parcial. V.Exa. e o Deputado Welinton pediram que se votasse separadamente. Os destaques, então, devem ser retirados da relação de aprovação parcial.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Não, Sr. Presidente. Mantenho o meu destaque ainda nesse critério que o Relator se comprometeu a atender. E S.Exa. atendeu parcialmente, com 2 milhões, o que entendemos ser muito pouco. Se tem 60 milhões na mão, S.Exa. poderia remanejar da Comissão na rubrica nacional e atender às bancadas. Afinal de contas, estamos aqui até altas horas da noite, defendendo nossos Estados, e é importante que a população dos nossos Estados saiba do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, há o risco de, retirando o destaque da lista de aprovação parcial, V.Exa. perder os 2 milhões que já foram dados.

O **SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES** – Sr. Presidente, apenas o manterei na mesma linha empregada pelo Relator na reunião passada. S.Exa.,

em tendo a sensibilidade do Plenário, o acataria. Não se trata de confronto, mas de compromisso feito antes.

Peço o apoiamento de toda a Comissão, porque foi feito esse acordo e houve, por parte do Relator, predisposição de atender. Se houvesse o acordo da Comissão, S.Exa. o acataria. Portanto, não é confronto, repito, apenas gostaria de ser atendido.

(Não identificado) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto se V.Exa. quer manter seu destaque na lista de aprovação parcial ou se quer retirá-lo.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Mantenho o destaque, porque não estou observando, até aqui, por parte da Comissão, manifestações contrárias. Observo, por parte de Lideranças maiores, a vontade de atender a esse destaque, para que possamos aumentar o valor a ser destinado. Por isso, mantenho-o. Não quero, entretanto, prejudicar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O problema é que, saindo da relação de aprovação parcial, ele perde os 2 milhões que já tem. E, se não for aprovado, corre o risco de perder o recurso.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Não sei se é possível fazer uma prévia consulta à Comissão, mas quero deixar bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o processo de votação regimental.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Gostaria de obter o apoiamento da Comissão, porque vamos colocar em votação. Então, obviamente o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. retira o destaque da relação de aprovação parcial?

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Se eu o retirar, não poderá ser votado. Quero manter a votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Solicito apenas trinta segundos para me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – A posição da bancada da Bahia é idêntica à posição do Deputado Welinton Fagundes. Entramos com dois destaques que estão na mesma situação. Pelo que me parece, o nosso teve um acréscimo de 1 milhão de reais. Gostaria de confirmar isso.

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Um de um e outro de outro. Veja bem: são dois pesos e duas medidas. Gosto muito do meu companheiro e amigo Welinton Fagundes, mas a Universidade Federal da Bahia tem dez vezes mais alunos que a Universidade Federal do Estado de S.Exa.

Caro Relator, queremos ajudar V.Exa. Foram aprovadas muito poucas emendas para as universidades. V.Exa. acabou de dizer-me que há 5 milhões para a Universidade Federal da Bahia no bojo global. Tire esses 5 milhões que V.Exa. tem e inclua na nossa emenda de bancada. Concordamos plenamente com isso. E lá V.Exa. diz que o da Bahia já está na emenda de bancada da Bahia.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Deputado João Leão, há mais 60 milhões na emenda de Comissão, e S.Exa. admitiu a possibilidade de remanejá-los.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É por isso que se pode atender da mesma maneira a Universidade Federal da Bahia.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Informo ao nobre Deputado João Leão a razão da diferença entre o valor destinado à Universidade da Bahia e o constante do destaque feito pelo Deputado Welinton Fagundes. A proposta de S.Exa., Deputado, é de bancada regional, não é só do Estado de Mato Grosso. É do Estado de Mato Grosso mais Mato Grosso do Sul. A bancada regional, evidentemente, tem de ser atendida com maior valor do que o de emendas estaduais.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Ao contrário, meu caro Relator, a tradição...

(Não identificado) – Então, está prejudicada, porque regional não pode ser por Estado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - ...nesta Comissão é a de que as emendas de bancada estadual tenham valor superior às emendas de bancada regionais.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Vamos somar as forças de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da Bahia. Vamos somar forças, Deputado, porque há recursos para remanejar.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Quero que V.Exa. atenda às emendas de bancada, tanto a dele como a nossa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Estamos atendendo. Não consigo entender essa lógica. Como vou atender a uma bancada regional que tem cinco ou seis Estados e dar maior valor para um Estado sozinho? Sou contrário à lógica do nobre Deputado. Posso até ser derrotado, mas não entendo essa lógica.

A Universidade Federal da Bahia, nos dois últimos anos, recebeu 4,5 milhões e 4,8 milhões. Um Relator do PFL, que tinha 698 milhões ano passado, deu à Bahia 4,5 milhões. Com 450 milhões, estamos dando 5 milhões à Bahia. Pergunto: estamos atendendo a esse Estado de forma melhor ou pior? Essa é a lógica que o Deputado está fazendo

(Intervenções simultâneas ininteligíveis).

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Mas V.Exa. está...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis).

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Então, precisamos resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos falar um de cada vez.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Faço um apelo aos nobres Deputados. A emenda da universidade — e já havia explicado isso ontem — foi aprovada no Relatório Geral. Há recurso para a CAPES, para a compra de periódicos, para todos os cursos de graduação e de pós-graduação no País, o que é fundamental e não podemos parar. V.Exas. viram o relatório, que é concreto. Temos um povo que não lê. Estamos colocando dinheiro para garantir à CAPES os periódicos nas nossas universidades para os cursos de graduação e pós-graduação.

Além disso, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis fez uma proposta — e a acolhemos — para garantir recursos para a UniRede fazer a formação de professores a distância. Esta é a questão que estamos discutindo. Lá não há só distribuição para universidade.

Fizemos um programa fundamental para o desenvolvimento do País. Se os nobres Deputados julgam que isso não tem valor, particularmente retiro. Se me derrotarem, para mim não há problema, modificamos. Mas quero avisar que vamos prejudicar a formação a distância dos professores por meio da UniRede e dos periódicos. Se os nobres Deputados entendem que isso é melhor, faço o relatório que a Comissão definir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Discussão encerrada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, gostaria de usar a palavra para encerrar minha participação rápida e objetivamente.

Sr. Relator, a bancada da Bahia deixou de apresentar uma emenda de bancada voltada para a seca e para os problemas do semi-árido, para apresentar uma emenda de bancada voltada para a Universidade Federal do Estado. V.Exa. está falando em computação, nisso, naquilo. Queremos reformar nossa Universidade, porque os alunos não têm condições de estudar em suas salas. O nosso objetivo é o de que esses recursos saiam por meio da emenda de bancada, e, lá, o reitor definirá onde os alocará. Os prédios da Universidade Federal da Bahia estão caindo. O nosso objetivo é consertar isso.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem e a atenção do Sr. Relator.

Entendo as nobres razões que levam o Deputado Leão a desejar mais recursos para a Universidade da Bahia. Na verdade, todas as universidades brasileiras estão em situação precária. O cobertor está curto. Lamentavelmente, nos últimos anos, os investimentos, os gastos em custeio e manutenção das universidades federais têm ficado muito aquém das necessidades reais. Reconheço que a Universidade da Bahia precisa de reforma. Convido, porém, o Deputado Leão a visitar a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior do Brasil em termos de instalações, que se encontra em caráter verdadeiramente precário.

Recentemente, junto com o Deputado Marcio Fortes, do PSDB, fui a essa universidade, mais precisamente à Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia — COPPE, um centro de excelência. Lá, ouvimos dos pesquisadores o seguinte apelo: "Deputados, pelo amor de Deus, interfiram no sentido de que sejam alocados mais recursos para a Universidade, porque temos goteiras, temos problemas estruturais nos nossos prédios". Isso é verdade.

O Relator alocou recursos no programa nacional de forma equilibrada, seja para custeio, manutenção das universidades, seja para investimentos, S.Exa. atendeu à demanda da ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que estabelece critérios para a alocação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. que conclua, Deputado, pois o momento não é para discursar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, não estou discursando, estou informando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero concluir o processo de votação.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Desejo concluir também, Sr. Presidente, V.Exa. tem de ter um pouco de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. está usando a palavra anti-regimentalmente.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Desculpe-me V.Exa., mas não fui o único que assim a utilizou. Desejo concluir minha exposição, Presidente, V.Exa. não pode agir dessa forma. Tenho ouvido todos aqui calado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Estamos em processo de votação, e quero concluí-lo.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Também tenho o direito de fazer uso da palavra. Por que outros Parlamentares têm esse direito e eu não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas V.Exa. está usando a palavra anti-regimentalmente.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – É que V.Exa., de vez em quando, resolve ganhar no grito, e não é assim que um Presidente deve agir, acredito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, senhor, no grito, não. Estou usando o Regimento.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Tenho todo respeito e consideração por V.Exa., mas V.Exa. não pode impedir-me de fazer uso da palavra, Sr. Presidente. Peço desculpas por ter-me exaltado.

Para concluir, considero correta a postura do Deputado Gilmar Machado, porque S.Exa. pensa de maneira ampla no problema das nossas universidades. Na minha opinião, deveríamos reivindicar uma indicação, para que o Relator-Geral, na medida das possibilidades, amplie os recursos para manutenção e custeio do programa nacional. Dessa forma, estaremos atendendo ao conjunto das universidades brasileiras de forma equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos prosseguir a votação dos pareceres parcialmente favoráveis aos destaques. Vou tirar da lista os de nºs 21, 24, 26 e 27.

(Não identificado) - Sr. Presidente, mantenho meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Também estão fora os de nºs 65, 66, 67, 68, 69, do Deputado João Almeida; 70, 71 e 72, do Deputado Anivaldo Vale; 73,74 e 75, do Deputado Waldemir Moka; 76, 77, e 78, do Deputado Gonzaga Patriota; 86, 87, 88, 89, 90, do Deputado Paulo Kobayashi; 92, 93, do Deputado Pedro Novais; de 94 a 99, do Deputado Airton Dipp; 103 e 104, da Deputada Laura Carneiro; 105, do Deputado Welinton Fagundes; 106, do Deputado Luciano Castro; 107, do Deputado José Borba; 108, do Deputado Nelson Meurer; 109 e 110, do Deputado João Coser; 112, 113 e 114, do Senador Lúcio Alcântara; 115, do Deputado Olavo Calheiros; 116, 117 e 118, do Deputado Clementino Coelho; 123, do Senador Tião Viana; 124, do Deputado Lael Varella;

(Não identificado) - Sr. Presidente, preciso entender o que V.Exa. está fazendo. E acredito que ninguém o saiba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nºs 125, 126, do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 121 e 122.

(Não identificado) – Preciso saber o que está ocorrendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esses são os destaques com parecer do Relator pela aprovação parcial, que serão votados em bloco.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaques nºs 128, 130, 131, do Deputado Orlando Desconsi; 133, do Senador Tião Viana; 135, do Senador Nabor Júnior; 137, do Deputado Almir Sá; 138, do Deputado Dr. Rosinha; 139, do Senador Leomar Quintanilha; 140, do Deputado Orlando Desconsi; 141 e 142, do Deputado João Grandão; 143, do Deputado Ricardo Barros; 144, do Deputado João Grandão; 146 e147, do Deputado Darcísio Perondi.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, porque não ouvi V.Exa.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis*.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - As minhas emendas de nºs 29, 30, 31 e 32 foram aprovadas parcialmente, e não ouvi V.Exa. mencioná-las

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foram lidas. V.Exa. não prestou atenção. Foram as primeiras a serem lidas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Foram lidas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Foram lidas todas as aprovadas parcialmente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há palavra pela ordem, pois estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Pedimos antes, mas V.Exa. não nos deu a palavra, Sr. Presidente. Já aconteceu de eu ficar aqui duas horas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Depois do processo de votação, darei a palavra a V.Exa.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Não tem nada aprovado, Sr. Presidente. Temos de pedir verificação de **quorum**. Na votação do outro relatório, o Senador Leomar Quintanilha pediu a palavra várias vezes, e V.Exa. não a concedeu. Também pedi a palavra várias vezes para levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos em processo de votação, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Pedi a palavra antes do início do processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. quer falar pela ordem agora?

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Queria levantar uma questão de ordem, antes, quando comecei a pedir a palavra. O autor da emenda do Destaque nº 115 não está presente, portanto, o destaque está prejudicado. Antes de V.Exa. começar a votação, pedi a palavra, mas V.Exa. não nos dá chance de falar. Talvez seja necessário ficar vermelho como o Deputado, gritar ou subir na mesa. Da próxima vez, vou pedir a palavra para uma questão de ordem dessa maneira.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, não retirei o Destaque nº 24. V.Exa. o leu, mas eu não o retirei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Houve um acordo firmado hoje, na Liderança do Governo, com todos os Líderes, e os destaques que receberam parecer favorável parcialmente foram votados em globo. Portanto, não há que se discutir mais a matéria.

Vamos agora discutir e votar em globo os destaques rejeitados pelo Relator-Setorial.

Vou enumerar os destaques rejeitados, ressalvados aqueles...

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Houve um problema. O Destaque nº 58 foi considerado aprovado parcialmente, sob o argumento de que ele tinha os mesmos termos do Destaque nº 56, mas fomos verificar, e isso não é verdadeiro. É um outro destaque correspondente a recursos para o ensino médio no Amazonas, e esse fato já foi comunicado ao Relator. Queríamos que fosse feita uma retificação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Gostaria de confirmar, nobre Deputado, que realmente o argumento procede. Pedimos a aprovação parcial e vamos fazer, então, o acréscimo...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – V.Exa. não vai responder a questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - ...a retificação, garantindo 703 mil reais para essa emenda, no destaque do nobre Deputado Átila.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Agradeço ao Presidente e ao Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Vamos, portanto, fazer a indicação para o Relator proceder à complementação, para não quebrar a estrutura que tínhamos feito. Peço desculpas ao nobre Deputado, mas a correção já foi feita.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação, porque também é parcialmente aprovado pelo Relator, o que S.Exa. está consertando agora.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado parcialmente o Destaque nº 58, do Deputado Átila Lins.

Votaremos agora os destaques rejeitados pelo Relator, ressalvados os destaques para votação em separado. *(Pausa.)*

(**Não identificado**) – É favorável?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Os que foram pedidos para votação em separado estão ressalvados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Destaques rejeitados pelo Relator.

São eles: Destaques nºs 16 e 20, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira; Destaque nº 28, do Senador Mozarildo Cavalcanti; Destaque nº 33, do Deputado Giovanni Queiroz; Destaque nº 41, do Deputado Narcio Rodrigues; Destaque nº 129, do Deputado Orlando Desconsi; Destaques nºs 7, 9, 10 e 11, do Senador Romero Jucá; Destaque nº 22, do Deputado Gonzaga Patriota; Destaques nºs 35, 36, 37, 38 e 39, da Senadora Marluce Pinto; Destaques nºs 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55, do Deputado Narcio Rodrigues; Destaques nºs 60, 61 e 63, do Deputado Jorge Bittar; Destaque nº 79, do Deputado Santos Filho; Destaque nº 80, do Deputado Aracely de Paula; Destaque nº 81, do Deputado Nelson Meurer; Destaque nº 91, do Deputado Roberto Balestra; Destaque nº 111, do Senador Lúcio Alcântara; Destaques nºs 132 e134, do Senador Tião Viana; Destaque nº 136, do Deputado Milton Monti; Destaques nºs 148, 149 e 150, do Deputado Santos Filho.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator, rejeitando os destaques permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitados na Câmara dos Deputados, não vão ao Senado.

O Destaque nº 145, do Deputado Ricardo Barros, foi prejudicado por não ser matéria desta relatoria.

Em votação os destaques em separado.

O primeiro é o Destaque nº 16, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira encontra-se presente, mas está no Comitê de Emendas. S.Exa. pediu-me que apresentasse a matéria em seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. falará sobre os dois destaques, o de nº 16 e o de nº 21?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, agradeço ao colega, mas posso falar agora sobre meus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um momento, nobre Deputado.

Acontecerá, nesta relatoria, o mesmo problema que nas anteriores: o Relator está com a burra vazia; não tem um tostão. Só poderá atender a casos de remanejamento de recursos, não de acréscimo.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, neste caso, não é.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Proponho aos Srs. Deputados que adotem o mesmo procedimento das relatorias anteriores: desistam dos destaques, para que sejam encaminhados como indicação ao Relator-Geral, a fim de ganharmos tempo.

(**Não identificado**) – Sr. Presidente, esse destaque é bom porque é grátis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, meu destaque se refere à Emenda de Bancada nº 7114003, que assegura recursos para as entidades de ensino superior do Estado de Minas Gerais.

O Relator, talvez por orientação técnica, consolidou toda essa aplicação em universidades federais. A bancada identifica, claramente, uma parcela para atender a universidades estaduais como a Universidade de Minas Gerais; a UNIMONTES — Universidade de Montes Claros, e também às federais.

Nosso apelo é no sentido de que o Relator, com o apoio da área técnica, encontre os caminhos normais, para que possamos, na modalidade própria, destinar dois terços dos recursos destacados para as universidades federais e um terço para as estaduais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Peço ao nobre Deputado que apresente a nota; de acordo com ela, acolheremos o destaque de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Muito obrigado, Sr. Relator.

(**Não identificado**) – Sr. Presidente, o próximo destaque será o meu.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – (*Início inaudível*.) destaques apresentados pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os dois destaques?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, o parecer é favorável aos Destaques nºs 16 e 21.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, V.Exa. está colocando em votação o Destaque nº 16?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E também o Destaque nº 21.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, foi feita alguma mudança. Não são propriamente os Destaques nºs 16 e 21 que estão sendo votados.

Peço que o Relator explique o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Márcio Reinaldo Moreira, V.Exa. desiste do Destaque nº 21?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, levantei o Destaque nº 21 indevidamente.

O Deputado Márcio Reinaldo Moreira encontrava-se no Comitê, e, para preservar S.Exa., cometi esse deslize. Não foi o colega que relacionou o destaque; fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, V.Exa. desiste do Destaque nº 21?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, retiro o Destaque nº 21. Eu o relacionei indevidamente, mas percebi que já havia sido acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 21 é de autoria do Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Só S.Exa. pode retirá-lo.

Deputado, V.Exa. retira o destaque?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação, na Câmara dos Deputados, o Destaque nº 16.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Um momento, Sr. Presidente.

A Emenda nº 16 pede a aprovação de 100 milhões de reais, em vez de 4 milhões. O Relator a acolhe?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Estou atendendo somente à modificação que o Deputado propôs, no sentido de que parte dos recursos seja destinada às universidades federais. S.Exa. apresentou a nota técnica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, não é a Emenda nº 16; seria a 16-A.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – É o Destaque nº 16.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Seria uma 16-M, modificada.

Sr. Presidente, é bom que esses aspectos fiquem claros.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não é em termos de valor. O Deputado propõe apenas uma mudança de redação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Perfeito. É o que eu queria deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o Destaque nº 16.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Destaques nºs 24, 26 e 27, do Deputado Welinton Fagundes.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma correção. Somando-se o valor de 48,8 milhões de reais aos 2,2 milhões atendidos, ultrapassa-se o valor da emenda. Portanto, seria melhor substituir o Destaque nº 26, já aprovado, pelo de nº 27, apenas para não haver problema técnico posteriormente.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, na condição de mato-grossense e autor do destaque, que examine o assunto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, não compreendi. Não há valor estabelecido; quero chegar ao que a bancada solicitou.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Não se trata disso.

Há apenas um erro técnico. No Destaque nº 26, se V.Exa. somar 48,8 milhões de reais aos 2,2 milhões de reais atendidos, atingirá o valor de 51 milhões de reais, valor maior que o da emenda.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não estou atendendo aos 48 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Estou querendo corrigir um erro técnico.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Nobre Deputado, V.Exa. pode verificar que, na Emenda nº 48, o Destaque nº 26, apresentado pelo Senador Carlos Bezerra, foi aprovado parcialmente, no valor de 640 mil reais.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, para não haver problema técnico depois, vale a pena examinar o assunto. O valor do destaque é limitado ao da emenda, somando-se os dois.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, no que se refere à questão apresentada pelo nobre Deputado, não estou incorrendo em erro, uma vez que estou concedendo valor menor que o solicitado por S.Exa.

A norma estabelece que não posso atender a valor superior ao da emenda. Não estou fazendo isso; então, tecnicamente, estou correto.

Em minha avaliação, devemos aprovar o destaque do Senador Carlos Bezerra.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, retiro esse destaque, mantendo apenas o Destaque nº 24.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O destaque com valor não pode ser retirado. Será votado como está.

V.Exa. pode retirar o Destaque nº 24.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Das universidades?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 24 foi atendido no destaque do Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Exatamente.

Houve um acordo no sentido de que, caso houvesse a concordância do Plenário, o Relator remanejaria recursos da emenda de Comissão, na Rubrica 90, da ordem de 60 milhões de reais, para atender à emenda regional.

Observo, mais uma vez, que não se trata de confronto; é de acordo com a palavra do Relator e a concordância do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A bancada da Bahia aprova o destaque do Deputado Welinton Fagundes.

(**Não identificado**) - Sr. Presidente, apelo para o bom senso do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só um minuto.

Nobre Deputado Welinton Fagundes, o relatório já foi aprovado pela Comissão. Em função disso, não pode ser alterado.

Portanto, apesar de o preço de V.Exa. ser o mais justo — o Relator está pesaroso por não poder atendê-lo —, tecnicamente é impossível modificar os valores alocados.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, V.Exa. é do Estado de Mato Grosso.

Na verdade, houve um compromisso do Relator, se houvesse a concordância do Plenário. Não vou confrontar S.Exa., principalmente na questão técnica, porque não quero prejudicar os trabalhos.

Queremos que as Universidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul sejam atendidas, até porque houve a preocupação das duas bancadas e um acordo com os representantes da Região Centro-Oeste nesse sentido. Poderíamos muito bem apresentar emendas para questões de infra-estrutura e outras tantas necessidades de nossos Estados-irmãos.

Se deixarmos que o Ministro defina a destinação dos recursos, eles certamente não irão para os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, porque não tem sido essa realidade nos anos anteriores. O colegiado de reitores não está presente; quem tem assento na Casa somos nós, Parlamentares. Portanto, é uma questão política. Influências externas não podem ter preponderância sobre nosso exaustivo trabalho no sentido de priorizar as universidades.

Por conseguinte, como se trata de questão técnica, requeiro ao Presidente que encaminhe minha solicitação ao Relator-Geral, com o compromisso de também interferir junto a S.Exa. para que a emenda seja atendida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou usar todo meu sangue, força e energia para ajudar V.Exa. nessa empreitada. Teremos êxito.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Esse sangue azul será, com certeza, de peso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Então, vamos votar apenas o Destaque nº 26, cujo

parecer é favorável, com recursos da ordem de 640 mil.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

(*Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Deputado Welinton Fagundes retira o Destaque nº 27.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, antes de encerrar a votação do relatório setorial, quero obter uma informação plausível.

Não posso compreender que vários destaques parcialmente aprovados tenham acréscimo zero, já que não se referem a cancelamento. No mínimo, eles seriam prejudicados.

Peço que essas correções sejam feitas, para que não se altere o que é consenso na nomenclatura orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É possível explicar.

Os destaques foram atendidos parcialmente em outra emenda. Em cada um está escrito que se refere à mesma emenda e que foi atendido com determinado destaque.

Essa é a técnica que adotamos, mas podemos acolher a sugestão de V.Exa.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis*.)

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Então, há um prejuízo para os demais.

Os outros são atendidos; esses são todos prejudicados, porque não se pode atendê-los de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Os destaques parcialmente aprovados ficam prejudicados.

Destaque nº 65, de autoria do Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, retiro o destaque, para não prejudicar o já atendido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. o retira para indicação.

Destaque nº 85, de autoria da Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Sr. Presidente, vou retirar meu destaque, para tentar obter recursos junto ao Relator-Geral.

Apesar de ter procurado V.Exa., Sr. Relator, seguidas vezes, conversado exaustivamente e defendido a necessidade do acréscimo da emenda de bancada para atender a todos os Municípios do nosso Estado — cuja população é composta, em grande parte, por jovens, que enfrentam riscos decorrentes do uso de drogas e do narcotráfico —, não obtive um centavo sequer.

Minha pergunta é a seguinte: qual foi o critério adotado por V.Exa. para não atender ao Destaque nº 85, de minha autoria, e colocar nele a observação "Aprovado parcialmente, nos termos do Destaque nº 133"? O critério foi de ordem numérica ou partidária? Observei que vários colegas da mesma bancada tinham seus destaques preteridos em benefício de outros, por coincidência sempre do partido de V.Exa.

Não quero ser antipática nem desagradável, mas estou trabalhando muito nesta Comissão. Quando houver convergência de destaques da mesma bancada e interesse em acatar o do colega de partido, sugiro que, pelo menos, se divida um com o outro. O Deputado Welinton Fagundes, por exemplo, apresentou destaque que V.Exa. atendeu no do colega João Grandão.

Nada tenho contra essa decisão, tampouco contra o Senador Tião Viana, autor do Destaque nº 133. Quero apenas entender o critério adotado, porque meu destaque foi apresentado antes. Por que não dividir?

Meu trabalho tem de ser respeitado. Estou aqui há noites seguidas, como sempre estive, anos a fio. Queremos ter a satisfação de dizer: "Obtive um real, da Comissão de Orçamento, para o meu povo". Entretanto, obtive zero e não vejo motivo para que não tenha sido contemplado o destaque que apresentei.

V.Exa. poderia, pelo menos, ter dividido um pouco, como aconteceu no ano passado. Na ocasião, o colega de bancada Deputado Ildefonço Cordeiro, meu conterrâneo, apresentou pedido de destaque na área de saúde, como eu. Eu obtive 2 milhões de reais, mas ele não conseguiu um tostão. Ao notar o cons-

trangimento de S.Exa., pedi ao Relator que considerasse a divisão daquele destaque, apenas para que o Deputado pudesse chegar a Cruzeiro do Sul e dizer que havia lutado por recursos e sido vitorioso. Não custa nada respeitar o trabalho das pessoas.

Peço a V.Exa. que me perdoe, mas sou franca e até agressiva quando necessário. Essa injustiça me dói, pois vejo que os colegas se esforçam e dão o melhor de si para defender os interesses de seus Estados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. mantém o destaque?

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Retiro e quero falar com o Relator.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Que se faça a indicação para o Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para responder à Deputada Zila Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nenhum Parlamentar pode afirmar que privilegiei um ou outro colega.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Quero saber apenas se o Destaque nº 85 vem antes ou depois do nº 133.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Esse não foi o critério utilizado.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Qual foi, então? O partidário?

Esse é o critério regimental. V.Exa. deveria ter aprovado parcialmente o destaque do Senador Tião Viana, com essa explicação, e o meu, ou, então, dividido recursos entre ambos.

Considero incorreta a decisão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Se o Relator não puder definir os critérios, não pode ser Relator.

Quanto aos recursos que recebi, nenhuma bancada foi preterida em relação a outra. V.Exa. pode fazer as contas e verificar que não privilegiei nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Não estou me referindo a bancadas, mas a colegas de bancada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - A forma como V.Exa. argumentou leva a crer que estou privilegiando um em detrimento de outro.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Vou fazer um levantamento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Faço questão de que todos assim procedam, para verificar se houve algum privilégio, inclusive à minha bancada, de Minas Gerais.

O critério utilizado foi o de atender aos Parlamentares que estiveram presentes na discussão do Orçamento. Primeiro, as bancadas se reuniram; depois, os coordenadores. Dei preferência a estes e aos que me procuraram para conversar.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Aos que conversaram primeiro com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Eu já havia conversado há muito tempo.

Esse critério não me convence. Não o aceito.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Esse é o meu critério.

Se V.Exa. não concorda, pode votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está encerrado o assunto.

Destaques nºs 82, 83 e 84, de autoria do Deputado Pedro Celso.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o trabalho do Relator, Deputado Gilmar Machado, que se dedica sobretudo às áreas da educação e da cultura, e agradecer a S.Exa. o atendimento parcial aos destaques que apresentamos.

Há anos a bancada do Distrito Federal vem perseguindo melhorias, por exemplo, para o Centro de Convenções do Distrito Federal. Lembrava-me, com propriedade, o Deputado Gonzaga Patriota, que esse Centro é utilizado por toda a população brasileira para a realização de congressos e encontros — o brasiliense é o que menos se utiliza desse espaço.

Em que pese ao Relator ter acatado parcialmente nosso pedido, os recursos ficaram muito aquém dos necessários para investimento nas áreas de esporte, cultura, turismo e geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Sabemos das enormes limitações financeiras e da pequena margem de manobra de que V.Exa. dispôs para atender a todas as emendas de destaque, mas os valores apresentados, infelizmente, não atendem ao pleito da nossa bancada. Portanto, apelo para V.Exa. no sentido de que os amplie, se possível. Caso contrário, faremos indicação ao Relator-Geral nesse sentido.

Desde que cheguei a esta Casa, lutamos por essas reivindicações. Não vamos desistir até conseguir ampliar o Estádio Bezerrão, melhorar o Centro de Convenções e implantar o Projeto Monumento no Distrito Federal, com a construção do Museu da República, entre outras medidas.

É o apelo que fazemos para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Pedro Celso, o Relator já disse que não tem recursos.

Se V.Exa. quiser que haja indicação, tem de desistir do destaque.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Quero explicar ao nobre Deputado que Brasília recebeu o mesmo valor que outros Estados com oito Parlamentares. O critério foi este: tamanho de bancada, de universidades e outros.

Se V.Exa. examinar todos os Estados com oito Parlamentares, verificará que o valor é o mesmo. Foi esse o critério definido pela Comissão. Pode não ser o mais justo, mas buscamos equilíbrio entre as bancadas.

Não há como aumentar os recursos, mas posso fazer uma indicação ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado, V.Exa. não pode retirar os destaques, porque têm valores; senão, V.Exa. perderá os recursos — 640 mil cada.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - Então, eu os mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos colocá-los em votação, com o parecer do Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - Sr. Presidente, mantemos os valores parcialmente acatados e solicitamos ao Sr. Relator que, no diálogo com o Relator- Geral, tente a ampliação de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mas temos de colocá-los em votação, porque ainda não foram votados pelo Plenário.

Em votação os Destaques nº 82, 83 e 84, com parecer parcialmente favorável do Relator.

Em votação na Câmara.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

Em votação no Senado.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

Destaques nº 100, 101 e 102, do Deputado João Caldas.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, Sr. Relator, na qualidade de Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Turismo — presidida pela Deputada Nair Xavier Lobo —, apresentamos três destaques de emenda de Comissão para dotar de infra-estrutura o turismo rural, que está crescendo no Brasil.

O Relator Gilmar Machado considerou que não deveria atender às emendas de Comissão, porque as de bancada têm apelo muito maior. Não vou discutir essa decisão, mas peço a S.Exa. que destine recursos para a emenda da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que, apesar de sua relevância, não foi atendida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, esclareço ao Deputado João Caldas que todas as emendas referentes ao turismo, inclusive as três de Comissão que V.Exa. pretendia reforçar, já haviam sido aprovadas no relatório inicial, quando as priorizamos.

Portanto, as três emendas da Comissão de Economia, Indústria e Comércio receberam recursos, inclusive, com valores expressivos para divulgação e promoção do Brasil internamente e no Exterior. Além disso, todos os Municípios que solicitaram recursos para o desenvolvimento e promoção do turismo foram contemplados com valores que considero, dentro da limitação que tínhamos, significativos. As três emendas somaram 17 milhões. Trata-se de valor considerável, que a área do turismo não recebeu nos anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Parecer contrário do Sr. Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, já que V.Exa. abriu exceções anteriormente, gostaria de saber do Relator se poderíamos, como fizeram alguns Deputados, transformar os Destaques nºs 100, 101 e 102 em indicações, para discussão posterior.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Desde que V.Exa. retire os destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, com certeza, mas quero conversar com o Relator para abrir um diálogo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, V.Exa. retira os Destaques nºs 100, 101 e 102.

Vamos para os Destaques nºs 119 e 120.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não entendo a posição do Relator. No relatório aprovado há uma emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia. S.Exa. já havia acatado 10 milhões e acatou mais 3 milhões. Passou para 13 milhões. Temos diversas emendas que são prioridades das bancadas. O subtítulo da emenda da bancada da Bahia é "Construção, ampliação, equipamento e melhoria da infra-estrutura do Campus da Universidade Federal da Bahia". Essa emenda abrange tudo que se pode fazer dentro de uma universidade. Gostaríamos que S.Exa. retirasse 5 milhões daquela emenda que foi alocada — sei que S.Exa. pode fazê-lo, porque já o fizemos muitas vezes. O relatório não foi totalmente aprovado. Falta aprovar os destaques, portanto. Isso só se dará no final, quando os destaques forem aprovados.

Meu caro Deputado, faço parte desta Comissão há cinco anos. O relatório de V.Exa. será votado após a votação do último destaque. Até lá, V.Exa. poderá fazer o que bem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado João Leão, para não perdermos energia, é tecnicamente impossível. O Relator tem razão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos lutar juntos para transformar isso em indicação, porque, tecnicamente, é impossível. O Relator tem razão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Meu caro Presidente, S.Exa. dispõe de 3 milhões aprovados numa emenda de Comissão que poderão ser retirados para serem acrescidos a seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mas já está aprovado, ele não pode mexer mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - A bancada da Bahia não aprovará o relatório final enquanto o Relator não resolver os problemas da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado João Leão, ninguém nesta Comissão tem o bom senso e a perspicácia de V.Exa. Vamos transformar essa indicação e lutar com o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Estou vendo que V.Exa. tem muito mais bom senso do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - S.Exa. não tem condições, tecnicamente, de alocar recursos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, há uma solução fácil. A mudança no substitutivo pode ser feita sem acarretar nenhum problema no relatório final.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O impresso para fazer as emendas diz o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mas não agora.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não agora, mas já quero resolver...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Por isso estou dizendo ao Deputado João Leão que transforme numa indicação, para que lutemos por ela.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Já que não se trata de um acréscimo de recurso, S.Exa. pode fazer o mesmo destaque no relatório geral. Na apresentação dos destaques, o item I refere-se à inclusão ou aumento de dotações. O item III fala em cancelamento de dotações, inclusive, os pontos 2 e 3 referem-se a cancelamento de dotações do substitutivo. Ele pode perfeitamente acrescentar de um lado e retirar do substitutivo. Não haverá aumento de despesa e nenhuma mudança.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eis o caminho, eis a luz, Deputado João Leão. Nosso Deputado iluminado está mostrando o caminho.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Nobre Presidente, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Para não perder tempo, vamos trabalhar no segundo turno.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Alguns companheiros do PT disseram que S.Exa. tem uma "laminha", que reservou...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mas se não deu para ninguém vai dar para V.Exa. agora?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não sei. Mas, então, S.Exa. vai devolver a "lama" no final do relató-

rio. O Deputado Rosinha está dizendo aqui que S.Exa. ainda dispõe de recursos. Corto minha barba se não tiver.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Deputado Dr. Rosinha tem aversão a dinheiro e aos possessivos: meu, teu, seu, nosso, vosso.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, em respeito a V.Exa. e ouvindo os companheiros do PT nesta Comissão, retiro meu destaque e o transformo em indicação, apesar de o Deputado Jorge Bittar ter levado 3 milhões para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Parabéns a V.Exa.

Foram retirados os Destaques nºs 119 e 120. Passemos ao último.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, gostaria de saber de V.Exa. se o que foi feito aqui será cumprido lá na frente, porque, pela segunda vez, não se está cumprindo. Se o Relator quisesse atender antes seria perfeitamente possível. Espero que V.Exa. e inclusive o Governo empenhem suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Welinton Fagundes, V.Exa. me perdoe, mas ninguém está garantindo nada aqui. Estamos apenas mostrando o caminho técnico. A decisão será do Relator-Geral. Trabalharemos junto a S.Exa. e ao Comitê que o assessora — vejo aqui o Deputado João Coser e outros — para que aportem recursos a esses pleitos. Mas não estamos garantindo que esses pleitos receberão recursos, até porque a competência para isso não é minha, mas do Relator-Geral e do comitê que o assessora.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, a partir do momento em que entregarmos esse relatório que estamos votando, ele passará a ser do Relator-Geral e todos os Parlamentares poderão alterá-lo por inteiro, como muito bem disse o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, tenho uma dúvida que gostaria que V.Exa. transformasse em questão de ordem. Se o meu destaque for votado e aprovado por esta Comissão, tiraremos esses recursos de qual banco?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tecnicamente, não há como tirar de banco algum.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Já retirei o meu destaque. Suponhamos que o Deputado Gerson Gabrielli tenha um destaque idêntico ao meu. Se S.Exa. o mantiver e se for votado, o que acontecerá?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Seria necessário averiguar a fonte da emenda. Pelo que sabemos, neste instante não há, por parte do Sub-Relator, qualquer condição de atender. Os recursos de que S.Exa. dispunha já foram distribuídos. Não há a mínima condição técnica para isso. Seria perda de tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gerson Gabrielli, último inscrito para falar sobre essa área temática.

S.Exa. defenderá os Destaques nºs 121 e 122. Espero que seja bem-sucedido.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, estamos fazendo um exercício de inutilidade. Se não há recurso, se não se pode votar um destaque, por que vamos continuar com esse processo de enganação? Temos de nos respeitar uns aos outros e não fazer papel de palhaço. Não é V.Exa. quem está fazendo. Estamos diante de uma situação inusitada, fazendo de conta que estamos votando. Mas estamos votando o que, se não há recurso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Gostaria de contraditar. Existem duas possibilidades de se votar, quando se quer fazer um acréscimo de recursos. A primeira possibilidade se dá quando o Relator ainda não esgotou os recursos de que dispõe. Ocorre freqüentemente, como vimos no ano passado, de Relatores-Setoriais chegarem à discussão com disponibilidade de recursos. A segunda se dá quando o destaque é feito indicando não só o acréscimo, mas também o cancelamento da dotação. Pode ser cancelado no substitutivo apresentado pelo Deputado Relator, desde que haja o cancelamento da dotação.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Ontem isso foi acordado com o Relator. S.Exa. fez o compromisso e disse que atenderia desta forma. Agora S.Exa. está dizendo que não vai atender.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O destaque tem de definir onde será feito o corte.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - O destaque foi feito com a indicação de retirada do recurso da Comissão, passando para a emenda de bancada.

(Não identificado) - Foi dito nesta Comissão que não se pode mexer no que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos ouvir o Deputado Gerson Gabrielli, o último a falar sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI - Sr. Presidente, se não há recurso, não adianta falar sobre o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado, faça apenas a indicação.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI - Sr. Presidente, gostaria de lembrar — sei que o Deputado Gilmar Machado presta muita atenção ao processo de educação — que a UFBA possui 285.413 metros quadrados de área edificada, distribuídos em diversos campi. Muitos possuem mais de 22 anos de construção e alguns são centenários. Trata-se de patrimônio de relativa grandeza, que exige programa continuado de manutenção. No entanto, os montantes repassados pelo MEC para a manutenção da UFBA não estão sendo suficientes para levar adiante um programa continuado de conservação de suas edificações. Além disso, a Bahia tem sido tratada de maneira injusta na distribuição dos recursos da União destinados ao ensino superior.

Considerando que tal desequilíbrio não pode continuar, a bancada baiana já apresentou emendas em exercícios anteriores e as obras estão em andamento. Portanto, a presente solicitação da emenda de bancada visa a assegurar recursos adicionais ao orçamento da UFMA, de maneira a que essa instituição possa levar a cabo um programa emergencial de melhoria do estabelecimento. Portanto, o valor aprovado pelo nobre Relator não atende à demanda.

A Emenda nº 122 tem como objetivo dotar os Municípios de infra-estrutura esportiva, incentivando a prática desportiva, melhorando a qualidade de vida da população jovem e retirando-a da ociosidade, das drogas e da marginalidade. Portanto, o valor aprovado pelo nobre Relator também não atende à demanda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Nobre Deputado, concordo com V.Exa. No relatório que esta Comissão aprovou, fizemos questão de mostrar que, nos últimos anos, houve uma diminuição dos recursos do Governo Federal para o ensino superior. Lamento, mas tentamos, na medida do possível, por meio de emendas de Parlamentares e de bancada, resolver o problema. Fizemos questão de reforçar a emenda da Comissão de Educação para destinar mais recursos às universidades. Tentamos encontrar os recursos necessários. Vamos fazer a indicação, se for do interesse de V.Exa., como nos demais casos, para discutirmos com o Relator-Geral com a finalidade de atendermos o pleito da melhor forma possível. Dentro do que foi possível a este Relator, acrescentamos mais 1 milhão e 36 mil reais para a Universidade Federal da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, a bancada da Bahia colocou no cancelamento compensatório, tirando da Fonte 100 e da Fonte 112, do Ministério da Educação, 12364004114090017.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Tirou de fonte ou tirou de alguma programa?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Tirou do Projeto do Ministério da Educação, no valor de 3 milhões. O Relator poderia nos dar esses 3 milhões dessa fonte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Ele já deu parecer contrário.

Antes de votar, pergunto ao Deputado se V.Exa. concorda em retirar o destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Permita-me concluir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa. não pode votar antes de me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não sei se vamos votar. Se o Deputado retirar o destaque, não vamos votá-lo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas quero falar antes de S.Exa. retirar o destaque. O Deputado João Leão prestou-nos um esclarecimento. Os argumentos do Relator e de V.Exa. são todos baseados no fato de que os destaques não apresentam a origem das fontes. O Deputado Alberto Goldman tem sido rigoroso com isso. Agora o Deputado apresenta a fonte, portanto S.Exa. pode rever seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mas o arbítrio é do Relator, e ele não acolheu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Gostaria que S.Exa. reavaliasse a questão em razão dos argumentos sólidos apresentados pelos Deputados Gerson Gabrielli e João Leão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deputado João Leão, poder-se-ia verificar na emenda de origem do destaque qual é a fonte apresentada na emenda, já que se trata de um destaque de emenda. Temos de ir à emenda. Até porque, se for de outra área, o destaque estará prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É do Ministério da Educação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr Relator, a emenda indica qual fonte?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Do MEC.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Da administração do MEC.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Já dei meu parecer. Todas as bancadas que apresentaram recursos já foram contempladas. A Emenda do Deputado Gerson Gabrielli já foi parcialmente atendida no Destaque nº 68, do Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, a fonte de recursos é a destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino. Podem ser tirados 3 milhões dessa fonte e destiná-los ao destaque do Deputado. Já abri mão do meu. Acato o destaque do Deputado Gerson Gabrielli. Podemos votar a matéria. Esta é a oportunidade de a Comissão virar o jogo

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado João Leão, a Assessoria está consultando a matéria.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, a LDO possui uma série de limitações para se fazer transferências e, se não me engano, o relatório preliminar também.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Exatamente, essa ponte é perfeitamente livre, Deputado Alberto Goldman. Não me venha com LDO. Ou então V.Exa. vai ler toda a LDO até chegar nesse ponto para que eu acate o seu argumento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Relator, a Assessoria deveria verificar o que se pode fazer de acordo com a LDO e com o relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Se o destaque for aprovado, o recurso será retirado da verba destinada à implantação da Universidade do Tocantins.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Perdoe-me, Sr. Presidente, mas não se trata de recurso da Universidade Federal do Tocantins. Está aqui: "Recurso destinado à manutenção de desenvolvimento de ensino". Não tem absolutamente nada a ver com a Universidade do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não é a fonte. V.Exa. está equivocado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - A funcional programática nº 123640041...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Um minuto. Trinta e quatro milhões da reserva de contingência e 3 milhões para a implantação da Universidade Federal do Tocantins.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Esse é o único Estado que não tem universidade. A Comissão definirá se vai tirar de uma universidade para atender a outra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Esse dinheiro é para a implantação da Universidade de Tocantins, a primeira universidade do Estado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Seria aconselhável transformarmos os destaques em indicação para o Relator-Geral.

Deputado Gerson Gabrielli, V.Exa. retira os destaques?

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI - Sr. Presidente, retiro os destaques e transformo-os em indicação, para que o Relator, utilizando o seu bom senso, resolva o problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Indicação prioritária, respeitando o Estado do Tocantins.

Sr. Relator, aviso-o para que em seu próximo relatório V.Exa. não privilegie as Comissões em função das bancadas. Este Plenário não aceitará, de maneira nenhuma, que as Comissões sejam maiores que as bancadas e que os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Fale por V.Exa. e não pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Se V.Exa., Deputado Alberto Goldman, quiser colocar isso em votação, eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos guardar nossas energias, porque temos muita coisa pela frente. Estamos apenas começando nosso trabalho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está aprovado o relatório relativo à Educação.

Quero elogiar o Deputado Gilmar Machado por sua ampla visão quanto ao problema da Educação. S.Exa. pensou no todo. Está de parabéns o jovem Deputado de futuro promissor, que ainda será Governador de Minas Gerais, pelo belo trabalho apresentado. Uma salva de palmas para o Relator pelo grande trabalho realizado. *(Palmas.)*

Vamos ouvir a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Gostaria de lembrar a V.Exa. uma questão de ordem que fiz hoje pela manhã. Na relação apresentada para que conversássemos com a Comissão de emendas não estão incluídas as Comissões, e fiquei mais preocupada quando chegou ao meu conhecimento... Seria interessante que todos ouvissem. (*Pausa*.)

Vou explicar a V.Exa. minha preocupação. Retirei em nome da Comissão de Seguridade Social três destaques e recebi uma lista que me deixou mais triste ainda. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que tem mais ou menos as mesmas preocupações da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, recebeu 203 milhões nos sub-relatórios, e a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, 81 milhões. Deve haver algum problema com a Câmara dos Deputados.

Gostaria que V.Exa. marcasse a reunião dos Presidentes de Comissão interessados com a Comissão de emendas.

Quero entender a didática utilizada nas Comissões. Foram gastos 1 bilhão e 600 milhões nas Comissões Temáticas. Não consigo entender por que a do Senado tem duas vezes e meio mais recursos que a da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, passamos duas horas e dez minutos discutindo o sub-relatório do Deputado Gilmar Machado. Se não há recursos, não temos que ficar duas horas aqui tentando "arrancar sangue de siri". É assim que deve ser. Primeiro, porque o Deputado tem fé de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. é o homem com o maior bom senso nesta Casa. V.Exa. falou a coisa mais importante até agora.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Portanto, temos que economizar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - E energia.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Apenas uma observação que faço para que não fiquemos aqui duas horas em discussões inúteis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A manifestação de V.Exa. é muito apropriada, Deputado Gonzaga Patriota.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, gostaria de saber quantos relatórios ainda há para serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Três.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - São apenas os destaques, os relatórios já foram votados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, está marcada para amanhã uma reunião de Lideranças para discutirmos algumas questões. Podemos aproveitar essa reunião para discutir esses três relatórios. Peço o apoio dos Parlamentares a esta minha proposta, para encerrarmos os trabalhos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, gostaria que fossem distribuídas cópias dos destaques para que possamos acompanhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Ainda será entregue. Deputado José Carlos Aleluia com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, quero apenas manifestar meu apoio ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado João Grandão .

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, gostaria de saber se o relatório da área da saúde já está pronto. Está na mesa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, quero dar todo o meu apoio à Deputada Laura Carneiro. Houve uma grande discriminação contra os Deputados Federais quando foram privilegiadas as emendas de Comissão do Senado Federal. Tenho plena confiança em que os Senadores poderão rever isso e V.Exa., como Senador e Presidente desta Comissão, deve promover essa reunião.

Busquemos justiça e igualdade. Se os Senadores têm mais experiência e poder político, que ganhem mais. Todo o Plenário respeita isso, não é, Deputada Laura Carneiro? Mas não vamos exagerar.

Então, peço a V.Exa. que promova a reunião que a Deputada Laura Carneiro sugeriu para revisar a questão.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Esclareço a V.Exa. que a minha posição aqui é de magistrado. Não posso tomar partido nem do Senado Federal nem da Câmara dos Deputados.

Além do mais, a competência de mexer em recursos não é minha. A mim cabe apenas comandar os trabalhos. Quem mexe nos recursos são o Relator-Geral e o seu comitê. Fico de longe, distante, não dou palpite.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exa. não está se omitindo, tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Gostaria imensamente de poder tomar partido, mas não posso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sugiro a V.Exa. que promova a reunião. Que V.Exa. promova como magistrado, porque houve muito interesse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não tenho. Sou apenas o Presidente. Essa questão tem de ser levada ao Comitê e ao Relator-Geral. O Presidente não tem a missão de fazer isso, a minha tarefa é coordenar os trabalhos.

Mas vamos ouvir um por um. Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, se o Sr. Relator não tem recurso...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Quero que o Relator comece a ler o relatório dele. Se vamos começar, vamos começar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Domiciano Cabral com a palavra.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, se o Sub-Relator não tem recurso, os trabalhos deveriam ser dirigidos da seguinte forma: aqueles que quiserem que seus destaques sejam votados em separado, que assim se manifestem e, naturalmente, o Sub-Relator fará a indicação ao Relator-Geral. Assim, ganharemos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Por favor, repita a sua proposta.

Vamos fazer silêncio.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Passaria a ser indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não entendi a proposta do Deputado Domiciano Cabral.

Vamos prestar atenção, por obséquio.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Minha proposta é de que não houvesse o voto em separado e, sim, a indicação para o Relator-Geral. Dessa forma, ganharíamos tempo. Se o Sub-Relator não tem dinheiro, passa como indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, essa discussão é inócua e desnecessária neste momento.

Ficamos até 3h30min de hoje debatendo os diversos temas. Havia um ligeiro descontentamento da Oposição, que acenava com a possibilidade de obstruir os trabalhos. Fizemos um acordo. Então, solicito a V.Exa. que suspenda esta reunião. Vamos continuá-la amanhã.

Criou-se aqui uma tensão desnecessária. Vamos continuar o trabalho amanhã. Está todo mundo estourado, cansado, a reunião está-se tornando improdutiva. Só faltam três relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos resolver esse assunto já. Vou fazer uma consulta ao Plenário para decidirmos se suspendemos os trabalhos até amanhã às 9h. Se a maioria entender assim, sou escravo da maioria. *(Palmas.)*

São duas as posições: a de continuar para examinar o relatório da Saúde e a de encerrar a reunião.

Aqueles que são favoráveis à suspensão da reunião para retornarmos amanhã, às 9h, levantem os braços. *(Pausa.)*

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vamos apreciar agora a Área Temática VII — Saúde, cujo Relator é o Deputado Paulo Feijó, a quem concedo a palavra para falar sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o relatório dos destaques apresentados é o seguinte:

Ao relatório setorial da Área Temática VII — Saúde foram apresentados 186 destaques, sendo que desse total dez propõem a recomposição de dotações canceladas; 175 pleiteiam aumento dos valores alocados em 73 emendas coletivas e um pretende o

cancelamento parcial de dotação de uma dessas emendas.

Em relação aos destaques que propõem a recomposição de dotações, optamos por rejeitá-los por insuficiência de recursos. Ademais, conforme constou no nosso relatório setorial, os cortes tiveram o caráter de remanejamento para atender às emendas, observados o mesmo programa e a mesma Unidade da Federação.

Também rejeitamos o que propunha o cancelamento de parte da dotação de emenda. Quanto aos 175 restantes, que pleiteiam aumentar os valores de 73 emendas, após criteriosa análise e levando em consideração os apelos de todos que se manifestaram, tomamos as seguintes decisões: aprovar parcialmente 57 destaques, utilizando para tanto parte dos recursos transferidos pelo Relator-Geral para o atendimento de emendas e reservados por este Relator para o atendimento dos destaques; prejudicar 87 destaques, por já terem sido atendidos com o mesmo teor; rejeitar, por insuficiência de recursos, os 31 destaques restantes.

Sr. Presidente, é este o relatório dos destaques apresentados.

Conversamos com o Relator-Geral sobre o atendimento de outras indicações. S.Exa. comprometeu-se a prover os recursos para o atendimento.

São estes os Destaques: 10, 45,148 e 149, e as emendas de Minas Gerais, Paraíba e principalmente a que foi a razão da maior polêmica na apresentação do relatório preliminar, a emenda da Comissão que destina recursos para atendimento dos hospitais universitários, a Emenda nº 50210001. O Relator-Geral ficou de aceitar nossa indicação para prover os recursos necessários ao atendimento dessa emenda.

Sr. Presidente, este é o relatório da área setorial que estamos analisando: saúde. Reconhecemos as dificuldades que encontramos para ajustar esses números. Inicialmente, houve uma demanda de solicitações na faixa de 5 bilhões e 500 milhões; dispusemos de 520 milhões para atendimento de toda essa demanda. Realmente, ficamos numa situação difícil, o que certamente será entendido pela grande maioria dos Parlamentares que compõem esta Comissão. Fizemos o possível. Oitenta e dois por cento dos recursos disponíveis foram distribuídos de forma criteriosa, seguindo o critério técnico, e com os 18% restantes procuramos atender às demandas conforme os Srs. Deputados solicitaram.

Sr. Presidente, essas eram as considerações iniciais sobre o atendimento que fizemos por meio dos destaques.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, gostaria que o Relator desse mais detalhes. Realmente, esse relatório referente aos destaques é resumido demais. S.Exa. deveria, pelo menos, anunciar quais atendeu e quais não atendeu, nominando-os. Os nºs 10, 15, 20, 80 ou 127 nada dizem. O relatório deve ser circunstanciado, citando inclusive as razões do deferimento ou do indeferimento de cada destaque. O relatório está muito resumido. Sei que a pressa é inimiga da perfeição, mas não pode ser inimiga do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Senador, o relatório está disponível na bancada...

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, estou defendendo, por exemplo, o Destaque nº 144, de interesse do Sistema Sarah. Não há nenhum interesse individual, mas o interesse público dos mais relevantes deste País na área da saúde, porque se trata de uma instituição exemplar. O Brasil aplaude o fato de reconhecermos que devemos dar-lhe sustentação necessária para seu funcionamento. E exatamente no Destaque nº 144 observo que está escrito: "Inclusão ou aumento de dotações." Nada de detalhamento. Qual é o parecer do Relator sobre o Destaque nº 144?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, respondendo ao ilustre Senador Amir Lando, vou ler rapidamente os destaques que atendemos. Essa relação já está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. não quer isso, mas o fundamento.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, quero saber o que aconteceu com o Destaque nº 144.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Nobre Senador Amir Lando, por incrível que pareça, o Sistema Sarah foi responsável por um dos poucos elogios que recebemos. No relatório preliminar, atendemos a uma emenda de Comissão no valor de 21 milhões, 375 mil e 800 reais.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Estou falando do meu destaque, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Deixe-me verificar. Atendemos à emenda do Sistema Sarah na fase preliminar. Certamente, o destaque de V.Exa. não foi atendido porque julgamos que o valor pretendido já estava abrangido no que fora inicialmente solicitado. Estamos disponibilizando na emenda nacional 21 milhões, 375 mil e 800 reais.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – E mais 624 mil e 200 reais.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – E também no Destaque nº 142, da Emenda de Comissão de Seguridade Social, da Deputada Laura Carneiro, colocamos mais 624 mil e 200 reais. O destaque de V.Exa. foi prejudicado em virtude do atendimento ao Destaque nº 142. Na verdade, o destaque que V.Exa...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O 142 não, Sr. Relator, é o Destaque nº 169, do Deputado Sérgio Miranda, ao qual acrescentou mais 624 mil.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Exatamente. O Deputado Alberto Goldman corrigiu-me. Foi atendido o destaque do Deputado Sérgio Miranda sobre a mesma emenda.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Uma questão de preferência. Quando se trata de matérias idênticas tem de ser atendido o primeiro destaque. Quer dizer, os demais ficam prejudicados? *(Pausa.)*

Então, V.Exa., obviamente, não seguiu a ordem cronológica, que tem preferência. Nada tenho contra o Deputado Sérgio Miranda, mas é exatamente para salientar. Aqui teríamos de ter atendido. Então, V.Exa. atendeu em parte. Do total do valor pretendido — 3 milhões e 620 mil —, quanto V.Exa. atendeu?

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Seiscentos e vinte e quatro mil e duzentos reais. O total é de 22 milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Seiscentos e vinte e quatro mil e duzentos reais.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Vinte e dois milhões?É evidente que essa emenda vinha... Como já havia sido concedido, ninguém está discutindo. Quero fazer um apelo a V.Exa...

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – A questão do atendimento pela ordem cronológica, deixo a critério do Presidente. Assim, poderemos atender ao pleito de V.Exa.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Peço a V.Exa. para não destacar, porque esses destaques são inúteis e as votações em separado mais inúteis ainda. Apelo a V.Exa.: vamos ver se complementamos mais, porque 3 milhões no Sistema Sarah, que é um sistema apertado, hígido, uma das administrações mais transparentes da saúde pública brasileira, um modelo internacional, faz escola no mundo...

Faço este apelo dramático em favor daqueles que diariamente são recebidos no Sistema Sarah.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador, vamos interferir todos em favor do Sistema Sarah, pelo trabalho que presta ao País. Tenho certeza de que o Relator-Geral e o Comitê vão se sensibilizar.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Gostaria de fazer um apelo no sentido de que o Relator inclua ao menos essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O de que o Sistema Sarah precisa é o mínimo. Sempre foi bem atendido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que todo ano faz emenda. A Comissão de Orçamento tem tido boa vontade com o Sarah, por reconhecer o grande trabalho feito por aquela instituição. Não é este ano que a Comissão vai deixar o Sistema Sarah sem os recursos necessários.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não há desperdício, não é, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deveria ficar sem ser atendido, porque atende muito mal o Parlamentar. Lamentavelmente, o Sarah não tem merecido. Não sei se V.Exas. são tratados de maneira diferente, mas o meu povo do Pará, que vem com sacrifício para Brasília, é muito mal atendido no Sarah. Há que se dizer isso. Não sei quais são os outros privilegiados, mas posso dar o testemunho de que o Sarah atende muito mal o povo que vem de fora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não vamos discutir isso aqui agora.

Vou pedir aos Parlamentares que queiram votar algum destaque em separado que façam sua proposta.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, em nome do Deputado Gonzaga Patriota e em meu nome, queremos retirar o Destaque nº 10 da votação em separado e pedir ao Relator-Setorial que solicite ao nobre Deputado Sampaio Dória mais 1 milhão de recursos. Retiro o destaque e peço a indicação de 1 milhão. Trata-se de emenda de bancada do Estado de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, gostaria de obter uma informação do Deputado Paulo Feijó. Eu e a Deputada Lúcia Vânia apresentamos destaque com a mesma finalidade. Ambos foram rejeitados por falta de recursos. Vários destaques

foram aprovados parcialmente, mas nem o meu destaque, nem o da Deputada Lúcia Vânia, que tem o mesmo teor, recebeu recursos por parte da Relatoria-Setorial.

Gostaria de saber qual foi o critério. Tudo bem que V.Exa. privilegie o Estado que representa, mas a Deputada Laura Carneiro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Que destaque? Vamos objetivar o trabalho. Aqueles que querem discutir especialmente o destaque peçam aqui, porque os demais vamos votar em globo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Só um minutinho, Sr. Presidente. É o Destaque nº 92.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. vai justificar quando formos apreciar o destaque. Basta dar o número.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – É o Destaque nº 92. Vamos votá-lo separadamente.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Destaque nº 27, para votação em separado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, o meu caso era emenda de bancada, foi atendido um destaque do Deputado Marçal Filho. Quero indicar ao Relator-Geral os Destaques nºs 174, 175, 176, 177 e 178. Estou retirando para colocar como indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, hoje mais calmo, mais tranqüilo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, antes de entrar em qualquer detalhe, quero fazer duas perguntas ao Relator. Deputado Paulo Feijó, gostaria de saber se nesse relatório V.Exa. conseguiu contemplar a Emenda Constitucional nº 29. Estava observando que, quanto aos destaques de minha autoria, como os de nºs 170, 171, 172, e o do Deputado Virgílio Guimarães, nº 173, todos nacionais, V.Exa. diz que estão prejudicados por já ter sido atendido destaque do mesmo teor. Não estou conseguindo me localizar, uma vez que não está claro. Preciso me localizar quanto a esses dois pontos para decidir se peço ou não destaque.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Quanto à Emenda nº 29, vamos fazer indicação ao Relator-Geral. Mas quanto à questão do Paraná, atendemos parcialmente os destaques. Acreditamos que no percentual de atendimento global, o Paraná ficou com 10.8% .

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Minha dúvida não é quanto às emendas do Paraná, mas quanto às Emendas nºs 170, 171, 172 e a do Deputado Virgílio Guimarães, de nº 173, que V.Exa. diz estarem prejudicadas por já ter sido atendido outro destaque do mesmo teor. Quero saber quais destaques foram atendidos para me localizar no relatório.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Vou consultar os assessores para poder responder-lhe. Aguarde que vamos providenciar.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Por favor, registre os Destaques nºs 179, 180, 181, 183 e 184 para votação em separado.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – A mesma coisa para os Destaques nºs 85, 86, 87 e 88.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Para todos os efeitos, estou presente; a bancada de Minas Gerais está ali.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Só para confirmar. Os Destaques nºs 10 e 31 são da mesma natureza. Estamos retirando e pedindo a indicação.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Já falei e foi registrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Dr. Rosinha, queremos a confirmação de V.Exa. se é para votar os Destaques nºs 170 e 171 separadamente ou se os está retirando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, estou solicitando informação ao Sr. Relator. A Assessoria foi fazer a consulta para que S.Exa. possa responder-me. Eu fiz duas questões...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, vamos separar isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...uma sobre a Emenda Constitucional nº 29, sobre a qual o Relator respondeu que está fazendo a indicação. Emiti essas emendas porque, se atendidas, ajuda a se aproximar da Emenda Constitucional nº 29. É por isso que as duas coisas têm relação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, V.Exa. retira a Emenda nº 29?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não retiro nada. Estou esperando o Relator informar-me onde foram atendidas as emendas que foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço ao Plenário autorização para votar em globo os destaques com parecer semelhante...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, gostaria de discutir os Destaques nºs 83 e 84.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Anivaldo Vale, Destaques nºs 83 e 84.

Tem a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que não vou pedir votação em separado do Destaque nº 144, porque é absolutamente inútil, mas já fica consignada essa recomendação ao Relator-Geral, para atender integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está retirando, não é?

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não, não retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem de retirar para ficar consignada aqui a indicação. A condição é essa.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não, necessariamente. Ele não atendeu ao destaque, Sr. Presidente, mas vai ter a consideração de fazer uma indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas se ele for a voto, será rejeitado e não irá como indicação. Para ir como indicação, tem de retirar o destaque.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, tecnicamente, ele já não acatou, vai ser rejeitado. Ele está apenas fazendo uma indicação para o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o destaque?

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Não estou pedindo votação em separado. Ele já foi rejeitado. Vou aceitar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vai ficar como rejeitado. Vamos votar em globo.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, tive a oportunidade de apresentar os Destaques nºs 7, 8 e 9, para atender às reais necessidades de Santa Catarina, o setor da saúde. Mas diante do parecer do Sr. Relator no sentido de que, por insuficiência de meios, não há possibilidade de atendê-los, peço a V.Exa. que os inclua na recomendação ao Sr. Relator-Geral.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero dar aqui meu depoimento sobre a capacidade, a eficiência e a dedicação da Fundação das Pioneiras Sociais, Hospital Sarah Kubitschek. É um modelo. Tenho de dar este testemunho, apoiando a manifestação do nobre Sr. Senador Amir Lando. Sei que S.Exa. vai consignar os maiores recursos possíveis para esse hospital, que não é apenas modelo para o Brasil, mas motivo de orgulho para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os destaques, então?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. retira os destaques.

Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Relator, quero um esclarecimento. A Emenda nº 126 diz o seguinte: autor do destaque, Armando Abílio; Unidade da Federação, Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Houve um engano e S.Exa. vai rever.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, aproveito para parabenizar o ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabéns a V.Exa., que está acompanhando de perto os trabalhos e ajudando a Comissão.

Vamos, então, votar em globo.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, estamos vendo, nas emendas apresentadas pela bancada de São Paulo — destaques do Deputado Paulo Kobayashi —, que o total alocado na área da saúde para aquele Estado é de 30 milhões, somadas as quatro emendas coletivas que foram feitas.

Sr. Presidente, Sr. Relator, vejo sempre vários Deputados indo fazer exames nos hospitais do Estado de São Paulo, que são também de todo o Brasil, em função da capacidade dos equipamentos e da situação do Estado, que tem 40 milhões de habitantes.

Não gosto de fazer comparação, porque é muito desagradável, mas se compararmos com o Estado do Rio de Janeiro, que tem uma população bem menor, e se anotar aqui as emendas atendidas por V.Exa. para aquele Estado, só numa delas, que é o aparelhamento do SUS, temos 65 milhões e mais 17 agora, perfazendo 82 milhões. É uma coisa astronômica. Não há um dado comparativo, não é possível. Não somei tudo, mas certamente está ultrapassando 100 milhões para a área de saúde no Rio de Janeiro. Enten-

do a necessidade daquele Estado, mas não é possível 100 milhões para o Rio de Janeiro e 30 milhões para São Paulo. Não é compatível, não há relação. O SUS em São Paulo destina-se a atender a 40 milhões de habitantes. No Rio, 20 milhões, mais ou menos. Não há compatibilidade.

V. Exa. não tem mais recursos disponíveis?

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Solicito a V.Exa. que leve esta questão ao Relator, porque vai ficar uma situação muito difícil, vamos criar aqui um clima muito difícil de competição interna entre Estados, que é a última coisa que desejo. Saúde tem de ser vista de maneira **per capita**. Cidadão é igual em qualquer lugar, e o fato de haver em São Paulo um sistema de saúde mais desenvolvido, até exige mais, porque são equipamentos mais sofisticados, coisas mais caras, exames mais caros, tudo é mais caro e mais difícil.

Peço a V.Exa. que leve ao Relator essa observação especificamente para que compatibilize melhor esse quadro.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – O Deputado Alberto Goldman em parte tem razão nas suas considerações. No nosso relatório preliminar, atendemos ao Estado do Rio de Janeiro na questão técnica e foi um critério muito injusto, porque o Rio concentrou muitas emendas de bancada em nossa relatoria.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nós também.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Mas o Rio foi mais, Deputado Alberto Goldman. Atendemos, no relatório preliminar, a apenas 2,5% das solicitações das emendas do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Solicitação não é base. V.Exa. sabe que pedimos 100 milhões e poderíamos ter pedido 1 bilhão.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Mas o Rio foi prejudicado nessa situação. Agora, realmente, demos um aumento para o Rio, que foi para 5.6% dos seus pleitos. São Paulo está com 7.5% dos seus pleitos atendidos. Conversamos isso com o Relator-Geral e vamos fazer a orientação para que S.Exa. melhore esses números a favor do Estado de São Paulo. Mas já conversamos com S.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) –Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, atendendo à solicitação dos nobres Srs. Deputados Lavoisier Maia e Ney Lopes, apresentei dois requerimentos de destaque. Desejo que esses requerimentos também sejam retirados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quais os números?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Estou procurando aqui, Sr. Presidente. É o nº 52.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirando o nº 52.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Um minutinho, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero que V.Exa. me permita buscar no avulso. Não quero interromper a sessão.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, uma questão de ordem antes da votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E eu também quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Apresentei um destaque cuja essência visa corrigir uma distorção, uma omissão, algo dessa natureza, a inconformidade com o relatório setorial.

Neste ponto, tentamos recompor recursos do Sistema Sarah. Entendi perfeitamente que o Relator não dispõe de recursos, mas aceitou transformar o Destaque nº 144 em indicação. Ele está convolando o meu pedido, que precisa permanecer, porque se eu o retirar, não há o que transformar. Se eu o retirar, não vai transformar nada em coisa alguma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Senador, V.Exa. está aqui participando desde ontem à noite, mas já aprovamos sete relatórios e em todos eles foi adotada esta prática — o proponente retira o destaque —, essa é a condição, é uma regra já estabelecida aqui.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Mas contrária ao Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é contrária ao Regimento, porque se o destaque for votado, estará rejeitado, não há como indicar nada.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – O Relator acabou de aceitar aqui a minha indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vai acatar se V.Exa. retirar o destaque.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – E se eu retiro o destaque, qual é o suporte legal que fica para essa indicação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há suporte nenhum. É a emenda. O suporte é a emenda, não é o destaque. Esse destaque morre aqui.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – É a tendência de reforma da emenda. É esse o pressuposto. Por isso eu queria dizer a V.Exa. que temos de fazer uma leitura diferente. Vou falar depois sobre isso, mas não agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Todos se sujeitaram a essa regra. Ela é comum aqui.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Quero saber apenas se ele transforma o meu destaque em indicação do Relator. É só isso e me dou por satisfeito. Gostaria de ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para transformar, V.Exa. tem de retirar o destaque. Ele transforma se V.Exa. retirar o destaque.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Retiro o destaque e ele vai transformar o nada em coisa alguma?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ele vai fazer uma indicação nessa emenda ao Relator para S.Exa. aportar mais recursos à emenda.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Se é essa a condição, vou fazer aqui uma concessão às minhas convicções para não causar nenhum óbice ao andamento dos trabalhos. O que pretendemos realmente é suprimir esse déficit criado com o Sistema Sarah. Agora, se há indicação, aceito a indicação do Relator e fica prejudicado, então, o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o Destaque nº 144.

Deputado Giovanni Queiroz, hoje mais calmo, vamos ouvi-lo com atenção, porque é a voz mais sábia desta Comissão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Antes fosse, quem me dera!

Sr. Presidente, apresentei o Destaque nº 167 para votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O 167?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O 167.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só um?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Só esse e quero explicar as razões. Na verdade, já levantava essa questão. O Deputado Paulo Feijó teve um critério, e isso é importante, mas não me conformo com o fato de S.Exa. ter dado para os hospitais universitários 4 milhões de reais e para os hospitais privados 32 milhões de reais em investimento. Isso no primeiro relatório. No segundo, S.Exa. repete: deu 1 milhão apenas para os hospitais universitários e 17 milhões para os hospitais privados.

Destaquei isso porque acho que temos de valorizar nossos hospitais universitários, que, aliás, prestam extraordinário serviço a este País.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Deputado Giovanni Queiroz, ontem conversei muito com o Relator-Geral e falei da insatisfação desta Comissão em relação à emenda que atende aos hospitais universitários. S.Exa. sugeriu-me fazer uma indicação, para que possa, numa amplitude maior, atender a essa emenda dos hospitais universitários.

Então, vamos indicar ao nosso Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos à votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado Paulo Feijó, acho que V.Exa. já poderia corrigir essa distorção, porque é gritante. Se esta Casa aprovar isso, a imprensa dirá, amanhã, que jogamos 30 milhões aos hospitais particulares para investimento e para os universitários, 5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos à votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A Deputada Laura Carneiro quer falar. Vamos ouvi-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, retiro os Destaques nºs 52, 57, 58 e 59. Dois são do interesse de Santa Catarina e os outros dois são de interesse do Estado do Rio Grande do Norte, que apresentei atendendo ao apelo dos nobres Srs. Deputados Lavoisier Maia e Ney Lopes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ficam como indicação.

Vamos à votação.

Deputado Anivaldo Vale, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pedi votação em separado para os Destaques nºs 83 e 84. O nº 83 diz respeito à construção do

Hospital Metropolitano, em Belém, e o nº 84, ao posto do Sarah, também em Belém. Se o Relator concordar, dentro do entendimento que foi feito com o Senador Amir Lando, retiro os destaques para transformá-los em indicação ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está de acordo. Vai retirar os destaques, então?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Retiro, mas com o compromisso do Relator de transformar em indicação para o Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos à votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Estão retirados os Destaques nºs 83 e 84.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir, para fazer um esclarecimento em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, em função do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Raimundo Gomes de Matos está querendo falar há meia hora.

Deputado Raimundo Gomes de Matos, com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, quero fazer o mesmo procedimento, retirando os Destaques nº 85, 86, 87 e 88, da bancada do Ceará, para indicação ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, peço a V.Exa. para retirar o Destaque nº 16 e colocar como indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Darcísio Perondi, com a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, solicito que o Destaque nº 160 seja retirado e fique como indicação ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero lembrar a V.Exas. que os destaques que têm valor não devem ser retirados.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Então, não retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O que tem valor não deve ser retirado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Não deve ser retirado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O destaque cujo valor foi dado pelo Relator não deve ser retirado, aquele que o Relator atendeu parcialmente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Ah!, foi rejeitado; o meu é retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Desejo apenas explicar as duas emendas da Comissão de Seguridade Social e Família.

A primeira emenda, cujos recursos o Deputado Paulo Feijó ampliou, não é para os hospitais privados. Na verdade, a emenda determinou o seguinte: metade do valor para as unidades públicas; metade do valor para as filantrópicas, como as Santas Casas e as APAEs, porque ficou claro para a Comissão de Seguridade Social e Família que elas têm tantas ou mais dificuldades que os hospitais públicos, porque é impossível haver filantropia com 60% do SUS e ter de gerenciar os outros 40% sem nenhum tostão extra. É mais difícil ainda do que no público. Não foi um partido que pediu, mas todos eles. Essa votação foi unânime. O Deputado Darcísio Perondi pode falar sobre ela.

Além disso, quero deixar claro, explícito, que estive, em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, por estar negociando a questão com o comando de greve da saúde, com o Dr. Barjas Negri e com o Deputado Paulo Feijó. Dessa emenda, ainda, vão advir mais de 20 milhões, referentes ao acordo que foi firmado anteontem pelo comando de greve da saúde e o Ministério da Saúde. O dinheiro que possibilitou o acordo que terminou com a greve da saúde federal veio desta emenda, Emenda nº 2: Hospitais.

O Deputado Paulo Feijó conversou ontem comigo e com o Deputado Sampaio Dória. Foram 4 milhões, e ele não tinha mais dinheiro. Então, ele conversou com o Relator-Geral e o acordo será de 45 milhões, pelo menos garantir 1 milhão — são 45 unidades —, por unidade. Esse foi o acordo feito pelo Deputado Paulo Feijó com o Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória.

Então, eu queria aclarar a situação para não ser injusta. Foi exatamente isso que aconteceu na Comissão de Seguridade Social e Família, depois com a Relatoria, numa matéria e na outra. Sinceramente, não vi os destaques. Eventualmente, repito, se for necessário, põe-se metade do valor nos hospitais públicos e a outra metade nos hospitais filantrópicos. Esse é o objetivo da Comissão de Seguridade Social e Família. Tenho certeza de que o Deputado Paulo Feijó quis cumprir com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Antônio Carlos Konder Reis, todos os destaques para os quais V.Exa. propôs retirada foram atendidos parcialmente. Se V.Exa. retirá-los, perde o

recurso que foi dado ao destaque. Tem de ir a voto para aprovar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Então, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a informação que acaba de prestar e retiro o requerimento de retirada dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar em globo os destaques parcialmente aprovados pelo Relator-Setorial.

Vou lê-los:

Destaque nº 01, do Deputado Marçal Filho; Destaque nº 04, do Deputado Almir Sá; Destaque nº 05, do Senador Gilvam Borges; Destaque nº 06, do Deputado Almir Sá; Destaques nºs 07, 08 e 09, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; Destaque nº 11, do Deputado Gonzaga Patriota; Destaque nº 13, do Deputado Orlando Desconsi; Destaque nº 15, do Deputado Armando Abílio; Destaque nº 18, do Senador Mozarildo Cavalcanti; Destaque nº 23, do Deputado Agnelo Queiroz; Destaque nº 26, do Senador Gilvam Borges; Destaque nº 28, da Deputada Zila Bezerra; Destaque nº 29, do Deputado Átila Lins; Destaque nº 30, do Deputado Clementino Coelho; Destaque nº 35, do Deputado José Priante; Destaques nºs 40, 41 e 44, da Deputada Laura Carneiro; Destaques nºs 48, 50 e 51, do Deputado Jorge Bittar; Destaque nº 52, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; Destaques nºs 58, 59 e 61, do Deputado Ricarte de Freitas; Destaque nº 62, da Senadora Marluce Pinto; Destaque nº 63, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; Destaques nºs 64 e 65, do Deputado João Coser; Destaques nºs 75 e 76, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira; Destaques nºs 78 e 80, do Deputado João Almeida; Destaque nº 82, do Deputado Anivaldo Vale; Destaque nº 93, do Deputado Jovair Arantes; Destaques nºs 95, 96, 97 e 98, do Deputado Paulo Kobayashi; Destaque nº 100, do Deputado Waldemir Moka; Destaques nºs 101, 102 e 103, do Deputado Pedro Celso; Destaque nº 112, do Senador Nabor Júnior; Destaque nº 113, do Deputado Átila Lins; Destaques nºs 114 e 115, do Deputado Dr. Rosinha; Destaque nº 126, do Deputado Armando Abílio; Destaque nº 131, do Deputado João Matos; Destaque nº 139, do Deputado Félix Mendonça; Destaques nºs 148, 149 e 150, do Deputado Narcio Rodrigues; Destaque nº 163, do Senador Carlos Bezerra; Destaque nº 169, do Deputado Sérgio Miranda.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – No Senado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Contra o voto do Deputado Pedro Chaves.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, não posso votar enquanto V.Exa. não me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos apenas terminar o processo de votação.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, houve um equívoco. Quando V.Exa. se referiu ao Destaque nº 63, disse que o autor era o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, quando é o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O erro aqui não faz mal; faria se fosse em casa. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem razão. O Destaque nº 63 é do Senador Antônio Carlos Valadares.

Votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos à votação em globo dos destaques rejeitados pelo Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sr. Presidente, apenas uma correção a fazer. Onde se lê, às páginas 25 e 45, Destaque nº 81 e, às páginas 30 e 45, Destaque nº 125: "Prejudicado por já ter sido atendido destaque de mesmo teor", leia-se: "Rejeitado por insuficiência de recursos".

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Apenas os Destaques nºs 42 e 43, que o nobre Relator teria prejudicado, são destaques das Pioneiras Sociais. Na verdade, o valor já aprovado para a emenda é de 21 milhões, 375 mil reais — emenda do Sarah Kubitschek. Peço ao Relator que faça uma indicação ao Relator-Geral de 1 milhão e meio, que completaria, segundo o Deputado Sérgio Miranda, o valor necessário para a obra das Pioneiras. Seria uma indicação no Destaque de nº 42.

O Destaque nº 43 é especifico das universidades. Peço ao Relator que não considere os dois destaques prejudicados, mas que os transforme em indicação. No caso das universidades, especificando a necessidade de atendimento das 45 unidades federais, no termo do requerimento dos senhores reitores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero retirar o Destaque nº 14, de nossa autoria, e pedir a indicação ao Relator, a fim de ampliar os valores necessários para o programa já citado na reunião anterior. Não vou repetir todas as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos à votação em globo dos destaques com parecer contrário do Relator, com exceção dos Destaques nº 92, do Deputado Pedro Chaves; nº 27, da Deputada Zila Bezerra; nº 29, do Deputado Dr. Rosinha; nºs 170, 171, 172, 173, do Senador Tião Viana; nºs 179, 180, 181, 183, 184, do Deputado Raimundo Gomes de Matos. Retirou? *(Pausa.)* E Destaque nº 167, do Deputado Giovanni Queiroz.

Com exceção desses, vamos votar os demais com parecer pela rejeição.

São os seguintes os destaques que serão rejeitados:

Destaque nº 16, do Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, o Destaque nº 16 é para indicar.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, estão faltando os meus destaques para indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o número dos destaques, Deputado?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para avisar a V.Exa. que o Senador Tião Viana...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Laura Carneiro, o Deputado Domiciano Cabral está informando os números dos destaques. Quais os números, Deputado?

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Destaques nºs 165 e 166.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pois não. Esses dois como indicação. Estão retirados.

Destaques nºs 17, 19, 20, 21 e 22, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Destaques nºs 23, 102 e 103.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esses destaques têm valor ou foram rejeitados?

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Um parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parcialmente já foram votados. É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Todos parcialmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os dois já foram votados parcialmente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, é apenas para deixar um acordo firmado publicamente com o Senador Tião Viana, que tem preocupações com o Instituto Nacional de Traumatologia — INTO. S.Exa. manteria seu destaque, mas eu pedi que o retirasse, com o compromisso de um aumento de valores, por meio de emenda do Deputado Jorge Bittar. O compromisso da bancada do Rio é auxiliar, por meio do INTO, para que possamos construir as unidades necessárias com esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. terá de retirar, Deputada Laura Carneiro.

Vamos continuar com os rejeitados.

Destaque nº 34, do Deputado Welinton Fagundes; nº 45, do Deputado Wilson Braga; nº 54, do Deputado Airton Dipp; nº 57, do Deputado Robério Araújo; nº 71, do Deputado Carlos Batata; nº 72, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira; nº 77, do Deputado João Almeida; nºs 89, 90, 91 e 94, do Senador Lúcio Alcântara; nºs 106, 107, 108, 109 e 110, do Deputado Giovanni Queiroz; nº 116, do Deputado Ricardo Barros; nº 121, do Deputado Nelson Meurer; nº 123, do Deputado José Borba; nºs 127, 128, 129 e 130, do Deputado Pedro Novais; nº 135, do Deputado Luciano Castro; nº 154, do Deputado Narcio Rodrigues; nº 81,

do Deputado João Almeida; e nº 125, do Deputado Armando Abílio.

Esses destaques têm parecer pela rejeição do Relator.

Vou colocá-los em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques na Câmara dos Deputados, não vão ao Senado da República.

Da lista de prejudicados por já ter sido atendido destaque do mesmo teor, ficam todos prejudicados, com exceção daqueles que já mencionei, que vão ser votados em separado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana para falar sobre os destaques que vai retirar.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, entendo todas as dificuldades que o nobre Relator teve e tenho absoluta confiança em que S.Exa. irá pleitear, com toda a intensidade de seu prestígio e compreensão da realidade dos Estados, junto ao Relator-Geral.

Então, vou retirar meus destaques e pedir a indicação, apenas deixando à consideração que o Governo do Estado do Acre recebeu 3 milhões e meio. Isso é metade do que o Governo gasta com passagem para doente fazer tratamento fora do Estado. O fato tem de ser levado em conta a fim de sensibilizar o nobre Relator-Geral.

O outro ponto, Sr. Presidente, são duas emendas diretas do Estado que dizem respeito a saneamento básico: a nº 181 e a nº183 — uma para o Estado e outra para os Municípios. Sei que o Relator já está sensível a elas.

E mais: o Instituto Nacional de Traumatologia — já contamos com a solidariedade da Deputada Laura Carneiro e do Deputado Jorge Bittar — montará uma base satélite no Estado do Acre. Com isso, vai resolver a terceira maior causa de viagem de doente para fazer tratamento fora do Estado, gastando aquilo que o Estado não tem.

E a Emenda nº 180, referente ao Instituto do Coração, em São Paulo. Aumentado o recurso do SUS para São Paulo, esse recurso vai para o Instituto do Coração, que poderá fazer a mesma coisa, levando corpo técnico e criando qualidade de serviço na Amazônia brasileira.

Então, retiro essas emendas, confiando em que V.Exa. saberá fazer a devida indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os Destaques nºs 179, 180, 181, 183 e 184, com indicação ao Relator-Geral para aportar mais recursos.

Vamos começar pelo Destaque nº 27, da Deputada Zila Bezerra, que pediu votação em separado.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, gostaria apenas que fosse encaminhado ao Relator-Geral, para conseguir a ampliação dos valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira?

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sim. Retiro, para fazer a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o Destaque nº 27.

Vamos ao próximo. *(Pausa.)*

Dr. Rosinha. Cadê o Dr. Rosinha? *(Pausa.)* Retirou-se e, junto com ele, o destaque. Prejudicado, então. Dr. Rosinha, a figura mais proeminente da Comissão. *(Pausa.)* Vamos aguardar um minuto pelo Dr. Rosinha, porque S.Exa. merece toda a nossa consideração. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz, enquanto o Deputado Dr. Rosinha não chega.

Destaque nº 167, do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, sem querer polemizar muito, no caso a Deputada Laura Carneiro alega que esse recurso seria para as Santas Casas e as APAEs. Aí, muda um pouco o contexto. O art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou jurídicas deverá ser autorizada por lei específica para isso.

O que proponho nesse caso é que, na destinação desse recurso, em vez de constar somente "Modalidade 50", especifiquemos "Atendimento às Santas Casas e APAEs", porque há muita entidades "pilantrópicas" por aí que podem, depois, se apropriar do recurso. Quero saber se V.Exa. acata e se a Deputada Laura Carneiro assim entende. Se a verba é para as Santas Casas e as APAEs, acho legítimo o pleito, desde que se faça constar na lei orçamentária "Santas Casas e APAEs".

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – A Comissão teria que opinar em relação a esse procedimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. é favorável? Se V.Exa. for favorável, tenho certeza de que...

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Sou favorável, mas depende de como isso será atendido regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. é favorável. V.Exa. retira o destaque?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se ele é favorável, V.Exa. coloca em votação, e eu retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Um momento, Sr. Presidente. S.Exa. está sugerindo que se coloque em votação, para que se modifique...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há votação. Em indicação, não votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Do novo texto. Acrescenta-se à emenda "para atendimento às Santas Casas e APAEs".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – De quem é a emenda?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A emenda é da Comissão de Seguridade Social e Família: para implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde do SUS, aparelhamento e adequação de unidades de saúde nacional. Então, coloca-se "Santas Casas e APAEs".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, trata-se de emenda da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Esta Comissão não pode alterar a emenda. Tecnicamente, a Comissão não tem esse poder.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é soberana para alterar essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas a emenda não é da Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A Comissão de Orçamento tem poder para adequar uma emenda tecnicamente, desde que haja consenso. Havendo consenso, não há por que não fazer. Isso já foi feito centenas de vezes na Casa, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos fazer o seguinte: a Presidenta da Comissão está aqui. Acho que não temos poder para alterar emenda.

Vamos ouvir a Presidenta da Comissão, que está presente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputada Laura Carneiro, a proposta é a seguinte: que se acrescente ao texto a expressão "Santas Casas e APAEs". A emenda está assim redigida: implantação, aparelhamento e adequação das unidades de saúde do SUS, aparelhamento e adequação de unidades de saúde nacional. A proposta é para que acrescentemos a expressão "Santas Casas e APAEs". Só isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nobre companheiro Giovanni Queiroz, a Comissão de Seguridade Social e Família tem, por norma de trabalho, fazer tudo por meio do microfone. São convocadas todas as Lideranças partidárias da Comissão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A Comissão de Seguridade Social e Família tem por norma trabalhar com todas as Lideranças da Comissão. O Deputado Dr. Rosinha é testemunha disso. Discutimos essa emenda, por exemplo, com as Santas Casas e as APAEs. O Presidente da Federação Nacional das APAEs é o nosso 1º Vice-Presidente. O Deputado Eduardo Barbosa foi o Presidente da Federação das APAEs. Isso não quer dizer que não existam outras entidades. Não saberia citá-las neste momento, até porque...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Golden Cross, por exemplo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não é mais. A Deputada Laura Carneiro, quando era Presidenta da Comissão, no Rio de Janeiro, conseguiu, através de ação judicial, fazer com que Golden Cross e LBV perdessem a condição de entidades filantrópicas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas há outras "pilantrópicas".

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A Comissão de Seguridade Social e Família acompanha o trabalho do Conselho Nacional de Assistência Social diariamente. Hoje, esse tem sido o trabalho mais fiscalizado na área de assistência. V.Exa. não tenha dúvida de que não haverá nenhuma distorção. Pelo menos enquanto a Deputada Laura Carneiro for Presidenta, na Comissão de Seguridade Social tudo será feito em conjunto. Portanto, não posso alterar o texto da emenda, porque ela não é minha.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E não temos poder para isso. É o que estou dizendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A emenda é da Comissão, votada por ela. Não tenho o poder de alterar o que foi determinado pela Comissão de Seguridade e Família. Aqui estão os Deputados

Raimundo Gomes de Matos, Darcísio Perondi e Dr. Rosinha, todos membros daquele órgão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso tem que ser feito politicamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Tem que haver lei específica. Tem que ser nominal. Não pode ser nacional. Não pode ser aberto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Se colocarmos, no subtítulo, especificamente, "Santas Casas e APAEs", o recurso não poderá ser utilizado nem em unidades públicas. Como é a mesma emenda, a emenda não é uma só...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Modalidade 50.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Na Modalidade 50, não posso... Vou dar outro exemplo de entidade. Vamos supor que quiséssemos também atender à ABBR, entidade filantrópica de reabilitação. Vamos supor que quiséssemos complementar o dinheiro das Pioneiras Sociais, também entidade filantrópica. Citando exemplos do Rio de Janeiro, que para mim é mais fácil, vamos supor que quiséssemos, no hospital... Eu não tenho como. Entendo sua preocupação e comprometo-me com V.Exa. e com o Senador Amir Lando...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A acompanhar a execução orçamentária. Eu vou acompanhar também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aí, é possível.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E vou ajudar-lhe na execução orçamentária, quando passar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Também vou acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esse é o caminho. Outro não existe. V.Exa. desiste?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retira o destaque.

Finalmente, chegou o Deputado Dr. Rosinha, cuja presença estávamos reclamando.

Vamos para os próximos destaques: Destaques nºs 29, 170, 171, 172 e 173.

Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para defendê-los.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Relator e sua Assessoria indicaram-me por que esses destaques foram prejudicados. Todos eles visavam ampliar os recursos para a área de saúde em âmbito nacional. Dois desses destaques são da própria Comissão de Seguridade Social e Família, apresentados por mim.

Sr. Presidente, retiro os destaques, porque eles já estavam prejudicados, por terem sido atendidos, mas parcialmente, e sabemos da vontade do Relator de fazer indicação ao Relator-Geral para que a Emenda Constitucional nº 29 seja atendida, bem como as emendas apresentadas pela Comissão. Então, com esse encaminhamento dado pelo Relator, retiro os destaques. Vamos trabalhar — o Relator pode ter certeza —, juntamente com a Deputada Laura Carneiro, para que seja ampliado o atendimento aos hospitais universitários, entre outros, e para atender à Emenda Constitucional nº 29.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabéns, Dr. Rosinha, pela sapiência.

Vamos agora ao "último dos moicanos", o Deputado Pedro Chaves, com o Destaque nº 92.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sigo o mesmo caminho dos demais, Sr. Presidente: retiro, para indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado para indicação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, a bem da verdade, quero dizer que cometi uma injustiça para com o Sr. Relator quando disse que o Rio de Janeiro estava com mais de 100 milhões e São Paulo estava com 30 milhões. Foi um erro. Não havia percebido que uma das emendas tem caráter nacional, a de 67,5 milhões. A desproporção ainda existe, mas, evidentemente, não é tão maluca quanto eu havia dito.

Portanto, peço desculpas ao Sr. Relator e faço a retificação de público.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, só quero fazer uso da palavra para parabenizar o Relator, porque temos um relatório diferente. Já vimos Sub-Relatores simplesmente dizerem que não tinham nada e não podiam fazer nada. Então, quero cumprimentar o Deputado Paulo Feijó pelo relatório e por ter-se esforçado e buscado contemplar os pleitos dos Parlamentares, mesmo que minimamente.

Portanto, parabenizo S.Exa. pelo trabalho e pelo relatório que apresentou.**O SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) – Ao encerrar os trabalhos relativos à saúde, agradeço ao Deputado Paulo Feijó o brilhante trabalho executado. Mesmo com muita dificuldade e escassez de recurso, S.Exa. elaborou um Orçamento à altura desta Comissão e do povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Relator e toda a equipe técnica justamente pela sapiência ao acomodar demandas de difícil conciliação.

Parabéns, Sr. Relator!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Este é o primeiro mandato do Deputado Paulo Feijó na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, é o segundo mandato do Deputado Paulo Feijó. Fui colega de bancada de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. demonstrou ser Parlamentar experiente e está de parabéns pelo trabalho que fez. Agradeço-lhe a presença nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos agora para a apreciação da Área Temática Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

(Não identificado) – Parabéns, Deputado! V.Exa. honrou esta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Obrigado.

(Não identificado) – Quero associar-me à homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou suspender a sessão por cinco minutos, para tomarmos fôlego. Recomeçaremos com recursos hídricos, em seguida.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos reiniciar a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação do relatório referente à Área Temática IX — Integração Nacional e Meio Ambiente, cujo Relator é o Deputado Luciano Castro, a quem passo a palavra para falar sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, agora, passamos à fase final de apreciação e votação dos destaques constantes do relatório.

Naturalmente, compreendo o anseio dos Srs. Parlamentares em atender da melhor forma possível às reivindicações de suas bases, seus Municípios e seus Estados, ainda mais levando-se em conta as dificuldades que tiveram de enfrentar este ano.

No entanto, há de se compreender também a dificuldade da limitação dos recursos de que dispomos. Creio que isso não ocorre apenas em nossa área, mas em todas as outras que já tiveram relatórios apresentados. Não há um único Sub-Relator que tenha encontrado facilidades e atendido de forma plena e até meritória a todos os Srs. Parlamentares.

Por essa razão, peço aos Srs. Parlamentares, já que fizemos o que foi possível, compreensão, para que possamos aprovar os destaques e, assim, concluir a apreciação do relatório.

Em primeiro lugar, submeto a esta Comissão as seguintes proposições:

1º) Correção do subtítulo constante da Emenda nº 80090001, de "implantação de projeto de irrigação – projeto de irrigação Braço Norte 02–Goiás", para "implantação de projeto de irrigação – projeto de irrigação Braço Norte 02–MT";

2º) Submeter à apreciação do Relator-Geral os Destaques aqui mencionados como de nºs 00073 e 00151, que, na realidade, se referem à Emenda nº 500130005, e não à Emenda nº 50130003. Estamos encaminhando esse destaque ao Relator-Geral, uma vez que se trata de proposição da Marinha referente a recursos que estão no Ministério do Meio Ambiente, para que sejam em parte destinados, no limite de até 5 milhões, a pesquisas na Antártida. No entanto, como foge de nossa alçada o exame da questão, estamos encaminhando-a ao Relator-Geral, para que S.Exa. possa estudá-la;

3º) Sugerir ao Relator-Geral a proposição do Presidente da CODEVASF, conforme Ofício/PR/GB nº 762 —, em anexo, uma vez que tal correspondência só me foi encaminhada após a aprovação do relatório.

Essa proposição foi encaminhada pelo Deputado João Leão. Incluímos no relatório as proposições que achamos justas. No entanto, todas elas deverão acatar a deliberação do Relator-Geral.

A nosso ver, em relação à CODEVASF, não se trata apenas de remanejamento interno. Por isso, acolhemos o pedido do Deputado João Leão e encaminhamos o destaque ao Relator-Geral, para deliberação.

4º) Quanto ao quarto item, relativo ao Ministério do Meio Ambiente, sugiro ao Relator-Geral recomposição de cortes efetuados, conforme o quadro anexo.

5º) Indicar ao Relator-Geral o atendimento dos seguintes destaques: Destaque nº 213, do Sr. Deputado Giovanni Queiroz; Destaque nº 260, do Sr. Deputado Anivaldo Vale; Destaque nº 222, do Sr. Deputado Giovanni Queiroz, num total de 4 milhões de reais, referente à reposição do corte efetuado na alça viária do Estado do Pará; Destaque nº 006, do Deputado Armando Abílio, no valor de 3 milhões e meio para reposição, acertado em entendimento com o Relator-Geral; Destaque nº 016, do Deputado Pedro Novais, com indicação de 10 milhões de reais; Destaque nº 086, do Senador Tião Viana; Destaque nº 165, do Senador Nabor Júnior; Destaque nº 045, da Deputada Zila Bezerra, no valor de 1 milhão de reais; Destaque nº 163, do Senador Nabor Júnior; Destaque nº 088, do Senador Tião Viana; Destaque nº 047, da Deputada Zila Bezerra, no valor de 1 milhão de reais; Destaque nº 046, da Deputada Zila Bezerra; Destaque nº 162, do Senador Nabor Júnior; Destaque nº 089, do Senador Tião Viana, no valor 1 milhão de reais; Destaque nº 116, do Deputado Armando Abílio; Destaque nº 117, do Deputado Ricarte de Freitas; Destaque nº 118, do Deputado Jorge Khoury, no valor de 1 milhão e meio de reais; Destaque nº 114, do Deputado Gonzaga Patriota; Destaque nº 204, do Deputado Carlos Batata; Destaque nº 270, do Deputado Clementino Coelho, no valor de 5 milhões de reais para o Estado de Pernambuco; Destaques nºs 042 e 179, do Deputado Paes Landim, no valor de 3 milhões e meio; Destaque nº 109, do Deputado Paulo Kobayashi para o Estado de São Paulo, no valor de 5 milhões de reais; Destaque nº 055, do Deputado Wilson Braga; Destaque nº 192, do Deputado Narcio Rodrigues; Destaque nº 052, do Senador Wellington Roberto, no valor de 2 milhões de reais; Destaque nº 196, do Deputado Narcio Rodrigues; Destaque nº 216, do Deputado Giovanni Queiroz; Destaque nº 264, do Deputado Clementino Coelho, no valor de 5 milhões de reais; Destaque nº 011, do Deputado João Magno; Destaque nº 158, do Deputado João Coser, no valor de 7 milhões, 473 mil, 560 reais; Destaque nº 055, do Deputado Wilson Braga, no valor de 20 milhões de reais, para reposição de verba genérica para a Defesa Civil, no Ministério da Integração.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado Alberto Goldman, que já estava inscrito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, preciso de uma informação do Relator.

Sr. Relator, quanto às emendas do Destaque nº 108, da Prefeitura do Estado de São Paulo, aprovado por unanimidade pela bancada, dos 77 milhões de reais V.Exa. alocou apenas 7 milhões de reais e nada complementou no destaque.

Em seguida, quanto ao Destaque nº 109, com emendas no valor de 95 milhões de reais, todas relativas a ações de contenção de enchentes, a de 95 milhões de reais para a Capital do Estado de São Paulo teve a contemplação de apenas 5 milhões e meio. V.Exa. não acrescentou mais nada.

Quanto ao Destaque nº 110, do Deputado Paulo Kobayashi, para recuperação de mananciais em áreas urbanas, dos 180 milhões de reais V.Exa. alocou apenas 4 milhões e meio.

No Destaque nº 111, da bancada de São Paulo, para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no Vale do Paraíba, de 40 milhões de reais V.Exa. alocou 20 milhões de reais.

Gostaria de saber qual o seu critério, uma vez que alocou apenas 125 milhões para todo o Estado de São Paulo e, em apenas uma emenda, a do Vale do Paraíba, no valor de 40 milhões, alocou 20 milhões de reais, ou seja, 50%. V.Exa. deve ter adotado algum critério que precisa ser explicado, além do motivo pelo qual o adotou.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Alberto Goldman, esse assunto foi acompanhado pelo coordenador da bancada, Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não foi, nobre Relator. Acabei de falar com S.Exa., que lhe solicitou que priorizasse as emendas da Prefeitura e as do Estado de São Paulo, aprovadas pela bancada por unanimidade.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – O Deputado Paulo Kobayashi esteve no meu gabinete. Quero dizer a V.Exa. que, se a bancada achar que deve remanejar internamente os recursos, não há problema em atendê-la. Não tenho preferência por essa ou aquela emenda. Se V.Exa. e a bancada decidirem que devemos remanejar os recursos para outras áreas, a fim de haver compensação, nós o faremos sem qualquer restrição.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Deputado Luciano Castro, desculpe-me, mas sempre fica muito mais difícil remanejar internamente o recurso depois de alocado. Tenho aquele conceito de que

jabuti não sobe em árvore. Se sobe, é porque alguma coisa o faz subir na árvore.

Gostaria de saber de V.Exa. qual é a razão de desconsiderar os pedidos unânimes da bancada, da Prefeitura e do Estado de São Paulo e acolher 50% de uma emenda do Vale do Paraíba de 40 milhões de reais, importante também, sem dúvida. De 95 milhões de reais, o Estado de São Paulo recebeu apenas 5 milhões de reais, a Prefeitura, de 77 milhões de reais, recebeu apenas 7 milhões de reais, e o Vale do Paraíba, com representação federal limitada — praticamente temos a Deputada Angela Guadagnin —, de 40 milhões, recebeu 20 milhões de reais.

Gostaria de entender. Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Muito bem, Deputado Alberto Goldman.

Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, o Destaque nº 73 deve ser retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 73?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele foi rejeitado por falta de recursos. É de autoria do Deputado Luiz Ribeiro. Deve ser retirado, porque houve erro. O Relator já o corrigiu e fez a indicação ao Relator-Geral. Se for votado, vai prejudicar inclusive a indicação.

Estou retirando o Destaque nº 73.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – O Deputado Dr. Rosinha já foi atendido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Luciano Castro, novamente volto a reclamar do tratamento dispensado ao Rio Grande do Sul.

Reconheço seu esforço. Conseguiu V.Exa. atender parcialmente, com 1 milhão, a uma das três emendas de bancada do Estado. Quero saber quais são os critérios utilizados, já que o Rio Grande do Sul receberá apenas 12 milhões do total de emendas apresentadas, sendo que três emendas de bancada referem-se a essa área temática.

Há problemas gravíssimos a serem atacados no Estado. Não tenho nada contra as demais Unidades da Federação. Acho, inclusive, que elas são merecedoras de muito mais recursos. Entretanto, alguns Estados, com três emendas de bancada, irão receber 30 milhões ou mais, enquanto o Rio Grande do Sul vai receber apenas 12 milhões.

V.Exa. havia reconhecido a distorção na apresentação do relatório e ficou de corrigi-la parcialmente. Contudo, 1 milhão não irá corrigir. Então, queremos votar em separado os Destaques 36 e 37, que tratam de ações emergenciais da Defesa Civil. Faço essa solicitação porque os valores destinados ao Estado estão muito aquém do pedido nas nossas emendas.

Peço a consideração dos colegas e a reconsideração do nobre Relator no tocante a esse problema. Conheço as dificuldades enfrentadas por V.Exa., a escassez de recursos, mas o nosso Estado está sendo absolutamente discriminado. E não quero crer que essa seja uma ação contra o governo do Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul.

Portanto, peço a revisão dos valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ouvimos agora o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, pela primeira vez na história desta Comissão, está sendo atendido o preceito constitucional relativo à irrigação no Centro-Oeste. Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal sempre foram passados para trás nesse item nos Orçamentos anteriores.

A cada ano, temos conseguido recuperar parte dos recursos perdidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já se ameaçou até entrar na Justiça por conta disso.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Exatamente. E V.Exa. é um dos sempre que batalharam por isso. No ano passado, recebemos 17,8% do previsto e este ano, pela primeira vez, atingimos um patamar real, que atende à região Centro-Oeste.

Por conta disso, parabenizo o Relator e o Presidente desta Comissão. Saliento que Goiás está sentindo-se absolutamente contemplado no que diz respeito a essa questão. Registro esse fato porque, normalmente, ao usarmos a palavra, fazemos reclamações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solidarizo-me com V.Exa., lembrando que os Parlamentares do Centro-Oeste têm de reconhecer esse mérito no Deputado Luciano Castro. S.Exa. foi o primeiro Relator a reconhecer o nosso direito constitucional aos 20% para a irrigação.

Peço àqueles que tenham destaques para votar em separado que se manifestem. Deixaremos a discussão dos destaques para depois. *(Tumulto.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Queremos votar em separado os Destaques 84 e 87, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Peço a atenção do Relator para o item 2 do seu comentário aos destaques. Diz o texto: "Submeter à apreciação do Relator-Geral os Destaques nºs 73 e 151".

(Intervenção inaudível.)

Acontece que o Destaque nº 73 foi retirado. Como S.Exa. pode submeter à apreciação destaque que foi retirado?

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto, porque foi feita uma indagação ao Relator. Vamos deixar S.Exa. responder.

Com a palavra o Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Eu tinha lido primeiro os comentários do relatório. Depois, o Deputado Dr. Rosinha fez essa observação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Sr. Presidente, gostaria de saber se o nobre Relator já terminou de ler os destaques. Parece que S.Exa. foi interrompido e ainda não concluiu a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos à disposição aqui a publicação dos destaques.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Eu só quero saber porque o Relator estava lendo os destaques.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Fiz os comentários gerais a respeito das indicações. Os destaques rejeitados, aprovados ou aprovados parcialmente estão sendo distribuídos aos Srs. Parlamentares, para que façam observações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quero apenas registrar a minha satisfação ao ver o excelente relatório elaborado pelo meu companheiro de partido.

Entretanto, peço que transforme o Destaque 130 em indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado José Carlos Aleluia está retirando o Destaque nº 130. *(Tumulto.)*

Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, esta Comissão toda reconhece que tenho travado há muitos anos uma luta em prol de projeto intitulado Brejos da Barra.

Agradeço ao Sr. Relator a indicação do projeto ao Relator-Geral. Entretanto, apresento proposição ao Plenário. Se os Parlamentares concordarem, o Relator-Geral poderá ter o direito de incluir no relatório a carta do Presidente da CODEVASF no que tange ao GND 4.

Por isso, solicito a votação em separado do item 3 do texto do Relator no que tange ao GND 4, propondo a inclusão no relatório, desde que os demais colegas aprovem a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Leão, isso é impossível. Vai ser encaminhado ao Relator-Geral...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Perdoe-me, Sr. Presidente, mas não é impossível. O Regimento da Comissão permite, se o Plenário aprovar, ao Relator incluir tal medida no relatório. Este Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Neste caso, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Porque há uma resolução, uma legislação e um Regimento. Então, não podemos passar por cima disso.

Estamos impedidos de fazer isso aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, a resolução não trata disso. Solicito a V.Exa. que consulte a área técnica da Comissão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso só é possível mediante emenda de Relator. O Deputado Luciano Castro não pode fazer isso, apenas o Relator-Geral pode fazer, no caso de erro ou omissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – S.Exa. pode fazer porque há erro e omissão.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado João Leão, estou recebendo a solicitação de V.Exa. encaminhada pelo Presidente da CODEVASF, entendo-a como legítima. Por isso, incluí o pedido em meu relatório.

Entretanto, como não tenho poder deliberativo, vou encaminhar a matéria ao Relator-Geral, com apreciação favorável.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Infelizmente, sou responsável por outra tarefa, mas apresentei o

Destaque nº 180, uma emenda de Comissão da Deputada Luiza Erundina. A Deputada pediu-me que solicitasse a V.Exa. que, não tendo condições de acolhê-la, fizesse indicação ao Relator-Geral, para que S.Exa. desse tratamento especial à matéria.

O destaque refere-se ao projeto demonstrativo de gestão integrada de resíduos sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Solicito a retirada dos Destaques nºs 36 e 37 e peço ao Relator que os encaminhe ao Relator-Geral como indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, a bancada do Rio de Janeiro apresentou três destaques. Quanto aos Destaques 1 e 3, apenas peço ao nobre Relator que indique a ampliação dos recursos.

O Destaque 2, de minha autoria, foi prejudicado, em razão da aprovação do Destaque 144, do nobre Deputado Jorge Bittar. Como S.Exa. é companheiro de bancada, não há problema. O importante é que os recursos sejam destinados ao Rio de Janeiro. Entretanto, o valor aplicado foi de apenas 1 milhão de reais.

Entendo as dificuldades do nobre Deputado Luciano Castro, mas quero fazer um apelo. Se S.Exa. não tiver mais recursos, o que imagino seja a realidade, solicito que, no Destaque 2, além de pedir no relatório a ampliação dos valores constantes dos Destaques 1 e 3, priorize esses valores.

Na verdade, esse destaque se refere ao desassoreamento das lagoas de Araruama. É impossível qualquer ação com 5 milhões de reais. O contrato existe, mas precisávamos de, no mínimo, 10 milhões para tocar a obra. Como o Sr. Relator fez, no início do relatório, indicações com valores, solicito a inclusão no item 5 do relatório da indicação ao Relator-Geral do atendimento do Destaque 2, no valor de 5 milhões, o que completaria os 10 milhões necessários para a obra de desassoreamento das lagoas de Araruama e de Maricá.

Retiro os Destaques 1 e 3, para que o Relator possa indicá-los ao Relator-Geral. Em relação ao Destaque 2, que foi prejudicado, peço indicação explícita, para que o Relator-Geral possa alocar mais 5 milhões.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Pela ordem, Sr. Presidente. Apresento, para votação em separado, os Destaques nºs 125, 126, 127, 128 e 129.

Se o Relator não atender a qualquer destaque, retiro os meus, porque não vou ficar aqui discutindo. Mas, se atender a algum destaque, mantenho os meus.

Se S.Exa. não puder atender a qualquer destaque, vamos aprovar rapidamente o relatório.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Não tenho mais disponibilidade de recursos para acrescer a destaques já estabelecidos no meu relatório. Portanto, o que está em exame é uma ou outra indicação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Retiro os meus destaques e peço a transformação deles em indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, solicito dois esclarecimentos para poder decidir sobre os meus destaques. A primeira indagação é se o nobre Relator dispõe de algum dinheiro para remanejamento.

A outra observação que faço é que há alguns destaques que não foram rejeitados no relatório e estão indicados. Também precisamos manifestar-nos sobre essas indicações?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Reafirmo que não tenho dinheiro guardado no bolso para atender a mais demandas feitas pelos Parlamentares. O que posso fazer é, em alguns casos considerados injustos, fazer indicações ao Relator-Geral. Não posso generalizar todas as indicações e vou trabalhar com S.Exa. para que as indicações que criam desequilíbrio na bancada efetivamente possam ser atendidas. Tenho esse compromisso.

Naturalmente, alguns pedem indicação para obter mais recursos. Há indicações referentes à reposição de valores cortados, que terão prioridade. Já conversei com o Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, e vamos decidir, num segundo momento, em função do que for aprovado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Tendo em vista o esclarecimento prestado pelo nobre Relator, solicito a retirada dos Destaques de 263 a 270.

Entre esses, os Destaques 268, 269 e 270, destaques da bancada de Pernambuco, não mereceram sequer indicação ao Relator-Geral. Peço a S.Exa. que aprecie, desses três, pelo menos um, para podermos compensar a bancada de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, faço esta intervenção para registrar minha indignação.

Para o Projeto Multilago, em Campina Grande, depois de realizarmos um trabalho árduo e uma discussão profunda sobre o tema, vieram no PL recursos da ordem de 7 milhões de reais. Eis que, para nossa surpresa, o Sr. Relator retirou desse montante 3,5 milhões.

Não estamos pedindo aumento de verba. Queremos apenas a recomposição dos valores do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator já falou sobre isso.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sim, mas quero registrar minha indignação e minha insatisfação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está consignada a indignação de V.Exa.

Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, diante da impossibilidade de o Relator atender aos Destaques nºs 99 e 100, solicito a S.Exa. a possibilidade de se fazer indicação ao Relator-Geral para atendimento desses dois destaques.

Se for possível, retiro os dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço, neste momento, especial atenção deste Plenário para ver se temos ao menos vergonha na cara para mudar o rumo das coisas.

Vou fazer a leitura do art. 3º da Resolução nº 01, de 2001:

A Comissão compõe-se de 84 membros titulares, sendo 63 Deputados e 21 Senadores (...)

Mas ela se compõe basicamente do Presidente, do Relator-Geral e dos Relatores-Setoriais. Há, eventualmente, o Plenário, com a competência exclusiva de aprovar os relatórios. Digo exclusiva porque não tem outra finalidade senão homologar os relatórios.

Nada se altera, não se corrige nada. Toda a idéia gravada na resolução sobre o que é destaque previsto no nosso Regimento, que, na verdade, rege os destinos desta Comissão, não significa nada, porque não corrige coisa alguma. Tudo já está definido exclusivamente pelo Relator.

Estabeleceu-se, Sr. Presidente, neste momento, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a tirania dos Relatores, a tirania absoluta.

Sabemos que todo poder corrompe absolutamente. Espero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, que não estejamos a passos de gigante, caminhando para o refúgio dos anões.

Quero lavrar esse protesto, porque não há critério algum. Não há critério. Emendas idênticas, com a mesma natureza, que, pela sua excelência, demandariam algo que poderíamos chamar de valores isonômicos. Mas a discrepância é brutal, e, quando se quer corrigir, não se corrige. Não faço qualquer referência a nenhum Relator, mas a todos os Relatores.

Estou indignado com o que está acontecendo. Somos o Plenário do faz-de-conta. Ele se submete a uma pessoa só. Quando deveria ser soberano, é submisso. Não se altera nada, nenhuma vírgula, coisa alguma. Isso que estamos vendo é um mau exemplo, Sr. Presidente, porque a maioria se submete a um só. Vamos proclamar aqui: "não" à democracia, "sim" ao governo de um e a que todos se submetem.

Não sei dos critérios e até ia perguntar ao Relator o porquê dessas discrepâncias, mas teria que perguntar a todos, e não quero cometer a injustiça atual. Talvez emendas da nossa bancada. Não vou comparar com as outras bancadas, fico só em Rondônia. Realmente, fiquei surpreso. Talvez se tivesse negociado, mas não fui atrás, não gosto dessas coisas.

Não sou afeito a isso, até porque faço uma leitura antiga de Erasmo de Rotterdam, na obra "Elogio à Loucura", em que ele execra os negociantes. Quero brindar esta Casa com o conceito que ele faz dos negociantes: Os negociantes, sobretudo, são os mais sórdidos atores da vida humana. Não há coisa mais vil do que essa profissão. E, como coroamento da obra, exercem da maneira mais imunda, em geral, perjúrios. Mentirosos, ladrões, trapaceiros e impostores. E, mais adiante, conclui ele: Imagino se reis, em meio de sua miserabilidade e escravidão, não desejariam trocar as próprias tiranias pelas de falares ou de Dionísio. Sobretudo contribui para torná-los felizes a idéia de que fazem a própria erudição.

Sr. Presidente, não sou afeito a esse tipo de trabalho. Quando apresento emenda em benefício do Estado de Rondônia, olho a excelência e o conteúdo intrínseco dela, a natureza. O que não se pode é ter dois pesos e duas medidas. Quando se quer corrigir — via destaque, exatamente na forma da Resolução nº 01 —, a maneira adequada, como expressa o art. 33, é com o aumento de dotação, o cancelamento, a

redução, o remanejamento de valores, porque temos que buscar uma equalização.

Todos nós somos iguais. Não há Senadores, nem Deputados de segunda classe. Todos somos iguais. O Estado de Rondônia, numa emenda coletiva, apresentou 6 milhões de reais, não teve nenhum acréscimo. Outros Estados tiveram acréscimos considerados.

Por isso, Sr. Presidente, eu poderia referir-me a qualquer relatório. Neste momento, estou apenas nesse relatório.

Gostaria então de dizer: ou mudamos a ordem das coisas e volta a soberania do Plenário, ou homologamos, submissos, obedecendo à vontade exclusiva do Relator.

É um contra todos. É a vontade de um sobre todos. Não é má vontade dos Relatores. É a estrutura montada. O Presidente é compelido a dar celeridade, e, com isso, a discussão daquilo que seria a essência de uma emenda, como o fez anteriormente o Deputado Alberto Goldman, cai num vazio, no silêncio do deserto e, sobretudo, da ineficiência e da ineficácia.

Não é isso que deve ser a Comissão de Orçamento. Vamos insistir.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – No silêncio não vai ficar, Senador. Está certo.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Temos que pensar no destino do povo brasileiro com a maior transparência possível. À medida que o pacote vem perfeito e acabado, que não se pode alterar tudo, acontece algo evidentemente inusitado, incredível, que pode ser objeto ou de toda suspeita ou de toda louvação.

Não quero aqui levantar qualquer suspeita, porque entendo que os Relatores são sobretudo homens honrados. E não quero buscar a linguagem shakesperiana, em César, que coloca na boca de Antônio que Brutus era um homem honrado. Não são homens honrados. Honrado na essência da palavra, na minha convicção da palavra, mas não são infalíveis. Não são infalíveis, e não há forma de corrigir, Sr. Presidente, não há como corrigir.

Por isso, quero afastar-me da Comissão, lavrando esse protesto, porque não há mais nada a fazer.

Vou cuidar agora da Comissão específica do salário mínimo. Aqui não há mais nada a fazer. Quem ficar aqui vai fazer papel de bobo, porque não se faz nada. Aqui querem apenas **quorum**, vamos dar **quorum**...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero usar a palavra.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quero dizer que sou Deputado e não tenho, individualmente, poder para pedir verificação. O Senador tem. O Senador fez um belo discurso e tem o poder de sozinho parar a Comissão. Portanto, não aceito a idéia de que estou fazendo papel de bobo.

Quero protestar contra a expressão de S.Exa. Concordo com a tese de que nada estamos fazendo aqui. Mas um Deputado só não pode parar a Comissão, e um Senador só pode.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir o Deputado Giovanni Queiroz.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Se eu tiver o apoio de V.Exas., peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estamos chegando a um clima que realmente preocupa. O Senador tem muita razão. Quando há critérios, temos que discuti-los. Quando não há critério, ou o critério utilizado prejudica o Estado...

V.Exa. sabe, Deputado Luciano Castro, que está tirando dinheiro do Pará, de uma das obras mais importantes de integração rodoviária, fluvial e marítima no Estado. V.Exa. tirou o dinheiro que vem da proposta do Governo. Em vez de acrescentar, tirou. Ficamos de acrescentar recursos, e V.Exa. retirou os recursos e não corrigiu. V.Exa. prometeu pelo menos repor o que tinha tirado. Deu só 3 milhões de reais. Aliás, tirou 7 milhões de reais e repôs 3 milhões. Só 3 milhões de reais.

Não é possível votar isso aqui. Respeito-o como pessoa. É meu amigo, mas o critério adotado não é justo. E mais: se é preciso cortar 40% do investimento, V.Exa. cortou quase 60% do que estava proposto. Eram 40 milhões, e V.Exa. cortou 22 milhões da construção da alça viária, uma obra extraordinária para o Pará como um todo, obra que o Governador está tocando com muita presteza, com muita vontade de integrar o Estado. E agora V.Exa. repõe apenas 3 milhões de reais.

Quero fazer-lhe um apelo. Vou destacar a emenda, vou brigar por ela. Vou votar contra o seu relatório, porque não posso admitir que o meu Estado seja sangrado.

Quando há critério, ficamos felizes. Há critério, e brigo por causa dele. Brigo por causa de critério com relação a rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Brigo pela conservação de rodovias. Brigo pela distribuição da área social, população **versus** renda. São critérios. Relatório sem critério é uma desgraça. Depois, vamos ter de pensar a relação Comissão **versus** Relator, para que possamos alterar propostas do Relator. Neste caso aqui, estou-me sentindo prejudicado. Vou pedir aquela última rapa, o último dinheirinho que V.Exa. tem para o Estado do Pará.

Eu e o Deputado Anivaldo Vale estamos aqui para defender o interior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tenho uma proposta para fazer ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Giovanni Queiroz, tínhamos assumido, tanto com V.Exa., quanto com o Governador do Estado do Pará, num entendimento com o Relator-Geral, a reposição dos recursos que foram cortados da alça viária. Estamos atendendo com 3 milhões, diretamente nos destaques, e estamos trazendo 4 milhões acertados já, num entendimento com o Relator-Geral. V.Exa. tem o compromisso de que os 7 milhões de reais serão repostos agora, no relatório final, todos os 7 milhões de reais. Não só com esses 3 milhões, mas os 4 milhões que já estão acertados, independentemente do atendimento que o Relator-Geral possa dar em breve.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero registrar que aceito a palavra de V.Exa., mas fico indignado de não ser acrescida emenda de bancada na Relatoria-Setorial. Não pode acrescer um centavo, não foi acrescido um centavo para essa mesma obra. Quer dizer, a retirada da emenda de bancada prejudicou o Estado. A emenda de bancada serviu para prejudicar e tirar dinheiro do Estado. Não dá para entender isso.

Deputado Luciano Castro, eu queria que V.Exa. voltasse com esse recurso aqui e agora. Preciso desse recurso para o Estado do Pará. A emenda serviu como instrumento para V.Exa. cortar dinheiro. Não é possível.

Então, de qualquer forma, vou manter a posição de votar a matéria e....

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, ainda quero fazer um alerta à Casa, pela Liderança do PDT nesta Comissão. Acertamos ontem — e V.Exa. participava da reunião — uma reunião ampla na terça-feira, com o Presidente Aécio Neves, para definirmos o valor do salário mínimo e a correção dos salários dos servidores públicos. Ficou acertado para terça-feira.

Nós, do PDT — e aqui está o PCdoB que também se soma a essa condição —, do PT, do PSB e do PPS não vamos abrir mão de um dia de prazo, de um minuto de prazo para votarmos qualquer coisa daqui para frente se não decidirmos realmente na terça-feira, e antes disso até, recursos para o salário mínimo. Queremos um salário mínimo de 220 reais. Entendemos que é a forma mais honesta, mais decente de se redistribuir renda neste País.

Sr. Presidente, fica registrada mais uma vez a preocupação de que o Governo não venha ao encontro desse objetivo, que deve ser de todos os Parlamentares desta Comissão. Todos os brasileiros têm responsabilidade com a sociedade, ou melhor, com o povo pobre deste País. Quero deixar registrada mais uma vez a posição do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço desculpas.

Eu sou autor do Destaque nº 271, e S.Exa. alega não ter recurso para atender. É só remanejamento entre emendas de bancada. Foi um pedido de remanejamento do Amapá, do Deputado Antonio Feijão, e eu sou autor.

Deputado Luciano Castro, gostaria que V.Exa. revisse essa posição, porque dá para remanejar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o número do destaque?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Número 271.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, em relação a esse destaque do Amapá, do Deputado Antonio Feijão, na realidade, o Deputado....

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – A Paraíba está sem direito. Não tem direito nem de falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Nordeste é sempre assim.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Está morto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Nordeste sempre fica por baixo. Infelizmente, é

assim. Até o pessoal do Norte agora quer passar para o Sul.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Pois é, Sr. Presidente. Lembre-se da terra da sua digníssima mãe, solitária lá na Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acho que é o Norte que não quer deixar a Paraíba falar.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Giovanni Queiroz, vou esclarecer o destaque do Deputado Antonio Feijão. Na realidade, o Deputado não está, no destaque assinado por V.Exa., pedindo o acréscimo. Eu até concordaria com esse atendimento. Porém, S.Exa. está pedindo cancelamento do recurso da própria bancada, para recompor a dotação. Só que, para isso, precisa do apoiamento da bancada.

Estou levando isso à consideração do Relator-Geral. Se o destaque viesse para acréscimo, eu poderia atendê-lo em parte. Mas, nesse caso, ficou prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já entendi.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Para não perder o destaque, eu o encaminho ao Relator-Geral.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Relator, Deputado Luciano Castro, estou solidário com V.Exa., mas quero — sei das suas dificuldades, já passei recentemente por isso — viabilizar ações de atendimento ao nosso querido Estado da Paraíba. Se for possível, queria que V.Exa. — já que houve distorção grave da nossa bancada em relação a valores — fizesse indicação ao Relator-Geral, já que não tem disponibilidade de recursos, do Destaque nº 063.

Volto a repetir: sei das suas dificuldades e estou solidário com V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o destaque? Retira para indicação. Com a palavra o Deputado Osvaldo Reis.

A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PCdoB e do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES – Pelo Bloco PCdoB/PSB, falando em nome da Liderança, queremos dizer que a nossa paciência está esgotando-se em relação ao acordo feito ontem sobre o salário mínimo. Estamos indo a outra reunião que vai discutir o salário mínimo. A posição do PCdoB/PSB é não aceitar o valor de 200 reais. Vamos discutir o que é possível e esperamos que o acordo seja cumprido, no sentido de que seja encaminhado na terça-feira.

Essa é a posição do PCdoB/PSB. Queremos discutir o valor do salário mínimo. Não aceitamos os 200 reais. Vamos reunir-nos agora, para, depois, apresentar uma proposta a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Osvaldo Reis.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Sr. Presidente, houve, em certo momento, uma discussão um pouco genérica aqui na Comissão. Queria expor também claramente a posição do PT a respeito desses assuntos. Já sabíamos que essas votações dos relatórios seriam muito limitadas. Expomos isso logo no início da reunião.

Lembro-me bem de que discutimos sobre critérios, se não deveríamos ampliar o poder de emenda da própria Comissão. Inclusive retiramos nossa proposta inicial em nome de um novo regulamento, pelo qual as votações iniciais seriam feitas antes dos relatórios específicos. E em função de quê? De abrir a possibilidade do reajuste dos servidores públicos, mas sobretudo do salário mínimo, assunto que está em pauta nesta Comissão.

Foi com esse crédito de confiança que aceitamos tocar essa reunião, levar com toda a limitação existente e não fazer obstrução. Isso só ocorrerá se, na semana que vem, não houver a possibilidade real de mudança no Orçamento de 2002, inclusive em relação à tabela do Imposto de Renda e ao atendimento da dívida dos pequenos agricultores, assuntos que precedem a discussão do Orçamento.

Sr. Presidente, quero agregar-me ao que foi exposto aqui pelo Senador Amir Lando e pelos Deputados do PDT e do PCdoB. O PT mantém sua posição.

Vamos cumprir aquilo que combinamos. Vamos votar com as limitações existentes, sabendo que voltaremos depois com destaques no relatório apresentado pelo Relator-Geral, desde que tenha avanços significativos no que se refere aos três pontos mencionados: salário mínimo, dívida dos pequenos agricultores e revisão da tabela do Imposto de Renda.

Portanto, na próxima semana, na terça-feira, esta Comissão definirá se votaremos ou se paralisa-

remos os trabalhos até que se resolva a questão do salário mínimo e das demais questões abordadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM – Sr. Presidente, peço vênia ao ilustre Relator para discordar do Destaque nº 42. Eu tentei repor apenas o que veio da proposta do Governo Federal: uma obra incluída no PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O valor era de 6,5 milhões de reais, e S.Exa. deixou em 2,8 milhões.

O apelo que faço ao Sr. Relator é para que reponha o valor através de um mecanismo qualquer de recomposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, tive a oportunidade de apresentar à consideração do nobre Relator três destaques. O primeiro destaque propõe alteração da modalidade de aplicação de dotação da maior importância para Santa Catarina, que se destina ao financiamento do grande programa de reflorestamento que estamos realizando.

O segundo destaque, de nº 21, diz respeito à construção e à recuperação de obras hídricas. O Sr. Relator atendeu à nossa solicitação com 1 milhão. Eu vou retirar o destaque, mas peço a S.Exa. que coloque essas obras na relação daquelas que encaminhou ou vai encaminhar ao Sr. Relator-Geral, com a recomendação de haver um reexame. Santa Catarina está enfrentando grave problema no que toca ao sistema hidrográfico, principalmente aquele que atende à vertente atlântica. Nós temos um litoral extremamente belo e apropriado não só para o desenvolvimento da indústria do turismo, como também para a realização de atividades de pesca, seja industrial, seja artesanal. O nosso litoral está degradando-se. Essa dotação se destina justamente à realização de obras de reconstrução e construção de infra-estrutura hídrica.

Finalmente, o terceiro destaque refere-se ao programa de desenvolvimento integrado e sustentável da região da grande fronteira do MERCOSUL. S.Exa. não pôde atender ao nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu acho que esse destaque teve aprovação parcial.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Não. Estou referindo-me ao Destaque nº 20. O Sr. Relator não pôde atender, e peço a S.Exa. que faça uma especial recomendação ao Sr. Relator-Geral.

Sr. Relator, esse programa da grande fronteira do MERCOSUL, desenvolvimento integrado e sustentável, foi contemplado no Orçamento de 2000 com 7,5 milhões de reais. No Orçamento em vigor, está contemplado com 20 milhões, mas V.Exa. reduziu a importância para 6 milhões. No subsolo do Cone Sul, a 1.500 metros de profundidade, temos um aqüífero de água potável, o maior do planeta, que está ameaçado, pela poluição provocada pelos dejetos suínos e avícolas. O êxodo rural na região da fronteira, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é assustador. Com 6 milhões, nada poderemos fazer.

Finalmente, Sr. Relator, peço licença não para responder, mas para consignar na ata dos nossos trabalhos a inoportunidade e a impropriedade das manifestações sobre o desempenho da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no tocante à elaboração do Orçamento para o exercício de 2002. V.Exa. está cumprindo o seu dever, tendo de ouvir uma série de imprecações muito ilustradas, muito eruditas, mas impróprias e inoportunas.

É preciso que cada um dos Deputados e Senadores que participam desta Comissão tenha memória e aja pela palavra, pelo voto, pela opinião, tendo em vista o procedimento no que toca à elaboração do Orçamento.

Eu respeito todos os meus colegas Senadores e Deputados desta Comissão, mas não posso aceitar ameaças de que se não for aprovado isso, se não for aprovado aquilo não se vota o Orçamento. Sr. Relator, onde está o espírito público?

Deputados e Senadores não podem aceitar ameaças. Não é justo dizer que a Comissão não está decidindo. Ela está decidindo. O trabalho dos Relatores-Setoriais é recomendável. É preciso respeitá-lo. É preciso também respeitar a atuação democrática do Sr. Presidente desta Comissão, permitindo que todos os que participam dela usem da palavra.

Quero que fique consignada essa minha manifestação de tristeza pela inoportunidade e pela impropriedade daqueles que ameaçam com a paralisação da elaboração do Orçamento se esta ou aquela tese, por mais legítimas que sejam, não forem acolhidas. Também não aceito a posição de pessimismo radical de que não fazemos nada aqui.

Sr. Presidente, já avançado na idade, V.Exa. é testemunha de que eu tenho comparecido e participado de todas as reuniões, cumprindo o meu dever. Não posso aceitar manifestações dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está de parabéns por ser um Parlamentar modelo. É o mais operante nesta Comissão, fazendo tudo com competência política, sobretudo com educação. Falta educação para alguns aqui no tratamento com os colegas.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, que precisa retirar-se.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, eu e a Deputada Zila Bezerra precisamos falar rapidamente, porque teremos agora uma reunião da bancada com o Comitê de Emendas.

Eu retiro e peço que seja feita indicação do Destaque nº 84, de autoria do nobre Relator na reunião da bancada do Norte, referente a investimentos em ecoturismo na Amazônia. Não entendi por que não foi concedido absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está retirando o destaque?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Retirando e pedindo indicação para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está certo.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Ao mesmo tempo, retiro o Destaque nº 87, e peço que promova indicação para o Relator-Geral, que dota os Municípios do Estado com recursos para investimento emergencial na área de infra-estrutura e saneamento básico. Já tratamos disso detalhadamente.

Com essas duas contribuições e com as que a nobre Deputada Zila Bezerra apresentará, acredito que o Acre será minimamente atendido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra à nobre Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – De maneira sucinta, peço que faça indicação ao Relator-Geral dos Destaques nºs 45, 46 e 47, como já está recomendado.

Embora eu não tenha sido atendida da maneira como esperava, agradeço pelo menos a atenção do Relator para com o Acre, tentando estabelecer certo equilíbrio com as outras bancadas da Região Norte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Relator, como o Destaque nº 245 foi atendido parcialmente, eu vou mantê-lo. Solicito a V.Exa. que indique ao Relator-Geral a complementação desse destaque, para atender ao Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Nobre Relator, com relação ao Destaque nº 101, em primeiro lugar parabenizo V.Exa. por cumprir a Constituição, principalmente sob a égide do Governo Fernando Henrique Cardoso, na questão da irrigação na Região Centro-Oeste.

Depois de muita luta aqui, finalmente estamos vendo um Relator cumprir tal dispositivo constitucional.

Brasília desenvolve um projeto sério de produção agrícola, que vem crescendo. Nós fizemos um pedido de 30 milhões de reais, e foram acatados 6,5 milhões. O apelo que fazemos é para que se amplie isso.

Retiro o Destaque nº 101, mas peço ao Relator que faça a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabéns, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Braga, da Paraíba.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre Sr. Relator, a choradeira será a mesma que a os demais companheiros.

Apelo ao Relator no sentido de que reexamine o seu ponto de vista não com referência a verbas, pois sei que S.Exa. não tem, mas no sentido de atender às Emendas nºs 55 e 56, de minha autoria, que visam aplicar recursos no Ministério da Integração Nacional, para atender às obras de emergência. O Ministério está sem condições, e o ano vindouro será muito pior. Nós temos dificuldades diferentes das demais regiões, porque temos o problema da seca e outros, citados pelo Deputado Armando Abílio.

Nós não temos água para beber. Peço a S.Exa. que, sensível a esses problemas, pense nas Emendas nºs 55 e 56, de minha autoria, que visam a ações emergenciais da Defesa Civil, quer dizer, calamidade, construção e recuperação de obras da infra-estrutura hídrica, construções de barragens e perfuração de poços.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os destaques?

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Eu retiro e peço ao Relator que faça indicação em caráter especial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está acatada a proposta de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, eu gostaria que fosse feita, primeiro, uma correção: em vez de Destaque nº 117, leia-se Destaque nº 177, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. mantém o destaque ou retira, com indicação?

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Já estou retirando, para manter a indicação. Mas eu gostaria, Sr. Relator, que também fosse retirado e transformado em indicação o Destaque nº 178, referente à questão ambiental de desenvolvimento dos Municípios da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está retirando os Destaques nºs 177 e 178?

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sim, pedindo que sejam transformados em indicação para o Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Relator, V.Exa. fez a indicação do Destaque nº 11. Trata-se de solicitação para construção do prédio da ANA. Peço que seja encaminhada no relatório a reposição de valores cortados.

Quero também fazer indicação ao Relator-Geral dos Destaques nº 276 e 275, aprovados parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esse não pode ser retirado, senão perde o recurso.

É melhor manter o seu destaque lá na frente, com o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o número do destaque parcialmente aprovado?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – É o Destaque nº 275.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos retirá-lo da lista.

O Destaque nº 276 V.Exa. retira?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Retiro e indico ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, do Ceará.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizar o nobre Deputado Luciano Castro pelo esforço em concretizar e consolidar essa proposta, principalmente porque, com um lençol curto, fica difícil atender a todas as demandas.

A observação da bancada do Ceará se refere à obra estruturante do Açude do Castanhão. Nós estamos solicitando a indicação para o Relator-Geral dos Destaques nºs 64, 66, 67 e 68, haja vista que, apesar do esforço, o nobre Relator-Setorial não teve condições de contemplar as emendas que pediam os recursos necessários para a conclusão das obras em nosso Estado.

Muito obrigado e parabéns, Deputado Luciano Castro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os seus destaques.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, solicito a retirada do Destaque nº 151, de minha autoria, e que V.Exa. considere o Ofício nº 501/2001, endereçado à Presidência, pois se trata de solicitação de remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos desenvolvendo um esforço muito grande para valorizar o desenvolvimento regional de forma inteligente, buscando recursos para a realização da Obra nº 163, que vai escoar a produção até Santarém. Buscamos também a valorização da Obra nº 230, num processo de interligação com as Obras nºs 153 e 158. Nesse contexto está o grande esforço do Governo do Estado do Pará para a realização da Alça Viária, obra de integração regional que fará parte do processo de fortalecimento do Porto de Belém.

Eu, particularmente, tinha grande esperança de ver os nossos pleitos atendidos, por intermédio da Sub-Relatoria. Vejo com muita tristeza a retirada dessa obra de 22 milhões de reais. E, a par desse atendimento de 3 milhões, com a indicação de 4 milhões, mais os 15 milhões, chega-se aos 22 milhões de reais propostos para a obra e retirados pelo Relator.

Retirar recursos dessa obra é sangrar o Estado do Pará. Não podemos concordar com isso. E a indicação de 4 milhões é o limite a ser retirado, sem nenhuma preocupação com a proposta de bancada.

O relatório, a meu ver, é contra o Estado do Pará. Sou Deputado da base do Governo, nunca votei contra os seus projetos, mas peço ao Relator que aponte até o limite da nossa pretensão, ou seja, os 60 milhões de reais, para o Relator-Geral, porque essa obra é estratégica para o Estado do Pará. Ela faz parte de um processo de estruturação dos portos, que visa dar competitividade aos nossos produtos e propiciar melhor escoamento dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. vai manter ou retirar o destaque?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mantenho o destaque, porque não posso concordar com isso. Eu poderia até retirá-lo, com o compromisso de a indicação ser superior ao recurso retirado do Pará. Sr. Relator, V.Exa. está mantendo a indicação de 4 milhões até o limite que retirou, ou seja, 22 milhões.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Anivaldo Vale, como eu já disse ao Deputado Giovanni Queiroz, há um compromisso desta Relatoria — aliás, não só com V.Exa. e com o Deputado Giovanni Queiroz, mas com o próprio Governador, que nos procurou — para a reposição do valor cortado. Foram garantidos 3 milhões e 4 milhões na indicação, conforme entendimento com o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mas isso é até o limite que V.Exa. tirou e distribuiu.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Um momento, Deputado Anivaldo Vale. Reconheço a importância da obra. O valor original está preservado. O Relator-Geral, quando conversou com o Governador, ficou de atender ainda a um pedido de acréscimo a esse projeto, dentro das limitações que S.Exa. terá, certamente, mas o fará.

Eu atenderia ao pleito de V.Exa. Fique certo de que o valor será reposto e de a indicação será feita ao Relator-Geral, como reforço da proposta, para que o valor seja acrescido e atenda o pleito dos Parlamentares do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o destaque ou o mantém?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – V.Exa. está propondo aqui, por meio de indicação ao Relator, de dois destaques feitos pelo Deputado Giovanni Queiroz e de um feito por nós, o limite de 4 milhões de reais. Com esse limite não posso concordar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. já disse que vai propor o aumento. V.Exa. concorda em retirar ou em manter o destaque?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu concordo, se S.Exa. propuser a elevação de acordo com as nossas proposições.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Veja bem, Deputado: quero esclarecer a V.Exa. que estamos incluindo os 3 milhões e a indicação já acertada de 4 milhões, para repor os 7 milhões. V.Exa. está propondo, além disso, que o seu destaque também seja considerado como indicação. Eu acato a proposta de V.Exa.: o seu destaque será incluído como indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o destaque ou o mantém?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não. Eu acho que está havendo um grande mal-entendido. Vamos devagar. O meu destaque está sendo considerado aqui, sim, só que o Relator limitou em 4 milhões de reais. Eu não posso concordar com isso.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Mas eu incluo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Os 4 milhões vêm completar, junto com os 7 milhões e os 15 milhões, o limite que S.Exa. tirou do Pará. Eu não posso concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator já concordou em lutar para aumentar o valor. Já disse isso duas vezes.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Concordo se aumentar fora do limite.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Perfeitamente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. já repetiu isso duas vezes, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Perfeitamente. A indicação não será só de 4 milhões de reais. Ela será aumentada, para atender inclusive à solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito bem. Eu retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quais destaques V.Exa. retira?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu retiro o Destaque nº 260.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – V.Exa. não retira. V.Exa. mantém o destaque, para indicação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mantenho, para indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retira, para a indicação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais da Câmara dos Deputados, por último, que o Relator não atendeu à emenda de bancada. O Estado do Pará foi prejudicado com essa decisão.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, Sr. Senador.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Então, inscreva-me, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, Sr. Relator, na madrugada de ontem tive oportunidade de demonstrar que o meu Estado, o Piauí, foi tratado como enteado — infelizmente, sou forçado a dizer isso — no presente relatório.

Reconheço o esforço do Relator em fazer alterações que permitissem a aprovação, no relatório, dos recursos por nós solicitados. O Estado do Piauí, que merece tratamento diferenciado por força da Constituição, infelizmente, foi tratado de forma inversa, como se fosse rico, como se não tivesse necessidade de recursos maiores para tentar se aproximar dos Estados mais desenvolvidos.

Por isso, faço um apelo ao Relator: sei que a recomposição dos recursos, pelo menos em parte, haverá de ser feita por meio da Comissão e do Relator-Geral, mas peço a V.Exa. atenção especial para o Destaque nº 28, por meio do qual o meu Estado pretende concluir rodovia que atravessa o cerrado piauiense, a última grande fronteira agrícola do Brasil e que está seriamente ameaçada. Hoje, é possível ver grãos apodrecendo na lavoura. Isso porque faltam recursos para a construção dessa rodovia.

Sr. Relator, Deputado Luciano Castro, pelo menos a esse destaque dê atenção especial e destine recursos necessários, conforme propusemos no destaque, de maneira que a emenda seja contemplada, reparando, assim, parte do grande prejuízo do meu Estado.

Anotou, Deputado? Não vi ninguém anotar nada. Parece que nem estou sendo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 28 está anotado.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, peço a retirada dos Destaques nºs 147 e 161, com o compromisso do Relator de fazer a indicação ao Relator-Geral. Com relação aos outros dois que apresentei, S.Exa. já fez a indicação do Destaque nº 146 e contemplou o Destaque nº 160.

Por essa razão, eu gostaria de cumprimentar o eminente Relator pelo belo trabalho desenvolvido e de dizer que conto com a colaboração de S.Exa. nessa gestão seguinte, junto ao Relator-Geral, pelas indicações que fez e pelas que proponho agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço autorização do Plenário para aprovar em globo os destaques com parecer semelhante e aprovados pelo Relator.

Vamos colocar em votação o Item 1.

Correção do subtítulo constante da Emenda nº 80090001, de autoria do Relator, de "implantação do Projeto de Irrigação Braço Norte nº 2 — Goiás" para "implantação do Projeto de Irrigação Braço Norte nº 2 — Mato Grosso".

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, quando usei da palavra, não sei se formulei o pedido de retirada dos Destaques nºs 20 e 21. Eu quero fazer essa notificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se estiver com valor, V.Exa. ficará prejudicado. Se tiver sido aprovado parcialmente, V.Exa. ficará prejudicado. V.Exa. examina e depois me comunica.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – O Destaque nº 20 não tem valor algum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Os Destaques nºs 73 e 51, referentes ao Item 2, foram retirados. Não há o que votar em relação ao Item 2.

O Item 3 vai ser simplesmente encaminhado ao Relator-Geral. Trata-se de ofício do Presidente da CODEVASF.

No caso do Item 4, que trata da indicação para recomposição dos valores, não haverá votação, porque é apenas indicação política ao Relator-Geral.

Os destaques encaminhados e indicados ao Relator-Geral para atendimento serão votados de acordo com o parecer do relatório.

Item 5. Destaque nº 213, do Deputado Giovanni Queiroz. Os Destaques nºs 46 e 47, da Deputada Zila Bezerra, não podem ser retirados porque têm aprovação parcial. Desconsidero a retirada de S.Exa. e o Destaque nº 114, do Deputado Gonzaga Patriota.

Vou colocar em votação esses quatro destaques com aprovação parcial e que fazem parte do Item 5.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, quero fazer uma retificação. Quero indicar os Destaques nºs 275 e 276. Faço a retificação porque o relatório está precário, foi feito às pressas. É muito difícil localizá-los pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quais sãos os destaques?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Os Destaques nºs 275 e 276. Quero fazer a indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 275 tem valor, Sr. Deputado, e está parcialmente aprovado. V.Exa. perde o recurso.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, não seria bom V.Exa. listar os destaques retirados para indicação, para que o Plenário possa conferir?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nós vamos fazê-lo no momento oportuno. Vamos citar agora os aprovados.

Os destaques aprovados integralmente foram os de nº 19, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; de nºs 77, 78, 79, 80, 81, 82, do Deputado José Borba; e de nº 136, do Deputado Helenildo Ribeiro.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os destaques parcialmente aprovados são os de nº 8 e 13, do Deputado Domiciano6 Cabral; de nº 21, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; de nº 27, do Senador Gilvam Borges; de nºs 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, do Deputado Mussa Demes; de nº 38, do Deputado Orlando Desconsi: de nº 39, do Deputado José Borba; de nºs 44, 46 e 47, da Deputada Zila Bezerra; de nº 61, do Deputado Átila Lins; de nº 69, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; de nºs 76 e 83, do Deputado José Borba; de nº 90, do Senador Tião Viana; de nº 102, do Senador Amir Lando; de nº 104, do Deputado Pedro Chaves; de nº 114, do Deputado Gonzaga Patriota; de nº 131, do Senador Mozarildo Cavalcanti; de nº 134, do Deputado Helenildo Ribeiro; de nº 139, do Deputado João Grandão; de nº 145, do Deputado Jorge Bittar; de nº 160, do Senador Leomar Quintanilha; de nº 173, do Deputado João Coser; de nº 203, do Deputado Waldemir Moka; de nº 213, do Deputado Giovanni Queiroz; de nº 234, da Deputada Lúcia Vânia; de nº 245, do Deputado Pedro Chaves; de nºs 256 e 257, do Deputado João Almeida; de nº 259, da Deputada Fátima Pelaes; de nº 273, do Deputado Carlos Bezerra; e de nºs 277 e 279, do Deputado Lael Varella.

São os destaques aprovados parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, uma série de destaques foi transformada em indicação, e quero acatar todos sem exceção. Por isso, gostaria que V.Exa. fizesse menção a eles.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos fazer agora.

Vamos votar em globo os destaques com parecer pela rejeição, ressalvados os escolhidos pelos Parlamentares.

Destaque nº 45, da Deputada Zila Bezerra.

Deputado Pedro Chaves, V.Exa. manteve a votação em separado do seu destaque?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – De qual número?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o número do seu destaque?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Não mantive.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Portanto, apenas um será mantido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O Destaque nº 2 foi prejudicado. Como foi aprovado o destaque do Deputado Jorge Bittar, que era semelhante, queremos apenas transformar o Destaque nº 2 em indicação, para ampliação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, vamos separar o Destaque nº 2.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Os Destaques nºs 1, 2 e 3 são separados para indicação, sendo que o Destaque nº 2 é indicação especial, no valor de 5 milhões e será acréscimo ao Destaque nº 145.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, com exceção dos que foram retirados para indicação pelos Parlamentares, foram retirados para indicação os Destaques nºs 45, 36, 37, 84, 87, 130, 125, 126, 127, 129, 263 a 270, 99, 100 — o Destaque nº 271 foi retirado —, 63, 123, 101, 55, 56, 177, 178, 276, 64, 66, 67, 68, 270, 147 e 161.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis, qual dos destaques de V.Exa. será transformado em indicação?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, retirei o Destaque nº 20 para indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Destaques nºs 177 e 178 também foram retirados, para indicação.

Os destaques acima relacionados foram retirados e serão indicados.

Vamos à votação em globo dos destaques rejeitados. Destaques nºs 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 40, 42, 43, 40, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 86, 91, 92 , 93, 95, 97, 98, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 132, 133, 135, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 210 a 212, 214 a 216, 217 a 221, 223, 225 a 233,235, 237,239,241 a 244,247 a 253, 254, 255, 258, 261, 262, 274 — o 271 e o 275 foram retirados para indicação — e 278.

Esses são os destaques com parecer pela rejeição.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitados na Câmara dos Deputados, os destaques não vão ao Senado Federal.

Concedo a palavra ao Relator, para falar sobre os Destaques nºs 42 e 43, do Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Os destaques apresentados pelo Deputado Paes Landim são na realidade apenas uma compensação. O Deputado solicita a redução dos recursos destinados à implantação do projeto de irrigação de Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí, de 8 milhões para 5 milhões e 800. Além disso, S.Exa. destina à construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica e aproveitamento hidroagrícola do Açude de Jenipapo, no Estado do Piauí, que já tem dotação de 2 milhões e 800, mais 3 milhões, o que soma 5 milhões e 800 mil reais. Tratam, portanto, de uma compensação interna os Destaques nºs 42 e 43.

Meu parecer é pela acolhida dos destaques, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Há um impasse técnico em questão. *(Pausa.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer do Relator é pela rejeição dos Destaques nºs 42 e 43, do Deputado Paes Landim.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer, pela rejeição, permaneçam como se encontram.

Rejeitados os destaques na Câmara dos Deputados, não vão ao Senado Federal.

Os destaques considerados prejudicados pelo Relator ficam de fato prejudicados, com exceção do Destaque nº 63, do Senador Wellington Roberto, e do Destaque nº 2, da Deputada Laura Carneiro. Os demais estão prejudicados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Perdoe-me, Sr. Presidente, mas não ouvi o que V.Exa. disse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A indicação, Laura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Está certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a votação do item Integração Nacional e Meio Ambiente. Parabenizo o Deputado Luciano Castro, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, primeiro desejo agradecer a V.Exa. o apoio que tem dado a todos os Sub-Relatores, em especial a mim. Agradeço ainda a compreensão dos demais Deputados e dos Líderes. Compreendo as manifestações, muitas vezes fortes e calorosas. Este é um fórum de debates, e cada um tem de defender o seu Estado. Agradeço também pelo apoio ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, que não nos faltou nas horas mais difíceis da condução deste relatório. Ao meu Líder, Deputado Inocêncio Oliveira, agradeço a indicação, que me permitiu usufruir deste momento de grande convívio com cada um dos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agradeço ao Deputado Luciano Castro o brilhante trabalho que executou, e o faço em nome do Centro-Oeste, região que represento e que ficará eternamente grata a S.Exa.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – A Paraíba também agradece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. foi o primeiro Relator que não deu trabalho para cumprir a Constituição Federal no que tange aos 20% que devem ser destinados à irrigação do Centro-Oeste.

O Deputado Santos Filho comandará a orquestra hoje à tarde. S.Exa. é mais experiente do que eu e presidirá a reunião quando da apreciação da última área temática, Infra-Estrutura.

Suspenderei a reunião por cinco minutos, a fim de que possamos fazer um lanche. Ao retomarmos os trabalhos, trataremos de Infra-Estrutura.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está reaberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem por objetivo a discussão do Orçamento para 2002.

Inicialmente, submeteremos à apreciação do Plenário parecer preliminar encaminhado pelo Comitê de Receita, que passo a ler:

Adendo nº 2 ao parecer preliminar ao PL nº 32.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, todos nós já recebemos o avulso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ainda assim é necessário fazer a leitura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Alguns Parlamentares estão chegando agora e outros podem não ter conhecimento do documento. Não lerei a íntegra do texto, mas parte dele:

Relatório:

Em adendo ao parecer preliminar sobre a proposta orçamentária para o exercício 2002 aprovado por esta Comissão, e nos termos do art. 19, § 2º, da Resolução nº 1/2001, do Congresso Nacional, que dispõe:

art. 19 - .....

§ 2º O Relator-Geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à Comissão alteração do parecer preliminar, com a devida comprovação técnica e legal, caso identifique erro ou omissão nas estimativas de receita ou alteração relevante na conjuntura macroeconômica, nos resultados fiscais ou nas despesas obrigatórias.

Cabe-nos propor a reavaliação de receitas, conforme relatório anexo do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária para 2002, formado pelos ilustres Deputados Paulo Mourão, Jorge Khoury, Jorge Bittar

e Sérgio Miranda e pelos Senadores Amir Lando e Paulo Hartung.

Em resumo, as reestimativas de receita aqui relatadas são as seguintes:

Natureza da receita: multas referentes à legislação de trânsito, DNER: crescimento de 148,9 milhões; receitas de arrendamentos, DNER: 7,0; multas referentes à legislação de trânsito, FUNCET: 7,4; receitas de arrendamentos, FNDCT: 0,7.

Voto:

Diante do exposto, propomos seja considerada a existência de recursos adicionais, na forma do quadro acima.

Pelas razões acima expostas, somos pela aprovação deste adendo ao parecer preliminar.

Sala da Comissão.

Assina o Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral.

Esta alteração está assinada pela maioria dos membros do Comitê de Receita: Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da proposta orçamentária para 2002, Senador Amir Lando, Deputado Jorge Bittar e Deputado Jorge Khoury.

Esclareço ao Plenário que o Deputado Sérgio Miranda justificou sua ausência, que se dá em virtude de falecimento de pessoa da sua família.

Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o parecer no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Relator-Setorial da Área Temática Infra-Estrutura, o nobre Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu elegi uma metodologia de trabalho que acredito atenda ao eixo da nossa relatoria. Procurarei fazer a síntese dos próprios números, depois ficarei à disposição para discutir qualquer PL.

Recebemos 317 destaques, ora de acréscimo, ora de reposição, num total de 8 bilhões 214 milhões de reais, em números gerais. Procuramos atendê-los por Estado.

Minha sugestão é que comecemos a analisar os destaques Estado por Estado, prestando os esclarecimentos e votando o PL que tenha sido rejeitado ou aprovado. *(Pausa.)*

Como silêncio significa concordância, vou iniciar pelo Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, V.Exa. está propondo que a apreciação do seu relatório seja feita por Estado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sim, por Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Eu só tenho uma preocupação, nobre Deputado. É que poderá não estar aqui o coordenador da bancada de algum Estado, o que vai dificultar o trabalho.

Eu preferiria ouvir o Plenário a esse respeito.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, eu acho interessante o encaminhamento do Relator no que diz respeito ao esclarecimento Estado por Estado. A votação, no entanto, a meu ver deve ser feita em globo. Nós vamos votar os destaques acolhidos e os rejeitados. O esclarecimento feito da forma sugerida pelo Deputado José Chaves nos permite compreender como foi tratado cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Este também é o entendimento da Presidência. A sugestão do nobre Relator é boa, mas acho que devemos apreciar os destaques em globo.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – O Espírito Santo vota a favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Eu concordo integralmente e acho que ganharemos muito tempo assim. Fazemos uma apreciação política, por Estado, e depois nos submetemos à regra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O Rio de Janeiro vota a favor.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu ainda não recebi esse relatório por Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há um relatório por Estado. O Relator apenas fará a apreciação Estado por Estado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas esse relatório ainda não foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. não tem o relatório da Infra-Estrutura, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, ele não chegou aqui. Não tenho cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Por favor, fique com a minha cópia, nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou concordar com a metodologia sugerida pelo Deputado João Coser, para fazer uma análise política. Ontem à noite, madrugada adentro, analisamos as proposições Estado por Estado, em vez de analisar cada emenda. Cada emenda era analisada dentro do próprio Estado.

Vamos começar pelo Acre.

O Acre solicitou 222 milhões e 500 mil reais. Só pudemos atender 10 milhões. O problema é exclusivamente de recursos. Esses 10 milhões nós distribuímos num acordo com os Parlamentares Zila Bezerra, Tião Viana e Nabor Júnior.

O segundo Estado da nossa relação é Alagoas.

O Estado de Alagoas não apresentou nenhuma emenda e sofreu corte de quase 4 milhões. Qual foi o nosso entendimento? Repor. Alagoas não podia ser sacrificado em infra-estrutura. Então, de uma quantia de 3 milhões 899 mil, nós fizemos uma reposição de 120 mil.

Estado do Amazonas.

Havia um desequilíbrio entre as emendas. Houve uma pressão legítima, do ponto de vista político, para reparação de uma delas, que estava em 3 mil. Nós conseguimos elevá-la para 10 mil. O Estado do Amazonas teve, até por interferência do Senador Gilberto Mestrinho, seus recursos elevados em mais 7 milhões, totalizando 55 milhões.

Estado do Amapá.

Apesar da grande eloqüência do nosso Senador Gilvam Borges, que aqui não se encontra, mas pediu 100 milhões para a única emenda, nós pudemos atendê-lo em apenas 10 milhões, o que aumentou de 20 milhões para 30 milhões os recursos destinados ao Estado do Amapá.

Estado da Bahia.

A Bahia tem destaques que totalizam 565 milhões e 400 mil reais. Nós procuramos atender a uma reposição solicitada pelo Deputado Coriolano Sales, em Vitória da Conquista, no valor de 400 mil. Trata-se da reposição de um corte sofrido em razão dos 20% dados pela Relatoria.

Atendemos ao Deputado João Almeida no que tange à construção de trechos rodoviários no Corredor São Francisco. Essa emenda vem também representada pelo Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, o atendimento que o nobre Relator faz não é a mim ou ao Deputado João Leão. Nós somos apenas os requerentes. Essas são emendas. Só quem pode destacar é um. Esses são destaques a emendas de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esclareço ao Plenário que, conforme proposição acolhida, o nobre Relator fará a apreciação Estado por Estado. Ao término disso é que discutiremos as proposições. Isso nos permitirá dar seqüência ao trabalho de maneira mais ordenada e rápida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Retomando, o Estado da Bahia teve uma emenda atendida no valor de 5 milhões e outra no valor de 8 milhões, esta última destinada a eliminação de pontos críticos. Esta é uma emenda, aliás, é um destaque assinado pelo Deputado João Almeida.

O Estado do Ceará está na mesma situação dos Estados de Sergipe e de Alagoas: não apresentou nenhuma emenda. Nós fizemos a reposição de um corte. Não atendemos na íntegra, mas atendemos Pecém e o metrô, procurando não cortar nada nessa obra, tudo em função de uma decisão política da bancada, que foi ouvida. O Ceará teve uma reposição de 9 milhões 768 mil reais.

O Distrito Federal apresentou duas emendas, mas nenhuma foi atendida. Permaneceu o valor original.

Estado do Espírito Santo.

Nós atendemos o Deputado João Coser em 5 milhões, mas esta é uma emenda que se repete. Há outras duas, também de 5 milhões, e uma de 1 mil e 600. O Estado teve, portanto, uma recomposição de 16 milhões e 800 mil reais.

Estado de Goiás.

Nós fizemos uma reposição em duas emendas, uma assinada pelo Deputado Jovair Arantes, outra assinada pelo Deputado Pedro Chaves, de 8 milhões cada. Fizemos também uma reposição de 6 milhões

para adequação de trecho rodoviário, da Deputada Lúcia Vânia.

Para o Porto do Maranhão, destinamos mais 5 milhões de reais, e me parece que há uma ressalva posterior do Deputado Pedro Novais.

Minas Gerais foi atendido com uma reposição total de cortes de 2 milhões, mais uma reposição no valor de 5 milhões. São 7 milhões, portanto. Como destaque, mais 12 milhões. O Estado de Minas Gerais, como sempre, lidera os recursos, por causa da sua malha, e sai com 19 milhões atendidos em destaques.

Estado de Mato Grosso do Sul.

Nós atendemos três destaques, os três do Deputado Waldemir Moka, por sinal o único Deputado que apresentou emendas. Mas posso adiantar que incluídas estão as solicitações do Deputado João Grandão, que não apresentou destaque, mas fez um pedido em plenário na noite de anteontem. O Mato Grosso do Sul foi contemplado com um total de 5 milhões e 400 mil reais.

Estado de Mato Grosso.

Nós eliminamos um corte de 4 milhões e 600 mil e destinamos recursos a uma emenda de 5 milhões. Já tinha recebido 30. Deveremos refletir e deslocar esta emenda. Houve um equívoco nosso, que deverá ser sanado numa outra etapa de discussão com o coordenador da bancada, Deputado Ricarte de Freitas. O Mato Grosso foi contemplado com um total de 9 milhões e 600 mil.

Tratarei agora das emendas nacionais, as famosas emendas de Comissões. Nós atendemos a cinco dessas emendas: dos Deputados Coriolano Sales, Narcio Rodrigues e Gonzaga Patriota, num total de 17 milhões.

À emenda de bancada regional nós não acrescentamos absolutamente nada. Ela veio com 30 milhões e continua com 30 milhões. Nenhum acréscimo foi feito.

Para o Estado do Pará houve um acréscimo no item Construção de Eclusas de Tucuruí. Houve uma recomposição de corte, no valor de 14 milhões.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mais nada, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Nada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Nada para a BR-163?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Nada nesse estágio.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu vou destacar, para V.Exa. me ajudar um pouquinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – A Paraíba também foi contemplada com uma quantia simbólica, apesar do forte apelo do PMDB. Procuramos atender o Estado com 2 milhões. O destaque passou então de 20 para 22.

Estado de Pernambuco.

Fizemos duas recomposições, no valor de 1 milhão 798 mil 820 reais, referente ao metrô de Recife. Houve um corte naqueles recursos que não dependem de empréstimo externo, e nós fizemos a recomposição.

Estado do Piauí.

Houve uma solicitação do Deputado Paes Landim, de 200 mil reais, mais uma recomposição do Deputado João Henrique, no valor de 1 milhão e 700 mil reais, o que dá um total de 1 milhão e 900 mil reais.

Estado do Paraná.

Houve uma recomposição no valor de 20 milhões de reais. Esses 20 milhões de reais estão representados na construção de contornos ferroviários, emenda do Deputado José Borba, em emenda do Deputado Nelson Meurer, no valor de 6 milhões de reais, e numa última, no valor de 5 milhões de reais, do Deputado Ricardo Barros, que se denomina Ampliação e Recuperação do Porto de Paranaguá.

Estado do Rio de Janeiro.

Infelizmente, Deputada Laura Carneiro, a quantia foi simbólica. Para usar uma expressão comum, há uma "janela" política. Inicialmente, o corpo técnico entendeu que a estrada era estadual, mas fomos convencidos pela bancada e abrimos a chamada "janela", de 2 milhões de reais, para que se desenvolvam projetos e no futuro a construção possa ser feita. Foi então atendida a solicitação da Deputada Laura Carneiro, embora o Deputado Jorge Bittar tenha feito o mesmo tipo de pedido.

Estado de Rondônia.

Atendemos a 12 milhões de reais para o Estado de Rondônia, sendo duas emendas do Senador Amir Lando: uma, no valor de 8 milhões de reais, e outra, no valor de 4 milhões de reais, perfazendo o total de 12 milhões de reais.

Estado de Roraima.

Atendemos com 6 milhões de reais. Eram duas emendas, ficando 3 milhões de reais para cada uma.

O Estado do Rio Grande do Sul fez um forte pedido de recomposição. Acho que o sacrifício foi maior nos cortes. Recuperamos 14 milhões e 830 mil reais, do Deputado Darcísio Perondi, e fizemos o acréscimo de 2 milhões de reais com o destaque do Deputado Orlando Desconsi, considerando o mesmo procedi-

mento adotado para o Rio de Janeiro. Já que o projeto não estava em adiantado processo de execução, preferimos abrir simbolicamente uma "janela". Atendemos ao Deputado Darcísio Perondi, coordenador da bancada, na construção de trechos rodoviários, mais 5 milhões de reais para ampliação do molhe do Porto do Rio Grande, drenagem de aprofundamento do canal de acesso, e mais 5 milhões e 200 mil reais, perfazendo o total de 27 milhões e 30 mil reais.

Estado de Santa Catarina.

Houve um acréscimo de 10 milhões e 600 mil reais, sendo 1 milhão e 600 mil reais em reposição e duas emendas do Deputado João Matos — uma, de 5 milhões de reais, outra, de 4 milhões de reais, para adequação e construção, respectivamente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Relator, acabei de ouvir que V.Exa. atendeu ao Porto do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, e ao Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná. E os portos catarinenses? Santa Catarina tem quatro portos, com dotação de 8 milhões de reais, e no Orçamento em vigor tem 17 milhões de reais. V.Exa. não atendeu ao nosso pleito. Eu faria um apelo a V.Exa. Refiro-me ao Destaque nº 39.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, V.Exa. já se manifestou, mas eu pediria que as intervenções fossem feitas posteriormente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Estado do Rio Grande do Norte.

A pedido de toda a bancada, foi feito um equacionamento. Eles continuam com os mesmos recursos, apenas remanejados de uma para outra emenda, com concordância unânime.

O Estado de Sergipe está na mesma situação de Ceará e Alagoas. Fizemos uma reposição de 1 milhão e 600 mil reais. Não houve emendas.

Estado de São Paulo.

Havia uma emenda inicial de 100 milhões de reais, que teve 10 milhões de reais atendidos no destaque. Destinamos mais 20 milhões de reais. O Estado de São Paulo tem uma única emenda, um único atendimento, representado pela emenda mais o destaque, que soma 30 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Que obra é essa? Qual é o projeto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Participação da União no capital Companhia Docas do Estado de São Paulo, construção da avenida portuária, em Santos, Estado de São Paulo. É a única emenda de bancada na área de Infra-Estrutura. Se o Deputado não se incomodar, poderemos falar disso no futuro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não é a única, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman, traçamos uma orientação. Após o encaminhamento do Relator é que discutiremos. O nome de V.Exa. já está relacionado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Estado do Tocantins.

Foi atendida emenda do Deputado Osvaldo Reis, Eclusa do Lajeado, no valor de 6 milhões de reais.

Encerramos a apreciação Estado por Estado. Agora passamos à discussão dos destaques, conforme determina o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Antes de passar à discussão, faço uma pergunta ao nobre Relator-Setorial. É preocupação desta Presidência que, se ainda houver recursos dos destaques apresentados, o Relator-Setorial os aprecie, acolhendo-os ou rejeitando-os. Se não houver recursos, ou se eles forem rejeitados, o nobre Parlamentar autor da proposição, Senador ou Deputado, não poderá solicitar encaminhamento para apreciação do Relator-Geral.

Nobre Relator-Setorial, minha pergunta é se ainda há recursos, para que possamos fazer essa apreciação. Caso contrário, faremos o encaminhamento. Isso é importante para facilitar os trabalhos e para que nenhum Deputado perca a chance de ver seu destaque ser apreciado pelo Relator-Geral. É uma pergunta que faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Os recursos são mínimos, mas acho que devemos continuar os debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já está respondida minha pergunta.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, deve ter havido um lapso. Nosso destaque de recomposições de dotações canceladas deve ter passado despercebido. Refiro-me ao Destaque nº 00315, em que peço seja feita uma reinclusão. Não estou falando de um acréscimo, mas de uma reinclusão. Nosso nobre Relator, não sei se pelo fato de eu ser pernambucano também, não quis atender a um companheiro do Estado, apesar de ter atendido ao Deputa-

do Gonzaga Patriota, que também é pernambucano. Pelo fato de eu ter nascido em Pernambuco, tenho uma relação de amizade muito grande com S.Exa. Mas agora, de público, acho que S.Exa. vai poder me atender.

Sr. Relator, estou pedindo uma recomposição para a BR-116, trecho Euclides da Cunha—Ibó. Esse é o único trecho dessa rodovia que não está asfaltado e que liga o Estado de V.Exa., Pernambuco, ao Estado da Bahia. Esse trecho é na Bahia. O trecho de Pernambuco já está todo asfaltado. Então, peço vênia a V.Exa. para que faça a recomposição desse valor. Não quero que aumente, mas simplesmente que faça a recomposição desse valor. Quero ouvir o que V.Exa. tem a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – *(Inaudível)* porque agora foi uma questão de ordem apresentada por V.Exa. V.Exa. terá de se inscrever como os demais.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – V.Exa. pode fazer minha inscrição, por obséquio?

(Não identificado) – Então, peço minha inscrição, após o Deputado João Almeida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Não. Disse que não vai ouvir a palavra do Relator. Eu quero ouvir.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, quero solicitar minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pois não, nobre Senador.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Deputado João Coser, inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Não, Sr. Presidente, desejo apenas me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para se inscrever, não tem problema.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Ricardo Barros, para inscrição, assim como os Deputados Laura Carneiro, Jorge Bittar e Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mais algum Deputado deseja inscrever-se?

Vou ler o nome dos inscritos: Deputado Ricarte de Freitas, Deputado Pedro Novais, Deputado Alberto Goldman, Deputado João Leão, Deputado Giovanni Queiroz, Deputado João Almeida, Senador Wellington Roberto, Deputado Pedro Chaves, Deputado João Coser, Deputado Ricardo Barros, Deputado Jorge Bittar, Deputada Laura Carneiro, Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Deputado Anivaldo Vale também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pergunto ao nobre Relator se ainda quer concluir suas observações, antes que passemos a palavra aos nobres Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Não tenho comentário a fazer. Coloco-me à inteira disposição dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, quero agradecer o trabalho do Relator, mantendo os destaques aceitos e a retirada, para que fosse transformado em indicação, do Destaque nº 124, que foi rejeitado por insuficiência de recursos.

Peço, então, que esse destaque seja transformado em indicação para a recomposição pelo Relator-Geral, mais tarde, nas emendas de bancada de Mato Grosso. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. então retira o destaque?

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – O de nº 124, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – E pede a recomposição?

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – E peço seja colocado como indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. será atendido. Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, reporto-me aos Destaques nºs 67 e 68. No Destaque nº 67, V.Exa., atendendo a pedido, acresceu 5 milhões de reais, e ao Destaque nº 68 não acresceu nada.

Peço o seguinte: primeiramente, que V.Exa. deixe de atender ao Destaque nº 67 — coloque zero, atendido —, e atenda ao Destaque nº 68 com aquele mesmo valor, 5 milhões de reais. Além disso, se possível — e isso deixo a critério de V.Exa. —, que acrescente mais 1 milhão de reais no Destaque nº 68, perfazendo um total de 6 milhões de reais, ficando zero no Destaque nº 67. É possível?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – É possível.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Muito obrigado pela resposta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – É possível a transferência, Deputado Pedro Novais. O acréscimo eu aguardaria para um segundo instante.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – De qualquer forma, agradeço a V.Exa. a transposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Relator, em São Paulo o valor atendido por V.Exa. foi de 20 milhões de reais para a emenda que trata da participação da União na Companhia Docas de São Paulo. Já haviam sido destinados 20 milhões de reais, e V.Exa. acrescentou mais 20 milhões de reais. Mas para a principal obra do Estado de São Paulo, o Rodoanel, V.Exa. não realizou a recomposição. Estou até procurando onde ela está. Deve ter sido rejeitada por insuficiência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – V.Exa. me permite, Deputado Goldman. Não houve emenda de bancada para o Rodoanel.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Houve para recomposição, Excelência, e acabei de ver há pouco. Vou localizá-la.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Ah, sim. Existe.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Existe?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Existe.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pois é. Recomposição do Rodoanel. Essa é a principal obra do Estado de São Paulo, para não dizer que seja a principal do Brasil. Nela convergem todas as estradas que vêm do Norte e do Nordeste e faz com que todo o trânsito, todo o transporte dos brasileiros que vão para o Sul, para o MERCOSUL, deixe de passar por dentro da cidade de São Paulo.

O Governo Estadual entra com 75% desse valor; o Governo Federal, com 25%. O valor pedido pelo Governador, de aproximadamente 90 milhões de reais, foi exato, como um mais um são dois. Não é o monte de chutes que vemos por aí, de 20, 30, 50, 80 mil, não. É exatamente o valor necessário.

Não quero diminuir a importância da obra do porto. Pelo contrário, é uma obra importante, mas solicito a V.Exa. que verifique a possibilidade de recomposição, porque são dois destaques apenas do Estado de São Paulo. Um é o do porto, que V.Exa. atendeu com 20 milhões de reais; e a recomposição do Rodoanel, cuja entrega está prevista para maio. É uma obra importantíssima. Essa é a sua primeira fase, porque são 32 quilômetros. Essa é a principal obra do País, em que o Estado de São Paulo entra com 75%. É a contrapartida do Governo Federal.

Solicito a V.Exa. que analise a possibilidade de atendimento na recomposição desse valor. Eu vou localizar aqui. V.Exa. já a tem em mãos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputado Alberto Goldman, V.Exa. conhece profundamente o setor, técnico que é, pelo exercício do mandato e fundamentalmente pelo exercício no Ministério. V.Exa. sabe que, apesar de ter as maiores rodovias do País, São Paulo tem pouco mais de mil quilômetros de rodovias federais. O Estado tem pujança para construir com recursos próprios.

Quero responder também quanto aos critérios. Em termos regimentais, é um só: absoluto. Ele não muda uma vírgula. Em termos políticos, ele trabalha de acordo com a bancada. Recebi uma única emenda e durante trinta dias discuti uma única emenda.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Duas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Como emenda, não. Esse segundo entrou no destaque de anteontem para hoje. O Rodoanel é uma obra de vários bilhões. Acredito que esse seja um recurso insuficiente. Talvez se houvesse uma articulação da bancada, poderíamos ter distribuído. Ou se assim a bancada entende. Agora, a esta altura, recompor São Paulo em quase 20 milhões de reais, com os recursos que temos, é impossível, Deputado Goldman, por mais que se reconheça a importância do Rodoanel. Mas acho essa quantia insignificante diante dos recursos que são necessários para a conclusão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Aliás, faz parte da LDO, das normas, que sejam dados os recursos necessários para terminar obras; quanto mais avançada a obra estiver, mais deveria haver a destinação dos recursos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – É exatamente isso, Deputado Alberto Goldman. Por estar na LDO, por que a bancada não fez um esforço político em benefício do Rodoanel? Talvez por conhecer a fragilidade financeira que tinha o Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. vai me permitir agora responder. A afirmativa de V.Exa. não tem o mínimo sentido. Não pedimos acréscimo de recursos para o Rodoanel. Disse a V.Exa. que o valor pedido foi exatamente aquele ne-

cessário. Não pediríamos mais recursos para o Rodoanel, uma vez que eles estavam determinados no valor global inserido no Orçamento — nenhum tostão a mais, nenhum tostão a menos. Não vamos pedir mais dinheiro, se não é preciso. Não havia sentido fazer uma emenda de bancada para acrescentar recursos desnecessários, já que estavam exatamente na medida do necessário. Mas, se estão na medida do necessário e V.Exa. os corta, evidentemente, vai ficar menos que o necessário.

Se soubéssemos que V.Exa. faria o corte, provavelmente teríamos feito uma emenda de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para concluir, nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputado Alberto Goldman, um momento. V.Exa. me dá excelente oportunidade de respondê-lo conforme sua consideração: não fiz um corte, nossa relatoria promoveu um corte...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. faz parte da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman, não é possível...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Estamos manuseando recursos e continuando com recursos na área de infra-estrutura.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Tanto é verdade que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Alberto Goldman, solicito a V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Por não haver uma atuação política, talvez, tenha passado despercebido.

No entendimento do Relator, a obra apresentada pela bancada teve importância maior como emenda. A segunda foi posterior...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. fez diversas recomposições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. fez diversas recomposições. Estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Fiz onde era mais necessário, Deputado Alberto Goldman, e entendi que não era o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman, esta Presidência solicita a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. tem o direito de fazer o que quiser, mas não pode tergiversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman, não podemos transformar sua participação...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Tergiversar não é o nosso *(ininteligível)*. Talvez V.Exa. esteja imaginando isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – ...em um debate permanente.

Nobre Relator, esta Presidência vai determinar: cada Deputado terá prazo regimental para falar sobre seu destaque. Se transformamos isso em um debate paralelo, ficaremos aqui a tarde toda. O Parlamentar tem direito de questionar seu destaque e de justificar a importância dele, mas não podemos transformar isso aqui em debate de cada destaque. Cada Parlamentar terá o tempo regimental.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço para que faça votação em separado do Destaque nº 132, de autoria da Deputada Lúcia Vânia. E retiro o mesmo destaque, para transformá-lo em indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. retira o destaque e o transforma em indicação.

O DEPUTADO JOÃO LEÃO – Quero lembrar, caro Relator — gostaria que o Relator me ouvisse, foi um pedido que a Deputada Lúcia Vânia fez —, que o Destaque nº 315 visa ao que acabei de falar. Trata-se de rodovia que interessa ao Nordeste, interessa ao Brasil. É o único trecho da BR-116 que não está asfaltado e gostaríamos de obter essa recomposição.

Quero lembrar a V.Exa. que nesses destaques não tenho o atendimento de V.Exa, mas V.Exa. atendeu à bancada de Goiás com 22 milhões de reais; à bancada de São Paulo, que o nobre Deputado Alberto Goldman estava reclamando, com 20 milhões de reais; à bancada do Espírito Santo, com 15 milhões de reais; à bancada do Paraná, com 20 milhões de reais, e por aí vai. Isso para mim não interessa. Mas quero lembrar a V.Exa. que é perfeitamente possível, e gostaria que V.Exa. me respondesse, recompor os recursos da BR-116, trecho Euclides da Cunha—Ibó, Destaque nº 315.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputado João Leão, gostaria de continuar com visão macro, gostaria de não olhar somente a árvore, mas a floresta.

A questão da Bahia não pode ser resumida aos destaques. Se o Deputado analisar o quanto houve de emendas mais destaques, V.Exa. vai verificar que a Bahia está em segundo lugar. Então, Deputado João Leão, não tenho condições financeiras de repor seu corte agora. O problema é financeiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Meu caro Relator, essa rodovia — V.Exa. conhece bem aquela região — está localizada na região da maconha, onde o sujeito trafega com o carro em estrada toda esburacada e pode ser assaltado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Leão, seja breve, porque o tempo de V.Exa. já se esgotou.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Meu amigo, estou tentando sensibilizar o coração do Deputado José Chaves, porque não estou conseguindo pelas minhas argumentações normais, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mas V.Exa. deveria ter atingido o coração do nobre Relator antes; no plenário não é possível.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Tentei, e S.Exa. me disse que me tinha atendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O seu tempo está esgotado.

O nobre Relator já respondeu ao nobre Deputado João Leão?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Já.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Então, mantenho o destaque em separado para votação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente, essa é a competência de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Uma questão de ordem para o nobre Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, gostaria de retirar o Destaque nº 261, de nossa autoria, e o Destaque nº 262, apenas pedindo ao Relator a recomendação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, quero fazer a V.Exa. um pequeno pedido. Não quero acréscimos, mas, no mínimo, a recomposição do corte da BR-163, que foi de 5 milhões de reais.

V.Exa. atendeu à recomposição da Eclusa de Tucuruí. V.Exa. está contribuindo — e muito — para que possamos obter um dos maiores eixos de exportação, de transporte da região centro-norte do Brasil. Mas a BR-163, de igual importância tanto para o Mato Grosso quanto para o Pará, vai levar ao Porto de Santarém, o que vai encurtar e facilitar muito o funcionamento do Porto de Paranaguá em termos de transporte de cargas, principalmente de grãos.

Para a BR-163 são apenas 5 milhões de reais — Destaque nº 220. Gostaria que V.Exa, no esforço, recompusesse o máximo possível. São só 5 milhões de reais o total da recomposição. Se V.Exa. puder atender, ótimo; se não, pelo menos parte disso, para que fique mais fácil ao Relator-Geral recompor o recurso de uma rodovia que é da maior importância para o Estado de Mato Grosso e do Pará.

É este o apelo que faço a V.Exa: ou tudo, ou parte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputado Giovanni Queiroz, a solicitação, de mérito, técnica, fica limitada aos recursos. Se V.Exa. olhar, mais uma vez, de que maneira o Pará foi atendido no geral, vai compreender o esforço político e a visão política que tivemos.

É muito difícil enfrentar uma relatoria cuja demanda representa 7,5 bilhões de reais e não passa 1 bilhão de reais. É um esforço imenso, os destaques, muito mais.

Então, peço a compreensão de V.Exa., porque, neste momento, não tenho como atendê-lo. A mesma resposta que dei ao Deputado João Leão, dou a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, V.Exa. disse que tem um pouquinho, e é desse pouquinho que quero um pedacinho, porque é uma das rodovias mais importantes do Brasil. Queria que V.Exa. repensasse.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Já estou na sua frente, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Fica anotado, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Anote aí, porque só quero um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, gostaria que o ilustre Relator repetisse uma informação que não percebi bem. Minas Gerais é a primeiro Estado e a Bahia, o segun-

do, em dotação no Ministério dos Transportes. Seria isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Não, Deputado João Almeida. Na nossa relatoria, este ano, que visa a recursos para 2002, o Estado que mais obteve recursos foi o de Minas Gerais e, em segundo lugar, o Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, vou começar por aí e rapidamente, tenha certeza.

Compreendo o esforço ingente que fez o ilustre Relator para resolver o problema de tamanhas demandas, contando com pequena disponibilidade de recursos. Mas, em determinado momento, S.Exa. disse que Minas Gerais, que tem a maior malha, continua com o maior volume de recursos, e estou aqui para defender o interesse dos sem-malha, porque a Bahia é um Estado sem malha. Essa é a verdade. Excetuados o Pará e o Amazonas, onde a via de comunicação predominante não é a rodovia, a Bahia é o Estado com menor malha, comparada a superfície do território, a população ou seja lá qual critério.

A Bahia está plena de estradas que, como essa a que o Deputado João Leão se referiu, precisam concluir um trecho até chegar à divisa do Piauí, de Minas Gerais, de Sergipe, porque, do outro lado, está tudo feito, e do lado da Bahia, falta um pequeno pedaço para terminar.

V.Exa. diz que a Bahia teve a segunda maior dotação no seu relatório. Efetivamente V.Exa. afirmou isso neste relatório, não no do Orçamento Geral da União. Se formos comparar as dotações vindas do Ministério somadas às que V.Exa. acrescentou, certamente Minas Gerais estará disparada na frente da Bahia. E não quero prejudicar Minas Gerais, quero melhorar a situação da Bahia.

Apelo para V.Exa., porque esse destaque de complementação da dotação orçamentária de Euclides da Cunha—Ibó é da maior importância. Vimos ansiando há vinte anos pela conclusão dessa estrada: fez-se a ponte; do outro lado, a estrada é uma maravilha para o Estado de Pernambuco inteiro. E V.Exa. deve conhecer, do lado de cá, onde falta um pedacinho para terminar.

Há dois outros destaques que fiz. V.Exa. fez um esforço no sentido da ampliação, mas faria a sugestão — e ela já é geral — de dar mais atenção às emendas de bancada e menos atenção às emendas de Comissão. Estas não têm critério de equilíbrio federativo, salvo poucas exceções. A maioria delas se constituem em emendas paroquiais. Deixamos a função de elaborar o Orçamento no plenário, designados pelos partidos, para grande parte da destinação dos recursos serem feitas nas Comissões Temáticas, a fim de atender a temas que não dizem respeito aos objetivos daquelas Comissões.

Estou agradecido pela atenção que sei que V.Exa. terá na consideração desse assunto.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Só quero tirar uma dúvida do Sr. Relator. Tomarei apenas trinta segundos do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, o Relator está com uma informação enganada, e quero mostrar a S.Exa. que houve esse engano por parte dele.

A Bahia não é o segundo Estado em volume de emendas. A bancada de Goiás empatou com a Bahia. Goiás tem 103 milhões de reais no relatório de S.Exa. e a Bahia, 103 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está apresentada, nobre Deputado João Leão. Por favor, colabore com a Presidência e com o andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Vou responder ao Deputado João Leão rapidamente.

Há um equívoco. A Bahia tem 103 milhões e 400 mil reais, mas acho que não deveríamos nos deter nesses números. **A posteriori**, estou pronto para discutir. Continuo insistindo em que a Bahia está única em segundo lugar, o que me deixa muito feliz. Deputado João Leão, nada contra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, a BR-135, onde falta um pedaço para chegar ao Piauí — e do lado do Piauí é uma maravilha —, foi considerada pela revista **Quatro Rodas**, na extensão que está concluída, a pior estrada do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – O Deputado João Almeida me dá excelente oportunidade para um debate político. Esta é uma Casa política, plural e transparente, e S.Exa. leva o assunto para o campo político, o que é muito importante. Porque, muitas vezes, o político leva para a questão técnica, e sabemos que não estamos discutindo. Aqui não é uma academia, não é uma universidade.

Quando V.Exa. fala nos sem-malha, é uma opção de cada Estado. Na qualidade de engenheiro, acho que deveríamos recuperar todas as estradas antes de começar a obra de outra. Mas quem sou eu

para penetrar na visão política de cada Estado? Há o Distrito Federal, pequeno; o Rio de Janeiro; São Paulo, que tem recursos próprios e faz; o Maranhão, que conseguiu uma grande malha, talvez fruto da vontade política do ex-Presidente José Sarney.

É muito difícil dizer que se vai defender os sem-malha ou os com-malha.

O Estado do Ceará é extremamente pobre e entendeu que o momento não era de fazer emenda.

É muito difícil, Deputado; é muito difícil. No fim, o balizamento que fica é o da bancada, não o de Deputado, contanto que seja visão política correta — no meu entendimento — e não politiqueira. Não posso fazer política com "p" minúsculo. Esse foi o grande esforço que procurei fazer aqui.

Segundo, V.Exa. me dá outra grande oportunidade de falar em emenda de Comissão. Ontem, já era madrugada, 2h, quando recebi um Deputado da Bahia dizendo que iria entrar com representação perante a Presidência da Casa, do Congresso Nacional, porque as emendas de Comissão estavam ultrapassando o limite, era uma coisa berrante.

Quero dizer que esta Relatoria teve o seguinte critério: em primeiro lugar, emendas individuais, isto é, prestigiar o Parlamentar individualmente, aquele que não depende de articulação política, o famoso baixo clero, que tem extrema dificuldade na liberação. Mas aqui, não. Aqui haverá tratamento igual. Todas as nossas emendas, na íntegra, se individuais, o recebem. Em segundo lugar, todas as emendas de bancada. Emenda de Comissão é abstrata. Qual emenda de Comissão pode atingir o País inteiro? É algo mais abstrato do que o número de rodovias. Temos rodovias que cortam o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste. Diminuir o máximo. A solicitação foi imensa. O total de emendas foi de 585 milhões. Atendemos ao total de 73 milhões de reais. No destaque, apresentamos 17 milhões de reais, e são valores pequenos: 3 milhões de reais, 4 milhões de reais. Não há valor maior concentrado em emendas de âmbito nacional, as chamadas emendas de Comissão.

Para encerrar, quero dizer que o critério de avanço nas emendas setoriais ou nacionais não passou pela temática da infra-estrutura. Talvez em outras exista. Sou solidário com o colega que me procurou, dizendo que achava os números absurdos. Acho que a prioridade é de emendas individuais, as emendas de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estamos na fase de avaliação de destaques. Ela é muito técnica e vai exigir de todos nós um pouco de esforço, rapidez e agilização.

É claro que dois Deputados nordestinos a discutir política é extremamente empolgante e agradável, mas talvez o momento não seja este.

Portanto, quero pedir a compreensão dos nobres Parlamentares e do próprio Sr. Relator para que pudéssemos dar uma seqüência mais rápida à apreciação desse tema da infra-estrutura.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, os Anais da Casa registram, e V.Exa. o sabe, que não abuso da palavra. Uso-a quando é imprescindível.

Não entendi, ao fim da fala do ilustre Relator, quando S.Exa. disse que não pode fazer politicagem com "p" minúsculo, que o exaltei para a discussão política, e acabou com essa conversa. Não sei em que contexto se deu isso. Perdi algumas palavras e gostaria que S.Exa. explicasse, porque não posso admitir que sua última frase tenha sido em resposta ao que falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já está registrado nos Anais da Casa.

(Não Identificado) – Não vou permitir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, vou responder dizendo que não estimulei nada em relação a S.Exa., mas recebo dezenas de ações políticas com "p" minúsculo, e todos sabem aqui. Em relação a S.Exa., jamais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Relator, peço a compreensão de V.Exa. Não vamos travar uma polêmica de oratória entre dois, três, quatro ou cinco Deputados. Peço a colaboração de V.Exas. e a do nobre Deputado João Almeida nesse sentido. S.Exa. já teve registrada sua preocupação, sua contestação. Não vou conceder mais a palavra a S.Exa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, faço referência ao Destaque nº 287, que diz respeito à estrada que liga Campina Grande a João Pessoa, de extrema importância para o desenvolvimento do nosso Estado.

Já foi inaugurado o primeiro trecho, mas apenas com esse recurso, Sr. Relator, será inviabilizada sua conclusão. E por ser Pernambuco o Estado de V.Exa., é claro que isso também dará segurança aos pernambucanos que se deslocarem para nosso Estado. Por isso, solicito que seja corrigida essa distorção. Gosta-

ria que V.Exa. indicasse ao Relator-Geral a apreciação mais profunda da matéria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – V.Exa. será atendido, nobre Senador, Eu estava aguardando essa oportunidade de V.Exa. e de outros Parlamentares também, sobretudo a do Deputado Alberto Goldman. Certamente encontraremos uma solução em relação ao Rodoanel.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Inicialmente, Deputado José Chaves, gostaria de parabenizá-lo pela forma equilibrada com que apresenta o relatório e acata os destaques, corrigindo pequenas distorções que porventura tenham ocorrido durante a apresentação do primeiro relatório.

Gostaria de fazer outra consideração. Devido a sua posição geográfica, podemos chamar Goiás de Estado trevo do Brasil. Nossa bancada priorizou, como tem feito em emendas anteriores, as rodovias dos principais eixos de desenvolvimento do nosso Estado, que também são do País. O Estado de Goiás foi o que mais apresentou emendas coletivas na área de infra-estrutura — sete emendas coletivas. Portanto, se fizermos uma proporção de emendas por valores não estaremos na cabeceira, como mencionou o Deputado João Leão, mas justamente priorizamos o setor de infra-estrutura pela necessidade premente de desenvolvimento do nosso Estado.

Finalizando, Sr. Relator, gostaria de solicitar a V.Exa. que fosse destacado, para ser votado em separado, o Destaque nº 108, que apresentei para a bancada do Distrito Federal. Apresentei o referido destaque com o Deputado Pedro Celso, que teve de se ausentar. Como esse destaque não foi atendido com nenhum recurso por parte de V.Exa., gostaria que ele fosse votado em separado. Assim, V.Exa. poderia contemplar o Distrito Federal com um pouco mais de recursos. O Distrito Federal não recebeu nada nos destaques apresentados por V.Exa.

A duplicação da estrada que liga Brasília a Formosa — Município que tem aproximadamente 100 mil habitantes no entorno de Brasília, com uma população flutuante entre 10 a 15 mil pessoas que vêm diariamente à Capital Federal para trabalhar — é importantíssima para Brasília e Goiás.

Portanto, gostaria que V.Exa. olhasse com carinho o Destaque nº 108, que pedimos seja votado em separado.

Obrigado, Sr. Relator e Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Pois não, Deputado Pedro Chaves. Será concedido o voto separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, diferentemente dos outros colegas — e representando o Espírito Santo, pequeno Estado em extensão territorial, com uma bancada de dez Deputados e três Senadores —, gostaríamos de agradecer ao Relator. Como não tínhamos condição de apresentar emenda para todas as estradas do Estado — oito no total: três de recuperação, três de restauração e duas de construção —, apresentamos emendas mais genéricas. Tínhamos sido contemplados com recursos, e o Relator entendeu nossa situação e acolheu mais 5 milhões de reais nessas emendas.

Em nome da bancada, gostaríamos de dizer que estamos extremamente felizes, pois S.Exa. foi o Relator que mais contemplou o Estado do Espírito Santo, atendendo, dentro de suas possibilidades, a nossas emendas. Percebemos que existe uma ingratidão, além da ânsia de cada vez ter mais, mas sabemos que não é vontade de nenhum Relator deixar de atender a um colega ou a uma bancada. Não existe isso. Muitas vezes, a forma abordada parte da impressão de que o Relator está praticando ato de pouca vontade.

Sabemos que os recursos são limitados. Não vou fazer solicitação, minhas outras emendas poderão ser retiradas. De fato, temos uma estrada no Espírito Santo, a BR-342, que assumiu uma dimensão muito grande: era emenda de bancada, com Minas Gerais, ano passado perdemos a emenda regional e agora foi incorporada como emenda aditada. Se V.Exa. conseguir de alguma forma contemplar esse destaque, ficaríamos ainda mais felizes. Mas gostaríamos de registrar que estamos gratos e satisfeitos com o atendimento que nos foi concedido pelo relatório de V.Exa.

Muito obrigado e parabéns pelo relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Muito obrigado, Deputado João Coser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar quero reconhecer o empenho do Deputado José

Chaves por sua competência política aliada à competência técnica — S.Exa. é engenheiro. O Sr. Relator procura alocar os recursos de forma equilibrada de tal forma que se possa dar conta de demandas importantes na solução do problema de infra-estrutura, particularmente do sistema rodoviário.

Nesse particular, sobretudo no primeiro relatório de S.Exa., fomos atendidos razoavelmente. Restou a discussão sobre a natureza de emenda nossa que S.Exa. procurou atender na forma de uma "janela", como S.Exa. mesmo denominou, ou seja, para que possamos iniciar o processo de uma importante rodovia que forma o anel rodoviário do Grande Rio, ao mesmo tempo interligando a malha rodoviária federal, pois são quatro rodovias federais na periferia da cidade do Rio de Janeiro, fortalecendo o anel, barateando o custo de transporte, entre outros benefícios. Por outro lado, assegurando sensibilidade rodoviária ao Porto de Sepetiba, que não é um porto do Estado do Rio de Janeiro, mas nacional e até da América Latina, com a concepção de porto para grandes embarcações, concentrador para distribuição de mercadorias. Então, nesse particular, embora insatisfeitos, porque desejaríamos mais recursos, considero que seja razoável que iniciemos o processo assim.

Gostaria de me ater em duas proposições, às quais se V.Exa. puder acrescer recursos acharíamos importante. Uma delas é a emenda que trata do sistema de metrô da cidade do Rio de Janeiro, cuja malha é extremamente diminuta; como V.Exa. sabe, em nenhum lugar do mundo é possível aos governos locais arcar com os custos do metrô. Já existem projetos de expansão, mas faltam recursos para tocá-los. Há até obras já licitadas, paralisadas por absoluta falta de recursos. Então, gostaríamos de ver acrescidos recursos para esse fim — e o Destaque nº 15, por mim apresentado, refere-se a isso.

Há também o Destaque nº 14, que diz respeito à complementação de uma malha rodoviária importante. Destina-se à interligação da chamada Rodovia do Contorno, de Volta Redonda, que integra a BR-040, a Rio—Belo Horizonte, à BR-116, a Dutra.

Trata-se de rodovia de grande importância, mas está em situação absolutamente precária. Atende à região onde ficam a Companhia Siderúrgica Nacional, pólo industrial importante, e indústrias automobilísticas, como a Peugeot, etc. Ao mesmo tempo, é acesso, no trecho sul, para Angra dos Reis, permitindo que a moçada de Minas Gerais, que não tem praia, chegue mais facilmente ao litoral do Rio de Janeiro. Na verdade, os recursos necessários à realização dessas obras não são muito elevados. Precisaríamos de mais 11 milhões de reais, na ponta do lápis. Caso V.Exa. não possa destinar esses 11 milhões de reais, pediríamos uma indicação de V.Exa. ao Relator-Geral, pela importância que esses dois empreendimentos têm.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pedi ao Relator que não respondesse, porque S.Exa. poderá responder aos dois ao mesmo tempo, o que será mais fácil.

Primeiramente, em relação ao Destaque nº 7, agradeço ao Sr. Relator a abertura da "janela". Obviamente os recursos são insuficientes para o projeto, que já existe, é de 63 quilômetros. A previsão da bancada era ter para esse projeto 100 milhões de reais, valor que, de acordo com o DNER, seria possível ser gasto este ano. Por certo V.Exa. não tem 100 milhões de reais, por isso alocou 2 milhões de reais como "janela". Não posso retirar o Destaque nº 7 porque foi aprovado, mas peço a V.Exa. que faça indicação ao Relator-Geral de complementação de recursos.

Quanto ao Destaque nº 8, igual ao solicitado em relação ao Destaque nº 14, do Deputado Jorge Bittar, precisaríamos do acréscimo de 11 milhões de reais. Como disse o Deputado Jorge Bittar, essa obra, após iniciada, foi interrompida pelo Tribunal de Contas. Por esse motivo, no ano passado a bancada não apresentou emenda. Agora que está tudo resolvido e aprovado — não foi detectada nenhuma irregularidade —, podemos apresentar emenda. Talvez esse projeto, que se destina à região centro-sul fluminense, seja o maior pensado pelo Estado. Ele não tem apenas finalidade turística, pois, de acordo com o contorno estabelecido nessa emenda, atende a Angra, onde há uma usina nuclear, e abrange toda a região centro-sul, portanto, até Paraíba do Sul. São exatos 31 quilômetros, para os quais, segundo o DNER, precisaríamos, no Rio de Janeiro, de 41 milhões de reais.

Deputado José Chaves, V.Exa. contemplou a bancada com 30 milhões de reais. Então, na ponta do lápis, como bem disse o Deputado Alberto Goldman, nossa necessidade é de 11 milhões de reais para complementar essa obra, que está em andamento.

O Destaque nº 10, de minha autoria, igual ao Destaque nº 15, do Deputado Jorge Bittar, trata da questão do metrô.

Gostaria de agradecer a V.Exa., de antemão, por ter entendido a importância do metrô para o Rio

de Janeiro. Recebemos 30 milhões de reais. É óbvio que com 30 milhões de reais não se fará o metrô, mas partes desses trechos podem ter suas obras continuadas ou iniciadas no ano de 2002.

Quanto a essa matéria, é preciso dizer que com 30 milhões de reais será muito difícil começar a obra em 2002. É bom que se diga que a emenda do metrô pede recursos para que se liguem duas regiões da cidade do Rio de Janeiro. São dois trechos: um liga a zona oeste à zona sul da cidade; outro liga a cidade do Rio de Janeiro a Niterói e São Gonçalo. É absolutamente impossível aceitar que esta ligação seja feita apenas pela Ponte Rio—Niterói; V.Exa. não pode imaginar os quilômetros de engarrafamento que temos todas as noites e todas as manhãs no Rio de Janeiro.

Então, os Destaques nºs 8 e 10 seriam nossa prioridade. Em relação ao Destaque nº 2, como já foi aprovado, pedimos apenas a indicação.

Faço ainda um apelo a V.Exa. no sentido de que, se possível, aloque algum recurso para os Destaques nºs 8 e 10. Como Presidente de Comissão que sou, entendo a necessidade de as Comissões terem eventualmente projetos globais, mas observo a V.Exa. que a bancada do Rio de Janeiro acabou contemplada nos destaques com 2 milhões de reais, talvez de todas tenha sido a menos contemplada.

Então, peço a V.Exa. que, por favor, reveja tanto os Destaques nºs 8 e 10 quanto os Destaques nºs 13 e 14, que são no mesmo sentido.

Obrigado a V.Exa., de qualquer maneira, pela primeira fase dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputada Laura Carneiro, agradeço a compreensão. Farei um grande esforço. Estou anotando todas as solicitações.

Acho que o Rio de Janeiro teve um progresso grande. Reconheço que o progresso no destaque foi pequeno, mas o importante é no cômputo geral: saímos de 11 milhões de reais, no Rio de Janeiro, e fomos para 80 milhões de reais. Tivemos assim uma visão política da necessidade da rodovia, que é realmente da maior importância para o próprio porto e integra duas BRs. Então, vamos fazer o máximo de esforço. O que não puder ser feito, vamos indicar ao Relator-Geral e batalhar juntos.

Meu problema, sinceramente, é de ordem financeira. Procurei fazer o chamado dever de casa. Com os recursos de que dispunha, procurei atender ao máximo de pessoas, pulverizando ao máximo esses recursos. Certamente cometi injustiças, mas, na balança, creio que as cometi muito mais atendendo do que não atendendo aos pleitos. É a nossa posição, mas vamos reexaminar os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, inicialmente registro que o nobre Sr. Relator-Setorial aprovou três destaques apresentados pelo eminente colega João Matos, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro: o primeiro aumenta a dotação para as BR-470 e 280 com mais 5 milhões, o segundo reforça a dotação para a construção de acessos rodoviários em Santa Catarina e o terceiro eleva a dotação para a BR-282, que corta o Estado no sentido leste/oeste, vai do mar até a fronteira da República Argentina.

Tive oportunidade de apresentar dois destaques; o primeiro deles, que recebeu o nº 39, solicitava ao Sr. Relator elevação da dotação destinada à modernização dos portos de Santa Catarina. Nosso Estado possui, graças a Deus, quatro portos por onde se escoa a nossa rica e diversificada produção industrial e agrícola, e também parte da produção do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Peço a atenção de V.Exa. para esse destaque, o de nº 39, que eleva a dotação destinada à modernização dos portos de Santa Catarina. Não houve especificação. A bancada entendeu que era importante consignar uma dotação razoável, mas para atender a todos os portos. Todos os Deputados, portanto, estão atendidos, do ponto de vista político, o que considero muito importante. É preciso casar a técnica com a política.

Este é o apelo que faço. Apresentei o destaque; se V.Exa. não puder atendê-lo nesta oportunidade, vou retirá-lo, para que a proposição seja objeto de recomendação ao Sr. Relator-Geral.

O segundo destaque, Sr. Relator, recebeu parecer contrário em razão, creio eu, de um equívoco de V.Exa. A emenda refere-se à adequação dos trechos rodoviários do Corredor MERCOSUL, atendendo às BR-470 e 280. V.Exa. já atendeu, no que toca ao quantitativo, à emenda que acabei de referir, de autoria do nobre Deputado João Matos. Minha emenda não visa a aumento, mas apenas à alteração da modalidade de aplicação, porque, por um equívoco, a bancada dividiu a emenda em duas dotações, e colocou uma na modalidade 30 e a outra na 40, mas ambas as rodovias são federais; então, redigi essa

emenda para que se coloque isso na modalidade de aplicação 99, de modo que o Governo Federal possa decidir.

Há a tendência de conceder a construção e a exploração dessas duas rodovias aos Estados, mas isso ainda não foi resolvido, e a emenda recebeu parecer contrário. Creio, repito, que houve um equívoco da Assessoria de V.Exa., e até peço...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputado, posso responder em parte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – O assessor informou-me aqui que se trata de uma emenda de bancada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Como?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Trata-se de uma emenda de bancada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Juntei a autorização da bancada, 11 senhores representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional, 2 Senadores e 11 Deputados Federais. Somos 16.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – V.Exa. tem o apoiamento deles?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Tenho. As assinaturas estão no documento original, que não tenho aqui. Entreguei à Secretaria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Esse era o problema técnico, esse limite; mas, já que V.Exa. tem...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Mas juntei as assinaturas, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, solicito a V.Exa. o número do destaque para que possamos consultar o original, apenas para facilitar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – O número do destaque é 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – O número da emenda é 71260007.

Essas eram as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente, manifestando ao Sr. Relator-Setorial meu reconhecimento pela forma como o Estado de Santa Catarina foi atendido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência informa ao nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis que realmente se constata aqui que houve o apoiamento da bancada de Santa Catarina. Já demos conhecimento disso ao nobre Relator.

Com a palavra o nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, apresentei três destaques, de nºs 268, 269 e 270. Quero concentrar meus esforços no Destaque nº 270, que diz respeito à destinação de recursos para a BR-163. Trata-se de uma rodovia de integração regional que vai servir ao Estado do Mato Grosso, propiciando o escoamento da produção pela calha do Rio Amazonas e o Porto de Belém. A bancada do Mato Grosso e o próprio Presidente da República, em várias ocasiões, têm demonstrado grande desejo de concluir essa estrada. Isso vai dar competitividade aos produtos agrícolas, a exemplo do que é a Ferrovia Norte—Sul, que também pode viabilizar a exportação, seja pelo Porto de Itaqui, seja pelo Araguaia—Tocantins.

Sr. Relator, queria merecer de V.Exa., já que não fomos contemplados com recursos para a conclusão dessa rodovia, a indicação ao Relator-Geral da necessidade de aporte de verba com esse fim. No intuito de dar competitividade aos nossos produtos agrícolas, estamos trabalhando de forma inteligente, utilizando a calha do Rio Amazonas para exportação dos nossos grãos. Portanto, queremos ter esse compromisso de V.Exa. A partir daí inclusive retiraremos os outros destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito obrigado. Retiro, então, os demais destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Peço apenas um esclarecimento ao nobre Deputado Anivaldo Vale: esse destaque de V.Exa. havia sido rejeitado, não é isso?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esse destaque de V.Exa. havia sido rejeitado, não é isso?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, havia sido rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente. Então, V.Exa. vai retirá-lo para que possa haver um encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, já que V.Exa. vai fazer o encaminhamento da solicitação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Em contrapartida, retiro da discussão os Destaques nºs 268, 269 e 270.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato. Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Relator, em primeiro lugar, reconheço que V.Exa. realmente atendeu a Minas Gerais acolhendo alguns destaques, notadamente o apresentado pelo companheiro de partido Virgílio Guimarães, relativo a uma verba de 2 milhões de reais para o metrô, e o apresentado pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira, relativo à destinação, para uma série de pontos críticos das estradas mineiras, de uma verba de 5 milhões.

No entanto, quero chamar a atenção para uma situação distinta, mas de muita relevância para o povo mineiro e para todos os nordestinos vindos de São Paulo que trafegam na BR-381, nos ônibus que vão para o Nordeste do País, já que essa BR liga São Paulo à BR-116. Por lá trafega toda a carga da principal indústria de peso mineira, da USIMINAS, da ACESITA e da CENIBRA. É comum haver acidentes de ônibus em que morrem 30, 50 pessoas, nas pontes dessa estrada, que tem 40 anos de existência. Os 200 quilômetros dessa estrada a que faço referência na minha solicitação situam-se numa das mais montanhosas regiões do Estado de Minas Gerais, na Serra do Espinhaço. Observando meu primeiro destaque, o de número 316, vejo que V.Exa. até agora não concedeu um centavo para essa finalidade. Percebo também que o Destaque nº 322, que trata da restauração de outro ponto na mesma BR-381, não foi citado no relatório. O Destaque nº 316 entrou, mas o Destaque nº 322 não se encontra no relatório que tenho em mãos. Não foi digitado, pelas informações prévias que obtive.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – V.Exa. está correto, Deputado João Magno. Creio que houve um lapso, uma falha, mas vamos corrigir imediatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – É uma falha de menor relevância. O que quero solicitar a V.Exa. é que atenda a pelo menos um desses dois destaques. Por exemplo, nos últimos anos, os recursos que foram investidos no trevo das cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo para restaurar a estrada não foram suficientes para uma área onde o tráfego envolve três cidades de trânsito conturbado. O tráfego ali, nos últimos anos, tornou-se insuportável no horário de pico. Está-se fazendo uma estrada que contorna a estrada antiga, passando por dentro das três cidades, que acumulam cerca de 500 mil habitantes. Dos 7 milhões previstos, V.Exa. está cortando 1 milhão e 600 mil.

Com relação ao Destaque nº 316, faço um apelo no sentido de que V.Exa. reconsidere a situação e mantenha esse 1,6 milhão para superarmos pelo menos o problema dessas três cidades por onde passa a malha rodoviária, Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Quanto à falha na emenda a que V.Exa. se referiu, estamos tomando providências. Tudo está sendo anotado. Não estou recebendo nenhum tipo de acréscimo por incapacidade. Fica aqui anotado, até que encontremos o divisor comum. Reconheço o mérito da sua defesa, a visão política da questão, mas, veja bem, há um impedimento de ordem material. Para que V.Exa. tenha idéia, os destaques abrangem 8 bilhões e 300 milhões, sejam de acréscimo, sejam de reposição — considero os de reposição igualmente. Na situação em que estou, nesta fase, fica muito mais difícil acolher os destaques do que as emendas que analisei na primeira etapa.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Vou recomendar a indicação ao Relator-Geral, no sentido de que sejam apreciados com maior atenção esses dois destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sem dúvida, está certo.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Eu agradeço, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Estaremos juntos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado João Magno, V.Exa. retira os dois destaques para que sejam encaminhados como recomendação? (*Pausa*.)

Com a palavra o nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, começo fazendo uma indagação ao Sr. Relator. Experimentei, como V.Exa. está experimentando agora, a angústia de administrar a escassez. Pergunto se, nesta fase de apreciação dos destaques, V.Exa. ainda teria recursos para destinar a algum destaque apresentado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Senador Leomar Quintanilha, confesso que procurei equacionar cada etapa do meu trabalho, com todas as dificuldades por que todos os Relatores passaram, procurando fazer um corte linear, atendendo a pessoas, setores e Estados. Estou praticamente no limite. Sinto, em função da demanda, que não vou ter capacidade de atender a tudo. Por mais justo que seja o pleito, estou impedido. Vou recomendar ao Relator-Geral, e vamos discutir juntos.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Não há recursos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Não há recursos. O que tenho é mínimo.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Quero fazer algumas considerações. Eu tinha de partir dessa premissa, porque, se houvesse recursos, eu apelaria a V.Exa. no sentido de que aportasse um pouco mais para o Estado de Tocantins, que aqui elenca suas prioridades vitais, dentre elas mudar sua matriz de transporte. Necessitamos de recursos para a Ferrovia Norte—Sul, porque efetivamente o Estado não conta com o aporte necessário para dar prosseguimento a essa obra, que é de vital importância para o País, não só por integrar diversas Regiões importantes, mas por permitir que Estados como Goiás, como mencionou o Deputado Pedro Chaves, Pará, como mencionou o Deputado Anivaldo Vale, e ainda o Maranhão possam efetivamente participar da integração nacional, nesse processo de desenvolvimento. O Estado ainda não possui um meio barato de transporte de carga pesada a longa distância.

Sr. Relator, privilegiamos a modal rodoviária, que sabidamente é o transporte mais caro do mundo. Isso inviabiliza economicamente Estados como Goiás, Mato Grosso e Tocantins, e regiões como o sul do Pará e o oeste da Bahia. Faço um apelo a V.Exa., que participou da reunião da bancada do Tocantins com o Comitê de Emendas — creio que V.Exa. faz parte desse comitê — e estava presente quando expendi argumentos a respeito da relevância e do caráter nacional da Ferrovia Norte—Sul. Dirijo a V.Exa. o apelo que fiz ao Comitê de Emendas. Peço a V.Exa. que nos auxilie, junto ao Relator-Geral, nesta segunda etapa do Orçamento, que tenha a sensibilidade de encarar a Ferrovia Norte—Sul como um pleito de vários Estados e como uma obra de caráter nacional, e faça uma indicação ao Relator-Geral para que sejam ampliados os recursos aportados no Orçamento para 2002 para essa obra.

Sr. Relator, em razão disso, retiro os Destaques nºs 172, 173, 175 e 193, já que V.Exa. atendeu ao Destaque nº 174.

No mais, Sr. Relator, além de elencar os destaques que proponho sejam retirados, quero cumprimentar V.Exa. pelo zelo e pela competência na condução dos trabalhos, reiterando o apelo de que o Estado do Tocantins e todo o Brasil precisam de sua solidariedade relativamente à questão da Rodovia Norte—Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

Ausente S.Exa., concedo a palavra à nobre Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer a V.Exa., membro e coordenador do Comitê de Emendas, a maneira correta e objetiva pela qual o Comitê encaminhou e deu desfecho a todas as nossas angústias com relação aos recursos solicitados por minha bancada, garantindo que o resultado não fosse inferior ao auferido no ano passado.

Deixo meus agradecimentos também ao Deputado João Coser e aos demais membros do Comitê.

Dirijo-me agora ao Sr. Relator, embora não pretenda pedir mais nada. Quero apenas agradecer a maneira pela qual V.Exa., dispondo de determinado valor de recursos, conseguiu meios de destinar verbas às estradas de meu Estado, que, diferentemente de outros, não possui sequer malha rodoviária, uma vez que não possui estradas completamente pavimentadas.

Além de agradecer pelos recursos destinados ao meu Estado, quero ressaltar que notei que V.Exa. fez questão de dividir, eqüitativamente, os 10 milhões de reais destinados ao Estado entre seus três representantes: o Senador Tião Viana, que, além de Senador do Estado e irmão do Governador, é quem toca as obras tão importantes para nós; o Senador Nabor Júnior, nosso coordenador, ausente no momento, e eu, que respondo pela coordenação da bancada, em nome dos demais companheiros e do próprio Senador Tião Viana.

A atitude de atender os três representantes, de forma igual, em vez de atender um ou dois, Sr. Rela-

tor, deixou-me sensibilizada. V.Exa. valorizou o sacrifício que fizemos, o Senador Tião Viana e eu, além do sacrifício do próprio Senador Nabor Júnior, que não pôde estar aqui.

Portanto, deixo a V.Exa. meus agradecimentos. Não poderia retirar-me sem fazê-lo. É comum pedirmos muito e esquecermos de agradecer. Como agradeço a Deus a todo o momento por tudo o que Ele me dá, até o que não mereço, agradeço a V.Exa.

Finalmente, Sr. Presidente, registro meus agradecimentos em nome dos onze Parlamentares de minha bancada e, sobretudo, em nome do Senador Nabor Júnior, a quem substituo neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência, em nome do Comitê da Avaliação de Emendas, agradece à Deputada Zila Bezerra as palavras gentis. Procuramos desempenhar nosso papel, coadjuvar o Relator-Geral, dentro de nossas possibilidades, como tenho certeza de que fez o nobre Relator-Setorial presente.

Com a palavra o Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, baseado no art. 54, inciso VI, da Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional, solicito sejam consideradas prejudicadas, pelo não-comparecimento do autor, as Emendas nºs 252, 253, 254 e 255.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Caldas, estaremos atentos a isso na hora da votação. Estamos verificando os destaques; embora muitos autores não estejam presentes, temos buscado conduzi-los, de acordo com entendimento havido, pois, em se tratando de emendas de bancada, temos entendido que basta um Deputado estar presente, apesar de que, por ocasião da recomposição, deverá haver apoiamento. Enfim, estamos procurando atender os Parlamentares, mesmo nesses casos.

Portanto, quando for o momento, conversaremos com V.Exa. e o atenderemos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Estarei aguardando, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, após ter conversado com o Sr. Relator, mesmo não tendo S.Exa. me atendido em nada, decidi retirar o Destaque nº 315 e transformá-lo em indicação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Muito agradeço a V.Exa., Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Relator, cabe a mim agradecer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Mas agradeço a V.Exa. por sua compreensão, mesmo não tendo eu atendido V.Exa.

Vou, juntamente com o Deputado Santos Filho, de quem peço o compromisso, ao Relator-Geral tentar recompor a situação.

Tenho certeza absoluta de que fiz o possível pela Bahia; entretanto, não tenho a capacidade de multiplicar recursos. Estou pronto, junto a toda a bancada da Bahia, para tentar reverter o corte, que não foi feito por mim, ou pelo Relator, mas pela relatoria, por necessidade de dinheiro. Seja como for, sem querer criar falsas expectativas, farei todos os esforços para aumentar os recursos. Então, certamente a Bahia estará em primeiro lugar com o pleito de V.Exa. e de outros companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de pedir a retirada dos Destaques nºs 178, de autoria do Deputado Almir Sá, e 177, de autoria do Deputado Pedro Novais, e de transformá-los em indicações.

Sabendo da dificuldade e da impossibilidade de atender a todas as solicitações, gostaria de agradecer ao nobre Relator, em nome da bancada baiana e da bancada do PMDB, tudo o que foi feito.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Sr. Presidente, quero registrar meu louvor ao trabalho realizado pelo Relator, o que faço também em nome da bancada baiana, da qual faço parte.

Tenho certeza de que todos somos testemunhas do trabalho realizado pelo Relator, que não atendeu apenas à Bahia, mas praticamente a todos os Estados da Federação, alguns mais, outros, menos, já que S.Exa. não poderia fazer o milagre da multiplicação dos pães. De qualquer forma, foi um atendimento quase horizontal a todas as Unidades da Federação.

O Relator repôs 400 mil reais da dotação do Poder Executivo para a continuidade das obras do anel rodoviário de Vitória da Conquista. Refiro-me à BR-116, rodovia federal da maior importância para o País, artéria pela qual passam 240 mil veículos por

mês: vale dizer que 1 milhão e 200 mil pessoas, aproximadamente, passam por aquele trecho da BR-116.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar meus agradecimentos ao Relator pela restauração do valor, bem como o provimento parcial do destaque, sob a rubrica de adequação de rodovias federais, no valor de 5 milhões de reais. É certo que este valor não atende às necessidades da obra, cotada em R$16.446.835,14 — ouvi o Deputado Alberto Goldman falando em contas certas e lembrei-me da conta certa que apresentei ao Relator.

O Deputado Santos Filho é testemunha de minha luta de três anos em busca de recursos para a conclusão de obra tão importante para o País. Peço a V.Exa. que me ajude, junto ao Relator-Geral, a conseguir um pouco mais de recursos para alcançar tal meta.

Por enquanto, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho realizado de forma altaneira e serena, atendendo não apenas a pleitos pessoais, mas sobretudo a pleitos nacionais.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Deputado Jonival Lucas Junior, ausente no momento, pediu a retirada de dois destaques. Vamos desconsiderar o pedido de S.Exa. com relação ao destaque de autoria do Deputado Pedro Novais, uma vez que este foi integralmente atendido e, se retirado, perderia os recursos a ele destinados.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, em nome da bancada do Ceará, quero parabenizar o Relator por seu trabalho, até porque sabemos das dificuldades que teve S.Exa. na compatibilização. Nós, que estamos acompanhando a Comissão, observamos que, apesar dessas dificuldades, foi um dos relatórios mais transparentes, didáticos e criteriosos, o que nos faz acreditar, cada vez mais, nesta Comissão e nesta Casa.

A complexidade do tema é de importância nacional em virtude dos eixos nacionais de integração e das compatibilizações regionais, estaduais e nacionais, o que aumenta o mérito do Relator, Deputado José Chaves, que, mais uma vez, em nome da bancada do Ceará, parabenizo. Todo o Estado do Ceará e eu somos admiradores dos critérios e posições assumidos por S.Exa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Agradeço ao Deputado Raimundo Gomes de Matos as palavras elogiosas. Fiz o possível para apresentar um relatório o mais equilibrado possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de mais nada, gostaria de parabenizar o nobre Relator pelo excelente relatório, pelo atendimento a diversos destaques e a todos os Estados que apresentaram destaques ou emendas nessa área setorial. E mesmo no que diz respeito aos Estados que não apresentaram emendas nesta área setorial, percebi que o Sr. Relator se preocupou em recompor os cortes que haviam sido feitos em função da determinação do corte de 20% linear nos investimentos que vieram no PL do Governo Federal.

Quero também apelar ao Sr. Relator para que possamos contar com sua boa vontade em relação ao Destaque nº 243, de minha autoria, pela restauração de rodovias federais no Estado do Paraná. O pleito, de 70 milhões, foi atendido em 10 milhões de reais. Portanto, se houver possibilidade de melhorar o atendimento ou de fazer indicação ao Relator-Geral, peço a V.Exa. que o faça, porque as rodovias federais, não só no Paraná mas em todo o País, estão em situação precária.

Espero que agora, com a criação da CIDE, com a vinculação de recursos, voltemos ao velho tempo do Fundo Rodoviário Nacional, quando não só as estradas estavam em excelentes condições, mas também se concretizavam a construção de novos trechos, duplicação e melhoria do sistema viário. Afinal de contas, a matriz de transporte do Brasil é essencialmente rodoviária, e, por isso, precisamos nela investir.

Além do elogio que faço a V.Exa. pelo relatório, que atende os destaques de todas as bancadas, deixo este apelo para que a restauração de rodovias do Estado do Paraná possa receber mais recursos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, Deputado José Chaves, congratulo-me com V.Exa. pelo brilhante trabalho. Volto também ao Destaque nº 179, de minha autoria, apresentado com o objetivo de adequar o projeto contido às ações constantes do PPA, em que a titulação era o

entroncamento da BR-040, trecho Piranga—Porto Firme, como veio no projeto de lei do Executivo, lá inserido por interesse de um colega Deputado. Como esse Deputado não tinha interesse na outra parte, que interessava a outro companheiro, foi retirado o trecho Araponga—Fervedouro, e o Deputado Danilo de Castro, nosso colega, acabou prejudicado.

Nesse sentido, apresentei o mencionado destaque, que V.Exa., possivelmente devido ao grande número de destaques, rejeitou por falta de recursos, quando o problema é apenas de compatibilidade de títulos e de evitar mal-estar entre colegas.

Assim, volto a essa matéria e solicito que, se não for possível resolver desde logo o problema, estude-se uma forma técnica que permita ao Relator-Geral a correção do mal-entendido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Deputado Márcio Reinaldo Moreira, preciso de um crédito de confiança de V.Exa. O problema não é político, mas simplesmente técnico. Talvez um lapso de memória me tenha levado a proceder como procedi. Entendo a pertinência de sua solicitação. Minas Gerais é um Estado grande, muitos são os Deputados, e isso me passou despercebido.

Proponho que, caso não encontremos uma solução, levemos juntos o problema ao Relator-Geral. Daremos nossos testemunhos e tentaremos resolvê-lo. Os recursos da CIDE serão sete ou oito vezes maiores no próximo ano — este ano, trabalhamos com limites muito justos. É preciso que o Relator-Geral entenda isso, de modo que possamos compatibilizar questões que não puderem sê-lo em plenário, e sua questão estará entre as prioritárias.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Agradeço a gentileza a V.Exa. e peço que seja registrado o Destaque nº 179, que V.Exa., juntamente com a área técnica, poderá talvez equacionar, evitando problemas maiores.

Não peço nada em termos de valores. Naturalmente o Relator-Geral ou o próprio Ministério, ano que vem, adequado esse título, poderão facilmente corrigir isso com crédito suplementar, senão haverá outro problema para chegarmos ao trecho Araponga—Fervedouro. Deverá, portanto, haver crédito especial, mudando inclusive a forma de ação.

Agradeço a V.Exa. e à área técnica pela consideração da matéria, em nome inclusive do Deputado Danilo de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado José Chaves, que se manifestará em relação aos destaques. Não há mais oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apelo a todos os autores de destaque para que acompanhem a posição do Deputado João Almeida, cujo destaque atendi em parte.

Deputados Giovanni Queiroz, Antônio Carlos Konder Reis, futuro Governador, Pedro Chaves e todos os demais Parlamentares que não foram atendidos, que juntos possamos caminhar. É extremamente difícil atender emendas no valor total de 7,5 bilhões de reais quando se tem disponível apenas 1 bilhão de reais. Quando algum acréscimo vem é por meio de corte. O orçamento é uma navalha dupla; é face e anteface. No momento em que recolhemos recursos por meio de cortes, desagradamos politicamente algum grupo. A situação é extremamente difícil.

Tenho absoluta certeza de que a maior emenda por mim atendida — 35 milhões de reais — pertence a Pernambuco, Estado que constrói rodovia com recursos da poupança de seu povo; que teve sua companhia de distribuição de energia vendida por 2 bilhões de reais. Estamos aplicando 300 milhões de reais na duplicação da Rodovia Recife—Caruaru, porque até hoje o Governo Federal não destinou um centavo sequer a essa obra. Consideramos essa uma emenda emblemática para nossa terra. O restante não passou.

Procuramos atender à maioria. Com absoluta certeza, desagradamos alguns. Talvez até tenhamos cometido injustiças. Essa não foi a intenção, tão-somente que a grande maioria fosse atendida.

Este relatório ficará registrado em minha curta e modéstia carreira pública, pela qual optei com consciência.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, diante da exposição do Sr. Relator-Setorial, rogo a V.Exa. retire o Destaque nº 39, que apresentei, solicitando que a emenda seja objeto de recomendação ao Sr. Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, o Destaque nº 40 também?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, o Destaque nº 40 re-

fere-se apenas à alteração na modalidade de aplicação. Já expliquei e, creio, o Sr. Relator irá acolhê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, também atendendo ao apelo de nosso Relator-Setorial, retiraremos o destaque, a fim de que S.Exa. faça indicação ao Relator-Geral. Trata-se de obra importantíssima, a única do Distrito Federal. Precisamos muito que ela seja ampliada.

Finalizando, associo-me às palavras do Senador Leomar Quintanilha com relação à Ferrovia Norte—Sul, de integração nacional. Qualquer recurso que for destinado à Ferrovia Norte—Sul repercutirá favoravelmente nos cinco Estados do centro-norte do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Pedro Chaves, V.Exa. se refere ao Destaque nº 108, exato?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Destaque nº 198, da bancada do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado.

A Presidência solicita aquiescência do Plenário para que os destaques apresentados a esse setor sejam votados em globo, de acordo com o parecer do Relator.

(Não identificado) – Sr. Presidente, V.Exa. considerará agora nossa questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ainda não. Na votação, nobre Deputado.

(Não identificado) – Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação os destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vamos responder à questão de ordem de V.Exa., nobre Deputado, desde que a formule e encaminhe a esta Presidência.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, desejamos retirar os seguintes destaques: 211, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219 e 221. Manteremos apenas o Destaque nº 220, para discussão em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Caldas para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, já que o regulamento interno conflui para o art. 54, § 6º, estão prejudicados esses destaques. Solicito, portanto, a V.Exa. que declare prejudicados, por ausência do autor, os Destaques nºs: 252, 253, 254 e 255.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência esclarece a V.Exa., nobre Deputado João Caldas, que em todos os relatórios setoriais houve acordo de liderança. Assim sendo, mesmo que o autor do destaque não esteja presente, a emenda de bancada deverá ser levada em consideração em todos os itens e quanto a todos os relatórios.

Esta Presidência reconhece a procedência da questão de ordem de V.Exa., de acordo com a Resolução nº 1, mas houve entendimento de Lideranças desde o início da votação dos relatórios e da apreciação dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, estive na reunião do Comitê e, na oportunidade, disse que não faria acordo algum.

As emendas de bancada de Alagoas estão **sub judice** no Congresso Nacional, nesta Comissão. É estranho que ainda haja destaques. Elas deveriam ser anuladas.

Recorrerei ao Plenário do Congresso Nacional, espero que V.Exa. entenda. Para não atrapalhar os demais e para que não se considere esta uma postura antiética e antidemocrática da bancada de Alagoas, solicito a V.Exa. que retire os destaques, uma vez que eles representarão problema a menos para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Caldas, o acordo não foi feito pelas lideranças desta Comissão, mas no gabinete do Líder do Governo, Deputado Arnaldo Madeira.Portanto, esta Presidência manterá o acordo firmado desde o início das votações e no tocante a todas as áreas temáticas.

A questão de ordem apresentada por V.Exa. tem procedência. Pode o Deputado recorrer da decisão da Mesa, conforme previsto no Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – É o que farei: vou recorrer, pelos motivos expostos.

Gostaria que o Relator da Área Temática V, Deputado José Chaves, observasse esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Mesa encaminhará o recurso de V.Exa. Fique tranqüilo, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, gostaria de corrigir um equívoco. O Destaque nº 219 não pode ser retirado porque foi acolhido pelo Relator. Portanto, eu o mantenho, para que seja votado entre os que foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Votação em globo dos seguintes destaques com parecer pela aprovação integral do Relator: Destaque nº 36, do Senador Amir Lando; Destaque nº 177, do Deputado Pedro Novais.

Somente esses dois têm aprovação integral.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Destaque nº 219 foi acatado integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é a esse bloco que me refiro, nobre Deputado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Votação em globo dos seguintes destaques com parecer pela aprovação parcial do Relator: Destaque nº 1, do Deputado Armando Abílio; Destaque nº 4, do Senador Gilvam Borges; Destaque nº 6, do Deputado Coriolano Sales; Destaque nº 7, da Deputada Laura Carneiro; Destaque nº 16, da Deputada Zila Bezerra; Destaque nº 26, do Deputado Átila Lins; Destaque nº 28, do Deputado Luciano Castro; Destaque nº 35, do Senador Amir Lando; Destaque nº 67, do Deputado Pedro Novais, cujos discursos foram transferidos para o Destaque nº 68, que não está na listagem de aprovação parcial; Destaque nº 71, do Senador Mozarildo Cavalcanti; Destaque nº 90, do Deputado Jovair Arantes; Destaque nº 93, do Deputado Pedro Chaves; Destaques nºs 95, 97 e 98, do Deputado João Coser; Destaque nº 103, do Senador Tião Viana; Destaques nºs 114 e 115, do Deputado João Matos; Destaque nº 123, do Deputado Narcio Rodrigues; Destaques nºs 125 e 126, do Deputado Ricarte de Freitas; Destaque nº 129, da Deputada Lúcia Vânia; Destaque nº 176, do Deputado Gonzaga Patriota; Destaques nºs 188 e 189, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira; Destaque nº 195, do Senador Nabor Júnior; Destaque nº 203, do Deputado Gonzaga Patriota; Destaque nº 207, do Deputado Orlando Desconsi; Destaque nº 226, do Deputado José Borba; Destaque nº 236, do Deputado Nelson Meurer; Destaque nº 242, do Deputado Ricardo Barros; Destaques nºs 256 e 257, do Deputado Darcísio Perondi; Destaques nºs 263 e 267, do Deputado João Almeida; Destaque nº 271, do Deputado Paulo Kobayashi; Destaque nº 283, do Deputado Osvaldo Reis; Destaque nº 284, do Deputado João Henrique; Destaques nºs 293 e 297, do Deputado Waldemir Moka; Destaque nº 317, do Deputado Virgílio Guimarães.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Os destaques que foram lidos, aprovados parcialmente pelo nobre Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que votam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Recomposição integral.

Vamos agora analisar os destaques com aprovação da recomposição integral: Destaque nº 5, do Deputado Coriolano Sales; Destaque nº 41, do Deputado Paes Landim; Destaques nºs 50, 51, 52; 53 a 56; 57 e 58, do Deputado Darcísio Perondi; Destaque nº 100, do Deputado João Coser; Destaque nº 134, do Deputado Jorge Alberto; Destaques nºs 148, 154, 156, 161, 162, do Deputado Aracely de Paula; Destaques nºs 169 e 170, do Deputado Marcelo Teixeira; Destaque nº 182, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira; Destaque nº 201 e 202, do Deputado Gonzaga Patriota; Destaque nº 219, do Deputado Giovanni Queiroz; Destaques nº 252, 253, 254 e 255, do Deputado Olavo Calheiros; Destaque nº 299, do Deputado Waldemir Moka.

Passo agora à aprovação apenas da recomposição parcial. Serão votados juntos: Destaques nºs 20 e 21, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; Destaque nº 273, do Deputado João Matos.

Em votação os destaques aprovados no tocante à recomposição integral e recomposição parcial.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Votação em bloco dos destaques rejeitados por insuficiência de recursos, ressalvados aqueles cuja retirada foi requerida pelos nobres Deputados, para encaminhamento ao Sr. Relator Geral: Destaque nº 220, do Deputado Giovanni Queiroz; Destaques nºs 8, 9, 95, 243 e 1.109.

Em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, meu destaque é para discussão em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sim, em separado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas será votado em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sim, em bloco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Por que em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Serão votados em bloco os destaques rejeitados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas o meu não foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, Deputado, o destaque de V.Exa. não foi rejeitado. Ele é para encaminhamento com recomendação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas não o Destaque nº 220, que versa sobre a BR-163, cuja votação solicito seja feita em separado porque aceito aquele pouquinho que o Relator disse existir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, não é isso que estamos colocando em votação. O destaque de V.Exa. não consta dessa listagem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O meu destaque não está no meio desses?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O seu destaque está ressalvado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação os destaques rejeitados por insuficiência de recursos, ressalvados os destaques que foram solicitados pelos Srs. Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os. Srs. Deputados que concordam com a rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados todos os destaques.

Não vão ao Senado, por já terem sido rejeitados na Câmara dos Deputados.

Vamos agora analisar os destaques que ficaram em separado: Destaque nº 315, já foi retirado; Destaque nº 220, do nobre Deputado Giovanni Queiroz, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, logicamente não tenho direito de cobrar do Relator-Setorial aquilo que ele não tem, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É verdade.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Creio que o relatório tenha sido elaborado com critério e seriedade, recompondo inclusive Tucuruí. Mas queria apenas a recomposição dos 5 milhões da BR-163, que é uma rodovia extremamente importante.

Caso V.Exa. não tenha os 5 milhões, aceito o pouquinho que V.Exa. diz ter. Se V.Exa. disser só ter 500 mil, aceitarei os 500 mil; se V.Exa. disser que só tem um milhão e meio, aceito esse valor; se V.Exa. disser que tem 10 milhões, melhor ainda, recompõe os 5 milhões e ainda atende aos companheiros.

Assim, mantenho o destaque para que o Relator me atenda no que for possível.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – O Deputado Giovanni Queiroz é um trabalhista histórico, homem que luta pela justiça social. Tenho certeza de que S.Exa. não vai desejar uma excepcionalidade neste instante. Não estou atendendo a ninguém e não vou dar privilégio ao Pará.

Faço um apelo em nome do trabalhismo histórico, da Justiça, do PDT, de Leonel Brizola, para que não se abra essa exceção. O próprio Brizola, se aqui estivesse, não desejaria uma exceção, haja vista que S.Exa. gosta de igualdade e justiça para todos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado, V.Exa. citou Brizola e fiquei emocionado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Tenho certeza de que vou sensibilizar o coração trabalhista, o trabalhismo histórico.

Por favor, não posso atendê-lo agora, por menor que seja o valor que requer sua emenda. Se o fizer, estarei dando o mesmo direito a todos. Tenho absoluta certeza de que o valor é insuficiente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Meu Líder, V.Exa. também gosta do Brizola, então, já somos parceiros na mesma causa.

Pelas idéias do Brizola — não é preciso gostar dele —, pela sua coerência e história, retiro meu destaque e peço a V.Exa. que o encaminhe como indicação ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz. Estaremos juntos. Cobre isso de mim, pois assumi com todos o compromisso de lutar juntos. Não basta encaminhar burocraticamente, é necessário lutar por essa causa. Estamos juntos nisso.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado José Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Destaque nº 8, da nobre Deputada Laura Carneiro.

Deputada Laura Carneiro, V.Exa. também retirará para indicação ou vai apelar ao nobre Relator?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, retiro o destaque e o encaminho para indicação, uma vez que o Relator informou-me não haver recursos. Retiro tanto o Destaque nº 8 como o nº 9.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Obrigado, Deputada Laura, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Destaques nºs 14 e 15, do Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Durante minha intervenção, solicitei ao Sr. Relator que, caso não dispusesse de recursos, apresentasse os dois destaques como indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Falta o Destaque nº 95, do nobre Deputado João Coser.

Vamos proceder da mesma forma, porque S.Exa. está me representando no Comitê de Avaliação. Portanto, também retiro seu destaque e o encaminho para o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Agradeço ao Deputado João Coser e ao Presidente Santos Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já fui muito condescendente com o nobre Deputado João Coser.

Destaque nº 243, do nobre Deputado Ricardo Barros. V.Exa. faz o mesmo, ou seja, por não haver dinheiro, encaminha para sugestão do nobre Relator? *(Pausa.)*

Obrigado, nobre Deputado Ricardo Barros.

Há a solicitação nº 179, do nobre Deputado Márcio Reinaldo, que, parece-me, nobre Relator, não tem problema de recursos. Gostaria que V.Exa. esclarecesse a respeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, trata-se de questão de redação. Caso não consigamos solução redacional, certamente levaremos o pleito ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Deputado Márcio Reinaldo não está presente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, gostaria que S.Exa. retirasse o destaque e tentaríamos uma solução política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Márcio Reinaldo já havia concordado com a indicação, nobre Relator. Se tecnicamente não houvesse condições de V.Exa. resolver, S.Exa. já havia concordado que fosse feita a indicação como solução.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Não do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista de redação, também não. Isso não existe, conforme me disse o Assessor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Então, vamos submeter à votação a solução de V.Exa. nos dois aspectos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Pois não. É o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação o destaque do Deputado Márcio Reinaldo.

Vamos votar a decisão do Sub-Relator, pela rejeição, por não haver recursos e por tecnicamente não se enquadrar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Fazendo a indicação para o Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação na Câmara dos Deputados a posição do nobre Relator pela rejeição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Pela rejeição, fazendo a indicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Relator, se V.Exa. fará a indicação, não há necessidade de rejeição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Desde que seja equacionado tecnicamente. Se a questão é falta de recursos, não temos como atender ao mesmo.

Mas não se pode eliminá-lo. Se podemos levá-lo a outra instância, será o que faremos, dentro da redação original.

(Não identificado) – Retira e indica ao Relator-Geral. Não posso dar o prejuízo de antemão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência vai decidir. V.Exa. não tem condições de analisar tecnicamente. Será encaminhado, por decisão de V.Exa., para a Relatoria-Geral. Resolvido o problema.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, pensei que V.Exa. havia encerrado.

Tinha um destaque e não poderia deixar de mencioná-lo. Não estou falando como Líder, mas como Deputado de Minas Gerais que elaborou o destaque. Antes de encerrar, gostaria de falar como Líder do PT.

Agradeço ao Relator porque o destaque que apresentei se refere evidentemente ao metrô de Belo Horizonte, o metrô do Barreiro. Aliás, se V.Exa. puder, hoje haverá uma churrascada lá comemorando sua atenção com nosso metrô e com a liberação de recursos. Haverá cerveja gelada, pinga e torresmo. Saio daqui e vou para esse churrasco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Agradeço ainda a V.Exa. a atenção em ter acolhido nossa emenda, inclusive recompondo aquele recurso que havia sido retirado da fonte 100 e que voltou com 2 milhões do meu destaque.

Faço esse registro, pois sempre tenho reclamado e, quando há o atendimento, é importante também que haja o devido reconhecimento. Portanto, deixo esse registro, sem prejuízo. Se houver recursos adicionais, naturalmente iremos nos habilitar. Mas, dentro das limitações apresentadas, registro esse agradecimento a V.Exa. e ao Relator pelo esforço, pelos recursos adicionais, pela emenda da bancada de Minas Gerais e com mais um adicional em atendimento parcial do destaque visto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão. Estarei representando V.Exas. no churrasco de hoje à noite, no Barreiro, caso ninguém possa acompanhar-nos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, infelizmente, nem todos podem fazer churrasco. Assim, cumprimento a Comissão de Orçamento pelo trabalho, V.Exa., pela contribuição, e o Deputado Virgílio Guimarães, pelo sucesso como Relator. Creio que cumprimos uma etapa ouvindo todos os Estados. Os Relatores apresentaram seus projetos, ouviram reclamações e as acolheram, dentro das limitações. Mas, Sr. Presidente, neste momento, desejo fazer uma declaração.

Estou feliz porque cumprimos essa etapa e, ao mesmo tempo triste. Mas por outro motivo. Ficamos sabendo há pouco de depoimento do Relator diferente do que ouvimos ontem sobre sua disposição de alocar recursos para o salário mínimo.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, ficamos sabendo que o depoimento é idêntico ao do PFL e de outros partidos, o que nos deixa entristecidos. Não é possível o Congresso Nacional fechar este Orçamento sem tratar do salário mínimo e do imposto de renda. É possível discutir e buscar fontes de recursos. Não somos indiferentes a isso. Não tem nada a ver com o relatório de V.Exa. Mas vamos nos debruçar sobre as fontes de recursos, o que, para nós, é questão de honra. Dificilmente o Partido dos Trabalhadores participará da elaboração e da votação deste Orçamento se não estiver tratando também dessas duas questões, especialmente do salário mínimo.

Dou esse depoimento, pois é grande nossa preocupação. Sabemos da importância das emendas para os Estados, para as bancadas e para as Comissões, mas é fundamental que o cidadão mais simples tenha seu salário elevado para 210 ou 220 reais, pelo menos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência esclarece ao nobre Deputado João Coser que essa posição hoje é defendida inclusive pelo nosso partido. Mas não encerramos a discussão. Encerramos apenas a etapa dos relatórios setoriais. O assunto deverá ser tratado no momento próprio, junto à relatoria geral, em que V.Exa., eu e os demais membros da Comissão estaremos também atuando. Tenho certeza de que estaremos lutando por isso também.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra. Em seguida, passo a palavra aos Deputados Giovanni Queiroz, Virgílio Guimarães e Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, apenas gostaria de informar a V.Exa. que hoje pela manhã reuniu-se a Comissão que havia sido formada ontem por Deputados de diversos partidos, e da qual faço parte, com o objetivo de, junto à nossa competente consultoria técnica, identificar o aumento de gastos para elevação do salário mínimo, examinando os diversos valores de salário mínimo e buscando identificar fontes de recursos para o mesmo, de forma séria, coerente e consistente. Esse trabalho está sendo realizado.

Causa-nos certa estranheza ouvir dizer que o Sr. Relator-Geral faz declarações que não estão em consonância com o que ontem foi objeto de entendimento e que motivou, inclusive, esse trabalho eficiente e profícuo realizado de ontem para hoje. Esperamos sinceramente que, com grande esforço, possamos dar conta não apenas das nossas emendas estaduais, mas também desse objetivo, que é de todos e não apenas nosso, enquanto partido político. É objetivo de todos os que almejam justiça social no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência responde ao nobre Deputado Jorge Bittar que tem acompanhado essa luta permanentemente e agora estamos juntos nessa caminhada. Temos uma idéia de valores, outros têm outra, sempre com a ressalva, Deputado Jorge Bittar, de que nós, do Congresso, quando atribuímos a responsabilidade do salário mínimo aos Governadores, sabemos que uma grande parte desapareceu dentro do Congresso. Mas permanece um número muito grande de brasileiros dependente desse reajuste salarial.

Levarei a preocupação da Presidência ao nobre Relator, para que, na próxima semana, S.Exa. se aprofunde nesse assunto. Hoje foi constituída uma Comissão de Receita, que também pode ajudar esta Comissão, a que V.Exa. se referiu, solicitando a esta Presidência que marcasse um encontro com o Dr. Everardo Maciel. Infelizmente, S.Exa. não se encontra hoje no gabinete e a ele não retornará. Ainda não conseguimos contatá-lo. Conte com nossa solidariedade e nosso apoio.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – De igual forma, recebi com surpresa e até com certa indignação a informação de uma jornalista de que o Relator-Geral afirmara não poder incluir no Orçamento previsão orçamentária para aumento de salário. S.Exa. participou da reunião conosco ontem, à qual estiveram também presentes os Deputados Ricardo Barros, Jorge Bittar, pelo PT, e o Presidente do seu partido. Gostaria de ouvir diretamente dele o compromisso de que na terça-feira se reunirá com todas as lideranças para discutir a questão do salário mínimo.

Se S.Exa. fecha o Orçamento antes disso, fica prejudicado qualquer acordo. Nós, do PDT, como de outros partidos que já se tinham manifestado — e falo também pelo PPS, com quem já conversamos —, estamos firmes nessa mesma posição, como o partido de V.Exa. Não é possível sermos traídos. Abrimos mão de não obstruir hoje e deixamos para negociar o salário depois. Propus discutirmos naquele momento o salário, o valor e de onde viriam os recursos. Mas houve pedido para que isso fosse deixado para terça-feira porque haveria tempo. Enfim, fizemos a concessão pensando que era um compromisso para valer, pois, do contrário, vamos virar esta Casa pelo avesso. Vai ser difícil votarmos o Orçamento de 2002 este ano. Não vamos abrir mão de um minuto sequer enquanto não discutirmos o salário mínimo.

Então, o Deputado Ricardo Barros, que é o Líder do Governo, neste momento tem de se manifestar, sob pena de sairmos daqui preocupados demais com acordos desta Casa. No acordo feito estava presente o Líder do Governo no Congresso, Deputado Ricardo Barros, que tem tido postura correta para com todos nós — e não aceitamos que nos puxem o tapete. Estamos aqui de boa-fé, queremos contribuir, estamos contribuindo, mas queremos seriedade. Salário mínimo é a coisa mais séria que há neste País. Distribuição de renda por meio de salário é uma das coisas que atinge a camada social mais humilde do País. Não abrimos mão de votá-lo. Abrimos mão de todas as emendas de bancada, pessoal, particular. Mas não podemos fazê-lo com o salário mínimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães, pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, fiz questão de diferenciar minha condição de Deputado representante de Minas Gerais e daquela sofrida população do Barreiro, que precisa do metrô, talvez um pouco menos sofrida por ter esse número de representantes nesta Comissão. Mas as coisas avançam.

Como Líder do PT, não tenho realmente nada a comemorar. Não estou convidando ninguém a participar de uma alegre confraternização, que acontecerá hoje à noite, naquela região operária de Belo Horizonte. Não o faço porque muitas declarações de pessoas

importantes nos deixaram com grande preocupação. Evidentemente não podemos nos pautar por declarações de imprensa. Temos de ser pautados e nos pautar pelos compromissos feitos nesta Casa. Por isso mesmo, apesar de alguns companheiros do partido terem sugerido que hoje ainda retomássemos posição mais dura em função das declarações de que **a priori** não havia possibilidade de se mexer no salário mínimo e que não havia sequer o compromisso de uma mobilização de lideranças, incluindo o Presidente da Casa e suas lideranças partidárias e do Governo com o fim de encontrarmos saída para o problema.

Prefiro acreditar naquilo que é pactuado nesta Casa. A reunião que realizamos foi séria, com pessoas sérias. Ninguém exigiu resultado. Exigimos e concordamos com a atitude de trazer para o centro da questão do Orçamento a busca de solução para o salário mínimo. Ninguém queria iludir-se achando que já deveríamos ter a solução no bolso. Será que se não houver aumento do salário mínimo para 220 reais não deveríamos aceitar o Orçamento? Não. Queremos colocar no centro da questão a busca de um salário mínimo mais razoável com a meta de se chegar aos 220 reais, e, ao mesmo tempo, trazer a solução para a tabela do imposto de renda e para as dívidas dos pequenos produtores rurais. É com isso que pactuamos. E tiramos medidas práticas para isso. A primeira parte foi feita por nós, da Oposição, pelo PDT e pelo PCdoB, este sem o Deputado Sérgio Miranda, que passava pelo difícil momento do falecimento de sua mãe, não podendo ausentar-se e os demais membros do partido que aqui estiveram e que não tinham vivência suficiente também se comprometeram dentro dessa perspectiva, atuando junto ao Deputado Giovanni Queiroz, pela Liderança do PDT, e conosco da bancada do PT.

Portanto, tivemos uma atitude difícil diante das nossas bases e até das nossas bancadas. Mas fizemos o que devíamos. A situação era difícil, dada a dificuldade em atender às emendas. E nem tivemos essa contrapartida ou esse consolo de ver aqui uma distribuição de recursos um pouco mais gratificante.

Sr. Presidente, nossa posição foi extremamente coerente com o que discutimos. Está aqui o Líder Ricardo Barros que não me deixa mentir. Fizemos nossa parte. Tivemos postura crítica, mas construtiva, para realizar um orçamento dentro do cronograma de que o País necessita, e não apenas o Governo. Temos nossas críticas, mas votamos. Votamos contra alguns relatórios.

Sr. Presidente, manifesto aqui nossa confiança de que aquilo que discutimos será mantido: um esforço político, uma principalidade política para a questão do salário mínimo. Não desejo fazer ameaças. Não se trata disso. Não podemos funcionar sob ameaças. Mas isto é certo: faremos toda a mobilização política e de recursos regimentais necessários para buscar esse princípio que leva ao atendimento das metas relativas ao salário mínimo, à tabela do imposto de renda e à revisão das dívidas dos pequenos produtores rurais.

Dentro disso, buscamos o entendimento, mas também o enfrentamento, se for o caso. Portanto, esperamos que as lideranças estejam dentro desse mesmo princípio de honrar o que foi discutido e acertado e buscar efetivamente soluções para esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, houve reunião de Líderes da qual não participei. O Líder do nosso partido deveria comparecer e tenho absoluta certeza de que nosso partido manterá seu posicionamento com relação a esse problema do imposto de renda.

Estive ontem à noite com o nobre Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória. Não ouvi de S.Exa., mas consta aqui que isso já teria sido publicado pela imprensa. Apenas assumo o compromisso, como seu amigo pessoal de longa data e seu companheiro na base de apoio do Governo, de conversar com S.Exa. na próxima segunda-feira sobre este assunto. Se compromissos foram assumidos, creio que devem ser cumpridos. Parto sempre do seguinte princípio: não devo assumir compromisso facilmente. Mas quando os assumo, cumpro. As bancadas da Oposição têm acompanhado minhas posições quando eventualmente assumo a Presidência desta Comissão ou quando Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Essa a minha postura. Vou ajudar no que puder. Acredito que o Sr. Presidente, o Senador Carlos Bezerra, também irá ajudar nesse trabalho, que, creio, envolve todo mundo. A própria Liderança do Governo, aqui representada pelo nobre Deputado Ricardo Barros, também se mobilizará nesse sentido. Acho que é de justiça e, mesmo tendo sido transferida para a responsabilidade dos Governos estaduais a elaboração do salário mínimo e os tetos que podem ser alcançados, resta, isto sim, a responsabilidade nossa de manutenção dessa preocupação e da luta permanente e anual pela elaboração e pelos reajustes do salário mínimo. Mesmo não podendo ser aquilo que todos desejamos, que, pelo menos, alcance um nível digno para o trabalhador brasileiro.

Em nome do Presidente e na condição de Presidente eventual, neste momento como primeiro Vice, agradeço a colaboração ao Plenário e a todas as bancadas na votação desses relatórios setoriais, o que só foi possível graças ao trabalho de harmonia de acordos que foram cumpridos, todos, pela Oposição nesta Casa. Na Comissão do Comitê de Avaliação de Créditos, com participação de todas as bancadas, das Oposições representadas pelo companheiro João Coser, procuramos fazer a nossa parte.

Agradeço a todos a compreensão do momento difícil e da visível dificuldade de recursos. Deixo nosso agradecimento e, principalmente, a certeza de que o bom senso prevalecerá e que, na próxima terça-feira, os compromissos assumidos voltarão a ser negociados. V.Exa. disse muito bem: ninguém fixou, ninguém saiu na certeza de que a coisa estava resolvida. Mas a luta, nobre Deputado Jorge Bittar, meu grato companheiro de outras Comissões, que desde cedo está com seus companheiros aguardando por este encontro, será a de retomarmos esse trabalho.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2001.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Junior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; **- Senadores suplentes**: Antonio Carlos Valadares, Francelino Pereira, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Valmir Amaral; - **Deputado não membro**: Dr. Heleno. Não houve registro de presença de Deputados suplentes. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Arnon Bezerra, Basílio Villani, João Pizzolatti, José Priante e Sampaio Dória; - **Senadores titulares**: Antero Paes de Barros, Gilvam Borges, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Ronaldo Cunha Lima **ABERTURA:** Às dezoito horas e cinqüenta e oito minutos e havendo número regimental para deliberação, o Presidente em exercício deu início à reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude do início da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dez horas e vinte e dois minutos do dia doze de dezembro do mesmo ano, o Presidente titular deu reabriu a reunião, interrompendo-a em seguida. Às quinze horas e quarenta e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente titular deu continuidade à reunião, passando à apreciação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 27, 28 e 29 de novembro e em 03 de dezembro de 2001. Em havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* desta Comissão, o Presidente declarou a Ata aprovada. **ORDEM DO DIA**: O Deputado Milton Monti apresentou questão de ordem sobre a apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei provenientes do acordo. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu o assunto. O Presidente esclareceu que havia duas listas com os Projetos de Lei acordados pelo Colegiado de representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão e somente seriam apreciados os Projetos que fossem comum às duas listas. O Presidente anunciou os Projetos de Lei do acordo: 44, 49, 50, 53, 55 e 96/2001-CN. Em votação, foi **aprovado** por unanimidade o requerimento de preferência para apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 44, 49, 50, 53, 55 e 96/2001-CN. O Deputado Virgílio Guimarães anunciou a presença do Sr. Fernando Marroni, Prefeito de Pelotas, Rio Grande do Sul. PAUTA 29.

Item 05: **Projeto de Lei nº 44/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R$ 4.727.188.012,00 (quatro bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil e doze reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Almir Sá. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Jorge Khoury foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02: **Projeto de Lei nº 49/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 40.059.186,00 (quarenta milhões, cinqüenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Félix Mendonça. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Ausente o relator, o Deputado José Carlos Aleluia foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezesseis horas e nove minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. Item 38: **Projeto de Lei nº 50/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S/A., crédito suplementar no valor total de R$ 1.126.348,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Danilo de Castro. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado João Almeida foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 22: **Projeto de Lei nº 53/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R$ 3.902.410,00 (três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e dez reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Basílio Villani . Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Gonzaga Patriota foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 12: **Projeto de Lei nº 55/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de R$ 882.213,00 (oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e treze reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Anivaldo Vale. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Jovair Arantes foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 48: **Projeto de Lei nº 96/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R$ 975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinqüenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes". Relator: Deputado Pedro Novais. Foram apresentadas 45 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O relator fez a apresentação do Relatório. O Presidente informou que não poderia haver requerimento de destaque às emendas inadmitidas. Em votação RESSALVADOS os destaques, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos destaques: Destaque 01, do Deputado Neuton Lima, à emenda 24, com voto favorável do relator, Deputado Pedro Novais. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 02, do Deputado Neuton Lima, à emenda 23, com voto favorável do relator, Deputado Pedro Novais. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Virgílio Guimarães solicitou a inclusão da apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 47/2001-CN. O Plenário consentiu. Item 37: **Projeto de Lei nº 47/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Deputado Pedro Celso.

Foram apresentadas 02 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O relator fez a apresentação do Relatório e alterou o seu voto, modificando-o para "favorável, nos termos propostos no Projeto". Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Ricardo Barros solicitou a inclusão da apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 51/2001-CN. Não houve acordo. Solicitou, ainda, que fosse incluída a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 28/2001-CN, uma vez que foi atendido o Requerimento nº 09/2001, do Deputado José Pimentel, que solicitava o comparecimento do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A, Dr. Byron Costa de Queiroz e do funcionário aposentado da mesma instituição financeira, Sr. Antônio Carlos Dias Coelho. O Deputado José Pimentel manifestou-se favorável, enfatizando a necessidade de transparência nos atos contábeis do Banco. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, os trabalhos foram suspensos. Às vinte e uma horas e cinqüenta minutos do mesmo dia, o Deputado Lael Varella, no exercício da Presidência, transferiu a realização dos trabalhos para o dia seguinte. Às dez horas e trinta e sete minutos do dia treze de dezembro do mesmo ano, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, anunciou a ordem numérica crescente de apreciação dos Projetos de Lei de créditos adicionais. Item 01 - **Projeto de Lei nº 28/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 3.642.611.000,00, (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado José Priante. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em virtude da ausência do relator, o Deputado João Almeida foi designado para ler o Relatório. O Presidente leu o fax encaminhado pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Costa de Queiroz, que enfatizava a importância dos recursos para esta Instituição Financeira. O Deputado Anivaldo Vale encaminhou à Presidência nota técnica elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Debateram, ainda, os Deputados José Carlos Aleluia, Adolfo Marinho, Gonzaga Patriota, Márcio Reinaldo Moreira, Jorge Khoury, Ricardo Barros, Benito Gama, Divaldo Suruagy, Raimundo Gomes de Matos, Carlito Merss e João Leão; e o Senador Nabor Júnior. Os Deputados Giovanni Queiroz e Aírton Cascavel estavam em obstrução. Às onze horas e cinco minutos, o Deputado Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado José Pimentel discutiu o assunto, enfatizando a importância de haver transparência na alocação de recursos do Banco do Nordeste ao tempo em que apresentou a proposta da seguinte redação: "Acrescente-se ao art. 1º do parágrafo único a seguinte redação: § único – o Banco do Nordeste do Brasil S.A. informará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o resultado da Operação de Capitalização realizada". Em votação, o Substitutivo com a nova redação foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Raimundo Gomes de Matos apresentou requerimento para inclusão da apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 43/2001-CN. Ao anunciar o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação da votação, com apoiamento dos Deputados Gonzaga Patriota e Aírton Cascavel, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* Em seguida, o Presidente anulou a votação do Requerimento em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal. Às doze horas e um minuto, o Presidente suspendeu os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, encerrou os trabalhos, às quinze horas e quarenta e oito minutos do dia treze de dezembro. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo número para votação, transfiro a mesma para amanhã, às 10h, com a mesma pauta.

Está suspensa a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vou suspender a sessão, convocando-a novamente para as 15h de hoje.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a

Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em apreciação a ata da vigésima oitava reunião ordinária, realizada nos dias 27, 28 e 29 de novembro e 3 de dezembro de 2001.

Por ter sido distribuída cópia antecipadamente, fica dispensada a leitura da ata.

Não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 7º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro a ata aprovada. *(Pausa.)*

Vamos ao PL nº 96.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, gostaria que a Presidência me informasse se vamos seguir as pautas anunciadas ou vamos cumprir acordo feito com os representantes de Líderes na reunião realizada ontem nesta Comissão. Enfim, gostaria que V.Exa. desse uma noção a este Deputado, representante do PMDB nesta Comissão, de como serão os trabalhos da presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado Milton Monti, a pauta está sendo confeccionada por um Comitê desta Comissão, do qual V.Exa. faz parte. Há divergências.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Estou indagando exatamente por isso, Sr. Presidente. Houve um acordo; todos os partidos estavam representados. Não estou entendendo as divergências.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O acordo não está sendo cumprido. Aqui é diferente.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há duas posições — do Líder do PDT e do Líder do PFL — sobre as matérias que estão tramitando. Eles estão pinçando as que crêem merecer aprovação nesta Comissão. Vou colocar em votação alguns PLs que foram fruto de acordo.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, manifesto meu protesto.

Uma vez que os partidos estavam representados naquela reunião, imagino que cada representante estava — ou pelo menos deveria estar — com o aval de suas Lideranças.

Sr. Presidente, a Comissão esteve reunida por várias horas para analisar projeto por projeto e suas repercussões nas questões importantes do nosso País. Então, não é possível que todo esse trabalho, realizado sob a coordenação do Deputado Santos Filho, tenha sido em vão. Se de nada valeu, ficamos trabalhando feito bobos.

Repito: estavam presentes membros e representantes de todos os partidos, inclusive dos que hoje estão colocando obstáculo às votações. Não estou entendendo. Ou as pessoas não estavam credenciadas ou há equívocos que precisamos esclarecer.

Não é justo e correto que esse trabalho feito pela Comissão, após várias horas, não seja considerado nem reconhecido. Lamentarei muito se não ocorrer a votação do que foi acordado.

Espero que nas próximas reuniões compareçam pessoas devidamente credenciadas para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero fazer uma ressalva, Deputado Milton Monti. A relação que está aqui, que é a do Comitê, tem a aquiescência do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Milton Monti, V.Exa. se refere a nós como se não tivéssemos credenciais para garantir o que dissemos naquela reunião. V.Exa. chegou um pouco atrasado e talvez não tenha ouvido o início da reunião, quando nós, do PDT e do PT, levantamos uma questão. A reunião estava sendo presidida pelo nobre Vice-Presidente. A preliminar era de que discutiríamos os PLs, dando prioridade a alguns e fazendo reservas a outros. Mas isso não significava que estávamos prontos para votar, porque nós, do PDT, estávamos em obstrução. Hoje, ao chegar aqui, foi-me oferecida a oportunidade de votar dez PLs, e o Líder do partido de V.Exa., Deputado José Carlos Aleluia, ponderou que fossem votados apenas dez.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Deputado, V.Exa. está enganado. O meu Líder não é o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Desculpe, é PMDB. O Líder está aqui.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Não cheguei atrasado e V.Exa. está enganado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não estou enganado, disse isso muito claramente.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Deputado Giovanni, vamos nos reportar ao que aconteceu na

reunião, à qual V.Exa. estava presente. Uma série de PLs...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não me concedeu V.Exa. um aparte? Deixe-me concluir, então. Não vamos brigar, Deputado Milton Monti.

A verdade é a seguinte: o PDT reservou-se o direito de obstruir, porque o partido estaria em obstrução a partir do momento da votação dos relatórios setoriais. Anunciamos, no final da votação dos relatórios setoriais, que, a partir dali, o PDT estaria em obstrução até que se discutisse e se definisse o salário mínimo e a compensação dos vencimentos dos servidores. Essa foi a posição do meu partido, o PDT. Lá na reunião, de igual forma, disse: vamos discutir, mas nos reservamos o direito de obstruir votações futuras.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Sr. Presidente, fui citado. Preciso falar da minha posição, sobre o que aconteceu na reunião. A vários projetos, realmente, o Deputado Giovanni Queiroz fez objeção. Especialmente aqueles que, por uma questão de posicionamento político, são feitos através de superávit financeiro não teriam a concordância de S.Exa., embora tivesse dos demais membros da Mesa e viriam aqui para discussão. Mas, no caso de vários outros — não sei dizer quantos, posso verificar nas minhas anotações —, houve a concordância de que seriam votados mesmo, sem nenhuma objeção. Essa foi a conversa que tivemos ontem, na reunião do Comitê.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não. Essa foi a conversa de V.Exa., não foi a minha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra pela ordem o Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Estou chegando à conclusão de que as bombas sempre estouram em mim.

Na realidade, esse Comitê, criado pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamento, fez uma primeira reunião, que fluiu bem. Foi-se a plenário, onde foram até acrescidos mais alguns casos. Havíamos liberado dez da obstrução que vinha sendo feita pelo Líder José Carlos Aleluia. No plenário, foram incluídos mais seis ou oito casos e foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio ao plenário.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Fizemos a reunião de ontem, em que pegamos toda a pauta para analisar as prioridades e aqueles casos sobre os quais houve entendimento. O Deputado Giovanni Queiroz apresentou uma premissa: nos casos em que fosse por superávit financeiro, ele faria objeção. Analisamos todos os casos, menos aqueles que não tinham relatores-setoriais.

No Comitê, inicialmente, o Deputado Giovanni Queiroz representava toda a Oposição. Ontem houve novamente a participação do PT. Não me recordo exatamente do número, mas tivemos mais de vinte casos em que houve apoiamento total, ficando ressalvados sempre os casos em que o Deputado Giovanni Queiroz objetava. Posteriormente, S.Exa. mencionou que poderia obstruir aqui, tendo em vista o problema do salário mínimo.

Eu disse, no final, que havíamos participado de uma reunião entre todos os Líderes de partidos da base do Governo, com a presença do Relator-Geral e do Presidente da Câmara dos Deputados, em que havia sido encontrado um valor para o salário mínimo, na base do Governo, que ficou estabelecido em 200 reais. Disse ainda que traríamos para este plenário apenas os casos sobre os quais tinha havido anuência de todos os partidos, deixando de lado os que o Deputado Giovanni Queiroz levantava, como o problema de superávit financeiro, e três ou quatro casos que foram levantados pelo PT por outras razões, tanto pelo Deputado João Coser como pelo Deputado Virgílio Guimarães.

Esse foi o entendimento havido. Participaram todos os representantes designados pelo Sr. Presidente, e esse foi o resultado. Depreendo que o Presidente tenha trazido para cá hoje os casos sobre os quais houve entendimento. Agora, o restante, de comportamento no plenário, extrapola minha posição de Coordenador do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O problema é que existem duas listas: uma feita por esse Comitê e uma outra, que me foi trazida agora à tarde. Acho que podemos começar a votar essa lista que veio para cá à tarde e depois vamos ampliar a discussão a respeito do assunto.

Vamos passar ao primeiro item, que é o PL 44.

Tem a palavra o Relator, o Sr. Deputado Almir Sá. *(Pausa.)* Ausente.

Peço ao Deputado Jorge Khoury que leia o relatório do PL 44.

Se todos concordarem, poderemos votar essa matéria em globo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, esta é praticamente nossa última semana de trabalho e quero dizer que não vejo necessidade de que sejam lidos os relatórios, que já foram distribuídos. Portanto, requeiro que seja dispensada sua leitura.

A minha proposta, evidentemente, subordina-se ao fato de que não sejam votados créditos sobre os quais não haja acordo. Então, aceleraremos nos dez sobre os quais há acordo e vamos tentar fazer acordo em outros. Acho muito mais prático. Podemos votar da maneira que V.Exa. quiser, não faremos objeção, até porque existem muitas matérias em tramitação na Câmara. Se quiser votar esses dez em bloco, concordarmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há vários PLs que estão nas duas listas. Portanto, vou colocá-los em globo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – É preciso que V.Exa. leia o número.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sim, passarei o número.

Os PLs que constam das duas listas são: 44, 49, 50, 53, 55 e 96.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, não consegui ouvir. V.Exa. pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São os sete PLs que constam das duas listas. Vou colocá-los em votação em globo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou repetir os números.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, em globo não. Tenho emendas em alguns PLs e gostaria de discuti-las. Se não foram atendidas, quero destacá-las e, destacando-as, quero votá-las. Votando em globo, fica prejudicado todo o processo. Votação em globo de PL é complicado. Um por um, rapidamente, é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acho que poderíamos votar de acordo com o parecer dos relatores.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os PLs são os seguintes, vou repetir: 44, 49, 50, 53, 55 e 96.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero apenas anunciar a presença do nosso ex-companheiro de Comissão e atual Prefeito de Pelotas, Fernando Marroni, que nos faz uma visita, naturalmente sabendo que vai ter todos os pleitos de Pelotas atendidos pela nossa Comissão Mista de Orçamento. S.Exa. foi nosso companheiro de Comissão durante dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Pelotas é uma cidade simpaticíssima, e vai ter todo nosso apoio.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, acho extremamente importante que votemos PL por PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Então vamos votar PL por PL. Vamos ao PL 44. O Deputado Jorge Khoury vai ler o voto do relatório.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Dessa forma, verificamos que a proposição não fere quaisquer dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere ao Plano Plurianual e à LDO, tampouco conflita com os arts. 35 a 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que se refere a contratos anteriores àquela lei.

Finalmente, Sr. Presidente, ressaltamos que o seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 44, de 2001, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas observações. Acho temerária essa conduta de pinçar, de forma quase instantânea, os projetos a serem votados. Imagino que todos, por terem sido encaminhados pela Presidência da República e pelos Ministérios, tenham méritos, sejam necessários e importantes, mas não me parece uma boa idéia não termos um critério estabelecido. Repito: pinçar um ou outro crédito é uma atitude temerária desta Comissão.

Essa é uma questão política e poderia, como representante do PMDB nesta Comissão, dar o troco e falar que quero retirar um projeto, mas estaria cometendo a mesma injustiça que comete quem pinça um projeto aleatoriamente. Poderia criar caso, também sabemos ganhar no grito.

Precisamos rever essas questões. Não quero atrapalhar esta Comissão. Discutindo, dialogando é que se entende, mas pinçar projetos sem nenhum cri-

tério não é uma forma de agir corretamente na votação que iremos realizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A Mesa concorda com V.Exa., porém, a própria base do Governo está divergindo a respeito dessa questão. É uma questão que se sobrepõe à decisão da Mesa, pois é política, como disse V.Exa.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Não estou cobrando da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Como Presidente, estou fazendo o que é possível para que a Comissão produza, cumpra sua obrigação, seu dever elementar, que é aprovar ou rejeitar as proposições. Esse é o dever elementar desta Comissão. Não podemos ficar sem apreciar e votar. Considero que a maior irresponsabilidade que um homem público pode cometer é fugir das questões. Vote a favor ou contra, mas decida. Estamos investidos do mandato popular para isso. Ficarmos com conversa furada, empurra para lá, empurra para cá... Vamos votar!

Estamos fazendo o que é possível. Concordo com a ponderação de V.Exa., mas a questão está apresentada desse modo e é desse modo que podemos trabalhar. Então, vamos votando...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Aliás, Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pelo equilíbrio na condução dos trabalhos desta Comissão. Realmente, estou dando um recado para as Lideranças porque, de fato, precisamos de agir de uma outra forma. V.Exa. tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em discussão o PL nº 44. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vou colocá-lo em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Vamos ao PL nº 49/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 40.059.186,00 (quarenta milhões, cinqüenta e nove mil, cento e oitenta e seis reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente".

Relator: Deputado Félix Mendonça.

Solicito ao Deputado Aleluia que faça a leitura do parecer do Relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Parecer do Relatório do Deputado Félix Mendonça ao PL nº 49:

Ao presente projeto de lei não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Voto.

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à locação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme as exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 495 de 2001-CN, nos termos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou passar a Presidência ao Deputado Santos Filho, para que possa participar de votação nominal no Senado, após o que retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não há emendas ao Projeto de Lei nº 49.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 50/2001-CN, que "Abre o Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado do Piauí S.A., crédito suplementar no valor total de R$ 1.126.348,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Danilo Castro.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Solicito ao nobre Deputado João Almeida que faça a leitura do parecer do relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - O parecer ao PL nº 50, do Deputado Danilo de Castro, conclui com o seguinte voto:

Cabe assinalar que a programação objeto do presente crédito especial não fere quaisquer dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária, nada cabendo, portanto, opor à sua aprovação.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 50, de 2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 53/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R$ 3.902.410,00 (três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e dez reais.

Relator: Deputado Basílio Vilani.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Solicito ao nobre Deputado Gonzaga Patriota que faça a leitura do voto do nobre Deputado Basílio Vilani.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, passo a ler o voto:

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação dos recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos pela rejeição da Emenda nº 00001 e pela aprovação do PL nº 53/2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 55/2001-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito suplementar no valor de R$ 882.213,00 (oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e treze reais), para os fins que especifica.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Solicito ao nobre Deputado Jovair Arantes que faça a leitura do Relatório.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço vênia para fazer apenas a leitura do voto ao Projeto de Lei nº 55/2001.

Inicialmente, cabe assinalar que tanto a programação objeto de suplementação como a de cancelamento integra o orçamento da CEF, no exercício de 2001, não havendo impedimento quanto à suplementação pretendida.

Cumpre ressaltar, também, que a proposição não fere quaisquer dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária, nada cabendo, portanto, a opor à sua aprovação.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 55, de 2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 96/2001-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R$ 975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinqüenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes".

Relator: Deputado Pedro Novais.

Foram apresentadas 45 emendas ao projeto. O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Solicito ao nobre Deputado Pedro Novais que faça a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Com relação às emendas apresentadas, somos pela declaração de inadmissibilidade daquelas arroladas no demonstrativo abaixo, por se enquadrarem dentro das hipóteses de inadmissão de emendas, previstas no art. 29 da Resolução nº 01-CN , de 2001.

Somos ainda pela rejeição das Emendas de nº 0003, 0017, 0018, 0023, 0024 e 0045 por proporem cancelamento em dotação acrescida ao orçamento por meio de emenda parlamentar. Ademais, tal dotação consta no projeto de crédito suplementar apenas para simples correção de ordem técnica.

Com o propósito de adotar procedimento equânime, decidimos rejeitar as demais emendas. Além disso, a leitura da exposição de motivos leva-nos a reconhecer a importância das ações que se pretendem suplementar, sendo que o atendimento de emendas implicaria a pulverização dos recursos e a descaracterização da proposta originária do Poder Executivo.

Acompanha este parecer relatório da execução dos programas abrangidos por este crédito suplementar.

Em conseqüência, somos pela aprovação do PL nº 96/2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência alerta o Plenário para o fato de que as emendas que forem consideradas inadmitidas não podem sofrer destaques.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, tenho dois destaques para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - V.Exa. pode apresentar, está em tempo hábil.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Apresento destaque às emendas nºs 23 e 24, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Mas se forem inadmitidas, não cabem.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Só foram rejeitadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Foram rejeitadas?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Encaminhe à Mesa. Vamos fazer chegar às mãos do Sr. Relator os dois destaques solicitados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, para acelerar os trabalhos, enquanto o Relator examina a proposta, V.Exa. poderia passar a outro item, depois voltamos a esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência comunica ao nobre Deputado José Carlos Aleluia que não poderemos fazer isso, porque esse é o último. Estamos fazendo a apreciação apenas dos projetos que coincidiram nas suas listas. Se V.Exa. quiser abrir para discutir mais alguns projetos que estavam na lista da Comissão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Pela ordem, Sr. Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, parece-me que o procedimento seria primeiro nós examinarmos o projeto, ressalvados os destaques; em seguida, darei parecer sobre os destaques, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Exato. Está em discussão ainda, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, queria fazer um apelo. Eu entendo, concordo, acho absolutamente regimental, humano, profissional, parlamentar, a obstrução que se faz. Já roguei em plenário para que se chegasse a um acordo em razão da necessidade de complementação do Aeroporto Luis Eduardo Magalhães.

Acho que esse impasse prejudica a Comissão, Sr. Presidente, e vou dar três exemplos. O PL nº 66 trata da compra de um avião contra queimadas no Rio de Janeiro. Estamos entrando no verão, quando quase perdemos toda a floresta de Itatiaia em função de queimadas, temos milhares de incêndios florestais, e o projeto nº 66 possibilita a compra desse avião. O PL nº 78...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Isso não é questão de ordem. É porque o projeto está em discussão, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, não, não era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputada...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Queria aproveitar o tempo, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não, mas não há tempo, porque ele está em discussão, eu preciso encerrar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, é porque ele estava examinando as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Preciso encerrar a discussão, para que ele possa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Perdão. Volto à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Quero, inclusive, esclarecer V.Exa. que o desejo da Presidência é o de que possamos encontrar, mas, como V.Exa. mesmo disse, a obstrução é um dispositivo constitucional e regimental que existe, e não podemos fazer nada.

Não havendo mais quem queira discutir, com a palavra o nobre Relator, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – O projeto está em condições de ser votado, ressalvados os destaques, Sr. Presidente, sobre os quais darei parecer oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em votação o parecer do nobre Deputado Pedro Novais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos para a apreciação dos destaques.

Com a palavra o nobre Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O parecer é pela aprovação dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Acolhidos os destaques apresentados pelo nobre Deputado Neuton Lima.

Destaque nº 1 ao Projeto de Lei nº 96, conservação da creche do Município de Pontes, no valor de 50 mil reais.

Destaque nº 2 ao Projeto de Lei nº 96, Construção de creches no Município de Monte Mor, também no valor de 50 mil reais.

Aproveitando o fato de ter sido designado pelo Presidente como Coordenador do Comitê de Avaliação dos Projetos de Créditos Suplementares, esta Presidência quer dizer que não nos vamos reunir mais até que haja um entendimento, porque não vou expor os colegas que se reuniram conosco por mais de cinco horas ontem sem resultado. Então, não vamos mais reunir o Comitê até que haja um entendimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, o Presidente titular anunciou, alto e bom som, que o nosso dever é votar. Porém, só podemos votar se formos convocados para tal. V.Exa. pode convocar outra reunião para votação dos créditos e vamos ver se teremos **quorum**. Se tivermos, votamos; caso contrário, não votamos. Quem impedir a realização da reunião responderá por isso. Quem comparecer dará a sua prova de interesse em dar continuidade ao processo de votação.

Penso que V.Exa. não tem, efetivamente, que dar continuidade a esta reunião dentro do que foi acordado, mas pode convocar uma outra para amanhã, para ver se produzimos algum acordo até lá, do contrário, vamos ver o que acontece, cada partido se responsabilizando por sua ação no plenário. Não ficam sem uma resposta da Comissão, de todo o modo, os demais créditos, tantos deles tão importantes para a vida da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Almeida, eu disse que o Comitê não vai reunir-se mais enquanto não houver um entendimento. Esta Presidência convoca uma próxima reunião para amanhã, às 9 horas, com uma pauta que será elaborada com os créditos que estão presentes, todos. Não vamos mais fazer a seleção.

Ficamos ontem reunidos por mais de cinco horas. Estavam presentes o Deputado Virgílio Guimarães, representando o PT, o Deputado Jorge Khoury, representando o PFL, e os demais representantes das bancadas. Então, não há justificativa, porque o Comitê tinha exatamente a finalidade de buscar o entendimento, e buscamos fazer isso ontem, chegando a mais de trinta com entendimento, e os restantes com a observação feita pelo nobre Deputado Giovanni Queiroz, que tinha o entendimento de que, onde estivesse sendo utilizado superávit financeiro, preferia que fosse decidido em plenário. Será feito dessa maneira também, inclusive naqueles casos em que o

nobre Deputado Giovanni Queiroz apresentava restrições. Dentro do entendimento que o Comitê vinha mantendo, era buscarmos apenas o apoiamento no entendimento geral. Por isso, tínhamos todos esses casos no entendimento geral.

Coloco em votação os destaques apresentados pelo nobre Deputado Neuton Lima e acolhidos pelo nobre Relator, Deputado Pedro Novais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com os destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que concordam com o Relator e o acolhimento dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a V.Exa. que seja incluído na pauta da reunião de amanhã, às 9 horas, o Projeto de Lei n.º 122, da Pauta 83.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, esta Presidência já definiu: todos os projetos serão incluídos na pauta, já que não há o entendimento, e buscaremos número. Se houver, discutiremos e votaremos.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Em nome da justiça, agradeço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra. Desculpe-me por tê-la interrompido naquela hora, é que estávamos em processo de votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não há problema.

Sr. Presidente, entendo que V.Exa., por razões óbvias, adiou a sessão para amanhã, às 9 horas, e que não faz parte do acordo o PL 95, que trata de recursos para a CNEN. Por isso, quero fazer um apelo, desta vez ao Deputado Giovanni Queiroz. Efetivamente, a matéria diz respeito a superávit financeiro, embora o superávit nessa emenda, nesse PL específico, seja proveniente da própria instituição numa das partes da emenda e, na outra parte, também superávit, mas referente a recursos que eram da CNEN no ano passado. No ano passado não conseguimos aprovar nesta Comissão e eles não conseguem gastar. Isso significa a impossibilidade de complementação de um programa importantíssimo de fiscalização e de um programa de produção de radioisótopos.

Portanto, essa é uma questão necessária para a ciência e tecnologia deste País, e faço um apelo ao Deputado Giovanni Queiroz para que reveja sua posição no que diz respeito ao PL nº 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, a Presidência secunda o apelo de V.Exa. O nobre Deputado Giovanni Queiroz, que é um homem muito sensível, irá analisar o apelo feito por V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu não ouvi o apelo da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O apelo da nobre Deputada Laura Carneiro refere-se ao seu critério de que, em todos os casos em que houvesse superávit financeiro, V.Exa. colocaria obstáculos para que viesse a plenário. A nobre Deputada Laura Carneiro apela para a sensibilidade de V.Exa., tendo em vista a grande dificuldade e a importância para o Estado do Rio de Janeiro do Projeto nº 95. Eu disse que V.Exa., sensível como é, irá analisar.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o meu assunto refere-se ao PL nº 47. Eu havia pedido a retirada desse projeto da lista porque o Relator, o nobre Deputado Pedro Celso, não se encontrava em plenário. S.Exa. havia proferido um parecer correto, porém, a partir de determinadas análises enviados a ele, o seu parecer sofreu alguns ajustes. Sabedor disso, apesar de esse projeto estar no acordo geral do Deputado Giovanni Queiroz, do Deputado José Carlos Aleluia, pedi, em nome do PT, a sua retirada. Com a presença do Deputado Pedro Celso, pediria que V.Exa. reconsiderasse a inclusão do PL nº 47.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência atenderá o pedido feito pelo nobre Líder Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero dizer à Deputada Laura Carneiro que vou analisar o seu pedido com carinho.

Quanto ao PL nº 47, o PDT não tem obstrução a fazer. Quero só pedir a V.Exa. que, cumprido o Regimento, votado o PL nº 47, encerre a reunião, porque a

sessão do Senado já está no período da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, a Presidência já ia encerrar a reunião, mas como o nobre Deputado Virgílio Guimarães propôs a reinclusão desse projeto e como havia entendimento nas duas listas, essa Presidência decidiu não fazê-lo.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 47/2001-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 7.416.264,00 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Relator: Deputado Pedro Celso.

Foram apresentadas duas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a princípio levei em consideração e acatei as emendas apresentadas pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães, mas depois chegaram-me informações do Ministério do Trabalho e da FUNDACENTRO, no sentido de que as emendas não tinham razão de ser, porque o que se estava fazendo era tão-somente complementar o orçamento da FUNDACENTRO, repor alguns valores que foram retirados.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer e o nosso voto é pela aprovação do projeto sem as emendas, no original, como chegou a esta Comissão.

Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estamos reformulando neste momento o nosso voto, pois acatamos anteriormente as emendas do nobre Deputado Virgílio Guimarães, mas, com as informações que nos chegaram, vimos que não era possível aceitar as emendas ao projeto.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação do projeto conforme chegou a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Pedro Celso não mais pelo substitutivo, mas pela forma original, como veio do Executivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Deputado Pedro Celso permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Deputado Pedro Celso permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Esta Presidência vai encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero verificar a possibilidade de votarmos também o PL nº 51, relatado pelo Deputado Jorge Bittar.

Consulto os Srs. Líderes se poderíamos votar também o PL nº 51. O Relator Jorge Bittar está presente, e o projeto não tem superávit primário na sua fonte.

Seu relatório só foi entregue hoje. Por isso não entrou no acordo. Portanto, faço consulta aos Srs. Líderes sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O nº 51...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não está na lista.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não há acordo sobre o PL nº 51.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há acordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Vamos colocar o projeto em votação. A quem não agradar, há o recurso de pedir verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero dizer que, no começo da votação, fiz um acordo com a Presidência no sentido de que iríamos votar, sem nenhuma obstrução, os projetos que foram votados. Portanto, espero que a Mesa cumpra o acordo que foi feito e não submeta nenhum projeto à votação sem acordo. Certamente seria necessário pedir verificação, e eu não gostaria de fazer isso na medida em que fizemos um acordo. Se não houvesse o acordo, eu teria pedido verificação de voto no primeiro, e não agora.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, retiro então o pedido de colocação em pauta desse projeto e solicito aos Srs. Líderes que analisassem a possibilidade de ele poder ser incluído. Ele não foi avaliado porque o relatório não estava pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – **Data venia**, ontem esse processo não foi avaliado porque não estava pronto o relatório. Mas como há questionamento, e eu não participei do início da reunião, quando teria havido esse entendimento, vou consultar a Sra. Secretária. Se houve esse entendimento, a Presidência respeitará; senão, a Presidência colocará o projeto em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência apenas vai responder ao nobre Deputado Aleluia, nobre Deputado Giovanni. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa.

A Secretária confirma que houve entendimento. Seriam votados apenas aqueles projetos constantes dessa enumeração. Esta Mesa manterá a decisão assumida pelo Presidente efetivo da Casa.

Com a palavra V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu queria dizer aos companheiros que, às vezes, alguns podem não estar entendendo o porquê da obstrução que fazemos a projetos cuja fonte de receita seja superávit financeiro. Eu queria deixar claro que essa posição vai ao encontro dos anseios de todos os Parlamentares.

Se aprovado qualquer crédito com superávit financeiro, ele vai autorizar ao Governo o corte ou a não-realização do Orçamento nas emendas de Parlamentares ou nas emendas de bancada. Automaticamente, ao votarmos qualquer projeto cuja fonte seja superávit financeiro, vamos alterar o superávit primário, e o Governo então fica à vontade para não cumprir o Orçamento, que é autorizativo, ou para manter o contingenciamento, em prejuízo de todos nós, que brigamos neste momento para incluir no Orçamento recursos a mais para os nossos Estados.

Eu quero deixar claro para os companheiros que minha posição é em defesa da Casa, do Congresso Nacional, em defesa de um Orçamento que deveria ser mandatório, impositivo. Lamentavelmente, não o é. Por isso, permite as manobras de Governo, que encaminhou 6 bilhões de reais com créditos oriundos do superávit financeiro, o que significa atropelar e cancelar 6 bilhões de investimentos autorizados no Orçamento. Seis bilhões serão cancelados.

Então, não teremos a realização do Orçamento em 6 bilhões de reais porque nós mesmos estamos autorizando o superávit financeiro.

Sr. Presidente, quis explicar ao grupo e a todos que minha posição é em defesa de nós todos. Não é o PDT, somos nós todos que estamos em jogo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, nós conhecemos bem sua posição, a respeitamos, e muito, e até concordamos com ela, mas a partir de amanhã devolveremos tudo ao Plenário. Todos os projetos que estão em pauta serão decididos no plenário.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães. Em seguida, falará o nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. manifestou a intenção de suspender a reunião e convocar outra para amanhã.

Há uma série de questões conceituais, outras práticas, como, por exemplo, o Banco do Nordeste, que nos aflige a todos.

Nós estamos fazendo um grande empenho e discutindo, inclusive com o Governo, a respeito das negociações de emenda.

Creio que há um espaço, sem querer alterar a decisão de V.Exa. no que se refere ao Comitê de análise dos PLs, porque ele já fez o seu trabalho de mérito. Mas os partidos, sobretudo os que estão fazendo obstrução, poderiam realizar um encontro agora.

Sr. Presidente, ao invés de V.Exa. transferir a reunião para amanhã ou até encerrá-la, como reivindicou o Deputado Giovanni Queiroz, e para não ferir sequer esse intuito do Deputado Giovanni Queiroz, sugiro a V.Exa. que convoque outra ainda para hoje. Há espaço para isso, às 19 horas. Todos estão aflitos para encerrar os trabalhos de maneira mais completa.

Não consultei o Deputado Giovanni Queiroz, mas tenho certeza de que não haverá obstáculos de sua parte para que se suspenda a reunião, retornando aos trabalhos no mesmo dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Haverá obstáculo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Para hoje mesmo?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Só para amanhã.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Suspensão para um espaço de negociação?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Agora há Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Suspende-se a reunião imediatamente e retoma-se depois da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Seria melhor encerrar esta reunião e convocar outra para amanhã, com vinte e quatro horas de antecedência.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Minha proposta é diferente, Deputado Giovanni Queiroz. Que possamos suspender a reunião agora, porque há Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E voltarmos após a sessão?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Esse procedimento é normal, Deputado Giovanni Queiroz. Voltaríamos ainda hoje, após a Ordem do Dia. Isso não fere nenhum princípio regimental.

Sr. Presidente, essa é a sugestão que encaminho a V.Exa. e ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, não podemos aceitar obstrução por antecipação. A obstrução tem de ser feita aqui, com a matéria em votação. Isso quanto à convocação de reuniões posteriores.

O Líder Virgílio Guimarães dá uma contribuição a mais, tentando abrir novo espaço para a negociação — norma no Parlamento. Estamos inteiramente de acordo com a sugestão apresentada por S.Exa. e apelamos para o Deputado Giovanni Queiroz no sentido de que concorde com a proposição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros, que a havia solicitado.

Em seguida falará V.Exa., Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, temos mais o Crédito nº 28, que estava na pauta do Congresso Nacional da semana passada e diz respeito à capitalização do Banco do Nordeste e do BASA. Esse crédito foi motivo de requerimento de audiência pública, atendido por esta Comissão ontem, com a presença do Presidente do Banco do Nordeste. Essa era a exigência para que votássemos o crédito, que ele viesse e desse suas explicações.

O Deputado José Pimentel apresentou proposta para fazermos um acordo e está sendo consultada a Secretaria do Tesouro Nacional sobre essa matéria.

Peço ao Presidente, depois de ouvir outros Parlamentares, que nos dê um retorno, antes de encerrar ou suspender esta sessão, a fim de analisarmos a possibilidade de já termos feito o entendimento para votação do PL nº 28, que é muito importante para a capitalização desses dois bancos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência vai tomar a decisão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Um minuto, nobre Deputado, o Deputado José Carlos Aleluia havia solicitado a palavra antes, em seguida passarei a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, em relação à proposta do Deputado Virgílio, nós, do PFL, não faríamos nenhuma objeção a que fosse suspensa a sessão a fim de dar espaço para negociação, com uma condição: que se mantivesse o compromisso original que V.Exa. ratificou agora, de que não seria votado nada que não fosse objeto de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como muito bem registrou o Vice-Líder do Governo, estamos fazendo uma série de tratativas sobre o PL nº 28, que foi objeto de audiência pública ontem e diz respeito especificamente ao Banco do Nordeste do Brasil.

Quanto ao BASA, estamos de pleno acordo com o projeto de lei, uma solicitação feita pelo Executivo.

No que se refere ao BNB, o montante de recursos é da ordem de 2 bilhões e 556 milhões de reais. Esse é o montante do PL que o Executivo nos encaminhou.

Na audiência de ontem, o Sr. Presidente do BNB declarou que o Banco necessita de 2 bilhões e 100 milhões de reais e fez a quantificação dos valores.

Indaguei ao Sr. Presidente do BNB o porquê dessa diferença de 2 bilhões e 100 milhões para 2 bilhões e 556 milhões, ou seja, uma diferença de 456 milhões de reais. O Banco nos disse que supunha que essa diferença fosse para pagar juros e correções, mas não podia afirmar, porque não tinha os dados sobre isso.

Disse-nos também que entre os 2 bilhões e 100 milhões há um montante de 300 milhões de reais, que

diz respeito às operações feitas pelo Banco, a partir de dezembro de 1998 para cá, com a linha chamada FNE, que é o fundo constitucional.

O Banco emprestou, no período de dezembro de 1998 até junho de 2001, a quantia de 1 bilhão e 500 milhões de reais, e desse montante, diz o Banco, está aprovisionando 600 milhões. Ou seja: de 1 bilhão e meio está aprovisionando 600 milhões, por ter informações de que alguns clientes do Banco tiveram, em operações com outros bancos, cheques especiais bloqueados ou o não-pagamento de juros. E, como numa política de boa segurança bancária, resolveu aprovisionar 600 milhões, sendo 300 milhões de risco direto do Tesouro.

A Medida Provisória nº 2.196 autoriza debitar diretamente ao Tesouro, sem passar pelo Congresso Nacional, 300 milhões, que é risco do Banco, que precisava estar no projeto. E tem plenas condições de recuperar esses 300 milhões.

Traduzindo: o Banco nos informou que precisa imediatamente de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Nós estamos propondo aprovar 1 bilhão e 800 milhões de reais e liberá-los imediatamente, e aprovar também os 756 milhões remanescentes, e condicionar sua liberação à escrituração no balanço do Banco, para mostrar transparência à sociedade e ao Congresso Nacional.

É o que estamos acordando com a Liderança do Governo, com o Ministério competente, e com a Oposição, para que possamos ter um projeto unificado, diretamente com o Secretário Fábio Barbosa, a fim de possamos ter uma votação unânime e, assim, resolver a pendência do BASA e do BNB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Vamos acatar a sugestão do nobre Deputado Virgílio Guimarães, corroborada e referendada pelo Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em seguida darei a palavra a V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz, e suspenderei a presente reunião...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Eu estou falando, nobre Deputado, que darei posteriormente a palavra a V.Exa..

Em seguida, vou suspender a reunião e daremos continuidade aos trabalhos após a Ordem do Dia.

Espero que haja esse entendimento, solicitado pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães, juntamente com os nobres Deputados José Carlos Aleluia e Giovanni Queiroz. Tendo em vista o entendimento feito pelo Presidente Senador Carlos Bezerra, e não por mim — estamos aqui eventualmente substituindo-o —, vamos mantê-lo.

Traremos para votação, na parte da noite, os entendimentos que foram iniciados e aqueles que puderem ser ampliados. O de nº 28 já estava na relação que o nobre Deputado José Carlos Aleluia me havia entregue. E agora, com esses esclarecimentos, o submeteremos à votação.

Amanhã a pauta virá completa — para o conhecimento de todos os Srs. Deputados —, será discutida e votada. Quem quiser pedir verificação que o faça, e o Plenário decidirá.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já acatando a decisão de V.Exa. de suspender a reunião, mas antes, atendendo ainda ao apelo do novo Líder do Governo, Virgílio Guimarães *(risos),* quero dizer a V.Exa. que não é o procedimento do...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Do futuro Governo, pelo que entendi.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas, de qualquer forma, vamos acatar. E voltaremos, até porque está na hora de votarmos o Carajás. Então, convoco a todos para estarmos juntos na votação do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - É por isso que peço a compreensão de V.Exa.

Meu voto está assegurado a V.Exa. há muito tempo, no Plenário do Congresso, para exatamente o Estado de Carajás...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Eu peço a V.Exa. que não vote com o Governo, mas que discuta, permaneça aqui, e não peça só a quebra do número regimental.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero lembrar que o BASA está em votação também, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Para encerrar, com a palavra o nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, milhares de sertanejos alagoanos estão aguardando a simples leitura de ofício do Tribunal de

Contas da União que diz que a empresa que está executando a obra está correta. É uma simples leitura. Então, não posso entender qualquer acordo de Lideranças que não seja sensível a esse tipo de apelo.

Integrando o Bloco e liderando o PST, gostaria que o Deputado José Carlos Aleluia, que está falando em nome do Bloco, lutasse para a inclusão da simples leitura deste documento — é uma simples leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, não é uma simples leitura. Seria a discussão, votação aqui e votação em Plenário .

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Mas o apelo de V.Exa. é procedente, e fica também estendido aos Líderes para que analisem esse caso.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Está suspensa a reunião, até o término da Ordem do Dia.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lael Varella) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Devido ao adiantado da hora, vamos suspender a reunião e convocar outra para amanhã, quinta-feira, dia 13, às 10h.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da Pauta nº 29, de 2001, de que constam os relatórios apresentados a todos os projetos de lei de créditos adicionais que tramitam na Comissão, e da Pauta nº 30, de 2001, de que constam os relatórios apresentados sobre a execução orçamentária de subtítulos e requerimentos remanescentes das pautas anteriores. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa., Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem. Peço que esta Presidência nos informe qual a pauta desta sessão que dá continuidade à de ontem, a que V.Sa. não esteve presente; foi o Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, que a presidiu, e havia um acordo em relação a uma lista de doze projetos de lei, doze PLs, que havia sido feita pela Liderança do PFL nesta Comissão, e que eu, como Líder do PL na Comissão de Orçamento, também acatei. Como não havia coincidência com outras listas, como a da Liderança do PDT, só pudemos apreciar cerca de seis projetos; então, eu gostaria que a Presidência me informasse realmente qual seria a pauta em objeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. autoriza a Comissão a votar seis projetos?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. usou o verbo correto: havia um acordo; não há mais. O acordo acabou.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - O acordo acabou?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Por isso, a Mesa está apresentando a pauta normal, na ordem numérica crescente, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Então V.Exa. está informando que a Mesa vai seguir a ordem normal, sem depender de acordo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Sim, porque as outras partes não concordaram. O acordo não existe mais, não por conta da Mesa, mas por conta de outras Lideranças que não concordam com ele e entendem que se deve votar normalmente, como determina o Regimento da Comissão.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Seria producente, para não haver a busca de artifícios regimentais, que se votassem pelo menos os projetos que estavam acordados entre as Lideranças do PFL e do PL. Creio que seria mais producente. Mas, se V.Exa. quer seguir a ordem crescente dos PLs, como se não houvesse o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A matéria está prejudicada, Deputado. Designamos um comitê para selecionar isso, para fazer o acordo, em nome da Presidência. Infelizmente, o PFL não concordou com a lista do comitê, e agora os outros Líderes estão pedindo que se siga a pauta normal. Então, não há acordo. Isso que estávamos fazendo é anti-regimental, e só poderia ser feito se todos estivessem de acordo; como não há acordo geral, o que tenho de fazer é cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, fomos informados de que haverá uma convocação do Congresso, até porque a PEC das contribuições de intervenção no domínio econômico foi promulgada em uma sessão do Congresso realizada anteontem, cerca de 23h, e, portanto, já está apta a ser regulamentada, por uma lei que vai ser votada na Câmara e no Senado ainda este ano. Há uma série de assuntos pendentes que vão ser motivo de convocação. Então, a pressa que tínhamos na Comissão existe, mas não é fatal, porque todos os PLs serão naturalmente incluídos, sem exceção, nessa convocação, eu acredito. E é evidente que o Governo não tem a intenção de votar hoje. O Líder do Governo não está aqui. O Deputado Pimentel informou-me que a questão do BNB não mereceu sequer um retorno, nem para dizer não. Fui informado agora de que a liberação dos recursos do Ministério dos Transportes, para cuja execução orçamentária o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já autorizou limite, pelo que estou informado por terceiros, mas também não mereceu um retorno por parte do Governo, nem do Líder, nem do Ministro dos Transportes interino, a questão da execução orçamentária do ramal Calafate—Barreiro, que já foi alvo de negociações, de promessas solenes e tudo o mais. Portanto, não me sinto em condições de votar, sobretudo em uma reunião em que está evidente que os demais Parlamentares também não têm intenção de votar, caso contrário estariam presentes aqui. Não percebo esse desejo nem por parte do Governo, nem por parte da maioria dos Parlamentares.

Assim sendo, com a consciência tranqüila, por saber que teremos tempo hábil semana que vem, sugiro que esta reunião seja encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputado Virgílio Guimarães, quero dizer a V.Exa. que temos a obrigação de votar aqui a matéria, de decidir, independentemente da posição do Poder Executivo. É um dever nosso. Não estamos fazendo favor a ninguém. Os projetos estão aí, são todos de interesse público, e temos de votar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sim, Sr. Presidente, mas V.Exa. pode, de ofício, declarar a inexistência de **quorum**, que é visualmente constatável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Exato. Havia um acordo; o comitê selecionou alguns PLs que seriam prioritários; esse acordo não foi cumprido, e por isso estou seguindo a pauta normal. Se quiserem que seja suspensa a sessão, tudo bem, suspenda-se a sessão, mas vou insistir, porque acho que é dever nosso votar. Há aqui matérias que são fundamentais, que são de grande importância, matérias relativas à saúde, à educação, à área social, e quanto mais se atrasarem aqui, mas difícil se torna a execução desses PLs. Para o Governo, isso até é bom, pois ele acaba reservando esse dinheiro para o superávit do FMI, mas acho que é ruim para nós Parlamentares, é ruim para o Legislativo, é ruim para a Nação, porque, em não sendo aprovados os projetos, o dinheiro vai para o caixa do Governo, para ajudar a pagar os banqueiros e ajudar a conseguir o superávit que o FMI quer. Portanto, acho que o que estaríamos fazendo aqui seria um contra-senso.

Tem a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, as ponderações de V.Exa. são precisas. Precisamos votar. Aliás, estou vendo aqui que temos aqui um pauta extensa, com uma grande quantidade de projetos de lei.

Agora, tenho uma indagação a fazer a V.Exa. Posicionei-me ontem contra o pinçamento aleatório de projetos dentro de uma pauta já acordada por uma comissão de Parlamentares. Sou contrário a isso. Mas, se vamos seguir a pauta normal, indago a V.Exa. qual é o primeiro item que consta da pauta normal desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Milton Monti, como havia dificuldades políticas, criamos um comitê interpartidário para ver o que seria possível encaminhar. Só que esse acordo não funcionou, de modo que esta Mesa retorna à pauta normal, em que o primeiro PL a ser apreciado é o de nº 28, de acordo com o cronograma que a Mesa tem de respeitar e de acordo com o Regimento, e é ele que vou colocar em apreciação. O Relator é o Deputado José Priante, que está ausente. Portanto, peço ao Deputado João Almeida que se pronuncie como Relator **ad hoc**.

Tem a palavra o Deputado João Almeida, para brevemente apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este PLN é da maior importância, especialmente para a Amazônia e o Nordeste, porque garante, pelo aumento de capital dos bancos da Amazônia e do Banco do Nordeste, a liquidez indispensável inclusive para preencher condições estabelecidas pelo Acordo de Basiléia. Ele tem todas as condições de ser aprovado. No entanto, o Deputado José Pimentel, com base em uma declaração que fez ontem aqui o Sr. Presidente do Banco em uma audiência pública, apresentou uma emenda de

plenário que altera a distribuição do capital proposto para o Banco do Nordeste.

Essa proposta feita ao Governo, de alterar essa distribuição, a integralização proposta do capital, embora não o valor, ficou a merecer uma resposta do Governo, situação em que o PT votaria favoravelmente. Assim sendo, Sr. Presidente, apelo para V.Exa no sentido de que, concordando o Plenário, retiremos esse projeto de pauta para então apreciá-lo depois dessa notícia, porque, sem dúvida nenhuma, o voto está exarado aqui favoravelmente. Eu vou lê-lo, embora o início do processo de votação possa dificultar depois o entendimento, e a votação possa até levar ao insucesso dos créditos, nos termos como estão propostos — mas fica a critério de V.Exa. e do Líder do PT se haveria condição de acatar essa situação. E não temos aqui a presença do Líder do Governo, do representante do Governo aqui na Comissão, para definir essa posição.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, havendo por parte do Relator **ad hoc** o acolhimento da emenda, votaríamos o relatório, e ficaria, portanto, automaticamente aprovado o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eu quero informar que no final da tarde ontem recebi fax do Sr. Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, com o seguinte teor: "Esclareço que minhas informações foram seguidas de debates, ficando demonstrada a necessidade da capitalização do Banco da Amazônia no valor de um 1 bilhão e 8 milhões, e do Banco do Nordeste no valor de 2,56 bilhões, conforme estudo do Ministério da Fazenda, como condição para o atendimento do acordo de Basiléia e do crescimento de suas aplicações no Norte e no Nordeste do Brasil".

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, o Sr. Presidente do BNB esteve nesta Comissão anteontem, apresentou por escrito o valor de 2 bilhões e 100 milhões de reais — isso está nos arquivos desta Comissão —, e agora vem outro ofício! Alguém está faltando com a verdade. Como se trata da mesma pessoa, a dúvida é: é válido o que ele declarou de público aqui na última terça-feira, ou é válido esse fax que agora nos envia?

E o que ele declarou? V.Exa. pode consultar as notas taquigráficas. Está gravado, e registrado por escrito, também, porque ele apresentou inclusive a planilha, mostrando que precisava de 2 bilhões e 100 milhões. E a diferença para 2 bilhões e 556 milhões ele supunha que fosse referente a juros que o Ministério estava liberando para o Banco, mas não tinha certeza. Essas são as palavras textuais que foram aqui declaradas.

O que estamos propondo para acordo, Sr. Presidente? Estamos propondo aprovar todo o crédito do BASA — não se discute essa questão; estamos propondo aprovar todo o crédito do BNB, os 2 bilhões, 556 milhões de reais, sendo liberados imediatamente 1 bilhão e 800 milhões, e os 756 milhões remanescentes ficam condicionados à escrituração em balanço desses valores, para que a sociedade possa saber a sua aplicação. Portanto, a Comissão aprovaria o montante de 2 bilhões e 556 milhões, e o que estamos pedindo é apenas que uma parte, esses 756 milhões, por não estar esclarecida por parte do banco nem no PL sua aplicação, pelo menos no balanço do banco fique registrada, e não seja apenas, digamos assim, colocada no montante sem que esta Casa e a sociedade saiba onde isso será escriturado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado João Almeida, Relator da matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, chegam às minhas mãos agora, um pouco atrasadas, naturalmente, as justificativas apresentadas pelo Deputado Pimentel Gomes para sua proposta de redação, que foi apresentada e submetida ao Governo, ao Ministério da Fazenda, para ser comentada. Se V.Exa. permitir, eu poderia ler aqui esse documento, ou pediria algum tempo para que o Deputado Pimentel possa fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Ainda vamos discutir, e há outros Deputados inscritos; haverá tempo para que ele leia.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Para discutir o tema?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Então, vou ler o relatório, V.Exa. passa à discussão, e enquanto isso eu tento conversar com o PT. Está certo?

Vou pronunciar o voto:

Sobre o pleito em questão, cabe destacar que a LDO 2001 dispõe, em seu art. 54, que:

Art. 54. A Lei Orçamentária não poderá incluir (...)

Dessa forma, verificamos que a proposição não fere quaisquer dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere ao Plano Plurianual ou à LDO.

Ressaltamos também que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Finalmente, vemo-nos obrigados a rejeitar a emenda oferecida ao projeto em epígrafe, malgrado seus nobres propósitos, devido à urgência necessária para a capitalização das instituições financeiras a que se refere o crédito especial.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2001-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, favorável, portanto, à aprovação do Projeto de Lei nº 28/2001-CN, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em discussão.

Para discutir, com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, primeiro orador inscrito.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho mantido diálogo aberto com o Deputado Pimentel e compreendo perfeitamente as preocupações dele em relação à capitalização do Banco do Nordeste. Mas quero chamar a atenção dos nobres colegas, com relação ao propósito do Governo de capitalizar o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, para o fato de que esse estudo passa pelo Comitê das Instituições Financeiras federais, onde se procura, ao longo do tempo, numa discussão profunda que está existindo entre os bancos, seus acionistas e o Governo, por intermédio próprio do COMIF, por medidas saneadoras, procurando desenhar o papel e a função desses bancos públicos federais.

É certamente louvável e sobretudo apreciável essa grande iniciativa do Governo de buscar um instrumento governamental que possa desempenhar esse papel nas regiões do Nordeste e da Amazônia. Ocorre, Sr. Presidente, que essa medida não pode mais ser retardada. Precisamos votar esse PL, que está com parecer favorável do Relator. Precisamos votá-lo, porque o Banco Central do Brasil exige, tanto do Banco do Nordeste quanto do Banco da Amazônia, o ajuste a essas medidas. E certamente, ao buscar o ajuste sem a capitalização, esse projeto vai virar o PL desses bancos, que vão ter afetado o que há de mais nobre numa instituição financeira: a credibilidade — e isso sem dizer que o banco não vai poder aplicar seus recursos do fundo constitucional e aqueles captados no mercado.

Ocorre também, Sr. Presidente, que, a par dessa capitalização, traria para o campo do saneamento todas essas obrigações, inclusive as operações de risco compartilhado pelos bancos e Governo. Mas, se não houver a capitalização, se fosse um banco privado, certamente ele iria para a liquidação. É extremamente grave o que se levanta aqui. Mas, como se trata de um banco público, tenho certeza de que não vai para liquidação; o PL vai ficar virado, mas os depositantes certamente vão retirar seus depósitos do banco. Eles não vão compreender esse processo. Então, eu imagino que deveríamos observar uma nota técnica que tenho aqui e que posso passar ao Relator e ao Deputado José Pimentel. Ela é um pouco longa; eu poderia lê-la aqui, mas vou passá-la a V.Exa., Sr. Presidente. É uma nota técnica que objetiva dar satisfação inclusive sobre a emenda de Plenário proposta pelo Deputado José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. pode passar a nota técnica para a Presidência.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Vou passar, e peço a V.Exa. e aos colegas que busquemos esse termo conciliatório aqui e votemos esse projeto agora, não vamos deixar para depois. E votemos da forma como está aqui, para o fortalecimento dessas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, em especial Deputado José Pimentel, autor da emenda ao projeto, estamos há vários dias discutindo um interesse que me parece óbvio, mas não quero tirar o direito do Deputado José Pimentel de discutir; tenho absoluta certeza de que ele tem os melhores propósitos em relação ao BNB, porque é nordestino e não poderia ser contra o banco, assim como nenhum de nós.

O Deputado José Pimentel propôs a vinda do Presidente do Banco do Nordeste, e o Presidente acolheu seu pedido, veio aqui e prestou todos os esclarecimentos necessários; o Governo é que demorou a enviar a nota técnica, que acaba de chegar. Peço ao Deputado José Pimentel que examine com calma essas observações do Tesouro Nacional, para que possamos retirar a questão do BASA e do BNB

das demandas que estão envolvidas nesta Comissão. Poderíamos muito bem fechar a semana aprovando esse projeto.

Quero louvar, portanto, a atitude do PT de retirar a obstrução para votar o projeto do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. Quero dizer que apoiamos a votação do projeto, e tenho a absoluta certeza de que o BNB continuará prestando os esclarecimentos que deseja o Deputado José Pimentel. E quero dizer mais: é também meu desejo que as coisas sejam transparentes, Deputado José Pimentel, e estou ao seu lado nessa luta. Só que o ano está avançando, o Banco precisa promover assembléias, reuniões, e poderemos colocar em risco o aumento de capital dos dois bancos se não aprovarmos hoje o projeto. Faço um apelo ao Deputado Pimentel, comprometendo-me a estar ao seu lado, no que se refere à transparência e à abertura do Banco, que é uma peça importante para o desenvolvimento do Nordeste.

Deputados José Pimentel e Virgílio Guimarães, este é o apelo de quem tem estado ao lado de V.Exas. nesta luta pelo esclarecimento dos negócios do Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, este fato que ora nos ocupa evidencia a essência da vida democrática nesta Casa, mas não posso deixar de revelar a minha perplexidade em face deste acontecimento.

Temos um projeto de lei de origem do Governo para cumprir resoluções do Banco Central, para atender ao Acordo de Basiléia. No primeiro instante houve a solicitação da indispensável presença do Presidente do Banco, que aqui esteve e prestou os esclarecimentos; agora sobrevem uma outra exigência!

Quero, nesta oportunidade, e com muita tranqüilidade, fazer justiça, porque conheço de perto o Deputado José Pimentel, e sei da sua seriedade. É um Deputado combativo em favor da transparência. Compartilho das suas idéias, das suas intenções, dos seus propósitos, e vou continuar procurando associar-me a ele. Mas, sinceramente, acho indispensável darmos ao Banco do Nordeste o mesmo direito de todos os bancos oficiais. O procedimento do Governo em relação ao Banco do Brasil, em relação à Caixa Econômica Federal, em relação ao BASA, deve ser o mesmo em relação ao Banco do Nordeste.

Por isso, mesmo somando-me ao Deputado José Pimentel de uma forma intransigente, em busca da transparência, da correção dos procedimentos do setor financeiro, não posso, de forma alguma, deixar de estar ao lado de toda a Região nordestina, que precisa de um banco capitalizado, capaz de prestar os serviços que a conjuntura econômica exige, principalmente os serviços indispensáveis ao combate efetivo à desigualdade.

Neste instante, peço ao Partido dos Trabalhadores e ao Deputado José Pimentel que façamos justiça ao Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos continuar a discussão. O próximo inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota. Entretanto, como tenho de ir ao Senado para participar de votação nominal, antes de continuar a discussão, convido o Deputado Virgílio Guimarães para assumir a Presidência.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Com votação, Sr. Presidente, a decisão é clara; se há votação lá, não há condições de votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não sei se a votação já começou. Provavelmente. A votação está marcada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - *(Risos.)* Porque, se houver votação no Senado, vamos tornar sem efeito a votação aqui. O Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Aécio Neves, foi claro. Se tornarmos sem efeito uma votação da Comissão, todos vão achar ruim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Gilmar Machado, não houve ainda a sinalização do início da votação, mas devo ir ao Senado marcar presença e preparar-me para a votação. Por conta disso, passo a Presidência da Comissão ao ilustre Parlamentar de Minas Gerais, o Deputado Virgílio Guimarães, que melhor do que eu vai comandar os trabalhos aqui.

O Deputado Gonzaga Patriota está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Srs. Presidentes, Senador Carlos Bezerra e Deputado Virgílio Guimarães, serei breve nesta intervenção.

Tenho acompanhado aqui o trabalho do eminente Deputado José Pimentel, inclusive quando levantou os problemas que desencadearam o fechamento da SUDENE, por uma fraqueza do Governo. Um mal como a corrupção na SUDAM ou na SUDENE não poderia fechar órgãos tão importantes como aqueles. E tenho acompanhado também o trabalho de José Pi-

mentel no que diz respeito aos problemas do aumento de capital do Banco do Nordeste. No entanto, em nome do Bloco PCdoB/PSB, gostaria de dizer que me associo ao Deputado José Pimentel, ao Partido dos Trabalhadores a muitos outros Parlamentares nessa preocupação.

Por outro lado, estranho quando vejo o Governo dispor-se a ajudar um banco oficial, porque o que o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso tem feito nos últimos anos é encher os cofres dos bancos particulares, é levar por meio do PROER recursos para bancos quebrados. Mas nesta hora em que o Governo quer ajudar o Banco do Nordeste — e nós estamos atentos, e vamos permanecer atentos para que esse aumento de capital possa fortalecer o desenvolvimento da Região Nordeste ou da Região Norte — é que gostaria de dizer que o Bloco PCdoB/PSB reitera seu apoio a esse projeto. E quero dizer aos colegas Deputados que, para a aprovação desse projeto, obviamente as reservas que se fazem aqui, tanto o PT como os demais Parlamentares, são no sentido de que nós fiscalizemos a aplicação desse novo capital aumentado no Banco do Nordeste.

Por isso, Sr. Presidente Virgílio Guimarães, gostaria de dizer a V.Exa. que o Bloco PCdoB/PSB apóia esse projeto, obviamente como está, no relatório, uma vez que não podemos mudá-lo, e ainda pede que V.Exa. abra a pauta de projetos de lei aqui, para que terminemos, se Deus quiser, ainda hoje a votação desses projetos que estão parados exatamente por causa do problema do Banco do Nordeste e do Aeroporto de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem a palavra o próximo orador inscrito, o nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, quero registrar que, se existem no Congresso Nacional partidos que têm compromisso com o desenvolvimento regional, um deles é o Partido dos Trabalhadores. O que nós não podemos aceitar é que, por conta dessa política de desenvolvimento regional, se jogue dinheiro fora. É esse o debate.

O que nós estamos propondo é aprovar integralmente e sem discussão o dinheiro do BASA, de capitalização, e estamos propondo aprovar integralmente o dinheiro de capitalização do BNB, no valor de R$ 2.556.218.000,00, que é o valor solicitado pelo Ministério da Fazenda. O que nós estamos pedindo é apenas que o valor de 1,8 bilhão de reais, parcela que o Banco, quando esteve aqui, anteontem, mostrou que está toda escriturada, libere-se imediatamente, e a parte que o próprio Banco declarou não saber a origem, os 750 milhões e 218 mil, seja lançada no balanço do Banco, para dar transparência ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira. É só isso. Estamos aprovando totalmente.

Não coloquem sob a responsabilidade do PT essa questão, porque não cabe. A discussão toda é: não se quer dar transparência à aplicação dos recursos, e nós não podemos concordar com isso, e acredito que ninguém neste Congresso possa concordar com uma situação dessas.

Portanto, apresentamos a minuta por escrito, e existe um questionamento técnico sobre a parte final a ser assumida pela União. Nós retiramos isso, e ficaria a seguinte redação: R$ 2.556.218.000,00 destinados à participação da União no capital do Banco do Nordeste do Brasil S.A., assegurando-se a liberação imediata de 1,8 bilhão de reais, ficando a liberação da quantia de R$ 752.218.000,00 condicionada à escrituração em balanço das despesas com provisões previstas na legislação bancária, crédito de liquidação duvidosa, pendências trabalhistas e previdenciárias, ponto. Isso resolve a questão técnica que é apresentada.

Com isso aqui, nós votamos por unanimidade, atendemos o que pedem todos os Congressistas e asseguramos ao Congresso Nacional apenas uma coisa: a escrituração dos valores que estão sendo lançados. Apenas isso, e nada mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Peço a palavra apela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de levar à consideração dos companheiros do PT o fato de que essa emenda do Deputado José Pimentel seria perfeitamente válida, não fosse uma única questão. O que acontece? Esses recursos destinam-se ao aumento de capital do Banco do Nordeste. Como é que se vai fazer uma reunião de diretoria no Banco do Nordeste para aumento de capital com recurso bloqueado? Não se vai aumentar o capital do banco. Ele está bloqueado! Da maneira como está a emenda do Deputado, o recurso fica bloqueado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Mas é lógico que fica bloqueado. Ele quer que fique a liberação da quantia de 753 milhões etc. condicionada à escrituração em balanço das despesas com provisão etc.

Que dia é hoje, gente? Isso vai ser votado em plenário na próxima semana. Nós vamos para o final

de dezembro. Então, nós vamos condicionar uma despesa, e vai ser impossível fazer o aumento de capital do banco! E eu não acredito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nobre Deputado João Leão, há oradores inscritos. Se V.Exa. preferir, posso inscrevê-lo. Conclua a questão de ordem, Deputado. Há oradores inscritos e poderei inscrever V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Então peço que me inscreva, meu caro Presidente. Isso muito me honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. A Mesa agradece, e passa imediatamente a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero aqui solidarizar-me com todos aqueles que desejam, naturalmente, a transparência, mas que, acima de tudo, querem que o Banco do Nordeste cumpra o seu papel. E uma das alternativas que se apresenta é essa capitalização que o Governo Federal neste momento oferece ao BASA e ao Banco do Nordeste. Então, creio que, se possível, devemos acatar aquelas emendas que estabeleçam os limites específicos, mas não vamos deixar passar essa oportunidade e deixarmos de aproveitar um momento tão valioso para o Banco do Nordeste e para o Nordeste do Brasil, para as regiões onde o Banco do Nordeste atua, inclusive o Vale do Jequitinhonha e o norte de Minas Gerais, carentes às vezes de um determinado apoio exatamente por problemas menores.

Apelo aqui, em nome do PPB, no sentido de que apoiemos esse projeto e o votemos, ressalvando, naturalmente, aquelas observações e emendas que não vão ferir a viabilidade normal do programa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acho que essa questão do Banco do Nordeste interessa a todos nós dos nove Estados da Região. Esse projeto representa um grande avanço naquilo que todos aqui desejam — principalmente os partidos que fazem objeção a essa aprovação —, que é, evidentemente, capitalizar o Banco para que ele possa vencer os desafios como órgão de desenvolvimento daquela região.

Endosso as palavras dos companheiros, fazendo um apelo ao companheiro José Pimentel, cuidadoso Parlamentar que tem feito da sua vida nesta Casa um verdadeiro sacerdócio na busca da melhor aplicação dos recursos públicos. Estou seguro de que quando ele, na semana passada, solicitou a presença do Presidente do Banco nesta Comissão, na terça-feira passada, já obteve uma satisfação quanto às informações de que precisava; agora, com essa nota técnica vinda do Tesouro Nacional, entendo também que foram reforçadas aquelas posições do Presidente do Banco, e o Deputado José Pimentel haverá de refletir sobre as informações que estão sendo prestadas a ele pelo órgão oficial, seja o Tesouro, seja o Banco, e com isso permita que se vote neste momento o PL nº 28, porque assim haveremos de dar uma contribuição para o desenvolvimento não só da Região Nordeste, mas também da Região Norte, desde que estão apensadas as questões do BASA e do Banco do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Jorge Khoury.

Com a palavra o nobre Deputado João Leão, na ordem de inscrição. (*Pausa*.)

A Mesa acolhe a transferência da sua inscrição para o final da lista.

Com a palavra o nobre Líder Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado João Leão está fazendo uma consulta para ver se chegamos a um entendimento, mas me parece muito claro, Sr. Presidente e nobres companheiros, que essa capitalização do Banco do Nordeste é fundamental para que ele continue cumprindo as suas funções, aliás, bem demonstradas aqui pelo Presidente Byron Queiroz na sua exposição, que evidentemente convenceu todos os Srs. Parlamentares de que se trata de um Banco que atua efetivamente no crédito para o pequeno, e por isso há milhares de operações destinadas a pequenos produtores.

Quanto à emenda proposta pelo Deputado José Pimentel, não podemos concordar com ela. Não há possibilidade de vincularmos essa escrituração do Banco ao recebimento dos recursos. Não haverá essa possibilidade. Não temos como acatar a proposta na forma como o Deputado José Pimentel apresentou. Estamos tentando alguma medida que possa ser aceita pelo Banco e especialmente pelas autoridades financeiras, que não contrarie as normas do Acordo de Basiléia nem as normas do Banco Central e do Sistema Financeiro Nacional.

Portanto, queremos deixar claro aqui que não é possível essa escrituração proposta pelo Deputado José Pimentel. Ele quer uma autorização específica para assumir as referidas obrigações, autorização que não pode ser dada por meio de créditos orçamentários; portanto, isso contraria os preceitos constitucionais e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, teremos que, lamentavelmente — na discussão, agora, estou apenas fornecendo os argumentos pelos quais não podemos aceitar essa emenda —, fazer o encaminhamento contra a emenda do Deputado José Pimentel, e gostaria de pedir aos colegas que ainda tenham alguma dúvida sobre a impossibilidade que considerem nossos argumentos. Não que não tenhamos boa vontade; pelo contrário, Sr. Presidente, ontem estávamos discutindo o projeto, o Deputado José Pimentel apresentou sua emenda, e fizemos à Secretaria do Tesouro Nacional uma consulta sobre a possibilidade de atendê-la, e atenderíamos com a maior tranqüilidade, se fosse possível, mas não é; tecnicamente não temos como atender a emenda.

Então, oportunamente, encaminharemos o voto pela aprovação do projeto, contra a emenda do Deputado José Pimentel, durante o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Benito Gama.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive oportunidade de, nesta semana, ouvir aqui o depoimento do Presidente Byron Queiroz, do Banco do Nordeste. Para nós, que somos da região, ele evidentemente não trouxe muita novidade, mas teve a oportunidade de mostrar aqui, nesta Casa, que o Banco do Nordeste, hoje, é o maior instrumento da economia nordestina.

E quando se discute na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e no Congresso Nacional o aporte de recursos para o Banco do Nordeste para capitalizá-lo e, portanto, para que possa exercer sua função como agente de desenvolvimento, fico realmente muito preocupado quando ouço vozes discordantes — não talvez quanto ao mérito, mas quanto à forma —, sobretudo porque para o Nordeste conseguir recursos, há essa dificuldade; nunca a área econômica do Governo teve disposição de alocar recursos para o Nordeste com tanta facilidade como estamos vendo agora com o Banco Nordeste. Em um momento em que a SUDENE passa por um processo de transição, de reestruturação, o Banco do Nordeste está preenchendo uma lacuna fantástica nessa questão de geração de emprego e renda, sobretudo para os pequenos e microprodutores, especialmente na área rural, onde a economia nordestina é extremamente fragilizada.

O Deputado José Pimentel tem feito suas considerações no sentido de transparência, que é o objetivo do PMDB, do nosso partido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Um momento, Deputado. Pediria uma atenção maior para o que diz o orador; inclusive, àqueles que estão participando de reuniões podem fazê-las nos corredores laterais, porque precisamos ouvir o Deputado Benito Gama, que esteve aqui, que viu e entende do Banco do Nordeste, a quem devolvo a palavra.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há um orador usando a palavra. Na seqüência, V.Exa. poderá falar.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a transparência, não somente no Banco do Nordeste, mas na aplicação dos recursos públicos, é o objetivo desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de todo o Congresso Nacional. A escrituração a que o Deputado José Pimentel se refere, ao balanço do Banco, sofre, inclusive, restrições, do ponto de vista não só da área de gestão, mas sobretudo da área do Banco Central, das regras internacionais e nacionais, principalmente das regras internacionais e do Acordo de Basiléia, do qual o Brasil é membro, de mostrar com transparência a situação e a posição financeira patrimonial e administrativa de instituições financeiras.

Por isso, faço um apelo ao Deputado José Pimentel no sentido de que possamos votar e aprovar a capitalização do Banco do Nordeste e, logo após, com outros instrumentos de fiscalização, de acompanhamento e de transparência buscarmos realmente o que o Deputado José Pimentel está buscando, que é o que todos estamos querendo.

Sobretudo para os Deputados da bancada nordestina, de todos os partidos, considero que é um imperativo a aprovação do aumento de capital e a capitalização do Banco do Nordeste. Na reforma agrária que este País está fazendo, o Ministro Raul Jungmann, que é o grande responsável por tudo isso, é do Nordeste, tem realmente utilizado o Banco como principal instrumento naquela região. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante e, volto a dizer, imperativo, que se vote o projeto de capitaliza-

ção do Banco do Nordeste. O Deputado José Pimentel terá todo o nosso apoio, na transparência, na fiscalização e no acompanhamento, seja na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ou na Comissão de Finanças e Tributação.

Era esse o depoimento e o apelo que eu gostaria de fazer neste momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, já há um entendimento. Felizmente, todos concordaram que pode haver uma emenda que atenda a todos e ao Banco do Nordeste, o que é importante. Portanto, peço a V.Exa. para apressar o processo, porque vai começar a ordem do dia. Pedi a opinião do Deputado José Pimentel, que tem sido um defensor da moralidade pública e atuante permanentemente nesta Casa. Neste caso, com o entendimento que ele teve, reconheceu o grande trabalho que o Banco do Nordeste faz, e é necessária também a transparência que ele pede. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra, finalmente, o nobre Senador Nabor Júnior, com as devidas escusas, mas já havia um pedido anterior. Com a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Serei bastante breve na minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Antes de V.Exa. usar a palavra, quero insistir ao Plenário que dê atenção ao orador, pois o assunto é polêmico.

Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 28, de 2001, contempla não só o Banco do Nordeste, com o montante de 2 bilhões e 556 milhões para o aumento de capital, mas também o Banco da Amazônia, que não foi mencionado aqui. Eu gostaria de enfatizar esse aspecto. O Banco da Amazônia também é contemplado nesse projeto com a verba de 1 bilhão e 86 milhões, para o aumento de capital daquele estabelecimento de crédito que tão assinalado serviço presta à Região Norte do País.

Digo mais: o Banco da Amazônia é o principal indutor do desenvolvimento da Região Norte, porque tem agências em quase todos os Municípios da Amazônia Ocidental e Oriental e, inclusive, é o agente financeiro do FNO na Região.

Esse projeto, portanto, não beneficia apenas o Banco do Nordeste, mas também o Banco da Amazônia, que está necessitando realmente desse recurso para aumentar o seu capital e prestar assistência mais efetiva aos seus clientes e a todos aqueles que precisam de crédito na Região, para a agricultura, para pequenas indústrias, etc.

Faço um apelo aos membros da Comissão para que aprovem esse projeto que visa aumentar o capital do Banco do Nordeste e também do Banco da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Senador Nabor Júnior.

Passo a palavra ao nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, o Banco do Nordeste não é um simples estabelecimento bancário. Na verdade, é a consciência de uma região que anseia transpor as barreiras do subdesenvolvimento. O Banco do Nordeste tem uma característica, através dos seus técnicos, de universidade regional. Ele está muito acima da concepção básica de um estabelecimento de crédito. Ele é a força motriz dos melhores valores nordestinos. Por isso sinto-me perfeitamente à vontade para defender neste instante o maior volume de recursos possível para esse banco. Conforme tive oportunidade de definir neste momento, ele ultrapassa em muito os seus limites de uma orientação bancária.

O Nordeste já foi vítima de restrição bastante profunda, através da SUDENE, que era um órgão coordenador de todo o desenvolvimento regional. Foi uma conquista política daquela região e transformou-se em mera agência, como se fosse uma simples repartição pública.

O Banco do Nordeste não pode ser diminuído na sua concepção e nos seus conceitos maiores. Esse raciocínio que defendo para o Banco do Nordeste o estendo para o BASA, porque a orientação foi a mesma. Tanto que o BASA é a extensão de uma idéia que foi montada no Nordeste e depois foi levada para a Amazônia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses dois estabelecimentos de crédito não podem ser confundidos com meros estabelecimentos bancários. Eles representam um simbolismo muito forte. Qualquer restrição que venham a sofrer, são restrições ao

Nordeste e à Amazônia na sua globalidade, no seu conjunto, na sua amplitude.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não concordamos com restrições de recursos para o Banco do Nordeste e para o BASA. Eles simbolizam o que o Nordeste e a Amazônia aspiram de melhor dentro dos interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito temos dito que estaríamos aqui representando o PDT e o PPS, de igual forma. Ontem, em conversa que tivemos com membros do PSB, e o PT também já se manifestou, decidimos que iremos obstruir a votação. Vamos discutir todos os PLs. A obstrução se dará em razão de causa mais justa e nobre que se tem neste País: a busca de uma distribuição de renda que possa chegar ao cidadão mais humilde, através do salário mínimo. Essa é a forma mais justa de distribuição de renda que um país pode fazer, com a dimensão que temos, com a miséria e com a pobreza que enfrentamos, com as dificuldades de sobrevivência do cidadão aposentado, que recebe um salário de 180 reais, que, às vezes, não dá para comprar um remédio para sobreviver.

Temos obrigação, como cidadãos, de votar. Seria necessário que o bom senso prevalecesse na cabeça de tecnocratas que não saem dos gabinetes e que não conhecem o interior do Brasil. Saem apenas para Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Washington e Nova Iorque. Não conhecem o interior do Brasil e o quanto é importante 10 reais a mais na mão de um aposentado.

Diante de nossa dimensão continental, do Oiapoque ao Chuí, esses 10 reais fazem milagre, salva vidas, melhora a saúde e a qualidade de vida do cidadão, dá o mínimo de dignidade a mais para comer um dia a mais em sua vida.

Apelo para os companheiros que entendam a posição dos nossos partidos de Oposição. Sei perfeitamente que os partidos de Situação já fizeram seus esforços, chegaram a 200 reais. Queremos 250 reais, que seria o mínimo para neste País serem gerados empregos, renda e melhor qualidade de vida para o cidadão brasileiro.

Nós, do PDT, estaremos em permanente obstrução. Nesta matéria, embora seja meritória e extremamente importante para a Região Norte e Nordeste, queremos vê-la aprovada, sem dúvida nenhuma, porque também trará benefícios aos produtores rurais da nossa Amazônia, da Região Norte como um todo e particularmente do Nordeste. Mas não podemos abrir mão do salário mínimo que seja minimamente compatível com a condição de o cidadão poder sobreviver — não é ampliar espaços e agregar valores, mas sobreviver minimamente.

As Prefeituras, com certeza, como a de Pelotas, vão ter condições também de pagar melhor os seus trabalhadores. Os Estados igualmente vão ter que ampliar o pagamento dos seus servidores, seus aposentados, e vamos ter melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Sr. Presidente, o PDT vai ficar em obstrução, vai votar "sim" à matéria, mas antes vai pedir verificação de votação. O PDT e o PPS estão em obstrução. A posição do PT será anunciada por V.Exa. Estamos em obstrução para obrigar o Governo a sentar à mesa e ter um momento de luz, no sentido de buscarmos esse salário tão desejado por milhares de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

No momento, na Liderança do PT de plenário está o nobre Deputado Carlito Merss, que vai encaminhar as posições do PT, na medida em que o Líder efetivo se encontra na Presidência.

Encerrada a lista de inscrições.

Havia um pedido do Deputado Félix Mendonça.

O Deputado José Pimentel pede para aguardar

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL - Sr. Presidente, quero salientar que o PPS, como já salientou o Deputado Giovanni Queiroz, permanece em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, estamos fazendo a redação final de um parágrafo. Durante audiência pública realizada com o Presidente do BNB, foram esclarecidas todas as aplicações, a forma como o Banco vem trabalhando. Naquela oportunidade observou-se que a maioria dos Parlamentares da Região têm a visão da necessidade de capital para o BNB, assim como também para o BASA. Dado esse consenso, poderíamos votar esta matéria, até porque outros créditos suplementares estão na pauta e precisamos agilizar esta votação. A questão não é só do BNB, mas do BASA também. É de fundamental importância para as duas

Regiões, a fim de que possamos levar à frente todos os projetos que são realizados no Norte e no Nordeste. Acredito que com a sensibilidade dos Deputados do PT, principalmente do Deputado Pimentel, fará com que assimilem a necessidade de levarmos essa matéria à frente, a fim de que esta Comissão reconheça o trabalho dos dois bancos.

Outras matérias são de grande importância para o Nordeste, como algumas suplementações que estão na pauta. Cito a questão do Castanhão, no Estado do Ceará. Acredito que poderemos, no final da elaboração do Orçamento de 2001, avançar no tocante a esses créditos suplementares.

Vamos reivindicar também que outras matérias sejam apreciadas, como a relativa à suplementação de recursos para manutenção dos trens urbanos, da CBTU. Esse PL ainda não está em pauta, mas solicito que já seja anotado, para que possamos pedir prioridade a essa matéria.

Acredito que não só o Presidente desta Comissão, como também os demais membros irão se sensibilizar com a necessidade de suplementação de recursos.

Solicito à Secretária Myrna que verifique o PL em que consta a suplementação do Ministério dos Transportes, no tocante ao custeio da CBTU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Respondo, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pedimos prioridade para incluir na pauta, em consenso com o Presidente, os recursos para o custeio da CBTU e do Ministério dos Transportes. Várias regiões poderão ser penalizadas, caso não haja a votação da suplementação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Solicito ao Deputado que prepare um requerimento de inversão da pauta e inclusão do PL nº 43 imediatamente na ordem de votação.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há oradores inscritos. Vou suspender a reunião por três minutos, pois a redação do substitutivo está em curso, Deputado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, a postura do nosso nobre colega José Pimentel — Deputado com quem tenho o prazer e a honra de conviver na Comissão de Finanças e Tributação, onde demonstra seriedade e exige transparência — faz com que tantas lideranças regionais hoje busquem um texto de consenso. Isso demonstra a preocupação do PT com o desenvolvimento regional; sempre tivemos a posição de que é fundamental, para um Governo que se preocupa com o desenvolvimento, ter, sim, bancos, entidades sérias para fomentá-lo.

O Deputado posicionou-se com muita clareza em sua emenda original, e agora estamos tentando chegar a um texto consensual. Fundamentalmente, S.Exa. exige transparência, e demonstra isso no seu texto original, ao dizer que o Orçamento Fiscal da União abre um crédito especial. Porém, a liberação da quantia de R$ 756.218.000,00 ficaria condicionada à escrituração em balanço das despesas com provisões previstas na legislação bancária, crédito de liquidação duvidosa, pendências trabalhistas e previdenciárias. Afinal de contas, e isso vai ser assumido pela União, o Deputado nada mais faz do que exercer sua função, talvez fundamental hoje, de fiscalização.

Entendemos que um banco com essa abrangência precisa ser transparente, sim. Entendemos a preocupação dos Deputados da Região quando dos grandes escândalos acontecidos com a SUDAM e com a SUDENE — infelizmente, a maioria daquelas dúvidas foram confirmadas depois em grandes escândalos — e a preocupação do nosso querido Deputado com essa transparência.

É estranho e triste ver que a legislação bancária, principalmente o Acordo de Basiléia, exige algumas prestações de contas padrões; em alguns casos, procura inclusive esconder problemas que esses bancos têm.

Esperamos, sim, que possamos ter chegado a um acordo, a um texto definitivo. Em momento algum temos restrições ao desenvolvimento regional. Porém, a preocupação do Deputado José Pimentel é clara, muito tranqüila e transparente: que possamos ter esse acordo, mas que esta Casa, principalmente esta Comissão, tenha as explicações necessárias sobre um valor tão alto que está sendo assumido pela União e, em última análise, pela população. A preocupação é também no sentido de que não se permitam mais administrações fraudulentas, inconseqüentes e, principalmente, sem transparência.

Sr. Presidente, é o desejo do Partido dos Trabalhadores que esse acordo de texto seja o melhor para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, Deputado Virgílio Guimarães, na verdade, quando fiz a questão de ordem, já me pronunciei. Todos sabem a minha posição em favor do Banco do Nordeste e também desse acordo, com o qual fiquei muito satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Temos mais um orador inscrito, Deputado Anivaldo Vale.

O BASA encontra-se também em votação.

V.Exa. está com palavra. Estamos redigindo ainda o acordo, Deputado Anivaldo, e V.Exa., como defensor da Amazônia, com certeza trará instrumentos e argumentos sobre a sua luta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado, Presidente.

Fico verdadeiramente gratificado com o espírito público dos Parlamentares que participaram dessa negociação que trouxe uma redação que contempla o desejo do nobre Deputado e colega Pimentel e que satisfaz também o interesse do Governo.

Após a capitalização, o BNB vai informar à Comissão Mista de Orçamento o resultado dessas operações. Satifaz-me a vigilância que mantém, com muita eficiência, o Deputado Pimentel e que atende também aos interesses governamentais.

Sr. Presidente, apelo então para V.Exa. que coloque o projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado. A Presidência agradece a V.Exa. pelo uso da palavra, que possibilitou o tempo suficiente para concluir a redação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Atende, Sr. Presidente, aos interesses do povo. O PT junta-se ao PPB, ao PSDB, ao PFL, ao PCdoB, ao PDT para atender aos interesses do povo.

Agora, para o nordestino, é sempre difícil sair um dinheirinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria também agradecer antecipadamente ao Deputado Giovanni Queiroz o espírito público, pois que S.Exa. tinha a disposição de manter em obstrução a votação e, compreendendo esse esforço de entendimento, inclusive com a participação de S.Exa., que abre mão para a votação do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Relator, Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, há uma emenda proposta que quero acrescentar ao parecer apresentado, rejeitando, portanto, a emenda anterior, do Deputado José Pimentel, e acrescentando emenda nova, nos seguintes termos:

"Acrescente-se ao art. 1º, parágrafo único, a seguinte redação:

Parágrafo único. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. informará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o resultado da operação de capitalização realizada".

De modo que incluo ao parecer esse dispositivo, votando, portanto, pela aprovação, com esse adendo.

Sr. Presidente, isso atende aos propósitos do Deputado José Pimentel de manter maior vigilância e controle sobre as finanças do Banco e permite a aprovação tão desejada e necessária para a garantia da saúde financeira daquela instituição e do Banco da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Sr. Relator.

Encerrada a discussão e o parecer.

Numa liberalidade da Mesa, concedo a palavra ao nobre Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, quero registrar que essa redação é resultante de amplo entendimento desta Comissão, que, na nossa avaliação, resguarda as informações de que o Congresso Nacional necessita e ao mesmo tempo permite a capitalização do Banco.

Quero registrar que temos uma série de investigações sobre a gestão do Sr. Byron Queiroz, num total de dez auditorias em tramitação no Tribunal de Contas da União. Dessas dez auditorias, essa gestão já foi condenada em três. Temos uma ação popular que corre em segredo de Justiça, na Justiça Federal de Brasília, em que traz uma série de outros fatos; temos um mandado de segurança tramitando no Rio de Janeiro, que obriga a republicação do balanço de julho de 2001 por ser fraudado, e há uma fiscalização consolidada do Banco Central que traz inúmeras irregularidades.

Se fôssemos cumprir os termos da resolução desta Comissão que não se pode liberar recursos para empresas e gestões que apresentam irregularidades, não poderíamos tomar essas medidas. No en-

tanto, tendo a necessidade de capitalizar o Banco, já que a instituição não pode ser responsabilizada por gestões temerárias ou que coloquem em dificuldade a instituição, o Partido dos Trabalhadores aquiesce nesta redação e vamos votar favoravelmente por entender que é fundamental a capitalização do BNB e do BASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado José Pimentel.

Encerradas as discussões, colocarei em votação, inicialmente, o projeto.

Deputado José Pimentel, pelo que entendi, o destaque de V.Exa. está retirado em favor da aprovação do relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Votaremos o relatório do Deputado João Almeida, que significa a aprovação do projeto com a emenda lida pelo Relator.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Deputado João Almeida.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

Há requerimento sobre a Mesa.

Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do PL 43, de 2001, na Ordem do Dia da reunião ordinária desta Comissão.

Sala de Comissões, 13/12/2001

Assina: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, em função da posição política do nosso partido e apoiamento dos colegas do Partido dos Trabalhadores e do colega do PPS , peço verificação de votação nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. tem apoiamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Tenho apoiamento do Partido dos Trabalhadores, PCdoB, PPS e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há número. Vamos à verificação.

Deputado Giovanni Queiroz, fui informado de que o Senado se encontra no período da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. deve encerrar a sessão e reabri-la, convocando-a para daqui a 24 horas. É o que dita o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. tem razão; a Mesa vai analisar. Antes, ouviremos o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, não podemos encerrar a sessão em processo de votação. Acho que poderíamos suspender a sessão e retomar a votação na reabertura, atendendo inclusive ao pedido de verificação do ilustre Deputado, embasado no Regimento. Encerrar a sessão implica grande prejuízo. Ademais, estamos em processo de votação e com problema regimental, pois que não se encerra sessão em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nobre Deputado, a votação seria irregular. Uma vez informada de ofício de que havia iniciado a Ordem do Dia no Senado, a Mesa poderia anular a votação feita inadvertidamente por não ter ainda conhecimento do início desse período.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Mas V.Exa. só pode atuar sobre fato consumado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - V.Exa. pronunciou o resultado da votação e depois tomou conhecimento de que se iniciara a Ordem do Dia no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A votação seria nula. Posso, inclusive, pedir para verificar se o Senado está de fato no período da Ordem do Dia. Peço à Assessoria que ligue ao Senado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Como há pedido de verificação, podemos retomar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Giovanni Queiroz, há requerimentos sobre a Mesa, sendo um relativo à questão do custeio da CBTU.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não vou discutir o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É apenas para informar V.Exa. E o outro é sobre educação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Os dois são meritórios. Não quero discutir mérito. Discuto procedimento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Quando o Senado está no período da Ordem do Dia, encerra-se a sessão e convoca-se outra. Esse é o procedimento regimental e gostaria que V.Exa. aplicasse o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há acordo. Existe praxe parlamentar, que faz parte dos nossos procedimentos, de que havendo acordo podemos suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, insisto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Regimentalmente, não é permitido encerrar-se qualquer sessão em processo de votação. O natural é prorrogar-se a sessão para que o processo de votação se realize. V.Exa. pode compulsar qualquer dos Regimentos — o da Câmara, o do Senado e o Regimento Comum — e verificará que isso não pode acontecer, uma vez iniciado o processo de votação.

De modo que estamos num impasse. Devemos impedir que a votação se realize, porque ela pode ser considerada inválida? Mas V.Exa. já pronunciou o resultado. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou verificação de **quorum**. O mais sensato é suspender a reunião e retomá-la com a verificação de **quorum** pedida pelo Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado João Almeida, é questão de entendimento, mas podemos verificar. O meu entendimento é: ao tomar conhecimento de ofício do início da Ordem do Dia, poderia o Presidente declarar a nulidade e retirar a votação feita. Caberia sua anulação pelo Presidente da Casa, já que está havendo a Ordem do Dia. Não é um entendimento pacífico.

A Presidência da Comissão em exercício realizou a votação por não ter a informação de que a Ordem do Dia já se havia iniciado no Senado Federal, mas está disposta a retirá-la por nula de pleno direito, pela razão já exposta.

Parece-me, no que se refere a esse fato, pelo que me informa a Assessoria da Mesa, que um entendimento já está incorporado na praxe da Comissão, de que a nulidade é declarada **a posteriori**.

Eu teria outro entendimento, mas para não usurpar do Presidente da Comissão — a quem cabe resolver essas questões de ordem de forma definitiva — o direito de desfazer a votação ocorrida, acolho um pedido que é regimental também. Caso alguém insista, faço a chamada, apesar de não haver número. A menos que alguém insista na verificação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, encerre a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ontem, no plenário, o Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, e posteriormente o Líder do PT, Deputado Walter Pinheiro, anunciaram que estariam em obstrução nesta Comissão e que, às 14h, nós, os Líderes, iríamos nos reunir para verificar o cumprimento de determinadas exigências feitas pela Oposição, especialmente quanto à entrega do projeto que se refere à greve da Saúde e também quanto à renegociação das dívidas agrícolas dos pequenos produtores rurais.

Como ontem já havia sido anunciado que a Comissão estaria em obstrução até 14h e que só posteriormente se tomaria uma decisão sobre a deliberação nesta Comissão, proponho que consideremos que tivemos uma sessão produtiva — produzimos um acordo sobre a questão do Banco do Nordeste.

A deliberação da verificação terá que ser sobre matéria em votação na Comissão, mas esta sessão está acontecendo paralelamente à Ordem do Dia. E é praxe suspender as reuniões das Comissões durante esta fase da sessão. Portanto, não podemos votar e, se não podemos votar, não podemos verificar.

Em consideração à palavra dada no plenário pelos Líderes Miro Teixeira e Walter Pinheiro, seria sensato que nós transferíssemos esta reunião para 15h e se houver o entendimento das Lideranças na reunião, convocada por iniciativa da Oposição, prosseguiremos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, deixe-me fazer uma ponderação. Esta sessão não deveria estar acontecendo. Foi o que acordamos ontem à noite. E esta não é uma posição apenas no PDT e do PT. É a posição do PDT, PPS,

PSB e também em defesa de um salário mínimo mais decente.

Ficou acertado que um salário mínimo de 200 reais estaria bom demais, o que não é verdade. Tenho certeza de que a maioria dos Deputados concordam que este é um salário de miséria. Se perguntado, ficará claro que todos querem um salário mínimo de 250 reais, assim como nós. Neste caso, para haver um acordo, regimentalmente teríamos que encerrar a sessão e convocá-la, por escrito, com um prazo mínimo de antecedência de 24 horas.

Não estou aqui obstruindo os trabalhos com vistas a prejudicar seu andamento. Vou aceitar a ponderação, atendendo os companheiros que aqui estão. E se V.Exa. decidir pela suspensão da sessão até que haja negociação por parte do Governo e da Oposição.

Mantenho o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputados, o entendimento deste Presidente já foi anunciado antes. Sei que há polêmica, mas meu entendimento é que, uma vez verificado que a votação foi realizada num momento inadequado, quem preside a reunião pode, de ofício, anulá-la. Esse é meu entendimento. Uma vez que a votação que fiz está anulada, não é possível a verificação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sim, então anule e suspenda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há controvérsias sobre esse meu entendimento, sei que há, que a anulação seria do Presidente da Casa, mas meu entendimento é esse. E eu já havia anunciado antes; não se trata, portanto, de um entendimento a propósito desse ou daquele resultado. Portanto, está anulada a votação que fiz inadvertidamente, por não saber que havia Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Está suspensa, portanto, a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - E havendo concordância dos Líderes, está suspensa esta reunião, para ser reinstalada às 15h de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, tendo em vista que é notória a falta de **quorum**, solicito a V.Exa. que encerre a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é notória a falta de **quorum**, mas decido, preliminarmente, encerrar a presente reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, na posição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Miro Teixeira, já encerrei a reunião.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – V.Exa. está falando sobre o quê, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Encerrei a reunião e convoquei a próxima para terça-feira, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Mas V.Exa. está falando ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, eu apenas não havia comunicado a decisão.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Então, Sr. Presidente, na terça-feira, vamos solicitar à Comissão que cumpra o rito regimental de verificar o número necessário de assinaturas no livro que corresponda ao **quorum** para a abertura dos trabalhos e que V.Exa. também resolva uma pequena questão: o Congresso Nacional já estará de recesso na terça-feira. Como se realizará a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está encerrada a reunião.

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 19 de dezembro de 2001.

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu titular, Senador CARLOS BEZERRA, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29/2001. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Almeida, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos,

Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Paulo Hartung, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; **- Deputados suplentes:** Alceste Almeida, Aracely de Paula, Ariston Correia Andrade, Átila Lins, Carlos Batata, Carlos Nader, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Enivaldo Ribeiro, Fátima Pelaes, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Gastão Vieira, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Robério Araújo, Sérgio Barcellos, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; - **Senadores suplentes:** Antonio Carlos Júnior, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, Paulo Souto, Ricardo Santos, Robinson Viana, e Romeu Tuma; - **Deputados não membros**: Clovis Ilgenfritz e Roberto Pessoa. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Basílio Villani, Danilo de Castro, Helenildo Ribeiro, João Caldas, João Coser, João Pizzolatti, José Chaves, Mussa Demes, Orlando Desconsi e Sampaio Dória; - **Senadores titulares**: Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Gilvam Borges e Pedro Ubirajara. **ABERTURA:** Em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente suspendeu a reunião, às dez horas e vinte e seis minutos, conforme o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*. Às quinze horas e um minuto do mesmo dia, o Presidente declarou iniciados os trabalhos, comunicando que não passaria à apreciação das Atas em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum*. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: **I)** Correspondência interna recebida: - Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, deferido pela Presidência:. Ofício 133, do Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, justificando sua ausência nos dias 06 e 13/11 e em 11/12/2001, tendo em vista o atendimento a compromissos externos. **II)** Correspondência externa recebida: Avisos/SGS remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: **1)** 6.562, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.056/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção de ponte no corredor São Francisco/BR-030, na Bahia. **2)** 6.563, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.058/2001, sobre auditoria realizada no Programa de Recuperação e Melhoramento das Instalações do Porto de Itaqui, no Maranhão. **3)** 6.564, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.057/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum na Baixada Ocidental Maranhense – Projeto Salangô. **4)** 6.566, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.055/2001, sobre auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-280, em Santa Catarina, no Trecho entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul. **5)** 6.567, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.054/2001, sobre auditoria referente à construção do Açude Tingüis, em Piracuruca, no Piauí. **6)** 6.570, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.069/2001, sobre irregularidades em procedimento licitatório durante a realização dos trabalhos do levantamento de auditoria em obras públicas junto ao DNER de Roraima. **7)** 6.582, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.071/2001, sobre representação formulada contra possíveis irregularidades em concorrência realizada pela CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo. **8)** 6.615, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.088/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste/BR-342/ES – Entroncamento da BR-101-Divisa ES/MG. **9)** 6.616, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.092/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção da Barragem Poço do Marruá e adutoras, em Patos, no Piauí, sob execução da COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí. **10)** 6.618, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.093/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção da Barragem Algodões II, em Curimatá, no Piauí, sob execução da COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí. **11)** 6.620, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.089/2001, sobre auditoria em obras públicas, realizada na Superintendência do

Porto de Itajaí, em Santa Catarina. **12)** 6.624, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.090/2001, sobre auditoria realizada na obra de adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232-Trecho Recife-Caruaru, em Pernambuco. **13)** 6.627, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.101/2001, sobre Representação formulada pelo Ministério Público sobre possíveis irregularidades no processo de venda do prédio em que seria instalado o Fórum Trabalhista da Cidade de São Paulo. **14)** 6.637, de 12 de dezembro, encaminhando cópia do Acórdão nº 317/2001, sobre auditoria realizada nas obras de melhoramento e pavimentação da rodovia BR-135/MA, no trecho Colinas – Orozimbo. **15)** 6.642, de 12 de dezembro, encaminhando cópia do Acórdão nº 318/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais em Mato Grosso do Sul. Encerrada a leitura do expediente e não tendo sido atingido o *quorum* para deliberação, o Presidente propôs que fosse dado início aos debates. O Deputado Virgílio Guimarães questionou acerca do destaque 14, de sua autoria, apresentado ao Relatório referente à Área I – Poderes do Estado e Representação. O Presidente comunicou que o destaque havia sido apreciado. **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 29. Item 01 - **Projeto de Lei nº 38/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R$ 10.034.000,00 (dez milhões, trinta e quatro mil reais), para reforço de dotação constante do orçamento vigente". Relatora: Deputada Lúcia Vânia. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. A relatora fez a apresentação do Relatório. Ao anunciar o início dos debates, o Presidente comunicou que o *quorum* na representação do Senado Federal havia sido atingido. O Deputado Gilmar Machado discutiu a matéria. O Presidente informou o início da votação. Ao anunciar o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação da votação, com apoiamento dos Deputados Gonzaga Patriota, Gilmar Machado, Pedro Celso, Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda e João Grandão, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Deputado Giovanni Queiroz explicou seu posicionamento de obstrução, tendo em vista a inexistência de acordo quanto ao reajuste do valor do salário mínimo para 2002. O Senador Nabor Júnior foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questão de ordem, indagando acerca da obrigatoriedade da votação pelos parlamentares apoiadores do pedido de verificação. O Presidente informou a inexistência da obrigatoriedade. Em seguida, os Deputados Sérgio Miranda, pelo Bloco PcdoB/PSB, e Virgílio Guimarães, pelo PT, anunciaram posicionamento de obstrução. Às quinze horas e trinta e dois minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, reassumindo-a às quinze horas e quarenta e três minutos do mesmo dia. Encerrada a chamada nominal dos Senhores Deputados, às quinze horas e cinqüenta e dois minutos, o Presidente proclamou o resultado da votação: total de votos SIM – 41. Não houve registro de votos NÃO, nem de abstenções. Número total de votantes: 41. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, tendo sido o Relatório ao Projeto de Lei nº 38/2001-CN **aprovado** por unanimidade naquela Casa. Continuando, passou à votação da matéria na representação do Senado Federal. Nesse momento, o Senador Tião Viana pediu verificação de votação na representação daquela Casa, que foi indeferido pelo Presidente, conforme o estabelecido na *alínea "b" da Conclusão constante no Parecer nº 134, de 1994, da Comissão de Constituição e Justiça* daquela Casa. O Deputado Virgílio Guimarães discutiu o assunto, mencionando a tramitação de recurso contra a decisão do Presidente do Senado Federal, que foi apoiada no respectivo Parecer, não tendo sido ainda apreciado. Item 02: **Projeto de Lei nº 39/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 20.542.003,00 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e três reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Gilmar Machado. Foram apresentadas 03 emendas ao Projeto. Voto: favorável nos termos propostos no Projeto. O Relatório foi apresentado pelo relator. Às dezesseis horas e quinze minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos em virtude do início da ordem do dia no Plenário do Senado Federal. Às dezoito horas e vinte e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou o encerramento dos trabalhos em virtude da inexistência de número regimental no recinto. Os Deputados João Almeida e José Priante discutiram o assunto. O Presidente informou que havia número regimental no Livro de Presença. Em seguida, foi retomada a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 39/2001-CN. Iniciados os debates, os Deputados Giovanni Queiroz e

José Carlos Aleluia discutiram a matéria. O Deputado Sérgio Miranda anunciou sua posição de obstrução. O Presidente anunciou a votação na representação da Câmara dos Deputados, RESSALVADOS os destaques. Ao proclamar o resultado, o Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação da votação. O Presidente indeferiu o pedido por não atender ao disposto no *§ 3º do art. 45 do Regimento Comum.* O Presidente informou que o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do destaque 1, do Deputado Giovanni Queiroz, à emenda 01. O relator manifestou parecer contrário. Os Deputados Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz, José Carlos Aleluia, Airton Cascavel, Eujácio Simões e Carlito Merss posicionaram-se contrariamente. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, contra o voto do Deputado Pedro Chaves. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A Deputada Laura Carneiro apresentou requerimento para inversão de apreciação dos itens da pauta, retirando-o em seguida. Às dezoito horas e cinqüenta e oito minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. Item 03 - **Projeto de Lei nº 40/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.786.495,00 (um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento". Relator: Deputado José Carlos Elias. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O relator fez a apresentação do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Em seguida, anunciou a votação na representação do Senado Federal. Ao proclamar o resultado da votação, o Senador Welington Roberto pediu verificação de votação, com apoiamento do Senador Tião Viana, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Deputado Pedro Novais foi designado para fazer a chamada nominal dos Senhores Senadores. O Senador Tião Viana comunicou a posição de obstrução do Partido dos Trabalhadores na representação do Senado Federal. Encerrada a chamada, às dezenove horas e sete minutos, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal: total de votos SIM – 01. Não houve registro de votos NÃO e de ABSTENÇÃO. Número total de votantes: 01. O Presidente anunciou a inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. O Deputado Giovanni Queiroz ressaltou a necessidade da convocação para a reunião seguinte estar em acordo com o estabelecido no *art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, obtendo acolhimento do Presidente. **ENCERRAMENTO:** O Presidente em exercício encerrou os trabalhos, às dezenove horas e doze minutos do dia dezenove de dezembro, antes convocando os membros para a 4ª Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia vinte dezembro, às 19 horas. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não havendo número regimental para abertura da presente sessão, esta Presidência a transfere para as 14h30min.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 3ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das seguintes pautas:

Pauta nº 29/2001: relatórios apresentados a todos os projetos de lei de créditos adicionais que tramitam na Comissão;

Pauta nº 30/2001: relatórios apresentados sobre a execução orçamentária de subtítulos e requerimentos remanescentes de pautas anteriores;

Pauta nº 31/2001: alteração de decisões quanto a destaques aprovados no Relatório Setorial da Área Temática I — Poderes do Estado e Representação, e errata apresentada ao Relatório Setorial da Área Temática IX — Integração Nacional e Meio Ambiente.

Pauta nº 32/2001: apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2001-CN — Proposta Orçamentária para 2002.

As atas ainda não poderão ser apreciadas porque não há **quorum** no Senado da República.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

A Pauta nº 29 refere-se a requerimento para que todos os créditos sejam apresentados diretamente no Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não. Ao contrário, digníssimo Deputado Gilmar Machado, propõe-se que todos os créditos sejam votados pela Comissão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Expediente.

I) Correspondência interna recebida:

– Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, deferido pela Presidência:

1) Ofício nº 133, do Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, justificando sua ausência nos dias 6 e 13 de novembro e em 11 e 12 de dezembro de 2001, tendo em vista o atendimento a compromissos externos.

II) Correspondência externa recebida:

– Avisos/SGS remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) 6.562, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.056/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção de ponte no Corredor São Francisco/BR-030, na Bahia.

2) 6.563, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.058/2001, sobre auditoria realizada no Programa de Recuperação e Melhoramento das Instalações do Porto de Itaqui, no Maranhão.

3) 6.564, de 11 de dezembro, encaminhado cópia da Decisão nº 1.057/2001, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum na Baixada Ocidental Maranhense — Projeto Salangô.

4) 6.566, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.055/2001, sobre auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-280, em Santa Catarina, no trecho entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul.

5) 6.567, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.054/2001, sobre auditoria referente à construção do Açude Tingüis, em Piracuruca, no Piauí.

6) 6.570, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.069/2001, sobre irregularidades em procedimento licitatório durante a realização dos trabalhos do levantamento de auditoria em obras públicas junto ao DNER de Roraima.

7) 6.582, de 11 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.071/2001, sobre representação formulada contra possíveis irregularidades em concorrência realizada pela CODESA — Companhia Docas do Espírito Santo.

8) 6.615, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.088/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste/BR-342/ES — Entroncamento da BR-101 — Divisa ES/MG.

9) 6.616, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.092/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção da Barragem do Poço do Marruá e adutoras, em Patos, no Piauí, sob execução da COMDEPI — Companhia de Desenvolvimento do Piauí.

10) 6.618, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.093/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção da Barragem Algodões II, em Curimatã, no Piauí, sob execução da COMDEPI — Companhia de Desenvolvimento do Piauí.

11) 6.620, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.089/2001, sobre auditoria em obras públicas, realizada na Superintendência do Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

12) 6.624, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.090/2001, sobre auditoria realizada na obra de adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste — BR-232, trecho Recife—Caruaru, em Pernambuco.

13) 6.627, de 12 de dezembro, encaminhando cópia da Decisão nº 1.101/2001, sobre representação formulada pelo Ministério Público sobre possíveis irregularidades no processo de venda do prédio em que seria instalado o Fórum Trabalhista da Cidade de São Paulo.

14) 6.637, de 12 de dezembro, encaminhando cópia do Acórdão nº 317/2001, sobre auditoria realizada nas obras de melhoramento e pavimentação da Rodovia BR-135/MA, no trecho Colinas—Orozimbo.

15) 6.642, de 12 de dezembro, encaminhando cópia do Acórdão nº 318/2001, sobre auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais em Mato Grosso do Sul.

Ainda falta **quorum** no Senado para que possamos entrar na Ordem do Dia. Faltam apenas dois Senadores.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sugiro a V.Exa. pedir aos Líderes do Governo que convoquem sua bancada. Depois começam a dizer que a

Oposição está obstruindo, dificultando os trabalhos. A Oposição está aqui. Estamos esperando a base do Governo para discutir tema fundamental e importante para o Brasil: o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem inteira razão. Podemos começar a discussão da pauta. Não iremos votar nada até que se complete o **quorum**.

Vamos colocar em discussão o primeiro item da pauta. Se, quando encerrarmos a discussão, houver **quorum**, iniciaremos a votação. Caso contrário, suspenderemos a reunião. Há poucos minutos faltavam cinco Senadores, agora só faltam dois

Em discussão a Pauta nº 29.

Projeto de Lei nº 38, de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R$ 10.034.000,00 (dez milhões e trinta e quatro mil reais), para reforço de dotação constante do Orçamento vigente.

Relatora: Deputada Lúcia Vânia.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de a Deputada Lúcia Vânia usar da palavra, se V.Exa. me permitir, eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente há ainda sobre a mesa dois relatórios setoriais do Orçamento para 2002 aguardando correções.

A Área Temática I é relatada pelo Deputado Wilson Braga e a do Meio Ambiente e Recursos Hídricos pelo Deputado Luciano Castro.

Esses dois relatórios, Sr. Presidente, têm problemas que precisam ser votados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está requerendo inversão de pauta?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, estou fazendo consulta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu vou submeter à apreciação do Plenário. Se este concordar, faremos a inversão já.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não há nenhuma dificuldade, até porque haveria lógica. Mas quero saber em que pé nos encontramos agora na discussão do Orçamento de 2002. Se com isso retroagimos à fase de discussão e votação dos relatórios setoriais, reabriríamos espaço para o Relator-Geral emitir seu parecer, com novos prazos, ou se isso será considerado uma espécie de correção, de errata, Sr. Presidente.

Tenho também uma reclamação a fazer — quero deixar registrada aqui — no que se refere à Área Temática I, relatada pelo nobre Deputado Wilson Braga, quanto ao Destaque nº 14, que eu retirei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foi votado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A Sra. Secretária da Comissão informou-me que ele teria sido votado.

Mas um destaque retirado não pode ser votado. Retirei o Destaque nº 14 e, de fato, não poderia ter sido votado, uma vez que foi retirado.

Quero fazer esse registro aqui, até porque creio que a área temática será novamente colocada em discussão A votação vai ter que ser refeita. Existe erro formal.

Então, pergunto a V.Exa. em que pé nos encontramos? Em que fase nos encontramos na discussão do Orçamento de 2002?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em relação ao seu destaque, nobre Deputado Virgílio Guimarães, por solicitação de V.Exa., os técnicos ouviram a fita. Se V.Exa. quiser, terá a fita à sua disposição. Ele foi retirado após a votação.

No caso do Setor I, são dois destaques a serem refeitos, para anular a votação, porque o Sub-Relator atendeu sem ter recurso, e o Relator-Geral não aceitou o atendimento. Ele não tinha recurso, não poderia atender. Remeteu para o Relator-Geral que se nega a faz. Acho que é competência dele. A Comissão tem que apreciar.

No caso da Área Temática IX — Integração Nacional, o problema foi operacional. A Gráfica não recebeu um trecho que estava aqui, só foi para refazer o que tinha aqui. Não há problema nenhum. Está tudo correto. É uma errata. Errata mesmo, porque já foi feita, foi corrigida, mas aqui tinha material; tem que ser votado pela Comissão.

O Relator apresentou isso como questão resolvida pela Comissão no relatório final. E efetivamente não está e temos que resolver. Temos que votar essa matéria.

Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia para relatar o Projeto de Lei nº 38, de 2001.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplemen-

tar no valor de 10 milhões e 34 mil reais para reforço de dotações constantes no Orçamento vigente".

I - Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 638, de 2001-CN (nº 1.165/2001, na origem), o Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de 10 milhões e 34 mil reais, para reforço de dotações constantes no Orçamento vigente".

A Exposição de Motivos nº 184, do Ministério Público, de 27 de junho de 2001, do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, que acompanha a proposição, informa que o crédito ora pleiteado tem por objetivo dar "continuidade ao cronograma de implantação da unidade industrial de enriquecimento de urânio" da INB (Indústrias Nucleares do Brasil S/A), conforme demonstrativo seguinte:

Ministério da Ciência e Tecnologia — Indústrias Nucleares do Brasil S/A: Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia; Implantação de Unidade de Enriquecimento de Urânio: 10 milhões e 34 mil reais.

Superávit Financeiro — Recursos do Tesouro Nacional: 10 milhões e 34 mil reais.

Esclarece ainda que a unidade de enriquecimento de urânio "consolidará a tecnologia desenvolvida pela Marinha e proporcionará substancial economia de divisas ao País", devido à nacionalização da etapa do ciclo do combustível nuclear de valor agregado.

Quanto à execução orçamentária, a implantação da unidade de enriquecimento de urânio consumiu cerca de 12,4 milhões de reais do total de 24,8 milhões de reais, ou seja, 50% dos recursos foram gastos até outubro de 2001.

Verifica-se que, mesmo tendo sido liqüidados, metade dos recursos disponíveis para esse programa, o Ministério considerou relevante o acréscimo solicitado ainda para o exercício de 2001.

Lida na sessão do Congresso Nacional de 29 de outubro de 2001, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º, da Constituição, de 4 de novembro de 2001 a 11 de novembro de 2001, e designada esta Parlamentar para relatar a matéria na forma regimental.

II – Emendas

Ao Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, não foram apresentadas emendas.

III – Voto da Relatora

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001), a percepção desta Relatora é de que as inclusões de programações pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal lei.

Examinando o Balanço Geral da União, relativo ao exercício de 2000, verifica-se que existe saldo suficiente no Balanço Patrimonial para cobertura do presente crédito.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Em conseqüência, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, novembro de 2001

Deputada Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer da nobre Deputada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra Deputado Gilmar Machado para discutir.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, não discordo do parecer favorável apresentado pela Deputada Lúcia Vânia, mas quero apenas chamar a atenção para dois fatos nesses créditos suplementares e neste em especial.

Primeiro, porque temos a fonte utilizada para esse crédito de 10 milhões e 34 mil reais, a fonte superávit do Tesouro.

Estamos promovendo intensa discussão para tentar recursos para o Orçamento, a fim de garantir reajuste do salário mínimo. O Governo alega que não há recurso, mas no final do ano o argumento para esses créditos suplementares é exatamente o superávit do Tesouro. Isso demonstra que o Tesouro está arrecadando além do previsto em termos de Orçamento.

Estamos votando créditos de mais de 15 bilhões, e o que nós precisamos? Para o salário míni-

mo, precisamos de cerca de 2 bilhões, numa demonstração de que é possível.

Outro problema, Sr. Presidente. O Orçamento está contingenciado com esses 10 milhões de reais. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem um teto que pode utilizar. Para executar essa obra da implantação na unidade de enriquecimento de urânio, vai ter que cortar em outra área, senão não vai poder executá-la.

Portanto, ou estamos votando aqui apenas cumprindo formalidade ou estamos aqui dizendo que o Ministério da Ciência e Tecnologia vai ter que cortar outro programa porque temos um orçamento contingenciado. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ele tem um teto que poderia atingir até o final do ano, senão não poderá executar mais.

Vamos votar a favor.

Chamo atenção para que o Governo não faça mais isso no final do próximo ano. É um alerta e, ao mesmo tempo, uma ponderação concreta de que estamos aqui, no final do ano, brigando por um recurso ou outro, sendo que, na verdade, há superávits financeiros depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Gilmar Machado, ao contrário do que V.Exa. está dizendo, estamos ajudando o Governo, que está gostando disso. Há 61 projetos de lei sem votar e não vamos votá-los mais. Isso vai para o superávit financeiro do Governo e vai ajudar o FMI. Ele vai ficar muito satisfeito com a Oposição.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas isso aqui já é superávit, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É, mas temos ainda sessenta projetos de lei para votar. Pelo que estou sentindo, não vamos fazer o nosso dever de casa, que é votar. Isso vai para as calendas. Vai para o superávit, e para o Governo e o FMI vai ficar muito bom.

Ao contrário, nobre Deputado, gostaríamos que estivéssemos votando efetivamente esses créditos. Inclusive, existem muitos créditos para a área social, para a educação, para a saúde, para o meio ambiente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas isso chega aqui em dezembro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já atingimos o **quorum** no Senado.

Está encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer da Relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Calma! V.Exa. decline seu apoiamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Tem apoiamento?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O PT vai dar o apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou convidar o Senador Nabor Júnior para fazer a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, permita-me justificar aos amigos, aos Deputados companheiros o porquê dessa obstrução. Nossos Líderes estiveram reunidos hoje pela manhã, no período de almoço, na tentativa de se buscar aumento par a o salário mínimo — a coisa mais justa que se pode fazer neste País em termos de distribuição de renda. Sabe-se perfeitamente que é através do salário mínimo que se pode diminuir e minimizar o sofrimento de mais de 15 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, ontem, eu estava assistindo ao **Globo News** e observei que a reportagem abordava a questão da fome no Brasil. Há mais de 30 milhões de brasileiros passando fome, e o Governo se nega a negociar e discutir um aumento de 20 reais para o salário mínimo, que é a melhor forma de distribuição de renda já vista no País.

Sr. Presidente, o PDT, o PCdoB, o PT, o PPS, o PSB, todos esses partidos, assim como os demais, somam-se conosco nesse sentimento de dar ao povo brasileiro, aos mais pobres deste País, a oportunidade de ganharem mais 20 reais.

Sr. Presidente, entendemos que a obstrução não é contra ninguém. A matéria procede no que diz respeito ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É um direito regimental de V.Exa. Vou fazer a chamada dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero explicar-me, Sr. Presidente, para não ter a antipatia dos companheiros, para que eles entendam que estamos defendendo o povo brasileiro, da mesma forma que todos gostariam de fazê-lo aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador Nabor Júnior, por obséquio, venha à mesa para fazer a chamada dos Srs. Parlamentares. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. O Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação, que vai ser feita. S.Exa. é obrigado a votar. Os apoiadores ficarão em obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é preciso a presença dos demais. Se está em obstrução, não precisa sair, é só declarar a obstrução.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, a bancada do PT, na luta pelo salário mínimo justo, declara-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Giovanni Queiroz tem que votar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Só o Deputado Giovanni Queiroz?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais se declaram em obstrução.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, a bancada do PCdoB/PSB declara-se em obstrução. Consideramos que esta votação revela que o Governo não quer votar o Orçamento. O mais importante seria votar o Orçamento, inclusive as questões preliminares.

O Relatório I não foi votado. Existem questões do Orçamento independente das questões macro, que foi a forma como foram distribuídos os recursos pelo Relator-Geral para as emendas de bancada e de Comissão. Muita gente está revoltada. Isso não se discute. Vai-se discutir o crédito. Estão abrindo mão de votar o Orçamento. A opinião pública tem de ter consciência sobre isso. O Governo está abrindo mão de votar o Orçamento. Ele não quer discutir conosco e vai atropelar os créditos. Por que os créditos são importantes para o Governo? Por causa das empreiteiras, que já fizeram as obras e querem receber o pagamento.

Estamos sendo atropelados na votação orçamentária para se votar os créditos. A Oposição está em obstrução: PDT, PT, PCdoB e PSB. Daqui a uma hora, vamos novamente pedir verificação. Vamos enfrentar toda essa discussão. O PL também está em obstrução.

Sr. Presidente, o Governo tem projetos de créditos que lhe interessam: aqueles do setor financeiro, Fundo de Compensação, de Variação Salarial e outros. Os Deputados que estão querendo votar os 66 PLs não vão votar. Portanto, não tenham ilusão de que esses PLs serão aprovados. Não serão aprovados. Pode passar um ou dois nesse processo de obstrução. Daqui a uma hora, haverá nova votação. Aí, sim, viabiliza-se a votação do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou responder-lhe. Já entendemos a posição de V.Exa., que me acusou.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Acusei?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acusou-me de estar fazendo o jogo do Governo aqui. É grave a acusação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu nunca fiz jogo do Governo aqui nem em lugar nenhum. O meu papel aqui é de magistrado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pois não. V.Exa. vai falar depois que eu acabar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero responder. V.Exa. vai me ouvir agora. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. vai-me ouvir. Amanhã encerra-se o prazo de 72 horas da publicação do Orçamento. A Oposição está me avisando que não aceita discutir o relatório do Relator-Geral antes das 72 horas. Há pouco, ainda ouvia o Deputado Giovanni Queiroz...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – E os relatórios setoriais, que não foram concluídos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos discutir esse assunto após esta matéria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Após qual matéria?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já foi levantada essa questão aqui. Após os créditos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Todos os créditos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Essa questão já foi levantada aqui pelo Líder do PT. Vamos discuti-la em seguida. Vamos agora para a verificação. Aqueles Parlamentares que estão em obstrução e usarem da palavra terão suas presenças aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Estou encaminhando a obstrução, Sr. Presidente. Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há encaminhamento para obstrução. V.Exa. sabe disso. Vamos fazer a chamada.

Senador Nabor Júnior, por obséquio.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Bloco PSDB/PTB:

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)*

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Presente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Como vota V.Exa.?

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Sim", com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado João Almeida. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Com a Relatora, Deputada Lúcia Vânia.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – "Sim".

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Márcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)*

Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Suplentes.

PSDB/PTB:

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, apenas para orientação. Acredito que a ordem de chamada está errada. Creio que se tem de concluir a chamada dos titulares de todos os partidos para depois se chamar os suplentes. No meu entendimento, estão sendo chamados os suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A questão de ordem do Deputado Jovair Arantes é procedente. Chama-se primeiro os titulares de todos os partidos. Depois é que se chamam os suplentes.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Primeiro, titulares e suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, primeiro, os titulares; depois, os suplentes. Essa é a orientação do Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – PFL:

Deputado Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.)*

Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Deputado Lael Varella. *(Pausa.)*

Deputado Luciano Castro. (*Pausa.)*

Deputado Mussa Demes. *(Pausa.)*

Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – "Sim", com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Sim", com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Santos Filho. *(Pausa.)*

Deputado Wilson Braga.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – "Sim", com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior. *(Pausa.)*

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

Deputado José Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

PT:

Deputado Gilmar Machado. *(Pausa.)*

Deputado João Coser. *(Pausa.)*

Deputado João Grandão. *(Pausa.)*

Deputado João Magno. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Bittar. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Celso. *(Pausa.)*

Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)*

PPB:

Deputado Almir Sá. *(Pausa.)*

Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado João Pizzolatti. *(Pausa.)*

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Cascavel. *(Pausa.)*

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Não", Sr. Presidente. Em obstrução.

Sr. Presidente, para corrigir o meu voto. O meu voto é "sim", mas quero declarar que o PDT está em obstrução e o PPS também.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Bloco PSB/PCdoB:

Deputado Alexandre Cardoso. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Miranda. *(Pausa.)*

Bloco PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões. *(Pausa.)*

Deputado João Caldas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Em obstrução, Sr. Presidente.

O SENHOR SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

PV:

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Vou fazer nova chamada.

Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Presente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Como vota V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Paulo Feijó. (*Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)*

Chamarei agora os suplentes.

PSDB/PTB:

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata.

O SR. DEPUTADO CARLOS BATATA – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho.

O SR. DEPUTADO NILO COELHO – "Sim", com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros. *(Pausa.)*

Chamarei novamente os Deputados do PFL:

Deputado Jorge Khoury. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Deputado Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Mussa Demes. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Chamarei os suplentes do PFL:

Deputado Aracely de Paula.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Ariston Andrade. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gerson Gabrielli. *(Pausa.)*

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barcellos. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Chamarei novamente os Deputados do PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior. *(Pausa.)*

Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado José Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Chamarei agora os suplentes:

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Presente. Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Presente. Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Osvaldo Reis.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Waldemir Moka. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Paulo Feijó.

O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – PPB:

Deputado Almir Sá. *(Pausa.)*

Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado João Pizzolatti. *(Pausa.)*

Suplentes do PPB:

Deputado Eliseu Moura. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Com a Relatora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Vadão Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Wagner Salustiano. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Há algum Deputado do PFL que não foi chamado ou foi chamado e não estava presente e chegou posteriormente?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Está suspensa a sessão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos conferindo a votação. Estamos contando os votos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, desejo uma informação, enquanto procedem à contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Daqui a pouco.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados o **quorum** foi atingido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, deve ser dado o resultado da votação, não o **quorum**.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, 34 Srs. Deputados votaram "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O **quorum** foi atingido. (*Pausa*.)

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, votaram "sim" 41 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados.

São 15h52min na Capital da República do Brasil.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer da Relatora permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço verificação de votação no Senado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, só pode ser pedida verificação de votação depois de proclamado o resultado. Senador Romero Jucá, V.Exa. sabe, repito, que só pode ser pedida verificação de votação depois de proclamado o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Lerei o Parecer nº 134, do Senado, que rege essa matéria:

Alínea "b" da conclusão:

Tratando-se de sessão conjunta, não há que distinguir entre Câmara e Senado para efeito de pedido de verificação de votação, só podendo haver nova solicitação depois de decorrida uma hora da primeira.

Essa matéria está prejudicada.

Passa-se ao próximo item da pauta.

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente daqui a uma hora será possível nova verificação de votação. São 15h54min.

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Sr. Presidente, V.Exa. tem que fazer a sessão transcorrer.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, sabemos que essa decisão foi tomada pelo Presidente Ramez Tebet na reunião do Congresso Nacional, reformulando entendimento anterior, que vinha prevalecendo há algum tempo em defesa do Senado. Estou-me dirigindo ao Presidente. Sabemos que S.Exa. já declarou encerrada a questão, mas desejamos apresentar uma questão de ordem.

Essa questão foi apresentada. Houve novo entendimento pelo atual Presidente do Congresso Nacional, que voltou ao entendimento anterior, em que o pedido de verificação de votação seria considerado de forma unificada. Sei disso. Houve, de imediato, um recurso impetrado naquela mesma sessão.

O Senador José Eduardo Dutra levantou muito bem a questão de que o Senado deixava de existir com esse entendimento. A questão que aduzimos é nova. Qual é o resultado da questão de ordem apresentada então?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem que apresentar na Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional e não aqui.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, houve recurso. O Senador José Eduardo Dutra apresentou recurso de Plenário. Essa é a questão de ordem que apresentamos a V.Exa. Houve uma decisão e um recurso. Qual é a posição atual?

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio ao Plenário.

Responderei ao Deputado Virgílio Guimarães. Há um recurso na Comissão de Constituição e Justiça do Senado com relação à matéria que não foi apreciado. Enquanto não for apreciado, está vigendo o que está aqui.

Vamos em frente, ao item 2 da pauta.

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, V.Exa. não pode negar uma questão de ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, é necessário um fundamento do Regimento para o pedido de questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, repito, V.Exa. não pode negar uma questão de ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem tem que ser fundamentada no Regimento. Deve ser mencionado o artigo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, V.Exa. não pode negar uma questão de ordem. O Senador Tião Viana quer apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. é advogado do Senador Tião Viana.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sou, com muita honra.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Senador tem que citar o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. o enquadramento regimental.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, baseado no enquadramento regimental, V.Exa., como antigo Senador da Casa, sabe mais do que eu que estamos em votação nominal no plenário do Senado Federal, e os Senadores estão sendo chamados. Trata-se de determinação regimental a suspensão dos trabalhos de qualquer Comissão da Casa. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, qualquer decisão desta Comissão — e há precedente na Casa — será anulada. Aqueles empreiteiros que estão interessados nos créditos sabem que as decisões tomadas serão anuladas. Os créditos serão anulados porque está havendo sessão deliberativa no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A informação é equivocada. Contactaremos a Mesa do Senado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, vamos seguir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 39, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 20 milhões, 542 mil e três reais para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente.

O Deputado Gilmar Machado é o Relator.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Projeto de Lei de Crédito Suplementar nº 39, de 2001-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 20 milhões, 542 mil e 3 reais, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

Relatório.

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, "b", da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 639, de 2001 (nº 1.119, de 2001, na origem), o Projeto de Lei nº 39, de 2001...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio ao Plenário. Há um orador na tribuna. Solicito aos presentes que não forem Parlamentares que se retirem, porque há Parlamentares de pé. Solicito à Assessoria que deixe a bancada destinada somente aos Srs. Parlamentares.

Continua com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – ...que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 20 milhões, 542 mil e 3 reais, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

A Exposição de Motivos nº 187, de 29 de junho de 2001, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo adequar os orçamentos vigentes de diversas unidades do Ministério da Educação às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrativo seguinte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE; Toda Criança na Escola, que tem a suplementação de 20 milhões, 388 mil e 632 reais. Desses 20 milhões, 11 milhões, 389 mil e 992 reais vão para Toda Criança

na Escola, que é a Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade, complementação da União ao FUNDEF; 9 milhões, 8 mil e 640 reais para Educação de Jovens e Adultos, Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos; e para as demais unidades 143 mil e 371 reais.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que acendam as luzes, porque não estou enxergando.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Inscreva-me para discutir, Secretária Myrna Lopes Pereira, por gentileza.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - De acordo, ainda, com a Exposição de Motivos, os recursos do FUNDEF sofreram alterações a partir da publicação da Portaria nº 28, de 30/01/2001, do Ministério da Fazenda, que trata da estimativa da complementação da União para 2001.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, ouvimos com atenção o relatório, mas o barulho na sala está muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os assessores ficarão apenas nas duas últimas bancadas.

Peço silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Essa portaria estabeleceu a previsão de 587 milhões de reais para a complementação da União para o FUNDEF. No entanto, essa portaria foi revogada pela Portaria nº 197, de 29/06/2001, do mesmo Ministério. A estimativa caiu para 528 milhões de reais. Em 27/09/2001, o Ministério da Fazenda publicou nova estimativa (Portaria nº 288), reduzindo a participação da União para 426 milhões de reais.

Chamamos a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que é a segunda vez este ano que o Ministro retira dinheiro do FUNDEF, prejudicando Estados e Municípios.

Apesar disso, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional mensagem com o pedido de crédito suplementar em 24/10/2001, fundamentando a solicitação na Portaria revogada de 29/06/2001. A diferença entre os valores da época com a previsão de setembro deste ano é de 161 milhões de reais.

Quanto ao FUNDEF, o MEC busca (ou buscava) fazer com que a complementação da União ao Estado do Piauí fosse acrescida de 11, 39 milhões de reais, de acordo com a Portaria nº 28, de 30/01/2001. Os recursos seriam originados da complementação do Estado da Bahia, que, por meio da mesma norma, teve sua previsão reduzida em cerca de 49 milhões de reais.

Chamamos a atenção do Deputado João Leão. O Executivo está tirando 49 milhões de reais da Bahia. Quero saber se o Deputado João Leão fará o mesmo protesto, pois o Ministro da Fazenda retirou 49 milhões de reais da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, protestamos desde já.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – A última previsão do Ministério da Fazenda, indicada na Portaria nº 288, de 27/09/2001, reduz a complementação da União para o Piauí para valores abaixo dos que foram aprovados para o Orçamento de 2001. Na verdade, não há, portanto, mais necessidade de que seja feito esse remanejamento.

Então, o Piauí perderá 11 milhões e 39 reais.

Quanto ao programa Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos, a Exposição de Motivos informa que as mudanças são resultantes de alterações nos critérios e informações utilizados para o cálculo dos recursos para a clientela específica da Educação Fundamental de Jovens e Adultos.

A exposição enfatiza ainda que os remanejamentos programados não afetarão quaisquer das programações, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Quanto à execução orçamentária, verifica-se que o MEC liquidou cerca de 59% do total orçado para 2001, até o dia 1/11/2001. Os principais programas alterados nesse crédito apresentavam a seguinte execução percentual, na mesma data: Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade, Complementação da União ao FUNDEF, 55,6%; Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos, 80,2%.

Pelo que se pode observar, a execução da complementação do FUNDEF se encontra bem abaixo do esperado. Certamente, o valor global constante no Orçamento 2001 será bem superior ao que será realizado neste exercício. Já com relação ao programa de Educação de Jovens e Adultos, a execução se encontra dentro da previsão do Ministério da Educação.

Lida na sessão do Congresso Nacional de 29/10/2001, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º, da Constituição — de 4/11/2001

a 11/11/2001 — e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

Emendas ao Projeto de Lei nº 39, de 2001, foram apresentadas...

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Senador, há um orador relatando a matéria.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, após a conclusão da leitura do relatório gostaria de anunciar o início da Ordem do Dia no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. é Senador da República, homem de alta responsabilidade, mas acabamos de receber da Mesa informação de que não começou a Ordem do Dia.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, contacte a Mesa, não coloque minha palavra em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, não admito que V.Exa. coloque minha palavra em dúvida. Peça à sua Assessoria ligar para a Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Acabamos de ligar.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA - Peça para ligar novamente, porque meu assessor acabou de me ligar, informando que iniciou a Ordem do Dia no plenário. Não admito que V.Exa. coloque minha palavra em dúvida, porque é verdade o que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Eu também recebi esse aviso, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Acabo de ver na televisão que não há... em discussão o projeto, está na televisão para quem queira ver.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - Começou agora, Deputado João Almeida, um assessor do Senador acabou de ligar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator, para concluir seu relatório.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Ao Projeto de Lei nº 39, de 2001, foram apresentadas três emendas do ilustre Deputado Pedro Chaves. Apesar de meritórias, devem ser rejeitadas. As Emendas de nº 00001 e 00003 buscam cancelar remanejamentos internos de unidade do MEC de pequeno valor, necessários, de acordo como Ministério; a emenda nº 00002 procura suprimir cancelamento de dotações prevista para a Educação de Jovens e Adultos no Estado de Minas Gerais.

Lamento que queiram retirar recursos da educação de Minas Gerais para passar para outro Estado. Não há justificativa para se retirar de um lugar e passar para o outro.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Estou lendo, não está escrito no relatório e estou contestando essa afirmativa.

Apesar da justificativa do ilustre Deputado se referir ao Estado de Goiás.

Além disso, o valor constante do cancelamento da Emenda nº 00002 não confere com o valor indicado para o cancelamento da Funcional-Programática nº 12.366.004.700.810.037, Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos no Estado de Minas Gerais.

Voto.

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, (Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO-2001), a percepção deste Relator é de que as inclusões de programações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal lei.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado, segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Não obstante a justeza legal do pedido, bem como sua adequação técnica, necessário se fazem algumas considerações sobre a complementação do Governo Federal ao FUNDEF, prevista na Lei nº 9.424, de 2001.

O Governo Federal vem descumprindo sistematicamente os critérios de fixação do valor mínimo aluno/ano estabelecidos pela Lei nº 9.424, de 1996. Conforme dados do CONSED — Conselho Nacional de Secretários de Educação, o Governo Federal dei-

xou de aplicar 5,7 bilhões de reais nos anos de 1998 a 2000, com estimativa de 3,3 bilhões de reais para este ano, totalizando aproximadamente 9 bilhões de reais de perdas desde a implantação do FUNDEF. A somar-se a isso, conforme já mencionamos anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. tem meia hora para concluir seu relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Estou na última página, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, já começou a Ordem do Dia no Senado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Já que começou a Ordem do Dia no Senado, S.Exa. vai ter que repetir toda a parte...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. vai concluir o relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – A somar-se a isso, conforme já mencionamos anteriormente, sequer os valores que estão sendo previstos no Orçamento para esse fim estão sendo executados a contento.

Para 2002, a previsão é de que as perdas cheguem a 3,6 bilhões de reais, com prejuízo para todos os Estados que já recebem a complementação do Governo Federal, bem como excluindo desta os Estados do Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, que deixarão de receber significativos recursos do Governo Federal.

É um valor por demais significativo para que não o mencionemos. Se o valor mínimo estivesse sendo respeitado, não seriam necessários remanejamentos como o previsto no presente pedido de suplementação, e, ainda mais, muitos outros Estados estariam recebendo complementação, com melhorias significativas de seus sistemas de ensino.

Sr. Presidente, assim não dá!

(Não identificado) - Não se ouve nada, há muito barulho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço silêncio para o Relator concluir seu relatório. S.Exa. está terminando, está nas últimas linhas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Os Senadores têm que se deslocar para o Senado para votar, não é possível continuar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Acabei de receber uma ligação do Presidente do Senado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não começou a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tenha calma porque sei o que estou fazendo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Está na Ordem do Dia! Basta estar na Ordem do Dia...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Diante do que aqui foi relatado, somos pela rejeição das Emendas de nº 00001 a 00003, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2001, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2001.

Era o que tinha a ser relatado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a leitura do relatório, vou suspender a reunião...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, não é suspender, é encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - ...em função do início da Ordem do Dia no Senado...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, V.Exa. tem que encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - ...e será retomada às 18h.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - É um novo livro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - É um novo livro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É encerrar, não é suspender.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Novas assinaturas, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Encerrar a reunião e abrir um novo livro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – É encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retornaremos no mesmo dia, às 18h. Estou suspendendo só em função da Ordem do Dia do Senado Federal. Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reabertos os trabalhos da terceira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A presente reunião está destinada a apreciar as matérias das Pautas nº 29, 30, 31 e 32.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, como V.Exa. é rígido cumpridor do Regimento da Casa, por absoluta e evidente falta de **quorum**, solicito o encerramento dos trabalhos de hoje, sugerindo que retornemos aos trabalhos 24 horas após a convocação por parte de V.Exa., por escrito, a cada Parlamentar membro desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa. pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, esta reunião, como bem sabem V.Exa. e o ilustre Deputado Giovanni Queiroz, é a continuidade da que foi suspensa. Só por um evento que motive o pedido de verificação de **quorum** é que esta reunião poderá ser suspensa por falta de **quorum**. Não há evidência, nem falta de evidência, quando se fala em **quorum**. O **quorum** é verificado na hora. Não estamos iniciando uma reunião, mas dando continuidade a uma reunião.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, mas é evidente a falta de **quorum**. Em qualquer momento da reunião, havendo evidência de falta de **quorum** para se deliberar ou discutir qualquer matéria, V.Exa. tem de ofício a obrigação de encerrar a reunião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado José Priante com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, evidentemente a Oposição está fazendo o que lhe cabe nesta hora. Isto é público, notório. O acordo não aconteceu e vai-se caminhar nesse sentido. Creio ser possível encontrar um meio termo nesta história. É evidente que o Deputado Giovanni Queiroz, experiente, assíduo freqüentador e sempre presente nesta Comissão, é sabedor que o **quorum** se verifica pela lista de presença, pelo número de assinaturas, assim como pelo painel eletrônico se verifica aqueles que estão presentes no plenário para efetivamente buscar a votação. O **quorum** só se releva, efetivamente, durante o momento da votação. Portanto, é possível iniciar a reunião e discutir a matéria. Na hora oportuna, dentro do direito regimental, que o Deputado Giovanni Queiroz argüi, poderemos conversar sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem razão. Colocarei a matéria em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Isto tem procedência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em discussão o PL nº 39.

Hoje, o relatório foi proferido sabiamente pelo Deputado Gilmar Machado, que fez um trabalho meticuloso, laborioso, que encantou toda esta Casa. Este relatório será agora discutido — do PL nº 39. A matéria versa sobre educação, que é o fator mais importante para qualquer país, para qualquer povo sério. Este PL versa sobre recursos para a área de educação. São 20 milhões para a educação brasileira, que se encontra em situação catastrófica, de mal a pior. Estes recursos para a educação são fundamentais.

Fiz oposição durante muitos anos ao regime militar. Fui fundador do MDB, mas nunca deixei de votar créditos para a área social, nunca, como Parlamentar Federal, Estadual, discutia, nem olhava. Educação, saúde, reforma agrária vão e nem quero saber.

Vou colocar em discussão este projeto. Quero chamar a atenção da Casa, pois é de extrema importância e refere-se à Educação, a prioridade número um.

Em discussão o projeto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Estou inscrito para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, primeiro, uma questão pela ordem. A desvantagem da Oposição é ser minoria, neste caso, e

ter um Presidente do lado do Governo. A Educação é uma das áreas mais importantes, mas não é mais importante do que o salário mínimo — não é? —, Sr. Presidente. Logicamente, votarei favoravelmente ao relatório e ao projeto que transfere 20 milhões para a Educação, o que é uma ninharia. Mas, Sr. Presidente, minha preocupação maior é de como votaria contra?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concordo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como votaria contra a Educação brasileira, que internacionalmente é a pior de todas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Perdemos para a Bolívia e o Paraguai.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. já pensou? Que vergonha! Então, este Governo não merece mais crédito. Já demos crédito demais a este Governo e oportunidades para acertar os passos deste País há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só não vamos contribuir para piorar, não é?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, lógico que não, mas 20 milhões? Vamos votar, somos favoráveis, vamos discutir a matéria, os destaques para ver se, de repente, podemos modificar algo e arranjar mais dinheiro para a educação.

É importante dizer que a obstrução que fazemos é na defesa do povo brasileiro. Não faz sentido o Governo ser insensível a um salário que pode melhorar a vida e minimizar o sofrimento de milhares de brasileiros, ilustres Deputados.

Nós, da Oposição, estamos a serviço do povo. Sei que há inúmeros projetos de lei meritórios. Um deles destina-se a terminar as obras do prédio do TRT de São Paulo. As rodovias precisam de recursos para restauração e conservação. Mas o Governo prefere não executar o Orçamento e depois entrar com tantos créditos suplementares e tantos créditos oriundos e com recursos originários de superávits anteriores, provenientes de superávits de orçamentos anteriores que não foram cumpridos nem executados por negligência, preguiça, incompetência, irresponsabilidade deste Governo, que forja e forma um bando de marginais, obrigando o cidadão a ser um marginal, por não lhe permitir oportunidade do trabalho, de emprego, de renda, não lhe proporcionar qualidade de vida digna.

Nós, da Oposição, não estamos contra esses 20 milhões, somos favoráveis. Neste momento, devemos discutir todos os projetos de lei à exaustão, para ver a possibilidade de pedir a verificação e esta reunião derrubada, até que o Governo seja sensível ao apelo que fazemos, no sentido de dar um salário mínimo mais digno ao povo brasileiro.

Repito: é a forma mais honesta de se distribuir renda e até buscar uma fonte importante e interessante. Por sugestão de um assessor do Deputado Sérgio Miranda, achamos mais 800 milhões do Orçamento que podem ser transferidos para pagamento de salário.

Veja V.Exa. Estão previstos 800 milhões de reais para se dar esmola, — Deputado Pedro Valadares, de Goiás — para o cidadão comum, humilde comprar gás. Isto é esmola. Vamos empregar esses 800 milhões e destiná-los ao aumento de salários. Por que não? Vamos aumentar a renda, gerar emprego, produzir no País e vamos distribuir para 15 milhões de brasileiros mais 20 reais, se retirarmos estes 800 milhões destinados a serem dados como esmola. Esta política compensatória é nojenta, é vergonhosa, é humilhante e não compartilhamos dela, Sr. Presidente. Daí, nossa proposta de mais 800 milhões para compor o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Continua em discussão o parecer. Não havendo ...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não. Há extensa lista de oradores, Sr. Presidente. Consulte a secretária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O próximo orador inscrito é o Deputado José Carlos Aleluia. Ausente S.Exa.

Os próximos inscritos são os Deputados Eujácio Simões e Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O Deputado José Carlos Aleluia está chegando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não tenho bola de cristal.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

V.Exa. desiste de usar a palavra?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não ouvi o que V.Exa. perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É sobre o PL nº 39.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sim, mas V.Exa. me fez pergunta que não consegui ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero saber se V.Exa. vai usar a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Vou, se V.Exa. permitir, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está devidamente inscrito e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado José Carlos Aleluia, é o PL de 20 milhões para a Educação, que entendemos ser válido. E, por isso, estamos usando nosso tempo para discuti-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – O Deputado José Carlos Aleluia também faz parte da obstrução?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não, não faço parte da obstrução, Deputado João Almeida. Eu gosto de discutir os projetos. Se V.Exa. permitir; se não permitir eu aguardo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa. Vamos evitar a conversa paralela e colocar ordem nos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, obrigado pela sua pronta intervenção.

Ouvi atentamente o Relatório do Deputado Gilmar Machado. O Deputado foi extremamente cuidadoso em verificar as alterações que o Governo propõe ao Orçamento.

Eu esperava que o parecer do Deputado fosse contrário, mas, para minha surpresa, o Deputado Gilmar Machado terminou convencendo-se de que se tratava de alteração criticável, porém poderia encontrar alguma sustentação.

V.Exa. pode observar que estão sendo cancelados recursos, por exemplo: no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; no programa Toda Criança na Escola; no programa de Educação de Jovens e Adultos e demais programas que não são possíveis entender.

Portanto, sigo a orientação do Deputado Gilmar Machado, mas também entendo que seus comentários poderiam ter sido inseridos no relatório.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Obrigado, Deputado.

Seguirei o voto do Deputado Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este projeto vem a calhar, para que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização possa dedicar um pouco do seu tempo à melhor compreensão do chamado FUNDEF — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Quando o Fundo foi aprovado, buscava-se o remanejamento de recursos dos Estados e Municípios no que diz respeito não só às transferências constitucionais, mas também aos seus recursos diretamente arrecadados que são, pelas leis orgânicas e pelas constituições estaduais, dedicados ao ensino.

Ora, Sr. Presidente, uma das motivações para a aprovação do FUNDEF foi que a União também daria sua parte, daria uma complementação a esses recursos. Um dos Parlamentares que mais estudou essa questão nesta Casa foi o Deputado Gilmar Machado.

O que ocorreu desde a aplicação do FUNDEF? A União não dá sua parte, faz um cálculo sempre defasado. Agora, ela divulga, publica a Portaria nº 28 e faz um remanejamento, retira recursos da Bahia para suplementar o Piauí. O montante da União, que era necessário para fazer valer o cumprimento da lei, não foi realizado.

Eu pediria ao Deputado Gilmar Machado que nos brindasse, depois, na qualidade de Relator, com uma avaliação mais aprofundada sobre o FUNDEF. Sei que o Deputado, inclusive através de Comissões Especiais, tem investigado esse assunto e até mesmo foi ao Tribunal de Contas da União.

No relatório do Conselho Nacional de Secretários da Educação — CONSED, fala-se no acumulado em torno de 5 bilhões que estariam faltando da complementação da União para os Estados e Municípios, de tal forma que pudessem cumprir a determinação do FUNDEF.

Esse assunto merece nossa atenção, porque diz respeito ao pacto federativo. Estamos assistindo ao claro rompimento do pacto federativo. Várias iniciativas por parte da União transferem obrigações para as unidades subnacionais, mas não transferem recursos. Concentram-se recursos e transferem-se obrigações na Educação, na Saúde e na Assistência Social para Estados e Municípios.

Além do exemplo do FUNDEF, temos o exemplo recente da Emenda Constitucional nº 29. Faz-se a Emenda Constitucional nº 29 para buscar financiamento mais estável para a Saúde e obriga-se vincular recursos dos orçamentos dos Municípios e dos orçamentos Estaduais, mas a União se desobriga. No Orçamento, que está sendo debatido, há uma diferença de 800 milhões entre o que obriga a Emenda Constitucional nº 29 e o que o Orçamento está aprovando.

Está presente o Deputado Ursicino Queiroz, um dos grandes batalhadores da Emenda Constitucional nº 29, e deveríamos todos tomar consciência disso. Deputado Ursicino Queiroz, são 800 milhões a menos do Orçamento para a Saúde. É como se a Saúde não estivesse precisando de recursos. Temos uma imposição para Estados e Municípios através da Emenda Constitucional nº 29, e a União se desobriga.

Ocorre algo semelhante no que diz respeito ao FUNDEF. Talvez seja bem mais grave, porque o Governo faz intensa propaganda dos benefícios do FUNDEF, mas esconde da sociedade que ele não faz sua parte, que, do total dos recursos envolvidos no FUNDEF — o Deputado Gilmar Machado pode inclusive clarear a minha memória —, salvo engano, a União cumpre 10% dos recursos do FUNDEF ou nem isso, muito menos, 3%, 5%. Apesar disso, é alardeado na propaganda que os recursos do FUNDEF provêm da União. Mas são recursos de Estados e Municípios, das transferências constitucionais, das transferências do FPM, do FPE. Tudo entra no bolo do FUNDEF.

A parte da União que deveria acompanhar um crescimento de investimentos na Educação não é cumprida. Não há a menor preocupação com o fato. Procura-se capitalizar a propaganda deste fundo, mas, na realidade, está-se fazendo gentileza com chapéu alheio. Com o chapéu dos Estados e Municípios, a União faz gentilezas, tentando capitalizar para si o sacrifício ou uma imposição que é cumprida por Estados e Municípios e não por ela.

Estamos em um processo de obstrução, mas tratando-se de projeto como este, relatado pelo Deputado Gilmar Machado, não temos condições de votar contra. Vamos votar a favor dele, porém, levando em conta que manteremos a obstrução e verificaremos qual a postura que deveremos adotar no processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a discussão. Vamos passar à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o projeto, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

(Não identificado) – Com apoiamento.

(Não identificado) – Com apoiamento.

(Não identificado) – Com apoiamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, tenho um destaque sobre a mesa.

(Não identificado) – Até agora não passou uma hora da primeira verificação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Tenho um destaque sobre a mesa. Primeiro, quero discutir o destaque. Faltam quantos minutos para o interstício?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Terminará às 19h3min. Mas vamos votar o PL, ressalvado o destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Sr. Presidente, ressalvado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado no Senado da República.

(Não identificado) – Sr. Presidente, tem que ressalvar o destaque.

(Não identificado) – Votar o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação o destaque.

Destaque nº 1.

(Não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de uma cópia da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Emenda nº 1. Deputado Pedro Chaves. O destaque é do Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz para defender seu destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É a Emenda nº 1, não é, Sr. Presidente?

Suprima-se o cancelamento da Escola Agrotécnica Federal de Goiás. É do Deputado Pedro Chaves.

V.Exa. pede que não cancelem logicamente os recursos destinados ao seu Estado, o que entendemos ser absolutamente justo.

Na verdade, nobre Deputado Pedro Chaves, o procedimento que o levou a se preocupar e apresentar essa emenda... V.Exa. não poderá retirá-la mais. Já destaquei sua emenda, não tem jeito.

Fique aqui para ouvir. V.Exa. está de parabéns. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa. V.Exa. não pode nem retirar mais a emenda.

V.Exa. determina que a manutenção do referido cancelamento do PL nº 39 prejudica sensivelmente a prestação de diversos serviços fornecidos pela Esco-

la Agrotécnica Federal de Ceres, no Estado de Goiás. Acho que prejudica mesmo.

"Nesse momento imperioso para todo o País, em que finalmente estamos dando o valor merecido à educação no Brasil, não seria justo sacrificar o Estado de Goiás com tal medida."

Deputado Pedro Chaves, eu só discordo disso: "Neste momento em que finalmente estamos dando o valor merecido à educação no Brasil..." não é uma frase correta. Correta é V.Exa. destacar a relevância da escola técnica, porque neste País não se dá a merecida importância ao setor educacional. V.Exa. pode observar que instituições internacionais, ao avaliarem sessenta países, colocaram o Brasil como um dos piores países. A escolaridade média no Brasil é de sete anos; no Uruguai, de dezesseis anos; no Canadá, de dezenove anos; nos Estados Unidos, de dezoito anos. Não existe país no mundo que tenha atingido um desenvolvimento mínimo, que tenha acabado com a fome de seus cidadãos, que não seja através de investimento efetivo na formação profissional do cidadão. Neste ponto, concordamos plenamente.

É lamentável que o Deputado Gilmar Machado não tenha acolhido essa emenda de V.Exa. Logicamente não pode fazê-lo. Esse seria o ideal.

Mas, Sr. Presidente, seria possível ouvir, do Relator Deputado Gilmar Machado, se há possibilidade de atender ao apelo do Deputado Pedro Chaves, porque o entendo absolutamente legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Chamo a atenção para o fato de que o Piauí é dos Estados mais pobres do Brasil e perderá 66 mil, se o destaque for aprovado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Deputado Giovanni Queiroz, sei da importância da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, só que há um problema, a funcional programática colocada para retirar recurso... O recurso que estamos votando aqui é para a complementação do FUNDEF e para o atendimento de jovens e adultos. Se retirarmos da complementação do FUNDEF, retiraremos do Estado do Piauí recursos de crianças de 1ª a 8ª séries para atender a Escola Agrotécnica Federal de Ceres, em Goiás.

Fiz uma opção. Goiás tem um potencial econômico, hoje, melhor do que o do Piauí. Ao mesmo tempo, é uma responsabilidade. Às escolas agrotécnicas, a União também tem que dar uma complementação. No caso de 1ª a 8ª séries, trata-se de recursos a que as crianças piauienses têm direito. Por isso, permaneço com meu posicionamento de votar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. é contra. Vamos colocar em votação o destaque.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, uma chance para orientar a bancada do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, fico bastante preocupado com a discussão desse destaque. É algo que deveria merecer, por parte desta Comissão, uma reflexão bastante aprofundada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem a palavra apenas para orientar a bancada do PCdoB, não para discutir a matéria. Colabore com a Mesa, por obséquio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vou orientar. Vou colaborar. V.Exa. sabe do meu apreço à sua Presidência. Mas apesar de o Deputado Giovanni Queiroz ter-me convencido com sua argumentação, o Deputado Gilmar Machado abalou essas convicções.

Oriento a bancada do PCdoB a votar de acordo com o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ – Vou orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, vou retirar depois da veemência do Deputado Gilmar Machado. Ele me convenceu que é melhor do que ver nossas criancinhas perambulando por este Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, não estou retirando o destaque. Vou encaminhar favorável ao parecer do Relator, que é contrário ao destaque.

Nossa bancada votará de acordo com a orientação do Relator, até porque seria injusto de minha parte permitir que crianças menores, milhares já abandonadas, continuem assim, principalmente no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente para orientar a bancada. V.Exa. orientou a favor do Relator.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O PDT vota com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, gostaria de orientar a bancada.

(Não identificado) – Foi retirado o destaque, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – A bancada do PFL tem o direito de orientar. S.Exa. não retirou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. não retirou. V.Exa. pode orientar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ao PFL, solicito que vote conforme a recomendação equilibrada do Relator.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, o PPS quer orientar a bancada também.

O PPS também vota contra o destaque do companheiro Giovanni Queiroz e vota a favor do relatório, porque o Piauí não pode perder esse dinheiro. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pelo PL tem a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Pelo PL, também corroboro com as argumentações do Relator, que preserva os recursos do Piauí, embora sacrifique a Escola Técnica de Ceres, em Goiás, apesar de o nobre companheiro de Goiás não haver levantado a voz para defender sua emenda. Mas entendemos que o Piauí está em condições mais desfavoráveis que Goiás, e comungamos com o Relator Gilmar Machado.

Votamos contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado Carlito Merss, do PT.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Deputado Carlito Merss, do PT de Santa Catarina. Observando a seriedade do Relatório do Deputado Gilmar Machado, respondendo, em uma das suas locuções, a uma angústia do Deputado Giovanni Queiroz, entende que a postura que o Governo Federal tem tido em relação à FUNDEF realmente deixa a desejar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. tem somente de orientar a bancada, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Exatamente.

Com certeza, o Deputado Gilmar Machado experimentou um drama pessoal ao analisar esse projeto e ao não acatar a emenda, apesar de sua vontade em fazê-lo. Não tenho dúvida de que o objetivo do Deputado Pedro Chaves ao fazer o destaque é relevante; porém, entendemos que o Relator não poderia tê-lo acatado.

Nesse sentido, o PT vota a favor do relatório do Deputado Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o que V.Exa. vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O destaque.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os que forem contra o destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitado.

Não vai ao Senado da República.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, rejeitado com quantos votos?

O Deputado Pedro Chaves é contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Contra o voto do Deputado Pedro Chaves, de Goiás.

Vamos ao próximo item da pauta.

Há requerimento sobre a Mesa:

Requeiro, nos termos regimentais, a inversão de pauta para a votação dos itens 41, PL 95/2001; 27, PL 78/2001; e 66, PL 66/2001, nessa ordem, após o item 2, todos da pauta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quais são os PLs, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – V.Exa. tem de dizer do que tratam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Primeiro, PL nº 95.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – É sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Depois, PLs nº 78 e 66.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Do que trata o PL nº 78? Que tipo de crédito é esse? A quem beneficia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, a proposta não respeita o acordo feito pelo Comitê, que não analisou esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Esse requerimento é da Deputada Laura Carneiro.

O acordo acabou há muito tempo; já está morto e sepultado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ele foi feito em reunião hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A Deputada Laura Carneiro tem direito de apresentar requerimento, assim como V.Exa. e os outros.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, S.Exa. não está presente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Está prejudicado o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Onde está a Deputada Laura Carneiro?

V.Exa. está atropelando o bom andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não estou.

Estou lendo um requerimento que chegou à Mesa, da Deputada Laura Carneiro, pedindo prioridade para votar três itens da pauta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas S.Exa. não está presente. Vamos aguardar a presença da Deputada.

Não é elegante votar na ausência do requerente. O Regimento o permite; a elegância o impede.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Está prejudicado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não se pode votar um requerimento cujo autor está ausente.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas é injusto, porque S.Exa. não está presente para defender sua posição.

Queremos votar pela ordem. Não é justa a inversão de pauta; há outras prioridades. Cito o Tribunal de Campinas, que precisa ser concluído.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acabo de ser convocado, pelo Presidente do Senado, para assumir a Presidência da sessão plenária.

Passo a direção dos trabalhos ao Deputado Santos Filho, que certamente comandará esta reunião com muito mais competência que eu.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Protesto, Sr. Presidente.

V.Exa. tem cumprido suas funções com espírito democrático e não é justo que deixe a Presidência da reunião dessa forma. Queremos louvar sua ação à frente dos trabalhos.

Indago à Mesa se já há prazo para se pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Informo a V.Exa. que ela poderá ser pedida às 19h3min.

V.Exa. acabou de afirmar que é regimental, apesar de não ser elegante, votar o requerimento. Como não estou tratando de elegância, vou submeter ao Plenário o requerimento da nobre Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Antes, peço uma cópia do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Vou exigir o tempo de três minutos regimentais para cada orador.

Leio novamente o requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, a inversão de pauta para a votação dos itens 41, PL 95/2001; 27, PL 78/2001; e 66, PL 66/2001, nessa ordem, após o item 2, todos da Pauta nº 29/2001.

19 de dezembro de 2001

Deputada Laura Carneiro

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, é nobre a intenção da Deputada, mas não é justa a inversão de pauta, porque há matérias extremamente importantes para serem votadas antes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estamos discutindo o requerimento, nobre Deputada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu cedo a palavra a S.Exa. e falarei depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, apresentei o requerimento porque esta é a quinta reunião em que tentamos votar esses PLs, e tenho medo de que não cheguemos ao nº 75.

Entretanto, atendendo aos colegas, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Está retirado o requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, ele não pode ser retirado, pois já está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Está retirado.

É a decisão desta Presidência.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Em que artigo se fundamenta a Presidência para fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - É decisão da Presidência, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas V.Exa. tem de se pautar no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nós o estamos seguindo.

Item 9 da pauta.

Projeto de Lei nº 40/2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.786.495,00 (um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Relator é o nobre Deputado José Carlos Elias.

Foi apresentada emenda ao projeto. O voto é favorável, nos termos propostos.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS - Sr. Presidente, vou ler o relatório.

Projeto de Lei nº 40/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R$1.786.495 mil reais (um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

Autor: Poder Executivo.

Voto do Relator.

O exame da proposição, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que essa se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 995, de 25 de julho de 2000 — Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001, a percepção desta Relatoria é de que as inclusões de programações pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal lei.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos pela não admissão da Emenda nº 0001 e pela aprovação do PL nº 40/2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2001.

Relator: Deputado José Carlos Elias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou submeter à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há destaque do Deputado Giovanni Queiroz, que acaba de chegar à Mesa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – S.Exa. retira o destaque.

Em votação no Senado da República.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço verificação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Apoiamento, nobre Senador? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – (*Fora do microfone.)* Mas V.Exa. não anunciou o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Foi aprovado na Câmara dos Deputados, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – V.Exa. precisa anunciar o resultado da votação no Senado, para que seja garantido o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado João Almeida, foi aprovado na Câmara dos Deputados e submetido ao Senado. Antes, o nobre Senador pediu, e eu concedi, verificação.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Mas, regimentalmente, a verificação só pode ser pedida depois de anunciado o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, está concedido o pedido de verificação no Senado.

Solicito ao Deputado Pedro Novais que faça a chamada no Senado.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - Sr. Presidente, informo que o PT está em obstrução no Senado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Vou iniciar a chamada, Sr. Presidente.

Senadores titulares.

PMDB

Senador Amir Lando

Senador Carlos Bezerra

Senador Gilberto Mestrinho

Senador Gilvam Borges

Senadora Marluce Pinto

Senador Nabor Júnior

Senador Wellington Roberto.

PFL

Senador Jonas Pinheiro

Senador José Coelho

Senador Leomar Quintanilha

Senador Moreira Mendes

Senador Mozarildo Cavalcanti.

PSDB

Senador Antero de Barros

Senador Freitas Neto

Senador Romero Jucá

Senador Ronaldo Cunha Lima.

Bloco PT/PDT/PPS

Senador Paulo Hartung

Senador Sebastião Rocha

Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - Acordada a obstrução do PT no Senado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – PSB

Senador Ademir Andrade

Senador Arlindo Porto.

Suplentes.

PMDB

Senador Alberto Silva

Senador Fernando Bezerra

Senador Gerson Camata

Senador João Alberto Souza

Senador Robinson Viana

Senador Sérgio Machado

Senador Valmir Amaral.

PFL

Senador Antonio Carlos Júnior

Senador Francelino Pereira

Senador Geraldo Althoff

Senador Paulo Souto

Senador Romeu Tuma.

PSDB

Senador Lúcio Alcântara

Senador Lúdio Coelho

Senador Pedro Piva

Senador Ricardo Santos.

Bloco PT/PDT/PPS

Senador Eduardo Suplicy

Senador Jefferson Péres

Senador Roberto Freire.

PSB

Senador Antonio Carlos Valadares.

PTB

Senador Carlos Patrocínio.

Algum Senador presente não foi chamado ou chegou depois?

Sr. Presidente, compareceu apenas o Senador Wellington Roberto, que votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não havendo **quorum** no Senado e antes de encerrar a presente reunião, convoco outra para amanhã, às 10h.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Regimento determina que a convocação seja feita por escrito, com 24 horas de antecedência. Peço a V.Exa. que o considere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A ponderação do Deputado Giovanni Queiroz é procedente.

Convoco reunião para as 19h de amanhã, a fim de cumprir o prazo regimental.

Está encerrada a reunião.

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2001.

Aos vinte, vinte e um e vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 29, 30, 31 e 32/2001. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Cascavel, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Arnon Bezerra, Eni Voltolini, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João

Caldas, João Coser, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; **- Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; **- Deputados suplentes:** Aracely de Paula, Ariston Correia Andrade, Átila Lins, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Enivaldo Ribeiro, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Gastão Vieira, Gonzaga Patriota, Hugo Biehl, João Tota, Jorge Alberto, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Odelmo Leão, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro, Ursicino Queiroz e Waldemir Moka **- Senadores suplentes:** Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Ricardo Santos, Romeu Tuma e Sérgio Machado; - **Deputado não-membro:** Dr. Heleno. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alexandre Cardoso, Antônio do Valle, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Givaldo Carimbão, João Grandão, José Carlos Elias, José Priante, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó e Welinton Fagundes; **- Senadores titulares:** Arlindo Porto, Paulo Hartung e Pedro Ubirajara. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estabelecido *no art. 14 do Regimento Comum*, o Presidente, Senador CARLOS BEZERRA, declarou iniciados os trabalhos, às dezenove horas e cinqüenta e cinco minutos. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 48, de 18 de dezembro, do Presidente da Comissão Especial do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o primeiro relatório preliminar da Comissão destinada ao acompanhamento e à avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia, instituído pelo decreto de 5 de junho de 2001. O Deputado Sérgio Miranda solicitou pronunciamento do representante da Liderança do Governo na Comissão, Deputado Ricardo Barros, em virtude de reunião realizada com os partidos da base governista para análise dos pleitos da Oposição, tendo em vista que suspenderia a obstrução à sessão do Congresso Nacional, para apreciação de todos os Projetos de Lei de Créditos Adicionais aprovados pela Comissão. O Deputado Ricardo Barros informou que as negociações ainda não haviam sido concluídas em virtude da ausência do Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB e do Presidente da República estar de viagem marcada para o exterior. O Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 03, 04, 05, 06 e 07 de dezembro de 2001; e da 10ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 11 de dezembro de 2001. O Deputado Virgílio Guimarães solicitou que as Atas fossem lidas, obtendo acolhimento da Presidência. Foi solicitado ao Deputado Pedro Novais que procedesse à leitura das Atas. Às vinte horas e trinta minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a condução dos trabalhos. No decorrer da leitura, o Deputado Virgílio Guimarães pediu esclarecimentos sobre o destaque 14, apresentado ao Relatório Setorial da Área Temática I – Poderes do Estado e Representação, que não constava da Ata distribuída ao Plenário. O Presidente informou que por equívoco da Secretaria da Comissão, o referido destaque constava como aprovado parcialmente na ata, distribuída anteriormente, e, após ouvida a fita da reunião, chegou-se a conclusão de que o destaque havia sido retirado e a ata foi retificada. O Deputado Fernando Coruja discutiu o assunto. O Líder do PDT na Câmara dos Deputados, Deputado Miro Teixeira, solicitou que fosse retirada da Ata que estava sendo lida a expressão "14, do Deputado Virgílio Guimarães", obtendo acolhimento da Presidência. A leitura da Ata foi encerrada às vinte e uma horas e quatorze minutos. O Deputado Fernando Coruja solicitou que retificações fossem feitas na Ata, obtendo acatamento do Presidente, conforme o disposto no *§ 7º do art. 98 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. O Presidente anunciou a votação da Ata na representação da Câmara dos Deputados. Ao proclamar o resultado, o Deputado Fernando Coruja pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Virgílio Guimarães, Gonzaga Patriota, João Caldas, João Magno, Jorge Bittar e Gilmar Machado, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Nabor Júnior foi designa-

do para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. Os Deputados José Carlos Aleluia, Sérgio Miranda e Gilmar Machado anunciaram o posicionamento de obstrução do PFL, PCdoB e PT, respectivamente. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos: total de votos SIM: 45; total de votos NÃO: 01; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 46. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência, a Ata da 1ª Reunião Extraordinária havia sido **aprovada** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, o Senador Romero Jucá procedeu à leitura da Ata da 10ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 11 de dezembro de 2001. Finalizada a leitura, às vinte e uma horas e trinta e oito minutos, o Deputado Giovanni Queiroz teceu comentários sobre a Ata ser sucinta. O Presidente respondeu que a Ata circunstanciada eram as notas taquigráficas, que faziam parte integrante da ata sucinta. Em votação, a Ata da 10ª Reunião de Audiência Pública foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Deputado Ricardo Barros apresentou requerimento para inversão de apreciação dos itens 1 e 2 da Pauta 31 e do item único da Pauta 32. O autor fez a apresentação do requerimento. O Deputado Sérgio Miranda discutiu a matéria. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda e Fernando Coruja na representação da Câmara dos Deputados e, na representação do Senado Federal, foi **aprovado** contra o voto do Senador Sebastião Rocha. O Deputado Fernando Coruja questionou a razão da Ata da reunião anterior não constar da pauta, citando o disposto no *inciso I do art. 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. O Presidente respondeu que a Ata ainda não havia sido elaborada, em virtude das notas taquigráficas não terem sido enviadas pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação até aquele momento. O Deputado Fernando Coruja anunciou então que a ordem do dia não poderia ter início. O Presidente não acatou as ponderações do Deputado Fernando Coruja, que resolveu recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. **ORDEM DO DIA:** Pauta 31. Apreciação de matérias referentes ao Projeto de Lei nº 32/2001 – Proposta Orçamentária para 2002: Item 01 - **Alteração de decisões quanto a destaques aprovados ao Relatório Setorial da Área Temática I – Poderes do Estado e Representação**. Relator Setorial: Deputado Wilson Braga. O Presidente leu expediente, de 10/12/2001, encaminhado pelo Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, solicitando a rejeição, pelo Plenário da Comissão, dos destaques 01 e 25, de autoria do Deputado Pedro Chaves, aprovados no Relatório Setorial da Área Temática I – Poderes do Estado e Representação. Os Deputados Ricardo Barros, Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda discutiram o assunto. O Deputado Virgílio Guimarães teceu comentários sobre os destaques de sua autoria sobre dotações do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo que também teriam que ser resolvidos naquele momento. O Relator Setorial da Área Temática I, Deputado Wilson Braga, concordou com o pronunciamento do Deputado Virgílio Guimarães e reafirmou seu parecer favorável aos destaques 1 e 25, do Deputado Pedro Chaves. O Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, propôs que os destaques 1 e 25 fossem reapresentados, comprometendo-se em acolhê-los, em consideração ao Relator Setorial da Área Temática I, Deputado Wilson Braga. Propôs que o destaque referente à dotação para informática do Tribunal Superior Eleitoral também fosse reapresentado, sem o compromisso no atendimento. A seguir, o Presidente anunciou a votação da anulação da aprovação dos destaques 1 e 25, do Deputado Pedro Chaves, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dando prosseguimento, o Presidente fez menção ao destaque 14, do Deputado Virgílio Guimarães, que esclareceu ter sido retirado por ele anteriormente. O Relator-Geral anunciou que seu entendimento era o de que, com a retirada do destaque 14, o destaque 18, cujo teor era referente à dotação para informática destinada ao Tribunal Superior Eleitoral, estaria prejudicado, em virtude dos recursos para seu atendimento serem provenientes do destaque 14. Não havendo consenso, o Presidente adiou a decisão sobre o destaque 18. Item 02 - **Errata apresentada, e não publicada, ao Relatório Setorial da Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado Luciano Castro. O Relator Setorial apresentou a seguinte errata: Onde se lê: "Bancada do Mato Grosso do Sul, o valor aprovado para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídricas e drenagem, dois milhões", leia-se: "Bancada do Mato Grosso do Sul, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídricas, um milhão e meio". Os Deputados Sérgio Miranda, Fernando Coruja, Waldemir Moka, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz e Pedro Novais discutiram o assun-

to. O Presidente anunciou a votação da Errata. Ao proclamar o resultado na representação da Câmara dos Deputados, às vinte e três horas e três minutos, o Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Gilmar Machado, João Caldas, Sérgio Miranda e Fernando Coruja, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Giovanni Queiroz anunciou o posicionamento de obstrução do Bloco PDT/PPS, bem como os Blocos PSB/PcdoB e PL/PSL anunciaram obstrução. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às vinte e duas horas e quatro minutos: total de votos SIM: 41; total de votos NÃO: 01; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 42. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência que a Errata havia sido **aprovada** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, a Errata foi **aprovada** por unanimidade. A Deputada Laura Carneiro solicitou à Mesa que fosse iniciada a apresentação dos destaques no início da leitura do Relatório Final, pelo Deputado Sampaio Dória. O Plenário assentiu. Às vinte e três horas e oito minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado José Carlos Aleluia propôs que fosse feita leitura sintetizada do Relatório, ao tempo em que o Deputado Sérgio Miranda manifestou-se contrário. O Relator-Geral fez a apresentação do Relatório Final. O Deputado Walter Pinheiro, na qualidade de Líder do Partido dos Trabalhadores, apresentou questão de ordem referente a tabela constante do Relatório Final. O Relator-Geral prestou os devidos esclarecimentos sobre o assunto. Às vinte e três horas e trinta e oito minutos, o Presidente titular reassumiu a condução dos trabalhos. A seguir, o Presidente leu a decisão sobre o destaque 18, do Deputado Virgílio Guimarães, apresentado ao Relatório Setorial da Área I – Poderes do Estado e Representação: o destaque 14 havia sido retirado pelo autor e, em conseqüência, tornou-se improcedente, em virtude dos recursos para sua aprovação serem provenientes do atendimento do destaque 14, do Deputado Virgílio Guimarães. Sugeriu, ainda, que o mesmo fosse reapresentado. Manifestaram-se contra a decisão do Presidente os Deputados Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda, Fernando Coruja e Giovanni Queiroz. O Deputado Fernando Coruja apresentou requerimento solicitando que o Projeto de Lei nº 32/2001-CN fosse retirado de pauta. Os Deputados Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz manifestaram-se favoráveis ao Requerimento. O Senador Amir Lando teceu considerações acerca da retirada do seu destaque em favor do Tribunal Superior Eleitoral. O Senador Antero Paes de Barros solicitou que o Relator-Geral se manifestasse sobre o assunto. O Relator-Geral procedeu aos devidos esclarecimentos, sugerindo que outro destaque fosse apresentado na fase da Relatoria-Geral. Retornando ao Requerimento do Deputado Fernando Coruja, os Deputados Walter Pinheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores, e Airton Cascavel, encaminharam favoravelmente; e, contrariamente, o Deputado Ricardo Barros. O Presidente anunciou a votação do Requerimento. Ao proclamar o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Giovanni Queiroz pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Gilmar Machado, Sérgio Miranda, Jorge Bittar e Airton Cascavel, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados, à zero hora e cinqüenta e dois minutos do dia vinte e um de dezembro. Os Deputados Virgílio Guimarães, Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda anunciaram o posicionamento de obstrução do PT, do Bloco PDT/PPS e do Bloco PcdoB/PSB, respectivamente. Tendo sido atingido o *quorum*, Os parlamentares retiraram a obstrução. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, à uma hora e um minuto do dia vinte e um de dezembro do mesmo ano: total de votos SIM: 09; total de votos NÃO: 41; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 50. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência que o Requerimento havia sido **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A seguir, o Presidente anunciou o início da discussão do Relatório Final. A Deputada Laura Carneiro e o Deputado Ricardo Barros discutiram a matéria. O Deputado Fernando Coruja apresentou questão de ordem solicitando à Presidência que a concessão do uso da palavra para o debate estivesse em conformidade com o disposto no *art. 38 do Regimento Comum e o § 2º do art. 178 do Regimento Interno da Câmara dos Deputado*s. O Presidente assentiu. Os Deputados Sérgio Miranda, Fernando Coruja, Giovanni Queiroz e Milton Monti manifestaram posição contrária ao Relatório Final; e

os Senadores Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Marluce Pinto e Amir Lando, manifestaram-se favoráveis. O Deputado João Caldas apresentou questão de ordem sobre a sua representação apresentada à Comissão referente às emendas da Bancada de Alagoas ao Orçamento de 2002. O Presidente respondeu que o assunto foi transferido ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho. O Deputado Ricardo Barros apresentou requerimento para encerramento da discussão, conforme o disposto no *§ 1º do art. 39 do Regimento Comum*. O Deputado Gilmar Machado registrou o impedimento de discutir a matéria. O Deputado José Carlos Aleluia propôs que, ainda, mais quatro Deputados debatessem o Relatório Final. Não houve consenso. Encaminhamento da votação: - Favoravelmente: Deputados Alberto Goldman, Nelson Meurer, Airton Cascavel, José Chaves e Ricardo Barros; e contrariamente: Sérgio Miranda, José Carlos Aleluia, Jorge Bittar, João Caldas, e Airton Cascavel. O Relator-Geral prestou os últimos esclarecimentos e leu a Errata ao Relatório Final. Às duas horas e treze minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Walter Pinheiro, na qualidade de Líder do Nacional do Partido dos Trabalhadores, fez uso da palavra para tecer considerações acerca da apreciação da Peça Orçamentária, conforme o estabelecido no *art. 6º do Regimento Comum.* O Presidente anunciou a votação do Requerimento para encerramento da discussão, de autoria do Deputado Ricardo Barros. Ao proclamar o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado José Carlos Aleluia pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Giovanni Queiroz e Airton Cascavel, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados, às duas horas e trinta e cinco minutos. Os Deputados Virgílio Guimarães, Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda anunciaram o posicionamento de obstrução do PT, do Bloco PDT/PPS e do Bloco PcdoB/PSB, respectivamente. Tendo sido atingido o *quorum*, os parlamentares retiraram a obstrução. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às duas horas e quarenta e quatro minutos: total de votos SIM: 41; total de votos NÃO: 12; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 53. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência que o Requerimento havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o Requerimento foi **aprovado** contra o voto do Senador Tião Viana. A seguir, o Deputado Fernando Coruja apresentou Requerimento de adiamento da votação, por 48 horas, do Projeto de Lei nº 32/2001-CN. Os Deputados Sérgio Miranda e João Coser manifestaram-se favoráveis. O Deputado José Carlos Aleluia apresentou proposta no sentido de que o Requerimento para adiamento da votação fosse retirado e que fosse realizada votação nominal somente do Relatório Final, ressalvados os destaques apresentados. O Plenário acatou a proposta do Deputado José Carlos Aleluia. Em seguida, o Presidente anunciou o encerramento do prazo para apresentação de destaques ao Relatório Final. Foram apresentados 2.331 destaques. O Deputado Fernando Coruja solicitou que fosse concedido o uso da palavra ao Líder do Partido dos Trabalhadores conforme o disposto no *art. 6º do Regimento Comum*. O Presidente leu o disposto nos *arts. 4º a 8º do Regimento Comum*. O Deputado Fernando Coruja pediu a palavra como Vice-Líder, o que não foi-lhe concedido pelo Presidente, conforme o disposto no *art. 8º do Regimento Comum*. Encaminhamento da votação do Relatório Final: Contrariamente: Deputados Giovanni Queiroz, pelo Bloco PDT, Sérgio Miranda, pelo Bloco PSB/PcdoB, Virgílio Guimarães, pelo PT; e Airton Cascavel, pelo PPS;- favoravelmente: Deputados Pedro Novais, pelo PMDB, José Carlos Aleluia, pelo Bloco PFL/PST, João Almeida, pelo Bloco PSDB/PTB, Nelson Meurer, pelo PPB, e Ricardo Barros, pela Liderança do Governo. O Deputado Sérgio Miranda solicitou que o seu nome fosse retirado da composição do Comitê de Análise da Receita e foi atendido pela Presidência. O Deputado Gilmar Machado apresentou questão de ordem sobre o processo de votação e foi esclarecido pelo Presidente. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questão de ordem sobre a votação das emendas apresentadas à receita, e citou o *art. 28 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Presidente prestou os esclarecimentos necessários. O Deputado Fernando Coruja apresentou questão de ordem indagando da Presidência sobre o número de membros titulares da Comissão, uma vez que, o espelho da Comissão estava em desacordo com o disposto no *art. 3º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Presidente respondeu que a Resolução nº 02, de 2000, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das Comissões Mistas", estabeleceu mais 2 membros titulares, um Deputado e um Senador, com igual número de suplentes: - Na Câmara dos Deputados: PV – Deputado

Orlando Desconsi (vaga cedida) como titular e Deputado Dr. Rosinha (vaga cedida) com suplente; no Senado Federal: PTB – Senador Arlindo Porto como titular e o Senador Carlos Patrocínio como suplente. O Presidente indeferiu a questão de ordem apresentada pelo Deputado Fernando Coruja. A seguir, o Presidente declarou inadmitidas as seguintes emendas, de acordo com o disposto na *letra "q" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, em virtude da recomendação do Comitê de Avaliação de Emendas: 600.80002, 60080003 e 60080005, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal; 50170005, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; 50310002 e 50310004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; 50240005, da Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados; e 80020066 e 80020067, do Relatório Setorial da Área Temática II – Justiça e Defesa. O Presidente anunciou as seguintes votações: **1)** Adendo ao Parecer Preliminar sobre o Relatório de Avaliação, Reavaliação e Retificação das Receitas Orçamentárias para o exercício de 2002: encaminhamento da votação: O Senador Gilvam Borges encaminhou favoravelmente e os Deputados Sérgio Miranda, Jorge Bittar e Giovanni Queiroz, contrariamente. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Fernando Coruja, Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz, Gilmar Machado, Pedro Celso, Virgílio Guimarães e Jorge Bittar, na representação da Câmara dos Deputados; e foi **aprovado** contra o voto do Senador Tião Viana na representação do Senado Federal. **2)** Houve discussão sobre a localização das emendas apresentadas à receita no Relatório. O Deputado Fernando Coruja apresentou questão de ordem, solicitando que o número das emendas fosse mencionado. O Presidente informou que não iria fazê-lo em virtude de destaques terem sido apresentadas às mesmas e que na votação, os destaques seriam ressalvados. O Presidente anunciou a apreciação de três itens: **2.1)** Emendas apresentadas à receita, RESSALVADOS os destaques, conforme o estabelecido no *art. 28 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*; **2.2)** Emendas apresentadas que propõem o cancelamento parcial ou total de dotações, RESSALVADOS os destaques; e **2.3)** Emendas apresentadas que se destinam a alterar o texto do Projeto de Lei, RESSALVADOS os destaques. Em votação, as emendas foram **aprovadas** contra os votos dos Deputados Fernando Coruja, João Caldas, Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz, Gilmar Machado, Pedro Celso, Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e João Coser, na representação da Câmara dos Deputados; e foram **aprovadas** contra o voto do Senador Tião Viana na representação do Senado Federal. **3)** Relatório Final com a Errata apresentada, RESSALVADOS os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Quadro VII, em atendimento ao disposto no *art. 13 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. Conforme acordo estabelecido pelo Plenário, o Presidente anunciou a votação nominal desta matéria e solicitou que o Senador Romero Jucá procedesse à chamada nominal dos Senhores Deputados, às quatro horas e vinte e três minutos. Às quatro horas e vinte e quatro minutos do dia 22 de dezembro, o Presidente titular reassumiu a direção dos trabalhos. O Presidente proclamou o resultado da votação nominal na representação da Câmara dos Deputados: 40 votos SIM; 10 votos NÃO; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 50 Senhores Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório Final foi **aprovado** contra o voto do Senado Tião Viana. O Deputado Gilmar Machado solicitou o encerramento da reunião. O Presidente não acatou a solicitação, em consonância com o disposto no *art. 303 do Regimento Interno do Senado Federal*. Às quatro horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de dezembro, os trabalhos foram suspensos. Às quatorze horas e cinco minutos do mesmo dia, o Presidente titular reabriu os trabalhos, interrompendo-os em seguida, em virtude da indisponibilidade do Relatório sobre o parecer do Relator-Geral aos destaques. Às dezessete horas e nove minutos do mesmo dia, o Presidente reiniciou os trabalhos, informando que o Relatório constava de cerca de 350 páginas e ainda não havia sido concluído. Por esta razão, a reunião seria adiada mais uma vez. O Deputado Gilmar Machado registrou que a reunião seria adiada pela segunda vez. O Deputado Alberto Goldman e o Senador Leomar Quintanilha discutiram o assunto. Às dezessete horas e treze minutos, a reunião foi suspensa. Às vinte e duas horas e quarenta e seis minutos do mesmo dia, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, deu continuidade aos trabalhos. O Presidente, dando continuidade ao processo de votação do Relatório Final, informou que passaria à votação da matéria constante do Quadro VII do Relatório, constante da página 71 do volume I, conforme estabelecido no *art.13 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Presidente esclareceu que se tratavam das obras apontadas pelo Tribunal de Contas da União com indícios de irregularidades graves e o Relator-Geral, apoiado pelo Relatório do Comitê de Avaliação das Informações enviadas por aquela Corte de

Contas, acatou os critérios daquele Tribunal que definem indícios de irregularidades como graves. Continuando, o Presidente informou que o Relator-Geral decidiu incluir quadro anexo à lei orçamentária, contendo a relação de obras, bem como os contratos, convênios, subtrechos e parcelas, sugerindo que fosse suspensa a execução dos mesmos até saneamento das irregularidades. Os Deputados Virgílio Guimarães e José Carlos Aleluia solicitaram que a discussão não fosse iniciada até que houvesse acesso ao Relatório com o parecer do Relator-Geral sobre os destaques apresentados. O Deputado Ricardo Barros concordou e informou que, após reunião realizada no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, havia sido acordado que 32 Projetos de Lei de créditos suplementares seriam apreciados após a apreciação do Quadro VII e dos destaques ao Relatório Final. O Deputado Miro Teixeira, Líder do Partido Democrático Trabalhista, solicitou ao Presidente que somente fossem apreciados, na reunião da Comissão, os Projetos de Lei provenientes do acordo. O Presidente propôs que fosse iniciado o debate sobre o Relatório do Comitê de Avaliação de Informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União até que fosse disponibilizado o Relatório com o parecer do Relator-Geral sobre os destaques apresentados. Os Deputados João Coser, João Caldas, Paulo Kobayashi e o Senador Leomar Quintanilha manifestaram-se favoráveis; e os Deputados Fernando Coruja e Virgílio Guimarães, contrários. Não havendo acordo sobre o início da discussão da matéria constante do Quadro VII – obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União, o Presidente suspendeu a reunião, às vinte e três horas e cinco minutos. Às zero hora do dia vinte e dois de dezembro, o Presidente titular reabriu a reunião. Foi realizada retirada dos destaques pelos respectivos autores: destaque 2.215, do Deputado Helenildo Ribeiro; destaques 1.421 e 1.422, do Deputado Jovair Arantes; destaques 123, 2.125, 2.146, 2.147, do Deputado Giovanni Queiroz. O Deputado Miro Teixeira propôs que os Relatórios apresentados aos Projetos de Lei, oriundos do acordo, fossem apreciados inicialmente, em extrapauta, com o compromisso de não haver pedido de verificação de votação. Os Deputados Airton Cascavel e Giovanni Queiroz foram favoráveis e o Deputado Virgílio Guimarães pronunciou-se contra a proposta. O Deputado Mussa Demes propôs que todos os Relatórios fossem votados em globo. O Deputado Ricardo Barros sugeriu que os Representantes do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na Comissão se manifestassem sobre a proposta do Deputado Miro Teixeira. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se favorável, não concordando apenas com a votação em globo. Em seguida, o Presidente anunciou os Projetos de Lei pertencentes ao acordo realizado em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: 40, 63, 74, 103, 91, 85, 51, 87, 68, 72, 78, 94, 61, 64, 83, 115, 117, 80, 48, 69, 100, 71, 75, 46, 95, 101, 105, 110, 114, 116, 122 e 89/2001-CN. O Deputado João Coser solicitou à Presidência que o relator prestasse esclarecimentos quando se tratasse de Substitutivo, obtendo acolhimento. – Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos de Lei: **1) Projeto de Lei nº 40/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 1.786.495,00 (um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento". Relator: Deputado José Carlos Elias. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O Presidente informou que o Relatório já havia sido votado, na representação da Câmara dos Deputados, na reunião anterior. Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **2) Projeto de Lei nº 63/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R$ 44.872.297,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Alberto Goldman. Foram apresentadas 42 emendas ao Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3) Projeto de Lei nº 74/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 356.964.650,00 (trezentos e cinqüenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinqüenta reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima. Foram apresentadas 59 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4) Projeto de Lei nº 103/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pe-

cuária e Abastecimento e da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor global de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Nelson Meurer. Foram apresentadas 03 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5) Projeto de Lei nº 91/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Airton Dipp. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6) Projeto de Lei nº 85/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 30.078.981,00 (trinta milhões, setenta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado João Caldas. Foram apresentadas 62 emendas ao Projeto. O Deputado João Coser teceu considerações acerca do não atendimento às solicitações dos parlamentares. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **7) Projeto de Lei nº 51/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R$ 21.626.177,00 (vinte e um milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Jorge Bittar. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **8) Projeto de Lei nº 87/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 345.008.740,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, oito mil e setecentos e quarenta reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento". Relator: Deputado João Pizzolatti. Foram apresentadas 02 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados João Coser, Fernando Coruja, Giovanni Queiroz, Airton Cascavel, Virgílio Guimarães, Orlando Desconsi na representação da Câmara dos Deputados; e contra os votos dos Senadores Tião Viana e Ademir Andrade na representação do Senado Federal. **9) Projeto de Lei nº 68/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 81.753,00 (oitenta e um mil, setecentos e cinqüenta e três reais), para reforço de dotações constante do orçamento vigente". Relator: Deputado João Matos. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **10) Projeto de Lei nº 72/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 4.547.578,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais), em favor da Câmara dos Deputados e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica". Relator: Deputado Neuton Lima. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Substitutivo. Os Deputados José Carlos Aleluia e Walter Pinheiro solicitaram o adiamento da apreciação do Relatório, obtendo acolhimento do Presidente. **11) Projeto de Lei nº 78/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 46.156.056,00 (quarenta e seis milhões, cento e cinqüenta e seis mil, cinqüenta e seis reais), para reforço de dotações constantes no orçamento vigente". Relatora: Deputada Zila Bezerra. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. A relatora esclareceu que o Substitutivo foi apresentado visando à correção de erro material. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por

unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **12) Projeto de Lei nº 94/2001-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R$ 7.063.992,00 (sete milhões, sessenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais), em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Senador Ademir Andrade. Foram apresentadas 05 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Por solicitação do Deputado José Carlos Aleluia a apreciação da ma-

téria foi adiada para o final da reunião. **13) Projeto de Lei nº 61/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 49.276.943,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Giovanni Queiroz. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **14) Projeto de Lei nº 64/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 118.199.029,00 (cento e dezoito milhões, cento e noventa e nove mil, vinte e nove reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. O Presidente informou que o Deputado Arnon Bezerra havia sido substituído pelo Deputado José Borba naquela data. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **15) Projeto de Lei nº 83/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 35.702.324,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Deputado Roberto Balestra. Foram apresentadas 04 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **16) Projeto de Lei nº 115/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito especial no valor global de R$ 28.187.435,00 (vinte e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado José Carlos Aleluia. Foram apresentadas 87 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **17) Projeto de Lei nº 117/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 186.129.607,00 (cento e oitenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e sete reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Senador Moreira Mendes. Foram apresentadas 52 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **18) Projeto de Lei nº 80/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 120.940.467,00 (cento e vinte milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Deputado Nelson Meurer. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **19) Projeto de Lei nº 48/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 57.164.152,00 (cinqüenta e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e cinqüenta e dois reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Deputado João Grandão. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **20) Projeto de Lei nº 69/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R$ 85.314.967,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente". Relator: Senador Nabor Júnior. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra o votos dos representantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores na representação da Câmara dos Deputados; e por unanimidade na representação do Senado Federal. **21) Projeto de Lei nº 100/2001-CN,** que

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 64.849.851,00 (sessenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinqüenta e um reais), para reforço de dotação constante do orçamento vigente". Relator: Senador Leomar Quintanilha. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **22) Projeto de Lei nº 71/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais), em favor do Ministério Público da União, para os fins que especifica". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **23) Projeto de Lei nº 75/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 110.890.528,00 (cento e dez milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e vinte e oito reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 05 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O relator fez a leitura do Substitutivo. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado José Carlos Aleluia, uma vez esclarecido, solicitou a apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 72 e 94/2001-CN e obteve acatamento do Presidente. **24) Projeto de Lei nº 72/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 4.547.578,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais), em favor da Câmara dos Deputados e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica". Relator: Deputado Neuton Lima. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Substitutivo. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **25) Projeto de Lei nº 94/2001-CN,** que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R$ 7.063.992,00 (sete milhões, sessenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais), em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. Relator: Senador Ademir Andrade. Foram apresentadas cinco emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **26) Projeto de Lei nº 46/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor de R$ 9.912.000,00 (nove milhões, novecentos e doze mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Virgílio Guimarães. Foram apresentadas 242 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Substitutivo. O relator fez a apresentação do Relatório. O relator apresentou o Substitutivo e prestou os esclarecimentos necessários. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **27) Projeto de Lei nº 95/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Defesa e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R$ 157.926.359,00 (cento e cinqüenta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil, trezentos e cinqüenta e nove reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes". Relator: Deputado Airton Cascavel. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **28) Projeto de Lei nº 101/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R$ 159.865.925,00 (cento e cinqüenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais), em favor de diversos Órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente". Relator: Deputado Paulo Feijó. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Substitutivo. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **29) Projeto de Lei nº 105/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 337.778.773,00 (trezentos e trinta e sete milhões, se-

tecentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Mussa Demes. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **30) Projeto de Lei nº 110/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 215.016.600,00 (duzentos e quinze milhões, dezesseis mil e seiscentos reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Eujácio Simões. Foram apresentadas 02 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **31) Projeto de Lei nº 114/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor global de R$ 62.640.000,00 (sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". Relator: Senador Jonas Pinheiro. Foram apresentadas 31 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **32) Projeto de Lei nº 116/2001-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R$ 4.630.307,00 (quatro milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e sete reais), em favor do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente". Relator: Deputado Divaldo Suruagy. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **33) Projeto de Lei nº 122/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 18.679.885,00 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Mussa Demes. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Não houve debate. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **32) Projeto de Lei nº 89/2001-CN,** que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R$ 1.943.620.937,00 (um bilhão, novecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e trinta e sete reais) para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Jorge Khoury. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente encerrou a apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se contrário à inclusão em extrapauta do Relatório ao Projeto de Lei nº 118/2001-CN. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação do Quadro VII do Relatório, conforme estabelecido no *art.13 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional* e esclareceu que se tratavam de obras apontadas pelo Tribunal de Contas da União com indícios de irregularidades graves e o Relator-Geral, apoiado pelo Relatório do Comitê de Avaliação das Informações enviadas por aquela Corte de Contas, acatou os critérios definidos por aquele Tribunal quanto a indícios de irregularidades graves. Continuando, o Presidente informou que o Relator-Geral decidiu incluir quadro anexo à lei orçamentária, contendo a relação de obras com indícios de irregularidades graves, bem como os contratos, convênios, subtrechos e parcelas, no texto da lei orçamentária, à execução dos mesmos até o saneamento das irregularidades. O Presidente informou que os destaques referentes às obras com indícios de irregularidades haviam sido retirados pelos autores. Os demais destaques foram prejudicados pela ausência dos mesmos. Discutiram a matéria os Deputados João Coser, José Carlos Aleluia, João Caldas, Alberto Goldman, Virgílio Guimarães e Miro Teixeira. A seguir, o Presidente encerrou o debate. Em votação, o Quadro VII, constante do Relatório Final – Obras com Indícios de Irregularidades Graves - com execução vedada até o saneamento das irregularidades, RESSALVADOS os destaques, foi **aprovado** contra o voto do Deputado Paulo Mourão, na representação da Câmara dos Deputados. Ao anunciar o resultado na representação do Senado Federal, o Senador Tião Viana pediu verificação de votação com apoiamento do Senador Wellington Roberto, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Deputado Ricardo Barros, representante da Liderança do Governo na

Comissão, solicitou empenho dos Senhores Senadores para que os trabalhos não fossem interrompidos. O Deputado Jovair Arantes foi designado para fazer a chamada nominal na representação do Senado Federal, à uma hora e trinta e seis minutos. Nesse momento, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. Os Senadores Welington Roberto e Antônio Carlos Valadares registraram a obstrução. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação: total de votos SIM: 05; total de votos NÃO: 01; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 06. À uma hora e quarenta e quatro minutos, o Presidente titular reassumiu a direção dos trabalhos e anunciou a inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou a reunião, à uma hora e quarenta e sete minutos do dia 22 de dezembro, antes convocando os Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão a participarem de reunião na sala da Presidência, logo após o enceramento dos trabalhos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador CARLOS BEZERRA. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 4º reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das seguintes pautas.

Pauta nº 29, de 2001: relatórios apresentados a todos os projetos de lei de créditos adicionais que tramitam na Comissão.

Pauta nº 30, de 2001: relatórios apresentados sobre a execução orçamentária de subtítulos e requerimentos remanescentes de pautas anteriores.

Pauta nº 31, de 2001: alteração das decisões quanto aos destaques aprovados no relatório setorial da Área Temática I — Poder, Estado e Representação —, e errata apresentada ao relatório setorial da Área Temática IX — Integração Nacional e Meio Ambiente.

Pauta nº 32, de 2001: apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 32, de 2001, proposta orçamentária para 2002.

Apreciação das atas das seguintes reuniões:

Primeira reunião ordinária, realizada no dias 3, 4, 5, 6 e 7 de dezembro de 2001, e 10ª reunião ordinária de audiência pública, realizada no dia 11 de dezembro de 2001.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas por terem sido as mesmas distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, não há concordância. A leitura será necessária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deixarei a apreciação das atas para outra oportunidade.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, as atas têm de ser lidas. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes, terminarei de ler o expediente.

Ofício nº 48, de 18 de dezembro, do Presidente da Comissão Especial do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o primeiro relatório preliminar da Comissão destinada ao acompanhamento e à avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia, instituído pelo decreto de 5 de junho de 2001.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, durante todo o dia de hoje, ocorreram reuniões envolvendo membros de partidos da base governista e da Oposição.

A Oposição, na parte da tarde, em articulação conjunta de todos os seus partidos, resolveu suspender a obstrução à sessão do Congresso Nacional, para que pudéssemos votar todos os créditos aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Neste ínterim, estava sendo encaminhada a reunião dos partidos da base governista para analisar se atenderiam aos nossos pleitos nessa retomada de negociação. Assim, antes de começar esta reunião, queremos, do Líder do Governo, notícia acerca da referida reunião.

Faço, então, um apelo ao Deputado Ricardo Barros no sentido de que exponha a todos os Parlamentares da Comissão o grau de desenvolvimento dos entendimentos dos partidos da base governista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Líder Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer aos Líderes da

Oposição, que nos permitiram conduzir os trabalhos hoje na sessão do Congresso e homologar as decisões aqui já tomadas pela Comissão do Orçamento referente a créditos.

Gostaria também de dizer que a negociação está em andamento há vários dias e que muitas ações foram desenvolvidas, tanto técnica quanto politicamente. Chegamos agora a momento em que a base do Governo se reuniu e está avaliando as propostas da Oposição.

A negociação está em andamento, mas ainda não há conclusão, porque o Líder Geddel Vieira Lima estava viajando e porque o Presidente Fernando Henrique está se deslocando para o Uruguai e, por isso, não pôde ser contactado para emitir opinião sobre a avaliação que os Líderes estão fazendo dessa negociação. Temos de aguardar a chegada do Presidente, que conversará com o Líder Arnaldo Madeira. Estamos, então, aguardando S.Exa. para anunciar se há ou não possibilidade de avançarmos nas negociações.

Os pleitos são conhecidos, referem-se ao aumento dos servidores, reajuste do salário mínimo e renegociação da dívida dos pequenos produtores rurais.

Portanto, anuncio que estamos em negociação e que, enquanto esta não se conclui, pretendemos iniciar a leitura do relatório do Deputado Sampaio Dória e sua posterior discussão.

Por enquanto, esta é a posição que posso adiantar aos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, a posição da base governista não correspondeu ao gesto objetivo, concreto da Oposição. Votamos todos os créditos na expectativa de resposta da base governista. Fica parecendo, Sr. Presidente, que a base governista está tentando enrolar a Oposição — desculpem-me a expressão grosseira.

Então, vamos manter a obstrução.

Gostaria que V.Exa. providenciasse a leitura da ata, que ainda não ocorreu. Não podemos iniciar uma reunião sem saber se concordamos ou não com o que aconteceu na reunião anterior. Pode ser que tenham ocorrido graves distorções nas intervenções registradas pela Mesa.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou providenciar primeiro a leitura da Ata, que será feita pelo Deputado Pedro Novais. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa.

(Não identificado) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que distribua cópia da ata aos Srs. Parlamentares presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já foi distribuída em abundância. Desde a semana passada as cópias pululam por aí.

(Não identificado) – Não chegaram às nossas mãos, Sr. Presidente. E quero uma cópia para acompanhar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O material fica aqui, Deputado. Não entregamos de mão em mão.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Ata:

Terceira Sessão Legislativa Ordinária

Qüinquagésima Primeira Legislatura.

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 3, 4, 5, 6 e 7 de dezembro de 2001.

(Não identificado) – Sr. Presidente, não achei cópia da ata. Quero acompanhar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foram buscar mais cópias.

(Não identificado) – Vamos aguardar.

(Não identificado) – Não precisa de cópia não, Sr. Presidente, a ata está sendo lida.

(Não identificado) – Continue a leitura, porque ninguém é analfabeto aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Continuo:

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Pedro Novais, quero comunicar ao Plenário que o Presidente da República da Argentina acaba de renunciar neste instante.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS –

... a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28, que são os Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alber-

to Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Narcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; Senadores titulares: Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Augusto Franco, Carlito Merss, Carlos Nader, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Fernando Gonçalves, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Gervásio Silva, Givaldo Carimbão, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lidia Quinan, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Tânia Soares, Telma de Souza, Wagner Salustiano e Waldemir Moka; Senadores suplentes: Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Jefferson Péres, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Ricardo Santos e Romeu Tuma. Deputados não membros: Djalma Paes, Dr. Heleno, Francisco Garcia, Ildefonço Cordeiro, Lincoln Portela e Olimpio Pires. Foi registrada a ausência dos membros: Deputados titulares: João Coser, José Priante, Olavo Calheiros, Osvaldo Coelho, Pedro Celso e Sérgio Miranda. Senadores titulares: Ademir Andrade, Jonas Pinheiro, Moreira Mendes, Paulo Hartung e Pedro Ubirajara. Abertura: Às dezessete horas e quatro minutos e havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente em exercício deu início à reunião, fazendo a leitura do seguinte expediente: Correspondência externa recebida: Ofício 237-C, de 23 de novembro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Juiz Francisco Antônio de Oliveira, informando que foi concluída a minuta do edital de licitação para a contratação de empresa para a retomada das obras do Fórum Trabalhista de 1ª Instância da Cidade de São Paulo; Aviso/SGS, emitido pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: nº 6.473, de 23 de novembro, encaminhando cópia da Decisão nº 349/2001 sobre relatório de auditoria realizada na Secretaria Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo. Em seguida, anunciou a inexistência de número regimental para deliberação e suspendeu os trabalhos. Às dez horas e dois minutos do dia quatro de dezembro do mesmo ano, o Presidente titular anunciou a inexistência de ***quorum*** *para deliberação e interrompeu os trabalhos em seguida. Às quatorze horas e quarenta e três minutos do mesmo dia, o Presidente deu início à reunião. Expediente: Correspondência interna recebida: Ofício nº 134, de 3 de dezembro, comunicando impedimento do Senador Paulo Hartung para relatar o Projeto nº 122/2001 – CN. Distribuição de matéria: Subtítulo 20.607.0379.1836.0077 – Construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum – Projeto Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores no Estado de Alagoas, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 05/01/2001 (Lei Orçamentária para 2001). Relatora designada: Deputada Zila Bezerra, do Bloco Parlamentar PSDB/PTB, do Acre. Redistribuição de matéria: Projeto de Lei nº 122/2001 – CN. Relator designado: Deputado Mussa Demes, do Bloco PFL/PST do Piauí, em substituição ao Senador Paulo Hartung. O Presidente deu conhecimento ao Plenário de que havia sido entregue na Secretaria da Comissão o relatório do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, referente à execução orçamentária do Subtítulo 25.752.0292.3244.0001– implantação de sistema de transmissão em Mato Grosso (345 quilômetros de LT 12 e subestações totalizando 514 MVA), no Estado de Mato Grosso, na Unidade Orçamentária 32.224 – ELETRONORTE, listado no Quadro V, anexo à Lei Orçamentária para 2001, e comunicou que estaria aberto o prazo de 05 a 09 de dezembro para a apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, conforme o disposto no art. 35, inciso VII, letra "c" da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. Ordem do Dia: O Presidente comunicou ao Plenário que, inicialmente, todos os Relatórios Setoriais seriam apresentados e discutidos. Após o encerramento da discussão de todos os Relatórios,*

passar-se-ia à apreciação dos destaques apresentados a cada Área Temática. Em seguida, retomou a apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2002, iniciada na reunião anterior. Item 01. Área temática I: Poderes do Estado e Representação. Relator-Setorial: Deputado Wilson Braga. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Item 02. Área Temática II: Justiça e Defesa. Relator-Setorial: Senador Wellington Roberto. Tendo iniciado na reunião anterior, o Presidente anunciou o encerramento da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Item 03. Área Temática III: Fazenda e Desenvolvimento. Relator-Setorial: Deputado Félix Mendonça. O Deputado Wilson Braga teceu comentários acerca do artigo publicado no jornal ***Folha de S.Paulo*** *sobre o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo. Em seguida, apresentou o Requerimento solicitando que a emenda sobre esta matéria fosse encaminhada ao Comitê de Avaliação de Emendas, constituído conforme o estabelecido no inciso II do §1º do artigo 11 da Resolução 01, de 2001, do Congresso Nacional. O Deputado Gilmar Machado discutiu o assunto. O Presidente acolheu o requerimento. Item 04. Área Temática IV: Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Relator-Setorial: Deputado Nelson Meurer. O relatório foi apresentado. O Presidente anunciou o início da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Às quinze horas e vinte e nove minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. Debateram a matéria os Deputados João Coser, Pedro Novais, Gilmar Machado, João Leão, Jorge Bittar, Virgílio Guimarães, Claudio Cajado, Márcio Reinaldo Moreira, Giovanni Queiroz e João Grandão. O Senador Leomar Quintanilha apresentou solicitação sobre o PRONAF, entregando-a ao Relator. O Relator-Setorial respondeu aos questionamentos levantados. Ao reassumir a conclusão dos trabalhos, o Presidente titular encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques, às dezesseis horas e quinze minutos. Item 08. Área Temática VIII: Previdência e Assistência Social. Relator-Setorial: Senador Ronaldo Cunha Lima. O relatório foi apresentado pelo Relator. Usaram da palavra para discutir a matéria os Deputados Armando Abílio, Sérgio Miranda, Laura Carneiro, João Coser, Dr. Rosinha, Gonzaga Patriota, João Grandão, Welinton Fagundes e Jorge Bittar. Às dezessete horas e trinta minutos os trabalhos foram suspensos. Às nove horas e cinqüenta e quatro minutos do dia 5 de dezembro, o Presidente titular deu prosseguimento à reunião, retomando a discussão do relatório setorial da Área Temática VIII: Previdência e Assistência Social. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se contra, em virtude da inexistência de acordo quanto ao reajuste do valor do salário mínimo para 2002. O Deputado Gilmar Machado discutiu o assunto. Às dez horas e dois minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. O Relator-Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos Parlamentares. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Item 10. Área Temática X: Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Relator-Setorial: Senador Leomar Quintanilha. O Relator-Setorial apresentou os pontos mais relevantes do relatório. O Presidente em exercício transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado Pedro Chaves às dez horas e vinte e quatro minutos, retornando às dez horas e trinta minutos. Às onze horas e trinta e dois minutos, o Presidente titular reassumiu a direção dos trabalhos. Iniciado o debate, discutiram a matéria os Deputados João Coser, Armando Abílio, Pedro Celso, Roberto Balestra, Pedro Chaves, Pedro Novais, Jorge Bittar, Domiciano Cabral, João Magno, Lúcia Vânia, Marçal Filho, Laura Carneiro, Antônio Carlos Konder Reis, Gonzaga Patriota, Pedro Eugênio. Divaldo Suruagy, Damião Feliciano e Nair Xavier Lobo. Às onze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado Félix Mendonça, retornando em seguida. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Às doze horas e quarenta e um minutos, os trabalhos foram suspensos, tendo em vista o início da Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional. Às quatorze horas e cinqüenta minutos do mesmo dia, o Presidente titular deu prosseguimento à reunião. Item 06. Área Temática VI: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. Relator-Setorial: Deputado Gilmar Machado. O Relator-Setorial apresentou resumo do seu Relatório. Às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos...*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio ao Plenário. Dentro de, no máximo, uma hora acabará a leitura da ata. Portanto, peço silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS –

... o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, ao assumir a direção dos trabalhos, anunciou o início da discussão e do prazo para a apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados: Pedro Eugênio, Armando Abílio, Laura Carneiro, Zila Bezerra, Gonzaga Patriota, Pedro Novais, Helenildo Ribeiro, Divaldo Suruagy, Antônio Carlos Konder

Reis, Orlando Desconsi, Welinton Fagundes, Jorge Bittar, João Magno, João Grandão, Airton Dipp, Alberto Goldman e Nair Xavier Lobo. Às dezesseis horas e cinco minutos, a condução dos trabalhos foi transferida ao Deputado João Coser, e às dezessete horas e trinta e oito minutos o Primeiro Vice-Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Em seguida, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, os trabalhos foram reinterrompidos e reiniciados às vinte e uma horas e vinte e oito minutos do mesmo dia. Item 07. Área Temática VII: Saúde. Relator-Setorial: Deputado Paulo Feijó. O Presidente informou ao Plenário que ainda havia três Relatórios Setoriais a serem apresentados, quais eram, Áreas Temáticas V — Infra-estrutura; VII — Saúde, e IX — Integração Nacional e Meio ambiente. Discutiram o assunto os Deputados Jorge Bittar, Laura Carneiro, Ricardo Barros, Giovanni Queiroz, Gerson Gabrielli e Santos Filho. O Presidente propôs ao Relator da Área VII, Saúde, que somente fossem apresentados os pontos relevantes do Relatório. Os debates foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Marçal Filho, Agnelo Queiroz, Dr. Benedito Dias, Armando Abílio, Laura Carneiro, Dr. Rosinha, Pedro Celso, Zila Bezerra, Pedro Chaves, João Grandão, Domiciano Cabral, Pedro Eugênio, Jovair Arantes, João Magno, Jorge Bittar, Giovanni Queiroz, Alexandre Santos, Anivaldo Vale, Lúcia Vânia, Orlando Desconsi, João Coser, Antônio Carlos Konder Reis, Clementino Coelho e o Senador Gilvam Borges. O Relator-Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos Parlamentares. Área Temática V — Infra-Estrutura. Relator-Setorial: Deputado José Chaves. O relatório foi apresentado. Às vinte e três horas e cinqüenta e nove minutos, a Presidência foi transferida ao Deputado Pedro Novais, e à zero hora e sete minutos, o Presidente titular reassumiu. Iniciado o debate, discutiram a matéria os Deputados Pedro Chaves, Laura Carneiro, Raimundo Gomes de Matos, João Grandão, Pedro Novais, Jorge Bittar, Zila Bezerra, João Matos, Paes Landim, Lúcia Vânia, João Magno, Orlando Desconsi, João Coser, Armando Abílio, Olavo Calheiros, Átila Lins, Giovanni Queiroz, Coriolano Sales, e os Senadores: Gilvam Borges e Tião Viana. O Relator-Setorial respondeu aos questionamentos levantados. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Item 09. Área Temática IX — Integração Nacional e Meio Ambiente. Relator-Setorial: Deputado Luciano Castro. Discutiram a matéria os Deputados: Armando Abílio, Fátima Pelaes, Laura Carneiro, João Coser, Raimundo Gomes de Matos, Pedro Novais, Zila Bezerra, Paes Landim, João Grandão, Mussa Demes, Lúcia Vânia, Antônio Carlos Konder Reis, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Giovanni Queiroz, João Magno, e o Senador Tião Viana. O Relator-Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos Parlamentares. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para a apresentação de destaques. Às três horas e cinco minutos do dia sete de dezembro, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às dez horas e quarenta minutos do mesmo dia, o Presidente Titular deu prosseguimento à reunião. O Presidente leu a seguinte correspondência. Correspondência externa recebida: 1) – Ofício 470, de 05 de dezembro, do Ministro da Justiça, Dr. Aloysio Nunes Ferreira Filho, solicitando que sejam feitas correções nas programações do Departamento de Polícia Federal que estão inseridas no Projeto de Lei Orçamentária para 2002. O Presidente informou que cópia desse expediente havia sido encaminhada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória. 2) Ofício nº 1.014, de 5 de dezembro, do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Agílio Monteiro Filho, solicitando aprovação do Projeto de Lei nº 75/2001—CN. Expedientes encaminhados pela Secretaria de Controle Externo no Acre, do Tribunal de Contas da União: Ofício 247 e 252, de 13 de novembro, informando que foi enviada, ao Ministério das Minas e Energia e à ELETROBRÁS, cópia do relatório de auditoria efetuado na Companhia de Eletricidade do Acre — ELETROACRE. O Presidente anunciou que em reunião realizada no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão foi decidido que os Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas seriam votados em bloco, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União. O Plenário consentiu. Em votação em bloco. Ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, os Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas I - Poderes do Estado e Representação, II - Justiça e Defesa, III - Fazenda e Desenvolvimento, IV - Agricultura e Desenvolvimento Agrário, V - Infra-estrutura, VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, VII – Saúde, VIII - Previdência e Assistência Social, IX - Integração Nacional e Meio Ambiente e X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano foram aprovados nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. (Tumulto.)

Gostaria de ser ouvido, especialmente pelo Senador Jucá.

O Deputado Federal João Coser registrou voto contrário no Relatório da Área Temática III - Fazenda e Desenvolvimento. Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos para organização dos destaques. Às dez horas e cinqüenta e seis minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião. Apreciação dos destaques. Área II - Justiça e Defesa. Foram apresentados 43 destaques. Destaque com parecer do relator pela aprovação integral. 1) Destaque 24, do Senador Gilberto Mestrinho. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaque com parecer do relator pela aprovação parcial: 02, do Deputado Jorge Bittar; 10 e 11, do Senador Tião Viana. Em votação em bloco, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela rejeição: 1, 3 a 9, 12 a 23, 25 a 37, 39 a 43. Em votação, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. (Tumulto.)

Sr. Presidente, o único Parlamentar que está ouvindo a leitura da ata é o Deputado Miro Teixeira. E já que S.Exa. está sendo...

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Gonzaga Patriota também, atentamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - ... interrompido, gostaria que V.Exa. fizesse soar as campainhas.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, daqui, estou com a visão da mesa obstruída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Essa Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que dêem atenção ao nobre Deputado que faz a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Eu estou tentando acompanhar a leitura da ata e não estou conseguindo.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Eu sei que o Deputado Miro Teixeira está tentando acompanhar, mas está sendo interrompido por dois Senadores que estão ao seu lado. Eu gostaria de ser ouvido.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Há até algumas observações aqui, que V.Exa. leu e não estão na minha cópia, porque daqui a pouco...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Continuo a leitura.

4) Destaques prejudicados pelo atendimento a outro do mesmo teor: 38. Área VIII - Previdência e Assistência Social. Foram apresentados 35 destaques. O Relator-Setorial se posicionou pela rejeição de todos os destaques apresentados. O Deputado Alexandre Cardoso registrou posição contrária. Discutiram o assunto os Deputados Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Guimarães e Osvaldo Reis. Às onze horas e quatorze minutos, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às onze horas e vinte e sete minutos do mesmo dia. Os Deputados Alexandre Cardoso, João Coser e Gilmar Machado solicitaram a distribuição da lista com o parecer dos destaques. O Presidente informou que havia sido detectado erro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Essa Presidência pede aos Srs. Senadores e Deputados que dêem um pouco de atenção ao nobre Deputado Pedro Novais, que está lendo a ata.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Repito:

... tinha sido detectado erro no sistema de digitação de destaques. Às doze horas e trinta e oito minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados. O Deputado Giovanni Queiroz manifestou posição de obstrução às votações, tendo em vista a inexistência de acordo quanto à política de reajuste do valor do salário mínimo para 2002 e do salário dos funcionários públicos. O Deputado Ricardo Barros discutiu o assunto. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, os trabalhos foram suspensos em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às quinze horas e dezoito minutos do mesmo dia, o Presidente retomou a apreciação dos destaques apresentados à Área VIII - Previdência e Assistência Social. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques por tipo de parecer. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se contra. A Deputada Laura Carneiro e o Deputado Ricardo Barros sugeriram a votação em bloco, retirando-se os destaques de interesse do parlamentar para votação em separado. O Presidente anunciou a votação individual de cada destaque. Destaques 1 a 6: prejudicados pela ausência. Destaques 7, 8 e 9, da Deputada Laura Carneiro. Parecer do relator: contra. Os Deputados Giovanni Queiroz e Virgílio (...)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS –

O Presidente anunciou a votação do parecer contrário do relator. Ao anunciar o resultado da votação, e em havendo questionamento, o Presidente decidiu promover a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado João Leão foi

solicitado para fazer a chamada nominal dos senhores Deputados. Durante a chamada, o Presidente anunciou a prejudicialidade dos 3 destaques da Deputada Laura Carneiro, conforme o disposto no inciso VIII, § 2º do art. 33 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. Os Deputados Virgílio Guimarães e João Coser questionaram a decisão do Presidente. Às dezesseis horas e quatro minutos, os trabalhos foram suspensos para esclarecimentos do assunto pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Às dezenove horas e vinte e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente reiniciou a reunião. A Deputada Laura Carneiro retirou os destaques 7, 8 e 9 apresentados à Área VIII - Presidência e Assistência Social. O Presidente consultou o Plenário acerca da votação em globo dos destaques por tipo de parecer. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade das representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o parecer do Relator-Setorial pela rejeição de todos os destaques apresentados foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Virgílio Guimarães registrou voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores e, em seguida, retirou a obstrução em função do acordo para reajuste do valor do salário mínimo e do funcionalismo público. Área III - Fazenda e Desenvolvimento. Foram apresentados 19 destaques. O Relator-Setorial leu o parecer dos destaques apresentados. 1) Destaque com parecer do relator pela aprovação integral: 4, do Deputado Almir Sá. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 2, do Senador Romero Jucá; 7, do Senador Nabor Júnior; 11, do Senador Tião Viana; 12, do Deputado Pedro Chaves; e nº 13, do Deputado Jorge Bittar. Em votação em bloco, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela rejeição: 5, 8, 9 e 10. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Às vinte horas e treze minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Terceiro Vice-Presidente, Deputado Virgílio Guimarães, reassumindo às vinte horas e cinqüenta minutos. Área I - Poderes do Estado e Representação. Foram apresentados 27 destaques. 1) Destaques com parecer do relator pela aprovação integral: 15, do Deputado Virgílio Guimarães; 21 e 22, do Deputado Sérgio Miranda. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer do relator pela aprovação parcial: 1, 2 e 25, do Deputado Pedro Chaves; 3 e 27, do Deputado Jorge Bittar; 4 e 6, do Senador Romero Jucá; 8, do Deputado Gonzaga Patriota; 12, do Deputado Santos Filho; 14, do Deputado Virgílio Guimarães. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, queria um esclarecimento. S.Exa. leu o Destaque nº 14 agora, depois do de nº 12, do Deputado Santos Filho. Não há esse destaque na ata.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não há esse destaque na ata. V.Exa. acrescentou.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Imagino que V.Exas. estão querendo me confundir.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É na página sete.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Vou repetir o trecho:

2) Destaques com parecer do relator pela aprovação parcial: 1, 2 e 25, do Deputado Pedro Chaves; 3 e 27, do Deputado Jorge Bittar; 4 e 6, do Senador Romero Jucá; 8, do Deputado Gonzaga Patriota; 12, do Deputado Santos Filho; 14, do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não consta na ata.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não há isso na ata distribuída. Não há o n.º 14.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Temos atas diferentes.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não houve mesmo. Esse destaque não foi votado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, o que consta na ata da mesa não consta na que foi distribuída.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Alguma mão invisível terá mudado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, a Presidência esclarece a V.Exa. que ontem ouviu a fita, e houve divergências no esclarecido pela secretária da Mesa, que me informou que, na realidade, consta da fita...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não consta. É destaque retirado. E não se pode mu-

dar assim. Foi distribuído de uma maneira, foi mudado depois na leitura. Essa é uma maneira sub-reptícia de fazer. Não estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, a Presidência vai decidir e esse assunto será discutido.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não é possível, Sr. Presidente, distribuir um texto aqui e fazer uma leitura diferente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não podemos ter textos diferentes.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não é possível assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Qual a sugestão de V.Exa.? Houve um equívoco da Presidência — não era eu quem presidia —, e a secretária Myrna já disse isso a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Qual a ata que estamos votando? A que foi distribuída?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É a que está sendo lida, que não é igual a essa. Ela encerra no Destaque n.º 12, do Deputado Santos Filho. Não entra o de n.º 14, motivo dessa polêmica. Foi retirado o de n.º 14, nobre Deputado Virgílio Guimarães. Houve realmente a falha.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Podemos voltar a ouvir a fita toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estamos concordando, porque a secretária Myrna já disse que V.Exa. tem razão. Pára aqui, no nº 12, do Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não há o de nº 14?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há o de nº 14.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Perfeito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, concordo com a explicação, mas a situação é de enorme gravidade, porque a ata lida pela Mesa é diferente da que foi distribuída. Chamo a atenção para a importância da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Fernando Coruja, a ata foi distribuída há alguns dias, ou melhor, desde segunda-feira.

Na realidade, ontem, quando o nobre Deputado Virgílio Guimarães ouviu a fita, a secretária Myrna concordou que houve falha da Secretaria. Por isso é que a ata que está sendo lida se encerra no nº 12, do Deputado Santos Filho. Esse problema, levantado com procedência pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães, será discutido posteriormente.

Nobre Deputado Fernando Coruja, assim ficará tudo esclarecido. O questionamento feito por V.Exa. e pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães é procedente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não bastaria que o nosso queridíssimo **speaker** suprimisse o restante?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Como disse V.Exa.: nº 12, do Deputado Santos Filho. Ponto. Risca-se o de nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Há outras observações relativas ao vernáculo que farei depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais, para prosseguir a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS –

Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer do relator pela rejeição: 1 e 5. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque nº 18, do Deputado Virgílio Guimarães. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Destaques prejudicados: 7, 9, 10, 17, 11, 13, 16, 19, 20, 23, 24 e 26. Área Temática IV - Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Foram apresentados 45 destaques. O Presidente fez proposta de votação dos destaques em globo e foi acolhida pelo Plenário. Destaques com parecer pela rejeição: 1 a 19, 22 a 45. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no §1º do art. 43 do Regimento Comum. Os destaques 20 e 21 foram retirados pelo autor. Área X - Planejamento de Desenvolvimento Urbano. Foram apresentados 132 destaques. 1) - Destaques com parecer pela aprovação integral: 14 e 15, do Deputado Paulo Mourão. Em votação em globo, os destaques

foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela rejeição: 1 a 13, 16 a 73, 76 a 132. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no §1º do art. 43 do Regimento Comum. Os destaques 74 e 75 foram retirados pelo autor. Área VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. Foram apresentados 150 destaques. 1) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, 2, 6, 8, 12 a 16, 17 a 19, 21, 23, 24, 25 a 27, 29, 30, 34, 42, 43, 45, 47, 56 a 58, 65 a 78, 86 a 90, 92 a 99, 103 a 110, 112, 113, 115 a 118, 123 a 126, 130, 131, 133, 135, 137 a 144, 146, 147. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela rejeição: 7, 9, 11, 16, 20, 22, 28, 33, 35 a 39, 41, 48 a 55, 60, 61, 63, 79 a 84, 91, 111, 129, 132, 134, 136, 148 a 150. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 3) Destaques retirados pelos autores: 21, 26, 27, 65, 95, 100 a 102, 119 a 122. 4) Destaque prejudicado por não ser matéria desta Relatoria setorial: 145. À zero hora e doze minutos, os trabalhos foram suspensos. Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de dezembro do mesmo ano, o Presidente deu continuidade à reunião. Área VII - Saúde. Foram apresentados 186 destaques. 1) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, 4 a 9, 11, 13, 15, 18, 23, 26, 28 a 30, 35, 40, 41, 44, 48, 50, 52, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 75, 76, 78, 80, 82, 93, 95 a 98, 100, 101 a 103, 112 a 114, 126, 131, 139, 148 a 150, 163 e 169. Em votação em globo, os destaques foram aprovados contra o voto do Deputado Pedro Chaves na representação da Câmara dos Deputados, e, por unanimidade, no Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela rejeição: 34, 45, 54, 57, 71, 72, 77, 81, 89 a 91, 94, 106 a 110, 116, 121, 123, 125, 127 a 130, 135 e 154. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Solicito que nos ajudem com relação ao barulho.

Dou continuidade à leitura:

Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 3) Destaques retirados: 7 a 10, 27, 29, 31, 52, 83, 84, 92, 144, 160 e 170 a 173. Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos, os trabalhos foram suspensos. Às onze horas e trinta e sete minutos, no mesmo dia, o Presidente titular deu continuidade à reunião.

Solicito silêncio aos Parlamentares. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência solicita aos presentes que não são Parlamentares que desocupem o plenário, a fim de que diminua um pouco o barulho.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Continuo a leitura.

Área IX – Integração Nacional e Meio Ambiente. 1) Destaques com parecer pela aprovação integral: 19, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis; 77 a 82, do Deputado José Borba; e 136, do Deputado Helenildo Ribeiro. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 8, 13, 21, 27 a 32, 34, 35, 38, 39, 44, 46, 47, 61, 69, 76, 83, 90, 102, 104, 114, 131, 134, 139, 145, 160, 173, 203, 213, 234, 245, 256, 257, 259, 273, 277 e 279. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela rejeição: 1, 3 a 7, 9, 14 a 18, 22 a 26, 33, 36, 37, 40, 48, 52 a 60, 62, 64 a 68, 70 a 72, 74, 75, 86, 91 a 93, 95, 97, 98, 103, 105 a 113, 115 a 124, 132, 133, 135, 141, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 153, 155 a 159, 164, 165, 167, 169, 170 a 172, 174, 175, 179 a 183, 185 a 189, 191 a 197, 199 a 202, 207 a 208, 210, 211, 214, 216 a 223, 225 a 233, 235, 237, 239, 241 a 244, 247 a 255, 258, 261, 262, 264 e 278. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 4) Destaques retirados: 36, 37, 73, 84, 101, 125 a 129, 177, 178, 263 a 270 e 276. Às treze horas e vinte e sete minutos, a reunião foi suspensa. Às quatorze horas e dez minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, deu continuidade à reunião. Em seguida, leu o Adendo nº 2 apresentado ao parecer preliminar. Não houve debate. Em votação, o Adendo foi aprova-

do por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Área V – Infra-estrutura. Foram apresentados 316 destaques. O Relator-Setorial leu o parecer aos destaques, informando que o critério para a aprovação dos destaques foi feito visando ao atendimento por Estado. O Deputado João Caldas solicitou ao Presidente que os destaques cujos autores estivessem ausentes fossem prejudicados, conforme o estabelecido no art. 54, § 6º, do Regimento Interno da Comissão. O Presidente esclareceu que a apreciação dos destaques dar-se-ia de acordo com os entendimentos estabelecidos na reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizado no gabinete do Líder do Congresso Nacional, Deputado Arnaldo Madeira. 1) Destaques com parecer pela aprovação integral: 36, do Senador Amir Lando; e 177, do Deputado Pedro Novais. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, 4, 6, 7, 16, 26, 28, 35, 90, 93, 95, 97, 98, 103, 114, 115, 123, 125, 126, 129, 176, 178, 189, 195, 203, 207, 226, 236, 242, 256, 257, 263, 267, 271, 283, 284, 293, 297 e 317. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com parecer pela aprovação da recomposição integral: 5, 41, 50 a 58, 100, 134, 148, 154, 156, 161, 162, 169, 170, 182, 201, 202, 219, 252, 253 a 255 e 299. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Destaques com parecer pela aprovação da recomposição parcial: 20, 21 e173. (O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência solicita aos assessores dos Srs. Parlamentares que nos ajudem a manter o silêncio no plenário.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, presto a seguinte informação: acabei de ler o Item 4 com erro, o que foi feito com o propósito de verificar se algum Parlamentar estava ouvindo a leitura. Entretanto, ninguém ouviu ou reclamou do fato.

Repetirei o Item 4:

4) Destaques com parecer pela aprovação da recomposição parcial: 20, 21 e 273. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parece-me que o único a prestar atenção é o Deputado Miro Teixeira. Continuo a leitura da ata:

5) Destaques com parecer pela rejeição: 2, 8, 10 a 15, 17 a 19, 23, 27, 30, 33, 34, 37, 39, 42 a 49, 61 a 66, 68 a 70, 73 a 76, 82 a 88, 92, 94, 99, 101, 102, 104, 106, 108, 110 a 113, 116, 120, 122, 124, 127, 128, 133, 135, 136, 138, 139, 142, 143, 145 a 147, 149 a 153, 155, 157 a 160, 163 a 166, 172, 173, 175, 178 a 181, 185, 186, 190 a 194, 196 a 200, 204 a 206, 209 a 218, 220, 221, 223 a 225, 227, 229 a 231, 233 a 235, 237, 239 a 285, 288...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, o Deputado Pedro Novais, que está fazendo a leitura da ata — aliás, razoavelmente bem —, não pode ficar testando os Srs. Parlamentares para saber se estão prestando atenção à leitura ou não. S.Exa. não pode alterar números, pois estamos prestando atenção, e esta não é a hora adequada para isso. Trata-se de discussão e de votação sérias.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, não admito qualquer observação por parte do Deputado Fernando Coruja. Leio da forma que aprendi a ler. Se S.Exa. quer prestar atenção, que assim o faça; caso não queira, que utilize das faculdades regimentais previstas.

Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, continuarei a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, mantenho minha questão de ordem. O Deputado Pedro Novais está citando números que não estão escritos apenas para dizer que o Plenário não está prestando a devida atenção à leitura. E S.Exa. não pode fazer isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Fiz isso para mostrar que V.Exa. não está prestando atenção. Não me referi ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Fernando Coruja, a Mesa considera procedente a questão de ordem levantada por V.Exa. Entretanto, o nobre Deputado Pedro Novais está fazendo uma leitura. Sei que S.Exa. trocou os números algumas vezes, pois acompanho a leitura, assim como V.Exa. Considero procedente a ponderação de V.Exa., mas solicito que colabore, a fim de que seja concluída a leitura.

Deputado Fernando Coruja, se V.Exa. conhecesse melhor o Deputado Pedro Novais, saberia que S.Exa. é uma das figuras mais brilhantes desta Comissão e já provocou risos do sisudo Deputado Sérgio Miranda. *(Palmas.)*

Continua com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Reinicio a leitura da ata a partir do seguinte ponto:

288, 292, 294, 295, 298, 300 a 303, 305 a 316. Em votação em bloco, os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o disposto no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Encerrada a apreciação dos destaques, os Deputados João Coser, Giovanni Queiroz e Virgílio Guimarães teceram considerações acerca do reajuste a ser concedido ao valor do salário mínimo para 2002. Encerramento: o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e quarenta e nove minutos do dia sete de dezembro. Antes, convocou os membros a participarem da 2ª Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro, às 18h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no ***Diário do Congresso Nacional*** *— Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata*.

Assina o Senador Carlos Bezerra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para discutir a ata, tem a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Desejo apenas saber qual o tempo destinado à discussão da ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Cada orador terá direito a 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – O orador terá direito à prorrogação de seu tempo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Serei rápido. Desejo apenas levantar a seguinte consideração: da página 8 consta o Destaque nº 16, da Área Temática VI — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo. Está escrito: "Destaques com parecer pela aprovação parcial: (...) 12 a 16". Entretanto, esse destaque aparece na linha 2, no rol dos destaques com parecer pela rejeição. Ora, um destaque não pode ser aprovado e rejeitado ao mesmo tempo. A funcionária responsável pela feitura da ata deve dizer o que ocorreu nesse caso.

Na mesma página, o Destaque nº 52, da Área Temática VII — Saúde, consta da lista daqueles que tiveram parecer pela aprovação parcial. Ao mesmo tempo, consta como retirado. Como o destaque pode ser aprovado parcialmente e retirado? Na página 9, o Destaque nº 36 está entre aqueles com parecer pela rejeição, mas foi retirado em outro momento.

Solicito da Mesa explicações a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Essa é a observação de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – No momento oportuno responderei a V.Exa.

Alguém mais quer discutir a ata?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Posso até querer. A ata está incorreta, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, uma das razões que me levaram a pedir a leitura da ata foi exatamente esta: queria explicar ao Plenário porque o PT se encontra em obstrução junto com outros partidos de Oposição. Independente disso, não fui o responsável pelo corte de 15 milhões do TSE. Duvido que qualquer Parlamentar queira ficar com essa responsabilidade.

Portanto, com a correção feita, considero-me contemplado. Valeu a pena o reconhecimento, depois de ouvidas as gravações, feitas as correções na ata distribuída e lida a ata pelo Deputado Pedro Novais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não havendo mais quem queira discutir a ata, coloco-a em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quem dá apoio ao pedido?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Têm de estar presentes 10% dos membros.

(Não identificado) – Quem pediu a verificação? O Deputado Fernando Coruja? Então, vamos acompanhar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, é necessária a presença de 10% dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Até agora não há. Vou esperar mais dois minutos. Se não houver, vou indeferir o pedido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Como não tem apoio, Sr. Presidente, têm de estar presentes 10% dos membros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só de Deputados; de Senadores, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Só Deputados.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, encerre a discussão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, é só contar o número de Deputados presentes.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Há sete Deputados apoiando a obstrução. Então, tem de haver setenta Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito a V.Exas. que não interfiram no trabalho da Mesa. Esta Presidência sabe o que está fazendo e vai decidir corretamente.

O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, a Mesa tem de atuar democraticamente para ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aqueles que estão apoiando o pedido de verificação levantem o braço. *(Pausa.)*

Agora há número. Defiro a verificação e convido o Senador Nabor Júnior a fazer a verificação. Vai começar a chamada nominal. Convido os Srs. Parlamentares que estão fora do plenário a entrarem para responder à chamada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Bloco Parlamentar PSDB/PTB.

Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)*

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – "Sim".

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)*

Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – "Sim".

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – PFL.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.)*

Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Deputado Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Santos Filho. *(Pausa.)*

Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

PMDB.

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior *(Pausa.)*

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

O PT está em obstrução. Não farei a chamada dos Deputados.

PPB.

Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Meurer.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

O Bloco Parlamentar PDT/PPS está em obstrução.

Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – "Não", Sr. Presidente, pelas observações que fiz.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o PL está em o obstrução.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - PV:

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Vamos chamar os suplentes.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Presidente, Deputado Luciano Castro, pelo PFL, vota pela aprovação da ata.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Vamos chamar os suplentes agora.

Bloco PSDB/PTB:

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)*

Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LIDIA QUINAN – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Nilo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros. *(Pausa.)*

Suplentes do PFL:

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR - Paes Landim.

Deputado Sérgio Barcellos. *(Pausa.)*

Deputado Ursicino Queiroz. *(Pausa.)*

PMDB:

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Waldemir Moka.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

PPB:

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Hugo Biehl.

O SR. DEPUTADO HUGO BIEHL – Pela aprovação.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Odelmo Leão.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS - Sr. Presidente, Deputado Ricarte de Freitas, PSDB, pela aprovação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, a bancada do PCdoB/PSB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI - Sr. Presidente, o PV está em obstrução.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Eujácio Simões. *(Pausa.)*

Deputado João Caldas. *(Pausa.)*

Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Vou fazer nova chamada do PMDB, porque há muitos ausentes:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Quero comunicar ao Plenário que o Líder do PL votou a favor da aprovação da ata, e o Deputado João Caldas, do mesmo partido, usou da palavra declarando-se em obstrução. Portanto, sua presença será computada, mas sua declaração é inválida, porque foi feita incorretamente, uma vez que o Líder se pronunciou e inclusive votou.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, fiz como Vice-Líder do partido, assumindo a Liderança do partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eu não disse que é o Vice-Líder, mas que o Líder votou favoravelmente e que é ele quem está autorizado a declarar-se em obstrução.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, qualquer Parlamentar, independentemente do Líder, pode declarar-se em obstrução. Essa não é uma prerrogativa do Líder, não é necessariamente do partido. O Parlamentar pode estar em obstrução, o que é legítimo. É o que os ingleses chamam de **filibuster**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Ele teria de declarar antes, e o Líder dele votou a favor.

Anuncio o resultado: 45 votos "sim", 1 voto "não".

Aprovada a ata.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, para efeito de registro, em que horário se deu essa verificação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Às 21h35min.

Convido o Senador Romero Jucá para ler a outra ata de audiência pública.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Passo à leitura.

Terceira Sessão Legislativa Ordinária. Qüinquagésima Primeira Legislatura. Ata da Décima Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 11 de dezembro de 2001. Aos onze dias do mês de dezembro do ano 2001, às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Terceiro Vice-Presidente, Deputado Virgílio Guimarães. A reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 09/2001, de autoria do Deputado José Pimentel, que solicitava o comparecimento do funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, e do Presidente do referido Banco, Dr. Byron Costa de Queiroz, para prestarem esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 28/2001-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 3.642.611.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), para os fins que especifica". Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Airton Cascavel, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Grandão, João Matos, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coelho, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; - Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Alceste Almeida, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Gomes, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Laura Carneiro, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; - Senadores titulares: Amir Lando, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima e Wellington Roberto; o Senador suplente: Antônio Carlos Valadares; - Não membros: Deputado Manoel Salviano. Abertura: O Presidente em exercício declarou iniciada a reunião, convidando o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho para compor a Mesa. O Presidente propôs que o palestrante se restringisse ao tempo de quarenta minutos, em virtude da exigüidade de tempo. O Deputado José Pimentel registrou que o palestrante chegou ao recinto às 14 horas. O Presidente explicou que o atraso do início da reunião deveu-se à realização de reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, tendo sido estendida até às 14 horas daquela data. O Presidente informou que conforme o estipulado no art. 255, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A seguir, a palavra foi assegurada ao Dr. Antônio Carlos Dias Coelho. Os debates foram iniciados. Discutiram o assunto os Deputados José Pimentel e Manoel Salviano. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, o Dr. Byron Costa de Queiroz fez uso da palavra para pronunciar sua explanação. Discutiram o assunto os Deputados Adolfo Marinho, Anivaldo Vale, Osvaldo Coelho, Raimundo Gomes de Matos, Joel de Hollanda, José Carlos Elias, João Almeida, Benito Gama, Jorge Khoury, Manoel Salviano, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Roberto Rocha e o Senador Mauro Benevides. O Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, Diretor do Banco, fez uso da palavra. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelos Senhores Parlamentares. Encerramento: O Presidente em exercício

encerrou a reunião às dezoito horas e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional — Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, o Deputado Pedro Novais precisa voltar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Fernando Coruja, V.Exa. deseja discutir?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – O Deputado Pedro Novais tem de voltar. O Senador Romero Jucá lê muito rápido e nós, com raciocínio meio lento, não conseguimos acompanhar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. tem memória eletrônica, Deputado Fernando Coruja. Além disso, foi distribuída cópia da ata.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: o Deputado Romero Jucá é ou foi radialista?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - S.Exa. foi locutor de futebol em Roraima.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Então está explicado, Excelência.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero inteirar-me um pouco da matéria discutida. A ata ficou muito resumida, muito pequena, para matéria tão importante como a dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concordo com V.Exa., nobre Deputado Giovanni Queiroz; a próxima será mais elaborada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Isso é necessário, Sr. Presidente, até porque consta que os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão a ata. Se já foram traduzidos, poderíamos ouvi-los agora. Foram três horas de profícuo debate nesta Comissão, o que nos levou até a aprovar hoje os recursos necessários ao BASA e ao Banco do Nordeste.

O Presidente do Banco do Nordeste veio a esta Casa e participou da discussão. Travou-se aqui intenso debate. O Deputado José Pimentel foi vigoroso em suas considerações. Avançou-se até em procedimentos do Banco do Nordeste, que certamente vão ao encontro dos anseios da população do Nordeste, diminuindo até mesmo a possibilidade de desvio dos recursos.

O Banco da Amazônia também já está melhorando sua forma de aplicar recursos. Ontem eu trouxe para esta Casa, para avaliação da comissão técnica, um balanço do Banco da Amazônia, subscrito depois por auditoria do Banco Central e por uma auditoria externa, que mostrava que o Banco da Amazônia não está tendo prejuízos na aplicação dos recursos do FNO. No entanto, Sr. Presidente, no projeto de lei do Orçamento que vamos aprovar, estão lançados para o Banco da Amazônia, para os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste dois bilhões e meio de reais — é importante que os Deputados saibam disto. Sabe V.Exa. quanto colocaram como subsídio implícito? Um bilhão e duzentos e cinqüenta milhões de reais; ou seja, a metade do dinheiro destinado pelos fundos constitucionais a essas regiões é colocada como subsídio implícito, o que é loucura, despropósito, desatino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Giovanni Queiroz, V.Exa. está discutindo a matéria e não a ata. Peço-lhe que se circunscreva tão-somente à discussão da ata. Colabore comigo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim, Sr. Presidente. Estou complementando o que foi debatido, mas não consta da ata. Entendo que na ata deveriam constar essas outras informações tão importantes. No entanto, nos meus três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A ata circunstanciada são as notas taquigráficas. Essa era a ata sucinta. V.Exa. sabe disso melhor do que eu, conforme detalha nosso Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito, Sr. Presidente. Mas vou usar meus três minutos apenas para informar os companheiros que não participaram do debate. Eu gostaria de ampliar um pouco a ata com minha exposição, falando da importância que teve esse debate principalmente para o Nordeste.

Entendo que devemos pensar numa ata consubstanciada, que nos traga mais informações. A prática da leitura da ata é extremamente importante. A partir de agora vamos retomar isso. O Deputado Jovair Arantes está lá acenando positivamente. Dessa forma, poderemos refletir melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - No Brasil de hoje isso é necessário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sem dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O vestibular está mostrando que ninguém mais sabe português.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão da ata, vou colocá-la em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vou colocá-la em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há um requerimento sobre a mesa que passo a ler:

Requeremos, nos termos regimentais, a inversão da ordem das pautas dos seguintes itens: Pauta 31, itens 1 e 2; Pauta 32, item único.

Requerimento assinado pelo Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o motivo do requerimento de inversão de pauta...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A palavra está com o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o requerimento se dá nesse sentido porque queremos iniciar a leitura e o debate do relatório geral, constante da Pauta nº 32, o PLN 32, que estima a receita e fixa a despesa da União. Antes disso, porém, precisamos apreciar dois outros itens, que são as alterações de decisões quanto a destaques aprovados no relatório setorial da Área Temática I – Poderes de Estado e Representação, cujo Relator é o Deputado Wilson Braga, e também a errata apresentada e não publicada no relatório setorial na Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente, cujo Relator é o Deputado Luciano Castro, ambos itens preliminares para apreciação e votação do relatório final. Esse é o motivo de haver proposto não entrarmos diretamente na leitura do PLN 32.

Solicito aos companheiros a aprovação desse requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, lemos as atas dos dias 3, 4, 5, 6, 7 e 11, mas, para obedecer ao art. 50, que prevê a discussão e votação da ata da reunião anterior, temos de ler as das sessões dos dias 12, 13, 18 e 19, ontem, quando votamos dois projetos.

Portanto, solicito a V.Exa. que, antes de colocar em votação qualquer requerimento, cumpra o disposto no art. 50 do Regimento Interno e faça a leitura das outras atas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Algumas atas que V.Exa. mencionou já foram aprovadas por esta Comissão. Quanto a outras, as notas taquigráficas ainda não foram encaminhadas pela Taquigrafia à Assessoria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Aqui nós trabalhamos de acordo com o material que é recebido da Taquigrafia. Em função disso, ainda não é possível apreciar essas atas. Portanto, a questão de ordem de V.Exa. está prejudicada.

Vamos colocar o requerimento em discussão.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, nós temos a ata pronta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não, é para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, eu quero...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não pode. Há ata para ser aprovada.

(Não identificado) – A ata é matéria vencida.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu quero recorrer, Sr. Presidente. Tenho o direito de recorrer.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, não temos como votar atas que ainda não puderam ser confeccionadas — este ponto não vou discutir muito; está aí o Deputado Coruja, que é melhor preparado para esta discussão —, mas temos aqui ata pronta que não foi discutida nem votada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Já foram votadas, nobre Deputado Giovanni Queiroz, em reuniões anteriores.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Foram votadas duas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Foram todas votadas.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Presidente, V.Exa. já tomou a decisão. Agora vamos discutir o requerimento. Quem quiser que recorra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, quero ponderar que o Regimento Interno é muito claro quando determina a discussão e votação da ata da reunião anterior. A Ordem do Dia não pode começar sem ter havido a discussão e a votação da ata da reunião anterior.

V.Exa. decidiu a questão de ordem, no nosso entendimento, de forma errada. Eu recorro à Comissão de Justiça em função disso e pondero que nossa convivência aqui é harmoniosa porque as decisões são tomadas de acordo com o Regimento. Está claro no Regimento que tem de ser discutida e votada a ata da reunião anterior, coisa que não fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado Coruja, louvo o requerimento de V.Exa. Peço que o faça bem fundamentado, dirija-o à Mesa, que vou encaminhá-lo à Comissão de Constituição e Justiça com o maior prazer.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente: vai V.Exa. encaminhar para qual Comissão de Constituição e Justiça: do Senado ou da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Questão de ordem levantada por Deputado tem de ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Já está decidido isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, desejo discutir o requerimento.

O Governo conseguiu aprovar hoje, inclusive por pressão do Banco Central, crédito para regularizar a situação do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. O resto dos créditos o Governo jogou para o espaço.

É preciso que os Deputados tenham isso claro. Se vamos discutir o Orçamento, não vai mais haver crédito nenhum para ser aprovado na Casa. Se for mudada a pauta, vamos entrar no debate do Orçamento e não vamos sair disso até a próxima semana. Na próxima semana vai haver convocação especial e não vai haver comissão representativa. Então, os Deputados que estavam querendo aprovar crédito aqui podem considerar-se traídos pelo Governo. Não há mais crédito!

Faço essas considerações para que os votos dos Deputados sejam bastante conscientes. Votar no requerimento significa não haver mais nenhuma votação de crédito dos 66 créditos que faltam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão.

Vou colocar em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara, contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda e Fernando Coruja.

Vou colocar em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal, contra o voto do digníssimo Senador Sebastião Rocha, do PDT do Amapá.

Passaremos à Pauta nº 31. Alteração de decisões quanto aos destaques aprovados no relatório setorial da Área Temática I – Poderes de Estado e Representação. O Relator é o Deputado Wilson Braga. Errata apresentada e não publicada no relatório seto-

rial da Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente. Esse é o item 2. Vamos ao item 1 da pauta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, V.Exa. deveria convidar o Deputado Wilson Braga para tomar assento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Calma! V.Exa. está avexado. O Presidente vai chamar S.Exa. e também o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, S.Exa. está apurado para discutir logo, pois quer acabar com isso rápido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está avexado.

O Relator-Geral, por obséquio. *(Pausa.)*

Vou ler a solicitação que o Relator-Geral fez ao Presidente por escrito, pedindo a chancela do plenário. Prestem atenção. É a seguinte a matéria...

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, isso é uma questão orçamentária. Onde está o avulso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O material está sempre na mesa à disposição. Sempre esteve.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, trata-se do avulso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a ler o material:

Sr. Presidente, conforme informações prestadas pelo assessoramento técnico e institucional ao processo orçamentário para 2002, PL nº 32, de 2001, ofício anexo, esta Comissão, ao votar os destaques relativos à Área Temática I — Poderes de Estado e Representação, aprovou os Destaques nºs 1 e 25, sem observar o disposto no art. 3º, §§ 2º e 3º da Resolução nº 01, de 2001.

Assim, em face da inexistência de recurso para acolhimento dos destaques, os mesmos não foram implementados.

A Resolução nº 1, de 4 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Mista de Orçamentos, estabelece nos §§ 2º e 3º, no seu art. 33:

§ 2º. Os destaques que tenham como finalidade inclusão, aumento ou recomposição de dotações orçamentárias somente poderão ser aprovados pela Comissão caso sejam previamente identificadas as origens dos recursos suficientes para o seu atendimento.

§ 3º. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, somente serão admitidos os recursos previamente aprovados e provenientes de cancelamentos propostos na própria emenda, remanejamento entre emendas do mesmo valor, cancelamento decorrente da aprovação dos destaques de que trata o Item III, ***caput****, indicações de cancelamento de iniciativa dos respectivos autores.*

Em face do ocorrido, solicito dessa Presidência submeter ao plenário da Comissão a rejeição dos mencionados destaques.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, quais os destaques?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques que enumerei aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quais são?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaques nº 1 e nº 25.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quais são os Destaques nº 1 e nº 25?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São destaques do Deputado Pedro Chaves.

Estão sobre a mesa os destaques:

Destaque nº 1, aprovado integralmente;

Destaque nº 25, Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – É sobre o quê, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Item nº 1 do avulso não está na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está aqui, em cima da mesa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Só está o Item 2; o Item 1 não consegui. Esse é o Item nº 1?!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Autor do destaque: Deputado Pedro Chaves. Destaque nº 1: Emenda nº 71.080.008.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Construção do edifício-sede da Promotoria da Defesa da Infância e Juventude em Brasília, Distrito Federal.

Destaque nº 25, Pedro Chaves. Emenda 50.120.004. Manutenção e conservação de bens imóveis.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros para discutir.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, é evidente que o Relator-Geral, ao ter destinado a cada Relator-Setorial um limite para alocação de recursos, fez isso segundo um critério estabelecido.

Em função do calor dos debates que ocorreram nesta Comissão quanto aos destaques, o nosso Relator-Setorial, Deputado Wilson Braga, acatou destaques, sem perceber que havia excedido o limite dos recursos que lhe foram delegados pelo Relator-Geral.

Portanto, a solução que encontramos na Comissão, conforme sugerido pelo Relator, é a rejeição desses destaques. Entendemos que esta deve ser a posição da Comissão: rejeitar os destaques e enquadrar os relatórios setoriais dentro dos limites destinados pelo Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para discutir, com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o tema abordado é um dos aspectos do relatório. Trata-se de acolhimento de destaques com recursos superiores aos disponíveis.

A solução só pode vir conjugada se considerado em conta outro aspecto que analisamos quando da discussão e aprovação da ata. Refiro-me à polêmica questão do Destaque nº 14. O que dispõe o relatório que recebemos?

Lembro que de fato havia destaque de minha autoria acolhido pelo Relator que cancelava parcialmente quinze milhões de reais dos recursos do Tribunal Superior Eleitoral, relativos à manutenção e conservação de bens imóveis. Esse destaque foi retirado, Sr. Presidente, conforme reconhecido em ata. Hoje, a ata foi aprovada.

Portanto, a eliminação desses recursos não existe. É importante que o Relator incorpore esse aspecto central. O destaque como está na fita gravada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a atenção do Relator, Deputado Sampaio Dória, para a proposta do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso, exatamente.

Havia apresentado três destaques, todos no valor de quinze milhões de reais. O destaque, que a Comissão reconheceu ao votar a ata — como, aliás, está na gravação —, cancelando os quinze milhões, não existiu. O cancelamento dos quinze milhões de reais destinados ao TSE não foi executado por meio de destaque meu, visto que esse destaque não existiu. Então, o cancelamento ou será feito pelo Relator com base não sei em que critério ou deverá desaparecer.

Alguém poderá perguntar: "E quanto ao acolhimento do outro destaque que acresce quinze milhões de reais para as ações de informática?" Ora, Sr. Presidente, lembro que, no destaque que apresentei, de quinze milhões também, para a construção do TRT de São Paulo, minha intenção era apenas que não fosse retirado daquele purgatório das obras e que se aguardasse ainda a liberação após decreto legislativo desta Casa, de modo a não ser trazido para o paraíso das obras liberadas. O nobre Relator achou por bem fazer o seu cancelamento integral.

Portanto, foi de emenda minha, de destaque meu, que os quinze milhões de reais destinados ao TRT de São Paulo desapareceram. Nisso não há dúvida alguma, até porque, se não fosse por esse destaque, o Relator não teria como cancelar os quinze milhões do TRT de São Paulo.

Ora, Sr. Presidente, se eu retirei um destaque que cancelava quinze milhões do TSE, aprovamos quinze milhões para ação de informática e ao mesmo tempo um outro destaque de minha autoria que cancelava quinze milhões para o TRT foi ratificado, é evidente que os recursos para ação de informática originam-se do cancelamento dos recursos do TRT de São Paulo. Foi em uma emenda de minha autoria que o Relator encontrou recursos. Aí foi exatamente onde o nobre Relator encontrou instrumentos para fazer o corte profundo, que ele entendeu por bem fazer, do Orçamento de 2002 em relação ao TRT de São Paulo, extirpando-o completamente.

Portanto, parece-me que a questão das duas emendas se resolve por aí. Se existe a aplicação de quinze milhões de reais para outros fins — e não sei quais são —, trata-se de problema que não quero resolver nesta discussão. O problema será resolvido de outra maneira, mas que se preserve aquilo que foi votado e todos conheciam: os três destaques de quinze milhões de reais. Enquanto dois destaques foram cancelados, um abastecia em quinze milhões de reais as ações de informática. Portanto, solicito que restaurem os quinze milhões de reais dos recursos gerais do TSE e mantenham integralmente os recursos de informática, como aprovado.

Como resolver isso? Debruçando-nos depois sobre o assunto, mas não estabelecendo nesta Comissão o critério inaceitável de que, já que eu retirei o destaque, como dizem, financiem ações de informática com o corte do TSE, o que não existe; ou se cancele essa ação, porque ela já foi votada e aprovada com a contrapartida do TRT, tal como todos verificaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, esta matéria vai ficar para o final.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas sem isso não há relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nós vamos primeiro apreciar os Destaques nºs 1 e 25. Depois, o Relator vai falar sobre essa matéria e vamos colocá-la em votação no plenário. O assunto agora são os Destaques nºs 1 e 25.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – V.Exa. observou que estamos discutindo os Destaques nºs 1 e 25, que teriam sido aprovados, mas sem recursos. Entretanto, peço o seguinte esclarecimento. Na Área Temática I — esta que foi distribuída — consta que o Destaque nº 1 foi rejeitado por insuficiência de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator deu um milhão de reais para acolherem o destaque.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não. O Relatório que recebi — peço que os Srs. Parlamentares observem — diz o seguinte: "Orçamento para 2002. Destaque nº 1, do Deputado Pedro Chaves. Rejeitado, por insuficiência de recursos".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Sub-Relator está presente e vai lhe explicar isto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Portanto, o destaque teria de ser aprovado parcialmente, se aprovado. No entanto, ele consta como rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Sub-Relator vai dar a V.Exa. a explicação devida.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis*.)

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Sr. Presidente, com referência ao ponto de vista levantado pelo Deputado Virgílio Guimarães, S.Exa. tem toda a razão. Acho que ele não retirou dinheiro do TSE. O dinheiro deve retornar para o TSE, como propôs o Deputado Virgílio Guimarães, porque S.Exa. procurou não retirá-lo. Portanto, sou favorável ao que ele disse.

Quanto à emenda do Deputado Pedro Chaves, de cinco milhões, para a construção de novo prédio, considerei-a oportuna. Aprovei-a e submeti-a ao Plenário, que a sancionou. Como não era possível falar com o Sr. Relator, porque ele desapareceu — e está aqui para dizer que não apareceu para ninguém, que virou Lombardi —, procurei S.Exa. depois de aprovado o destaque, para comunicar-lhe que havíamos aprovado dois destaques de cinco milhões de reais e um outro do Deputado Pedro Chaves.

Portanto, V.Exa. submeta-os à consideração do plenário.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Nobre Relator, o Deputado Fernando Coruja fez uma pergunta sobre a qual tenho dúvidas. Nos destaques está dito o seguinte: "Destaque do Deputado Pedro Chaves. Emenda da bancada do Distrito Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Construções do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude de Brasília, nove milhões de reais". V.Exa. diz em seu relatório: "Deixamos de atender por insuficiência de recursos". Entretanto, no destaque apresentado, V.Exa. diz "rejeitado por insuficiência"; enquanto, no tocante ao valor aprovado, V.Exa. disponibiliza um milhão de reais.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Aprovei e comuniquei ao Relator-Geral que havia aprovado dois destaques no valor de cinco milhões e um outro no valor de um milhão de reais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Então, o destaque não pode aparecer como rejeitado por insuficiência de recursos.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Mas a rejeição foi anterior à votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O relatório foi votado anteriormente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu entendi, mas este relatório não é o novo?!

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Portanto, é preciso mudar. Então, estou com isto aqui para quê?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Por isso o Plenário, antes da votação, precisa retificá-lo.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – O destaque é feito antes da votação, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Onde está o relatório retificado, Sr. Presidente? É isto que estou querendo. Eu quero discutir o relatório retificado e não algo que não está valendo.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Mas, se o Plenário quiser retificar, é problema dele.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu sei, nobre Relator. Mas só quero um relatório...

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – Quanto ao caso do Deputado Virgílio Guimarães, considero importante restabelecermos a verba do TSE.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu só quero um relatório, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator-Geral pede o cancelamento dos destaques. Eu li o requerimento no qual S.Exa. expõe o motivo de estar rejeitando os dois destaques. Para tanto, o Relator-Geral baseia-se no art. 33, §§ 2º e 3º, da Resolução.

Estamos levando à consideração do Plenário o fato de que o Sub-Relator acatou os destaques, mas o Relator-Geral não, por conta do que já explicitou nesta Comissão. Compete ao Plenário agora decidir se aceita o ponto de vista do Relator, se rejeita os destaques ou se permanece com os destaques, anulando sua votação. Tecnicamente, o Relator-Geral está correto, porque havia ausência de recursos e não foi feito o cancelamento devido.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas, se há ausência de recursos, Sr. Presidente, não há como aprovar os destaques. Se não há recursos, não há o que discutir. Não podemos sequer votá-los. Não há recursos, portanto não há o que votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas foi votado, Deputado Alberto Goldman, e agora só a Comissão pode desmanchar isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Muito bem. V.Exa., na qualidade de Presidente, obedecendo ao Regimento Interno, tem de tomar esta medida. Isto aqui não precisa ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu não vou tomar, individualmente, uma posição dessas. Vou submeter ao Plenário, que é soberano, a decisão. Podemos decidir rapidamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O.k., Sr. Presidente. V.Exa. é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar o destaque em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vamos discutir primeiro, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Está em discussão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Relator-Geral está ao lado. Trata-se de dois destaques, um de um milhão de reais e outro de cinco milhões. O Relator-Geral pode abrir precedente e aproveitar os dois destaques que já foram aprovados por esta Comissão. A Comissão aprovou-os sem saber que não havia recursos disponíveis. Se foram aprovados, é porque o Plenário entendeu ser justo o apelo. Portanto, gostaria de sugerir que, neste caso, aproveitássemos a votação dos dois destaques, porque sempre sobram alguns recursos. Se S.Exa. assim o fizer, com certeza irá nos poupar de mais estas votações.

Quanto à questão do TSE, mencionada pelo Deputado Virgílio Guimarães com muita propriedade, penso que S.Exa. tem absoluta razão. Esse destaque foi retirado a tempo de não ser votado, ou seja, seu cancelamento não se procedeu. O TSE não pode ficar no prejuízo, porque precisa desses recursos. Sabemos que no próximo ano haverá eleição e é preciso desfazer essa injustiça contra o TSE.

Portanto, o apelo que fazemos ao Sr. Relator-Geral é no sentido de que recomponha os seis milhões de reais e, logicamente, os quinze milhões de reais do TSE, porque, na verdade, houve um equívoco. Tanto é que a ata comprova que o Destaque nº 14, do Deputado Virgílio Guimarães, não foi colocado em votação. Não tendo sido votado, não foi cancelado o recurso. Não há como cancelar os recursos sem destaque, sem emenda.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, V.Exa. nos disse que iríamos discutir apenas os Destaques nºs 1 e 25. Nós estamos discutindo tudo, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos discutindo agora só os Destaques nºs 1 e 25.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, não vamos discutir agora o destaque relativo ao tribunal, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos tratar dessa questão depois.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, considero que teríamos de discutir os dois destaques. Os Destaques nºs 1 e 25 implicam aumento de seis milhões de reais. Segundo o Relator, não havia corte correspondente para viabilizar. O Relator-Setorial ficou na expectativa de obter esses recursos a mais com o Relator-Geral. Não conseguiu. Pode ser que o Relator-Geral atenda a esse apelo. Foram distribuídos, após a discussão dos relatórios das bancadas com a Comissão de emendas, mais de oitocentos e cinqüenta milhões. Para dar seis milhões para o Relator-Setorial...

(Não identificado) – Perdão, Deputado. Foi um bilhão, duzentos e cinqüenta milhões.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Só do Relator-Geral?!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. termine, que em seguida eu passarei a palavra para o Relator.

(Não identificado) – De comum acordo com o comitê de receitas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Porque há dois problemas graves. Se é correta a afirmação de que votamos o parecer do Deputado Virgílio Guimarães sendo que não foram retirados os quinze milhões do TSE e se manteve a aprovação das ações de informática, de quinze milhões, a única lógica é que os quinze milhões da ação de informática vêm da anulação do TRT de São Paulo. Então teremos seis milhões, que não têm fonte de cancelamento, mais os quinze milhões das ações de informática. E o Relator não considera que as ações de informática acrescidas não têm correspondente cancelamento. Então, estão cancelados pelo mesmo argumento. Está cancelada a dotação de quinze milhões do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e faltam os seis milhões.

Se aprovarmos o corte dos seis milhões, vou ser contra esse cancelamento? Acho que o Relator-Geral poderia atender ao Relator-Setorial, tendo em vista que o montante é pequeno. Se ele movimentou um bilhão e duzentos e cinqüenta milhões, por que não concede ao Relator-Setorial seis milhões? Assim se resolveria essa pendenga. Os dois problemas estão articulados.

Há um único pedido de reconsideração, quanto aos Destaques nºs 1 e 25. Não se pede reconsideração no tocante aos quinze milhões para as ações de informática, porque se pressupõe que foi anulado o TRT de São Paulo. Se não houvesse essa pressuposição, se consideraria também que as ações de informática não estavam amparadas com o corte correspondente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, no tocante ao destaque do Deputado Virgílio Guimarães — ele explicitou e repetiu, ao passo que eu, no momento da votação, fui consultar o Relator e a assessoria —, ele retirava do bloco quinze milhões do TRT de São Paulo e os colocava no Anexo relativo às obras com irregularidades. Esse o destaque. Portanto, os quinze milhões que não constam do relatório final não foram excluídos da votação.

Peço a V.Exa. que avalie o caso depois, com o Relator porque não havia emenda de cancelamento dos quinze milhões do TRT de São Paulo, apenas transferência de local. Como disse o Deputado Virgílio Guimarães, havia a transferência para o limbo. Era esse o destaque. Portanto, esses quinze milhões do TRT de São Paulo não podem ter desaparecido. Ou eles estão na coluna inicial, porque não foi aprovado o destaque, ou estão na coluna das emendas que dependem de liberação, onde foi aprovado o destaque.

Esta a questão que levanto. Que V.Exa. depois ouça a fita, se necessário, e tome nota do destaque para verificá-lo.

(Não identificado) – O destaque foi aprovado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – As ações de informática foram aprovadas. De onde vieram os quinze milhões?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Alberto Goldman, V.Exa. e o Deputado Virgílio Guimarães estão perdendo muita energia. Não está em discussão o destaque do TRT de São Paulo, mas outro, o Destaque nº 14, da Emenda 5012004, da Comissão, para o Tribunal Superior Eleitoral — manutenção e conservação de bens imóveis nacionais. O Deputado Virgílio Guimarães pedia o cancelamento de quarenta milhões. O Relator aprovou parcialmente o destaque, para reduzir em quinze milhões o valor constante do substitutivo, transferindo os recursos para o mesmo TSE, a fim de serem aplicados na área de informática (Destaque nº 18).

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É outro destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A matéria nada tem a ver com o TRT de São Paulo.

Vou passar a palavra ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Como o Deputado Virgílio Guimarães e os demais Deputados levantaram a questão do TRT... Tinha deixado para depois...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nada tem a ver a questão do TRT.

Com a palavra o Relator-Geral. Por obséquio, Deputado Sampaio Dória, fale sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, conforme ressaltei ontem, em reunião no gabinete do Presidente do Senado, ressalvando a boa-fé do Relator-Setorial — em nenhum momento isso se pôs em dúvida —, ele próprio tomou a iniciativa de me comunicar que tinha excedido o limite posto à sua disposição para abrigar essas duas emendas. Por razão de ordem legal, isso não pôde ser convalidado. E acredito que não seria um precedente conveniente e recomendável passarmos por cima dessa formalidade neste momento.

Recomendo que sejam reapresentados esses três destaques, para apreciação imediata, em consideração à manifestação da Comissão no tocante aos Destaques nºs 1 e 25. Desde logo, comprometo-me a acolhê-los, em consideração, reitero, à boa-fé do Relator-Setorial.

Quanto à informática do TSE, também recomendo sua reapresentação como destaque, sem contudo assumir o compromisso de aprová-la.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar os Destaques nºs 1 e 25. O Relator-Geral se compromete a acolher essa questão, mas temos que votar os Destaques nºs 1 e 25.

Em votação na Câmara dos Deputados a anulação dos Destaques nºs 1 e 25.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a anulação dos Destaques nºs 1 e 25 na Câmara e no Senado da República.

Vamos passar ao outro item, relativo ao Destaque nº 14, do Deputado Virgílio Guimarães

Com a palavra o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso não existe. Esse destaque foi retirado, conforme registrado em ata. O cancelamento dos quinze milhões do TSE não existe.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, também queria me pronunciar sobre o outro destaque do Deputado Virgílio Guimarães, relativo ao TRT, mas isso não está em questão. A matéria vai entrar na Ordem do Dia no momento em que discutirmos o projeto global. Aí, sim, o Deputado Virgílio Guimarães e eu poderemos debater o assunto. Mas, neste momento, o que está em pauta é a matéria que V.Exa. anunciou. Quero discutir o assunto e o Deputado Virgílio Guimarães também, mas não é o momento.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem.

(Não identificado) – Vamos ao item 2 da Pauta, Sr. Presidente.

(Não identificado) – A recomposição do TSE é instantânea.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Quero apenas para trazer algum esclarecimento. Eu estava na Presidência quando esse problema surgiu, trazido pela Secretária Myrna. Houve um erro e uma falha da nossa Comissão. A Secretária Myrna comunicou-me. O Deputado Virgílio Guimarães havia retirado esse destaque 14. Portanto, ele deixou de existir. Isso ficou comprovado quando se ouviu a fita. Esse assunto está fora de pauta, no meu entendimento, Sr. Presidente. O destaque 14 não existe mais. Ele foi retirado pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães. No meu entendimento, esses recursos retornam aos quarenta milhões iniciais, fruto do que constava do relatório do nobre Deputado Wilson Braga. Esse foi o meu entendimento quando eu estava na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Santos Filho, mas o 18 recebeu os quinze milhões de lá. Então, temos de corrigir isso, porque ele não existe.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, não vale aquele...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não existe essa errata. Estamos aqui discutindo a errata do 1 e do 25. Só. O outro destaque já foi aprovado e não foi contestado pelo Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, vamos votar o item 2 da Pauta 31, que é a ordem natural dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas esse caso tem de ser esclarecido. Não existe contestação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, a matéria já foi votada. Passe para o outro item. Essa é uma questão para se discutir depois, no último bloco, no texto global. Não é agora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas essa é uma questão extremamente importante e grave. Como é que vamos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu peço ordem. Vamos com calma. A questão é técnica. Não queremos prejudicar órgão nenhum.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas é grave, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, a questão técnica é ir para o item 2 da pauta. O item 1 foi resolvido, foi votado. Vamos para o item 2 da pauta. Estamos confundindo os temas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, essa questão foi levantada aqui no plenário.

(Não identificado) – Mas foi levantada no momento errado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O Deputado Virgílio Guimarães levantou a questão e ele tem razão em levantá-la. A questão tem procedência, é séria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, foi levantada questão de ordem e V.Exa. a decidirá no momento em que tiver a sua convicção. Então, decida a questão de ordem levantada pelo Deputado Virgílio. Mas o item que está em votação agora... A questão de ordem é sobre sua autonomia. Não abre para o Plenário se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Essa questão é matéria do Relator-Geral, que envolve recursos e envolve uma decisão do plenário, e nem ele pode decidir sozinho. E eu peço que ele fale sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não é agora; é quando da discussão da lei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, tenho aqui em mãos o relatório da Área Temática I — Poderes do Estado. Consta claramente que o Destaque nº 18, do Deputado Virgílio Guimarães, que aumenta, sim, recursos para área de informática, foi aprovado parcialmente com quinze milhões de reais. Está aqui, aprovado. No ofício encaminhado para a Presidência faz-se referência aos dois destaques, ao **1** e ao **25.**

Ora, o Deputado Virgílio Guimarães conseguiu demonstrar que ele retirou o destaque 14 que cortava quinze milhões; a única forma de esses quinze milhões estarem aprovados sem contestação do Relator é que caiu o TRT de São Paulo. É a única forma. Destaque dele. O cancelamento é o TRT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não houve destaque de cancelamento, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Houve.

SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não houve. O Deputado Virgílio Guimarães já disse que não houve.

(Não identificado) – Não houve, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não foi pedido meu, Deputado Goldman, mas pode ver no relatório que o Destaque nº 15 foi acolhido na forma de cancelamento integral. Portanto, o recurso foi para algum lugar.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não havia destaque de cancelamento, não pode ser cancelado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas está aqui no relatório, na página... É o primeiro. Nós recebemos. Pode abrir aqui. Destaque 15.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Destaque 15.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não houve esse cancelamento, porque não havia esse destaque.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Está aqui: cancelamento de dotação proveniente da emenda atendida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou passar a palavra ao Relator-Geral para falar sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – No meu entendimento, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, salvo melhor juízo, é que não há suporte fi-

nanceiro para o destaque nº 18, porque o cancelamento dos quinze milhões do TRT de São Paulo, pelo o que eu estou informado, na verdade já estão alocados em várias outras emendas.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E por que não nessa?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Que é a mesma emenda, o mesmo destaque do Virgílio.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Por que as outras são melhores do que a de informática?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – As outras que estão sendo suportadas terão de ser canceladas, porque, a rigor, faltam quinze milhões de reais nessa equação. O cancelamento do destaque de V.Exa., os quinze milhões que seriam destacados para suportar a emenda da informática do TSE deixam de suportá-la. Portanto, de duas uma. Ou V.Exa. indica a fonte, e a fonte indicada é o cancelamento das obras do TRT de São Paulo, que me informam que já foi distribuída para suportar outras emendas e, portanto, inexistem.

Então, volto à minha recomendação inicial de reapresentação desse destaque por algum de V.Exas., que, aliás, nesta altura já não é de quinze milhões, porque devido ao corte de 50% que está ajudando a suportar o reajuste real do mínimo para o qual V.Exa. e seus companheiros tanto lutaram, na verdade hoje está reduzido a sete milhões e meio de reais. Sete milhões e meio ou quinze milhões, o que eu imagino que deva ser regimentalmente correto é que seja reapresentado esse destaque e que, em seguida, eu possa apreciá-lo para acolhê-lo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Virgílio Guimarães. Vamos para a decisão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, no intuito de ajudar, eu vou acolher. Eu só quero dizer o seguinte, nobre Relator. O corte do TRT de São Paulo, a minha intenção variou várias vezes, eu disse isso para o Deputado Goldman. Inicialmente, a minha intenção era cortar tudo. Depois a bancada do PT ponderou, outros ponderaram, e foi só cortando do paraíso e mandando para o purgatório. Tudo bem. Mas o Relator achou por bem eliminá-la. Ele eliminou não por uma ação sua, mas por um destaque meu. O cancelamento do TRT de São Paulo, como está dito aqui, só poderia ocorrer a partir do destaque de alguém, e o destaque foi exatamente o meu.

Como é que eu ficarei então, sendo o autor? O que se queria aqui? Que eu, dos quinze milhões, desse sete milhões e meio para a informática e fosse o responsável pelo cancelamento de trinta, quinze do TSE, que, felizmente, foi reposto aqui corretamente pela votação da ata, e agradeço a todos pela justiça que foi feita. Mas também não quero que o TRT fique integralmente nas outras e não sobre nada para a ação de informática. Pelo menos que se distribua.

Quero pedir, não quero postergar, uma ação complexa. Mas que V.Exa. também tivesse a compreensão, já que o TRT de São Paulo desapareceu, cujo veículo de desaparecimento foi exatamente um destaque meu, que pelo menos algo fosse socorrer o destaque que eu fiz indicando fontes. E tantos foram aprovados aqui sem fonte alguma, fonte no recurso que estava disponível por obra e graça de recálculos, mas estavam disponíveis nas mãos do Relator-Setorial.

Então, seria injusto, não comigo, comigo também, mas com a ação de informática, que foi uma batalha de tantos aqui, como o Deputado Giovanni Queiroz, Amir Lando, de tantos que se empenharam para fortalecer o TSE exatamente no ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação o destaque 18, com a ponderação do Relator-Geral comprometendo-se a examinar o destaque em outra instância, que vai ser apresentado para ser analisado em outra instância.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, qual é o documento que V.Exa. está apresentando para que votemos? Não foi apresentado nenhum documento pelo Relator-Geral, e tudo no Orçamento tem de ser escrito. Para cancelar o destaque 18. Temos aqui destaques com toda argumentação em relação ao destaque 1 e 25. Temos de ter redigido o destaque do relatório 18. Não está na pauta. V.Exa. colocou na pauta o item número 1. No item nº 1 não se faz referência nenhuma ao chamado destaque 18. Não temos condições de votar algo que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, a questão existe e foi levantada pelo Deputado Virgílio Guimarães como questão de ordem, e o Relator-Geral...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A questão de ordem era recomposição do TSE, não isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas qual é a proposição, Sr. Presidente? Qual é o item que está em votação? Qual é o papel que está em votação? Não existe. É ridículo!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Plenário é soberano. Vai decidir aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas não podemos votar o vazio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem aqui a posição do Deputado Virgílio Guimarães que levantou a questão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O que está sendo votado, pelo amor de Deus? Qual é o papel?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o parecer do relator dizendo que...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não existe. Está escrito o parecer?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, Presidente, não pode. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Esse é um precedente muito perigoso. Não podemos votar matéria simplesmente teórica. Tem de haver algum encaminhamento documental, sob pena de amanhã criarmos confusão semelhante a essa. Não faz sentido votarmos uma matéria como esta, da importância de quinze milhões de reais para o TSE nas ações de informática, assim. Votar o quê? A favor ou contra o quê?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A Presidência está em condições de assumir uma decisão sobre essa matéria, portanto, não vou colocá-la em votação. Vou decidir. Diante do debate que já houve aqui tenho convicção a respeito do assunto e vou decidir a matéria.

Vou colocar agora uma outra parte em votação, que é o item referente à correção. Chamo o Sub-Relator da área de meio ambiente, Deputado Luciano Castro. Agradeço ao nobre Deputado Wilson Braga a colaboração, nosso grande relator da Justiça, que fez um brilhante trabalho, e chamar aqui o Deputado Luciano Castro. Vamos apreciar uma correção, uma errata apresentada e não publicada no relatório setorial da Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. já tem a resolução, está definido, mas... qual é? Eu tenho mais dificuldades do que os outros para entender, mas eu não ouvi V.Exa. dizer qual foi a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu não preciso decidir agora, nobre Deputado. Não vou prejudicar o andamento das questões por essa decisão agora. No tempo oportuno vou decidir e toda a Comissão saberá a decisão. Não vamos atrapalhar os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeitamente, só que não se pode começar o relatório geral antes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o nobre Deputado Luciano Castro.

O Relator-Geral vai falar sobre o assunto. Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A alteração do valor consignado na Emenda 71130008, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, obras de drenagem no Estado de Mato Grosso do Sul decorre de erro...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, qual é o documento que o Relator está lendo? Porque nada temos aqui para acompanhar...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – É um documento que o Relator-Setorial.... O Relator-Setorial está chegando nesse instante e vai ler o documento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem em abundância aqui na mesa, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a alteração do valor. Eu quero explicar, primeiro, que a alteração do valor consignado na Emenda 71130008 (construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, obras de drenagem no Estado Mato Grosso do Sul), decorre de um erro de publicação das decisões dessa Relatoria, uma vez que a versão eletrônica do meu relatório, encaminhada para publicação, não correspondia às minhas decisões finais. Quero dizer que os senhores podem observar que no relatório publicado não consta a minha assinatura.

Quanto às demais alterações, o erro deveu-se ao processamento do meu relatório pela consultoria técnica. Ao concluir o relatório da Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente, reservei recursos para atendimento a eventuais destaques. A Consultoria de Orçamento, ao constituir tal reserva, equivocadamente utilizou parte dos cancelamentos que efetuei no GND 4, ao invés de limitar-se aos recursos que me foram transferidos pelo Relator-Geral.

Desta forma, permaneceram no banco de fontes do sistema recursos oriundos desse cancelamento. Conseqüentemente, esses recursos retornaram automaticamente às respectivas rubricas, não aparecendo, portanto, esse cancelamento no anexo referente às alterações introduzidas pela Relatoria. Alertado do

ocorrido pela Consultoria de Orçamento, determinei a elaboração da presente errata, que corresponde fielmente às decisões que tomei.

Na errata apresentada, que os senhores têm em mãos, devido a um erro de publicação no relatório setorial da Área Temática IX, fazia a seguinte redação na página 26. **Onde se lê: "Bancada do Mato Grosso do Sul, o valor aprovado para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídricas e drenagem, dois milhões", leia-se: "Bancada do Mato Grosso do Sul, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídricas, um milhão e meio".**

As demais seriam relativas a três milhões, setecentos e cinqüenta e quatro mil reais, que foram provenientes de cancelamentos que fiz no PL voltado em especial para o Ministério do Meio Ambiente. Na realidade, fizemos, com os cancelamentos, a compensação no atendimento de eventuais destaques apresentados por conta da aprovação do relatório, não gerando, portanto, nenhum tipo de prejuízo a qualquer ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão a errata que acaba de ser lida. Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, eu quero, antes, obter esclarecimentos, porque não entendi. Eu não tenho onde o Relator leu, eu só recebi isso. Todos os Deputados só receberam isso. Na primeira página fala-se em bancada do Mato Grosso do Sul, que retira dois milhões, valor aprovado, e coloca valor aprovado um milhão e meio de reais.

Porém, tem uma outra página aqui de cancelamentos sobre a qual eu queria uma explicação. Conservação ambiental da bacia do São Francisco. Onde se lê o cancelamento de um milhão, cento e setenta mil, cancelou-se mais dois milhões e quatrocentos mil. É isso? Onde se lê no substitutivo dez milhões, duzentos e trinta mil; nove milhões e seiscentos mil. É isso?! É toda essa tabela de cancelamento que existe?!

Na página seguinte, onde se lê o cancelamento de zero, o cancelamento é de trezentos mil. Onde se lê o cancelamento de menos quarenta mil... Agora, qual é a justificativa disso? Eu não entendi isso. Sinceramente, estamos alterando esse orçamento em montantes razoáveis, pelo menos por esse adendo, sem justificativas. Como é? Não está escrito. Torna-se difícil votar desse jeito, Sr. Presidente, sinceramente. Pelo menos que o relator divulgue o texto que leu para entendermos o que estamos votando. Está claro para os outros Deputados o que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Sérgio Miranda, vou tentar tornar-me claro. É uma prerrogativa do Relator-Setorial fazer cancelamentos no projeto de lei, na área de investimento, em até 40%. Exercendo essa prerrogativa em algumas áreas, eu fiz cancelamentos. Por exemplo, nessa área de construção e recuperação da infra-estrutura hídrica, ao invés de 2 milhões, eu cancelei. Só seria um milhão e meio.

No primeiro. São dois assuntos diferentes. Na realidade, puxei para o meu banco de fontes 500 mil. Eram 2 milhões, e eu puxei 500 mil, e teria saído errado. Então, seria um milhão e meio que teria de ter saído correto. Apropriei-me de 500 mil para a Relatoria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O parecer preliminar autoriza V.Exa. a cortar o que veio do Poder Executivo. V.Exa. não pode cortar emenda de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas já cortaram o que veio do Poder Executivo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas aqui é da bancada do Mato Grosso do Sul. O que é isso?

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Vou retificar, para não misturar os assuntos. Nesse aqui, estou retificando apenas um erro de publicação. Em vez de atender em 2 milhões, eu atendi em 1,5 milhões. É o que foi atendido: um milhão e meio, em vez de 2 milhões. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

Estou apenas publicando para dizer o que estou atendendo. Nessa questão do Mato Grosso, 1,5 milhões e não 2 milhões. Esse é um ponto — está certo?

O outro é exatamente o que eu estava tratando. É apropriação, Deputado Sérgio Miranda...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Estou tentando ler aqui.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Apropriei-me, como Relator, de recursos do PL numa série de áreas, como, por exemplo, na área de meio ambiente. O total dessa apropriação chega a 3 milhões e 700 mil reais. Por exemplo, aí é o que o Deputado dizia: em vez de 1 milhão e 770 são 2 milhões e 400. Em vez de zero eram 120 mil. Quando eu fiz essa apropriação, esses valores foram para o banco de fontes, que ficam à disposição do Relator-Geral, inclusive

para atender aos eventuais destaques, cerca de 3 milhões e 700 mil reais.

O que aconteceu? Foi feito isso e disponibilizado para o banco de fontes. Na publicação, lá no PRODASEN, não saíram esses cancelamentos, e eu teria utilizado os 3 milhões e 700 mil reais para atender eventuais destaques. Isso eu realmente fiz. Atendi todos os destaques, inclusive com os 3 milhões e 700 mil reais. Se eu não declaro isso e não faço a publicação, eu estaria atendendo destaque sem cobertura. Mas, na realidade, ela foi processada e feita toda no processamento. O que houve foi um erro de publicação.

Quero apenas deixar transparente e claro, para que não paire dúvida sobre a minha decisão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, eu gostaria da atenção do Sr. Relator. Veja bem, a errata, Deputado Luciano Castro, diz que onde se lê "bancada do Mato Grosso do Sul, 18.544.0515.1851.0384, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, obras de drenagem no Estado do Mato Grosso do Sul. GND IV, modalidade de aplicação 30", onde se lê 2 milhões, leia-se 1,5 milhões.

Quando eu vou procurar no relatório final — estou aqui com o relatório final do Orçamento —, verifiquei que a mesma Emenda nº 18.544.0525.1851.0384, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, obras de drenagem no Estado do Mato Grosso do Sul, há 3 milhões aprovados pelo Relator-Setorial na modalidade 40, e não encontro, salvo melhor juízo, não consigo encontrar, na modalidade 30, esses valores de 1,5 milhões. Chamei o consultor aqui do Legislativo, que também não localizou.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não, a adequação do relatório geral é outra questão.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas mudou a modalidade?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Preciso de explicação, porque eu não encontro aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o Deputado Fernando Coruja tem razão. Estamos votando aqui o Orçamento da União e há três valores distintos nos relatórios apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem toda razão. É por isso que S.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – São três valores. No outro relatório que tenho, que é o relatório por emendas coletivas, esse valor já sobe para 4,5 milhões. Nas modalidades 30 e 40, o valor sobe.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Esse é o relatório final?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Relatório final. Tenho aqui.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Eu preciso ver se no relatório final...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Relatório final.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Estou mandando buscar para saber se já foi apresentado algum destaque. O destaque pode ter mudado a modalidade, aumentado o valor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Deputado Luciano Castro, isso aqui é cópia do relatório que vamos votar hoje. É o relatório final.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sim. Não estou discutindo isso. Estou dizendo que eventualmente esse relatório final pode ter ocorrido em cima do relatório setorial e de algum outro destaque que tenha sido apropriado, inclusive com a mudança da modalidade de aplicação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, estamos fazendo uma errata, corrigindo uma coisa que não está...

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – A errata é do meu relatório e não do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Fernando Coruja, vamos ouvir o Deputado Waldemir Moka, que participou dessa discussão.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Deputado Fernando Coruja, eu posso explicar, como coordenador da bancada do Mato Grosso do Sul. Na verdade, o recurso foi colocado em duas modalidades: 30 e 40. Foi atendido o destaque feito pelo Deputado João Grandão nessa outra modalidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas essa não consta aqui. Estamos corrigindo uma coisa e não consta aqui o que estava errado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Fernando Coruja, a minha assessora está logo aí atrás para explicar-lhe, para que V.Exa. possa ter um atendimento personalizado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Gilmar Machado vai falar sobre o assunto. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Deputado Fernando Coruja...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Gilmar Machado já achou ali, matou a charada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – À pág. 254, Deputado Fernando Coruja, há duas. Uma com o destaque e uma outra. Consta 1,5 milhão. O Relator-Geral fez uma adequação de menos vinte, dando 1 milhão, 480. E a outra de 3 milhões, que foi o acréscimo; depois, o Relator-Geral ainda adequou e colocou mais 3 milhões, dando um total de 6 milhões. São duas emendas. A segunda é o destaque e a primeira foi...

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Agradeço à assessoria e a V.Exa. a presteza com que me auxiliam nesta hora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Deixe-me ver se ficou claro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, só para esclarecer: no relatório setorial ficou na modalidade 30 1,5 milhões; na modalidade 40, 2 milhões. É isso?

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – O Deputado Gilmar Machado acabou de ler, neste instante.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Três milhões e meio. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, para ficar claro que podemos votar conscientemente, pergunto ao Relator: há acréscimo de despesa. De onde vieram os recursos para atender a esse acréscimo?

Segunda pergunta: esses números dessa retificação já constam do seu relatório setorial? Em seguida, eles constam do relatório geral, como está nessa emenda? Era isso o que gostaríamos de saber.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Pedro Novais, primeiro, não estamos, na realidade, fazendo acréscimo nenhum, a não ser uma compensação. No item relacionado ao Mato Grosso do Sul, estamos apenas retificando a publicação. Na outra, que se refere ao cancelamento, o que ocorreu? Vou repetir. Apropriei-me do PL, do Especial do Ministério do Meio Ambiente, de 3 milhões e 700 mil reais. Isso foi para o meu banco de fontes para atender destaques. Utilizei isso e atendi a vários destaques, que foram atendidos na faixa de 40 milhões de reais, na qual estavam os 3 milhões e 700 e constavam do banco de fontes.

Na realidade, o que ocorreu é que no PRODASEN não publicaram esses cancelamentos. Estaríamos retificando somente a publicação, porque já havia o atendimento. Quero dizer, inclusive, que parte desse atendimento foi para reposição de quotas efetuadas no Ministério do Meio Ambiente, feita pelo Deputado José Borba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, o parecer preliminar é claro. Há erro de fato. Não precisaria nem a matéria vir à votação, bastaria que o Relator-Geral tivesse boa vontade e o corrigisse, porque há erro material. Deixou-se de ser publicado algo que estava no relatório anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a discussão. Vou colocar a matéria em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a errata, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovada na Câmara dos Deputados, contra o voto do...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Solicito verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda e Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Calma, Deputado. Eu quero saber qual o apoiamento de V.Exa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou deferir. Convido o Senador Romero Jucá, revelação desta noite, para fazer a chamada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, é importante que neste intervalo possamos dizer que estamos em obstrução, porque estamos aguardando acordo que, com certeza, deve estar avançando neste horário, já tarde da noite, pois está sendo discutido na Casa do Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, logicamente, estamos aqui nesta obstrução na certeza...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não, Sr. Presidente. É preciso que entendamos que o Governo nos enganou mais uma vez, que a Oposição foi enrolada. Eles quiseram votar no Senado Federal, nós demos o **quorum** e, mais uma vez, nos enganaram. Objetivamente devemos aprofundar essa obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir aqui a voz maviosa do Senador Romero Jucá, que falará aos Srs. Parlamentares.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas ainda estou confiante no espírito natalino daqueles que nos tentam enganar, mas que vão ter remorso e não nos trairão na véspera de Natal. Com certeza vão nos trazer um resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, para a chamada dos Srs. Parlamentares. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)*

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Almeida. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)*

Deputado Zila Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros. *(Pausa.)*

Há algum Deputado do PSDB/PTB que ainda não foi chamado? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o PDT e o PPS estão em obstrução.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputados do PFL:

Deputado Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.)*

Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Sim."

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Lael Varella. *(Pausa.)*

Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – "Sim."

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Wilson Braga.

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Ariston Andrade. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PFL está completo.

PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

O PT está em obstrução.

PPB:

Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Hugo Biehl.

O SR. DEPUTADO HUGO BIEHL – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Odelmo Leão. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Henry. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Completa o PPB.

O Bloco Parlamentar PDT/PPS conta somente com a presença do Deputado Giovanni Queiroz, que pediu verificação, não é isso?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pois não, Sr. Senador.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O restante é obstrução.

O Bloco Parlamentar PSB/PCdoB também está em obstrução.

Bloco Parlamentar PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Caldas. *(Pausa.)*

Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Juquinha. *(Pausa.)*

Deputado Robério Araújo. *(Pausa.)*

PV:

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Há Deputada ou Deputado que não foi chamado a votar?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Félix Mendonça, "sim".

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – A Deputada Lúcia Vânia já estava aqui.

Sr. Presidente, são 41 votos "sim" e 1 voto "não".

A matéria está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A errata foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada no Senado da República.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, solicito que, da próxima vez que houver votação nominal, quem estiver chamando os Parlamentares repita as palavras "ausente", "presente", "sim" ou "não", para que possamos fazer nossa contagem — agora, ela foi bem menor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A próxima verificação poderá ser pedida às 23h04.

Projeto de Lei nº 32/2001, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero avisar aos Srs. Parlamentares que evemos manter a Comissão em funcionamento con - tínuo, porque o encerramento dos trabalhos implicará convocação após vinte e quatro horas, de acordo com o Regimento.

Já que pretendemos não só encerrar a discussão do relatório mas votar os créditos em seguida, a Comissão deverá funcionar continuamente. Portanto, peço aos Srs. Parlamentares que se preparem para permanecer no recinto, até que encerremos os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que libere a apresentação de destaques no momento em que o Relator começar a ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – De acordo com o Regimento, isso é feito na hora da discussão.

Se o Plenário concordar, posso abrir já o prazo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Plenário está de acordo? (*Pausa*.)

Então, está aberto o prazo, a partir de agora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, também quero dar um aviso.

A sugestão do Deputado Ricardo Barros de termos sessão contínua é interessante, mas é bom observar que a votação no plenário precisa de **quorum** absoluto. Estamos dispostos a fazer obstrução na sessão do Congresso, se não for cumprido o acordo feito pelos Parlamentares da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, inicialmente, desejo expressar meu profundo reconhecimento pessoal ao empenho e à dedicação dos servidores desta Comissão, dos mais humildes aos mais qualificados consultores técnicos da Câmara e do Senado. Se há méritos nos avanços obtidos nesse período, eles se devem ao esforço, à experiência e ao idealismo desses funcionários.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Relator, ninguém ouve V.Exa. Tampouco há Presidência na Mesa. (*Pausa*.)

(Não identificado) - Há vácuo na Mesa. Convocamos, imediatamente, alguém que possa responder pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Solicito silêncio, para que possamos ouvir o relatório.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Estendo meus agradecimentos iniciais aos Presidentes da Comissão, da Câmara e do Senado e, de modo especial, aos colegas que dividiram, com esta Relatoria e com os Relatores-Setoriais, o encargo de avaliação de receitas, por meio do Comitê de Avaliação de Receitas —Deputados Sérgio Miranda, Paulo Mourão, Jorge Khoury e Jorge Bittar e Senadores Amir Lando e Paulo Hartung.

Agradeço também aos Deputados Renato Vianna, Danilo de Castro e Carlito Merss, que integraram o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras Irregulares; ao Deputado Pedro Novais, à Deputada Lúcia Vânia e ao Senador Antero Paes de Barros, pelo trabalho desenvolvido no Comitê de Avaliação de Cortes nas Despesas de Custeio; e, de modo especial, aos Deputados João Coser, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti e Paulo Kobayashi e Senador Romero Jucá, que compuseram o Comitê de Avaliação de Emendas, coordenado por V.Exa., Deputado Santos Filho.

Devo, aos integrantes deste Comitê, parcela significativa dos resultados alcançados na fase final dos trabalhos, assim como aos dez Relatores-Setoriais, que possibilitaram, com lucidez, espírito suprapartidário, senso de realismo e honestidade, que o montante inicial de demandas, da ordem de 38 bilhões de reais, coubesse no limitado universo de 4,4 bilhões, posto à disposição de S.Exas.

Esse valor se transformou posteriormente, em decorrência de cortes e cancelamentos — de cunho constitucional, diga-se de passagem — de aproximadamente 10% nos investimentos constantes da proposta original do Poder Executivo, da ordem de 900 milhões de reais.

Sr. Presidente, posso falar sinteticamente, mas estou inteiramente à disposição para ler, em detalhes, as duzentas e poucas páginas do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. pode resumir, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, não é regimental a leitura da íntegra do relatório, já distribuído.

É preciso apenas que o Relator faça uma síntese dos pontos fundamentais, para que possamos discuti-los. No debate, S.Exa. terá a oportunidade de mostrar sua capacidade, seu conhecimento e a qualidade do seu trabalho.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Agradeço ao Deputado José Carlos Aleluia a observação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares integrantes da Comissão, faço referência, desde logo, às fontes de recursos identificadas, ao longo dos últimos noventa dias, para suportar os dispêndios decididos pelo Congresso e à forma com que foram distribuídos.

Em linhas gerais, devo relembrar que os recursos brutos são de 14 bilhões, 292 milhões e 860 mil reais. É preciso esclarecer esse ponto, uma vez que alguns integrantes da Comissão, ao darem entrevistas públicas a respeito do assunto, têm deixado de observar que esse é o montante bruto.

De início, esses recursos induziram transferências constitucionais para Estados e Municípios da ordem de 4 bilhões e 210 milhões de reais, restando, portanto, algo em torno de 10 bilhões e 82 milhões de reais líquidos, provenientes, em primeiro lugar, da tri-

butação dos fundos de pensão, nos termos e condições previstos na Medida Provisória nº 2.222.

Ao instituir regime tributário especial para os fundos de pensão, essa medida busca, na verdade, criar condições objetivas para que os dirigentes desses fundos acordem uma convivência pacífica com a Receita Federal, recolhendo, dos cerca de 11 bilhões e meio acumulados ao longo dos últimos anos e provisionados, por decisão judicial, na contabilidade dos fundos, algo em torno de 7 bilhões de reais líquidos.

Em segundo lugar, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre combustíveis, recém-aprovada pelo Senado Federal e regulamentada logo a seguir, advieram 1 bilhão e 250 milhões de reais, dos quais 1 bilhão foi destinado a obras de infra-estrutura na área de transportes e 250 milhões a projetos de natureza ambiental, vinculados à indústria do petróleo e do gás.

Em seguida, Sr. Presidente, procedemos, na última semana, à atualização de receitas federais, com base em reestimativa do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas; resultaram, brutos, 2 bilhões e 323 milhões. Essa atualização foi longa e, espero, adequadamente fundamentada no relatório de reestimativa de receitas, que anexei ao relatório geral distribuído a V.Exas.

Na mesma ocasião, reestimamos a base do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, decorrente das operações de **swap** no mercado financeiro. Procedemos de igual forma em relação à cota única do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líqüido dos estabelecimentos financeiros, em decorrência da depreciação cambial ocorrida a partir do mês de abril e, de modo intenso, ao longo dos meses seguintes, até o início de dezembro; isso representou 322 milhões de reais.

Fizemos também reestimativa dos **royalties** do petróleo, por solicitação da própria Agência Nacional do Petróleo, que gerou recursos vinculados à Marinha do Brasil e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Finalmente, calculamos a tributação do reajuste dos servidores dos institutos de ensino superior, da ordem de 171 milhões de reais, e reavaliamos as receitas do DNER, do FUNSET e do FNDCT, além da reserva de contingência adicional. Com esta, desde logo, abrigamos 1 bilhão e 170 milhões de reais de emendas individuais dos Srs. Deputados e Senadores, dos quais devem ser deduzidos 2 milhões, anteriormente destinados ao Deputado Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo.

Esses recursos, que montam, em termos líqüidos, a cerca de 10 bilhões e 82 milhões de reais, foram destinados, primeiro — mas não necessariamente em ordem cronológica —, a ajustes decorrentes do aumento do salário mínimo, INSS, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Lei Orgânica da Assistência Social — 1 bilhão e 540 milhões de reais. Despesas com pessoal, reajuste de remuneração dos servidores do INSS e dos institutos de ensino superior, 726 milhões.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Relator, V.Exa. me permite uma observação?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Pois não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Estou tentando acompanhar sua exposição. V.Exa. não está lendo o relatório?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então, de acordo com os valores citados por V.Exa., o total dos recursos não é de 13 bilhões, mas de 14 bilhões?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Exatamente. Eu disse, inicialmente, que os recursos brutos montam a 14 bilhões, 292 milhões e 860 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, vamos permitir que o Relator faça seu relatório.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – É um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Só para esclarecer V.Exa.: acréscimos brutos de receita, 12 bilhões e 428 milhões; apropriação do excesso da reserva de contingência, 1 bilhão e 864 milhões de reais. Repetindo: transferências constitucionais ajustadas, 4 bilhões, 210 milhões de reais; recursos líquidos disponíveis, 10 bilhões e 82 milhões de reais, cuja destinação há poucos instantes eu dava conhecimento ao Plenário, embora seguro, naturalmente, de que todos têm a informação necessária a respeito do destino desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vamos ouvir o relatório, peça da mais alta importância para nós.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Reiterando, Sr. Presidente: ajustes decorrentes do aumento do salário mínimo, 1 bilhão e 540 milhões de reais; reajuste de remuneração dos servidores do INSS e dos institutos de ensino superior, 726 milhões de reais; emendas individuais, 1 bilhão e 177 milhões de reais, não considerando, até o presente momento, eventuais destaques apresentados pelos membros desta Comissão; 5 bilhões, 138 milhões e 681, corres-

pondentes a emendas coletivas estaduais; 70 milhões e 840 mil correspondentes a emendas de bancadas regionais; 1 bilhão e 437 milhões de reais correspondentes a emendas de Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, não quero atrapalhar o Relator, mas, pelo amor de Deus, nos dê um papel para acompanharmos a leitura. Ele está lendo números que não temos condições de acompanhar. Nenhum Deputado tem acesso a essas informações.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Deputado, todos esses números que estou lendo, na verdade, encontram-se absolutamente explícitos no capítulo devido do relatório geral.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não está. Essa distribuição feita pelo Relator, por meio de emendas, não está em nenhum dos dois volumes, eu procurei.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Mas não é para estar mesmo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Por quê?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Porque eu estou lendo para V.Exas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas então distribua o papel para nós.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - O que eu estou lendo para V.Exas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Sérgio Miranda, não estamos na discussão do relatório.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – ...de um lado, é a reprodução...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Ah, pois é, vocês não querem nem discutir o relatório. Não querem nem dar os números para que possamos ler.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - ... de números constantes do relatório.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Tem que distribuir o papel. Não temos maioria, mas temos de saber o que vamos votar.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Em segundo lugar...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Nós queremos saber os números.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, faço um apelo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Mas eu estou dando os números.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Nós somos minoria, mas pelo menos os números queremos saber.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - Sr. Deputado Sérgio Miranda, embora fazendo a ressalva de que os Deputados integrantes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, o nobre Relator...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas S.Exa. está lendo sem nos dar o papel.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Isso são anotações, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Nunca houve isso nesta Comissão. Distribua o papel.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – São anotações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. vai ouvir o relatório, depois V.Exa. se inscreverá para a discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – S.Exa. não está lendo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Foi sugerido pelo nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu não estou lendo relatório nenhum. V.Exa. não está dizendo a verdade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – S.Exa. não está lendo. S.Exa. está divulgando números que não temos a menor condição de controlar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Sérgio Miranda, não permitirei debates.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Sérgio Miranda, o resumo do relatório está nas minhas mãos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Nós não temos a menor condição de controlar.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu estou lendo anotações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Sérgio Miranda, vou cassar a palavra de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não está lendo coisa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vou cassar a palavra de V.Exa., com todo o respeito que V.Exa. me merece. Quando o nobre Deputado José Carlos Aleluia sugeriu que o Relator fizesse a le-

itura sintética, ninguém se opôs. E S.Exa. está fazendo a leitura sintética do relatório. V.Exa. se inscreverá para discutir o relatório, nobre Deputado Sérgio Miranda. V.Exa. não vai impor a condução dos trabalhos. Não concederei a palavra para questão de ordem enquanto o Relator estiver lendo o seu relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não concedo questão de ordem, Deputado Fernando Coruja. Neste momento, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, uma sugestão construtiva é possível?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Srs. Deputados, é exatamente em consideração a V.Exas...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Relator, posso dar uma sugestão?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – É exatamente em consideração a V.Exas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Aceito a sugestão.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – ... que estou deixando de ler o relatório, que certamente V.Exas. já conhecem em detalhes, até porque ele está disponível desde a última segunda-feira. Estou lendo, ou melhor, rememorando, a partir da leitura de anotações pessoais que fiz, os números básicos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu pediria, Presidente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – S.Exa. alterou esses números.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu não alterei absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Sérgio Miranda...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu não sou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda...

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, V.Exa. sempre foi um Deputado que mereceu todo o respeito desta Comissão. V.Exa. deve aguardar.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – S.Exa. só quer aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Inscreva-se, nobre Deputado, para discutir o parecer.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu vou fazer chegar às mãos de V.Exa. essas anotações que estou lendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é possível que V.Exa. queira ganhar todas no gritos, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, gostaria de sugerir ao Relator, Deputado Sampaio Dória, que faça uma exposição sintética, mas declinando onde se encontra no relatório, para facilitar. Não estou cassando o direito de V.Exa. de fazer a exposição sintética, vários outros já o fizeram em outros momentos, gostaria apenas de fazer essa sugestão a V.Exa., para viabilizar o acompanhamento.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Virgílio Guimarães, esses dados relativos às receitas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Um momento. Como líder nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, compreendemos a intenção do Deputado José Carlos Aleluia de acelerar os trabalhos, como V.Exa. já reafirmou. O Relator está fazendo uma espécie de resumo do relatório, mas o Deputado Sérgio Miranda tem razão. Estou tentando acompanhar os números e não estou conseguindo. Vou dizer o que penso de forma muito serena, para entendermos.

Nas páginas 20 a 27 do relatório constam valores, receitas, tabelas a que o Relator está se referindo. O Relator faz referência à tabela de origem de recursos.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sucintamente.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Só que o Relator, nessa referência à origem de recursos, refere-se a um total de 14 bilhões de reais. E aqui tenho 13 bilhões, 835 milhões e 280 mil reais. Então, mesmo fazendo uma análise sucinta, seria importante que o Relator fizesse referência a essas tabelas e às prováveis alterações.

Compreendo a intenção de V.Exa., Deputado Sampaio Dória, mas para que o Deputado Sérgio Miranda, o Deputado Virgílio Guimarães ou qualquer outro tenha a oportunidade de se inscrever para debater, é preciso que conheçam as diferenças e os novos valores. Do contrário, não há como discutir, pois são valores apresentados agora. Então, quando for

discutir o relatório, tomarei como referência esse relatório e não as alterações do Relator.

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Calma, Senador! Eu não estou pedindo para discutir. Estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedi a palavra ao nobre Líder do PT.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Não estou discutindo a matéria. Só quero saber, quando for discuti-la, o valor que ficou nessa tabela, do contrário não terei condições de discutir. É impossível.

Então, peço ao Relator que diga claramente qual a alteração feita e em que tabela, para facilitar a nossa intervenção no momento do debate do relatório.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Walter Pinheiro, na tabela a que V.Exa. e o Deputado Sérgio Miranda fazem referência, os valores brutos que montam a 13 bilhões, 835 milhões e 280 mil reais, trazem a contribuição de intervenção no domínio econômico, incluindo 1 bilhão e 250 milhões que foram apropriados pelo Comitê de Receita e pelo Relator e, além desse valor, 1 bilhão e 400 relativos a subsídios.

Em segundo lugar, esse mesmo quadro, à pág. 20 do relatório, não inclui reserva de contingência adicional, porque não são acréscimos de receita, são receitas já constantes da proposta do Poder Executivo.

Neste relatório, para não cometer qualquer omissão, fiz essas anotações para incluir, desde logo, esses recursos que todo mundo sabe que existem, até porque foi a partir deles que introduzimos as nossas emendas individuais no primeiro momento.

Nesse quadro cuja cópia eu pedi que fosse entregue ao nobre Deputado Sérgio Miranda, os acréscimos brutos de receita vêm sob o título A-1. A apropriação do excesso de reserva de contingência está descrita no item A-2.

Portanto, como a minha intenção é fazer um apanhado sucinto, a rigor, nem precisaria estar lendo números precisos, mas números aproximados, números que foram exaustivamente divulgados pelos meios de comunicação ao longo das últimas semanas, especialmente ao longo desta semana, estou apenas rememorando a V.Exas. que, dos 10 bilhões, aproximadamente, utilizados para suportar os dispêndios que decidimos, 1 bilhão, 540 milhões de reais foram destinados aos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego para suportar o reajuste real do salário mínimo. *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)* Setecentos e vinte e seis milhões de reais por...

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – V.Exa. poderia repetir o valor anterior? Um bilhão...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Pois não. Um bilhão, 540 milhões de reais destinados ao Ministérios da Previdência e Assistência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego, para suportar o reajuste real do salário mínimo para 200 reais.

Segundo, despesas com pessoal decorrentes dos movimentos grevistas recentes ocorridos no âmbito das universidades federais, atingindo, num primeiro momento, os servidores daquelas instituições e, em seguida, os professores. Em segundo lugar, no âmbito do INSS, foram destinados a esse dispêndio com pessoal 726 milhões de reais.

As emendas individuais totalizaram, como já havia dito a V.Exas., 1 bilhão, 177 milhões de reais; as emendas estaduais, 5 bilhões, 138 milhões, 681 mil reais; as emendas de bancadas regionais, 70 milhões, 840 mil reais; as emendas coletivas de Comissões, 1 bilhão, 437 milhões de reais.

Sr. Presidente, senhoras e senhores membros da Comissão, a respeito do cronograma dos trabalhos que culminaram com a apresentação deste relatório geral para a apreciação de V.Exas. e dos critérios que adotamos, desde a fase setorial até o presente momento, devo dizer, também sucintamente, o seguinte: os dez Relatores Setoriais receberam, de recursos devidamente apropriados até aquele momento, 4 bilhões, 450 milhões, aproximadamente, tendo cancelado investimentos da proposta do Poder Executivo de 890 milhões de reais, perfazendo, portanto, 5 bilhões e 300 milhões de reais. Esses recursos advieram da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, 1 bilhão e 250 milhões de reais, e dos fundos de pensão, que naquele momento estavam apropriados em cerca de 6 bilhões e não de 7 bilhões, como no relatório final. Portanto, alguma coisa em torno de 3 bilhões e 200 milhões de reais havia sido apropriada do estoque dos fundos de pensão, cujo pagamento, cuja liquidação pressupusemos, da mesma forma que muitos integrantes do Governo, no sentido da probabilidade de realização, num futuro próximo, nos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 2.222, além de 250 milhões também advindos da CIDE para o setor de meio ambiente e da apropriação de **royalties** do petróleo para a Marinha — 84 milhões de reais — e para o Ministério da Ciência e Tecnologia — 60 milhões de reais.

Com esses recursos, os Relatores-Setoriais apresentaram seus relatórios a esta Comissão, que os analisou e aprovou, tendo em seguida apreciado e votado destaques que foram parcialmente incorporados ao relatório. Esses relatórios, no seu conjunto, resultaram em 3 bilhões e 600 milhões de reais, aproximadamente, de emendas de bancadas estaduais; 80 milhões de emendas de bancadas regionais; e 1 bilhão, 623 milhões de emendas de Comissão, perfazendo, aproximadamente, 5 bilhões e 300 milhões de reais.

De lá até o presente momento, esses números evoluíram para 5 bilhões e 100 milhões de reais para as emendas de bancadas estaduais; pouco menos de 80 milhões para as emendas de bancadas regionais; e 1 bilhão e 443 milhões para as emendas de Comissão, perfazendo um total aproximado de 6 bilhões e 600 milhões de reais, aos quais devem ser acrescidos — pedindo desculpas por estar sendo repetitivo — 1 bilhão e 170 milhões de emendas individuais, mais 1 bilhão e 540 milhões para os ajustes decorrentes do aumento do salário mínimo e 726 milhões para as despesas com pessoal decorrentes do reajuste de remuneração dos servidores do INSS e dos institutos de ensino superior.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Relator, essa já é uma outra tabela? Só para localizar os números.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Possivelmente, porque como estou fazendo, nobre Deputado Virgílio Guimarães, um apanhado sintético aproximado, envolvendo os grandes números das receitas das disponibilidades e dos dispêndios, para não cansar V.Exas., tirei esses dados de vários quadros, de vários gráficos, de vários capítulos desse relatório. Mas todos eles estão absolutamente detalhados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Nobre Relator, não quero interromper. Mas como eu havia solicitado uma remissão a cada caso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, não está na hora da discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não estou discutindo, é só para acompanhar o relatório sinteticamente. Então, recebemos uma tabela para viabilizar o acompanhamento. Só que alguns dos números que V.Exa. cita já não são mais dessa tabela. Creio que até são do relatório. Mas como não há uma referência de fazermos uma remissão, perdemos um pouco essa...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Se V.Exa. desejar, eu posso ler a tabela que está nas suas mãos e nas minhas também, número por número.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Certo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu estava apanhando, Deputado Virgílio Guimarães, alguns números que considerava mais significativos. Por exemplo, não considerei aqui a receita apropriada em decorrência da reestimativa de receitas do DNER alocadas para o setor de transportes. Estou-me referindo apenas aos grandes números, tanto relativos a entradas, a ingressos, quanto relativos a destinações, para não cansar V.Exas. Mas em sendo o desejo de V.Exas, lerei, na íntegra, esses números que também estão nas suas mãos:

Demonstrativo simplificado na intervenção do Congresso Nacional, Orçamento de 2002, em milhões de reais.

a) Recursos brutos disponíveis para uso da Relatoria: 14 bilhões e 300 milhões de reais.

a.1) Acréscimos brutos de receita: 12 bilhões, 435 milhões de reais.

a.1.1) Tributação dos Fundos de Pensão pelo Imposto de Renda: 7 bilhões de reais.

a.1.2) CIDE, em substituição à Parcela de Preço Específica — PPE, líquida de subsídio.

Diferentemente do que consta daquele quadro da pág. 20 do relatório geral, a que fiz referência há poucos instantes e que inclui 1 bilhão e 400 milhões de reais, destinados ao pagamento de subsídios de derivados de petróleo, de gás e de álcool*:*

Atualização de receita administrada pelo...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Relator, peço a palavra apenas para um esclarecimento. Foram levantadas várias questões de ordem, mas veja bem: sobre a receita da CIDE, V.Exa. a está diminuindo? No relatório estava 2.650...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Deputado, não estou diminuindo. Apenas em consideração a V.Exa., devo dizer o seguinte: estamos trabalhando sobre este número de 1 bilhão, 250 milhões aproximadamente há 60 dias. Foi quando a Câmara dos Deputados estava na iminência de votar, já tendo votado em primeiro turno — se não me engano, a PEC dos combustíveis —, essa Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que vincula os recursos derivados da sua cobrança a três finalidades: projetos de infra-estrutura na área dos transportes; projetos ambientais vinculados à indústria do petróleo e do gás e subsídios.

Esses subsídios foram pesquisados junto à PETROBRAS, à Agência Nacional do Petróleo e aos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, exaustivamente, por vários dos membros desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de modo especial pelo Deputado Eliseu Resende. As informações recolhidas por S.Exa., por mim e por outros Deputados que se empenharam na busca desses esclarecimentos levam a este número estimado de 1 bilhão e 400 milhões de reais, destinados a subsídios, um dos quais, por exemplo, já foi deliberado e anunciado pelo Governo na última semana — se não me falha a memória — relativo ao subsídio do gás de cozinha, através da instituição do vale-gás para as famílias de baixa renda, que receberão este vale subsidiado por cerca de 800 milhões de reais integrantes destes 1 bilhão e 400 milhões.

Restam, portanto, 600 milhões que muitos integrantes desta Comissão supuseram, tenho certeza que de boa-fé, que poderiam apropriar para outras finalidades e para outros gastos, mas que, pelas informações que temos do Ministério das Minas e Energia, são recursos destinados, ao menos no primeiro momento, a eventuais novos subsídios de derivados de petróleo que não o gás de cozinha, que já foi contemplado por esse programa em que foi lançado o vale-gás e que importará em dispêndios, em subsídios, na ordem de 600 milhões de reais.

Na verdade, não me poderia apropriar desses recursos que estão vinculados a subsídios. Poderia apropriar recursos da ordem de 1 bilhão, 250 milhões de reais, que foi o que fiz, dos quais 1 bilhão destinados, exclusivamente, ao setor de infra-estrutura de transportes e 250 milhões ao setor ambiental.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Nobre Relator, Deputado Sampaio Dória, não quero discutir os números, porque acho que a explicação é boa, só que, na verdade, temos um relatório que vamos votar. No relatório, o número constante era de 2 bilhões e 650 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há discussão, nobre Deputado. Quando terminar o relatório V.Exa. falará. Não vamos interromper mais a leitura do nobre Relator.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não, não, mas é...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é no momento, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – A questão de ordem que faço é a seguinte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. fará a indagação no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não. A questão de ordem que faço é a seguinte: porque o relatório...

Sr. Presidente, estou pedindo a palavra para uma questão de ordem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não deferi a palavra a V.Exa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado Fernando Coruja, colabore com a Mesa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há questão de ordem. A palavra está com o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, tenho o direito de pedir a palavra para uma questão de ordem. Tenho o direito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A palavra está com o nobre Relator.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Relator, continue lendo o relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas, Sr. Presidente, eu só preciso saber...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O relatório que V.Exa. e todos nós vamos votar é obviamente o relatório oficial, cujo quadro constante da pág. 20 embute, ao falar da CIDE como segundo item de origem de recursos em substituição à parcela de preços específica, 2 bilhões, 650 milhões de reais, inclui essa parcela de 1 bilhão e 400 milhões reservadas a subsídios, parte dos quais estou apenas relembrando a V.Exa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Estou entendendo, nobre Relator. Só quero saber o que vamos votar. Vamos votar o relatório ou essa folhinha que está sendo lida?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda vou colocar em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não. Quero saber o que é que nós...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Fernando Coruja, na página seguinte...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É uma errata isso aqui? É uma errata?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Fernando Coruja, logo a seguir, à pág. 28, V.Exa. encontrará detalhadas explicações desses números, inclusive dos números relativos aos subsídios a derivados de petróleo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu lhes dizia...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agora não. A palavra está com o Relator.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, sou membro do Comitê de Receita e não fui consultado sobre isso. Isso fere claramente o art. 19.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. falará no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Consta o meu nome e não consta a minha assinatura neste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. falará no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Sérgio Miranda, V.Exa., por motivos de ordem familiar e absolutamente impeditivos da sua presença aqui, teve que se ausentar por alguns dias, exatamente quanto fiz consultas verbais a vários membros da...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Consulta a quem? Vamos consertar esse impasse.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Consultas...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. divulga o relatório com o nome...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Sérgio Miranda, eu não tirarei...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Retire o meu nome.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu não tirarei, em hipótese alguma, o nome de V.Exa. porque...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Retire o meu nome do Comitê.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Encerro, Sr. Presidente...

(Não identificado) – Não estamos em discussão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pode retirar, pode retirar. Isso é uma esculhambação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A contribuição de V.Exa. aos trabalhos do Comitê da Comissão do Congresso Nacional é absolutamente relevante e da maior importância...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não há nem como discutir isso, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – ...e suas eventuais explosões emocionais não tiram minimamente o valor do seu trabalho, da sua cultura, da sua dedicação e do seu espírito público. Sou um admirador de V.Exa., ainda que alvo, nas últimas vinte quatro horas, de insinuações que, tenho certeza, V.Exa. fez induzido talvez pela emoção, porque V.Exa., ainda que não me conheça profundamente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quais insinuações, por favor? Vamos falar claro.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - V.Exa., seguramente me conhece o suficiente para saber que eu seria incapaz de ter uma conduta como a insinuada por V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Por exemplo?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – É nesse ponto mesmo que vou entrar em minha exposição. Por isso, Sr. Presidente, não me estou desviando da discussão. Por exemplo, quando V.Exa. afirma que eu, discricionariamente, teria distribuído recursos da ordem de 800 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Trinta milhões de reais para cada Líder.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Isso é absolutamente leviano e falso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vamos chamar os Deputados que participaram.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu vou dizer a V.Exa. o seguinte:**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Assegure a palavra ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A palavra está com o Relator. Quando ele terminar a leitura do relatório, vamos restabelecer a discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – E só então, Sr. Presidente, com a conclusão da leitura do relatório, é que podemos fazer a discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas ele não está lendo o relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Não podemos inovar nessa questão.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Quero dizer então que, do final dos trabalhos dos Relatores-Setoriais até o presente momento, houve duas fases que, na verdade, confundiram-se no tempo: uma sob a incumbência do Comitê de Admissibilidade de Emendas, integrado, como eu disse, por sete Deputados de partidos diversos, extremamente experientes, para assumir a responsabilidade de analisar essas emendas, especialmente sob os aspectos legal, formal, mas também de mérito, e o meu trabalho como Relator.

Devo dizer a V.Exas. — nunca ocultei isso de ninguém — que, na primeira reunião que tivemos, eu deleguei aos membros desse Comitê, coordenado pelo Deputado Santos Filho, a responsabilidade de convocar, ouvir, discutir e negociar com as bancadas de todos os Estados brasileiros. Enquanto isso, paralelamente, eu me achava envolvido no dia-a-dia — alguns dos presentes podem dar testemunho disso — com questões da maior relevância e que tinham repercussão extremamente contundente sobre o Orçamento, como a discussão de alternativas para a correção da tabela do Imposto de Renda, que tomou, seguramente, três a quatro semanas de muitos dos presentes, envolvendo o Secretário da Receita Federal e o Líder do Governo em busca de uma alternativa que não fosse aquela que, afinal de contas, foi deliberada pela Câmara e pelo Senado.

Em seguida, tivemos o acompanhamento e a discussão da CIDE, que se achava em fase de votação no Senado Federal e ainda teria de ser regulamentada, para que nós pudéssemos apropriá-la em tempo neste relatório.

Em terceiro lugar, houve a discussão sobre alternativas para viabilizar um reajuste real do salário mínimo.

Em quarto lugar, fizemos contatos com Senadores, novamente com o Secretário da Receita Federal, com os Ministros da Previdência e da Fazenda e com o próprio Presidente da República a respeito do andamento das negociações, visando a um acordo entre o Governo e os fundos de pensão, nos termos da Medida Provisória nº 2.222, cuja receita relativa ao passado, ao estoque acumulado, da ordem de 7 bilhões de reais, está apropriada neste relatório.

Aproveito, Sr. Presidente, para dar o esclarecimento que eu deveria ter dado antes e não o fiz: eu hesitei o tempo todo em apropriar também o fluxo dessa receita, ou seja, o produto da arrecadação anual do recolhimento do Imposto de Renda sobre os fundos, mesmo admitindo aquela hipótese de tributação especial privilegiada que se limita a 12% das contribuições que as patrocinadoras dão aos fundos. Deixei deliberadamente de considerar essa receita pelo fato de que eu tinha conhecimento — e não poderia admitir que não o tivesse — de que exatamente esse fluxo, essa cobrança anual continuada do Imposto de Renda, é exatamente o objeto das discussões e de eventual negociação e acordo com o Governo Federal.

A rigor, eu não poderia lançar mão nem de uma, nem de outra, mas apenas daquela representada pelo estoque, que efetivamente encontra-se — segundo informações que recebemos de inúmeros dirigentes de fundos de pensão — à disposição dos fundos para fazer esse recolhimento, desde que, é claro, no contexto de um acordo que ainda não amadureceu o suficiente, para que possa ser formalizado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados , a partir do trabalho desta Comissão, que merece o meu mais irrestrito reconhecimento, minha gratidão pessoal pelo empenho, pela dedicação, lealdade e seriedade com que se portou, enquanto eu me via — reitero — tomado na maior parte do meu tempo e das minhas energias nessas discussões paralelas, limitei-me, paralelamente ao trabalho do Comitê de Emendas, a receber aqueles Governadores de Estado que me pediram um contato, aqueles Ministros, Senadores e Deputados. Até algumas bancadas eu cheguei a receber, embora rotineiramente o trabalho de contato, discussão e negociação com as bancadas estaduais tivesse sido delegado explicitamente ao Comitê de Emendas.

Neste ponto, digo a V.Exas. — porque eu não vou fugir dessa questão — que, além de pleitos muito contundentes de Governadores de Estado, de Prefeitos de Capitais, de Prefeitos de grandes cidades brasileiras, de Ministros, recebi, sim, continuadamente, pleitos e solicitações de Líderes partidários da Câmara e do Senado e os atendi, na medida das possibilidades, em consideração à importância, à influência, ao papel que esses Líderes têm, sejam de que partidos forem, dentro do Congresso, nos seus Estados, no âmbito nacional e perante a sociedade.

Devo dar, Deputado Sérgio Miranda, a cada Líder, inclusive a V.Exa., o respeito que qualquer Líder partidário merece. V.Exas. são Líderes nacionais, V.Exas. têm responsabilidades, não só com os seus Estados, com as suas regiões, com o seu País, mas também com as suas bancadas. Eu nunca pratiquei

qualquer ato — e nunca fui solicitado por Líder algum a praticá-lo — que não estivesse absolutamente compatível com o que estou expondo.

Como Deputados, como Senadores, despidos da sua condição de Líderes...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. pode citar os Líderes?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. evidentemente não me procurou para fazer pleito nenhum, se é isto o que V.Exa. quer ouvir de mim. E acho que V.Exa. não se desonraria, se o tivesse feito, e muito menos eu em atendê-lo, porque eu tenho certeza de que o pleito de V.Exa. seria absolutamente lícito, sério e bem-intencionado, pois o considero um homem idealista.

Quero dizer a V.Exa. que eu fiz esse atendimento e não me arrependo de tê-lo feito, porque os Líderes partidários tiveram papel muito importante na composição das bancadas estaduais e existem — V.Exa. sabe muito melhor do que eu porque tem muito mais experiência do que eu — interesses muito conflituosos de partidos políticos, de ideologias distintas, de regiões diversas dentro do mesmo Estado.

Então, na verdade, esses Líderes exerceram um papel importante e nunca tiveram a indignidade de postular qualquer coisa que não fosse absolutamente correta.

V.Exas. têm, mais do que prerrogativa, o dever de examinar emenda por emenda, se desejarem, de perguntar de quem elas partiram, por que elas foram reduzidas ou elevadas. Reconheço que V.Exa. é um dos mais atuantes e brilhantes Deputados desta Comissão. Solicito apenas que deixe para tirar as suas conclusões depois que V.Exa. fizer uma avaliação, uma triagem, uma pesquisa. Determinei desde sempre que os consultores técnicos desta Comissão das duas Casas estivessem integralmente à disposição de todos os seus membros, tanto de oposição como vinculados aos partidos de Governo. Nenhuma informação solicitada deixou de ser atendida.

No tocante à fase dos Relatores do Comitê de Emendas, na minha avaliação, não há um único reparo que deva ser feito. Se V.Exa. detectar — ou qualquer outro Deputado — qualquer emenda mal explicada, mal articulada, mal sustentada, V.Exa. terá todo o direito de pensar mal de mim, mas espero que deixe para fazê-lo depois de encontrar.

Sr. Presidente, nesta fase, que é obviamente a mais complexa, a mais delicada e que envolveu o trabalho do Comitê de Emendas e o meu, o que se procurou foi eliminar distorções, desequilíbrios entre Estados. Até hoje devo confessar a V.Exas. que não conseguimos atingir uma premissa de todo esse trabalho, que era a de assegurar aos Estados, no mínimo, o mesmo montante de emendas que eles tiveram no ano passado, por conta de cortes que tiveram de ser feitos na fase final dos trabalhos — V.Exas. sabem as razões desses cortes — e que se deram na razão de 12% sobre emendas estaduais e regionais e 50% sobre as emendas de Comissão. Essa decisão não foi minha, não foi de nenhum dos membros presentes desta Comissão, mas das Lideranças dos partidos governistas, além do Presidente desta Casa, que decidiram que o corte deveria ser feito no montante necessário para respaldar um reajuste real do salário mínimo para 200 reais e que simultaneamente esses cortes fossem lineares, atingissem a totalidade das emendas de Comissão e de Estados, na proporção de 50% para as de Comissão e 12% para as emendas estaduais.

Então, na verdade, se V.Exas. detectarem qualquer irregularidade formal ou não, qualquer atitude maliciosa, devem debitar a mim. Vou assumir essa responsabilidade e tentar explicar. Quero que V.Exas. saibam que estão abertos todos os registros da consultoria, os computadores, mas gostaria que deixassem para tirar ilações definitivas após terem feito essa triagem.

De qualquer forma, não guardo rancor pessoal, porque os Deputados de oposição estão cumprindo o seu papel. Procuro não personalizar isso em instante algum. Continuo tendo V.Exas. na mesma linha de respeito e consideração que me merecem, a despeito dessas ocorrências das últimas 24 horas.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de fazer referência rápida a alguns avanços que tivemos no tocante à resolução votada pela Comissão e, posteriormente, pelo Congresso Nacional, no início dos nossos trabalhos, e que, na minha avaliação e, suponho, na avaliação de todos, contribuíram para dar maior transparência, maior sistematização e maior clareza às deliberações da Comissão, no tocante à análise da proposta orçamentária.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, procuramos inovar em relação aos anos anteriores, promovendo algumas alterações de redação e sistematização no texto da lei orçamentária, visando melhorar a compreensão de seu conteúdo.

Condicionamos a abertura de créditos adicionais suplementares por decreto, atendendo, em vários casos, às sugestões de Deputados da própria Oposi-

ção. Sugestões que nos pareceram absolutamente pertinentes.

Condicionamos a abertura de créditos suplementares por decreto, em todos os orçamentos, à demonstração da compatibilidade das alterações promovidas com a meta de resultado primário fixada na LDO.

Reduzimos a margem concedida ao Poder Executivo para alterações na programação mediante cancelamento de dotações e aproveitamento de fontes imprevistas de receita, procurando manter os créditos de leis orçamentárias anteriores.

Atendendo a justíssimas ponderações do Deputado Sérgio Miranda, reintroduzimos no texto a identificação da parcela das contribuições sociais, objeto de desvinculação por força da Emenda Constitucional nº 27, de 2000.

Mantivemos a norma introduzida em nosso ordenamento na lei orçamentária de 2001, consonante com os princípios da impessoalidade e moralidade da administração pública, que explicita a ilegitimidade da utilização da execução orçamentária e financeira com o propósito de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Estipulamos, em sintonia com as sugestões do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do primeiro semestre de 2001, apresentado pelo nobre Senador Amir Lando, que no mesmo prazo de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária sejam encaminhados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelos órgãos setoriais de planejamento e orçamento demonstrativos dos fluxos de liberação de recursos, acompanhados da análise de sua evolução e compatibilidade da execução orçamentária e financeira, com os critérios de distribuição dos créditos genéricos a serem executados por meio de transferência voluntária da União, conforme prevê o art. 34, § 9º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para que o Congresso Nacional seja informado adequadamente sobre as conseqüências das limitações de empenho e movimentação financeira procedidas pelo Poder Executivo por meio dos chamados decretos de contingenciamento, introduzimos dispositivos determinando aos órgãos setoriais que encaminhem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização relatórios com informações sobre as conseqüências do contingenciamento, sobre as ações dos Ministérios e sobre a distribuição dos limites financeiro e orçamentário entre os respectivos programas e ações feitos pelo próprio Ministério.

A problemática questão do excessivo número de projetos de leis e decretos de abertura de créditos adicionais, apontada em Nota Técnica Conjunta nº 16/200 17 das Consultorias de Orçamento das Casas do Congresso Nacional e seu expressivo impacto sobre o resultado primário e sobre a execução orçamentária ganhou relevância e renovou as preocupações dos Parlamentares a respeito.

Com o objetivo de encaminhar uma solução para esse problema, já no ano de 2002, e alcançar maior racionalidade no processo de alteração da programação aprovada na lei orçamentária anual, incluímos dispositivo que determina o encaminhamento de dois únicos projetos de lei de créditos adicionais, consolidando as propostas das várias unidades orçamentárias: o primeiro, até 15 de maio; o segundo, até 30 de setembro de 2002.

Complementarmente, na mesma audiência em que o Poder Executivo — por força do art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal — avaliar o cumprimento das metas fiscais, demonstrará também o impacto estimado sobre essas metas decorrentes do conjunto das alterações orçamentárias promovidas por meio de créditos adicionais.

Reconhecendo que a metodologia de apuração do resultado primário pode sofrer alterações, possibilitamos que o Ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão possa promover as alterações necessárias no código identificador de resultado primário por portaria.

Enfatizamos, em artigo específico, a necessidade de que a aplicação do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira seja utilizado unicamente quando verificadas as condições previstas no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal: a possibilidade de a realização da receita não comportar o alcance do resultado primário.

Esse artigo da LRF, ao mesmo tempo em que dota o Executivo de um eficiente instrumento para alcançar uma execução orçamentária equilibrada, compartilhada com o Legislativo, exige-lhe a comprovação da situação de potencial desequilíbrio para que dele se possa valer. Em outras palavras, restringe-lhe a discricionariedade para contingenciar dotações orçamentárias.

Por fim, mantivemos com o aperfeiçoamento normas para o controle da execução de obras que demonstrem indícios de irregularidades, que constaram da lei orçamentária para 2001, determinando também

que os órgãos de controle interno façam o acompanhamento da aplicação dos recursos destinados a essas obras, estendendo a vedação de execução também às despesas inscritas em Restos a Pagar.

É o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a leitura do relatório, antes de colocá-lo em discussão...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem, pois fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes de abordar a questão do relatório, quero proferir a decisão com relação ao Destaque nº 18, de autoria do Deputado Virgílio Guimarães, apresentado ao relatório da área setorial "Poderes de Estado e Representação". Conforme o parecer proferido pelo Relator-Setorial, Deputado Wilson Braga, o Destaque nº 14, de autoria do Deputado Virgílio Guimarães, retirou 15 milhões dos 40 milhões de manutenção e conservação de bens imóveis do Tribunal Superior Eleitoral. Como o destaque foi retirado, deixou de haver o recurso para o Destaque nº 18. Portanto, consideramos improcedente o Destaque nº 18. Desse modo, intactos os 40 milhões para a manutenção e conservação de bens imóveis do Tribunal Superior Eleitoral. Essa é a decisão. Vamos agora à discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, não tem cabimento. Levantei a questão de ordem para derrubar o *(ininteligível)* já votado. Isso não tem sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nós vamos agora à discussão do relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, francamente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. não pode considerar assim. V.Exa. votou antes um pedido para se desconsiderar dois destaques. Agora V.Exa. chega e desconsidera assim? Como é que pode?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, não há o menor sentido nisso. E o destaque do Tribunal do Trabalho de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. pode apresentá-lo novamente para o Relator-Geral propor *(ininteligível).*

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não vou apresentar, já tive um destaque tão votado quanto todos os outros.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Já foi votado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Por que não submete os outros à questão de ordem, à invalidade deles por falta de recurso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – De jeito nenhum. Não levantei questão de ordem sobre essa questão, não estava em pauta, não estava em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator-Geral está disposto a analisar a questão depois com V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas então não venha V.Exa. já discutir a partir de uma decisão dessa, que teria anulado o recurso...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. está introduzindo o remanejamento de recurso por questão de ordem. Isso aí é um absurdo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Isso é inaceitável.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Isso é emenda, mas questão de ordem alterar o Orçamento? Pela primeira vez vejo isso, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não foi só pela questão de ordem. V.Exa. não está sendo honesto, e nunca demonstrou isso na Comissão. Está fazendo pela primeira vez. Há um ofício do Relator-Geral...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sobre isso, não. Há sobre a Emenda nº 1 e a Emenda nº 25.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, não houve nada sobre isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Há sobre a Emenda nº 1 e a Emenda nº 25. V.Exa. não está sendo honesto. Onde está sobre a Emenda nº 18? Mostre o ofício. Mostre o ofício para saber quem é honesto aqui, eu ou V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A decisão está tomada...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – V.Exa. não pode alterar o relatório.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Onde está o ofício? Está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A decisão está tomada.

Discussão do relatório.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Essa decisão não existe. V.Exa. não pode cancelar o recurso votado aqui. V.Exa. não tem esse poder de cancelar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Recorra, Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Recorra V.Exa., porque a sua decisão não tem validade. Para isso, não tem validade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Laura Carneiro, primeira oradora inscrita.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Questão de ordem.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis*.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Questão de ordem, Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo Relator.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis*.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, nobre Relator, eu gostaria de, em primeiro lugar...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo Relator antes de começar a discussão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, nem que eu queira, minha voz...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Há uma questão de ordem antes de começar a outra questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – V.Exa. não pode abrir a discussão antes da questão de ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Como Líder também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou dar a palavra a V.Exa., mas vou ouvir antes a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Fui citado pelo Relator. Quero saber quais os Líderes que receberam os 30 milhões. V.Exa. diz que consultou os Líderes.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. está maliciando...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Eu posso pegar as notas taquigráficas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Ele tem que declarar os nomes dos Líderes.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. deve estar sob forte impacto emocional. Eu disse que eu fui procurado, recebi várias solicitações de diversos Líderes. Nenhum Líder me pediu absolutamente nada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nem me pediu, nem lhes foi oferecido.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Tenho um requerimento na mesa que tem de ser anterior à abertura de discussão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Em nome da Comissão de Seguridade Social, Sr. Presidente, já discutindo a matéria...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Questão de ordem. V.Exa. tem de ler o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou responder. A Mesa não tinha conhecimento desse requerimento do Deputado Fernando Coruja, que vou ler agora. De fato, ele entrou com requerimento que precede a discussão. O requerimento dele é o seguinte:

Nos termos regimentais, solicito a retirada de pauta do PL nº 32/2001.

Está pedindo a retirada do projeto de lei da pauta.

Tenho de colocar em votação o requerimento de S.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quero discutir o requerimento. Quero apresentar um reforço ao requerimento.

O art. 19 da Resolução nº 1, de 2001 – CN, diz, textualmente:

O Relator-Geral, na avaliação das estimativas das receitas orçamentárias, contará com apoio de comitê consultivo de membros da Comissão.

*§ 1º Os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral deverão observar os limites fixados para as receitas nos termos do **caput**, vedada a utilização...*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas isso não é o requerimento que estamos discutindo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – É a justificativa para suspender a votação.

... vedada a utilização de quaisquer recursos cujas fontes não tenham sido previstas no parecer preliminar ou em suas alterações aprovadas.

§ 2º O Relator-Geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à Comissão alteração do parecer preliminar, com a devida comprovação técnica legal, caso identifique erro ou omissão na estimativa de receita ou alteração relevante na conjuntura macroeconômica ou nos resultados fiscais ou nas despesas obrigatórias.

Sr. Presidente, isso não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou colocar o requerimento em votação.

Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, votamos hoje dois relatórios preliminares de uma maneira clara. Inclusive, a Área Temática nº 1 não está concluída. Oportunamente, levantarei uma questão de ordem a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É só para encaminhar, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Encaminho da maneira que achar conveniente. Estou fundamentando o porquê do apoio do PT ao requerimento. Acabamos de votar hoje relatórios temáticos, Sr. Presidente.

No meu entendimento, deveriam ser reabertos todos os prazos, porque só hoje terminou a votação de duas áreas temáticas. Portanto, o Relator-Geral tem de levar isso em conta, inclusive a questão de ordem de V.Exa., quando acolheu que os recursos foram recompostos. Ora, se V.Exa. recompôs recursos da ordem de 40 milhões e, no entanto, no relatório aqui discutido consta apenas, para a área da informática, 7 milhões e meio — a metade — porque já havia sido cortado, evidentemente que só discutimos e votamos hoje. A apreciação de uma área temática terminou hoje. Portanto, devem que ser reabertos todos os prazos para nova distribuição. Essa distribuição tem de ser feita em três dias. Aí, sim, poderemos iniciar a discussão depois de uma nova apresentação do Relator.

Por isso, encaminhamos a favor desse requerimento, até porque ele tem toda base legal. Poderia haver contestação legal, porque a discussão neste momento, na mesma noite em que concluímos a votação de dois relatórios temáticos setoriais, não tem sentido, não tem legalidade e não se pode encaminhar uma lei importante como o Orçamento sem observância absoluta dos ritos legais.

O PT vota a favor do requerimento do Deputado Coruja.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Plenário vai decidir a matéria.

Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estou muito preocupado. Acho que os argumentos dos Deputados Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães são procedentes, têm fundamento absolutamente legal. Os dois argumentos são absolutamente verdadeiros. V.Exa. decidiu uma questão de ordem que não foi apresentada e cancelou recursos do Orçamento. Eu nunca vi isso! Estou aqui há onze anos e estou assustado e preocupado. A gente tem de agir dentro de absoluta legalidade, até porque esta Comissão já passou por suspeitas demais. Atos como esse afetam a lisura, ao se proceder na votação de uma matéria tão importante, embora o Governo não a valorize tanto. O Governo não acha que o Orçamento é importante para coisa alguma, tanto é que não o cumpre, não o executa, mas nós, da Oposição, entendemos ser um instrumento para diminuir as desigualdades regionais e dar ao povo brasileiro uma melhor qualidade de vida. Daí estarmos aqui até esta hora discutindo isso.

Queremos nesse mesmo Orçamento, até para dar tempo para que as negociações avancem, que o Governo possa abrigar um pouco mais de recursos para garantir um salário mínimo melhor. Se votamos agora, fica difícil depois ampliar as fontes necessárias para abrigar os recursos para um salário mínimo de 220.

Daí, Sr. Presidente, eu entender que V.Exa. poderia encerrar com os nobres pares acatando esse requerimento do Deputado Coruja e votarmos favorável a ele. Encerra-se a sessão e, retirado de pauta, podemos voltar a qualquer momento, depois de corrigido e com tempo hábil para que se possa discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra para encaminhar o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, minha indagação é com relação à decisão de V.Exa. na questão de ordem anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não é matéria da discussão de agora.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, estou pedindo a palavra desde aquele momento em que V.Exa. decidiu, de maneira soberana, arbitrariamente, porque temos que restaurar a verdade daquilo que aconteceu naquela reunião. Ou vamos voltar àquilo que está escrito nas notas taquigráficas e restaurar a verdade, ou estamos aqui tentando engodar e enfiar goela abaixo do Plenário decisões que o Plenário tomou e que V.Exa. define em contrário.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que estou aqui com muita paciência ouvindo, mas realmente eu tinha feito um destaque. Naquele momento, fiz um destaque e desisti do mesmo porque o Relator disse que os quinze milhões dados ao TSE para o sistema de informática estavam deferidos, estavam consolidados. Repeti isso várias vezes, e as notas taquigráficas haverão de registrar todos esses detalhes. É essa a questão. De repente, por uma decisão de V.Exa. numa questão de ordem, revoga-se uma decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Relator já se propôs duas vezes a reconstruir essa matéria na fase geral.

Tem a palavra o Deputado Coruja, que é o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Depois eu queria encaminhar, Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, o que queremos? Estamos numa luta, tentando obstruir claramente o Orçamento, porque queremos aumentar o valor do salário mínimo para 220 reais, pelo menos, e discutir o salário dos servidores, além da medida provisória que trata dos créditos dos pequenos produtores rurais. Ao mesmo tempo, recebemos o relatório do Deputado Sampaio Dória juntamente com uma folha que não sabemos até agora se é um anexo, um acompanhante ou uma folha avulsa. Ora, os valores colocados nessa folha são diferentes dos valores do relatório.

Além disso, estamos votando relatórios setoriais. Se o Deputado Sampaio Dória alterou as receitas — e no caso da CIDE S.Exa. diminuiu em 1 bilhão e 400 —, tem que constar do relatório. Não pode vir como uma folhinha. Por mais justificativa que haja e por mais que a gente acredite na boa-fé das pessoas, não se pode simplesmente dizer... O que votamos são os papéis. Esta Casa já teve vários problemas em função disso. Votamos o relatório e não outras coisas. Não votamos boa intenção, boa-fé, papéis avulsos. Votamos o relatório.

Por isso acho importante que essa discussão seja adiada, e solicito o apoio para retirada de pauta, para que possamos rever, e o Relator, quem sabe, incorporar essas outras decisões e apresentar outro relatório, para que a gente possa discutir melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o debate deste Orçamento se dividia em dois aspectos. O primeiro era o aspecto dominante até agora, a discussão macro, a possibilidade de aumentar o salário mínimo, a questão da saúde, do respeito à Emenda Constitucional nº 29, a questão dos servidores públicos. Ali estava situado o debate orçamentário. Porém, depois da divulgação do relatório, introduziu-se a questão das indicações de Relator-Geral. Essa é uma questão que havia anteriormente. Nunca, nunca, nesses sete anos em que estou na Comissão de Orçamento, um Relator-Geral alterou, de moto próprio, em tal grandeza, o Orçamento. Isso é inovação.

O argumento utilizado pelo Relator de que recebeu indicações de Líderes introduz algo que já estava superado na Casa, que é o problema da transparência. Todo nosso esforço, desde a CPI do Orçamento, era para restringir poderes, reforçar os relatórios setoriais e restringir o poder do Relator-Geral, de tal forma que os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral, em comum, tratassem do Orçamento. Isso significa transparência e democratização do Orçamento.

O que houve nesse Orçamento, Sr. Presidente, Srs. Relatores, foi um retorno à concentração de poder. Quais as emendas que V.Exa. alterou? Não as emendas que estão divulgadas, mas quais as alterações de valores nas emendas anteriormente existentes? Quem as solicitou? V.Exa. afirmou que alguns Líderes o procuraram — ou V.Exa. procurou alguns Líderes, o que não ficou claro — e que V.Exa. aceitou as indicações de Líderes. Quais os Líderes? Todos os Líderes ficam sob suspeita. Pessoas da Mesa, o Presidente da Casa, o Presidente do Senado também pediram indicação?

Se lutamos e fazemos tanta questão de debater transparência, por que isso não fica claro? Por que apenas o Relator-Geral aloca recursos e não o Comitê de Receita? Não é o Comitê de Receitas, mas ele individualmente aloca mais de 1 bilhão de reais. Em

qual Orçamento isso já ocorreu aqui na Casa? Em nenhum!

Lembro-me de um Relator que trouxe um relatório indicando que tinha pedido de Ministro, o que foi derrubado. V.Exa. recorda? Essas emendas foram alteradas. Agora introduzimos esse conceito. Quando fizemos as emendas individuais, nobre Relator, foi para dar uma equanimidade. Os Deputados são todos iguais e os Líderes não são maiores do que os Deputados. Todo Deputado tem uma representação e todos são iguais, têm direito a 2 milhões de reais em 20 emendas. Os Líderes têm direito a 30 milhões de reais acima dos 2 milhões. Isso é correto? Eu não acho que seja.

Por isso voto por suspender essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V.Exa. e ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, porque, pelo que estou entendendo do debate, há um sentimento dos que compõem a Comissão de Orçamento no sentido de assegurar ao Tribunal Superior Eleitoral esses recursos de 15 milhões de reais, e o Deputado Virgílio Guimarães afirma que, tendo retirado o destaque, não tinha por que existir o desaparecimento desses recursos e que o Senador Amir Lando deixou de apresentar destaque em função disso.

A dificuldade do Relator é que ele adotou um critério diferentemente do que tem sido dito. Foi adotado um critério de corte de 50% das emendas regionais e de 12% das emendas estaduais. Então, houve um critério linear nesses cortes, mas apelo para que V.Exa., Sr. Presidente, consulte o Relator e para que, sendo a emenda do TSE uma emenda regional, ficasse acordado com o Plenário — que me parece concordar com a necessidade de assegurar lisura no processo democrático — que esses recursos estarão no relatório para uma questão fundamental para a democracia, que é a lisura das eleições de 2002 e os instrumentos para o Tribunal Superior Eleitoral. A dificuldade do Relator seria uma excepcionalidade por se tratar de uma emenda regional.

Sr. Presidente, creio que o Relator, garantindo que estes recursos estarão assegurados, dará a todos tranqüilidade para caminharmos seguidamente com as votações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Senador Antero Paes de Barros está propondo que o Relator-Geral responda. Acho que S.Exa. pode responder rapidamente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sr. Senador, tenho inteira disposição de atender, dentro do critério que é de conhecimento público, um corte de 50% do valor original desta emenda, que, entretanto, poderá ser eventualmente elevado através da apresentação de um destaque. Desde a minha primeira intervenção a esse respeito, estou sugerindo pragmaticamente que se apresente um novo destaque, que vou examinar com a melhor disposição possível.

Essa é uma emenda que interessa, na verdade, a todos os partidos políticos. Apenas para não ficarmos debatendo uma questão puramente formal de encaminhamento, sugiro que se apresente um destaque, que vamos analisar com a disposição plena de atender.

Queria aproveitar e responder rapidamente algumas observações do Deputado Sérgio Miranda, que, a meu ver, também foram, além de cáusticas, como sempre, injustas, o que não é comum em S.Exa., que ultimamente está muito amargo com a forma como se conduziram as questões.

Em primeiro lugar, se há quem não se preocupou em concentrar poderes fui eu. S.Exa. e todos aqui sabem disso. Tenho dúvida se algum Relator-Geral tenha feito antes de mim o que fiz, ou seja, delegar integralmente ao Comitê de Emendas a responsabilidade de receber e discutir com as 27 bancadas estaduais.

Eu abri mão deste poder e até expliquei por que o fiz. Sinto-me muito desconfortável de ter o poder de dizer se uma emenda da informatização do TSE deve ou não ser atendida, em que medida, que emendas formalmente estão incorretas, como a que o Relator-Regional Wilson Braga encaminhou equivocadamente, mas de boa-fé, a meu ver. Sinto-me muito mal como dono desse poder que unilateralmente decidi diminuí-lo, na medida do possível. Aceitei todas as recomendações que a Consultoria Técnica fez para justamente não dispor de poderes amplos e ilimitados, como no passado ocorria.

Quando falo a V.Exa. que recebo pleitos de Ministros, V.Exa. sofisma: "O Ministro não está fazendo indicação nenhuma." Por causa de cortes realizados na fase setorial ou em decorrência do corte deliberado pelas Lideranças para abrir espaço para o reajuste real do salário mínimo, alguns Ministros me procuraram, como também o Comitê de Emendas e diversos Senadores e Deputados, para pleitear a recomposi-

ção, ainda que parcial, de emendas de maior interesse dos Ministérios ou de órgãos públicos. O Presidente do Supremo Tribunal Federal também apresentou solicitação, que de pronto atendi, porque considerei que os cortes de custeio foram inadequados. Recebi ainda um pleito do Presidente do Tribunal de Contas da União sobre recursos no valor de 40 milhões de reais, que me dispus a considerar.

Ao assim proceder — e comuniquei essa ação ao Coordenador do Comitê de Receita —, tenho certeza de que fiz algo que qualquer Deputado ou Senador, no meu lugar, faria. Essa emenda, aliás, é de autoria do Senador e Líder Romero Jucá. É absurdo maliciosamente imaginar que eu, para atender a um pedido do Líder Romero Jucá, tenha destinado unilateral e arbitrariamente 35 milhões de reais para o Tribunal de Contas da União. Atendi a uma solicitação feita pelo Tribunal de Contas da União, em consideração à relevância do papel que presta, e não ao Senador Romero Jucá. Aliás, nem sabia que S.Exa. era o autor dessa emenda.

Na verdade, agi com grande moderação. Conforme disse a S.Exa., considero muito apropriada a sua iniciativa. Perguntei ao Presidente do TCU se havia emenda através da qual pudéssemos destinar esses recursos ao Tribunal de Contas da União. De imediato, S.Exa. me disse que havia uma emenda de autoria do Senador Romero Jucá, Líder do Governo no Senado.

Portanto, não estou atendendo ao Líder, mas à instituição, através de emenda apresentada pelo Líder.

Para concluir, Sr. Presidente, as decisões a respeito dessas receitas são do Relator Geral. Posso ter entendido errado e, se assim procedi, lamento muito. O Comitê é de assessoramento e aconselhamento.

Todavia, não deixei de discutir nenhum dos itens publicamente. Divulguei essas fontes todos os dias para os jornais que me procuravam, a fim de que fossem discutidas. Pedi à Consultoria Técnica que ouvisse a opinião de Senadores e Deputados a respeito dessas receitas, inclusive daqueles não membros desta Comissão. Tive a preocupação de abrir a discussão e de não deixá-la no âmbito de um Comitê de seis membros, Deputado Sérgio Miranda.

Não tive nenhuma preocupação, a não ser discutir toda essa questão à luz do dia. Se fiz mal, lamento, mas foi com a melhor intenção e com publicidade farta.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Comunico que, em função da posição do Relator com relação ao Destaque nº 18, está exaurida essa questão de ordem. O Presidente tomou uma decisão, por ser uma questão levantada pelo Deputado Virgílio Guimarães.

Em função da decisão do Relator de recompor a questão no destaque, encerro a discussão, que se encontra exaurida.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O encaminhamento está encerrado. Vamos colocar em votação o requerimento.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, estou pedindo para encaminhar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Walter Pinheiro tem a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, no encaminhamento da matéria, chamo a atenção para importante argumento utilizado em relação aos procedimentos.

O requerimento solicita a retirada da matéria. O debate se deu com o atropelo a que assistimos.

A própria mudança tem como referência o TSE, que, lamentavelmente, por uma questão de ordem, deixa de ter os recursos para informatizar o processo eleitoral, que é de suma importância. Além disso, foi aberto outro preocupante caminho relativo à forma e aos critérios adotados pela Mesa, na decisão de matéria tão relevante quanto essa.

Deputados de maior experiência na Comissão têm revelado permanentemente que se trata de atitude inusitada nesta Comissão, até porque V.Exa. já havia acatado a questão de ordem feita pelo Deputado Virgílio Guimarães. Portanto, nesse particular, teríamos mudanças consubstanciais no relatório. Portanto, deveria ser feita nova publicação, com a abertura de novo prazo, a fim de orientar os Parlamentares quanto à perspectiva de votação.

Sr. Presidente, o Deputado Sampaio Dória pode responder o meu questionamento depois, mas não quero deixar de cobrar determinado assunto de S.Exa., porque tem surgido nesta Comissão, a partir desse debate, uma série de indicativos de que Lideranças teriam conversado com o Deputado Sampaio Dória e recebido emendas no valor de 30 milhões de reais.

Portanto, é importante frisar quais os Líderes que fizeram isso.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Em nenhum momento foi dito isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Se efetivamente isso aconteceu, pergunto: quais os Líderes participaram disso?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Quem disse isso foi o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Deputado Sampaio Dória, estou querendo cobrar até pelo...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Estou desmentindo categoricamente. Infelizmente, é uma leviandade do Deputado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Se há essa informação...

(Não identificado) – Isso é encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Estou fazendo o encaminhamento ao meu modo, Sr. Presidente. Não é possível que um Deputado me diga como devo encaminhar.

Na realidade, cobro essa resposta, Deputado Sampaio Dória. Poderia até ter conversado com V.Exa., mas não o fiz. Na realidade, não tive nem a oportunidade de apresentar essas emendas. Resta uma acusação extremamente leviana: os Líderes, os Líderes, os Líderes.

Não tivemos nenhuma conversa com V.Exa., nem com o Deputado Santos Filho e, portanto, não há nenhum tipo de demérito ou algo do gênero, até porque não é esse o procedimento e entendemos que não é deve ser assim.

Registro essa fato de maneira bem clara.

Hoje diversos órgãos da imprensa me perguntaram se eu fazia parte do bloco de Líderes que teria recebido os 30 milhões de reais relativos a emendas. É preciso divulgar isso, porque não nos avisaram. Portanto, não participamos disso.

Sr. Presidente, apresentei essa indagação ao Deputado Sampaio Dória para clarear a questão e dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, apoiamos o requerimento do Deputado Fernando Coruja por entender que o procedimento foi completamente atropelado e que os critérios adotados ao longo dos anos nesta Comissão, neste exato momento, não foram sequer respeitados.

Portanto, vamos votar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Airton Cascavel para encaminhar, por um minuto.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, solicito um esclarecimento do Relator. Em relação às emendas de Comissões, o Relator manifestou que usou o método de 50%, linear.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas é para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL - Sr. Presidente, todos encaminharam de acordo com a matéria e eu respeitei. Gostaria que V.Exa. também acolhesse a minha posição.

O Sr. Relator salientou que houve cortes lineares nas emendas de Comissão. Sr. Relator, na maioria das emendas nacionais dos relatórios, V.Exa. não cortou nenhum centavo. Em certas Comissões, em que foram estabelecidas as prioridades pelos seus membros, de cinco emendas, quatro foram cortadas por V.Exa. linearmente. Em outras, houve o critério de substancial aumento de recursos.

Gostaria apenas que V.Exa. explicasse isso, porque foi um assunto amplamente debatido nas Comissões. De forma não arbitrária, indago a V.Exa. qual o critério adotado para dotação desses recursos.

Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao requerimento apresentado pelo Deputado Fernando Coruja, mas o tema envolve o relatório. Esse é o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, encaminho contra o requerimento.

O Orçamento foi amplamente debatido com os Relatores-Setoriais, e nós conhecemos o relatório profundamente. Estamos debatendo a matéria há dias. Os Relatores-Setoriais, bem como o Relator-Geral, fizeram um excelente trabalho. Queremos discutir e votar os relatórios, ressalvados os destaques, e dar ao Relator tempo necessário para, na análise dos destaques, corrigir qualquer problema que tenha surgido, até porque errar é humano e não é possível que se queria cobrar um relatório perfeito. Além disso, os destaques existem para isso mesmo, Sr. Presidente, para corrigir qualquer falha, distorção ou desequilíbrio que tenha ocorrido no atendimento a bancadas, Estados ou Ministérios.

Portanto, somos contra o adiamento. Vamos votar imediatamente essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A matéria está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão contra o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. O Regimento diz explicitamente "os que estiverem a favor permaneçam como se encontram". V.Exa. não pode mudar o Regimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. está até manobrando uma votação tão simples!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos fazer o contrário. Os Srs. Deputados que são favoráveis...

Calma, V.Exas. estão nervosos. Nós ainda nem começamos o debate e já está todo mundo assim? Não vamos conseguir chegar ao fim. Vou explodir! Calma!

Aqueles que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram; os que são contrários, que se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o apoiamento de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Apoiado.

(Não identificado) – É preciso que se vote esse apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já há tempo hábil. Convido o Senador Romero Jucá para proceder à chamada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, que S.Exa. repita as palavras "sim" e "não".

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o PT encontra-se em obstrução.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O PDT/PPS está em obstrução, Sr. Presidente.

(Não identificado) – O Governo, não.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – "Não", contra o requerimento.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – "Não".

Deputado Anivaldo Vale.*(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Basílio Villani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Félix Mendonça, "não".

Deputado Helenildo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Almeida, "não".

Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Lúcia Vânia, "não".

Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sampaio Dória, "não".

Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Zila Bezerra, "não".

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Fernando Gonçalves, "não".

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jovair Arantes, "não".

Deputada Lidia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Paulo Kobayashi, "não".

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Raimundo Gomes de Matos, "não".

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Helenildo Ribeiro, "não".

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Anivaldo Vale, "não".

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros. *(Pausa.)*

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Antônio Carlos Konder Reis, "não".

Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jorge Khoury, "não".

Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Carlos Aleluia, "não".

Deputado Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Lael Varella, "não".

Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Luciano Castro, "não".

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Mussa Demes, "não".

Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Paulo Braga, "não".

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Pedro Fernandes, "não".

Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Santos Filho, "não".

Deputado Wilson Braga.

O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Wilson Braga, "não".

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Ariston Andrade, "não".

Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Átila Lins, "não".

PFL:

Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Laura Carneiro, "não".

O PFL está completo.

PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos. *(Pausa.)*

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jonival Lucas Junior, "não".

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Borba, "não".

Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Chaves, "não".

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Milton Monti, "não".

Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Pedro Novais, "não".

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Coriolano Sales. *(Pausa.)*

Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Darcísio Perondi, "não".

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Waldemir Moka, "não".

O PT está em obstrução.

Quem pediu verificação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – PPB:

Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Eni Voltolini, "não".

Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Pizzolatti, "não".

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Nelson Meurer, "não".

Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Hugo Biehl.

O SR. DEPUTADO HUGO BIEHL – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Hugo Biehl, "não".

Deputado Odelmo Leão. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Henry. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Ricardo Barros, "não".

Bloco PDT/PPS:

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Giovanni Queiroz, "sim". O restante está em obstrução.

PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Eujácio Simões, "não".

Deputado João Caldas. *(Pausa.)*

Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Juquinha.

O SR. DEPUTADO JUQUINHA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Juquinha, "não".

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Algum Deputado ou alguma Deputada não foi chamada?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Senador, peço uma informação. Foi atingido o **quorum**?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Vou somar agora.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Antes de encerrar, peço que verifique se foi atingido o **quorum**, se tiver sido atingido, vamos sair da obstrução.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, Paulo Mourão, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Paulo Mourão, "não".

(Não identificado) – Sr. Presidente, quem é o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Deputado Fernando Coruja tem de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não. S.Exa. está em obstrução.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – S.Exa. não pode fazer o requerimento e entrar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pode sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O autor do requerimento, evidentemente, tem de estar presente.

(Não identificado) – S.Exa. está presente e vota "sim".

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) –O Deputado Giovanni Queiroz havia dito que foi S.Exa. quem pediu a verificação.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - Não vamos ter briga no PDT por causa disso. Eu tiro o nome do Deputado Giovanni Queiroz e coloco outro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Verificação é uma coisa, autoria do requerimento é outra. O autor do requerimento não pode estar presente, senão o requerimento cai.

(Não identificado) – Então, vai para destaque.

(Não identificado) – O autor do requerimento pode obstruir. A obstrução é legal.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não pode, não.

(Não identificado) – Então, vamos discutir essa questão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Amanhã, está bom?

(Não identificado) – Amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou anunciar o resultado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Antes de proclamar o resultado, quero dizer que foi atingido o **quorum**.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Atingido o **quorum**, o PDT e o PPS saem da obstrução.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O PT sai da obstrução e vai encaminhar a votação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Encaminhar, não, vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

O voto do Deputado Giovanni Queiroz já está computado.

Deputado Clementino Coelho.*(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

PCdoB:

Deputado Alexandre Cardoso. *(Pausa.)*

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Sérgio Miranda, "sim".

Deputado Agnelo Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputada Tânia Soares. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O PT sai da obstrução e vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Calma. Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – João Coser, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - João Coser, "sim".

Deputado João Grandão. *(Pausa.)*

Deputado João Magno. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jorge Bittar, "sim".

Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Pedro Celso, "sim".

Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Virgílio Guimarães, "sim".

Deputado Carlito Merss. *(Pausa.)*

Deputado João Paulo. *(Pausa.)*

Deputado José Pimentel. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Paim. *(Pausa.)*

Deputado Professor Luizinho. *(Pausa.)*

Deputada Telma de Souza. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, vou anunciar o resultado.

Foram 41 votos "não" e 9 votos "sim".

A matéria foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Rejeitada na Câmara, não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero apenas orientar-me quanto à discussão que eu fazia, não vou contestar a questão de ordem que V.Exa. já decidiu. Houve uma recomposição para fins de clareza. V.Exa. recompôs, pela questão de ordem, integralmente os 15 milhões que haviam sido retirados do PSL. É um esclarecimento que peço. Essa recomposição foi feita...

(Não identificado) – Essa discussão já foi feita, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não é. Isso faz parte do relatório!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estou-me dirigindo ao Presidente. V.Exa. fez essa recomposição cancelando os 15 milhões de informática da ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu já disse que está revogada aquela decisão em função da posição do Relator-Geral de recompor a matéria.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – V.Exa. não fez qualquer cancelamento?

(Não identificado) – É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos abrir a discussão.

A Deputada Laura Carneiro é a primeira inscrita.

(Não identificado) – Sr. Presidente, estamos em votação!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar V.Exa., o comitê de emendas e o nobre Relator pelo esforço desenvolvido nesse período.

Em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, faço um apelo ao Relator no sentido de que reveja os valores concedidos à Comissão, pois, na área de assistência social, são absolutamente irrisórios; para a área de hospitais universitários, havia um acordo de que pelo menos as 45 unidades nacionais teriam um milhão de reais.

Em nome da bancada do Rio de Janeiro, agradeço a S.Exa. a tentativa de restabelecer para o Rio de Janeiro os valores que lhe deveriam ser concedidos todos os anos, muito embora ainda tenhamos alguns destaques apresentados.

Quanto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, sobre a emenda do Hospital Sarah Kubitschek, houve uma modificação em função do sub-relatório, e eu passarei a V.Exa. uma documentação específica com todos os destaques apresentados, as necessidades reais da bancada do Rio de Janeiro, especialmente da Comissão de Seguridade Social.

De qualquer maneira, em nome da bancada do Rio de Janeiro, de todos os Senadores e Deputados que compõem a nossa bancada, gostaria de agradecer a V.Exa. o esforço em colocar o Rio de Janeiro no lugar que merece.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Agradeço muito a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero elogiar o relatório do Deputado Sampaio Dória e dos Relatores-Setoriais. Foi um trabalho realmente muito importante no sentido de dar a visão do Congresso sobre o Orçamento da União, e nós, então, queremos, com esse registro, dizer que é importante que concluamos a votação do relatório ainda este ano, para demonstrar ao País, especialmente aos brasileiros, que estamos cumprindo o nosso dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Observando o art. 38 do Regimento Comum e o art. 171, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, peço a V.Exa. que convoque um Parlamentar para falar contra e um para falar a favor da matéria. Há oradores inscritos para falar contra. V.Exa. não pode chamar todos a favor.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não, tem de haver inscrição a favor e contra. Tem de ser alternado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – A discussão é única.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu vou responder à questão de ordem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, no encaminhamento somente. Estamos na discussão.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está decidida a questão de ordem. O Regimento manda assim.

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de cumprimentar o Relator pelo brilhante trabalho realizado e dizer que nossa expectativa é de que possamos, nos destaques, repor alguns detalhes, principalmente na área social e na questão do apoio às universidades públicas do País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que respeite o Regimento!

Art. 38. Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo prazo máximo de 20 minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a Congressistas favoráveis e contrários à matéria.

O Regimento é claro. Se há Congressista inscrito para falar contra a matéria, tem de ser alternado. Não se pode atropelar o Regimento! É um absurdo!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, a manobra do Governo é não haver discussão. Inscreveu seis pessoas para não haver discussão. É capaz de passar esse relatório na marra! Não querem sequer ouvir a discussão!

(Não identificado) – Eu quero encaminhar contra! *(Tumulto.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente dois aqui se declararam contra: Deputados Sérgio Miranda e Fernando Coruja. Apenas esses dois se inscreveram declarando o voto contrário. A Mesa não é obrigada a adivinhar a posição dos Srs. Parlamentares que se inscreveram e não declararam a posição. Por isso, comecei a chamar pela ordem, mas vou atender o requerimento de V.Exa. Não custa nada à Mesa atender.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – V.Exa. tem de cumprir o Regimento.

(Não identificado) – Inscreveram-se quantos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Sérgio Miranda inscreveu-se para falar contra a matéria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Há mais Deputados inscritos para falar contra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, apenas uma observação importante. Todos os que irão encaminhar, falarão contrariamente, porque todos fizeram destaques para alterar o relatório. Então, tenha paciência, Sr. Presidente. Nenhum Parlamentar vai-se inscrever se não for para *(ininteligível)*.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem e estava me manifestando!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, sou da base do Governo, quero aprovar o relatório, mas quero ouvir a Oposição.

(Não identificado) – Muito bem, muito bem!

(Não identificado) – Há de se respeitar o Regimento!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, é importante que tenhamos a exata compreensão do retrocesso que estamos vivendo. Defendo a tese de que, de 5 em 5 anos, haja uma CPI do Orçamento, independentemente da convocação, no Regimento, com quebra de sigilo...

(Não identificado) – Que seja permanente!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exas. não imaginam o retrocesso da votação desse Orçamento, cujas conseqüências V.Exas. verão no próximo Orçamento: se o Relator atual fez alterações de 1 bilhão e 300 milhões, o próximo fará de 3 bilhões. Chegaremos a uma degradação permanente do Orçamento. Houve um esforço, no período pós-CPI, com a votação das sucessivas resoluções, para melhorar a transparência, dar mais poder coletivo e desconcentrar o poder. O Relator diz que desconcentrou o poder. Quero apenas avivar a memória de V.Exas.: antes o Orçamento se encerrava na chamada fase do confessionário, quando as bancadas iam tratar dos seus interesses junto à Comissão com o Relator. Ali se encerrava o Orçamento. Nessa fase, foram distribuídos 1 bilhão e 350 milhões.

Agora, só para as bancadas, depois dessa fase, depois de encerrada a votação do Orçamento, Srs. Parlamentares — praticamente encerrada, porque os coordenadores de bancadas, que representam o coletivo dos Parlamentares, fizeram suas reivindicações após encerrado o Orçamento —, o nobilíssimo Relator aumenta em 850 milhões em valores! Nunca houve isso nesta Comissão, Srs. Parlamentares, nunca; o Relator-Geral decidir individualmente! S.Exa. diz: "Fui democrático, deixei que o comitê decidisse"; depois, diz: "Eu decido mais do que o comitê". Como, é democrático? Mais do que o comitê?

Srs. Congressistas, isso significa um retrocesso. Significa que começam a ser encaminhadas aquelas diferenças que pensávamos estar superadas, que cada Parlamentar tinha as emendas individuais no valor de 2 milhões de reais e na quantidade de 20 emendas, como está na resolução. Agora é diferente, agora há os Líderes! Os Líderes, que têm um valor a mais, são mais Parlamentares do que os outros; são melhores do que os outros, recebem essas benesses! Isso representa um retrocesso, Srs. Parlamentares. Aquilo que nós conquistamos a duras penas, brigando, reclamando, que foi um pouco de abertura e transparência, foi por água abaixo.

Não tenho no relatório essas informações claras. Não tenho! Tenho de entrar no sistema para saber.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Permita-me concluir, Sr. Presidente.

Tenho as emendas novas do Relator, de acréscimo e de recomposição. Mas o acréscimo que S.Exa. fez nas emendas dos Parlamentares eu não tenho. Onde vou descobrir? Quanto S.Exa. acresceu? Nas emendas de Comissão, cortou 50%. Por que aumentou algumas? Por que as chamadas "rachadonas" dos Ministros aumentaram?

V.Exas. sabem o que significa, no jargão Parlamentar, o termo "rachadinha". É a emenda de bancada que é rachada entre os Deputados. V.Exas. sabem o que são as "rachadonas"? São as emendas que o Relator coloca para o Ministro distribuir — para o Ministro distribuir!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrou-se o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Essas "rachadonas" são maiores, maiores! São os Ministros solicitando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrou-se o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Está bem, Sr. Presidente. Eu encerro a discussão. Eu paro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator, para responder...

(Não identificado) – Responder, não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. V.Exa. é a favor, não é?

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sou a favor.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, como alguns outros Parlamentares, cumprimento a

Presidência e a Relatoria pelo exaustivo trabalho que se faz neste instante. É claro que a peça não está completa, mas queremos votá-la.

Sr. Relator, estamos muito preocupados com a queda dos recursos destinados à agricultura, não só ao Ministério da Agricultura, mas à EMBRAPA. Houve uma sensível queda de recurso neste Orçamento em relação ao Orçamento passado.

Também quero aqui fazer minhas as palavras do Senador Antero Paes de Barros a respeito das universidades. A bancada do Centro-Oeste, que teve direito a duas emendas, como as demais, optou por fazer uma emenda para a bancada de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que dá apoio às universidades federais daqueles Estados, mas foi agraciada com emendas muito pequenas. Queremos pedir a V.Exa que agregue mais valores a essas emendas.

No mais, temos alguns destaques que iremos discutir depois com V.Exa.

Encerro, declarando que sou a favor do relatório de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, vou passar a palavra ao Deputado Gilmar Machado, para falar em meu lugar. Vamos fazer uma troca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Troca? Não, é V.Exa. Se V.Exa. desistir, eu vou passar a palavra a outro Parlamentar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas, Sr. Presidente, é possível. Essa troca é regimental.

Estamos votando o Orçamento Federal. Lembro que muitas pessoas disseram que teríamos de votá-lo rapidamente em função do que está acontecendo na Argentina. A falta de votação do Orçamento poderia levar o País a uma situação assemelhada à da Argentina. Talvez aquele país esteja nessa situação hoje por haver votado 15 orçamentos muito parecidos com o nosso. Estamos votando Orçamentos um atrás do outro, incluindo recursos para sustentar essa política macroeconômica do Governo, às vezes, mais de 70 bilhões para pagamento de juros, como neste ano.

Com essa nova política, estamos afetando outras áreas importantes. Queríamos, por exemplo, aumentar o salário mínimo para pelo menos 220 reais. Estamos sentindo que fomos ludibriados pela base do Governo, que nos abandonou, usou da nossa boa-fé para votar os créditos no Plenário e até agora não nos deu qualquer resposta. Além disso, veio para cá com exército, com um batalhão, com tratores, para atropelar a Oposição, não a deixando sequer falar aqui.

Ora, o Relator aumentou em 14 bilhões o Orçamento que veio do Governo. Era de 13 bilhões e 800 milhões, mas descobrimos que passou para catorze por intermédio de uma folha avulsa que chegou aqui. Não se acharam, nestes 14 bilhões, os 3 bilhões para o salário mínimo, mas encontram recursos em abundância para colocar aquilo que disse o Deputado Sérgio Miranda: depois de o Relatório estar pronto, o Relator-Geral colocou mais 850 milhões.

Não quero discutir a necessidade disso. Tenho a melhor impressão do Deputado Sampaio Dória. Não estou discutindo nenhuma questão. Só acho que essa peça tem de ter uma formalidade que se faz necessária para nós, que somos responsáveis por votar um Orçamento de mais de 315 bilhões de reais só de recursos, ou 600, se se contar *(ininteligível)* da dívida.

Não fiquei satisfeito ao receber um anexo em que se mudava a contribuição, sob intervenção do domínio econômico dos combustíveis. Não posso aceitar isso. É preciso aprofundar a discussão e avançar nessa questão. Com todo o respeito que tenho pelos Parlamentares, não podemos aceitar que alguns usem da palavra para parabenizar. Para isso, temos outros meios: mandem um telegrama depois ou dêem um telefonema. Estamos aqui para discutir o Orçamento, para ver se concordamos ou não com o que está escrito aqui. Não estamos aqui para dar parabéns.

Este Orçamento não está bom, está ruim. Sr. Presidente, é preciso que um projeto dessa ordem seja melhor discutido. O projeto do Governo está aí. O Líder do Governo argumenta que houve um prazo de três dias para discussão, mas não há um debate aprofundado sobre as questões. O Ministro Martus Tavares disse que não podemos incrementar esses valores. Nós o incrementamos em 14 bilhões de reais. Não achamos fonte para o salário mínimo. Embora entendamos que há fontes, nesses 14 bilhões, que são podres, mostramos outras fontes para esse aumento de salário que foram descaracterizadas pelo Líder na Câmara, Deputado Arnaldo Madeira, que, pelo que demonstra, entende de Orçamento ao afirmar quais partes são podres. Não há discussão maior sobre isso e sobre os fundos de pensão arrecadados neste ano, sobre os subsídios implícitos, sobre o vale gás, onde temos 1 bilhão e 400 milhões e de onde podemos perfeitamente retirar esses 6 reais para cada pessoa e acrescer 20 reais para o salário mínimo.

Sr. Presidente, este Orçamento não está bom. O que quer o Governo? Não quer votar, não quer dizer se é a favor ou contra; queria, sim, que nós, da Oposição, disséssemos simplesmente que não se faz necessário o **quorum**, pois concordamos. Não conseguimos obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrou-se o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Estou concluindo, Sr. Presidente. É preciso que respeitemos o Regimento. Vou respeitar os cinco minutos, porque eu gosto de ser respeitado. Infelizmente, aqui está acontecendo muito atropelo quanto ao Regimento.

Encerro dizendo que este Orçamento não está bom e que iremos votar contra. Na semana que vem, continuaremos discutindo, para aperfeiçoá-lo, para torná-lo um bom Orçamento, a fim de que o Brasil amanhã não seja uma Argentina, não pela falta de Orçamento, mas por ter aprovado Orçamentos ruins, que privilegiam o modelo econômico que nos vai levar à mesma situação daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa., para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, não discutirei o relatório nem contra nem a favor, embora quisesse fazê-lo.

V.Exa, os demais Parlamentares e a Imprensa têm conhecimento de que dois Deputados de Alagoas protocolaram aqui uma representação no dia 14 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de questão de ordem, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – É uma questão de ordem, Sr. Presidente, porque o relatório vai ser votado... *(O microfone é desligado.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de questão de ordem. Perdoe-me V.Exa. Estamos em discussão neste momento.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, demais membros da Comissão, a bancada de Roraima se reuniu em comitê. Ficou acertado, de acordo com o que já havia sido aprovado nas Sub-Relatorias, que faríamos o remanejamento de 14 bilhões daquelas emendas que alcançaram maiores recursos, repassando-os para as menos privilegiadas. Mais 14 bilhões seriam dados pelo Relator-Geral. Elaborou-se uma ata, na qual consta que, sendo 15 emendas e 11 membros, cada um ficaria com uma emenda e quatro seriam genéricas.

Tudo saiu diferente, Sr. Presidente: uns conseguiram além do que havia sido combinado e outros, aquém. Como não sou a coordenadora, vou falar pela minha emenda, que foi prejudicada. De acordo com o que ficou na ata assinada por todos os Parlamentares, eu deveria ter 9 milhões, porque tive mais 693 do destaque da referida emenda, e estou apenas com 7 milhões, 920 mil.

A considerar outras emendas que conseguiram muito além do combinado, que ultrapassa o valor de 2 milhões, 459 mil e 200, gostaria de solicitar a V.Exa que não houvesse tratamento diferenciado e que minha emenda, de acordo com o destaque já elaborado e entregue, passasse para 11 milhões e 500 mil, para que correspondesse às demais.

Passo às mãos de V.Exa cópia da ata assinada por todos e esse relatório que, se analisado por V.Exa., o levará à conclusão de todas as distorções. Gostaria que tudo fosse feito conforme combinado no comitê.

A emenda de minha autoria, destacada, recebeu o nº 1.108.

Há outra emenda, Sr. Relator, que não é da bancada de Roraima, mas do Calha Norte, que me foi solicitada pelo Ministro da Defesa e pelo gerente desse projeto. Eles foram contemplados com apenas 3 milhões. Para que sejam implantados pelotões para atender às reivindicações, para que haja manutenção e atendimento naquelas áreas mais carentes e despovoadas das fronteiras, eles precisam de mais 5 milhões. Esses 8 milhões não são satisfatórios, mas permitem a manutenção do programa. É o Destaque nº 1.109.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Senadora, V.Exa. tem um minuto para encerrar.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Tenho em mãos mais dois pedidos do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima, que não pôde estar presente, por isso pediu que eu os assinasse. As emendas dele não tratam de acréscimos de valores, mas sim de mudança de fonte. Trata-se das Emendas nºs 1.110 e 1.111, que estão nas Fontes nºs 250 e 911. Ele solicita de V.Exa. que essas emendas sejam repassadas para a Fonte nº 100.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrou-se o tempo de V.Exa.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, só mais um segundo.

Encaminho mais estes destaques da EMBRAPA. V.Exa. poderá verificar que são os Destaques nºs 1.494 e 1.493.

Com isso estou satisfeita, Sr. Presidente, porque não cheguei a utilizar sequer os cinco minutos, enquanto outros Parlamentares passam dez, quinze minutos falando.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem com fulcro no Regimento Interno e no art. 37 da Constituição Federal.

Esta é a única Comissão Permanente constitucionalmente constituída. Portanto, a questão de ordem se deve a que a Constituição Federal foi ferida. Eu fiz uma representação...

É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de questão de ordem. V.Exa. está fazendo acusações, inclusive a mim, de prevaricação. Eu já me considerei suspeito para decidir o processo de V.Exa., o qual estou passando para o Vice-Presidente Santos Filho, porque não quero ter uma altercação com V.Exa., que sequer me conhece e já me acusa. O Deputado Santos Filho, Vice-Presidente desta Comissão, vai decidir imediatamente essa questão.

Como esta não é uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Trata-se, sim, de uma questão de ordem. Não fiz uma acusação, mas sim uma representação à Comissão porque ela foi omissa, não tomou providências. Nesse sentido, é preciso que o Supremo Tribunal Federal...

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Na verdade, houve uma omissão da Comissão como um todo. Não se respeitou o meu direito de postergar, de litigar e de encaminhar uma denúncia que fizemos, assinamos. A Comissão falou, está aqui todo o rito, todos os Líderes receberam, o Relator recebeu, todo mundo recebeu. Está registrado. Vamos decidir isso no Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

V.Exa. não tem o direito de acusar os outros de prevaricação.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Não houve acusação. V.Exa. está mal informado. Leia a petição para depois poder falar. Primeiro leia o que lhe foi mandado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de me antecipar dizendo que o PDT está encaminhando uma declaração de voto de partido, o qual, por diversas razões, orienta o voto contra. Entre elas, destaco recursos para que possamos ter um justo salário mínimo. Conforme bem disse o Relator-Geral, na verdade, ao aprovarmos os 200 reais, pelo IGP-DI, teremos um implemento de 10,5% de inflação no período, o que equivale repor apenas as perdas inflacionárias. Portanto, só haveria ganho real acima dos 200 reais.

Entendemos que não houve boa vontade por parte do Governo e da sua base ao encaminhar uma proposta de salário mínimo — aliás encaminhou muito menos, o valor do mínimo foi majorado para 200 reais — que apenas corrige a inflação do período. Nós, do PDT, assim como o PPS, entendemos que esse valor não poderia ser inferior a 220 reais. No entanto, aguardamos negociações que possam fazer chegar lá.

Quanto à reposição dos servidores públicos, uma PEC já falava na revisão anual da remuneração dos servidores, os quais há sete anos não têm seus salários revisados, o que gerou uma perda, inclusive já definida pelo Supremo Tribunal Federal, de 72%. Logicamente, não queríamos que essa perda fosse reposta em apenas um ano, em apenas um orçamento, mas que se pudesse, no mínimo, avançar além dos 3,5% propostos pelo Governo, que ficou. Isso é muito pouco, Sr. Relator. Na verdade, esse valor não vai atender às necessidades dos trabalhadores.

Por outro lado, existe o FUNDEF — Fundo de Valorização do Magistério e Recuperação —, e o Governo até hoje não se dispôs a cumprir a lei. Portanto, como é que vamos votar? Sei que não posso debitar nenhuma culpa ao Sr. Relator, porque S.Exa. não tem culpa dos desmandos deste Governo Federal, que encaminha valores muito inferiores. Os valores aqui previstos são de 395 reais para professores de 1ª a 4ª séries e de 414 reais para os de 5ª a 8ª séries, quando, se cumprida efetivamente a legislação, eles teriam que ser de 612 e 642 reais respectivamente.

Ou seja, houve uma perda para o ensino, o que leva o País a ter que conviver com a desgraça de ser um dos países que pior paga em termos de ensino fundamental na América Latina, nas Américas, entre os 60 países mais desenvolvidos do mundo. Nós somos o pior deles, segundo classificação de agências internacionais respeitadas, porque se faz o discurso mas não se aplica na educação os recursos minima-

mente necessários para subtrair da miséria e do obscuro aqueles que não têm oportunidade de adentrar numa escola. Isso fica só no discurso e na propaganda.

Como vamos votar a favor de um orçamento como este, que não respeita sequer a lei feita pelo Congresso, por nós Parlamentares? Como votar a favor disso?

E mais, Sr. Presidente, sobre dívida ativa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, Sr. Presidente. Eu olhei bem no meu relógio e falei por dois minutos apenas. Estou observando o relógio.

Sobre dívida ativa, Sr. Presidente, posso dizer que seu crescimento é algo extraordinário. Nós saímos de uma dívida ativa de 60 milhões em 1996 para 206 bilhões em 2001, e o Governo não faz nenhum esforço no sentido de resgatar isso.

Sei que não é culpa de V.Exa., Sr. Relator, não estou aqui a criticá-lo, mas a criticar este modelo que aí está e que não cobra de quem sonega. O Governo cobra apenas 0,4% na dívida ativa da Previdência e 0,6% na dívida ativa da União. Sr. Presidente, isto é escandaloso. Não se instrumentaliza a Procuradoria-Geral da União para buscar esses recursos, que são da União e do povo brasileiro. E quem mais sonega são os grandes, não são os pequenos; são os milionários caloteiros, com os quais o Governo passa a ser conivente, desrespeitando inclusive a própria lei, que manda que se busque recolher, receber e resgatar aquilo que é da União. É a guarda necessária, que a União tem que ter.

Mas vamos mais à frente, Sr. Presidente. Vamos falar dos juros. Vejam a evolução do custo dos juros no período de 1994 a 2000. Pasmem, Srs. Senadores, Srs. Deputados: o crescimento das receitas correntes foi de 222%; das receitas tributárias de 178% e das receitas de contribuições de 291%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acabou o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Já encerro, Sr. Presidente.

Nas despesas de pessoal, cresceu apenas 132%, mas os juros, Srs. Deputados, Srs. Senadores, cresceram 707%! Estamos a pagar, neste ano, 78 bilhões de reais! Estamos permitindo, com essa política econômica, que se sangre do povo brasileiro; da saúde, da educação, da segurança, permitindo a marginalização da nossa juventude, tirando os sonhos e as esperanças de milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, não votamos a favor deste relatório, apesar de ainda cobrar do Relator questões pontuais para o meu Estado, que precisa ainda implementar ações na área social e estrutural, pois foi pouco aquinhoado. Vamos fazer um apelo, através dos destaques, para que V.Exa. reponha um pouco mais para o nosso Estado do Pará, tão mal protegido. V.Exa. atendeu em parte, mas espero que os nossos destaques possam ser melhor atendidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concordo com V.Exa., mas está encerrado o seu tempo.

Com a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, temos algumas observações a respeito deste relatório, embora tenhamos que reconhecer o hercúleo trabalho do Relator; dos Relatores Setoriais; da Subcomissão da qual participei; dos membros de todas as Subcomissões que assessoram o Relator-Geral; dos dedicados funcionários e colaboradores da Comissão Mista de Orçamento, que também nesta época se desdobram madrugada afora para cumprir prazos, para receber emendas e digitalizá-las, assim como os inúmeros destaques que estão sendo apresentados neste momento. Sr. Relator, a par de cumprimentá-lo, inscrevi-me para falar contra porque acho que teremos oportunidade, e V.Exa. é sensível a isso, na análise de cada um dos destaques, detidamente, juntamente com a assessoria da Casa, de aprimorar ainda mais esse relatório.

Ouvimos, nessas discussões acaloradas, muitas observações das quais discordamos. Apesar de algumas coisas poderem ser corrigidas, e certamente o serão, em linhas gerais temos de dizer que este trabalho tem que ser dignificado. Por isso, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria fazer esta intervenção mais no sentido de colaborar, e tenho certeza de que todos os Deputados, todas as bancadas que aqui estão, tanto da Câmara como do Senado, estão imbuídas deste espírito.

Pessoalmente defendo, caro Relator, caro Presidente, que temos de votar rapidamente este Orçamento. Temos de cumprir com a nossa obrigação. Não vem ao caso aqui o problema da Argentina ou de quem quer que seja. É nossa obrigação cumprirmos com esta votação, e temos que fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há um ano, num ambiente parecido com o de hoje, iniciava o meu relatório com um desabafo, um desabafo do Relator-Geral, e imagino que as condições psicológicas, físicas e mentais do Relator não divirjam da nossa situação naquele momento.

Dizia eu que essa travessia do Relator-Geral, sem referenciais normativos, é um processo brutalmente desumano, no qual, não havendo esses referenciais, essas âncoras regimentais, o Relator é jogado num torvelinho de pressões ao qual é difícil resistir. São pressões legítimas, é verdade; pressões de todos os âmbitos: dos Parlamentares que trazem os reclamos da sua gente, dos recantos esquecidos, que jamais teriam oportunidade se não houvesse esse momento de discussão do Orçamento. Sugeria eu que se estabelecessem critérios objetivos para conduzir o Relator a bom termo, a fim de que pudéssemos dar à Nação, com equilíbrio, com eqüidade, a equalização, aquele desejo de igualdade que todos nós temos, como Estados federados. Infelizmente, nada se fez e agora se repetem, talvez no mesmo sentido, reclamações de toda ordem. Mas é preciso dizer que nós somos os responsáveis ao não estabelecer critérios que realmente conduzam o Orçamento de maneira mais clara e efetiva.

O Orçamento não pode ser, jamais, uma peça da escuridão, nem filha da suspeita. Sobre a peça orçamentária tem que haver no Congresso um momento de discussão, e infelizmente situações sempre atropelam: ora há pressões eleitorais, nos anos de eleição como foi o ano passado; ora há divergências. Entendo que é difícil aqui conciliar todos os interesses, todas as demandas. Por isso, entendo perfeitamente que o que aconteceu agora, se não tomarmos as precauções e os cuidados necessários de disciplinar melhor a matéria, vai se repetir no futuro e, talvez, cada vez mais, a sociedade brasileira poderá realmente suspeitar do Orçamento.

Assim, não condeno ninguém aqui. Entendo que é uma tarefa difícil a do Relator-Geral de efetuar os ajustes, a equalização dos pedidos e das demandas. Sabemos que temos de olhar o mérito, a natureza e a excelência das emendas, para ver o que consubstanciam em matéria de realização de obras fundamentais à sociedade desajustada e sobretudo injusta em que vivemos. Por isso, Sr. Presidente, é preciso que tenhamos a tolerância, que tenhamos sobretudo a dignidade de fazer um mea-culpa e dizer que o Congresso não andou bem porque não quis; porque não disciplinou convenientemente a questão.

De tudo isso sobra a tarefa do Orçamento, que é essencial para a democracia. Esse é o momento em que o Congresso Nacional, independente de partido, defende os interesses da população; é um momento elevado da democracia. Não poderíamos perder esta oportunidade para registrar uma preocupação, que deve ser permanente no Congresso, no sentido de dar à Nação um Orçamento transparente e que realmente seja legível, compreensível e fiscalizável.

Neste momento, entendo a dificuldade que sobretudo o Relator-Geral atravessa. São momentos em que, por falta de disciplina, a carga e todo esse acúmulo de pressões desemboca sobre a figura do Relator-Geral. Não desejamos isso. Desejamos a disciplina, a objetividade legal para dar âncoras a fim de que essa travessia seja possível e, sobretudo, seja uma tarefa humana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Há requerimento sobre a mesa, Sr. Presidente, para encerramento da discussão, uma vez que já foi cumprida a norma regimental de falarem seis Deputados e quatro Senadores.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou ler o requerimento que está sobre a mesa.

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, o encerramento da discussão.

E vem com a assinatura de mais ou menos trinta Parlamentares e Líderes. Há número legal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Faço uma proposta...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só um minuto. Deixem-me terminar de ler o requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – É sobre o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É que o Relator não respondeu às questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto. Calma. Ele vai responder e depois vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou ler: Deputados Ricardo Barros, Jorge Khoury, João Almeida, José Carlos Aleluia, Milton Monti, Jonival Lucas Junior, Airton Cascavel, Pedro Novais, Luciano Castro, Raimundo Gomes de Matos, Juquinha. Os que assinaram na Câmara dos Deputados. No Senado Federal assinaram os seguintes Senadores: Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Romero Jucá, Wellington Roberto, Amir Lando, Ricardo Santos, Gilvam Borges, Nabor Júnior, Marluce Pinto e Antero Paes de Barros. O requerimento alcançou número legal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Subscrevi o requerimento e gostaria de fazer uma proposta. A fim de evitarmos votação nominal, o tempo gasto na votação nominal seria utilizado para mais debates. Minha proposta é de que quatro Deputados debatam. Se a Oposição concordar, não haveria verificação na votação do requerimento.

(Não identificado) – Negativo. O requerimento tem de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar o requerimento em votação. Se aprovado o requerimento, darei a palavra ao Relator e, depois, vamos à votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o requerimento. Para encaminhar a votação tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só gostaria de deixar registrado o protesto do PT.

Fizemos acordo no plenário, votamos os créditos e, agora, na Comissão de Orçamento, nenhum Parlamentar do PT pôde discutir a matéria. Estamos colaborando, queremos debater, contribuímos com o debate e agora estamos sendo impedidos, repito, impedidos de fazer o debate do Orçamento. Quero deixar registrado nos Anais da Casa para que o povo brasileiro saiba que esse requerimento impede o PT de participar do debate. E, Deputado Ricardo Barros, fizemos acordo com o Líder do Governo, Deputado Heráclito Fortes, discutimos com S.Exa., mas não o faremos mais, não é de confiança. Fizemos acordo e aqui...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, vamos colocar mais quatro, a Oposição concorda.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - ... os Líderes estão impedidos. Então, nosso comportamento daqui em diante será diferente, porque os Líderes não tiveram palavra conosco. Fizemos acordo no plenário com todos os Líderes e o honramos. Viemos para cá e não estamos podendo discutir o Orçamento.

Quero deixar registrado esse protesto, por se tratar de um absurdo o que estão fazendo aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – A Oposição concorda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar o requerimento em votação. Isso é regimental, tem de colocar em votação.

(Não identificado) – Há requerimento sobre a Mesa. *(Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O requerimento é regimental e vou colocá-lo em votação. Está em votação na Câmara dos Deputados.

Deputado Giovanni Queiroz para encaminhar por um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, está equivocada a condução de V.Exa. Vamos discutir, encaminhar e procrastinar a matéria em vez de dar a palavra a quatro companheiros? Por que não ouvi-los? Reflitam sobre isso e revejam a posição. O companheiro do PT tem razão. Quisemos ceder pelo PDT espaço ao PT, mas a Mesa não nos permitiu fazê-lo. Agora, V.Exa. tolhe a palavra dos companheiros. Vamos ouvir mais quatro, Sr. Presidente. É a ponderação que faço à Mesa, caso contrário, ficaremos aqui discutindo essa matéria. E o tempo que seria usado para discutir poderíamos debater. É essa a proposta do Deputado Aleluia, com a qual concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda por um minuto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, percebemos o desabafo do Deputado Gilmar, visto que as pessoas se sentem agredidas.

O Governo faz compromisso e não cumpre, acha que engana os outros. Vai atropelar, votar o Orçamento com maioria, uma vez que tem eleição no ano que vem. Há inúmeras emendas, há falta de esclarecimento e falta de transparência nesse Orçamento. Jamais se viu tal coisa! Mas tem eleição, tem de votar...

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - ... tem de eleger. Então, não está-se discutindo mesmo o Orçamento, Sr. Presidente. O Governo acha que é mérito, entretanto, classifico de demérito. Estamos vivendo retrocesso no processo orçamentário. Sr. Presidente, V.Exa. tenha plena consciência de que esse orçamento está sendo elaborado de forma deletéria, representa um atraso, a volta dos velhos costumes, a tudo o que pensávamos superar aos poucos. É isso o que se está votando nesta infeliz noite.

Por isso, votar o requerimento do Governo para acabar com a discussão reflete o espírito do debate. Não quer discussão, não tem condição de se submeter à clareza do debate, não tem a menor condição de se submeter aos holofotes da discussão. Não tem. Prefere a penumbra, a escuridão, para fazer passar esse tipo de orçamento, esse tipo de relatório. Por isso, voto contra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia para encaminhar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, como sabe V.Exa., represento o PFL nesta Comissão. Todavia, tenho de registrar a V.Exa. e aos demais membros da Comissão minha discordância pela forma atropelada como as coisas estão acontecendo na discussão. Vou liberar minha bancada, mas vou votar contra o encerramento. O relatório tem méritos. Aliás, iria inclusive ressaltar os méritos. Graças ao superávit gerado nessa seqüência da política econômica do Governo, o País alcançou estabilidade. Não temos o que temer, o que esconder. Deveríamos discutir com a Oposição de igual para igual, em vez de correr.

Voto contra e libero minha bancada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, essa discussão poderia ter transcorrido de forma muito mais tranqüila e com muito mais tempo. Mas se estamos aqui a esta hora da madrugada, isso se deve ao fato de a Oposição ter utilizado, regimental e legalmente, de todos os meios para obstruir e evitar as discussões. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, durante duas horas o Deputado Pedro Novais leu ata de reunião. Cumprindo o quinto mandato nesta Casa, é a primeira vez que isso acontece. Poderíamos, todos esses dias, ter discutido plenamente e avançado na matéria. Não estamos discutindo os PLs com imensos recursos disponíveis para serem utilizados e que serão esterilizados. A população brasileira não terá a utilização de recursos que ficarão em caixa — quem sabe? —, rendendo apenas juros ou deixando de pagar juros de empréstimos brasileiros.

Também gostaria de ter discutindo isso em outros momentos nesta Comissão, e várias vezes o fiz. Discuti várias vezes o assunto politicamente com os Deputados Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz, com Parlamentares do PT, de forma muito elevada, abordando questões macroeconômicas. No entanto, não foi possível acordo, e não por nossa causa. Gostaria, sim, de discutir todas as questões que sempre discuti durante esses anos em que estou na Comissão. E, se não me foi permitido fazê-lo, deveu-se ao fato de a Oposição ter adotado determinada estratégia, embora seja seu direito. Mas, então, que não cobre de nós a responsabilidade por não estar discutindo essa matéria.

Sou a favor. O PSDB vota favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para encaminhar pelo PT, tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de afirmar ao Deputado Alberto Goldman que está sendo absolutamente injusto ao fazer essas considerações. S.Exa. sabe que houve conjunto de entendimentos, os quais fizeram a Oposição permitir a votação de importantes matérias no Congresso Nacional. S.Exa. esqueceu de mencionar esse fato.

Em contrapartida, haveria grande esforço do Governo com vistas a equacionar sérios problemas orçamentários, como, por exemplo, o do salário mínimo e o correlato ao Orçamento que diz respeito à renegociação da dívida dos pequenos produtores rurais. Infelizmente, até agora, nada nos foi trazido de concreto, de objetivo, sobre a matéria.

Sobre o requerimento-mordaça ora em votação, vou abordar o tema em poucas palavras. Democraticamente, quero referir-me aos aspectos macroeconômicos, dos quais esse Orçamento é prisioneiro, à lógica dos juros elevados, que nos obrigam a megasuperávits que limitam a realização de gastos essenciais,

como o caso dos gastos para elevar o valor do salário mínimo em nosso País.

Sr. Relator, lamentavelmente o senhor mantém na peça orçamentária a receita da contribuição dos inativos, brutal distorção, excrescência já decidida pelo Supremo Tribunal Federal, matéria que não foi trabalhada por esta Casa.

O senhor não equacionou o problema do Imposto de Renda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - ... aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional. O assunto deveria estar equacionado para que trabalhássemos com seriedade. Quer dizer, as Casas é que aprovam mudanças na legislação do Imposto de Renda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Um minuto, Sr. Presidente. As Casas aprovam mudanças no Imposto de Renda...

(Não identificado) – São cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – ... e nós as ignoramos na peça orçamentária. Vamos pedir que o Governo faça um acerto depois para o Congresso Nacional? Isso tem de ser debatido nesta Casa. Faltam 800 milhões de reais para cumprir a emenda constitucional que o Congresso Nacional aprovou para a área de saúde. Faltam 3 bilhões de reais para o FUNDEF a fim de garantir ensino fundamental de qualidade, uma vez que o Governo Federal não aloca sua parcela de recursos para o ensino fundamental e, em conseqüência, sobrecarrega Estados e Municípios nessa questão fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Seria necessário discutirmos a questão do subsídio implícito, que veio na peça orçamentária sem qualquer exposição de motivos, sem qualquer demonstrativo de como foi quantificado.

Por outro lado, é importante dizer que, lamentavelmente, ao cortar em 50% as emendas de Comissão, V.Exa. cometeu séria agressão contra a pesquisa fundamental neste País, contra a EMBRAPA, contra os hospitais universitários, em número de cinqüenta e que ficarão com apenas 3 milhões de reais.

Por fim, Sr. Relator, quero me associar àqueles que, respeitosamente mas com muita firmeza, fizeram críticas a V.Exa. no que diz respeito à *(o microfone foi desligado)* sob responsabilidade estrita de V.Exa. V.Exa. distribuiu pelo menos 850 milhões de reais, conforme apurei, e disse que atendeu a legítimas aspirações *(O microfone foi desligado.) ...* emendas, V.Exa... *(O microfone foi desligado.) ...* de aqui apresentar o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o tempo de V.Exa..

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Justificando cada uma das emendas propostas por V.Exa., porque esta é exigência da democracia, da transparência, para garantir absoluta seriedade e transparência do orçamento público.

Por isso, encaminhamos contra o requerimento proposto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Nelson Meurer, pelo PPB, por um minuto.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – O PPB vota "sim" ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Peço a palavra pelo PL para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há discussão, só encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Para encaminhar pelo PL, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvi as palavras do Deputado Gilmar Machado. Hoje, fomos procurados pelo Deputado Heráclito Fortes, Líder do Governo no Congresso Nacional, em virtude de termos acordado em votar os PLs já votados aqui. Esperamos por mais de uma hora que os Líderes se reunissem, trouxessem proposta concreta, exeqüível. Votamos importantes matérias, como as relacionadas à ciência e tecnologia, ao saneamento do BNB, à equalização, à estabilidade monetária para os Estados. O Presidente Ramez Tebet pediu que, naquele momento, todos acatássemos as correções, e entraram PLs extras para fazer a correção de textos.

Tivemos todo o cuidado de fazer o que foi acordado. Depois, quando vimos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É só para encaminhar, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Estou justificando o encaminhamento, Sr. Presidente, como fazem os demais Líderes desta Casa, aliás, que falam o que querem pelo tempo que querem.

Sr. Presidente, queremos discussão. Estamos nesta Comissão há três anos, com os velhos costumes...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Concluo, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Sr. Presidente, são cinco minutos para encaminhar requerimento. Para votação, é um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, deixe que eu conclua, atrapalhado pelo companheiro que está levantando questão de ordem.

Sr. Presidente, querem do Congresso Nacional debate, transparência. Todos os anos votam-se açodadamente os relatórios, suspendem-se e criam-se acordos, e o Regimento vai por água abaixo; não se cumpre o Regimento. De última hora, vem o rolo compressor para que as pessoas a quem devemos satisfação não tenham sequer o direito de ouvir seus Parlamentares debaterem inúmeros assuntos com tanta profundidade nos relatórios setoriais e no relatório geral do Relator Sampaio Dória. Não temos sequer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado Airton Cascavel, pelo PPS, por um minuto.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Apenas queria saber, Sr. Presidente, o que o senhor tem contra mim. Todos falaram por quatro minutos, e, antes de eu começar, o senhor já diz que disponho só de um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O encaminhamento é de um minuto pelo Regimento.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Inclusive fiz questão de assinar o requerimento para poder discuti-lo.

Normalmente, comemoramos quando nosso Estado é aquinhoado com recursos. Roraima tem aqui valorosos companheiros que conseguem alocar recursos para o menor dos Estados. Para quem assistiu ao **Jornal Nacional** da semana passada, vou aproveitar esse minuto para fazer grave denúncia em relação a Roraima.

Consta do relatório irregularidades em projetos, e meu Estado está entre os mais mencionados quanto à infra-estrutura de estradas. De todas as emendas do ano passado, Roraima está constando, visto que todas elas têm obras com indícios de graves irregularidades, Sr. Presidente.

Construiu-se a BR-174 com recursos do Orçamento aprovado por esta Casa. No primeiro ano de meu mandato parlamentar, crédito suplementar foi amplamente debatido. Essa estrada custava 132 milhões de reais e, três anos depois, ela não existe mais. Todas aquelas discussões eram fundamentadas.

Novamente no relatório que aloca recursos para meu Estado, as maiores emendas destinam-se à infra-estrutura rodoviária, Sr. Relator! Isso é grave, porque se fecham os olhos ao que está acontecendo em relação a esses recursos. Todos os projetos do ano passado estão em situações irregulares graves. Deveria comemorar, mas não posso fechar os olhos para isso e vou encaminhar contra esse requerimento que assinei para discutir, porque é preciso discutir e mostrar à sociedade, de forma transparente, o que está sendo votado.

A população roraimense não entende por que num Estado onde só existem denúncias de irregularidades, de desvio de recursos, de superfaturamento, chegam mais recursos. Infelizmente, as autoridades responsáveis fecham os olhos. Estivemos várias vezes nesse Ministério para levar denúncias por escrito, mas nada foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado José Chaves, pelo PMDB, para dar a última orientação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, serei rápido devido à exigüidade do tempo.

Depois de ouvir tantas acusações, em nome da Sub-Relatoria de Infra-Estrutura, ouso dizer que estou falando em nome da maioria dos Sub-Relatores.

Certamente erros e falhas existiram. Talvez um só Deputado tente compor o anseio de toda a Casa, mas pergunto a todos aqueles que fizeram a crítica e continuam a fazer: se houvesse entendimento político, seja quanto ao salário mínimo, seja quanto ao pequeno agricultor, não haveria esse tipo de crítica ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória.

Deputado Sampaio Dória, receba em meu, de toda minha equipe técnica e em nome do PMDB nossa solidariedade. Erros de sua parte existiram, talvez do Presidente quanto ao encaminhamento ou às questões técnicas. Não sou jurista, mas formado em Engenharia, e não conheço o Regimento, mas tenho absoluta certeza de que moral, fé democrática e a transparência de seu trabalho estão acima de qualquer erro que V.Exa. tenha cometido. V.Exa. não está só; qualquer que seja a acusação contra V.Exa. que ela seja extensiva a toda a Relatoria, na qual me incluo.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a orientação.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros para o último encaminhamento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o Relator tem de responder antes de colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Depois da votação do requerimento.

(Não identificado) – Não. Art. 6º...:

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, ao abrir esta reunião a fim de dar a notícia sobre o entendimento que se está encaminhando para as questões levantadas no Orçamento da União, já havia agradecido à Oposição a boa vontade que demonstrou nas votações do Congresso hoje.

Há grande empenho do Governo em votar a matéria do Orçamento e a base do Governo está presente para isso. Como diz o Deputado Alberto Goldman, não podemos nos queixar ou ouvir reclamações acerca da falta de oportunidade do diálogo. Embora existam 30 Parlamentares inscritos, vamos encerrar com dez. Faço apelo ao Relator-Geral para que ouça, logo que encerrarmos a votação do relatório, ressalvados os destaques, os Parlamentares na sala de reuniões da Comissão. Tenho certeza de que o Relator Sampaio Dória concederá a todos oportunidade para se manifestarem.

Mas não é justo que, apesar de o Deputado Sampaio Dória ter aqui permanecido durante quase duas horas ouvindo a leitura de ata, a Oposição alegue não ter tido oportunidade de debater.

Sr. Presidente, não fiz nenhum acordo para que esta votação não fosse regimental. A Oposição usou todas as suas condições regimentais de obstruir, e estamos usando as condições regimentais de exercer nossa maioria. Vamos votar e aprovar o relatório do Deputado Sampaio Dória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para una questão de ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Relator tem de falar antes da votação. Art. 39, § 1º, o Relator fala antes e tem até 20 minutos, embora possa falar em 5 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. vai falar depois que o requerimento for votado.

(Não identificado) – Não, regimentalmente não, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Art. 6º...

(Não identificado) – Art. 39, § 2º...

(Não identificado) – Art. 6º...

(Não identificado) – Não, não tem a linha de votação. (*Tumulto*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há problema, ninguém quer atropelar os trabalhos.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sampaio Dória, para dar as explicações.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o art. 39 só tem o parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas não há problema nenhum. Isso aqui não é sangria desatada. O Relator vai fazer ...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, vou ler uma errata ao Relatório final nº 32/2001/CN – Mensagem nº 591, de 2001-CN nº 934, de 2001, na origem que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Considerando-se a necessidade de aprimoramento no Relatório final do PL nº 32/1, apresentamos as correções a seguir:

1 – Foi verificada a ocorrência de erros e impropriedades no processamento de pareceres a emendas. Assim, propomos a aprovação das alterações constantes do demonstrativo em anexo, assim como as correspondentes alterações nos quadros demonstrativos analíticos e consolidados do Relatório final.

2 - É proposta a alteração da Ação nº 711, revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais inativos e dos pensionistas, classificada no Programa nº 0750, apoio administrativo à União para o Programa nº 89, previdência de inativos e pensionistas da União.

3 – Com o objetivo de aprimoramento do texto da lei orçamentaria apresentada no substitutivo constante do Relatório final, foram incorporadas as modificações a seguir relacionadas, decorrentes de considerações apresentadas pelos Srs. Parlamentares.

Em anexo é apresentada a versão atualizada do texto, já incluindo as modificações aqui mencionadas com a devida remuneração.

Em decorrência das alterações mencionadas, ficam alterados os pareceres às Emendas de Texto nºs 16070031 e 16070034, de aprovadas para rejeitadas,

e as de nºs 160700002 e 35820017, de rejeitadas para aprovadas.

4 – Considerando-se o fato de a correção do superávit primário, em decorrência de a reestimativa da inflação e de o Produto Interno Bruto nominal terem sido erroneamente calculados sobre 29.213 milhões em lugar de 30.320 milhões, é necessário aumentá-la em 17,5 milhões, passando a 478.600 milhões.

Os recursos necessários serão alocados na reserva de contingência.

Sala de Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer aos Parlamentares as referências elogiosas, especialmente as do Deputado José Chaves, a minha pessoa e ao trabalho que em conjunto desenvolvemos com os relatores setoriais e os comitês de apoio e assessoramento.

Finalmente, quero repelir, uma vez mais, com veemência — a veemência que me resta neste momento — as aleivosias, as leviandades mencionadas de modo reiterado como se tivesse, em dado momento, auto-atribuído o direito absolutamente inaceitável de, unilateralmente, arrogantemente, arbitrariamente, discricionariamente, sobrepor-me a todos os membros desta Casa para distribuir recursos a Ministros, a Governadores de Estado, a Prefeitos, a Líderes, a Deputados e a Senadores. Meu senso de autocrítica não me permitiria sequer levar a sério questão como esta. Só a estou respondendo em consideração a V.Exas. São profundamente injustas, descabidas e absolutamente falsas.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, com base no art. 6º do Regimento Comum, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra a V.Exa. como Líder.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Relator, Deputado Sampaio Dória, é uma pessoa que estimo, respeito e considero. Convivemos neste Parlamento, na Comissão de Ciência e Tecnologia, e fora dele. Nenhum Deputado da bancada do PT, como de resto de nenhum outro partido com assento nesta Comissão, creio, referiu-se a S.Exa. de forma leviana ou agressiva.

Durante todo o tempo esforçamo-nos para votar a peça orçamentária. O Deputado Gilmar Machado ressaltou a necessidade de discutirmos a matéria. Alguns dizem que o projeto já está nesta Comissão há muito tempo e não precisa mais ser discutido. Esse calhamaço foi-nos distribuído somente a partir da terça-feira desta semana. Esta é a primeira reunião desta Comissão. A obstrução que aqui se verificou não foi feita por nós. A Oposição tem apenas 20% dos membros deste Parlamento; portanto, nossa obstrução não foi responsável pela distribuição do relatório apenas na terça-feira para discussão.

O pedido veemente do Deputado Gilmar Machado para que a matéria seja discutida é só para que nossa posição possa ser demarcada. Fizemos as críticas que entendemos pertinentes. V.Exa., Presidente em exercício desta Comissão, que se tem destacado ao longo dos anos pelo seu trabalho, sabe da qualidade dos Parlamentares da bancada do PT, que são assíduos, participantes. Buscamos o tempo todo fazer este tipo de debate. Não é possível que uma peça orçamentária desse porte, à qual se agrega algo em torno de 13 bilhões, não seja devidamente discutida.

Quero abrir um parêntese. Quando o Relator estava lendo o relatório, o Senador Romero Jucá andava de um lado para o outro dizendo que se faria algo na hora da discussão. Mas quando chega a tal hora da discussão não há discussão alguma. O mesmo Senador que ficou repetindo que faria algo na hora da discussão correu para a Mesa para tentar definir quem se inscreveria para falar contra a discussão do relatório, mesmo sendo favorável a ela.

Sr. Relator, não tenho, repito, nenhuma desconfiança em relação ao comportamento de V.Exa. Mas fico preocupado com a resistência de alguns à discussão do relatório. É um fato que me assusta. Por que não querem discutir o relatório? Que problema há em se debater o tema, em se explicitar para todos os presentes aquilo que V.Exa. nos trouxe, como a tabela em anexo, mostrada de forma sintética, que apresentou algumas disparidades, e V.Exa. preocupou-se em distribuir cópias, em tentar esclarecer? Que problema há em se permitir a discussão àqueles que discordam de critérios, formas, métodos? Que problema há em se permitir a estes Parlamentares, no exercício pleno de suas atribuições, discutir nesta Casa temas como o reajuste do salário mínimo?

Se a Oposição pressiona pelo aumento do salário mínimo, é por compreender que ele deveria estar já previsto na lei orçamentária. E que problema há em se discutir, por exemplo, a emenda da Saúde? São críticas que a Oposição quer fazer agora, e não na sala ao lado. Estou certo de que S.Exa., pela sua postura, pela sua conduta, não se negará a conversar com ninguém.

Será muito difícil para a bancada do PT votar favoravelmente ao relatório. A bancada acha importante que o Orçamento seja votado. Mas não podemos, a

pretexto tão-só de dotar o País de um Orçamento, votar o relatório sem antes debatê-lo, sem antes esmiuçá-lo, sem antes questionarmos o Relator. A discussão permitiria aos nobres Deputados fazerem seus questionamentos ao Relator. Isso não foi possível. Na fase adequada, quando tentamos fazê-lo, fomos impedidos. Não houve espaço para discussão. Optou-se pelo rito sumário: está aqui o pacote; quem quiser, leia; quem não gostar, procure o Relator nos corredores para discutir o assunto à parte.

As coisas não podem ser tratadas assim. Creio na seriedade de todos os Deputados desta Comissão. Estou certo de que todos gostariam de discutir o relatório de forma detalhada. Sei que vieram para cá cumprindo determinações de suas bancadas, mas também movidos por suas próprias orientações pessoais, por suas consciências. Ninguém quer votar um relatório como esse a galope.

Deixo esta indagação para a reflexão de todos: será que sempre votaremos matérias de tal complexidade e importância dessa forma? Estamos decidindo a aplicação de mais de 300 bilhões de reais. Só o valor agregado chega a 13 bilhões de reais. Está certo discutimos este assunto como se fosse um assunto qualquer?

Alguns dos colegas podem até estar lendo jornais enquanto eu falo. Não há problema. Posso estar incomodando alguns, mas me é permitido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - V.Exa. não está incomodando ninguém, Deputado. Está utilizando o tempo que cabe regimentalmente ao Líder de partido: vinte minutos. V.Exa. ainda tem tempo até as 2h36.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer que, às vezes, essa impaciência para ouvir conduz a erros. A impaciência e o afogadilho têm levado esta Casa a caminhos constrangedores. Os Parlamentares mais antigos sabem que a aprovação em afogadilho de matérias importantes como esta, de forma intencional ou por equívoco, produziu erros brutais, que levaram o Parlamento brasileiro a ter de se explicar à sociedade, a enfrentar uma longa jornada de apurações, o que deixou a sociedade apreensiva, desconfiada não só dos que estavam sendo julgados, mas também dos seus julgadores. Todos nós fomos atingidos, não apenas o que perderam seus mandatos. Podemos até orgulhar-nos da coragem de cortar a própria carne, mas mesmo assim foi ruim para nós todos, porque o povo nos olha como se fôssemos todos iguais, como se práticas desse tipo fossem inerentes ao exercício do mandato parlamentar.

É exatamente por isso que queremos discutir as propostas na tribuna, à luz do dia, de forma clara, com a participação de todos, descartando os acordos de bastidores, firmados em lugares fechados.

Não estamos afirmando que as reuniões para a busca do entendimento são ilícitas. É o entendimento que estamos buscando. Deputado Santos Filho, V.Exa. tem acompanhado, ao longo dos anos, a nossa trajetória. V.Exa. conhece a minha forma de atuação, a do Deputado Jorge Bittar e a do Deputado Gilmar Machado, sabe do esforço constante dos Parlamentares do nosso partido no sentido de buscar e encaminhar soluções para problemas graves como este. Lamentavelmente, não é mais possível à bancada do PT empreender esforço algum para buscar qualquer entendimento com os partidos que dão sustentação ao Governo nesta Casa. Creio que não devemos esperar mais nem respostas sobre a negociação do reajuste do salário mínimo e das dívidas dos pequenos e médios agricultores, que lamentavelmente foram excluídos da negociação que houve, porque o Governo achou melhor negociar apenas com os que tinham débito acima de 200 mil reais, deixando um milhão de famílias de pequenos e médios agricultores de fora. Tanto é verdade que o Governo editou uma nova medida provisória para tentar restaurar essa negociação. Se já a tivesse feito, não seria necessária uma nova medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado Darcísio Perondi, o nobre Deputado Walter Pinheiro está usando o tempo regimental. Solicito a V.Exa. que respeite o orador.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, é por essas e outras que queremos discutir as coisas de forma muito clara, para que a verdade possa ser trazida à luz e associada a todos. Ninguém é dono da verdade. É preciso estabelecer a verdadeira versão dos fatos. Não é possível mais esse tipo de comportamento.

Hoje fui procurado pelo Ministro Martus Tavares, durante o dia e agora à noite. Vamos continuar fiéis ao nosso princípio. O País precisa que o Orçamento seja aprovado, mas não vamos mudar de posição. O mínimo que se pode esperar dos Líderes é que honrem a palavra empenhada.

O Partido dos Trabalhadores não participará mais de nenhum tipo acordo para a votação do Orçamento. Teremos tempo suficiente amanhã, no domingo, durante toda a próxima semana, até o dia 28, para

votar o Orçamento. O Governo, que tem 80% dos membros desta Comissão, que se mobilize, coloque sua base na Casa e vote o Orçamento Geral da União. De nossa parte não haverá mais nenhuma disposição de conversar sobre qualquer tipo de proposta ou encaminhamento. Que o Governo adote a linha que entender correta para conduzir as coisas.

Creio que V.Exa. não fez o relatório com a intenção de produzir qualquer tipo de desvio, e quem trata do Orçamento com esse espírito não pode ter receio — e aí não me refiro a V.Exa., mas à base de sustentação ao Governo nesta Casa — de discutir uma matéria como essa. Se alguns não consideram nossa opinião coincidente com a verdade, pelo menos aceitem que seja expressada, dêem-nos pelo menos esse direito. Alguns podem até julgar-nos mentirosos ou equivocados, mas temos o direito de nos posicionar. Disso não abriremos mão.

Portanto, continuaremos conversando com os Líderes, manteremos a mesma conduta que adotei durante o tempo em que exerci a Liderança do Partido dos Trabalhadores, honrando nossa palavra, mas não participaremos mais de esforço algum para superar dificuldades ou cumprir prazos. Queremos votar o Orçamento, mas os princípios regimentais devem ser cumpridos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Deputado Walter Pinheiro, conheço V.Exa. desde o tempo em que presidi a Comissão de Ciência e Tecnologia. Acompanhei sua passagem pela Liderança do Partido dos Trabalhadores e respeito-o por isso. Na Presidência, sempre cumpriremos o Regimento.

Em discussão o requerimento apresentado pelo nobre Deputado Ricardo Barros e outros. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Sérgio Miranda, João Caldas, Fernando Coruja, João Magno, Gilmar Machado, Jorge Bittar, João Coser e Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, faltou o meu voto contrário. Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Estou computando os votos primeiro.

Deputados José Carlos Aleluia, Giovanni Queiroz, Airton Cascavel.

Apoiamento, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, quem ganhou não pode apoiar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, a base de apoio ao Governo tem tanta vergonha desse relatório que não quer nem se expor a outra votação. Tem tanta vergonha que não quer a votação nominal do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado Sérgio Miranda, estou respondendo ao nobre Deputado Fernando Coruja. Nobre Deputado, aponte no Regimento onde está escrito que quem ganhou a votação não pode apoiar o pedido de verificação. Se V.Exa. apontar o dispositivo, a Presidência acatará sua objeção.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A verificação é feita... Há decisões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concedida a votação nominal solicitada pelo nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, V.Exa. não permitiu sequer que eu me manifestasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência já decidiu.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Decidiu sem ouvir, Sr. Presidente? Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Convido o nobre Senador Romero Jucá para proceder à chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, então por que V.Exa. me perguntou qual era o dispositivo regimental?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, V.Exa. não pode atropelar-nos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não estou atropelando ninguém, nobre Deputado Giovanni Queiroz. V.Exa. sabe que não faço isso. Decidi a questão de ordem do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Mas o Deputado Fernando Coruja não mostrou o dispositivo regimental no qual estaria dito que aqueles que haviam votado favoravelmente não poderiam apoiar o pedido de verificação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. não permitiu que o Deputado argumentasse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado Giovanni Queiroz, a Mesa já decidiu.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas não pode decidir assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Mas já decidi.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O Deputado Fernando Coruja não teve nem tempo de argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Então recorra. Já decidi.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, Sr. Presidente, não é desse jeito. Não fique nervoso por isso, não se estresse. V.Exa. não é desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Não estou nervoso, apenas já decidi.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Estamos em clima natalino, Sr. Presidente. Calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - V.Exa. não vai enervar-me. Eu já decidi, nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. não permitiu que o Deputado argumentasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Senador, proceda à chamada.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Alberto Goldman. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Há necessidade de dizer se é favorável ao requerimento.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É favorável ao requerimento. Deputado Alberto Goldman, "sim".

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Arnon Bezerra.

DEPUTADO ARNON BEZERRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Basílio Villani.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Danilo de Castro. (*Pausa*.)

Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Carlos Elias. (*Pausa*.)

Deputada Lúcia Vânia. (*Pausa*.)

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Narcio Rodrigues. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Feijó. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Roberto Rocha. (*Pausa*.)

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputada Zila Bezerra, "sim".

Deputado Adolfo Marinho. (*Pausa*.)

Deputado Armando Abílio. (*Pausa*.)

Deputado Augusto Franco. (*Pausa*.)

Deputado Carlos Batata. (*Pausa*.)

Deputado Domiciano Cabral. (*Pausa*.)

Deputada Fátima Pelaes. (*Pausa*.)

Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Josué Bengtson. (*Pausa*.)

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, o Bloco PDT/PPS está em obstrução.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputada Lidia Quinan. (*Pausa*.)

Deputado Nilo Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Kobayashi, "sim".

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Renildo Leal. (*Pausa*.)

Deputado Ricarte de Freitas. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Barros. (*Pausa*.)

Deputado Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.)*.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Divaldo Suruagy. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Lael Varella. *(Pausa.)*.

Lael Varella, "sim".

Deputado Luciano Castro. (*Pausa*.)

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Neuton Lima. (*Pausa*.)

Deputado Osvaldo Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Santos Filho, "sim".

Deputado Wilson Braga, "sim".

Deputado Aracely de Paula. (*Pausa*.)

Deputado Ariston Corrêa Andrade, "sim".

Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Carlos Nader. (*Pausa*.)

Deputado Darci Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Dr. Gomes. (*Pausa*.)

Deputado Francisco Rodrigues. (*Pausa*.)

Deputado Gervásio Silva. (*Pausa*.)

Deputado José Thomaz Nonô. (*Pausa*.)

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Paes Landim. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Barcellos. (*Pausa*.)

Deputado Ursicino Queiroz.

O SR. DEPUTADO URSICINO QUEIROZ - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Luciano Castro, "sim".

Estou cancelando o voto do Deputado Santos Filho, porque o Presidente não pode votar.

Deputado Jovair Arantes, "sim".

Deputado Antônio do Valle. (*Pausa*.)

Deputado João Matos. (*Pausa*.)

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Chaves. (*Pausa*.)

Deputado José Priante. (*Pausa*.)

Deputado Marcelo Teixeira. (*Pausa*.)

Deputado Marçal Filho. (*Pausa*.)

Deputado Milton Monti, "sim".

Deputado Olavo Calheiros. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Novais, "sim".

Deputado José Gomes da Rocha.

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Darcísio Perondi, "sim".

Deputado Eunício Oliveira. (*Pausa*.)

Deputado Gastão Vieira. (*Pausa*.)

Deputado João Henrique. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Alberto. (*Pausa*.)

Deputado Osvaldo Reis. (*Pausa*.)

Deputado Renato Vianna. (*Pausa*.)

Deputado Silas Brasileiro. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Chaves. *(Pausa.)*.

Deputado José Chaves, "sim".

Vou chamar os Deputados do PT.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, o PT está em obstrução.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Vou chamar os Deputados do PPB.

Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado João Leão. (*Pausa*.)

Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Márcio Reinaldo. (*Pausa*.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Roberto Balestra. (*Pausa*.)

Deputado Enivaldo Ribeiro. (*Pausa*.)

Deputado João Tota. (*Pausa*.)

Deputado Hugo Biehl. (*Pausa*.)

Deputado Odelmo Leão. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Henry. (*Pausa*.)

Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Vou chamar os Deputados do Bloco PDT/PPS.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, o Bloco PDT/PPS está em obstrução.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Vou chamar os Deputados do Bloco PSB/PCdoB.

Em obstrução.

Vou chamar os Deputados do Bloco PL/PFL.

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - "Sim".

Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Welinton Fagundes. (*Pausa*.)

Deputado Alceste Almeida. (*Pausa*.)

Deputado Juquinha.

O SR. DEPUTADO JUQUINHA - Sr. Presidente, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Robério Araújo. (*Pausa*.)

Deputado Dr. Rosinha. (*Pausa*.)

Deputado Orlando Desconsi. (*Pausa*.)

Algum Sr. Deputado deixou de votar?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero avisar aos Srs. Parlamentares que teremos mais votações nominais. Peço que permaneçam em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Votação do Projeto de Lei nº 32, de 2001, pelo prazo de 48 horas. Deputado Fernando Coruja.

Em discussão.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o requerimento do nobre Deputado Fernando Coruja, digno representante do Estado de Santa Catarina neste Parlamento, pauta-se por uma necessidade objetiva: adiarmos a votação para entender melhor o que vamos votar.

Não conseguimos, apesar do esforço, retirar todas as conseqüências de um estudo aprofundado deste Relatório. Não temos uma comparação clara de quanto os Relatores setoriais alteraram o Orçamento, quanto a comissão de emendas alterou o Orçamento, quanto o Relator-Geral alterou. Temos as emendas de adequação, as emendas de recomposição e as emendas de ajuste técnico do Relator-Geral. Não temos as alterações de valores nas outras emendas feitas pelo Relator-Geral. Antes era uma prática nos relatórios, talvez não tenhamos tido a pertinácia de observar no parecer preliminar a necessidade de que esse anexo fosse acompanhado. Queríamos firmar a opinião do Deputado Jorge Bittar.

Toda alteração do Relatório tem de ser justificada. As emendas do Relator são justificadas. Por que as alterações não são justificadas? Quais os Ministros que pediram? Quais os Líderes que pediram? Quanto cada Líder pediu? Por que essa transparência não é colocada no Orçamento?

Não temos capacidade de conhecer isso? Quanto os Líderes pediram, a Mesa da Câmara dos Deputados pediu? O Presidente desta Casa pediu também? O Presidente do Congresso Nacional pediu? E por que isso não fica transparente? — repito.

Sr. Presidente, o Deputado Fernando Coruja tem razão. Vamos adiar esta votação, dar um prazo não para os Parlamentares, mas para os brasileiros compreenderem o Orçamento que se está votando, saberem com detalhes, poderem entrar nos arquivos para obter todas essas informações. O Relator dispõe-se a ajudar, a esclarecer, dizer quem indicou o quê.

Quem indicou o quê? É surpresa para os Parlamentares quando observam determinadas comis-

sões que foram cortadas, mas algumas beneficiadas. Aparece no Ministério da Agricultura o que se convencionou chamar uma "rachadona". Essa não é cortada como emenda de comissão, mas aumentada. O recurso para o Sarah foi cortado pela metade, R$11 milhões, recurso necessário para fazer o Sarah–Rio, mas alguns Líderes indicam emendas, não sabemos quanto.

Sr. Presidente, voto a favor do requerimento do Deputado Fernando Coruja. Deveríamos adiar esta votação, analisar melhor este Orçamento. Não há mal algum nisso. O Deputado Fernando Coruja tem inteira razão.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar em nome do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Coser. Em seguida a V.Exa. darei a palavra ao autor do requerimento que a havia solicitado, o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, nos últimos anos temos sido atropelados, na prática, pelo processo de debate do Orçamento Geral da União.

No ano passado fizemos a votação entre o período do Natal e Ano Novo. Tendemos este ano a repetir o mesmo procedimento. Na nossa avaliação, não é o melhor método. A peça orçamentária é complexa. Além do seu tamanho, poucos são os Parlamentares que têm capacidade de entender com mais detalhes o que nela está contido.

O aprofundamento do estudo do documento Orçamento Geral da União é extremamente importante debatermos, inclusive, neste período, a forma como algumas emendas de bancadas, principalmente as de comissões que foram contempladas. Poderíamos repetir alguns exemplos, como o caso da EMBRAPA, projeto importante que tem uma quantidade muito pequena de recursos; o Programa Especial de Treinamento — PET, o Hospital Sarah, que já foi citado, emendas de comissões importantes na área social necessitam de debate qualificado.

Aproveito para fazer uma proposta de público: fazermos uma mesa-redonda, não para discutir o que vai para o Estado A, para o Estado B, equilibrar diferenças e insatisfações, mas fazer um debate sobre aquelas emendas de comissão que têm caráter social. Não estou me referindo às "rachadonas" — palavra idealizada pelo Deputado Sérgio Miranda —, aquelas que vão para os Ministérios ficar soltas, mas, sim, emendas extremamente importantes para o País, que sofreram cortes grandes.

O nosso entendimento é que este requerimento é importante. O voto do PT é favorável ao requerimento por entender que este debate não foi esgotado. E é necessário continuarmos a discussão para melhor entendimento da peça orçamentária.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coruja, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o prazo previsto pela Resolução nº 1, de 2001, é de 72 horas após a entrega a cada Parlamentar para que comece a discussão do Orçamento. Portanto, na verdade, estamos absolutamente no prazo: terça-feira recebemos a proposta orçamentária, três dias após, na quinta-feira, começamos a discutir.

Quando alguém disse que houve obstrução no Orçamento não disse a verdade. Não houve obstrução, porque não deu tempo de obstruir. Estamos aqui hoje com alguns artifícios, tentando, sim, obstruir na sessão desta noite, porque discutimos amplamente com a base do Governo, que ficou de nos dar uma resposta sobre o salário mínimo, sobre o salário dos servidores, que não recebem aumento há sete anos, sobre a medida provisória dos pequenos produtores rurais. Infelizmente, não recebemos resposta. Votamos, crédulos, talvez ingênuos, os créditos no Plenário. Não recebemos resposta. Viemos para o Plenário e recebemos um atropelo: o Governo passou a tarde arregimentando a sua base para trazer para cá — muitas vezes atropelando o Regimento — e nos fazer literalmente engolir este relatório, que é extenso e precisa ser visto com mais vagar.

Ora, só o fato de o Relator passar de R$13,8 bilhões para R$14,3 bilhões do que dispunha hoje aqui, através de um papel que não faz parte do Orçamento — não é esse papelzinho que estamos votando, que o Deputado Sérgio Miranda está insistentemente pedindo aos gritos e que não foi distribuído pelo Relator. Pedimos à Secretária para tirar uma cópia, mas não foi distribuído.

Ora, o que vamos votar? Esse papel que se refere a R$14,3 bilhões ou esse que fala que são R$500 milhões a menos?

Para concluir, Sras. e Srs. Parlamentares, entendemos que o Governo tem os votos necessários para nos derrotar no Plenário e em várias situações. O que não podemos admitir é que sejamos derrotados sem

que o Governo vote. O Governo queria nos derrotar simbolicamente e disse: "Podem votar, todo mundo pode ir embora e estamos de acordo". Nós queremos votar.

O processo vai se estender. Vamos tentar fazer um esforço máximo para obstruir agora, sim, e vamos no plenário usar as armas que temos, não para ser contra o Orçamento nem contra o País, mas queremos um bom Orçamento, que ajude o País. Não queremos fazer orçamentos como a Argentina fez, entregando o patrimônio público, devendo e chegando a esta situação em que se encontra.

Encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero fazer uma proposta, considerando as observações do Deputado Fernando Coruja.

Eu pedi verificação, pois é fundamental que o texto seja votado nominalmente. Peço ao Deputado Fernando Coruja que faça um acordo com a base do Governo, retire o seu requerimento que adia a votação, passaríamos ao encaminhamento do texto e haveria o compromisso de V.Exa. de colocar em votação nominal. Seria mais prático, mais transparente e o Deputado Fernando Coruja e os outros Deputados da Oposição concordariam.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Eu concordo, Sr. Presidente. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado José Carlos Aleluia, há um problema. Há menos de uma hora fizemos uma votação nominal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, mas se todos concordam ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Se todos concordarem, vou ter de consultar o Plenário, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Vamos consultar os Líderes do Governo. Certamente vão concordar, porque estamos conspirando para o Relator ter mais tempo para analisar os destaques. Esta é uma solução de encaminhamento do melhor caminho e o Plenário, com certeza, irá concordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. conhece bem e tem funcionado sempre como Líder no nosso Partido. Se houver anuência plena a Mesa fará.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Da Câmara dos Deputados e do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Se houver uma discordância, não concordaremos.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Governo concorda. Não tem nenhuma dificuldade em votar nominalmente o bom relatório do Relator Sampaio Dória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Os demais Líderes concordam?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Concordamos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não havendo objeção é porque todo mundo aprova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência quer comunicar ao Plenário que irá submeter à votação o relatório e a errata apresentada e lida pelo Relator.

Comunicamos que estamos encerrando o prazo de apresentação de destaques e foram apresentados 2.331 destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, ainda tenho alguns que estou assinando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O tempo já foi encerrado, Deputado Giovanni Queiroz. Quando terminou a discussão, encerrou o tempo de apresentação de destaque. Vamos colocar primeiro para o encaminhamento.

(Não identificado) – É votação nominal na Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Na Câmara dos Deputados, é lógico.

(Não identificado) – Não, na Câmara dos Deputados e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Votação nominal na Câmara dos Deputados, caso contrário a Presidência não aceita.

(Não identificado) – Sr. Presidente, não há o que discutir. Já foi lida a resolução decidida pelo Senador Ramez Tebet de que esta é uma Comissão mista e que a verificação dada em uma Casa ou outra só vale por uma hora. Portanto, a verificação só é em uma das Casas, evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Houve anuência de todos os Líderes para que fosse feita a votação nominal na Câmara dos Deputados, é a decisão da Presidência.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Então eu não retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É um direito de V.Exa.

V.Exa. já retirou o requerimento. Quando foi proposto pelo Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. levantou-se, virou para o Deputado e disse: Concordo. Esta Presidência estava atenta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, com fundamento nos arts. 6º, 7º, 8º do Regimento Comum, peço a palavra pela Liderança do PDT por vinte minutos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Líder é Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. não é Líder nacional. Vou ler e tenho a minha interpretação:

Art. 4º. São reconhecidas lideranças de cada Casa, constituídas na forma dos respectivos regimentos.

Art. 5º. Aos Líderes, além de outras atribuições regimentais, compete a indicação dos representantes de seu Partido nas Comissões.

V.Exa. não tem essa primeira competência.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, tenho a Vice-Liderança no Plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mas não tem competência para indicar representante nas Comissões, só cabe ao Líder, no caso o Deputado Miro Teixeira.

Art. 6º. Ao Líder é lícito usar da palavra, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, para comunicação urgente.

Foi o que permitimos ao nobre Deputado Walter Pinheiro, como Líder nacional do PT.

Art. 7º. Em caráter preferencial e independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria e encaminhar votação.

O Líder. V.Exa. não é Líder.

Art. 8º. Ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas ...

Mas V.Exa. aqui é Coordenador da bancada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não, Coordenador da bancada é o Deputado Giovanni Queiroz. V.Exa. Leia o art. 8º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Vice-Líder e Coordenador da bancada tem sido sempre o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – V.Exa. não leu o art. 8º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Acabei de ler:

Art. 8º. Ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

O Líder teria de comunicar à Mesa que estava impedido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não, ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A decisão da Mesa é apenas o Líder Nacional, nobre Deputado. Tomei uma decisão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, com todo respeito, o que está acontecendo é que estão querendo empurrar goela abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Claro que é. É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Fernando Coruja, V.Exa. me conhece.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Todas as Comissões são assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. está usando um artifício que eu respeito, mas esta Presidência também tem o poder de decidir.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – V.Exa. não pode decidir contra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra para uma questão de ordem ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, como Coordenador e pela Liderança da bancada nesta Comissão, indicado pelo Líder, peço a palavra por vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. não é Líder nacional, nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Nesta Comissão eu sou Líder indicado pelo meu Partido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Onde está escrito Líder nacional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Fernando Coruja, vou conceder a V.Exa. O Regimento Comum é omisso. Ele diz:

Art. 4º São reconhecidas as lideranças de cada Casa, constituídas na forma dos respectivos regimentos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É o caso. Sou Vice-Líder na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vou repetir, para que V.Exa. ouça bem:

Art. 5º Aos Líderes, além de outras atribuições regimentais, compete a indicação dos representantes do seu Partido nas Comissões.

V.Exa., como Vice-Líder, não preenche o art. 5º.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Vice-Líder pode, inclusive, indicar na ausência do Líder. Está aqui posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pode, se for delegado pelo Líder. Eu sou Vice-Líder e não posso indicar os representantes do PFL.

V.Exa. está usando de um artifício que reconheço válido, mas a Presidência tomou a decisão. Só concede a palavra por vinte minutos aos Líderes nacionais.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz, como Coordenador do Partido, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos companheiros para alguns fatos.

O pedido de suspensão da votação do PL nº 32, pelo Deputado Fernando Coruja, tem fundamento extraordinário. Vejam o que estamos votando hoje: uma fonte condicionada que diz respeito à contribuição de inativos e pensionistas, que está previsto em torno de R$1,4 bilhão. Essa fonte jamais poderá se consolidar, até porque já tem uma determinação do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de uma fonte que não tem razão de aí estar, e nós a estamos votando neste relatório.

Há algo pior que isso, Sras. e Srs. Deputados. Se neste ano, quando não há fonte podre e o Governo tem excesso de arrecadação, ele não executa o Orçamento, meu nobre Deputado, também não vai executá-lo no ano que vem. Este ano o Governo não executa, e tem dinheiro em caixa, tem excesso de arrecadação.

Sabem V.Exas. quanto o Governo executou somente de investimento nos anos anteriores? Em 1998, ele executou 62%, pagou 62%; em 1999, estavam previstos 9 bilhões, o Governo só executou de investimento —— 3,7 bilhões, ou seja, pagou 41,49%; no ano 2000, com 14,7 bilhões previstos para investimentos, o Governo executou apenas 5 bilhões, ou seja, 35,32%. Houve um superávit financeiro, que vem acumulando no período do Governo Fernando Henrique, de 70 bilhões de reais.

O Governo continua trapaceando — esse é o termo que me atrevo a dizer — e tripudiando sobre a inteligência de todos nós, Deputados e Senadores, e não somente da Oposição. Este ano, dos 18 bilhões previstos de investimento, só pagou, até o dia 7 de dezembro, 3,8 bilhões, ou seja, 20,53%. Empenhados estão 41%, não pagos. Portanto, o Governo tem dinheiro em caixa, tem excesso de arrecadação, mas está a passar por cima de nós todos.

Ficamos aqui brigando e, às vezes, indispondo-nos com companheiros na briga por mais um pouco de dinheiro para uma estrada, para uma rodovia, para uma ponte, para uma universidade, para um hospital. As demandas de todos os companheiros são legítimas. E nos deixamos agora ser enganados pelo Governo. Aliás, não somos enganados, pois estamos sabendo — não é verdade, Deputado João Caldas?—, mas não reagimos. No caso, somos frouxos, alienados, acovardados, porque não reagimos.

Não consigo viver sem ser um indignado com a vontade de alguém querer fazer-me de besta. Expresso os meus sentimentos com muita ênfase, porque não consigo ser tapeado, não aceito a tapeação, a mentira que este Governo está praticando, não só contra mim, mas contra meus pares, contra meus companheiros. Estou defendendo todos os companheiros.

Vamo-nos rebelar contra isso! Vamos exigir que o Governo empenhe, pague e execute os programas por ele mesmo encaminhados a esta Casa, aprimorados por este Congresso Nacional, não deixando faltar dinheiro nas universidades, na pesquisa, na EMBRAPA e em outros órgãos. Não podemos permitir que façamos esse Orçamento e saiamos daqui dizendo que se trata de uma ficção. Este Orçamento é uma ficção! Desafio quem venha dizer-me que não é! Isso aqui que estamos fazendo é um circo? Não, estamos tentando dar seriedade ao processo orçamentário, mas temos de exigir do Governo, temos de cumprir com o nosso papel de fiscalizador da execução orçamentária.

Sr. Presidente, peço aos companheiros que atendamos ao apelo do Deputado Fernando Coruja quanto ao encaminhamento desse requerimento de adiamento da votação, para que possamos tirar o entulho que ali está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Fernando Coruja retirou o seu requerimento. A Presidência aceitou a retirada do documento, quando o nobre Deputado José Carlos Aleluia sugeriu uma nova forma de encaminhamento. O nobre Deputado retirou o requerimento, e não posso voltar atrás da decisão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Estamos encaminhando, então, com relação ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente. Estamos na votação do relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Encaminho contra, pelas razões diversas aqui já expostas durante a discussão, porque não se cumpre com a PEC da Educação, com a PEC da Saúde. Há muitas pessoas aqui que defendem a saúde da boca para fora, porque na hora de brigar para a aplicação do Orçamento, não o faz. Pelo salário mínimo, que não está contemplado; pela correção dos salários dos servidores públicos, que não está contemplada; pelos juros altíssimos que se paga, de 78 bilhões de reais, que é uma extorsão contra o País, contra o cidadão, contra o povo brasileiro; pela dívida ativa que este Governo tem, que não vai arrecadar; por tudo isso, o PDT encaminha o voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhar, passo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda. S.Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero apenas ressaltar neste meu encaminhamento o fato de que separo claramente a pessoa do Deputado Sampaio Dória da sua ação. Quero fazer esse destaque. Talvez em determinados momentos adotemos uma atitude mais agressiva, mas levem em conta que isso ocorre única e exclusivamente contra esse processo político. Considero que todos aqueles Deputados que trabalharam nesta Comissão para melhorar o nível da elaboração orçamentária saem derrotados. Não foi o relatório que perdemos, estamos perdendo uma concepção de elaborar o Orçamento.

O debate mais geral sobre o Orçamento deveria ser feito, um debate sobre várias questões, como a possibilidade de um aumento melhor do salário mínimo, uma reavaliação de fontes, um efetivo funcionamento do Comitê de Receita.

Aprovamos um Comitê de Receita que não tem uma assinatura, Deputados. Fico meio envergonhado. Aprovou-se o Comitê de Receita dizendo que iríamos separar a ação do Relator da ação do reconhecimento de receitas. Contudo, o Relator é que domina o Comitê de Receitas! Ele não cumpriu nem a divisão entre os Relatores setoriais e o Relator-Geral! Portanto, é uma farsa, é uma piada dizer que há Comitê de Receita. Comitê de Receita coisa nenhuma! Não há Comitê de Receita. Quem coloca o nosso nome nesse comitê até nos agride.

Peço que depois, quando for feita a publicação final, retirem o meu nome. Deixem o nome dos outros, mas retirem o meu nome. Não participei desse comitê. Não participei de nenhuma reunião. Com essas últimas avaliações nada tive a ver. Portanto, tirem o meu nome. Usam o meu nome para referendar receitas de que não tenho participação alguma. Isso é correto? Isso é positivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, a Presidência vai recomendar que o seu nome seja retirado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Ficarei muito grato a V.Exa.

O que estamos votando mesmo, efetivamente, é a derrocada da Comissão de Orçamento, sabendo, como afirmei antes, que no ano que vem será pior. Isso continuará até que surja no bojo de uma reação de uma sociedade uma nova CPI de apuração, para quebrar sigilos. Quando surgir essa nova CPI, estaremos informados sobre quais foram as indicações dos Líderes. Temos de esperar a CPI para saber onde os tais Líderes da Câmara e do Senado, como disse o Relator, a Mesa e os Presidentes da Câmara e do Senado, indicaram as emendas. Segundo uma conta que fizemos, essa indicação de Líderes deveria envolver — e essa conta não fiz sozinho, mas com outros Deputados —, ao meu ver, algo em torno de 400 a 500 milhões de reais. Essa seria a indicação dos Líderes, que são Deputados e Senadores melhores do que nós, que têm mais prestígio, que são os Deputados do andar de cima.

Portanto, Sr. Presidente, às vezes não temos condições de fazer uma análise mais aprofundada do relatório, para demonstrar isso. Mas vamos fazê-lo depois. Vamos dizer o seguinte: "Quanto os Relatores setoriais movimentaram? Tanto. Quanto o Comitê de Emendas movimentou? Tanto. Quanto o Relator-Geral, sozinho, sem assessoria do Comitê de Emendas, movimentou? Um bilhão e 300 milhões!" Então, V.Exas. vão dizer: "É desconcentração de poder". Ficamos com saudades do Deputado João Alves. Acho que ele nunca movimentou sozinho esse volume de recursos.

Foram rasgados por V.Exas todo o espírito da Resolução nº 2, toda a intenção de fazer um Orçamento transparente, em que as decisões do Relator fossem claramente expostas. Deveria ser assim: "O Relator agiu dessa forma". Que se justifique e se defenda! Mas não, tudo é obscuridade. Se alguém quer dar presente a Líder, dê uma gravata, uma garrafa de uísque, mas não 30 milhões, porque não é dinheiro particular, é dinheiro público.

Era essa a minha opinião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Gostaria apenas de dizer que não estar muito acostumado com isso, mas nunca vi votar relatório sem o Relator. Já fui Relator-Setorial, permaneci até o término da votação e discuti com todos. Quero saber se isso é possível. Estamos encaminhando a votação de um relatório que foi feito por alguém. Eu, particularmente, fui Deputado Estadual durante oito anos, participei da Comissão de Orçamento e nunca havia visto isso. Na Câmara, é a primeira vez que estou vendo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Isso é natural, Sr. Presidente. O encaminhamento de votação destina-se à orientação das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Há outra dúvida: vamos votar em primeiro lugar somente o relatório, ou o substitutivo? Há substitutivo aqui. Quero saber como vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, nobre Deputado. A Comissão vai votar o relatório e a errata que foi lida.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – E o substitutivo da pág. 49?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vão ser votados o relatório e a errata que foi lida pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Então, esse substitutivo ao texto da lei não vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O substitutivo faz parte do relatório, nobre Deputado Gilmar Machado. Isso é lógico!

A Comissão vai votar o relatório e a errata lida por S.Exa. Os substitutivos estão inclusos no relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado. O Sr. Relator já está de volta, e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhamento, indago se mais algum Líder deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães, para encaminhamento.

S.Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Santos Filho.

O PT encaminha contra esse relatório. Nós teríamos muitos motivos para agir dessa forma, Sr. Presidente. Teríamos razões, já discutidas aqui, no que se refere à sua metodologia de construção. Contudo, prefiro discutir esse relatório como peça legal a ser oferecida ao País. O primeiro ponto, muito debatido, diz respeito à forma atropelada da sua construção, da elaboração das emendas, da votação, à falta de transparência provocada pelo próprio Governo, por não facilitar a identificação de fontes e de alternativas.

Em primeiro lugar, trata-se de Orçamento que expressa uma concepção de economia e de mundo que repudiamos. Esse relatório expressa, de maneira concentrada, a concepção ou o modelo neoliberal, que fracassou no mundo inteiro e que fracassa aqui no Brasil mais uma vez. É triste ver, Sr. Presidente, como o Governo se basta para se justificar e indicar a comparação com a derrocada argentina. Ora, a derrocada argentina é também a derrocada da expressão neoliberal nesse enlutado país vizinho.

Sr. Presidente, deveríamos estar discutindo que modelo é esse, se ele resolve os grandes desafios da humanidade e da nacionalidade, que são: combater as desigualdades regionais e sociais, promover a geração de emprego e de renda, levar à diminuição da violência social, da violência urbana, da violência espalhada por todo o País. Ao contrário, esse relatório é a expressão desse modelo.

Não se trata de suposta mania de fazer oposição. Não se trata de querer aplicações alternativas desse odioso superávit primário. Não se trata de ver a submissão do Brasil ditada por essa peça e por outras, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de ver a submissão do País à ciranda financeira internacional. Trata-se da percepção de que isso de fato leva à perenização desses problemas, que já são crônicos e tão antigos. Eles acabam aflorando de forma diferenciada.

Esse relatório, Sr. Presidente, sequer respeita as metas estabelecidas na Constituição para a saúde. Ele não fez aquilo que deveria: acolher emendas que existiam, para cumprir a emenda constitucional que estabeleceu um piso para a saúde. Não traz as provisões necessárias para um salário mínimo digno. Esse relatório foi absolutamente fiel na execução daquilo que expressa as principalidades determinadas pelo Governo. Ele foi implacável no que se refere à ques-

tão de taxas de juros, da dívida pública, dos compromissos financeiros. Tudo inatacável. Mas o social, o salário mínimo, a previdência, tudo isso sofreu, e muito, com esse relatório.

Sr. Presidente, esse é, portanto, um relatório que não faz bem ao País. Creio que, nessa conjuntura difícil, estaríamos dispostos a votar, para dar um exemplo da responsabilidade desta Câmara perante a opinião pública nacional e sobretudo a internacional. Estaríamos dispostos a votar com rapidez, mas de maneira minimamente digna, que preservasse sobretudo a própria Casa que vota. Entretanto, diante do que assistimos, diante do fato de que não houve consenso em relação a essa votação com esse caráter, preferimos votar contra, para sinalizar que queremos uma peça diferente.

Sei que meu tempo está acabando, mas também a minha argumentação, calculadamente, chega a seu desfecho.

Preferimos votar contra. Trata-se, sim, de voto simbólico, simbolizando sobretudo que, no futuro, as oposições, que hoje são minoria nesta Casa, mas já são maioria social de opinião pública no País, irão construir uma peça diferente, um relatório diferente, um orçamento diferente para um país diferente e melhor.

Votamos contra, Sr. Presidente, para dizer que queremos no futuro um país diferente, melhor, socialmente justo e soberano em relação às coisas que são nossas, que são do Brasil. O PT vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhamento de votação, pelo PMDB, passo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, aproveito esta oportunidade que me dá o meu partido para fazer uma veemente reclamação, em nome do meu Estado.

Antes, porém, gostaria de dizer a V.Exa. que nesta Comissão, há dez anos, venho me pronunciando contra o processo orçamentário brasileiro. Realmente, ele deixa muito a desejar, tanto no que se refere à elaboração da proposta pelo Poder Executivo como à tramitação na Comissão e no Congresso. V.Exa. não tem culpa disso, mas acrescento que acho que "involuímos" com a última versão da Resolução nº 2. Falo isso **en passant**. V.Exa. é um homem muito educado, muito preparado. Eu não teria maiores reparos a fazer ao relatório de V.Exa., se não achasse que o meu pobre Estado do Maranhão, que felizmente tem agora uma Governadora que está lá no alto, nas pesquisas, não tivesse sido injustiçado. Vou dizer por quê. Já mencionei esse fato ao Comitê. O Deputado Santos Filho, acho, tentou até minorar a situação, mas não conseguiu.

A Paraíba, por exemplo, teve 159 milhões no Orçamento passado e, neste Orçamento, um aumento de quase 30%. Goiás teve 170 milhões naquele Orçamento e neste, 212 milhões; portanto, um aumento de quase 30%. Roraima, que tem apenas 325 mil habitantes — é verdade que tem o Senador Romero Jucá, que vale por um milhão —, tem 132 milhões. Enquanto isso, no relatório de V.Exa., ao Maranhão foram destinados apenas 163 milhões. Enquanto os orçamentos dos outros Estados receberam aumento de 20% a 30%, o Maranhão teve um aumento de apenas 12% em relação ao Orçamento anterior.

Outra distorção que existe no relatório, em relação ao Maranhão...

(*Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Estou encaminhando a votação pelo PMDB e aproveitando a oportunidade para mencionar as injustiças.

Sr. Presidente, existe distorção também entre as emendas de interesse do Estado e as de interesse dos Parlamentares. Espero que esses problemas sejam solucionados com os destaques que apresentamos e sobre os quais, se V.Exa. permitir, conversaremos oportunamente.

O PMDB encaminha favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, antes de usar a palavra para encaminhar, gostaria de confirmar que não há necessidade de pedir verificação. V.Exa. fará a votação de ofício e nominal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem.

O art. 28 da Resolução nº 1 diz claramente que, na apreciação do relatório final ao projeto da Lei Orçamentária anual, serão votadas inicialmente as emendas apresentadas à receita. Haverá uma votação específica das emendas apresentadas à receita, seguidas pelas emendas que propõem o cancelamento parcial ou total. A segunda votação será a das emendas que propõem cancelamento parcial ou total e as destinadas a alterar o texto do projeto de lei, ressalvados os destaques.

Foi aprovada pelo Congresso a Resolução nº 1, art. 28.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, a Presidência vai responder a V.Exa. Vamos colocar em votação o relatório acompanhado da errata, o relatório da avaliação...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – ...reavaliação e retificação das receitas orçamentárias para o exercício de 2002. Vamos votar a inadmissibilidade...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Separado. Vai haver uma votação específica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Está escrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta aqui terá. Estou acabando de afirmar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Qual será a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quanto ao relatório de avaliação, reavaliação, retificação das receitas orçamentárias para o exercício de 2002, é votação em separado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas tem relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado, está na página 102.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Deixe-me ver. Não vi esses relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, está na pág. 102 do Volume I.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, por quem foi assinado? O Deputado Paulo Mourão está presente? Não há assinatura de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está presente, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O Deputado Jorge Bittar se comprometeu e analisou o relatório. S.Exa. vai assinar? Eu já retirei minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. já retirou.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Onde está a assinatura do Senador Paulo Hartung? Onde estão as assinaturas? Não há assinatura da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, V.Exa. apresentou uma questão de ordem, e a Mesa está respondendo. Em relação às assinaturas, esta Presidência passa a questão ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Isso é uma esculhambação! Que acordo, para votar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o nobre Deputado José Carlos Aleluia, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, a primeira observação que faço quanto ao relatório é que ele reflete a crise da Federação, da representação política brasileira, pelo fato de alguns Estados terem um valor de voto muito maior do que outros. Existem questões que merecem reflexão, e não posso deixar de mencioná-las. Trata-se do caso específico de Roraima, e é um elogio ao Líder Romero Jucá, mas também o registro de uma distorção. Roraima tem aproximadamente 400 mil habitantes, e está previsto no Orçamento, nas emendas de bancada aprovadas, investimento de 132 milhões. É muito por habitante. São cerca de 600 reais por habitante, enquanto outros Estados, também pobres, talvez com o mesmo nível de indicadores sociais, receberão 10 ou 15 reais por habitante. Essa é uma distorção que advém do fato de 400 mil habitantes elegerem três Senadores e oito Deputados.

Apresentei emenda constitucional propondo que se estabeleça no Brasil a seguinte prática: um homem, um voto. Isso se reflete no Orçamento e desvaloriza o voto do paulista, do mineiro, do paranaense, do baiano, do pernambucano, porque há um voto que vale menos. Por isso, o Orçamento vale menos, mesmo o Relator sendo paulista.

Este Orçamento, muito mais do que o relatório, apresenta avanços significativos. O Governo Fernando Henrique Cardoso possibilitou a estabilidade da moeda, a defesa da moeda e da economia. Conseguiu conquistar progressivamente superávites.

Em 1997, o superávit primário era negativo. Depois, passou a ser de aproximadamente 0,01% do PIB. Evoluiu, em 1999, para 3% — um salto muito grande. Hoje, estamos com 3,5%, quando nos referimos à União e aos Estados. Conseguiram-se superávites na União, nos Estados e nas estatais. Não é por outro motivo que podemos imaginar que nos descolamos da Argentina. Ela não fez esse dever, não cuidou do endividamento e do déficit das províncias e deixou que o sistema financeiro se deteriorasse. Portanto, defendo mais o Orçamento do que o próprio relatório, que é muito difícil de elaborar.

Deputado Sampaio Dória, tenha certeza de que as críticas feitas a V.Exa. dificilmente não existiriam, devido às demandas não atendidas. Demandas legítimas da Oposição, que gostaria de ter não um outro relatório, mas uma outra proposta orçamentária, Deputado Sérgio Miranda. O que V.Exa. deseja é um outro Orçamento, não um outro relatório. Divirjo de V.Exa. Esse Orçamento tem pontos extremamente positivos e é de grandes dimensões. Não estamos tratando de um orçamento pequeno em nenhum lugar do mundo. É importante que se veja que estamos, neste Orçamento, manipulando um percentual alarmante do Produto Interno Bruto brasileiro. Estamos trabalhando com 24% do Produto Interno Bruto brasileiro. Veja o que é a economia brasileira e como estamos trabalhando. A responsabilidade do Congresso Nacional é grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Há um orador na tribuna. A Presidência solicita aos nobres Srs. Senadores e Deputados... Nobre Senador Nabor Júnior, há um orador na tribuna e a Mesa pede a V.Exa. que a discussão seja feita ou em tom mais baixo ou lá fora.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Desculpe, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Continuando, Sr. Presidente, estamos com um Orçamento que é grande em qualquer lugar do mundo e que tem avanços. O Governo Fernando Henrique Cardoso pode dizer, ao final do seu sétimo ano de mandato, que está construindo uma rede de proteção social neste País que talvez não tenha similar no mundo em desenvolvimento. Este é um avanço do Governo, que o meu partido apóia e que eu quero ver continuando e melhor.

Nós, do PFL, temos candidato próprio. Temos candidata que vence no segundo turno o candidato do PT e queremos continuar com a defesa da moeda, com a implantação da rede de proteção social, mas queremos retomar o desenvolvimento em ritmo mais acelerado.

Não quero apenas bater palmas para o Relator. Tenho o dever de reconhecer a sua competência, sobretudo em procurar identificar fontes para um Orçamento que chegou aqui tão magro. O trabalho do Relator, no que se refere à recuperação dos recursos que o Fundo de Pensão se negava a pagar, foi algo extraordinário. O acompanhamento do Relator e o apoio que deu à aprovação da contribuição do (*ininteligível)* econômico sobre o combustível foram também relevantes.

Portanto, se falhas existem, devemos procurar corrigi-las. Ainda teremos oportunidade de fazê-lo. Registro que estes são um bom Orçamento e um bom relatório e que o PFL vai votar favoravelmente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Um Orçamento que não será cumprido mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhar, nobre Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, antes de encaminhar, tenho uma questão para o Relator, se V.Exa. permitir.

Muito nos debruçamos sobre a aplicação dos recursos de emendas, mas, no resumo desse relatório, no PL encaminhado a esta Casa, o quesito "amortização da dívida" trazia um valor de 277 bilhões e 697 milhões. Essa a explicação que eu gostaria de ter, Sr. Relator. E ele chega, através do substitutivo do Sub-Relator e do próprio Relator, a uma necessidade de 278 bilhões e 129 milhões. A diferença desse valor, que diverge do PL, para o valor que V.Exa. fechou no relatório é de apenas 450 milhões — ou seja, a metade de todas as emendas individuais.

Naquele momento em que o Governo encaminhou, através do Executivo, essa proposta, ela tinha um custo de necessidade de remanejamento da dívida daquele valor. E esses 450 milhões, como vieram a existir? E o que mudou no encaminhamento do PL, no fechamento do relatório?

Era essa a questão para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não estamos em discussão, nobre Deputado, mas no encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Então, vou encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estamos votando o relatório. É o Orçamento da União e são números que a sociedade brasileira não conhece.

Sr. Presidente, eu gostaria de poder encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, há um orador fazendo encaminhamento. Solicito a V.Exa. que respeite o orador que está na tribuna.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Enquanto se investe neste País — e fizemos investimentos, em 1998, de 8 bilhões; em 1999, de apenas 3 bilhões; em 2000, de 5 bilhões; e, até agora, de 3 bilhões, mas empenhados em mais 2 bilhões —, a despesa com pessoal, de 1994 para cá, cresceu apenas 125%.

Sr. Presidente, está difícil continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado, peço a compreensão de V.Exa. Quando há um orador na tribuna, todos nós somos obrigados a respeitá-lo. Perdoe-me, mas vamos respeitar o Deputado que está na tribuna.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Sr. Presidente, o respeito tem de ser mútuo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não vamos questionar com V.Exa. Há um orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – A Mesa, inclusive, tem de respeitar os Deputados.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Os números que quero apresentar são: de 1994 para cá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Estou encaminhando. São números que preciso citar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É que o tempo de V.Exa. está correndo. Depois V.Exa. reclama que seu tempo sempre é curto.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Estou sendo atrapalhado, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Muito bem, Presidente. V.Exa. tem toda razão.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, a despesa com pessoal, de 1994 para cá, cresceu 125%; a de juros, 777%. Para cobrir esses juros é que se criam, todos os dias, receitas tributárias, que foram de 242%. As receitas de contribuições foram de 340%. O que deixa a sociedade brasileira pasma é que neste ano pagamos 78 bilhões de juros, e no ano que vem pagaremos mais 58 bilhões. Que país seria este, se pudéssemos ter pelo menos 30% desses recursos aplicados em investimentos? Aí, sim, veríamos — discordando do Deputado José Carlos Aleluia — que o Norte e o Nordeste precisam de mais recursos, porque existem desigualdades, porque são Estados novos que precisam ser integrados a este País. O maior exemplo que temos é o Tocantins. Enquanto esteve isolado e não tinha investimentos, era o lado pobre de Goiás; e hoje é o lado que movimenta recursos. Então, o Norte realmente precisa de investimentos para contrabalançar as desigualdades sociais no País.

Sr. Presidente, o meu partido, o PPS, encaminha o voto contrário ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) — O PPS vota contra o relatório.

O nobre Líder Ricardo Barros vai encaminhar, em nome do Governo?

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) – O Ciro vai perder a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida para encaminhar em nome do PSDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PSDB encaminha favoravelmente ao relatório e o faz com a tranqüilidade de estar votando um bom Orçamento. Naturalmente, ele não poderia atender às necessidades e aos anseios da Oposição. Como bem disse aqui o Deputado Virgílio, esse Orçamento não pode refletir a política econômica que o PT gostaria de ter implantado no País. Esse Orçamento reflete a política econômica aprovada nas urnas e que o Governo segue fielmente, cumprindo os compromissos da eleição anterior. E assim que tem sido a discussão nesses quatro anos. Daí a dificuldade imensa de entendimento. A Oposição está sempre querendo dirigir o Orçamento para os objetivos de política econômica que considera adequados e não se dispõe a discutir efetivamente tudo o que se está fazendo no País. Discute a rede de proteção social que o Governo está implantando, com o apoio do Congresso Nacional, pelo valor — não é quinze e deveria ser dezesseis —, mas não discute o conteúdo da política. Fica sempre nessa discussão. Há essa divergência de base, que foi resolvida nas urnas, e a cada discussão do Orçamento eles querem resolver mais uma vez e não é possível.

Quanto ao relatório e ao Orçamento, Sr. Presidente — aí é um progresso que devemos creditar também à Comissão Mista de Orçamento e ao Congresso Nacional —, temos progredido na elaboração orçamentária, ano a ano. É um ganho significativo a incorporação definitiva ao debate nesta Comissão do tema "salário mínimo". E este ano o relatório conseguiu garantir aumento real do salário mínimo.

A identificação de fontes viáveis para financiar investimentos e tantas outras demandas apresentadas, como o aumento do funcionalismo de forma real, garantida, para ser efetivamente realizado e pago, é outro ganho significativo que tivemos nesse Orçamento.

Sr. Presidente, para concluir, é natural que o Orçamento, na forma como estabelece a resolução do Congresso Nacional, não preencha uma necessidade. Precisamos alterar nossa resolução. A Comissão Mista de Orçamento deve ser a primeira a se ins-

talar em cada período legislativo e deve acompanhar a execução orçamentária do Orçamento do ano, enquanto se organiza, se prepara e se acumula conhecimento para preparar o Orçamento do ano seguinte.

Reunimo-nos em setembro para fazer uma partição dos recursos que conseguimos juntar entre os diversos Estados, pelas pressões que são exercidas legitimamente. Não entramos fundo na discussão dos programas. A Comissão deveria ir ao campo, visitar os programas mais importantes do País, para ver aqueles que deveriam ser estimulados com mais recursos e, eventualmente, aqueles outros que poderiam ter os recursos reduzidos.

De modo que, nessas limitações, o PSDB vota favoravelmente ao Orçamento e parabeniza o ilustre Relator, V.Exa., Presidente da Comissão, e todos os que se empenharam nessa tarefa ingente e importante para o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, fomos citados nominalmente de forma agressiva. Não concordamos com isso e queremos o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa. não foi citado de maneira agressiva.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quero que fique registrada a nossa não-concordância com os termos com que o Deputado João Almeida referiu-se ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, a Presidência quer prestar uma homenagem ao PT, pelo respeito que tem por ele. V.Exa. não foi citado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O partido foi citado, e eu sou o coordenador da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, S.Exa. apenas manifestou a nossa divergência — do Governo — com o PT.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Meurer, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, o PPB encaminha pela aprovação do relatório. Aproveito a oportunidade para parabenizar o nosso Relator, Deputado Sampaio Dória, pelo brilhante trabalho que realizou e pelo sacrifício que teve de fazer para chegar a este momento da votação. Parabéns, nobre Deputado.

O PPB vota pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhar, em nome do Governo, tem a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, a proposta orçamentária encaminhada pelo Governo a esta Comissão já continha alguns avanços, especialmente na área social, em que os investimentos são realmente muito amplos e têm crescido a cada ano. Temos buscado, de forma determinada, obstinada, reduzir a desigualdade, que é, lamentavelmente, marca forte do nosso País. E essas ações estão refletidas nesse Orçamento.

O salário de 200 reais, previsto nessa peça orçamentária, é um grande avanço. Iniciamos o Plano Real com o salário mínimo a 64 reais e hoje ele é de 200 reais. Nesse mesmo período, a inflação, pela FIPE, subiu apenas 6% e a cesta básica, apenas 45%, contra 200% de aumento do salário mínimo.

Portanto, devemos entender que esse é um contexto de avanço social. Temos o Fundo da Pobreza, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Financiamento Estudantil, o Bolsa-Renda, o Vale-Gás, inúmeros programas, e o salário de 200 reais para 13 milhões de brasileiros, que receberão esse benefício da Previdência. Tudo isso vem beneficiar as famílias de baixa renda.

Quero dizer que o Orçamento contempla também mais de 7 mil emendas individuais dos Srs. Deputados e Senadores, que resultarão em investimentos em postos de saúde, em creches, em escolas, em infra-estrutura, em barracões industriais, gerando renda e progresso para a nossa gente.

Encaminho favoravelmente ao relatório do Deputado Sampaio Dória, agradecendo desde já a todos os Líderes, a todos os membros da Comissão, aos Líderes da base, aos Líderes da Oposição, que contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente, a todos os Relatores que participaram desse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência vai encaminhar para votação de ofício, nominal, conforme foi combinado anteriormente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, a Resolução nº 1, de 2001, no seu art. 3º, diz o seguinte: “A Comissão compõe-se de 84 mem-

bros titulares, sendo 63 Deputados e 21 Senadores, com igual número de Suplentes". A nossa lista de presença contém 64 Deputados e 22 Senadores.

Gostaria que V.Exa. me explicasse como é que a resolução permite haver apenas 63 Deputados titulares, sendo que a lista de presença tem 64; e 21 Senadores titulares, e a lista de presença tem 22, não obedecendo à resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Mesa já vai responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vou responder e V.Exa. vai aceitar, nobre Deputado Sérgio Miranda. Sempre que V.Exa. pede a palavra, ouço muito calado. V.Exa. vai me ouvir também.

A resolução do Congresso Nacional garante às minorias a indicação de um membro de cada Casa. É resolução do Congresso Nacional. A Resolução nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das Comissões Mistas. Por isso o PTB só tem um, o nobre Senador Arlindo Porto, no Senado, e na Câmara dos Deputados o PV tem um representante. O Deputado Orlando Desconsi é o titular do PV e o nobre Deputado Dr. Rosinha é o Suplente.

Isso esclarece a dúvida de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não esclarece. Sr. Presidente, o número é 63. Mesmo que assegure a minoria, tem de estar dentro desses 63. Não se pode colocar um extra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Fernando Coruja, o entendimento é da Mesa do Congresso Nacional. Não podemos alterá-lo. V.Exa. fará um recurso à Mesa do Congresso, que decidirá. A Presidência vai continuar trabalhando como sempre se trabalhou aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Recurso bem feito, bem escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Cabe recurso de V.Exa. à Presidência do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, pedi para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Perdão. Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem. Já encerrou o encaminhamento, V.Exa. não pediu a palavra no momento.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Pedi antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência aceita o encaminhamento de V.Exa., que disporá de cinco minutos para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Não, Sr. Presidente. Pode continuar com a votação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado pela compreensão, nobre Deputado João Caldas.

Vou explicar como a Presidência vai conduzir a votação. Primeiro, vamos fazer menção a algumas emendas que foram consideradas inadmissíveis. Na seqüência, a votação do adendo ao parecer preliminar sobre o relatório de avaliação, reavaliação e retificação das receitas orçamentárias para o exercício de 2002. Está na página 102, volume 1.

Em seguida, em obediência ao art. 28 da Resolução nº 1, de 2001, vamos fazer três votações: em votação as emendas apresentadas à Receita, ressalvados os destaques; em votação as emendas apresentadas que propõem o cancelamento parcial ou total de dotações, ressalvados os destaques; em votação as emendas apresentadas que se destinem a alterar o texto do projeto de lei, ressalvados os destaques. No final, em votação nominal, o relatório final, com a errata apresentada, ressalvado o constante no quadro 7º do relatório e os destaques apresentados. O quadro 7º refere-se a obras com indício de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União. Votação nominal apenas para a última. As outras não serão nominais, mas simbólicas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, qual o período para pedirmos verificação?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, houve um entendimento de que votaríamos o relatório final com verificação nominal a qualquer hora. Comprometemo-nos a manter a nossa base aqui, que está presente. Então, não há questão a resolver sobre isso.

Agora, peço ao Deputado Sérgio Miranda que cumpra o compromisso de fazer a votação nominal do relatório final no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quero informar ao Deputado Sérgio Miranda, que, quando a Presidência acatou a sugestão do nobre Deputado José Carlos Aleluia e, em seguida, o Deputado Fernando Coruja retirou o seu requerimento, ficou decidida, de ofício, a votação nominal. Houve um entendimento geral, Deputado Sérgio Miranda. Portanto, passamos à inadmissibilidade.

Declaro a inadmissibilidade. Propomos o acolhimento da recomendação do comitê de avaliação de emendas no sentido de serem inadmitidas, conforme relatório em anexo, as emendas da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado Federal, página 42, Capítulo 1, nºs 600080002, 600080003 e 600080005; Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, 50170005; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Câmara dos Deputados, 50310002 e 503110004; Comissão de Viação e Transporte, 50240005; do Relator-Setorial, 80020066 e 80020067. Os pareceres às emendas estão contidas nos relatórios em anexo, enquanto os demonstrativos de todas as alterações introduzidas na proposta por esta Relatoria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, essas emendas dizem respeito à receita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Como votar inicialmente as emendas apresentadas à receita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Elas foram consideradas inadmissíveis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim, mas no art. 28, que V.Exa. disse que ia seguir ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não tem nada a ver com o art. 28, nobre Deputado. Trata-se de outra coisa. Ainda não chegamos ao art. 28.

Declaramos inadmissíveis essas emendas. Portanto, não cabe discussão nem destaque.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – O PPS não acompanha o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação, na página 102. Relatório de avaliação, reavaliação e retificação das receitas orçamentárias para o exercício de 2002.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem e V.Exa. disse que teríamos de fazer um encaminhamento do relatório geral. Foi o que fizemos. Se fosse feito o encaminhamento por parte, se a votação fosse por parte, há parte com a qual concordamos e outras não. Tivemos que encaminhar contra porque foi um processo global. Agora, na hora de encaminhar, preciso de tempo.

Por exemplo, na questão de reavaliação de receita, concordamos. Então, tenho de encaminhar a favor; em outra, vou encaminhar contra. Se já tivéssemos feito isso desde o início, teríamos evitado. Fizemos a discussão porque V.Exa. disse que votaríamos o todo. Caso contrário, vamos ficar prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, a Presidência esclarece a V.Exa. Esses aqui são dispositivos que o Regimento determina que sejam feitos desta maneira, em votações simbólicas. Apenas o relatório e a errata serão feitos em votação nominal.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas vamos ter o direito de pelo menos orientar a bancada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra a V.Exa. para encaminhar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não. Só estou pedindo para fazer esse processo no momento certo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão para resolver esse assunto. Não seria feito o encaminhamento, mas orientação de bancada, indicação de voto. Isso resolve a preocupação do Deputado Gilmar Machado e preserva a decisão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência acata a sugestão de V.Exa., Deputado Virgílio Guimarães.

Em votação o adendo ao parecer preliminar sobre o relatório de avaliação, reavaliação e retificação das receitas orçamentárias para o exercício 2002.

Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Trata-se de inadmissibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, do relatório de avaliação da página 102.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – V.Exa. está retirando da apreciação da Comissão dois relatórios. V.Exa. não quer apreciar o relatório da página 91?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Comissão já o votou, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Esse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A parte de Imposto de Renda e SID já foi votada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – E o segundo relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Qual o segundo, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O do DNER?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Também já foi votado, nobre Deputado, antes da votação dos relatórios setoriais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vou encaminhar, considerando que um grupo de Parlamentares fez um esforço, pois estava preocupado com duas questões. Primeiro, a necessidade de dar um aumento de 220 reais para o salário mínimo. Fizemos uma outra opção: dar um aumento de 210 reais para o salário mínimo e compensar o Imposto de Renda. A votação do Imposto de Renda, feita aqui, não dá a desculpa para o Governo de que o Congresso é irresponsável e não fez uma avaliação da compensação da perda de receita decorrente da alteração da tabela do Imposto de Renda.

Fizemos uma avaliação que envolve quatro novas fontes e uma proposta de corte. Levamos em conta a revisão da taxa de crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários. O Governo fez um cálculo do crescimento vegetativo dos benefícios na base de 3.2%.

Sr. Presidente, pela nossa avaliação, trata-se de algo meritório. O Governo superestimou o crescimento vegetativo. Os dados comparativos de 1998 até outubro de 2001 revelam uma superestimação do crescimento vegetativo. Fizemos uma reavaliação, não na base do 2.1%, mas na base de 2.7% até outubro de 2001. Demos uma pequena folga. Conseguimos diminuir as despesas da Previdência Social em 495 milhões de reais líquidos. Fizemos uma reavaliação dos subsídios implícitos contidos no Orçamento, considerados como receitas extra-orçamentárias. Sem dúvida, o cálculo é exagerado. De 1 bilhão e 200 milhões de reais, fizemos uma previsão de 500 milhões, considerando a despesa de SID e combustível. O Relator afirmou que não poderíamos usar esses recursos. Podemos, sim. Basta fazer o que fez o Governo: criar uma reserva nos fundos e trocar a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, a Presidência informa a V.Exa. que o tempo regimental é de um minuto e já lhe concedeu dois minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim, mas estou trazendo para a apreciação matéria de extrema importância. O Governo pode trocar a fonte. Então, de 1 bilhão e 400 milhões de reais que estão nos subsídios, o Governo prevê gastar 800 milhões. A Casa deve discutir se é melhor dar esmola de 5 reais para comprar um botijão de gás ou aumentar 5 reais no salário mínimo. Qual o melhor para a sociedade? É dar a esmola? Quanto se vai extraviar no tíquete-gás?

Discutimos também o Imposto de Renda retido na fonte. Por não contar com as previsões, voto contra a avaliação de receitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Sérgio Miranda orienta sua bancada a votar "não", contrariamente.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra V.Exa. por dois minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, dirijo-me ao Sr. Relator para dizer que, de fato, os integrantes do Comitê de Receitas não foram ouvidos acerca de matéria de extrema relevância como esta, com o fim de reestimar as receitas que vão sustentar as diversas emendas apresentadas ao Orçamento. O assunto merecia um debate mais aprofundado por parte de todos nós. Acabamos de receber o relatório.

Quero também me associar às críticas que o Deputado Sério Miranda fez quanto ao não acolhimento de uma série de propostas de reestimativa de receitas que teriam dado sustentabilidade ao maior aumento do salário mínimo e à própria compensação das perdas com a correção da tabela do Imposto de Renda, tal qual comentei na minha intervenção anterior.

Por essas razões, votamos contrariamente.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pois não.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, profundas, elásticas e espraiadas discussões nortearam, durante todo o ano, os trabalhos da Comissão de Orçamento.

É verdade que são os contrários que movem as discussões. As oposições cumpriram seu papel constitucional e democrático. Com certeza, as razões e o aperfeiçoamento das discussões estão justamente no cerne da questão que o Parlamento procura de todas as formas ampliar. A palavra Parlamento já tem signi-

ficado na mais ampla acepção da palavra. Por esse motivo, acredito que os Congressistas que aqui estão deveriam estender esta discussão.

Antes de orientar a bancada, consulto V.Exa., Sr. Presidente, se é possível irmos daqui diretamente para o plenário, uma vez que já são quase 8h, para que o povo brasileiro tenha a oportunidade de apreciar tão salutar debate, onde especialistas de todas as áreas se manifestam com sábias palavras. Lamento profundamente que a maioria do povo brasileiro esteja dormindo. *(Risos.)* Se caminhássemos para o plenário da Câmara dos Deputados a partir das 8h, dando prosseguimento à luta e à discussão ao vivo pela **TV Câmara**, **TV Senado** e pelas duas rádios do Congresso Nacional, com certeza iríamos dar grande colaboração ao País.

Sr. Presidente, já que a maioria dos colegas e a Oposição estão torcendo pelo encerramento desta discussão e sendo eu voto vencido, oriento o PMDB a votar pela aprovação imediata do relatório. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Se o povo soubesse o que está acontecendo aqui não estaria dormindo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para orientação de bancada, tem a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, fizemos grande esforço em busca de mais receita e a encontramos, mas também encontramos alguns absurdos.

Gostaria de citar aos companheiros, por exemplo, que o recurso que vai para os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Deputado Sampaio Dória, atinge o valor de 2 bilhões e meio de reais. Só de subsídio, vão 1 bilhão 250 milhões de reais. Ou seja, 2 bilhões de reais para aplicação e 1 bilhão 250 milhões de reais de subsídio. O Governo utiliza-se de um artifício para sacar dinheiro do Orçamento, de receita primária, para cobrir despesa financeira que não existe.

Por isso, por outras questões e porque nos debruçamos sobre a matéria, estudando-a todos esses dias, fruto até de acordo com a bancada da base do Governo, com o objetivo de financiarmos o aumento do salário mínimo, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Luciano Castro, há orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E ele é meu amigo. Se fosse inimigo, eu estava perdido.

A verdade é que, com esse esforço, conseguimos achar mais 3 bilhões de reais que poderiam financiar mais 20 reais para o salário mínimo. Como não tem havido nenhuma consideração por parte da base do Governo, sentimo-nos na obrigação de votar contra uma avaliação que não pôde levar a efeito, por exemplo, o cancelamento de 1 bilhão e 400 milhões de reais sobre as contribuições de aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Giovanni Queiroz orienta sua bancada a votar contra.

Quem está comandando a Mesa, por enquanto, ainda sou eu, nobre Senador Romero Jucá. Depois passarei a Presidência a V.Exa.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório de avaliação, reavaliação e retificação das receitas orçamentárias para o exercício de 2002 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos nobres Deputados Sérgio Miranda, Fernando Coruja, Giovanni Queiroz, Pedro Celso, Virgílio Guimarães, Gilmar e o nosso companheiro Jorge Bittar.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do nobre Senador Tião Viana.

Em obediência ao art. 28 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, em votação as emendas apresentadas à Receita Federal, ressalvados os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

(Não identificado) – Sr. Presidente, o relatório foi distribuído há 72 horas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – O relatório foi distribuído desde segunda-feira. A Resolução nº 28 foi citada anteriormente por V.Exa. Portanto, V.Exa. a conhece muito bem. As emendas constam do relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, a pergunta que faço é a seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É questão de ordem?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É questão de ordem. Diz respeito às receitas. O nobre Relator aumentou as receitas através deste panfleto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Nobre Deputado, primeiro não é um panfleto. Considero panfleto outras coisas.

(Não identificado) – Outra vez, Coruja! Coruja, você é da noite, mas nós, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Estou respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sr. Presidente, não vamos admitir que isso aconteça. Esta é uma Comissão séria.

(Não identificado) – Isso é provocação pura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pediria ao nobre Deputado Fernando Coruja que retirasse a expressão, porque fere o Regimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Retiro o termo "panfleto".

(Não identificado) – Isso é deboche.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Então, retira o termo "panfleto".

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Retiro o termo "panfleto". Mas queria saber se isto é uma emenda, porque estamos falando das emendas de receitas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – À Receita Federal, nobre Deputado.

(Não identificado) - Mudou, nobre Deputado Coruja.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Apresentadas à Receita Federal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É isso que estou falando.

(Não identificado) – A coruja devia estar acordada à noite. Parece que está dormindo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Essa emenda será apresentada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas o relatório incrementou-a em 14 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – São emendas de Deputados apresentadas à Receita Federal, nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas é isso que estamos votando, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – V.Exa. é uma das mais brilhantes figuras desta Comissão e sabe muito bem disso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Tudo bem. Então, quais são as emendas? Onde estão as emendas?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – As emendas estão no relatório, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não estão aqui, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nobre Deputado, o relatório foi apresentado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Deputado Ricardo Barros, se V.Exa. encontrar uma emenda explícita da Receita Federal aqui, voto a favor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Quem leu, sabe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Por favor, encontre. Se V.Exa. disse que está aqui, por favor, mostre-me.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Nobre Deputado Fernando Coruja, o relatório foi entregue na segunda-feira ao meio-dia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Tudo bem. Mas é preciso saber quais são as emendas?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – É preciso que V.Exa. tenha lido, pois está sempre tão atento a tudo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – As emendas à Receita são de Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – E daí? Qual o problema?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Têm de ser somadas a estas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Esta aqui é uma emenda?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Seiscentos e setenta e oito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O que está escrito é o que está no relatório, Deputado Sérgio Miranda. Vamos parar com isso, Deputado Sérgio Miranda. É o que está no relatório.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Estou admirado da capacidade que o nobre Deputado tem de debater há horas um relatório. E, a cada momento, alega que não leu. "Onde, onde? Não li."

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Se não leu, não fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência vai colocar em votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Deputado Ricardo Barros, recebemos uma folha, onde a receita aumentou 500 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Fernando Coruja, nobre Deputado Luciano Castro, solicito a V.Exas. que não perturbem os trabalhos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Apelo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Quinhentos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Vamos conduzir os trabalhos até o final. Eu apelo a V.Exa. Quando fez o seu relatório, foi respeitado por todos. Quando fala um outro Deputado, vamos respeitar. Esta Casa deve ter um mínimo de comportamento.

Nobre Deputado Fernando Coruja, as emendas à Receita aprovadas total ou parcialmente estão na página 165. Esta Presidência vai colocar em votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Quais sãos as emendas, Sr. Presidente? V.Exa. tem de dizer quais são as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estão no relatório, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Está escrito. Não sabe ler?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas é que vamos votar sem sabermos o número das emendas?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Isso é que é desrespeito. Isso é o mínimo no Parlamento, é o mínimo!

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É de tirar a paciência. O que é isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas é claro que tem de dizer quais são as emendas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Está escrito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Como é que V.Exa. vai fazer a ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Fernando Coruja, estamos dando a V.Exa. todo o respeito possível. V.Exa. está usando artifícios para protelar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Eu não estou usando artifícios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Eu não vou permitir mais.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, eu não estou usando artifícios. Sei o que o Deputado quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. não está mais com a palavra. A Presidência está colocando em votação. É decisão da Presidência.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas em votação o quê? Que emenda?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estão aqui as emendas, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas V.Exa. tem de dizer o número, para saber qual estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Todas as emendas estão na página 166.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sim, mas dizendo o número.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Tem de dizer o número, tem de constar na ata. Quais são as emendas e o número de cada uma? É o mínimo que V.Exa. pode fazer.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ele não sabe ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, eu não vou ler, porque está dito aqui: "...ressalvados os destaques." Algumas delas têm destaques, então não vou ler o número, nobre Deputado. V.Exa. tem uma experiência muito grande nesta Comissão.

Em votação os três itens.

Em votação na Câmara dos Deputados as emendas apresentadas à Receita Federal, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Para orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há orientação de bancada nesse caso.

V.Exa. não é Parlamentar. Se V.Exa. não se comportar, eu o ponho para fora da Comissão. V.Exa. está abusando, desde o início dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E também não é V.Exa., não. É V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. perturba por todo o plenário. Senta-se aqui e opina em tudo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E não é V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa., se for o caso — e não é V.Exa. — será colocado para fora da Comissão.

Em votação as emendas apresentadas que propõem o cancelamento parcial ou total de dotações, ressalvados os destaques.

Terceiro item: em votação na Câmara dos Deputados as emendas apresentadas que se destinam a alterar o texto do projeto de lei, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados com os votos contrários dos nobres Deputados Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz, João Caldas, Fernando Coruja, Pedro Celso, Virgílio Guimarães, Gilmar Machado, João Coser e Jorge Bittar.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do nobre Senador Tião Viana.

Passaremos à votação nominal do relatório final e da errata, que já foi apresentada e lida pelo nobre Relator, ressalvado o constante do Quadro 7º, que se refere a obras com indícios de irregularidades, e os destaques apresentados.

Em votação nominal.

Convido o nobre Senador Romero Jucá para fazer a chamada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. tem a palavra para um questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Por que foi ressalvado o quadro das obras irregulares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Porque a resolução determina, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Qual é o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Todas as obras encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União... Isso já aconteceu no ano passado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Mas elas não estarão incluídas? Estão ressalvadas?

(Não identificado) – Não, serão votadas em separado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vamos voltar a discutir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, o art. 13 esclarece.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, só um minuto. Deixe-me procurar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – "Os relatores do projeto de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais deverão indicar em seus relatórios para votação em separado cada subtítulo que contenha contrato, convênio, parcela ou subtrecho em que forem identificados indícios de irregularidades graves, informadas pelo Tribunal de Contas da União ".

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Então, haverá votação em separado para cada subtítulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Isso será feito posteriormente, junto com os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Aí, teremos a oportunidade de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Cada um terá oportunidade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - ... uma boa obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato, segundo recomenda a própria resolução.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador Romero Jucá, proceda à chamada para a votação nominal.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A favor do relatório. "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Basílio Vilani. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Elenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ELENILDO RIBEIRO – Com o Relator. "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Nárcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Lídia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Barros. *(Pausa.)*

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Divaldo Suruagy. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Darci Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*
Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*
Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*
Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*
Deputado Sérgio Barcellos. *(Pausa.)*
Deputado Ursicino Queiroz.

O SR. DEPUTADO URSICINO QUEIROZ – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – PMDB.
Deputado Antonio do Valle. *(Pausa.)*
Deputado João Matos. *(Pausa.)*
Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Priante. *(Pausa.)*
Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*
Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*
Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*
Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*
Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*
Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*
Deputado João Henrique. *(Pausa.)*
Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*
Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*
Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*
Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*
Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - O PT vota "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – A favor do Relator, mas contra o relatório. "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Com o Deputado Gilmar Machado. "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Grandão. *(Pausa.)*
Deputado João Magno. *(Pausa.)*
Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Celso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CELSO - "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Carlito Merss. *(Pausa.)*
Deputado João Paulo. *(Pausa.)*
Deputado José Pimentel. *(Pausa.)*
Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)*
Deputado Paulo Paim. *(Pausa.)*
Deputado Professor Luizinho. *(Pausa.)*
Deputada Telma de Souza. *(Pausa.)*
PPB.
Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Leão. *(Pausa.)*
Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*
Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Hugo Biehl. *(Pausa.)*

Deputado Odelmo Leão. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Henry. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – "Sim".

Bloco Parlamentar PDT/PPS.

Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Com o Relator e contra o relatório. "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

Deputado Alexandre Cardoso. *(Pausa.)*

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Agnelo Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputada Tânia Soares. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar PL/PSL.

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Juquinha.

O SR. DEPUTADO JUQUINHA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – PV.

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha.

Algum Deputado deixou de ser chamado?

(*Apuração dos votos*.)

Anuncio o resultado da votação: 40 votos "sim"; 10 votos "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado na Câmara. (*Palmas*.)

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado no Senado da República.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - Sr. Presidente, contra o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero comunicar aos Srs. Parlamentares que foram recebidos 2.331 destaques, que serão encaminhados ao Relator-Geral para serem processados.

Esta Presidência vai suspender a reunião até as 14h.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, não cabe a suspensão.

Sr. Presidente, esse procedimento está previsto em que artigo do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O destaque cujo autor estiver ausente será prejudicado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma 0questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A suspensão será feita para organização dos destaques.

(Não identificado) – Não tem amparo no Regimento.

(Não identificado) – Suspensão para ordenação dos destaques e sua posterior votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ocorre que a votação não se encerrou. Tem a proteção do art. 303 do Regimento Interno. O Relator precisa de tempo hábil para fazer esse levantamento.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Então S.Exa. tem de apresentar o destaque aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Às 14h, S.Exa. vai apresentar aqui o relatório, e será votado nominalmente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não. Está em processo de votação. Tem de suspender. É suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a 4ª Reunião Extraordinária da

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tendo em vista que o Relator-Geral não concluiu seus trabalhos, vou suspender a sessão até as 17h do dia de hoje, a fim de debatermos os destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Só para entender: vamos ter pelo menos meia hora para dar uma olhada? Caso contrário, será impossível iniciar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos até a madrugada, debatendo cada um dos destaques. Pode ficar tranqüilo, pois serão debatidos democraticamente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Também é preciso ler; sem ler é difícil começar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator-Geral solicitou duas horas; estou concedendo uma hora a mais exatamente para que todos possam ler.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Se entregar às 4h, tudo bem. Podemos vir aqui buscar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Deputado, todos terão acesso aos destaques.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reaberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como o Relator está ultimando o relatório sobre os destaques, vamos suspender a reunião para reiniciá-la às 19h.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, estamos aqui desde as 14h, como marcado por V.Exa. ontem. A reunião foi adiada para as 17h e agora para as 19h. Às 19h será feita uma leitura apressada, e a votação se dará rapidamente; depois, vão dizer que nós, da Oposição, estamos obstruindo.

Queríamos deixar registrado o atraso, porque é o Governo que está atrasando o processo, e não nós. Depois, quando chegar o momento, queremos ter tempo para ler o relatório; caso contrário, como poderemos começar a votar?

O Relator teve tempo. V.Exa. marcou para as 14h, e agora para as 19h, e nós estamos aqui esperando. É um desgaste, e depois vamos ter de ficar aqui até de madrugada novamente.

Queríamos que fosse respeitado nosso direito de ter tempo, como estamos tendo paciência de aguardar o nobre Relator e a assessoria terminarem o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, também estamos aguardando desde o momento em que acordamos, que foi um pouquinho posterior ao momento em que paramos.

Parece-me que o problema não é de Governo. Gostaria que V.Exa. explicasse o motivo do atraso porque, de vez em quando, o Deputado Gilmar Machado faz confusão entre Governo e Estado. Não me parece ser um problema de Governo, mas de Estado, da máquina estatal.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sim, por isso estou pedindo que tenham com a Oposição a paciência que estamos tendo com o Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Orçamento é um típico problema de Governo.

(Não identificado) – Pensei que Orçamento fosse problema do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero dizer o seguinte: o relatório tem 350 páginas; são dois mil, trezentos e poucos destaques; vamos ter de fazer pelo menos cinqüenta cópias. É esse o procedimento que está retardando um pouco o processo; a Mesa tem de suspender a reunião até que tudo esteja resolvido.

O Deputado Gilmar Machado pode ficar tranqüilo porque a Mesa vai garantir todo o tempo necessário para que todos os Parlamentares façam a análise mais acurada possível de todos os destaques.

Não Identificado – O problema é dessas multinacionais, a Xerox.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador Leomar Quintanilha tem a palavra pela ordem.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – V.Exa. praticamente já esclareceu o ponto que eu pretendia levantar. Também não entendo tratar-se de ação de governo que esteja procrastinando o trabalho

desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na verdade, todos ficamos aqui até as 5h, discutindo e analisando um relatório complexo e extremamente volumoso, com mais de dois mil destaques. Há de se compreender que a preparação necessária para que esses destaques sejam discutidos leve certo tempo.

V.Exa. esclareceu em boa hora e estamos aqui aguardando, prontos para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está suspensa a reunião, que será reiniciada às 19h de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Dando continuidade ao processo de votação do Relatório Final, informo que passaremos à votação da matéria constante do Quadro VII (página 71 do Volume I), conforme o estabelecido no *art. 13 da Resolução nº 01, de 2001*.

Trata-se das obras apontadas pelo Tribunal de Contas da União, com indícios de irregularidades graves. O Relator-Geral, apoiado pelo Relatório do Comitê de Avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União, acatou os critérios do Tribunal que definem indícios de irregularidades graves e decidiu incluir quadro anexo à lei orçamentária contendo a relação das obras, bem como os contratos, convênios, subtrechos e parcelas, sugerindo que seja suspensa a execução dos mesmos até o saneamento das irregularidades.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, não recebi nenhum avulso. Estamos aguardando a distribuição do relatório para que possamos discuti-lo, porque o avulso anterior está superado.

Não vejo base regimental para o reinício atropelado da reunião. Estamos esperando pacientemente, sem criar problemas. Não sei se o atraso se deve ao Relator ou à gráfica. De qualquer maneira, não vejo sentido em recomeçarmos sem o recebimento dos avulsos completos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, evoluímos no entendimento com todos os partidos que compõem a Comissão.

Terminamos, agora, uma reunião profícua, que definiu a votação de 32 créditos suplementares, após o término da votação do Relatório-Geral do Orçamento de 2002.

Recebemos pedido do Líder Walter Pinheiro e do Deputado Giovanni Queiroz, em nome do Líder Miro Teixeira, no sentido de que, após a chegada do extenso relatório do Deputado Sampaio Dória, tenhamos tempo para analisá-lo e, depois, façamos a discussão do documento como um todo.

A convocação do Congresso Nacional foi prorrogada até o dia 23, por ato dos Presidentes do Senado e da Câmara. Vamos aguardar um pouco mais, porque temos tempo para votar.

Portanto, faço um apelo ao Presidente da Comissão para que atenda ao pedido dos Líderes de se retomarem os trabalhos apenas quando o relatório já estiver distribuído, dando tempo para que ele seja apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero explicar ao Plenário que o quadro das obras irregulares foi publicado há muito tempo e terá de ser debatido hoje à noite.

Não há por que adiar sua votação. Podemos ganhar tempo, enquanto se apronta o outro relatório. Do contrário, teremos de debater o assunto depois. O Plenário ficará paralisado por duas horas, sendo que já pode votar matéria do conhecimento de todos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, o PFL tem a mesma posição dos Deputados Virgílio Guimarães e Giovanni Queiroz: queremos discutir em conjunto.

Se S.Exas. concordassem, faríamos a discussão como V.Exa. propõe. Já que eles se opõem, não faremos votação nenhuma sem cumprir a exigência feita pela Oposição, até porque fizemos acordo em torno dos créditos.

É essa a posição do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas os créditos não estão incluídos nesta parte.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, sabemos que os acordos nesta Casa têm força de lei.

Estamos suspendendo uma reunião atrás da outra, sob o argumento de que estamos em processo de votação do Orçamento Geral da União. A partir do momento em que colocarmos os créditos em votação, quebraremos a regra e nos sentiremos também no direito de pedir o encerramento da sessão.

Falo de boa-fé. A lógica é fazer o debate sobre as obras irregulares e, em seguida, a votação dos respectivos destaques; posteriormente, no final da sessão, votaremos os créditos acordados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o que estou propondo, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Eu sei, Sr. Presidente.

Estou me dirigindo a todos os colegas. Já que o acordo foi feito às pressas, a norma tem de ser essa. Estou dando minha opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Que também é a minha.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Do contrário, vamos quebrar a regra. Se o fizermos, o Deputado Miro Teixeira, que inclusive concorda em votar os créditos, ou o Deputado Walter Pinheiro poderá pedir o encerramento da reunião — V.Exa., assim como a base do Governo, sabe que isso pode acontecer.

Podemos concordar em voltar à discussão do Orçamento e V.Exa. terá os poderes para suspender a reunião, sem encerrá-la. Não sou Líder do Governo, mas tenho responsabilidade suficiente para fazer essa proposta. Podemos fazer o que quisermos no acordo, mas o correto seria fazer o debate das obras irregulares e, posteriormente, dos destaques do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É isso que estou propondo, Deputado João Coser.

Não estou sugerindo que se votem agora os créditos. É nosso dever apreciar as obras irregulares publicadas no relatório.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, foi V.Exa. quem proporcionou o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a ajuda de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Por isso, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. por ter ressaltado, junto aos diversos partidos representados na Comissão, a existência de créditos que atendiam a salários, remédios, estudantes pobres, índios, Forças Armadas, Bolsa-Escola, Poder Judiciário, Defensoria Pública e outros.

Nós, da Oposição, entendemos que a matéria poderia ser votada extrapauta, sem que isso significasse o encerramento de uma reunião e a abertura de outra.

Não é fato inédito. No plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 9 está sendo votado há aproximadamente um ano. Ele tem prazos e preferência; o processo de votação não poderia ser interrompido, mas o foi, porque todos os Srs. Deputados concordaram nesse sentido.

Podemos chegar a um acordo. Antes de pedir a palavra para cumprimentar V.Exa. pela iniciativa de propor a negociação, tive a cautela de conversar com os companheiros da Oposição. Todos concordaram em que essa votação não significaria o encerramento da reunião e a abertura de outra.

Meu objetivo, ao usar a palavra, é apenas recuperar os termos acordados com base na proposta de V.Exa. Quem dita a ordem dos trabalhos é o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou propondo o mesmo que o Deputado João Coser.

O racional é adiantar a discussão do quadro publicado nas obras irregulares, enquanto aguardamos a chegada do outro relatório. Só vamos discutir PLs no final.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, é louvável a iniciativa de V.Exa. de colocar em discussão o relatório do TCU sobre as obras inacabadas.

Creio que devemos também debater a criação de uma Subcomissão ou comitê, como instrumento eficaz de acompanhamento da execução dessas obras.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, quero acrescentar que há diversas tendências para a votação dos projetos de crédito suplementar. Alguns defendem que ela seja feita daqui a pouco; outros, no final dos trabalhos.

Já que V.Exa. é o autor do acordo e, por conseqüência, seu avalista, peço seu compromisso de que nenhum outro projeto será incluído na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A pauta é a do acordo, Deputado. Não será acrescentado nenhum projeto.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Não há hipótese de que isso ocorra?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, o acordo foi importante para o andamento dos trabalhos, principalmente da votação dos PLs que tratam de créditos suplementares de tamanha relevância e urgência.

Concordamos com a discussão do relatório de tema tão preocupante quanto as obras irregulares. Esta Comissão tem de tomar providências em relação ao assunto, por ofício e dever, já que ela é de Planos, Fiscalização e Controle.

O Tribunal de Contas tomou uma posição. A União gastou para realizar a fiscalização, mas um ponto-e-vírgula resolve politicamente a questão, deixando de lado o aspecto técnico. Vamos ter oportunidade de entrar nesse mérito.

Apoiamos a proposta do Sr. Presidente, corroborada pelo Deputado João Coser.

Essa é a posição do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, solicito uma informação: quanto tempo o relatório dos destaques levará para chegar à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Cerca de duas horas, pois são cinqüenta exemplares.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Então, temos um problema de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou propondo ganhar tempo, discutindo as obras irregulares.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Há um problema, Sr. Presidente: o Relator pode acatar destaques que envolvam essas obras, alocando recursos que não existem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques serão examinados e, se necessário, rejeitados pela Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Uma coisa tem relação com a outra. Caso contrário, não teria sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques não poderão incidir mais, depois de votados.

(Não identificado) - Os destaques foram apresentados, mas temos de saber quais foram aprovados.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Sr. Presidente, apóio a iniciativa de V.Exa., lembrando ao Plenário que o Comitê de Emendas e o Relator não optaram, até por falta de tempo, pelo relatório sintético.

Está-se imprimindo o relatório amplo, composto de dois cadernos de setecentas páginas. Certamente, isso demandará mais de duas horas, para que a gráfica do Senado nos remeta o documento. Depois, precisaremos de tempo para análise e discussão dos destaques propriamente ditos.

Faço um alerta ao Plenário de que é uma questão de racionalidade preenchermos esse espaço com a discussão sugerida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, a única dúvida que tenho é quanto aos destaques, pois não conheço todos os apresentados.

Se algum Parlamentar os apresentou em relação a essas obras, vamos votar o relatório ressalvados os destaques, porque não podemos prejudicá-los.

Votei o relatório, ontem, ressalvando os destaques. Agora, não posso ignorá-los. Os que constarem nele terão preferência sobre os votados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, votou-se ontem e se votará hoje com ressalva dos destaques.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, a proposta de V.Exa. é coerente.

Estamos aguardando o reinício dos trabalhos há muito tempo e sabemos das dificuldades de preparação do material, para que o Orçamento seja discutido pelos Srs. Parlamentares.

Portanto, tem sentido a proposta de V.Exa. de submeter à apreciação da Comissão obras com irregularidades graves. Num Orçamento restrito, em que há escassez de recursos para a construção da moradia popular e o atendimento das demandas de educa-

ção e saúde, não faz sentido aportar recursos para essas obras.

Portanto, concordo com a sugestão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou sentindo que há concordância do Plenário.

Indago ao Líder Virgílio Guimarães se apóia o encaminhamento da Mesa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não há concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, suspenderei a reunião por duas horas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que a suspenda por um tempo menor.

Enquanto isso, discutiremos os diferentes entendimentos sobre como devemos proceder.

(Não identificado) – Por meia hora, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, a sugestão do Deputado João Coser é a mais lógica.

Podemos suspender os trabalhos por um prazo de 20 a 30 minutos, para resolver se vamos discutir as obras irregulares. Se não fizermos acordo, aumentaremos o prazo; se o fizermos, daremos início à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou suspender a reunião até a meia-noite.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está reiniciada a 4ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vamos dar continuidade à discussão do relatório do Comitê de Avaliação de informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União.

Antes, comunico que foram retirados os Destaques nºs 2.215, do Deputado Helenildo Ribeiro, e 1.421 e 1.422, do Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Vou retirar os destaques, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – São todos os destaques que existem sobre o assunto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os autores dos outros dois estão ausentes.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Se não chegarem até lá, estarão prejudicados, automaticamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator-Geral está ausente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, gostaria de retirar três destaques da minha autoria, dois dos quais feitos por equívoco. Do 123, já vou começar a fazer concessão, vou retirar três: nºs 2.146, 2.147 e 2.125. Já comecei com boa vontade, retirando três destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os relatórios já estão na Mesa.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Tenho uma proposta que não está articulada sequer com meus companheiros de oposição.

No começo da reunião, V.Exa. fez um apelo candente para votarmos alguns créditos. Esta reunião vai avançar pela manhã. Tendo sido distribuídos agora os relatórios e havendo consenso entre os créditos, faço um apelo aos meus colegas de oposição para que aceitem começar votando os créditos, com o compromisso de que não haverá necessidade de reabertura de livro, encerramento de reunião. Não existe má-fé nessa proposta, apenas, enquanto temos condições de ler o relatório, que não fiquemos parados e já adiantemos aquilo que é consenso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agora vamos discutir esse relatório das obras irregulares, aprová-lo ou rejeitá-lo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Mas o Relator não está aqui.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, foi levantada uma questão de ordem mais cedo pelo Deputado Gilmar Machado, no sentido de que, uma vez recebido o relatório, houvesse um tempo para estudo. Veja V.Exa. que temos um volume grande.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar o relatório das obras irregulares. Em seguida os PLs, enquanto se lê isso.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Está bom. Não sei.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, gostaria de tempo para ler os relatórios.

Não abro mão do tempo mínimo de vinte minutos para vermos as matérias. Penso que se V.Exa. quiser levar para frente, está bem — faz-se uma extrapauta, votam-se os créditos conforme sugeriu o Deputado Miro Teixeira, meu Líder, de quem não posso nem discordar, mas penso que a proposta está correta, não é só por ser meu Líder, mas quero tempo para olhar nos relatórios. Se V.Exa. quiser ganhar tempo, penso que é legítimo.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, em nome do PPS, só quero dizer que o encaminhamento do Deputado Miro Teixeira foi dentro da mesma concepção de quando começamos o acordo. Penso que se ganharia tempo. O encaminhamento do Deputado Miro Teixeira é o princípio do acordo, que foi esse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, vamos votar os créditos. Depois discutiremos o relatório das obras irregulares.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, só chegou meia dúzia de relatórios. Portanto, não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então vamos votar os PLs. A Mesa aceita a proposta.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – É uma votação extrapauta, na mesma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Estou aguardando a Assessoria para saber dos projetos, para colocá-los em votação.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Vamos terminar essa lista, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Gostaria de também secundar a manifestação do Deputado Miro Teixeira a respeito da votação em globo dos PLs, já que há consenso. Não há razão para voltarmos a discuti-los, vamos ganhar tempo votando-os todos de uma só vez.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, sua intenção é iniciar a votação agora de uma extrapauta de créditos...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, quero fazer um aditamento que faltou, porque pode parecer que a Oposição quer manobrar os trabalhos. É com o compromisso de não haver pedido de verificação na Câmara e no Senado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, apenas quero pedir a V.Exa., sem a intenção de estabelecer nenhuma discussão, que ouça todos os Líderes partidários sobre essa questão e que estabeleça o procedimento, porque são trinta e dois os créditos constantes do acordo, o que, evidentemente, tomará algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Na relação do Deputado Miro Teixeira há apenas trinta e um créditos. V.Exa. disse trinta e dois.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Foi acordado o Crédito nº 89. Já está na relação? Faço uma consulta aos Srs. Líderes se o Crédito nº 89 já foi acordado. Gostaria que fosse votado, porque fui informado pelos Srs. Líderes sobre o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. pode fazer a leitura dos créditos um por um, para que não haja dúvida.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, estou solicitando a V.Exa. que ouça todos os Líderes partidários sobre este acordo proposto pelo Deputado Miro Teixeira: de abrirmos o extrapauta, votarmos esses créditos, sem verificação na Câmara nem no Senado, sem prejuízo da continuidade da votação do Orçamento. Estou solicitando a V.Exa. que consulte todos os Líderes partidários sobre isso, porque na reunião do acordo decidiu-se que esses créditos seriam votados apenas ao final da pauta. Gostaria de ouvir a manifestação dos Líderes agora, porque não tive oportunidade de consultá-los.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, o PDT confirma que é da forma anunciada, sem verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou ler o número dos PLs e pedir a posição de cada um sobre a votação em globo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero falar pelo PT, que tem uma posição um pouco diferente. O PT concorda, desde que os créditos sejam votados um a um. Não haverá verificação por parte do PT na Câmara nem no Senado. Está aqui o Senador Tião Viana, que assegura que no Senado não haverá pedido de verificação. Mas não houve concordância da bancada quanto à votação em globo. Não temos pretensão nenhuma de obstruir a votação dessas matérias, mas não queremos inaugurar esse critério agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Então votaremos os projetos individualmente, já que não há acordo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, sem encaminhamento e sem discussão, senão parecerá obstrução.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, insisto em que V.Exa. ouça todos os Líderes sobre o acordo ou que V.Exa. pergunte se alguém no plenário discorda do procedimento. Gostaria que ficasse claro o consentimento de todos os Líderes.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tem razão o Líder Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou ler os nºs dos PLs: 40, 63...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, V.Exa. não consultou os Líderes sobre a concordância. Insisto em que V.Exa. tome esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou consultar depois. V.Exa. quer comandar a Mesa, Deputado? Tenha paciência. Vou ler o número do PLs e, em seguida, vou fazer a consulta.

PLs nºs 40, 63, 74, 103, 91, 85, 51, 87, 68, 72, 78, 94...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Um momento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Devagar, Sr. Presidente, depois do PL nº 72...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Depois do PL nº 72 vêm os de nºs 78, 94, 61...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, vamos devagar, porque temos uma ordem em que os créditos foram lidos lá e eu não consegui acompanhar essa ordem. V.Exa. começou no 40 e seguiu pelo 63, 74, 103, 91, 85, 51...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Eu lastimo, nobre Deputado, mas a relação que a Mesa tem é essa, só posso ler assim.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Até aí está certo? Vamos lá. O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Cinqüenta e um, 87, 68, 72, 78, 94, 61, 64, 83, 115, 117, 80, 48, 69, 100, 71, 75, 46, 95, 101, 105, 110, 114...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu não vou poder concordar porque não estou conseguindo acompanhar a ordem. Trata-se de uma deficiência minha, mas não estou conseguindo acompanhar.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, as relações não têm a mesma seqüência, o que dificulta o acompanhamento da leitura dos números. É preciso ler mais devagar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Leia mais devagar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Presidente, eu proponho uma inversão. Que um dos Parlamentares que tenha uma relação na ordem que foi acordada lá dentro leia e a Secretaria vai ticando para ver se coincide.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, a primeira folha começou por créditos adicionais cancelados. Depois nós passamos a créditos adicionais. Começa com o nº 40. Aí fica mais fácil, caso V.Exa. leia pausadamente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A ordem que o Deputado Ricardo Barros passou para a Mesa foi esta. Vamos ler devagar. Bem devagar.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, a maior parte dos Parlamentares não tem os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não são destaques, são PLs.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Exato. A maior parte não têm a relação. Eu mesmo não a tenho, porque não foi distribuída aos Parlamentares. Portanto, não podemos acompanhar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Aqui atrás estão os pareceres disponíveis de cada PL, caso V.Exa. se interesse. É só anotar.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, a título de contribuição, estou com a lista aqui na ordem que os Parlamentares têm. Caso V.Exa. me permita, posso proceder à leitura, e a Secretária poderá conferir se realmente é a mesma que V.Exa. tem em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tudo bem, Deputado faça a leitura, mas devagar.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Está certo. Na primeira folha, PLs nºs 40, 63, 74, 103, 91, 85, 87, 68...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Saiu da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Um minuto aí.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Saiu da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Oitenta e cinco, 51.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - cinqüenta e um, faltou. 85...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vem 51 em seguida.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Cinqüenta e um. Seguindo, então, 68...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Oitenta e sete, aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Esse 87 entrou posteriormente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, apenas uma colaboração da Liderança do PDT: 51, 87, 68, 72, 78, 94, 61, 64, 83...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Devagar.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Dê uma paradinha para o pessoal respirar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Vou repetir os três últimos: 61, 64, 83. Continuando: 115, 117, 80...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Isso.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...48, 69, 100, 71, 75, 46, 95, 101, 105, 110, 114, 116 e 122, totalizando trinta e um projetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Mais o de nº 89, que foi citado pelo Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O PL nº 89 não consta da lista, e ele poderia dar um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O PL nº 89 é aquele do Ministério do Trabalho. O Deputado Odelmo Leão foi quem fez a solicitação.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim, é sobre o pagamento de salário-família, entre outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Certo, PL nº 89. Vamos submeter os projetos à votação um de cada vez.

Primeiro, o PL nº 40. Esse já foi votado na Câmara, faltando ser votado no Senado, onde caiu a reunião em razão de pedido de verificação.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa).*

Aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei 40/01, "que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de 1 milhão, 786 mil, 495 reais, para reforço da dotação consignada no vigente Orçamento".

O Relator é o Deputado José Carlos Elias.

Projeto de Lei nº 63/01, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de 44 milhões, 872 mil, 297 reais, para reforço das dotações constantes do Orçamento vigente.

Relator: Deputado Alberto Goldman.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, o acordo dispensa a concessão da palavra. Os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Foram apresentadas quarenta e duas emendas ao projeto.

O voto do Relator é favorável, nos termos da proposta do projeto.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, concordo. Há encaminhamento de Liderança, que costumamos seguir rigorosamente. Mas quando há substitutivo pensamos que deve haver um esclarecimento por parte do Relator. Neste caso, não, porque não há substitutivo, está em votação a proposta original. Quando houver substitutivo, que o Relator possa dizer por que acolheu a emenda, de onde tirou, no mínimo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*).

Aprovado no Senado Federal.

PL nº 74/01, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de 356 milhões, 964 mil 650 reais, para reforço das dotações consignadas no Orçamento vigente.

Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima.

Foram apresentadas 59 emendas ao projeto.

O Parecer é favorável, nos termos da proposta do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.).

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.).

Aprovado.

Projeto de Lei nº 103/01, que abre ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Previdência e Assistência Social, crédito especial no valor de 390 mil reais, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Nelson Meurer.

Ao projeto foram apresentadas três emendas. O parecer é favorável ao projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o parecer é favorável com ou sem emendas? O Relator acatou emendas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Favorável nos termos propostos para o projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nos termos propostos, sem emenda?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Sem emenda.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*).

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*).

Aprovado.

Projeto de Lei nº 91/01, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 10 milhões de reais, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Airton Dipp.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Voto favorável.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, creio que neste caso são 10 milhões de reais e não 10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu li 10 milhões.

O parecer é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram (*Pausa.*).

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Sr. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa*).

Aprovado.

Projeto de Lei nº 85/01, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor 30 milhões, 78 mil e 981 reais, para reforço das dotações constantes no Orçamento vigente.

O Deputado João Caldas é o Relator. Ao projeto foram apresentadas sessenta e duas emendas.

O parecer é favorável ao projeto, nos termos em que foi proposto.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, esse projeto é do Ministério do nosso colega Deputado Carlos Melles. Como colega Deputado, inclusive Relator de Orçamento, está levando 30 milhões no final do ano. E tem atendido muito mal aos Deputados e Senadores. Esta reclamação é generalizada.

Estamos fazendo concessões a pessoas que no Executivo desrespeitam o Congresso Nacional e não atendem aos Parlamentares.

Votarei favoravelmente, mas deixo registrada minha posição sobre esse tipo de comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado.

Em votação no Senador Federal.

Os Sr. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado.

Projeto de Lei nº 51/01, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de 21 milhões, 626 mil e 167 reais, para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente.

O Relator é o Deputado Jorge Bittar.

Não foram apresentadas emendas.

O parecer é favorável ao projeto, nos termos em que foi proposto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Sr. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado.

Projeto nº 87/01, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de 345 milhões, 8 mil e 740 reais, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Relator é o Deputado João Pizzolatti.

Foram apresentadas duas emendas ao projeto.

O Voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, encaminhamos o voto contra. Esse dinheiro é para pagamento da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado, contra o voto do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - E do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Da bancada do PDT.

E do PPS.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa*).

Aprovado, contra o voto do Senador Tião Viana e do Senador e futuro Governador do Pará Ademir Andrade.

Projeto de Lei nº 68, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de 81 mil e 753 reais, para reforço das dotações constantes no Orçamento vigente.

Relator: Deputado João Matos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham (*Pausa.*).

Aprovado.

Projeto de Lei nº 72, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica, crédito especial no valor de 4 milhões, 547 mil e 578 reais.

Relator: Deputado Neuton Lima.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O parecer é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Aqui há um substitutivo, Deputado João Coser. Há necessidade de explicitá-lo?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, um substitutivo pressupõe que o Relator acolheu emendas. Se acolheu, mexeu no projeto, fez cortes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Proponho a retirada de pauta desse projeto. Não estou disposto a votá-lo. Quero examinar o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É um projeto pequeno, trata da Justiça Eleitoral.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Podemos votá-lo na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tenho uma explicação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Podemos até votá-lo no final, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Vamos deixá-lo para o fim, Sr. Presidente, vamos votando os outros enquanto o Deputado José Carlos Aleluia vai pensando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - A SOF mandou ofício para corrigir erro material, por isso que o Relator fez o substitutivo, a pedido da SOF.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, vamos seguir a seqüência, deixe esse projeto para o final, enquanto o Deputado reflete um pouco mais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, gostaria de vê-lo votado no final, mandarei um assessor pegar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos deixar para votá-lo no final.

Projeto de Lei nº 78, que abre ao Orçamento Fiscal da União e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Legislativo, Executivo, Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de 46 milhões, 156 mil e 56 reais, para reforço das dotações constantes do vigente Orçamento.

Relatora: Zila Bezerra.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A Deputada Zila Bezerra irá explicar a razão do Substitutivo, apresentado em razão de erro cometido no envio do projeto para cá, que teve de ser retificado.

Concedo a palavra à Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o projeto foi enviado a esta Casa com um erro: na ementa constava o valor de 46 milhões, 156 mil e 56 reais, para reforço das dotações constantes do Orçamento vigente. No texto do projeto constava o valor de 675 milhões, 193 mil e 444 reais. Procedeu-se à adequação da redação. O meu substitutivo corrige o erro, estabelecendo a seguinte redação: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de 46 milhões, 156 mil e 56 reais, para reforço das dotações constantes do Orçamento vigente".

Sr. Presidente, eu vou ler apenas o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Nobre Deputada, apenas essa explicação é suficiente.

Trata-se de um erro material que foi corrigido. O substitutivo foi apresentado por essa razão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Projeto de Lei nº 94, que abre ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor 7 milhões, 63 mil e 992 reais, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, para reforço das dotações constantes do Orçamento vigente.

Relator: Senador Ademir Andrade.

Também neste caso houve um erro material que foi corrigido com substitutivo.

Foram apresentadas cinco emendas ao projeto.

Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, trata-se de projeto de lei que abre crédito especial de 7 milhões, 63 mil e 992 reais, em favor de órgãos do Poder Judiciário.

Aprovamos quatro das cinco emendas que foram apresentadas. Trata-se de emendas extremamente coerentes, sem nenhuma dificuldade para aprovação. Rejeitamos apenas a Emenda nº 3, que era, na verdade, uma repetição de uma das emendas anteriores.

O nosso parecer é, portanto, favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, trata-se de um projeto com emendas. Nesse caso, solicito a V.Exa. que o deixe para o final, porque quero estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. solicita que o projeto seja votado no final?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sim. Como há emendas, quero estudar o projeto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Tudo bem, Sr. Presidente, vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tudo bem, vamos em frente. No final apreciaremos mais este projeto.

Projeto de Lei nº 61, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 49 milhões, 266 mil e 943 reais, para reforço das dotações constantes do Orçamento vigente.

Relator: Deputado Giovanni Queiroz.

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

O voto é favorável, nos termos em que o projeto foi proposto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 64, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 118 milhões, 199 mil e 29 reais, para reforço das dotações do Orçamento vigente.

O Relator, Deputado Arnon Bezerra, não apresentou parecer. Designei, agora à noite, o Deputado José Borba para fazê-lo.

Com a palavra o Deputado José Borba, para proferir o parecer ao projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, o parecer é favorável, nos termos em que foi proposto o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 83/2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 35.702.324,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais) para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Relator: Deputado Roberto Balestra.

Foram apresentadas quatro emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 115/2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito especial no valor global de R$ 28.187.435,00 (vinte e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), para os fins que especifica.

Relator: Deputado José Carlos Aleluia.

Foram apresentadas 87 emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei nº 117/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 186.129.607,00 (cento e oitenta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e sete reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Relator: Senador Moreira Mendes.

Foram apresentadas 52 emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 80/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 120.940.467,00 (cento e vinte milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Relator: Deputado Nelson Meurer.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 48/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 57.164.152,00 (cinqüenta e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e cinqüenta e dois reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Relator: Deputado João Grandão.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 69/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R$ 85.314.967,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

Relator: Senador Nabor Júnior.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, como V.Exa. está numa velocidade muito grande, gostaríamos de registrar nosso voto contrário a esse projeto, em que também há juros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Só o voto de V.Exa. ou da bancada?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Quero consignar o voto contrário da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Fica consignado o voto contrário da bancada do PT.

Projeto de Lei nº 100/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 64.849.851,00 (sessenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinqüenta e um reais), para reforço de dotação constante do orçamento vigente.

Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 71/2001-CN, que abre ao Orçamento da União crédito especial no valor de R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais), em favor do Ministério Público da União, para os fins que especifica.

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 75/2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar de R$ 110.890.528,00 (cento e dez milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e vinte e oito reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Relator: Senador Romero Jucá.

Foram apresentadas cinco emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, esse projeto prevê recursos para o Ministério da Justiça, para os Departamentos da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, para a Fundação Nacional do Índio e para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal, FUNAPOL.

Apresentei uma emenda de Relator, em função de um pedido da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para reduzir o cancelamento do Programa Implantação de Polícia Comunitária, porque havia sido retirada toda a dotação do programa, que estava em andamento. Fizemos essa redução, de acordo com a indicação o Ministério da Justiça, no item Intensificação de Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas, que tinha um saldo maior.

Essa foi, portanto, a emenda de Relator que acolhi no substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, no meu entendimento, e considerando que fui eu que requeri um adiamento, se V.Exa. desejar e os outros Líderes concordarem, podemos voltar aos PL nº 72 e 94 e apreciá-los. Considero-me esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vamos fazer isso no final, Deputado. Aliás, podemos fazê-lo já.

Projeto de Lei nº 72/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 4.547.578,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais), em favor da Câmara dos Deputados e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.

Relator: Deputado Neuton Lima.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 94/2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R$ 7.063.992,00 (sete milhões, sessenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais), em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

Relator: Senador Ademir Andrade.

Foram apresentadas cinco emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 46/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor de R$ 9.912.000,00 (nove milhões, novecentos e doze mil reais), para os fins que especifica.

Relator: Deputado Virgílio Guimarães.

Foram apresentadas 242 emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, foi um relatório bastante difícil. Conversei os autores das emendas — 242 emendas foram apresentadas —, cerca de 60 Parlamentares, e atendi a todos os que apresentaram projetos, muitos para pequenos Municípios como Maringá, Redenção, Xinguara, Acopiara, Boa Vista, Igarapé, Dianópolis, Vila Velha, Clementina, Serra, Itapiúna, Reserva do Iguaçu, Clevelândia; enfim, procurei atender a todos esses Municípios, para dar-lhes a chance de terem uma vida cultural. Por isso, apresentei o substitutivo

para ser democrático, e para que o Parlamento tenha efetivamente uma participação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 95/2001-CN que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Defesa, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R$ 157.926.359,00 (cento e cinqüenta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil, trezentos e cinqüenta e nove reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.

Relator: Deputado Airton Cascavel.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 101/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R$ 159.805.925,00 (cento e cinqüenta e nove milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais) em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

Relator: Deputado Paulo Feijó.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 105/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 337.778.773,00 (trezentos e trinta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três reais) para os fins que especifica.

Relator: Deputado Mussa Demes.

Foi apresentada uma emenda.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 110/2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 215.016.600,00 (duzentos e quinze milhões, dezesseis mil e seiscentos reais), para os fins que especifica.

Relator: Deputado Eujácio Simões.

Foram apresentadas duas emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 114/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R$ 62.640.000,00 (sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais), para reforço de dotações consignadas vigentes no orçamento.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Foram apresentadas 31 emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 116/2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R$ 4.630.307,00 (quatro milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e sete reais), em favor do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente.

Relator: Deputado Divaldo Suruagy.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 122/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R$ 18.679.885,00 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), para os fins que especifica.

Relator: Senador Mussa Demes.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Projeto de Lei nº 89/2001-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R$ 1.943.620.937,00 (um bilhão, novecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

Relator: Deputado Jorge Khoury

O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Terminamos a votação dos projetos de lei.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Deputado Virgílio Guimarães tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero comunicar ao Plenário que os PL votados foram os de consenso entre as Lideranças dos partidos. Ficou combinada uma segunda rodada para a semana que vem, se houver convocação para isso.

Quero registrar — deveríamos tê-lo feito em tempo hábil — a absoluta discordância do Partido dos Trabalhadores e do PCdoB no que se refere ao Projeto de Lei nº 118, relativo ao FUST. Na segunda rodada, condicionaremos a discussão à rejeição do projeto, uma vez que ele traz mudanças. Queremos que fique registrada nos Anais do Congresso Nacional nossa discordância quanto à mudança do GND do investimento para custeio. É algo que nos parece absolutamente indesejável e irregular. Faço este registro para dizer que ficou acordado que voltaremos a discuti-lo, se for o caso, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Passemos à discussão do relatório do Comitê de Avaliação de Informações enviado pelo Tribunal de Contas da União.

Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o relatório.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É preciso melhorar o som. Não entendi o que foi anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço silêncio. Vamos explicar a matéria que entrará em discussão agora. Já que é matéria de competência do Relator-Geral, passo a palavra a S.Exa. para que explique. *(Pausa.)*

Não estando presente S.Exa., eu mesmo vou explicar.

Por favor, abram o volume 1, pág. 71 do relatório, Quadro VII. O assunto é relativo às obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Apoiado no relatório do Comitê de Avaliação e Informações enviado pelo Tribunal de Contas da União, o Relator-Geral acatou os critérios do órgão que definem os indícios de irregularidades graves e decidiu incluir o quadro anexo na Lei Orçamentária, contendo a relação das obras com irregularidades graves, bem como contratos, convênios de trechos, subtrechos e parcelas.

Os destaques dos Parlamentares relativos ao assunto foram retirados, e os de autores ausentes estão prejudicados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Foram retirados os cinco destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Todos foram retirados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, os destaques dos Parlamentares presentes foram retirados, e os destaques do Parlamentares ausentes ficaram prejudicados?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Exatamente. Se todos estiverem de acordo, vou colocar em votação o relatório na Câmara dos Deputados, já que os destaques foram retirados.

O SR. JOÃO COSER - Sr. Presidente, estou inscrito para debater. Gostaria de confirmar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. já está inscrito?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Já.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, durante os últimos quatro ou cinco anos, fizemos uma série de exercícios na perspectiva de normatizar o controle das obras com irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas da União. Lembro-me de que, há quatro anos, eu e a Deputada Yeda Crusius, Coordenadora do Comitê de Obras Irregulares, identificamos a primeira forma de fazer o controle: criamos um dispositivo pelo qual o Governo ficou com a obrigação de só liberar o recurso depois de sanada a irregularidade e de comunicar ao Congresso Nacional. Foi uma primeira iniciativa, porém extremamente frágil.

Num segundo momento, Sr. Presidente, identificamos essas obras numa lista em separado, e o Executivo ficou com a obrigação de retirá-las do Orçamento a partir do recebimento de comunicação do Tribunal de Contas da União. O Congresso Nacional deu-se conta de que, por falta de desejo por parte do Executivo, uma obra poderia ficar paralisada mesmo depois de ter os problemas de irregularidades sanados. No ano seguinte, o Congresso Nacional evoluiu no sentido de permitir que, por iniciativa do Presidente da Comissão, um Relator fosse designado para, de posse do relatório do Tribunal de Contas da União, analisar se realmente as irregularidades haviam sido sanadas. A partir daí, seria feito um relatório — que acarreta compromisso e ônus para o Deputado que põe ali suas digitais — mostrando que aquela obra não possui mais tal irregularidade. Hoje o Congresso Nacional tem essa competência.

Para nós, isso foi muito importante, mas depois tivemos uma decepção, pois, apesar do barulho, os Deputados não se limitaram a retirar do Orçamento a obra irregular, convencendo esta Comissão de que aquelas irregularidades já haviam sido sanadas; eles estão tentando, sim, retirar o dispositivo da lei! Estão tentando fazer com que o relatório em separado não exista!

Sr. Presidente, lamentamos que quatro Parlamentares tenham apresentado uma emenda para suprimir parte do texto desse dispositivo. Nosso voto e nosso encaminhamento, com certeza, é contra esse destaque, agora retirado. Pedi a palavra para registrar nossa indignação, nossa tristeza por perceber que ainda há Parlamentares que querem eliminar essa lista, que é um instrumento de defesa do Congresso Nacional, de defesa da Comissão de Orçamento, de defesa do País.

Sr. Presidente, é apenas este o registro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, quero reforçar o apoio à iniciativa do Congresso Nacional de estabelecer uma lista de obras com irregularidades graves, mas é necessário entendermos que uma obra paralisada acarreta custo. Portanto, deve-se fazer a análise com celeridade, e não politizar processos que envolvam custos pagos pelo contribuinte.

Não vou falar de projetos específicos que não sejam os relacionados com o setor elétrico brasileiro. Vivemos uma crise que redundou no racionamento de energia elétrica em todo o País, exceto na Região Norte e na Região Sul, no período de junho até hoje. Verificamos, na pág. 73, que praticamente todo o programa de transmissão associado às obras emergenciais do Programa de Recuperação do Setor Elétrico está paralisado, como a implantação do Sistema de Transmissão do Amapá, a implantação do Sistema de Transmissão Social da Usina Luiz Gonzaga no Nor-

deste, TRANSCHESF, a implantação do Sistema de Transmissão Associada Xingó em Pernambuco, na CHESF, a implantação do Sistema de Transmissão do Piauí, a implantação do Sistema de Transmissão do Xingó em Sergipe, a ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí, CEPISA, a implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu, Itaipu-Vaiporã, e a implantação do Sistema de Transmissão do Estado do Amazonas.

Minha observação é para mostrar que nossa responsabilidade cresceu muito. Quando se pretende interferir no processo produtivo brasileiro da forma como a Comissão e o Tribunal estão interferindo, é preciso tomar cuidado, porque posteriormente virão os famosos **claim** por andamento anormal de obra, na medida em que as acusações de irregularidades não sejam fundadas. Meu receio é de que se apontem irregularidades superficialmente para levar à paralisação de obras importantes e depois os empreiteiros venham pedir ressarcimento por andamento anormal de obra. Quem conhece o assunto sabe do risco.

Apóio o Relatório desde que não se altere o texto da lei e não se exclua nenhuma obra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Miranda. *(Pausa)*. S.Exa. desistiu.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, achamos de grande valia esta discussão, até porque está havendo um vício, e, se providências não vierem da parte desta Comissão e do Tribunal de Contas da União, não vamos, no futuro, saber quais são as obras regulares, quais são as irregulares, com indícios gravíssimos e graves, e vão ficar os contratos e as obras sob eterna suspeita. Denúncias de superfaturamento são várias, fora o processo desastroso dessas licitações, na sua maioria vergonhosas, inclinadas, dirigidas, acertadas, combinadas, conchavadas — tudo isso quando se trata da coisa pública, porque no setor privado não se vê isso; se se comparar a aplicação dos recursos públicos com a de recursos privados em obras semelhantes, a diferença é de estarrecer.

Num país pobre como o nosso, que destina para a Bolsa-Alimentação e a Bolsa-Escola apenas R$15,00, que possui programas para nutrizes de muito boa concepção, mas ainda tímidos, num país com problemas de habitação, saneamento básico, agricultura familiar, assentamento, infra-estrutura de esporte, infra-estrutura de agricultura, carências de todas as formas, causa espanto a existência de obras faraônicas, de obras inacabadas, e ainda a famosa indústria da seca, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essa não acaba mesmo, porque tem um apelo muito forte, um discurso muito bom. E atrás desse discurso vemos o que acontece: obras que nunca acabam, obras com desvios, subempreitadas, com licitações prejudicadas, que param a cada seis meses, que começam de dois em dois anos, de três em três anos, que viram prioridade em detrimento de uma nova visão de desenvolvimento do País, de Região, de Estado e de Município.

Esta discussão é importante. Vamos votar com essa separata. Vamos inclusive ficar aqui na Comissão, para que a Subcomissão de Fiscalização faça como fez na gestão do Deputado Alberto Goldman, que a presidiu no ano passado: vários Deputados foram **in loco** ver algumas dessas obras, até para dirimir dúvidas também, porque, para não generalizar, existem obras a que são imputadas irregularidades por falhas que são sanáveis; portanto, essas obras são de continuidade admissível; mas outras existem em que as irregularidades são gritantes e vergonhosas, e quem está mais próximo à base, quem está vendo, quem conhece a história fica estarrecido com essas coisas.

Por este País ser tão grande, um País continental de tantas contradições, de tanta estratificação, nós aqui não podemos ver a realidade de cada ponto. Ouvimos e acompanhamos aqui discussões acaloradas entre Parlamentares, bancadas defendendo seus Estados e suas obras, mas muitos relatórios que passaram por esta Comissão deixaram e deixam a desejar.

Sr. Presidente, queremos mudar esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em muitos aspectos. Há três anos vimos fazendo várias observações nesse sentido. Estamos coletando todas as falas em que registramos essa nossa preocupação, desde o início, desde quando chegamos aqui. Vamos sintetizá-las e no devido momento vamos propor ao Plenário do Congresso Nacional e às Comissões a reforma que haveremos de fazer nesta Comissão para não haver abuso nem injustiça, e para que a aplicação, a transparência, a publicidade do Erário do povo brasileiro seja por nós fiscalizada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Concluo, e não vou trazer à baila aquilo sobre o que já tomei providências, peticionando a esta Casa como se deve

fazer, à luz do Direito, da Constituição Federal e do nosso Regimento.

Quero, neste instante, parabenizar a Comissão por essa atitude, e vamos continuar aqui dando apoio a tudo que for e que venha em favor da comunidade e do povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não há dúvida nenhuma de que, nos termos da resolução com que estamos trabalhando e das normas que estabelecemos, somos pela aprovação da matéria, mas não posso deixar de reconhecer que essa metodologia tem suas deficiências, e esta Comissão tem de repensar essa questão.

Em primeiro lugar, o processo de análise no Tribunal de Contas até o envio da decisão é muito lento e passa por muitas fases: auditoria, tomada de contas, decisão do Pleno etc. Aquele é um Tribunal de Justiça, e, como todos os tribunais, extremamente lento. Às vezes, quando se verifica uma irregularidade em algum contrato, esse contrato já está em sua fase final! Aquilo que se poderia evitar não se evitou, o leite já foi derramado. E às vezes uma obra de que faltam 10% para o término e que poderia dar um bom resultado social é paralisada burocraticamente, mesmo com 90% já concluídos, porque houve alguma irregularidade no contrato, e por isso se paralisa totalmente a obra, às vezes durante anos! Então, algo está errado. Não me parece que esse método seja o mais correto nem o melhor.

Sugiro à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que repense essa questão, de maneira que possamos ser minimamente racionais, evitando irregularidades mas, ao mesmo tempo, não criando situações em que o prejuízo público seja ainda maior.

Sr. Presidente, em segundo lugar, faço um apelo ao próprio Tribunal de Contas: obra irregular não é obra em que há irregularidades como inclinação dos pilares, falta de prumo, laje desnivelada, fundação mal feita. Isso pode acontecer com obras regulares. A irregularidade que existe é no contrato! Na verdade, não existe obra irregular, existe contrato irregular. É o contrato que está irregular, ou pela licitação, ou pela execução, ou pelo encaminhamento. É o contrato que é irregular, e não a obra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Existe obra irregular, sim, Deputado. Como não? O piso de um asfalto, por exemplo, de 5 ou 7 centímetros, se é de... *(ininteligível)...* ou em tratamento superficial duplo, triplo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa. não ouviu o que disse. A irregularidade pode ser no contrato, na licitação, ou na execução do contrato, quando se executa um contrato em contradição com aquilo que está no seu texto, é claro. A camada de asfalto pode ser menor, apesar de o projeto prever outra coisa; a execução pode ser irregular, o contrato pode ser irregular, mas a obra não é irregular. Não existe essa expressão obra irregular; ela foi inventada. Às vezes, até há pouco tempo, paralisávamos uma obra integralmente; agora não, apenas os contratos irregulares. Já é assim, e foi uma decisão tomada por esta Comissão há pouco tempo. Chamo a atenção desta Comissão para esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, o dispositivo criado para a obra irregular foi um avanço, uma conseqüência da CPI dos anões, do TRT de São Paulo. Criou-se um mecanismo que se mostrou eficiente, que, ao não permitir que se disponibilizem recursos para obras irregulares, ou com indício de irregularidade, provoca de maneira brutal uma reação no sentido de se regularizar, corrigir e evitar que se continue despejando recursos públicos em sorvedouros, em obras em que sempre é apresentado como justificativa para se continuar recebendo recursos o fato de já estar em andamento e se ter gastado muito.

O que nos cabe é aperfeiçoar os dispositivos de liberação das obras, ou, que seja, de liberação dos recursos. Estamos aperfeiçoando os decretos legislativos que liberam os recursos. Muitas vezes poderíamos até condenar a empresa a concluir a obra. E aí, Deputado Alberto Goldman, existe obra irregular, sim, porque, nesse sentido que é usado o termo, a obra tem seu aspecto físico, mas também seu aspecto jurídico-econômico. É um conjunto, e não devemos analisar apenas seu aspecto físico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A obra não, o contrato.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, aquela obra é um conjunto, é esse o sentido usado, inclusive no aspecto físico. A obra pode ser irregular na sua execução, como reconhece V.Exa., a partir

de oportunas lembranças expostas pelo Deputado Giovanni Queiroz, mas às vezes trata-se de uma obra cuja concepção foi estabelecida de maneira irregular. Por exemplo, uma estrada que leva nada a lugar nenhum, que foi feita só para amealhar recursos, ou uma obra do tipo da do TRT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Aí não se trata de obra irregular, mas de roubo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - É obra irregular, porque todos sabem que deveria ter sido um projeto descentralizado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Aquilo não é obra irregular; irregular foi a atuação do Poder que executou aquilo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - O projeto já era irregular na sua concepção. Daí, o que devemos fazer...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A concepção sim, não a obra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Quando o Juiz Nicolau pensou em um projeto centralizado, foi porque queria fazer o que fez. Hoje, claro, temos uma situação de fato — já discutimos o assunto em outras ocasiões —, e temos de tomar uma decisão difícil: disponibilizar recursos para concluir aquela obra ou descentralizar e aproveitar a situação atual para refazer o projeto. É uma discussão que não quero travar aqui.

Essa conceituação foi positiva e vem sendo aperfeiçoada. Os decretos legislativos aqui votados não se têm limitado apenas a homologar o que vem do Tribunal de Contas, que é apenas uma indicação necessária, mas não suficiente. Estamos caminhando para tomar medidas práticas, refazer o alinhamento de preços, indicar seções, fazer o descredenciamento de empresas para serem considerada inidôneas. Enfim, várias medidas podem ser tomadas. Agora, o importante é que exista um dispositivo que trave o recurso e force à regularização daquilo que está irregular, seja o contrato, seja a gestão, seja a execução da obra, o que for.

Evidentemente, precisamos de um mecanismo também para fazer a obra andar, porque obra parada é uma sanção ao usuário.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - V.Exa. falou tanto para chegar exatamente ao que eu disse.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Quero preservar o conceito de obra irregular e a possibilidade de tomar aquele remédio extremo, imediato, que é o corte de recursos. Pode ser injusto para com o usuário que espera uma estrada ficar pronta, mas é um remédio extremo, que força à regularização do contrato, da execução, daquilo que está irregular. Precisamos inclusive mecanismos que, preservando o recurso público, façam com que a obra ande. É outro lado da nossa obrigação, porque penalizada tem de ser a empresa que executa, os gestores públicos que permitiram a irregularidade.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mais uma vez V.Exa. chegou exatamente àquilo que quis dizer. Desculpe-me não ter sido claro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - A população precisa dessas obras, que, na maior parte das vezes, são úteis. Em alguns casos, trata-se apenas de uma negociata, sem nenhuma outra função. Temos o caso de Belo Horizonte, em que não há sentido para um pretenso trolebus paralelo a uma linha de metrô; foi apenas uma negociata. Temos de aperfeiçoar os processos, mas mantendo essa conquista: a paralisação do fornecimento de recursos às obras consideradas irregulares em qualquer dos seus aspectos, na execução, na gestão, no contrato, no gasto ou na própria obra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, serei breve, mesmo porque estamos atrasados na discussão dos destaques, que é a grande expectativa da maioria dos presentes.

Como se fala no Tribunal de Contas, achamos que para o aperfeiçoamento da fiscalização das obras realizadas no Brasil deveremos dar toda a infra-estrutura possível ao Tribunal de Contas a fim de que, enquanto a obra está sendo realizada, a fiscalização esteja sendo executada, porque aí evitaremos essa lista imensa de obras irregulares. Na medida em que o Tribunal de Contas tenha pessoal técnico adequado e preparado para acompanhar a obra em todos os Estados brasileiros, vão diminuir substancialmente não só os desvios como também essa lista que estamos agora a discutir.

Peço a V.Exa. e aos nobres colegas que aceleremos as discussões em torno desse assunto a fim de que entremos na votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Quero que conste em ata que em Alagoas existem 14 obras irregulares...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não se trata de questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, deixe-me concluir o raciocínio para então formular a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Questão de ordem é regimental. V.Exa. é um Deputado...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Então, vamos parar os trabalhos da Comissão, porque todas as questões de ordem até agora formuladas não dizem respeito a questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. quer impor à Mesa uma regra absurda. Não se trata de questão de ordem. V.Exa. tem que ler o Regimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um registro sobre a questão de obras irregulares.

O Deputado Giovanni Queiroz tem denunciado ao longo de sua trajetória na Comissão e no Parlamento irregularidades em contratos. A questão da irregularidade da obra é altamente duvidosa, pois como é que se identifica? Como se apresentaria uma questão dessa natureza? Além do mais, muitas vezes há necessidade de se completar uma obra que está em curso porque isso será mais barato para o povo. Aliás, como bem disse o Deputado José Carlos Aleluia no seu discurso, o fundamental é fazer a necessária apuração e colocar na cadeia o administrador corrupto; se a obra já estiver na fase de conclusão e se for indispensável, ela tem de prosseguir sob fiscalização, o contrato tem de ser revisto, enfim, devem ser produzidos os atos legais necessários.

Apenas não quis omitir-me sobre o tema, porque ouvi o Deputado José Carlos Aleluia pedir a palavra para ir numa direção que coincide com as posições da bancada do PDT que o Deputado Giovanni Queiroz tem trazido à colação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Encerrada a discussão, vou **colocar em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, o Relatório do Quadro VII, constante do Relatório Final, acerca das obras com indício de irregularidades graves que terão sua execução vedada até o saneamento da irregularidade.**

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Deputado Paulo Mourão.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado, contra o voto...

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Defina o apoiamento que V.Exa. tem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, havia um acordo no sentido de que neste momento não se faria pedido de verificação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, proceda-se à chamada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Senadores...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, estamos em processo de verificação. Não podem ser feitos discursos. Verificação é de imediato, não cabe discurso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Fernando Coruja, se V.Exa. me permitir, eu falarei, e V.Exa. terá oportunidade de falar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, não pode, é anti-regimental. A matéria está em votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores. Temos trabalhado na Comissão e acabamos de receber o relatório. Até recebi justificadas reclamações do Senador Wellington Roberto quanto à rejeição de seus destaques, mas são 1.800 os destaques rejeitados, ou mais. Evidentemente, esse problema atinge outros Srs. Parlamentares. A idéia...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, insisto na questão de ordem. A verificação não pode ser interrompida.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, é anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero que V.Exa. me assegure a palavra, porque estou ...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de fazer apelo aos Senadores Wellington Roberto e Tião Viana, até porque recebemos há poucos momentos este relatório; eu mesmo

ainda o estou lendo, e estou recebendo de diversas bancadas solicitações...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, isso é inadmissível. A votação não pode ser interrompida por discurso. V.Exa. tem que respeitar o Regimento.

(Os microfones são desligados.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero que V.Exa. me assegure a palavra, e gostaria que os Srs. Parlamentares me permitissem concluir.

É importante que possamos atender e ouvir os Srs. Deputados e Senadores. Milhares de destaques foram rejeitados. É importante que possamos, durante discussão deste projeto, travar um entendimento para que possamos concluir a votação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os Senadores votaram a favor do projeto não podem pedir verificação. Eles votaram a favor e não...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - O Senador votou contra e pediu verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Deputado Jovair Arantes...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O apoio pode ser dado, como foi dado ontem, quando o Deputado José Carlos Aleluia votou contra a matéria e V.Exas. apoiaram e votaram a favor.

Sr. Presidente, proceda-se à verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Se tumultuarem a sessão terei de suspendê-la.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não há tumulto, não. V.Exa. tem que fazer a votação ou suspender os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Deputado Jovair Arantes está convidado para proferir a chamada dos Srs. Senadores.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Senador Carlos Bezerra, "sim".

Senador Gilberto Mestrinho.

Senador Gilvam Borges.

Senadora Marluce Pinto, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Solicito ao Plenário que faça silêncio, pois o nobre Deputado Jovair Arantes está fazendo a chamada nominal.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Senador Nabor Júnior.

Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Em obstrução.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - PFL:
Senador Jonas Pinheiro, "sim".
Senador José Coelho.
Senador Leomar Quintanilha, "sim".
Senador Moreira Mendes.
Senador Mozarildo Cavalcanti.
PSDB:
Senador Antero Paes de Barros.
Senador Freitas Neto.
Senador Romero Jucá, "sim".
Senador Ronaldo Cunha Lima.
Bloco PT/PDT/PPS:
Senador Paulo Hartung.
Senador Sebastião Rocha.
Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA - "Não".

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - PSB:
Senador Ademir Andrade.
PTB:
Senador Arlindo Porto.
Vou proceder à chamada dos Suplentes.
PMDB:
Senador Alberto Silva.
Senador Fernando Ribeiro.
Senador Gerson Camata.
Senador João Alberto Souza.
Senador Robinson Viana.
Senador Sérgio Machado.
Senador Valmir Amaral.
PFL:
Senador Antonio Carlos Júnior.
Senador Francelino Pereira.
Senador Geraldo Althoff.
Senador Paulo Souto.
Senador Romeu Tuma.
PSDB:
Senador Lúcio Alcântara.
Senador Lúdio Coelho.
Senador Ricardo Santos.
Bloco PT/PDT/PPS:
Senador Eduardo Suplicy.
Senador Jefferson Péres.
Senador Roberto Freire.
PSB:
Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, a orientação que recebo da Liderança do PSB é no sentido de fazer obstrução.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - O PPB está vago.

PTB:

Senador Carlos Patrocínio.

Há algum Sr. Senador que ainda não tenha votado e queira fazê-lo?

(Não identificado) - O Senador Ademir Andrade estava atrás da mesa agora.

(Não identificado) - O suplente votou.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Não, mas em todos os partidos ainda há vaga. Se houver algum Senador que queira votar, pode fazê-lo. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, votaram "sim" cinco Srs. Senadores, e "não" um Sr. Senador; o total de votos é seis. Não há **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não houve **quorum** no Senado.

Aviso aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado até domingo. Portanto, não posso convocar nenhuma reunião para a próxima semana, uma vez que a convocação não existe até agora. Só poderia convocar para domingo, 1 hora da manhã, depois de decorridas 24 horas, de acordo com o Regimento.

Vou suspender a reunião...

(Não identificado) - A solução é convocar para domingo, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. pode desconsiderar a reunião e convocar para domingo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Um minuto, ninguém quer fazer manobra aqui. Quero, de comum acordo, achar um encaminhamento para essa questão, porque é nossa obrigação, não só do Presidente, mas de todos que estão aqui. A reunião foi derrubada.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, penso que o melhor ambiente para trocarmos idéias civilizadamente é este em que estamos, ao microfone. Já foi declarada a ausência de **quorum**, a reunião já não poderá prosseguir para deliberação, mas poderá prosseguir para trocarmos idéias sobre o que fazer. V.Exa. talvez pudesse completar sua frase.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Continuar o debate sem deliberação?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E deliberar.

(Não identificado) - Não, encerrar a reunião e conversar com as Lideranças para resolver qual caminho devemos tomar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou fazer uma reunião.

(Não identificado) - Antes, encerre a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço aos Srs. Líderes a gentileza de irmos até a Presidência.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, Sr. Presidente, é preciso encerrar a sessão. Depois iremos até a Presidência.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas o Presidente é que comanda.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Peço aos Líderes que não saiam; vamos à Presidência para encontrar um encaminhamento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Sr. Presidente, os Senadores e Deputados devem aguardar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, na lógica que havia proposto, o que acontece aqui não tem valor de sessão. Quando propus a V.Exa. que votasse primeiro aqueles créditos que V.Exa. havia solicitado, foi para não prejudicar, com essa manobra regimental e democrática, o atendimento às áreas sociais que tanto sensibilizaram V.Exa. Eu cumprimento V.Exa. por ter tido a iniciativa de votar primeiro os créditos suplementares. Nós da Oposição sabíamos que isso ia acontecer, porque nós da Oposição estamos aqui, o Governo é que não está. O Governo está ausente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Ao contrário, vocês é que não quiseram travar o debate aprofundado do Orçamento ontem. Essa é a realidade! Não tivemos o direito de falar aqui ontem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis; a reunião é encerrada.)

Ata da Sexta Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, realizada em 27 de dezembro de 2001.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das Pautas nºs 29 e 30/2001. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, João Almeida, João Matos, Jonival Lucas Junior, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, Luciano Castro, Marçal Filho, Nárcio Rodrigues, Neuton Lima, Paulo Feijó, Pedro Fernandes, Santos Filho, Saulo Pedrosa e Zila Bezerra; - **Senadores titulares:** Carlos Bezerra, José Coelho, Romero Jucá e Ronaldo Cunha Lima; **- Senadores suplentes**: Francelino Pereira, João Alberto Souza, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho e Romeu Tuma. Não houve registro de presença de Deputados suplentes. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Pizzolatti, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Novais, Pinheiro Landim, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga e Zé Gomes da Rocha; - **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto. **ABERTURA:** Às quatorze horas e trinta e oito minutos e havendo número insuficiente para deliberação, o Deputado José Carlos Aleluia solicitou o encerramento da reunião, conforme o disposto no *§ 1º do art. 29 do Regimento Comum*. O Deputado Alberto Goldman solicitou que fosse feita consulta ao Livro de Presença para apurar o número de assinaturas dos membros da Comissão. O Presidente informou que constavam vinte e oito Deputados e oito Senadores, número insuficiente para deliberação. **ENCERRAMENTO:** Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente encerrou a reunião, antes convocando os membros para a 7ª Reunião Extraordinária, a ser realizada às 16 horas daquela data. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **CARLOS BEZERRA. Presidente.**

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Decorreram mais de trinta minutos. Portanto, na forma do § 1º do art. 29 do Regimento Comum, não havendo número regimental, o Presidente aguardará pelo prazo de trinta minutos a complementação do **quorum**. Decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não será realizada.

Pelo relógio da Comissão, são 14h38min. Portanto, não podemos realizar a reunião. Questão de ordem apresentada na gravação.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Presidência está aguardando **quorum** para abertura da reunião que está convocada para as 14h de hoje. Em não havendo **quorum** até este instante, conforme determinado ontem por esta Presidência, fica convocada nova reunião para as 16h de hoje.

Em função disso, esta Presidência vai encerrar a reunião.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. consultasse o livro para dizer que não existe presença.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. encerrasse o livro para abri-lo novamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Gostaria que V.Exa. respondesse e não o Deputado Aleluia, porque dirigi questão de ordem à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há **quorum** nem na Câmara nem no Senado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, V.Exa. poderia verificar exatamente o número na Câmara e no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São 28 na Câmara e 8 no Senado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É possível abrir com 28 na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O **quorum** é de 33 na Câmara e 12 no Senado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Para votação e não para discussão, Sr. Presidente. Podemos iniciar a discussão; não podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Podemos iniciar a discussão, mas não podemos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, nós vamos encerrar a sessão.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reabra o livro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerro a sessão e convoco outra para as 16h de hoje.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reabra o livro no prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrada a sessão.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. para reabrir o livro no prazo regimental.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. para reabrir o livro no prazo regimental.

Ata da Sétima Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27 de dezembro de 2001.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu titular, Senador CARLOS BEZERRA, para apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 29 e 30/2001. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Cascavel, Alberto Goldman, Almir Sá, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Zé Gomes da Rocha; **- Senadores titulares:** Amir Lando, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá, Tião Viana e Wellington Roberto; **- Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Alceste Almeida, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Augusto Franco, Carlito Merss, Carlos Batata, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Gomes, Dr. Rosinha, Enivaldo Ribeiro, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, Gervásio Silva, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Jovair Arantes, Juquinha, Lídia Quinan, Luiz Fernando, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Kobayashi, Paulo Lessa, Pedro Chaves, Pedro Henry, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Ursicino Queiroz e Waldemir Moka **- Senadores suplentes:** Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Fernando Ribeiro, João Alberto Souza, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Paulo Souto, Ricardo Santos, Robinson Viana, Romeu Tuma, Sérgio Machado e Valmir Amaral; - Deputados não membros: Alexandre Santos e Cláudio Cajado. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alexandre Cardoso, Anivaldo Vale, Eujácio Simões, Félix Mendonça, João Coser, João Grandão, José Borba, José Priante, Luciano Castro, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Pedro Celso, Pinheiro Landim, Welinton Fagundes, Wilson Braga e Zila Bezerra; **- Senadores titulares:** Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, José Coelho, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Ronaldo Cunha Lima e Sebastião Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estabelecido *no art. 14 do Regimento Comum*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos, às dezesseis horas. **ORDEM DO DIA:** O Presidente anunciou que havia vinte e sete Projetos de Lei de créditos adicionais acordados na reunião realizada com o Colegiado das Lideranças Partidárias com as-

sento na Comissão naquela manhã. O Deputado José Carlos Aleluia, na qualidade de representante da Liderança do PFL na Comissão, anunciou o posicionamento de obstrução do Partido. O Deputado Antônio Carlos Konder Reis manifestou-se contrário ao posicionamento anunciado pelo Deputado José Carlos Aleluia. Pauta nº 29. Item 34: **Projeto de Lei nº 42/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas Companhias Docas e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, crédito suplementar no valor total de R$ 24.180.816,00 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta mil e oitocentos e dezesseis reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Às dezesseis horas e dez minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a presidência. O Relatório foi apresentado pelo relator. Usaram da palavra para discutir a matéria os Deputados Ursicino Queiroz, João Leão, Virgílio Guimarães, Giovanni Queiroz, e os Senadores Moreira Mendes, Welington Roberto e Gilberto Mestrinho. O Deputado Gilmar Machado posicionou-se favorável ao tempo em que solicitou que não se fumasse no plenário, obtendo acolhimento da Presidência. Os Deputados José Carlos Aleluia e Eujácio Simões comunicaram seu posicionamento de obstrução. O Deputado Pedro Novais manifestou-se contra em virtude do não-acolhimento dos pleitos da Bancada do Maranhão pelo Governo Federal referente ao Orçamento para 2001. A Deputada Laura Carneiro fez uso da palavra para tecer considerações acerca da declaração proferida pelo Senador Ney Suassuna, Ministro da Integração Nacional, sobre a atuação da Bancada do Rio de Janeiro junto ao Governo Federal para liberação de recursos destinados a socorrer as vítimas das chuvas ocorridas no Estado. O Presidente em exercício solidarizou-se com o pronunciamento. Às dezessete horas e treze minutos, o Presidente titular reassumiu a direção dos trabalhos. Continuaram a debater a matéria os Deputados Milton Monti, Ariston Andrade, Félix Mendonça e Cláudio Cajado. O Senador Lúcio Alcântara discutiu a matéria e apresentou requerimento para encerramento da discussão, conforme o disposto no *§ 1º do art. 39 do Regimento Comum*. O Presidente anunciou a votação do requerimento. Ao anunciar o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado José Carlos Aleluia pediu verificação da votação, com apoiamento dos Deputados Jorge Khoury, José Rocha e Félix Mendonça, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Moreira Mendes foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. Os Deputados José Carlos Aleluia, Gilmar Machado e Eujácio Simões anunciaram o posicionamento de obstrução do PFL, PT e PL, respectivamente. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às dezessete horas e cinqüenta e sete minutos: total de votos SIM: 33; total de votos NÃO: 08; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 41. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência que o requerimento havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o requerimento foi **aprovado** contra os votos dos Senadores Antônio Carlos Júnior e Paulo Souto. Em seguida, o Presidente anunciou a votação do Relatório ao Projeto de Lei nº 42/2001-CN. Em votação, RESSALVADOS os destaques, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do destaque 01, do Deputado Eujácio Simões. O relator manifestou parecer contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados José Carlos Aleluia, Ariston Andrade, Paulo Braga, João Leão, Ursicino Queiroz, Eujácio Simões e Gérson Gabrielli. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme *o § 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A Deputada Laura Carneiro apresentou requerimento de preferência de votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 66/2001-CN, Item 60 da pauta, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente anunciou o requerimento para preferência de votação, apresentado pelos Deputados Virgílio Guimarães, José Carlos Aleluia e Ricardo Barros, dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei: 43, 54, 56, 58, 88, 92, 107, 112, 125 e 67. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 66/2001-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 79.318.140,00 (setenta e nove milhões, trezentos e dezoito mil, cento e quarenta reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado Wilson Braga. Foram apresentadas 46 emendas ao Projeto.

Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Senador Moreira Mendes foi designado para fazer a apresentação do Relatório. Discutiam a matéria os Deputados Giovanni Queiroz e Laura Carneiro. O Deputado Virgílio Guimarães apresentou questão de ordem acerca da alternância partidária no debate. O Presidente indeferiu, informando que o disposto no *art. 49 do Regimento Comum* se aplicava ao encaminhamento da votação da matéria. Continuaram o debate os Deputados Eujácio Simões, José Pimentel, José Rocha, José Carlos Aleluia; e os Senadores Nabor Júnior, Sérgio Machado, Lúcio Alcântara e Paulo Souto. O Deputado João Leão solicitou que a matéria fosse retirada de pauta, obtendo indeferimento do Presidente, em virtude da aprovação do requerimento para preferência de votação. Em seguida, foi apresentado requerimento para encerramento da discussão apresentado pelo Senador Wellington Roberto, conforme o disposto no *§ 1º do art. 39 do Regimento Comum*. O Presidente anunciou a votação do requerimento. Ao anunciar o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado José Carlos Aleluia pediu verificação da votação, com apoiamento dos Deputados João Leão, Eujácio Simões e Félix Mendonça, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. O Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. Encerrada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação, às dezenove horas e dezenove minutos: total de votos SIM: 42; total de votos NÃO: 05; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 47. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência, a aprovação do requerimento na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, o Presidente anunciou a votação do Relatório ao Projeto de Lei nº 66/2001-CN. Fizeram encaminhamento favorável os Deputados Virgílio Guimarães, Eujácio Simões, José Carlos Aleluia e Márcio Reinaldo Moreira. Em votação RESSALVADOS os destaques, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Apreciação dos destaques. Destaques 01 e 02, do Deputado Neuton Lima, às emendas 28 e 29. O relator deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Destaque 03, do Deputado José Carlos Aleluia, à emenda 06. O relator deu parecer contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Destaque 04, do Deputado Eujácio Simões, à emenda 05. O relator deu parecer contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Helenildo Ribeiro, Eujácio Simões e José Carlos Aleluia, na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Destaque 05, do Deputado Cláudio Cajado, à emenda 6. Prejudicado pela ausência do autor. Requerimento de preferência para votação dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 123 e 97/2001-CN. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 11: **Projeto de Lei nº 43/2001-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 108.627.877,00 (cento e oito milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes". Relator: Senador José Coelho. Foram apresentadas 09 emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O relator fez a sua apresentação. Discutiram a matéria os Deputados João Leão, Eujácio Simões, Ursicino Queiroz, José Carlos Aleluia, Félix Mendonça, Virgílio Guimarães, José Rocha, Ariston Andrade, Armando Abílio e Domiciano Cabral; e os Senadores Moreira Mendes, Romero Jucá, José Coêlho e Tião Viana. Às vinte horas e dezesseis minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado João Leão, retornando às vinte horas e vinte e dois minutos. A Deputada Laura Carneiro fez uso da palavra para informar, após reunião realizada com o Ministro da Integração Nacional, Senador Ney Suassuna, que recursos seriam liberados para atendimento às vítimas das chuvas no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, o Presidente anunciou o Requerimento para encerramento da discussão, apresentado pelo Senador Romero Jucá, conforme o disposto no *§ 1º do art. 39 do Regimento Comum*. O Presidente submeteu o Requerimento à votação. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Ao anunciar o resultado na representação do Senado Federal, o Senador Antônio Carlos Valadares pediu verificação, com apoiamento dos Senadores Antônio Carlos Júnior e Paulo

Souto, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Deputado Jovair Arantes foi designado para fazer a chamada nominal dos Senhores Senadores, às vinte horas e vinte e oito minutos. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação: total de votos SIM: 09; total de votos NÃO: 01; total de abstenções: 01. Número total de votantes: 11. O Presidente anunciou a inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. O Deputado Ricardo Barros informou que seria realizada naquela data sessão no Plenário do Congresso Nacional para apreciação da Proposta Orçamentária para 2002, bem como dos Projetos de Lei de créditos adicionais. O Líder do PT na Câmara dos Deputados, Deputado Walter Pinheiro, fez uso da palavra para tecer considerações acerca da apreciação da Proposta Orçamentária para 2002 na Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares, na qualidade de representante da Liderança do PSB na Comissão manifestou-se acerca da não liberação dos recursos das emendas aprovadas no Orçamento de 2001 pelo Governo Federal. O Deputado José Carlos Aleluia ressaltou a necessidade da convocação para a reunião seguinte estar em acordo com o estabelecido no *art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, obtendo acolhimento do Presidente. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou os trabalhos, às vinte horas e quarenta e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **CARLOS BEZERRA. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da **Sétima Reunião Ordinária** da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das seguintes pautas: Pauta nº 29, de 2001; relatórios apresentados aos projetos de lei de créditos adicionais que tramitam na Comissão, e Pauta nº 30, de 2001; relatórios apresentados sobre execução orçamentária de subtítulos; e requerimentos remanescentes de pautas anteriores.

Ordem do Dia:

No entendimento que houve hoje de manhã entre os Líderes ficou adredemente combinado de votarmos vinte e sete projetos de lei nesta Comissão, com a ressalva do Líder do PT, que iria conversar com a sua bancada.

Foram adredemente combinados: Projetos de Lei nºs 42, 43, 45, 54, 56, 57, 58, 67, 76, 77, 82, 88...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Projeto de Lei nº 66...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – ...96, 92, 93, 97, 106, 107, 112, 119, 123, 125, 66, 84, 86, 98, 108 e 121.

Teremos de refazer a votação dos Projetos de Lei nºs 85 e 117, porque houve falha na proposta vinda do Executivo.

Item 1. Apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 42/2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas Companhias Docas e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, crédito suplementar no valor de vinte e quatro milhões, cento e oitenta mil e oitocentos e dezesseis reais, para os fins que especifica. Relator: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.)*

Peço ao dono do celular que está próximo ao microfone que o desligue, por obséquio, pois está provocando microfonia.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, seria muito bom se todos desligassem seus celulares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Konder Reis, Relator da matéria.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, chegamos agora de uma reunião da bancada do PT. Além da avaliação dos créditos, fizemos uma avaliação geral. Há uma verdadeira intransigência por parte do Governo, que não cumpre seu compromisso de dar solução à questão do crédito do pequeno agricultor. Ontem impôs à bancada, por meio de interferência direta do Ministério das Comunicações, uma questão sobre a qual todos sabiam da nossa oposição completa: querem transformar o fornecimento de equipamentos do Fundo Universal de Serviços de Telecomunicação — FUST, em prestação de serviços.

Sr. Presidente, como não temos a intenção de prejudicar os trabalhos, até porque daqui a pouco haverá sessão do Congresso Nacional, sugiro a V.Exa. selecionarmos o que efetivamente é imprescindível

de passar na Comissão e o que é consensual. Por quê? A Comissão precisa aprovar apenas aquilo que tiver emendas, substitutivo etc. O que for igual, poderá ir direto ao Plenário, se houver consenso. Não sei por que perdermos tempo com isso.

De fato, a bancada do PT entende que deveríamos votar aqui só o que for absolutamente urgente e o que acarretar prejuízos irreparáveis.. Até concordamos em incluir o Projeto de Lei nº 66, mas achamos que devemos selecionar as dez urgências — os mais importantes. Fora disso, partiremos para a obstrução.

Na semana passada, fizemos um acordo, em torno de trinta e dois. Achávamos que, com isso, a questão estava solucionada, mas fomos surpreendidos com a imensa quantidade de propostas, para ser votar no apagar das luzes. Se aprovadas, vão interferir no Orçamento que estamos votando. Isso acentua o inaceitável vício de se executar tudo através de restos a pagar. Esse vício precisa de ter paradeiro. Não estamos de acordo em ficar com empenhos monumentais, que têm desfigurado inteiramente os Orçamentos. Esse Orçamento que votamos já será desfigurado. Já existe a questão do Imposto de Renda, sem os cortes equivalentes. Portanto, essa votação, com tantas pendências, seguramente levará a uma situação que deturpará ainda mais tudo o que estamos votando.

Em suma, deveríamos selecionar apenas o que fosse absolutamente imprescindível de passar pela Comissão e o que fosse de fato urgência. Os dez projetos já atenderiam bem a todas as urgências e aos trinta e dois pleitos legítimos já colocados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Mesa esclarece que fez reunião com todos os Líderes às 11h e, na ocasião, foi feita uma relação, com aquiescência, adredemente, dos Líderes, com a ressalva do PT. A Mesa não fará reuniões para discutir reunião anterior indefinidamente.

Vou colocar a matéria em votação. Quem quiser votar contra, que vote; quem quiser obstruir, que obstrua. A Mesa cumprirá o seu dever.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em qual artigo do Regimento V.Exa. fundamenta sua questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa. mencionou algo que não é correto: que a objeção foi do PT, mas o PFL fez objeção. Peço a V.Exa. que corrija. Estou solidário com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura do meu parecer, com todo respeito, desejo dizer ao nobre Deputado José Carlos Aleluia que sou membro da bancada do PFL e que a representação do PFL nesta Comissão não se reuniu, para tomar qualquer decisão contrária à decisão das Lideranças, tomada às 11h da manhã de hoje, nem o Líder da bancada na Câmara dos Deputados me deu qualquer informação a respeito dessa atitude do PFL.

Quero que isto fique consignado. Tenho todo respeito e apreço pelo nobre Deputado José Carlos Aleluia, mas não posso, de modo nenhum, concordar em usar o nome da bancada, sem que a representação do PFL nesta Comissão seja sequer avisada.

Sr. Presidente, feita essa declaração, de que não concordo com esse procedimento, passo à leitura do meu parecer.

I - Relatório:

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 642, de 2001-CN (nº 1.122/2001, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas Companhias Docas e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, crédito suplementar no valor de R$24.180.816,00, para os fins que especifica.

O crédito em favor do Ministério dos Transportes, com valor total de R$13.027.668,00, concerne às seguintes unidades orçamentárias e respectivas ações:

a) Companhia Docas do Espírito Santo, com R$2.000.000,00: Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária — No Estado do Espírito Santo;

b) Companhia Docas do Estado da Bahia, com R$5.100.000,00: Execução de Obras de Infra-Estrutura — Porto de Ilhéus — No Estado da Bahia, e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos — No Estado da Bahia;

c) Companhia Docas do Rio de Janeiro, com R$5.927.668,00: Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos — Porto de Sepetiba (RJ) — No Estado do Rio de Janeiro.

O crédito em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$11.153.148,00, contempla as seguintes ações da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO:

a) Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo — Nacional;

b) Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo — Nacional;

c) Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária — Nacional;

d) Reaparelhamento da Infra-Estrutura Aeroportuária — Nacional;

e) Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos — Nacional;

f) Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento — Nacional.

A Exposição de Motivos nº 214/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que os recursos para o atendimento do crédito terão a seguinte procedência:

a) Companhia Docas do Espírito Santo: saldo orçamentário de recursos repassados pela União, sob forma de participação acionária, constantes do orçamento de 2000 ('saldo de exercícios anteriores);

b) Companhia Docas da Bahia: geração das atividades próprias da empresa;

c) Companhia Docas do Rio de Janeiro: saldos de operações de crédito internas,

junto ao BNDES, já contratadas;

d) Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO: cancelamento de parte de dotações de projeto e atividade vinculados ao Programa Nacional de Atividades Espaciais — PNAE.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

II - Voto do Relator.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2000-2003 (Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000) ou com sua revisão (Lei nº 10.297, de 26 de outubro de 2001) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001 — LDO/2001 (Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000).

Constata-se que foi indicada a fonte 'Saldos de Exercícios Anteriores' para ser utilizada como suplementação do subtítulo "26.784.0230.1028.0002 — Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária — No Estado do Espírito Santo", na programação da Companhia Docas do Espírito Santo. Tal fonte de recursos, entretanto, não se inclui explicitamente entre as elencadas no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, como passíveis de utilização para a aprovação de créditos suplementares.

A Companhia Docas do Espírito Santo, sociedade de economia mista constante do orçamento de investimento das estatais, elabora seus balanços contábeis nos moldes da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A), e não da Lei nº 4.320/64. Conseqüentemente, a estrutura do seu balanço patrimonial não guarda correlação estrita com aquela prevista na Lei nº 4.320/64. Entretanto, uma análise mais detalhada sobre a conta "Saldos de Exercícios Anteriores", subsidiada por informações prestadas pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais — DEST, revelou que essa fonte tem a mesma natureza contábil do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, que consiste em uma das fontes de recursos previstas na Lei nº 4.320/64 para aprovação de créditos suplementares. Dessa forma, não haveria óbices à utilização da conta "Saldos de Exercícios Anteriores", consignada no PL nº 42, de 2001-CN, com o fito de se aprovar a suplementação supracitada.

Consoante determinação do art. 30 da Resolução nº 1, de 2001-CN, o Quadro I, em anexo, apresenta a execução orçamentária recente de cada subtítulo a ser suplementado mediante o projeto de lei analisado, comparada com os valores da suplementação proposta.

Do quadro supramencionado depreende-se que, dos dez subtítulos suplementados pelo projeto de lei em tela, três apresentam execução orçamentária (liquidação) acima de 60%. Para os outros sete, a execução se revela, até 1º de novembro de 2001, inferior a 40%.

Foi identificada a seguinte obra com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que está sendo objeto de suplementação na programação da Companhia Docas do Espírito Santo: "26.784.0230.1028.0002 — Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária — No Estado do Espírito Santo".

O subtítulo apresenta indícios de irregularidades graves concernentes ao processo licitatório, identificado no edital da Concorrência nº 004/2000. A Decisão nº 609/2001 do Plenário do TCU, publicada no DOU em 11 de setembro de 2001, determina que se

dê ciência da suspensão cautelar da concorrência CODESA nº 4/2000 ao Ministro dos Transportes e a esta Comissão.

De acordo com o art. 86, §7º, da LDO/2001, "a lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal, cujas execuções orçamentárias ficarão condicionadas à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à prévia deliberação do Congresso Nacional e da Comissão referida no **caput**" (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização).

Dessa forma, propomos a adoção dos mesmos procedimentos que vêm sendo adotados nas leis orçamentárias anuais quanto ao tratamento a ser aplicado aos subtítulos com indícios de irregularidades graves, em consonância com o art. 14 da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001 — LOA 2001. Nesse sentido, apresentamos a Emenda de Relator nº 00001 ao texto do projeto de lei, para incluir dispositivo que veda, no que tange ao subtítulo com indícios de irregularidades graves em comento, a execução relacionada com a concorrência CODESA nº 4/2000, até que sejam adotadas as medidas saneadoras determinadas pela Corte de Contas e haja autorização específica para execução por parte desta Comissão e do Congresso Nacional.

Foi aprovado o Decreto Legislativo nº 5, de 1º de novembro de 2001, que autoriza a liberação de recursos consignados na Lei Orçamentária para 2001 no subtítulo "26.784.0230.3265.0001 — Dragagem no Porto de Vitória — ES no Estado do Espírito Santo", da Unidade Orçamentária 39211— CODESA, para a execução dos contratos oriundos da Concorrência nº 01/98 e do Convite nº 41/98. Cumpre ressaltar, entretanto, que o subtítulo objeto do Decreto supracitado não se confunde com a obra com indícios de irregularidades acima detectada "26.784.0230.1028.0002 — Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária — No Estado do Espírito Santo". Tampouco se confundem os instrumentos administrativos em que se identificaram os indícios de irregularidades, que, no caso deste último, consiste na concorrência CODESA nº 4/2000.

Diante do exposto, somos favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 42, de 2001-CN, na forma do substitutivo em anexo, com a aprovação da Emenda de Relator nº 00001.

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 42, de 2001-CN:

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas Companhias Docas e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, crédito suplementar no valor total de R$24.180.816,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito suplementar no valor total de R$24.180.816, 00 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta mil e oitocentos e dezesseis reais), em favor de diversas Companhias Docas e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são oriundos de cancelamento em outros projetos/atividades, constantes do Anexo II a esta lei, de geração própria de operações de crédito internas e saldo de exercícios anteriores, conforme demonstrado nos "Quadros Síntese por Receita", constantes do Anexo I a esta Lei.

Art. 3º. É vedada, no que tange ao subtítulo '26.784.0230.1028.002' — Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária — No Estado do Espírito Santo' da programação da Companhia Docas do Espírito Santo, a execução orçamentária relativa com a concorrência CODESA nº 4/2000, até deliberação em contrário da Comissão Mista, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal e do Congresso Nacional.

*§ 1º. A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo órgão responsável ou pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.*

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A emenda do Relator acrescenta o art. 3º, que já foi lido, de modo a tomar medidas cautelares no que toca ao subtítulo recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuária no Estado do Espírito Santo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o parecer.

Já temos inscritos para a discussão: Deputados Ursicino Queiroz, Gilmar Machado, José Carlos Aleluia, Pedro Novais, Eujácio Simões, Laura Carneiro, João Almeida; Senadores Almir Lando, Moreira Mendes, Gilberto Mestrinho, Wellington Roberto.

Com a palavra o Deputado Ursicino Queiroz. S.Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO URSICINO QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, na

verdade, inscrevi-me para falar sobre esse projeto de crédito suplementar, porque nele há algo profundamente importante, quer do ponto de vista doutrinário da Administração Pública, quer do ponto de vista de se levarem benefícios aos cidadãos, que esperam de cada um de nós, Deputados e Senadores, o cumprimento exato e na plenitude da nossa missão de legislar.

Este projeto traz no seu interior um decreto legislativo que permite que, mesmo obras em que o Tribunal de Contas da União tenha detectado irregularidades, recebam investimentos de novos recursos federais, ressalvando evidente e claramente as responsabilidades pelas irregularidades apuradas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há um dispêndio de recursos federais e estaduais nessas obras que, por terem sido iniciadas, precisam ser concluídas, para gerarem os benefícios esperados.

Esperamos que o povo do Espírito Santo e o povo brasileiro, cujos Estados possuam obras consideradas irregulares pelo TCU, recebam desta Comissão e, em última análise deste Congresso, entendimento inteligente, pertinente e, acima de tudo, moralizador.

Ao aprovarmos esse projeto, certamente, estamos sinalizando para a Comissão e o próprio País, que aqui se praticará a linha de coerência política, a linha da civilidade política. Não queremos imaginar, Sr. Presidente, que nesta Comissão e neste Congresso Nacional, entendamos que existam populações de primeira, de segunda e de última categoria.

Este primeiro projeto é emblemático, sintomático e, por certo, levará todos nós, Deputados e Senadores, a uma grande reflexão, que precisa ser feita no seio deste Parlamento: querelas pessoais não podem ser trazidas para esta Casa. Se as trouxermos para cá, — repito e serei repetitivo — prejudicaremos a comunidade brasileira que para cá nos trouxe, a fim de defender os seus interesses.

Quero, Sr. Presidente, fazer este pronunciamento, até mesmo porque entendo que a grande virtude, não que o político, mas que o cidadão precisa ter, é a qualidade da coerência. Pouco importa a sua ideologia política, o seu credo religioso. No momento em que cada um de nós se prepara para o sagrado direito do voto, que não pode nem deve ser censurado, também expõe a sua conduta e se desnuda diante da Nação na sua linha de coerência.

Na certeza de que todos nós seremos coerentes, utilizo esse tempo, para que todos os projetos semelhantes a esse, que dependam de um projeto legislativo com as salvaguardas necessárias, para que as obras sejam concluídas, recebam o mesmo tratamento desta Casa, desta Comissão e de nós, homens e mulheres, que constituímos esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que nos ajude a cumprir o Regimento Interno com relação ao cigarro. Ontem, saí daqui com dor de cabeça. O cigarro incomoda, ainda mais em uma sala fechada. O Regimento é claro, ao determinar que não se pode fumar neste recinto. Se alguém quiser fumar, faça-o lá fora!

Portanto, peço aos companheiros, aos colegas que não fumem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência acolhe a solicitação de V.Exa. e recomenda aos Srs. Parlamentares e presentes — assessores e imprensa — que não fumem neste plenário.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, encaminho o relatório apresentado pelo ilustre Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Realmente, S.Exa. é muito criterioso e até mesmo sanou a nossa preocupação, no que diz respeito à Companhia Docas do Espírito Santo, apontada a irregularidade. Mas, da forma como foi montado, o substitutivo nos assegura que não estaremos aqui votando em uma obra irregular, porque está garantido que, para a liberação de tal obra, haverá necessidade de correção. Sendo, assim, ficou saneado o problema da irregularidade o que já nos deixa mais tranqüilos.

Com relação aos outros investimentos necessários, menciono o que diz respeito à INFRAERO. Hoje um dos grandes problemas que temos é com relação à dificuldade principalmente de alguns aeroportos brasileiros, especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. O tráfego aéreo é extremamente intenso e, evidentemente, requer melhorias quanto à segurança, para que os vôos ocorram de maneira mais tranqüila, sem estarmos sujeitos a riscos maiores do que o risco normal de qualquer viagem.

Há necessidade dessa reestruturação que está sendo feita inclusive com recursos de créditos que a própria INFRAERO usa, provenientes de dotações suas, o que não cria nenhum problema nem traz nenhuma mudança significativos.

Portanto, Sr. Presidente, da nossa parte não há nenhuma dificuldade para a aprovação do crédito. Só queremos alertar os colegas, reafirmando o que disse

o nobre Deputado Virgílio Guimarães, para o fato de que nossa bancada participou da reunião hoje pela manhã e está disposta a contribuir para o bom andamento da votação, como já fez em relação aos 32 créditos, na semana anterior.

Faremos o mesmo em plenário, mas entendemos que votar hoje mais de 32 créditos é um excesso. Só concordamos em votar dez ou onze. Se ultrapassarmos esse número, exerceremos o livre direito de utilizar o processo de obstrução e pedir verificação de votação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, em reunião realizada hoje pela manhã, o Líder Miro Teixeira nos instruiu a analisar projeto por projeto, a não fazer nenhuma obstrução **a priori**, naqueles que considerássemos úteis para o País, e a fazê-la de forma pontual, naqueles que entendêssemos necessário.

Nós, do PDT, discordamos da posição do Partido dos Trabalhadores. Estamos dispostos a votar mais de dez projetos, por entendermos que, se esses recursos permanecerem no caixa do Governo, eles se tornarão superávit financeiro, que novamente atropelará a execução do Orçamento de 2002. O superávit de 13 bilhões, que o Governo usou neste ano, certamente inibiu a aplicação do Orçamento.

É essa a posição do meu partido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, que disporá de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA –Sr. Presidente, estamos dando continuidade à análise dos inúmeros projetos que representam a reconstrução do Orçamento da União para 2001.

Falo em reconstrução porque o Orçamento é como um produto que se fabrica para aderir a uma roupa, mas que foge aos princípios do planejamento. Ele representa a quantificação das intenções que se têm para o próximo ano; portanto, é feito antes da sua própria realização.

No Brasil, estamos desenvolvendo uma técnica histórica de se fazer orçamento, ou seja, construímos, no fim do ano, o que pretendíamos ter realizado durante o ano. No que se refere às empresas, todos sabem que estamos apenas legalizando o que já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência solicita ao Plenário que respeite o orador na tribuna, para que os trabalhos prossigam em ritmo mais rápido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não é por outro motivo, Sr. Presidente, que fazemos questão de discutir os projetos, pois temos de analisar os reflexos de cada um.

O projeto em discussão visa promover investimentos na Companhia Docas do Rio de Janeiro, no Porto de Sepetiba. Ora, Sr. Presidente, essas ações deveriam ter sido decididas no Orçamento de um ano atrás, não agora. Não há nenhuma urgência em aprová-las neste momento.

A Deputada Laura Carneiro, que conhece e defende muito bem o Rio de Janeiro, provavelmente vai se inscrever para discutir e conseguirá mudar meu voto. Não terei nenhuma dificuldade em votar de acordo com S.Exa., que tem demonstrado, nesta Comissão — assim como o Deputado Jorge Bittar e outros —, capacidade de combate que supera a ausência de outros companheiros do seu Estado.

Aqui se verifica uma inversão: os grandes Estados da Federação se ausentam e os pequenos elaboram o Orçamento quando e como querem. Portanto, quero render homenagens à Deputada Laura Carneiro e ao Deputado Jorge Bittar — que está presente —, bravos combatentes do Estado do Rio de Janeiro.

Poderei, Sr. Presidente, mudar o voto inicial em relação ao projeto, ou seguir orientação semelhante à do Partido dos Trabalhadores, colocando-me em obstrução.

Há também investimentos no Porto do Espírito Santo, que me preocupa mais. O Relator tomou cuidado ao tentar mostrar que todas as precauções estavam sendo tomadas para defender o Erário, mas não defendo teses com as quais não concordo. Na medida em que S.Exa. apresentar, em conformidade com o Tribunal de Contas da União, um conjunto de medidas que possam assegurar a defesa do interesse público, eu votarei a favor de recursos para o Porto do Espírito Santo, inclusive seguindo a orientação do Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há possibilidade de aparte, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É para encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há encaminhamento. Há orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES –Na discussão, há apartes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa. é Líder do partido e conhece bem o Regimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Conheço-o e sei que há apartes na discussão de matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Mesa não vai permitir que V.Exa. utilize a palavra.

Nobre Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. tem meio minuto para concluir sua intervenção.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Muito obrigado pela generosidade de V.Exa.

Neste meio minuto, quero dizer que a Bahia também está incluída. Não quero levantar irregularidades da Companhia Docas da Bahia; essa não é minha função. Espero que o TCU cumpra a sua parte, e também o Ministério Público. Portanto, não quero obstruir recursos para o Porto de Ilhéus, por cuja revitalização muito temos trabalhado, sobretudo nos últimos dez anos, inclusive com a ajuda do Senador Paulo Souto, que tanto fez pela cidade e tem o respeito do seu povo...

Vou atender à reclamação de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é reclamação, nobre Deputado.

Só estamos seguindo o Regimento, que estabelece o prazo de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Em princípio, antes de ouvir a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Jorge Bittar, que talvez possam convencer-me em relação ao Rio de Janeiro, continuarei em obstrução ao projeto.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, indago a V.Exa. se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais, que disporá de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, minha posição quanto ao projeto não é, de modo nenhum, um desapreço ao parecer do Deputado Antônio Carlos Konder Reis nem a S.Exa.

Com relação a este e aos demais créditos adicionais que serão votados, minha posição e a dos companheiros do Maranhão é de votar contrariamente a todos os pareceres. Não podemos admitir que, faltando apenas dois dias para a conclusão do exercício, estejamos votando créditos adicionais; isso seria ficção. Nossa posição também se deve ao mau tratamento que recebemos da Relatoria-Geral do Orçamento para o ano de 2002. O Maranhão foi injustiçado, conforme demonstrei, várias vezes, nas reuniões anteriores.

Portanto, Sr. Presidente, reafirmo a minha posição e a de meus companheiros de bancada: votaremos contra todos os créditos adicionais e matérias de interesse do Governo que venham a ser apreciadas na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Eujácio Simões.

S.Exa. disporá de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, prestei atenção ao relatório do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, inclusive pela riqueza de detalhes que traz em seu bojo.

Salta aos olhos o fato — corroborado pelas considerações do Deputado Pedro Novais — de que as unidades da União que estão recebendo suplementações só conseguiram executar, em média, 38% dos recursos. Entretanto, o Governo quer suplementá-las, de afogadilho.

Por outro lado, apesar de o Deputado Antônio Carlos Konder Reis preocupar-se com a fiscalização, S.Exa. não observou que a Companhia Docas da Bahia conseguiu executar, financeiramente, 104% das verbas de que dispunha, indicando que existe alguma irregularidade. Apesar de não autorizada, houve liquidação de recursos ultrapassando 4% das verbas disponíveis.

Quero crer, como disse o Deputado José Carlos Aleluia, que conhecemos muito bem a gestão da Companhia Docas da Bahia. O Tribunal de Contas tem de se preocupar em investigar essa irregularidade, e esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem de atentar para o fato, em

vez de se ater apenas à situação da Companhia Docas do Espírito Santo.

Além disso, recursos da ordem de 11 milhões e 153 mil reais do Plano Nacional de Atividades Espaciais estão sendo cancelados, atingindo sobretudo o Estado do Maranhão, do nobre Deputado Pedro Novais, que se rebela contra a votação dos créditos — S.Exa. não atentou para esse detalhe —, principalmente quanto às atividades da Base de Alcântara.

Chamo a atenção dos colegas para esses pormenores, não só na condição de Parlamentar, mas como Líder da bancada do PL na Comissão.

Vou irmanar-me ao Deputado José Carlos Aleluia, do PFL, e manter-me em obstrução. Também estou encaminhando à Mesa destaque no sentido de que não seja votado o substitutivo, mas, sim, o projeto original, porque entendemos que não procede a emenda apresentada pelo Sr. Relator.

Sr. Presidente, aguardo a posição da Comissão sobre as questões por mim levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

S.Exa. disporá de cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, serei rápida.

Entendo os motivos do Deputado Pedro Novais, da bancada do Maranhão, assim como os do Deputado Eujácio Simões, e agradeço ao Deputado José Carlos Aleluia as palavras.

No que diz respeito ao Espírito Santo, o crédito é condicionado a um decreto legislativo; portanto, não há nenhum problema.

No que se refere à Bahia, acho que é interesse de todos os baianos ver esse crédito aprovado, da mesma forma no que diz respeito ao Aeroporto Luis Eduardo Magalhães.

Em relação à Companhia Docas do Rio de Janeiro, esse crédito vem apenas suplementar a construção do terminal de gusa do Porto de Sepetiba, que se iniciou em 1999, por meio de emenda da bancada do Estado. Na verdade, esses valores representam a obrigação contratual junto ao BNDES, que financia a obra. Esse crédito tem de ser dado em 2001, porque foi realizado neste ano. Portanto, para a Companhia Docas do Rio de Janeiro, é vital a sua aprovação.

O pedido de crédito suplementar chegou à Casa em 24 de outubro. Estamos votando-o hoje devido a divergências internas e obstruções, não por falta de vontade do Governo nem de tempo hábil.

Faço um apelo, como pefelista e um pouco baiana, aos Deputados José Carlos Aleluia e Eujácio Simões, sabendo da força que S.Exas. têm nesta Comissão, na defesa do meu meio Estado, que representam. O Rio de Janeiro, neste momento, precisa — e sempre precisará — de recursos. O sistema do Porto de Sepetiba foi uma luta da bancada do Estado. Por isso, não posso deixar de pedir aos colegas que aprovem o Projeto de Lei nº 42.

Sr. Presidente, quero abordar outro assunto. Chegou-nos a informação de que o Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, teria feito certas declarações sobre o Rio de Janeiro. Se forem confirmadas, eu as repudiarei, juntamente com os Deputados Jorge Bittar, Paulo Lessa, Paulo Feijó e Fernando Gabeira. Pediremos ao Ministro que retire suas afirmações, sob pena de prejudicar o relacionamento da nossa bancada com aquele Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Senador Amir Lando. *(Pausa.)*

S.Exa. abre mão de seu tempo.

Com a palavra o nobre Senador Moreira Mendes.

S.Exa. disporá de cinco minutos.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, andou bem o ilustre Relator, Deputado Antônio Carlos Konder Reis, em seu relatório; efetivamente, o projeto é compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Andou melhor ainda, Sr. Presidente, quando apresentou a emenda que acrescenta o art. 3º como substitutivo ao projeto de lei original. Nesse artigo, propõe a vedação da liberação de recursos para a obra do Espírito Santo, até que sejam sanadas as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas.

Portanto, acompanho e voto a favor do relatório do ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, só quero dizer que concordo com o parecer do nobre Relator ao Projeto de Lei nº 42.

Na verdade, paralisar obras é prejuízo para a Nação. Elas têm de ser fiscalizadas, e não paralisadas.

Sou favorável ao parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MESTRINHO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, alegou-se que esse projeto, tão bem relatado pelo Deputado Antônio Carlos Konder Reis, teria sido apresentado no apagar

das luzes de 2001. No entanto, a solicitação do Ministério do Planejamento foi feita em julho de 2001 e a mensagem foi enviada ao Congresso Nacional em 24 de outubro, como disse a Deputada Laura Carneiro. Ocorreu uma demora devido à burocracia, não à falta de prazo. Se estamos votando o projeto agora, a culpa não nos cabe; o importante é que ele corrija as situações a que se refere.

Os créditos, em si, já foram explicados. Eles regularizam empréstimos do BNDES, despesas geradas de receitas da própria companhia e transferência de verbas de um órgão para outro, sem implicar dispêndio orçamentário.

Assim, sou favorável à aprovação do parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado João Almeida, que disporá de cinco minutos. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado João Leão.

S.Exa. disporá de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero falar sobre o nobre colega Antônio Carlos Konder Reis.

Conhecemos S.Exa. há muitos anos. É um grande Parlamentar, ex-Governador de Estado, uma figura maravilhosa, que honra a todos nós, que o temos ao nosso lado na Comissão.

Caro Deputado, tenho algumas dúvidas sobre a execução orçamentária da suplementação desse projeto de lei. Se o Presidente consentir — o Regimento o permite —, peço a V.Exa. que as esclareça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, desde que V.Exa. se atenha ao tempo, a Presidência permite que obtenha os esclarecimentos do Relator.

Vamos nos circunscrever ao tempo, para que não continuemos uma discussão exagerada, apesar de prevista pelo Regimento Interno.

V.Exa. tem a palavra e pode se dirigir ao Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Acredito que a Comissão terá todo o interesse no que vou perguntar a S.Exa.

Na unidade orçamentária da CODESA, nº 26.784 — recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuária no Estado do Espírito Santo —, foram autorizados 10 milhões e 300 mil reais; liquidados, zero. Entretanto, pede-se uma suplementação de 2 milhões de reais. Se há 10 milhões e 300 mil reais em caixa, para que mais 2 milhões, se, até o mês de outubro, não se gastou absolutamente nada?

Em relação à CODEBA, à execução de obras de infra-estrutura no Porto de Ilhéus, no Estado da Bahia: autorizados, 600 mil reais; liquidados, 362 mil. Gastaram-se 60,4% e se requer uma suplementação de 5 milhões.

Ora, se o órgão gastou em sua manutenção, de janeiro a setembro, só 600 mil reais, como vai gastar, nos últimos dois dias, 5 milhões de reais? É preciso muita habilidade para consegui-lo.

Ainda no que se refere à CODEBA, quanto à manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos no Estado da Bahia: autorizados, 200 mil reais; liquidados, 209 mil e 800 reais — gastaram-se 104,9%.

O Relator deve ter recebido explicações do órgão sobre as razões de ter gastado 4% além do permitido. Entretanto, ainda pede suplementação de 100 mil.

CDRJ: funcional programática nº 26.784 — construção do terminal de minério e gusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputado, V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, estou levantando uma dúvida que é do interesse de toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A dúvida é procedente, mas o tempo de V.Exa. é de cinco minutos.

A Presidência não será tolerante, pois há mais de vinte Deputados e Senadores inscritos.

Já que há obstrução, vamos fazer cumprir o Regimento Interno.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Depois, Deputada.

Agora, está com a palavra o Deputado João Leão, que dispõe de um minuto para encerrar sua intervenção.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Autorizado, 1 milhão e 125 mil; liquidado, zero. Suplementação proposta: 5 milhões e 927 mil.

Ora, como um órgão tem autorização de 1 milhão e 125 mil reais e suplementação proposta de 5 milhões e 927 mil? Há algo errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Peço que conclua, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Nas suplementações seguintes, foram liquidados, respectiva-

mente, 13,3%, 11,2%, 10,9%, 79,2% — vá lá —, 19,3% e 38,2%.

Solicito ao nobre Relator que esclareça minhas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

S.Exa. disporá de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, o substitutivo apresentado pelo Relator, sem dúvida nenhuma, corrige uma questão central abordada na reunião dos Líderes da Comissão.

Foi estabelecido o critério geral de que não incluiríamos qualquer obra com indícios de irregularidades na sua execução.

A saída encontrada pelo Relator contempla esse aspecto, apesar de não solucionar o problema. Como se trata de suplementação, esta dependeria de execução ainda em 2001 ou, pelo menos, que a verba fosse empenhada e a obra liberada ainda neste ano, para que os recursos fossem adequadamente utilizados.

Evidentemente, não é possível, até o final do ano, obter o parecer do TCU e ainda elaborar o decreto legislativo que defina as condições para o uso desses recursos nas Docas do Espírito Santo.

Sr. Presidente, aprovamos, há menos de um mês, decreto legislativo cujo Relator foi o Deputado João Coser, que tratava das Docas do Espírito Santo. Não sei o número, mas lembro perfeitamente que foi o único aprovado — todos sabem da obstrução feita pelo PFL em relação aos demais.

Ao elogiar o Relator pela preocupação de S.Exa., pergunto se aquele decreto não é suficiente para que os recursos para o Espírito Santo sejam liberados. Qualquer projeto de lei votado na Comissão só terá possibilidade de execução se aprovado em plenário. É uma etapa necessária, já que não estamos em recesso — teremos convocação até 7 de janeiro —, em que a Comissão Representativa poderia aprovar os projetos de lei orçamentária.

Não temos nenhum compromisso com a aprovação do projeto. Tenho simpatia pelas obras das Docas. O sistema precisa ser modernizado e, para tal, necessita de investimentos. Trata-se de setor público importante.

Por que não viabilizar, de imediato, a situação do Espírito Santo, uma vez que o decreto legislativo já foi aprovado? É o questionamento que faço ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - O nobre Deputado Virgílio Guimarães referiu-se à Comissão Representativa. Na realidade, os créditos não poderão ser votados naquela Comissão se não o forem nesta até amanhã. É importante que isso fique bem claro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Na Comissão Representativa, não podem mais ser votados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Têm de ser votados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - V.Exa. tem razão. É isso que a Presidência está lembrando: amanhã é o prazo para que se votem os créditos nesta Comissão.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

S.Exa. disporá de cinco minutos.

A Presidência faz um apelo ao Plenário para que ouça os colegas inscritos. Todos querem discutir esta matéria de grande importância.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, esta matéria, como outras ainda por vir, é objeto mais de discussão política regionalizada que de mérito. Na verdade, é uma luta interna na Bahia, que pode prejudicar importantes investimentos.

Essa peça foi encaminhada à Casa ainda em outubro. Naquele momento, poder-se-ia até não ter empenhado os recursos, porque a obra estava ainda em licitação. Uma vez licitada, o valor determinado e não havendo mais nenhuma perlenga jurídica, resolveu-se, então, solicitar crédito suplementar.

Os recursos solicitados são da própria empresa, de superávit financeiro do ano anterior. Por isso, entendemos ser melhor destiná-los a ela que deixá-los à disposição do Ministério. Se as obras já estão contratadas, por que não carimbar os recursos, já prevendo os gastos do ano que vem?

Então, o PDT encaminha favoravelmente ao projeto e pede aos companheiros da Bahia que façam um acordo. É legítima a briga política, mas, acima dela, há o interesse de todos. O aeroporto da Bahia tem de ser aprovado, como também os portos do Espírito Santo, da Bahia, de Ilhéus, o terminal de ferro-gusa de Sepetiba e o retroporto.

Portanto, o projeto, no mérito, merece nossa aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - A Presidência agradece a V.Exa. o espírito conciliador

que tem trazido para a discussão dos créditos suplementares.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO PAULO LESSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO LESSA - Sr. Presidente, sugiro que os partidos indiquem um orador para cada projeto de lei, pois são 32. Se não, vamos ficar até amanhã de manhã discutindo os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Concordo com V.Exa. e gostaria que isso fosse possível.

Infelizmente, há uma obstrução em andamento e o procedimento é regimental. Não podemos impedir que todos os Parlamentares que desejam se inscrever o façam, mas estamos sendo rigorosos com o tempo de cinco minutos.

Com a palavra o nobre Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, foi retirado, pelo Governo, o Projeto de Lei nº 113, do FUNPEN, cujo Relator é o nobre Senador Amir Lando, que pleiteava recursos no valor de 30 milhões de reais.

O Governo acreditava se tratar de obra nova, quando, na realidade, já estava em andamento. Essa informação nos chegou por intermédio do Ministério da Justiça, dando conta de que a obra está sendo prejudicada.

Em conversa com o Relator-Geral nessa madrugada, percebi que, como Relator-Setorial, havia destinado 100 milhões de reais a uma emenda nacional que está sendo usada para atender a destaques dos Parlamentares. Por esse motivo, é mais do que justo colocar a matéria novamente em pauta, para que a discussão seja feita no plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Senador, a Secretaria informa que realmente houve esse engano, mas já está sendo corrigido.

Tem a palavra, pela ordem, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a atenção dos Srs. Parlamentares.

O Globo On Line, Plantão, 27 de dezembro de 2001, 10h. Rio de Janeiro. O Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, disse hoje que o comportamento da bancada parlamentar carioca é um dos fatores que explicam por que o Estado não consegue obter recursos do Governo Federal para o combate às chuvas. Segundo o Ministro, a bancada carioca é a mais acomodada, em comparação, por exemplo, com os Parlamentares de seu Estado, a Paraíba. E complementa: "Podemos passar a manhã inteira na porta do Ministro, até que ele atenda. Não vejo esse tipo de comportamento por parte da bancada carioca".

O Ministro Ney Suassuna, que mora e tem negócios no Rio de Janeiro, embora receba votos na Paraíba, não tem o direito de falar assim da nossa bancada. Eu e o Deputado Jorge Bittar não vamos admiti-lo. Temos dificuldades, sim, não porque a bancada não funcione, mas porque o Governo Federal não libera nossos recursos.

Desde a semana passada, estamos esperando que o Ministério da Integração Nacional libere as verbas de 2001. Por que não o fez? Não foi por falta de projetos — eles estão lá —, nem por culpa da bancada.

Além disso, o Ministro esteve, ontem, nesta Comissão. Eu e o Deputado Jorge Bittar conversamos com ele e perguntamos: "Ministro, como liberar recursos para as vítimas das chuvas no Rio de Janeiro?" Ele nos respondeu: "Estou esperando o laudo da Defesa Civil do Estado". Portanto, está esperando resposta do Governador e não da bancada federal do Rio de Janeiro.

Mais ainda, Sr. Presidente: o Ministro afirmou que o Presidente da República iria ao Rio pela manhã. Eu e o Deputado Bittar perguntamos ao Líder Artur da Távola: "E nós, fazemos o quê? Vamos ou ficamos votando o Orçamento?" O Senador nos respondeu: "Só vão os Líderes. Eu fui convidado, e não vou, porque estou votando. Só vai o Deputado Roberto Jefferson". Aliás, é o que mostra a foto com o Presidente da República.

Sr. Presidente, não admitimos esse tipo de comentário. O Ministro não pode falar assim de 46 Deputados e três Senadores do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Nobre Deputada, esta Presidência solidariza-se com V.Exa. e com a bancada do Rio de Janeiro.

A serem verdadeiras as declarações, lamento o posicionamento do nobre Senador e hoje Ministro. S.Exa. se plantou — vou falar como Deputado, não como eventual Presidente da Comissão — na porta do Ministério, apelando para ser Ministro. Agora, não tem o direito de agredir uma bancada como a do Rio de Janeiro ou nenhuma outra desta Casa.

Solidarizo-me com V.Exa. Tenho acompanhado o trabalho da bancada carioca ao longo de três anos e

sou testemunha de que o Estado vem sendo marginalizado e sacrificado pelos projetos de lei oriundos do Governo Federal. Não é justo que um Ministro que eventualmente ocupa o cargo venha agredir Parlamentares que lutam na defesa dos interesses do Rio de Janeiro. S.Exa. deveria estar lá, atendendo à população carente, que sofre devido às enchentes. Portanto, manifesto minha total solidariedade a V.Exa. e à sua bancada.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - V.Exa. pede a palavra pela ordem?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) - Peço que cite o artigo do Regimento em que se baseia.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, como Vice-Líder do Governo, quero fazer uma comunicação, por três minutos.

Não sei qual é o artigo do Regimento. Quero comentar as declarações da brilhante Deputada Laura Carneiro, não para polemizar, mas para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O assunto da Deputada Laura Carneiro foge da Ordem do Dia.

S.Exa. expôs questão alheia à que estamos debatendo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não posso falar pela Liderança do Governo, como Vice-Líder?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Somente o Líder pode pedir a palavra, por até vinte minutos.

Não há delegação, nesse caso.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. está cassando a palavra do colega, que se oferece para cooperar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não estou cassando a palavra de S.Exa. Estou cumprindo o Regimento.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, o incidente relatado pela Deputada Laura Carneiro é profundamente lamentável.

Vamos encaminhar o assunto ao Ministério da Integração Nacional, mas informo que o Presidente da República já enviou o Ministro ao Rio de Janeiro, para resolver o problema.

Muito obrigado pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não se trata de gentileza. É o Regimento, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o nobre Relator pelo minucioso trabalho.

Não posso deixar de reafirmar algumas observações que fiz, na semana passada — em reunião presidida por V.Exa. —, sobre o que hoje acontece nesta Comissão e o quanto trabalhamos para tentar cumprir nossas obrigações.

Reunimo-nos, na ocasião, para destrinchar os projetos de lei que tramitam na Casa. Novamente, hoje pela manhã, tentamos fazer acordo nesse sentido. Devemos admitir a hipótese de rever nossas posições, pois sabemos que a política é dinâmica e mutável.

É preciso esclarecer os fatos. Afirmei, naquela reunião, que estamos trilhando um caminho que não considero o mais adequado. Tenho o máximo respeito pelo Líder Virgílio Guimarães, mas discordo quando S.Exa. decide escolher apenas dez projetos de lei para votar. Por que dez e não quinze, por exemplo?

Esse não é o critério que a Comissão deve adotar. Se temos dificuldades em relação a alguns projetos de lei, vamos tentar solucioná-las, aprofundando a discussão. Não é desta forma que devemos trabalhar.

Está em andamento obstrução feita pela bancada da Bahia. Não a considero ilegítima, mas creio que deve ter parâmetros. Chega um momento em que se esgota a negociação e, queiramos ou não, temos de decidir no voto, agradando a uns e, talvez, descontentando outros.

Não podemos comprometer o trabalho desta Comissão. Tenho de pensar que, em tese, sem nenhuma exceção, todos os projetos de lei são urgentes e importantes; se não, não estariam aqui. Essa é a premissa principal, original. Não podemos classificar os projetos de lei que aqui estão como sendo de primeira, segunda, terceira, quarta ou quinta categoria. Isso não é verdadeiro. É democrático e justo que cada bancada faça suas observações, que concorde ou discorde em relação a esses ou aqueles pontos, mas não podemos privilegiar projetos de lei.

Não conversei com minha bancada ainda, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, mas estamos nos dando a liberdade de questionar, inclusive, os trinta projetos de lei votados na semana passada e que talvez não tenham de ser apreciados também pelo Plenário. Se não é para votar nada, se é para escolher

um ou outro, estamos partindo para um caminho que não será proveitoso para esta Comissão e para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado João Grandão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra do Estado Jorge Bittar. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero justificar a ausência dos companheiros. A bancada do PT está reunida agora exatamente para discutir a questão política do Orçamento. Como Líder, sou o único representante que permaneci aqui. No encaminhamento, vou discorrer sobre os assuntos abordados. Encerrou-se agora a reunião com o Presidente Aécio Neves e estamos avaliando as propostas apresentadas para a aprovação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Ariston Andrade. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, gostaria de saber se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. não pediu sua inscrição.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Peço a V.Exa. que me inscreva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. está sendo inscrito agora.

Com a palavra o Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para manifestar meu repúdio ao comportamento desta Casa, muito particularmente desta Comissão, tendo em vista a quantidade de dinheiro que está em jogo.

Na luta indômita pela sobrevivência, vemos o ser humano deixar-se levar pelo incontrolável desejo de satisfazer seus objetivos, na maioria das vezes inconfessos, reprimíveis. Então, peço a esta Casa que não adote o comportamento da casa de Orestes — não o Quércia, mas o Orestes de Machado de Assis —, porque estamos perdendo tempo valioso com discussões inúteis e o Orçamento precisa estar aprovado até amanhã, para não frustrarmos a expectativa do povo brasileiro e para não nos cobrirmos de vergonha.

Peço licença a V.Exa., Sr. Presidente, e aos demais colegas para ler o trabalho de um autor desconhecido que bem retrata o comportamento desta Casa neste instante.

É uma fábula, que diz o seguinte:

Durante uma era muito remota, quando parte do globo terrestre esteve coberto por densas camadas de gelo, muitos animais não resistiram ao frio intenso e morreram indefesos, por não se adaptarem às condições do clima hostil. Foi então que uma grande manada de porcos-espinhos, na tentativa de se proteger e sobreviver, começou a unir-se, a juntar-se mais e mais. Assim, cada um poderia sentir o calor do corpo do outro e todos juntos, bem unidos, agasalhavam-se mutuamente, aqueciam-se, enfrentando por mais tempo aquele inverno tenebroso.

Porém, a vida ingrata, os espinhos de cada um começaram a ferir os companheiros mais próximos, justamente aqueles que forneciam mais calor, aquele calor vital, uma questão de vida ou de morte. Assim, começaram, feridos, a afastar-se, magoados, sofridos, uns dos outros. Dispersavam-se, por não suportarem por mais tempo os espinhos dos seus semelhantes. Doíam muito.

Paralelamente, é o que acontece com esta Casa neste momento.

Mas, essa não foi a melhor solução. Afastados, separados, logo começaram a morrer congelados. O fenômeno mais interessante é que aqueles que não morreram voltaram a aproximar-se pouco a pouco, com jeito, com precaução, de tal forma que, unidos, conservavam uma certa distância do outro, mínima, mas o suficiente para conviver sem ferir, para sobreviver sem magoar, sem causar danos recíprocos. O resultado: todos sobreviveram. Assim, suportavam-se, resistindo.

Dentro de uma visão ampla e humilde, baseado num modesto raciocínio, tenho por certo que, se continuarmos mantendo a união nesta Casa, podando nossos espinhos, respeitando as individualidades e pensando na importância de uma convivência em grupo, como a que a imensa maioria do povo brasileiro exige desta Casa, certamente sobreviveremos às intempéries, mesmo às altas temperaturas historicamente experimentadas em tempos de eleições ou nas disputas por fatias de recursos, do vil metal, como a que aqui se observa.

Esse não é um aconselhamento, até porque não tenho credibilidade, inteligência e conhecimento para isso, mas gostaria de dizer que aqueles que se exprimem instigados pelo despeito, pela inveja e pelo pe-

dantismo expandem apenas um desejo gástrico, ardorado pela saciedade que mastiga o nexo e engole a própria consciência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, vou ler um trecho do relatório do nobre Deputado:

Foi identificada a seguinte obra com indícios de irregularidades graves, apontadas pelo Tribunal de Contas da União, que está sendo objeto de suplementação, na programação da Companhia Docas do Espírito Santo: recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuária no Estado do Espírito Santo. O subtítulo apresenta indícios de irregularidades graves, concernentes ao processo licitatório identificado no Edital de Concorrência de nº 004, de 2000.

A Decisão nº 609 do Plenário do Tribunal de Contas da União, publicada no ***Diário Oficial*** *em 11 de setembro de 2001, determina que se dê ciência da suspensão cautelar da concorrência da CODESA, de nº 4.200 no Ministério dos Transportes, a esta Comissão.*

Sr. Presidente, li esse trecho para mostrar que hoje estamos aprovando um projeto que destina verba para uma obra na qual foram identificadas graves irregularidades, que motivaram a suspensão cautelar da concorrência pelo Tribunal de Contas da União. Com certeza, esse projeto tem a mesma característica, relativamente à decisão do TCU, daquele que se refere ao aeroporto de Salvador.

O aeroporto de Salvador, considerando-se a importância do turismo para o Estado, é um dos maiores vetores da economia baiana. O Tribunal de Contas, após o devido exame da obra, recomendou a esta Casa que aprovasse os recursos nas condições especificadas e acolhidas pelo Relator do projeto.

O Deputado Milton Monti, do PMDB de São Paulo, apelou à bancada baiana que, solidária com os companheiros dos outros Estados, apoiasse seus projetos.

Sr. Presidente, não somos intransigentes com os projetos de outros Estados nem com o que destina recursos para a conclusão da obra do aeroporto de Salvador. Não aceitamos discriminação contra o projeto do nosso aeroporto, porque tem as mesmas características dos outros projetos que estão sendo apresentados para aprovação.

Por isso, apelamos aos companheiros de todos os partidos, como fez o Deputado Milton Monti, que não sejam intransigentes. A intransigência não é nossa, é daqueles que não querem que o projeto do aeroporto de Salvador seja aprovado, por questões políticas.

Não podemos fazer política com os Estados. A Bahia é um dos grandes centros internacionais de turismo. Portanto, apelamos a todos os companheiros que votem favoravelmente ao projeto, que merece o apoio de todas as bancadas.

Não somos intransigentes, queremos apenas tratamento igualitário, para que a Bahia tenha um aeroporto digno de receber os brasileiros e os estrangeiros que para lá se dirigem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito o encerramento da discussão, com o apoio dos Senadores Sérgio Machado, Wellington Roberto, Jonas Pinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, sou o último orador inscrito. Peço a compreensão dos companheiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero dizer rapidamente algumas palavras, tendo em vista o relatório do nobre Relator, Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

A mensagem do Executivo foi enviada a esta Casa em 22 de outubro. O Relator demorou um mês para apresentar seu parecer. Não tenho dúvida de que S.Exa., para oferecer a esta Comissão um parecer à altura do seu passado, da sua postura de homem público, analisou cuidadosamente a matéria. Como podemos votá-la de afogadilho, sem fazer profunda análise da suplementação desses recursos?

Na própria justificativa da mensagem, no penúltimo parágrafo, lemos o seguinte:

Cabe ressaltar que o incremento líquido ao orçamento de investimento para 2001, aprovado pela Lei nº 10.171/01, com o crédito suplementar solicitado pelas empresas acima mencionadas, é de R$13.027.668,00, uma vez que a INFRAERO está cancelando dotações de outros projetos no mesmo valor da suplementação proposta.

Sr. Presidente, queremos saber se esses projetos foram cancelados. Se estão contidos no Orça-

mento de 2001, é porque foram aprovados por esta Comissão e pelo Plenário do Congresso Nacional. Em sendo cancelados, queremos debater a sua importância. Uma vez que aprovamos recursos nas dotações orçamentárias, não cabe autorizarmos suplementação sem saber quais projetos estão cancelados.

Por outro lado, Sr. Presidente, no art. 2º do decreto para suplementação oriundo do Executivo consta que "os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são oriundos de cancelamentos de outros projetos e atividades, constantes do Anexo II desta lei, de geração própria e operações de crédito internas e saldos de exercícios anteriores".

Ora, os saldos financeiros não são apenas do exercício de 2001, mas também de exercícios anteriores, o que justifica que podemos, em última análise, estudar mais essas matérias, para decidirmos até no próximo ano, se for o caso.

Por fim, Sr. Presidente, o que nós e a Bahia desejamos é um tratamento isonômico. Há, no bojo desse projeto, o caso da CODESA, que é idêntico ao do aeroporto de Salvador. Por que tratar diferentemente situações idênticas? Não queremos prejudicar o Espírito Santo, como não queremos prejudicar o Rio de Janeiro. O que não desejamos é um tratamento desigual.

Por isso, peço a compreensão de toda a Comissão, para que seja colocado em discussão também o projeto que trata do aeroporto de Salvador. Caso contrário, ficaremos em obstrução e votaremos de acordo com a orientação da Liderança do PFL, especialmente o PFL da Bahia, na pessoa do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, V.Exa. estava ao telefone, por isso, não teve condições de ouvir minha solicitação. O pedido, que agora está sendo subscrito por vários Parlamentares, é no sentido de que seja encerrada a presente discussão.

Aproveito a oportunidade para agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, ao Deputado Ricardo Barros e a outros Parlamentares pela colaboração para a realização desta reunião. Estou convencido de que a reunião não terá qualquer conseqüência. Por isso, manifesto meu desalento com a atitude que está sendo tomada por esta Comissão.

Verifica-se uma briga entre os baianos e entre estes e o Brasil. O Estado do Ceará e várias outras unidades da Federação estão sendo altamente prejudicados. Não desejo entrar no mérito dessa discussão, mas não podemos deixar que isso ocorra indefinidamente. Alguns disseram que se trata de créditos de última hora. Afirmo que não se trata disso.

Como disse a Deputada Laura Carneiro, o tema está sendo debatido há meses. Não podemos deixar que a situação se estenda a ponto de prejudicar vários Estados do Brasil. Estamos tratando de créditos que dizem respeito a custeio. Entendo que cada Deputado lute por seu Estado e que se empenhe na defesa de suas idéias. Entretanto e infelizmente, estamos tendo um desempenho reprovável como Comissão.

Não posso deixar de dizer isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, estou inscrito para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há um orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, repito que estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito que V.Exa. deixe o orador concluir sua fala.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, não posso deixar de assinalar isso. Não me move qualquer desejo de procrastinar a discussão ou algo semelhante. Pelo contrário, o meu desejo é o de encerrar a discussão a fim de que possamos votar os projetos. Só há uma maneira de dirimir essa dúvida: votar. E é por isto que estamos aqui, para votar "sim" ou "não, para aprovar ou rejeitar as proposições. Precisamos deliberar. Trinta e dois projetos de lei estão em discussão. Trata-se de recursos para vários Estados. Muitos Parlamentares procuraram colaborar. Tivemos entendimentos com várias correntes políticas, mas o ânimo observado hoje é apenas o de travar a discussão e impedir a votação.

Por isso, meu requerimento é para o encerramento da discussão. Lamento ver onde chegamos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há requerimento sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Estou inscrito.

(Não identificado) - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há um requerimento pedindo o encerramento da discussão para que a matéria seja colocada em votação.

Submeterei o requerimento a votos.

(Não identificado) – Sr. Presidente, quatro Senadores falaram?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Quatro Senadores já utilizaram da palavra. O número suficiente de Deputados e Senadores utilizaram da palavra.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados José Carlos Aleluia, Jorge Khoury, Ariston Andrade, Paulo Braga, Claudio Cajado, João Leão, Ursicino Queiroz, Airton Cascavel, Eujácio Simões, Félix Mendonça e João Caldas.

Submeterei o requerimento à votação no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, pois V.Exa. ainda não proclamou o resultado da votação. Tenho o apoio necessário ao pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito que o Senador Moreira Mendes faça a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, o PT não se encontra em obstrução neste momento. Por isso, apoiamos o pedido para a verificação de **quorum**.

Esclareço que a bancada não se encontra presente porque está em reunião neste momento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, a bancada do PDT também apóia o pedido de verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Senador Moreira Mendes procederá à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, solicito que os companheiros que desejarem ajudar permaneçam em obstrução.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Começarei a chamada dos Srs. Deputados.

Deputado Alberto Goldman. (*Pausa*.)

Esclareço aos colegas que quem vota a favor do requerimento está votando "sim".

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Arnon Bezerra. (*Pausa*.)

Deputado Danilo de Castro. (*Pausa*.)

Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – "Não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - João Almeida.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - José Carlos Elias.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, desejo apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito que V.Exa. colabore com a Mesa, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, desejo fazer uma questão de ordem.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – José Carlos Elias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há questão de ordem agora, pois estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o primeiro Deputado a ser chamado votou "sim", com o Relator. Peço esclarecimento de V.Exa. sobre o que isso significa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Trata-se de "sim" ao requerimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ou seja, o Deputado concorda com o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exato, S.Exa. concorda com o encerramento da discussão.

(Não identificado) - Eu não falei "sim, com o Relator", eu falei "sim" e três vezes "sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Narcio Rodrigues. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Feijó. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Mourão. (*Pausa*.)

Deputado Roberto Rocha. (*Pausa*.)

Deputado Sampaio Dória. (*Pausa*.)

Deputado Saulo Pedrosa.

O SR. DEPUTADO SAULO PEDROSA – "Sim" ao requerimento.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Zila Bezerra. *(Pausa.)* "Sim".

Passo à chamada dos suplentes:

Deputado Adolfo Marinho. (*Pausa*.)

Deputado Armando Abílio. (*Pausa*.)

Deputado Augusto Franco. (*Pausa*.)

Deputado Carlos Batata. (*Pausa*.)

Deputado Domiciano Cabral. (*Pausa.*)

Deputada Fátima Pelaes. (*Pausa*.)

Deputado Fernando Gonçalves. (*Pausa*.)

Deputado Josué Bengtson. (*Pausa*.)

Deputado Jovair Arantes. (*Pausa*.)

Deputada Lidia Quinan.

A SRA. DEPUTADA LIDIA QUINAN – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Lidia Quinan vota "sim".

Deputado Nilo Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Kobayashi. (*Pausa*.)

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – O Deputado Raimundo Gomes de Matos vota "sim".

Deputado Renildo Leal. (*Pausa*.)

Deputado Ricarte de Freitas. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Barros. (*Pausa.*)

Passo à chamada dos Deputados do PFL:

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Voto "sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Divaldo Suruagy. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Khoury. (*Pausa*.)

Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, estou em obstrução. De qualquer forma, o meu voto é "não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Lael Varella. (*Pausa*.)

Deputado Luciano Castro. (*Pausa*.)

Deputado Mussa Demes. (*Pausa*.)

Deputado Neuton Lima. (*Pausa*.)

Deputado Osvaldo Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Braga. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Fernandes. (*Pausa*.)

Deputado Santos Filho. (*Pausa*.)

Deputado Wilson Braga. (*Pausa*.)

Chamada dos suplentes do PFL:

Deputado Aracely de Paula. (*Pausa*.)

Deputado Ariston Andrade. (*Pausa*.)

Deputado Átila Lins. (*Pausa*.)

Deputado Carlos Nader. (*Pausa*.)

Deputado Dr. Gomes. (*Pausa*.)

Deputado Francisco Rodrigues. (*Pausa*.)

Deputado Gerson Gabrielli. (*Pausa*.)

Deputado Gervásio Silva. (*Pausa*.)

Deputado José Thomaz Nonô. (*Pausa*.)

Deputada Laura Carneiro. (*Pausa*.)

Deputado Paes Landim. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Barcellos. (*Pausa*.)

Deputado Ursicino Queiroz. (*Pausa*.)

Deputados do PMDB:

Deputado Antônio do Valle. (*Pausa*.)

Deputado João Matos. (*Pausa*.)

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - José Chaves. (*Pausa*.)

Deputado José Priante. (*Pausa*.)

Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Voto "sim", pelo encerramento da discussão.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Pedro Novais. (*Pausa*.)

Deputado Pinheiro Landim. (*Pausa*.)

Deputado Zé Gomes da Rocha. (*Pausa*.)

Passo à chamada dos suplentes do PMDB:

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Eunício Oliveira.

O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA – Voto "sim", pela aprovação do requerimento.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Gastão Vieira. (*Pausa*.)

Deputado João Henrique. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Alberto.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Voto "sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Osvaldo Reis. (*Pausa*.)

Deputado Renato Vianna. (*Pausa*.)

Está completa a chamada dos Deputados pertencentes ao PMDB.

Passo à chamada dos Deputados do PT:

Deputado Gilmar Machado. (*Pausa*.)

Deputado João Coser. (*Pausa*.)

(Não identificado) – Sr. Presidente, o PT está em obstrução.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Estando o PT em obstrução, passo à chamada dos Deputados do PPB:

Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - João Leão. (*Pausa*.)

Deputado João Pizzolatti. (*Pausa*.)

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. (*Pausa*.)

Deputado Nelson Meurer. (*Pausa*.)

Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – "Sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Passo à chamada dos suplentes:

Deputado Enivaldo Ribeiro. (*Pausa*.)

Deputado João Tota. (*Pausa*.)

Deputado Luiz Fernando. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Lessa. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Henry. (*Pausa*.)

Deputado Ricardo Barros. (*Pausa*.)

Deputados do Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – "Não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Passo à chamada dos suplentes.

Deputado Clementino Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Fernando Coruja. (*Pausa*.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Voto "não", para continuarmos a discutir a matéria.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Está completa a chamada dos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar PDT/PPS.

Passo à chamada dos Deputados do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB:

Deputado Alexandre Cardoso. (*Pausa*.)

Deputado Gonzaga Patriota. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Miranda. (*Pausa*.)

Passo à chamada dos suplentes do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB:

Deputado Agnelo Queiroz. (*Pausa*.)

Deputado Givaldo Carimbão. (*Pausa*.)

Deputada Tânia Soares. (*Pausa*.)

Passo à chamada dos integrantes do Bloco Parlamentar PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões. (*Pausa*.)

Deputado João Caldas. (*Pausa*.)

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL está em obstrução.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Passo à chamada dos Deputados do PT:

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Algum dos Srs. Deputados chamados não votou?

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Registro o meu voto "sim".

O SR. DEPUTADO JUQUINHA – Registro o meu voto "sim".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Algum dos Srs. Deputados presentes ainda não votou? Precisamos saber se o **quorum** foi atingido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, a votação está encerrada.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Vou conferir se o **quorum** foi atingido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, é preciso encerrar a votação. O comum é que isso seja feito. O Regimento determina que a votação seja encerrada. Não há como salvar essa votação. Vamos cumprir o Regimento e encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quem determina o encerramento da votação é esta Presidência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sim, Sr. Presidente, mas isso deve ser feito dentro de limites razoáveis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou aguardando apenas a conferência do número de votantes, o que está sendo feito pelo escrutinador.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, o PT deseja saber se o **quorum** foi atingido.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Foi atingido o **quorum**.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, tendo sido atingido o **quorum**, o PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não, Sr. Presidente, agora é preciso chamar os Parlamentares do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Que se proceda, então, à chamada dos Deputados integrantes da bancada do PT.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – "Não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - João Coser. (*Pausa*.)

Deputado João Grandão. (*Pausa*.)

Deputado João Magno. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Bittar. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Celso. (*Pausa*.)

Deputado Virgílio Guimarães. (*Pausa*.)

Passo à chamada dos suplentes do PT:

Deputado Carlito Merss. (*Pausa*.)

Deputado João Paulo. (*Pausa*.)

Deputado José Pimentel. (*Pausa*.)

Deputado Luiz Sérgio. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Paim. (*Pausa*.)

Deputado Professor Luizinho. (*Pausa*.)

Deputada Telma de Souza. (*Pausa*.)

Algum dos Srs. Deputados ainda não votou? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Narcio Rodrigues?

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – Voto de acordo com a orientação do PSDB.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - V.Exa. vota "sim".

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Senador, solicito que sejam chamados os Deputados do PL.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - O PL, que estava em obstrução, vai votar.

Passo à chamada dos Deputados do PL:

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – "Não".

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Está completa a chamada dos Deputados do PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação. (*Pausa*.)

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Votaram "sim" 33 Srs. Deputados; votaram "não" 8 Srs. Deputados".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O requerimento foi aprovado na Câmara dos Deputados e vai à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado no Senado da República, contra o voto do Senador Paulo Souto.

Votação do PL. O parecer do Relator é favorável ao PL, ressalvados os destaques.

(Não identificado) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República, ressalvados os destaques.

O Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Vamos aos destaques.

Destaque nº 001, do Deputado Eujácio Simões. S.Exa. quer a rejeição da Emenda de Relator nº 1.

Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei este destaque para que fosse retirada do projeto a Emenda de Relator nº 1, porque entendo que a alteração proposta em nada acrescentará às determinações estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União; muito ao contrário, aquele órgão de contas entendeu que há necessidade de dar continuidade às obras. Portanto, imprescindível faz-se a rejeição da emenda proposta pelo Relator, mantendo-se o texto original do projeto.

O Sr. Relator, no bojo do seu voto, diz que foi aprovado o Decreto Legislativo nº 5, de 01/11/2001, que autoriza a liberação de recursos consignados na lei orçamentária de 2001, no subtítulo "Dragagem no Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo", para a execução dos contratos oriundos da Concorrência nº 1/8, e do Convite nº 41/98.

Cumpre ressaltar, entretanto, que o subtítulo objeto do decreto não se confunde com as obras com indícios de irregularidades acima detectadas — recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuária no Estado do Espírito Santo. Tampouco se confunde com os instrumentos administrativos em que identificaram indícios de irregularidades, que, no caso desse último, consistem na Concorrência CODESA nº 4, de 2000.

Por isso, Sr. Presidente, somos favoráveis a que se vote este destaque. Nós, da Bahia, registramos que, enquanto se tenta, com um substitutivo, vedar a aplicação dos recursos nessa funcional programática, já tivemos oportunidade, quando discuti o projeto, de mostrar que existe um quadro, no relato em epígrafe, que estabelece que a Companhia de Docas da Bahia liquidou mais de 4% do que os valores que estavam autorizados, num flagrante desrespeito à lei orçamentária. Em nenhum momento isso foi dito no relatório. Portanto, faço questão de dizer que a Companhia de Docas da Bahia infringiu dispositivo legal da Lei de Meios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrou o tempo de V.Exa.

Com a palavra o Sr. Relator, para falar sobre o destaque.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, o conteúdo da emenda que apresentei, que consta do substitutivo, em outras proposições já foi considerado. De modo que mantenho o substitutivo e me manifesto contra ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário ao destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Sr. Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados José Carlos Aleluia, Ariston Andrade, Paulo Braga, João Leão, Ursicino Queiroz, Félix Mendonça, Eujácio Simões e Gerson Gabrielli.

Tendo sido rejeitado, o destaque não vai ao Senado da República.

Em votação requerimento de preferência, assinado pelos Deputados Virgílio Guimarães, José Carlos Aleluia e Ricardo Barros, para os PLs nºs 43, 54, 56, 58, 88, 92, 107, 112, 66, 125 e 67.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está acolhida a preferência.

O outro requerimento que está aqui é assinado pelo Senador Wellington Roberto.

O Senador Amir Lando e o Deputado Virgílio Guimarães requerem a votação do Projeto nº 113, de 2001, cujo Relator é o Senador Amir Lando. S.Exa. não está nesta relação aqui.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, só para justificar o apoiamento que dei. Esse projeto havia sido retirado na Comissão, porque na reunião de Líderes havia sido dito que o Governo havia desistido dele. Trata-se de projeto contra o qual não tínhamos nenhuma questão, sobre a conclusão do presídio de Brasília. Daí a sua reintrodução, à revelia da própria discussão. Portanto, a assinatura que apus ao requerimento tinha o sentido de reconhecer, no mérito, a questão do PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a preferência para o Projeto nº 113, de 2001. Ele fica incluído nessa relação já aprovada pelo Plenário.

Requerimento da Deputada Laura Carneiro, pedindo que, dentre as preferências já aprovadas, vote-se em primeiro lugar o PL nº 66.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para explicar a V.Exa. o porquê do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação o requerimento de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Posso encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra V.Exa., como autora, para encaminhar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É muito simples, Sr. Presidente: esse crédito, por decisão dos Líderes desta Comissão, destinará recursos para as enchentes do Rio de Janeiro. Aliás, isso foi discutido de manhã, antes de o Ministro Ney Suassuna dar suas declarações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, o primeiro PL a ser apreciado é o nº 66.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

(Não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Senador Amir Lando é o Relator, em substituição ao Deputado Wilson Braga.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou designar outro Relator, já que o Senador Amir Lando não se encontra presente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. O Senador Amir Lando preparou um substitutivo, que foi acordado hoje na reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas S.Exa. deveria estar presente. Sinto muito, mas não vou ficar à espera do Senador. Vou designar outro Relator. Já foi aprovada a prioridade. Portanto, a Comissão não vai ficar paralisada, à espera do Senador. S.Exa. deveria estar aqui, era sua obrigação.

Atenção, vou designar o Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)* O Deputado Jovair Arantes não pode, porque é suplente. *(Pausa.)*

A Mesa acaba de receber a informação de que o Relator está lá em cima, com a Assessoria, ultimando seu parecer. Proponho que, dentro da prioridade que estabelecemos, votemos o primeiro, que é o... *(Pausa.)*

A Mesa vai fazer uma proposta, até que o Relator apronte seu parecer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Agradeço a V.Exa. a decisão.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, coloque em votação o PL nº 117, que trata apenas de uma pequena modificação e já foi discutido e votado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos um problema, ou melhor, dois.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Antes de V.Exa. dizer qual é o problema, queria apresentar-lhe outro. V.Exa. acabou de colocar em votação, e o Plenário votou...

Se o Líder Geddel Vieira Lima me deixar falar... Queria que V.Exa. pedisse ordem ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Fale, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - V.Exa. acabou de colocar em votação, e o Plenário aprovou, requerimento da Deputada Laura Carneiro solicitando prioridade de votação. O Plenário aprovou esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Então, peço a V.Exa. que suspenda a reunião até o Relator chegar, porque foi aprovado o requerimento. Do contrário, V.Exa. vai ter que desaprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, tenho outra proposta a fazer. Há dois PLs que precisam ser votados novamente, por-

que vieram do Executivo com falhas. Eles já foram aprovados aqui, mas precisamos retificar a votação. São os PLs nºs. 85 e 117.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, como autora do requerimento, concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, V.Exa. não respondeu à minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já ouvi a questão de ordem de V.Exa. e não a acolhi. Ouvirei agora o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, demonstrei boa vontade ao aprovar os dois requerimentos. Agora, uma vez aprovado, temos que cumprir o requerimento. A questão de ordem do Deputado João Leão mostra o único caminho possível: suspender a reunião e aguardar a conclusão do relatório. Foi essa ordem que a Comissão decidiu. Temos que seguir a ordem fixada pelo Plenário. Portanto, o Deputado João Leão está correto.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - V.Exa. é regimentalista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou dizendo que temos de retificar duas votações, de dois PLs que já foram aprovados nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não estamos preparados para tratar deste assunto. Estou preparado para falar do PL nº 66.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - V.Exa. é um regimentalista, tem cumprido rigidamente os trabalhos. Por isso, esta Comissão dá-lhe os parabéns. V.Exa. tem cumprido o Regimento. Queria que V.Exa. consultasse a assessoria técnica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O PL nº 66 chegou. Acabou a discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, a votação nominal terminou às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Chegou o relatório relativo ao PL nº 66.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, para registro: a votação nominal terminou às 18 horas. V.Exa. não mencionou. Portanto, é necessário que fique claro. Senão, vamos ter que ver as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Dezoito horas, tudo bem. Agora, vou designar um outro Senador para relatar, outro Parlamentar titular desta Comissão. Chegou o parecer ao PL nº 66.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Precisamos de cópia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Senador Gilvam Borges, que é um homem mais tranqüilo, mais calmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, precisamos de cópia, para poder, pelo menos, acompanhar. O Relator vai ter de ler todo o texto, porque eu não tenho cópia.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Gostaria de que V.Exa. paralisasse os trabalhos até que fosse feita distribuição de cópia do parecer a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou designar o Senador Gilvam Borges. *(Pausa.)* S.Exa. também é suplente. Não pode.

Senador Moreira Mendes, V.Exa. é titular? *(Pausa.)*

Senador Moreira Mendes, por obséquio.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Gostaria de ter uma cópia, Sr. Presidente, para acompanhar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Preciso de cópia, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de ter uma cópia, para acompanhar a leitura do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Daqui a um minuto teremos as cópias.

Senador Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Enquanto isso, S.Exa aguarda chegarem as cópias. Eu quero acompanhar a leitura do Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa. poderia suspender a sessão por cinco minutos.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, com base no art. 61...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, V.Exa. é regimentalista, Senador Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator, Senador Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu gostaria de ler o relatório, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Gostaria de que ficasse bem claro para os nobres colegas da Comissão que têm dito que a Bahia tem trabalhado para atrapalhar a votação, prejudicando, com isso, outros Estados, de onde está vindo o prejuízo nesta Comissão. Nós, Parlamentares do PMDB e PSDB, estamos aqui

para votar. Não estamos obstruindo nem querendo criar caso algum, em nenhuma votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de questão de ordem, nobre Deputado.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes, Relator da matéria.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - "Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com base no art. 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição Federal, o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 666, Projeto de Lei nº 66, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Minas e Energia e do Meio Ambiente e da Integração Nacional"...

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Não se ouve nem *(ininteligível)*.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – ... "crédito suplementar no valor global de 79 milhões, 318 mil, 140 reais, para reforço de dotações constantes no Orçamento vigente.

A Exposição de Motivos nº 343, do Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o presente crédito objetiva, para a Presidência da República, na Advocacia-Geral da União, contribuir para a estruturação e aparelhamento do órgão, na Agência Brasileira de Inteligência — ABIN"...

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Ninguém consegue ouvir assim.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – ..."conceder auxílio transporte aos servidores"...

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Isso não é relato.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – ..."no Fundo Nacional Antidrogas — FUNAD"...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, mande o Relator esperar um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado João Leão, colabore.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – ..."recursos vinculados para fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; na administração direta do Ministério das Minas e Energia, as dotações propostas visam atender gastos com a modernização dos elevadores do edifício-sede do Ministério; na Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — CPRM, cobrir despesas de apoio administrativo e conceder auxílio transporte aos empregados; no Ministério do Meio Ambiente e na administração direta, o crédito proposto tem o intuito de cobrir despesas de contribuição à UNEP, de assinatura de contrato de gestão com a organização social Bioamazônia e de convênios com Estados, com fins de implementar projetos para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia; no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, objetiva-se prevenir e combater desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; na Agência Nacional de Água — ANA, desenvolver projeto de disponibilização de água bruta no semi-árido nordestino; no Ministério da Integração Nacional, da administração direta, as dotações suplementadas servirão para cobrir gastos de apoio administrativo; na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, para implementar obras de infra-estrutura para irrigação de uso comum e emancipação de perímetros de irrigação, para conceder auxílio transporte aos empregados; no Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS, para intensificar as obras de infra-estrutura da barragem do Castanhal, da Adutora de Jucazinho e da barragem do *(ininteligível.)*

Os recursos que servem de compensação para despesas outras relacionadas terão como origem o cancelamento parcial das dotações das unidades envolvidas, Presidência da República, Advocacia-Geral da União, Agência Brasileira de Inteligência e Fundo Nacional de Drogas no valor de 4 milhões, 274 mil reais; Ministério das Minas e Energia, administração direta e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no valor total de 2 milhões 285 mil reais; Ministério do Meio Ambiente, administração direta, Agência Nacional de Águas e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, no valor de 3 milhões, 138 mil, 497 reais; Ministério da Integração Nacional, administração direta e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, no valor total de 59 milhões, 620 mil 643, reais.

A mensagem que encaminha esse teto ressalta que, de acordo com as unidades envolvidas, não haverá necessidade de novos recursos neste exercício para as prorrogações canceladas.

Emendas:

Ao PL nº 66/2001 foram apresentadas 46 emendas.

Voto do Relator:

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido. Igualmente, observa-se que as suplementações pretendidas com esse teto adicional não contrariam as redações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente nem quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recur-

sos. O detalhamento do projeto, por sua vez, encontra-se realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

O Ministério do Meio Ambiente solicitou a transferência dos recursos destinados à atividade de prevenção de incêndios florestais para a atividade de fiscalização de recursos florestais, ambas beneficiadas neste teto. Por meio dessa operação, no valor de 12 milhões de reais, aquele órgão pretende tornar mais efetiva a sua atuação no sentido de proteger as florestas brasileiras.

Como as dotações afetadas encontram-se no âmbito do mesmo órgão, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, e essa recomendação atende ao planejamento do próprio Ministério, que seria beneficiado, não vejo empecilhos ao atendimento dessa necessidade. Por isso, proponho a aceitação desse pedido, alterando os valores das dotações na forma solicitada pelo Ministério.

O Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional também encaminhou pedido de alteração das dotações que afetariam o órgão por ele chefiado. Solicita aquele dirigente que seja desconsiderado o cancelamento de recursos no valor de 1 milhão e 600 mil reais da rubrica, contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas, em contrapartida à suplementação da dotação ao apoio, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte, comércio de precursores químicos nacionais. A alteração deve ser necessidade do Departamento de Polícia Federal de manter o compromisso assumido com o Governo Federal junto ao Programa das Nações Unidas para o controle das Drogas.

Ressalvo que as dotações atingidas por essa alteração encontram-se no mesmo órgão e nas mesmas unidades orçamentárias.

Assim, por não vislumbrar qualquer impedimento para que a solicitação seja atendida, proponho à Comissão que acolha com a conseqüente redução do valor total do presente teto.

No que tange às emendas apresentadas, ressalvo que o autor da de nº 0008 solicitou que fosse suspensa sua tramitação.

Quanto às demais, proponho que a de nº 0005 seja inadmitida, por contrariar o art. 47, inciso I, letra "b", do Regulamento Interno da Comissão Mista.

O meu voto é pela aprovação parcial da Emenda nº 00014, para atender às vítimas das enchentes do Rio de Janeiro, e pela de nº 00015.

Quanto às outras emendas passíveis de serem aceitas, em que pese seu mérito, meu voto é pela rejeição, devido à falta de recursos disponíveis.

Isso posto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 66/2001, na forma do substitutivo em anexo.

Substitutivo.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios das Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de 77 milhões, 718 mil, 140 reais para recursos das dotações constantes do Orçamento vigente.

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União, Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, crédito suplementar no valor global de 77 milhões, 718 mil, 140 reais em favor da Presidência da República, dos Ministérios das Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional para atender à programação constante do anexo I dessa lei.

Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação das dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o Relatório."

Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é favorável à aprovação do projeto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – S. Presidente, o parecer é favorável ao substitutivo. Quero discutir, mas com o documento em mãos, meu direito regimental. Queremos votar, não há problema, mas queremos ver e participar da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou de acordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Mas para começar a discussão, queremos o documento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. vai receber todo o material necessário, fique tranqüilo.

A primeira inscrita é a Sra. Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Como vamos discutir sem o documento, Sr. Presidente?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Posso discutir no final, Sr. Presidente, sem problemas.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, quero dizer que mantenho minha questão de ordem. O Senador Amir Lando leu o relatório completo, mas dada a balbúrdia, não entendi o que S.Exa. apresentou. Então, gostaria de perguntar ao Senador algo sobre o substitutivo, até chegar o documento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, lembrar o Plenário que esse parecer foi fruto de entendimento. As lideranças participaram. Transcrevi aquilo que foi acordado. Não há nenhuma interferência nem modificação diferente do objeto do consenso.

Por isso, quero dizer que me propus meramente à tarefa de conciliar interesses sendo, claro, sempre respeitada a lei, a ordem e o Regimento, uma vez que não há qualquer mácula de ilegalidade e de suspeita. Há, sobretudo, destinação de recursos dentro de projetos, como o caso do Castanhão, obra em andamento que precisa ser concluída. A propósito, é onde existe alocação da maior parte dos recursos.

Finalmente, também atendemos à situação de catástrofe em virtude das cheias do Rio de Janeiro.

Foi, então, com esse espírito que montamos o relatório. Nada mais do que isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, só gostaria de mostrar o relatório que recebi em mãos. Está aqui o relatório do Senador Moreira Mendes, onde diz: "Isso posto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 66/2001-CN, na forma do substitutivo em anexo.

Onde está o substitutivo? Eu não o tenho. Não é possível!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, essa forma de discutir o assunto é inusitada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, não podemos começar a discutir dessa maneira. Não é possível. Volto a dizer, Sr. Presidente, V.Exa. é um legalista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estão sendo feitas cópias do relatório do Senador Amir Lando.

(Não identificado) – Sr. Presidente, então, suspenda a reunião por três minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Suspenda a reunião por três minutos enquanto as cópias não chegam. Por três minutos a mais ou a menos, V.Exa. pode ter um enfarte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há perigo nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Ou eu posso ter um enfarte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Leão, nossa estrutura é de ferro.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – A de V.Exa. é de ferro, mas a minha não é.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estão vindo as cópias.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Então, suspenda a sessão por 5 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se suspender a sessão, não terei o prazer de ouvir V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Cinco minutos jamais matou ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, V.Exa. tem feito um esforço muito grande e tem conseguido conduzir as reuniões da Comissão de Orçamento em clima de confiança. No entanto, V.Exa. tem de entender que a flexibilidade com que encaramos o problema, com que contribuímos para o avanço da pauta não pode chegar ao extremo de termos a votação de um projeto secreto. Somos contra o voto secreto nos projetos públicos! V.Exa. está querendo incluir o voto público no projeto secreto. Não vi o projeto, ele foi relatado, mas ninguém o conhece. Não há como manifestar-me contra ou a favor de um projeto desconhecido, que ainda está na fornalha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado José Carlos Aleluia, a Mesa não está pressionando ninguém para votar projeto secreto nenhum, tanto é que estamos aguardando cópias do relatório para serem entregues aos Srs. Deputados. Não pretendemos pressionar coisíssima nenhuma. V.Exa. conhece nosso comportamento nesta Presidência. Nunca forçamos nada e gostamos que tudo seja discutido nos mínimos detalhes. Ontem mesmo, na última votação do Orçamento, levantaram uma dúvida, e V.Exa. estava presente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Eu levantei a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nós deixamos que a questão fosse debatida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Eu aplaudi a decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, não queremos forçar nada. Vamos votar com calma. O relatório está chegando, V.Exas. terão oportunidade de ler o relatório e votar com tranqüilidade. Não queremos forçar nada.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação. A que horas começa a sessão do Congresso, para votação dos créditos no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estava marcada para as 17h, mas, até onde sabemos, não começou a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Chegaram as cópias.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Ainda não recebi. Sr. Presidente, é preciso distribuir as cópias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar a presença do ex-Presidente da Câmara nesta Comissão, Deputado Michel Temer. *(Palmas.)*

Solicito ao Deputado Michel Temer que permaneça um pouco mais, porque pode ser que S.Exa. transfira seus fluidos positivos, para que cheguemos a um entendimento. Peço-lhe, inclusive, que patrocine o entendimento, sendo S.Exa. uma liderança que não participa do eclipse. O grande problema é que a Bahia, por ter três Líderes, provocou um eclipse de Liderança. E os eclipses provocam pontos escuros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado José Carlos Aleluia, todo baiano é um líder, um chefe. Infelizmente, é assim. *(Risos.)*

Mas vamos ao que interessa, Deputado José Carlos Aleluia, vamos chamar os oradores inscritos para discutir o projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ninguém pode discutir sem conhecer o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero manifestar meu apreço pela presença do nosso Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer, grande ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, gostaria de saudar o Deputado Michel Temer. Não é todo dia que o Deputado vem a esta Casa. Apesar de seus companheiros do PMDB não fazerem isso, nós o fazemos. S.Exa. é um grande Parlamentar, foi um grande Presidente desta Casa, grande Líder, fez um grande trabalho à frente do Parlamento brasileiro. Deputado Michel Temer, V.Exa. está de parabéns.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro. Peço silêncio, pois há uma oradora na tribuna. Depois, V.Exa. falará.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, nobres companheiros de Comissão, em nome da bancada do Rio de Janeiro, venho apelar para os Srs. Parlamentares aprovarem o PL nº 66, nos termos do substitutivo do nobre Relator, Senador Amir Lando.

Na verdade, esse projeto beneficiou o Rio de Janeiro em duas ações. Em primeiro lugar e o fundamental, em uma emenda criada pelo Senador Amir Lando que determina que, dos oito milhões de reais existentes para ações de defesa civil, imediatamente 3 milhões e meio sejam enviados ao Estado do Rio de Janeiro.

Esta é a contribuição inicial desta Casa, Sr. Presidente. É bom que fique absolutamente claro. Nenhum Ministro pediu a esta Casa que o fizesse. Nós fizemos, porque somos Parlamentares e temos essa obrigação.

Em segundo lugar, esse projeto ainda determina recursos para compra de um avião de combate ao desmatamento, a queimadas e incêndios florestais por parte do IBAMA, o que também é absolutamente necessário, visto o que ocorreu em Itatiaia há alguns meses.

Então, Sr. Presidente, em nome de todos aqueles que moram no Estado do Rio de Janeiro, que são cariocas ou fluminenses ou aqueles que o visitam, como tenho certeza que o fazem todos os Parlamentares desta Casa, rogo-lhes que possamos aprovar esse destaque, fruto do entendimento de todos os Parlamentares, não só do Rio de Janeiro, de todos os Líderes desta Casa, desta Comissão e principalmente dos Deputados Jorge Bittar, Paulo Feijó, Laura Carneiro, Fernando Gonçalves e Miro Teixeira, que são membros desta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos dezesseis inscritos para falar sobre isso. O próximo é o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, V.Exa. determinou que fossem entregues os anexos e as cópias do parecer do Senador Amir Lando. Só que foram poucas, e nós aqui não as recebemos. Peço a V.Exa. que providencie mais cópias, porque estamos aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estão sendo feitas mais cópias, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Peça para agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Fernando Gabeira está ausente.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, entendemos que o acordo feito hoje pela manhã com a participação do Senador Amir Lando, que brilhantemente relata o substitutivo, é plenamente importante, principalmente neste momento que vive o Rio de Janeiro. A Deputada Laura fez este apelo, que, penso, é nacional. Inclusive, o Presidente da República está no Rio de Janeiro tentando resolver essa questão, que é fundamental. O Senador Amir Lando foi muito feliz no seu substitutivo.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Pois não, Senador.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Quero esclarecer que buscamos, inclusive, ampliar esses recursos, mas não tínhamos fontes próprias e aptas para tanto. Infelizmente, nosso grande problema é exatamente a falta de fontes aptas para sustentar ações dessa natureza.

O importante é que o Brasil inteiro reconhece que esse gesto foi um símbolo, que, tenho certeza, deverá ser seguido de maneira ampliada pelo Governo Federal e pelo Poder Executivo. Não tenho dúvidas: o Rio de Janeiro merece e reclama, e a solidariedade nacional e da Amazônia, que represento, estão presentes nesse gesto.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Inclusive, isso dá demonstração ao povo brasileiro de que esta Casa dá respostas às questões urgentes. Estamos fazendo uma intervenção extremamente importante, Sr. Senador.

Por isso, somos favoráveis a esse substitutivo do Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há vários oradores inscritos. Foi solicitado que a Mesa peça aos oradores inscritos que desistam, para que o projeto possa ser votado logo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, mas o projeto é de grande relevância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Ausente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, há uma determinação regimental para que sejam observados dois aspectos: o primeiro é a alternância de oradores favoráveis e contrários ao projeto. Como aparentemente todos são favoráveis, há uma segunda determinação que busca a alternância partidária. Isso é regimental. Como sei que haverá requerimento de encerramento de discussão — invariavelmente haverá —, peço a V.Exa. que, dentro do possível, observe, com a diligência que tem demonstrado, estes dois aspectos: a alternância de posição e, sendo possível, a alternância partidária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A alternância partidária ocorre somente no encaminhamento da votação, de acordo com o art. 49 do Regimento Comum. Na discussão, não há alternância partidária, só contra e a favor.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A favor, subsidiariamente partidária, salvo melhor juízo. Mas respeito a decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem. Vou levar em consideração a ponderação de V.Exa.

Tem a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas agradecer a todos os partidos e companheiros a sensibilidade ao discutirmos a possibilidade de atender o Rio de Janeiro, diante do apelo do Deputado Miro Teixeira, secundado pela Deputada Laura Carneiro. É importante socorrermos esse Estado neste momento.

Há outra emenda do Deputado Pinheiro Landim propondo mais 6 milhões para o Rio de Janeiro. Entendo que o Senador Amir Lando não pôde mais colocar recurso em função da limitação de fontes — a Fonte 115 —, que não poderia ser colocada para o

Rio de Janeiro. De qualquer forma, os nossos irmãos do Rio de Janeiro, neste momento, precisam realmente da nossa solidariedade.

Daí, em nome do meu Líder, Deputado Miro Teixeira, e de toda a bancada do Rio de Janeiro, agradeço a todos os Parlamentares da Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Almeida. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Nabor Júnior.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, acabamos de ouvir a leitura do parecer do Senador Amir Lando sobre o Projeto de Lei nº 66, de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de 79 milhões, 318 mil, 140 reais, para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente.

Tendo em vista as razões expedidas pelo Relator no seu parecer, sou favorável à aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é importante votarmos esse projeto, principalmente diante do apelo da nobre Deputada Laura Carneiro e dos nobres Pares da bancada do Rio de Janeiro, mas não poderia deixar de fazer algumas considerações, principalmente quanto ao remanejamento dos valores dos cancelamentos de dotações.

O Nordeste brasileiro dá sua contribuição quando se usam recursos do PROÁGUA, principalmente da transposição do Rio do Sono, em Tocantins, para o Rio São Francisco, esse rio de unidade nacional que está bastante debilitado, como todos conhecem e a imprensa noticia, e queremos crer que, no futuro, o Governo Federal possa repor esses recursos, que são destinados praticamente para a realização de projetos. Com isso, poderemos ter a recuperação do Rio São Francisco, que nós, baianos e os outros Estados nordestinos, estamos defendendo.

Sr. Presidente, não poderia deixar de parabenizar a bancada do Ceará, que, mais uma vez, reforça a Barragem do Castanhão, da qual, desde meu primeiro ano de mandato, 1995, quando integrei esta Comissão de Orçamento, ouço falar e que agora recebe um reforço da ordem de 23 milhões de reais. Quero crer que esse recurso seja suficiente para terminar essa obra, porque se está transformando num verdadeiro imbróglio a conclusão dessa barragem. Vendo a movimentação, a mobilização da bancada cearense, espero que não venha mais, em outra oportunidade, requerer novos recursos.

Mas quero chamar atenção para a anulação, no Ministério das Minas e Energia, de uma dotação **sui generis**. São recursos da ordem de 1 milhão, 620 mil destinados à construção da escada de incêndio do edifício sede desse Ministério; 1 milhão, 620 mil!

Vejam bem, essa dotação constava no Orçamento de 2001, e aqui está sendo retirada. No entanto, é importante que façamos todo esse levantamento e mostremos como é administrado o Orçamento nacional, cada vez mais de forma mambembe, e que precisamos aperfeiçoar nesta Comissão.

Tendo em vista o propósito de atender, nas ações de defesa civil, o Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio no plenário. Há orador na tribuna, que inclusive está-se expressando de modo magistral.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – De forma mambembe, Sr. Presidente, mambembe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exato.

Peço ao orador que encerre.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Pois não, Sr. Presidente, estou satisfeito. Apresentarei os destaques às emendas que foram oferecidas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Receberemos com muito prazer, Deputado.

O próximo orador é o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, apoiamos o relatório do Senador Amir Lando, que realmente foi capaz de conciliar as diferentes tendências, inclusive beneficiando, com toda justiça, o Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SENADOR SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse projeto é muito importante e é apresentado numa hora muito própria, em que o Estado do Rio de Janeiro vive uma calamidade e precisa de recursos para enfrentá-la. O Estado do Ceará também precisa concluir a obra do Castanhão.

Portanto, é um projeto importante que esperamos ver votado e aprovado o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou até perdido, perdoem-me, porque não tive tempo hábil de estudar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se V.Exa. quiser, pode deixar para discuti-lo mais tarde. Posso inverter.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Posso me manifestar agora.

Sr. Presidente, não estou entendendo um ponto e gostaria que o Sr. Relator me ajudasse. S.Exa. eliminou o cancelamento ou modificou o substitutivo, o qual não tive tempo de verificar? Nesse substitutivo, parece que S.Exa. tirou aquilo que a União mandava para os projetos de irrigação da CODEVASF.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - No final, o Relator vai responder, não agora.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - É o que está demostrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É só isso que V.Exa. quer saber?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não. Se V.Exa. me deixar falar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - V.Exa. tem de falar sobre a matéria. O tempo de V.Exa. está correndo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Gostaria que V.Exa. descontasse o tempo que me está tomando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O Relator já anotou a questão de V.Exa. para respondê-la.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Aqui está: "Emancipação de Perímetro de Irrigação". Atenção, bancada do Estado de Sergipe! Emancipação de Propriá, no Estado de Sergipe, está tirando; Pirapora, no Estado de Minas Gerais, está tirando; Mirorós, Formoso A, Formosinho, Tourão, no Estado da Bahia! Está-se tirando dinheiro do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho, no Estado de Pernambuco! Betume e Pindoba, no Estado de Sergipe; Itiúba, no Estado de Alagoas! E está colocando na Barragem do Castanhão!

(Não identificado) - Sr. Presidente, há dez minutos o Deputado João Leão está falando.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Deputado, deixe-me analisar.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. conseguisse uma cópia para os Deputados José Rocha e Claudio Cajado, que estão querendo tomar aquilo que estou lendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sérgio Machado) - O tempo de V.Exa. está correndo, e faltam dois minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu sei, Sr. Presidente, mas nós temos tempo.

Há aqui outro cancelamento: a escada de incêndio. Fomentos integrados; disponibilização de água no semi-árido — está tirando; construção e recuperação hídrica do Rio do Sono, cuja transposição V.Exa. tanto defendeu aqui, Senador, está tirando? A transposição do Rio São Francisco, pela qual a Paraíba tanto brigou nesta Casa! Onde está V.Exa. com a palavra, Deputado? Onde está o tubo de água que V.Exa. queria, aquela meia polegada que pedia para levar para a Paraíba? Acabou, aqui! Acabou!

Não é possível, Sr. Presidente! Está acontecendo alguma coisa. A bancada do PT não vai aceitar.

Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados. Há alguma coisa, eu não sei.

Meu caro Relator, não me foi dado tempo hábil para discutir o projeto. Vejo que precisaríamos de um pouco mais de tempo para discuti-lo.

Portanto, Sr. Presidente, em função dos grandes cancelamentos que estão ocorrendo aqui, requeiro a V.Exa. que retire de pauta esse projeto, a fim de que possamos discuti-lo mais à frente, para que o Relator explique a alguns Parlamentares, com mais de tempo, os cancelamentos que foram efetivados. Não é possível que se cancelem projetos dos Estados de Sergipe, Alagoas, Goiás, Bahia, ações antidrogas,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está vencido o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – E ainda mais, Sr. Presidente, vamos entregar agora 77 milhões ao DNOCS, faltando dois dias para terminar o ano!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Fiz um requerimento a V.Exa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Vou responder ao requerimento.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Deputado João Leão, aprovamos há pouco um requerimento de prioridade para alguns PL, dentre os quais está esse. Não podemos aprovar e desaprovar uma matéria na mesma sessão, porque vira brincade-

ira. V.Exa. pode votar contra o projeto, mas não temos sequer condições de colocar o seu requerimento em apreciação.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Mas, Sr. Presidente, foram retirados 55 milhões da transposição do Rio São Francisco!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - É uma blasfêmia regimental.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Aquele recurso que a bancada da Paraíba...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar que esse voto do Senado Amir Lando é de grande justeza. S.Exa. distribui os recursos com os mais variados Estados da Região Nordeste nos mais variados programas. Aqui consta atendimento dos Estados de Sergipe, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe. Efetivamente S.Exa., dos 33 milhões que vinham para o Castanhão, reduz para 23 milhões.

Sr. Presidente, preocupado com os problemas que se agravam no Estado do Rio de Janeiro, meu voto é favorável ao parecer do Senador Almir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não temos dúvida de que esse projeto é importante. Mas não nos conformamos com o fato de que recursos até diminutos de obras importantes tenham sido cancelados, como, por exemplo, do PROÁGUA, na infra-estrutura, com a transposição das águas do Rio do Sono. Houve consenso, no Grupo de Trabalho Transposição do Rio São Francisco, no sentido de que essa transposição ocorreria do Rio do Sono para o Rio São Francisco através de seus afluentes, Rio Preto e Rio Grande.

No momento em que o Governo Federal deu tanta prioridade a esse projeto, não entendemos por que essa mudança de posição, cancelando-se recursos da transposição de águas do Rio do Sono, quando houve consenso nesta Casa no sentido de que, para se transpor as águas para os Estados do Nordeste Setentrional, ela deveria ser feita através da Bacia do Tocantins.

Também não entendemos por que estão sendo cancelados recursos da construção de unidades de bombeamento na Região Nordeste, como os projetos da CODEVASF em vários Estados. E vou me deter nos projetos da Bahia, porque os conheço bem e são projetos importantes. Mas não entendi por que o Sr. Relator, Senador Amir Lando, retira 73 mil reais de um perímetro de irrigação de Mirorós; 30 mil reais de um projeto de irrigação de São Desidério; 100 mil reais da emancipação do perímetro de irrigação de Barreiras e 212 mil reais da emancipação do perímetro de irrigação de Formoso A, no Estado da Bahia, recurso inclusive que se destina a pagar energia do projeto. O projeto esteve por seis dias sem fornecimento de água para irrigação porque a energia foi cortada por falta de pagamento. E o Senador Amir Lando cancela 213 mil reais, recurso necessário para pagar a energia do bombeamento da água para irrigar dos pequenos produtores.

Vejam quanta insensibilidade neste relatório do Senador Amir Lando, que contribui para que os pequenos irrigantes do perímetro de Formoso A possam passar privação da irrigação de suas pequenas glebas.

Peço ao Relator, Senador Amir Lando, que reveja essa questão do cancelamento do perímetro irrigado de Formoso A, na Bahia, porque S.Exa. está prejudicando pequenos produtores que detêm a posse de oito hectares irrigados necessários para o sustento de suas famílias.

Infelizmente eu não poderia me deter mais sobre os outros projetos, do Formosinho, do Estreito I e III, que são recursos de 89 mil reais e de 40 mil reais que, apesar de parcos, são muito necessários para atender às famílias carentes desse projeto que tem como gerência a CODEVASF.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, há requerimento sobre a mesa solicitando o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda não há número de oradores que usaram da palavra para concluir a discussão do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, esse é um projeto importante. Desde que começamos a discutir esse número elevado de créditos, seguramente esse foi o projeto que mais trouxe companheiros, Deputados e Senadores, pedindo apoio para sua aprovação.

Esse projeto tem amplitude de quase um Orçamento. É um conjunto amplo, é verdade que um conjunto desarmônico, sem nenhuma conexão, mas que exigiu empenho e trabalho do Relator Amir Lando para construir este relatório em tão curto espaço de tempo. Ele tem o apoio entusiasmado da bancada do Ceará, e aqui estão presentes os três Senadores do Ceará para oferecer esse apoio, e é um projeto que tem apoio persistente.

Mas não seria justo, em momento algum, deixar de registrar, como Líder da bancada do PFL nesta Comissão, o nosso orgulho de ter a Deputada Laura Carneiro entre os integrantes da bancada do partido nesta Comissão.

Tenho dito, com muita freqüência, que os Estados grandes estão se descuidando da Comissão de Orçamento e, por isso, o Orçamento é um retrato dos desvios e da deformidade que é a representação do Congresso Nacional em relação à população brasileira. Contamos nos dedos da mão os Senadores como o Senador Romeu Tuma, do Estado de São Paulo, que desponta nas pesquisas com uma reeleição tranqüila mas que não falta às reuniões desta Comissão e não falta ao seu Estado. Faço questão de registrar e reclamar o fato de os Senadores dos grandes Estados, sobretudo do Sudeste, não estarem dando atenção à Comissão de Orçamento e até, em determinado momento, não gostarem de participar desta Comissão.

Portanto, tenho dificuldades em votar o projeto pela sua falta de harmonia, mas entendo que ele traz no conjunto peças importantes na área do meio ambiente, recursos hídricos, peças importantes de modo geral. Não votarei favoravelmente ao projeto, mas entendo que o PFL deverá assim votar. Reservo-me o direito de votar contra, reconhecendo os méritos do projeto e os méritos do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Senador Paulo Souto.

O SR. SENADOR PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, talvez, pela condição de iniciante numa Comissão desse tipo, eu queira aproveitar essa oportunidade para tirar algumas lições e, infelizmente, nem todas boas.

No ano passado, apresentei, na Comissão de Infra-Estrutura, emenda que retirava recursos para a transposição do Rio São Francisco. Não se tratava do mérito do projeto, que viria a discutir depois, mas dizia basicamente que não ficaria pronto o estudo de impacto ambiental nem o de viabilidade econômica e, portanto, o Governo não iria gastar aqueles recursos com o projeto de transposição. Foi exatamente o que aconteceu.

E vejo hoje recursos sendo retirados para serem aproveitados, felizmente, em projetos de recursos hídricos já em andamento. Aliás, foi o que defendi quando apresentei aquela proposição, afirmando que, em vez de iniciarmos projetos novos, teríamos de utilizar os recursos para concluir aqueles em andamento, tão importantes para a Região Nordeste. Esse e mais alguns outros fatos que vou apontar revelam a forma como se constrói o Orçamento nesta Nação. Revelam, também, por exemplo, o fato de essas obras estarem a 5, 6, 7, 8, 10 anos no Orçamento, o que demonstra que não tem havido planejamento para que sejam alocados recursos necessários e concluídas as obras em andamento, porque não há nada pior do que obras que se eternizam.

E, apesar de todas essas questões, espero que os recursos destinem-se à conclusão de tão importante barragem no Estado do Ceará, e que a atribuição mereça elogios da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mas quero também aproveitar a oportunidade para revelar fato que me deixou absolutamente surpreso. Alguns disseram aqui que queriam, para as obras com indícios de irregularidade, idêntico tratamento com relação à discutida obra do Aeroporto de Salvador. Alegaram que os problemas eram os mesmos e não entendiam por que se agia de certa forma numa obra e de modo diferente em outra. Até discordo disso, uma vez que a Comissão Mista de Orçamento está perdendo excelente oportunidade. A questão do Aeroporto Internacional de Salvador, da maneira como foi equacionada, oferece garantia à União de receber de volta recursos porventura desviados, o que nenhuma das outras obras oferece. E assim tem sido em decorrência da posição de Lideranças partidárias nesta Comissão, que, aliás, repito, está perdendo excelente oportunidade. Nenhuma outra solução seria capaz de permitir que a União Federal recebesse de volta recursos, desviados ou mal utilizados, nenhuma outra solução permitiria isso como a apontada pelo Tribunal de Contas da União e também pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Para concluir, nobre Deputado.

O SR. SENADOR PAULO SOUTO – Concluindo, vejo que esta Comissão perderá excelente oportunidade, haja vista que nenhuma outra forma seria melhor do que essa para garantir que, em caso de má utilização de recursos, a União, gestora da obra, os receba de volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Há requerimento sobre a mesa.

(Não identificado) – Há requerimento sobre a mesa de encerramento da discussão com número regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Sim. Passo a Presidência ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação o requerimento de suspensão da discussão na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Verificação na mesma hora, com apoiamento. *(Pausa.)*

Peço ao nobre Senador Romero Jucá, que já faz parte da Mesa, que nos auxilie neste momento.

(Não identificado) – Sr. Presidente, quero dizer à bancada do Estado do Ceará que vou votar favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço ao nobre Senador Romero Jucá para elaborar a chamada dos Srs. Parlamentares.

Informo aos nobres Parlamentares que aqueles que votarem com o requerimento votarão "sim"; os que estiverem contra votarão "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Vou proceder à chamada para a votação nominal do requerimento.

Deputado Alberto Goldman. (*Pausa*.)

Deputado Anivaldo Vale. (*Pausa*.)

Deputado Arnon Bezerra. (*Pausa*.)

Deputado Danilo de Castro.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Danilo de Castro, "sim".

Deputado Félix Mendonça. (*Pausa*.)

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Helenildo Ribeiro, "sim".

Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Almeida, "sim".

Deputado Anivaldo Vale, "sim".

Deputada Lúcia Vânia. (*Pausa*.)

Deputado José Carlos Elias. (*Pausa*.)

Deputado Alberto Goldman, "sim".

Deputado Narcio Rodrigues. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Feijó. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Mourão. (*Pausa*.)

Deputado Roberto Rocha. (*Pausa*.)

Deputado Sampaio Dória. (*Pausa*.)

Deputado Saulo Pedrosa. (*Pausa*.)

Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Zila Bezerra, "sim".

Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Adolfo Marinho, "sim".

Deputado Armando Abílio. (*Pausa*.)

Deputado Armando Abílio, "sim".

Deputado Augusto Franco. (*Pausa*.)

Deputado Carlos Batata. (*Pausa*.)

Deputado Domiciano Cabral. (*Pausa*.)

Deputada Fátima Pelaes. (*Pausa*.)

Deputado Fernando Gonçalves. (*Pausa*.)

Deputado Josué Bengtson. (*Pausa*.)

Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jovair Arantes, "sim".

Deputada Lidia Quinan.

A SRA. DEPUTADA LIDIA QUINAN – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Lidia Quinan, "sim".

Deputado Nilo Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Kobayashi. (*Pausa*.)

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Raimundo Gomes de Matos, "sim".

Deputado Renildo Leal. (*Pausa*.)

Deputado Ricarte de Freitas. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Barros. (*Pausa*.)

Há alguma Deputada ou Deputado do PSDB ou do PTB que deixou de ser chamado?

Vou chamar os Deputados do PFL.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Antônio Carlos Konder Reis, "sim".

Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Divaldo Suruagy, "sim".

Deputado Jorge Khoury. (*Pausa*.)

Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Carlos Aleluia, "não".

Deputado Lael Varella. (*Pausa*.)

Deputado Luciano Castro. (*Pausa*.)

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Mussa Demes, "sim".

Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Neuton Lima, "sim".

Deputado Osvaldo Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Braga. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Fernandes. (*Pausa*.)

Deputado Santos Filho. (*Pausa*.)

Deputado Wilson Braga. (*Pausa*.)

Deputado Aracely de Paula. (*Pausa*.)

Deputado Ariston Andrade. (*Pausa*.)

Deputado Átila Lins. (*Pausa*.)

Deputado Carlos Nader. (*Pausa*.)

Deputado Dr. Gomes. (*Pausa*.)

Deputado Francisco Rodrigues. (*Pausa*.)

Deputado Gerson Gabrielli. (*Pausa*.)

Deputado Gervásio Silva. (*Pausa*.)

Deputado José Thomaz Nonô. (*Pausa*.)

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Laura Carneiro, "sim".

Deputado Paes Landim. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Barcellos. (*Pausa*.)

Deputado Ursicino Queiroz. (*Pausa*.)

Deputado Narcio Rodrigues, "sim".

Há alguma Deputada ou Deputado do PFL que ainda não foi chamado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, estava observando ao seu lado e não vi o nobre Deputado Mussa Demes votar, embora tenha ouvido uma voz.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Votou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – S.Exa. está aí? *(Pausa.)* A voz veio de trás, agora o Deputado Mussa Demes não está lá. *(Pausa.)*

O Deputado não está e não esteve. Não vi o Deputado. Vi na hora em que S.Exa. saiu antes da votação. Alguém gritou que o Deputado Mussa Demes não está.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Então, vou chamar o Deputado Mussa Demes. *(Pausa.)*

Vou cancelar o voto do Deputado Mussa Demes. *(Pausa.)*

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sim, mas S.Exa. não está aqui. Está sendo levantada uma questão e o que prova é a presença. Não posso ficar com essa dúvida: S.Exa. votou ou não. S.Exa. tem de estar aqui.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas, Sr. Presidente, S.Exa. votou e saiu. Isso não pode acontecer?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Santos Filho (*Pausa*.)

Deputado Santos Filho, "sim".

Deputada Lúcia Vânia. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Mourão. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Mourão, "sim".

Espere um momento.

Deputado Lúcia Vânia, "sim".

Deputado Paulo Mourão, "sim".

O PSDB está completo.

Vou chamar, novamente, os Deputados do PFL.

Deputado Osvaldo Coelho, "sim".

Deputado Pedro Fernandes. (*Pausa*.)

Deputado Wilson Braga. (*Pausa*.)

Algum Deputado do PFL deixou de ser chamado?

(Não identificado) – Estou aqui, sendo um Deputado do PSDB.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Não. O PSDB está completo.

Vou chamar os Deputados do PMDB.

Deputado Antônio do Valle.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO DO VALLE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Antônio do Valle, "sim".

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Matos, "sim".

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jonival Lucas Junior, "sim".

Deputado José Borba. (*Pausa*.)

Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Chaves, "sim".

Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Priante, "sim".

Deputado Marçal Filho. (*Pausa*.)

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Milton Monti, "sim".

Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Olavo Calheiros, "sim".

Deputado Pedro Novais. (*Pausa*.)

Deputado Pinheiro Landim.

O SR. DEPUTADO PINHEIRO LANDIM – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pinheiro Landim, "sim".

Deputado Zé Gomes da Rocha.

O SR. DEPUTADO ZÉ GOMES DA ROCHA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Zé Gomes da Rocha, "sim".

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Coriolano Sales, "sim".

Deputado Darcísio Perondi. (*Pausa*.)

Deputado Eunício Oliveira.

O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Eunício Oliveira, "sim".

Deputado Gastão Vieira. (*Pausa*.)

Deputado João Henrique. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Alberto. (*Pausa*.)

Deputado Osvaldo Reis. (*Pausa*.)

Deputado Renato Vianna. (*Pausa*.)

Deputado Silas Brasileiro. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Chaves, "sim".

O PMDB está completo.

Vou chamar os Deputados do PT.

Deputado Gilmar Machado. (*Pausa*.)

Deputado João Coser. (*Pausa*.)

Deputado João Grandão. (*Pausa*.)

Deputado João Magno. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Bittar. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Celso. (*Pausa*.)

Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Virgílio Guimarães, "não".

Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Carlito Merss, "não".

Deputado João Paulo. (*Pausa*.)

Deputado José Pimentel. (*Pausa*.)

Deputado Luiz Sérgio. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Paim. (*Pausa*.)

Deputado Professor Luizinho. (*Pausa*.)

Deputada Telma de Souza. (*Pausa*.)

Algumas das Sras. Deputadas ou alguns dos Srs. Deputados do PT deixaram de votar?

Vou chamar os Deputados do PPB.

Deputado Almir Sá. (*Pausa*.)

Deputado João Leão. (*Pausa*.)

Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Pizzolatti, "sim".

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. (*Pausa*.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Nelson Meurer, "sim".

Deputado Roberto Balestra. (*Pausa*.)

Deputado Enivaldo Ribeiro. (*Pausa*.)

Deputado Enivaldo Ribeiro, "sim".

Deputado João Tota.

O SR. DEPUTADO JOÃO TOTA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Tota, "sim".

Deputado Luiz Fernando. (*Pausa*.)

Deputado Paulo Lessa.

O SR. DEPUTADO PAULO LESSA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Paulo Lessa, "sim".

Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Henry, "sim".

O PPB está completo.

Vou chamar os Deputados do Bloco PDT/PPS.

Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Airton Cascavel, "sim".

Deputado Airton Dipp. (*Pausa*.)

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Giovanni Queiroz, "não".

Deputado Clementino Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Fernando Coruja. (*Pausa*.)

Deputado Pompeo de Mattos. (*Pausa*.)

Vou chamar os Deputados PSB/PCdoB.

Deputado Alexandre Cardoso. (*Pausa*.)

Deputado Gonzaga Patriota. (*Pausa*.)

Deputado Sérgio Miranda. (*Pausa*.)

Deputado Agnelo Queiroz. (*Pausa*.)

Deputado Givaldo Carimbão. (*Pausa*.)

Deputada Tânia Soares. (*Pausa*.)

Vou chamar os Deputados do Bloco PL/PSL.

Deputado Eujácio Simões. (*Pausa*.)

Deputado João Caldas. (*Pausa*.)

Deputado Welinton Fagundes. (*Pausa*.)

Deputado Alceste Almeida. (*Pausa*.)

Deputado Juquinha.

O SR. DEPUTADO JUQUINHA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Juquinha, "sim".

Deputado Robério Araújo. (*Pausa*.)

Deputado Orlando Desconsi. (*Pausa*.)

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Dr. Rosinha, "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a votação. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, o resultado é o seguinte: 42 votos "sim" e 5 votos "não".

O requerimento foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O requerimento foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Agora passa-se à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, meu voto é contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado, com o voto contrário do Senador Tião Viana.

Encerrada a discussão.

Vou passar a palavra rapidamente ao nobre Relator, pelo tempo de três minutos, para as explicações de S.Exa. Depois colocaremos a matéria em votação.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria neste momento apenas de esclarecer ao sábio Plenário, conhecedor do Regimento Interno, da Constituição Federal e da Resolução nº 1, que sabe que não cabe nem ao Congresso, nem ao Relator inventar fontes. Quem oferece fontes ao Congresso Nacional é o Poder Executivo, que tem essa exclusiva iniciativa. Portanto, não pode o Relator, inclusive, substituir qualquer fonte,

como explicitamente dispõe o art. 29 da Resolução nº 1.

De modo que, Sr. Presidente, ser contrário ao projeto é absolutamente visível no jogo democrático. Ninguém quer a unanimidade. O que não se pode é, à míngua de argumentos, inventar-se algo ou atribuir ao Relator aquilo que não fez. Não elegi nenhuma fonte de cancelamento de receitas, Sr. Presidente! Nem poderia fazê-lo apenas recebendo o projeto, sobretudo atendendo a duas circunstâncias do que já era do PL, quando se reduziram 10 bilhões daquilo que todos conhecem como o Projeto Castanhão, e retiraram-se mais recursos, sobretudo, para atender à emergência do Estado do Rio de Janeiro.

Entendo que todos devemos oferecer contribuição, solidariedade à cidade e ao Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de calamidade pública, de situação maior, visto que pessoas estão morrendo e temos de acudir as vítimas. E isso, fazemos com recursos. Nada mais fiz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Calma. Não coloquei ainda em votação na Câmara dos Deputados. Vou fazê-lo agora. Depois de colocar em votação...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – ... vou conceder a palavra a V.Exa. por um minuto para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, Sr. Presidente, V.Exa. tem de colocar antes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Encaminhar depois da votação, como é possível? Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. está me concedendo a palavra para encaminhar pelo PT?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o PT vota "sim" a este projeto, cujos aspectos são importantes para a Região Nordeste e para o País.

Em primeiro lugar, o Deputado José Pimentel lutou pelo Projeto Castanhão, que trata do abastecimento de água, junto com outros companheiros. Sabemos que em outra época tal obra teve indícios de irregularidade, por sinal superados, o que mostra o bom caminho, outras obras nesse mesmo sentido, como nos Estados de Pernambuco e Minas Gerais, e também obras na área do meio ambiente. Mas, sobretudo, Sr. Presidente, participei, junto com o nobre Relator, Deputado Amir Lando, da reunião que tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O tempo de V.Exa. já esgotou.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estamos encaminhando a favor porque foi possível fazer prospecção de possibilidades de recursos para o Estado do Rio de Janeiro antes de qualquer declaração do Sr. Ministro.

E, aliás, o Deputado Jorge Bittar, do PT, junto com companheiros do Estado do Rio de Janeiro, participou também da elaboração desse projeto e de todos os demais projetos dessa área do Ministério da Integração, que deveria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, é só para orientar a bancada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, é para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, é para orientar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E o encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já passou a fase de encaminhamento. Agora é orientação da bancada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Então, o encaminhamento é no sentido de, em função disso, buscarmos em outros projetos o mesmo tipo de solução para dar recursos ao Estado do Rio de Janeiro e votar "sim" a esse projeto.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PPB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente os Líderes podem dar encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PPB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. não é o Líder. O Líder é o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PL.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, estou substituindo o Deputado Márcio Reinaldo Moreira na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para orientação da bancada, concedo a palavra ao nobre Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, oriento a votação favorável a esse projeto, tendo em vista que ele açambarca duas grandes vertentes: uma no Nordeste, para conclusão da tão famosa Barragem do Castanhão — e a bancada está aqui em peso para obter recursos —, e outra para atender aos reclamos da população do Rio de Janeiro, que sofre com as intempéries.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Eujácio Simões a favor. A bancada do PL é a favor.

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, o Líder do PPB não está aqui e gostaria de encaminhar aos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – PFL, Deputado José Carlos Aleluia, para orientar a bancada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Gostaria de pedir à bancada que votasse favoravelmente ao projeto.

Como mencionei na fase de discussão, tenho dificuldades em votar a favor do projeto, mas o partido deve votar a favor. Peço a todos os companheiros que o façam, sobretudo porque, como disse, tem grandes repercussões nas áreas do meio ambiente, recursos hídricos e defesa civil, em que pese aparecer o nome de uma instituição em inglês, que deveria ter sido traduzido para que todos pudessem entender do que se tratava.

Portanto, votamos favoravelmente ao projeto, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há mais nenhum Líder para orientação de bancada.

Vamos colocar em votação na Câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Líder do PPB, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, não está presente.

Em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que votam de acordo com o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Vai ao Senado da República a votação do PL, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado no Senado da República.

Vamos aos destaques.

Destaque nº 1, Emenda nº 28, do Deputado Neuton Lima. Destaque nº 2, Emenda nº 29, também do Deputado Neuton Lima.

Com a palavra o Deputado Neuton Lima para defender os destaques.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Obrigado, Sr. Presidente.

Estamos aprovando crédito suplementar no valor de 79 milhões, 318 mil 140 reais. O nobre Relator fez brilhante trabalho ao apreciar o projeto. No acordo de Lideranças de hoje de manhã foram atendidas apenas duas emendas, aprovadas parcialmente.

As duas emendas a esse projeto de lei são as menores apresentadas, no valor de 100 mil reais cada uma, tanto a Emenda nº 28 como a Emenda nº 29, para canalização de córrego em duas importantes e pequenas cidades do Estado de São Paulo: Jales e Araras.

Solicito à Comissão aprovação dessas duas emendas já mencionadas. Sei que existe por parte do Relator compromisso de acordo no sentido de só acatar as duas emendas até então acolhidas em seu relatório, mas insisto nesses destaques, visto que os valores são pequenos diante do montante de crédito suplementar que estamos apreciando. São 100 mil reais em duas emendas, perfazendo o total de 200 mil reais, para atender a duas cidades pequenas do interior de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Com a palavra o Relator, para falar sobre os destaques.

O SR. SENADOR AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é sedutora a proposta dos destaques do nobre Deputado. Todavia, o relatório foi fruto do consenso, do entendimento, quando o

Relator procurou ser meramente árbitro, obedecidos a lei, o Regimento, a resolução, porque jamais seria árbitro do ilícito. Mas, como a decisão foi do conjunto, decisão isolada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. é contra?

O SR. SENADOR AMIR LANDO – ...seria trair o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Objetivamente V.Exa. é contra?

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer do Relator é contrário aos dois destaques.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não posso conceder a palavra pela ordem neste momento, pois estamos em processo de votação. Vamos votar os dois destaques primeiro, com o voto contrário do Relator.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Sr. Presidente, pela ordem, para informar esta Comissão de que existia com o Relator oficial do PL, o nobre Deputado Wilson Braga, prévio acordo de acolhimento das minhas duas emendas. Infelizmente, S.Exa. não está presente. Tenho inclusive testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mudou o Relator, a realidade é outra, o parecer é contrário.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Sim, Sr. Presidente, mas estou esclarecendo para a Comissão apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente. A Comissão vai apreciar agora.

Em votação os Destaques nºs 1 e 2, com parecer contrário do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordarem com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordarem com o parecer do Relator permaneçam como se encontram.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o projeto foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não vai ao Senado.

Vamos colocar agora em votação e em discussão três destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero registrar rapidamente lapso de minha parte.

O Deputado Mussa Demes votou e, portanto, foi indevida minha solicitação, porque não o vi. Quando S.Exa. votou, apenas ouvi sua voz e não a reconheci, mas de fato S.Exa. votou, e a falha foi minha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 3, Emenda nº 6, do Deputado Luiz Dantas. Destaque nº 4, Emenda nº 5, do Deputado Luiz Dantas. Destaque nº 5, Emenda nº 6, do Deputado Luiz Dantas.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, autor dos três destaques, para defendê-los.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, sou autor de um destaque. Gostaria de saber quem são os autores dos outros dois, para que os defendam. Vou defender o meu.

Trata-se de emenda para Adutora do Sertão. O Estado de Alagoas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 3, Emenda nº 6.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Exatamente. Emenda do Deputado Luiz Dantas.

Proponho que seja dado pelo menos algum recurso para essa importante obra do Estado de Alagoas, Estado que tem sido de alguma forma discriminado, principalmente depois que deixou de ter o Presidente da República. Portanto, apelo para que o Sr. Relator atenda parcialmente a Adutora do Sertão, em andamento desde o início da década passada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, pelas mesmas razões já expendidas, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parecer contrário do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer contrário do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Rejeitado na Câmara. Não vai ao Senado.

Vamos colocar agora em discussão o Destaque nº 4, Emenda nº 5, do Deputado Luiz Dantas.

O Deputado Eujácio Simões é o autor do destaque. Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, achei por bem destacar a Emenda nº 5, do Deputado Luiz Dantas, que visa alocar recursos para projeto de infra-estrutura urbana no Município de Tabuleiro dos Martins, em Alagoas. Esse projeto merece certa prioridade e, por isso, fizemos o destaque à Emenda nº 5 e gostaríamos de contar com a simpatia e a sensibilidade do Relator, Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, fico muito preso a um entendimento e respeito no Parlamento aquilo que é acordado, pois o mesmo tem de ser honrado. É evidente que não posso deixar de reconhecer méritos em todas as emendas, mas temos de eleger algo. E, quando se escolhe um lado, o outro fica prejudicado. Aqui, meu parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer contrário do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitado na Câmara, contra os votos dos Deputados Eujácio Simões, Helenildo Ribeiro, José Carlos Aleluia. Não vai ao Senado.

O último destaque é o de nº 5, da Emenda nº 6, do Deputado Luiz Dantas. O autor é o Deputado Claudio Cajado. S.Exa. está presente? *(Pausa.)*

Prejudicado o destaque, em razão da ausência do autor.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu tenho um destaque aí.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - Não foi entregue à Mesa.

Está aprovado o Projeto nº 66.

Vamos ao próximo, que é o PLN nº 43.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho um requerimento sobre a mesa

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, está sendo distribuído agora o relatório das emendas aprovadas. Ele está saindo aos poucos. Nossa intenção não é fazer obstrução, mas, para que possamos analisá-lo, eu solicitaria a V.Exa. que determinasse a liberação do texto por meio eletrônico, pelo menos para as Lideranças. Fui informado pela nossa assessoria de que ele está sendo liberado a prestação, e só em papel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - O PL nº 43 abre no orçamento fiscal e da seguridade social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$108.627.867,00, para repor as dotações consignadas no orçamento vigente. O Relator é o Senador José Coelho, que está ausente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Há requerimento meu sobre a mesa há algum tempo. Eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. o submetesse à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sobre a mesa requerimento nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do PL nº 123, de 2001, entre as prioridades para votação nesta Comissão.

Esclareço que o citado projeto de lei tem como Relator o Senador Tião Viana. Assinam os Deputados Giovanni Queiroz, José Carlos Aleluia, Virgílio Guimarães, Lael Varella e o Senador Tião Viana.

Vou colocar em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Projeto de Lei nº 123 passa a ser prioridade.

Outro requerimento sobre a mesa, de seguinte teor:

Requeiro, nos termos regimentais, prioridade para votação do PL nº 97.

O requerimento é do Deputado Milton Monti.

Vou colocar em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, se ele é aprovado, entra no final da fila das prioridades?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É tudo no final.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É no final ou é na frente, Sr. Presidente? Está subvertendo a ordem aprovada, esse aí?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – No final da fila, tudo bem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Final da fila.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Terão prioridade aqueles que primeiro foram aprovados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar o requerimento do Deputado Milton Monti em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Vou colocar em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Laura Carneiro com a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, quero apenas agradecer à Comissão a aprovação do Projeto de Lei nº 66 e convidar os Deputados da bancada do Rio de Janeiro para uma reunião agora, com o Ministro Ney Suassuna, na sua sala.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador Moreira Mendes com a palavra.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, V.Exa. chegou a comentar, mas acabou não decidindo sobre aqueles dois projetos de lei que já foram aprovados aqui, mas, por causa de um pequeno defeito, tiveram de voltar. Eu gostaria que V.Exa. desse prioridade à votação desses dois, o nº 85 e o nº 117.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador, eu já disse duas vezes que precisa ser refeita a votação desses dois projetos de lei, mas não obtive a compreensão da maioria das Lideranças. O que posso fazer? Vou deixá-los de lado, até que entendam necessário refazer as votações. Por isso estou colocando outras matérias como prioritárias.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – É que diante do tumulto, Sr. Presidente, ninguém está prestando atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não houve o apoiamento necessário.

Vamos seguir a pauta.

Agora é a vez do Projeto de Lei nº 43.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O PT apóia a idéia de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) - De refazer as votações?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Somos favoráveis à correção adequada, para que não haja nenhuma dúvida.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Chame a atenção dos Líderes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Srs. Parlamentares, nós vamos refazer a votação dos PLs nºs 85 e 117. Já ouvimos a manifestação da Liderança do PT. Abriu-se o caminho. Vamos ver se no final acertamos isso também.

De acordo com o cronograma, agora vamos apreciar o Projeto de Lei nº 43, que já foi lido: abre crédito suplementar de R$108.627.867,00 para o Ministério dos Transportes. O Relator é o Senador José Coelho, a quem peço que faça um resumo do relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Senador José Coelho para relatar o PL nº 43.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar aos membros da Comissão que um daqueles PLs, o de nº 117, é exatamente aquele que trata da vacina para os índios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É do Ministério da Saúde, exato.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A imprensa já chegou a noticiar que algumas nações indígenas estavam correndo riscos iminentes por causa de vacina vencida ou prazo de vacinação vencido. Nós precisamos fazer com rapidez essas duas correções lembradas por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Exatamente.

O Senador José Coelho está com a palavra.

O SR. SENADOR JOSÉ COELHO – Tendo em vista a constitucionalidade e a juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 43, de 2001-CN, na forma do substitutivo apenso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer do Relator é favorável.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu não consegui ouvir uma só palavra do que disse o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nos termos do substitutivo. O material foi distribuído sobejamente a todos os Srs. Parlamentares.

Em discussão o substitutivo apresentado pelo Relator, Senador José Coelho. Tem a palavra o Deputado João Leão, primeiro escrito.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu caro Relator, Senador José Coelho, esta Comissão sente-se muito honrada com a presença de V.Exa., que ontem, no raiar da madrugada, deu um **show** ao lutar por recursos para a sua região de Juazeiro e Petrolina.

V.Exa. não faz parte de uma família, faz parte de um grupo político. A família Coelho já fez quatro Parlamentares: o Senador José Coelho, o Deputado Osvaldo Coelho, o Senador Nilo Coelho e o Deputado Clementino Coelho. São tão inteligentes que, em Petrolina, Coelho é opositor de Coelho: perde um Coelho, ganha outro Coelho. Isso é que é tradição familiar.

Quanto ao projeto, gostaríamos que V.Exa., meu caro Relator, levasse em consideração duas emendas que vou destacar. Vou apresentar um destaque para a construção do trecho rodoviário que liga São Raimundo Nonato a Picos, no Corredor Nordeste, BR-020, e outra para o trecho que liga São Raimundo Nonato a Barreiras. Essa rodovia, meu caro Relator, é a única que até hoje não está asfaltada das estradas abertas na época do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, aquele que interiorizou o Brasil e nos trouxe a todos para Brasília, a nova Capital Federal.

Vale salientar, Sr. Relator, que esse trecho da rodovia na divisa do Piauí com a Bahia corta as melhores terras do oeste baiano, atravessando desde o Município de Mansidão até o Município de Cotegipe. Com as raízes são-franciscanas que tem, estou certo de que V.Exa. não deixará de atender a essa emenda. Nosso objetivo é que V.Exa., Senador José Coelho, seja o pai da BR-020, assim como foi da ponte sobre o Rio São Francisco. Tenho certeza de que V.Exa. irá acatar meu pleito.

Meu caro Senador Carlos Bezerra, se o irmão do Senador José Coelho, o saudoso Senador Nilo Coelho, fosse vivo, aquele baluarte são-franciscano, ele certamente apoiaria o destaque da BR-020. Mais do que ninguém, o Senador Nilo Coelho lutou pela região do São Francisco. A BR-020 margeia o Rio São Francisco e tira o povo do Piauí do atraso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir agora o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tenho em mãos o PL nº 43, de 2001, que recebeu da lavra do Senador José Coelho um relato extremamente cuidadoso, embora, no bojo do processo legislativo, tenha sido oferecida uma série de emendas que viriam beneficiar o Nordeste brasileiro, principalmente as estradas que ligam o Piauí à Bahia.

Quero também salientar, Sr. Presidente, o fato de que os recursos a serem suplementados destinam-se a regularizar 38 mil processos de concessão e revisão de pensões pendentes no Ministério dos Transportes. Vejam que descalabros perpetraram-se na administração desse Ministério, principalmente quando se coteja esse fato com os famosos preparatórios, ou a preferência dos precatórios, denunciada pela imprensa nacional.

Entendo que a alocação de recursos na Companhia de Navegação do São Francisco, para manter a frota de embarcações no GEIPOT, em cumprimento à decisão judicial, e na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, para atender aos convênios de assistência médica, além dos recursos para a VALEC, para atender à prestação de serviços de assistência médica e odontológica, bem como na CBTU, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, tudo isso no apagar das luzes, é uma tentativa apressada de resolver aquilo que ficou represado no Ministério tanto tempo.

Sr. Presidente, haverei de fazer chegar à mesa um destaque para que seja votada separadamente uma das emendas que não foi acolhida pelo Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pois não, Sr. Deputado.

Com a palavra o Deputado Ursicino Queiroz.

O SR. DEPUTADO URSICINO QUEIROZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, uso esta tribuna, absolutamente democrática, para de início fazer a constatação de que a fala do nobre Deputado Ariston Andrade teve toda razão de ser: os seres vivos podem conviver harmoniosamente, embora teoricamente isso seja impossível. É o caso do Leão e dos Coelho, convivendo tão bem neste plenário.

Mas quero também fazer algumas observações que, ao me parecerem oportunas, se me afiguram também importantes. Há de se constatar, com profunda preocupação, que, exatamente nos últimos dias de

um exercício financeiro, tenha o Governo Federal de encaminhar, para que se vote às pressas, algo da mais profunda repercussão na vida de famílias humildes de nosso País. Aqui estamos aprovando recursos para que sejam pagas as pensões de 38 mil viúvas neste País. Sr. Presidente, isso é um verdadeiro absurdo, e nos remete a uma outra reflexão. Não podemos varar madrugadas discutindo um Orçamento que não reflete a realidade do nosso País. Nós aqui brincamos de brigar e de aprovar uma peça de ficção. Não é possível, depois de tanta briga no ano passado, já termos aprovado mais de 20 bilhões em créditos suplementares. Isso indica o desleixo do Governo em planejar suas ações administrativas, suas obrigações de bem conduzir os destinos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, vimos a mobilização do Governo para fazer com que se encontrasse uma solução para o problema da represa do Castanhão, absolutamente necessária. Ontem, no meio da noite, V.Exa. teve de solicitar ao Líder do Governo e aos dignos representantes do Ceará que ocupassem sua sala para buscar uma saída para esse problema gravíssimo. Todavia, não vi da parte dos membros do Governo o mesmo cuidado para resolver o problema do aeroporto da Bahia, que também é de profunda importância para aquele Estado, hoje, inquestionavelmente, o primeiro pólo de atração turística deste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse tipo de atitude nos obriga a, muito proximamente, discutir com mais objetividade um Orçamento que privilegie, antes de tudo, as reais necessidades do povo e também a exigir do Governo um pouco mais de respeito para com as necessidades da nossa querida Bahia. Lá o Brasil nasceu!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, como eu já disse em outras oportunidades, este é um projeto que desenha o já realizado: amolda o Orçamento para 2002 às realizações de 2001. Essas empresas que aparecem com crédito suplementar — FRANAVE, GEIPOT, TRENSURB, VALEC — estão apenas pedindo que o Congresso regularize os dispêndios já realizados. E de que forma é feita essa regularização? Através de suplementação.

Permitam-me os Srs. Deputados e o Sr. Presidente fazer um comentário sobre os cancelamentos. É verdade que os Deputados do Rio Grande do Sul estão dando seu apoio, mas é importante que a população gaúcha saiba que esse projeto está cortando R$2.537.700,00 da expansão do trem urbano de Porto Alegre. Quem conhece a cidade — eu não sou dos que conhecem mais — sabe o quanto representa essa perda. É o alerta que faço à bancada gaúcha.

Mas não fica o sofrimento confinado apenas aos trens do Rio Grande do Sul. O projeto também cancela recursos para o Nordeste. Alguns Deputados da Paraíba têm apoiado firmemente a aprovação desses créditos, mas o pobre Porto de Cabedelo vai sentir. A brava Paraíba tem de reclamar. O Porto de Cabedelo tem imensas dificuldades, até mesmo de calado, e agora, no fim do ano, cortam R$431.000,00 dos seus recursos. É como se disséssemos que queremos que o Porto de Cabedelo continue a figurar nas estatísticas nacionais como um dos de menor movimento na navegação de cabotagem brasileira. Por que ele não aparece na navegação de longo curso? Por que não chega a mil dólares em alguns anos a quantidade de material exportado e importado pelo Porto de Cabedelo.

Mas o Rio Grande do Norte também sofre com esse projeto, que atinge desde o Nordeste até o MERCOSUL, como se antecipasse o fracasso da Argentina e a inviabilidade desse mercado.

Não posso ser favorável a essa proposição. Espero que o texto seja melhorado, ainda que tenhamos de discutir noite adentro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos a examinar projeto que engloba vários setores, os mais díspares com relação a sua função e os mais dispersos no que diz respeito à geografia brasileira.

O projeto começa com a Companhia de Navegação do São Francisco, rio que está sendo objeto de um esforço dos Parlamentares da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, de Sergipe, de Alagoas, no sentido de recuperá-lo e otimizar seus potenciais.

Sabemos que o Governo brasileiro já poderia ter feito 29 barragens, 20 das quais serviriam para geração de energia elétrica. O País, no instante em que atentou apenas para a sistemática financeira e econômica, deixou de enxergar a necessidade de investir em infra-estrutura de energia. E a constatação da falta de infra-estrutura para geração de energia coincidiu com uma das maiores secas a que já assistimos. Deu-se, então, o colapso energético.

O mesmo acontece com os transportes rodoviário, aquaviário, marítimo e aéreo, que sofrem a falta de investimentos. Na Bahia, por exemplo, as estradas federais estão em situação caótica. Os caminhonei-

ros, esses homens que transportam sobre seus veículos a riqueza do País, sofrem com a insegurança e são ameaçados permanentemente. Deixam suas famílias para trabalhar nas estradas e estão sempre sujeitos a assaltos, em razão da velocidade mínima em que trafegam.

Sr. Presidente, precisamos de uma política de infra-estrutura para o setor de energia e para a área de transportes. O Governo tem sido bem mais generoso no caso da educação e da saúde.

Esperamos que esses recursos sejam encaminhados, para que possam ser melhoradas as condições de tráfego nas rodovias que invadem o oeste do País em busca da produção.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei que já defendíamos há mais tempo. Sua não-aprovação está causando sérios prejuízos ao fornecimento de combustível, ao pagamento de salários indiretos etc. Nosso apoio é integral à aprovação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador Moreira Mendes.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o PSB encaminha favoravelmente.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente à aprovação do projeto, nos termos do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Sérgio Machado. (*Pausa.)* Ausente.

Senador Romero Jucá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – V.Exa. está esquecendo os Deputados, Sr. Presidente. É preciso seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou chamando pela ordem.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao projeto, votando com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, V.Exa. é um legalista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Projeto de Lei nº 43 abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$108.627.867,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes. Contempla a Companhia de Navegação do São Francisco, FRANAVE, para manter a frota de embarcações e cumprir a programação desse exercício na manutenção dos serviços administrativos, uma vez que o limite orçamentário está em patamar inferior ao executado no ano anterior.

Sr. Presidente, não vejo contemplada neste projeto de lei a navegabilidade do rio, pois se destinam recursos apenas para a FRANAVE, mas não para que o Rio São Francisco tenha sua navegabilidade assegurada, a fim de que sejam transportadas as riquezas produzidas às suas margens. O nosso Relator, conhecedor do Vale do São Francisco, sabe o quanto é necessário investir em melhoria da navegabilidade.

O Rio São Francisco está morrendo, não só na sua plenitude de suporte de água, mas também na sua navegação. O rio está todo assoreado, não permitindo mais o transporte de grande parte da sua riqueza.

Vejo emendas importantes apresentadas por um Deputado não só defensor do seu Estado, o Piauí, mas principalmente um defensor intransigente do Nordeste brasileiro. O Deputado Paes Landim, de maneira inteligente e com visão no progresso e desenvolvimento do Nordeste, apresenta emenda que contempla a construção de trechos rodoviários no Corredor do Nordeste, a BR-020, precisamente entre São Raimundo Nonato e Picos e entre São Raimundo Nonato e Barreiras.

Tenho certeza de que o nosso Relator, o Senador José Coelho, conhecedor das necessidades de pavimentação dessa rodovia, haverá de refazer seu relatório, para atender aos reclamos daquela região do Nordeste, tão importante para o País, principalmente agora que o Piauí tem na CODEVASF um órgão de atuação no seu Estado, para dinamizar a economia na área da agricultura irrigada. Esses trechos da BR-020 serão muito necessários para o escoamento da produção.

Como disse o Deputado João Leão, se o Senador Nilo Coelho fosse vivo, certamente aqui estaria solicitando de seu irmão, Senador José Coelho, que, por intermédio de emenda, alocasse os recursos necessários para que esses trechos rodoviários fossem pavimentados, beneficiando, assim, essa região tão produtora e fértil e que tem muito a contribuir para a economia agrícola do nosso País.

Não tenho dúvida de que o Congresso prestaria grande serviço ao Nordeste acolhendo essas emendas. O grande Parlamentar e Senador José Coelho, com certeza, haverá de refletir sobre o assunto e refazer seu relatório. Dessa forma, dará grande contribuição para a região de onde é oriundo, defendendo os interesses do Nordeste e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra agora, depois de já nos ter dado hoje uma grande aula sobre o porco-espinho, o Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o projeto ora em discussão, sem dúvida, merece toda a atenção e cuidado, tendo em vista que objetiva viabilizar sistema de transporte que até o momento vive estático, no nada, no zero.

Por que essas providências foram tomadas? No curso deste ano que em mais alguns dias irá se findar, verificamos, estarrecidos, desvios de recursos acintosamente praticados pelo então Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, dinheiro do Nordeste, principalmente da Bahia, com o objetivo de prejudicar nosso Estado, fazendo com que a malha rodoviária permaneça, como disse, estática, no nada. Àquela época, evidentemente, líderes já chamavam a atenção para os desmandos perpetrados contra os nordestinos, especificamente o povo baiano.

Não bastasse a seca, que tem estrompado aquele povo, em particular os habitantes do semi-árido, cuja maior área está situada na Bahia — mais ou menos 330 mil quilômetros quadrados —, o então Ministro Eliseu Padilha, propositadamente, permitiu que o escoamento da produção na Bahia ficasse estagnado. Transferiu para o Rio Grande do Sul os recursos destinados à melhoria das estradas, quiçá para aplicá-los em sua possível candidatura ao Governo do Estado — desrespeito!

Sr. Presidente, o homem que hoje confessa suas fraquezas é mais homem hoje do que ontem.

A Bahia é o berço do Brasil. Naquele Estado, o Brasil deu início a sua caminhada como Nação. Por mais que tenham procurado prejudicar nosso Estado, o nordestino vem demonstrando a todo o País o elã, a fibra, a coragem e a maneira como se comporta o baiano.

Estas palavras são extensivas também a V.Exa., Sr. Presidente. Orgulha-me, neste momento, ver na Presidência desta Comissão Deputado baiano da sua envergadura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Leão) – Muito obrigado, nobre Deputado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Leão) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, a bancada do Rio de Janeiro esteve há pouco na sala da Presidência da Comissão, onde se encontrava o Ministro Ney Suassuna. S.Exa. nos explicou, quanto à frase que li, registrada em uma nota, que de maneira alguma teve a intenção de ofender a bancada do Rio de Janeiro. Muito ao contrário, S.Exa. disse entender a importância desta bancada, uma vez que dela faz parte. Anunciou também a liberação de recursos, pleito antigo da nossa bancada, para contenção de enchentes, manutenção de **royalties** para cinco Municípios que os perderiam a partir de amanhã. Recursos novos estão sendo alocados pelo Ministro Martus Tavares principalmente na cidade de Petrópolis, tão afetada pelas enchentes, uma vez que Duque de Caxias já será atendida pelos **royalties**.

Era o comunicado que gostaria de fazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvi com atenção a fala do Deputado José Carlos Aleluia. Eu, inclusive, estava inscrito para registrar, em meu nome pessoal e em nome da bancada da Paraíba, o corte que está sendo feito no projeto para recuperação do Porto de Cabedelo.

Senador José Coelho, sensível Parlamentar e conhecedor dos problemas do Nordeste, principalmente os da Paraíba, preocupa-nos a situação em que se encontra o Estado. Falta água de beber. Eu não me acostei anteriormente na posição da Bahia, porque quando do início da discussão sobre o projeto da transposição, infelizmente, a bancada baiana posicionou-se contrariamente ao projeto.

O que a Paraíba quer é muito pouco. A Paraíba quer água para beber, não para irrigar. Em função da falta de água potável, várias patologias estão ressurgindo no Estado e com grande intensidade, a saber: desnutrição protéica; diarréia; disenterias e, inclusive, doenças de pele.

Tivemos, logo de início, preocupação em descobrir a razão do cancelamento dessa obra, cuja recuperação está sendo executada pelo Governo do Esta-

do, embora a ele façamos oposição. Mas aqui nosso partido é o da Paraíba.

Em função do cancelamento dos recursos para execução dessa obra, votaremos contra o relatório do Senador José Coelho.

Registrada nossa posição e expostos os motivos que nos levaram a tomá-la, agradeço ao Sr. Presidente a oportunidade de manifestar nossa postura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Almeida. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, o nobre Deputado Enivaldo Ribeiro apresentou emenda supressiva que, infelizmente, não foi acatada. Nós, paraibanos, lamentamos o corte de recursos para o Porto de Cabedelo, que está em recuperação. Há pouco movimento naquele porto. São necessárias melhorias para que aumente o fluxo de carga e descarga naquele lugar. O Estado da Paraíba é pobre. Ainda assim, o nobre Senador foi impiedoso com ele. S.Exa. não deveria ter atendido ao Ministério, porque já haviam sido alocados os recursos necessários à recuperação do Porto de Cabedelo. Lamentamos profundamente.

Agradeço ao Deputado José Carlos Aleluia a defesa que fez da nossa querida Paraíba.

Votarei contra o parecer do Relator, nobre Deputado, acompanhando V.Exa. Se Deus quiser, vamos derrotar esse parecer, para que a Paraíba permaneça com recursos, ainda pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, desejo apenas manifestar minha concordância com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há requerimento pedindo o encerramento da discussão, assinado pelos Srs. Parlamentares. Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, eu estava inscrito antes da apresentação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação o requerimento para encerramento da discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado no Senado.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Jovair Arantes, por obséquio, proceda à chamada dos Srs. Senadores. Aqueles que votarem a favor do requerimento votarão "sim". Os contrários, "não".

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Titulares do PMDB.

Senador Amir Lando. *(Pausa.)*

Senador Carlos Bezerra. *(Pausa.)*

Senador Gilberto Mestrinho. *(Pausa.)*

Senador Gilvam Borges. *(Pausa.)*

Senadora Marluce Pinto. *(Pausa.)* "Sim", com o requerimento.

Senador Nabor Júnior. *(Pausa.)*

Senador Wellington Roberto. *(Pausa.)* "Sim".

Titulares do PFL.

Senador Jonas Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador José Coelho. *(Pausa.)* "Sim".

Senador Leomar Quintanilha. *(Pausa.)*

Senador Moreira Mendes. *(Pausa.)* - "Sim".

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Suplentes do PMDB.

Senador Alberto Silva. *(Pausa.)*

Senador Fernando Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Gerson Camata. *(Pausa.)*

Senador João Alberto Souza. *(Pausa.)*

Senador Robinson Viana. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Machado. *(Pausa.)*

Senador Valmir Amaral. *(Pausa.)*

Suplentes do PFL.

Senador Antônio Carlos Júnior.*(Pausa.)* "Não".

Senador Francelino Pereira. *(Pausa.)*

Senador Geraldo Althoff. *(Pausa.)*

Senador Paulo Souto. *(Pausa.)*

Senador Romeu Tuma. *(Pausa.)* "Sim".

Titulares do PSDB.

Senador Antero Paes de Barros. *(Pausa.)*

Senador Freitas Neto. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Ronaldo Cunha Lima. (*Pausa*.)

Suplentes do PSDB:

Senador Lúcio Alcântara. (*Pausa*.)

Senador Lúdio Coelho. (*Pausa*.)

Senador Pedro Piva. (*Pausa*.)

Senador Ricardo Santos. (*Pausa*.)

O Senador Sérgio Machado, do PMDB, está presente.

Titulares do Bloco PT, PDT, PPS.

Senador Paulo Hartung. (*Pausa*.)

Senador Sebastião Rocha. (*Pausa*.)

Senador Tião Viana. *(Pausa.)* "Sim".

Suplentes do Bloco PT, PDT, PPS:

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa*.)

Senador Jefferson Péres. (*Pausa*.)

Senador Roberto Freire. (*Pausa*.)

Titular do PSB.

Senador Ademir Andrade. (*Pausa*.)

Suplente do PSB.

Senador Antônio Carlos Valadares. (*Pausa*.)

Titular do PPB.

Senador Benício Sampaio. (*Pausa*.)

Suplente do PPB.

Senador Luiz Otávio. (*Pausa*.)

Titular do PTB.

Senador Arlindo Porto. (*Pausa*.)

Suplente do PTB.

Senador Carlos Patrocínio. (*Pausa*.)

Pergunto se há algum Senador que não tenha votado. (*Pausa*.)

Senador Jonas Pinheiro, do PFL, "Sim".

Senador Arlindo Porto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, não houve nenhuma abstenção. Podemos encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Ainda estou fazendo a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Mesa sabe o que vai fazer, nobre Deputado. Pode aguardar.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Pergunto se há algum Senador do PMDB que não tenha votado. (*Pausa*.)

Algum Senador do PFL não votou? (*Pausa*.)

Algum Senador do PSDB não votou? (*Pausa*.)

Vou fazer o somatório.

Onde está o Senador Arlindo Porto para votar?

O SR. SENADOR ARLINDO PORTO – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – PTB, "sim", Senador Arlindo Porto.

(Não identificado) – Sr. Presidente, quero acompanhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, vou proclamar o resultado: nove votos "sim; um "não". Abstenção: uma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não houve **quorum**.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – A abstenção é do Sr. Presidente, que consta como presença, mas não vale como voto.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o anúncio de um acordo...

(Não identificado) – Sr. Presidente, só para concluir, antes da questão de ordem. Não há **quorum**?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir o Deputado Ricardo Barros.

(Não identificado) – Não há **quorum**, está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem de ter paciência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um anúncio aos senhores membros da Comissão de Orçamento. As Lideranças, por articulação do Presidente Aécio Neves e das Lideranças da Casa, da Oposição e da base, chegaram a entendimento para que votássemos o Orçamento hoje, às 22h30min, no plenário do Congresso Nacional. O acordo incluiu o atendimento de quatro pontos, por requerimento da Oposição: a questão do FUST, que será novamente mudado do GND 3 para o GND 4, transformando-se novamente em investimento; a questão do salário dos servidores — será criada uma comissão a partir de 15 de fevereiro para avaliar as categorias e os aumentos que tiveram —; a questão da receita dos inativos, de 1 bilhão e 400 milhões reais, que está incluída neste Orçamento e será retirada em função de não ter sido realizada a votação da emenda constitucional que permitiria sua cobrança; e a questão da dívida dos pequenos produtores rurais. O Dr. Amaury Bier, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, esteve reunido com Líderes da Oposição e da base até agora. Ao final, de-

cidiu-se por uma solução que atendeu aos pequenos produtores rurais.

Em função do acordo a respeito desses quatro pontos, votaremos o Orçamento ainda hoje, no plenário do Congresso Nacional, a partir das 22h30mim. A sessão terá início logo mais, com o pinga-fogo. Distribuímos cópia do relatório final, com destaques do Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, para todas as Lideranças partidárias.

(Não identificado) – Ainda não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Esse documento está sendo entregue às Lideranças partidárias, para que seus assessores o analisem. Somado ao relatório final do Relator-Geral, que contém dois volumes de mil páginas cada um, o documento retrata todas as alterações feitas, com erratas, cortes, acréscimos. Portanto, vamos a plenário com um documento adequado, rubricado por todas as Lideranças, que ficará guardado. As Lideranças partidárias da Oposição e do Governo têm até as 22h30min para o analisarem, a fim de verificar se por acaso houve algum engano ou alguma omissão. O documento foi elaborado pela assessoria da Comissão. Nós, partidos do Governo, partidos da base, não acompanhamos sua confecção. Ele foi conferido pelo Sr. Relator e assinado pelo Relator-Geral, mas gostaríamos que cada partido tivesse oportunidade de avaliá-lo. Esta foi uma solicitação do Líder Walter Pinheiro, que está aqui e irá se manifestar também sobre esse acordo. Queremos comemorar esta solução.

Terminada a votação do Orçamento, iniciaremos a deliberação sobre os créditos já votados na Comissão, que são 32 e estão na pauta do Congresso Nacional. Os demais, que não foram votados, poderão ser apresentados na sessão em regime de urgência. Evidentemente, se houver qualquer discordância, a matéria terá de ser retirada. Se acontecer isso, será lá pelas duas ou três horas da manhã, e não poderemos votar se não houver entendimento de todos os presentes no plenário.

Creio que concluímos o ano tendo cumprido nossa missão. Por isto, agradeço, como fiz ontem, aos Líderes do Governo, aos Líderes da base, a todos os membros da Comissão de Orçamento, a todos os que articularam a solução que encontramos agora e, especialmente, aos que puderam colaborar para que os pleitos da Oposição pudessem ter sucesso — foram muitos, durante a negociação. Acho que melhoramos a proposta orçamentária, com a colaboração e o debate que tivemos com a Oposição.

Era o comunicado que tinha a fazer. O relatório final está à disposição dos partidos para análise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

(Não identificado) – Sr. Presidente, estávamos em uma votação, anuncie o resultado. É uma questão de consideração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou anunciar o resultado.

(Não identificado) – V.Exa. está abrindo outra discussão. É questão de ordem. Anuncie o resultado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, pela ordem, antes do resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não foi atingido o **quorum** no Senado. Vou anunciar o resultado.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

(Não identificado) – Não há **quorum**, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Parece-me que faltou um voto para que o **quorum** fosse atingido...

(Não identificado) – Anuncie o resultado, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Eu não ouvi, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra, conceda-me a palavra pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não foi atingido o **quorum** no Senado.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já concedi a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Estou pedindo a palavra há uma hora, Sr. Presidente. Parece-me que faltou uma presença para que o **quorum** fosse atingido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não. A votação já está encerrada.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Peço permissão a V.Exa. para indagar do Deputado Jovair Arantes se a presença do Senador Antônio Carlos Valadares está computada, porque ele foi um dos que requisitou a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Infelizmente, não é mais possível.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui, em nome da Oposição nesta Casa — é óbvio que já foi anunciado, não só nesta Comissão, mas na Casa como um todo —, que será realizada agora à noite a votação da peça orçamentária.

Quero reafirmar, a posição que nós, do Partido dos Trabalhadores, nós, da Oposição, adotamos desde o início: empenhar esforços para que o Orçamento fosse votado até o final do ano. E este esforço foi feito, compreendendo e respeitando todos os que no Parlamento estão presentes. O acordo foi possível graças à compreensão da Oposição, que soube, em todo momento, contribuir para o debate nesta Comissão.

Alguns se excederam, esquecendo-se que o resultado da votação de um Orçamento não é exclusivamente de uma maioria ou de uma minoria; é o resultado do esforço do Parlamento.

Demos demonstração de que estamos dispostos a contribuir. O Orçamento não nos atende naquilo que mais reclamávamos, fiz questão de frisar bem. Mas entendemos que o Relator é pessoa da mais alta seriedade e merece toda a nossa confiança. Digo isso inclusive com a certeza de alguém que já foi companheiro de empresa de S.Exa., hoje Relator de matéria tão importante. Mas separamos as coisas e manifestamos nossas preocupações.

Lamentavelmente, em decisivo desta Comissão, nós da Oposição não pudemos debater a matéria. Mas votar o Orçamento hoje à noite é prova de que vale muito mais o esforço do Parlamento do que qualquer pretensão ou arrogância de Parlamentar. Sobre isso discutimos hoje. Não há derrotados, nem vencedores. Discutimos hoje a peça orçamentária para este Parlamento brasileiro e para a sociedade brasileira.

Abrimos mão da discussão em torno do salário mínimo no Orçamento, sem abrir mão deste debate ao longo do ano, por compreender sua importância. Apresentamos claramente as condições para que um setor decisivo e importante da nossa sociedade não fosse excluído. Por isso o Deputado Márcio Reinaldo Moreira vibrava hoje ao final desse acordo. Foi uma das pessoas que teve sensibilidade de enxergar que não era possível excluir pequenos e médios agricultores da solução para uma crise que atinge um milhão de famílias no Brasil.

Sr. Presidente, trouxemos para cá toda nossa compreensão, nossa colaboração e, diria, toda nossa firmeza, o que foi visto por alguns como tentativa osbtaculizar, de evitar a votação do Orçamento. Alguns até consideravam nossa posição extremamente radical. Na verdade, era a autodefesa de um setor que, minoritário, está aqui até agora, esteve em todos os momentos e não abandonou. Não foi necessário que ninguém ficasse procurando onde estavam os Deputados da Oposição, porque, sabedores que somos da nossa obrigação, nós a cumprimos à risca.

Portanto, votar o Orçamento agora à noite, mesmo que com críticas à Oposição, é uma vitória deste Parlamento. E esse fato tem de ser entendido na sua nobreza maior, que é o entendimento e não o atropelo por sobre quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parabenizo a Oposição, que efetivamente sempre compareceu aqui. A maioria do Governo é que, infelizmente, não tem cumprido com seu dever. Agora mesmo, vamos derrubar a sessão por falta de **quorum** no Senado.

Vou convocar duas sessões para amanhã, às 10 horas da manhã.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra, em nome da Liderança do PSB do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu pediria a V.Exa. que não interrompesse a Mesa neste instante. Este comunicado é importante. Vamos convocar uma sessão para amanhã, às 10 horas da manhã, e outra para as 12 horas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, V.Exa. tem de cumprir o prazo de 24 horas. A sessão caiu. Temos de voltar amanhã às 20h49min. Não pode haver sessão antes disso. Não posso me descuidar do Regimento. Quero que ele se cumpra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado José Carlos Aleluia, vou atender V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Estarei aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas há aqui créditos fundamentais, como vacina para o Ministério da Saúde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O que for fundamental votaremos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E outras matérias de extrema importância, inclusive da área social.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O que for fundamental votaremos no plenário ou votaremos amanhã à noite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Fica claro para a sociedade brasileira o obstáculo

que V.Exa. está impondo à votação de projetos de extrema importância para o País, relacionados à educação, saúde e outras matérias de maior interesse para o País.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Era dever estar aqui para votar. Eu estou aqui para votar e para debater.

V.Exa. está sendo mais debatedor do que Presidente. Se fosse mais Presidente, teria desempenho melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, o PSB, tanto na Câmara como no Senado, tem adotado posição de equilíbrio e civismo em defesa do Brasil. Não tem radicalizado, ao contrário do Governo. Apresentamos emendas individuais, simples emendas individuais, e o Governo Federal acha que Parlamentares do PSB, que são da Oposição, têm de estar engajados. Do contrário, suas emendas não são liberadas — tenho prova disso, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade de ser o último orador a usar da palavra nesta Comissão para dizer que o PSB tem sido discriminado pelo Governo Federal, porque ele vem barrando as emendas individuais do nosso partido. Julga o Governo que o PSB deve abaixar a cabeça, manter-se submisso à sua vontade, ao desequilíbrio como age em relação ao Brasil, à sua política econômica que vem massacrando os trabalhadores. Prova disso é esse salário mínimo, que poderia ser muito maior. Se o fosse, haveria maior consumo, maior número de empresas e, conseqüentemente, maior velocidade de negócios na nossa economia.

Portanto, Sr. Presidente, minha palavra, acima de tudo, nesta hora em que estamos encerrando a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é de esperança em que o Poder Executivo no próximo ano venha a respeitar os Parlamentares de sua base de sustentação, principalmente os que agem com lisura e equilíbrio, como agimos nós, do PSB.

Sr. Presidente, não venham confundir aqueles Parlamentares que votaram pela modificação da CLT em virtude de pressões do Governo com o Partido Socialista Brasileiro. Vantagens e benefícios foram jogados no lixo. Aqui estou como Parlamentar do Partido Socialista Brasileiro que, se quisesse, poderia adotar posições diferentes. Mas minha posição, assim como a do meu partido, é de respeito, equilíbrio e, acima de tudo, de defesa do Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade deste protesto. Tenho prova consistente de que este Governo está pressionando não só sua base de sustentação, como também Parlamentares da Oposição a votarem em projetos de seu interesse. Isso não é característica de Governo democrático.

Este o protesto que quero deixar consignado na Comissão de Orçamento.

(Não identificado) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encareço aos Srs. Parlamentares que só até amanhã poderão votar os créditos adicionais. Os que não forem votados até amanhã irão para o arquivo.

Está encerrada a reunião.

EDIÇÃO DE HOJE: 718 PÁGINAS